ORGANIZADORAS

Débora de Carvalho Figueiredo · Alinne de Lima Bonetti

Vera Fátima Gasparetto · Francine Costa

Tatiane Silva Cerqueira Santos · Alexandra Alencar

PARA CRIAR UM OUTRO MUNDO POSSÍVEL

30 anos do Seminário Internacional Fazendo Gênero



ORGANIZADORAS

Débora de Carvalho Figueiredo • Alinne de Lima Bonetti

Vera Fátima Gasparetto • Francine Costa

Tatiane Silva Cerqueira Santos • Alexandra Alencar

PARA CRIAR UM OUTRO MUNDO POSSÍVEL

30 anos do Seminário Internacional Fazendo Gênero



SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 13 CONTRA O FIM DO MUNDO

pimenta cultural

2025

São Paulo

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

P221

Para criar um outro mundo possível: 30 anos do Seminário Internacional Fazendo Gênero / Organização Débora de Carvalho Figueiredo... [et al.]. – São Paulo: Pimenta Cultural, 2025.

Demais organizadores: Alinne de Lima Bonetti, Vera Fátima Gasparetto, Francine Costa, Tatiane Silva Cerqueira Santos, Alexandra Alencar.

Livro em PDF

ISBN 978-85-7221-480-3
DOI 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-480-3

1. Feminismos. 2. Epistemologias. 3. Políticas. 4. Resistências. 5. Direitos. I. Figueiredo, Débora de Carvalho (Org.). II. Bonetti, Alinne de Lima (Org.). III. Gasparetto, Vera Fátima (Org.). IV. Costa, Francine (Org.). V. Santos, Tatiane Silva Cerqueira (Org.). VI. Alencar, Alexandra (Org.). VII. Título

CDD 305.42

Índice para catálogo sistemático:
I. Feminismo
Simone Sales • Bibliotecária • CRB ES-000814/O

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2025 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2025 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons:
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0).
Os termos desta licença estão disponíveis em:
<https://creativecommons.org/licenses/>.
Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural.
O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patricia Bieging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Bieging
Gerente editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Assistente editorial	Júlia Marra Torres
Estagiária editorial	Ana Flávia Pivisan Kobata
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Editoração eletrônica	Andressa Karina Voltolini
Estagiária em editoração	Stela Tiemi Hashimoto Kanada
Imagens da capa	Emily Dalpiaz Celiberti Fernandes
Tipografias	Acumin, Bungee, Montserrat
Revisão	Larissa Barbosa Finamore Thais Geraldi
Organizadoras	Débora de Carvalho Figueiredo Alinne de Lima Bonetti Vera Fátima Gasparetto Francine Costa Tatiane Silva Cerqueira Santos Alexandra Alencar

PIMENTA CULTURAL
São Paulo • SP
+55 (11) 96766 2200
livro@pimentacultural.com
www.pimentacultural.com

2025

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoras

Adilson Cristiano Habowski
Universidade La Salle, Brasil

Adriana Flávia Neu
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil

Aguimario Pimentel Silva
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alaim Passos Bispo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Alaim Souza Neto
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Knoll
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aline Corso
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Rosangela Colares Lavand
Universidade Estadual do Norte do Paraná, Brasil

André Gobbo
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

André Tanus Cesário de Souza
Faculdade Anhanguera, Brasil

Andressa Antunes
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Andressa Wiebusch
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Andreza Regina Lopes da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Angela Maria Farah
Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira
Universidade do Estado do Amapá, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes
Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil

Arthur Vianna Ferreira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Bárbara Amaral da Silva
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Bernadétte Beber
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Caio Cesar Portella Santos
Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil

Carla Wanessa do Amaral Caffagni
Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Caroline Chioquetta Lorenset
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cassia Cordeiro Furtado
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cecilia Machado Henriques
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Christiano Martino Otero Avila
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Cláudia Samuel Kessler
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cristiana Barcelos da Silva
Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

Cristiane Silva Fontes
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein
Universidade de São Paulo, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues
Universidade de São Paulo, Brasil

Dayse Centurion da Silva
Universidade Anhanguera, Brasil

Dayse Sampaio Lopes Borges
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Deilson do Carmo Trindade
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Brasil

Diego Pizarro
Instituto Federal de Brasília, Brasil

Dorama de Miranda Carvalho
Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Edilson de Araújo dos Santos
Universidade de São Paulo, Brasil

Edson da Silva
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Elena Maria Mallmann
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza
Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Estevão Schultz Campos
Centro Universitário Adventista de São Paulo, Brasil

Éverly Pegoraro
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fabrícia Lopes Pinheiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Fauston Negreiros
Universidade de Brasília, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Flávia Fernanda Santos Silva
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Gabriela Moysés Pereira
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Gabriella Eldereti Machado
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehlert Pollnow
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geuciane Felipe Guerim Fernandes
Universidade Federal do Pará, Brasil

Geymeesson Brito da Silva
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handherson Leyltton Costa Damasceno
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa
Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil

Helena Azevedo Paulo de Almeida
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos
Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges
Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneles
Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Joao Adalberto Campato Junior
Universidade Brasil, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa
Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre
Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jónata Ferreira de Moura
Universidade São Francisco, Brasil

Jonathan Machado Domingues
Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini
Universidade de São Paulo, Brasil

Juliano Milton Kruger
Instituto Federal do Amazonas, Brasil

Julianno Pizzano Ayoub
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Julierme Sebastião Morais Souza
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro
Universidade de Brasília, Brasil

Katia Bruginski Mulik
Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lauro Sérgio Machado Pereira
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, Brasil

Leonardo Freire Marino
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Letícia Cristina Alcântara Rodrigues
Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett
Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Luiz Eduardo Neves dos Santos
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Maikel Pons Giralt
Universidade de Santa Cruz do Sul, Brasil

Manoel Augusto Polastreli Barbosa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Márcia Alves da Silva
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Marcio Bernardino Sirino
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Pereira dos Santos
Universidad Internacional Iberoamericana del Mexico, México

Marcos Uzel Pereira da Silva
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Marcus Fernando da Silva Praxedes
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Brasil

Maria Edith Maroca de Avelar
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva
Instituto Federal do Piauí, Brasil

Marines Rute de Oliveira
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Mauricio José de Souza Neto
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai
Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neide Araujo Castilho Teno
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Brasil

Neli Maria Mengalli
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patricia Bieging
Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Flavia Mota
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Patrícia Helena dos Santos Carneiro
Universidade Federal de Rondônia, Brasil

Rainei Rodrigues Jadejiski
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Raul Inácio Busarello
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Ricardo Luiz de Bittencourt
Universidade do Extremo Sul Catarinense, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Robson Teles Gomes
Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos
Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho
Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taíza da Silva Gama
Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tatiana da Costa Jansen
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Tayson Ribeiro Teles
Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto
Universidade Estadual de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Vanessa de Sales Marruche
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues
Universidade Estadual do Centro Oeste, Brasil

Vania Ribas Ulbricht
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Vinicius da Silva Freitas
Centro Universitário Vale do Cricaré, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Wenis Vargas de Carvalho
Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil

Yan Masetto Nicolai
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alcidinei Dias Alves
Logos University International, Estados Unidos

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Artur Pires de Camargos Júnior
Universidade do Vale do Sapucaí, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo B. Alves
Universidade Federal do Agreste de Pernambuco, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Davi Fernandes Costa
Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, Brasil

Denilson Marques dos Santos
Universidade do Estado do Pará, Brasil

Domingos Aparecido dos Reis
Must University, Estados Unidos

Edson Vieira da Silva de Camargos
Logos University International, Estados Unidos

Edwins de Moura Ramires
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Elisiene Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabete de Paula Pacheco
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Jonas Lacchini
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes
Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Nívea Consuêlo Carvalho dos Santos
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Pedro Augusto Paula do Carmo
Universidade Paulista, Brasil

Rayner do Nascimento Souza
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Samara Castro da Silva
Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Sidney Pereira Da Silva
Stockholm University, Suécia

Suélen Rodrigues de Freitas Costa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento
Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Walmir Fernandes Pereira
Miami University of Science and Technology, Estados Unidos

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.



COMITÊ DE PUBLICAÇÃO DA OBRA

COMISSÃO ORGANIZADORA

Coordenação Geral

Alexandra Alencar
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), Universidade Federal de Santa Catarina

Alinne de Lima Bonetti
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), Universidade Federal de Santa Catarina

Débora de Carvalho Figueiredo
Programa de Pós-Graduação em Inglês (PPGI), Universidade Federal de Santa Catarina

Janyne Sattler
Programa de Pós-Graduação em Filosofia (PPGFil), Universidade Fedral de Santa Catarina

Assessoria à Coordenação

Vera Fátima Gasparetto
Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH), Universidade Federal de Santa Catarina

Macrocomissão de Atividades Acadêmicas

1. Comissão de Atividades Acadêmicas

Alessandra Soares Brandão
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alinne de Lima Bonetti
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Binah Ire
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Camila Trindade Coelho
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Catarina Isabel Martins
Universidade de Coimbra, Portugal

Claudia Regina Nichnig
Universidade Estadual do Paraná, Brasil

Cintia Lima Crescêncio
Universidade Federal do ABC, Brasil

Cristina Scheibe Wolff
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Eliane Santana Dias Debus
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Elisete Schwade
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Esmeralda Mariano
Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique

Ezra Chambal Nhampoca
Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique

Fabiana Aparecida de Carvalho
Universidade Estadual de Maringá, Brasil

Florita Telo
Universidade Agostinho Neto, Angola

Francine Costa
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Glaucia Fraccaro
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Jane Felipe
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Janine Gomes da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Jules Falquet
Universidade de Paris 8, França

Júlia Glaciela da Silva Oliveira
Universidade Federal do ABC, Brasil

Lorena Araujo de Oliveira Borges
Universidade Federal de Alagoas, Brasil

Marivete Gesser
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Martha Patrícia Castañeda
Universidade Nacional Autônoma do México, México

Miriam Grossi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil



Paola Bacchetta
Universidade da Califórnia, Estados Unidos da América

Pedro Gustavo Rieger
Universidade Federal de Alagoas, Brasil

Ramayana Lira
Universidade do Sul de Santa Catarina, Brasil

Sam Bourcier
Universidade de Lille, França

Simone Pereira Schmidt
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Sonia E. Alvarez
Universidade de Massachusetts, Estados Unidos da América

Susana Rostagnol
Universidade da República Uruguay, Uruguai

Vera Fátima Gasparetto
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

2. Lançamentos de livros, revistas e materiais didáticos

Catiana Camila Clasen
Jane Felipe
João Oliveira
Lina Magalhães
Lorena Araujo de Oliveira Borges
Marlene de Faveri
Pâmela Laurentina Sampaio Reis
Samantha Carvalho
Susana Rostagnol
Tatiane Silva Cerqueira Santos

3. Minicursos

Carolina Giordano Bergmann
Erica de Oliveira Gonçalves
Luzinete Simões Minella
Mareli Eliane Graupe
Marinês da Rosa
Noelen Alexandra Weise da Maia
Tânia Welter

4. Oficinas

Carolina Parrini Ferreira
Caroline Bresolin Maia Cadore
Claudia Regina Nichnig
Fátima Lima
Gabriela Miranda Marques
Joana Borges
Letícia Borges de Assis
Lorena Araujo de Oliveira Borges
Maise Zucco
Mariana Barcelos
Mônica Angélica Pelegrini Guedes
Noelen A. Weise da Maia
Paulo Valente
Raquel Barros
Soraia Carolina de Mello
Will Paranhos
Winny Gabriela de Santana

5. Pôsteres

Antonia Dnara da Costa Nascimento
Assis Felipe Menin
Carolina Parrini Ferreira
Jair Zandoná
Lorena da luz bertoldi
Mariana Vogt Michaelsen
Patricia de Oliveira Iuva
Tania Regina Oliveira Ramos
Tatiana Bezerra de Oliveira Lopes
Thaís Fernandes
Winny Gabriela de Santana



Macrocomissão de Gestão Político-Operacional e Mobilização

1. Articulação Institucional

Fabiana Aparecida de Carvalho
Felipe José Schmidt
Fernanda Deborah Barbosa Lima
Katharine Nataly Trajano Santos
Laís Eloá
Letícia Borges de Assis
Lina Magalhães
Pamella Picolli de Lima
Will Paranhos

2. Infraestrutura

Ângela Annie Aguiar
Elizabeth Ghedin Kammers
Mariana Mendes da Mota
Marina de Oliveira Bortolatto
Matilde Quiroga Castellano
Teresa Kleba Lisboa

3. Secretaria

Ariadne Toledo
Amanaci Guilardi Matos
Beatriz Mara Momm
Giovanna Trevelin
Helaine Heck
Isadora Miranda Dymow
Maria Constância Wolff
Mar Rodrigues
Vera Fátima Gasparetto

4. Tradução

Adrian Lucas Mastrocola Garcia
Ale Mujica Rodríguez
Binah Ire
Eduarda Serefin
Elis Regina da Costa Cezário
Fernando José Martins
Helaine Cristina Heck
Joyce Luciane Correia Muzi
Matilde Quiroga Castellano
Sophia Caroline Samenezes de Jesus

5. Tesouraria e Projetos e Captação de Recursos

Carmem Vera Gonçalves Vieira Ramos
Iara Alves da França de Miranda
Joana Maria Pedro
Roselane Neckel
Talita Fernandes Araujo
Vera Fátima Gasparetto



6. Comunicação/ Webtransmissões

Ailê Vieira Gonçalves
Amanaci Guilardi Matos
Ariadne Toledo
Bárbara Souto
Beatriz Mara Momm
Bruna Fani Duarte Rocha
Camila Trindade Coelho
Daiana Roberta
Daiane Bertasso
Elaine Schmitt
Emily Celiberti
Fernanda Lanzarin
Gabriel Alexandre Elias
Helaine Cristina Heck
Isadora Miranda Dymow
Jaine Araújo da Silva
Jessica Gustafson Costa
Jéssica Schmitt
João Oliveira
Joyce Luciane Correia Muzi
Letícia Borges de Assis
Luiza Machado dos Reis
Lynara Ojeda de Souza
Renata Dariva Costa
Thais Araújo
Terezinha Silva
Vera Fátima Gasparetto

7. Monitoria

Ailê Vieira Gonçalves
Antonia Dnara da Costa Nascimento Lima
Bárbara Souto
Bianca Maria de Souza
Carolina Parrini Ferreira
Caroline Bresolin Maia Cadore
Diego Machado da Silva
Emmanuela Harakassara Rodrigues de Lima
Fernanda Denez Beck
Isabela Rodrigues Regagnan
Jônatas Stritar Alaman
Julia Dias Lopes
Juliana Crispe
Katharine Nataly Trajano Santos
Letícia Borges de Assis
Litiane Barbosa Macedo
Luiza Machado dos Reis
Mariana Vogt Michaelsen
Mauren Pavão Przybylski
Mar Rodrigues
Matilde Quiroga Castellano
Noelen A. Weise da Maia
Pamella Picolli de Lima
Samantha Carvalho
Talita Fernandes Araujo

Macrocomissão de Arte, Cultura e Movimentos Sociais

1. Atividades Artísticas e Culturais

Maria Brígida de Miranda
Lara Tatiane de Matos
Karla Gabriela Quint
Zilá Maria Muniz
Suzana Morelo Vergara Martins Costa
Helena Brandt Corrêa de Oliveira
Drica Santos
Everton Lampe de Araujo
Liliana Pérez Recio
Ive Novaes Luna
Juliana Crispe
Daiane Dordete
Vivian Coronato
Débora Zamarioli



2. Exposição Arte e Gênero

Ângela Annie Aguiar
Camila Trindade Coelho
Carmen
Cássia
Fabiana Aparecida de Carvalho
Giovanna Trevelin
Jane Felipe
Juliana Crispe
Letícia Alves Honorio
Lorena Araujo de Oliveira Borges
Lorena Galeri
Maria Brígida de Miranda
Mariana Mendes da Mota
Mônica Angélica Pelegrini Guedes
Rosa Maria Blanca Cedillo
Suzana Morelo Vergara Martins Costa
Thaina Castro Costa
Winny Gabriela de Santana
Yago Gustavo Silva

3. Mostra Audiovisual (fotografias e vídeo)

Alessandra Soares Brandão
Carla Pires Vieira da Rocha
Caroline Soares de Almeida
Carmen Rial
Cristhian Caje Rodriguez
Fernanda Deborah Barbosa Lima
Helena Brandt Corrêa de Oliveira
Isabela Rodrigues Regagnan
Juliana Crispe
Keo Silva
Letícia Borges de Assis
Lorena Araujo de Oliveira Borges
Maria Brígida de Miranda
Naiara Leonardo Araújo
Ramayana Lira
Rita de Cácia Oenning da silva
Rosa Maria Blanca Cedillo
Roseane Monteiro Virginio
Vitória Vogel Dal Bosco

4. Movimentos Sociais

Ângela Annie Aguiar
Aline Ribeiro Soares
Binah Ire
Camila Trindade Coelho
Caroline Bresolin Maia Cadore
Cássia
Cirene Cândido
Daiana Roberta
Diennifer Eloísa Campos Cardozo
Fátima Lima
Fernanda Deborah Barbosa Lima
Flavia Medeiros
Francine Costa
Helaine Cristina Heck
Julia Vivanco Bercovich
Laís Eloá
Letícia Borges de Assis
Lígia Antunes de Siqueira
Maria Zanela
Mariana Barcelos
Marlete Oliveira
Mônica Angélica Pelegrini Guedes
Sonia E. Alvarez
Vanessa Suany da Silva
Winny Gabriela de Santana



Macrocomissão de Inclusão, Diversidade, Saúde e Sustentabilidade

1. Sustentabilidade

Adriana Angerami
Cirene Cândido
Claúdia C Moro
Cláudia de Moura Dias
Daniel da Silva Stack
Daniela Rosendo
Fernanda Lima
Julia Vivanco Bercovich
Maria Eduarda da Silva Santos

2. Comissão de Transidentidades

Ale Mujica Rodríguez
Aleixo Fonseca
Amanda Fiorini
Ariel Souza
Katharine Nataly Trajano Santos
Keo Silva
Lorena Araujo de Oliveira Borges
Maria Zanela
Sophia Caroline Samenezes de Jesus

3. Crianças e Adolescentes no FG13

Regina Ingrid Bragagnolo
Rita de Cácia Oenning da Silva

4. Acessibilidade

Diego Machado da Silva
Isabella Novelli
Jamile Lima
João Paulo Vasco Avelino
Karen Borges Barbosa
Marivete Gesser

5. Saúde, Bem-estar e Segurança

Ale Mujica Rodríguez
Amanda Fiorini
Camila Trindade Coelho
Cláudia C. Moro
Mônica Angélica Pelegrini Guedes

Integrantes da Secretaria Geral e Comunicação interna

Adrian Mastrocola
Amanaci Guilardi Matos
Anna Smaha
Ariadne Toledo
Beatriz Mara Momm
Emily Celiberti
Evelin Lima
Helaine Heck
Mar Rodrigues
Olívia Varela
Oliver Timm
Vitoria Manno
Thais Araújo

Coordenação	Vera Fátima Gasparetto
Assistente de Publicação	Helaine Heck
Site	https://www.fg2024.eventos.dype.com.br/site/capa
Instagram	https://www.instagram.com/fazendo_genero/
Facebook	https://web.facebook.com/FazendoGenero/
Suporte do Site	Dype Soluções
Suporte ao Projeto	Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (FAPEU)

Agradecimento especial a todos os setores, pessoas, estudantes, docentes, técnicos/as administrativas/os, trabalhadores/as terceirizadas/os da UFSC, que tornaram possível a realização do evento.

Apoios:



SUMÁRIO

Débora Figueiredo
Alinne de Lima Bonetti
Vera Fátima Gasparetto
Francine Costa
Tatiane Silva Cerqueira Santos
Apresentação **25**

PARTE I **32**

CAPÍTULO **1**
Charlene Pereira de Jesus
Eu vim de longe… **33**

CAPÍTULO **2**
Joana D'arc da Silva Cavalcante
Conferência Mestra Joana **35**

CAPÍTULO **3**
Catia Paranhos Martins
Batucada feminista na terra vermelha **49**

CAPÍTULO **4**
Any Moraes
Cíntia Pereira Barenho
Thayane Cazallas do Nascimento Kingeski
Marcha Mundial das Mulheres
a periferia feminista:
ações das Cozinhas Solidárias do Morro da Cruz-RS **75**



CAPÍTULO *5*

Sandra Caponi

Loucas contra o fascismo:
o viés de gênero na história da psiquiatria **98**

CAPÍTULO **6**

Claudia Regina Nichnig

Corpos-territórios em luta:
entre silenciamentos e resistências **119**

CAPÍTULO **7**

Vera Fátima Gasparetto
Ariadne Toledo Nunes Pereira
Emily Dalpiaz Celiberti Fernandes
Evelin Luana Lima Neves
Helaine Cristina Heck
Thais Araujo de Freitas

Contra o fim do mundo,
com afeto e organização:
os desafios e as possibilidades
de construir um evento feminista **147**

CAPÍTULO **8**

Marlene Tamanini

Desafiar o fim do mundo:
cuidar de si, dos outros, da vida e da morte,
um esperançar comprometido **184**

CAPÍTULO **9**

Binah Ire
Fernando José Martins
Matilde Quiroga Castellano

Traduzindo contra o fim do mundo:
estratégias e conexões **207**



PARTE II 217

CAPÍTULO 1
Keo Silva
Cisnormatividade como (de)codificador cultural:
reflexões sobre o tema no campo educacional e de produção de conhecimento 218

CAPÍTULO 2
Zuleide Paiva da Silva
Maria Lizandra Mendes de Sousa
Amélia Tereza Santa Rosa Maraux
"Quem disse que eu não morro quando uma de nós morre?":
reflexão sobre o levante nacional contra o lesbocídio 242

CAPÍTULO 3
ciber_org
A identidade é uma ilha de edição 267

CAPÍTULO *4*
Laira Rocha Tenca
Silêncio e imagem:
lesbianidade, religião e memória no cinema independente brasileiro 291

CAPÍTULO 5
Camila Marques
Isadora Sabbi Dias
Making of Silver Fever:
mulheres e dissidências de gênero atrás das câmeras 310



CAPÍTULO **6**

Djalma Thürler
Duda Woyda
Os resíduos do verbo encenam uma bala dentro de mim:
notas para a construção de um teatro de autoria *queer* **319**

PARTE **III** **339**

CAPÍTULO **1**

Amina Mama
Respostas feministas transnacionais do Sul ao colonialismo, à guerra e ao genocídio **340**

CAPÍTULO **2**

Mariana Prandini Assis
Reinventando a governança reprodutiva:
feminismos, aborto e acompanhamento na América Latina **371**

CAPÍTULO **3**

Terezinha Silva
Thais Araujo
Adriane Canan
A qualificação da cobertura jornalística de feminicídios e o documentário como ferramenta educativa **401**

CAPÍTULO **4**

Juily Manghirmalani
Migrações contemporâneas e dilemas de acolhimento de mulheres muçulmanas **422**



CAPÍTULO **5**

Luciana V Almada

“Nos sacaron todo, nos sacaron hasta la calle...”:
Discusiones sobre trabajo sexual
y su reconocimiento en Argentina **441**

CAPÍTULO **6**

Lina Magalhães
Gláucia de Oliveira Assis

“Elas são mais de casa”:
experiência laboral das mulheres paraguaias
(trans)fronteiriças-nacionais **455**

CAPÍTULO **7**

Assis Felipe Menin

O movimento antigênero e as violências nas escolas de Santa Catarina **487**

PARTE **IV** **510**

CAPÍTULO **1**

Adriana Guzmán Arroyo

¿De qué feminismos estamos hablando? Género, patriarcado y despolitización **511**

CAPÍTULO **2**

Miléia Santos Almeida
Marta Aparecida dos Santos Mamédio

“Nós somos terra”:
imagens da re-existência de mulheres indígenas
no Oeste da Bahia **525**



CAPÍTULO **3**

María Belén Riveiro

Feminaria:
teorizando o feminismo e politizando o conhecimento **544**

CAPÍTULO **4**

Criselli Maria Montipó
Cíntia Silva da Conceição
Myrian Del Vecchio-Lima

Justiça climática e gênero:
experiências, articulações e possibilidades..... **569**

CAPÍTULO **5**

Liane Schneider
Loreley Garcia
Luciana Calado Deplagne

Resistência no campo
de publicações feministas:
celebrando os vinte anos da Revista Ártemis **593**

CAPÍTULO **6**

Bianca Rubim Antunes

O neoliberalismo como política
do desmentido e do terror:
uma explicação aos assassinatos em massa nas escolas **602**

CAPÍTULO **7**

Camila de Almeida Lara
Letícia de Assis
Nathalia Müller Camozzato

Narrando o HIV no Fazendo Gênero:
roda de conversa "Mulheres, hiv e interseccionalidades" **620**

CAPÍTULO **8**

Willian Luiz da Conceição

Branquitude, gênero e colonialidade:
corpos racializados como maquinaria do capitalismo **630**



CAPÍTULO **9**

Pamela Marmentini Corrêa
Sinara München
Maternidade na educação superior:
ações e pesquisas na Universidade Federal da Fronteira Sul **654**

PARTE **V** **666**

CAPÍTULO **1**

Silvana Barbosa Macêdo
Juliana Crispe
Encontros com 9 árvores amazônicas:
anticolonialismo, arte contemporânea e saberes
tradicionais amazônicos **667**

CAPÍTULO **2**

Karina A Bidaseca
"Mantendo o céu no futuro
do fim do mundo."
Dor e memória do trauma colonial nos
eco-artivismos indígenas e feministas **679**

CAPÍTULO **3**

Juliana Crispe
Lorena Galeri
Letícia Honorio
Thainá Castro
O Coletivo É Político:
4ª Exposição Internacional de Arte e Gênero **705**

CAPÍTULO **4**

Pamella de Caprio Villanova
Plástico, um mito contemporâneo:
dramaturgia teatral em fotonovela **725**



CAPÍTULO **5**

Júlia da Silva Oliveira
Patricia Fogelman
Victoria Polti

Ativismos artísticos e artivismos feministas:
trajetórias na Argentina e no Brasil **743**

CAPÍTULO **6**

Luísa Escher Furtado
Thoya Lindner Mosena
Nelly Brito
Laura Marosin de Oliveira

Bordação e falatório:
tecendo uma escuta feminista **773**

CAPÍTULO **7**

Luciana Lyra

Gozoridade:
Ações cênico-feministas como plataformas de militância **798**

CAPÍTULO **8**

Maria Brígida de Miranda
Suzana Morelo Vergara Martins Costa
Daiane Dordete Steckert Jacobs
Fabrício Theiss
Geane Salasário Albino
Iscarlat Lemes
Jackson Bosa

Um palco todo nosso:
pesquisas em artes cênicas na Mostra
de Atividades Artísticas e Culturais do FG 13 ..... **823**

CAPÍTULO **9**

Juliana Alves Bezerra de Andrade
Priscila Cristina Freitas
Lizyane Francisca Silva dos Santos Locatelli

A educação midiática frente à objetificação
dos corpos femininos **859**



PARTE VI 882

CAPÍTULO 1
Geórgia Mendes Sousa
Fusão 883

CAPÍTULO 2
Joanna Leoni
Palavra de ordem 908

CAPÍTULO 3
Laura Coelho
Costurando *madura* com palavras:
entre impossíveis e húmus 914

CAPÍTULO 4
Ariska Anastásya da Costa Lopes
EscravizadaAnaesté[si~ti]ca:
livre 922

CAPÍTULO 5
Ornela Barone Zallocco
Francisca Rosso Felizia
Codigo Cuir Manifiesto 928

CAPÍTULO 6
Jair Zandoná
Tânia Regina Oliveira Ramos
Circulação de publicações feministas:
quando publicar é uma aventura que se faz coletiva 934

Sobre os autores e as autoras 946

Índice remissivo 972



APRESENTAÇÃO

FAZENDO GÊNERO 13: CARTOGRAFIAS FEMINISTAS CONTRA O FIM DO MUNDO

Débora Figueiredo
Alinne de Lima Bonetti
Vera Fátima Gasparetto
Francine Costa
Tatiane Silva Cerqueira Santos

O Seminário Internacional Fazendo Gênero 13 – Contra o fim do mundo: anticolonialismo, antifascismo e justiça climática ocorreu na Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis, em 2024. A edição que marcou os 30 anos de existência do evento reuniu mais de 6.500 pessoas de todas as regiões do Brasil e de várias partes do mundo, configurando-se como um dos maiores encontros feministas da América Latina. Seu impacto extrapolou a dimensão acadêmica em aliança com movimentos sociais e artísticos, com pessoas da academia, da militância e da arte, consolidou como uma plataforma política, pedagógica, artística e institucional de educação e de articulação de perspectivas feministas.

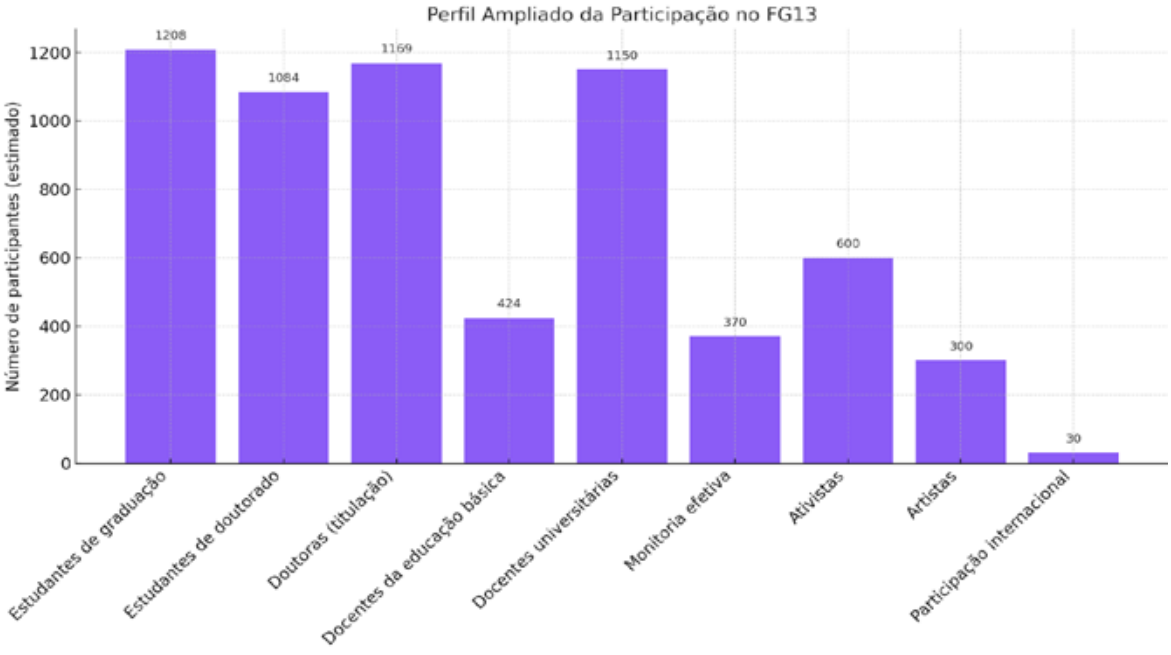
Com participantes de todos os estados brasileiros e de mais de 30 países como Argentina, Angola, Bolívia, Chile, Índia, França, México, Moçambique e Nigéria, o FG13 foi espaço de convergência de saberes transnacionais. Destacamos a dimensão educativa do evento que contou com mais de 1500 estudantes de pós-graduação, 1200 de graduação e cerca de 400 monitoras, como se pode ver no gráfico abaixo. A própria produção deste e-book, que envolve autoras, organizadoras, editoras e avaliadoras, configura-se também

como um exercício pedagógico coletivo. Os textos aqui reunidos poderão ser utilizados em salas de aula, cursos de formação, redes populares e espaços de militância.

A presença das conferencistas Adriana Guzmán (Bolívia), Amina Mama (Nigéria/EUA), Débora Diniz (Brasil) e Mestra Joana (Pernambuco/Brasil), fortaleceu o diálogo entre os feminismos do Sul Global. Suas reflexões partilhadas no evento, estão aqui sistematizadas e se somam a outras reunidas nesta obra que se inscrevem nessa rede e se alinham à produção intelectual comprometida com justiça social e de gênero em âmbito global.

SUMÁRIO

Gráfico com o perfil da participação no Fazendo Gênero 13



Fonte: Relatório de Atividades - Seminário Internacional Fazendo Gênero 13, 2024.

SUMÁRIO



UMA PALAVRA SOBRE A METODOLOGIA FEMINISTA PARTICIPATIVA DO FG13

Inspiradas pelas práticas feministas de construção de consenso na ação, a organização do FG13 foi pautada pela intenção de decisões coletivas e horizontais, buscando a criação de espaços democráticos de participação direta. Dessa forma, a Comissão Geral de Organização do FG13 mobilizou mais de 20 comissões, organizadas em quatro Macrocomissões, que foram coordenadas por cada uma das quatro coordenadoras gerais do evento, como forma de horizontalizar a gestão e favorecer o fluxo integrado de ações.

A Macrocomissão de Atividades Acadêmicas foi responsável pelos Simpósios Temáticos (STs), comunicações orais, mesas-redondas, pôsteres, minicursos, oficinas e lançamento de livros. Coordenou também a interlocução com o sistema de submissão e as publicações, tendo papel central na dimensão científica do evento. Já a Macrocomissão de Gestão Político-Operacional e Mobilização articulou a logística geral, bem como as comissões de infraestrutura, secretaria, tesouraria, acessibilidade, segurança, credenciamento e monitoria. Foi essencial para manter o funcionamento coordenado do conjunto das comissões e garantir a articulação política com instituições parceiras, além da organização da Marcha contra o fim do mundo.

A Macrocomissão de Arte, Cultura e Movimentos Sociais reuniu ações da Mostra Artística, performances, Feira de Livros, Tenda Mundos de Mulheres, Marcha e diálogo com os movimentos sociais. Reforçou o caráter poético, artivista e plural do FG13. Já a Macrocomissão de Inclusão, Diversidade, Saúde e Sustentabilidade organizou as ações voltadas a transidentidades, acessibilidade, crianças e adolescentes, saúde emocional, cuidado com os corpos e com o meio ambiente, assim como a Feira da Economia Solidária,

SUMÁRIO



Antirracista, da Saúde e Sustentabilidade, buscando um ambiente no evento comprometido com práticas de sustentabilidade, justiça social e inclusão.

Os planejamentos e ações das comissões eram apresentados, debatidos e deliberados nos encontros mensais os "almoventos" realizados no Espaço Cultural Gênero e Diversidade (ECGD) do IEG, também seguindo a tradição da comensalidade feminista. Organizados pela Macrocomissão de Gestão Político-Operacional e Mobilização, os almoços comunitários em que cada pessoa participante levava um alimento a ser partilhado, assim como seus próprios talheres e pratos de modo a garantir a sustentabilidade que marcou esta edição celebrativa, na busca da redução do uso de plásticos e descartáveis eram acompanhados de intensos debates, trocas de ideias e decisões, desde a concepção do tema da edição e de sua identidade visual até o conjunto de atividades acadêmicas, culturais e ativistas do Fazendo Gênero.

UM PLURIVERSO FEMINISTA COMO PROPOSIÇÃO DE OUTROS MUNDOS

O evento acolheu crianças, pessoas idosas, artistas, lideranças comunitárias e intelectuais de diversas trajetórias que circularam pelos espaços da Tenda da Economia Solidária, Tenda Mundos de Mulheres, exposições, oficinas, mesas-redondas, conferências, simpósios temáticos, minicursos e mostras audiovisuais, encontros que afirmaram a dimensão social e cultural dos feminismos. Esse pluriverso feminista reafirmou o FG13 como espaço de denúncia das múltiplas formas de opressão: racismo, colonialismo, fascismo, cisheteronormatividade e capitalismo predatório sintetizadas nos múltiplos genocídios que tem sido a marca indelével dos nossos tempos, materializados no horror em Gaza. Mas não apenas de

SUMÁRIO



denúncia, foi também uma arena de proposição de alternativas políticas feministas, cuja amostra este e-book sintetiza e em que cada capítulo tensiona os limites do possível, afirma que, contra o fim do mundo, seguimos construindo mundos outros.

Esta publicação é parte do momento pós-evento, em que convidamos as pessoas participantes do FG13 a partilhar o registro dos saberes colocados em diálogo com a comunidade que se formou ao longo do evento. Trata-se de um esforço que se soma aos Anais Eletrônicos, publicados em formato de artigos e pôsteres, e nasce como um gesto de continuidade, memória e disputa de sentidos. Este e-book reúne 44 trabalhos apresentados durante o evento, organizados em seis partes temáticas que espelham alguns dos eixos de ação-reflexão do FG13: feminismos territoriais, dissidências de gênero e sexualidade, justiça social, epistemologias insurgentes, artivismos e poéticas feministas. Os textos, performances e reflexões aqui reunidos denunciam violências estruturais e históricas e também constroem alternativas: entre palavras, corpos e afetos, costuram resistências e imaginam futuros possíveis. Sob o signo da urgência e da esperança, os trabalhos reunidos ecoam a centralidade dos feminismos anticoloniais, antifascistas e ecossociais diante do colapso múltiplo que enfrentamos – político, ambiental, epistêmico e civilizacional.

A Parte 1 - "Tecendo insurgências: feminismos em movimento e territórios em disputa" reúne diferentes contribuições em torno de narrativas de lutas feministas que nascem do chão, atravessam corpos e constroem alianças nos territórios. Apresenta experiências que denunciam o patriarcado, o colonialismo e o capitalismo, e também organizam resistências. São práticas de militância cotidiana e de insurgência coletiva, costuradas com afetos, batucadas, redes e saberes ancestrais. Os feminismos anticoloniais "rompem com a lógica universalizante do sujeito mulher" (Ochy Curiel, 2020, p. 2) e reivindicam práticas político-afetivas situadas. Aqui, o território é corpo, memória e combate.



Já a Parte 2 - "Dissidências e desejos: corpos *queer* em resistência" interroga a norma, a desmonta e a ressignifica. Corpos que desafiam a cisheteronormatividade e os regimes de verdade afirmam outras formas de existir, desejar e nomear-se. Se "os corpos não são dados biológicos, mas produções tecnopolíticas" (Paul Preciado, 2014, p. 35), as dissidências não são exceção, mas fissuras que anunciam outros mundos possíveis, em que gênero, sexualidade e afeto escapam das gavetas do controle.

As reflexões da Parte 3 - "Feminismos em estado de alerta: violências, direitos e justiça" são vozes feministas que se erguem contra o silêncio e a impunidade, denunciando violências estruturais e propondo justiça. Reúnem análises e ações que enfrentam o feminicídio, o racismo institucional, a misoginia judicial e as desigualdades de gênero nos territórios e nas políticas públicas, enfrentando a colonialidade do poder e sua matriz de gênero que desumaniza corpos racializados e feminilizados (María Lugones, 2014, p. 940). Não basta nomear a violência: é preciso desmantelá-la.

Contra o epistemicídio, a Parte 4 - "Epistemologias Feministas no Sul-Sul: Conhecimentos Insurgentes e Políticas do Saber" afirma o direito de saber, de nomear e de narrar a partir de outros olhares, sentidos e margens. São produções teóricas e experienciais que desafiam o universalismo da produção de conhecimento branco, masculino e eurocentrado, e propõem uma política do conhecimento situada, pluriversal e enraizada nos feminismos anticoloniais e populares.

A arte, aqui, na Parte 5 - "Artivismos contra o fim do mundo: performance, corpo e território" é grito e gesto. É corpo em movimento, ação no espaço, denúncia encarnada. Artistas-feministas performam resistências em cenas urbanas, florestas, territórios indígenas e redes digitais. Lembram-nos de que o corpo é um arquivo, "um lugar de memória e resistência performativa" (Diana Taylor, 2013, p. 34). A criação estética afirma-se como prática política que habita a imaginação radical em tempos de urgências.

SUMÁRIO



Nem toda luta se faz com gritos. Há também quem escreva com o corpo, quem borde palavras, quem fabule futuros. Na parte 6 – "Poéticas da insurgência: arte, escrita e imaginação feminista" obras literárias, visuais e experimentais rompem silêncios, transbordam sentidos e inventam novas formas de dizer o indizível, já que "a poesia não é um luxo, é uma necessidade vital de nossa existência" (Audre Lorde, 2019, p. 41). A poética é política, insubmissa, sensível e também pode ser transformadora.

Além de registro de memórias, este livro é um convite à continuidade. À ação situada. À partilha de saberes como forma de cuidado e resistência. O *Fazendo Gênero 13* reafirmou, mais uma vez, que não estamos sós e que fazer gênero é também fazer futuro. Este livro é, portanto, um convite à escuta, ao diálogo e à mobilização coletiva diante do desafio ético e político de reinventar a vida – contra o fim do mundo, por mundos outros. Ele compõe uma das estratégias de ampliação do legado do FG13: um evento que não se encerra em si, mas se refaz nas páginas que seguem, nas lutas que persistem e nas alianças que continuam a ser tecidas, reverberando no tempo.

REFERÊNCIA

CURIEL, Ochy. Descolonização e interseccionalidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 3, p. 1–12, 2020.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual**. São Paulo: n-1 edições, 2014.

COMISSÃO ORGANIZADORA. Relatório de Atividades do Seminário Internacional Fazendo Gênero 13. Instituto de Estudos de Gênero/UFSC, 2024.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 939–962, 2014.

TAYLOR, Diana. **O arquivo e o repertório: performance e memória cultural nas Américas**. São Paulo: UNESP, 2013.

LORDE, Audre. **Irmã outsider: ensaios e discursos**. Tradução de Heci Regina Candiani. Rio de Janeiro: Elefante, 2019. 240 p.



Parte I

Charlene Pereira de Jesus

EU VIM DE LONGE...

Eu vim de longe,
E não foi à toa que cheguei aqui
Ao chegar nessa oficina,
Entendi a energia que me trouxe aqui.

Paripiranga é meu lugar
Carrega um apelido espetacular
A chamam da Paris nordestina,
Pois o clima nos faz lembrar
Lembrar de um clima europeu
Mesmo nunca estando lá.

As terras paripiranguenses
São cheias de riquezas naturais
Lá é o lugar onde se diz que tudo que se planta dá.

Temos o milho, a abóbora, a jaca e o feijão
Carretas fazem fila
E levam para longe grande parte do que foi colhido nas plantações.

A terra descansa... depois é preparada
E novas sementes serão utilizadas.

Mas... olha uma contradição
Em Paripiranga há uma subdivisão

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-480-3.1

SUMÁRIO



SUMÁRIO



De um lado fica a mata e as plantações
Do outro... o rio Vaza Barris passa,
Mas o que reverbera é a seca e as lamentações.

Essa realidade aos poucos está mudando
Pesquisadores, pesquisadoras, artistas, voluntários
Estão chegando por lá
Levando para aquelas pessoas
Algo que não se pode comprar:
Conhecimento e informação estão adentrando naquele lugar.

As pessoas precisam desse rio...
O rio precisa de cuidado...
E nesse respeito do ter e do saber cuidar
Aquele contexto está sendo mudado.

Passaria horas escrevendo
Sobre o meu lugar e o meu vivenciar
Que bom estar aqui no Fazendo Gênero
E poder vos contar
Que a Paris...piranga existe
Faço parte da história daquele lugar.

Joana D'arc da Silva Cavalcante

CONFERÊNCIA MESTRA JOANA

SUMÁRIO



INTRODUÇÃO

Joana D'Arc da Silva Cavalcante é uma artista popular pernambucana. Até os dias de hoje, é a única mulher a coordenar e apitar o batuque de uma nação de Maracatu de baque virado, a Nação Encanto do Pina. Além disso, lidera outros dois grupos: o Baque Mulher e o Mazuca de Quixaba. A história da Mestra Joana virou um livro didático e foi disseminado pelo Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL). O livro "Sementes de Joana: a primeira Mestra de Maracatu", da Mariana Queiroz, com ilustração do André Shibuya, foi distribuído para todo o Brasil.

Como professora de Maracatu, ensina fundamentos dos batuques, danças e a dança dos orixás. Desde 2008, viaja pelo sul e sudeste do Brasil divulgando seus conhecimentos e formando novos batuqueiros. Cavalcante também participou do Encontro Internacional do Maracatu em 2016, em Paris, na França, onde atuou como professora de dança e de agbê. Única mestra de Maracatu de baque virado, ela inspira muitas mulheres batuqueiras e moradoras de comunidades que lutam por igualdade e empoderamento em diversos espaços.

Foram muitos meses sonhando, gestando, tecendo, quebrando a cabeça e operando nas frestas para estar aqui ao seu lado. E, sobretudo, Mestra, trazer para esta instituição de ensino a possibilidade de também aprender. Muitas vezes, chegamos à universidade achando que aqui é o único lugar de verdade e conhecimento, enquanto, ao redor do campus, há muita vida sendo produzida.

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-480-3.2

SUMÁRIO



O dia dessa conferência foi sagrado: 1º de agosto, Dia Nacional do Maracatu. Lembro que, quando fazia minha tese de doutorado, ficava pensando: Por que uma Mestra Joana não é reconhecida como Michel Foucault? Por que esses saberes, tão transformadores, não estão em pé de igualdade dentro da instituição acadêmica? Estar nesta organização é também uma estratégia política de inscrever esses conhecimentos que, pelo menos na minha vida, me possibilitam ser.

Agradecemos à senhora e, em seu nome, a toda a ancestralidade do Maracatu – uma linhagem vasta, que vem de muito antes da senhora, mas que nos permite, especialmente nós aqui no sul do Brasil, enquanto pessoas negras, reintegrar nosso ser, costurar nossas fraturas causadas pelos sistemas de opressão e ainda sonhar, dançar, cantar, girar a saia, sorrir e amar.

O Maracatu é uma cosmovisão, um saber-fazer que tem possibilitado às pessoas negras – e a toda a sociedade – ser diferente, ser mais humano. E, acima de tudo, ensina à academia que é possível praticar uma ciência comprometida, uma ciência em torno da vida, diante desse sistema de morte que insiste em nos destruir.

Então, gratidão imensa, Mestra, por sua existência e pela existência de sua ancestralidade.

MESTRA JOANA

Estava falando para a Professora Alexandra e para as meninas que reger um baque, reger 500 pessoas, 100 pessoas, é fácil. Facílimo, mas falar na frente de tantas pessoas intimida. Quero agradecer, saudar a todos, todas e todes, agradecer à Xanda pelo convite, pela luta, por proporcionar esse momento, a todas as guerreiras do Baque Mulher que estão aqui, firme e forte. Baque Mulher! E para ficar menos nervosa, eu vou começar cantando uma loa, pode ser?



"É por esse baque que eu ergo a voz. Eu não ando sozinha, eu venho por mim, venho por todas nós. E se mexer com elas, eu não vou deixar, não vou. Esse baque é maré, vem das ondas mulher, filha de Iemanjá. E se mexer com elas, eu não vou deixar, não vou. Mulher guerreira com brilho de Oxum e a coragem de Oyá. Mulher guerreira com brilho de Oxum e a coragem de Oyá. Axé!"

Eu sou nascida e criada dentro da Comunidade do Pina, na Comunidade do Bode, já nasci dentro do terreiro, porque eu nasci em casa, quem fez o parto da minha mãe, foi a minha avó, Mãe Quixaba, a nossa matriarca. Então, sou nascida e criada já na origem, no berço, na Macumba. Já dentro do Maracatu e já ouvindo os tambores.

Desde que eu me entendo por gente, já ouço – desde sempre – que a mulher não podia estar no tambor, que a mulher não podia estar em vários espaços, e, como dentro das comunidades e das periferias, o abandono social, ele traz esse impacto de falta de informação. Então, a gente nasce achando, entendendo que tudo aquilo é normal. Entender o que é ser mulher preta periférica é informação que chega agora, é novo, eu não entendia o que era ser mulher preta periférica. Então, eu nasci nesse contexto, dessa falta de informação, juntamente com toda a família, mas eu nasço – como disse – com um privilégio, porque nasci dentro do terreiro, dentro do candomblé.

E é aí onde tudo muda, porque por mais que a gente não tenha as informações, temos o principal, que é a educação de terreiro. Respeitar os nossos mais velhos, a hierarquia, sempre ter um norte para nos guiar para o nosso Axé dentro do nosso quilombo, nos cuidar, nos proteger, incondicionalmente, mesmo sem entender as políticas que nossos mais velhos estavam desenvolvendo; que é o fazer para sobreviver, mas fazer com militância, é um ajudar o outro. Era uma época que não existia creche, uma época que não existiam leis para nos defender, e nossas mais velhas estavam ali sempre criando, fortalecendo umas as outras. Então, dentro desse quilombo, dentro da comunidade, a creche é o terreiro, a delegacia é



o terreiro, os divãs é o terreiro. Então, eu venho dessa educação, que minhas mais velhas, as Mães do Pina, eram as que nos norteavam, e que nos norteiam até hoje.

Então, eu nasço dentro de um contexto de um abandono social, político, mas totalmente rico na questão do Axé, dos fundamentos religiosos. E aí, porém, todavia, sempre questionando o porquê de tanto não. O porquê de a mulher não ter direito de nada, mas nesse processo. E aí, me deparo com o Maracatu Encanto do Pina, que está inserido dentro do Maracatu, e se repete, não poder tocar, não poder, não poder, não poder, passam-se os anos, passam-se os tempos, e nada pode. E um belo dia, chegam as Mães do Pina para jogar os búzios, para confirmar quem ia assumir a nação do Maracatu, que era a nação que minha avó foi fundadora, e quem foi escolhido pelos búzios foi eu. E como? Por que ter que pedir autorização aos búzios para que eu pudesse estar à frente do Maracatu? Eram muitas perguntas naquela época que surgia.

E só depois que eu assumi o Maracatu, foi que eu vim a entender que era por conta do machismo, pelo racismo, por ser um espaço que a gente não era permitida acesso. Então, era muito difícil entender tudo. Por que eu sou nascida e criada dentro desse contexto, de saber tocar todos os instrumentos, estar dentro e inserida dentro da comunidade, e não ter esse espaço, né? Eu aprendi da pior forma possível, quando assumi o Encanto do Pina, e todos os batuqueiros homens saem, abandonam a Nação, e aí começou essa luta, essa trajetória, que me levou a chegar aqui até hoje.

Quando eu assumo a Nação Encanto do Pina, como eu falei antes, os homens saem da Nação. Não queriam ser regidos por mulheres. Era uma época em que as mulheres estavam adentrando nos Maracatus. Para quem não conhece o Maracatu, ele é um ritmo musical de Pernambuco. Tem sua origem em Pernambuco e hoje está no mundo inteiro. Tem a bateria, que antigamente chamava-se bateria, dá-se o nome de baque, e é composto por um acorde real e



várias alas, que simbolizam vários segmentos religiosos. O primeiro registro que tem do Maracatu é de 1800, que é do Maracatu Elefante, então, Maracatu tem mais de 200 anos. Onde as mulheres sempre foram o pilar. Se você for fazer pesquisa do que é Maracatu, você vai se deparar com vários nomes de mulheres, rainhas e lideranças espirituais, mas você não vai encontrar essas mulheres como protagonistas, porque elas sempre foram invisibilizadas, por conta do machismo. Que era o quê? Um espaço onde só os homens atuavam, que era o baque, só os homens estavam em evidência. Então, o Maracatu tem 200 anos e só há 17 anos tem uma mulher na frente do Maracatu Nação, que sou eu.

Então, daí a gente nota a quantidade de reparação histórica que ainda falta nesse processo. A mulher não tinha esse direito, não tinha protagonismo dentro do Maracatu, mas era uma mulher que sempre fez tudo, costura, lava, cozinha, ergue, tudo dentro do Maracatu, quem faz é a mulher. Então, o único papel que a mulher não desenvolvia era o tocar, que era a visibilidade maior do Maracatu e deu seu devido lugar nesse reconhecimento.

Então, quando eu assumo o Encanto do Pina, naquele processo em que as mulheres estavam adentrando os baques dos Maracatus Nações de Pernambuco, era um processo, era um lugar muito hostil. Tocar Maracatu Nação naquela época dentro das Nações era um lugar muito dolorido. As mulheres não podiam olhar para o lado, não podiam sorrir, tudo era uma falta de respeito. Tinha que se camuflar, tinha que tocar de calça, prender o cabelo, botar chapéu para se camuflar dentro do baque do Maracatu, porque era proibido dizer que era mulher ali naquele espaço. Então, quando eu assumo o Encanto do Pina, eu senti a necessidade de ter um espaço que eu pudesse tocar o Maracatu, tocar o tambor, eu nasci sentindo o Maracatu nas minhas veias, o tambor nas minhas veias, mas para que eu pudesse sentir prazer de fazer aquilo, de sorrir. Simplesmente o fato de pegar o tambor e tocar e sorrir dentro do Maracatu, não podia. Então, sentia a necessidade, sentia essa necessidade de ter



esse lugar. E foi quando eu reuni as mulheres da comunidade, algumas mulheres que faziam parte das Nações do Pina, para a gente tocar Maracatu juntas.

Então, o Baque Mulher vem dessa vontade de a gente tocar o tambor e ter essa troca de felicidade. E a gente se encontrava, nós começávamos a fazer esses encontros dentro da comunidade. Algo que não deu certo fazer dentro da comunidade, porque existiam duas Nações dentro da comunidade, e os homens, logicamente, não iam deixar. Então, quando a gente se reunia para fazer dentro da comunidade, sempre tinha lá todos os atropelos que a gente sabe que acontecem. Então, passamos a ir para o Centro Histórico de Recife, todo domingo reunia as mulheres da comunidade, e a gente ia para o Centro Histórico de Recife fazer o Maracatu. Ou seja, saíamos da nossa comunidade para ir a outro espaço.

Nesse outro espaço que a gente passou a ir aos domingos, as mulheres jovens da comunidade iam junto, porque sempre tinha um trabalho social dentro da comunidade. Como era um espaço, acredito eu, neutro, a gente saía daquela bolha. Nesse espaço que a gente conseguiu no Recife Antigo, as mulheres começaram a vir, e, após os ensaios, a gente parava para dialogar. Então, começaram a surgir os relatos, começou a chegar os relatos de abuso para a gente, naquela roda, as violências que as mulheres sofrem dentro da comunidade. Violências essas que são enraizadas, que são romantizadas, porque é isso, dentro das periferias a gente está em 2024, mas a realidade ainda é essa, o bater é romantizado, a violência contra a mulher ainda é muito fomentada e velada dentro das comunidades.

As informações começaram a chegar para mim, em uma época que eu não entendia nada do que era machismo, feminismo, racismo, e é uma época bem recente, a época do Orkut. O Baque Mulher começa em 2008, a gente tem um processo de se organizar para tocar Maracatu, e aí chega o Orkut, que é quando chega a internet. Um belo dia eu me deparo no Orkut com a palavra feminismo,



e eu curiosa, o que é feminismo? E foi quando eu passei a linkar o que as meninas traziam após os ensaios do Baque Mulher, com aquela palavra feminismo, aí eu entendi que precisava fazer alguma coisa para ajudar essas meninas da comunidade, que é o meu contexto. Porque eu também vim dessa educação de que é normal apanhar, foi ali que até eu entendi isso, e como passar para as meninas da comunidade que a gente poderia revidar, que a gente poderia denunciar e a gente não tem que omitir o que acontecia? E aí vem um outro problema, eu sou da comunidade, essa violência é velada dentro da comunidade, a violência ela é fomentada dentro da comunidade, e a partir do momento que eu fui combater de frente essa violência, eu estaria colocando a minha vida e a vida da minha família em risco.

E aí foi quando eu compus a primeira loa, *Maria da Penha é Forte*, porque eu entendi através da palavrinha feminismo que eu vi no Orkut, fui pesquisar e encontrei a Lei Maria da Penha, e foi a primeira loa que eu fiz. Levei para as meninas da comunidade, que a gente tinha sim que denunciar as violências. Nesse sentido de que é um Maracatu e a gente vem aqui só para fazer um batuque, a gente não ia ali para militar nada, porque eu tinha medo de alertar as meninas e sofrer a represália. E aí vem a *Maria da Penha é Forte*, e foi quando a gente iniciou esse processo de militância, e o Baque Mulher virou uma chavinha.

Deixamos de ser um grupo que se reunia para batucar, e passamos a ser um grupo para militar, e foi nesse processo que eu entendi o que era ser mulher negra, periférica, e me deparei com essa luta, com a necessidade de lutar dentro da comunidade e levar para as minhas meninas. E esse processo ele foi cada vez ficando mais forte, e a gente está aqui hoje falando sobre ele. E aí o Baque Mulher me ajudam a cantar, né?

"Maria da Penha é forte, é forte para valer, com sua força e coragem fez a lei acontecer. A lei Maria da Penha, agora eu já sei, 11.340 do ano 2006. Mulheres do mundo inteiro, com garra pra



vencer, vamos unir nossas forças e fazer acontecer. Temos direito à liberdade, temos direito de viver, temos direito, temos direito, temos direito de vencer."

A primeira loa do Baque Mulher para a militância.

Como Recife, Pernambuco, tem um Carnaval multicultural, o melhor Carnaval do Brasil e do mundo, sem modéstia, é mesmo. Em Recife, você vai se deparar com os polos descentralizados, onde você vai encontrar em cada palco descentralizado, espalhado por Recife, todo o nosso movimento de cultura. Coco, Afoxé, Maracatu, Caboclinho, você vai se deparar com tudo. Que fizeram gratuitamente. Infelizmente, é muito escasso ainda, para nós que fazemos cultura, o apoio é muito pouco, o apoio financeiro é pouquíssimo. Mas o Carnaval é o nosso ponto X, é o momento, a gente se prepara o ano todo para aquele momento. Então, a gente pega as oportunidades naquele momento e a gente vai mostrar a nossa comunidade e nosso trabalho. Então, o Carnaval é onde a gente mostra o que nós temos de melhor.

Então, vocês vão se deparar com isso, e não tem como não ser o melhor carnaval do Brasil. E aí, com isso, as mulheres que vão para o Recife procurar o Maracatu, que é momento onde o Baque Mulher se expande no Brasil inteiro, a gente passa a militar, a gente começa a compor. Desde 2008, quando o Maracatu Baque Mulher é fundado, a gente tem o nosso desfile oficial, que sai na sexta-feira de Carnaval, e as mulheres que vão, conhecem o Baque Mulher, se encantam, batuqueiras de outros estados vão para desfilar no Maracatu e pedem autorização para fazer o Baque Mulher em suas cidades.

Então, aí o Baque Mulher se ramifica, hoje temos 38 filiais espalhadas no Brasil e duas fora do Brasil. Norte, Nordeste, Centro, Sudeste, Sul e exterior. A gente se ramifica, a gente se fortalece enquanto mulheres que lutam pela liberdade. Na nossa forma de organização, a gente tem um regimento interno, que não é um regimento ocidental, é um regimento de preocupação na questão dos fundamentos.



Qual é a minha preocupação dentro do movimento Baque Mulher? Os propósitos, é o nosso propósito.

O Baque Mulher é uma ferramenta de luta, ele tem como suas diretrizes nossos povos de matriz africana. E o cuidado gigantesco em não deixar que desvinculem, que essa apropriação que tem – em massa – da nossa cultura, ela desvincula da nossa religiosidade, o Maracatu é do povo de matriz africana. Com a preocupação para não acontecer o que aconteceu com o Frevo, por exemplo, com o que está acontecendo com o Samba. Hoje a gente está numa guerra gigantesca aqui em Recife, Pernambuco, porque já existe Maracatu Nação Evangélica. Tem Maracatu de Jesus, onde nós não podemos tocar os nossos tambores porque é do demônio, mas eles podem tocar o tambor deles porque é de Jesus. Então a gente está nessa guerra, a gente está junto nessa luta.

E por que isso acontece? Isso acontece simplesmente porque esse racismo, essa opressão, ela vem lá do nosso passado, lá atrás. Você vai pesquisar em livros, você não vai encontrar nos livros a ponte religiosa, a questão religiosa do Maracatu. Existem vários livros falando do Maracatu, de como o Maracatu surgiu, mas não tem os fundamentos do Maracatu. E por que não tem? Porque o nosso povo tinha que se resguardar.

Não tem por quê? Não podia ser falado por conta da perseguição religiosa. Eu lembro que Dona Maria de Sônia tinha pânico de tocar, de fazer a cerimônia religiosa na casa dela, porque na época o Comissário ia lá e levava ela presa e levava os tambores. Eu só tenho 45 anos e eu lembro disso. Você vai se deparar com os livros falando do tocar, mas você não vai encontrar religiosidade. E com isso é a maior preocupação, essa desvinculação.

O Maracatu virou pop através de Chico Science, que foi o cara que levou o Maracatu para o mundo, a batida do Maracatu, né? Me perdoe ele, mas ainda levou errado. Ele levou a alfaia tocando



uma coisa e a figura do caboclo de lança, que um não tem nada a ver com o outro, né? É um Maracatu rural, um Maracatu de baque solto. E popularizou isso no mundo inteiro. Então, conheceram o Maracatu, através do Baque, não foi passado o Maracatu, a sua origem, a sua essência, de onde nasce o Maracatu, mas dentro dos terrenos do Candomblé. O Maracatu foi nosso povo de matriz africana. Então, a minha maior preocupação, e de quem faz Maracatu, é essa preocupação de mantermos nossa identidade, a gente tem nossa religiosidade, que, na verdade, a religiosidade é nossa seita, nosso povo de matriz africana, de Candomblé ele nasce no Brasil, e a nossa preocupação dentro do Maracatu é essa.

Para isso, tem o regimento interno do Movimento Baque Mulher. Porque, sim, estamos ramificados no Brasil e no mundo, mas que esse movimento tem o compromisso e a responsabilidade de não deixar que desvinculem a nossa essência, a nossa origem. Então, o regimento, ele está lá, ele tem para a gente se resguardar nessa parte também. Primeiramente, o cuidado um após o outro entre mulheres, dentro de um movimento cultural, o Maracatu, de antigamente, um pouco mais leve, não tanto machista, onde a gente quebrou as barreiras e estamos aqui falando do Maracatu. Tem mulher à frente, regendo, apitando, mas que a gente tem que ter esse cuidado, principalmente, para não deixar que desvinculem e tirem da gente o que a gente tem de melhor, que é a nossa ancestralidade, que nos conduz e nos levou e nos traz até aqui, até hoje.

Muitas pessoas falam assim, mas por que rosa? Um Maracatu, se é para reivindicar, por que botou rosa? Por que rosa é de menina? Rosa de menina? Por que rosa? Por que rosa? Rosa dentro do sincretismo religioso, da minha nação, Nagô, o rosa de Iansã. Então, Baque Mulher, o rosa é de Iansã. E o laranja é de Obá. Então, o Baque Mulher não é rosinha, porque é de menina. Tem duas Orixás guerreiras, são as que nos guiam dentro do nosso movimento, as nossas guias dentro do movimento Baque Mulher. Por isso, rosa. Então, quando você vê a rosinha, ela é de Iansã, e o laranja é de Obá.



Por conta desse regimento interno, tem muitos questionamentos, porque tudo que a gente faz tem questionamentos, principalmente se for um preto que fizer, aí é que vai ter questionamento mesmo. Se é um movimento de mulher, por que obriga as mulheres a usar saia? É o questionamento principal. Só que eu falei lá no início que, quando a gente iniciou esse processo, começou a tocar Maracatu dentro do Maracatu Nação, a gente era obrigada a fazer o quê? Usar calça, usar chapéu, prender o cabelo e se camuflar no meio dos homens. Então, a gente quebra esse tabu dentro do Baque Mulher também, usando a saia. Então, a saia, para nós, é uma ferramenta de luta. Tocar Maracatu, olha como é gritante, como é afrontoso. A gente pega alfaia para trocar Maracatu, vestida de rosa, de batom, sorrindo e de saia.

O Baque Mulher, como falei, as loas são compostas, primeiramente, com base nas nossas lutas, nas nossas militâncias, referenciando nossos Orixás e nossos Antepassados. São sempre composições. Hoje, a composição nossa do movimento, no Encontro Nacional, tem o concurso de loas, e a gente traz essas loas para nos fortalecer enquanto militância. E ela nasce muito do momento, muito de momento. Pelo menos, a minha composição é sempre no momento de brigar. No momento que eu estou precisando, aí a loa vem. É,

"Eh, eh, eh, oh. Baque rosa tá na rua pedindo a paz e muito amor, quero ouvir! Eh, eh, eh, oh, Baque rosa tá na rua pedindo a paz e muito amor. E em mulher, não se bate nem com a flor já dizia o Capiva, não importa a sua cor. E em mulher, não se bate nem com a flor já dizia o Capiva, não importa a sua cor. Baque mulher na levada do tambor, luta contra a violência, o preconceito e o opressor. Baque mulher na levada do tambor, luta contra a violência, o preconceito e o opressor."

Essa loa, ela nasce no nosso cortejo, na sexta-feira de Carnaval. Que a gente estava lá, reunida, tocando. E, como sempre, né, os homens querendo mexer nas mulheres, querendo acabar com o nosso desfile. E aí essa loa surgiu na hora, e eu puxei.



Então a loa, ela vai surgindo de acordo com o que vai acontecendo. Como o *Sou Mulher Negra e Empoderada*, que é uma loa nossa também, que ela vem quando eu entendo que ela é mulher negra e empoderada. E é isso.

O Maracatu é composto por gonguês, instrumentos, agbê, mineiro, alfaia, caixa, tarol e muito charme. Nossa primeira forma de se organizar, musicalmente, percussivamente, é no nosso desfile oficial, na sexta-feira de Carnaval. Desde o primeiro dia que o Baque Mulher surgiu, toda sexta-feira de Carnaval, quer chova, faça sol, o Baque Mulher tem o nosso desfile. Porém, para se organizar politicamente, nos fortalecer enquanto coletivo, há sete anos já realizamos o Encontro Nacional do Baque Mulher, e a cada ano esse encontro acontece. Um ano em Recife e um ano fora de Recife. O ano que acontece em Recife é exatamente para que as mulheres da comunidade, que é a base principal, possam estar inseridas, para que possam participar desse encontro, e fora do Recife para que a gente consiga reunir as mulheres que não conseguem chegar em Recife e a gente se fortalecer enquanto movimento coletivo e político. Então é quando a gente, cada vez mais, traz mais pauta e vai trazendo mais alimentos para a nossa ferramenta. E esse ano tem e vai ser na Paraíba.

Há algum tempo, um grupo de estudantes de engenharia me procuraram na Sede para falar sobre projetos que estão desenvolvendo na comunidade do Pina. A ideia é fazer um espaço de estudos dentro da comunidade. E é mais um daqueles grupos que vai estudar, que vai chegar com proposta, enfim. E, na real, eu falei para eles, que eu estou bem cansada disso, sabe? Dentro da comunidade, dentro do Baque Mulher Recife, vou falar das minhas meninas. Temos uma menina, que é a Erivânia, que está lutando para fazer faculdade. Ela está lá, a gente paga a metade da bolsa dela, um sacrifício, a outra metade é um padrinho. E ela me falou essa semana que ela vai desistir. Porque não tem nenhum projeto, não tem nenhuma política que garanta que esses jovens e adolescentes eles consigam entrar, se firmar e concluir.



Porque ou estuda, ou trabalha para sobreviver. Né? Como nossos jovens, crianças e adolescentes vão poder ocupar isso aqui? É a minoria. Então, o Maracatu, levar a ancestralidade, de estar inserida nesse processo, é a forma que a gente tem para sobreviver, sabe? Mas eu queria muito que esses espaços que são criados, esses seminários, tivessem se olhado também como a gente consegue manter esses jovens, adolescentes, esses meninos negros, dentro dessas comunidades. Não é só a conta, não é só abrir a conta. Então, vamos lá trazer essa reflexão. Como a gente consegue fazer isso? Né? As meninas da comunidade, minhas crianças, quando elas leem o Sementes de Joana, elas se encantam. Tem crianças que já leem na escola, que as professoras levaram, são poucas, né? Porque é um livro falando da história do nosso povo preto, e a gente sabe o quanto é difícil esses livros ocuparem essas bibliotecas nessas escolas. E os que conseguem chegar, é muito lindo, muito gratificante, mas vem aquela decepção depois. Será que eu vou conseguir chegar lá?

O meu medo de estar aqui falando na Universidade Federal, na Universidade. Por quê? Porque a gente não tem esse acesso. Então, é através da nossa luta, da nossa resistência e do nosso Axé, de a gente se afirmar. É uma grande responsabilidade estar nesse lugar. Porque eu sei que estou sendo um exemplo para as minhas meninas da comunidade. *Se Mãe Joana chegou lá, eu também posso chegar*. E é através do Maracatu, esse sentimento que eu tenho, quando eu enfrento – tremendo – o público, é para mostrar para minhas jovens, minhas crianças da comunidade, que elas podem também estar aqui, ocupando esse espaço. Que, mesmo com todo o abandono social, elas podem ser protagonistas da história delas. Elas podem mudar a história delas. Então, Mães do Pina, o Semente de Joana, ele traz esse sentimento. Esse espaço, ele traz o sentimento. Militar dentro do Maracatu, que é diretamente dentro da comunidade, é com essa missão, é com essa pegada.

SUMÁRIO



A organização do Carnaval do Recife, infelizmente, é isso que a gente já sabe, em tudo que se refere ao nosso povo. Tudo que é a cultura, ela é feita para o nosso povo. Então, é escasso. Você vai se deparar com grandes atrações, grandes shows, em espaço totalmente preparado. Mega eventos para as atrações de fora. Para a Ivete, para seja lá o que for. Para as atrações locais, vai ser polo descentralizado com pouca estrutura, que é onde a gente dá o nosso melhor para garantir aquele espaço ali. Então, isso é escasso. E a gente faz cultura, a gente faz Maracatu, a gente faz pela luta, pela nossa resistência mesmo, para sobreviver. Porque somos detentores. Somos detentores da cultura. Por sermos detentores da cultura, a gente não pode nem ter o direito de desistir. **A gente tem que existir e resistir**.[1]

1 Transcrição, revisão e edição por Olívia Varela Ferreira de Lima.

Catia Paranhos Martins

BATUCADA FEMINISTA NA TERRA VERMELHA

FEMINISTS BEAT IN RED EARTH

LAS BATUCADAS FEMINISTA EN TIERRA ROJA

SUMÁRIO



Às batuqueiras de nós mesmas e as(es) que virão.

RESUMO:

Esta cartografia problematiza o cenário local, a região da grande Dourados, sul de Mato Grosso do Sul, e uma experimentação feminista, nomeada como as "Batuqueiras de Nós Mesmas". Apesar dos índices alarmantes de violência em Mato Grosso do Sul, as batucadas são momentos de encontro onde as narrativas hegemônicas são questionadas e recusa-se, coletivamente, as violências contra mulheres, pessoas indígenas, negras e LGBTQIAPN+. Corpo, voz, canto, batucada, rodas de conversa e memórias são modos de compartilhar e tecer fazeres e saberes, que borram fronteiras entre as dimensões populares e acadêmicas, na construção de conhecimento situado, de movimentações políticas, éticas e estéticas. Por fim, o coro feminista e antirracista cresce alinhado ao *teko porã*, vida bela para todes, ensinamento dos povos Kaiowá e Guarani, originários dessas terras vermelhas.

Palavras-chave: Estética feminista. Artivismo. Cartografia. Psicologia social.

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-480-3.3



RESUMEN:

Esta cartografía problematiza la escena local, la región de Gran Dourados, en el sur de Mato Grosso do Sul, y un experimento feminista, denominado las "batuqueiras de nosotras mismas". A pesar de los alarmantes índices de violencia en Mato Grosso do Sul, las batucadas son momentos de encuentro donde se cuestionan las narrativas hegemónicas y se rechaza colectivamente la violencia contra las mujeres, los indígenas, los negros y LGBTQIAPN+. Cuerpo, voz, canto, tambores, círculos de conversación y memorias son formas de compartir y tejer prácticas y conocimientos, que desdibujan las fronteras entre dimensiones populares y académicas, en la construcción de conocimientos situados, movimientos políticos, éticos y estéticos. Finalmente, el coro feminista y antirracista crece alineado con el teko porã, una vida hermosa para todos, enseñanza de los pueblos Kaiowá y Guaraní, originarios de estas tierras rojas.

Palabras clave: *Estética feminista. Artivismo. Cartografia Psicología social.*

ABSTRACT:

This cartography problematizes the local scenario, the greater Dourados region, south of Mato Grosso do Sul, and a feminist experimentation, named as the "batuqueiras of ourselves". Despite the alarming rates of violence in Mato Grosso do Sul, batucadas are moments of encounter where hegemonic narratives are questioned and violence against women, indigenous people, black people and LGBTQIAPN+ is collectively rejected. Body, voice, singing, drumming, conversation circles and memories are ways of sharing and weaving practices and knowledge, which blur boundaries between popular and academic dimensions, in the construction of situated knowledge, political, ethical and aesthetic movements. Finally, the feminist and anti-racist chorus grows aligned with teko porã, a beautiful life for all, teaching of the Kaiowá and Guarani peoples, originally from these red lands.

Keywords: *Feminist aesthetics. Artivism. Cartography. Social psychology.*



ENTRELAÇANDO NARRATIVAS FEMINISTAS

Neste ensaio, compartilho algumas proposições apresentadas no Seminário Internacional "Fazendo Gênero 13 Contra o Fim do Mundo: Anticolonialismo, Antifascismo, Justiça Climática", na mesa redonda "Artivismos", que foi coordenada pela pesquisadora Cintia Lima Crescêncio (UFABC) e composta por Patrícia Fogelman (CONICET/Argentina), Júlia Glaciela (UFABC) e por mim, com Victoria Polti (UBA/Argentina) como debatedora. Os aprendizados e diálogos com integrantes da mesa e demais participantes ao longo desse importante evento serão somados a outras tantas narrativas feministas que almejo entrelaçar ao longo do texto.

Teço um exercício de pensamento construído por uma psicóloga social e aprendiz de artivista. Por prudência e respeito às pessoas leitoras e às que compõem as experimentações que serão discutidas a seguir, faço alguns apontamentos: as ponderações dialogam com uma experimentação coletiva a ser problematizada, mas o texto é pessoal (e como não seria?). Converso com muitas(es), mas não falo por elas(us). Sou uma pesquisadora feminista e lésbica, ciente que essas proposições são também acúmulos das lutas de todas(es) que me antecederam. Aqui o pessoal é sempre político e, desse modo, justifico a oscilação entre o singular e o plural, contrariando a norma (essa é uma de nossas tarefas, não?). E a política, a ser discutida a seguir, inclui as poéticas do viver e necessita ser alimentada pela alegria.

O pensamento aqui é situado e parcial, "funciona como um ponto de entrada, uma perspectiva, que singulariza uma experiência" (Verónica Gago, 2020, p. 12). Proponho, portanto, uma conversação sem a pretensão de abarcar incontáveis aspectos do debate sobre estéticas feministas, subjetividades, artivismos e os desafios do presente.



Advirto que há questões não respondidas, ideias em diferentes momentos de amadurecimento e que carecem de tempo e diálogos, tal como pretendo com essas considerações.

Essa é uma das muitas maneiras de contar uma história, que é tanto pessoal quanto coletiva. Almejo, dentre questões, desafios e equívocos, uma "escrita de si" (Luzia Margareth Rago, 2023), que se faz inseparável de uma escrita de nós. Uma escrita a partir dos afetos, questões e encontros que mantém viva, tanto a mim quanto "nós", e ousamos, numa experimentação coletiva, gestar mundos e incontáveis modos de ser e estar mulheres, mulheridades, corpas, corpos feminizados e racializados (Catia Martins, 2019) num cenário de guerra, que será descrito a seguir. Assim, "escrever é, portanto, um modo de transformar o vivido em experiência, marcando sua própria temporalidade e afirmando sua diferença na atualidade" (Rago, 2023, p. 56).

As preocupações aqui são com as vidas de mulheres, crianças e existências feminizadas, racializadas, loucas, indígenas, periféricas, dissidentes, fronteiriças e outres. Destaco algumas questões para provocar o pensamento: Como tomar a sensibilidade como potência para sonhar outros mundos, outras(es) nós? Como sentir de outro modo a ponto de agir? O que podemos juntas(es) quando o presente, em diversos momentos, é uma máquina de moer pessoas, com requinte de perversidade e cinismo?

Dentre tarefas e indagações, interesso-me por pensar o presente e aposto na necessidade de se sentir diferente do que está posto. As estéticas feministas são tomadas aqui como um convite na criação cotidiana do sentir e de sentidos, fazendo a sensibilidade uma dimensão da política e não limitada à interioridade do sujeito, logo moderno, universal, individual, masculino etc. As experimentações feministas, adjetivadas aqui também como artivistas, são dispositivos para problematizar e reinventar o presente, em especial produzindo estranhamentos sobre o que é comum e não deveria ser, as políticas de vida e morte vigentes (Martins, 2020).



> As gramáticas feministas inauguram novos problemas e convidam a atuações outras, mas é importante advertir, em diálogo com Karina Bidaseca, sobre a colonialidade que nos atravessa, as memórias inscritas em nossos corpos e a (im)possibilidade de descolonizar o feminismo [...] e, inclusive, a colonização também de nossa episteme é uma marca que permeia o pensamento feminista do Sul (Bidaseca, 2014, p. 586, tradução minha).

Sendo assim, vivendo num território de fronteiras, a serem explicitadas a seguir, e na busca por questioná-las e borrá-las, sigo entre as possibilidades e os limites de de/des/contracolonizar os modos de sentir, pensar e agir. A seguir, apresento uma cartografia, com os andaimes ainda aparentes, composta por um complexo cenário, a região da grande Dourados, sul do Mato Grosso do Sul (MS), Brasil, com destaque para uma experimentação feminista intitulada, de forma provisória, as "Batuqueiras de Nós Mesmas".

Em meio às dúvidas sobre o que podemos juntas(es) no presente e como registrar e problematizar uma experimentação coletiva que gesta mundos outros, repito a convocação da artista Santarosa Barreto, na obra "A luta": "Lute a luta como você acha que deve lutar e não como exigem que você lute que vão dizer que você não sabe o que é uma luta que vão dizer que você não tem força para lutar que vão dizer que eles é que sabem lutar [...] os supostos donos da luta" (2018/2019).

MS:
NA GUERRA CONTRA TODAS(ES),
O AGRO NÃO É POP, É SANGUE

não é fácil morar na faixa de gaza
[...]
ruas feitas todas de flores
(e um pouco de sangue)
isso é dourados



índio não entra no shopping
que branco não gosta
isso é dourados, dourados, dourados.

(Ruspô, 2016, n.p.)

Ao som do Ruspô (2016), compartilho aspectos sobre a vida coletiva na terra vermelha, tal como a região é conhecida. São terras ancestrais, como os povos Kaiowá e Guarani ensinam e, de forma concomitante, sangradas pelo projeto desenvolvimentista. A região da grande Dourados pertence ao *Tekoha Guasu*[2], grande território sagrado desses povos originários. Essa é uma das muitas periferias do Sul Global marcada por inúmeras fronteiras, incluindo a fronteira seca entre Ponta Porã, Brasil e Pedro Juan Caballero, Paraguai. Morar numa região de fronteiras convoca a ampliar as compreensões sobre projetos antagônicos e que definam previamente vidas e mortes.

O Mato Grosso do Sul (MS) é um dos maiores produtores de commodities agrícolas do país e, consequentemente, do uso de agrotóxicos, "potencializando a contaminação ambiental e a vulnerabilização das populações expostas", com destaque para a população indígena que sofre "extrema pressão do agronegócio" (Alexandra Pinho *et al.*, 2024, p. 1). O aumento das áreas de monocultura na região sul do estado, em especial o plantio de soja e cana-de-açúcar, produz incontáveis prejuízos à vida coletiva, como a devastação ambiental e as disputas sangrentas pela terra. Neste, um dos epicentros do agronegócio, o suposto progresso caminha *pari passu* com os tristes índices de violências e violações de direitos humanos e demais viventes, citados abaixo.

2 Ao longo do texto, algumas palavras em guarani serão utilizadas e o sentido compartilhado entre indígenas e não indígenas, habitantes desse território originário, será citado na sequência. São conceitos importantes que auxiliam na compreensão dos mundos Guarani. Porém, ressalto as limitações da tradução do guarani para o português, além das inúmeras delicadezas que escapam à lógica colonial que me(nos) molda.



Esse é o terceiro estado da federação em habitantes indígenas do país, com 116 mil pessoas. Na região sul, estão os povos Guarani e Kaiowá, e, na Reserva Indígena de Dourados (RID), somam-se as famílias da etnia Terena. A história do MS e do confinamento de pessoas indígenas em pequenos espaços de terra é de extrema crueldade, tendo o Estado como principal agente na violação de direitos. As violências do passado persistem e se manifestam nas iniquidades em saúde, tendo os piores de todos os indicadores de saúde do Polo de Dourados do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI/SESAI), quando comparados à população de Dourados e do próprio estado, conforme análise de Tanise Fernandes e colaboradoras (2019).

Segundo o relatório "Violência contra os Povos Indígenas no Brasil", do Conselho Indigenista Missionário (CIMI, 2022), houve um aumento de 54% nos assassinatos de indígenas durante o governo Bolsonaro em comparação com governos anteriores, entre os anos de 2015 e 2018. O MS é o terceiro estado do país em assassinatos de lideranças indígenas, superado somente por Roraima e Amazonas. Os três estados também concentraram a maior incidência de mortes de crianças indígenas, de 0 a 4 anos, e de suicídios, expressivos entre a juventude.

No Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023), o MS está em segundo lugar em feminicídios e na mesma posição entre as unidades federativas com as mais altas taxas de crimes contra crianças e pessoas negras. O estado está em primeiro lugar em estupros e maustratos de crianças e adolescentes, com idade de 0 a 17 anos. E, nos anos de 2022 e 2023, houve um aumento de 200% nas notificações de estupros de pessoas LGBTQIAPN+, colocando o MS na liderança do ranking nacional (Samira Bueno *et al.*, 2023).

Nesse cenário, marcado por fronteiras concretas e simbólicas, que definem as vidas que lutam pela existência diária, as características do patriarcado e do racismo locais podem ser sintetizadas no dito popular "macho, rústico, do agronegócio". Os adesivos dos



automóveis servem aqui como mais um elemento estético para auxiliar nessa conversação sobre a moral vigente que autoriza uma guerra contra todas e todes na manutenção de privilégios de alguns. Por anos, foi recorrente encontrar os mesmos adesivos pela cidade, comumente em caminhonetes importadas, cito os três principais.

Um adesivo corriqueiro colado nas carrocerias das caminhonetes era composto com a bandeira da unidade federativa e da mensagem "O MS é nosso". O "nosso" reiterava o orgulho de ser um estado marcado pela alta produtividade do agronegócio, sendo o setor caracterizado como branco, masculino e constituído pelo fazendeiro desbravador. Nessa sangrenta disputa de terras, os projetos são antagônicos, nós versus eles(as, us), sendo a terra considerada como propriedade privada e visando o lucro em detrimento das complexas dimensões dos modos ser (*teko*), da vida bela para todes (*teko porã*) e do território sagrado (*tekoha*) para os povos originários Kaiowá e Guarani.

Outro adesivo corriqueiro era um vaqueiro laçando uma jovem mulher, com curvas aparentes, indicando a masculinidade hegemônica reiterada pela objetificação das mulheres no patriarcado. Na imagem, a relação da conquista heterossexual é definida pela hierarquia e pela naturalização da violência, sendo esperado que as mulheres sejam gratas por serem escolhidas e não ficarem "para titia". Ser pega a laço é uma violenta marca que compõe a memória coletiva do país, uma ferida que ainda sangra e que precisa de cuidados coletivos. Gerações de pessoas racializadas convivem com histórias de dor e de famílias forjadas a partir do racismo estrutural, dos estupros e demais violências de gênero.

O terceiro adesivo indica que não há limites para a misoginia. Foi antes do golpe à democracia de 2016. Embora tenha se passado há quase uma década, há pouca alteração na moral vigente, seja local, seja nacional, com o crescimento da extrema direita. O adesivo recorrente nas caminhonetes fazia apologia ao estupro da Presidenta



Dilma Rousseff. Era colado na entrada do tanque de combustível e composto por uma caricatura da Presidenta com as pernas abertas, sendo que a bomba de combustível entrava na vagina da mulher caricaturada. Nesse, temos a violência política de gênero, recorrente na participação de mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ na esfera pública e acrescida da naturalização da cultura do estupro, sendo um aviso para as vidas que ousarem sair da norma.

Atualmente, os adesivos são, comumente, da bandeira do Brasil, fazem propaganda de clubes de tiro e CACs (Colecionadores, Atiradores desportivos e Caçadores), e de produtos e empresas ligados ao agronegócio. Tomar os adesivos como dispositivo serve aqui para pensar a moral vigente, que lamentavelmente não está restrita ao cenário local e regional. No passado e no presente, corpos-territórios foram e continuam sangrados e violados pela matriz moderna e colonial, e aqui segue atualizada pelo fomento ao agronegócio. Em nome do suposto progresso e do desenvolvimento nacional, todas as formas de espoliação estão autorizadas na guerra em curso.

Nesse território, mulheres e pessoas dissidentes travam juntas uma batalha contra todas as formas de violação. Merecem destaque as lideranças da Kuñangue Aty Guasu, a Grande Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guarani de MS, que utilizam "corpos-territórios" como forma de apontar a inseparabilidade das violências e da vida individual e coletiva. A Kuñangue produz relatórios e os endereçam ao Estado, à sociedade civil e aos organismos nacionais e internacionais, denunciando que a Conquista segue e faz vítimas há mais de 525 anos (Kuñangue Aty Guasu, 2020; 2023; Claudia Nichnig; Paula Sampaio; Catia Martins, 2024).

Nós, mulheres, racializadas como indígenas, negras, latinas, pessoas dissidentes e fronteiriças, sabemos, pois sentimos que "cada corpo é um território de batalha, uma amálgama sempre mutante e aberto ao devir, um tecido que é agredido que precisa se defender e que, ao mesmo tempo, se refaz nesses enfrentamentos, que persevera enquanto tece alianças" (Gago, 2020, p. 109).



Aprendemos, coletivamente, que "corpo-território", seja como conceito político, seja na experiência cotidiana de luta, "evidencia como a exploração dos territórios comuns e comunitários (urbanos, suburbanos, camponeses e indígenas) implica violentar o corpo de cada um[a, e] e o corpo coletivo por meio da espoliação" (Gago, 2020, p. 107). Assim sendo, há uma guerra contra todas e todes orquestrada pela dominação masculina e pela branquitude, aqui sintetizada no agronegócio, que não é pop, tampouco alimenta a nação, como a falaciosa campanha da midiática propaga cotidianamente.[3]

Embora os desafios na "faixa de gaza[4]" (Ruspô, 2016) sejam muitos, há incontáveis riquezas que compõem a dimensão estética dessa provisória cartografia. Habitar esse complexo cenário convoca a aprendizados e alianças diversas. A experiência, que será discutida a seguir, faz-me cada vez mais ciente das teias de violências e opressões que estamos enredadas e, de forma concomitante, trazem indicativos de que somos muitas(es) e que a "potência feminista" está, inclusive, em nossa capacidade de se refazer nos enfrentamentos ao tecer agenciamentos no "desejo de transformar tudo" (Gago, 2020).

Sigamos em trilhas abertas por elas, em especial: as lutas dos povos Kaiowá e Guarani, dos coletivos feministas, negros, LGBTQIAPN+ regionais e latino-americanos. Seja ao compor, seja ao acompanhar e pensar sobre esses movimentos, há indicativos de que a alegria é singularidade comum, tanto alimento quanto resposta ao cenário de violações. São outros modos de fazer política, e as estratégias de luta pela vida coletiva incluem a produção de espaços e tempos para compartilhamentos de dores e delícias e de (re)invenção de políticas e poéticas do viver.

3 Campanha pela valorização do agronegócio da TV Globo. *G1*, 1 set. 2016.

4 Além do projeto musical Ruspô (2016), o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro afirmou, na 12ª Festa Literária de Paraty (Flip), em 2014, que o Mato Grosso [do Sul] deveria trocar de nome para "mato ralo, mato morto ou ex-mato" e que indígenas "vivem numa espécie de Faixa de Gaza brasileira".

SUMÁRIO



BATUCADAS NAS RUAS:
VIEMOS PARA INCOMODAR

A seguir, dois enxertos para apresentar o coletivo as "Batuqueiras de Nós Mesmas", nome provisório e já em discussão pelas pessoas participantes. O primeiro enxerto foi escrito em resposta a uma inquietação sobre como nomear a experiência a cada nova participação em atividades públicas na cidade de Dourados. E o segundo compôs o Projeto "Oficinas de Formação para Batuqueiras", que foi aprovado no Edital Fundo de Investimentos à Produção Artística e Cultural (FIP) de 2023, da Secretaria Municipal de Cultura de Dourados/MS (Junia Pereira *et al.*, 2022).

BATUQUEIRAS DE NÓS MESMAS (OU OS DILEMAS DA DEFINIÇÃO)

> Quem somos? Somos as batuqueiras de nós mesmas. Um coletivo codependente de feministas que ensaiam, tocam ou fazem barulho com as alfaias do Maracatu. Algumas de nós vieram das oficinas de percussão do sindicato das professoras(es), outras se juntarão depois. Algumas de nós se declaram mulheres, outras nem tanto. Algumas de nós agradecem às deusas que as livraram da heterossexualidade, outras recusam dar justificativas. De quem somos? Alguns dizem que somos da universidade pública, local importante para muitas de nós. Alguns insistem em dizer que somos de nossos pais, maridos, irmãos. Pra isso, "rimos alto, bebemos e falamos palavrão". E sim, choramos à toa... Provisoriamente, somos as batuqueiras de nós mesmas até a próxima marcação. Entre paradas e martelos, aprendemos juntas que já passou da hora de sermos as nossas próprias referências (Arquivo pessoal).

SUMÁRIO



UM DOS CAMINHOS PARA CONTAR A NOSSA HISTÓRIA

Um dos muitos caminhos para contar a nossa história pode ser este. A pandemia de Covid-19 e o pandemônio do desgoverno anterior nos uniu. Em meio às mortes e os ataques aos direitos humanos e à democracia, as alfaias recebiam nossas raivas e tristezas e nos devolviam com alegria e solidariedade. Algumas de nós já tocavam juntas nas oficinas de ritmos percussivos ofertadas pelo Sindicato de Professoras e Professores da Universidade Federal da Grande Dourados (ADUF) em anos anteriores. Assim que as medidas sanitárias permitiram, passamos a nos reunir para ensaiar o Maracatu e o processo foi ocorrendo sem hierárquica. Quem sabia o baque, ensinava para as demais. Cada uma cantava uma música, mesmo quando a vergonha do microfone era maior. Alguém pesquisava algo novo na internet. Descobrimos que a mulherada do Recife, em Pernambuco, estava lindamente organizada num movimento chamado "Baque Mulher". De forma colaborativa, montamos um repertório. E, aos poucos, fomos ocupando juntas as ruas de Dourados em momentos importantes, tais como: "1 de maio, dia do(a) trabalhador(a)"; "8 de março, Dia Internacional das Mulheres"; "Bloco de carnaval da ADUF"; "Ele não – Fora Bolsonaro"; festas em espaços culturais etc. A cada novo ensaio, a alegria de estar juntas. A cada encontro, o respeito pelas trajetórias tão diversas. Mulheres cis e pessoas não binárias, de maioria lésbica, ligadas direta ou indiretamente pelas universidades públicas da cidade e pelos sonhos de justiça social, direitos humanos e arte para todes. A cada nova apresentação surgiam perguntas sobre quem éramos "nós", de quem éramos. Ao som de "hoje tem alegria, hoje tem alegria, tambor ecoar...", do Baque Mulher Recife, uma de nós respondeu, de forma bem-humorada, que éramos as "referências do Maracatu na cidade", e outra continuou, "somos de nós mesmas (Arquivo pessoal).



Teço breves comentários sobre os enxertos acima em diálogos, de forma direta ou indireta, com epistemologias e estéticas feministas, decoloniais e ameríndias (Karina Bidaseca, 2014; Bidaseca; Marta Sierra, 2019; Maria Galindo, 2019; Verônica Gago, 2020; Lélia Gonzalez, 2020; Kuñangue Aty Guasu, 2023; Martins, 2019; 2020; Martins; Jaileila Menezes, 2024; Margareth Rago, 2023, 2024; Roberta Stubs; 2018; Anelise Valls, 2021). Essas produções trazem ingredientes para alimentar a imaginação política e reflorestar o pensamento nesse cenário tão marcado pelas violências da monocultura.

A partir dos enxertos, o primeiro destaque é para a necessidade de única definição e filiação. Quem somos? De quem somos? Problemas da racionalidade moderna em contraposição às experimentações coletivas guiadas pela luta e pela alegria. Um coletivo estava em formação, as "Batuqueiras", e os questionamentos de nomeação e filiação convocaram a construção de uma resposta, "de nós mesmas". A flexão no feminino, que antes era consenso, já está em debate na busca por produzir outras narrativas não binárias.

Um coletivo enquanto tal está obrigado a se reinventar. É o que acontece conosco, com as "Batuqueiras". A formação inicial foi de oito mulheres cisgêneros, de maioria lésbicas, ativistas feministas e sem experiência musical. Atualmente, fizemos um processo de formação (oficinas) e ao longo de três finais de semana tivemos cerca de 25 participações entre mulheres e pessoas não binárias, de maioria não branca, lésbicas ou dissidentes de gênero, com estudos musicais, artísticos e atuações políticas diversas.

Embora nem todo agrupamento seja um coletivo, ele carrega consigo a possibilidade de trocas, diálogos e de interferências nos modos já cristalizados de pensar, sentir, agir e viver (Regina Benevides de Barros, 2007). São com as(es) muitas(es) outras(es) que produzimos alinhamentos éticos, estéticos e políticos, aqui em especial contra as violações de direitos humanos e mais que humanos que compõem o cenário local e regional e que são repudiadas coletivamente.



Um aspecto em debate entre participantes e trazido no enxerto são as categorias identitárias que ora marcam resistências, ora reafirmam o controle sobre modos de ser, estar, amar e lutar. Aqui, em especial, a categoria "mulheres", recusada por algumas, reiterada por outras. Ora utilizada como afirmação política que expõe as desigualdades de gênero no patriarcado, ora como captura, como forma de reduzir as experiências aos discursos do binarismo de gênero, da biomedicina e da heterossexualidade compulsória.

O debate se estende para os modos de nomear o amor entre mulheres, tal como sáficas, lésbicas, sapatão, sapatonas. Cito uma das atividades da pesquisa "Cadê as sapas?", coordenada pela pesquisadora Camile dos Anjos (2024), que investigou a ausência de sapatões no teatro brasileiro, além de localizar os "brejos" na história nacional, incluindo nas artes dramáticas. Foi na leitura da peça "As sereias de Rive Gauche", de Vange Leonel, que encontro menção à personagem, cuja tarefa, de forma bem-humorada, era "salvar as mulheres do perigo da heterossexualidade" (Vange Leonel, 2002, p. 20).

Ressalto aqui o humor e a alegria como dimensões que compõem outros modos de fazer política e que estão expressos no enxerto, por exemplo, "algumas de nós agradecem as deusas que as livraram da heterossexualidade, outras recusam dar justificativas". As experiências de encontro e de amor entre mulheres, não restritas às relações sexuais, são tecidas com gradiente de maior liberdade, embora estejamos cientes dos perigos e das violências da cisheteronorma.

Quando da intersecção raça/etnia, gênero, sexualidade e localidade, muitos são os riscos e incluem atrocidades de todas as ordens, como estupros corretivos e/ou coletivos, feminicídios, lesbocídios e transfeminicídios, dentre outras violências a serem nomeadas. É perigoso viver aqui, tal como os números citados acima indicam, e também neste país misógino, homofóbico, transfóbico e



racista, em especial quando se é um corpo feminizado ou dissidente, e quando se está, como muitas(es) de nós, ao lado dos povos Kaiowá e Guarani. Apostamos no encontro entre mulheridades, corpos e corpas que fomentem a filogenia, um mundo de amor entre mulheres (Rago, 2024) e vidas dissidentes e insurgentes.

Parece necessário habitar os paradoxos das categorias identitárias e usá-las de forma estratégica. O presente está marcado por ódio, misoginia e racismo, por reiteradas tentativas que "suprime a nossa humanidade", tal como ensina Lélia Gonzalez: "Nós, mulheres e não brancas, somos convocadas, definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação que nos infantiliza" (Gonzalez, 2020, p. 141). Assim sendo, as atividades coletivas são momentos de experimentar, sentir e produzir relações de solidariedade e de questionamento das violências do passado e do presente, reafirmando coletivamente o que deveria ser comum, as nossas humanidades e o compromisso com demais viventes.

Entre nós, participantes, ganhou força a compreensão de que o artivismo pode ser um dos modos de nomear a experiência em curso. O artivismo feminista produz maior liberdade de atuação em oposição às amarras e exigências inerentes a ser um grupo musical. Embora as alfaias sejam os instrumentos principais, as(es) participantes afirmam que o coletivo é e faz política e responde às necessidades de fazer barulho quando o cenário insiste em silenciar e naturalizar as violências. Sendo assim, "o artivismo, alinhado a uma estética feminista de contestação, subversão e construção de outras medidas para o corpo, práticas e desejos, se torna um potente instrumento de visibilidade, de deslocamentos e de ruptura às normas vigentes" (Roberta Stubs; Patricia Lessa; Fernando Silva Teixeira-Filho, 2018, p. 16).

Corpo, voz, canto, batucada, rodas de conversa e memórias são modos de compartilhar e tecer fazeres e saberes cotidianos, que borram fronteiras entre as dimensões populares e acadêmicas,



na construção de conhecimento situado, de movimentações políticas, éticas e estéticas. São momentos de encontro onde as narrativas hegemônicas são questionadas e recusamos, coletivamente, as formas idealizadas de ser, estar, amar e lutar. Juntas(es) podemos experimentar mulheridades e demais modos de nomear as experiências de si.

Além dos sonhos feministas e antirracistas, os encontros das "Batuqueiras" são alimentados pelas belezas dos ritmos populares nordestinos, em especial o Maracatu. O Maracatu é uma manifestação cultural originária de Pernambucano e presente desde o período colonial. Nas apresentações, as Nações de Maracatu realizam um cortejo real, que remete às coroações do Rei e da Rainha do Congo, ao som de instrumentos de percussão (alfaia, caixa, abê, gonguê etc.) e de cantoria (loas ou toadas). Desde 2014, o Maracatu compõe o Patrimônio Imaterial Brasileiro (Viviane Moreira; Kassandra Muniz, 2019).

Uma das nossas inspirações é o movimento social Baque Mulher[5], citado no enxerto, criado em 2008, na comunidade do Bode, no bairro do Pina, em Recife/PE e coordenado pela Mestra Joana D'Arc da Silva Cavalcante. Mestra Joana Cavalcante é a primeira e única mulher considerada mestra e que rege, desde 2008, uma das principais nações de maracatu, a Nação Encanto do Pina. A Nação que foi criada em 1980 e vencedora do Carnaval do Recife em 2023.

Enquanto a Nação Encanto do Pina está assentada num terreiro de candomblé, a Mestra Joana precisou de autorização das divindades para ocupar um lugar até então destinado exclusivamente aos homens, e que outrora foi de seu pai; o movimento social, criado

5 Anotações pessoais de minha participação nas oficinas do Baque Mulher de Recife, de fevereiro a junho de 2023. Alguns aspectos também foram reiterados na Conferência realizada pela Mestra Joana, no Fazendo Gênero 13, em 1º de agosto de 2024. As batucadas como forma de "empoderamento" das mulheres, bem como os usos neoliberais do termo, são aspectos que merecem maior atenção nas próximas reflexões.



por ela em conjunto com as demais mulheres da comunidade do Bode, é aberto e oferece rodas de conversa e aulas dos instrumentos percussivos do maracatu às interessadas (mulheres cis e transgênero). O movimento social é composto pela matriz em Recife, tem 36 filiais espalhadas pelo país, além de uma filial em Lisboa, e almeja a "empoderamento" das mulheres (Joana Cavalcante, 2024).

O coletivo as "Batuqueiras" pode ser compreendido de duas maneiras, tanto fechado quanto aberto. A primeira, marcada pela amizade entre participantes, por ensaios prévios e definição compartilhada do pequeno repertório, com forte influência do Maracatu. De forma horizontal, seja pelas redes sociais ou presencialmente, tomamos decisões sobre onde e quando realizar encontros, ensaios e apresentações. A definição sobre as apresentações inclui, principalmente, o alinhamento com as pautas políticas e culturais, além das confluências afetivas e logísticas (instrumentos, equipamento de som, disponibilidade de agenda etc.).

Já nas manifestações de rua, as "Batuqueiras" são muitas(es) e configuram-se como uma experiência aberta. Incluímo-nos em atos organizados pelos coletivos de esquerda ou movimentos culturais da cidade, nos quais muitas(es) também atuam diretamente. A participação depende de fatores, como pautas defendidas, empréstimo dos instrumentos de percussão dos sindicatos da cidade, mobilização de mulheres e pessoas dissidentes, dentre outros aspectos. Merecem destaque as manifestações no dia 8 de março, Dia Internacional das Mulheres, como momento de maior participação.

Na rua, colocamos à disposição os instrumentos a quem interessar, com incentivo à participação de outras mulheres e pessoas dissidentes. A tarefa "Viemos para incomodar", aqui, ganha corpos diversos numa tentativa de auto-organização e em ato. O convite, além das alfaias e bumbos, é para experimentar estarmos juntas(es) e ocuparmos o espaço público. Em meio às recusas, chama atenção que muitas mulheres declaram apoio ao que fazemos e comentam



que gostariam de tocar também, mas não se sentem preparadas. De que preparação se trata?

O coro anônimo canta o que é comum nas manifestações feministas e de esquerda. São de autoria desconhecida por mim, tais como: "Se cuida, se cuida seu machista; a América Latina vai ser toda feminista"; "Machistas, fascistas, não passarão"; "Não beijo homem, beijo mulher, tenho o direito de beijar quem eu quiser"; "Se o Papa fosse mulher, o aborto seria legal, seria legal e seguro..."; "Companheira me ajude, eu não posso andar só, eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor...", "Pisa ligeiro, pisa ligeiro, quem não pode com as formigas, não acende o formigueiro", dentre outras canções e palavras de ordem.

Ao compor esse coletivo, muitos são os desafios inerentes à organização horizontal e democrática, cuja participação é de feministas e com atuações em outros coletivos políticos e artísticos. Sabemos da necessidade da presença juntas(es) no espaço público e, em ato, são tecidas estratégias coletivas de organização, como incluir as crianças para participação das mulheres que são mães; dar carona; emprestar e carregar instrumentos; acionar os sindicatos e demais parceiros; conseguir recursos para viabilizar a participação de outras mulheres, dentre outras.

Nesse complexo enredo, há indicativos de exercícios de (re) apropriação do tempo e quiçá das experiências de si e com outras(es), mesmo que possam estar limitados às poucas reuniões prévias, ensaios ou participação pontual nos atos públicos. Ao "nos encontrarmos corpo a corpo, sempre é um chamado ao trabalhoso ato de estar juntas, e a sustentar os desencontros que aí se produzem como parte de uma prática de elaboração coletiva" (Gago, 2020, p. 294).

Sobre a organização, a gestão do tempo chama a atenção. Percebemos os desafios enfrentados por participantes e, de forma recorrente, os comentários sobre estarem sobrecarregadas(es) com o trabalho produtivo e reprodutivo, em especial os compromissos



familiares e as tarefas domésticas. As atividades de lazer e políticas seguem secundarizadas e dificultam a frequência ou até impedem a participação. E as atividades profissionais, quando priorizadas, apesar de exigirem dedicação maior, ganham menor visibilidade quando comparadas às realizadas pelos homens, colegas de trabalho.

No contexto local, merece destaque a ausência de mulheres na percussão e a baixa participação na cena musical. Por meses, tentamos encontrar mulheres percussionistas para oficinas de formação e ouvíamos, de forma recorrente, "não sou profissional", "não sei dar aula" ou "convida alguém mais experiente", sendo as indicações "com mais experiência" sempre masculinas. A provocação de uma das participantes e que compõe um dos enxertos, sobre "sermos as nossas próprias referências", ainda se constitui como tarefa a ser alimentada coletivamente.

O que o cenário político e musical, ambos brancos, masculinos e heteronormativos, nos conta? Quais os entraves na participação ativa de mulheres, corpos feminizados, racializados e dissidentes? Quais as muitas tarefas não realizadas por homens que lhes permitem fazer uma gestão do tempo que inclui a dedicação ao estudo de música e a participação em debates públicos, por exemplo? Quais novos desafios se apresentam quando caminhamos, umas com as outras(es), já cientes, aqui em especial, da divisão sexual do trabalho e do necessário compartilhamento das tarefas de cuidado?

As participações ocupam os espaços públicos, como ruas, parques e praças, são pedagógicas ao ampliarem, inclusive, a noção de coletivo e produzirem alinhamentos éticos em defesa de vidas, cuja necropolítica insiste em desumanizar. Diversas formas de ser e estar mulheridades e dissidências são performadas, fortalecendo redes de solidariedade e amizade que, possivelmente, continuarão a ser tecidas nos próximos encontros. Juntas(es) ampliamos a dimensão do "nós", nós feministas, de esquerda, que recusamos o cenário de violência e violação de direitos naturalizado nessa cidade, estado, país, em qualquer canto do mundo.



Participantes, pessoas conhecidas ou anônimas, podem ser definidas a partir da multiplicidade dos feminismos. São mulheridades e transgeneridades que compõem, de forma concomitante, outros movimentos feministas e coletivos artísticos ou políticos locais, indicando o compromisso com a produção da vida diferente da que temos. Juntas(es), recusamos as formas de exploração e violências já conhecidas e, principalmente, caminhamos para compreensão de que há opressões a serem nomeadas coletivamente.

As "Batuqueiras" produzem experimentações comprometidas com a "criação de novos modos de entender e praticar a política" (Rago, 2023, p. 318), que realimentam os compromissos éticos e estéticos com a vida de todas(es). No ato de estarmos juntas(es), é que nos fazemos feministas e nos movimentamos na busca por "interpelar, propor, dialogar, confrontar, transformar, não delegar, desordenar, criar, desacatar" (Maria Galindo, 2019, p. 246).

A convocação de Maria Galindo, "sejamos indigestas para o patriarcado", auxilia na tarefa de sair dos bastidores e ocupar a cena pública, desafiando a ordem local vigente. Tecer redes de solidariedade "faz com que não nos façamos cúmplices da humilhação, da exclusão da outra[es] para sermos titulares aceitáveis" (Galindo, 2019, p. 251). Juntas(es) buscamos contrariar a ética neoliberal empenhada em capturar os movimentos sociais, incluindo o de mulheres, ao transformar "gênero em uma espécie de condimento, complemento adjetivo do modelo de desenvolvimento – desenvolvimentismo [...] um processo de reciclagem das formas de dominação patriarcal" (Galindo, 2019, p. 248).

Embora a casa, a invisibilidade do trabalho produtivo e reprodutivo e os bastidores continuem sendo lugares predestinados às mulheres, corpos racializados e dissidentes no século XXI, somos produtos dos avanços feministas e das lutas de todes que nos antecederam. É também por isso que "rimos alto, bebemos e falamos palavrão" (Monte, 2020) e ressaltamos a necessidade de sermos



indigestas e fazermos barulho, quiçá possamos fazer música em alguns momentos, quando as violências são incessantes.

Essa experimentação artivista ou estética feminista, que ocupa os espaços públicos e a cena cultural da cidade de Dourados, busca, dentre tantos sonhos, questionar as violências da matriz colonial, branca e cisheteropatriarcal que reduz mulheres, comunidade LBGTQIAPN+, pessoas negras, indígenas e dissidentes a seres descartáveis, abjetos, assujeitados, e cujas mortes não merecem ser choradas. Uma estética feminista, em diálogo com Roberta Stubs,

> se caracteriza também por um elo indissociável entre arte e vida, entre arte e experiência e entre arte e produção de subjetividade. Elos que reforçam o entendimento de que a arte pode ser tanto um espaço de tensionamento e resistência social e política, quanto um espaço de produção de um outro *ethos* com a vida (Stubs, 2018, p. 3).

POR UM FUTURO FEMINISTA E ANCESTRAL:
UM PROVISÓRIO ENCERRAMENTO

Para um provisório encerramento dessas considerações, entrelaço as últimas proposições feministas no questionamento da norma hegemônica em diálogo com esse importante evento que acolheu essas proposições na mesa "Artivismos", o Seminário Internacional "Fazendo Gênero 13 Contra o Fim do Mundo: Anticolonialismo, Antifascismo e Justiça Climática".

Qual é o lugar das mulheres, corpas e corpos racializados, feminizados e de experiências dissidentes na história e no cenário local? O que ganha visibilidade nas narrativas hegemônicas e o que tentam apagar? Quais memórias resistem? Quem, como e em quais



condições se produz dimensões fundamentais da vida, como política e arte? Política e arte continuam a ser o que a dominação masculina e branca definiu como tais?

Muitas questões persistem e são necessárias outras cartografias para discussão de incontáveis aspectos sobre essa e demais batucadas feministas e que não foram abordadas. As batucadas daqui, do sul do MS, dialogam com incontáveis outras espalhadas pelo país. É sempre emocionante acompanhar os ritmos produzidos por mulheres, corpas e corpos dissidentes tomando as ruas e reivindicando uma vida bela, uma vida digna.

Os encontros entre mulheridades e pessoas racializadas e feminizadas são, de modo concomitante, protegidos e protetores. Nossas feridas abertas precisam de cuidados coletivos, de práticas de solidariedade e transversalidade. É a máxima de Audre Lorde, "sinto, logo posso ser livre" (2020), como chave fundamental para compreensões que libertam as sensibilidades das amarras da racionalidade branca, moderna e colonial, e permite invenções de outras políticas e poéticas do viver.

Os movimentos feministas e artivistas, aqui em especial com a apropriação das alfaias e demais instrumentos percussivos, somados à tarefa de ocupação do espaço e do debate público, antes de domínios masculinos, indicam que "o futuro é feminista ou não será" e, com a força dos tambores, do canto e da dança, como ensinam os povos originários e tradicionais, "o futuro é ancestral".

As batucadas feministas e demais formas de artivismos compõem um momento coletivo em curso, cujos sonhos contracoloniais, antifascistas e de justiças social, climática, cognitiva e multiespécie são inseparáveis das performances de gênero e sexualidade ao multiplicarem os modos de amar, narrar, pensar e lutar contra o fim do mundo, e para termos mundos que caibam incontáveis outros.

SUMÁRIO



Os sonhos feministas e antirracistas de uma boa vida para todes, o *teko porã*, em alinhamento à cosmopolítica Kaiowá e Guarani, povos originários das terras em que vivo, fazem-me apostar na arte e na política como dimensões inseparáveis na produção de estratégias coletivas de denúncias, mas também de cuidado das feridas coloniais. Nas brechas, tal como esses povos também me ensinam, alegrias, *vy'a*, são produzidas sendo tanto alimento quanto necessárias para a mutação da sensibilidade coletiva.

Inspirada no repertório das "Batuqueiras de Nós Mesmas", encerro essas provisórias considerações tal como fazemos nas apresentações públicas. Cantamos e batucamos juntas(es) com uma música de Mulamba (2018), grupo de Curitiba e formado somente por musicistas mulheres: "Espia, escuta na esquina, na calçada. É a mulherada ficando embucetada!" (2018). A cada repetição desse refrão, o coro ganha novas vozes. Cantemos juntas(es) e cada vez mais alto.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Camile Cecília dos. **Cadê as sapas?**: (In)Visibilidades e representações lésbicas no teatro brasileiro. 2024. Tese (Doutorado em Teatro) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2024.

AULA Aberta: Foucault, Neoliberalismo e Subjetividade (por Margareth Rago). Publicado pelo canal Razão Inadequada, 20 fev. 2024. 1 vídeo (1 h 26 min 32 s) Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=V_l55DJNDzk. Acesso em: 10 mar. 2024.

BARRETO, Santarosa. **A Luta**. [2018-2019]. 1 cartaz, impressão offset sobre papel, 42 × 30 cm.

BARROS, Regina Benevides de. **Grupo**: a afirmação de um simulacro. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

BIDASECA, Karina. Cartografías descoloniales de los feminismos del Sur. **Estudos Feministas**, *[s. l.]*, v. 22, n. 2, p. 585-591, 2014.

SUMÁRIO



BIDASECA, Karina; SIERRA, Marta. **Seminário Estéticas descoloniales desde el Sur:** Arte, memorias y cuerpos (Curso de formação). Buenos Aires, CLACSO, 2019.

BUENO, Samira *et al.* O crescimento de todas as formas de violência contra a mulher em 2022. *In*: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 17., 2023, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. p. 136-145. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf. Acesso em: 7 fev. 2025.

CAVALCANTE Joana D'Arc da Silva. Palestra. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 13., 2024, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2024.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil**: dados de 2022. Brasil: CIMI, 2022. Disponível em: https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2023/07/relatorio-violencia-povos-indigenas-2022-cimi.pdf. Acesso em: 21 out. 2024.

FERNANDES, Tanise O. *et al*. A Saúde na Reserva Indígena de Dourados: histórico, lutas e (re)existências. *In*: MOTA, Juliana; CAVALCANTE, Tiago (org.). **Reserva Indígena de Dourados**: histórias e desafios contemporâneos. São Leopoldo: Karywa, 2019. p. 185-202.

GAGO, Verónica. **A potência feminista ou o desejo de transformar tudo**. São Paulo: Elefante, 2020.

GALINDO, Maria. Sejamos indigestas para o patriarcado. *In*: PEDROSA, Adriano; CARNEIRO, Amanda; MESQUITA, André. **História das mulheres, histórias feministas**. São Paulo: MASP, 2019. p. 72-81. v. 2.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

KUÑANGUE ATY GUASU. **Corpos silenciados, vozes presentes**: a violência no olhar das mulheres Kaiowá e Guarani. Dourados: Kuñangue Aty Guasu, 2020.

KUÑANGUE ATY GUASU. **O racismo e intolerância religiosa**: as sequelas de invasões (neo)pentecostais nos Corpos Territórios das Mulheres Kaiowá e Guarani/MS – edição 2022/2023. Dourados: Kuñangue Aty Guasu, 2023.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.



LEONEL, Vange. **As sereias de Rive Gauche**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

MARTINS, Catia Paranhos. Breves costuras a partir de Rosana Paulino e as vozes do Sul. **Revista Ñanduty**, *[s. l.]*, v. 7, n. 11, p. 135-144, 2019. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/nanduty/article/view/10757. Acesso em: 7 fev. 2025.

MARTINS, Catia Paranhos. Alinhavos para pensar o presente: arte de Rosana Paulino e Beth Moysés. **Rev. Polis Psique**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 47-62, 2020. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/99274/pdf. Acesso em: 7 fev. 2025.

MARTINS, Catia Paranhos; MENEZES, Jaileila Araújo. **Insubmissas práticas psicossociais**: tarefas do presente, questões urgentes. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024.

MARTINS, Catia Paranhos; FARIA, Lucas Luis de; MENEZES, Jaileila Araujo. Reflorestar os sentidos a partir de saberes feministas e indígenas. **Rev. Polis e Psique**, *[s. l.]*, v. 14, p. 1-23, 2024. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/133927. Acesso em: 7 fev. 2025.

MOREIRA, Viviane de F.; MUNIZ, Kassandra da Silva. Baque mulher e suas raízes na memória cultural/religiosa do maracatu nação: uma análise de performance. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as**, *[s. l.]*, v. 11, p. 28-46, 2019. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/site/article/view/764. Acesso em: 6 fev. 2025.

MULANBA – Espia Escuta. Intérprete: Mulamba. Publicado pelo canal Mulamba Oficial, 7 nov. 2018. 1 vídeo (2 min 48 s) Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=CgU3Fcf7m1E. Acesso em: 25 set. 2024.

NICHNIG, Claudia; SAMPAIO, Paula F.; MARTINS, Catia Paranhos. "A gente nem sabe quando não é violência": as lutas das mulheres Kaiowá e Guarani pelo bem viver. **Revista Feminismos**, *[s. l.]*, v. 12, n. 1, p. 1-28, 2024. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/59963/35977. Acesso em: 20 fev. 2025.

PEREIRA, Junia *et al*. **Projeto Oficinas de Formação para Batuqueiras**. Dourados: Secretaria Municipal de Cultura de Dourados, 2022.

PINHO, Alexandra *et al*. Agrotóxicos e violações nos direitos à saúde e a soberania alimentar em comunidades Guarani Kaiowá de Mato Grosso do Sul. **Ciência e Saúde Coletiva**, *[s. l.]*, v. 29, n. 12, p. 1-11, maio 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/7TgHNyB8k98z9qFmGLYFh7j/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 30 jan. 2025.

RAGO, Luzia Margareth. **A aventura do contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas: Editora Unicamp, 2023.

RUSPÔ – Dourados State of Mind. Intérprete: Ruspô. Publicado pelo canal Um Distante Maestro, 14 set. 2016. 1 vídeo (4 min 39 s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=VgE--RGRRiw. Acesso em: 22 out. 2024.

STUBS, Roberta. Pensando uma estética feminista na arte contemporânea: diálogos entre a história e a crítica da arte com o feminismo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 1-4, jan./abr. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/6gTnXTp7MhnttVXnfCdhXqS/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 30 out. 2024.

STUBS, Roberta; LESSA, Patricia; TEIXEIRA-FILHO, Fernando Silva. Artivismo, estética feminista e produção de subjetividade. **Revista Estudos Feministas**, *[s. l.]*, v. 26, n. 2, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/38901. Acesso em: 7 fev. 2025.

VALLS, Anelise. **Feminismos em trânsito**: narrativas e estéticas na arte latino-americana (Curso de formação). São Paulo: Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, 2021.

VOLTE para o seu lar. Intérprete: Marisa Monte. Publicado pelo canal MARISAMONTE, 14 mai. 2020. 1 vídeo (4 min 44 s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=uQdvxZqmfM0. Acesso em: 30 set. 2024.

SUMÁRIO



Any Moraes
Cíntia Pereira Barenho
Thayane Cazallas do Nascimento Kingeski

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES A PERIFERIA FEMINISTA: AÇÕES DAS COZINHAS SOLIDÁRIAS DO MORRO DA CRUZ-RS

WORLD MARCH OF WOMEN THE FEMINIST PERIPHERY: ACTIONS OF THE SOLIDARITY KITCHENS OF MORRO DA CRUZ-RS

MARCHA MUNDIAL DE LAS MUJERES LA PERIFERIA FEMINISTA: ACCIONES DE LAS COCINAS SOLIDARIAS DE MORRO DA CRUZ-RS

RESUMO:

Escrever sobre as ações da Periferia Feminista e o trabalho desenvolvido pelas ações da Cozinha Solidária do Morro da Cruz, território periférico da cidade de Porto Alegre, no RS, é poder partilhar além do espaço da "Tenda dos movimentos sociais" do Seminário do Fazendo Gênero de 2024 e colocar em palavras o que está sendo elaborado por muitas mãos de mulheres e homens de uma comunidade em meio a uma das maiores calamidades do estado do Rio Grande do Sul e do Brasil. É a busca por inspirar e mostrar que os movimentos sociais, os coletivos e as ações de luta das diferenças sociais estão à frente em um enfrentamento às políticas neoliberais e às posturas ideológicas negacionistas meio ao avanço acelerado da crise ambiental; assim, a Marcha Mundial das Mulheres trabalha pela justiça ambiental, a soberania alimentar e o direito dos povos.

Palavras-chave: Soberania alimentar. Periferia Feminista. Cozinha Solidária. Justiça ambiental.

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-480-3.4

SUMÁRIO



SUMÁRIO



ABSTRACT:

Writing about the actions of the Feminist Periphery and the work developed by the actions of the Solidarity Kitchen of Morro da Cruz, a peripheral territory of the city of Porto Alegre in RS, is to be able to share beyond the space of the Social Movements Tent of the Doing Gender Seminar, 2024, and put into words what is being elaborated by many hands of women and men from a community in the midst of one of the greatest calamities of the state and of Brazil. It is the search for inspiration, and to show that social movements, collectives and actions of the struggles of social differences are at the forefront in the midst of confronting neoliberal policies, denialist ideological positions amid the accelerated advance of the environmental crisis, like the World March of Women for environmental justice, food sovereignty and people's rights.

Keywords: *Food sovereignty. Feminist periphery. Solidarity Kitchen. Environmental justice.*

RESUMEN:

Escribir sobre las acciones de la Periferia Feminista, y el trabajo desarrollado por las acciones de la Cocina Solidaria de Morro da Cruz, un territorio periférico de la ciudad de Porto Alegre en RS, es poder compartir más allá del espacio de la Carpa de Movimientos Sociales del Seminario Haciendo Género, 2024, y poner en palabras lo que está siendo elaborado por muchas manos de mujeres y hombres de una comunidad en medio de una de las mayores calamidades del estado y de Brasil. Es la búsqueda de inspirar, y mostrar que los movimientos sociales, colectivos y acciones en la lucha por las diferencias sociales están en la vanguardia del enfrentamiento a las políticas neoliberales, posiciones ideológicas negacionistas en medio del avance acelerado de la crisis ambiental, de ahí la Marcha Mundial de las Mujeres por la justicia ambiental, la soberanía alimentaria y los derechos de los pueblos.

Palabras clave: *Soberanía alimentaria. Periferia feminista. Cocina solidaria RS. Justicia ambiental.*

SUMÁRIO



A MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES NA TENDA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO FAZENDO GÊNERO 13

A participação da Marcha Mundial das Mulheres ocorreu em diversas composições das atividades do Seminário Internacional do Fazendo Gênero 13 – Contra o Fim do Mundo, tema do último encontro realizado no ano de 2024, que propôs sobre três eixos: anticolonialismo, antifascismo e justiça climática[6], mostrando que o movimento está em consonância com o contexto político mundial e local/territorial.

O Seminário Internacional do Fazendo Gênero 13 propôs, dentre os eixos:

> Pensar o momento em que vivemos, no mundo em que vivemos hoje, é pensar no fim, pois o clima está nos dizendo que algo está muito errado na forma como nossa sociedade lida com a natureza, mas também com as nossas relações sociais de desigualdade, que têm como consequências as violências, as guerras, a pobreza (Ailton Krenak, 2019 *apud* Cristina Scheibe Wolff *et al*., 2024, p. 12).

E se consolida, dentre outras justificativas autorais, sociais e políticas, a criar diversas frentes temáticas sobre gênero que geram análises sociais. O Fazendo Gênero é o maior seminário internacional do Brasil sobre gênero e, em 2024, completou 30 anos, sendo conhecido por agregar diversas participações de instâncias sociais, as quais envolvem proposições sobre sexualidade, feminismos e mulheres.

6 Ocorreu entre os dias 29 de julho e 2 de agosto de 2024 e marcou os 30 anos do maior seminário internacional das discussões sobre gênero.



Composto por uma pluralidade representativa de ativistas, cientistas, pesquisadoras, artistas, marchantes feministas e movimentos sociais e políticos, na contribuição e na construção de uma sociedade informada e de ponte para as lutas cotidianas, o movimento da Marcha Mundial das Mulheres, assim como diversos movimentos sociais, possui uma estreita relação com o evento internacional, principalmente na construção do diálogo e nas proposições aos eventos e suas modalidades distintas, como congressos, simpósios, rodas de conversas, exposições artísticas e feira da economia solidária. Além da própria marcha, existem ações pré e pós-realização do Fazendo Gênero, seminário internacional que visa, além da discussão, a preparação e o espaço para produções de artigos que não findam ao final do evento.

Nesta junção, o feminismo, em sua base, é uma necessidade fundamentalmente teórico-prática para um bem-viver com justiça social, por reconhecer abordagens analíticas de valorização de perspectivas teóricos feministas, sem cair em reducionismos temáticos, localizando esses movimentos necessários, como a própria Sueli Carneiro (2003) levantou:

> O feminismo esteve, também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. A consequência disso foi a incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica (Sueli Carneiro, 2003, p. 118).

Além disso, é neste fazer do feminismo que se reconhece a necessidade de politizar as diferenças sociais. Carneiro (2003, p. 118), reconhecendo as desigualdades de gênero, ressalta que "o feminismo transforma as mulheres e novos sujeitos políticos", e, sim, essa pluralidade dos atores sociais e suas condições compreende um lugar de assumir, "a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular" (p. 118); por isso, não basta a generalização de gênero mulher, mas a análise das demandas, como mulheres negras, mulheres indígenas etc.



Ao dimensionar essa necessidade, é a partir dos movimentos sociais e em relação com as questões conceituais que se busca uma coerência, inibidora dos discursos e das práticas que visam transformar as pautas feministas em uma luta de cunho igualitário, pois é na diferença e na diversidade, para além do sexismo, utilizando da ideia de "entre-lugares", referenciada por Homi Bhabha (1998 *apud* Margareth Schäffer, 1998), e na distinção entre a diversidade e a diferença, que se compreende que, para além da diversidade, a diferença cultural "pode tomar-se um mero fantasma de uma terrível batalha disciplinar no qual ela própria não terá espaço ou poder: ela é citada, falada, exemplificada, mas perde o seu poder de significar – o Outro perde seu poder de significar" (Homi Bhabha, 1998, p. 59).

Questões urgentes da vida social se articulam para construir respostas rápidas, compreensivas e de ações dentro de uma realidade acadêmica, a do cotidiano da vida das mulheres, das comunidades e suas identificações das pautas e das lutas sociais, sobre a dinâmica do seminário, que retoma no modo híbrido:

> Foram inscritos 195 Simpósios Temáticos, dos quais apenas 38 serão on-line, e foram inscritas 2.759 propostas de comunicações orais, das quais 2.219 serão presenciais. Ou seja, as pessoas querem se encontrar, debater, apresentar, interagir. Além dos simpósios, teremos mesas-redondas, apresentações de pôsteres, oficinas, minicursos, conferências, mostra audiovisual, a exposição Arte e Gênero, apresentações artísticas, reuniões de grupos e associações, lançamento de livros, o Fazendo Gênero das crianças e adolescentes [...] (Wolff *et al.*, 2024, p. 2).

A diversidade de pautas e os movimentos sociais se constroem com base nas articulações de diversos territórios sociais, com contextos e lutas políticas e culturais específicas, mas que, no encontro proposto pelo Seminário Internacional, geram o impacto necessário na apreensão de mover e identificar a vigência das pautas para a transformação. Muito mais do que textos, pôsteres, artigos e apresentações em formato acadêmico, é na pluralidade de participação



que se cria a dinâmica da busca do bem comum e da proposta da vida digna, assim, dimensionando a intersecção de classe, raça e gênero dentro de leituras de realidades sociais, culturais e políticas como a da América-Latina que se fortalece ao assumir a identidade das lutas sociais que aqui se estabelecem.

Assim, a participação dá-se em uma destas frentes de ações coletivas do movimento da Marcha Mundial das Mulheres, construindo e colaborando com o espaço da "Tenda dos movimentos sociais", com a atividade em formato de apresentação de uma roda de conversas; nela se propõe a assumir um tipo de arguição horizontal, na construção de uma fala que permita a participação das pessoas presentes, com interlocução ao longo dos discursos.

Nesta roda de conversa foi retratada a iniciativa Cozinhas Solidárias, ação de solidariedade emergencial realizada frente à enchente – urgência climática – que atingiu o Rio Grande do Sul, no mês de maio de 2024. Sendo referidas as ações realizadas no município de Porto Alegre, junto à periferia da cidade, no território conhecido por Morro da Cruz.

O projeto teve início durante a pandemia com a criação de uma horta comunitária, garantindo alimento saudável e fortalecendo a organização das mulheres no território. A iniciativa surgiu como parte das ações de solidariedade ao enfrentamento da crise sanitária da covid-19, conectada à Aliança Feminismo Popular, uma articulação entre a Marcha Mundial de Mulheres, as Amigas da Terra Brasil (ATBr) e o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras sem Teto (MTST), visando desenvolver ações de solidariedade ao enfrentamento da crise sanitária, bem como uma transição justa pós-pandemia.

Com a chegada da enchente, a organização se fortaleceu e expandiu, dando origem à Cozinha Solidária Periferia Feminista, reafirmando o compromisso com a luta contra a fome e a obtenção de justiça social. A cozinha faz parte do Coletivo Periferia Feminista,

SUMÁRIO



formado por mulheres do Morro da Cruz[7] e articulado por meio da Marcha Mundial de Mulheres. Em reconhecimento ao impacto dessas ações, o projeto recebeu o Prêmio Periferia Viva, do Ministério das Cidades, e conquistou o primeiro lugar no Prêmio de Agricultura Urbana, do Ministério do Desenvolvimento Social, evidenciando o protagonismo das mulheres da periferia na construção de soluções concretas para um futuro mais justo e sustentável (Fabiana Horta Reinhols, 2023).

A PERIFERIA FEMINISTA E A HORTA COMUNITÁRIA DO MORRO DA CRUZ (HCMC)

O Coletivo Periferia Feminista é uma iniciativa de militantes da Marcha Mundial das Mulheres no município de Porto Alegre-RS, atuando no território periférico do Morro da Cruz. A partir de práticas de feminismo popular, a ação promove autonomia, soberania e segurança alimentar como parte da luta pelo bem-viver na periferia.

Nos últimos períodos, a iniciativa tem garantido dignidade por meio da distribuição gratuita de comida de verdade – aquela que nutre o corpo, respeita a cultura alimentar, fortalece laços comunitários e protege o meio ambiente. Mais do que apenas oferecer refeições, o impacto da Cozinha Solidária já é visível no cotidiano da comunidade, visto que o posto de saúde local identificou que crianças passaram a ganhar peso de forma saudável, evidenciando a importância dessa alimentação regular e nutritiva.

7 Cf. mais informações por meio dos sites das organizações: https://www.amigosdaterrabrasil.org.br e https://mtst.org.



O alcance da ação vai além da comida na mesa: mulheres da comunidade relataram que, com a economia gerada na compra de alimentos e gás de cozinha, conseguiram construir banheiros ou realizar melhorias em suas casas, garantindo mais dignidade para suas famílias. Além disso, o espaço da Cozinha se consolidou como um lugar seguro para mulheres e meninas, onde encontram acolhimento, fortalecem redes de apoio e constroem juntas novas possibilidades de vida.

A horta comunitária, integrada ao projeto, é um espaço vivo e transformador. Antes um local tomado por lixo e esgoto a céu aberto, hoje é um território de cuidado e resistência. Ali, não se cultiva apenas alimentos, mas também saúde mental, pertencimento e consciência ambiental. A relação com a terra e o trabalho coletivo na horta ajudam a ressignificar espaços, promovendo um ciclo de transformação social e ecológica.

Além disso, a Cozinha Solidária conta com uma fossa ecológica, garantindo um sistema de saneamento sustentável que protege a saúde da comunidade e do meio ambiente. Esse modelo evita a contaminação do solo e da água, reduzindo riscos de doenças e promovendo uma gestão mais responsável dos resíduos.

A experiência do Coletivo Periferia Feminista mostra que a luta pela alimentação digna vai muito além do prato: é um projeto de vida, de justiça social e de transformação concreta na periferia.

O seu surgimento ocorre no ano de 2020, na pandemia, dado o aumento da insegurança alimentar, intensificada no período do governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, o qual insere o Brasil de volta ao Mapa da Fome no ano de 2019, cuja permanência no poder até o ano de 2022, se relaciona com a perda central da conquista já realizada de um dos direitos humanos, ou seja, a alimentação.



> Um dos mapas da fome mais importantes e, portanto, o que tem maior representatividade mundial, é o publicado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e *Food and Agricultura Organization* (FAO). O mapa da fome supracitado é publicado há mais de 50 anos, considerando o mesmo procedimento metodológico de levantamento e avaliação dos dados secundários na busca por classificar os países ao redor do mundo em relação ao grau de fome de suas populações (Peliano, 1993 *apud* Aline Rocha Rodrigues; Francisco Henrique de Oliveira; Samira Kauchakje, 2022, p. 34).

Desta maneira, o Mapa da Fome é uma referência averiguada e funciona como indicador legítimo no acompanhamento dos índices associados aos impactos da fome; assim referenciado, o Brasil retorna ao mapa em 2019, de forma que é necessário pensar como essa realidade, em meio à pandemia, foi imersiva nas periferias do país.

Em janeiro de 2021, a aliança foi contemplada com um projeto chamado Aliança Feminismo Popular para o Fortalecimento dos Territórios através da Recuperação Baseada na Justiça após COVID-19. O projeto, que contou com os recursos do Global Greengrants Fund, teve duração de um ano – de janeiro a dezembro de 2021 –, recebendo recursos também da Fundação Luterana de Diaconia, com o objetivo de dar continuidade à atividade feita em diferentes territórios.

Os projetos visavam criar hortas comunitárias em colaboração com a população local nos territórios de atuação da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e do Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST). O foco era fortalecer a cozinha comunitária e a periferia urbana da Ocupação Povo Sem Medo, no bairro Nazaré, e da comunidade do Morro da Cruz, bairro São José, em Porto Alegre. Após o término do projeto, a horta comunitária continuou a progredir em suas atividades. Utilizando os recursos disponíveis, foi possível estruturar o espaço da horta por meio da aquisição de insumos e ferramentas como enxadas, mangueiras, pás e cavadeiras. Além disso,



foram adquiridos compostos orgânicos, sementes e mudas para o plantio. Nessa etapa, os canteiros foram construídos com caixas de feiras e madeiras descartadas na própria comunidade. A horta comunitária do Morro da Cruz surgiu da necessidade de ressignificar um espaço público subutilizado, antes usado como depósito de lixo, estacionamento e esgoto a céu aberto. A proposta foi articulada durante uma reunião do grupo executivo da Aliança Popular e viabilizada por meio de um projeto submetido e aprovado pela Fundação Luterana de Diaconia.

O processo de implantação envolveu mobilização comunitária, limpeza da área e, antes do plantio, a construção de um cercamento com *pallets* doados por uma empresa local. Para evitar o contato das plantas com o solo contaminado, optou-se pelo uso de caixotes de madeira como estrutura dos canteiros.

A iniciativa enfrentou desafios, incluindo resistência de moradores que preferiram manter o espaço como estacionamento, evidenciando disputas pelo uso do território. Além do cultivo de alimentos, a horta incorporou atividades formativas sobre soberania alimentar, enfrentamento à violência contra as mulheres e resistência às corporações multinacionais, consolidando-se como um espaço de transformação social e fortalecimento comunitário. O foco deste projeto social está no enfrentamento de um problema social e político desta localidade, marcada pela ausência das necessidades básicas da população periférica, dentre elas a do Morro da Cruz, como muitos problemas adjacentes no ano de 2020, período da gestão municipal de Sebastião Melo[8].

Em entrevista concedida ao Brasil de Fato e replicada no Instituto Koinos, Cintia Barenho e Any Moraes relatam o impacto social do projeto para a comunidade, destacando que, naquele período, houve o envolvimento de cinquenta famílias; além disso, contam

8 Prefeito reeleito na cidade de Porto Alegre-RS nas eleições de 2024.



as atividades necessárias para o estabelecimento da horta, entre a construção, a manutenção e o plantio, realizados por essas famílias da comunidade (Reinhols, 2023).

Dentre os processos de atuação e autonomia, destaca-se a atenção necessária para manter uma horta ativa. Além disso, outro ponto foram os aspectos de atuação das lideranças realizadas pelas mulheres dentro de campos decisórios de urgências e necessidades das comunidades, compreendidos como um "impacto da liderança de mulheres".

A organização das mulheres em torno da luta por direitos tem sido um elemento central na construção de respostas coletivas às crises vividas nas periferias. A insegurança hídrica, por exemplo, tornou-se um fator determinante para essa mobilização, especialmente no Morro da Cruz, onde muitas famílias, majoritariamente chefiadas por mulheres, passaram mais de sessenta dias sem água na torneira devido ao calor extremo (Roger Silva, 2022). Diante dessa realidade, as mulheres perceberam a necessidade de se organizar e se mobilizar, participando de reuniões e compreendendo-se como um coletivo capaz de reivindicar seus direitos.

Nesse trajeto, como destaca Moraes (2023), o senso de comunidade voltado para as urgências possibilitou o fortalecimento do sentimento de pertencimento e a valorização da ação coletiva, o que gerou reflexões sobre os processos organizativos e de luta dentro da experiência da horta comunitária. Essa experiência extrapolou os limites do território e ganhou visibilidade por meio da participação em eventos, como o Fórum Social Mundial, onde foi possível compartilhar as ações desenvolvidas, bem como a participação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde a horta comunitária foi incorporada em atividades acadêmicas. Um exemplo disso foi a inclusão, no semestre, de uma atividade de extensão na disciplina de Irrigação e Drenagem, que resultou no desenvolvimento de um projeto de irrigação e captação da água da chuva para a horta, envolvendo estudantes, professores e voluntários (Any Moraes, 2023).



Esse processo evidencia como a luta pelo direito à água, à alimentação e à organização popular está interligada e impulsiona a construção de redes de solidariedade. A mobilização das mulheres não apenas fortalece a resistência às desigualdades estruturais, mas também amplia o debate sobre justiça social e ambiental, reforçando a necessidade de políticas públicas que garantam o acesso a recursos básicos e ao direito à cidade.

A COZINHA SOLIDÁRIA PERIFERIA FEMINISTA

A atividade caracterizada como roda de conversas na "Tenda dos movimentos sociais" no Fazendo Gênero 2024 foi conduzida pela fala e pelas experiências de ação da cozinha solidária, representada pela bióloga e educadora popular Cíntia Barenho e pela cientista social, educadora e artivista Thayane Cazallas do Nascimento Kingeski, ambas da Marcha Mundial das Mulheres RS e RS/SC.

A roda de conversas abordou o surgimento da Cozinha Solidária, os contextos políticos nas ações de emergências climáticas, as dificuldades apresentadas e enfrentadas em meio às enchentes, o quadro de permanência da crise ambiental e, por fim, a compreensão da justiça ambiental.

A atividade se inicia através do vídeo *Cozinha Solidária do Coletivo Periferia Feminista da MMM-RS* (2024), que apresentou o contexto social, seguido da fala de Cíntia Pereira Barenho, que expõe uma realidade que somente aquelas e aqueles que a vivenciam sabem. A necessidade de reagir em meio a uma das maiores enchentes do país, quando o nível do rio Guaíba atingiu a marca de 5,2 metros; uma enchente que bateu o recorde de maior do estado do Rio Grande do Sul desde o ano de 1941, além de ser vista como uma das mais intensas do país.



Por isso, antes de qualquer dado, foi apresentado o relato de uma vivente deste contexto histórico, somando vozes e representando muitos trabalhadores e trabalhadoras da comunidade. Assim, trouxe ao público participante a ideia de como as mulheres, a comunidade e a organização popular podem ser efetivas para um trabalho com um foco em comum.

Foi possível, dentro do relato, identificar que, mesmo em uma situação de emergência estrutural e comunitária, a política do governo local demorou a dar respostas, ou seja, no lugar da ausência de decisões imediatas, a força coletiva precisou se reerguer, dar um novo sentido e estar de "alma presente"; por isso, o exercício de partilhar as experiências é, antes de tudo, um espaço de quem viu com os próprios olhos uma realidade antes dos dados e pode narrar esse lugar da política feita por pessoas.

A comida não podia faltar, a comida tinha que chegar e ser distribuída, o trabalho realizado cumpria com a demanda da urgência e da necessidade. No dia 16 de maio, foi produzido o artigo *Mulheres na reconstrução do Rio Grande do Sul com feminismo e justiça socioambiental*; dessa forma, companheiras de outros estados ajudam na construção das notícias em uma troca de quem está no meio das demandas de urgência, partilhando os últimos acontecimentos. Assim, se torna possível realizar a circulação de notícias com a visão das comunidades locais, pois não bastasse estar em meio ao trabalho de intensificação na distribuição das marmitas produzidas pelo trabalho das Cozinhas Solidárias, era necessário combater a desinformação e as notícias falsas.

Do cenário e dos contextos partilhados, além da Cozinha Solidária, é preciso considerar que a visão de um movimento feminista não carrega apenas um olhar, mas, sim, uma visão sistêmica. A do todo, do espaço, das pessoas, das plantas e dos animais, e sob a sua condição, porque a violência já é sistêmica, por isso retomá-la é um meio de combate à repressão, como diria Audre Lorde.



Dada a iniciativa da Marcha Mundial das Mulheres e da Organização Periferia Feminista, foi possível a realização do trabalho que contabilizou, até a data da reportagem, 900 marmitas distribuídas ao dia, que também se estendeu para as atividades na distribuição dos kits de higiene básica e na doação das roupas para a comunidade e as famílias desabrigadas. Nestes relatos, encontram-se essas atividades ocorridas na cidade de Porto Alegre.

Segue assim, o relato deste período, também com atenção à comunidade do povo Guarani, atendendo os:

> guaranis da Lomba do Pinheiro e outras aldeias indígenas, em apoio ao Centro de Referência Indígena. Já em Caxias do Sul, participamos da iniciativa da Saboaria Popular Las Margaritas, que produz barras de sabões, sabonetes e sabões líquidos para doação às famílias atingidas pelas chuvas. Na cidade de São Leopoldo, nossas companheiras estão atuando dentro dos abrigos na organização de uma cozinha solidária permanente, que siga funcionando depois da emergência climática, pois as dificuldades certamente continuarão por muito tempo ainda (Cíntia Pereira Barenho *et al*., 2024).

A necessidade da ação conjunta, em articulação de redes, se coloca nesta forma de trabalho que se fortalece onde os núcleos da Marcha Mundial das Mulheres também estão inseridos[9]. Por isso, em muitas cidades, ocorreram atividades distintas, conforme a realidade e o impacto das enchentes, viabilizando uma produção-ação colaborativa única, em somatório para o desenvolvimento que compreende a Marcha do RS, além dos trabalhos desenvolvidos em parcerias das redes e articulação dos movimentos sociais.

9 "A Marcha Mundial das Mulheres (MMM) do Rio Grande do Sul está envolvida ativamente em ações de solidariedade nas cidades de Caxias do Sul, Pelotas, Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo, São Leopoldo, Santa Cruz, Santa Maria e Viamão, em uma aliança estratégica junto com outros movimentos como MTST, MAB, MST, MNU, Amigas da Terra, CUT, Cáritas e uma infinidade de coletivos e organizações locais" (Barenho *et al*., 2024).



É possível identificar, conforme o meio dos acontecimentos, outras necessidades de atenção e de riscos que tensionaram a experiência de estar em sociedade em um contexto peculiar, o que torna situações agravantes na experiência reconfigurada de viver em um espaço coletivo. Por exemplo, há riscos quando se é mulher, criança, indígena, LGBTQIAPN+, ao compartilhar espaço com homens machistas e abusivos, como no caso notificado do abuso sexual, pedindo uma demanda de urgência, atenção, segurança e cuidado para um público já tensionado dado a realidade da enchente e dos desabrigados.

Em meio à calamidade pública, é possível perceber que o despreparo e o negacionismo do governo do estado do Rio Grande do Sul intensificaram o cenário desta tragédia anunciada. Conforme Maria Lúcia Rizzoto, Ana Maria Costa e Lenaura de Vasconcelos da Costa Lobato (2024), a tragédia revela o descaso com que a administração pública do estado operou na concepção de "estrangulamento do setor público" (p. 2) na capital Porto Alegre, nos municípios e nas regiões atingidas pela enchente; com o caos instalado para questões de infraestrutura, saúde, economia e comércio regional, a segurança e os direitos estariam em jogo.

No ano de 2018, foi dado o alerta, que veio a público:

> O sistema de bombeamento da cidade de Porto Alegre requeria manutenção urgente, sem a qual poderia falhar em uma provável enchente – foi exatamente o que aconteceu. Também falhou o sistema de comportas, que tinha visíveis fragilidades de manutenção. O prefeito da cidade desprezou todos os avisos dos servidores municipais (Maria Lucia Frizon Rizzoto; Ana Maria Costa; Lenaura de Vasconcelos da Costa Lobato, 2024, p. 2).

"Negacionismo" é um termo utilizado para designar uma tendência de pensamento que atravessa gerações e está muito presente nas escolhas pessoais, se estendendo para o campo ideológico e sendo identificado na postura de negação de dados e evidências



comprovadas; ou seja, em termos o negacionismo está voltado para a negação de uma ideia documentada ou de um fato comprovado.

Nessa compreensão, o negacionismo faz parte de um obscurantismo intelectual, uma negação da realidade que ignora os fatos sociais. Desse modo, nem mesmo os fenômenos ocorridos na crise climática e ambiental são capazes de se fazer válidos frente a uma postura ideológica negacionista.

De forma crescente, pensando no exemplo do Brasil, tivemos, aliado ao negacionismo, o período da pandemia. Esse ponto de seriedade nos faz pensar que, mais do que debater a origem do negacionismo, é necessário questionar o uso desse fenômeno social em tempos de grandes e necessários debates públicos, principalmente quando precisamos de representações políticas que estejam alinhadas à ciência, aos dados científicos e à busca do conhecimento para um bem-viver.

No campo sociológico:

> O negacionismo é fundamentalmente antidemocrático. Não é por acaso que se constata, nos USA de Donald Trump, no Brasil de Jair Bolsonaro, mas também na Polônia e na Hungria de hoje, uma aliança entre autoritarismo político, fundamentalismo religioso e negacionismo científico (Bernard Charlot; Veleida Anahi Capua da Silva Charlot, 2021, p. 13).

A única explicação plausível foi a escolha pela negligência existente no trato ao setor público. Dessa forma, precisamos identificar o negacionismo presente como uma ideologia; o negar é uma postura anticientífica, mas também de uma política que nega a existência do outro, e sabemos, por meio de suas origens neoliberais e capitalistas, quem tem o costume de negar os fatos sociais e a crise social, política e econômica, como eixos que negam o direito e o acesso aos recursos públicos de qualidade. Em contrapartida, vê-se o avanço da privatização da vida, o que explica, de certo modo, como chegamos ao impacto do aceleramento da crise climática.

SUMÁRIO



AS CRISES CLIMÁTICAS – A PERSPECTIVA AMBIENTALISTA FEMINISTA

> A economia feminista enfatiza a necessidade de uma ruptura, de uma reorganização social que priorize a sustentabilidade da vida humana e não humana. O ambientalismo popular e a luta por justiça ambiental são vitais para a economia feminista e vice-versa. São ferramentas para a crítica a este modelo de produção que destrói a biodiversidade, as ancestralidades, os modos de vida comunitários (Natália Blanco; Helena Zelic, 2020, p. 2).

A crise climática não é uma ameaça distante, mas uma realidade presente, afetando de forma desproporcional as populações periféricas e em situação de vulnerabilidade. No Rio Grande do Sul, as intensas chuvas dos últimos meses evidenciam essa emergência, enquanto a ausência de protocolos de prevenção e mitigação por parte do poder público agrava ainda mais a situação. Enquanto as gestões municipais e estaduais atuam de forma reativa, como destacado na entrevista concedida ao portal Revista Fórum, "mais uma vez, são os movimentos sociais que estão à frente das ações de socorro e mitigação" (Fórum, 2024). A falta de investimento na Defesa Civil e a inexistência de políticas públicas estruturantes reforçam a necessidade de um debate urgente sobre estratégias eficazes de adaptação climática e proteção das populações mais vulneráveis.

A crise climática é um dos temas em embate do campo do negacionismo, o que faz com que as mudanças ambientais e as condições sociais sejam pautas que precisam estar aliadas ao campo das políticas de governos para que possam ser vistas e atendidas dentro das necessidades pertinentes da precarização dos espaços urbanos e das periferias que já possuem dificuldades *in loco*. Assim, parte-se da ideia de uma população já vulnerável e com dificuldades no espaço urbano, que terá as suas diferenças identificadas e projetos para ser inseridos em sociedade de forma justa, como nos leva a compreender as lutas por direitos sociais, culturais e políticos.

SUMÁRIO



A perspectiva ambientalista feminista compreende a ideia de construção permanente de forma conjunta entre a prática das mulheres que são trabalhadoras do campo, que produzem alimentos, das que entendem da terra e das que estão nos centros urbanos, em vivências que, somadas, amplificam a experiência de estar em sociedade.

Por meio da produção de textos, surgidos de conferências e encontros dos movimentos sociais feministas, se produzem perspectivas da necessidade da ruptura dos modelos vigentes. A Sempre Viva Organização Feminista, através da compreensão das diferenças dos territórios e da América Latina, trouxe, no ano de 2020, com a organização de Nalu Farias, Malu Nobre e Tica Moreno, um material referência para questionar os modelos imperativos entre ruptura e recuperação:

> a recuperação justa passa por uma ruptura total com este modelo heteropatriarcal, capitalista, racista, colonialista e destruidor da natureza. Portanto, a nossa resposta também tem que ser integral e apontar uma ruptura da lógica do capital e a construção com outro modelo (Nalu Farias; Malu Nobre; Tica Moreno, 2020, p. 3).

O modelo ambientalista é repensar o lugar de uma matriz agroecológica, que considera os saberes e as produções em um tempo e espaço de dedicação ao trabalho e ao descanso, porque está em uma dinâmica de cuidado ao ambiente, afinal, somos parte dele. Ou seja, visa uma articulação possível que não saqueie o "corpo-território-memória" das mulheres, mas se volte para as práticas de conhecimento de uma educação popular. Esse é o cuidado e a percepção sobre o meio ambiente: ele é vivo.

SUMÁRIO



CONSIDERAÇÕES FINAIS:
TUDO COMEÇA PELA JUSTIÇA AMBIENTAL

A catástrofe vivida no Rio Grande do Sul deixou mais de 2 milhões de atingidos diretamente pela enchente, e a sustentabilidade da vida foi ameaçada. Nos artigos da SOF e do Brasil de Fato, por Barenho *et al*. (2024, p. 2), "escolas estão sendo usadas como abrigos, aulas estão suspensas, unidades de saúde e outros equipamentos da assistência social e órgãos públicos embaixo d'água. Criações de animais e roças rurais e urbanas foram totalmente destruídas e a biodiversidade foi devastada em muitas regiões".

Desse cenário, pensa-se na inserção da ideia de justiça ambiental: mas como acessar uma vida com justiça ambiental, se ela não é atendida em seu cotidiano?

O que entendemos por justiça ambiental nos coloca em uma reflexão mais ampla, crítica que parte dos movimentos sociais e existe por meio de um esforço muito grande, porque são caminhos que apontam para os alertas constantes, movimentos para repensar que tipo de desenvolvimento social e político nós queremos. Muito mais do que a inclusão, é saber que, em uma situação de emergência, quem ficará sem água por mais tempo serão mulheres, homens e crianças das periferias. Se a luz tarda a chegar aos centros urbanos, também será de forma morosa que retornará ao território da periferia.

A crise que enfrentamos hoje não é apenas fruto da omissão do Estado, mas de um modelo econômico que coloca o lucro acima da vida. O neoliberalismo ambiental transformou nossos bens comuns em mercadorias, como a água e a energia, privatizando até mesmo a gestão de desastres. A lógica do lucro sem limites tem permitido que o agronegócio avance de maneira destrutiva, devastando biomas e ampliando o desmatamento, fatores que intensificam os eventos climáticos extremos. Além disso, a alta do preço dos



alimentos é uma consequência direta dessa política que degrada o meio ambiente e acentua a desigualdade social. Nesse cenário, as hortas comunitárias e as cozinhas solidárias surgem como tecnologias sociais que desafiam essa lógica predatória, reafirmando que a alimentação e os recursos naturais devem ser garantidos como direitos, não como mercadorias.

Essas iniciativas não são assistencialistas, mas formas de resistência que questionam a dependência de um mercado que visa exclusivamente o lucro. As hortas e as cozinhas solidárias têm mostrado que é possível produzir alimentos de forma sustentável, acessível e, mais importante, gerando pertencimento na comunidade. A crise da fome e da vulnerabilidade se faz presente em nosso cotidiano, mas os desastres como as enchentes revelaram a brutalidade do abandono estatal. Muitas famílias perderam tudo, e aquelas que não perderam suas casas abrigaram parentes e amigos sem qualquer apoio do poder público. Frente a esse cenário, tomamos para nós a responsabilidade de mapear essas famílias e garantir o mínimo necessário, produzindo e distribuindo mil marmitas por dia, arrecadando roupas e cobertores, e proporcionando acolhimento. Este trabalho não foi feito sozinho, mas por uma gigantesca rede de solidariedade, que precisa ser fortalecida. A solidariedade não pode, no entanto, substituir as políticas públicas que deveriam garantir a dignidade das pessoas, principalmente em momentos de crise.

As mulheres, historicamente, têm sido as protagonistas da transformação social, especialmente em tempos de crise. Elas estiveram na linha de frente, organizando cozinhas solidárias, abrindo suas casas para acolher outros e garantindo alimento para milhares de pessoas quando o Estado falhou. As mulheres demonstraram, mais uma vez, que a solidariedade é um ato político e, no contexto da luta por justiça social, é também uma luta feminista. A defesa das hortas comunitárias e das cozinhas solidárias está diretamente relacionada à transformação da relação da cidade com a comida, propondo uma economia solidária e feminista que beneficie as mulheres e garanta acesso a alimentos de qualidade para aqueles que mais precisam.



Ao iniciar o projeto da horta comunitária, fomentou-se construir uma cadeia produtiva local onde as mulheres se tornassem protagonistas da produção e distribuição de alimentos em seu próprio território. Isso rompe com o modelo econômico que exclui as periferias das decisões econômicas e garante que as comunidades possam produzir e consumir de maneira sustentável e justa. Para fortalecer ainda mais a autonomia das mulheres, está em fase de finalização a construção de uma padaria, que não só gerará alimentos, mas também oferecerá oficinas de panificação e costura. O intuito é fortalecer uma rede de economia feminista, criando novas oportunidades para as mulheres. Essas iniciativas têm como propósito desenvolver uma cadeia produtiva local que atenda às necessidades da comunidade, promovendo a autonomia das mulheres e incentivando soluções locais para problemas estruturais.

Por fim, é urgente que se fortaleçam políticas públicas que assegurem a soberania alimentar e a justiça ambiental. Enfrentar a crise climática é, antes de tudo, enfrentar as injustiças estruturais do nosso tempo. As mulheres, mais uma vez, mostraram que a solidariedade é um ato político e que a luta por justiça social é, inevitavelmente, uma batalha feminista. A transformação das estruturas que mantêm essas desigualdades passa pelo fortalecimento das redes de apoio comunitário e pela construção de alternativas sustentáveis que garantam direitos e dignidade para todas as pessoas, especialmente para as mulheres nas periferias.

REFERÊNCIAS

BARENHO, Cintia; NASCIMENTO, Thayane. C. do. *et al*. Mulheres na reconstrução do Rio Grande do Sul com feminismo e justiça socioambiental. **Sempreviva Organização Feminista**, 2024. Disponível em: https://www.sof.org.br/mulheres-na-reconstrucao-do-rio-grande-do-sul-com-feminismo-e-justica-socioambiental/. Acesso em: 14 mar. 2025.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

SUMÁRIO



BLANCO, Natália; ZELIC, Helena. Reflexões e práticas para construir economia feminista e justiça ambiental. **Sempreviva Organização Feminista**, 2020. Disponível em: https://www.sof.org.br/reflexoes-praticas-economia-feminista-justica-ambiental/. Acesso em: 13 mar. 2025.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003.

CHARLOT, Bernard; CHARLOT, Veleida Anahi Capua da Silva. O negacionismo: uma crise social da relação com a "verdade" na sociedade contemporânea. **Revista Internacional Educon**, v. 2, n. 3, e21023004, 2021. Disponível em: https://grupoeducon.com/revista/index.php/revista/article/view/1736. Acesso em: 13 mar. 2025.

COZINHA solidária do Coletivo Periferia Feminista da MMM-RS. [*S. l.: s. n.*], 2024. 1 vídeo (11 min.). Publicado pelo canal Periferia Feminista. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=SRLd033zslc&t=1s. Acesso em: 26 ago. 2025.

FÓRUM. RS: grupo Periferia Feminista fala sobre colapso climático e pede ajuda para ações de solidariedade. **Revista Fórum**, 3 maio 2024. Disponível em: https://revistaforum.com.br/brasil/2024/5/3/rs-grupo-periferia-feminista-fala-sobre-colapso-climatico-pede-ajuda-para-aes-de-solidariedade-158308.html. Acesso em: 13 mar. 2025.

MORAES, Any. BARENHO, Cintia. Horta Comunitária/Periferia Feminista do Morro da Cruz recebe Prêmio Periferia Viva. Entrevista concedida a REINHOLS, Fabiana. **Jornal Brasil de Fato**, 2023. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2023/12/22/horta-comunitaria-periferia-feminista-do-morro-da-cruz-recebe-premio-periferia-viva/. Acesso em: 26 ago. 2025.

NOBRE, M.; FARIA, N.; MORENO, T. Economia feminista desdeabajo. Em: NOBRE, Miriam; FARIA, Nalu; MORENO, Tica (org.). Cultivar la vida en movimiento. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2020

REINHOLS, Fabiana Horta. Comunitária/Periferia Feminista do Morro da Cruz recebe Prêmio Periferia Viva. **Jornal Brasil de Fato**, 2023. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2023/12/22/horta-comunitaria-periferia-feminista-do-morro-da-cruz-recebe-premio-periferia-viva/. Acesso em: 26 ago. 2025.

RIZZOTO, Maria Lucia Frizon; COSTA, Ana Maria; LOBATO, Lenaura de Vasconcelos da Costa. Crise climática e os novos desafios para os sistemas de saúde: o caso das enchentes no Rio Grande do Sul/Brasil, **Saúde em Debate**, v. 48 n. 141, 2024.

RODRIGUES, Aline Rocha; OLIVEIRA, Francisco Henrique de; KAUCHAKJE, Samira. Mapas, fome e planejamento territorial. **Espaço Temático**: crise sanitária, território e pobreza, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 32-42, 2023.

SCHÃFFER, Margareth. Resenha crítica Bhabha Homi K. **Entre-lugares da cultura**: diversidade ou diferença? Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

SILVA, Roger. Moradores do Morro da Cruz reclamam de instabilidade no fornecimento e na qualidade da água desde o Natal. **Zero Hora**, 2022. Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2022/02/moradores-do-morro-da-cruz-reclamam-de-instabilidade-no-fornecimento-e-na-qualidade-da-agua-desde-o-natal-ckzhca0cb007f01884qxg66og.html. Acesso em: 26 ago. 2025.

WOLFF, Cristina Scheibe *et al*. Contra fim do mundo: trinta anos Fazendo Gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 32, n. 1, e98964, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/FDkYpSVjh9yBp89MX65cTWF/?lang=pt. Acesso em: 10 mar. 2025.



Sandra Caponi

LOUCAS CONTRA O FASCISMO:
O VIÉS DE GÊNERO NA HISTÓRIA DA PSIQUIATRIA

MAD WOMEN AGAINST FASCISM: GENDER BIAS IN THE HISTORY OF PSYCHIATRY

LOCAS CONTRA EL FASCISMO: EL SESGO DE GÉNERO EM LA HISTORIA DE LA PSIQUITRIA

SUMÁRIO



RESUMO:

Analiso o viés de gênero presente ao longo da história da psiquiatria, pelo qual se patologizam sofrimentos e mal-estares de gênero. Argumento que existe uma forte herança de preconceitos, sobre os quais se estrutura a psiquiatria, como um saber que integra o campo da *scientia sexualis*. Esses preconceitos perpassam de maneira sutil o campo da saúde mental, mas aparecem com toda sua ferocidade nos discursos dos governos autoritários, desde os fascismos clássicos até os fascismos contemporâneos. Em ambos os casos, as figuras privilegiadas contra as quais a psiquiatria dirige sua artilharia pesada são as mulheres, consideradas loucas, e as dissidências sexuais.

Palavras-chave: Género, fascismo, psiquiatria

ABSTRACT:

I analyze the gender bias present throughout the history of psychiatry, through which gender-related suffering and discomfort are pathologized. I argue that there is a strong legacy of prejudices, upon which psychiatry is structured, as a knowledge that integrates the field of scientia sexualis. These prejudices subtly permeate the field of mental health, but appear with all their ferocity in the discourses of authoritarian governments, from classical fascism to contemporary fascism. In both cases, the privileged figures against which psychiatry directs its heavy artillery are women, considered insane, and sexual dissidence.

Keywords: *Gender, fascism, psychiatry*

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-480-3.5



RESUMEN:

Analizo el sesgo de género presente en la historia de la psiquiatría, mediante el cual se patologiza el sufrimiento y el malestar relacionados con el género. Argumento que existe un fuerte legado de prejuicios, sobre el cual se estructura la psiquiatría, como un conocimiento que integra el campo de la scientia sexualis. Estos prejuicios permean sutilmente el campo de la salud mental, pero aparecen con toda su ferocidad en los discursos de los gobiernos autoritarios, desde el fascismo clásico hasta el fascismo contemporáneo. En ambos casos, las figuras privilegiadas contra las que la psiquiatría dirige su artillería pesada son las mujeres, consideradas dementes, y la disidencia sexual.

Palabras clave: *Género, fascismo, psiquiatría*

A psiquiatria moderna parece ter nascido como um saber que persegue o objetivo de reforçar as relações de poder patriarcais existentes. Isto ocorre na medida em que se atribui aos comportamentos que não se adequam aos papéis de gênero estabelecidos a marca e o estigma da loucura. O conceito de *scientia sexualis* abordado por Foucault em *A história da sexualidade* pode ajudar a entender esta persistência no campo da psiquiatria.

Michel Foucault explorou de que maneira o conhecimento sobre a sexualidade se transformou em um objeto, supostamente científico, de estudo, classificação e controle, que influenciou diretamente nas práticas cotidianas, nas normas sociais e na percepção social da sexualidade. A psiquiatria dos séculos XIX e XX parecia estar obcecada por falar de sexo, o sexo no casamento e fora dele, as perversões sexuais, a sexualidade na infância, os supostos perigos da masturbação, todos esses são tópicos que se repetem incessantemente nos anais e manuais de psiquiatria.

Como afirma Foucault:

> O simples fato de que se tenha pretendido falar de sexo, desde o ponto de vista purificado e neutro de uma ciência, é em si mesmo significativo. Era, de fato, uma ciência feita de fintas, ante a incapacidade ou rejeição



> a falar do sexo mesmo, referiu-se a suas aberrações, a suas perversões, rarezas excepcionais. Era igualmente uma ciência subordinada aos imperativos de uma moral cujas divisões reiterou sob os modos da norma médica (Foucault, 1978, p. 67).

A lógica do normal e do patológico traduziriam então, a termos médicos, as prescrições morais existentes. Mas esse saber médico-psiquiátrico não somente multiplicou discursos sobre o sexo, também reivindicou o lugar de controle dos imperativos higiênicos, atribuindo-se a capacidade de definir os bons casamentos, e apresentou-se como capaz de evitar a herança mórbida, de controlar as taras e de garantir uma população forte e saudável. "O importante nesta história não é que os sábios se tapassem os ouvidos ou se equivocassem, mas que se construiu em torno ao sexo, um imenso aparato destinado a produzir um 'jogo de verdade'" (Foucault, 1978, p. 68). Se legitimou assim, a construção de um grande arquivo dos prazeres sexuais em chave médico-psiquiátrica, um registro destinado a classificar, pacientemente, a heterogeneidade sexual. Na *scientia sexualis*, as figuras da mulher histérica e dos considerados "perversos" ocuparam um lugar privilegiado, como objetos de observações e análises incansáveis.

Desde 1798, quando Philippe Pinel inaugurou a psiquiatria moderna, as causas da loucura feminina foram associadas diretamente à via genital, especificamente a fenômenos biológicos como a menstruação, a gravidez, o parto e a menopausa. Cem anos mais tarde, Magnan e Legrain (1895), em *Os degenerados*, atribuíam o que consideravam como "inexplicáveis mudanças de humor" das mulheres às mesmas causas sexuais, identificando um tipo de degeneração denominada "loucuras menstruais".

Mas, é com Richard von Krafft-Ebing, em 1894, que a *scientia sexualis* se consolida como um campo de saber psiquiátrico. Já nos primeiros capítulos do tratado *Pathologia Sexualis*, encontramos uma descrição do que Ebing considera como sendo uma mulher normal, e uma mulher mental ou sexualmente doente.



Krafft-Ebing fala da subordinação e passividade da mulher, frente à agressividade e violência do homem, refere-se à monogamia feminina e à poligamia masculina, à assexualidade feminina e ao desejo incontrolável dos homens, definindo posições de gênero que atravessaram as épocas e que contribuíram para reforçar tanto o papel da mulher submissa e obediente, quanto o da mulher sexualmente insaciável e louca (Krafft-Ebing, 1894). Krafft-Ebing parece falar como um pároco moralista ou um defensor dos "bons costumes". No entanto, sua tarefa foi a de traduzir os mandatos de gênero de sua época para uma linguagem médico-psiquiátrica com pretensão de cientificidade. Nesse contexto, a subordinação da mulher e a superioridade do homem deveriam ser explicadas por mecanismos biológicos, recorrendo às glândulas sexuais, ao instinto, ao córtex cerebral ou às glândulas reprodutoras. E é frente a essa moralidade travestida de normas médicas que Krafft-Ebing delineia a distinção entre a normalidade da mulher assexuada e obediente e as patologias das histéricas, das frígidas, das prostitutas e das homossexuais, isto é, aquelas que não se ajustam ao padrão de castidade predefinido.

Diante da impossibilidade de localizar as *pathologias sexualis* no cérebro, Krafft-Ebing retomará o discurso do corpo ampliado dos antecedentes familiares patológicos, definidos pelos degeneracionistas como chave explicativa, a "herança mórbida". Lembremos que, para Foucault (1999, p. 298), "a degeneração é a peça teórica maior que permite a medicalização do anormal. O degenerado é a anormal mítica – ou, se preferirem, cientificamente, medicalizado". O livro de Ebing atribui os casos de homossexualidade e histeria a degenerações mentais, preocupando-se por reconstruir as histórias patológicas dos familiares dos pacientes.

O mesmo ocorre em suas explicações sobre as mulheres histéricas, às quais vincula a famílias degeneradas. Considera que a histeria é uma neurose da vida sexual que só ocorre em mulheres predispostas, isto é, em mulheres que pertencem a famílias de degenerados mentais. Estas mulheres se caracterizam por estar anormalmente



excitadas, o que pode levar à prostituição, inclusive a mulheres casadas. A histeria, segundo Ebing, pode ocasionar o "onanismo, andar nu em uma sala, untar a pessoa com urina e outras coisas, como vestir roupa masculina" (Krafft-Ebing, 1894, p. 375). Em síntese, considera que: "Todas as anomalias possíveis da função sexual podem ocorrer aqui, com mudanças repentinas e atividades peculiares; sempre sobre uma base degenerada hereditária, podem aparecer as formas mais perversas" (Krafft-Ebing, 1894, p. 375).

Como afirma Foucault (1999), a teoria da degeneração permitia que o número de desvios pudesse ser indefinidamente ampliado, sempre se podiam agregar novas condutas que exigiriam intervenção psiquiátrica. Essa estratégia explicativa mostrou ser muito útil para criar novas categorias médico-psiquiátricas referidas a grupos sociais cujos comportamentos são considerados socialmente inadequados. Por exemplo, a "loucura dos vegetarianos", definida por Magnan e Legrain (1895), em *Os degenerados*. Um diagnóstico referido às pessoas que deixam de comer carne por possuir um amor patológico aos animais.

Nesse mesmo marco discursivo, e perante o temor social representado pelas lutas das primeiras feministas, as sufragistas, a psiquiatria se limitara a acrescentar um diagnóstico. Como afirma Franca Basaglia perante o medo que inspirava a "insubordinação da mulher, que de maneira ainda confusa e inorgânica queria se tornar um sujeito histórico que reivindicava seus direitos" (Franca Ongaro Basaglia, 1982, p. 12), o psiquiatra Julius Moebius, seguidor de Krafft-Ebing, agregava uma nova patologia à grande galeria das síndromes de degeneração: o nervosismo das intelectuais, ou a loucura das feministas.

Para explicar essa categoria psiquiátrica, Moebius recorre ao "hermafroditismo psíquico" de Krafft-Ebing. Essa categoria será fundamental para dar resposta à pergunta que percorre o texto de Moebius: o que é uma mulher normal em relação à qual devem ser definidos os desvios mórbidos?



Propõe dois modelos que apresentam esses desvios. O modelo francês, representado pelas damas da corte e dos salões, cuja única preocupação é dar e receber prazer. E o modelo inglês, ao qual considera muito mais perigoso, vinculado ao hermafroditismo psíquico, que ocorre quando se pretende "introduzir um cérebro de homem em um crânio de mulher".

Dessa maneira, a mulher prostituta e a mulher feminista encarnam os dois desvios mórbidos do estado normal, representado pela mulher mãe. Moebius transforma assim a categoria psiquiátrica de "hermafroditismo psíquico" de Krafft-Ebing, utilizando-a para referir-se à patologia psíquica que sofrem as mulheres que, tendo corpo e crânio feminino, pensam e se comportam como homens (Paul Julius Moebius, 1982, p. 13). Refere-se especificamente às mulheres que decidem estudar, que querem ser livres e escapar do dever do casamento e da maternidade. Sustenta que essas "eruditas" são péssimas mães ou estão condenadas a ter filhos fracos e degenerados. É por esse motivo que nenhum homem deveria desejar casar-se com uma mulher erudita ou "cerebral", porque a seus filhos "faltará robustez e em muitos casos faltará o leite materno" (Moebius, 1982, p. 38). Resume sua teoria assegurando que "uma excessiva atividade mental faz da mulher uma criatura, não só rara, mas também doente, de modo que as exaltadas loucas parem mal e são péssimas mães" (Moebius, 1982, p. 17).

Essas ideias não desaparecem facilmente, pelo contrário, se mantêm vigentes ao longo de grande parte do século XX e reaparecem por meio de novas figuras, agora disseminadas pelas redes sociais, cujo extremo está representado pelas chamadas "*tradwives*", mulheres que, reproduzindo os mandatos tradicionais de gênero definidos por figuras como Ebbing e Moebius, dedicam-se a servir a seus maridos, são profundamente conservadoras e ferozmente antifeministas.

SUMÁRIO



Figuras como as das *tradwives* parecem reaparecer uma e outra vez ao longo da história, sob roupagens diferentes, como resposta conservadora diante de qualquer dinâmica de reconhecimento dos direitos das mulheres e dissidências sexuais. Um discurso que retorna cada vez que os governos da direita autoritária assumem o poder político. Podemos observar como essas figuras avançam nas redes sociais de todo o mundo atualmente, tendo grande influência nos Estados Unidos, na Espanha e em outros países. Elas reivindicam seu direito a não trabalhar, ainda que, paradoxalmente, tenham enormes benefícios econômicos derivados de seu trabalho como influencers. No caso da Espanha, as *tradwives* reproduzem, com novas tecnologias, os mandados de gênero que se impunham às mulheres no Franquismo: ser austera, prestativa, passiva, altruísta e dedicada ao cuidado dos filhos e do marido. Uma figura construída por uma educação sentimental "supervisionada pelo Estado e pela Igreja" (Pilar Iglesias Aparicio, 2022), cujo objetivo era difundir e garantir a imposição de normativas de gênero patriarcais e profundamente autoritárias. De fato, foram esses os mesmos princípios impostos, com idêntica ferocidade, a todas aquelas mulheres que vivenciaram a escuridão das ditaduras militares da América Latina, no meu caso, a ditadura de Videla, na Argentina.

As mulheres que não aceitavam essas imposições, como as republicanas e anarquistas na Espanha franquista, ou as clamadas "rojas e putas" na Argentina, se transformaram no alvo privilegiado da artilharia pesada do poder psiquiátrico (Foucault, 2003), passando a ser consideradas como loucas ou degeneradas por não se enquadrarem aos parâmetros de gênero que definiam a mulher considerada "normal".

Celia García Díaz (2023), no livro chamado *Género e psiquiatria na primeira metade do século XX: construindo mulheres loucas (1909–1950),* analisa os prontuários das mulheres que foram internadas no Hospital Psiquiátrico de Málaga, mostrando a persistência dos discursos psiquiátricos que vinculam as loucuras femininas à



sexualidade, recorrendo a terapêuticas ginecológicas, à frenologia e à teoria da degeneração. Em muitos casos, o aparelho genital feminino foi considerado a causa das doenças mentais, propondo-se tratamentos invasivos como as histerectomias.

Nos prontuários dessas mulheres internadas, aparece o registro dos antecedentes familiares, se na família há algum irmão ou primo alcoólatra, se algum outro membro da família já ingressou no manicômio, se há doentes na família, reforçando a importância que a teoria da degeneração teve na Espanha até a década de 1950. Essa busca por antecedentes familiares foi considerada um elemento central para enquadrar as patologias mentais das mulheres. Os diagnósticos que aparecem nos prontuários da sala 20, que era a sala de mulheres internadas no Hospital Psiquiátrico de Málaga, fazem referência, de uma forma ou de outra, à emotividade, estimada exagerada ou excessiva das mulheres, sem considerar o contexto em que essas emoções foram desencadeadas.

Os psiquiatras que atendiam as mulheres da sala 20 aplicavam diagnósticos psiquiátricos em situações de perda de familiares (durante a Guerra Civil ou por outros motivos de falecimento) e entrada dos maridos na prisão, fosse por pequenos furtos, perseguição política durante o franquismo ou simples discussões e problemas de casal (Celia García Díaz, 2023, p. 143).

Os tratamentos mais comuns eram a hidroterapia, o uso de láudano e barbitúricos, e as terapias de choque, como o choque insulínico ou o eletrochoque. No primeiro franquismo (1939–1950), o predomínio quase absoluto se dava pelo uso da Terapia Eletroconvulsiva (ECT). O eletrochoque, introduzido na década de 1940, foi adotado como parte das práticas psiquiátricas comuns nesse período. No caso do Manicômio de Málaga, os prontuários analisados mostram que mais de 56% das mulheres que ingressaram nesse período foram submetidas a tratamento com eletrochoque. Considerando a ambiguidade com que os diagnósticos eram atribuídos nesse momento



histórico, como forma de exercer um controle sobre os comportamentos femininos indesejados, podemos imaginar que a aplicação da ECT se impunha como um castigo perante a insubordinação que as mulheres republicanas representavam para o regime franquista.

SCIENTIA SEXUALIS E VIÉS DE GÊNERO

A *scientia sexualis* tem sido, ao longo da história da psiquiatria, a estratégia que possibilitou que as exigências morais, os preconceitos e os sofrimentos de gênero pudessem ser traduzidos para um discurso pretensamente científico-médico, legitimando intervenções punitivas, desde as histerectomias ao eletrochoque, do confinamento à prescrição de drogas psiquiátricas que neutralizam as emoções. Contribuindo para reforçar e legitimar as distinções e submissões de gênero existentes em diferentes momentos históricos (Sandra Caponi *et al*., 2023).

Esse viés de gênero, que parece ter atravessado a história da psiquiatria, ainda hoje persiste e está presente nas sucessivas transformações das estratégias diagnósticas que ocorreram ao longo do tempo. Assim, passamos do diagnóstico generalizado de histeria, das loucuras das feministas ou das loucuras menstruais, para os transtornos mentais comuns muito prevalentes entre as mulheres, como depressão, ansiedade e bipolaridade, ou os chamados transtornos alimentares (Margot Pujal Llombart *et al*., 2020). Ao mesmo tempo, continuam sendo patologizadas as sexualidades consideradas dissidentes, por meio do diagnóstico de "disforia de gênero". Um diagnóstico utilizado para limitar o direito de autodeterminação de gênero, que ainda hoje é exigido em muitos países como requisito para aceder a tratamentos médicos e à modificação de documentos legais.



Embora Foucault situe o auge da *scientia sexualis* no final do século XIX e início do século XX, esse discurso permanece ao longo da história. Podemos observar que ele se reforça e renasce com os governos totalitários e autoritários, que invariavelmente encontram nas mulheres que reivindicam seus direitos, as feministas, e nas dissidências sexuais, os seus maiores inimigos. Como mostra o estudo de Celia García sobre o hospital psiquiátrico de Málaga, isso foi o que ocorreu no primeiro franquismo e é o que acontece hoje com os movimentos de direita que surgem em todo o mundo.

Ao longo da história da psiquiatria, podemos ver reaparecer, uma e outra vez, os mesmos preconceitos enunciados por Krafft-Ebing e Moebius. Se esses preconceitos se reforçam em momentos de governos autoritários, o viés de gênero parece ser parte essencial do exercício do poder psiquiátrico em diferentes momentos históricos e em diferentes países do mundo. Um refúgio onde o poder patriarcal ainda pode exercer-se impunemente. Pois o caráter androcêntrico da psiquiatria, já denunciado aqui, ainda está presente na formação profissional (Phyllis Chesler, 2018). Muitas mulheres, ainda hoje, são internadas por seus familiares devido a motivos como a infidelidade ou porque tiveram comportamentos considerados inadequados, sempre contando com a justificação médico-psiquiátrica (Eugenia Bianchi; Macarena Sabin Paz, 2023). Assim, podemos observar o informe de Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS), referindo-se ao Hospital Melchor Romero de La Plata, na Argentina:

> A última internação de María foi registrada em 1997. "Ela estudou direito, era muito inteligente", disse-nos uma das enfermeiras. Hoje, aos 47 anos e 20 anos de confinamento, quase não consegue mais ler. Margarita foi internada no Melchor Romero há 36 anos pelo marido, quando o caçula dos três filhos tinha 4 anos. No histórico médico consta uma carta do marido afirmando que ele a internava porque ela estava grávida de um filho que não era dele, porque "que ele estava cansado de que ela se deitara com outros homens" (CELS, 2017).



No Brasil, como mostra o estudo de Juliana Deboni, muitas mulheres são, ainda hoje, de forma involuntária ou compulsoriamente internadas por seus familiares, por motivos como descuido com a casa ou falta de atenção aos filhos. Essas mulheres receberam diagnósticos ambíguos e grandes doses de medicamentos psiquiátricos, geralmente antipsicóticos, que destroem seus organismos e embotam seu pensamento (Juliana Deboni, 2025).

Já em 1972, o livro de Chesler, *Women and Madness* (2018), mostrava a persistência das mesmas estratégias de silenciamento das histórias de vida das mulheres no campo da psiquiatria. Nos 50 anos que nos separam da obra, observamos, com grande expectativa e esperança, um processo de luta antimanicomial que se espalhou por diferentes países do mundo, assim como o fechamento de diversos manicômios. Em alguns países, conquistamos o direito ao aborto seguro, legal e gratuito, diretamente vinculado à saúde mental das mulheres. Assistimos a conquistas jurídicas, como a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência de 2006, que protegem as mulheres e as dissidências com sofrimentos psíquicos profundos. Foram produzidos relatórios, como o apresentado por Danius Puras à Assembleia das Nações Unidas, em 2019, onde se reconhece que os estereótipos de gênero minam as relações saudáveis e destroem as redes de apoio necessárias para uma boa saúde mental (Danius Puras, 2017).

No entanto, ainda são poucas as medidas políticas concretas que permitam reverter as realidades cotidianas adversas que atravessam as vidas das mulheres e dissidências, tais como a violência de gênero, o assédio moral ou sexual, o bullying, o preconceito por gênero, classe ou raça, a dupla jornada de trabalho e a desigualdade salarial, situações estas que provocam sofrimentos psíquicos profundos e mal-estares de gênero.

Esses problemas se agravam com governos autoritários e fascistas como o de Javier Milei na Argentina. Um governo decidido a batalhar contra os feminismos e os movimentos LGBTQIAPN+,



os quais considera como inimigos a combater. Milei qualifica as demandas feministas como exageradas, questiona a existência do patriarcado, sustenta que o feminismo busca privilégios e não igualdade, considera que as políticas de gênero são injustas ou desnecessárias. Como resposta, retirou a proteção às mulheres vítimas de violência machista e fechou, no dia 16 de julho de 2024, o Ministério das Mulheres, Gênero e Diversidade. Todos esses retrocessos são realizados em nome de seu combate a uma suposta "ideologia de gênero", com o argumento compartilhado por outros políticos conservadores de que esse discurso atentaria contra uma suposta "realidade biológica". Nesse contexto de desproteção, se multiplicam os mal-estares e os sofrimentos de gênero, sofrimentos que são descontextualizados e biologizados, transformando-se, pelo modelo médico, em transtornos psiquiátricos.

As críticas feministas ao viés de gênero que atravessa a psiquiatria mostram que, ainda hoje, a perspectiva de gênero parece estar ausente desse campo, multiplicando-se diagnósticos que silenciam sofrimentos causados por opressões cotidianas. Pois, ainda hoje persistem as normativas patriarcais que impregnam o discurso psiquiátrico de avaliações morais ou estéticas, como já foi denunciado por Phyllis Chesler há 50 anos.

Vemos assim que os preconceitos que percorrem a história da psiquiatria, desde Krafft-Ebing até hoje, reproduzem mandatos de gênero que afirmam que uma mulher normal deve manter-se bela, nunca deve se alterar e precisa ser boa mãe e esposa; além disso, reforçam que a monogamia e a heterossexualidade fazem parte da natureza das mulheres e que, em consequência, qualquer desvio desses papéis sociais pode levar a diagnósticos psiquiátricos. Ao mesmo tempo, patologiza qualquer dissidência sexual com o ambíguo diagnóstico de "disforia de gênero", respondendo à lógica estabelecida no século XIX pela *scientia sexualis* que traduz preconceitos sociais e normas morais a problemas médico-psiquiátricos.

SUMÁRIO



AMBIGUIDADES DIAGNÓSTICAS E MAL-ESTARES DE GÊNERO

Em uma das cenas mais poderosas do filme *Orlando, minha biografia política*, de Paul Preciado, vemos um dos tantos personagens que interpretam os "Orlandos de Virginia Woolf" na sala de espera de um consultório médico (Paul Preciado, 2023). Traçando uma analogia com o poder do rei com o qual se deparava Orlando no romance de Woolf ambientado na Inglaterra do século XVII, dirá, recorrendo a uma voz em *off* que lembra a Foucault, que, desde o final do século XIX até hoje, o poder absoluto do rei foi substituído pelo poder psiquiátrico. O que ocorre é que, na sala de espera do psiquiatra, esses Orlandos aguardam seu turno para poder obter a chave que lhes permitirá realizar a tão desejada transição de gênero. Ali poderão receber o diagnóstico de "disforia de gênero", que abrirá as portas para sua nova identidade, para mudar o nome nos documentos ou para realizar as intervenções médicas, por hormônios ou por cirurgia, se assim desejarem.

Na sala de espera vemos uma mulher trans, imigrante da Venezuela, que se apresenta como um dos "Orlandos de Virginia Woolf". Ela mostra, de modo muito claro, a necessidade de fazer uma performance de gênero binário, frente à autoridade do psiquiatra. Isso que Daniel Abietar trabalhou tão bem em seu livro *Solo dos? La medicina ante la ficción política del binarismo sexo-género* (2019). Na sala de espera desse consultório situado na França, esta mulher trans explica que, se alguém quer obter o diagnóstico de disforia de gênero, que lhe abrirá as portas ao processo de transição, será necessário que se comporte como mulher e represente todos os atributos femininos, ou inversamente, todos os estereótipos masculinos, quando se trata de um homem trans. Afirma que, se essa performance não for bem realizada, o diagnóstico será descartado e, em consequência, seus direitos para a transição desejada serão negados.

SUMÁRIO



O que essa fala mostra é que não é possível, para o poder psiquiátrico, pensar a partir de outro marco que não seja o definido pelo binarismo de gênero. Se não é homem, deve ser mulher, portanto, deverá realizar uma performance que lhe permita apresentar-se tal e como deve ser uma mulher. Ela se define como uma mulher trans, não como uma mulher, porque não deseja pertencer estritamente ao que se espera do gênero feminino.

A cena da sala de espera no consultório do psiquiatra nos remete a um encontro imaginário que Virginia Woolf poderia ter vivenciado com o poder psiquiátrico quando, em 1928, escreveu Orlando. Woolf recebeu diversos diagnósticos, dentre eles o de depressão, foi institucionalizada por alguns períodos, suicidou-se em 1941. Essas intervenções médicas certamente desconsideraram seus sofrimentos e mal-estares de gênero que, podemos imaginar, se vinculavam aos abusos sexuais vividos na infância, à relação amorosa com sua amiga Vita Sackville-West, que inspirou seu romance Orlando, ou ao simples fato de ser uma mulher intelectual na época vitoriana.

Nesse marco geral, das mulheres consideradas loucas e dos chamados "perversos", é que se constrói a psiquiatria moderna, desde as últimas décadas do século XIX até hoje. Como sabemos, os transtornos mentais atribuídos às mulheres hoje duplicam o número de diagnósticos atribuídos aos homens, fundamentalmente no que se refere aos diagnósticos dos chamados transtornos mentais comuns, como depressão, ansiedade ou bipolaridade, assim como aos chamados transtornos alimentares, como bulimia e anorexia (Llombart *et al*., 2020).

Em 2017, a revista Lancet Psychiatry publicou um artigo de Christine Kuehner, da Universidade de Heidelberg, chamado *Por que a depressão é mais comum entre mulheres do que entre homens?* (Christine Kuehner, 2017). A autora usa dados epidemiológicos que indicam que as mulheres têm o dobro da probabilidade de desenvolver depressão durante a vida, em comparação aos homens.



O artigo resume os estudos epidemiológicos existentes que abordam as diferenças de gênero na prevalência, na incidência e no curso da depressão, e analisa quais seriam os fatores explicativos dessa "lacuna" ou viés de gênero. Apresenta as explicações biológicas clássicas, como as alterações hormonais e os diferentes momentos do ciclo de vida, como a menstruação, o parto ou a menopausa. Este texto faz parte de um conjunto de artigos científicos que naturalizam a persistente distribuição diferencial de diagnósticos psiquiátricos e a maior prescrição de psicofármacos a mulheres.

Adotando uma perspectiva de análise completamente oposta, Chesler argumenta que essa diferença é o resultado de um viés de gênero que atravessou a história da psiquiatria. Ela afirma que essa desigualdade não tem sua origem em oposições biológicas, mas está vinculada às relações de poder e às violências de gênero existentes.

Por outra parte, o diagnóstico de disforia de gênero, embora em alguns países já não se exija como condição para realizar a transição de gênero, como no Brasil, desde o ano 2018, ainda continua existindo como estratégia médica para limitar direitos na Argentina e na Espanha. O livro *Dysphoria mundi*, de Paul Preciado, se inicia com o seguinte protocolo diagnóstico:

> O paciente é escritor, filósofo. Professor, ativo, viaja muito. Está solteiro e é Trans FM com tratamento de testosterona a longo prazo de 200mg a cada 21 dias. O paciente é beneficiário de um protocolo na França por uma afeição [...] que constitui uma forma progressiva e incapacitante de afeição grave que requer cuidados prolongados por Disforia de Gênero. Critérios diagnósticos e plano previsto: Disforia de gênero desde a adolescência, viveu como homem durante vários anos. Avaliação e gestão multiprofissional: endocrinologista, psiquiatra, dermatologista, etc. (Preciado, 2023, p. 16).

Diante desse diagnóstico, o doente afirma: "Tive que me declarar louco, afetado por um tipo de loucura particular chamado disforia de gênero, tive que declarar que minha mente estava em



guerra com meu corpo, que minha mente era masculina e meu corpo feminino" (Preciado, 2023, p. 17). E acrescenta que, se estava louco, sua única loucura consistia em rejeitar a antinomia entre dois polos: masculino e feminino, isto é, rejeitar o binarismo de gênero.

É nesse ir e vir entre essas duas figuras, a figura dos que se consideravam os perversos, a quem hoje se atribui o diagnóstico de disforia de gênero, e a figura da mulher louca, das histéricas do século XIX até as mulheres com transtornos mentais comuns de hoje, que a psiquiatria construiu suas bases. Inscrevendo-se naquilo que Michel Foucault denominou como *scientia sexualis*, sempre atenta aos desvios, às degenerações, a tudo aquilo que pudesse ser visto como anormal e perigoso.

PARA CONCLUIR

É contra essas duas figuras que se dirigem os novos fascismos contemporâneos, os fascismos do século XXI, representados por figuras como Bolsonaro, Milei e Trump. Nos dois primeiros casos, a homofobia e o machismo parecem ter se constituído como elementos centrais de seus discursos; no último, uma cruzada contra o pensamento designado como *woke* parece concentrar o ódio de Trump e seus seguidores.

Assim, quando nos perguntamos com Judith Butler: "quem tem medo do gênero?", podemos dar uma resposta simples: os conservadores, os autoritários, os fascistas como Milei e todos aqueles que, ainda hoje, continuam advogando por definições rígidas e binárias de gênero. Fascistas como aqueles que divulgaram e distribuíram um banner na cidade de Blumenau, que aponta para seus inimigos, homossexuais, adictos, feministas, retomando o velho mito da degeneração hereditária que reaparece nas mentes conservadoras, vulgares e autoritárias. Devo concluir esta apresentação retornando



a Milei, quem, no fórum de Davos 2025, afirmou que a homossexualidade e o feminismo promovem a mentira e a violação, nas suas palavras: "são pedófilos".

Assim, ele propôs eliminar o femicídio do Código Penal e ameaçou retirar a lei sobre o aborto legal, seguro e gratuito. O seu Ministro da Justiça declarou que o feminismo é "uma distorção do conceito de igualdade" e que a violência de gênero não existe, apesar de que, na Argentina, se cometeram em média um femicídio por dia em 2024 e um femicídio a cada 25 horas em 2025. A resposta não tardou a chegar. De imediato, foi organizada uma grande marcha em defesa dos direitos, convocada pela comunidade LGBTQIAPN+, denominada Marcha do Orgulho LGBT, Antifascista e Antirracista, com o slogan "não voltamos para o armário", o que foi uma resposta massiva contra a homofobia e a misoginia presidencial. O Poder Judiciário, que se manteve em silêncio, questionou a proposta de remoção da definição de femicídio e das proteções para mulheres e crianças em risco, porém, essas políticas de defesa de direitos foram desmanteladas ou subfinanciadas, impedindo que continuem realizando suas tarefas. Como era esperado, os ataques de Milei incentivaram ações violentas, expondo as mulheres e a diversidade sexual, aumentando o temor nesses grupos e afetando profundamente a sua saúde mental. No dia seguinte à exposição de Davos, um vizinho homofóbico ateou fogo à casa de um casal de lésbicas, mães de uma menina. Infelizmente, a prática de adotar a violência de gênero como política de Estado não ocorre apenas na Argentina, mas é um padrão que, historicamente, caracterizou a direita global. Nesse marco, os sofrimentos e mal-estares de gênero se multiplicam, assim como se multiplica a construção de diagnósticos evitáveis que, muitas vezes, representam o ponto de partida de verdadeiras carreiras psiquiátricas que definirão a vida de muitas mulheres.

O carácter androcêntrico da psiquiatria biológica não foi apenas destacado pelas feministas, foi também questionado por instituições globais, como a própria Organização Mundial de Saúde (OMS).



Em 2019, o relatório apresentado pelo relator Danius Puras na Assembleia das Nações Unidas critica o reducionismo biólogo da psiquiatria e propõe uma abordagem focada nos direitos humanos, que seja sensível à perspectiva de gênero. Para Puras (2019, p. 15): "Os estereótipos nocivos, tal como os estereótipos de gênero, enfraquecem relacionamentos saudáveis e desmantelam ambientes de apoio e inclusão necessários para uma boa saúde mental e para o bem-estar de todos". Acrescenta também que: "os programas de prevenção da violência juvenil devem incluir iniciativas para reduzir os efeitos tóxicos dos estereótipos de gênero que serão prejudiciais para a toda a vida" (Puras, 2019, p. 15).

Neste contexto, devemos situar o anúncio feito por Milei no dia 5 de fevereiro de 2025, dando conta da saída da Argentina da OMS, seguindo fielmente os passos traçados pelo seu ídolo, Donald Trump.

No entanto, apesar das legislações e normas internacionais conquistadas, apesar das declarações e dos relatórios que falam da necessidade de garantir o pleno exercício dos direitos aos usuários dos sistemas de saúde mental, incluindo o direito a ter informação sobre os efeitos adversos das drogas psiquiátricas, pouco parece que avançamos nos processos de patologização da vida cotidiana, hoje conhecemos, por meio de narrativas de "expertos por experiência e sobreviventes da psiquiatria", as histórias de violência sofridas nos serviços de saúde mental. Penso na história de uma usuária que, por medo de suicidar-se, dirigiu-se ao serviço de saúde por vontade própria e, embora tenha sido admitida voluntariamente, não lhe foi permitido sair, permanecendo hospitalizada contra a sua vontade durante vários meses.

Podemos também observar a persistência de estratégias de injustiça epistêmica que desvalorizam e desacreditam o conhecimento que os usuários têm sobre suas próprias vidas, tanto no que se refere às narrativas sobre suas histórias quanto aos efeitos adversos dos medicamentos psicotrópicos; me refiro a relatos sobre



a perda de libido provocada pelos antidepressivos, ao aumento de peso incontrolável gerado pelos neurolépticos (80 quilos no caso da entrevistada), à sonolência e à neutralidade emocional que produzem os psicofármacos ou à síndrome de abstinência que experimentam os pacientes quando decidem parar de tomar os medicamentos prescritos.

Lawrence Kelmenson, no texto *Um papel não reconhecido dos médicos: a "repressão às mulheres"*, de 2023, afirma que as mulheres têm 50% maior probabilidade do que os homens de serem diagnosticados com perturbações mentais (frequentemente crônicas).

Além disso, têm 60% mais probabilidade de serem diagnosticadas com síndrome e dor crônica generalizada. São prescritos duas vezes mais benzodiazepinas (Xanax, Ativan, Valium etc.) e opioides a elas que aos homens. Esses sedativos prejudicam o desempenho e são altamente viciantes. A terapia de eletrochoques, outro tratamento psiquiátrico incapacitante, é usada duas vezes mais frequentemente nas mulheres, causando perda de memória, muitas vezes, permanente.

Para concluir, gostaria de revisitar a última cena do filme *Orlando, a minha biografia política*. Aí vemos um juiz em uma sala lotada, distribuindo documentos de identidade a cada um dos Orlandos que estavam presentes. A cena está situada em um futuro próximo, no ano de 2028, onde Preciado imagina que já não será necessário esperar que o psiquiatra declare que as pessoas trans têm uma doença, para que possam ser reconhecidas como sujeitos políticos com todos os seus direitos garantidos, iniciando o direito de ter um documento com o nome pretendido, sem ter que aceitar o rótulo de "disforia de gênero".

Esses e outros direitos das mulheres e dissidências parecem estar cada vez mais longe quando pensamos no avanço dos discursos de extrema-direita no mundo. Um exemplo desses retrocessos foi dado por Milei na comemoração do 8 de maio (8M) de 2025.

SUMÁRIO



Nesse dia de luta, o governo difundiu um vídeo difamatório e repleto de falsas informações, comemorando o que eles denominam como "fim da ideologia *woke*". O que significa o desmantelamento de conquistas políticas direcionadas a garantir o exercício de direitos de mulheres e dissidências, contra a violência machista, desde a violência extrema dos femicídios ao abuso de poder que supõe o poder psiquiátrico.

REFERÊNCIAS

ABIETAR, Daniel. **Solo dos?** La medicina ante la ficción política del binarismo sexo-género. Barcelona: Cambalache livros, 2019.

APARICIO, Pilar Iglesias. **Políticas de Represión y punición de las mujeres**. Málaga: Círculo Rojo, 2022.

BASAGLIA, Franca Ongaro. Prólogo. *In*: BASAGLIA, Franca Ongaro. **La inferioridad mental de la mujer**. Barcelona: Bruguera, 1982. p. 1-22.

BIANCHI, Eugenia; PAZ, Macarena Sabin. Diagnósticos, fármacos y mujeres internadas en un hospital neuropsiquiátrico. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 31, n. 1, e93063, 2023.

CELS, Centro de Estudios Legales y Sociales. **Informe: La situación de las mujeres en el hospital psiquiátrico Dr. Alejandro Korn "Melchor Romero"**, Buenos Aires, 2017.

CAPONI, Sandra *et al*. El sesgo de género en el discurso y en las intervenciones psiquiátricas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 31, n. 1, e93055, 2023.

CHESLER, Phyllis. **Women and Madness**. Chicago: Lawrence Hill Books, 2018.

DEBONI, Juliana. **As mulheres e a psiquiatria vinte anos após a promulgação da Lei da Reforma Psiquiátrica Brasileira**. 2025. 164 f. Tese (Doutorado em Condição Humana e Saúde na Modernidade) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2025.

FOUCAULT, Michel. **Historia de la sexualidad**: la voluntad de Saber. México: Siglo XXI, 1978.



FOUCAULT, Michel. **Les anormaux**. Paris: Gallimard, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Le pouvoir psiquiatrique**. Paris: Gallimard, 2003.

GARCÍA DÍAZ, Celia. **Un lugar para la locura de las mujeres**: historia(s) de la Sala 20 del Manicomio Provincial de Málaga (1909–1950). Málaga: Cedma, 2023.

KRAFFT-EBING, Richard von. **Psychopathia Sexualis**. Londres: The Davis Company and Rebman, 1894.

KUEHNER, Christine. Why is depression more common among women than among men? **Lancet Psychiatry**, v. 4, n. 2, p. 146-158. 2017. Disponível em: ://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27856392/. Acesso em: 12 fev. 2023.

LLOMBART, Margot Pujal *et al*. Subjetividad, desigualdad social y malestares de género: una relectura del DSM-V. **Revista Internacional de Sociología**, v. 78, n. 2, e155, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.3989/ris.2020.78.2.18.113. Acesso em: 26 ago. 2025.

MAGNAN, Valentin; LEGRAIN, Paul Maurice. **Les dégénérés**. Paris: Rueff et G, 1895.

MOEBIUS, Paul Julius. **La inferioridad mental de la mujer**. Barcelona: Bruguera, 1982.

ORLANDO, minha biografia política. Direção: Paul B. Preciado. [*S. l.*]: Filmes do Estação, 2023.

PRECIADO, Paul. **Dysphoria mundi**. Barcelona: Anagrama, 2023.

PURAS, Danius. **Informe del Relator Especial sobre el derecho de toda persona al disfrute del más alto nivel posible de salud física y mental**. [*S. l.*]: Consejo de Derechos Humanos; Organización de Naciones Unidas, 2019.



Claudia Regina Nichnig

CORPOS-TERRITÓRIOS EM LUTA:
ENTRE SILENCIAMENTOS E RESISTÊNCIAS

BODIES-TERRITORIES IN STRUGGLE: BETWEEN SILENCING AND RESISTANCE

CUERPOS-TERRITORIOS EN LUCHA: ENTRE SILENCIAMIENTO Y RESISTÊNCIA

RESUMO:

O conceito corpo-território é problematizado a partir da luta de mulheres indígenas, que, de forma coletiva, resistem às violências, ao genocídio e aos feminicídios no Brasil. Organizadas em assembleias de mulheres, como as indígenas Kaiowá e Guarani, o artigo trata da luta pelo direito à vida e às terras tradicionais, mas principalmente sobre o enfrentamento às violências de gênero. A denúncia dos feminicídios realizada pelas mulheres indígenas possibilita refletir sobre o conceito de femietnocídio, pois ao matarem seus corpos, não só as vidas são exterminadas, mas a cultura e a tradição, afinal, seus corpos são territórios de conhecimento e resistência para enfrentar o fim do mundo.

Palavras-chave: Violências de gênero. Mulheres indígenas Kaiowá e Guarani. Corpo-território.

ABSTRACT:

The body-territory concept is problematized based on the struggle of indigenous women, who collectively resisted and continue to resist violence, genocide and femicides in Brazil. Organized in assemblies of women, such as the Kaiowá and Guarani indigenous people, the fight for the right to their traditional lands is combined with confronting the violence suffered against their bodies, highlighting deaths and sexual violence. The denunciation of

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-480-3.6

femicides makes it possible to reflect on femiethnocide, because when their bodies are killed, their cultures also die, and their bodies are territories of knowledge and resistance to face the end of the world.

Keywords: *Gender Violence. Kaiowá and Guarani Indigenous Women. Bodies territory.*

RESUMEN:

Se problematiza el concepto cuerpo-territorio a partir de la lucha de las mujeres indígenas, que resistieron y resisten colectivamente a la violencia, el genocidio y los feminicidios en Brasil. Organizada en asambleas de mujeres, como las indígenas Kaiowá y Guaraní, la lucha por el derecho a sus tierras tradicionales se combina con el enfrentamiento a la violencia sufrida contra sus cuerpos, destacando los feminicidios y la violencia sexual. La denuncia de los feminicidios permite reflexionar sobre el femietnocidio, porque cuando sus cuerpos son asesinados, sus culturas también mueren, y sus cuerpos son territorios de conocimiento y resistencia para enfrentar el fin del mundo.

Palabras clave: *Mujeres indígenas Kaiowá e Guarani. Violencia de género. Cuerpo-territorio.*

> No dia Internacional dos Povos Indígenas, fomos surpreendidas com mais uma notícia triste que mata parte de nós, nosso coração sangra com tamanha barbaridade, semana passada foi Daiana Kaingang brutalmente assassinada esquartejada, hoje Raissa Guarani Kaiowá, parem de matar o corpo e futuro de nossas crianças e jovens, quando nos perguntam qual é o nosso sonho, seria ter paz para dormir. [...] Mas saibam que o ÓDIO não passará! Afinal, a violência praticada não pode passar impune, nossos corpos já não suportam mais ser dilacerados, tombado há 521 anos. Que o projeto esquartejador empunhado pela colonização, violenta todas nós, mulheres indígenas há mais de cinco séculos. Parem de nos matar! A cada mulher indígena assassinada, morre um pouco de nós. Vidas indígenas importam. Gritaremos todos os dias, a cada momento, vidas indígenas importam. E a vida destas meninas indígenas importa para sua



> família, para seu povo. Importa para nós mulheres indígenas (Nota [...], 2021).

A nota intitulada "Raissa Guarani", de 3 de setembro de 2021, publicada pela articulação ANMIGA em seu site, clama por justiça em um caso revoltante. A menina Raíssa, vítima de estupro coletivo, teve seu corpo arremessado em uma pedreira por seus algozes, sendo depois considerada mais uma vítima de feminicídio em terras indígenas. A violência extrema da morte de Raíssa Kaiowá e Guarani ocasionou manifestações, falas e denúncias coletivas das mulheres indígenas de sua etnia e da articulação ANMIGA. A partir deste caso emblemático, o conceito corpo-território é analisado, enfatizando como as violências em seus corpos também violentam suas culturas e morrem com elas a possibilidade de continuidade. Assim, um projeto colonial que se efetiva ferindo corpos e ceifando vidas, um "projeto esquartejador empunhado pela colonização, violenta todas nós, mulheres indígenas há mais de cinco séculos" (Nota [...], 2021). De acordo com as falas públicas, esta vida não será em vão, pois seu corpo violentado, estuprado e assassinado, sangra a terra vermelha e se transforma em bandeira de luta, que flameja mesmo após a sua morte precoce, com apenas 11 anos de vida.

Os casos de violências contra meninas e mulheres relatados no Mapa das Violências Corpos Silenciados, Vozes Presentes: a Violência no Olhar das Mulheres Kaiowá e Guarani e nos relatórios das assembleias *Kuñangue Aty Guasu* analisados em minha tese doutoral (Claudia Regina Nichnig, 2024), no período de 2006 a 2023, demonstram que as violências, como aquela que subtraiu a vida de Raíssa, não se tratam de casos isolados. São inúmeros episódios de feminicídios e violências cometidas contra seus corpos-territórios, nos estados brasileiros, mas é importante destacar que, no Mato Grosso do Sul, onde está localizada a Reserva Indígena de Dourados, aconteceram muitos episódios de violência extrema, diante da intensa vulnerabilidade social, caracterizado como um



território de confinamento humano (Antônio Jacó Brand, 1997)[10]. Segundo as próprias indígenas, estas resistem desde a invasão colonial, sendo que, se a morte era ocasionada pelas mãos do colonizador, atualmente os algozes são os latifundiários e os representantes do agronegócio, mas as violências contra seus corpos também são cometidas pelos parentes, homens de suas próprias etnias. É a partir do conceito de corpo-território que se discute o enfrentamento às violências pelas próprias mulheres indígenas, como os feminicídios e as violências sexuais.

ESTUPROS E FEMIETNOCÍDIOS NA LONGA DURAÇÃO

As violências contra as mulheres, mas especificamente as violências de gênero, são um fenômeno de longa duração. Na história, tem sido objeto de estudo, mas é sobretudo a partir de uma perspectiva interdisciplinar, na perspectiva dos estudos de gênero e feministas, que se enfatiza as diferentes formas de violências contra os povos indígenas, e que, em relação às meninas e mulheres, estes crimes atingem um nível de crueldade sem precedentes, que busca realmente aniquilar, exterminar, matar as possibilidades de vida e existência.

No Brasil, há uma longa duração também no que se refere às violências contra as populações indígenas. Ainda que a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 tenha havido um período de efervescência e conquistas de direitos em relação aos povos indígenas, fruto dos movimentos indígenas organizados, as assembleias Kaiowá e Guarani *Aty Guasu e Kuñangue Aty Guasu* denunciam que a ação política nos diferentes níveis (federal, estadual e municipal)

10 Para ter mais informações sobre a Reserva Indígena de Dourados (RID), cf. Mota; Cavalcante, 2019.



ainda é bastante negligente e ausente em relação aos povos tradicionais. Da mesma forma, denunciam como ocorreu uma negligência em relação ao processamento, bem como é visível a falta de interesse no andamento das denúncias referentes às violências e a não proteção dos direitos humanos dos povos indígenas. Diferentes trabalhos apontam a importância da atuação do Ministério Público Federal (MPF) e da FUNAI para a proteção dos direitos dos povos originários (Ela Wiecko V. de Castilho, 2008).

Os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022 apontam os percentuais de mortes violentas intencionais e os feminicídios, havendo uma incidência maior de morte de mulheres negras em relação às mulheres brancas, sendo que, na categoria mortes violentas intencionais, há um percentual de 37,5% de mulheres brancas, em relação a 62% de mulheres negras, já no crime de feminicídio, o percentual de mulheres brancas é de 26% e o de mulheres negras é de 70,7%; assim, o documento enfatiza um acréscimo deste crime em relação às mulheres negras. Já em relação às mulheres indígenas, o Anuário aponta um percentual de 0,2% em relação às mulheres vítimas de feminicídio e 0,1% em relação às mortes violentas intencionais, enfatizando que "as residências continuam sendo, desde sempre, o local em que as mulheres são mais vítimas de feminicídio" (Samira Bueno; Renato Sérgio de Lima, 2022, p. 174). Outro dado importante é que "a taxa de feminicídios por 100 mil mulheres, em 2021, foi de 2,6 no Acre, Tocantins e no Mato Grosso do Sul, mais do que o dobro da taxa nacional (1,2 feminicídios por 100 mil mulheres)", demonstrando o alto índice de violência no estado em que está o território indígena Kaiowá e Guarani (Bueno; Lima, 2022, p. 170).

Mas para enfocar especificamente as mulheres indígenas, com um recorte por etnia e por estado da federação, os dados dos levantamentos anuais realizados pelo CIMI são mais precisos e detalhados (Conselho Indigenista Missionário, 2022). O que se confere, a partir do relatório de 2022, é que o estado do Mato Grosso do



Sul é o com a maior população indígena encarcerada: 31 mulheres indígenas presas e 352 homens indígenas presos, no total de 392 pessoas indígenas, sendo que o estado em segundo lugar é Roraima, com 230 pessoas indígenas encarceradas. Apesar do relatório não especificar o crime de feminicídio, no capítulo "Violência contra a pessoa", apresenta, em relação ao estado do Mato Grosso do Sul, um total de 4 casos de ameaça de morte, 146 casos de assassinatos no período de 2019 a 2022, ficando atrás apenas dos estados do Amazonas e de Roraima, sendo que, em relação aos assassinatos em 2022, são 38 casos, 7 cometidos contra mulheres e 31 contra homens[11]. O alto índice de violências apresentado, por exemplo, no relatório do CIMI, o qual traz os dados do ano de 2022, demonstra

11 O relatório, ao detalhar 19 destes casos, enfatiza que as violências em que os homens indígenas são vítimas ocorrem devido a brigas e desentendimentos entre homens indígenas, mas há casos em que são investigados fazendeiros como possíveis autores das violências. Em relação aos casos em que as mulheres são vítimas: 1º tem mais de 60 anos, segundo caso de Rosa Guimarães, de 29 anos; terceiro caso de Ariane Oliveira Canteiro, de 13 anos; o quarto caso de Marceliana Guarani, morta em uma área de retomada; o quinto caso foi de uma menina de 12 anos; o 6º caso relatado foi a liderança Estela Vera; o 7º caso foi Lurdes Recard. Dos 19 casos relatados, referente ao ano de 2022, em sete deles as vítimas eram mulheres, sendo cinco delas assassinadas por pessoas com as quais tinham relações de afeto, membros da família, companheiro ou pessoa com a qual manteve uma relação afetiva, sendo que apenas um dos casos os autores são pessoas não identificadas como indígenas. Também destaca crimes de abuso de poder (4 casos) cometidos contra indígenas Kaiowá e Guarani, ameaça de morte (4 casos), um deles em face da liderança Leila Rocha Guarani e os demais em face da comunidade; ameaças diversas (9 casos). Já na categoria homicídio culposo, destaca quatro mortes: duas delas de mulheres mortas por atropelamento: Márcia Rodrigues, mãe de quatro filhas, atropelada em 2 de maio de 2022; e Teodácia Ornelo, mãe de seis filhos, atropelada em 2 de agosto de 2022, ambas as mulheres foram atropeladas na rodovia que corta a retomada Ivy Katy, a qual não possui acostamento e se configura um território especialmente perigoso, pois se trata de uma região de conflito. Em relação ao crime de lesões corporais, dos 10 casos detalhados, todos apresentam vítimas as quais são mulheres e homens; no crime de racismo e discriminação étnico-racial, apresentam-se 7 casos em que as vítimas são a comunidade indígena. Já no crime de tentativa de homicídio, o relatório trouxe 12 casos: em 3 deles, as mulheres são as vítimas. Em relação ao crime de violência sexual, relata-se 8 crimes acometidos contra adolescentes e crianças, sendo que apenas um dos casos foi acometido contra uma mulher adulta.



que há ausência e negligência do Estado brasileiro.[12] A gravidade das violências acometidas contra meninas e mulheres Kaiowá e Guarani são percebidas como uma forma de necropolítica (Achille Mbembe, 2018), compreendida como uma política de morte que faz e deixa morrer, uma forma de extermínio que evidencia a falta de políticas públicas específicas.

"Sendo o Estado o principal instigador da desigualdade, sendo 'justo o responsável por armar aqueles que nos golpeiam', 'é inútil demandar justiça ao Estado, a primeira instância a institucionalizar a injustiça social'" (Françoise Vergès, 2021, p. 10), sendo que o contexto neoliberal afeta ainda mais os corpos racializados:

> as violências sexistas e sexuais multiformes quando os "corpos racializados, os corpos femininos, os corpos pobres ou os corpos jovens possuem menos valor nesta fase de reatualização necroliberal", quando são corpos sacrificáveis? (Vergès, 2021, p. 10).

Meninas e mulheres indígenas são acometidas por essas violências pois possuem corpos sacrificáveis? São reconhecidas como corpos sem valor, de forma que alguns homens se consideram proprietários e tomam posse desses corpos. Este sentimento de posse dos corpos femininos é uma herança colonial? Este sentimento presente também junto aos homens indígenas trata-se de um reflexo do contato com a cultura ocidental? As hierarquias de gênero e o machismo se refletem em práticas violentas. Assim, mesmo em casais formados por pessoas indígenas, em que se acreditaria haver uma relação de igualdade e não violência, as relações de poder em um contexto necroliberal, como afirma Françoise Vergès, podem levar à desigualdade e, como consequência, à prática de violência.

12 No Anuário Brasileiro de Segurança Pública do ano de 2022, embora pensem na questão étnica, não levam em consideração a proporção elevada de crimes acometidos contra as mulheres indígenas, considerando a participação étnica na população. Entretanto, chama atenção, por exemplo, em relação aos crimes de exploração sexual e pornografia, o percentual mais elevado no estado do Mato Grosso do Sul.



Segundo Graciela Chamorro, as violências não se dão somente no âmbito familiar e doméstico, mas, muitas vezes, os próprios líderes das comunidades são os autores, conforme denunciado nos relatórios das assembleias. Para a historiadora: "Não raro, elas sofrem retaliações dos líderes da comunidade, para quem o direito das mulheres não se aplica às mulheres indígenas. Para eles, o natural é que as mulheres não lutem pelos seus direitos" (Graciela Chamorro; Nichnig, 2021, p. 20).

Esta ausência de possibilidades, de morte em vida, faz com que as políticas[13] públicas para o enfrentamento das violências específicas contra as meninas e mulheres possam ser vistas como formas e políticas de extermínio, provocadas pelo próprio Estado. Como exemplo, temos a ausência de qualquer tipo de equipamento público de segurança, como as delegacias, em localidades próximas às terras indígenas no Mato Grosso do Sul, dentre outras ausências.

Uma vida com saúde é algo mais amplo, ao contrário de uma vida marcada por violências, as quais, segundo denunciam as mulheres indígenas, são resultado da ausência e das dificuldades enfrentadas no acesso às políticas públicas ou na inoperância e incapacidade das políticas públicas existentes, as quais desconsideram as especificidades de corpos, territórios e vidas indígenas. O direito à saúde e à vida livre das violências leva à problematização em relação às causas das violências, como uma cultura de posse dos corpos femininos. Graciela Chamorro afirma que os casamentos entre os Kaiowás não tinham possibilidade de término, "mesmo que o homem fosse violento", pois o "agressor podia vir a morrer enfeitiçado. Casos de morte de marido violento são interpretados ainda hoje como ação de *mohãy*, feitiço" (Chamorro, 2017, p. 80).

13 O Estado engloba as diferentes esferas federais, estaduais e municipais, sendo que, nas assembleias, as mulheres denunciam principalmente a ausência de políticas públicas federais e a atuação negligente dos órgãos da justiça, bem como a atuação dos militares de forma tendenciosa e contrária aos direitos dos povos indígenas, em favor de fazendeiros e representantes do agronegócio no Mato Grosso do Sul.



Embora destaque exemplos de homens violentos, será que a ideia de posse do corpo da mulher é uma herança colonial? Este sentimento faz parte da cultura indígena ou se trata de um reflexo do contato com a cultura ocidental? O que se pretende afirmar é que as hierarquias de gênero e o machismo se refletem em práticas violentas, o que é muitas vezes naturalizado nas relações entre pessoas indígenas.

Ao problematizar a legislação brasileira que trata do enfrentamento às violências contra as mulheres, é evidente que uma cultura política com perspectiva de gênero, que prioriza políticas por igualdade e visa uma vida sem violências, está presente nas leis e na efetivação de políticas públicas para o seu cumprimento. Assim, a existência do crime de feminicídio[14], que deixou de ser um qualificador do crime de homicídio para se tratar de um tipo penal, evidencia que é o fato de serem mulheres o causador da violência e da própria morte. O que está implícito para a prática deste crime é o fato de que as mulheres estão em condição de vulnerabilidade por serem mulheres, fazendo com que isso ocasione a morte.

As mulheres indígenas denunciam o feminicídio e outras violências contra seus corpos por meio de organizações específicas, como as grandes assembleias anuais das Kaiowá e Guarani. Se a assembleia de homens e mulheres indígenas, a *Aty Guasu*, centraliza a luta pelo direito ao território tradicional, as mulheres indígenas reivindicam um lugar de fala específico, em que suas vozes sejam ouvidas por todas as pessoas presentes. Desta forma, organizam a *Kuñangue Aty Guasu*[15] como instrumento coletivo de luta das mulheres e meninas. Esse aparato coletivo é um exemplo da

14 A partir de 2015, o Código Penal foi modificado em relação ao crime de homicídio para incluir o tipo penal do feminicídio, como sendo uma espécie de homicídio qualificado, o qual é cometido "contra mulher por razões da condição de sexo feminino", conforme disposto no artigo 121, § 2°, inciso VI.

15 Realizado desde 2006, mais recentemente os encontros passaram a ser anuais. Participei do VII *Kuñangue Aty Guasu*, realizado entre os dias 16 e 20 de setembro de 2019, na Terra Indígena Tekohá *Yvy Katu Potrerito*, em Japorã-MS, como pesquisadora e facilitadora de uma oficina sobre violências. Minha pesquisa de doutorado considerou até o ano de 2023, bem como os relatórios produzidos até a assembleia do referido ano.



ocupação desses espaços de liderança. A Grande Assembleia das Mulheres Guarani e Kaiowá – *Kuñangue Aty Guasu* é um exemplo de retomada[16], pois assim como resgatam seus territórios tradicionais, recuperam sua capacidade de liderança e escuta pelo próprio povo, que, sob o jugo colonial, intensificou as violências sobre os corpos e falas das meninas e mulheres indígenas.

Nas assembleias realizadas nos diferentes territórios indígenas Kaiowá e Guarani, as agendas específicas são enfocadas, sem deixar de reivindicar o direito ao território indígena, o qual representa a própria possibilidade de vida e resistência. O conceito de "re-existência" engloba a possibilidade de resistência individual e coletiva dos povos indígenas, mas dá ênfase também a existências que se perpetuam com resistência, ou seja, uma sobrevivência possível em situações extremas, como a ausência de direitos básicos, como à vida, à saúde, à educação, ao acesso à alimentação e até à água potável, dentro e fora dos territórios indígenas brasileiros.

As assembleias são importantes espaços de fala, formação e articulação política para as meninas e mulheres que solicitam a escuta de outras pessoas, como os homens, as mulheres brancas e as autoridades que são convidadas e comparecem ao evento. Neste espaço, abordam a importância de seus conhecimentos tradicionais e debatem de que forma o conhecimento dos brancos (*karais*) interfere no modo de ser indígena e transforma suas existências, sendo que estes conhecimentos podem auxiliar também no combate às violências. As mulheres erguem suas vozes na assembleia, ambiente público e político, em que o gesto de falar é "uma expressão de nossa transição de objeto para sujeito – a voz liberta" (bell hooks, 2019, p. 38-39).

16 As retomadas são processos coletivos de reconquista da terra que lhes foi retirada de forma violenta, ao longo de séculos, após a invasão colonial. No caso dos Kaiowá e Guarani, ao retomar, se pretende voltar ao *tekoha*, categoria nativa que trata do lugar de viver, a partir do qual se estabelecem conexões e sob o qual podem viver uma vida boa – *tekoporã*. Assim, a retomada significa a terra reconquistada, aquilo que foi tomado do grupo e que, coletivamente, se retoma. Ao recuperar, se pretende voltar ao *tekoha* (Gileandro Barbosa Pedro, 2020).



As lideranças do coletivo que organizam a assembleia, mas que também se mantêm atuantes durante todo o ano, convidam várias entidades e seus/suas representantes para pensar agendas e estratégias específicas para as mulheres indígenas, em seus diferentes campos de atuação. Diante das inúmeras questões abordadas nas assembleias, o enfrentamento das violências acometidas por mulheres e meninas nas relações familiares, bem como as diferentes formas de violência institucional enfrentadas, são pensadas como questões centrais, as quais permitem refletir sobre como suas existências são formas de resistência; ou seja, o encontro nas assembleias é uma forma de fortalecimento e protagonismo.

FEMIETNOCÍDIO:
É PRECISO EVIDENCIAR AS MORTES DE MULHERES INDÍGENAS

As meninas e mulheres, quando são mortas, levam à morte da cultura ancestral. Por isso, para além da tipificação e condenação dos autores do crime de feminicídio, problematizo o fato de que os crimes que "tombam"[17] corpos de mulheres indígenas podem ser vistos a partir do conceito de femietnocídio (Nichnig, 2024). Quando um corpo de uma menina ou mulher tomba ao solo, retorna à mãe terra todo o seu conhecimento ancestral, impactando diretamente na vida de toda a comunidade, adoecendo e enfraquecendo o coletivo.

O movimento das mulheres indígenas visa proteger a vida e promover o bem-viver e o bem coletivo. A luta indígena é coletiva, tanto que as demandas coletivas se sobrepõem às individuais.

17 Fazendo referências às árvores que tombam e retornam ao solo da mãe terra, as Imulheres indígenas se referem no ativismo digital que, ao serem mortas, as meninas e mulheres tombam.



Por esse motivo, muitas mulheres se aliam ao feminismo comunitário, proveniente das mulheres latino-americanas, que objetiva não apenas a proteção dos direitos individuais, mas a centralidade que se dá à coletividade (Adriana Gusmán Arroyo, 2019).

As mulheres indígenas que participam da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA) exaltam seus corpos como integrantes da própria terra, pois há para diferentes etnias indígenas brasileiras uma relação direta entre o corpo e a terra, a mãe-terra, que dá o território e também a vida. Desta forma, o território não é algo que se compra, se pega, se apropria, se toma como propriedade, mas algo a ser protegido. É no corpo que se produz a identidade. Beatriz Nascimento (2022) traz a ideia de corpo-mapa, território em que se vive e é possível transitar. Alex Ratts, apresentando o conceito corpo-mapa da historiadora negra, explica que ele é enfocado no roteiro do filme *Orí*: "Corpo-mapa de um país longínquo que busca outras fronteiras que limitam a conquista de mim. Quilombo-mítico que me faça conteúdo das sombras das palmeiras. Contornos irrecuperáveis que minhas mãos tentam alcançar" (Alex Ratts, 2022, p. 29). Segundo Ratts, a partir de Beatriz Nascimento:

> O corpo negro é o corpo que aglutina política culturalmente. Esse corpo marcado por inscrições feitas nos espaços negro-africanos se reconstitui e se fortalece como indivíduo-território, movendo-se na cartografia da diáspora. Tendo como base os lugares primordiais o corpo-território – expressão elaborada a partir dos indícios deixados pela autora – se expande para além deles, sem perder esses vínculos (Ratts, 2022, p. 30).

Para Beatriz Nascimento (2022), este espaço e tempo produzem outras temporalidades: "território projetado para além da memória e da corporeidade" (Ratts, 2022, p. 31), em que se produz "um outro sistema de construção vindo de um território de origem africana, não mais um lugar do passado, mas moderno – não mais o



escravo, mas o aquilombado, num esforço de guerra e de estruturação" (Beatriz Maria Nascimento, 2022, p. 104). Quando as mulheres indígenas utilizam o corpo-território, é no sentido de conquista de seus corpos com autonomia e liberdade, não sendo, portanto, propriedade de outras pessoas, mas também como seus corpos são territórios políticos. Desse modo, buscam a preservação de seus corpos assim como de seus territórios.

> O corpo das mulheres, sua sexualidade, segue sendo um território possível de poder que precisa ser conquistado como território e domínio próprios, com autonomia e como libertação. As mulheres indígenas, em muitos lugares da América Latina, então travando lutas com palavras de ordem que relacionam seus próprios corpos aos territórios a serem preservados ou conquistados (Olga Grau Duhart, 2019, p. 42, tradução nossa).

As mulheres Kaiowá e Guarani, reunidas em assembleia, não se identificam como feministas, pois entendem que estes movimentos sociais, ainda que plurais, não contemplem as especificidades das lutas das mulheres indígenas. Mas, apesar de não se identificarem com os movimentos feministas, alguns termos são incorporados dos movimentos negros e feministas. Assim, as mulheres indígenas em movimento fazem alianças para o fortalecimento de suas lutas coletivas. Nestas manifestações públicas, é possível encontrar expressões que são do léxico feminista, como "agropatriarcal", explicitando a "luta das mulheres Kaiowá e Guarani contra o agropatriarcado" (Kuñangue [...], 2022a).

> Ainda, o avanço da violência agropatriarcal sobre as mulheres Guarani Kaiowá deixa um rastro de violência através de feminicídios e uma nova caça às bruxas, desatada como mecanismo de contrainsurgência como incentivo do Estado brasileiro, para impedir a luta pela terra e pelos corpos-territórios – protagonizada pelos homens e mulheres xamãs, os nhanderu e nhandesy (Aty Guasu Kunhangue [...], 2022b).

SUMÁRIO



Ao manifestar-se internacionalmente, através da *Kuñangue Aty Guasu*, a reportagem apresentou uma das viagens internacionais de Kunã Aranduhá, Jaqueline Gonçalves Porto, a qual é apresentada na publicação em um jornal português, por meio de falas públicas como liderança indígena, em diferentes cidades da Europa, que visitou em 2022, quando demonstrou que pretende buscar "apoio e divulgação através do engajamento dos revolucionários do mundo". Ao destacar as principais bandeiras de luta do povo indígena Kaiowá e Guarani, a liderança enfatizou a pretensão de levar para "o centro das antigas metrópoles coloniais", a palavra Kaiowá e Guarani. A fala não é apenas sua, mas fruto de um coletivo de mulheres, por isso, o objetivo de sua visita é fazer ecoar as vozes das mulheres indígenas.

Na ideia de um corpo-território a ser preservado e mantido livre das violências, estão contidas as denúncias de que existe uma violência agropatriarcal, incentivada para a manutenção dos territórios que se entendem como de propriedade de pessoas que representam o agronegócio, sendo esses os legítimos proprietários, representantes dos brancos colonizadores ou para outras pessoas brancas que imigraram para esta região do país, com o intuito de "povoar", sem considerar as populações tradicionais que ali estavam, ocupando seus territórios. Desta forma, quando as próprias mulheres indígenas utilizam este termo em seus pronunciamentos públicos, denota-se que o discurso feminista foi acionado para enfatizar as opressões experienciadas. Se o conceito de patriarcado está no cerne da discussão feminista, o conceito de "agropatriarcado" acrescenta ao termo marcadamente feminista o "agro". O patriarcado é um conceito que define este "regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens" (Heleieth Iara Bongiovani Saffioti, 2015, p. 47). Ainda que tenha sofrido inúmeras críticas ao longo dos anos de que seria um conceito a-histórico, a socióloga entende que este se reatualiza e "como os demais fenômenos sociais, também o patriarcado está em permanente transformação" (Saffioti, 2015, p. 48).



A ideia de um agropatriarcado compreende a invisibilidade e o silenciamento das mulheres do campo, sob o qual opera um "colonialismo patriarcal", que dificulta a agência no espaço rural e para além dele. De acordo com Carvalho:

> Perpassa por esses discursos a necessidade de se pensar em direito à existência digna dessas mulheres, o direito a ouvir suas vozes silenciadas. E quando se fala em direito de existir e de ser ouvida, fala-se de locus social, de como esse lugar imposto pelo colonialismo patriarcal dificulta a possibilidade de transcendência desses sujeitos femininos. A questão a ser formulada é: por que ainda são silenciadas? Pois então, é através da análise deste contexto, não simplesmente a partir de experiências individuais dessas camponesas, mas sim das condições sociais que permitem ou não que esses grupos de mulheres acessem lugares de cidadania, é que se faz necessário entender como o lugar social ocupado por certos grupos (neste caso, a pesquisadora permite identificá-los como "agro-patriarcado") restringe oportunidades a outros (mulheres da agricultura de periferia) (Carvalho, 2020, p. 82).

Se a interpretação de Carvalho é de que o agropatriarcado restringe oportunidades às mulheres e o acesso à cidadania plena, a utilização do conceito pelas mulheres indígenas Kaiowá e Guarani pode ser interpretada como uma atualização da concepção. As mulheres indígenas, ao acrescentar a expressão "agro", colocam em evidência os embates e as opressões ligadas à proteção do território feita pelas mulheres, realizada por seus próprios corpos.

O termo "patriarcado" trata-se de um regime de dominação e exploração dos homens sobre as mulheres, que, embora seja pré-capitalista, se mantém atual, pois, segundo a socióloga Heleieth Saffioti, a "dominação masculina – patriarcado – na sombra significa operar segundo a ideologia patriarcal, que torna natural essa dominação-exploração" (Saffioti, 2015, p. 59). Para Pateman, este se caracteriza como "um sistema de relações entre homens e mulheres que existe no capitalismo" (1993, p. 62), sendo que as vivências sob



esta lógica fazem com que este sistema de opressão se torne naturalizado socialmente e, portanto, muitas vezes cristalizado, o que é denunciado pelas mulheres indígenas. O que Saffioti enfatiza em sua obra é que este sistema oprime mulheres também em espaços fora da lógica familiar e, desta forma, agregaria as relações que ocorrem no espaço público e nos embates da luta pela terra, o que leva muitos corpos a tombarem na luta. Assim, o patriarcado "não abrange apenas a família, mas atravessa a sociedade como um todo" (Saffioti, 2015, p. 49). Para além disso:

> [...] como as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado. Ainda que não se possa negar o predomínio de atividades privadas ou íntimas na esfera da família e a prevalência de atividades públicas no espaço do trabalho, do Estado, do lazer coletivo, e, portanto, as diferenças entre o público e o privado, estão estes espaços profundamente ligados e parcialmente mesclados. Para fins analíticos, trata-se de esferas distintas; são, contudo, inseparáveis para a compreensão do todo social. A liberdade civil deriva do direito patriarcal e é por ele limitada (Saffioti, 2015, p. 135).

Segundo Rita Laura Segato, que estudou as sociedades pré-coloniais da América Latina, estas, ao atravessarem o processo de colonização ou invasão, desenvolveram uma organização para além da lógica patriarcal, acentuada com o encontro das estruturas patriarcais europeias e coloniais. Desta maneira, a antropóloga argentina problematiza dois patriarcados operando em relação às mulheres latino-americanas: o de baixa intensidade, que poderia ser compreendido como comunitário, e o de alta intensidade, caracterizado como moderno-colonial (Rita Laura Segato, 2021). Essa divisão fez com que os chamados papéis sexuais e a distribuição das funções fossem realizadas de maneira diversa entre homens e mulheres, antes e depois do período da colonização, o que resulta em uma "superinflação da importância dos homens dentro da comunidade,



dado seu papel de intermediários com o mundo externo – tradicionalmente, com os homens de outras casas e aldeias e, agora, com a administração branca" (Segato, 2021, p. 102). Outra questão importante na análise das sociedades coloniais é que:

> [...] os homens enfrentam a emasculação e a perda de *status* quando se aventuram fora de sua comunidade e enfrentam o poder da administração branca. Por fim, há uma superexpansão do espaço público ancestralmente ocupado pelos homens na comunidade, bem como um desmantelamento e privatização da esfera doméstica. Como consequência disso, a dualidade torna-se binarismo porque a esfera dos homens é definida como a epítome do que é público e político, em oposição à esfera das mulheres, que é despolitizada por ser definida como privada (Segato, 2021, p. 102).

Se para Laura Segato existe um patriarcado que atravessa todo o meio social e se traduz em um sistema opressor nas relações privadas e ligadas à parentela, há também a influência deste poder nas mulheres indígenas no espaço político. Como acentua Lauriene Seraguza Olegário e Souza, as mulheres atuam no ambiente da parentela e são as donas do fogo, responsáveis pelo cuidado e pela subsistência de seus grupos familiares, o que se dá de forma mais marcante nas áreas de retomada e nas áreas ocupadas. Diferentemente do que ocorre nas reservas indígenas, nas áreas tradicionais como as de retomadas e ocupadas, há uma atuação das mulheres indígenas a partir do fogo da parentela, demonstrando como elas são importantes e fundamentais nesses espaços (Lauriene Seraguza Olegário e Souza, 2023). Assim, embora sejam bastante afetadas pelas desigualdades entre homens e mulheres, o que se caracteriza pelas relações violentas contra mulheres e crianças, são nestes espaços tradicionais que se percebe a importância fundamental das mulheres indígenas Kaiowá e Guarani. O mesmo é dito por Levi Marques Pereira e Lenis Gomes Ximenes ao analisar questões relativas à etnia Terena, que convive com os Kaiowá e Guarani na reserva indígena de Dourados:



> O modelo de gestão das reservas imposto pelo SPI/FUNAI era marcadamente androcêntrico, já que privilegiava a participação exclusiva dos homens e não recepcionava adequadamente a participação feminina. As mulheres terena viram sua participação cerceada e circunscrita ao âmbito interno da comunidade, como as posições de parteira ou líderes religiosas, sem maior expressão para a exterioridade, que tendia a ser sempre mediada por homens (Ximenes; Pereira, 2016, p. 45).

Esta mediação dos homens também se dá na atuação das mulheres indígenas Kaiowá e Guarani quando se relacionam de forma externa à área indígena, com pessoas não indígenas, sobretudo influenciadas pela forma como se devolveram as relações no mundo colonial e na relação com o Estado brasileiro. Assim, segundo a interpretação das mulheres indígenas para o conceito de patriarcado, ou seja, este não se aplicava nas relações mais igualitárias no seio da parentela e nas relações em que são marcadas pela atuação das mulheres, como as áreas de ocupação e retomada, pois "as retomadas criam, ainda, novos espaços para a participação política feminina, que também se apresentam como guerreiras" (Ximenes; Pereira, 2016, p. 45).

Nas relações realizadas nos territórios intermediadas pelo Estado, como as áreas de reservas indígenas, mas também nas áreas de retomada, há a existência de relações desiguais de poder, mas as mulheres vêm cada vez mais atuando como lideranças, diretamente nas retomadas, o que está sendo acentuado a partir da formação universitária, na atuação como professoras e enfermeiras indígenas, por exemplo. Para Ximenes e Pereira, quando tratam da etnia Terena, o que também é possível observar em relação às mulheres Kaiowá e Guarani:

> A partir da primeira década do século XXI, as mulheres ampliam sua participação, em especial as que passaram pelo processo de escolarização e assumiram cargos públicos, principalmente na educação e na saúde.



> Muitas mulheres passaram a atuar com desenvoltura crescente no movimento indígena (Ximenes; Pereira, 2016, p. 45).

Esta atuação das mulheres no movimento indígena permitiu realizar múltiplas alianças para fora do mundo indígena, como a participação e a organização dos próprios movimentos nos quais se tornaram lideranças, podendo articular com "representantes governamentais, organismos da sociedade civil e movimento de mulheres/feminista" (Ângela Célia Sacchi, 2022, p. 16), estabelecendo conexões que se operam no âmbito das relações sociais, entre as indígenas e não indígenas, principalmente nas interações com o espaço político. Entretanto, este agir em rede não faz necessariamente que as mulheres indígenas se reconheçam como feministas. Esta crítica inserida no seio do próprio movimento de mulheres indígenas pactua com a ideia de que os feminismos não incluíram totalmente as pautas das mulheres indígenas, as quais não buscam apenas direitos individuais, mas que tratam, sobretudo, de reivindicações comunitárias e coletivas. A antropóloga social Angela Sacchi entende as reivindicações das mulheres indígenas por direitos de forma mais ampliada, pois:

> [...] parte de um movimento maior de mulheres que é multifacetado e politicamente heterogêneo e entendido como diversos tipos de organizações e movimentos que exercem o papel de defesa dos direitos das mulheres, articulando redes de organizações não governamentais/ONGs, universidades e centros de pesquisa, a nível nacional e internacional (Alvarez, 1998 *apud* Sacchi, 2022, p. 16).

Dessa forma, conclui-se que a participação política das mulheres indígenas, se comparada à dos "líderes homens indígenas e outros segmentos de mulheres/feministas, coloca em cena formas particulares de liderança, organização e ativismo" (Sacchi, 2022, p. 18). Ou seja, existem particularidades nesta atuação que, em alguns momentos, se aliam a lutas por respeito ao seu marcador étnico e, em outros, ressaltam os marcadores de gênero, por exemplo.



Por experienciar este jogo de aproximações e distanciamentos, é que muitas mulheres indígenas não pretendem se identificar com os feminismos, ainda que plurais.

Nessa perspectiva, utiliza-se também o debate proposto pelas feministas comunitárias latino-americanas, o qual apresenta mais similaridades com as reivindicações das mulheres indígenas Kaiowá e Guarani por direitos, organizadas em assembleia. A ativista indígena Aymara apresenta o conceito de entronque-patriarcal, o qual conecta o patriarcado colonial e o outro, já existente nas sociedades pré-colonização. Julieta Paredes diz:

> Por "entroncamento" entendemos a relação de afeto mutua entre duas histórias paralelas de construção patriarcal, que se ignoram mutuamente. Dois troncos que, ao se encontrarem, desenvolvem uma nova relação, entre homens e dos homens em relação às mulheres. Entretanto, mesmo sendo nova, não é mais justa nem equilibrada, mas sim complexa e dissimulada, eu diria. Essa relação também não elimina as diferenças entre ambos, de maneira que permanece a possibilidade de compreender as características de cada tronco e de entender como esse "entroncamento" continua agindo e reconfigurando as relações de poder e de dominação nos territórios andinos (Paredes, 2020, p. 18, tradução nossa).

A historiadora Paula Faustino Sampaio (2021), a partir das convicções da feminista comunitária Julieta Paredes, se posiciona no sentido de que, embora os movimentos feministas sejam multifacetados, estes não estão sendo apropriados integralmente pelas indígenas, as quais requisitam o uso dos feminismos (indígena) apenas quando necessário. Há exemplo do feminismo comunitário que constrói redes com os feminismos latino-americanos, ao haver necessidade. Assim, segundo a ativista Julieta Paredes, a práxis do feminismo comunitário utiliza, de forma estratégica, os aportes das lutas feministas.



Portanto, um movimento imprescindível para a vida democrática, a prática do feminismo comunitário latino-americano aponta que as possíveis conexões forjadas no âmbito das relações comunitárias se aproximam das reivindicações das mulheres indígenas, sendo que:

> [...] algumas lideranças mulheres indígenas reconhecem em elementos de suas políticas diálogos com o aporte do feminismo comunitário e com o sentido de protagonismo das mulheres nas políticas contemporâneas defendido pelos feminismos que se colocam em tensão com a política neoliberal (Sampaio, 2021 p. 114).

Para a antropóloga social Francine Pereira Rebelo, que estudou as narrativas das mulheres Kaingang, as mulheres indígenas também pensaram em estratégias para reescrever suas histórias, assim como propõe a epistemologia feminista, e enaltecer o protagonismo feminino, reivindicando o reconhecimento de suas atuações em suas comunidades.

> [...] as mulheres indígenas, ao reconhecerem a invisibilidade de suas histórias, buscam estratégias para reescrevê-las. Para a autora, as mulheres indígenas vêm atuando de forma parecida às feministas das décadas de 1960 e 1970, que reivindicam as histórias de suas antepassadas invisibilizadas pela historiografia oficial, trazendo à tona personagens que demonstrassem o protagonismo feminino (Rebelo, 2015, p. 49).

A antropóloga social indígena Elisa Pankararu (Elisa Urbano Ramos) utiliza o termo feminismo indígena e afirma a existência de um "feminismo diferente, mas que no final eles se conjugam porque em momento algum a gente comunga com violência, seja qual for essa forma, que nenhum feminismo comunga com a desigualdade" (Ramos, 2021, p. 3). Para Elisa, os feminismos têm sua importância para as mulheres indígenas, pois "essa minha força em falar com segurança do feminismo, uma vez que 'feminismo' é uma palavra que não faz parte do vocabulário geral da população brasileira, e sobre ela



é dita que 'não existe feminismo entre os indígenas'" (Ramos, 2021, p. 1).

As mulheres indígenas Kaiowá e Guarani não se reconhecem enquanto feministas, pois entendem que nas lutas feministas não estão inseridas as pautas indígenas. Desse modo, não se reconhecem inseridas em uma ideia de feminismo, ora por interpretarem como uma forma de neocolonialismo, ora por não se sentirem integradas nas agendas defendidas. Nessa perspectiva, as mulheres indígenas flertam com as pautas, se aproximando e se distanciando, quando as questões étnicas são preponderantes. No entanto, realizam conexões e utilizam-se das estratégias políticas usadas pelos feminismos contemporâneos, encontrando aliadas no feminismo e propondo a escritura de uma nova história indígena, que inclua o protagonismo das mulheres.

SOBRE O PROTAGONISMO DAS MULHERES NA HISTÓRIA INDÍGENA

As mulheres indígenas Kaiowá e Guarani no tempo presente querem denunciar e ser ouvidas, pois, mesmo resistentes, são vítimas de violências, como do crime de estupro, de forma que seguem violentadas pelos colonizadores. Estes, de acordo com Maria Amélia de Almeida Teles, usaram as indígenas "como esposas, concubinas ou empregadas domésticas", em que "a mulher indígena foi usada pelos colonizadores, 'que se apropriaram assim de sua capacidade reprodutora, perdendo paulatinamente sua capacidade erótica nesta função sexual-reprodutora separada do prazer'" (Teles, 1999, p. 17).

Nesse sentido, "A suposta incapacidade dos povos indígenas foi parte do processo de construção de uma narrativa que define a vida dessas pessoas como 'atrasada' e 'primitiva', em oposição à



'civilização' colonial" (Juliana Salles Machado *et al*., 2020, p. 134), sendo que as autoras indígenas chamam atenção para esta narrativa, que não é a única, mas que traz consequências negativas até a atualidade, como as práticas de racismo. Em relação aos crimes sexuais de que são vítimas, é importante destacar como um discurso que "as representava como 'lascivas' sexualmente incontroláveis, e, por isso, responsáveis pela aproximação entre indígenas e brancos" (Lasmar, 1999, p. 147 *apud* Machado *et al*., 2020, p. 134) é uma forma de justificar e imputar às vítimas a culpa dos crimes, na tentativa de afirmar que são as mulheres que provocaram os homens, autores dos crimes de estupro ou outros crimes sexuais.

> A violência contra os povos indígenas na América do Sul e, especialmente no Brasil, é recorrente quando falamos sobre o período colonial e as relações de trabalho nos séculos XVI, XVII e XVIII. Esse processo de colonização foi marcado por diversas atrocidades, e na região sul do Brasil esteve associado com a ocupação dos vales pela migração europeia na região, no século XIX (Wittman, 2007; Santos, 1973) (Machado *et al*., 2020, p. 134).

As violências e a desumanização das mulheres indígenas, iniciadas no período colonial, prosseguem como parte das relações sociais, sendo um "componente estruturante do patriarcado e do capitalismo, e não como especificidade masculina" (Vergès, 2021, p. 13), ou seja, o uso das violências é um código colonial. Embora as violências cometidas contra as mulheres indígenas sejam uma constante na história, destaca-se o período da ditadura militar brasileira, no qual suas narrativas foram "historicamente abafadas e silenciadas por motivos diversos, dentre eles a omissão do Estado, quando não sua própria ação direta no sentido de possibilitar ou facilitar a ocorrência desses crimes" (Machado *et al*., 2020, p. 132). A partir do protagonismo de mulheres indígenas e da realização de suas assembleias, se acentua a pauta do enfrentamento às violências e da educação antirracista, que proporciona reconhecer o protagonismo das pessoas indígenas.



Estas narrativas passam a ser inseridas nos conteúdos curriculares por determinação legal, o que se dá por uma concepção antirracista e anticolonial. Para isso, é preciso uma perspectiva crítica, para que temas como o enfrentamento às violências sejam abordados, por meio da referida legislação que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil.

Em setembro de 2024, foi publicada a Lei n. 14.986, que trata da obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio e institui a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História no âmbito das escolas de educação básica do país (Brasil, 2024) Incluir as "experiências e perspectivas femininas nos conteúdos curriculares" não significa necessariamente que o enfrentamento às desigualdades e os debates a respeito das violências e opressões de gênero, como as sofridas pelas mulheres indígenas, sejam problematizados a partir de uma perspectiva crítica, que evidencie as desigualdades de gênero. A ideia é fazer da escola um espaço de estudo sobre as desigualdades e o enfrentamento das violências de gênero, que pode fazer eco a partir das resistências das mulheres indígenas experienciadas em seus corpos-territórios e mobilizadas coletivamente. A citada legislação permite também questionar e abordar as questões do presente, como o enfrentamento dos negacionismos e da misoginia em diferentes espaços. A história da mulher indígena pode e deve ser ensinada e aprendida, pois todas as "mulheres que fizeram a história" se trata de uma perspectiva plural, ou seja, são também indígenas, negras, deficientes, do campo, de forma que trazem seus múltiplos marcadores sociais em seus corpos.

Ensinar e aprender os processos de "re-existência" e o enfrentamento às violências é uma forma de transformação, já que a ideia de silenciamento da história em relação ao protagonismo das meninas e mulheres indígenas negou sua existência. Este artigo visa problematizar como a implementação da legislação pode ser importante para trazer à tona a história das mulheres indígenas,



bem como os processos de resistência, por exemplo, a realização de uma assembleia de mulheres, a *Kuñangue Aty Guasu*.

A partir das intervenções das participantes da assembleia e das teorias decoloniais em que a decolonialidade é entendida como uma relação entre conhecimento e colonialidade, é possível refletir sobre a importância de meninas e mulheres indígenas preservarem seus costumes e tradições ao mesmo tempo em que integram outros saberes, como os acadêmicos e escolares. Outra problemática desenvolvida é como o acesso à educação formal, principalmente a superior, interfere na atuação das mulheres coletiva e individualmente. A partir da decolonialidade do conhecimento, reflito como as concepções eurocêntricas podem ser descortinadas e repensadas a partir dos saberes indígenas. Assim:

> [...] o pensamento-outro caracterizado como decolonialidade se expressa na diferença colonial, isto é, um reordenamento da geopolítica do conhecimento em duas direções: a crítica da subalternização na perspectiva dos conhecimentos invisibilizados e a emergência do pensamento liminar como uma nova modalidade epistemológica na interseção da tradição ocidental e a diversidade de categorias suprimidas sob o ocidentalismo e o eurocentrismo (Luiz Fernandes de Oliveira; Vera Maria Ferrão Candau, 2010, p. 24).

Assim, as narrativas e os debates das meninas e mulheres indígenas participantes da *Kuñangue Aty Guasu* propõem o enfrentamento às violências como questão central, o que pode ser incluído como temática no ensino de História e na educação básica, já que é preciso falar da trajetória de mulheres plurais ao longo do tempo. As mulheres indígenas não estão presas em um passado colonial, são mulheres do presente, e a educação precisa incluir estas narrativas. Assim, incluir a história de meninas e mulheres Guarani e Kaiowá, por meio de suas próprias vozes, e fazê-las ecoar, traz visibilidade não somente às trajetórias coletivas, mas proporciona enfatizar uma narrativa anticolonial e antirracista, na contramão de uma história eurocêntrica.

SUMÁRIO



REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Civil. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 27 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.986, de 25 de setembro de 2024**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de setembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir a obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e perspectivas femininas [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.986-de-25-de-setembro-de-2024-586715705. Acesso em: 29 set. 2025.

BRAND, Antônio Jacó. **O impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá/guarani: os difíceis caminhos da palavra**. Doutorado (História) – PUC/RS, Porto Alegre, RS, Brasil, 1997.

BUENO, Samira; LIMA, Renato Sérgio de. (org.). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. [*S. l.*]: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022.

CASTILHO, Ela Wiecko V. de. A violência doméstica contra a mulher no âmbito dos povos indígenas: qual lei aplicar? In: VERDUM, Ricardo (Org.). **Mulheres indígenas, direitos e políticas públicas**. Brasília: Inesc, 2008, p. 21-32.

CHAMORRO, Graciela. **Panambizinho: Lugar de cantos, danças, rezas e rituais Kaiowá**. São Leopoldo: Karywa, 2017.

CHAMORRO, Graciela. Histórias, língua e Cultura dos povos indígenas em MS: entrevista com Graciela Chamorro. Entrevista realizada em 05 de outubro de 2020. **Revista Tempo e Argumento**. V. 13, n. 32, e0303. jan./abr. 2021. Entrevistadora: NICHNIG, Claudia.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Relatório violências contra os povos indígenas no Brasil**: dados de 2022. Brasília, DF: Conselho Indigenista Missionário, 2022.

DUHART, Olga Grau. Escollos y desafios contemporâneos para el feminismo y la democracia. *In*: PEDRO, Joana; ZANDONÁ, Jair**. Feminismos e Democracia**. 1 ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019, p. 37-52.

GUSMÁN ARROYO, Adriana. **Descolonizar la memoria, descolonizar los feminismos**. 2. ed. La Paz: Tarpuna Muya, 2019.



hooks, bell. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: Elefante, 2019.

KUÑANGUE ATY GUASU. Kunhangue Aty Guasu: a luta das mulheres Guarani e Kaiowá contra o agropatriarcado. 26 set. 2022a. Facebook. Disponível em: https://www.facebook.com/kunangueatyguasu/posts/pfbid0DTESidg446ypd5oLQX1ZBKtmQmXr9t1BhDEAkqG9MsjP389eVrT6tR8wfF4ZAhoQl. Acesso em: 16 mar. 2023.

KUNHANGUE Aty Guasu: a luta das mulheres Guarani e Kaiowá contra o Agropatriarcado. **E-cultura**, 2022b. Disponível em: https://www.e-cultura.pt/evento/27915. Acesso em: 27 ago. 2025.

MACHADO, Juliana Salles; PARENTE, Isabele Soares; KAINGANG, Jozileia Daniza; FAGUNDES, Marcelo Gonzalez. Mulheres indígenas, Mulheres de luta: Terra, Educação e Resistência. *In*: WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Carolina de. **Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)** Curitiba: Appris, 2020, p. 131-150.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p.

NASCIMENTO, Beatriz Maria. O negro visto por ele mesmo. Organizado por Alex Ratts. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

NICHNIG, Claudia Regina. **Corpos-territórios Kaiowá e Guarani na Kunangue Aty Guasu**: em luta contra as violências de gênero. Tese (Doutorado em História) Universidade do Estado de Santa Catarina- UDESC, 2024.

NOTA Raissa Guarani. **ANMIGA**, 2021. Disponível em: https://anmiga.org/nota-raissa-guarani/. Acesso em: 28 ago. 2025.

OLEGÁRIO E SOUZA, Lauriene Seraguza. **"As Donas do Fogo'**- política e parentesco nos mundos guarani. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2023.

OLIVEIRA Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 15-40, 2010.

PAREDES, Julieta Carvajal. **Para descolonizar el feminismo – 1492 Entronque patriarcal y feminismo comunitario**. La Paz, Bolivia: Moreno Artes gráficas, 2020.

SUMÁRIO



PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Tradução Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PEDRO, Gileandro Barbosa. **Ore Rekohaty (Espaço de pertencimento, lugar que não se perde)**: do esbulho das terras à resistência do modo de ser dos Kaiowá da Terra Indígena Panambi – Lagoa Rica em Douradina MS (1943–2019). 2020. 155 f. Dissertação (Mestrado em História) — Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2020.

RAMOS, Elisa Urbano. Conversatório 2: Avanços e retrocessos na construção da agroecologia feminista e antirracista. **Cadernos de Agroecologia** – ISSN 2236-7934 - Diálogos Convergências e Divergências: mulheres, feminismos e agroecologia - v. 16, no 1, 2021, p. 1-4.

RATTS, Alex. O corpo-espelho negro. *In:* NASCIMENTO, Maria Beatriz. **O negro visto por ele mesmo**. Org. Alex Ratts. São Paulo: Ubu Editora, 2022, p. 7-37.

REBELO, Francine Pereira. **Kunhangue Mba'e Kua: as trajetórias das mulheres cacicas Guarani Mbya de Santa Catarina**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFSC. 2015.

SACCHI, Ângela Célia. **Mulheres indígenas e organização política: união, luta, força e resistência.** Edição da Autora: Recife, 2022.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero patriarcado violência**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAMPAIO, Paula Faustino. Indígenas **Mulheres entre colonialismos e resistência de longa duração- Séculos XX e XXI**. Teresina: Cancioneiro, 2021.

SEGATO, Rita Laura. **Crítica da colonialidade em oito ensaios**: **e uma antropologia por demanda.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve História do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

VERGÈS, Françoise. **Uma teoria feminista da violência**. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

XIMENES, Lenir Gomes; PEREIRA, Levi Marques. O território terena: da expropriação e formação das reservas ao movimento das Retomadas. **Mediações**, Londrina, V. 21 N. 2, JUL./DEZ. 2016, p. 24-50.



Vera Fátima Gasparetto
Ariadne Toledo Nunes Pereira
Emily Dalpiaz Celiberti Fernandes
Evelin Luana Lima Neves
Helaine Cristina Heck
Thais Araujo de Freitas

CONTRA O FIM DO MUNDO, COM AFETO E ORGANIZAÇÃO:
OS DESAFIOS E AS POSSIBILIDADES DE CONSTRUIR UM EVENTO FEMINISTA

AGAINST THE END OF THE WORLD, WITH AFFECTION AND ORGANIZATION: THE CHALLENGES AND POSSIBILITIES OF BUILDING A FEMINIST EVENT

CONTRA EL FIN DEL MUNDO, CON AFECTO Y ORGANIZACIÓN: LOS DESAFÍOS Y POSIBILIDADES DE CONSTRUIR UN EVENTO FEMINISTA

RESUMO:

Este artigo apresenta uma reflexão sobre a experiência de preparação e realização da comissão de secretaria e da comunicação institucional do Seminário Internacional Fazendo Gênero 13, realizado entre 29 de julho e 2 de agosto de 2024, na Universidade Federal de Santa Catarina. As pessoas autoras do artigo são integrantes do comitê executivo do evento, responsável pela operacionalização do trabalho da secretaria e da comunicação (interna e externa) do seminário. A partir da práxis feminista e da metodologia de relatos de experiência colaborativa e de uma escrita livre e ensaística, as pessoas autoras compartilham os desafios e as conquistas da organização do evento, em diálogo com os eixos temáticos centrais: anticolonialismo, antifascismo e justiça climática. O texto valoriza os saberes localizados, a potência da comunicação feminista e os efeitos pedagógicos e políticos de uma organização horizontal, inclusiva,

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-480-3.7

SUMÁRIO



afetiva, insurgente. Assim, busca pensar a secretaria como um lugar de organização de saber e produção de conhecimento.

Palavras-chave: Feminismo. Comunicação. Evento acadêmico. Secretaria. Fazendo Gênero.

ABSTRACT:

This article presents a reflection on the experience of preparing and carrying out the Secretariat and Institutional Communication Committee of the Seminário Internacional Fazendo Gênero 13, held between July 29 and August 2, 2024, at the Universidade Federal de Santa Catarina. The authors of the article are members of the event's Executive Committee, responsible for operationalizing the work of the secretariat and the event's communication (internal and external). Based on feminist praxis and the methodology of collaborative experience reports and free and essayistic writing, the authors share the challenges and achievements of organizing the event, in dialogue with the central thematic axes: anticolonialism, antifascism and climate justice. The text values localized knowledge, the power of feminist communication, the pedagogical and political effects of a horizontal, affective, insurgent organization. It seeks to think of the Secretariat as a place where knowledge is organized and produced.

Keywords: *Feminism. Communication. Academic event. Secretariat. Fazendo Gênero.*

RESUMEN:

Este artículo presenta una reflexión sobre la experiencia de preparación y realización de la comisión de secretaría y comunicación institucional del Seminario Internacional Fazendo Gênero 13, celebrado entre el 29 de julio y el 2 de agosto de 2024 en la Universidade Federal de Santa Catarina. Las personas autoras del artículo son miembros del comité ejecutivo del evento, responsable de la puesta en marcha del trabajo de secretaría y comunicación (interna y externa) del seminario. A partir de la praxis feminista y la metodología de los relatos de experiencia colaborativa y de una escritura libre y ensayística, las personas autoras comparten los retos y logros de la organización del evento, en diálogo con los ejes temáticos

centrales: anticolonialismo, antifascismo y justicia climática. El texto valora los conocimientos localizados, el poder de la comunicación feminista y los efectos pedagógicos y políticos de una organización horizontal, inclusiva, afectiva e insurgente. Así, busca pensar la secretaría como un lugar de organización del saber y producción de conocimiento.

Palabras clave: *Feminismo. Comunicación. Evento académico. Secretaría. Fazendo Gênero.*

SUMÁRIO



INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma reflexão sobre a experiência de preparação e realização da comissão de secretaria e da comunicação institucional do Seminário Internacional Fazendo Gênero 13 (FG13), realizado entre 29 de julho e 2 de agosto de 2024, na Universidade Federal de Santa Catarina. Nesse mesmo ano, o Fazendo Gênero completou 30 anos e, como abordaremos mais à frente, consolidou-se como um espaço fundamental para reflexões e articulações em prol de sociedades mais justas e inclusivas, reafirmando o compromisso com a luta contra opressões e desigualdades.

O evento foi organizado pelo Instituto de Estudos de Gênero (IEG) da UFSC, que abriga diversos laboratórios e núcleos de pesquisa dedicados aos estudos de gênero, feminismos, sexualidades e diversidades. Contou também com o apoio de outras instituições acadêmicas, como a Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC); movimentos sindicais e sociais; organizações da sociedade civil e coletivos artísticos, evidenciando a importância da colaboração interdisciplinar e interinstitucional na promoção de debates críticos e transformadores.

O público foi composto por uma diversidade interseccional de gênero, raça/etnia, geração, escolaridade, território, classe social

SUMÁRIO



e capacidade corporal. Foram mais de 30 nacionalidades participantes, além de significativa presença de pessoas com deficiência, pretas, pardas, indígenas, trans e não binárias. As inscrições estiveram abertas para diversas modalidades, permitindo a participação de pesquisadores e pesquisadoras, estudantes, profissionais e demais interessados e interessadas nas temáticas do evento. O congresso recebeu trabalhos acadêmicos, relatos de experiências e propostas artísticas, promovendo um ambiente de troca de saberes, conhecimento e práticas.

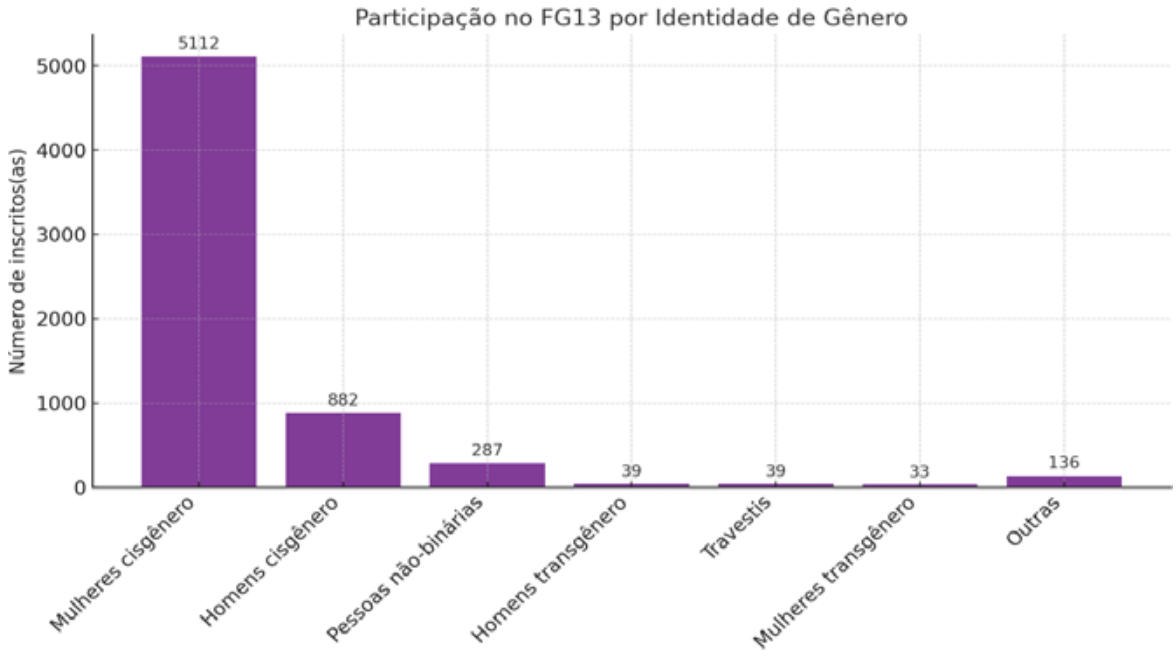
A composição de gênero entre os 6.528 participantes do FG13 reafirma a centralidade das mulheres (cisgênero), que representaram 78,31% das pessoas inscritas. Esse dado está em sintonia com a história do evento e o campo dos estudos feministas, majoritariamente ocupados por mulheres. No entanto, o evento também se destacou pela presença de identidades de gênero diversas, pessoas não binárias (4,40%), homens transgêneros (0,60%), travestis (0,60%), mulheres transgêneros (0,51%) e um grupo relevante de outras identidades de gênero (2,08%).

A soma desses dados indica que mais de 8% do público do FG13 não se enquadra nas normativas cisgêneras, o que reforça a importância das políticas de acolhimento e visibilidade implantadas pelo evento – como os banheiros trans inclusivos e o uso de linguagem inclusiva, bem como o protagonismo de pessoas trans nas mesas, nas performances e nas atividades dos movimentos sociais.

Esse quadro sinaliza que o FG13 está em sintonia com o debate contemporâneo sobre gênero como campo plural, fluido e político, e não apenas identitário. Ele também aponta desafios institucionais importantes: garantir segurança, escuta, presença e participação plena a esses corpos que ainda enfrentam barreiras em eventos acadêmicos tradicionais.

SUMÁRIO

Gráfico 1 - Participação no FG13 por identidade de gênero

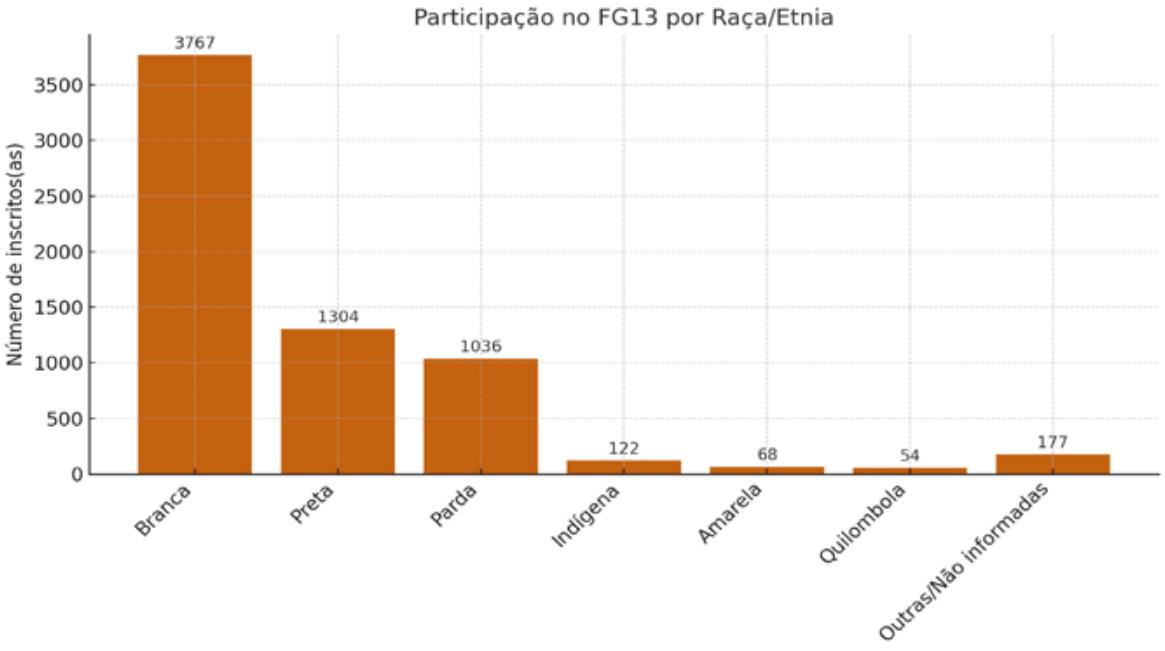


Fonte: Fazendo Gênero 13, 2024b.

A distribuição étnico-racial de inscrições no FG13 revela tanto avanços na inclusão quanto as persistentes desigualdades estruturais. Do total de 6.528 participantes, 57,71% se autodeclararam brancos/as, número ainda majoritário. No entanto, observa-se uma expressiva participação de pessoas negras (soma de pretas e pardas), que juntas representam 35,85% das pessoas inscritas – 19,98% pretas e 15,87% pardas – o que demonstra o impacto das políticas afirmativas e do protagonismo dos movimentos negros na academia e na militância. A presença de 1,87% de pessoas indígenas, 1,04% amarelas e 0,83% quilombolas aponta para a necessidade de seguir aprofundando estratégias de acolhimento e visibilidade a esses grupos.

Além disso, 2,71% das pessoas optaram por não informar ou indicaram outra identidade étnico-racial, o que reforça a importância de oferecer categorias mais inclusivas e sensíveis nos formulários. Esses dados evidenciam a complexidade da diversidade racial no evento e a urgência de mantê-la como prioridade política e organizativa.

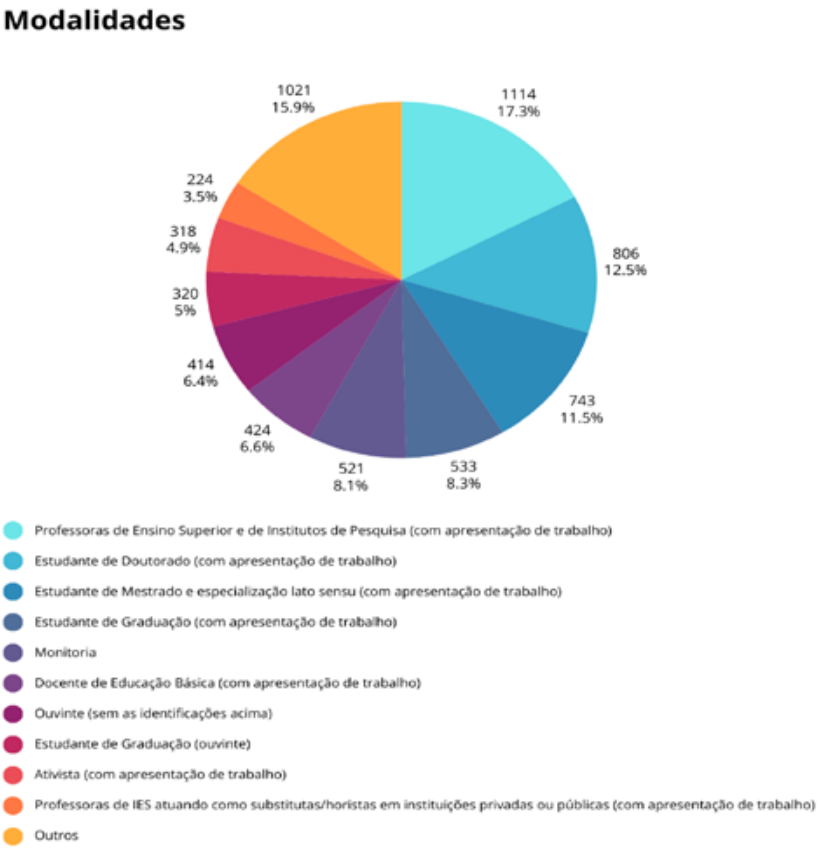
Gráfico 2 - Participação no FG13 por raça/etnia



Fonte: Fazendo Gênero 13, 2024b.

SUMÁRIO

Gráfico 3 - Modalidades de participação



Fonte: Fazendo Gênero 13, 2024b.



CONTEXTO E PRÁTICA FEMINISTA

A pluralidade no FG13 foi também epistemológica: as mesas e conferências – como as de Amina Mama (Nigéria), Adriana Guzmán (Bolívia) e Mestra Joana (Recife-PE), nossas três primeiras conferencistas – valorizaram vozes indígenas, negras, periféricas, travestis, latino-americanas, africanas e afro-diaspóricas, ampliando o escopo do que é considerado produção de conhecimento acadêmica. Débora Diniz realizou a conferência de encerramento.

Além disso, representantes de diferentes níveis acadêmicos e profissionais asseguraram acalorados debates nas diferentes modalidades de participação: 1.150 docentes e pesquisadoras/es do ensino superior; 533 estudantes de graduação e 1.500 estudantes de pós-graduação com apresentação de trabalhos; e 370 monitoras/es atuando efetivamente durante o evento. A participação internacional contou com representação de mais de trinta países, incluindo Argentina, Uruguai, Chile, Paraguai, México, Colômbia, Estados Unidos, França, Portugal, Angola, Moçambique, Senegal e Índia.

O impacto digital apresenta números de 5.100 acessos às transmissões no YouTube. Além disso, o perfil do evento no Instagram e no Facebook cresceu de 5.000 para 15.000 seguidores/as. Somando as plataformas, o marketing digital alcançou 59 mil contas.

Organizar um evento da magnitude do Seminário Internacional Fazendo Gênero 13 – Contra o Fim do Mundo envolveu mais do que a articulação de agendas acadêmicas e espaços institucionais: foi um exercício de construção política coletiva e resistência, pautado por princípios feministas, anticoloniais e de justiça social. Foi também uma prática política e pedagógica de insurgência feminista, reunindo mais de 8 mil pessoas presencialmente e on-line, conectando academia, ativismo e arte.

SUMÁRIO



Ao narrar e analisar a experiência vivida por integrantes da comissão de secretaria e comunicação do FG13, refletimos sobre os modos de organização, os sentidos da comunicação, os desafios operacionais e os efeitos transformadores da experiência de construção do FG13, como exemplificado pela jornalista e doutoranda da UFSC, Thais Araujo de Freitas:

> Por ter sido bolsista da Propesq, em um projeto específico, tive a alegria de ser parcialmente cedida para a equipe de bolsistas do FG13 em abril de 2024. Mesmo em tão pouco tempo, considerando a antecedência com que a equipe iniciou as atividades de organização/preparação, pude aprender muito e compartilhar experiências extremamente importantes. Como jornalista, auxiliei sobretudo na produção de matérias, releases e vídeos para as redes sociais. Foi um período de grande aprendizado, entre muitos outros motivos, porque estudo, no doutorado em Jornalismo, questões associadas às mulheres com deficiência, integrando, portanto, as temáticas de jornalismo, gênero e deficiência. Sendo o Fazendo Gênero um evento científico feminista com grande preocupação e atuação inclusiva, pude acompanhar os esforços para garantir a acessibilidade para todas as pessoas nesta edição (Freitas, 2025).

Ao sistematizar e refletir sobre os processos organizativos e comunicacionais que deram corpo ao FG13, analisamos como práticas pedagógicas, afetivas e insurgentes de atividades de secretaria e comunicação (por vezes vistas como instâncias "operacionais") foram centrais na concretização política e simbólica do evento. Seus desafios, ao atuar nos bastidores, eram de dar vida à temática central do Seminário, assim como criar espaços anticoloniais, antifascistas e ambientalmente justos. Temáticas presentes em discussões e ações contemporâneas sobre crises sociais e políticas que impactam mulheres, pessoas LGBTQIAPN+ e comunidades racializadas no Brasil e no mundo.



A programação do evento incluiu conferências, mesas-redondas[18], simpósios temáticos, comunicações orais, oficinas, minicursos, pôsteres, apresentações culturais e lançamentos de publicações. As atividades abordaram temas como políticas feministas, direitos LGBTQIAPN+, interseccionalidades, justiça climática e resistências anticoloniais e antifascistas. Foi necessário sincronizar a demanda de atividades propostas com os espaços disponíveis, no meio de uma greve de servidores/as técnico-administrativos em educação (TAEs) – que, felizmente, encerrou na porta do evento.

As tendas "Mundos de mulheres", "Economia feminista, antiracista, solidária" e "Da Saúde" configuraram espaços privilegiados de discussão em que os temas foram construídos com os movimentos sociais, tratando de questões desafiadoras dos movimentos de mulheres e feministas contemporâneos. Também foi inserida na programação a marcha pública, integrando o FG13 e a UFSC à sociedade. Ademais, no processo de construção do evento, foi trabalhado o mote do "Fazendo Gênero o ano inteiro", tanto dentro da UFSC, como fora dela. Em todas essas atividades, a secretaria contribuiu com equipe para o processo de organização.

No texto, realizamos uma análise crítica e experiencial da organização, baseada em metodologias feministas e nos relatos das autoras. Incluímos dados de impacto, depoimentos, imagens e tabelas que demonstram como a práxis feminista se materializou nos bastidores do evento – e por que é urgente reconhecê-la como prática intelectual e política.

A análise das práticas organizativas e comunicacionais do Fazendo Gênero 13 é sustentada por um conjunto de autoras feministas que compreendem o fazer político não apenas como ação

18 As conferências e parte das mesas-redondas foram transmitidas pelo Canal do IEG no YouTube (https://youtube.com/playlist?list=PLzBTv1wWZ0_cm-asjlIl8l7XXiQM771_&si=3V0mIIXpHdHxuaSZ), ampliando o alcance das discussões. Além disso, houve tradução em Libras em boa parte das atividades, incluindo conferências, mesas-redondas, alguns simpósios temáticos e "Tenda mundos de mulheres".



institucionalizada, mas como modo de vida, de pensamento e de articulação coletiva. A teórica feminista Sara Ahmed (2021) propõe compreender o feminismo como um fazer cotidiano, um esforço contínuo para desestabilizar normas e abrir caminhos para outras formas de existência. Em *Vivir una vida feminista* (2021), Ahmed enfatiza o papel do cansaço, da insistência e da criação de espaços como práticas políticas. Sua noção de "vida feminista" destaca a importância das tarefas de cuidado e manutenção como formas legítimas de ativismo. Ao reconhecer o valor do trabalho muitas vezes invisibilizado – como secretarias, comunicações e suportes institucionais –, a autora nos oferece ferramentas conceituais para repensar a centralidade desses papéis em eventos feministas. Assim, sua obra fundamenta a análise do trabalho da comissão de secretaria e comunicação como um exercício ético e afetivo de resistência.

Sua perspectiva é fortalecida pela proposta de práxis feminista articulada por bell hooks (2017), que orienta a articulação entre teoria e prática, enfatizando que o conhecimento nasce da experiência, da escuta e da transformação coletiva. Como ela afirma, *ensinar a transgredir é*, também, organizar a partir de valores como a liberdade, a criatividade e a crítica à dominação.

Donna Haraway (2009), ao propor os saberes situados/localizados, nos convida a reconhecer a parcialidade e a localização do conhecimento e das trajetórias, inclusive de quem escreve este texto. No contexto do FG13, isso se manifesta na valorização das vozes dissidentes, na inclusão de corpos historicamente excluídos da produção do saber e na recusa de uma neutralidade científica, que ignora as violências estruturais do racismo, do sexismo e do capacitismo.

No campo da comunicação, adotamos a perspectiva da educomunicação feminista, defendida por Cláudia Lago, Terezinha Nonato e Suely Martins (2016), que entende os processos comunicacionais como pedagógicos, afetivos e atravessados por disputas de sentidos. Essa abordagem é central para compreender como a



comunicação do FG13 se deu não apenas para "divulgar o evento", mas para formar, provocar e mobilizar. Uma estratégia contra-hegemônica de disputa de sentidos e produção de conhecimento sobre as questões de gênero.

Além disso, a comunicação digital e o ativismo ampliam a circulação de discursos feministas nas redes sociais digitais como instrumento de luta e expansão de repertórios políticos (Manuel Castells, 2013; Ailê V. Gonçalves *et al*., 2024). Castells (2013) oferece uma base para compreender o papel das redes digitais e sua articulação com os movimentos sociais contemporâneos. Segundo o pesquisador, as redes disseminam conteúdos e constroem *identidades políticas* e afetivas – como ficou evidente no crescimento exponencial das redes do FG13 e no impacto da sua identidade visual, também criada a quatro mãos por Emily Celiberti e Elaine Schmitt. A experiência é relatada por Emily Dalpiaz Celiberti Fernandes, estudante de Design e bolsista da equipe de comunicação do FG13:

> Durante o Fazendo Gênero 13, participei como bolsista de design, contribuindo com a identidade visual e os materiais gráficos do evento – desde a fase de pré-produção até o encerramento. Entre as atividades, atuei na criação de conteúdos para redes sociais, sinalização física e digital, além do suporte visual durante os dias do congresso e no pós-evento. Fazer parte dessa edição do evento me proporcionou um espaço potente de troca, no qual pude aplicar e expandir meus conhecimentos em design, enquanto acompanhava de perto debates essenciais sobre gênero, diversidade e inclusão. A vivência foi enriquecedora tanto pela dimensão técnica do trabalho, quanto por integrar um evento acadêmico com forte engajamento político, cultural e social. Além disso, pude estar atuando de modo horizontal na organização, sempre com ideias acolhidas pela equipe, o que me motivou a dar o meu melhor nesse evento tão importante (Fernandes, 2025).

Por fim, a organização do FG13 foi marcada por uma tentativa radical de horizontalidade e articulação em afetos e redes de cuidado: o fazer feminista se articula pela reciprocidade, pela escuta



e pelo reconhecimento mútuo (Segato, 2003; Rigo, 2022). A exemplo do que aconteceu nas macrocomissões (4) e suas respectivas comissões (23), nos Almoventos[19] e nas formações com bolsistas e monitoria, expressões desse modelo de organização criativa, como resistência ao autoritarismo institucional e à lógica produtivista.

METODOLOGIA E UMA ESCRITA PLURAL

Este artigo adota uma abordagem metodológica fundamentada na escrita coletiva de relato de experiência (Ricardo Franklin de Freitas Mussi *et al.*, 2021), com base feminista e colaborativa, reconhecendo a legitimidade do saber produzido por quem viveu e construiu os processos analisados. Parte de uma base em escritas ensaísticas, reflexivas e afetivas, produzidas por seis autoras que compuseram a comissão de secretaria e comunicação do FG13, atuando em funções de gestão, produção de conteúdo, atendimento ao público, suporte técnico, assessoria às macrocomissões e à coordenação geral, formação e supervisão de equipe.

A metodologia escolhida não busca a objetividade neutra, mas a transparência situada (Donna Haraway, 2009) e o compromisso ético com a transformação. Por tratar-se de uma escrita situada, assume o lugar de fala e reconhece a parcialidade e a potência do saber experiencial. Para a construção do texto, foram aportados diálogos coletivos de registros internos (planejamentos, atas, e-mails, mensagens, reuniões de Almoventos, *cards*, vídeos, posts); registros de reuniões de equipe; postagens e materiais produzidos para redes sociais digitais; e trechos do Relatório Oficial de Execução do FG13 (Fazendo Gênero 13, 2024b). Este reúne dados quantitativos e

19 Encontros mensais da comissão organizadora, que integravam planejamento e formação coletiva em um ambiente colaborativo, com refeições compartilhadas, reforçando o compromisso com a sustentabilidade e o espírito comunitário do evento.



qualitativos do evento, bem como sistematiza informações institucionais (inscrições, gênero, raça, titulação, participação internacional, acessibilidade e redes sociais digitais).

Acrescidos a isso tudo, os depoimentos pessoais e autorreflexivos das autoras, realizados em conjunto e de forma livre, como parte da rememoração coletiva. Há de se salientar que todas estiveram mergulhadas por meses na vivência de construção presencial e on-line do evento, atuando desde o planejamento até a execução de tarefas. Por fim, as referências teóricas feministas que dialogam com os temas da organização, comunicação e produção de conhecimento, conforme mencionado em detalhes anteriormente.

A metodologia está ancorada, portanto, na lógica da escrita compartilhada, afetiva e política, na qual a experiência e a análise não se separam. Mais do que contar o que foi feito, busca-se entender *como* e *por que* foi feito e o motivo de ser desse modo. Buscamos compreender também os efeitos que esta experiência produziu nos corpos, nas relações, na universidade, nos participantes do evento e na sociedade.

A SECRETARIA COMO ESPAÇO POLÍTICO-ORGANIZATIVO

A secretaria do Fazendo Gênero 13 desempenhou um papel essencial na organização e operacionalização do evento. A equipe foi responsável por gerenciar inscrições, apoio logístico, monitoria e processamento de informações estratégicas, coordenando a distribuição das inscrições em diferentes modalidades, captando o conjunto de monitoras/es e garantindo suporte às atividades do evento, especialmente a comunicação com convidadas, proponentes de simpósios temáticos, comunicações orais, pôsteres, apoiadores/as, agências de fomento, fundação de apoio e com a Dype, empresa gestora do site.

SUMÁRIO



O trabalho da secretaria foi fundamental para a fluidez e o sucesso do FG, assegurando a comunicação interna entre as diversas comissões e promovendo um ambiente organizado e acessível para as pessoas participantes. Muito além de um setor administrativo, ela se tornou um núcleo articulador de fluxos, afetos e estratégias políticas; responsável por manter a comunicação com todas as comissões e participantes, realizar a gestão do site, organizar inscrições, responder dúvidas, administrar e-mails, gerenciar pagamentos e credenciamentos. A secretaria assumiu um papel de sustentação política e material do evento.

Durante os meses de organização, foram recebidos em média 200 e-mails por dia, incluindo dúvidas, sugestões, pedidos de alterações de inscrição e mensagens sobre problemas com o sistema. Dado o contexto de corte de recursos para a UFSC, a equipe responsável precisou lidar com demandas urgentes e, muitas vezes, com infraestrutura precária, operando em espaços improvisados e com recursos limitados. Ainda assim, garantiu o funcionamento de um evento com 6.528 inscrições e 3.702 trabalhos submetidos, além da emissão de certificados, apoio técnico, suporte constante às outras comissões e todas as atividades pertinentes ao pós-evento, ainda em curso.

A equipe iniciou suas atividades em fevereiro de 2023, para implementar as decisões da comissão organizadora, seguindo os pressupostos do evento de sustentabilidade ambiental e economicidade na designação dos recursos. A assessora da coordenação do FG13, Vera Gasparetto, fala do desafio de gerir o planejamento, o monitoramento e a gestão das atividades da comissão organizadora, coordenando a secretaria geral e a equipe de bolsistas.

> O fato de ser uma profissional da comunicação, atuar em espaços de políticas públicas, estudar teorias feministas e atuar junto à sociedade civil tem sido fundamental para contribuir na realização de um evento do campo científico feminista brasileiro de grande porte e de longa data.



> Este aspecto é relevante de ser mencionado diante da grande responsabilidade em assessorar a coordenação geral desta edição histórica, que comemorou os 30 anos do Fazendo Gênero e que há três edições agrega movimentos sociais e arte (Gasparetto, 2025).

A secretaria integrou a macrocomissão político-operacional e seu papel foi fundamental na mediação entre o conjunto das decisões político-pedagógicas, a operacionalização das ferramentas organizativas e o público interessado em participar do evento e de suas diversas modalidades, desde pessoas convidadas, apresentações de trabalho, ouvintes etc.

Este papel se deu de maneira transversal; pois, além de integrar a macrocomissão político-operacional, onde foram feitas interfaces com a tesouraria, infraestrutura e monitoria, houve também articulações com todas as macrocomissões. Pela primeira vez, a secretaria esteve diretamente envolvida no planejamento e nos encaminhamentos às atividades da comissão de movimentos sociais (Gasparetto *et al.*, 2023) e da comissão de arte e cultura, além de ponto de apoio para decisões de infraestrutura e emergências. Por essa razão, chamamos a secretaria de "centro nervoso" do evento, o espaço por onde circulavam todas as tensões, mas também as soluções coletivas.

Em vez de operar com uma estrutura verticalizada e centralizadora, a secretaria se organizou de forma horizontal e afetiva, o que exigiu um alto nível de escuta, cuidado e autonomia das pessoas envolvidas. Isso demandou, por vezes, decisões difíceis em contextos de crise (como alterações de última hora, medidas de enfrentamento de consequências das mudanças climáticas, dificuldades operacionais ou atrasos em pagamentos etc.) que foram enfrentadas com solidariedade e disposição. O papel da equipe de bolsistas foi fundamental para essa mediação.



> Ser bolsista e atuar na organização do evento proporcionou uma experiência enriquecedora, especialmente pela interação constante entre bolsistas e coordenadoras. Todo conhecimento e bagagem adquiridos ao longo dos quase quatro anos de atuação dentro do Fazendo Gênero foram imprescindíveis para a construção do evento, visto que pude estar em contato direto com diversas pessoas, pautas e lutas importantes, ouvindo e adquirindo conhecimento de áreas de estudos que fizeram parte do FG13. É uma oportunidade que me enriqueceu tanto pessoal quanto academicamente (Helaine Heck, 2025).

A atuação da comissão de secretaria e comunicação do Fazendo Gênero 13 pode ser lida a partir das lentes de Sara Ahmed (2021) como um exercício político e afetivo de cuidado, manutenção e mediação. A obra *Vivir una vida feminista* (Ahmed, 2021), mencionada anteriormente, propõe compreender o feminismo como uma práxis cotidiana, que exige esforço constante para desestabilizar estruturas normativas. A autora entende o trabalho feminista como um "trabalho de transgressão", muitas vezes cansativo, mas fundamental para abrir caminhos e manter espaços de resistência.

> No universo acadêmico, nas universidades, nós lidamos com muitas instituições, organizações, nomes e títulos e, às vezes, é fácil esquecer que por trás dessas entidades, que por trás de um evento tão grande quanto o Fazendo Gênero, para o bem ou para o mal, existem pessoas. Pessoas que estão aprendendo, que cometem erros, mas que também se esforçam e acertam. Acredito que, enquanto secretaria, tentamos ao máximo trazer as pessoas para a frente das relações na organização do evento – nos comunicar diretamente e, com isso, também estender a mão para quem, em anos anteriores, recebeu menos espaço, menos cuidado. Buscamos, com todos os entraves burocráticos e institucionais, mudar isso (Evelin Lima Neves, 2025).

Esse trabalho de bastidores da secretaria que Ahmed (2021) reconheceria como uma forma de "suporte feminista" invisibilizado foi essencial para que o evento ocorresse de forma inclusiva e ética.

SUMÁRIO



Como a referida autora diz, "abrir caminho é também tropeçar nos obstáculos" (Ahmed, 2021, p.) e a comissão de secretária tropeçou, contornou e insistiu em manter o espaço aberto, apesar dos atravessamentos tecnológicos, afetivos e institucionais.

A equipe da secretaria envolveu docentes e bolsistas, estas últimas com diferentes tempos de atuação no Instituto de Estudos de Gênero e na organização do Fazendo Gênero 13. A sua atuação implicou também em um processo de ensino e aprendizado conjunto, em que diferentes habilidades e conhecimentos foram compartilhados ao longo do tempo e do trabalho realizado, proporcionando crescimento pessoal e profissional conforme faziam crescer o evento.

Comunicação e diálogo são sempre desafios, pois as pessoas são diversas e complexas, cada uma com suas particularidades e contextos próprios. Contudo, em todos os momentos e dentro das limitações impostas antes, durante e após o evento, foram seguidos os princípios de gentileza, compreensão, comunicação acessível e justiça no atendimento de todas as demandas e pessoas que chegaram até nós.

HORIZONTALIDADE: O IMPACTO DAS MACROCOMISSÕES E O PAPEL DA SECRETARIA NO FG13

O Fazendo Gênero 13 adotou uma metodologia inovadora em relação às edições anteriores, tendo como base da organização uma divisão em quatro macrocomissões, o que permitiu uma gestão mais eficiente e integrada do evento. Essa estrutura favoreceu a sinergia entre as diferentes áreas, promovendo um planejamento colaborativo e uma execução mais fluida, conforme começamos a descrever no tópico anterior.

Assim, foi possível desenvolver um trabalho horizontal e colaborativo, evitando a sobrecarga das comissões e favorecendo a comunicação entre distintas frentes. O modelo também fortaleceu o compromisso



do evento com práticas feministas interseccionais, garantindo um espaço mais democrático, acessível e politicamente engajado para as pessoas que nele desejassem estar. Essa metodologia pode servir de referência para outros eventos, demonstrando que uma gestão coletiva e descentralizada potencializa o impacto e a eficácia da organização. As macrocomissões abrigaram 23 comissões organizadoras[20].

A macrocomissão de atividades acadêmicas coordenou as ações ligadas à produção e circulação do conhecimento, organizando Simpósios Temáticos (STs), comunicações orais, mesas-redondas, minicursos, oficinas e pôsteres. A divisão por eixos temáticos permitiu um alto nível de interdisciplinaridade e uma abordagem diversificada das discussões, reunindo pesquisadoras de diferentes áreas do conhecimento. Também lidou com desafios de ajustes logísticos devido à greve de servidores técnicos/as administrativos/as, mudanças de última hora e apoio técnico às convidadas e participantes.

A macrocomissão de gestão político-operacional e mobilização foi responsável pelo planejamento, pela organização, pela secretaria, pela tesouraria, pela infraestrutura, pela logística, pela articulação política e pela captação de recursos. Sua atuação garantiu que todas as demandas operacionais fossem atendidas. Um dos principais desafios enfrentados foi a rigorosa fiscalização e burocracia institucional, além da necessidade de criar estruturas devido à situação precária de alguns espaços em reformas na UFSC. A mobilização também incluiu a organização da monitoria, essencial para o funcionamento do evento, e o trabalho com movimentos sociais, fortalecendo a articulação entre academia e ativistas.

Já a macrocomissão de arte, cultura e movimentos sociais destacou-se por integrar a produção acadêmica com expressões artísticas e ativismo político. Organizou a Mostra Fotográfica e Audiovisual,

20 O conjunto das comissões do FG13 podem ser consultadas no site: https://www.fg2024.eventos.dype.com.br/comissao.

SUMÁRIO



a IV Exposição Arte e Gênero e demais atividades artísticas e culturais. Além disso, estruturou espaços como as tendas dos movimentos sociais e da economia solidária e a Marcha Contra o Fim do Mundo, promovendo debates e práticas engajadas com a realidade social.

Por fim, a macrocomissão de inclusão, diversidade, saúde e sustentabilidade focou suas ações na garantia da acessibilidade e do bem-estar das/os participantes. Essa comissão implementou medidas essenciais, como tradução em Libras, audiodescrição, suporte a pessoas com deficiência, coleta adequada de resíduos, orientação sobre uso de descartáveis etc. A adoção de banheiros trans inclusivos, práticas ecológicas e apoio psicossocial foram diferenciais que garantiram um evento mais inclusivo e alinhado aos princípios de justiça social e ambiental.

Com a organização das comissões em macrocomissões, coube à secretaria geral promover a articulação entre suas atividades, fazendo o trabalho de ponte quando necessário, a fim de criar sinergias, alinhar planejamentos e propor soluções às demandas em comum. Ainda, coube à secretaria a responsabilidade de gerenciar as inscrições, os pagamentos, as dicas de acolhimento em Florianópolis, as respostas às dúvidas e garantir a recepção e atenção adequada a todas as pessoas participantes.

FORMAÇÃO E AFETOS: A EXPERIÊNCIA DO ALMOVENTO

A secretaria foi responsável por operacionalizar, no Fazendo Gênero 13, os encaminhamentos da coordenação geral voltados à formação da comissão organizadora, equipe de bolsistas e voluntárias/os da monitoria, buscando criar um suporte funcional, mas sobretudo uma experiência pedagógica e política central para alcançar os objetivos críticos e reflexivos do evento. Desde o início, o envolvimento de estudantes de graduação e pós-graduação na organização foi pensado como espaço de formação crítica, vivência coletiva e fortalecimento de vínculos dentro e fora do espaço acadêmico.



A formação dos Almoventos abordou temas como: acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência; comunicação antirracista e linguagem inclusiva; artivismo e resistência cultural; cuidado com o público e com a equipe; enfrentamento à transfobia e à violência de gênero; justiça climática e práticas sustentáveis, gordofofia, sorofobia e etarismo. Esses temas estavam entranhados no cotidiano das comissões. A preparação da monitoria envolveu, por exemplo, dinâmicas de escuta ativa, leitura de materiais feministas e vivências de acolhimento e mediação de conflitos[21].

A secretaria também foi espaço de formação e acolhimento para bolsistas e voluntárias/os. Através de reuniões de planejamento, trocas informais e participação na formação dos Almoventos, estudantes de graduação e pós-graduação puderam compreender a organização de um evento como prática pedagógica, de gestão e de construção política feminista. A formação foi atravessada por aprendizagens que colocaram em xeque paradigmas há muito entranhados nestes espaços. O ritmo intenso do evento exigia responsabilidade, mas também escuta. A equipe de bolsistas foi encorajada a falar, a sugerir, a escrever, a produzir, a filmar e a liderar. E muitas – principalmente estudantes trans e da periferia – ocuparam espaços de protagonismo.

Essa dimensão formativa se estendeu para além do evento, resultando em novas pesquisas de iniciação científica, ampliação dos núcleos e laboratórios e participações em coletivos feministas e LGBTQIAPN+. Na próxima seção, trataremos de "inclusão, acessibilidade e diversidade", destacando as ações implementadas no evento, as tensões com a estrutura institucional da universidade e os avanços conquistados.

21 A monitoria teve a atuação efetiva de 370 estudantes durante o evento, que passaram por processos formativos prévios, como oficinas, leituras, encontros virtuais e presenciais.



ENFRENTAMENTOS E RESISTÊNCIAS: DIFERENCIAIS DO FAZENDO GÊNERO 13

O FG13 se destacou por sua abordagem inclusiva, interdisciplinar e sustentável, trazendo inovações que fortaleceram seu impacto acadêmico, político e social. Entre os principais diferenciais da edição de 2024, destacou-se a sustentabilidade, conectada com o compromisso com a justiça climática e a economicidade. Visou-se a conscientização e o engajamento do público, evitando o uso de plásticos, materiais não recicláveis e descartáveis, e estimulando o uso de bebedouros e a coleta seletiva de lixo. Ainda como política do evento, optamos pela não distribuição de bolsas, impressos e outros materiais que tradicionalmente eram fornecidos no credenciamento. Nem todas essas iniciativas foram completamente compreendidas e geraram polêmicas que levaram à reflexão sobre práticas sustentáveis em eventos.

A programação de crianças e adolescentes no FG13, realizada em parceria com o Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI) da UFSC, foi ampliada para receber também a adolescentes e ofereceu um espaço de vivências e oficinas para crianças e adolescentes que acompanhavam participantes do evento, abordando temas de feminismo e relações de gênero.

A comissão de acessibilidade e a comissão de transidentidades atuaram com forte articulação com a secretaria e a comunicação para garantir não apenas a presença de corpos diversos, mas a sua participação plena e digna em todos os espaços do evento.

A reedição da comissão de acessibilidade garantiu medidas inclusivas, como mapeamento da demanda de público na ficha de inscrição e orientação à secretaria para contratação da oferta de tradução em Libras, audiodescrição, legendagem de vídeos e acessibilidade digital. Realizaram-se formações internas para a organização e capacitação



específica da monitoria sobre inclusão e atendimento a pessoas com deficiência (PCDs), espaços físicos adaptados e placas de sinalização acessíveis. As ações foram amplamente reconhecidas, sendo um caminho sem volta para a realização de eventos futuros no IEG.

A continuidade da comissão de transidentidades reforçou a presença e participação de pessoas trans e travestis, o protagonismo em toda a programação, a adoção de linguagem inclusiva como padrão de todo o evento e medidas transfeministas na estrutura do evento, especialmente na reorganização dos banheiros da UFSC. A proposta foi articulada pelas comissões de transidentidades e infraestrutura, como parte de um conjunto de medidas transfeministas e interseccionais do evento.

Por fim, houve a mobilização de movimentos sociais e coletivos que participaram ativamente, integrando os debates acadêmicos com as lutas populares em espaços como a "Tenda mundos de mulheres" e a Feira de Economia Solidária, Saúde e Sustentabilidade. A Marcha Contra o fim do Mundo foi realizada no centro da cidade e conectou a UFSC à cidade de Florianópolis, reafirmando seu caráter político com manifestações artísticas e culturais.

Essa proposta política, metodológica e organizativa do FG13 recebeu muito apoio da UFSC, da reitoria, de várias pró-reitorias, de centros de ensino, de departamentos, de programas de graduação e de pós-graduação, de docentes, TAEs e estudantes. Os ataques e enfrentamentos de algumas pessoas e setores, que na avaliação da comissão organizadora não foram isolados ou pontuais, expressaram a misoginia, o machismo estrutural, a transfobia, o racismo e o classismo ainda profundamente enraizados em algumas mentalidades e estruturas de universidades públicas brasileiras.

Exemplo disso foi a tentativa de implementar banheiros trans inclusivos – uma das ações mais simbólicas do FG13 –, com a instalação de placas e arranjos florais por estudantes e monitores/as

SUMÁRIO



para sinalizar esses espaços como acolhedores e seguros para todas as pessoas, em particular pessoas trans, travestis e não binárias. Contudo, houve resistência dentro da própria universidade. Segundo o depoimento da professora Alinne Bonetti, responsável pela coordenação político-pedagógica do evento, os arranjos e as placas foram sistematicamente arrancados e vandalizados, flores foram destruídas e mictórios foram entupidos propositalmente. Essas ações hostis desrespeitaram a proposta do evento e afetaram parcela importante de pessoas usuárias desses espaços.

A situação foi agravada pela lentidão de respostas institucionais e acolhimento por vezes insuficiente. "A fiscalização e a vigilância foram muito mais rígidas para o FG13, em contraste com outros eventos da UFSC que, mesmo com menos estrutura ou segurança, não foram alvo do mesmo rigor. Tivemos que acionar figuras institucionais como a vice-reitora e a pró-reitora de extensão para garantir o funcionamento das tendas", analisou a professora Alinne Bonetti, que defende que esses episódios sejam registrados e amplamente divulgados, não apenas como denúncia, mas como forma de criar um histórico institucional de enfrentamento às opressões e de afirmação de práticas inclusivas e transformadoras. Ela propõe, inclusive, que esses debates resultem em formações obrigatórias sobre gênero, sexualidade e diversidade para trabalhadores/as terceirizados da universidade.

No próximo tópico, refletiremos acerca da comunicação do evento, um dos espaços mais pulsantes do FG13.



A COMUNICAÇÃO COMO PRÁTICA FEMINISTA

A comunicação no FG13 foi concebida desde o início como prática política e pedagógica, não apenas como instrumento de divulgação. Sob a perspectiva da *educomunicação feminista*, a comissão de comunicação[22] assumiu o papel de disputar narrativas, ampliar o acesso à informação e construir pontes entre diferentes públicos: desde pesquisadoras/es e militantes até a comunidade em geral e pessoas não familiarizadas com os debates de gênero e feminismo, apelidados pela coordenadora da cecretaria geral Vera Gasparetto de "não convertidas/os".

Comissões de comunicação de versões anteriores do FG utilizaram-se de plataformas como Facebook, Instagram, Gmail e YouTube, justamente por entenderem a importância da difusão científica, da veiculação de informações sobre a academia e do papel da mídia na transformação de injustiças e na promoção de políticas públicas. Nesta edição, o trabalho da comissão de comunicação foi de garantir o acesso on-line ao seminário, com o objetivo de fazer conhecimentos e saberes extrapolarem a academia, como já mencionado, e atender o público on-line, inscrito em STs, minicursos e oficinas.

Apoiamo-nos, assim, em Vera de Fátima Vieira (2016), que ajuda a entender o papel sem precedentes das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como instrumentos de transformação da realidade, já que as novas plataformas de mídia propiciam a ampliação da discussão de temas relacionados à educação, à política, à cultura, aos feminismos, entre outros.

Vale ressaltar também a chamada de atenção de Lago, Nonato e Martins (2016) sobre o papel das redes sociais digitais na produção e reprodução das diferenças, já que neste espaço

22 A comissão de comunicação foi coordenada por Daiane Bertasso (PPGJOR) e Elaine Schmitt (PPGICH).



complexo e interconectado narrativas e imaginários em relação ao outro/à outra são continuamente produzidos e perpetuados, em um jogo ambivalente de assujeitamento e passividade, mas também de resistências e possibilidades. Assim, fez parte de nossa estratégia de comunicação o entendimento de que as redes sociais também são território de disputa política. Cada cor, cada frase, era pensada como uma forma de acolher e provocar ao mesmo tempo.

Assim, a estratégia foi dividir a produção de conteúdo voltado ao público interno e externo[23]. O que chamamos de público interno são majoritariamente estudantes, professoras/es e pesquisadoras/es, militantes, feministas, artistas e artivistas que já estavam envolvidos com as políticas de gênero e/ou que conheciam o evento. Entendemos o público externo, por sua vez, como a comunidade da UFSC e entornos, assim como setores da sociedade que ainda não conheciam o seminário ou não estavam familiarizados com as discussões de gênero. A este último, a estratégia comunicativa era mais educativa, acima de tudo, em um processo que poderíamos chamar, segundo Cláudia Lago, Terezinha Nonato e Ferdinando Martins (2016), de educomunicação, ação que tem como propósito, em nosso contexto feminista, tensionar as tecnologias de gênero. Nas palavras das autoras, "um dos pilares da educomunicação desde sua construção como campo disciplinar é promover uma redução da discriminação de sujeitos alijados das formas dominantes de subalternização" (Lago; Nonato; Martins, 2016, p. 58).

Para além de divulgar o evento, a intenção era tornar mais pessoas cientes da existência e da importância deste campo de estudos, que também é um campo de ação. Buscávamos construir uma comunidade – tanto acadêmica quanto não acadêmica – engajada e participativa ao redor dos temas, das lutas, das propostas e dos

23 Para essas atividades contamos com o auxílio da professora do Curso de Jornalismo, Daiane Bertasso (que co-coordenou a comissão de comunicação do FG13 e duas edições da disciplina *Jornalismo e Comunicação Organizacional* [2023/2024]).



princípios abordados e empregados pelo 13º Seminário Internacional Fazendo Gênero. Uma comunidade que fosse permanecer e se propagar para além dos dias de sua realização, fazendo um enfrentamento ao crescente reacionarismo e à misoginia nesse campo.

A fala da estudante Ariadne Toledo Nunes Pereira (2025), bolsista que atuou na comunicação, expressa essa perspectiva:

> A gente pretendia fazer uma contranarrativa aos ataques antigênero, e informar e formar ao mesmo tempo, discutindo pautas como a importância do acolhimento às pessoas da comunidade trans, às PCD e às LGBTQUIAPN+, bem como políticas para populações negras, indígenas e quilombolas. Temas como justiça climática, datas importantes do calendário da diversidade e receptividade das vozes e experiências das crianças, entre outros, também foram mencionados nas redes de forma didática. Informando e formando, almejávamos uma comunicação engajada e descomplicada, numa tentativa de extrapolar a bolha da academia. Era comunicação como estratégia de luta (Pereira, 2025).

Assim, a comunicação operou como uma "prática afetiva", na perspectiva de Ahmed (2021), criando narrativas, mobilizando redes e construindo uma linguagem que refletisse os princípios do evento. A escolha por uma estética e por conteúdos que valorizassem a diversidade, a memória e o cuidado não foi apenas uma questão técnica, mas uma intervenção feminista na produção de sentidos.

Nesse sentido, a comunicação feminista não é neutra: ela assume posição, recusa o cinismo institucional e busca acolher. Isso se deu, por exemplo, pela curadoria de conteúdos para redes sociais digitais, pela produção de boletins e informes acessíveis e pelo acompanhamento das denúncias públicas de violências com responsabilidade ética e política.



ESTRATÉGIAS E ALCANCE: LINGUAGEM COMO CUIDADO E PROVOCAÇÃO

Como mencionado, as estratégias comunicacionais foram pensadas de forma sensível, coletiva e combativa. Utilizando as redes sociais digitais (Facebook, Instagram, Tik Tok, YouTube e site oficial), a equipe buscou uma linguagem acessível, engajada e visualmente potente. "Queríamos atingir o máximo de pessoas, assim, trabalhamos para criar posts reflexivos, convidativos e inclusivos, que instigassem o público a conhecer o FG13", conta a estudante de Design Emily Celiberti, atuante na comissão de comunicação do FG.

O crescimento do acesso comprova o impacto dessa estratégia, como o caso do perfil no Instagram, que passou de 5 mil para mais de 15 mil seguidores/as, sendo que os conteúdos alcançaram mais de 58 mil contas. Além disso, os vídeos com *reels* informativos, convites e bastidores geraram forte engajamento. O canal do IEG no YouTube[24] transmitiu mesas e conferências, atingindo mais de 5.100 visualizações durante o evento.

A equipe de comunicação trabalhou com o princípio do cuidado linguístico e da estética política. *Cards*, matérias e vídeos não apenas informavam sobre datas e horários, mas abriam espaço para discussões como justiça climática, combate ao capacitismo, memória histórica dos movimentos e resistência antirracista. Todas essas propostas eram atravessadas por saberes e conhecimentos diversos e, como organizadoras do evento, cabia a nós ter sensibilidade para lidar com questões diversas. Como nossa comunicação era orientada, antes de tudo, à transgressão, escolhemos palavras para incluir todas as pessoas participantes, dando ênfase aos marcadores sociais da diferença.

24 Pode ser acessado em: https://www.youtube.com/c/InstitutodeEstudosdeG%C3%AAneroUFSC.



A adoção da linguagem inclusiva em materiais oficiais e o uso de símbolos culturais e políticos (corpos dissidentes, espiritualidade afroindígena, natureza, territórios) fizeram da comunicação um espaço simbólico de enfrentamento à cisheteronormatividade, ao racismo e à colonialidade. Era um desafio pensar nos públicos diversos. Ao mesmo tempo que queríamos afirmar nossas pautas de forma radical, também queríamos abrir escuta. E foi isso que a comunicação fez: criou espaços de aproximação.

A mudança social, como a que almejamos incentivar a partir das discussões suscitadas e impulsionadas durante o seminário, envolve ações individuais e coletivas que dependem, em boa medida, da "mais poderosa emoção positiva: o entusiasmo" (Castells, 2013, p. 158). Para o autor, é o entusiasmo que prevalece quando se desencadeia o processo de ação comunicativa que induz à ação e à mudança coletivas. Por isso, um desafio que se colocou diante de nós foi a necessidade de produzir conteúdo informativo de modo inovador, que respondesse à demanda atual por informação e fosse capaz de despertar esse entusiasmo em um público plural, conectado e oriundo de diversas regiões do Brasil e do mundo.

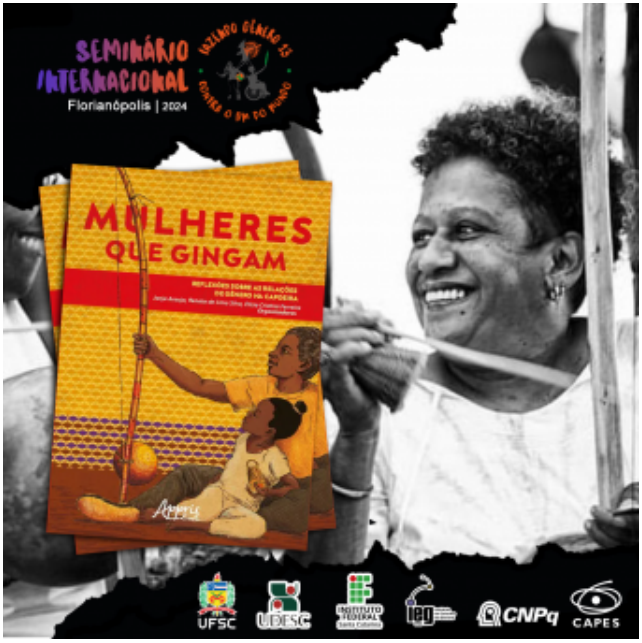
Com o avanço das redes sociais e das plataformas digitais nos últimos anos, era fundamental a adaptação do FG a essa realidade, sobretudo porque nosso objetivo era promover uma comunicação que mobilizasse intelectual e emocionalmente as pessoas para se indignar contra as injustiças sociais (Castells, 2013, p. 159), conforme denunciado na temática do evento. Por outro lado, desejávamos despertar a esperança de mudanças que, embora desafiadoras, são possíveis, assim como divulgar e inspirar outras ações feministas exitosas em diferentes contextos.

Um exemplo de mensagens e imagens para inspirar tais ações é a matéria *Mais de 100 livros serão lançados durante o FG13 – Temas vão de relações de gênero na capoeira e no jornalismo esportivo à justiça reprodutiva*, publicada no site em 1º de julho de 2024[25].

25 Como estratégia de divulgação, também produzimos *cards* informativos com divulgação compacta para Instagram e Facebook, acompanhados de legenda remetendo à matéria completa disponibilizada no site.

Foram realizadas entrevistas com três participantes, cujas obras estiveram no lançamento de publicações no evento. A mestra de capoeira Janja Araújo, professora da Universidade Federal da Bahia e uma das organizadoras da obra *Mulheres que gingam: reflexões sobre as relações de gênero na capoeira* (com produções de 15 capoeiristas-pesquisadoras que atualizam a história de resistência da capoeira no enfrentamento às expressões de sexismo).

Figura 1 - Card: lançamento do livro Mulheres que gingam



Fonte: Comunicação FG13, 2024.

Esta é uma oportunidade valiosa de compartilhar nossa experiência com mulheres que vivem em um bairro esquecido pelos governos e pelo Estado. Criando juntas, através da palavra e do corpo, através da expressão artística – do movimento e da dança – elas tomam consciência de si como mulheres, do seu poder, da sua grandeza, da sua memória, reconhecendo-se como protagonistas de suas vidas e da história da localidade. Também quero



> conhecer histórias, experiências e criações de outras mulheres do Brasil e da América Latina, para identificar diferenças e semelhanças com as mulheres latino-americanas (Thais Araujo, 2024a).

Também foi entrevistada a pesquisadora Elaine Schmitt, coorganizadora do livro *A internet como campo de disputas de gênero*, escrito por pesquisadoras do Laboratório de Estudos de Gênero e História da UFSC que refletem sobre possibilidades de as mídias e redes sociais on-line serem usadas para denunciar violências de gênero, produzir manifestações e viabilizar a organização de movimentos feministas. Por fim, a pesquisadora Érika Alfaro de Araújo, autora de *Mulheres em campo: gênero no jornalismo esportivo brasileiro* (traz uma análise sobre a relação da imprensa esportiva com o futebol praticado por mulheres). Em todas elas, buscamos mostrar produções acadêmicas que ampliam as bases de observação sobre a pluralidade de ativismos, articulando conhecimentos formais aos emergentes de contextos marcados por práticas dissidentes.

Esse também foi o objetivo ao produzir a matéria intitulada *Quase seis mil pessoas já se inscreveram no Fazendo Gênero 13* (Araújo, 2024b), publicada em 3 de maio de 2024, para a qual entrevistamos a ativista chilena Ana Arévalo, doutora em Educação e professora da Universidade do Chile. Ela contou que, durante o FG13, compartilharia uma experiência artística e pedagógica construída com mulheres da comunidade San Judas Tadeo de Peñalolen, em Santiago, no Chile, com o objetivo de reconstruir a memória social e coletiva dessas mulheres por meio da dança e das narrativas.

Além dessas matérias, criamos *reels* instigadores, como o veiculado em 28 de maio de 2024, sobre as atividades de crianças e adolescentes no evento; e o publicado em 18 de março de 2024, aproveitando a *trend*[26] que circulava pelas redes sociais digitais à

26 Conteúdo que se torna popular e viraliza entre os usuários de redes sociais digitais. *Trend* disponível em: https://www.instagram.com/reel/C4qlolQgyoO/?igsh=eW1jM3NncTNuaGt6.



época, em que pessoas bolsistas do FG, em tom divertido e lúdico, mostravam alguns desafios enfrentados por elas. Em uma das falas, o bolsista Mar Rodrigues diz: "Eu sou bolsista do Fazendo Gênero e é claro que, quando me perguntam o que eu faço, eu respondo: gênero".

A logomarca do FG13 resultou de um diálogo com diferentes conceitos e práticas, lutas propositivas, lugares de enunciação e ousa assumir uma proposta de coletividade do ponto de vista da criação: ela foi planejada e desenhada em um curto prazo de tempo por muitas mãos, cérebros e corações, materializada pela estudante de Design Emily Celiberti, com a colaboração da pesquisadora e jornalista Elaine Schmitt.

O desenho reúne diferentes corpos humanos em luta e traz como inspiração a arte de rua e a intervenção urbana, utilizando a estética do estêncil e outras técnicas. Nas mãos dos corpos estão a flecha de Ofá, a planta espada-de-são-jorge e o globo terrestre invertido (representando *Abya-Yala*). Todas as ferramentas importantes para as práticas de resistência e transformação, com as quais a chamada do FG13 dialoga.

Essas referências originam-se de diferentes matrizes de conhecimento e embasam a criação de uma maneira mais evidente, ainda que a arte abra espaço para possibilidades de interpretações mais ampliadas e complexas. A arte traz a ideia de inclusão, diversidade, sustentabilidade e bem-viver, que se somam à busca de conexões e práticas que levem à justiça climática, ao anticolonialismo e ao antifascismo. Em conjunto, a representação simbólica conecta corpos e instrumentos em direção a ações transformadoras contra o fim do mundo.

SUMÁRIO

Figura 2 - Logomarca do Fazendo Gênero 13



Fonte: Comunicação FG13, 2024.

Descrição da logomarca: sobre fundo preto, na borda superior, está escrito em laranja, a frase "Fazendo Gênero 13", nas bordas laterais há dois pontos verdes e, na borda inferior, a frase em laranja, "Contra o fim do mundo", formando um círculo. Dentro desse círculo, há desenhos de três pessoas na cor cinza. A primeira pessoa, que está mais acima e mais próxima da frase superior, possui características indígenas, está em pé, usa um chapéu de penas e segura um arco e flecha laranja, que está apontado para a direita. A segunda, que está do lado esquerdo e um pouco mais abaixo da primeira, representa uma mulher de cabelos longos até a cintura, que olha para o lado direito e segura um objeto nas cores laranja e verde, que remete ao globo terrestre virado de cabeça para baixo. Ao lado, está a última, uma mulher cadeirante, de cabelos crespos, que segura um objeto pontiagudo verde, que remete a uma estaca. A partir dela, foi criado o manual de aplicação e desenvolvido todo o conceito visual do FG13.



CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS FUTURAS

O Seminário Internacional Fazendo Gênero 13 reafirmou a possibilidade e a urgência de construir eventos acadêmicos ancorados em princípios feministas, anticoloniais e de justiça social e ambiental. Ao longo de sua preparação e realização, a secretaria e a comunicação demonstraram que os chamados bastidores são, na verdade, espaços centrais de disputa simbólica e política, onde se materializam práticas de cuidado, resistência e reexistência.

Desde fevereiro de 2023, a secretaria atuou como o coração pulsante de uma engrenagem política e organizativa. Inserida em uma estrutura horizontal e inovadora de macrocomissões, foi responsável por sustentar a operacionalização do evento com escuta, afeto e firmeza diante de desafios institucionais e emocionais. Muito além da logística, a secretaria se constituiu como espaço de acolhimento, aprendizagem e articulação, em que responder e-mail, acompanhar inscrições ou orientar participantes eram atos feministas de sustentação.

A comunicação, por sua vez, operou como prática afetiva e pedagógica, assumindo a função de disputar sentidos, ampliar horizontes e provocar diálogos com públicos diversos. Inspirada pela educomunicação feminista e pela ética da transgressão (Ahmed, 2021), sua atuação rompeu com paradigmas institucionais ao produzir uma linguagem sensível, politizada e acessível – mobilizando redes sociais digitais como territórios de escuta, provocação e formação.

As duas comissões analisadas neste artigo revelam como a práxis feminista se realiza também nos detalhes: na resposta atenta a uma dúvida, na escuta qualificada de uma urgência, na curadoria de uma postagem, no planejamento de uma formação, no cuidado com a estética e com a linguagem. Como lembra Sara Ahmed (2021),



viver uma vida feminista é também sustentar espaços, insistir em caminhos e recusar o silêncio diante das normas. Essa foi a experiência cotidiana da equipe executiva do FG13.

O evento mostrou, ainda, que é possível articular com coerência política e organizativa os temas centrais do Seminário – justiça climática, anticolonialismo e antifascismo – com práticas institucionais e comunicacionais comprometidas com a transformação. O modelo de organização por macrocomissões, a inserção das formações como parte estruturante do evento (como os Almoventos), a organização voltada para assegurar uma forte presença dos movimentos sociais, artistas e coletivos foram elementos que conferiram densidade à proposta do FG13 como espaço insurgente de produção de saber e transformação social.

O trabalho organizacional impulsionou o crescimento do evento nas redes digitais, a ampliação do seu público, alcançando também uma participação internacional e a diversidade de corpos e vozes presentes, demonstrando que a construção feminista de um evento acadêmico é, antes de tudo, um gesto radical de imaginação política e de trabalho coletivo para materializá-la. O FG13 não apenas aconteceu – ele ensinou, desafiou e transformou.

Para as próximas edições, fica o convite a aprofundar os diálogos entre comunicação, organização e pedagogias feministas, e ampliar ainda mais os espaços de escuta, inclusão e reciprocidade. Que os enfrentamentos vividos – como os ataques transfóbicos, os entraves institucionais e as resistências conservadoras – não silenciem, mas fortaleçam a construção de políticas públicas e universitárias comprometidas com a diversidade e com a justiça. Que o legado do FG13 reverbere como memória política e inspiração para eventos futuros. Contra o fim do mundo, seguimos com afeto e organização.

SUMÁRIO



REFERÊNCIAS

AHMED, Sara. **Vivir una vida feminista**. Barcelona: Bellaterra, 2021.

ARAUJO, Thais. Mais de 100 livros serão lançados durante o FG13 – Temas vão de relações de gênero na capoeira e no jornalismo esportivo à justiça reprodutiva. **Fazendo Gênero 13**, 2024a. Disponível em Fazendo Gênero 13 - Notícias - Mais de 100 livros serão lançados durante o FG 13.

ARAUJO, Thais. Quase seis mil pessoas já se inscreveram no Fazendo Gênero 13. **Fazendo Gênero 13**, 2024b. Disponível em Fazendo Gênero 13 - Notícias - Quase seis mil pessoas já se inscreveram no Fazendo Gênero 13.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

FAZENDO GÊNERO 13. Página Inicial. c2024. Disponível em: https://www.fg2024.eventos.dype.com.br/home/capa. Acesso em: 13 abr. 2025.

FAZENDO GÊNERO 13. **Relatório de execução do FG13**. Florianópolis: Comissão Organizadora do FG13, 2024.

GASPARETTO, Vera *et al*. A construção dos direitos a partir dos afetos: a práxis da Comissão de Movimentos Sociais do Fazendo Gênero. *In*: SILVA, Janine Gomes da *et al*. **Falas, percursos, práticas e modos de (r)ex(s)istir**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2023.

GONÇALVES, Ailê V. *et al*. LEGH on-line: um estudo do Labortaório de Estudos de Gênero e História na internet. *In*: WOLLF, Cristina Scheibe; SCHMITT, Elaine (orgs.). **A internet como campo de disputas de gênero**. Florianópolis: Cultura e Bárbarie, 2024.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *In*: HARAWAY, Donna. **Manifesto ciborgue e outros ensaios**. São Paulo: Autêntica, 2009.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

LAGO, Cláudia; NONATO, Terezinha; MARTINS, Suely. Educomunicação, mídia e práticas pedagógicas. **Comunicação & Educação**, v. 21, n. 1, p. 54-63, 2016.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas *et al*. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, 2021. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-26792021000500060. Acesso em: 24 fev. 2025.

VIEIRA, Vera de Fátima. Educomunicação pela cidadania das mulheres. **Comunicação e Educação**, n. 1, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v21i1p61-71. Acesso em: 13 mar 2025.

DEPOIMENTOS

ARAUJO, Thais. Depoimento sobre a experiência como bolsista na Secretaria Geral do Fazendo Gênero 13. Abril de 2025.

FERNANDES, Emily D. C. Depoimento sobre a experiência como bolsista na Secretaria Geral do Fazendo Gênero 13. Abril de 2025.

GASPARETTO, Vera F. Depoimento sobre a Coordenação da Secretaria Geral do FG13. Março de 2025.

Heck, Helaine. Depoimento sobre a experiência como bolsista na Secretaria Geral do FG13. Abril de 2025.

NEVES, Evelin Lima. Depoimento sobre a experiência como bolsista na Secretaria Geral do FG13. Abril de 2025.

PEREIRA, Ariadne. Depoimento sobre a experiência como bolsista na Secretaria Geral do FG13. Abril de 2025.

SUMÁRIO





Marlene Tamanini

DESAFIAR O FIM DO MUNDO:
CUIDAR DE SI, DOS OUTROS, DA VIDA E DA MORTE, UM ESPERANÇAR COMPROMETIDO

TO DEFY THE END OF THE WORLD: TO TAKE CARE OF ONESELF, OF OTHERS, OF LIFE AND DEATH, A COMMITTED HOPE

DESAFIAR EL FIN DEL MUNDO: CUIDAR DE UNO MISMO, DE LOS DEMÁS, DE LA VIDA Y DE LA MUERTE, UNA ESPERANZA COMPROMETIDA

RESUMO:

Objetiva-se refletir a respeito do cuidar de si, dos outros, da vida e da morte e de suas exigências em diferentes planos, sejam pessoais, coletivos, locais e globais. Analisam-se experiências do cuidar em diversos campos de pesquisa e como esses temas desafiam o pensar teórico e prático a respeito do cuidado, conforme os conteúdos da pesquisa o exigem, atitude essa absolutamente necessária para que o futuro e o presente sempre se mantenham falantes.

Palavras-chave: Cuidado. Cuidar. Contextos. Experiências.

ABSTRACT:

Objective-reflecting on taking care of oneself, both others, life and death and their needs on different levels, including people, groups, local and global. Analyzes experiences of caring in various fields of research and how the topics in care challenge theoretical and practical thinking regarding care, according to the contents of research or demand, attitude is absolutely necessary so that the future and the present always remain missing.

Keywords: *Care. Contexts. Experiences.*

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-480-3.8

RESUMEN:

El objetivo es reflexionar sobre el cuidado de uno mismo, de los demás, de la vida y de la muerte y sus exigencias a distintos niveles, ya sea personal, colectivo, local o global. Se analizan experiencias de cuidado en diversos campos de investigación y cómo los temas del cuidado desafían el pensamiento teórico y práctico sobre el cuidado, tal y como exige el contenido de la investigación, una actitud absolutamente necesaria para que el futuro y el presente sigan siempre dialogando.

Palabras clave: *Care. Contextos. Experiencias.*

SUMÁRIO



INTRODUÇÃO

Somos seres do fim do mundo? Do silêncio e das omissões? Ou seres do cuidado de si e dos outros? Ou ambos?

Iniciar o texto com esta pergunta me coloca no cerne das questões complexas envolvidas com o cuidado. A primeira delas é o fato de que nós, humanos, somos frequentemente pensados como se fôssemos o centro do universo-terra e de todas as relações nele contidas. Assim sendo, somos alertados de tempos em tempos a respeito de nossos silêncios e omissões e chamados a manter, cuidar e recuperar Gaia, como parte de nossa vida e dos seres de nossas relações. Contudo, a ordem de mundo que vemos em toda parte, como resposta incompetente para tal missão, é o adoecimento do planeta, das pessoas e de nós mesmos, são as guerras.

Há uma profunda contradição na forma como pensamos o cuidar e como existimos. Somos seres que se sentem o centro do planeta; assim, seguimos com nosso existir predador e hierarquizado frente às plantas, aos animais, aos minerais, às pessoas, e com relações de poder, que são também racializadas, genereficadas e hierarquizadas em diferentes níveis, entre nós, nos afetos e nas instituições.

SUMÁRIO



Constituímos uma enorme distância nos modos como olhamos a vida e a morte e como nos ocupamos do nosso dia a dia, extraindo dinheiro, comida, medicações, suportes emocionais, relações com as demais espécies e entre nós. Essas relações são patriarcais e colonizadas por pensamentos mecanicistas, de domínio e de posse; extraímos a energia alheia à exaustão, sob o pretexto de competência e preocupação coletiva, o que nem sempre é fato reconhecido e assumido. Nos sentimos seres eternos e indispensáveis e queremos aproveitar. Dizemos para nós mesmos: você merece comprar e consumir.

Pouco ou nada fazemos para melhorar nossas relações planetárias, as próximas de nós e as distantes. Esquecemos nossos vínculos comuns como seres globais de uma bola redonda na qual giramos. Agimos como se tudo fosse se manter eterno dentro de quadrados e independentemente das consequências que as relações humanas produzam na Terra e entre vizinhos de nossas janelas, de nossas portas e de planetas em conexão com o nosso. O aquecimento global, a falta de água potável, a salinização do solo, a falta de produção alimentar ou a ocupação por águas, ciclones e enchentes, as migrações climáticas, a destruição de formas de vida e de sistemas de viver são algumas dessas consequências. Essas situações, e não apenas contingências, não têm fronteiras. Elas são globais, impõem cuidar em redes locais, nacionais, internacionais, com transição tecnológica e econômica e forjando uma consciência expandida de que, não o fazendo, estamos destruindo nosso existir comum.

Assim, ao iniciar este texto com foco em cuidar de si, dos outros, da vida e da morte, nesta mesa que foi intitulada "Desafios e ética dos cuidados", é com a afirmação de que se trata de um esperançar comprometido que se fala, mesmo se estamos diante da perspectiva catastrófica que envolve a questão ambiental e as vidas comuns da casa comum no planeta Terra.



Neste texto, em sua primeira camada, vou lembrar das questões amplas e, talvez, mais distantes de cada qual, que cercam o cuidar e o cuidado. Questões que se desenham nos desafios do antropoceno, como o viver e o morrer enquanto responsabilidade coletiva, social, política, econômica, sobretudo porque já estamos em uma terra degradada com mudanças climáticas locais, regionais e globais em grande escala. É urgente que a gente consiga pensar uma economia do cuidado, no seu sentido amplo!

Na sua segunda camada, ressalto alguns aprendizados advindos da experiência com processos de pesquisa em orientações e de publicações com seus contextos heurísticos. Trago o que nos ajuda a pensar no conjunto dos desafios exigidos para cuidar e para cuidar frente a cada situação.

DO SILÊNCIO E DAS OMISSÕES?

A escala, a sincronicidade ou a diacronia dos acontecimentos nos constitui como uma espécie arrogante que reduz o cuidado, muitas vezes o reduz a um grupo de pessoas próximas, afetiva ou moralmente, e que sempre são devedoras dos acontecimentos, das necessidades e das vulnerabilidades. Isto porque atuamos cercados de culpa emocional, religiosa e de dívidas morais para com as pessoas que necessitam ser cuidadas; e não temos uma consciência esclarecida sobre conexões e responsabilidades comuns; por isso, sempre tentamos salvar as emergências. Pensamos que, se Deus não faz, tenho que fazer EU, porque sou devedora; mas este lugar emocional, psíquico e até material, apaga a conexão das redes que se fariam necessárias para manter os vínculos entre todos os seres envolvidos em situações específicas e na cadeia da vida; apaga a cocriação. Se somente nós somos centrais, as responsabilidades, que deveriam ser compartilhadas por meio de politização e organização



que estão implicadas com o governo da vida, são afastadas, por falta de reflexão e de espaços de construção e de estratégias. Sobretudo, porque as ações não são assumidas com equidade por todos os implicados nas relações e vulnerabilidades de cada contexto e/ou como parte de políticas de governo, em especial de políticas destinadas a intervir e planejar soluções frente à vulnerabilidade, à dependência e às necessidades.

Em relação ao planeta Terra, apagamos de nosso mapa a ideia de que tudo está conectado; e o fazemos por falta de uma economia reflexiva e de amadurecimento a respeito dos problemas e das responsabilidades que incidem nos microssistemas planetários, sobretudo porque a concepção que nos fez humanos é de que nós, cada um de nós, somos únicos e somos o centro do planeta. Se não há outros, para que se preocupar? Temos a mente e o coração colonizados pelo "crescei e multiplicai-vos", mesmo quando a taxa de natalidade cai, porque evidentemente não é desta taxa que estamos falando. É de nossa multiplicação como consumidores e predadores que esquecemos microbióticas dos sistemas e todas as complexas relações que incidem entre si.

Assim, como todos os sugadores do planeta, queremos cuidar, mas reduzimos o cuidado aos bons indivíduos; poucos homens e, em geral, muitas mulheres, trabalhamos no nosso grande equívoco; mulheres cuidam das pessoas e o resto é resto; isso nos custará a vida comum. Como refugiados na Terra, pensar o cuidado nos impõe a pergunta sobre se queremos viver ou morrer, e se queremos seguir sendo TERRA, mas também se temos o direito de deixar morrer outros seres, não humanos, e as pessoas. Esta não é uma pergunta moral. É uma pergunta ética a respeito do que deixaremos deste planeta, ou se o matamos junto conosco.

Parafraseando Dona Haraway (2022; 2023), ficamos, portanto, com um problema: a responsabilidade de fazermos mais do que aquilo que achamos poder fazer, na dimensão das práticas espessas de um cuidado diário, quando não há alguém para fazê-lo.



Cuidar do viver e do morrer exige politizar este campo e superar as descontinuidades entre um fazer individualizado e baseado em referências de família, leia-se mulher, e de parentesco, leia-se mãe, filha, neta, avó, tia, versus as exigências para o Estado e a sociedade que precisam produzir cuidado em sua governabilidade da vida (Michel Foucault, 2009).

Segundo, conforme já sabemos, cuidar da vida e até cuidar da doença e da morte têm se tornado, a cada dia e, globalmente falando, um dos maiores desafios, marcado por guerras, terremotos, deslocamentos de milhões de pessoas, dores humanas, dores das multiespécies, das mulheres e das crianças, sob o ataque de mísseis, desnutrição e fome. Dores planetárias como a falta de água potável, de comida, o aquecimento global, os desastres ambientais, as enchentes, as campanhas para amparar a mera sobrevivência de pessoas e animais; tudo isto impõe um caos tão grande, que exige decisões éticas compatíveis. Os olhares famintos e desnutridos nos colocam frente à necessidade de assumirmos as questões rotineiras da vida humana e do planeta, cuja complexidade e intervenção, muitas vezes, não alcançamos, com novas práticas. As ações e os acordos parecem distantes, enquanto muitos são levados pelo limite da vida, da morte e da violência estruturada pelo Estado, na família, nos espaços privados e públicos.

Para dimensões mais próximas de cada um, de cada uma de nós, os desafios que envolvem o cuidado são heurísticos (Marlene Tamanini, 2018), significando dizer que têm relação, têm contextos, têm heranças, têm aspectos históricos e subjetivos arraigados no tempo longo, de médio e de curto prazo, tanto no que se refere às suas emergências, como em suas consequências, que nunca deixam de exigir soluções gerais, globais e específicas.

Os desafios heurísticos são relacionais, dizendo respeito às assimetrias de gênero, raça, território; a maternidade, a coletivização da sobrevivência, em seus contextos, marcam sua historicidade



e suas exigências. Estes desafios dizem respeito a que tenhamos condições para viver como Gaia. Envolvem a efetivação e as decisões dos governos locais para fazer; envolvem as questões globais, transnacionais, bem como as necessárias decisões de governo da vida no planeta, levando-se em conta a sobrevivência da Terra, de todos os seres e de nossas relações humanas e entre todos os actantes humanos e não humanos, para usar um termo de Bruno Latour (2020; 1984; 2004). Para seguirmos vivendo neste planeta, é imprescindível articular, enquanto cuidado, as respostas da natureza à política climática das coisas!

De uma perspectiva mais próxima a cada um, a cada uma de nós, quem já não se sensibilizou com animais mortos pelo fogo e pelas águas, pela fome, pela sede, pelo descaso, ou com a agonia do abandono de humanos dentro das casas, nas ruas, com o abandono de multiespécies, sejam crianças, adultos ou idosos? Quem não se deixa impactar com as costelas de indígenas à mostra por fome? Lembro, em particular, a construção da tragédia Ianomami, suas dores, suas doenças, sua malária e desnutrição e seu sofrimento, como resultado do descaso e da exploração de longo prazo; as recentes e as antigas destruições, como as causadas pelo mercúrio nas terras e águas, as que são operadas pelos garimpos e outros meios, o despejo de produtos químicos e minérios diversos nos rios, com grande mortandade de peixes, animais e da diversidade vegetal. Em muitos sentidos, o não recebimento de medicamentos e de vacinas durante a covid-19, as mortes. Isto tudo se implica com cuidado. Trago à lembrança as pessoas morrendo pelo mundo, de fome, como os afegãos, e de calor, como na Índia recente, ou de frio, em muitas regiões da Terra, um fenômeno produzido pela mesma relação com as mudanças climáticas; nossas queimadas imensas, com o fim de muitos patrimônios e com pouca responsabilização.

Perto de nós, vemos pessoas doentes, desempregadas, desnutridas, pessoas que criam as condições para cuidar por si mesmas em suas casas, recorrendo a mulheres, a mães solo ou a cuidadoras idosas e cansadas e sem recursos econômicos (Tamanini, 2022).



Este cuidado, às vezes, é realizado em condições de absoluta precariedade, já que essas necessidades e essas práticas não encontram caminhos institucionalizados que representem atenção, ajuda mútua e compartilhada, suporte econômico, psicológico e afetivo, conhecimento técnico e descanso, aspectos que são muito mais do que desejo e habilidade para cuidar. Elas exigem ações governamentais e equidade de gênero, de raça, de território, distribuição de segurança, saúde, proteção, trabalho e renda. Exigem a máxima feminista da situacionalidade (Helen Elizabeth Longino, 2008).

Quem esqueceu das filas imensas em hospitais, durante a pandemia de covid-19, e das estratégias de sobrevivência e de cuidado, organizadas por mulheres e pessoas pobres, em seus bairros e comunidades, do trabalho das ONGs e das organizações a que devemos o amparo, a comida, o banho, as roupas e a proteção emergencial da vida para muitas pessoas? Quem esqueceu do tremendo soco no estômago causado pela morte de um ente querido, por falta de assistência imediata ou por oferta de cuidados incompletos em hospitais ou na família? Ou do escandaloso genocídio de pessoas por atrasos de toda ordem envolvendo falta de decisão na compra, na confecção e na distribuição da vacina contra a covid?

Quem já não se sentiu corroído pela culpa, no exercício deliberado ou não, de um não cuidado, ou de ter oferecido um cuidado insuficiente, ou de ter vivido inúmeras controvérsias familiares a respeito de qual seria o melhor cuidado a se prestar diante da doença, dos limites físicos, da falta de atendimento hospitalar, e/ou diante da morte iminente, mesmo estando sob cuidados? Essas e outras situações encontramos facilmente em campos de pesquisa das orientações realizadas. Quem já não se sentiu solitário e abandonado, na prestação de um cuidado familiar e, por vezes, também dentro de instituições que deveriam ter as condições para fazê-lo e não as têm, ou não o fazem? Quem não se viu na exaustão de ter que seguir com esta tarefa de cuidar, em situações em que não há quem o faça, ou em que outros não querem ou não podem fazê-lo?



Ou nas quais irmãos e homens delegam o cuidar às mulheres? Às vezes, não o fazem, até por conflitos e desacordos entre familiares, e podem fazê-lo por razões religiosas também, conforme análise de Eduardo da Silva (2019), em sua dissertação a respeito das experiências de acompanhantes-cuidadoras de doentes com câncer. Quem não quis fugir de ter que abdicar dos seus planos pessoais para cuidar de alguém? Quem nunca fez arranjos pessoais e/ou coletivos para poder se dedicar à profissão e ao cuidado? Quem já não foi à exaustão cuidando, mesmo quando o faz por razões maternais e/ou pelo chamado amor? (Ana Silvello Pereira, 2021). Muitas vezes faltam elementos públicos intermediadores que ajudem a entender a situação e a tomar decisões éticas. O silêncio e as omissões trazem esta teia complexa que envolve cada uma dessas relações.

SERES DO CUIDADO DE SI E DOS OUTROS? OU AMBOS?

Olhar para o tema e para as relações de cuidado é reconhecer diversas dimensões e uma pluralidade imensa de situações e de vivências com exigências de cuidado. Isto implica também os cuidadores e as cuidadoras e quem necessita ser cuidado ou cuidada, requerendo ações da sociedade, da família, do governo, das instituições e dos indivíduos, sejam elas privadas e/ou coletivas. Por isso, além destes aspectos panorâmicos acima descritos, devo falar das primeiras experiências com estes conteúdos que me foram inspiradas por meio de processos de pesquisa meus e de orientações desenvolvidas nos últimos anos, cujo dever ético me obriga a citá-las. Por causa deste olhar, não posso deixar de dizer sobre trabalhos que orientei e o que eles trazem como produção de conhecimento, a partir do contexto e das relações de pesquisa de cada um deles.



Estes trabalhos foram orientações de mestrado e são teses de doutoramento defendidas, e/ou ainda em andamento, e foram resultado de campos de pesquisa empíricos e de perspectivas teóricas diversas, na área dos estudos de gênero, das teorias feministas e na sociologia. Por isso, este texto faz parte também deste lugar, que é o destas construções coletivas e dos processos de pesquisa orientados. Falo, obviamente, de um lugar de conhecimento produzido em inserções minhas e de trabalhos de orientações por mim assumidos. Fazer isto não significa usurpar os caminhos das pesquisas de outras pessoas, por óbvio, dos meus orientandos, e nem fazer uma falsa apropriação de um saber que não seja também aquele do grupo de pesquisa a que pertencemos, já que se trata igualmente de um diálogo coletivo, desenvolvido com a linha de pesquisa de pertencimento e com minha participação na qualidade de orientadora no programa de Pós-Graduação em Sociologia. De outra parte, o texto se subscreve em minhas próprias inserções teóricas no cuidado, nas publicações, entrevistas, bancas e disciplinas com seus lugares reflexivos, dos quais faço parte.

Esclareço este meu lugar, para não dar margem a apropriações indevidas da minha fala e para valorizar os trabalhos de outros e de outras e de suas sínteses já realizadas. Também o faço para lhes dar o devido valor e para ressaltar dimensões importantes de lugares específicos de como se produziu conhecimento da realidade do cuidado, dos contextos, das relações e das análises que me são oferecidas na forma de dissertações e de teses, explicitadas em publicações minhas e em coautoria.

Estes trabalhos mostram, dentre muitos aspectos, como todos e todas somos chamados ao cuidado, ainda que muitas mulheres o tenham exercido, e quase solitariamente. Foco com atenção à palavra todos, porque desta tarefa, segundo Joan Tronto (2013a; 2013b), ninguém está isento, nem homens, nem mulheres, nem governos, nem sociedade. A autora nos reporta à necessidade de uma perspectiva relacional, tanto para bem cuidar quanto para romper com as



polarizações essencializadas no feminino e no masculino. É a sociedade como um todo à qual cabe cuidar, porque cuidar é atividade da própria espécie humana; diria que outras espécies também cuidam.

Reconhecemos a importância que o cuidado deveria assumir como atividade que é responsabilidade de todos e todas, como ele também envolve relacionalidades e, como quando fora das essencializações dos papéis, permite problematizar a diferença, assim como o fez o feminismo nos anos 1980, como Carol Gilligan o fez. Entretanto, este reconhecimento também nos obriga a ir além, para nos permitir discutir as situacionalidades, os contextos, as relações e a historicidade dos fatos, diante da necessária desconstrução de um modelo universalista dos papéis sexuais e de um sujeito masculino hegemonizado, mas também atravessado por muitas interseccionalidades (Patrícia Hill Collins, 2022; Carla Akotirene, 2020).

No contexto deste feminismo da diferença, dos anos 1980, a noção de experiência se tornava fundamental para resgatar as mulheres, suas histórias e suas narrativas. A diferença dentro da diferença, em relação à raça, classe, geração, e a desconstrução da masculinidade hegemônica impunham revisitar a teoria dos papéis sexuais. Nas teorias do cuidado, ganhou relevância o livro de Carol Gilligan, *Uma voz diferente: psicologia da diferença entre homens e mulheres – da infância à idade adulta*, de 1982, conforme análise de Henrique Valério Quagliato e Tamanini (2022). Hoje – para além das diferenças marcadas fortemente pela desconstrução da teoria dos papéis sexuais, de um sujeito universal e racionalizado, sem gênero, e da divisão sexual do trabalho, com sua assimetria binária entre produção, reprodução – se interseccionam outras dimensões. Como o desafio de teorizar o surgimento dos interstícios ou dos espaços entre espaços (Teresa de Lauretis, 1994), das posições de sujeitos (Judith Butler, 2003), que são locais deslocados nos quais se alojam problemas pouco pensados nas práticas de cuidado, porque elas estão colonizadas. Além de identificar outros conteúdos e visibilizá-los, o desafio está em encontrar linguagens apropriadas, por meio



das quais se possa representar ou simbolizar as posicionalidades e as experiências múltiplas, variáveis e conflitantes deste cuidar e para quem cuida e como atender às necessidades. Perceber em seus conteúdos discursivos e de intervenção onde fica o lugar do privado, do público, do coletivo é complexo, já que necessidades, vulnerabilidades e dependências se constituem também em exigências de políticas e coletivizar instituições não tem sido prática continuada dos governos, no que tange às políticas públicas e/ou outras ações institucionalizadas, com participação comunitária ou não.

Os estudos têm mostrado a importância da discussão a respeito da necessária politização do cuidado, do lugar que os sujeitos e as sujeitas mulheres ocupam quando cuidam e/ou são cuidados e cuidadas, e de como se produzem, não suas identidades, mas sim suas identificações e seus reconhecimentos, nos processos de subjetivação. Esses reconhecimentos são afetivos e morais, quase nunca econômicos. Estas subjetivações pertencem a processos culturais, sociais e históricos, e guardam controvérsias e conflitos. Por isso, sobretudo as mulheres, dadas à feminização do cuidar, são sempre ambivalentes, devido à intervenção daquela alteridade: mulher = mãe + cuidado, que as insere na cultura e que se torna útil ao nada fazer da parte coletiva e familiar e das exigências que deveriam constituir as intervenções do Estado e dos governos e da coletividade, no que tange à construção de aportes sociais, econômicos, jurídicos, legais, para cuidar. Chama-se inclusive a norma para pautar teorias e intervenções, "o que, por sua vez, dá origem ao problema ético de saber o que há que se reconhecer, ou melhor, o que há que se guardar contra a lesão e a violência" (Butler, 2015, p. 15).

Estes aspectos interligados forjam uma liga de tal monta na vida e na subjetividade das mulheres e nas relações sociais e familiares, que não é fácil transladar este amalgamar de sentimentos e de lugares subjetivados e estruturados na cultura (Pascale Molinier; Patrícia Paperman, 2015), para ligar o cuidado à sua dimensão política, coletiva e de responsabilidade social. As mulheres aparecem,



ou são feitas, ou se sentem, sempre devedoras deste processo culturalizado e subjetivado de correspondências com seu ser emocional, intuitivo e social, que é o lugar da mãe, ainda que, imaginativamente, elas criem outros lugares emocionais, subjetivos e sociais. Esses pontos, dentre muitos outros, são discutidos na tese de Quagliato (2024) e na dissertação de Tayná Kalindi Limpias Vieira da Rocha Leite (2021). Na dissertação, analisa-se a significação das mulheres que sustenta a experiência de cuidar e como é sua vinculação com a comum essencialização da maternidade, no caso da criação com apego e das teorias e práticas que embasam esta filosofia. Vê-se processos de reessencialização da maternidade e de níveis de exigência imensos, só possíveis de serem alcançados por mulheres com suportes emocionais, afetivos e econômicos de um grupo que possa pagar por isso. No mais, muitas culpas para gerenciar.

Tais aspectos exigem ir além da dicotomização homem trabalha, mulher cuida, ou mãe cuida e pai provê, ou mulher precisa cuidar, o que parece ainda pior, dadas as condições de vulnerabilidade e de dependência que recaem sobre as mulheres e que se recrudescem na divisão sexual do trabalho, no cotidiano informal, na cultura do doméstico, no trabalho doméstico pago (Thays Almeida Monticelli, 2017), no trabalho formal, na feminização das instituições de cuidado e de ensino, e em vários níveis. Práticas e decisões sobre cuidar e ser cuidado encontram fundamento nas representações compartilhadas e na ordem simbólica estruturante de concepções a respeito das obrigações femininas com o cuidado, conteúdos que estão enraizados na cultura e nas relações sociais e são marcados por muitas desigualdades. Feminização do trabalho, desigualdade salarial, injustiça reprodutiva, maternização do cuidar e desvalorização social do cuidado são temas recorrentes nesta chave de análise, assim como são cotidianos em políticas públicas. É o caso analisado na tese de Pereira (2021), a respeito das casas lares de Curitiba/Paraná. Nesta política, as mulheres cuidadoras assumem que a cuidadora, ao cuidar de crianças e adolescentes, atua como mãe. Nas narrativas



destas mulheres contratadas para serem cuidadoras, elas denotam sentidos do que fazem como mães; e quando não encontram este sentido e não conseguem reconhecimentos como tais, abandonam a sua função de cuidadoras na casa lar (Pereira; Tamanini, 2023). Sua atualização da representação da maternidade é a razão primeira de estarem nesta política pública. Acreditamos que esta ordem simbólica esteja pautando muitas políticas públicas, em saúde, educação, segurança e terapias diversas, também em campanhas políticas e em cotas partidárias. Por exemplo, a insistência na amamentação, no que pese ao seu valor nutricional para crianças, também se pauta em uma maternidade essencializada e, muitas vezes, difícil de se cumprir, como se lê na tese de Marcela Brecailo Komechen (2017). Nela, a autora analisa a experiência da maternidade, incluindo as implicações de suas posições e investimentos particulares, a partir do vivido de mulheres com o aleitamento materno, em face à sua vida e ao discurso médico-científico sobre o ideal da amamentação.

Da nossa perspectiva, esta construção que se faz em políticas públicas é no mínimo curiosa, porque é de política pública que estamos falando e isto não deveria estar no plano individual da vida das mulheres, quando estas estão em trabalhos públicos. Esta vinculação entre a representação da cuidadora como mãe e a contratação de cuidadoras não deveria estar vinculada. Mas está, e se faz quase que exclusivamente com este acionamento das experiências trazidas por mulheres baseadas em cuidado exercido antes, no seu lar como cuidadoras e/ou como mães.

A continuidade entre ser mulher e saber cuidar desloca os sentidos da política pública tal como preconizada, para praticá-la com base nos ideais de amor e maternidade, conforme mostra o estudo de Pereira (2021); e quando estes ideais não são vividos ou se deparam com questões que os conflitam, muitas vezes as mulheres desistem deste trabalho. Este fato interpõe perguntas a respeito das políticas de valorização e de desenvolvimento de habilidades técnicas para o exercício do cuidado e sobre a necessidade de suportes



e intermediações de amparo para que estas cuidadoras percebam quais são as habilidades necessárias neste cuidado e para que estas casas se tornem um coletivizar do sentido dos afetos, do amor e da família nas instituições (Arlie Hochschild, 2003; Carol Gilligan; Arlie Hochschild; Joan Tronto, 2013).

Nada surpreendente, em termos do que ele mostra como repetição de representações de cuidado feminilizado é o trabalho de cuidar voluntário, como o Centro de Valorização da Vida, estudado por Quagliato (2020). Ao analisar as histórias individuais de homens e mulheres para, segundo ele, um esperançar comprometido com a escuta e o apoio emocional, com uma ideia de universalidade dos cuidados, encontra que este é exercido por uma maioria de mulheres também. Contudo, além deste aspecto, no que pese a importância deste trabalho, Quagliato (2020) analisa que o fato de a entidade cultivar o princípio universalista da noção de pessoa parece limitar outras práticas e outros sentires possíveis, inviabilizando a discussão crítica de formas diversas de oferecer cuidado, em caso de pessoas vulneráveis a suicídio. Revisar estes sentidos universais e cristãos da oferta voluntária de cuidado e da filantropia nos permite rever outros trabalhos filantrópicos, em sua maioria feminizados, ainda que baseados em princípios universalistas, como nos mostram os estudos de Ana Paula Vosne Martins (2013; 2015; 2018). Estes reverberam outras brechas para pensar as formas de vivência do cuidado, para "encontrar outros matizes escondidos por trás de um retrato harmonioso e, em mesma medida, perigosamente silencioso", conforme adverte Quagliato (2020, p. 200).

O cuidado também pode ser encontrado com sentidos mais críticos, em diferentes atuações de mulheres, em pastorais sociais. No estudo da tese de Maria Isabel Machado (2017) sobre economia solidária, são apontadas tensões entre trabalho produtivo e reprodutivo e o reposicionamento, no âmbito doméstico, das mulheres participantes dos clubes de troca, em Curitiba. Isto ocorre por causa de seu aprendizado coletivo a respeito da vida e do trabalho; ainda que esta



organização mantenha alto nível de feminilização e, na esfera básica dos clubes de troca, sofra com um processo de hierarquização que é masculino, para os lugares considerados mais altos, como os que agregam maior valor econômico e de crítica ao sistema capitalista.

Monticelli (2017; 2013) também nos apresenta importantes relações entre diaristas, faxineiras, mensalistas, patroas e domésticas, que nos ajudam a pensar como são estas relações de cuidado. São enormes as dependências e tensões geradoras de vulnerabilidades sociais e econômicas, mas também afetivas. Derivadas destas, eis as dificuldades com as questões legais, neste trabalho, e as barreiras para estabelecer as fronteiras de tempo no trabalho, das folgas, das invasões de privacidade e das interferências abusivas, às vezes de ambas as partes.

A tese de Sandro Marcos Castro de Araújo (2016) foi o primeiro trabalho de doutoramento orientado por mim no tema do cuidado. Tratava sobre o trabalho remunerado de *care* prestado por mulheres cuidadoras de pessoas com a enfermidade de Alzheimer. Ele já mostrava a precarização destas mulheres cuidadoras, a ausência de políticas públicas destinadas a protegê-las em seus direitos como cidadãs e profissionais. Aparecia a informalidade, aspecto que de fato caracteriza este tipo de trabalho dentro das casas das pessoas, e mostrava como o afeto, que também aparece para outros estudos, é um elemento que funda essas relações. Os sentimentos e apegos se tornam um capital para negociar adequações, horas de trabalho, pagamentos e sofrimentos cotidianos.

Esses pontos citados acima, dada sua importância, nos levam de volta a Tronto (2013a), com a exigência apontada por ela, mas também por eles, de olhar mais a fundo para um cuidado que seja compreendido como atividade humana necessária para manter e reparar nosso mundo, mas que também necessita ser politizado e, hoje em dia, ampliado. Nesta conexão, nos faz partícipes de um mesmo universo e em corresponsabilidade comum com a terra e



nossas relações. Esta ética do cuidado é um ato político que ultrapassa os cuidados do privado e exige planejamento coletivo das instituições, organizações e entidades. Ele precisa ser assumido como parte dos valores públicos e da forma como entendemos a cidadania.

O cuidado, portanto, obriga a descer ao chão da vida, ao barro, ao casebre, às cabanas, aos abrigos provisórios, como uma política de proteção, amparo, suporte, reconhecimento e cidadania. Obriga a olhar o governo da terra, considerando-o como um ser vivo. No plano individual, nos força a abraçar os sentimentos ambíguos que ficam entre culpas, dor da perda e alívio, frente a sofrimentos longos e à morte. Obriga a olhar para os funerais, para os rituais de despedida e, principalmente, para o que se sente e se vive quando os recursos se esgotam e quando não temos como seguir cuidando, seja por exaustão e/ou por falta de apoio para cuidar. Assim como nos obriga a descer junto às contas diárias e às dívidas que se fazem com ele. Obriga a olhar hospitais, sistemas de limpeza, de alimentação, de descanso, de lazer, e pautar como parte deste fazer os recursos emocionais, econômicos, físicos, legais, civis, religiosos e de proteção da vida. Em cada contexto, relação e situação, isto implica um tipo de olhar e um tipo de exigência para quem cuida e para quem se deixa cuidar, mas em nenhum contexto pode estar ausente a dimensão pública.

Exige, portanto, que os governos e a sociedade entendam que colocar no centro da discussão o compartilhamento da dor alheia, a atenção e o discernimento a respeito das necessidades e das vulnerabilidades, dos contextos e de suas relações, envolve também olhar os afetos, as culpas, a amizade e o compartilhamento de responsabilidades como parte de sua tarefa. Cuidar, já sabemos, é difícil, exaustivo, exercido à mão única, em atividades consideradas de mulheres, estejamos em políticas públicas, como as casas-lares para crianças e adolescentes, ou, como é caso de casas de idosos, na saúde nos hospitais, nas famílias, na relação entre pais, filhos e irmãos, no cuidado envolvido com a maternidade, no cuidado em tempos de pandemia,



como o foi durante a covid-19. A tese de Silva (2024), sobre filhos que cuidaram das mães e pais com câncer, durante a pandemia, analisa como esse momento histórico, ao mesmo tempo em que, no âmbito das microrrelações, inflamou debates sobre a necessidade de políticas de cuidados, também aprofundou a percepção do cuidado enquanto uma responsabilidade familiar. Não cuidar de familiar, em casos de câncer, é visto como uma possibilidade obscena, maliciosa, reveladora da falta de uma ética do cuidado. Contudo, as microrrelações, segundo o autor, também falam de ausências de políticas e a presença de sobrecargas, que acentuam diferentes desigualdades.

É igualmente importante considerar os aspectos para os quais Marie Garrau e Alice Le Goff (2010) chamam a atenção, a saber, a vulnerabilidade e a dependência como situações profundamente marcadas pela organização das representações sociais em nossa sociedade. Na narrativa humana proposta pelas teóricas do cuidado, essa noção de vulnerabilidade e de como lidamos com a dependência entre nós, eu digo, também entre espécies e nosso planeta, traz a consciência de que, se não fizermos nada, estaremos nós mesmos frente a nós mesmos como seres do fim do mundo, do silêncio e das omissões. Frente ao cuidado, só uma ética é possível: a ética da vida para seres humanos, animais, florestas, planeta, pessoas e bichos. E isto rompe com a centralidade da defesa do *antropos* como único ser planetário. Obriga a criar oásis comuns e conexões para todos e entre todos. Não permite mais escavar a terra e lavar a terra em troca de pedras, diamantes, ouro, doenças e mortes. Tampouco permite que os países sejam cegos, surdos e mudos, empunhando a bandeira verde e amarela, ou de qualquer cor, em defesa da morte e destruindo iniciativas de cuidado. Não permite que se siga matando e caçando seres, gente, planeta, animais, flores, floresta, terra, elementos que deveriam ser percebidos em conexões de cuidado uns para com outros, e não como destruição do patrimônio comum. Esta ordem de ideia também implica solidariedade, simpatia e construção de alternativas capazes de interseccionar níveis comunitários



e coletivos, mas, sobretudo, implica costurar condições planetárias que estejam no centro de políticas e obrigações globais.

De maneira mais global, me ocorre dizer que ir contra o fim do mundo é colocar-se nesta dinâmica planetária, mesmo quando tudo parece rompido. Claro, este é um nível mais abstrato de cuidado. O nível mais próximo exige atitudes, planejamento, estratégias e ações com políticas locais, regionais, nacionais e internacionais. Exige políticas claras e estratégicas de ações, tanto privadas como coletivas e públicas.

Quanto aos contextos, sempre penso que cada contexto é exigente em sua situação de relações com o cuidado, em sua articulação com o cuidado. E, neste específico, não posso deixar de falar de quanto aprendi com os trabalhos de meus próprios orientados e seus temas. As exigências de cuidado e as relações com as cuidadoras em casos de Alzheimer, analisadas por Araújo (2016), os desafios de cuidar de familiar com câncer, pesquisa de Silva (2024), a forma como as mulheres promoviam cuidado na economia solidária, de Machado (2017). Igualmente, devo ressaltar o aprendizado com os trabalhos de Monticelli (2013, 2017), sobre diaristas e faxineiras, e quanto é polêmica e infrutífera a vinculação deste fazer com o cuidado, sem resguardar suas características e as habilidades e o conhecimento necessário para cuidar. Isto não é caridade que se faz, favor, ou hora extra.

Todos estes trabalhos foram cruciais para o desenvolvimento do tema, em nossa linha de pesquisa, no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná. E o tema segue sendo produzido com os textos da tese de Indiamara Hummler Oda, sobre mulheres pescadoras no litoral do Paraná, defendida em 2025, com a tese de Mariana Fellipe, sobre luto, coisas e cuidado entre espécies companheiras, e a tese de Francielli Rubia Poltronieri, sobre violência na tríplice fronteira, em andamento.



CONCLUSÕES

Em cada novo estudo concluído, fomos percebendo como cuidar, ser cuidado e necessitar de cuidado nos coloca frente à nossa vulnerabilidade. Este é um aspecto fundamental na relação com o cuidado. Aparece sempre, quando somos desafiados pelo ter que cuidar, quando passamos a desejar que aquela situação não exista, quando nos refugiamos na religião, quando delegamos e pagamos para que alguém o faça, quando fazemos na sobrecarga e no cansaço ou quando abandonamos o lugar do cuidado, como o fazem, muitas vezes, familiares, em escala próxima, ou os governos, em escala local, regional, nacional e mundial.

Globalmente, os ritmos são frágeis e lentos, diante das necessidades alimentares, culturais, econômicas, políticas, tecnológicas, das exigências com novas moradias, com energias renováveis, com acesso às soluções e ferramentas para fazê-lo e da sobrevivência humana e planetária que exige justiça ambiental. Este é um cuidado que vai para além dos indivíduos e de suas emoções, sentimentos e ações enquanto pessoas. Exige acordos, cumprimento deles, estratégias de apaziguamento dos conflitos, pensar em bens públicos e políticas de desenvolvimento que protejam a biodiversidade. Quase tudo para fazer!

Vulnerabilidades e necessidades impõem romper o antigo paradigma da produção e da reprodução da vida, que marcou nossas concepções, para tratar também dos afetos, em termos políticos. Neste nosso modo de existir está a necessidade de cuidar para podermos sobreviver. Partilhamos, por isso, da mesma fragilidade humana, conforme desenvolvem Garrau e Le Goff (2010), quando se reportam à vulnerabilidade.

Este é um tema em aberto, no sentido de que cada pesquisa será uma fonte para entendermos algo tão complexo e trará desafios coincidentes, mas também diversos, com novas exigências de análise. A cada novo campo, o empírico deixa aparecer camadas de situações e de relações que aí se escondem.

SUMÁRIO



REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Sandro Marcos Castro de. **Cuidado e gênero entre cuidadoras de pessoas com a enfermidade de Alzheimer**. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

KOMECHEN, Marcela Brecailo. **Experiências de mulheres no cuidado e no aleitamento**: inter-relações e autonomia na maternagem. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

COLLINS, Patrícia Hill. A diferença que o poder faz: interseccionalidade e democracia participativa. **Rev. Sociologias Plurais**, Curitiba, v. 8, n. 1, p. 11-44, 2022.

SILVA, Eduardo da. **"Da Luta à espera"**: as experiências de acompanhantes-cuidadoras de doentes com câncer. 2019. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

SILVA, Eduardo da. **Entre o câncer e a Covid-19**: experiências e vozes de filhas e filhos que cuidaram de mães de pais. 2024. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2024.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (org.) **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

FOUCAULT, Michel. **Do governo dos vivos – Curso no Collège de France, 1979-1980 (aulas de 09 e 30 de janeiro de 1980)**. São Paulo: Centro de Cultura Social, 2009.

GARRAU, Marie; LE GOFF, Alice. **Care, justice et dépendence**: introduction aux théories du care. Paris: Universitaires de France, 2010.

HARAWAY, Donna. **Quando as espécies se encontram**. São Paulo: UBU, 2022.

HARAWAY, Donna. **Ficar com o problema**: fazer parentes no Chthuluceno. São Paulo: n-1 edições, 2023.



HOCHSCHILD, Arlie. Travail émotionnel, règles de sentiments et structure sociale. **Travailler**, n. 9, p. 19-49, 2003.

GILLIGAN, Carol; HOCHSCHILD, Arlie; TRONTO, Joan. **Contre l'indifférence des privilégiés**: à quoi sert le care. Paris: Payot, 2013.

LATOUR, Bruno. **Irréductions**. Paris: Métailié, 1984.

LATOUR, Bruno. **Políticas da natureza**: como fazer ciência na democracia. São Paulo: EDUSC, 2004.

LATOUR, Bruno. **Onde aterrar?**: como se orientar politicamente no antropoceno. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LEITE, Tayna Kalindi Limpias Vieira da Rocha. **Criação com apego**: narrativas da maternidade apegada, reflexividade e problematizações. 2021. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

LONGINO, Helen Elizabeth. Epistemologia feminista. *In*: GRECO, John; SOSA, Ernest (org.). **Compêndio de epistemologia**. São Paulo: Loyola, 2008. p. 505-545.

MACHADO, Maria Isabel. **Mulheres, economia solidária e a reinvenção de trajetórias**. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Bondade, substantivo feminino: esboço para uma história de benevolência e da feminilização da bondade. **Revista História**, Curitiba, n. 59, p. 143-170, 2013.

MARTINS, Ana Paula Vosne. A feminilização da filantropia. **Revista Gênero**, Niterói, v. 15, n. 2, p. 13-28, 2015.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Em boas mãos: associativismo feminino e filantropia na organização da proteção médico-social à maternidade e à infância. *In*: TAMANINI, Marlene *et al*. (org.). **O cuidado em cena**: desafios políticos, teóricos e práticos. Florianópolis, Ed. UDESC, 2018. p. 71-99.

MONTICELLI, Thays Almeida. **Diaristas, afeto e escolhas**: ressignificações no trabalho doméstico remunerado. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

MONTICELLI, Thays Almeida. **"Eu não trato empregada como empregada"**: empregadoras e o desafio do trabalho doméstico remunerado. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.



MOLINIER, Pascale; PAPERMAN, Patrícia. Descompartimentar a noção de cuidado? **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 18, p. 43-57, 2015. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151802. Acesso em: 15 jul. 2024.

QUAGLIATO, Henrique da Costa Valério. **Cuidado voluntário na prevenção de suicídio**: discursos universalistas e as experiências de mulheres e homens dentro do Centro de Valorização da Vida, em Curitiba. 2020. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

QUAGLIATO, Henrique da Costa Valério. **Mães que têm de lidar com a saída de filhas e filhos de casa**: cuidado, maternidade e subjetividade. 2024. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2024.

QUAGLIATO, Henrique Valério; TAMANINI, Marlene. Uma voz fiferente e as diferenças em meio ao vozerio: Gilligan revisitada à luz da teoria feminista. *In*: SILVA, Matheus Estevão Ferreira da; BATAGLIA, Patrícia Unger Raphael. **Revista Eletrônica de Psicologia e Epistemologia Genéticas**, Marília, v. 14, 2022. Disponível em: http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/scheme/about. Acesso em: 10 jul. 2024.

PEREIRA, Ana Silvello. **O trabalho de cuidado das mulheres em casas-lares**. 2021. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

PEREIRA, Ana Maria Silvello; TAMANINI, Marlene Tamanini. Cuidadoras de casas-lar em Curitiba, Brasil: os sentidos de suas escolhas. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 103, p. 127-143, 2023. Disponível em: http://journals.openedition.org/spp/13368. Acesso em: 7 jul. 2024.

TAMANINI, Marlene. "Gênero e cuidado em contexto de pandemia". In: LAJUS, S. F. (org.). **Intermitências da democracia e desigualdades sociais**. Jundiaí: Paco Editorial, 2022. p. 19-32.

TAMANINI, Marlene. Para uma epistemologia do cuidado: teorias e políticas. *In*: TAMANINI *et al*. (org.). **O cuidado em cena**: desafios políticos, teóricos e práticos. Florianópolis: UDESC, 2018. p. 35-71.

TRONTO, Joan. **Caring democracy**: market, equality and justice. Nova York: Nova York University Press, 2013a.

TRONTO, Joan. "Particularisme et responsabilité relationnelle en morale: une autre approche de l'éthique globale". *In*: GILLIGAN, Carol; HOCHSCHILD, Arlie; TRONTO, Joan. **Contre l'indifférence des privilégiés**: à quoi sert le care. Paris: Payot, 2013b.



Binah Ire
Fernando José Martins
Matilde Quiroga Castellano

TRADUZINDO CONTRA O FIM DO MUNDO:
ESTRATÉGIAS E CONEXÕES

TRANSLATING AGAINST THE END OF THE WORLD: STRATEGIES AND CONNECTIONS

TRADUCIENDO CONTRA EL FIN DEL MUNDO: ESTRATEGIAS Y CONEXIONES

RESUMO:

O presente texto apresenta reflexões de duas tradutoras e um tradutor do Seminário Internacional Fazendo Gênero 13. O evento que aconteceu durante uma semana começou muito antes, diversas comissões engajaram para que tudo ocorresse da forma mais memorável e organizada possível. Entre as comissões, a de tradução foi uma delas. Em paralelo ao grande número de informações semanais que o evento publicava, a comissão traduzia o necessário para contemplar falantes de outros idiomas, sobretudo o espanhol e o inglês. Buscamos aqui trazer alguns dos aprendizados, dos desafios e das experiências que marcaram o envolvimento da tradução em um dos maiores eventos de gênero da América Latina.

Palavras-chave: Tradução. Relato. Congresso. Gênero. Aprendizagem.

ABSTRACT:

This text presents reflections from three of the translators at the International Seminar on Fazendo Gênero 13. The week-long event began long beforehand, with various committees involved in making sure everything happened in the most memorable and organized way possible. The translation committee was one of them. In parallel with the large amount of weekly information that the event published, the committee translated what was necessary to

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-480-3.9



cater for speakers of other languages, especially Spanish and English. Here we try to bring you some of the lessons learned, challenges and experiences that marked the involvement of translation in one of the biggest gender events in Latin America.

Keywords: *Translation. Report. Congress. Gender. Learning.*

RESUMEN:

Este texto presenta reflexiones de dos traductoras y un traductor del Seminario Internacional Fazendo Gênero 13. El evento, de una semana de duración, comenzó mucho antes, con varios comités implicados para asegurarse de que se desarrollaba de la forma más memorable y organizada. El comité de traducción fue uno de ellos. Paralelamente a la gran cantidad de información semanal que publicaba el evento, el comité tradujo lo necesario para atender a los hablantes de otros idiomas, especialmente español e inglés. Aquí tratamos de acercarles algunas de las lecciones aprendidas, retos y experiencias que marcaron la participación de la traducción en uno de los mayores eventos de género de América Latina.

Palabras- clave: Traducción. Relato. Congreso. Género. Aprendizaje.

Tecendo a manhã
Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro; de um outro galo
que apanhe o grito de um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.

E se encorpando em tela, entre todos,

SUMÁRIO



se erguendo tenda, onde entrem todos,
se entretendendo para todos, no toldo
(a manhã) que plana livre de armação.
A manhã, toldo de um tecido tão aéreo
que, tecido, se eleva por si: luz balão.

(João Cabral de Melo Neto, 2008, p. 219)

No dia 10 de maio de 2023, quando a primeira tradução – o edital de proposição de Simpósio Temático – foi solicitada, ainda não imaginávamos a jornada que teríamos pela frente. Como toda jornada, o caminho é tecido por meio do movimento, o que implica pesquisa, diálogos, descobertas, ressignificações e desafios. Todo o trabalho de construção do caminho rumo ao Fazendo Gênero 13 teve como destaque a diversidade de pessoas e ideias, o que nos anunciava grandes dias e memórias a serem vividas. Como bem escreve Guimarães Rosa, "[...] o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia" (Rosa, 1994, p. 85).

Embora o evento tenha reunido pessoas de diversos lugares do mundo entre os dias 29 de julho e 2 de agosto de 2024, antes disso, já entendíamos o quão real era o processo e a importância da contribuição de cada participante. Algumas pessoas contribuíram logo no início dos trabalhos, mas não puderam ficar até o fim. Outras juntaram-se à comissão posteriormente e seguiram conosco até o final. Todos os auxílios foram importantes e colaboraram para que cerca de 100 traduções, entre inglês e espanhol, pudessem ser feitas e entregues dentro dos prazos. Os trabalhos de tradução foram variados: a tradução de todo o site para uma versão em inglês, os editais das modalidades de submissão de trabalhos no evento, como STs e minicursos, algumas comunicações com participantes, postagens para as redes sociais, títulos de livros e outras atividades.

Dentre os trabalhos, destacamos a formidável apresentação da conferencista Amina Mama, uma tradução que nos desafiou e nos



orgulhou com o resultado. A comissão contou, principalmente, com participantes da pós-graduação e da graduação de diferentes cursos da UFSC, como Letras e Antropologia, que compartilham interesses em comum, como os estudos de linguagem, gênero e sexualidade, enriquecendo o processo a partir de suas visões particulares sobre o mundo. Traduzir é uma grande responsabilidade, e não foi diferente nos materiais do Fazendo Gênero 13. Ao mesmo tempo que líamos os textos que chegavam e de antemão sabíamos de novidades instigantes, muitas vezes esses materiais já nos apontavam termos ou sentenças que precisariam de mais atenção e uma certa padronização. Nesses momentos, por meio de um grupo on-line da comissão, surgiam as contribuições solidárias: "Pessoal, como vocês traduziriam tal palavra?" ou "Alguém pode ler a tradução x e opinar?".

Desta maneira espontânea, logo no início de nossos trabalhos, surgiu uma das metodologias do grupo: toda tradução envolveria, no mínimo, duas pessoas, uma que faria a tradução e outra que realizaria uma segunda leitura de revisão. Assim, a partir deste trabalho coletivo e sustentado entre pares, sentíamos mais segurança e credibilidade no trabalho, pois além de pessoas trabalhando pela primeira vez com tradução, o grupo também foi formado por profissionais mais experientes e falantes nativos de espanhol.

A formação da comissão e o ingresso de participantes ocorreu, majoritariamente, de duas formas: a primeira foi por meio de convocação da secretaria do evento através das redes sociais e convites durante os Almoventos[27], e a segunda maneira foi por meio de convites pessoais feitos por quem já era integrante da comissão a colegas que pudessem contribuir e até que já tivessem algum tipo de experiência neste tipo de tarefa. Assim, se formou o grupo que seguiu até a realização do evento.

27 Como dinâmica de organização e comunicação entre as comissões do evento, toda última quinta-feira dos meses que o antecederam acontecia o Almovento, onde todas as pessoas coordenadoras de comissões relatavam o trabalho, as dúvidas, as pendências, as informações e outras demandas necessárias.

SUMÁRIO



Diferentemente de algumas comissões que precisavam "estar na rua", a tradução trabalhou na modalidade remota; as demandas eram todas encaminhadas on-line e o grupo se organizava para atribuir e assumir o que era solicitado pela secretaria do evento. Sendo assim, raros foram os encontros presenciais exclusivamente da comissão de tradução. Entretanto, por meio do diálogo remoto, também foi possível a criação de alguns laços e aproximações que resultam, por exemplo, na criação coletiva e voluntária do presente texto.

Ainda em relação ao Almovento, a tradução sempre esteve lá representada por alguém da comissão que, naquele dia, estivesse disponível. Além de aproveitarmos o momento para convidar mais integrantes, compartilhar nossos trabalhos e outras questões importantes, nas trocas durante os encontros fomos além da tradução, já não entregávamos apenas um texto solicitado, mas também ampliávamos o alcance de um dos maiores congressos de gênero da América Latina.

Por trás de muitos textos, houve escuta e pesquisa que reforçaram a importância da participação e ação nas comissões para a existência e resistência de mulheres e tantos grupos dissidentes, ativistas ou não. Para citar alguns: pessoas com deficiência, pessoas vivendo com HIV, pessoas de religiões de matriz africana, indígenas, camponesas, população LGBTQIAPN+, negros, pessoas 60+, crianças e adolescentes, e outros. A coletividade e o posicionamento foram também aspectos da tradução, o que é bem descrito na popular e comum canção de grupos e movimentos: "Companheira, me ajuda que eu não posso andar só, eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor". Assim, também traduzimos, dando as mãos ao traduzir e revisar, fortalecendo a atividade e a segurança na atuação do grupo.

SUMÁRIO



ALGUNS DESAFIOS E A IDEIA SEMPRE PRESENTE DE QUE "CAMINANTE NO HAY CAMINO, SE HACE CAMINO AL ANDAR..."

O exercício de tradução por si já representa alguns desafios e, no contexto de um evento internacional feminista, um teor particular é esperado. Neste sentido, a tradução em contextos críticos e de pesquisas feministas se constitui em uma mediação em que se negociam de maneira permanente significados e olhares de mundo, que nem sempre ecoam em equivalentes unívocos nas diferentes línguas em que realizamos nosso trabalho de tradução.

Neste contexto, a tradução acaba se apresentando não somente como um trabalho técnico, mas também se constitui em uma forma de ativismo que buscou fazer com que as ideias fossem acessíveis para outros coletivos ao mesmo tempo em que havia a preocupação de preservar a autenticidade de perspectivas que poderiam ficar marginalizadas no diálogo global. Durante o Fazendo Gênero 13 – Contra o Fim do Mundo: Anticolonialismo, Antifascismo e Justiça Climática exercitamos uma *tradução situada*, com implicações políticas e que acompanharam a compreensão dos diversos e importantes temas que foram discutidos durante o evento, como a violência contra as mulheres, o direito ao aborto legal e seguro, a justiça climática, as políticas para a comunidade LGBTQIAPN+, as resistências de diversos grupos, como quilombolas e camponesas, o movimento negro, dentro de tantas áreas de conhecimento que integraram o evento, como literatura, biologia, antropologia, história, serviço social, psicologia, geografia etc.

Assim, é importante considerar que, desde os feminismos e as perspectivas críticas, com frequência, podemos encontrar neologismos e termos inovadores, que, para dar conta das realidades, desafiam as normas linguísticas tradicionais. Dessa forma,



a tradução envolve respeito, criatividade, sensibilidade e uma atitude política em suas escolhas. Sabemos que existem termos que não necessitam de tradução, como nomes próprios, mas pode acontecer, às vezes, de existir um respectivo no idioma para qual a tradução está sendo feita. Portanto, ao optarmos por manter alguma palavra em português, por exemplo, escolhemos nos posicionar de forma que priorizasse alguma autora ou autor e sua criação em relação ao texto de tradução. Para citar um exemplo, o termo "amefricano", cunhado por Lélia Gonzalez (2020), encontra uma possível tradução "amefrican", mas nossa decisão foi por mantê-lo em português, conservando sua originalidade.

Como explicado por colegas também da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a partir da experiência de tradução em outro evento acadêmico internacional realizado na UFSC, em 2018: "Para habilitar a voz do narrador, ou recriar o discurso alheio nos seus próprios termos, o tradutor faz um enorme esforço de empatia com a palavra de modo a evocar, mesmo que de forma provisória e precária, alguma afinidade entre as duas línguas" (Juliana Ben Brizola da Silva *et al.*, 2020, p. 111-112).

Como último desafio, gostaríamos de refletir em relação a duas questões que podem afetar de maneira mais concreta as pessoas que realizam o trabalho de tradução. Por um lado, consideramos importante explicitar a existência de possíveis efeitos que podemos atravessar traduzindo. Ao traduzir nos constituímos em algum sentido, em uma ponte que conecta experiências que podem ser dolorosas ou traumáticas, atravessando emoções que nos são alheias, mas que em algum sentido fazemos próprias ao escolher as palavras com as quais traduziremos, portanto, devemos considerar que traduzir também pode produzir "afetação" (Jeanne Favret-Saada, 1991).

Por sua vez, outro desafio que pode se apresentar em relação ao trabalho de tradução e particularmente em eventos de grande magnitude como o FG13 guarda relação com o fato de que, neste



tipo de evento, muitas vezes o trabalho de tradução se apresenta como óbvio, como esperável, como uma tarefa secundária ou meramente técnica, o que em muitas oportunidades pode fazer com que a tarefa seja desvalorizada ou pouco visibilizada como fundamental para a realização do evento. Durante o FG13, desde a sua organização e no decorrer do Seminário Internacional, a tradução foi tratada como uma prática importantíssima para a construção de um espaço verdadeiramente inclusivo, o que colaborou para a facilitação dos diálogos intercontinentais e auxiliou na compreensão mútua entre participantes de diferentes contextos culturais e linguísticos. Assim, no FG13, o trabalho de tradução foi assumido como um ato político e ativista, uma prática alinhada aos princípios dos feminismos, que rompe barreiras e facilita a troca de saberes entre culturas, colaborando para uma compreensão coletiva das diferentes questões abordadas durante o evento.

A POTÊNCIA DE UMA TRADUÇÃO COMPROMETIDA, SENSÍVEL E CRÍTICA

Entendemos que a tradução possibilita que experiências e olhares de diferentes lugares do mundo sejam partícipes de um diálogo globalizado. Este diálogo favorece a visibilidade de problemáticas específicas, como a violência contra as mulheres ou contra a população LGBTQIAPN+ em diferentes contextos, o que permite que vozes e expressões locais possam ter acesso e disputar um espaço no discurso global.

A atividade de tradução coloca em tensão ao menos duas questões: por um lado, a uniformização do conhecimento, como necessidade de criação de um discurso comum; e, por outro, a importância do reconhecimento da diversidade, de manter a especificidade e o lugar de cada voz. Neste sentido, uma tradução nos



moldes em que estamos propondo: crítica, sensível, comprometida e política, pode contribuir nas reflexões sobre essa dualidade, complexificar e enriquecer o debate.

O tema, junto do nome do evento, nos exemplifica tamanho comprometimento e criticidade: Fazendo Gênero 13 – Contra o Fim do Mundo: Anticolonialismo, Antifascismo e Justiça Climática, pois nos questionamos acerca desse "fim do mundo". E o que pudemos traduzir, além de significantes, é que o fim que traduzimos também foi início, visto que o evento buscou chamar atenção não para o fim concreto do mundo em que vivemos, mas para o fim de uma face de mundo onde ainda existem preconceitos, injustiças e falta de consciência ambiental. Assim, por meio do FG13, vivemos também o recomeço e a manutenção de um mundo onde podemos sonhar e debater questões importantes para os direitos humanos. Portanto, o título final que traduzimos: "*Fazendo Gênero 13 - Anti-colonialism, anti-fascism and climate justice against the end of the world*", é muito maior do que parece. Nesse combinado de poucas palavras, há a imensidão de um mundo que buscamos e continuaremos em luta para alcançar.

Consideramos que combinar a tradução com o ativismo nos trouxe outras perspectivas. Neste sentido, fizemos o exercício da tradução como ato também de resistência e ativismo, o que nos permitiu executar essa tarefa sendo coerentes com a desnaturalização e o questionamento de diferentes estruturas de opressão, contribuindo para uma leitura mais aprimorada dos diferentes contextos a partir dos quais os sujeitos narram suas existências e resistências às opressões que enfrentamos em comum.

SUMÁRIO



REFERÊNCIAS

FAVRET-SAADA, Jeanne. "Ser afetado", de Jeanne Favret-Saada. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 13, n. 13, p. 155-161, 1991. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50263. Acesso em: 29 ago. 2025.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *In*: RIOS, Fávia; LIMA, Márcia (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 127-138.

MELO NETO, João Cabral de. **A educação pela pedra e outros poemas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

ROSA, Guimarães. **Grande sertão**: veredas. [*S. l.*]: Nova Aguilar, 1994.

SILVA, Juliana Ben Brizola da *et al*. Os traduzíveis e intraduzíveis da vida real. *In*: GROSSI, Miriam Pillar; WELTER, Tânia (org.). **Etnografia de um congresso**: a organização do 18º Congresso Mundial de Antropologia no Brasil. Brasília, DF: ABA; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020.



Parte II

Keo Silva

CISNORMATIVIDADE COMO (DE)CODIFICADOR CULTURAL:

REFLEXÕES SOBRE O TEMA NO CAMPO EDUCACIONAL E DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

CISNORMATIVITY AS A CULTURAL (DE)CODIFY: REFLEXIONS ABOUT THE ISSUE ON THE IN THE EDUCATIONAL AND KNOWLEDGE PRODUCTION FIELD

CISNOMATIVIDAD COMO (DE)CODIFICADOR CULTURAL: REFLEXIONES SOBRE EL TEMA EN EL CAMPO EDUCACIONAL Y DE PRODUCCIÓN DE CONOCIMIENTO

RESUMO:

A proposta desse artigo é problematizar a cisnormatividade enquanto um fator/marcador social relevante dentro dos espaços de ensino e produção de conhecimento, para pensar temas como fracasso e sucesso escolar. Dividido em duas seções, o argumento se organiza por meio de uma reflexão que se propõe a pensar os imaginários desses espaços por meio de um panorama acerca da realidade brasileira e das questões que atravessam as transidentidades. E, em seguida, uma reflexão sobre a presença/ausência de pessoas trans nos espaços de ensino e produção de conhecimento, problematizando questões que aparecem como cisnormativas. Dessa forma, elenquei elementos teóricos e experienciais para construir essa reflexão, compreendendo a cisnorma como um código cultural invisível, mas que se efetiva nesses espaços, ao decodificá-lo, demonstrando como a cisnormatividade opera nos campos de produção de conhecimento.

Palavras-chave: Transidentidades. Fracasso/sucesso escolar. Cisnormatividade.

SUMÁRIO



DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-480-3.10

SUMÁRIO



ABSTRACT:

This article aims to problematize cisnormativity as a relevant social factor/marker within spaces of teaching and knowledge production, in order to reflect on topics such as school failure and success. Divided into two sections, the text is organized around a reflection on the imaginaries that shape these spaces, offering an overview of the Brazilian context and the issues that affect trans identities. The second section explores the presence and absence of trans people in teaching and knowledge production, addressing the cisnormative dynamics at play—based on insights drawn from public debates in the field of anthropology and academic events where gender and sexuality were problematized. To this end, I bring together theoretical elements and lived experiences to construct this reflection, understanding cisnormativity as an invisible cultural code that nevertheless operates effectively within these spaces.

Keywords: *Trans-identities. Failure/success escolar. Cisnormativity.*

RESUMEN:

El propósito de este artículo és problematizar la cisnormatividad como fator/marcador social relevante dentro de los espacios de ensiñanza y de producción de conocimiento, para pensar temas como el fracasso y éxito escolar. Dividido en dos sessiones, el argumiento se organiza por medio de una reflexión que propone a pensar los imaginários de estos espacios a través de un panorama de la realidad brasileña y las cuestiones que atravessam las trans-identidades. Despues hago una reflexión sobre la presencia/ausencia de personas trans en los espacios de enseñansa y producción de conocimiento, desde aspectos cisnormativos. De este modo, yo lanzo elemientos teóricos y experiências para construir essa reflexión, de manera a compreender la cisnorma como un código cultural invisíble, pero que se hace presente en essos espacios, ao decodificá-lo percebemos como a cisnormatividade funciona como um dispositvo de poder.

Palabras-claves: Trans-identidades. Êxito/fracasso escolar. Cisnormativity.



No intuito de pensar questões como as desigualdades sociais no campo educacional, desenvolvemos alguns caminhos possíveis para refletir de forma coletiva algumas questões relacionadas à cisnormatividade no campo da produção de conhecimento e nos espaços de ensino, como fator conectado às desigualdades que atravessam estudantes e pesquisadores trans.

Apresentaremos um breve panorama dos debates brasileiros acerca das questões que estão implicadas em relação à população trans no campo educacional e seus atravessamentos no campo político brasileiro contemporâneo. Para problematizar tais questões, utilizamos a perspectiva dos imaginários sociais (Carmen Rial, 2005) de modo a compreender a cisnorma como uma codificação cultural.

Durante as primeiras décadas dos anos 2000, o principal debate sobre a população trans e a educação giraram em torno da questão da política de nome social (Mario Felipe de Lima Carvalho, 2015; Silva, 2019). Assim, essa política, que tem seus limites institucionais, apresenta-se como precária (Berenice Bento, 2014) ou construída à brasileira (Silva, 2006), ao passo que possui também potencial de desenvolver as subjetividades (Crishna Mirella de Andrade Correa, 2017; Melissa B. Oliveira de, 2017) e pode ser compreendida como uma política de permanência para estudantes trans (Oliveira; Silva, 2017). Tal política foi e é uma pauta bastante importante em termos de inclusão da população trans no campo educacional, visto que a realidade de evasão/expulsão escolar (Bento, 2011) muitas vezes é permeada pela falta de reconhecimento institucional da identidade de gênero de pessoas trans.

Cabe ressaltar que 82% da população trans brasileira não consegue finalizar o ensino formal básico (J.P. Dias, 2016). Porém, o desenvolvimento de políticas públicas que garantam o acesso ao ensino formal encontra entraves relacionados à falta de dados oficiais obtidos pelo Estado. Afinal, os dados que se tem em relação à população trans são frutos de pesquisas desenvolvidas por



organizações não governamentais, a exemplo das pesquisas realizadas pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), importante associação que vem construindo um banco de dados significativo para pensar a realidade de pessoas trans no Brasil, e de investigações autônomas, realizadas pelos próprios sujeitos, como o censo sobre transmasculinidades realizado em 2017 por João W. Nery (João Walter Nery; Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho, 2017).

É importante considerar também que as desigualdades sociais relacionadas à população trans no Brasil fazem parte de uma série de fatores que estão interligados, como gênero, raça e classe. Pois, na maioria dos casos, a exclusão tem início dentro do campo familiar, em decorrência do que se pode chamar de transfobia familiar (Sarah Schulman, 2012; Silva, 2019). A expulsão de casa é ocasionada pela intolerância à identidade de gênero, quando não é correspondente às expectativas da norma cisheterossexual esperada pela família. Ao serem expulsas de casa, pessoas trans não conseguem concluir o ensino básico formal. A falta de formação constitui uma realidade de exclusão do mercado de trabalho, fazendo com que, em diversos casos, a prostituição seja a única fonte de renda desses sujeites. Desse modo, é possível pensar em uma reação em cadeia de exclusões constituintes dessas realidades, um efeito da condição induzida de precariedade (Judith Butler, 2018) ou, ainda, um elemento da colonialidade de poder e gênero (Anibal Quijano, 2005; Maria Lugones, 2008). O que chamamos de ciclo de exclusão.

Ao passo que compreendemos essa realidade permeada pela precariedade como fator relevante nas experiências trans, podemos entender a relação entre precariedade e performatividade de gênero (Butler, 2003), tanto pelo efeito das relações de poder coproduzidas que atingem as pessoas trans, como pelo ciclo de exclusão ao qual elas são submetidas, como um tipo de *settler colonialism* (Patrick Wolfe, 2006) – como uma lógica de exclusão intencional correspondente à hierarquização de gênero e à sexualidade instituída



pela cisheteronormatividade. Do mesmo modo, se olharmos pelas lentes de como as políticas de gênero são desenvolvidas para pessoas trans, também podemos entender a norma da precarização[28].

Nesse sentido, tanto a cisnormatividade quanto a precariedade enquanto codificadores culturais (Stuart Hall, 2013) se expressam correspondentemente em termos ideológicos, enquanto elementos que representam o código cultural moderno, colonial e neoliberal. Ambos os conceitos podem ser compreendidos desde um aspecto material, como a violência e a ausência de cidadania, mas também podem ser vistos como um tipo de violência subjetiva ou de precarização subjetiva, como aponta Fabrício Maciel (2018).

Podemos pensar a questão do não reconhecimento da identidade de gênero das pessoas trans nos espaços de ensino como uma manifestação simultânea desses dois fenômenos. Desse modo, o ponto de partida dessa reflexão é de que, ao compreendermos esses conceitos como códigos culturais, como "ponto crucial da estrutura dominante" (Hall, 2013, p. 493), entenderemos a estrutura social que é naturalizada, codificada. Ao mesmo tempo em que também é possível observar como o conceito de cisnormatividade funciona como decodificador cultural, pois apresenta uma maneira de nomear a norma cultural codificada (Sara Ahmed, 2018; Jota Mombaça, 2020; Jack Halberstam, 2018). Assim, podemos observar uma continuidade entre codificação e decodificação cultural atribuída ao termo cisnormatividade.

Como forma de situar a temporalidade, é pertinente destacar que nos referimos a políticas que são subsequentes ao processo de ampliação de acesso ao ensino superior, que, como política governamental, iniciou-se no Brasil em 2008 (Silva; Vaz, 2021), através da implementação de ações afirmativas para pessoas negras e oriundas de escola pública e que passou a ser implementada nos programas de pós-graduação posteriormente.

28 Termo utilizado para pensar a dupla condição de subalternização relativa à exposição e à violência estatal. Além disso, também para se referir a um modelo biopolítico contemporâneo.



Dito isso, consideramos também como ponto de partida analítico o limite dentro da teoria do reconhecimento (Axel Honneth, 2003; Nancy Fraser, 2002). Se pensarmos desde a perspectiva de precariedade pela chave da teoria da performatividade de gênero (Butler, 2018; Bento, 2014), de uma crítica transdecolonial (P.J Di Pietro, 2020) ou transfeminista (Sam Bourcier, 2020), compreendemos a normatividade que as corporalidades trans rompem, ruptura essa que impede a lógica de assimilação desses corpos à gramática moral cisgênero. Assim, o *modus operandi* que condiciona esses corpos à precariedade também impede a inclusão de maneira isonômica. Nesse sentido, constatamos um problema social, o qual traduz o imaginário de pessoas trans em relação às condições de precariedade no campo educacional. Esse argumento funciona como base para desenvolver as ideias a seguir sobre os espaços de reconhecibilidade de identidade de gênero na educação.

O PONTO DE CORTE:
CISNORMATIVIDADE E PRECARIDADE – PESSOAS TRANS NAS POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO

Em princípio, podemos atribuir uma parcela da precarização da vida das pessoas trans ao fato do não reconhecimento da identidade de gênero no campo educacional. No caso brasileiro, o que se pode afirmar é que o nome social foi a única política institucional que esteve relacionada ao acesso e à permanência de pessoas trans no ensino superior nas últimas décadas após o processo de sua ampliação (Jimena M Massa, 2018; Silva, 2019), e que as experiências de ações afirmativas para pessoas trans ainda são muito recentes (Brume Iazzetti, 2021). Porém, as políticas de acesso e permanência em seus moldes mais tradicionais, que asseguram as questões mais básicas, não parecem ser suficientes quando se percebe que



os espaços de educação formal (escola e universidade) são constituídos e reafirmadores da cisheteronorma, que se manifesta em um jogo de opressões que nem sempre é perceptível a todos e acaba por traçar um desfecho de exclusão e marginalização mesmo dentro dos muros dos espaços de ensino.

Desse modo, a realidade de exclusão e marginalização reforçada pela cisheteronormatividade no campo educacional nos apresenta a hipótese de que as chances de acesso e permanência não são iguais, considerando que pessoas que não correspondem à norma cisheterosexual são excluídas dentro e fora dos espaços de ensino. Tal questão pode ser exemplificada pelo baixo número de pessoas trans que conseguem acessar a universidade. De acordo com a pesquisa realizada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) publicado em reportagem feita pelo jornal Folha de São Paulo, dos 424 mil estudantes entrevistados, 0,1% se identificam como homem trans e 0,1% se identificam como mulheres trans/travestis. O que representa uma parcela muito baixa em termos de acesso às universidades (Dhiego Maia, 2019). Outra pesquisa desenvolvida pelo Grupo Gema, publicada em 2023, mostra que a população trans não corresponde a 0,5% dos estudantes universitários brasileiros (João Feres Jr.; Luiz Augusto Campos, 2021). Por isso, a importância de políticas de acesso, permanência e incentivo à população trans de concluir o ensino básico e acessar a universidade.

Perceber que boa parte da população trans brasileira não consegue finalizar os estudos e a ausência de políticas públicas que visem contabilizar esse público (para além do número de nossas mortes), são questões que reiteram, em um primeiro momento, uma lógica da precariedade ou um tipo de necrobiopolítica (Achille Mbembe, 2018; Bento, 2016; Jaime. A Alves, 2020) e nos fornece também elementos importantes para a elaboração do argumento de que para avaliar o desempenho e as desigualdades que se imprimem no campo educacional, é fundamental pensar as singularidades



das experiências (Bernard Lahire, 2004; Claudia Fonseca, 1999), no intuito de perceber quais fatores impactam o sucesso e o fracasso escolar e suas diferentes variáveis.

Ao considerarmos que a escola é um espaço em que se reproduzem as desigualdades que estão eminentes em nossa sociedade (Pierre Bourdieu; Jean Claude Passeron, 1982), é inevitável perceber ou pontuar como a cisheteronormatividade é um fator relevante para se pensar o binômio fracasso e sucesso escolar, assim como os marcadores sociais de identidade de gênero e orientação sexual. Pensar o recorte sobre o desempenho escolar sob a luz das transidentidades necessita a ampliação desse olhar, a exemplo do que chamei de ciclo de exclusão (Silva, 2021; 2023), percebendo que a precariedade que acomete a população trans brasileira tem início no campo familiar e se estende aos espaços de educação formal, impactando, inclusive, o acesso ao mercado de trabalho.

É importante pontuar, também, que as temáticas de gênero e sexualidade são bastante novas no campo da sociologia da educação brasileira (Tomaz Tardeu da Silva, 1990), mas não menos relevantes para pensar a realidade educacional no país. Questões relacionadas ao campo dos estudos de gênero tiveram ênfase majoritariamente em perceber as nuances das desigualdades entre homens e mulheres, meninos e meninas, mas pouco se preocuparam com as questões das diversidades sexuais e de gênero, ainda que tenham tido uma expressividade no campo das sexualidades (Rogério Junqueira, 2012). Talvez relegar isso à falta de preocupação seja um reducionismo o qual gostaríamos de evitar, então poderíamos dizer que, dada à época em que tais pesquisas foram realizadas, ainda não se percebiam as transidentidades e seus atravessamentos no campo educacional como relevantes, frente às questões de sucesso e fracasso escolar. Certamente seria necessário pontuar o apagamento dessa questão social, como a transfobia estrutural (Silva, 2019) ou a cisnormatividade (Viviane Vergueiro, 2015) no campo da produção de conhecimento, como desdobramentos do trans epistemicídio



(Débora Lee; Bruna Benevides, 2018; Aparecida Sueli Carneiro, 2005; Ramón Grossfoguel, 2016) e de violência epistêmica (Bourcier, 2020).

Dando sequência a esse argumento, destaco a pesquisa realizada por Maria Ligia Barbosa (2011) que, pioneiramente, pensou as questões das desigualdades e do desempenho escolar a partir de uma abordagem interseccional de gênero e raça em sua análise sobre políticas públicas desenvolvidas no estado de Minas Gerais. Tal pesquisa possibilitou observar as diferentes nuances e estruturas de poder que permeiam o desempenho dos alunos para além de suas capacidades cognitivas e dizer mais de uma ordem da estrutura escolar que novamente se apresenta como reafirmadora das estruturas sociais e, portanto, das desigualdades.

A pesquisa de Barbosa complexifica as questões de gênero e raça para pensar o desempenho, demonstrando a importância de visualizar as relações de gênero em relação e intersecção (Mara Viveros Vigoya, 2018). No entanto, cabe pontuar que não considera a questão de identidade de gênero (cis/trans) como um marcador social da diferença, ao passo que sua análise nos possibilita entender o racismo estrutural (Silvio Almeida, 2019). Pode-se compreender que a ausência desse marcador (identidade de gênero) reflete também a falta de estudantes trans nos espaços de ensino na época em que a pesquisa foi realizada, reflexo dos processos de exclusão mencionados acima.

Nesse aspecto, nossa hipótese é que a cisnormatividade, conceito desenvolvido por Viviane Vergueiro (2015), pode ser compreendida como:

> um conjunto de dispositivos de poder colonialistas sobre as diversidades corporais e de gênero, sendo tais dispositivos atravessados por outras formas de inferiorização, marginalização e colonização interseccionais (Vergueiro, 2015, p. 72).



Tal norma influencia nos processos de ensino-aprendizagem de estudantes que não a correspondem; portanto, pode ser pensada como um marcador importante para refletir sobre o desempenho escolar, sendo um fator decisivo nos processos de exclusão/expulsão. Assim, a ausência de reconhecimento corresponde a uma lógica excludente induzida pela cisnorma.

De acordo com pesquisa realizada pela ABLGBT em 2016, 73% dos alunos entre 13 e 21 anos que se declaram LGBT foram agredidos verbalmente na escola. Além disso, o mesmo estudo demonstra que 60% dos estudantes entrevistados disseram se sentir inseguros no ambiente escolar. Dentro da escola, 34,7% declararam que o banheiro é o lugar de maior insegurança e 36,1% apontaram que se sentem inseguros nas aulas de educação física. Podemos identificar a questão da intolerância a partir da pesquisa, que expõe que 15% dos alunos entrevistados afirmaram não querer ter colegas gays e trans na escola (Miriam Abramovay; Mary Garcia Castro; Júlio Jacobo Waiselfisz, 2015).

Já a pesquisa realizada pela Antra (2018) informa que 90% das pessoas trans, no Brasil, principalmente mulheres trans e travestis, que não concluem o ensino básico, encontram na prostituição uma das possibilidades mais viáveis de sobrevivência. Esses dados possibilitam constatar como a escola é um espaço de homotransfobia e forçam a observar e localizar como e em quais locais a cisheteronormatividade opera e quais os principais desfechos dessas trajetórias.

Também pouco se problematiza sobre as questões da dimensão social do reconhecimento, que atravessa diretamente as relações cotidianas e nos ajuda a entender as coproduções das relações de poder.

Assim, podemos observar diferentes coproduções de poder atravessadas pela cisnormatividade, que impactam o binômio fracasso/sucesso escolar e muito dizem sobre questões estruturais da sociedade, desde o reconhecimento institucional até as dimensões das relações sociais, que caracterizam também a precarização das



vidas trans brasileiras. Impactando diretamente os processos de ensino-aprendizagem de pessoas trans no ensino, assim como a sua permanência em tais instituições.

Cabe destacar o potencial bélico e informativo (Thiffany Odara, 2020; Abigail Campos Leal, 2020) que as produções de conhecimento feitas por pessoas trans representam em termos de resistência às estruturas de poder que constituem o campo educacional, tanto em sua potencialidade informacional sobre como operam as normatividades, quanto no combate ao trans epistemicídio (Lee; Benevides, 2018). Isso, a partir da construção de conceitos, termos, sistemas de pensamento que evidenciam essa norma e constroem outras possibilidades imaginativas para essas corporalidades e outros conceitos.

Constatar que a política de nome social foi a única institucionalizada para pessoas trans e que ela reproduz um *modus operandi* da precarização por não ser efetivada de maneira correta revela um tipo de cisnormatividade jurídica (Alessandra M. Oliveira, 2020). Também mostra como a cisnormatividade coloca o corpo trans em vulnerabilidade, o que ocorre a partir da não possibilidade de reconhecibilidade. Isto ocorre porque "*o próprio corpo trans questiona os paradigmas e verdades postos no campo científico*" (Trechos de cadernos de campo).

Em sua tese de doutorado, Luma Andrade (2012) mostra como a cisnormatividade opera dentro da gramática moral ao mostrar que nos dicionários da escola em que fez sua pesquisa de campo, não havia uma definição da palavra travesti.

Dessa perspectiva, podemos pensar também que a abjeção, efeito da ausência de reconhecibilidade e da ação da cisnormatividade, tem um potencial normatizador aos corpos trans, provocando a exclusão ou induzindo-os a condições precárias, como a precariedade jurídica ou a colonialidade jurídica.

SUMÁRIO



No entanto, é também desse lugar da abjeção que esses corpos constroem estratégias epistêmicas de resistências – problematizando questões a partir da corporalidade que está diretamente em fricção com a norma social vigente (Sofia Favero, 2020). No entanto, cabe ressaltar que a posicionalidade da abjeção é um ponto de partida da perspectiva transfeminista, trans, queer, dissidente de gênero, mas não podemos entendê-la como uma perspectiva estática. A noção de objeto aqui está diretamente relacionada à ausência de um espaço de reconhecibilidade desses corpos. A não reconhecibilidade reafirma a hierarquia de gênero e a sexualidade nos espaços de produção de conhecimento. Assim, a reificação do corpo trans nesse lugar de objeto e abjeção está conectada à moralidade que constitui os espaços de produção de conhecimento.

Além dessa questão, de ponto de vista estrutural e relacional, podemos observar pelo conceito de cisnormatividade, considerando, ainda, dois fatores importantes relacionados ao sucesso e fracasso escolar de pessoas trans.

São eles: o conservadorismo social, que ataca produções de conhecimento críticas ao binarismo de gênero e ao campo científico de modo geral, e os impactos da pandemia. Como um evento sociopolítico extremamente significativo para problematizar questões como a branquitude (Oliveira, 2020) e a cisnormatividade enquanto fatores de desigualdade social; portanto, pensá-los dessa forma nos possibilita problematizar o binômio sucesso e fracasso escolar.

Nesses termos, compreender as posicionalidades dos sujeitos trans e as relações que os cerceiam dentro dos espaços de ensino e produção de conhecimento são fatores fundamentais para a ruptura com a cisnormatividade e a possibilidade de uma educação crítica e plural. Cabe a nós, transfeministas, educadores e cientistas sociais, desenvolver um trabalho intelectual para que isso ocorra.



CISNORMATIVIDADE NA ARENA POLÍTICA E NA EDUCAÇÃO, NOTAS (DE ALERTA) PARA AS POLÍTICAS ANTITRANS

Certamente que a cisnormatividade ou a transfobia institucional não são questões novas dentro do campo educacional, apesar de só recentemente tornarem-se temas de reflexão da sociologia e da antropologia da educação. Tais temáticas ingressaram em um dos planos de governo como a política intitulada "Brasil sem homofobia", em 2004 (Felipe Bruno Martins Fernandes, 2011), e também foram abordadas nos materiais didáticos que seriam distribuídos nas escolas em 2014, intitulado de "Kit anti-homofobia", no intuito de combater o preconceito e a discriminação. Entretanto, esse material foi vetado pela ala conservadora da política nacional no mesmo ano de sua criação.

Esses acontecimentos marcam o momento em que os cenários político e educacional brasileiros viraram uma arena de disputas ideológicas e morais, constituídas pelo avanço do conservadorismo, onde corpo, gênero e sexualidade estão no centro do debate (Maria Rita de Assis César; André de Macedo Duarte, 2017). O veto ao kit anti-homofobia foi apenas o início das cruzadas antigênero (Marco Aurélio Máximo Prado; Sonia Correa, 2018) e agora, na segunda década dos anos 2000, se reverbera no campo legislativo, a exemplo dos inúmeros projetos de leis que correm na câmara legislativa que tentam vetar, impedir e colocar entraves nos debates sobre gênero e sexualidade no campo educacional. Destaco o pânico moral e as *fake news* como estratégias centrais desses movimentos e percebo movimentos políticos orientados por uma ordem de gênero biologicista e abertamente antitrans, elementos que reforçam o discurso colonial de gênero fundamentado na naturalização da cisnormatvidade. Mas mostram também transformações na ordem cultural, impactando noções como a construção da identidade nacional (Letícia



Cesarino, 2019; 2022) – que se constrói em oposição direta às minorias, incluindo aqui pessoas trans –, caracterizando o que podemos entender como conservadorismo social (Rodrigo Nunes, 2022).

Consideramos esse um eixo central no que diz respeito às problemáticas referentes à cisnormatividade no campo educacional; afinal, temos evidências dos impactos que esses movimentos conservadores provocaram no âmbito social, veja o caso referente às ações afirmativas, assim como os inúmeros projetos de lei que são abertamente contra os debates relacionados ao gênero e à sexualidade (Oliveira, 2020).

Em Santa Catarina, por exemplo, tivemos o caso em que se proibiu o uso do termo "identidade de gênero" nos documentos da base curricular do ensino infantil e fundamental no ano de 2019 por confundir a uma referência ao sintagma "ideologia de gênero" (Junqueira, 2018; Géssica Guimarães, 2020; Não [...], 2019). Colocar os dois conceitos como sinônimos diz respeito a construir um pânico moral em relação à temática da identidade de gênero, mas também a um processo de inferiorização de hierarquização de gênero, implícito nesse discurso, uma forma de produzir não inteligibilidade ao tema do reconhecimento das identidades de gênero de pessoas trans, na defesa de uma ideologia de gênero construída sobre o sistema sexo/gênero. Cabe destacar que o ataque às pessoas trans, pela parte do discurso conservador, não começa nesse episódio no estado de Santa Catarina – vale ressaltar o caso de pânico criado em relação aos banheiros unissex ou ao terceiro banheiro para pessoas trans no ano de 2013 (Geni D. N Longhini; Silva, 2018). Atualmente, no mesmo estado, esse debate se desloca à proibição de pessoas trans nas competições esportivas sob o projeto de lei que: "Delimita o sexo biológico como critério único de definição de gênero de competidores e atletas para fins de participação em partidas oficiais e práticas desportivas no âmbito do Estado de Santa Catarina" (Santa Catarina, 2023), aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (Comissão [...], 2023).



Cabe destacar, do ponto de vista político, que esses discursos que permeiam o campo da moralidade, disseminados pela ala conservadora, além de ser de todo um ataque à democracia, são também políticas antitrans que colocam sob ataque o direito à vida de pessoas trans em todo o território nacional.

QUESTÕES DE GÊNERO E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: BREVE ABORDAGEM

A partir da problemática abordada, percebemos um movimento que precisa ser pensado junto ao processo mais amplo proporcionado pelas ações afirmativas na educação. Que corresponde ao *modus operandi* da precariedade, direcionando boa parte dos pesquisadores trans para o campo da educação. A produção acadêmica realizada por pessoas trans – como os trabalhos de Luma Andrade, Megg Rayara de Oliveira, Viviane Vergueiro e Tiffany Odara – demonstra esse deslocamento, ao ponto de me fazer perceber uma ausência de produções realizadas por pessoas trans no campo da antropologia que reivindique a transidentidade enquanto uma posicionalidade (Hélio R. Silva, 2009; Mombaça, 2020).

Cabe destacar que, em algumas análises no campo da produção de conhecimento, percebe-se maior presença de mulheres cisgênero, como é o caso da antropologia (Rial, 2019). Ou, como no estudo de Marrero (2006), nota-se que no Uruguai o espaço universitário é mais ocupado por mulheres. Adriana Marrero também destaca a existência de uma norma explícita e implícita na escola, observando que, por meio dela, as meninas têm melhor desempenho escolar por se subordinarem à norma implícita. A variação no desempenho entre alunos e alunas também é atravessada por uma questão



de classe, onde alunos de origem social menos favorecidas têm um desempenho pior que as alunas de origem social mais favorecida, e que se subordinam à ordem implícita da escola. Tematizando, assim, a questão da interseccionalidade dos marcadores sociais em relação ao desempenho escolar (Fonseca, 1999; Lahire, 2004), mas ainda invisibilizando o recorte sobre cis/transgeneridades.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Ao longo deste artigo, problematizamos como a cisheteronormatividade tem uma função necrobiopolítica de controle dos corpos no campo educacional. Assim como ela também é produtora de desigualdades nos ambientes de ensino, tornando-se fator importante para se pensar o desempenho escolar de estudantes que não se encaixam nessa norma social, reverberando outras exclusões sociais e a precariedade. Esses argumentos consolidam a noção de que a cisgeneridade é um código cultural naturalizado.

Com o objetivo de mostrar como a cisnormatividade se manifesta em diversas facetas nos ambientes de ensino, destacamos os altos índices de evasão/expulsão escolar, que refletem um ciclo de exclusão ou de coprodução de poder, como a exclusão familiar, e têm efeitos em outros campos, como a impossibilidade de acessar ao mercado de trabalho e ao ensino superior. Refletindo diversas questões como a falta de acesso e permanência nas universidades.

Nesse caminho, argumentamos que esses dados nos mostram a relação que se estabelece entre precariedade e performatividade de gênero, relação que pode ser compreendida por outras denominações, como colonialidade de gênero. Nos fazendo compreender a precarização como uma norma social que se coproduz em relação à cisnormatividade.



A partir dessa observação, constatamos que a cisheteronormatividade é um fator de desigualdades sociais; portanto, impacta no processo de ensino-aprendizagem e no desempenho escolar de estudantes trans. Do mesmo modo, identificamos que a identidade de gênero não é um marcador social relevante nas pesquisas sobre tal temática, o que indica um tipo de trans epistemicídio.

Problematizar tal questão necessita entender que o campo de gênero e sexualidade é relativamente recente no Brasil. Ao passo que nos coloca em uma situacionalidade que mostra como os principais conceitos dos estudos transfeministas e trans, como cisgeneridade, transfobia estrutural, cisnormatividade, trans epistemicídio, violência epistêmica, cisnorma, já circulam nos espaços de produção de conhecimento há aproximadamente uma década, decodificando a norma que marginaliza esses corpos.

Do ponto de vista epistêmico, compreendemos a posicionalidade trans, ainda cerceada pela dicotomia sujeito e objeto, ao passo que é nessa posição de abjeto que emergem produções de conhecimento significativas para a construção de um sistema de pensamento "trans", que acaba por desestabilizar a ordem moral dos espaços de ensino normativos. Além dessa questão, do ponto de vista estrutural e relacional, podemos observar pelo conceito de cisnormatividade dois outros fatores importantes relacionados ao sucesso e fracasso escolar de pessoas trans. São eles: o conservadorismo social, que ataca fortemente produções de conhecimento críticas ao binarismo de gênero e ao campo científico de modo geral, e os impactos da pandemia.

Por fim, destacamos um movimento que consideramos relevante para uma crítica trans aos espaços de produção de conhecimento. Como os movimentos de ampliação do ensino superior, especificamente a política de nome social, que mostra um modelo epistêmico cultural colonialista, fundamentado na ideia de precarização da vida de determinadas populações, trazendo ao debate questões morais e culturais. E também nos indica que essa política produz inteligibilidade para pessoas trans nos espaços de ensino.



REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; WAISELFISZ, Júlio Jacobo. **Juventudes na escola, sentidos e buscas**: Por que frequentam? Brasília, DF: Flacso, 2015.

AHMED, Sara. Hacerse feminista. *In:* **Vivir Una Vida Feminista.** Barcelona; bella terra,. Pp. 41-134. 2018.

ALMEIDA, Célia Barreto de; VASCONCELLOS, Victor Augusto. Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo?. *In:* **REVISTA DIREITO GV** | SÃO PAULO | V. 14 N. 2 p. 302-333. MAIO-AGO 2018.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polen, 2019 (pp.23-57).

ALVES, Jaime. A. Biópolis, necrópolis, negrópolis: notas para um novo léxico político nos estudos socioespaciais sobre o racismo. **Geopauta**, v. 4, n. 1, 2020.

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola**: assujeitamento e resistência à ordem normativa. 2012. 278 f. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017**. [*S. l.*]: Antra, 2018. Disponível em: https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf. Acesso em: 2 set. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016**: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília, DF: Distrito Drag, ANTRA, 2022.

BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira. **Desigualdade e desempenho**: uma introdução à sociologia da escola brasileira. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista de Estudos Feministas**, v. 19, n. 2, p. 548-559, 2011.



BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea**, v. 4, n. 1, p. 165-182, 2014.

BENTO, Berenice. Transfeminicídio: violência de gênero e o gênero da violência. *In*: COLLING, Leandro. **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 43-68.

BOURCIER, Sam. **Homo Inc.orporated**: o triângulo e o unicórnio que peida. [*S. l.*]: N-1 Edições, 2020.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. **"Muito prazer, eu existo!"**: visibilidade e reconhecimento no ativismo de pessoas trans no Brasil. 2015. 263 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas e Saúde) — Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

CÉSAR, Maria Rita de Assis; DUARTE, André de Macedo. Governamento e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 66, p. 141-155, 2017.

CESARINO, Letícia. Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa factal. **Revista de Antropologia**, n. 62, v. 3, p. 530-557, 2019.

CESARINO, Letícia. **O mundo do avesso**: verdade e política na era digital. São Paulo: Ubu, 2022.

COMISSÃO aprova projeto de lei que proíbe que mulheres trans em modalidades esportivas femininas em SC. **G1**, 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2023/10/10/comissao-aprova-projeto-de-lei-que-proibe-mulheres-trans-em-modalidades-esportivas-femininas-em-sc.ghtml. Acesso em: 3 set. 2025.



CORREA, Crishna Mirella de Andrade. **Subjetividades em trânsito**: nome social, travestilidades e transexualidades em duas universidades públicas do sul do Brasil. 2017. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

DI PIETRO, P.J. Ni humanos, ni animales, ni monstruos: la decolonización del cuerpo transgénero. **Eidos** no. 34, 254-291. 2020.

DIAS, J.P. Carvalho. Entrevista - Evasão escolar entre travestis é bem maior. Diário de Cuiabá. **FLACSO - BRASI**L. 2016. Disponível em: https://flacso.org.br/2016/05/23/evasao-entre-travestis-e-bem-maior/

FAVERO, Sofia. Entre o nímio e o viperino: uma desaquengrafia. *In*: FAVERO, Sofia. **Crianças trans**: infâncias possíveis. Salvador: Devires, 2020.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins. **A agenda anti-homofobia na educação brasileira (2003-2010)**. 2011. 4719 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) — Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto. Pessoas trans nas universidades federais do Brasil. **Gemaa**, 2021. Disponível em: https://gemaa.iesp.uerj.br/infografico/pessoas-trans-nas-universidades-federais-do-brasil/. Acesso em: 3 set. 2025.

FERREIRA DA SILVA, Denise. À brasileira: racialidade e a escrita de um desejo destrutivode um desejo destrutivode um desejo destrutivode um desejo destrutivode um desejo destrutivo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 14(1): 336, janeiro-abril/2006.

FONSECA, Claudia. Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 58- 78, 1999.

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 63, p. 7-20, 2002.

GROSSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, 2016.

GUIMARÃES, Géssica. Teoria de gênero e ideologia de gênero: cenário de uma disputa nos 25 anos da IV Conferência Mundial das Mulheres. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, e0107, 2020.



HALBERSTAM, Jack. Generaciones Trans*.**Trans***: Una guía rápida y peculiar de la variabilidad de género. Traducción de Javier Sáez. Editorial EGALES, S.L., 2018. p.

HALL, Stuart. Codificação/Decodificação. *In:* SOVIK, Liv. (org.). **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais.** Tradução de Luiz Repa; São Paulo: Editora 34, 2003(1ª Edição). p.296.

IAZZETTI, Brume. **Existe "universidade" em pajubá?**: transições e interseccionalidades no acesso e permanência de pessoas trans*. São Paulo: [*s. n.*], 2021.

JUNQUEIRA, Rogério. Pedagogia do armário e currículo em ação: heteronormatividade, heterossexismo e homofobia no cotidiano escolar. *In*: MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa. **Discurso fora da ordem**: sexualidades, saberes e direitos. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2012.pp. 277-305.

JUNQUEIRA, Rogério. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Revista Psicologia Política**, v. 18, n. 43, p. 449-502, 2018.

LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares**: as razões do improvável. São Paulo: Editora Ática, 2004.

LEAL, Abigail Campos. Me curo y me armo: a dimensão terapêutica e bélica do saber prete e trans. **Cadernos de subjetividades**, v. 1, n. 21, 2020.

LEE, Débora; BENEVIDES, Bruna. Por uma epistemologia das resistências: apresentando saberes de travestis, transexuais e demais pessoas trans. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 9, n. 2, p. 252-255, 2018.

LONGHINI, Geni D. N.; SILVA, Keo. Banheiros como tecnologia de gênero: (des) construções materiais e simbólicas. *In:* **A força da situação de campo: ensaios sobre antropologia e teoria queer**- Florianópolis: Editora da UFSC, 2018.

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. **Tabula Rasa**, n. 9, p.73-102, 2008.

MACIEL, Fabrício. A generalização da precariedade: trabalho e classes no capitalismo contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado** - Volume 33, Nº3, Ste/Dez, 2018.



MAIA, Dhiego. Ao menos 12 universidades federais do país têm cotas para alunos trans. **Folha de São Paulo**, 2019. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/05/ao-menos-12-universidades-federais-do-pais-tem-cotas-para-alunos-trans.shtml. Acesso em: 3 set. 2025.

MARRERO, Adriana. El asaltofemenino a launiversidad: un caso para ladiscusión de losefectosreproductivosdel sistemaeducativo enrelación al género. **Revista Argentina de Sociología**, Buenos Aires, v. 4, n. 7, p. 47-69, 2006.

MASSA, Jimena M. Nomes que importam: lutas pelo reconhecimento das identidades trans na UFSC. *In*: Grossi, Miriam Pillar; Fernandes, Felipe Bruno Martins. (org.). **A força da "situação" de campo**: ensaios sobre antropologia e teoria queer. Florianópolis: Editora da UFSC, 2018. p. 179-198.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. [*S. l.*]: n-1 Edições, 2018.

MOMBAÇA, Jota. **Não vão nos matar agora**. Rio de janeiro: Cobogó 2021.

"NÃO permitiremos a abordagem" diz Carlos Moisés sobre identidade de gênero em currículos da educação de SC. **G1**, 2019. Disponível em: https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2019/08/29/nao-permitiremos-a-abordagem-diz-carlos-moises-sobre-identidade-de-genero-em-curriculos-da-educacao-de-sc.ghtml. Acesso em: 3 set. 2025.

NERY, João Walter; MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque. Deslocamentos subjetivos das transmasculinidades brasileiras contemporâneas. **Periódicus**, n. 7, v. 1, p. 280-299, 2017.

NUNES, Rodrigo. **Do transe à vertigem**: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

ODARA, Thiffany. **Pedagogia da desobediência**: travestilizando a educação. Salvador: Editora Devires, 2020.

OLIVEIRA, Amurabi. A quarentena é branca. *In*: **REALIS**, v. 10, n. 1, 2020.

OLIVEIRA, Alessandra Mawu Defendi. Narrativas transviadas: silenciamento, colonialismo jurídico e a busca por ancestralidade travesti. *In*: **Diálogos sensíveis**: produção e circulação de saberes diversos. MORTARI, Claudia Mortari; WITTMANN, Luisa Tombini (org.). Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2020. p. 369-385.



OLIVEIRA, Amurabi; SILVA, Keo. Entre as políticas de inclusão e as estratégias: as experiências de pessoas trans* no ensino superior. **Revista Educação e Emancipação**, v. 10, n. 4, 2017.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente**: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. 2017. 190 f. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

OLIVEIRA, Melissa Barbieri de. **Trans tornando o campo do direito**: uma análise da construção da categoria transexual na doutrina jurídica brasileira e seus efeitos no reconhecimento das pessoas trans como sujeito de direitos. 2017. 357 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) — Centro de Filosofia e Ciências Humanas„ Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; CORREA, Sonia. Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. **Revista Psicologia Política***,* v. 18, n. 43, p. 444-448, 2018.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: CASTRO-GOMÉZ, Santiago *et al*. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

RIAL, Carmen. Haciadónde van lasantropologíasdel mundo: una visión desde el World Council of Anthropological Associations. *In*: ENCUENTRO MEXICANO-BRASILEÑO DE ANTROPOLOGÍA. 5. 2019. **Conferência** [...]. Cidade do México: EMBRA, 2019.

RIAL, Carmen. Mídia e sexualidade: breve panorama dos estudos de mídia. *In*: GROSSI, Miriam Pillar *et al*. (org.). **Movimentos sociais, educação e sexualidades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

SANTA CATARINA. **Projeto de Lei nº 0016, de 9 de fevereiro de 2023**. Delimita o sexo biológico como critério único de definição de gênero de competidores e atletas para fins de participação em partidas oficiais e práticas desportivas no âmbito do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, Governo do Estado, 2023. Disponível: https://portalelegis.alesc.sc.gov.br/processos/zVDo5/reunioes. Acesso em: 2 set. 2025.

SCHULMAN, Sarah. Homofobia familiar: uma experiência em busca de reconhecimento. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, *[S. l.]*, v. 4, n. 5, 2012.

SILVA, Hélio R. A situação etnográfica: andar e ver. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 171-188, 2009.

SUMÁRIO



SILVA, Keo. **Dos saberes e outros trânsitos**: percursos de alunos e alunas trans*, políticas de acesso e permanência, 7 anos depois da política de nome social. 2019. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

SILVA, Keo. Disputas ideológicas e pânico moral: uma análise dos ataques às políticas de cidadania da população trans no cenário político nacional. In: **Anais Fazendo Gênero** 12. 2021.

SILVA, Keo. Entre direito e precariedades: cidadania de pessoas trans no Brasil, no Uruguai e Argentina. **Falas, percursos, práticas e modos de (r)ex(s)istir** / Organizadores Janine Gomes da Silva, Jair Zandoná, Alessandra Soares Brandão, *et al*. – São Paulo: Pimenta Cultural, 2023.

SILVA, Keo; VAZ, Alexandre. Brasil: agenciamentos da violência, necrobiopolítica e conservadorismo frente à população trans. **Temas contemporâneos em ciências humanas e sociais**. Org. Carlos Henrique de Lucas, Terezinha Oliveira Santos. 2021.

SILVA, Tomaz Tardeu da. A sociologia da educação entre funcionalismo e o pós-modernismo: os temas e os problemas de uma tradição. **Revista em aberto**, ano 9, n. 46, 1990.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. 244 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

VIGOYA, Mara Viveros. **As cores da masculinidade**: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

WOLFE, Patrick. Settler colonialism and the elimination of a Native. **Journal of genocide Research**, v. 8, n. 4, p. 387-409, 2006.



Zuleide Paiva da Silva
Maria Lizandra Mendes de Sousa
Amélia Tereza Santa Rosa Maraux

"QUEM DISSE QUE EU NÃO MORRO QUANDO UMA DE NÓS MORRE?": REFLEXÃO SOBRE O LEVANTE NACIONAL CONTRA O LESBOCÍDIO

"WHO SAYS I DON'T DIE WHEN ONE OF US IS MURDERED?": REFLECTIONS ON THE NATIONAL UPRISING AGAINST LESBOCIDE

"¿QUIÉN DICE QUE NO MUERO CUANDO UNA DE NOSOTRAS MUERE?": REFLEXIONES SOBRE EL LEVANTE NACIONAL CONTRA EL LESBOCIDIO

RESUMO:

Desde a experiência e a poesia até os dados sobre lesbocídio e suicídio de lésbicas sapatão, este texto reflete o Levante Nacional contra o Lesbocídio como uma pedagogia feminista, um modo de ensinar-aprender a viver-lutar como uma lésbica sapatão. Enfatiza casos emblemáticos, como os de Luana Barbosa e Ana Caroline Souza Campêlo, ressaltando a interseccionalidade e a valorização da organização política e cultural das lésbicas sapatão como formas de luta para reforçar a importância da visibilidade e da resistência coletiva.

Palavras-chave: Lesbocídio. Pedagogia feminista. Interseccionalidade. Resistência sapatão. Visibilidade.

ABSTRACT:

Based on experience, poetry, and data on lesbicide and lesbian suicide, the text reflects on the National Uprising Against Lesbicide as a feminist pedagogy. It highlights emblematic cases, such as Luana Barbosa and Ana Caroline Souza Campêlo, emphasizing intersectionality. It values the

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-480-3.11

political and cultural organization of sapatão lesbians as forms of struggle, visibility, and collective resistance.

Keywords: *Lesbicide. Feminist pedagogy. Intersectionality. Sapatão resistance. Visibility.*

RESUMEN:

A partir de la experiencia, la poesía, los datos sobre el lesbocidio y el suicidio de lesbianas sapatão, el texto refleja sobre el Levante Nacional contra el Lesbocidio como pedagogía feminista, una forma de enseñar a vivirluchar como lesbiana sapatão. Destaca casos emblemáticos como los de Luana Barbosa y Ana Souza Caroline Campêlo, enfatizando la interseccionalidad y la organización política y cultural de las lesbianas sapatão como formas de lucha para reforzar la importancia de la visibilidad y de la resistencia colectiva.

Palabras clave: *Lesbocidio. Pedagogía feminista. Interseccionalidad. Resistencia sapatão. Visibilidad.*

SUMÁRIO



VOCÊS OUVEM? OS NOSSOS CORPOS, A VIDA RESISTE

"Quem disse que eu não morro quando uma de nós morre?" A pergunta reverbera como uma ferida aberta na carne do tempo. Este ensaio-poético nasce do luto e da luta, da urgência de falar sobre lesbocídio em um país que insiste em apagar nossas existências. Como bordar experiências e afetos diante de um mundo que nos silencia? Como transformar dor em denúncia e denúncia em criação?

Escrevemos movidas pelas travessias de nossos corpos e histórias, honrando as vidas de Luana Barbosa, Ana Caroline Campêlo e tantas outras que tiveram seus destinos interrompidos. O texto aqui é um gesto político de memória e reexistência – palavra viva que desafia o silêncio e inventa mundos possíveis.

SUMÁRIO



Ele surge da expansão das conversas iniciadas na mesa-redonda "Feminismos, lesbianidades e interseccionalidades", no 13º Fazendo Gênero, e ressoa na roda de diálogo "Histórias e memórias de violências contra mulheres lésbicas", realizada em Conceição do Coité, em abril de 2024. A escrita é também fruto das ações da Liga Brasileira de Lésbicas e Mulheres Bissexuais da Bahia (LBL/BA), do Grupo de Leitura e Estudos Interdisciplinares sobre Gênero e Sexualidade (GLEIGS/UNEB) e do Grupo de Pesquisa Formação, Experiência e Linguagens (FEL/UNEB) – tramas afetivas que costuram ativismo, pesquisa e formação.

Nosso objetivo é evidenciar o Levante Nacional contra o Lesbocídio como uma pedagogia lesbofeminista, um modo coletivo de ensinar-aprender a viver-lutar como lésbica sapatão. Usamos a conversa como dispositivo metodológico, fazendo da escuta uma forma de insurgência, da experiência um gesto de resistência.

Ao narrar memórias brutalmente interrompidas, buscamos criar espaços-tempos em que os corpos lésbicos sapatão não sejam apenas ouvidos, mas reconhecidos como potência de vida. Porque enquanto houver sapatão, haverá vida. E escrever é também uma maneira de permanecer viva.

ENSINAR-APRENDER A VIVER-LUTAR:
CORPOS QUE CRIAM

Como pensar em caminhos metodológicos que se deslocam e pulsam? Como pensar e seguir rotas que se fazem no encontro dos corpos que narram e resistem? Sentindo os enredos vivos de significados, sentidos, atravessamentos e afetos do enlaçamento de dois movimentos de estar em conjunto, a mesa-redonda do 13º Seminário Internacional Fazendo Gênero e a atividade extensionista



vivenciada em Conceição do Coité – e que aqui se fazem mobilizadoras da escrita –, compreendemos que as trilhas que inauguram as possibilidades de fluxos e, também, que se tornam um dispositivo, são a conversa.

Movendo-nos pelas escutas e palavras de Tiago Ribeiro, Rafael de Souza e Carmen Sanches Sampaio (2023), aprendemos-ensinamos que, ao conversar, no deslocamento de afetos, memórias e histórias, a metodologia se torna pulsante e viva, emergindo não somente como troca e compartilhamento de experiências, mas como criação e fricção. A conversa, dessa forma, desestabiliza e desnaturaliza narrativas dominantes e normativas, e, no movimento de escuta-fala, expande fissuras onde outras memórias e histórias emergem. Um dispositivo ético-político!

Guiadas pelo dispositivo ético-político da conversa, compreendemos, com Joan Wallach Scott (1998), a experiência não como algo dado, mas como campo de disputa – onde outras histórias podem emergir, outras memórias se inscreverem. Nas palavras trocadas em roda, nos silêncios que também falam, nos olhares que cruzam resistências, a conversa se revela mais que método: é prática viva de escuta, partilha e criação. Quando falamos juntas, desestabilizamos narrativas dominantes e forjamos rotas de fuga. Assim, entre ensinar-aprender e aprender-ensinar, rasuramos as normas que nos sufocam e reivindicamos existências insubmissas, corpos que, ao narrar, reinventam o mundo.

Pensando e reconhecendo o lesbocídio como uma marca da violência que gera o aniquilamento, inscrevem-se, então, nas histórias, os lugares das ausências, dos corpos que o regime normativo apagou, dos nomes diariamente esquecidos, das vidas que se projetam como não importantes. Enquanto o regime normativo silencia, controla, regula e aniquila nossos corpos, as palavras insubmissas e sua difusão em coletivo reabrem brechas.

SUMÁRIO



Seguindo a travessia, continuamos questionando: se Audre Lorde (2019) nos diz que o silêncio jamais vai nos proteger, como transformar a dor e a raiva coletiva em reinvenção, em luta, em linguagem, em ação, em aliança? Como fazer da escuta e da fala – nesse movimento de fricção e criação que a conversa e a experiência nos impulsionam – um gesto-manifesto ético-político atrelado ao compromisso com a justiça social e epistêmica? Como impulsionar as memórias, as histórias e os afetos sem reproduzir mais violências?

Assim, continuamos dizendo: sigamos! Entre a conversa com a experiência e os encontros que se tornam forma, entre a teoria e a prática, entre o acadêmico e a carne, ensinamos-aprendemos a viver-lutar como gesto-manifesto coletivo, organizando e transformando a dor e a raiva em ação. Um corpo que, ao falar, também se refaz, cria e faz do saber um movimento coletivo. Enlaçando pesquisa, ativismo e existência, tecemos possibilidades: inventar é lutar e resistir, fundindo-se ao viver. Perguntamos, então: o que pode um corpo que cria, ensina-aprende a viver-lutar e que se move contra a lógica da exclusão?

CORPOS QUE SENTEM, VERSOS QUE DENUNCIAM

Com as marcas que deixam – quase impossível de escapar – inscritas nos corpos e lugares mergulhados por memórias, iniciamos nossa reflexão com um trecho do poema de Rubra Poesia (2021, p. 10), intitulado "Lésbica, a palavra indizível":

> Lésbica: a palavra temida
> Lésbica: invisível indizível
> Lésbica: furiosa raivosa
> Lésbica: solitária mal amada
> Lésbica: a palavra Maldita,



Mal falada
Mal lembrada.
Maltratada
Lésbica: a palavra banida
Que não deve ser pronunciada
Pela família rechaçada
Da história humana apagada
Lésbica: a palavra reafirmada
Que marca quem somos, quem amamos...

Ao descrever a palavra "lésbica" como "temida, invisível e indizível", associada a emoções fortes como fúria e solidão, o poema revela os estigmas e preconceitos associados ao signo "lésbico". A repetição da palavra "mal" enfatiza o tratamento negativo e marginalizado que as lésbicas frequentemente enfrentam, refletindo tanto a rejeição familiar e social quanto o apagamento histórico que marcam suas existências.

Adrienne Rich (2019), em sua obra *Heterossexualidade compulsória e a existência lésbica*, argumenta que esse apagamento histórico – descrito por ela como invisibilidade lésbica – é uma forma de controle social que perpetua a subordinação das mulheres e limita suas possibilidades de viver plenamente suas identidades. Essa marginalização resulta em isolamento social, discriminação, violência e em desafios significativos à saúde mental das lésbicas. Assim, Rich introduz o conceito de "existência lésbica" para afirmar a presença histórica e contínua de mulheres que amam outras mulheres, destacando que, apesar da repressão, essas mulheres sempre existiram e resistiram às normas sociais.

Lésbicas existem no imaginário coletivo desde que a história registrou a experiência da poetisa Safo de Lesbos – e, desde então, de diferentes formas, a luta pela existência lésbica tem sido invisibilizada pela história. Entretanto, as pesquisas e os escritos sobre nós, embora hoje ganhem relevância, encontram eco em iniciativas como a mesa "Feminismos, lesbianidades e interseccionalidades" e o Simpósio



Temático 136 "A potencialidade transformadora de corpos e experiências lés bi: do apagamento à visibilidade", entre tantas outras propostas sobre a temática apresentadas no 13º Seminário Internacional Fazendo Gênero. Esses espaços reúnem esforços de pesquisadoras lésbicas sapatão para produzir conhecimentos sobre nossas existências-vivências, revelando-as em espaços-tempos sociais.

No Brasil, como mostram os estudos sobre lesbianidades, entre eles, a tese *Sapatão não é bagunça* (Zuleide Paiva da Silva, 2017), desde os anos 1970, lésbicas têm se auto-organizado para resistir ao apagamento, à violência e à marginalização – inclusive dentro dos próprios movimentos feministas e LGBTQIAPN+. O início se dá em um tempo de sombras e censuras, quando o desejo feminino entre mulheres era considerado subversão.

Na Bahia, o Grupo Libertário Homossexual (GLH), fundado em 1979, foi uma das primeiras expressões políticas desse enfrentamento, embora pouco visibilizado. Mais adiante, em 1993, surge o Grupo Lésbico da Bahia (GLB), que rompe com o silêncio social em torno da existência lésbica. Outras iniciativas seguem esse rastro, como o Palavra de Mulher Lésbica (2002) e a Liga Brasileira de Lésbicas e Mulheres Bissexuais (LBL), fundada em 2003, primeira rede feminista de lésbicas no Brasil.

Essas organizações protagonizaram a conquista de datas simbólicas, como o Dia do Orgulho Lésbico (19 de agosto) e o Dia da Visibilidade Lésbica (29 de agosto), além da realização de encontros formativos como os SENALESBI e o ENLESBI/BA. Tais espaços têm sido fundamentais na formação política, produção de conhecimento e incidência por políticas públicas voltadas às existências lésbicas.

Em conjunto, os movimentos de lésbicas do Brasil, desde o seu surgimento como ato de resistência, lutam pela vida das lésbicas e por políticas públicas que garantam os seus direitos. É no bojo dessas resistências que surgem as lutas contra a lesbofobia, pensada como uma violência estrutural de gênero, sexualidade e raça sofrida



pelas lésbicas, e as lutas contra o lesbocídio, definido por Milena Cristina Carneiro Peres, Suane Felippe Soares e Maria Clara Dias (2018, p. 19) como "a morte de lésbicas por motivo de lesbofobia ou ódio, repulsa e discriminação contra a existência lésbica".

O termo "lesbocídio", ressaltam as autoras, expressa uma:

> [...] forma de advertir contra a negligência e o preconceito da sociedade brasileira para com a condição lésbica, em seus diversos âmbitos, e as consequências, muitas irremediáveis, advindas do preconceito em especial a morte das lésbicas por motivações de preconceito contra elas, ou seja, a lesbofobia (Milena Cristina Carneiro Peres; Suane Felippe Soares; Maria Clara Dias, 2018, p. 19).

Nessa perspectiva, lesbocídio é um conceito que destaca a negligência estrutural e o preconceito enraizado da sociedade brasileira em relação às lésbicas, bem como as consequências, muitas vezes fatais, dessa violência.

De acordo com o Dossiê sobre Lesbocídio no Brasil (Peres; Soares; Dias, 2018), entre 2014 e 2017, foram registrados 126 casos de lesbocídios no Brasil, com 82 deles ocorrendo no interior dos estados. São Paulo foi o estado com o maior número de registros, concentrando 20% de todas as mortes de lésbicas no país durante esse período. A violência, em geral, é cometida por homens, mesmo que as vítimas não tenham qualquer vínculo conjugal com os assassinos, diferentemente dos feminicídios, que, muitas vezes, ocorrem em contextos de violência doméstica.

Outro aspecto alarmante apontado no referido dossiê é o suicídio de lésbicas, frequentemente causado pelo isolamento, pelo desamparo e pela decepção generalizada devido à lesbofobia. Entre 2014 e 2017, foram registrados 33 casos de suicídio entre lésbicas, com a maioria das vítimas sendo jovens de até 24 anos. Essas informações revelam a profunda vulnerabilidade e marginalização enfrentada por lésbicas no Brasil.



Os dados sobre lesbocídio no Brasil ainda são subnotificados e, muitas vezes, não são adequadamente tipificados como crimes de ódio, o que dificulta a visibilidade e o combate efetivo a essa forma de violência. A ausência de notificações oficiais e a falta de reconhecimento da motivação lesbofóbica nos registros policiais contribuem para a subestimação da gravidade do problema.

Os casos de lesbocídio de Luana Barbosa dos Reis, ocorrido no dia 8 de abril de 2016, e de Ana Caroline Souza Campêlo, em 10 de dezembro de 2023, representam trágicos exemplos do ódio e da violência extrema direcionados às lésbicas no Brasil que tiveram visibilidade nacional.

Luana Barbosa dos Reis, uma lésbica negra, desfeminilizada, foi brutalmente espancada até a morte por seis policiais militares, em Ribeirão Preto-SP. O ataque aconteceu após Luana se recusar a ser revistada por policiais homens, exigindo uma policial mulher, como era seu direito. O caso de Luana destaca a interseccionalidade das opressões que as lésbicas enfrentam, combinando racismo, lesbofobia e violência policial.

A morte de Luana expôs a vulnerabilidade das lésbicas negras desfeminilizadas às múltiplas formas de violência institucional, estrutural e social. Sua coragem em exigir seus direitos e a violência subsequente que enfrentou mostram como a resistência à opressão pode ser respondida com represálias brutais. A resposta inadequada e frequentemente violenta das forças de segurança às demandas legítimas de respeito e dignidade das lésbicas é um lembrete sombrio da impunidade e do preconceito estrutural enraizados nas instituições.

Ana Caroline, uma jovem negra, lésbica e desfeminilizada de 21 anos, foi brutalmente assassinada com requintes de crueldade, em Maranhãozinho, município localizado a 232 km de São Luís-MA. A pele do seu rosto, seu couro cabeludo e os seus olhos foram arrancados. Conforme a denúncia, Ana Caroline foi asfixiada,



recurso que dificultou sua defesa. A motivação do crime, segundo o Ministério Público do Maranhão, foi por razões ligadas "à condição de sexo da vítima".

De acordo com as notícias que circularam, ela havia se mudado recentemente para Maranhãozinho. Foi ao encontro de sua namorada, seu amor lésbico. Com esse amor, Carol compartilhava a vida, as alegrias, os sonhos e os medos. As imagens de Carol em vida refletem o brilho do seu olhar, seu sorriso lindo, seu jeito sapatão de ser e viver. Mas sua existência foi interrompida na encruzilhada do lesbo-ódio, da lesbofobia e do racismo, caminhos que levam ao lesbocídio.

Embora Carol tenha vivido em um corpo estigmatizado, marcado para viver-morrer na invisibilidade, sua morte teve visibilidade impulsionada pelo Levante Nacional contra o Lesbocídio, um movimento feminista lesbocentrado que tornou visível a violência cruel vivenciada por ela, fazendo com que esse assassinato ecoasse o coro de tantas outras lésbicas assassinadas que ficaram (e continuam) no anonimato. Dessa forma, o corpo assassinado de Carol rasura o silenciamento e amplifica as vozes vivas de tantas outras lésbicas sapatão na busca por justiça.

Nós, da LBL, todas nós, corpos lésbicos em movimento vivo, lésbicas autônomas e organizadas em diferentes coletivos, organizações, grupos e redes, ecoamos seu grito, sentimos sua dor, sua morte. Choramos juntas a dor que carregamos no corpo quando uma de nós é assassinada.

Chorando juntas, lembramo-nos da atividade extensionista realizada no território do Sisal sobre as histórias e memórias de violências contra as lésbicas em Conceição do Coité, na Bahia e no Brasil. Por que nos matam? Por que nossas existências incomodam tanto? Como é viver como uma lésbica? Quem sente nossa dor? Qual é a sua memória, história lésbica? São perguntas que, mesmo



com diferentes respostas, não diminuem o peso da dor de perdermos mais uma pelo assombro do lesbo-ódio. Ouvimos um tambor distante, onde o vento mostra os cortes das lâminas invisíveis reverberando em nossos corpos, cada arma usada para nos aniquilar. Em cada olhar, em cada lágrima que teima em cair e em cada grito e silêncio, ergueu-se o levante.

Ergueu-se o Levante Nacional contra o Lesbocídio nos diferentes territórios onde se vê o sol nascer e se pôr; onde tentam, a todo custo e cotidianamente, nos calar. Só que os corpos ameaçados, marcados para morrer, ergueram-se e agora criam encontros formativos que rodam em conversas as memórias e histórias, ecoando aquelas que não são contadas ao esculpir no vento o direito de ser-viver. Ser lésbica, em suas diferentes nomeações de si, é um rasgo radical nos véus da invisibilidade, um ato político e de coragem. Nos olhares diversos que fluíam na roda de conversa, encontraram-se pontes, seja pelas perguntas que abriram fendas na rigidez das normatividades, seja nas palavras que teceram redes afetivas a partir das experiências vomitadas por outras lésbicas. Nos (entre)olhares e nas bocas (entre)abertas, reafirmamos: resistimos.

As histórias de Carol, de Luana, de Suelen e de tantas outras apagadas das notícias e da vida não são apenas nomes estampados nas tragédias. São brasas vivas, lembrando que existir é uma necessidade e não um luxo. Essas brasas vivas, que se fazem presentes em nossas memórias e que nos retiram da acomodação, incendeiam nossos corpos. Assim, nos movimentos de trocas e compartilhamentos nas rodas de conversa, reafirmamos que o lesbocídio não é apenas o sangue derramado dos corpos aniquilados. É o sinal vivo de um mundo que tem pavor do que foge ao seu controle, que rejeita suas normas: as mãos que não foram seguradas, os nomes que não foram ditos, as vozes que foram sufocadas, as vidas que são ditas como desnecessárias.

SUMÁRIO



Há sopros que avivam nossos passos por mudança, impulsionando o grito coletivo da conversa pelas chamas que acendemos nos becos estreitos e cruéis do lesbocídio. As memórias e histórias que marcam nossos corpos atravessam as palavras que nos nomeiam e são carregadas há séculos como resistência, ao acreditar que, quanto mais falamos, mais se torna possível não morrermos. Na poesia que insurge contra o apagamento, a semente do que ainda será é plantada e levada em cada passo que damos, em cada nome que ousamos não esquecer. É um grito contra o esquecimento e um modo de dizer: que o Levante Nacional contra o Lesbocídio jamais esmoreça, pois em todos os espaços-tempos sociais que nos oprimem, há corpos que se levantam.

Lembramos, assim, da poesia "Eu não conheci você", de Liz Mendes (2025, p. 31-35), feita em homenagem a Carol Campêlo, e pedimos, leia conosco:

> Eu não conheci você!
> Não nos sentamos na calçada
> de uma rua qualquer
> vendo o céu estrelado,
> conversando sem preocupação
> de sermos julgadas
> por aquilo que sentimos
> entre risos e cervejas baratas,
> poesias feitas no improviso da vida.
> Eu não conheci você!
> Não andamos de bicicleta
> descobrindo caminhos diferentes,
> sendo criança
> moleca demais,
> dizendo ao mundo:
> sou um universo inteiro de invenções.
> Eu não conheci você!
> Não marcamos um almoço,
> cozinhamos juntas ao som
> de os 'Versos que compomos na estrada.'

SUMÁRIO



Não balançamos o corpo
entre o erro bobo de ter
adicionado sal a mais no arroz
da conversa ser tão gostosa
e esquecemos a cerne no fogo
a comida queimando
e termos que fazer macarrão.
Eu não conheci você!
Não ouvi suas histórias de amor
como foi seu processo
de sentir e orgulhar de quem se é
de ouvir sobre seus sonhos,
medos,
desejos
ouvir você com os sentidos todos
juntos, agarrados.
Eu não conheci você!
Não segurei sua mão
quando precisou se levantar
não lhe dei o abraço bem forte,
não disse que era uma das minhas pessoas
preferidas no mundo
não festejei suas conquistas
não lhe disse que tudo bem
não ter dado certo aquilo
que tinha planejado.
Eu não conheci você!
Não fizemos um debate etimológico e poético
feito na improvisação da territorialidade
da formação política
tecidas nas experiências referenciadas
em outridades
sobre os nossos corpos sapatão.
Eu não conheci você!
Não tiramos fotos juntas
não sei qual sua cor preferida
se gosta ou odeia sorvete.
sua fruta preferida...
Eu não sei nada sobre você.
Mas estou aqui chorando
chorando



chorando
continuo chorando
por terem tirado sua vida.
Eu não conheci você!
Poderia até ficar sem conhecer
mas que você estivesse viva
vivendo a vida
mas tiraram você de nós.
Eu não conheci você
e choro tanto
uma dor profunda, letal
por ter a perdido.

Chorando com Liz Mendes e com tantas outras lésbicas sapatão em levante contra o lesbocídio, reconhecemos: o assassinato de Carol é um lembrete recente e doloroso de que a violência contra lésbicas sapatão continua a ser uma realidade alarmante. A data de seu assassinato, no Dia Internacional dos Direitos Humanos, adiciona uma camada de ironia e tragédia, destacando a contradição entre os direitos humanos proclamados universalmente e a realidade vivida por muitas lésbicas sapatão.

Diante dessa realidade, o Levante Nacional contra o Lesbocídio[29] desempenhou (e desempenha) um papel social e político fundamental para o não silenciamento e apagamento do assassinato brutal de Carol Campêlo: ofereceu suporte jurídico especializado à família da vítima, fez manifestações públicas articuladas com movimentos de lésbicas sapatão do Brasil e outros movimentos, além de exercer pressão e mobilização sociopolítica contra o Estado. Essas ações lesbofeministas foram decisivas para a investigação do caso e para assegurar que o julgamento do acusado seja realizado por júri popular, evidenciando, assim, a relevância da auto-organização coletiva dos movimentos sociais na luta pela garantia de direitos e na valorização da vida lésbica sapatão.

29 Para mais informações, veja e siga o perfil no Instagram do Levante Nacional contra o Lesbocídio: @contraolesbocidio.



O assassinato de Carol, assim como o de Luana Barbosa e de tantas outras lésbicas que tiveram suas vidas ceifadas, reflete a persistência da lesbofobia em nossa sociedade e a necessidade contínua de combater essa forma de ódio. A violência extrema contra lésbicas é sistematicamente marcada por uma crueldade adicional, destinada a punir-nos por desafiarmos os padrões heteronormativos. Esse tipo de violência visa não apenas eliminar a vítima, mas também enviar uma mensagem de terror à comunidade lésbica como um todo.

Os assassinatos de lésbicas sublinham a importância de reconhecer e nomear o lesbocídio como uma violência estrutural, uma categoria específica de violência interseccional de gênero, sexualidade e raça. A invisibilidade desses crimes nos discursos oficiais e na mídia contribui para a perpetuação do ciclo de violência e impunidade.

O lesbocídio de Luana e de Carol não apenas reflete a brutalidade da lesbofobia, mas evidencia, sobretudo, a necessidade urgente de ações concretas para combater essa forma específica de violência. Assim, se as ruas falassem, gritariam os nomes de tantas que nos roubaram. Se os espaços-tempos sociais confessassem, contariam sobre os sonhos aniquilados pela baba tóxica do lesbo-ódio, das lágrimas em desespero, das vozes sufocadas e das vidas ceifadas. Estamos aqui, vivas, e não podemos esquecer aquelas que abriram os caminhos e das que estão por vir. Estamos aqui, vivas, forjando destinos possíveis em um mundo que nos quer invisíveis e mortas. Somos mais do que nos fizeram acreditar. Nossa coragem e força se forjam na ousadia de permanecermos vivas, lutando, criando.

LEVANTE NACIONAL CONTRA O LESBOCÍDIO, UMA PEDAGOGIA LESBOFEMINISTA

Sentindo no corpo e na alma os efeitos cotidianos das múltiplas faces da violência contra os corpos lésbicos sapatão –



sobretudo negros –, diferentes grupos e ativistas lésbicas com opiniões divergentes e formas variadas de atuação política se aliançaram na luta contra a lesbofobia, lesbo-ódio e lesbocídio. Juntas, ecoaram o grito (*hashtag*) "Justiça por Carol", como sugerem as Diretrizes do Levante Nacional contra o Lesbocídio, um documento assinado por mais de 120 coletivas, grupos, redes e organizações lésbicas, entre elas, a LBL, a rede que nos tece lésbicas sapatão políticas em levante.

Desde a experiência da LBL nessa luta, o Levante Nacional contra o Lesbocídio é, em si e por si, uma ação concreta – movimento-(re)ação lésbica feminista de coalizão em defesa da vida lésbica sapatão. É um ato de resistência lesbocentrado. Nesse sentido, pensamos o Levante enquanto uma pedagogia feminista, compreendida, a partir das reflexões de Silva *et al*. (2023, p. 414), como:

> [...] um modo de ensinar e aprender que proporciona aberturas para novos caminhos e indagam as estruturas de poder do colonialismo, forjando saberes outros [...] fundadas tanto em resistência, na desobediência, quanto na (re)afirmação, (re)existência e re-humanização.

Nessa perspectiva, as pedagogias feministas são sementes que brotam saberes insurgentes por meio dos gestos-manifestos de insubmissão. Não são discursos, práticas e métodos fechados, mas sim movimentos e saberes pulsantes e vivos que, ao trazer as experiências como ponte de partida para a construção de saberes, criam resistências in(ter)ventivas, impulsionadas pelo desejo. Assim, a partir de diferentes movimentos, aberturas e expansão de brechas, desvios, rotas de fuga e potencialidades pelas diferenças, as pedagogias feministas mobilizam outras possibilidades de criação de epistemologias que rasuram as ideias hegemônicas de produção de conhecimento e ciência.

Diante de um mundo heteronormativo e patriarcal que impõe realidades como universais, as pedagogias feministas emergem como ato de resistência. Elas fazem do ensino-aprendizagem uma prática de desobediência, reescrevendo memórias e narrativas que

SUMÁRIO



recusam o que é imposto como verdade única. Ao nos guiarmos por essas pedagogias, reivindicamos outros modos de pensar, criar e existir, impulsionando a vida coletiva por meio de atos de rebeldia que abrem caminho para uma sociedade mais justa e plural.

Refletindo sobre esse ato, identificamos diferentes elementos-chave que vinculam o Levante às pedagogias feministas, a saber:

1. **Conscientização e educação:** um dos principais objetivos das pedagogias feministas é promover a conscientização sobre questões de gênero e sexualidade. O Levante Nacional contra o Lesbocídio faz exatamente isso ao trazer à tona a violência específica que as lésbicas enfrentam. Ao chamar a atenção para o lesbocídio, o Levante educa a sociedade sobre a gravidade e a especificidade da violência contra lésbicas, desafiando a invisibilidade e a negação desses crimes.

2. **Desconstrução de normas patriarcais:** as pedagogias feministas buscam desconstruir normas patriarcais e heteronormativas que perpetuam a opressão. O Levante Nacional contra o Lesbocídio desafia diretamente essas normas ao combater a violência que resulta de preconceitos heteronormativos e patriarcais, forçando a sociedade a confrontar a discriminação e o ódio que sustentam essa violência; portanto, promovendo uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

3. **Empoderamento e solidariedade:** pedagogias feministas valorizam o empoderamento e a solidariedade entre as mulheres. O Levante Nacional contra o Lesbocídio é uma expressão de solidariedade e resistência coletiva, em que as lésbicas e as pessoas aliadas se unem para lutar contra as violências. Esse movimento não apenas fortalece as vítimas e as sobreviventes, mas também cria uma rede de apoio mútuo e de empoderamento.



4. **Interseccionalidade:** as pedagogias feministas frequentemente enfatizam a importância de uma abordagem interseccional que considera as múltiplas formas de opressão que as mulheres enfrentam. O Levante Nacional contra o Lesbocídio reconhece que as lésbicas enfrentam violências não apenas por seu gênero, mas também por sua orientação sexual e raça. Isso reflete uma compreensão interseccional das opressões e a necessidade de abordagens específicas e inclusivas.

5. **Ação e transformação social:** pedagogias feministas não se limitam à teoria, pois visam à transformação social por meio da ação. O Levante Nacional contra o Lesbocídio é um exemplo de ação coletiva para mudança social. As manifestações, campanhas e iniciativas legislativas impulsionadas por esse movimento buscam criar um ambiente mais seguro e justo para as lésbicas, têm potência para promover mudanças nas políticas públicas e na cultura social.

Assim aprendido, o Levante Nacional contra o Lesbocídio é o modo de aprender-ensinar a viver-lutar como uma lésbica sapatão. Nesse movimento pedagógico, lemos-sentimos o poema de Sara Sanches (2022, p. 136-138), intitulado "A poesia acende uma fagulha", como ferramenta de luta, de empoderamento sapatão. Leia conosco:

sento para escrever
academicamente
sobre lésbicas
entre ano, autora
ibidem, abnt, norma n-não sei o quê
entre Wittig, Lorde e Falquet
a poesia acende
uma fagulha
olho o pôr do sol
e lembro você
onde começa a escrita formal
a prosa, o poema
o verso, o amor

SUMÁRIO



já não sei dizer
tudo se embaralha
na cadência do brega
paraense que diz
'não posso mais sufocar
esse meu louco desejo'
mas tento
procuro conter
o verso que pulsa
enquanto encaro o relógio
e penso
as revistas têm prazo
as submissões, os sistemas integrados
onde se publicam notas
que definem futuros
e todas as coisas que já não fazem sentido
e fazem menos ainda agora
porque a poesia também tem pressa,
mas se demora
pausa para um café
uma ducha
nem mesmo a bucha de prato
sobre a louça suja
me faz esquecer
esses versos
que são muito mais
do que eu e você
são sobre
essa coisa que arde
que inquieta e lateja
quando sento
para ler
livro, poesia, dossiê
post, blog, .pdf, .odt
qualquer espaço
ou formato
onde
a palavra lésbica
me lembra
que vale a pena viver
e aí confundo tudo
parágrafos e estrofes



a paixão por Audre Lorde
com a saudade de você
os versos sem rima
as normas da abnt
que diferença tudo isso faz?
o que importa
é essa palavra que pulsa
abaixo do ventre
entre a caneta e o papel
o dedo e a pele quente
na boca que grita
na garganta que geme:
lésbica
lésbica
lésbica

Lendo-sentindo o poema de Sarah Sanches, compreendemos que há muitas fagulhas que nos impedem cotidianamente de viver, a exemplo do assombro do lesbocídio. Entre a rigidez das normativas e os movimentos dos encantamentos, entre o espaço-tempo cronológico e burocrático e o espaço-tempo da urgência das palavras que pulsam, entre o medo do aniquilamento e o orgulho de ser quem se é, há uma palavra inegociável: lésbica. Nas misturas entre as demandas da vida acadêmica e as saudades que abraçam o corpo, lésbica – em suas intersecções – é uma declamação de existência, um grito de que a vida vale a pena, ressoando na urgência da escrita, na memória dos afetos e na resistência cotidiana.

O poema tensiona as fronteiras entre o formal e o visceral, entre as normas impostas e a liberdade do desejo, fazendo da palavra "lésbica" um eixo que organiza e desorganiza a existência. No fluxo da poesia, o rigor acadêmico se desfaz na cadência do brega, e a escrita deixa de ser mero ato intelectual para tornar-se espaço de insurgência. A repetição da palavra "lésbica" não é apenas insistência – é resistência viva, que arde, inquieta e exige ser dita. Nesse entrelaçamento de tempo, afeto e memória, o poema de Sarah Sanches nos lembra: viver e escrever como lésbica é sempre um gesto político e um compromisso inegociável com a existência.

SUMÁRIO



Vivendo e escrevendo como lésbicas sapatão, aprendemos, ensinamos, produzimos pedagogias feministas com o Levante Nacional contra o Lesbocídio. Aprendemos-ensinamos a ter orgulho de ser-viver como uma lésbica sapatão. Assim, sentimos o Levante como um ciclo que renasce, onde cada encontro é uma memória pulsante e viva da coragem. Nas mãos que se estendem, nos becos, nas ruas, nos abraços que se reconhecem, nas lágrimas que se compartilham, nas salas de aulas... Dizemos: Levante-se, levante!

Com orgulho de ser-viver como professoras lésbicas ativistas e professora sapatão em formação, poeta, ativista, ecoamos o "Convite a ter orgulho de quem se é" (Mendes, 2025, p. 65-68):

> Você não é estranha
> aberração,
> mal-amada
> desnecessária.
> Eles podem dizer isso a todo instante, incessantemente
> querendo fazer com que você
> acredite nas marcas
> dos discursos-atos violentos
> destinados ao seu corpo.
> Eles são concretos, e você-nós?
> Somos caminhos abertos,
> fluidos e em movimentos.
> Antes até doía,
> agora emerge de sua garganta gargalhadas.
> Os espelhos já nutrem outros sabores.
> Novas imagens são refletidas no espelho.
> Desobedecendo à lista infinita
> de como ser uma mulher,
> você passa o xampu em seu cabelo curtinho
> ao som de '1º de julho', de Cassia Eller.
> Secando o corpo molhando,
> passa o desodorante nas axilas peludas
> e o hidrante nas pernas cabeludas.
> Cantando junto a Maria Gadú
> 'Quem sabe isso não quer dizer amor',
> veste sua cueca preta
> seu top preto
> da Calvin Klein.

SUMÁRIO



Dançando, veste uma calça jeans azul
e uma camisa branca.
Coloca as meias e calça o seu tênis
all star branco.
Recitando 'Encontro' de Audre Lorde,
coloca seu colar de pérolas coloridas,
uma pulseira preta e seu anel de tucum.
Agora,
coloca um pouco de perfume no pescoço
e nos pulsos.
Sai pelas ruas espalhando-se pelo mundo
Já não cabe mais em lugares pequenos
porque ela é grande,
gigante revolução.
Com sua presença visível
convida tantas outras
a serem visíveis
e a impulsionarem seus corpos
desobedientes-rebeldes.
Os dedos de uma escrita desejo
vai gotejando gozos de organização coletiva,
desestabilizando o medo,
potencializando a coragem.
A boca-língua de movimentos suaves
solta as palavras engasgadas,
cortadas,
engatadas
porque entendeu que coragem é ir com medo.
Seu corpo provoca a potencialidade da fluidez
afinal aprendeu com tantas outras
que é preciso organizar a raiva.
Nas poesias que tatuam seu corpo,
aprendeu a caminhar
juntando com raiva, afeto e feminismo.
Quando a perguntam o que ela é
sorrindo, diz com orgulho
– SOU SAPATÃO.

SUMÁRIO



ENQUANTO HOUVER SAPATÃO, HAVERÁ VIDA

O que nos movimenta a levantar todos os dias e seguir em frente, mesmo sabendo que, em algum lugar, uma de nós perdeu sua vida para o lesbocídio? Como insistir em existir quando o mundo insiste em negar nossos corpos, calar nossas vozes, apagar nossos nomes?

É diante dessas perguntas que afirmamos: o Levante Nacional contra o Lesbocídio é, também, uma pedagogia feminista sapatão. Ele ensina a viver-lutar, a resistir com os pés fincados nas ausências e as mãos entrelaçadas na memória. No gesto coletivo de transformar dor em luta, o Levante forma – corpos, consciências, alianças. Ele nos ensina que a escuta é também prática política, que o choro é análise e que a partilha da dor é ato de insurgência.

Nas rodas de conversa, nos encontros em rede, nas ações de solidariedade e formação, experimentamos uma pedagogia forjada nos limites do trauma e do amor. O Levante não apenas denuncia, ele educa a sociedade sobre as múltiplas dimensões da lesbofobia; ele interpela políticas públicas, forma alianças interseccionais, ensina desobediência epistêmica e reafirma a existência lésbica como saber e como direito.

Seguimos em estado de Levante porque compreendemos que lutar contra o lesbocídio não é só resistir à morte: é reivindicar a vida como projeto coletivo de formação política. Escrevemos nossa história, mesmo quando tentam nos empurrar para o esquecimento. Dizemos, com força: nossos corpos são insubmissos – e, pela insubmissão, existimos e resistimos.

Ao grito coletivo da mesa-redonda "Feminismos, lesbianidades e interseccionalidades" e da roda de conversa em Conceição



do Coité, costuramos fios de uma educação outra – uma pedagogia enraizada nas ausências que gritam e nas presenças que se recusam a morrer. Cada nome lembrado, cada história contada, cada lágrima partilhada, é também um gesto formativo, um modo de dizer: "não nos calarão. Estamos aqui, vivas, e com elas aprendemos a lutar".

Ser um corpo lésbico sapatão em suas interseções é um ato radical de pedagogia cotidiana. Entre os becos do medo e os versos do desejo, entre o abraço e o manifesto, seguimos fazendo da existência um lugar de ensino e aprendizado. Porque, enquanto houver sapatão, haverá vida – e, onde houver vida sapatão, haverá resistência, saber e reinvenção.

REFERÊNCIAS

LORDE, Audre. **Irmã outsider**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MENDES, Liz. Eu não conheci você. *In*: MENDES, Liz. **Corpopoesia**: por uma epistemologia poéticaerótica sapatão? Campinas: Pontes Editora, 2025. p. 31-35.

MENDES, Liz. Convite a ter orgulho de quem se é. *In*: MENDES, Liz. **Corpopoesia**: por uma epistemologia poéticaerótica sapatão? Campinas: Pontes Editora, 2025. p. 65-68.

MOBILIZAÇÃO autônoma lésbica pedi justiça por Carol [Carta aberta escrita pelas coletivas]. **Revista Alternativa LGBTQ**, 2023. Disponível em: https://revistaalternativa1.wixsite.com/revistaalternatival/post/mobiliza%C3%A7%C3%A3o-aut%C3%B4noma-l%C3%A9sbica-pede-justi%C3%A7a-por-carol. Acesso em: 25 fev. 2025.

PERES, Milena Cristina Carneiro; SOARES, Suane Felippe; DIAS, Maria Clara. **Dossiê sobre lesbocídio no Brasil de 2014 até 2017**. Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2023.

POESIA, Rubra. Lésbica: a palavra temida. *In*: ORGANIZAÇÃO VERTE. **Existência lésbica em poesia**. Novo Hamburgo: Francine Diemer, 2021. p. 10-11.

RIBEIRO, Tiago Ribeiro; SOUZA, Rafael de; SAMPAIO, Carmen Sanches. **Conversa como metodologia de pesquisa**: por que não? 2. ed. [*S. l.*]: Ayvu, 2023.

RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica & outros ensaios**. Rio de Janeiro: A Bolha, 2019.

SANCHES, Sarah Ryanne Sukerman. A poesia acende uma fagulha. *In*: CARMO, Adriele do; WAINER, Daniela (org.). **Erótica**: versos lésbicos. Salvador: Tucum, 2022. v. 1. p. 136-138.

SCOTT, Joan Wallach. A invisibilidade da experiência. **Projeto História**, v. 16, 1998. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11183. Acesso em: 26 fev. 2025.

SILVA, Zuleide Paiva da. **Sapatão não é bagunça**: estudo sobre as organizações lésbicas da Bahia. 2017. Tese (Doutorado em Difusão do Conhecimento) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

SILVA, Zuleide Paiva da *et al*. Pedagogias feministas. *In*: SILVA, Ana Lúcia Gomes da; SALVADORI, Juliana Cristina; SILVA, Obdália Santana Ferraz (org.). **Abecedário pedagógico sob rasura**: educação e(m) diversidade. Salvador: Jornal Editora Alecrim, 2023. p. 414-415.

SUMÁRIO





ciber_org

A IDENTIDADE É UMA ILHA DE EDIÇÃO

IDENTITY IS AN EDITING ISLAND

LA IDENTIDAD ES UNA ISLA DE EDICIÓN

RESUMO:

O texto *A identidade é uma ilha de edição* aborda questões relacionadas à construção das identidades transmasculinas e não binárias a partir das vivências pessoais e artísticas de ciber_org. Mesclando ensaio, relato e manifesto, o autor analisa a identidade como um processo em constante transformação, construção e edição. O texto reflete sobre as leituras sociais de gênero e as implicações da materialidade do corpo, evidenciando tensões entre identidade, cisheteronormatividade e violência de gênero. A série *self_made* (2022), composta por três placas de resina contendo elementos significativos da transição do autor, é utilizada como o argumento central do texto.

Palavras-chave: Identidade de gênero. Transmasculinidade. Modificação corporal. LGBTQIAPN+.

ABSTRACT:

The text Identity is an Editing Island addresses issues related to the construction of transmasculine and non-binary identities through the personal and artistic experiences of ciber_org. Mixing essay, narrative, and manifesto, the author analyzes identity as a process of constant transformation, construction, and editing. The text reflects on social perceptions of gender and the implications of the materiality of the body, highlighting tensions between identity, cisheteronormativity, and gender-based violence. The artwork self_made (2022), composed of three resin plates containing significant elements of the author's transition, is used as the central argument of the text.

Keywords: *Gender identity. Transmasculinity. Body modification. LGBTQIAPN+.*

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-480-3.12



RESUMEN:

El texto La identidad es una isla de edición aborda cuestiones relacionadas con la construcción de identidades transmasculinas y no binarias a partir de las experiencias personales y artísticas de ciber_org. Mezclando ensayo, relato y manifiesto, el autor analiza la identidad como un proceso de constante transformación, construcción y edición. El texto reflexiona sobre las percepciones sociales del género y las implicaciones de la materialidad del cuerpo, evidenciando tensiones entre identidad, cisheteronormatividad y violencia de género. La obra self_made (2022), compuesta por tres placas de resina que contienen elementos significativos de la transición del autor, se utiliza como el argumento central del texto.

Palabras clave: *Identidad de género. Transmasculinidad. Modificación corporal. LGBTQIAPN+.*

Cara leitora,[30]

Assim como a minha identidade, este texto encontra dificuldades para se assentar em uma única categoria. Elu[31] se debate entre o ensaio, o relato de experiência e o manifesto. Assim como eu me debato entre o homem, a mulher, a sapatão e o bofinho.

Apesar de seu título ser *A identidade é uma ilha de edição*, elu também poderia se chamar: *BOFE, por uma identidade sapatrans-viada*. No entanto, escolho nomeá-lu como elu se apresenta, pois este título anuncia perfeitamente o que pretendo apresentar a você no decorrer das próximas páginas.

A primeira versão deste texto foi apresentada enquanto uma leitura performativa durante o Seminário de Estéticas e Artes Contra Coloniais realizado na Escola de Belas Artes da UFMG, no dia 29 de agosto de 2024, em Belo Horizonte.

30 Seguindo a escolha política da REF, utilizarei os pronomes ela/dela para me referir às pessoas leitoras no singular e no plural.

31 Este texto, no entanto, deve ser entendido como uma matéria além das dicotomias pronominais presentes nas normativas do sistema sexo-gênero. Dessa forma, utilizarei o pronome neutro elu/delu.

SUMÁRIO



A segunda versão compõe a obra *BOFE* (2024), que consiste na instalação do seu título em fita microporosa sobre uma parede de 3x8m e na leitura performativa do texto em frente à instalação. A terceira versão é a que vos fala agora.

1.271 quilômetros separaram a primeira versão deste texto da sua série obra-catalisadora, *self_made*, de 2022. Ambas simultaneamente disponíveis para o público durante a janela de tempo que durou a leitura de sua primeira versão, das 16h45 às 17h05 do dia 29 de agosto de 2024.

self_made hoje está embalada em camadas e camadas de plástico-bolha dentro de uma caixa de papelão no meu ateliê. Já este texto, ou melhor, esta versão, publicada aqui, permanecerá visível e disponível ao público, em seu formato PDF, enquanto os servidores do mundo sustentarem esse colosso cibernético a que chamamos internet.

Desejo a você, leitora, uma boa leitura e lhe dou um conselho: deixe, sempre que possível, decantar a dúvida.

ciber_org

|

Meu nome é Rudá, tenho 31 anos e sou uma pessoa de estatura mediana com barba e cabelos crespos castanho-escuro. No sul do país, onde resido atualmente, sou considerado uma pessoa negra; em Belo Horizonte, onde nasci e me criei, nem tanto. Possuo tatuagens visíveis nas mãos, nos braços, no pescoço e nas pernas, uso um alargador inox na orelha direita e uma argola de prata na orelha esquerda, possuo três piercings microdermais, um em cada maçã do rosto e no meio da testa.

SUMÁRIO



A primeira vez em que uma mulher me leu como um homem, eu estava indo para casa, dentro daquele que devia ser um dos últimos ônibus do dia. Eu estava sentado do lado direito, no banco logo em frente àquele mais alto que fica em cima das rodas traseiras. A luz do ônibus estava apagada – procedimento padrão das linhas noturnas que atendem à Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) depois das 22h –, o motorista só acendia a luz quando entrava algum passageiro novo, e, às vezes, nem dava tempo deste passageiro se sentar, e ele logo a apagava de novo. Lá pelas tantas, a luz se acendeu e eu vi uma mulher na catraca. Recém-saída do trabalho, ainda de uniforme, ela parou brevemente depois de girar a roleta e procurou um lugar para se sentar. Eu acompanhei seu olhar passear pelo ônibus e vi que, em todos os lugares vagos, havia um homem ao lado, dentro daquele que era provavelmente um dos últimos ônibus, de luz apagada, tarde da noite. Eu automaticamente me aprumei no banco, abri espaço para ela se sentar e vi-a passar direto por mim, indo se sentar ao lado de um homem que também estava de uniforme, vindo do trabalho, de borco na janela, ferrado no sono. Eu olhei em volta novamente, ainda incrédulo de que a moça tinha escolhido se sentar ao lado de um deles, naquele ônibus de luz apagada, tarde da noite. Mas, quando me desaprumei novamente no banco, vi, no último segundo antes do motorista apagar a luz, o meu reflexo na janela do ônibus, então entendi que ela se viu como a única mulher ali, que não tinha percebido que, embaixo do meu boné aba reta, havia alguém que também já havia sido uma.

Em abril de 2019, eu realizei minha primeira consulta no Ambulatório Trans de Belo Horizonte. O doutor, endocrinologista responsável pela hormonização de mais de 500 pessoas trans da RMBH, me recebeu no consultório do Hospital Eduardo de Menezes com uma pergunta petulante, divertida e ácida, que me faz pensar até hoje na resposta. Veja bem, em abril de 2019, eu tinha acabado de sair do armário pela segunda vez e chegava lá com a voz já metalizada pelo único shot de testosterona ilegal que havia tomado



dois meses antes. "Hum... você, então, é uma pessoa não binária...", ele comentou. Eu concordei entusiasmado. Com seu olhar fixo em mim por trás das grossas lentes dos seus óculos, ele ruminou um "aham" sob um bigode grosso e grisalho que mastigava as palavras antes da boca dizê-las. "Bom, aqui no consultório a gente segue um protocolo de hormonização padrão, uma ampola de Deposteron® ou Durateston®, de 20 em 20 dias. E isso é para virar homem. Tem o protocolo para virar mulher também. Mas, para virar não binário, não temos ainda...". Ele dizia isso muito naturalmente; porém, eu me vi completamente chocado com a frivolidade dada à minha "condição" trans. "Condição" alçada ao mais grudento e espesso exotismo em qualquer lugar fora daquele consultório.

Quando relatei esse encontro para meus pares trans, alguns ficaram ofendidíssimos. Eu nunca fiquei. Era um alívio sentir que ali eu era só mais um dentre tantos, apenas mais um item no cardápio das identidades, tão esmeradamente fabricadas pela cisheteronorma e refabricadas pelas sexo-gênero dissidências. Eu cheguei a esboçar um sorriso com o comentário dele. Ele, ainda com o olhar fixo em mim desde que eu havia me sentado naquela cadeira me dizendo não binário e buscando por uma receita que me levasse de volta à minha viagem hormonal, ruminou mais "ahams" com o seu bigode grisalho enquanto lia o parecer da psicóloga que havia me recebido na triagem, até que, finalmente, ele pisca, como quem umedece a vista para ver melhor, e me pergunta: "Qual corpo você quer ter?". Lembro de inclinar minha cabeça, surpreso, como um cachorro. A única resposta possível naquela situação era a mais honesta de todas: "Eu não tenho ideia". Nunca na vida eu havia me deparado com a possibilidade de pensar o meu próprio corpo como algo modificável, editável, manuseável, construível, *assemblável*.[32] O Dr. Eduardo

32 *Assemblage* é uma técnica artística que consiste na junção de diferentes materiais, por meio de colagem, sobreposição e outras técnicas, para criar um novo conjunto. O termo foi cunhado pelo pintor e gravador francês Jean Dubuffet (1901–1985) na década de 1950. O termo "assemblável" é um neologismo que criei ao transformar a técnica em um adjetivo para a identidade.



foi o primeiro a me ofertar a pergunta que mudou minha vida: qual corpo você quer ter? Eu saí de lá com o protocolo padrão para virar o que ele chamava de homem nas mãos: 2 ml de Deposteron®, de 20 em 20 dias, com a última frase dele me seguindo de soslaio porta afora: "E, aí, a gente vai vendo, tá bom?".

Seis anos depois e ainda não virei homem. Confesso que tenho um profundo desdém por essa palavra. Ela me soa empoeirada, velha, obsoleta. Relíquia de um sistema que tem sua falência anunciada a cada sexo-gênero dissidência já catalogada e autonomeada. Eu, honestamente, prefiro dizer *bofe*,[33] utilizo muito essa palavra no meu dia a dia: "Você viu aquele bofão?", "Ixi, ah lá, tá achando que eu sou bofe", "Não, aquele ali é bofe, bofe mesmo". Eu confesso que nunca quis ser bofe, mas sei que se você me encontrar tarde da noite, no último ônibus de luz apagada, você vai me ver como um bofe. No entanto, as únicas coisas que mudaram com a minha reidentificação de gênero foram a retirada dos meus seios que vestiam 46 e o acréscimo de uma barba que vem crescendo em meu rosto, dois procedimentos de modificação corporal que transformaram a leitura social da minha identidade completamente. Veja bem, o meu guarda-roupa nunca mudou, eu visto as mesmas roupas desde que me assumi sapatão, há 12 anos, quando era uma sapatão bofinho.[34] Camisa de botão larga, calça larga, cabeça raspada, tatuada: bofinho! E, agora, com essa barba: bofão!

Teve uma época anterior a essa que te escrevo, em que a materialidade do meu corpo não se encaixava nos contornos cisnormativos de gênero. Eu era um corpo com peito e barba e as pessoas realizavam uma coreografia particular com o olhar sempre que me

33 Bofe é uma palavra oriunda do dialeto das ruas utilizado pelas travestis trabalhadoras do sexo em meados do século XX. Nesta origem da palavra, bofe surge significando homem. Aqui, eu o utilizo para denotar um dos tipos de masculinidade.

34 Sapatão bofinho é um termo comumente utilizado dentro da comunidade LGBTQIAPN+ para designar mulheres lésbicas que possuem uma estética considerada masculina pela cisheteronorma, como cabelo curto e roupas largas.



encontravam, a qual eu chamo de *movimento cara-crachá.* Sempre que percebiam o volume do meu busto, subiam o olhar para o meu rosto, esquadrinhavam minha barba, depois retornavam aos peitos, vasculhando com a vista cada pedaço de peito que escapava por baixo do meu *binder*,[35] dali para a barba novamente, e de volta ao busto e depois à barba... Esse movimento era feito à minha revelia, me causava vertigem ser esquadrinhado à guisa da régua da materialidade cisnormativa. A música de Helen Maria e Vulkanika Pokaropa, *Botina na Cara*, exemplifica perfeitamente essa experiência cotidiana dos meus primeiros anos de transição: "Se é menino ou menina / o machinho quer saber / toda hora que eu passo / ele volta a dizer".

Monique Wittig nos diz que a lésbica nunca foi mulher, porque a mulher é um sujeito que existe a partir, para e sob a lógica da heterossexualidade. A mulher é engrenagem da cisheteronorma, ela existe por e para o homem heterossexual, então a sapatão que evade a cisheteronorma é outra coisa, não é mulher.

> O que é a mulher? Pânico, alarme geral para uma defesa ativa. Francamente, este é um problema que as lésbicas não têm por causa de uma mudança de perspectiva, e seria incorreto dizer que as lésbicas se associam, fazem amor, vivem como mulheres, pois "mulher" tem significado apenas em sistemas de pensamento heterossexuais e em sistemas econômicos heterossexuais. As lésbicas não são mulheres (Monique Wittig, 2022, p. 67).

Eu levei um baque considerável quando pensei ter perdido a minha identidade sapatão bofinho, esmeradamente construída nos últimos anos de afirmação da minha sexo-gênero dissidência. Quando os métodos de modificação corporal que elenquei para a construção da minha identidade transmasculina começaram a sedimentar em meu corpo, logo entenderam que eu me identificava

35 *Binder* é o termo utilizado pela comunidade travestigênere para designar os dispositivos utilizados para modificar o corpo temporariamente, como disfarçar o volume dos seios por meio de fitas micropore, esparadrapos, faixas ou coletes.



como um homem, mesmo nunca tendo dito isso na vida. Eu também levei um tempo considerável para entender que continuava sapatão, que toda a minha subjetividade tinha sido construída e sedimentada em torno da identidade sapatão, que a maneira de me relacionar sempre foi sapatão; portanto, que não haveria barba que crescesse em meu rosto capaz de transformar o meu amor por outra pessoa em um amor heterossexual.

A lógica que Wittig nos apresenta ao afastar a sapatão dos contornos rígidos e cisheteronormativos que fundamentam nossa ideia de mulher me encanta. Eu sempre fui sapatão, mas mulher... No entanto, quando penso na materialidade do corpo, penso também na materialidade da violência, e o meu corpo está sob o jugo da violência de gênero desde o momento em que me apontaram mulher em uma imagem disforme em um ultrassom. Na materialidade do meu corpo visível, até uma certa camada de roupa, eu sou um bofe, mas em que momento eu deixo de ser essa mulher apontada em um pré-natal? E aqui, eu digo mulher enquanto sujeito político, não biológico. Eu digo mulher enquanto a primeira contraforma da identidade cisheteromasculina, como o grande primeiro Outro, enquanto tudo aquilo que o homem, criado à imagem e semelhança de Deus, não é e não pode ser, porque se for, já não será mais homem, correndo o risco de ser algo que não Deus, correndo o risco de ser o Outro, correndo o grande risco de ser mulher. Já a mulher, vinda da tal costela do filho do Criador, livre dos contornos, da forma, da imagem e da semelhança do próprio Criador, pode ser tudo aquilo que não está enclausurado nos próprios limites do que é ser Deus, pode ser quem quiser ser, inclusive, não ser mulher. É possível dizer mulher enquanto primeira pessoa do plural? Capaz de abarcar todos os Outros e Outras que surgiram como tudo aquilo que não é homem, logo, que não é Deus? Se sim, então, talvez, eu seja ainda mulher, porque sigo definitivamente sendo o Outro, mesmo sem peito, mesmo com barba, sigo sendo tudo aquilo que não é homem, logo, que não é Deus.



II

O título deste texto é *A identidade é uma ilha de edição,* que é também o título do meu projeto de mestrado, e é também o título de uma série de trabalhos que desenvolvi nos últimos anos, e é também o título de uma palestra que dei no semestre passado no *umoutro-espaço,* em Itajaí, e é também o título de uma exposição individual que abri esse ano em Florianópolis.. Esse título me é tão caro por conseguir resumir realmente o que eu entendo por identidade, ou, pelo menos, pela minha identidade.

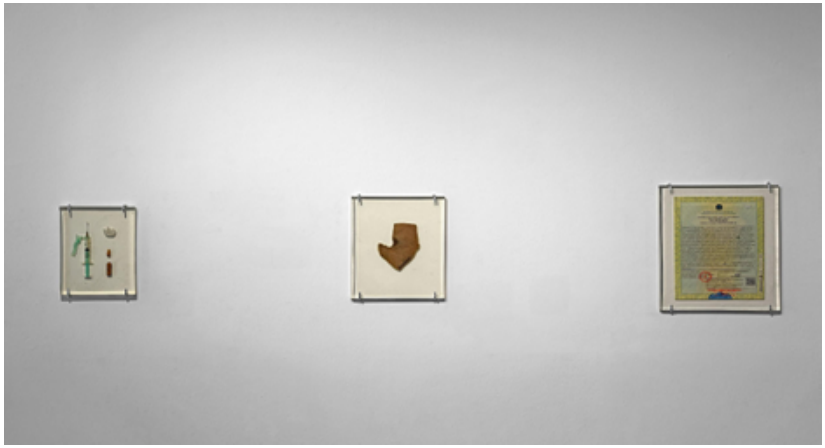
Veja bem, não me interessa aqui achatar as identidades transmasculinas, muito menos as identidades travestigêneres no geral, não me interessa transformá-las em uma sinopse ou em uma definição de contorno firme. Eu estou aqui contando, relatando, a minha experiência sexo-gênero dissidente. Eu, Rudá: sapatão, trans-masculino, boyceta,[36] pessoa branca, mas não tão branca assim, pessoa negra, mas não tão negra assim, cria da RMBH, filho de um cabeleireiro e de uma depiladora.

Hoje, eu entendo que crescer em um salão de beleza, brincando entre os cheiros de laquê e de cera quente de mel, vendo os chumaços de cabelo se acumularem no chão e uma nova pessoa surgir no espelho, vendo o cabelo negro se tornando loiro depois de horas sob o papel alumínio, me fez compreender já na infância a dimensão editável da identidade e testemunhar a plasticidade de suas diversas e possíveis materialidades. Mas eu só começo a entender a identidade como uma ilha de edição[37] quando, em 2022, realizo a série *self_made*, produzida durante o 8º Programa de Residências Bolsa Pampulha.

36 Boyceta é um termo utilizado como identidade por algumas pessoas transmasculinas. Ele foi criado a partir da junção da palavra de língua inglesa *boy,* que significa menino, com a palavra buceta, informalmente utilizada para designar a genitália visível do aparelho reprodutor feminino.

37 Ilha de edição é o termo que se usa para designar os softwares e hardwares utilizados por editores e montadores na etapa de pós-produção de obras audiovisuais.

Figura 1 - série *self_made*, 2022



Fonte: Daniel Moreira, 2022.

#ParaTodoMundoVer: a imagem apresenta três placas de resina epóxi transparente, em formato retangular, fixadas separadamente por 4 parafusos em L sobre uma parede branca, dispostas linearmente com uma distância de 50 cm entre elas.

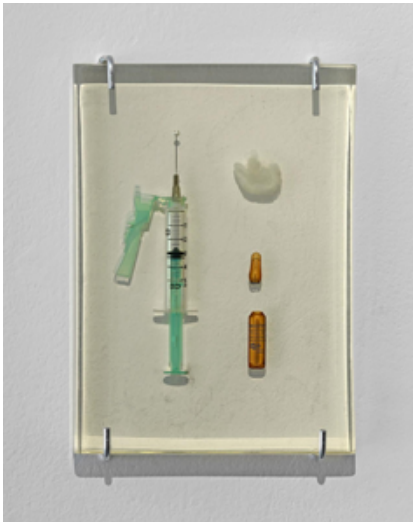
Esta é a série selecionada para compor a IV Exposição Internacional de Arte e Gênero – O Coletivo é Político, durante o 13º Seminário Internacional Fazendo Gênero, realizado pela UFSC, em 2024. Neste trabalho, eu apresento três resinas que remetem a três métodos de edição da minha identidade: a hormonização, a cirurgia e a retificação jurídica do meu nome.

Na primeira resina, encontram-se uma seringa de 5 ml, um chumaço de algodão branco e uma ampola de Deposteron® de 2 mg, utilizadas em minha primeira aplicação de testosterona, em fevereiro de 2019, e se chama *método 1*. Na segunda resina, encontra-se a pele do meu seio esquerdo, retirada cirurgicamente, em julho de 2021, intitulada *a queda de uma anatomia*. E na terceira resina, encontra-se a minha Certidão em Inteiro Teor de Nascimento com o meu nome de registro retificado, emitida em novembro de 2022, e que se chama *como uma nota de rodapé*. Três placas de resina que dizem dos três métodos utilizados na construção da minha identidade

transmasculina: a hormonização, a terapia e a retificação. Minha pele pregada na parede, entre a minha certidão retificada e o meu primeiro shot de testosterona, anuncia/denuncia a dimensão editável e ficcional da minha identidade.

MÉTODO I:
A HORMONIZAÇÃO COM TESTOSTERONA

Figura 2 - Primeira placa de resina da série *self_made: método 1*, 2022



Fonte: Daniel Moreira, 2022.

#ParaTodoMundoVer: a imagem apresenta uma placa de resina epóxi transparente, em formato retangular, fixada por 4 parafusos em L sobre uma parede branca. Em seu interior encontram-se uma seringa de 5 ml, um chumaço de algodão branco e uma ampola de vidro aberta com a sua tampa flutuando a alguns centímetros do seu corpo.

No dia 8 de fevereiro de 2019, eu peguei um ônibus na Av. Antônio Carlos, em frente à UFMG, região norte de Belo Horizonte, rumo à casa do Vitor, na Av. Amazonas, na altura do bairro



Alto Barroca, região oeste. Faziam exatos 10 dias que eu havia me deparado com a minha transgeneridade, encarado-a de frente, e assumido para mim mesmo que esse era o único caminho. A única outra pessoa transmasculina que eu já havia conhecido na vida, até então, era o Vítor, meu calouro. Ele chegou à Escola de Belas Artes, em 2015, já hormonizado, com um cavanhaque cheio no queixo, e o *binder* à mostra nos dias quentes, quando ficava sem camisa no Diretório Acadêmico. Foi para ele que mandei mensagem dizendo: "Caraca, mano, acho que eu sou trans" e foi ele quem me disse: "Vem aqui em casa, vamo conversar", foi ele quem me disse também: "Eu tenho uma ampola aqui em casa sobrando, posso aplicá-la em você". E, no outro dia, lá estava eu, deitado de borco na cama dele, no calor seco de verão do cerrado mineiro, com a minha bunda de fora, tomando minha primeira injeção de meia-ampola de Durateston® 2 mg. A minha primeira ampola foi dividida com outro transmasculino, o Fernando. Ele vendia brigadeiros pelo centro de Belo Horizonte, e, assim como eu, aquela era sua primeira meia-ampola da vida. A gente deu esse primeiro passo juntos e nunca mais nos vimos. Eu acompanhei o seu bigode crescer pela tela do meu celular, em uma resolução de 1920x1080 pixels. Eu nunca mais tomei Durateston®; na época, cada ampola desse hormônio custava cerca de R$ 11,00, ele era considerado instável e cheio de efeitos colaterais, mas era a primeira escolha das transmasculinidades hormonizadas que tinham pressa em ver os resultados da hormonização pipocando na barba, na voz e nos músculos.

Quando eu fui me consultar no Ambulatório Trans com o Dr. Eduardo, ele me deu algumas opções: Deposteron® ou undecilato de testosterona. A ampola do primeiro custava cerca de R$ 20,00, eu deveria aplicar 2 mg de 20 em 20 dias. O segundo custava cerca de R$ 500,00 a ampola, entretanto eu deveria aplicar de 12 em 12 semanas. Ele me disse que a segunda opção era a mais estável e com menos efeitos colaterais, mas que era mais comum as pessoas usarem a primeira opção. Eu saí do consultório com a receita de

SUMÁRIO



Deposteron® 2 mg e sua posologia padrão. A minha primeira reação foi ligar para a minha mãe, e, em menos de 2 minutos de conversa, ela já estava chorando preocupada com a minha esterilidade e a falta de netos que assombrava o seu futuro. Quando desliguei, mandei uma mensagem para o Vítor e combinamos: amanhã, no banheiro do segundo andar.

Na primeira resina dessa obra, se encontra a primeira ampola inteira de Deposteron® 2 mg que eu tomei na vida. A primeira ampola inteira de testosterona que o Vítor me aplicou em pé, dentro do banheiro do segundo andar da Escola de Belas Artes, em frente à secretaria da pós-graduação. A primeira de uma série de 72 ampolas que eu aplicaria de 20 em 20 dias pelos próximos quatro anos.

Crescimento muscular generalizado. Mudanças nas cordas vocais. Crescimento de pelos generalizados. Aumento de libido. Aumento de disposição física. Redistribuição de gordura. Queda de cabelo. Aumento de apetite. Aumento da oleosidade da pele. Aceleração do metabolismo. Surgimento de acnes.

A testosterona é o hormônio que começa a ser produzido naturalmente em corpos cismasculinos na primeira puberdade e está profundamente associada a uma masculinidade cisnormativa que é macho, que é forte, que é impávida. Em corpos transmasculinos, ela surge artificialmente, seja gotejando espessamente pela ponta da agulha da seringa ou pelo gel gelado sobre a pele da barriga. A minha segunda puberdade aconteceu aos 25 anos. Depois de ter passado pela primeira puberdade enquanto uma mulher cis, com pavor da gravidez na adolescência. Depois de ter ingressado na universidade enquanto uma mulher cis, sendo recorrentemente silenciada pelos meus professores e colegas machos, fortes e impávidos. Depois de ter me assumido sapatão, sendo assediada junto de minhas companheiras pelos machos, fortes e impávidos das ruas.



A testosterona na segunda puberdade, já em idade adulta, não produziu em mim a macheza, a força, a impavidez, esperadas pela ideia cismasculina e biologizante de testosterona. Pelo contrário, a testosterona me proporcionou uma reconciliação com a minha feminilidade e sensibilidade. Enquanto uma mulher cis, essas características reforçavam um lugar cisnormativo que me aprisionava e me impedia de ser qualquer outra coisa que não um sujeito enclausurado em uma biologia supostamente submissa, recatada e delicada. Mas hormonizado, eu me sentia em paz de poder finalmente expressar camadas da minha subjetividade que eu antes dissimulava, mascarava, escondia e que passavam longe de qualquer ideia que se tinha sobre masculinidade na época. Com a minha hormonização e o surgimento de características entendidas como masculinas no meu corpo, eu passei de sapatão a viadinho.[38]

38 Viadinho é uma palavra utilizada pela cisheteronorma para ofender um homem que tenha características femininas em seu jeito ou forma de ser, seja ele homossexual ou não.

SUMÁRIO

MÉTODO II:
A MASTECTOMIA MASCULINIZADORA

Figura 3 - Segunda placa de resina da série *self_made: a queda de uma anatomia*, 2022



Fonte: Daniel Moreira, 2022.

#ParaTodoMundoVer: a imagem apresenta uma placa de resina epóxi transparente, em formato retangular, fixada por 4 parafusos em L sobre uma parede branca. Em seu interior se encontra a pele do seio esquerdo do artista, tatuada com a palavra que dá título à obra: *self_made*.

Meus peitos começaram a crescer quando eu tinha 9 anos. Minha primeira puberdade atropelou o final da minha infância e meu corpo começou a ser sexualizado quando eu ainda estava na 4ª série do Ensino Fundamental. Eu me lembro do primeiro sutiã que ganhei da minha mãe no meu aniversário de 10 anos. Era um sutiã branco, com uma pequena renda nas bordas e com estampa da *Minnie*.



Eu lembro do cuidado que ela teve ao me dizer que eu deveria usar aquela peça de roupa agora que eu estava virando "mocinha" e o tanto que eu e ela ficamos envergonhadas e sem jeito com aquela situação toda. Eu não gostei logo de cara. Detestava as rendinhas e a *Minnie*. Detestava as coisas ditas "de garota". Detestava o tanto que ser garota me impedia de fazer todas as outras coisas do mundo, como brincar na rua até tarde, ficar sem camisa, jogar bola. E aquele sutiã me parecia ser mais um dos vestidos que eu não queria usar, mais uma das sandálias da Carla Perez que eu não queria usar, mais uma das coisas que me enclausuravam naquele lugar de *menina* e me impediam de ver o mundo. Hoje em dia, eu queria muito ainda ter esse sutiã. Na minha memória, ele me parece até bonito e, a essa altura, já teria virado resina.

O meu processo de hormonização me revelou a plasticidade do corpo. Foi como se ali eu começasse a entender que eu poderia ser quem eu quisesse, do jeito que eu quisesse, da forma como eu me sentisse melhor. E eu sabia que definitivamente me sentiria melhor sem peitos. Quinze anos depois de ganhar meu primeiro sutiã, eu comprei o meu primeiro *binder*. Para o volume de seios que eu tinha, o *binder* não resolvia muita coisa, mas era uma tecnologia acessível se comparada à cirurgia. E desde o dia em que eu o vesti pela primeira vez, só parei de usá-lo quando me despi rumo à mesa de cirurgia, 2 anos e meio depois.

Eu pensei que a cirurgia seria a fronteira final. A metáfora da ponte sempre cruzava minha mente quando pensava no que ela significava no meu processo de transição. Eu pensei que levantaria daquela mesa de cirurgia pronto, feito, finalizado. Nunca antes eu havia passado por uma cirurgia, e em momento algum eu havia pensado no pós-operatório. Já me imaginava curado, cicatrizado, inteiro, sem camisa debaixo do sol. O primeiro banho pós-cirúrgico foi um baque: me vi todo costurado, inchado, com uma cicatriz que cortava meu corpo ao meio, de fora a fora. Nunca me senti tão carne, tão delével, tão humano, tão perecível quanto naquele momento.



A plasticidade do corpo sendo o delével da carne, pulsante, sangrento. Eu precisei ficar um mês com o colete compressor, só o tirava para banhar, e, logo que saía do banho e passava os produtos que ajudavam a desinfetar e cicatrizar, já o vestia novamente. Eu quase não tive contato com o meu corpo nu nesse primeiro mês.

Quando finalmente me senti seguro para passar um tempo no espelho com o meu reflexo remodelado, foi outro baque. "É um eterno reconhecer-se novamente" ecoou na minha mente naquele momento. Essa frase me foi dita por um amigo transmasculino que tinha realizado sua cirurgia alguns meses antes. Conversávamos sobre o resultado da cirurgia. Hoje, entendo que a insatisfação com o próprio corpo é algo que assombra toda e qualquer pessoa que vive na contemporaneidade, sendo bombardeada por corpos impossíveis, ultraprocessados por filtros do Instagram e camadas do Photoshop. No entanto, o meu reconhecer-se novamente é cotidiano e tem me levado a lugares mais generosos comigo mesmo e com a minha caminhada. Eu sou um corpo que carrega uma cicatriz que o corta ao meio, um lembrete da minha história que não me pesa e não me deixa esquecer que consegui evadir e sobreviver para além da cisheteronorma.

Eu sempre soube que queria voltar com os meus peitos para casa. Não parecia fazer sentido descartá-los junto dos restos de cirurgia de outras pessoas. Havia ainda um certo apego, uma certa conexão, eles ainda eram, de alguma maneira, *meus* peitos. Sim, os peitos que nunca desejei, que nunca gostei, que sempre me incomodaram e que sempre chamaram uma atenção desnecessária, eram *meus* peitos para eu levar para casa. Quando falei para o meu cirurgião que queria levá-los comigo, ele me disse apenas: "Sem problemas, eles são seus mesmo". E, assim, eu saí do Hospital São José, no dia 9 de julho de 2021, com os meus dois peitos na mão, cada um em seu próprio saco plástico, flutuando no formol.

SUMÁRIO



Quando iniciei a pesquisa dentro do 8º Programa de Residência Bolsa Pampulha, eu já sabia que os peitos seriam os grandes protagonistas. No entanto, fiquei impedido de trabalhar com essas peças no ateliê coletivo do programa, havia um temor geral de que, por meio de alguma denúncia anônima, meus peitos fossem apreendidos e a polícia os levasse embora. Esta obra, que já circulou por três cidades diferentes, pode ser apreendida a qualquer momento pelas forças de segurança do Estado mediante uma simples denúncia: legalmente, eu não posso ter a posse dos meus próprios peitos uma vez que eles estejam desgrudados dos meus sistemas sanguíneo, nervoso e muscular. Uma vez que eu separo, recorto, removo uma parte do meu corpo, o aparato jurídico retira o pronome possessivo que antecede a palavra corpo na expressão anterior à última vírgula dessa frase. E assim, o que era meu corpo, se torna apenas corpo. Segundo a assistência jurídica que recebi durante o programa de residências, não podem existir partes humanas circulando que não estejam registradas sob um CNPJ vinculado a alguma atividade que envolva a lida com materiais orgânicos humanos ou que não estejam ainda grudadas a um corpo vivo, ou morto, registrado no Cadastro de Pessoas Físicas. Eu levei os peitos recortados do m/eu/corpo para casa de modo ilegal e somente um exame laboratorial pode atestar sobre o meu direito genético e biológico sobre o meu próprio corpo. Por meio deste trabalho, o real poder do Estado e da lei sobre os nossos corpos se apresentou concretamente no meu horizonte.

MÉTODO III:
A RETIFICAÇÃO DO NOME DE REGISTRO

Figura 4 - Terceira placa de resina da série *self_made: como uma nota de rodapé*, 2022



Fonte: Daniel Moreira, 2022.

#ParaTodoMundoVer: a imagem apresenta uma placa de resina epóxi transparente, em formato retangular, fixada por 4 parafusos em L sobre uma parede branca. Em seu interior encontra-se a certidão em inteiro teor de nascimento de Rudá Guedes Lemos.

Eu retifiquei o meu nome em 12 de novembro de 2022. Um procedimento burocrático relativamente tranquilo de ser realizado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais em que eu fui registrado pelo meu pai quando nasci. Há uma série de documentos obrigatórios que você precisa levar até o cartório para dar entrada nesse procedimento: certidão de nascimento atualizada, cópia do Registro Geral de Identidade (RG), cópia do passaporte brasileiro,



cópia do Cadastro de Pessoa Física, cópia do título de eleitor, cópia da carteira de identidade social, comprovante de endereço, certidão do distribuidor cível do local de residência dos últimos cinco anos, certidão do distribuidor criminal do local de residência dos últimos cinco anos, certidão de execução criminal do local de residência dos últimos cinco anos, certidão dos tabelionatos de protestos do local de residência dos últimos cinco anos, certidão da Justiça Eleitoral do local de residência dos últimos cinco anos, certidão da Justiça do Trabalho do local de residência dos últimos cinco anos e certidão da Justiça Militar. E há os documentos facultativos: laudo médico que ateste a transexualidade/travestilidade, parecer psicológico que ateste transexualidade/travestilidade e laudo médico que ateste a realização de cirurgia de redesignação de sexo. Com os documentos em mãos, você dá entrada no processo, eles emitem um boleto de R$ 600,00 e, sete dias depois, você pega sua nova certidão de nascimento com seu sexo e nome alterados.

Eu não queria ter mudado meu sexo de feminino para masculino pelas diversas implicações jurídicas que isso acarreta; por exemplo, hoje eu sou um reservista do Exército Brasileiro e posso ser convocado junto de outros homens cis para lutar algum tipo de guerra sem sentido em prol do ultraliberalismo. Mas no meu estado de nascimento, Minas Gerais, só conseguiria retificar para o sexo não binário por meio de processo jurídico – o que custaria muito mais e levaria muito mais tempo do que eu podia dispor.

Eu retifiquei o meu nome por causa desta série, *self_made*. Poderia ter emitido uma carteirinha de nome social que facilitaria muito minha vida administrativa e burocrática com todas as instituições – desde que estas tivessem profissionais e colaboradores capacitados para lidar com a população travestigênere ciente dos direitos de uso de nome social em todas as administrações públicas do país. No entanto, quando pensei na obra *self_made*, entendia que a última ponte a ser cruzada pelo meu corpo hormonizado e cirurgiado era a jurídica-documental. Depois de mudar o corpo,



mudar o nome do Estado sobre o corpo. E, assim, hoje carrego o sexo masculino como o meu sexo jurídico-documental. Posso ter que lutar uma guerra e, em caso de prisão, estarei fadado a cumprir minha pena em uma prisão masculina. Existem direitos que me permitem ir para uma ala especial ou que passe por um juiz a minha realocação para uma prisão feminina em prol da minha segurança. Mas conhecendo a perversão cisgênera e racista que é comum hoje entre os agentes da nossa força policial, temo que esse direito me seria negado até a última ordem.

Quando saí do cartório, imprimi duas certidões: uma certidão em inteiro teor de nascimento e uma certidão de nascimento, a primeira, eu resinei, e a segunda, eu utilizo como documento. Às vezes, utilizo a primeira como documento também, levo a resina embaixo do braço para onde for necessário, porque nela está toda a minha história escrita, descrita e assinada por um tabelião, em cima de um papel oficial e timbrado do Estado brasileiro. Algo mais legítimo que isso, desconheço.

No entanto, há um fato peculiar sobre essa certidão em inteiro teor de nascimento, ela conta minha história em texto corrido:

"Certifica que, dos livros de registro de nascimento do cartório da seu cargo, consta no de número 00485-A, folhas 237, termo 0223956, o assento do seguinte teor: "Livro: 485 Folha: 237 Termo: 224956 Guia: // Nº DN: 2789758 (HARRISON) (12:51:38) Aos vinte e quatro(24) de fevereiro de mil novecentos e noventa e quatro (1994) MOISÉS DE OLIVEIRA LEMOS, cabeleireiro, RG, compareceu neste cartório e declarou que no dia: onze(11) de fevereiro de mil novecentos e noventa e quatro (1994), as onze horas e cinquenta minutos (11:50h), no Hospital Evangélico, Belo Horizonte, MG, nasceu uma criança que recebeu o nome de DEBORÁ GUEDES LEMOS (nome pelo qual se responsabiliza o declarante), do sexo feminino, filha do declarante..." E aí, segue-se o nome da minha mãe e de testemunhas que lavram o seguinte termo, nome dos meus avôs e avós de partes materna e



paterna, até que se chega na parte: "Em 14/11/2022 – Averbada a alteração do nome da registrada Deborá Guedes Lemos para o prenome Rudá e do gênero feminino para masculino, passando a assinar Rudá Guedes Lemos de acordo com o Provimento 73/2018 do CNJ."

Eu, que nasci Débora e a vida inteira tive que responder "Débora sem H no final", vi meu nome virar Deborá em seus últimos dias de vida. De Débora a Deborá, só para depois se tornar Rudá. A lógica "não se nasce, se torna" de Beauvoir toma corpo jurídico nos livros de registro de nascimento dos cartórios do Brasil, afora e adentro, que tiveram que retificar o nome de algum de seus registrados.

A certidão de nascimento que carrego como documento e que possui uma aparência próxima da de formulários, não traz nenhuma nota de rodapé ou anotação no final da página que conte o correr da minha história. Ela, assim como o meu corpo até uma certa camada de roupa, não deixa entrever as entranhas de uma vida transgênera retificada, cirurgiada e hormonizada. É preciso correr os olhos até o final da página, para ver escrito à mão pelo Cleyton – tabelião da minha retificação – a data do último método de edição da minha identidade.

III

A metáfora da ponte não funciona muito bem para um processo de transição de gênero. Apesar de constantemente ela habitar o meu imaginário, não acho que essa passagem/travessia se conclua em uma localização espaço-tempo linear, com ponto de partida e de chegada. Na verdade, não acho que seja possível concluir uma vida como se conclui uma missão, com meios concatenados em prol de um fim. Mesmo fadados a ela, sabemos que o prol da vida não é a morte, não é mesmo?



Apresentei a vocês, enumerados pelo tempo linear dos anos em que se conta uma vida, os métodos de construção/edição da minha identidade sapatransviada.[39] Esses métodos poderiam ter sido realizados em qualquer ordem, ou nem mesmo terem sido realizados. Não são eles que me fazem transmasculino ou boyceta ou sapatransviado ou travestigênere. Os métodos existem como artifícios para a gente usar quando quiser e como bem quiser, não como condições que determinam ou não o nosso grau de existência.

O meu corpo transmodificado me ajudou a entender a plasticidade do gênero, do meu próprio corpo e do tecido social que me rodeia. Observar e sentir a sociedade se reorganizando ao meu redor à medida em que meu corpo se modificava foi uma experiência de profunda transformação e me atentou para processos generificantes que habitam as profundezas da minha subjetividade. Tomar consciência desses processos foi me atentar para o esforço envolvido na ginástica de gênero que transicionar exige. Reconhecer quais são os processos cisgenerificantes que me habitam, me constroem e me limitam enquanto sujeito social no mundo foi o primeiro passo para começar a me desviar deles, contorná-los, evadi-los pela tangente.

Transicionar é sair da terra supostamente firme, fixa e imutável da cisgeneridade – talvez aqui a metáfora da ponte faça sentido. É dar o primeiro passo rumo a um desconhecido que nos habita intimamente, subjetivamente. É viver constantemente entre a dúvida e a descoberta. É entender a própria vivência como a única régua possível para nossa métrica. Talvez aqui, a ponte não seja um link entre uma terra firme e outra, talvez seja só e apenas uma ponte, quilometricamente ponte, infinitamente ponte, sem ponto de chegada, sem outra terra firme, apenas dispositivo de evasão, migração, deslocamento, devir.

39 Sapatransviada ou sapatransviade ou sapatransviado é um neologismo construído pelas sexo-gênero dissidências com o aglutinamento das palavras sapatão + trans + viade(a)(o) no intuito de apresentar uma vivência marginal que passa por todos esses lugares por vezes simultaneamente, sem conseguir, de fato, se assentar em nenhum deles.



As palavras mulher e homem estão empoeiradas pelo tempo, danificadas pela heterocisnormatividade patriarcal que subjuga um em detrimento do outro. Mesmo ao adicionarmos o prefixo trans a elas, elas não se renovam. Essas duas identidades fabricadas e refabricadas pela cisheteronorma jamais darão conta de traduzir o que realmente é uma vivência travestigênere em um mundo como o nosso, que tem o prisma da vida danificado perversamente por uma dicotomia sexista, racista e classista.

Entendo a nossa ginástica de tradução ao nos apresentarmos como homens-trans e mulheres-trans para essa sociedade cisgenerificada, patriarcal e sexista. É preciso nos fazermos entender para aquelas que ainda não têm olhos para ver. No entanto, corremos o sério risco de nos contaminarmos com a poeira da cisgeneridade que sustenta essas identidades.

Proponho uma virada semântica: ao invés de prefixo, que o trans se torne um radical. Sejamos a base semântica da nossa própria identidade e não apêndice/afixos de identidades obsoletas. Que nos apresentemos como somos, inteiros e diversos, múltiplos e milhares, diferentes até o último fio de cabelo, e, ainda assim, todes, todos e todas, apenas e simplesmente *trans*.

REFERÊNCIAS

WITTIG, Monique. **O pensamento hétero e outros ensaios**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2022.

Laira Rocha Tenca

SILÊNCIO E IMAGEM:
LESBIANIDADE, RELIGIÃO E MEMÓRIA NO CINEMA INDEPENDENTE BRASILEIRO

SILENCE AND IMAGE: LESBIANITY, RELIGION, AND MEMORY IN BRAZILIAN INDEPENDENT CINEMA

SILENCIO E IMAGEN: LESBIANIDAD, RELIGIÓN Y MEMORIA EN EL CINE INDEPENDIENTE BRASILEÑO

RESUMO:

O presente artigo analisa a produção e recepção do filme *Amizades Particulares* (2020), um curta-metragem independente filmado em Super 8, que tensiona a relação entre sexualidade e religião no Brasil contemporâneo. Produzido durante o governo Bolsonaro, período marcado por ataques à cultura e censura de narrativas LGBTQIA+, o filme emerge como gesto político e registro da resistência lésbica no cinema. A partir de estudos de Adrienne Rich, bell hooks e Audre Lorde, discute-se como a representação cinematográfica de mulheres lésbicas tem sido território de disputa, especialmente quando atravessada por interseccionalidades de raça, classe e moralidade cristã. Além da análise fílmica, aborda-se o processo de produção, que incluiu método experimental de edição sonora dissociada da imagem, e o impacto de sua exibição no festival Fazendo Gênero. Argumenta-se que *Amizades Particulares* insere-se em movimento de contra-arquivamento, resgatando memórias lésbicas silenciadas e produzindo novas narrativas sobre desejo e fé.

Palavras-chave: Cinema lésbico. Representação LGBTQIA+. Religião e sexualidade. Censura cultural. Cinema independente.

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-480-3.13

SUMÁRIO





ABSTRACT:

This article examines the production and reception of Amizades Particulares (2020), an independent Super 8 short film that challenges the relationship between sexuality and religion in contemporary Brazil. Produced during Bolsonaro's administration—a period marked by cultural attacks and censorship of LGBTQIA+ narratives—the film stands as a political gesture and a record of lesbian resistance in cinema. Drawing on Adrienne Rich, bell hooks, and Audre Lorde, it discusses how the cinematic representation of lesbian women has become a contested terrain, especially when intersected by race, class, and Christian morality. In addition to film analysis, the study covers the production process, which involved an experimental sound-editing method dissociated from the image, and the impact of its screening at the Fazendo Gênero festival. The article argues that Amizades Particulares is part of a counter-archiving movement, rescuing silenced lesbian memories and generating new narratives about desire and faith.

Keywords: *Lesbian Cinema. LGBTQIA+ Representation. Religion and Sexuality. Cultural Censorship. Independent Cinema.*

RESUMEN:

Este artículo analiza la producción y recepción de Amizades Particulares (2020), un cortometraje independiente filmado en Super 8 que tensiona la relación entre sexualidad y religión en el Brasil contemporáneo. Producido durante el gobierno de Bolsonaro, periodo marcado por ataques culturales y censura de narrativas LGBTQIA+, el filme surge como un gesto político y un registro de la resistencia lesbiana en el cine. A partir de estudios de Adrienne Rich, bell hooks y Audre Lorde se discute cómo la representación cinematográfica de mujeres lesbianas ha sido un territorio en disputa, especialmente cuando se cruza con interseccionalidades de raza, clase y moralidad cristiana. Además del análisis fílmico, se aborda el proceso de producción, que incluyó un método experimental de edición sonora disociada de la imagen, y el impacto de su exhibición en el festival Fazendo Gênero. Se argumenta que Amizades Particulares forma parte de un movimiento de contra-archivado, rescatando memorias lesbianas silenciadas y produciendo nuevas narrativas sobre deseo y fe.

Palabras clave: *Cine lésbico. Representación LGBTQIA+. Religión y sexualidade. Censura cultural. Cine independiente.*



> "Reconhecendo o poder do erótico dentro de nossas vidas, nós exigimos uma vida vivida plenamente, uma profundidade de sentimentos que reconhecemos como necessidade legítima."
>
> (Audre Lorde, 2020)

INTRODUÇÃO

Em 2020, o Brasil estava tomado pelo medo, pelo luto e pela incerteza. A pandemia de covid-19 escancarou as desigualdades sociais e aprofundou as precariedades da vida cotidiana, enquanto o governo de Jair Bolsonaro operava ativamente para desmantelar políticas públicas e restringir direitos fundamentais. Foi um período de cerceamento sanitário e ideológico, marcado por uma aliança entre religião e política que instrumentalizou a moral cristã para justificar retrocessos, especialmente no que dizia respeito ao controle dos corpos e das sexualidades dissidentes. Nesse contexto, a cultura se tornou um dos principais alvos da censura, com o fechamento de editais, a desvalorização da arte independente e a perseguição de obras que abordavam gênero e diversidade. A produção cinematográfica brasileira, já fragilizada, sofreu novos cortes e censuras, e a viabilidade de projetos independentes se tornou ainda mais incerta.

Foi dentro desse cenário de ataque sistemático à cultura que nasceu *Amizades Particulares*. Produzir arte naquele momento não era apenas um desafio técnico ou financeiro, mas um ato de resistência. O filme só foi possível graças a um circuito paralelo de fomento ao cinema analógico, o projeto Super 8, que garantiu o material para captação e revelação. Com orçamento zero, a produção se deu em um ambiente de extrema precariedade, mas também de cooperação e resistência. As gravações aconteceram na periferia da região metropolitana de São Paulo – em Osasco, Jandira e Barueri –,



territórios que carregam marcas históricas de exclusão, mas que também são espaços de invenção e reinvenção de narrativas. Como observa Camila Mikos (2023), no Brasil recente, a ascensão do conservadorismo coincidiu com uma efervescência de produções lésbicas no cinema, onde a representação da lesbianidade passou a ser politicamente mais implicada e tensionada nas narrativas audiovisuais.

No centro do filme está a intersecção entre sexualidade e religião. *Amizades Particulares* aborda o amor entre mulheres lésbicas desfeminizadas, corpos que raramente são representados no cinema com afeto, desejo e complexidade. A produção atravessa discussões sobre raça e religião, problematizando como o fundamentalismo cristão opera de maneira distinta sobre mulheres negras e brancas. Como alerta bell hooks (1992, p. 214), "a ausência de representações que desafiem as narrativas dominantes não apenas reforça a marginalização, mas também nega aos sujeitos subalternizados a possibilidade de se enxergarem de maneira complexa e autônoma". No fundo, a obra é uma politização do desejo: a sexualidade lésbica não é apenas uma questão íntima, mas um território de disputa, onde a moralidade conservadora busca controlar, silenciar e apagar.

A história construída nasceu do incômodo e da necessidade de afirmar que a subversão da sexualidade existe, mesmo dentro da religião. A inspiração veio de diferentes lugares – do livro norte-americano *Freiras lésbicas: rompendo o silêncio*, que denuncia as histórias ocultadas por instituições religiosas, e das leituras de bell hooks, que me ensinaram a olhar para a cultura como um campo de disputa e representação. Mas talvez a maior motivação tenha sido minha própria trajetória: sou cientista política, lésbica e antirracista, crescida na periferia de São Paulo. Sempre busquei transbordar meu conhecimento acadêmico para além da universidade, e o cinema, para mim, tornou-se um meio de concretizar essa inquietação.

A decisão de trabalhar com Super 8, um formato analógico, impôs limitações, mas também abriu novas possibilidades narrativas.



O filme foi gravado sem som, e o design sonoro foi construído posteriormente, com base apenas na cronometragem das cenas – um processo que envolveu experimentação e confiança, já que a parceria com Rebeca Montana se deu sem que tivéssemos acesso ao filme original antes da montagem final. Como observa Audre Lorde (2019, p. 42), "a transformação do silêncio em linguagem e ação é um ato de autoafirmação e sobrevivência". Nesse sentido, produzir um filme mudo foi também uma metáfora política: filmamos nas ruas, igrejas e espaços públicos sem poder nomear o que fazíamos, apenas registrando sorrateiramente em imagens. No entanto, no espaço privado do estúdio, reintroduzimos o som, recontando e estruturando narrativamente aquilo que, antes, não podia ser dito em voz alta. O encontro entre imagem e som nesse processo reflete a própria dinâmica da experiência lésbica em sociedades marcadas pelo silenciamento e pela repressão moral.

Esse filme não existiria sem o trabalho e a dedicação de muitas pessoas. O processo foi totalmente voluntário, contando com a colaboração de uma equipe inteiramente *queer*[40] e majoritariamente negra, nas figuras de Dener Moreira (assistência de direção), Victoria Carmo (atuação e stylist), Mayara Batista (protagonista), Giovanna Cardinais (atuação), Rebeca Montana (design de som) e Luiza Chara (locação). Como destaca Lorde (2019, p. 94), "a criação coletiva e a troca entre mulheres são formas fundamentais de resistência feminista".

40 *Queer* (termo de origem inglesa) refere-se a uma categoria política e teórica que ultrapassa as definições tradicionais de identidade sexual e de gênero, abraçando tanto a diversidade de experiências LGBTQ+ quanto as estratégias de resistência a normas hegemônicas. Originalmente usado como insulto, o termo foi apropriado por ativistas e acadêmicos para sinalizar uma recusa deliberada das categorias estáveis (como "homossexual" ou "lésbica") e de toda lógica cisheteronormativa. No contexto do ɛcinema lésbico independente, *queer* não apenas descreve narrativas que escapam à representação convencionada de afetos e corpos, mas também funciona como um dispositivo político capaz de problematizar hierarquias, denunciar exclusões e abrir espaços de experimentação estética e discursiva. Ao empregar *queer* em seu sentido político, reconhecemos o seu poder de (re)significar práticas identitárias, desconstruir fronteiras entre o "normal" e o "desviante" e fortalecer alianças entre sujeitos minoritários em luta contra sistemas de opressão.

SUMÁRIO



A experiência de realizar *Amizades Particulares* não foi apenas sobre cinema, mas sobre construção de comunidade, sobre insistir em narrativas que nos incluam e nos representem.

Hoje, ao olhar para trás e ver esse filme não apenas concluído, mas reconhecido em festivais como o Fazendo Gênero, percebo que ele não pertence mais apenas a mim. Ele carrega as mãos e vozes de todas que se dedicaram a fazê-lo existir e, principalmente, das mulheres que se veem refletidas em sua narrativa. Como argumenta Mikos (2023, p. 417), "as novas produções têm operado como contra-arquivos, reescrevendo memórias e abrindo espaço para novas formas de existência na tela". Se, como afirma Audre Lorde (2019, p. 112), "nossa sobrevivência depende de nossa disposição em transformar silêncio em palavra e ação", então este filme foi, desde o início, um grito.

TEORIA E PRÁXIS

HETEROSSEXUALIDADE COMPULSÓRIA E APAGAMENTO LÉSBICO NO CINEMA

Em *Heterossexualidade compulsória e a existência lésbica*, Adrienne Rich (2010) argumenta que a heterossexualidade não é apenas uma orientação sexual, mas um regime político imposto às mulheres. Esse sistema estrutural determina que a experiência feminina deve estar vinculada ao desejo pelo homem, de modo que as relações entre mulheres sejam desvalorizadas, invisibilizadas ou deslegitimadas. No cinema, essa lógica se traduz em uma falta crônica de representações lésbicas, pois a própria indústria audiovisual opera sob o princípio de que o desejo entre mulheres não deve ser visto, e quando é mostrado, precisa ser punido ou reduzido a uma exceção transitória (Rich, 2010).



Rich propõe a ideia do continuum lésbico, que não se refere apenas a mulheres que se identificam como lésbicas, mas a todas as experiências de afetividade, solidariedade e desejo entre mulheres que são sistematicamente desestimuladas. Esse conceito é essencial para entender o apagamento da lesbianidade no cinema. Não se trata apenas da escassez de narrativas que retratam o amor entre mulheres, mas de um esforço sistemático para enquadrar suas relações em termos heteronormativos. Quando mulheres no cinema compartilham intimidade ou cumplicidade, essas conexões são frequentemente codificadas como amizades intensas, recusando-se a reconhecer a possibilidade do desejo (Rich, 2010).

A heterossexualidade compulsória impõe que o destino das mulheres seja a subordinação ao masculino, e o cinema historicamente reforçou essa ideia. O desejo lésbico, quando aparece nas telas, é frequentemente filtrado por uma perspectiva masculina, seja pelo fetichismo da pornografia, seja pela construção de tramas em que mulheres que se envolvem com outras acabam retornando ao destino esperado: a relação heterossexual. Rich (2010) observa que esse processo não ocorre apenas por meio da censura explícita, mas também pelo que ela chama de "violências mais sutis" – como a negação da lesbianidade como um modo legítimo de existência.

Essa ausência sistemática também pode ser analisada a partir do Bechdel Test, criado pela cartunista Alison Bechdel (1986), um dos critérios mais utilizados para avaliar a presença feminina no cinema. Para que um filme passe no teste, ele deve conter ao menos duas mulheres com nomes próprios, que conversem entre si sobre algo que não seja um homem. Esse teste expõe como o cinema foi estruturado dentro de uma lógica que não concebe as mulheres como sujeitos autônomos, relegando suas existências a meras extensões das narrativas masculinas. No caso do cinema lésbico, mesmo filmes que passam no Bechdel Test frequentemente apresentam o desejo entre mulheres como uma fase transitória ou como uma experiência destinada à punição ou tragédia. A indústria cinematográfica reforça, assim,



a noção de que relações entre mulheres não possuem centralidade narrativa nem legitimidade enquanto destino possível (Rich, 2010).

No contexto do cinema brasileiro, essa imposição é agravada pela forte influência do cristianismo na estrutura moral do país. A interseção entre heterossexualidade compulsória e fundamentalismo religioso reforça o apagamento das experiências lésbicas, construindo um imaginário no qual a mulher que ama outra mulher é uma ameaça à ordem social e moral. Esse processo não só afasta personagens lésbicas das telas, mas também impõe barreiras concretas para a produção e circulação de narrativas dissidentes, restringindo o financiamento, os espaços de exibição e o reconhecimento crítico de filmes que abordam essa temática (Rich, 2010).

Além disso, a estrutura da indústria cinematográfica reflete o que Rich (2010) descreve como os métodos de coerção da heterossexualidade compulsória. Ela lista estratégias utilizadas para manter as mulheres dentro desse sistema, como a romantização do casamento heterossexual, a normalização da violência masculina e a negação da autonomia econômica e política das mulheres. No cinema, essas estratégias se manifestam na construção de personagens femininas cuja trajetória gira em torno do amor por um homem, tornando qualquer desvio disso uma anomalia ou uma experiência passageira. O amor entre mulheres é tratado como um momento de crise e não como um destino possível (Rich, 2010).

A proposta de *Amizades Particulares* desafia esse quadro, não apenas ao trazer mulheres lésbicas como protagonistas de sua própria história, mas ao recusar a necessidade de um retorno à norma heterossexual. O filme se insere no esforço de reivindicar o continuum lésbico, ampliando as possibilidades narrativas para além do fetichismo ou da tragédia. Se, como afirma Rich (2010), a heterossexualidade compulsória opera por meio da negação sistemática da existência lésbica, então a criação de filmes como esse não é apenas uma questão de representação, mas um ato político de ruptura com esse regime.



INTERSECCIONALIDADE E CINEMA: O IMPACTO DE *AMIZADES PARTICULARES*

O conceito de interseccionalidade, cunhado por Kimberlé Crenshaw (1989), permitiu ampliar as análises feministas ao demonstrar que as opressões não operam de maneira isolada, mas se sobrepõem e se articulam, criando experiências distintas e desiguais para diferentes sujeitos. No cinema, essa abordagem implica reconhecer quem está sendo representado, de que forma, e quais histórias continuam a ser marginalizadas ou apagadas. Como observa bell hooks (1992, p. 214), "a ausência de representações que desafiem as narrativas dominantes não apenas reforça a marginalização, mas também nega aos sujeitos subalternizados a possibilidade de se enxergarem de maneira complexa e autônoma". Essa reflexão é essencial para compreender como *Amizades Particulares* subverte narrativas normativas, ao trazer para o centro personagens lésbicas, racializadas e periféricas, que costumam ser relegadas a papéis secundários ou inexistentes no cinema *mainstream*.

Um cinema verdadeiramente interseccional não se limita a inserir corpos dissidentes nas telas; ele busca questionar as estruturas narrativas, estéticas e de produção que sustentam desigualdades históricas. A cineasta e teórica Pratibha Parmar (1993) aponta que um cinema feminista negro ou *queer* não pode apenas operar dentro das gramáticas convencionais do audiovisual, pois estas foram construídas a partir de uma lógica branca, cisheteronormativa e patriarcal. Em diálogo com essa ideia, *Amizades Particulares* não apenas apresenta personagens lésbicas em um contexto religioso, mas também desafia as formas tradicionais de se contar histórias, adotando uma estética analógica e experimental, com um método de produção coletivo e independente, situado fora dos grandes centros de produção cinematográfica brasileira.

SUMÁRIO



A pesquisadora Camila Mikos (2023) ressalta que a produção lésbica contemporânea no Brasil tem sido impulsionada por um movimento de contra-arquivamento, resgatando experiências historicamente invisibilizadas e propondo novas poéticas da representação. Essa noção é central para entender a importância de *Amizades Particulares*, pois o filme não apenas inscreve a experiência lésbica no campo cinematográfico, mas o faz de maneira que politiza essa presença. Ele não busca legitimação dentro de um modelo audiovisual hegemônico, mas sim reivindica um espaço próprio de produção e recepção, questionando os cânones estéticos e narrativos impostos pelo cinema dominante.

Além disso, a abordagem interseccional no cinema implica reconhecer que as mulheres lésbicas, especialmente negras, indígenas e periféricas, enfrentam desafios distintos dentro da indústria audiovisual. Assim, hooks (1992) havia apontado que o feminismo branco frequentemente priorizou uma narrativa heterocentrada, negligenciando as experiências de mulheres *queer* e racializadas. Essa crítica também se aplica ao cinema feminista, que por muito tempo reproduziu padrões excludentes, privilegiando protagonistas brancas e histórias focadas na heterossexualidade. *Amizades Particulares*, ao ser exibido e premiado no Fazendo Gênero, rompe com essa tradição ao colocar as vivências lésbicas interseccionais no centro da narrativa.

A exibição e premiação do filme não são apenas marcos individuais, mas evidenciam uma mudança estrutural dentro do campo do cinema feminista. Como aponta Mikos (2023), o cinema lésbico no Brasil não é um fenômeno novo, mas sua visibilidade tem sido ampliada nos últimos anos, especialmente à medida que novas estéticas e linguagens são incorporadas. Essa transformação reflete um movimento global, no qual cineastas lésbicas e *queer* estão não apenas exigindo espaço dentro do cinema, mas também redefinindo as gramáticas audiovisuais.



Outro ponto central para a interseccionalidade no cinema é o debate sobre quem pode produzir e quais recursos são disponibilizados para essas produções. O acesso ao financiamento, à distribuição e à recepção crítica ainda são altamente desiguais, o que significa que filmes como *Amizades Particulares* precisam existir à margem de um sistema excludente, operando com orçamento zero, redes de colaboração e circulação alternativa. Esse contexto revela que as barreiras para um cinema verdadeiramente interseccional não estão apenas na representação, mas também nos modos de produção e circulação.

O reconhecimento do filme no Fazendo Gênero demonstra que o cinema interseccional precisa ser valorizado não apenas em nichos alternativos, mas como parte fundamental do debate feminista e cinematográfico contemporâneo. Essa legitimação não se trata apenas de visibilidade, mas de transformação das estruturas que historicamente mantiveram certas narrativas marginalizadas.

A conquista do prêmio, portanto, não é apenas um reconhecimento da qualidade do filme, mas um gesto político e um indicativo de que novas narrativas e estéticas lésbicas estão se consolidando no cinema brasileiro. Esse movimento reflete a necessidade de deslocar a centralidade das representações hegemônicas e construir um cinema feminista que realmente abarque a diversidade das experiências de gênero e sexualidade.

AUTORIA E REPRESENTAÇÃO: O CINEMA COMO FERRAMENTA DE RESISTÊNCIA FEMINISTA

A autoria no cinema feminista vai além da simples ocupação de espaços de produção audiovisual por mulheres. Trata-se de uma redefinição das formas de contar histórias, dos modos de fazer cinema e das estruturas que sustentam a indústria cinematográfica.



Como apontam bell hooks (1992) e Audre Lorde (2019), a arte não pode ser dissociada das relações de poder que moldam sua criação, e o cinema, enquanto meio cultural de grande impacto, é um território fundamental para disputas políticas e estéticas. Para hooks (1992, p. 84), "o cinema pode ser um espaço de empoderamento, mas somente se for capaz de desafiar as narrativas tradicionais e oferecer novas possibilidades de identificação e resistência".

Esse pensamento se reflete diretamente na proposta de *Amizades Particulares*, que não apenas traz para o centro personagens lésbicas e racializadas, mas também desafia os modos de produção e os padrões estéticos impostos pelo cinema hegemônico. A escolha do Super 8 não foi apenas uma opção técnica, mas uma afirmação política: o retorno ao cinema analógico, feito de maneira artesanal e independente, questiona a lógica da alta tecnologia e dos orçamentos milionários, que historicamente privilegia diretores homens e brancos em grandes estúdios. O filme se insere, portanto, em uma tradição de resistência cinematográfica, que passa por experiências como o cinema feminista experimental dos anos 1970, a videoarte *queer* e as produções independentes da periferia global.

Para entender o impacto dessa abordagem, é necessário pensar em como o cinema sempre operou como uma ferramenta de controle sobre as imagens das mulheres e suas sexualidades. Laura Mulvey (1975), em seu ensaio sobre o olhar masculino no cinema, demonstra como a estrutura cinematográfica clássica foi desenhada para posicionar o espectador a partir de uma perspectiva masculina heterossexual, transformando as mulheres em objetos de desejo ou de submissão. O cinema feminista, especialmente o cinema *queer* e lésbico, surge justamente como um ato de ruptura com essa lógica. Em *Amizades Particulares*, essa ruptura acontece não apenas naquilo que é mostrado, mas na forma como é filmado – subvertendo os códigos da cinematografia tradicional e criando novas possibilidades de representação.

SUMÁRIO



Outro aspecto fundamental da autoria feminista no cinema é a noção de processo coletivo e colaborativo. Diferentemente da tradição autoral do cinema ocidental, que tende a glorificar a figura do diretor como um gênio individual, o cinema feminista historicamente tem enfatizado a coautoria e a horizontalidade na produção. Esse princípio é essencial em *Amizades Particulares*, produzido por uma equipe majoritariamente feminina e *queer*, em um contexto de trabalho voluntário e autônomo, sem dependência de grandes financiamentos ou estruturas institucionais. Esse modelo de produção não apenas desafia as desigualdades da indústria cinematográfica, mas também resgata as práticas de resistência comunitária, que têm sido centrais para os movimentos feministas e LGBTQIA+.

O conceito de cinema comunitário também é relevante aqui. Segundo Alexandra Juhasz (2001), o cinema feito por mulheres e dissidências sexuais deve ser pensado não apenas como um produto, mas como um processo – um espaço de criação coletiva que, por si só, já constitui uma forma de resistência. Esse pensamento se aplica a *Amizades Particulares*, que não foi apenas um filme, mas um espaço de experimentação e troca, no qual artistas dissidentes puderam desenvolver novas formas de narrativa, som e imagem, fora dos circuitos tradicionais de produção.

A relação entre resistência e estética também é central nessa discussão. Em *Amizades Particulares*, a decisão de gravar sem som direto e construir o design sonoro posteriormente, apenas a partir da cronometragem das cenas, não foi uma limitação técnica, mas uma escolha artística que reforça o conceito de fragmentação e reconstrução da memória lésbica. Ao desafiar a linearidade do som e da imagem, o filme propõe uma nova gramática sensorial, aproximando-se das propostas do cinema feminista experimental, que recusa os padrões narrativos convencionais e investe em linguagens mais sensoriais e subjetivas.

SUMÁRIO



Dessa forma, a autoria em *Amizades Particulares* não é apenas um ato de ocupação do espaço cinematográfico, mas um questionamento das próprias bases desse espaço. Como aponta Lorde (2019, p. 94), "a criação coletiva e a troca entre mulheres são formas fundamentais de resistência feminista". O filme, ao descentralizar a produção, desafiar as estéticas hegemônicas e afirmar uma nova linguagem para a representação lésbica, se insere nesse legado.

Em um contexto no qual a produção cinematográfica ainda está fortemente concentrada nas mãos de homens brancos e cisgêneros, um filme como *Amizades Particulares* demonstra que a resistência no cinema não se dá apenas pelo conteúdo, mas também pela forma como esse conteúdo é produzido e distribuído. O reconhecimento do filme em festivais como o Fazendo Gênero reafirma que não basta incluir histórias dissidentes dentro do cinema tradicional; é necessário transformar a estrutura do cinema em si, criando novas formas de ver, sentir e contar histórias.

O ERÓTICO COMO PODER: AMIZADES PARTICULARES E A SUBVERSÃO DO DESEJO

Audre Lorde (2020) argumenta que o erótico é uma fonte de poder profundo e inexplorado para mulheres, um espaço de conexão com o desejo e com a plenitude da existência. No ensaio *Usos do erótico: o erótico como poder*, a autora contrapõe o erótico à opressão, afirmando que a negação do desejo e do prazer é uma estratégia fundamental do patriarcado para controlar corpos e subjetividades femininas. No contexto de *Amizades Particulares*, esse conceito se torna essencial para compreender como o desejo entre mulheres pode ser, ao mesmo tempo, uma experiência de resistência e um campo de repressão dentro das instituições religiosas.



Lorde (2020, p. 58) afirma que "o erótico nos capacita, nos torna mais críticas e poderosas, pois nos dá uma medida interna para julgar o que é profundamente satisfatório". Essa perspectiva ressoa no filme, que explora o amor entre mulheres não apenas como um desejo físico, mas como uma experiência de transcendência e espiritualidade. Em *Amizades Particulares*, a relação entre fé e desejo não é construída em oposição binária, mas como uma tensão constante: o desejo não é um obstáculo à espiritualidade, mas uma de suas manifestações possíveis. Esse aspecto desafia a visão cristã conservadora que historicamente associou a sexualidade lésbica ao pecado e à perversão, criando um imaginário em que o amor entre mulheres só pode existir na margem da experiência religiosa.

O conceito de poder erótico em Lorde também nos permite entender como o filme articula a subversão da norma heterossexual sem recorrer à lógica da tragédia. Se muitas narrativas lésbicas são marcadas por punições ou pelo retorno à heterossexualidade, *Amizades Particulares* reivindica a permanência do desejo e sua potência criadora. Segundo Lorde (2020, p. 60), "o erótico é um recurso dentro de nós, firmemente enraizado em nosso conhecimento e satisfação mais profundos", uma força que desafia as estruturas que tentam apagá-lo. No filme, esse conceito é traduzido visualmente por meio da experimentação estética, especialmente no uso do Super 8, na materialidade granulada da imagem e na ausência de som direto, que reforça a ideia de um desejo que não pode ser silenciado, apenas reinventado.

Além disso, o filme não apenas representa o desejo lésbico, mas também o inscreve em um espaço político e histórico maior. Como Lorde (2020, p. 62) ressalta, "quando as mulheres se recusam a reconhecer o erótico como uma fonte de poder, aceitam um empobrecimento de suas vidas". Nesse sentido, *Amizades Particulares* nega essa aceitação e, ao fazê-lo, insere-se no movimento de resistência que Lorde propõe: um cinema que não apenas retrata o desejo lésbico, mas o afirma como uma experiência legítima de existência, poder e transformação.

SUMÁRIO



Ao revisitar *Usos do erótico* à luz do filme, percebemos que a sua potência não está apenas no que é representado na tela, mas na própria forma como a obra existe e circula. O erótico, como sugere Lorde, não é apenas uma força individual, mas uma ferramenta para forjar alianças, para criar redes de afeto e para contestar estruturas de dominação. Da mesma forma, *Amizades Particulares* não é um filme isolado – ele pertence a um conjunto maior de produções que desafiam o patriarcado, a moralidade religiosa e os regimes normativos da sexualidade. Ele reafirma que o desejo entre mulheres não precisa ser escondido, explicado ou justificado, mas simplesmente vivido em sua plenitude, como um direito inalienável à existência e ao prazer.

CONCLUSÃO:
FAZER CINEMA É FAZER POLÍTICA

Como aponta Audre Lorde (2019, p. 112), "nossa sobrevivência depende de nossa disposição em transformar silêncio em palavra e ação". No contexto do Brasil contemporâneo, onde políticas conservadoras tentam silenciar vozes dissidentes, produzir e exibir um filme como *Amizades Particulares* não é apenas um gesto artístico, mas um ato de resistência política e cultural. A trajetória da obra demonstra como o cinema pode ser um espaço de disputa e transformação, especialmente quando articulado a uma perspectiva interseccional, feminista e *queer*.

Ao longo deste artigo, argumentamos que o apagamento das narrativas lésbicas no cinema não é um fenômeno isolado, mas parte de um sistema mais amplo que impõe a heterossexualidade compulsória como norma (Rich, 2010) e utiliza o audiovisual como ferramenta para marginalizar corpos e desejos dissidentes. Como demonstrado, essa exclusão ocorre não apenas na ausência de representações, mas também na maneira como a lesbianidade



é codificada no cinema tradicional – frequentemente reduzida a uma experiência transitória, fetichizada ou marcada pela tragédia. Para romper com essa lógica, é necessário um cinema que desafie as convenções estéticas e narrativas estabelecidas, criando novos arquivos e contra-arquivos (Mikos, 2023) que afirmem a centralidade da experiência lésbica e *queer*.

A interseccionalidade foi um eixo essencial desta análise, pois permite compreender que não há uma única experiência lésbica, mas múltiplas vivências atravessadas por raça, classe, religião e território (Kimberlé Crenshaw, 1991). *Amizades Particulares* exemplifica essa abordagem ao trazer personagens lésbicas, racializadas e periféricas, ampliando o espectro de representações dentro do cinema brasileiro. Mais do que um filme sobre sexualidade, a obra questiona o impacto do fundamentalismo religioso sobre os corpos dissidentes, expondo como o desejo entre mulheres é historicamente reprimido, mas também reinventado.

O filme não apenas desafia quem é representado na tela, mas também como essa representação é construída. Como discutimos na seção sobre autoria e resistência feminista, o cinema pode ser um espaço de empoderamento somente se desafiar as narrativas tradicionais e oferecer novas possibilidades de identificação (bell hooks, 1992). *Amizades Particulares* faz isso ao adotar uma estética experimental e coletiva, afastando-se do realismo convencional e propondo novas formas de contar histórias. A escolha do Super 8, o processo de montagem sonora dissociada da imagem e o trabalho colaborativo são estratégias que não apenas contornam os desafios da produção independente, mas também afirmam um modelo alternativo de criação cinematográfica, mais próximo da experiência comunitária e do feminismo interseccional.

A exibição e a premiação de *Amizades Particulares* no Fazendo Gênero reforçam a importância de espaços em que arte, ativismo e produção acadêmica se encontram, criando uma rede de

SUMÁRIO



resistência coletiva. O filme, no entanto, não se limita a esse circuito: sua reverberação vai além do congresso, alcançando festivais independentes, debates em cineclubes, espaços de formação política e discussões dentro e fora da academia. Isso evidencia que o cinema lésbico não é um fenômeno isolado, mas parte de um movimento mais amplo de transformação das estruturas culturais.

A potência do Fazendo Gênero não reside apenas na consagração de obras cinematográficas, mas na maneira como ele articula a arte como um campo legítimo de disputa política e epistemológica. A interseção entre produção acadêmica, ativismo e cinema permite que filmes como este não apenas existam, mas transformem o imaginário coletivo, abrindo caminho para novas formas de representação e existência no audiovisual. Como sugere Mikos (2023), a produção lésbica no cinema brasileiro não é nova, mas tem adquirido camadas políticas e estéticas cada vez mais sofisticadas, o que exige formas de recepção e reconhecimento atualizadas.

Assim, *Amizades Particulares* não é apenas um filme premiado; é um manifesto visual que afirma a necessidade urgente de um cinema verdadeiramente interseccional, feminista e dissidente. Mais do que celebrar uma conquista individual, sua trajetória reafirma o cinema como uma ferramenta de luta, memória e invenção de futuros possíveis. Fazer cinema, nesse contexto, não é apenas contar histórias – é reivindicar espaço, desafiar estruturas e transformar o que significa existir na tela e além dela.

REFERÊNCIAS

BECHDEL, Alison. **Dykes to watch out for**. Nova York: Firebrand Books, 1986.

CRENSHAW, Kimberlé. "Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics". **University of Chicago Legal Forum** 1989. https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.

hooks, bell. **Black Looks**: Race and Representation. Boston, MA: South End Press. 1992.

JUHASZ, Alexandra. **Women of vision**: histories in feminist film and video. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2001.

LORDE, Audre. **Irmã outsider***:* ensaios e conferências. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Autêntica, 2019.

LORDE, Audre. Usos do erótico: o erótico como poder. *In*: LORDE, Audre. **Sister outsider**: ensaios e discursos. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020. p. 53-61.

MIKOS, Camila Macedo Ferreira. Memória e existência lésbica no cinema. **Revista Científica de Artes**, v. 29, n. 2, p. 410-432, 2023.

MULVEY, Laura. Visual pleasure and narrative cinema. **Screen**, v. 16, n. 3, p. 6-18, 1975.

PARMAR, Pratibha. **Queer looks**: perspectives on lesbian and gay film and video. Nova York: Routledge, 1993.

RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e outros ensaios**. Paulo: Editora Autêntica, 2010.

SUMÁRIO





Camila Marques
Isadora Sabbi Dias

MAKING OF SILVER FEVER:
MULHERES E DISSIDÊNCIAS DE GÊNERO ATRÁS DAS CÂMERAS

MAKING OF SILVER FEVER: WOMEN AND GENDER DISSIDENTS BEHIND THE CAMERAS

MAKING OF SILVER FEVER: MUJERES Y DISIDENCIAS DE GÉNERO DETRÁS DE LAS CÁMARAS

RESUMO:

Este relato de experiência trata do processo do editorial e documentário *Silver Fever* e da exposição fotográfica *Making of Silver Fever: mulheres e dissidências de gênero atrás das câmeras.* Ações, essas, dentro do guarda-chuva do projeto de extensão LAB&ART: Estudos e Experimentações em Direção de Arte, da UNILA. O objetivo é desvelar questões de gênero no setor produtivo do audiovisual, indústria esta que está dentre aquelas com menor paridade de gênero e cor no mundo, e mostrar o protagonismo feminino e de dissidências de gênero por trás das câmeras na contação de histórias visuais.

Palavras-chave: Direção de arte. Gênero. Fotografia. Audiovisual.

ABSTRACT:

This experience report discusses the process of the Silver Fever editorial and documentary, as well as the photo exhibition Making of Silver Fever: Women and Gender Dissidents Behind the Cameras. These activities fall under the umbrella of the extension project LAB&ART: Studies and Experimentations in Art Direction, at UNILA. The goal is to reveal gender issues in the audiovisual production sector - an industry among those with the least gender and racial parity in the world - and to highlight the protagonism of women and gender dissidents behind the cameras in visual storytelling.

Keywords: *Art direction. Gender. Photography. Audiovisual.*

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-480-3.14

RESUMEN:

Este relato de experiencia aborda el proceso del editorial y documental Silver Fever, así como la exposición fotográfica Making of Silver Fever: Mujeres y disidencias de género detrás de las cámaras. Estas acciones forman parte del proyecto de extensión LAB&ART: Estudios y experimentaciones en Dirección de Arte, de la UNILA. El objetivo es visibilizar las cuestiones de género en el sector productivo del audiovisual - una industria entre las que presentan menor paridad de género y color en el mundo - y mostrar el protagonismo de mujeres y disidencias de género detrás de las cámaras en la narración de historias visuales.

Palabras clave: *Dirección de arte. Género. Fotografía. Audiovisual.*



O editorial e documentário *Silver Fever*[41] é uma ação do projeto de extensão LAB&ART: Estudos e Experimentações em Direção de Arte[42] do curso de Cinema e Audiovisual da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, em parceria com o Laboratório e Acervo de Direção de Arte da instituição, onde mais de 25 estudantes (re)criam figurinos, cenários, objetos cenográficos e caracterização a partir da reutilização de produtos avariados, a fim de documentar processos de trabalho em um editorial fotográfico e um documentário audiovisual. Dentre as executoras do projeto, coordenado pela docente do curso Camila Marques, estão discentes de Cinema e Audiovisual, sendo, em sua maioria, mulheres e pessoas da comunidade LGBTQIAPN+.

O objetivo deste editorial, que virou uma exposição realizada durante o Fazendo Gênero 13 – intitulada *Making of Silver Fever: mulheres e dissidências de gênero atrás das câmeras* – foi desvelar questões de gênero no setor produtivo do audiovisual: indústria esta que está dentre aquelas com menor paridade de gênero e cor no mundo.

41 Via edital PROFAEX UNILA 2024–2025, financiamento da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná (FA) e da Pró-Reitoria de Extensão da UNILA.

42 Realizado na UNILA e coordenado pela profa. Camila Marques.



Diversas pesquisas demonstram o domínio de homens brancos nas principais funções de liderança ou técnicas, como direção, produção, direção de fotografia, edição e até direção de arte. O que objetivamos por meio do projeto/produto extensionista foi mostrar o protagonismo feminino e de dissidências de gênero por trás das câmeras na contação de histórias visuais.

As temáticas da reciclagem, do *upcycling* e da gambiarra também estão presentes tanto nas fotografias do editorial *Silver Fever*, como por meio de um *making of* em que as executoras do projeto desvelam os processos de concepção, pesquisa, criação e execução da direção de arte, focando em 1) compartilhar métodos e documentos específicos em direção de arte; 2) aprofundar temas teóricos aplicados à prática, como estudos experimentais da cor; criação, intervenção e/ou construção de cenários; a importância narrativa do traje de cena; os objeto como elementos narrativos e a condição *sine qua non* do trabalho coletivo em direção de arte; 3) buscar reconhecimento e valorização da direção de arte além de destacar a presença do gênero feminino como protagonista no Brasil deste que é o tripé da visualidade cinematográfica; 4) fomentar a manutenção de cenários, objetos e figurinos de cena a partir de materiais reciclados e da poética da gambiarra; 5) produzir material de ensino por meio do *making of* sobre os processos de trabalho em direção de arte, para ser utilizado em disciplinas e orientações, a fim de desvelar em formato audiovisual os processos, os métodos e as formas de trabalho neste departamento; 6) refletir sobre as possibilidades de um fazer direção de arte que proponha, através da reciclagem, *do upcycling* e da gambiarra "como potência estética e narrativa (...), um resgate da função social do design, a problemática do lixo (...) bem como a identidade da cultura material brasileira" (Iomana Rocha, 2017, p. 62) em um contexto de criação de imagens narrativas no ambiente universitário.

Para tanto, o projeto reutilizou itens do Laboratório e Acervo de Direção de Arte da UNILA, bem como materiais advindos de lixos eletrônicos, e (re)criou figurinos, cenários, objetos cenográficos,



makes e acessórios a partir de produtos avariados e reciclados, criando uma estética *Cyberpunk* brasileiro. O produto é tanto informativo, ao buscar amplificar a existência e o trabalho realizado no Laboratório e Acervo de Direção de Arte, que agora é também projeto de extensão e pode atender à comunidade externa; quanto educativo, objetivando a criação de um produto audiovisual didático que busque dar conta das especificidades técnicas, teóricas, práticas e metodológicas da direção de arte a partir de um exemplo empírico, facilitando o entendimento dos discentes do curso e podendo ser exibido em meio digital e compartilhado com pessoas interessadas neste tema fora dos muros da UNILA.

A realização desta ação busca, em diversas frentes, promover a direção de arte enquanto ferramenta narrativa no cinema e destacar a importância dessa área como elemento que constrói a visualidade das narrativas audiovisuais e fotográficas, bem como desvelar diferentes processos e metodologias deste departamento no contexto latino-americano. Isso se faz extremamente necessário, visto que o campo da direção de arte não possui no mercado o mesmo prestígio e espaço que outras áreas do cinema e audiovisual, como roteiro, direção, direção de fotografia e montagem. E, em partes, podemos remontar essa certa invisibilidade à própria história da *práxis* do cinema.

A direção de arte surgiu nos EUA apenas em 1939 com o filme *E o vento levou*, quando o produtor executivo entendeu que o trabalho de William Cameron Menzies era maior do que conceber os espaços cenográficos e englobava um olhar estético amplo ao projeto. No Brasil, a função surge pela primeira vez quarenta e seis anos depois, no filme *O beijo da mulher aranha*, de Hector Babenco, assinada por Clovis Bueno, mas é apenas em 1995, com *Carlota Joaquina – Princesa do Brazil*, de Carla Camurati, que se inicia um novo ciclo na direção de arte brasileira. Considerando o trabalho realizado por Tadeu Burgos e Emília Duncan em *Carlota*, passou-se a discutir, também teoricamente, o papel da direção de arte como



participante crucial na construção da visualidade dos filmes e como, por meio de seus instrumentos de trabalho, pode atribuir sentidos e materializar metáforas no audiovisual.

Importante destacar que alguns cursos de graduação de Cinema no Brasil sequer têm essa disciplina em sua grade curricular, enquanto outros a ofertam apenas em suas disciplinas complementares. Essa falta de referências teóricas, conceituais, metodológicas e sobre o mercado de trabalho em direção de arte acaba criando uma lacuna de aprendizado sobre o tema, o que impacta diretamente no mercado de trabalho e nas formas com que esse departamento é tratado em algumas produções e por alguns festivais. Assim, pretendemos também, por meio desse produto, ressoar as reflexões que vêm sendo realizadas de forma coletiva no BRADA – coletivo de diretoras de arte do Brasil. Os dados apontados pelo coletivo reforçam ser urgente a revisão de parâmetros curatoriais dos festivais e das premiações, que, muitas vezes, se abstêm do prêmio à melhor direção de arte e outras áreas que dizem respeito ao departamento, como figurino e maquiagem, além de uma constante vigilância em festivais e sites que repetidas vezes não creditam a área da direção de arte quando divulgam alguns projetos. É importante destacar também que há desequilíbrio nas formas de contratação, remuneração e creditação praticadas, além da falta de espaços qualificados para direção de arte nas grades de ensino de instituições dedicadas ao audiovisual.

Partindo da ideia de que há uma disputa – de poder – de narrativa ignorada e sobrepujada pela hegemonia masculina – rica e branca – no setor audiovisual, em que olhares femininos plurais são excluídos e representados aos receptores por lentes masculinas, brancas e elitistas, o que pretendemos foi refletir como mulheres e dissidências de gênero têm utilizado da arte a fim de se articularem em busca de minimizar as desigualdades de gênero sofridas por essas minorias sociais nesse setor.

SUMÁRIO



A State University lançou um relatório que aponta que mulheres dirigiram apenas 7% dos 250 maiores lançamentos do ano, roteirizaram 11% e produziram 23% dessas obras. No Brasil, o cenário não é diferente, a pesquisa A Cara do Cinema Nacional: Perfil de Gênero e Cor dos Atores, Diretores e Roteiristas dos Filmes Brasileiros (2002-2012) aponta que as direções de cinema ficam por conta de apenas 13% das mulheres brancas, e os roteiros, com 26% das mulheres brancas. No período analisado, não havia nenhuma mulher negra como diretora nem roteirista na lista de produções da Agência Nacional do Cinema (Ancine).

O cenário desigual permanece: a pesquisa mais recente da Ancine sobre diversidade de gênero e raça no mercado audiovisual aponta que 75,4% das direções são masculinas e apenas 19,7% são femininas, não havendo ainda a presença de nenhuma mulher negra na direção desses produtos. Os dados demonstram também o domínio de homens brancos nas funções de liderança no setor audiovisual: a pesquisa aponta o domínio de homens brancos não apenas na direção, mas nas principais funções de liderança, o que evidencia que as histórias exibidas nas telas do país, produzidas por brasileiros, têm sido contadas majoritariamente do ponto de vista dos homens: 68% deles assinam o roteiro dos filmes de ficção, 63,6% documentários e 100% das animações brasileiras.

Os homens dominam também as funções de direção de fotografia (85%) e direção de arte (59%). O estudo mostra, ainda, que as mulheres que ocupam os cargos no setor audiovisual receberam em média 13% menos que os homens. Outro dado aponta para as desigualdades de gênero no setor audiovisual: das 82 obras que obtiveram autorização para captar recursos por meio dos mecanismos federais de fomento indireto, 71 longas (86,6%) com direção masculina foram agraciados com os recursos, contra 8 (9,8%) com direção feminina e 3 (3,7%) com direção mista.



E a desigualdade de gênero e cor estende-se por todas as outras esferas que compõem o audiovisual, não só o cinema. De acordo com pesquisa feita pela diretora de cena Mariana Youssef, na publicidade, dos 367 diretores publicitários nacionais, apenas 46 são mulheres. Outra pesquisa, realizada pela Meio & Mensagem, revelou que só 20% da parte de criação das agências é composta por mulheres, ficando clara a relação entre produção e recepção: 65% das mulheres brasileiras não se sentem representadas pela publicidade. A presença feminina na produção audiovisual, levando em conta também o cenário televisivo, aponta que há apenas 19% de mulheres na posição de direção, 23% no roteiro e 41% na produção executiva.

A dominação masculina no setor audiovisual não está apenas atrelada à ausência das mulheres em posições de poder. Casos recentes de mulheres da indústria norte-americana do entretenimento denunciando abusos e violências sexuais praticados por homens em posições de poder em Hollywood alertam para o grande número de abusos morais e sexuais sofridos pelo gênero feminino no setor audiovisual.

No Brasil, as denúncias aumentaram quando a figurinista de telenovelas da Rede Globo, Su Tonani, denunciou o ator José Mayer por assédio sexual dentro do camarim em 2018. Atrizes e profissionais se solidarizaram e criaram a campanha *Mexeu com uma, mexeu com todas pelo fim do assédio nos ambientes de trabalho*, e a *hashtag* #MexeuComUmaMexeuComTodas chegou aos *trending topics* do antigo Twitter, encorajando outras mulheres a darem seus relatos. Uma pesquisa de 2015 do site Vagas entrevistou 4.975 mil profissionais produtoras audiovisuais de todas as regiões do país e revelou que 52% das pessoas já foram vítimas de assédio sexual ou moral nos sets de filmagem. Enquanto o assédio moral foi relatado em proporções semelhantes por homens (48%) e mulheres (52%), o sexual foi quatro vezes mais comum entre elas, totalizando 80%. Logo, mais do que casos individuais isolados, as violências físicas, sexuais e simbólicas de gênero no setor audiovisual se apresentam como problemas estruturais.

SUMÁRIO



Para debater teoricamente essas questões, partimos do entendimento das identidades de gênero como constituídas por diversas práticas culturais e relações sociais: defendemos que a desigualdade entre homens e mulheres não é natural, mas própria da vida em sociedade (Joan Scott, 1990). Logo, as desigualdades de gênero são estruturantes da textura da experiência, porque são formas primárias de dar sentido às relações de poder baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos (Veneza Ronsini, 2016).

É o que defende também Heleieth Saffioti (1992, 2013), que entende as relações de gênero também como relações de poder. Nos vinculamos então aos argumentos de que o gênero não é simplesmente uma diferenciação sexual, mas sim "um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos" (Scott, 1990, p. 86) e "forma primeira de significar as relações de poder" (Scott, 1990, p. 86). Para Raewyn Connell e Rebecca Pearse (2015), gênero pode ser entendido como "a estrutura de relações sociais que se centra sobre a arena reprodutiva e o conjunto de práticas que trazem as distinções reprodutivas sobre os corpos para o seio dos processos sociais" (p. 48). As autoras entendem que as diferenças biológicas entre o corpo masculino e o feminino são vistas como justificativas naturais para a disparidade socialmente construída entre os gêneros. Os termos "trabalho de mulher" e "trabalho de homem", por exemplo, estão ligados às supostas condições biológicas e ao corpo de cada sexo, como a capacidade de gestar feminina e a de acumular músculos com maior facilidade apresentada pelo homem. Igualmente, entendem que "se o masculino representaria a cultura, o superior, a mente, o raciocínio; o feminino estaria relacionado à natureza, ao inferior, ao corpo, à emoção" (Raewyn Connell; Rebecca Pearse, 2015, p. 48). Não coincidentemente, as áreas que possuem mais mulheres do que homens atuando são a produção e a direção de arte, entendidas socialmente como de domínio feminino, sendo mais próximas ao cuidado e a elementos estéticos. Também não por acaso, com menor prestígio dentre as demais.



Apesar de maioria entre os profissionais, a participação feminina na direção de arte não se reflete em projetos com maior visibilidade e orçamento, ainda em grande parte liderados por homens cis, brancos, bem como não transparece nas contratações, remunerações, premiações e valorização profissional. Logo, apenas a existência deste produto já se mostra uma semente no caminho da luta pelo reconhecimento e pela valorização da direção de arte na construção da cinematografia, além de destacar a presença do gênero feminino como protagonista deste que é o tripé da visualidade cinematográfica.

REFERÊNCIAS

CONNEL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero uma perspectiva global**: compreendendo o gênero – da esfera pessoal à política no mundo contemporâneo. São Paulo: nVersos, 2015.

ROCHA, Iomana. A gambiarra e o alegórico no cinema contemporâneo brasileiro. **Arteriais**, p. 60-67, 2017.

RONSINI, Veneza. Telenovelas e a questão da feminilidade de classe. **Matrizes**, v. 10, p. 45-60, 2016.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, 1990.

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. *In*: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

Djalma Thürler
Duda Woyda

OS RESÍDUOS DO VERBO ENCENAM UMA BALA DENTRO DE MIM:
NOTAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM TEATRO DE AUTORIA *QUEER*

THE RESIDUES OF THE VERB STAGE A BULLET INSIDE ME:
NOTES FOR THE CONSTRUCTION OF A QUEER AUTHORED THEATER

LOS RESIDUOS DEL VERBO ENCIERRAN UNA BALA DENTRO DE MÍ:
NOTAS PARA LA CONSTRUCCIÓN DE UN TEATRO DE AUTORÍA QUEER

SUMÁRIO



RESUMO:

Este artigo, baseado em referências interdisciplinares, aciona autoras como Nicole Boireau (2005), Andrea Giunta (2018) e Paul B. Preciado (2020) para refletir sobre um teatro implicado, enquanto estética, na reconfiguração do poder. A partir da noção de heterossexismo em obras teatrais, o faz pensar como podemos sensibilizar e emancipar a sociedade das estruturas e regimes de poder por meio das experiências estéticas. Explora a realidade familiar, o cotidiano, a linguagem e os estereótipos, destacando situações de opressão feminina, subvertendo a lógica patriarcal e resgatando a integridade perdida.

Palavras-chave: Teatro feminista. Teatro de autoria *queer*. Saberes de desaprendizagens.

ABSTRACT:

This article, based on interdisciplinary references, uses authors such as Nicole Boireau (2005), Andrea Giunta (2018) and Paul B. Preciado (2020) to reflect on a theater implicated, as an aesthetic, in the reconfiguration of power. Based on the notion of heterosexism in theatrical works, it makes

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-480-3.15



us think about how we can sensitize and emancipate society from power structures and regimes through aesthetic experiences. It explores family reality, everyday life, language and stereotypes, highlighting situations of female oppression, subverting patriarchal logic and rescuing lost integrity.

Keywords: *Feminist theater. Queer-authored theater. Knowledge of unlearning.*

RESUMEN:

Este artículo, basado en referencias interdisciplinarias, utiliza autores como Nicole Boireau (2005), Andrea Giunta (2018) y Paul B. Preciado (2020) para reflexionar sobre un teatro implicado, como estética, en la reconfiguración del poder. Partiendo de la noción del heterosexismo en las obras teatrales, nos invita a reflexionar sobre cómo podemos sensibilizar y emancipar a la sociedad de las estructuras y regímenes de poder a través de experiencias estéticas. Explora la realidad familiar, la vida cotidiana, el lenguaje y los estereotipos, visibilizando situaciones de opresión femenina, subvirtiendo la lógica patriarcal y rescatando la integridad perdida.

Palabras clave: *Teatro feminista. Teatro de autor queer. Desaprendizaje del conocimiento.*

Vamos começar explicando o título.

"Os resíduos do verbo" é o 1º verso da 3ª estrofe do poema "Solstício" (o poema tem seis estrofes), da poeta, ensaísta, acadêmica e dramaturga Leda Maria Martins (1998, p. 129).

O poema é o seguinte:

Nem sempre
os subúrbios da noite
foram assim tão vazios
e os movimentos dos olhos
assim tão tênues.

Nem sempre nem sempre
os signos da dor
figuraram só brumas
e o sossobrar dos passos
acanharam-se tanto.



Os resíduos do verbo
encenam os tempos da memória
tessitura imaginária
de estranho e familiar desejo.

Nos subúrbios da noite
minha ilusão bordeja
e nas franjas do real
uma fala ébria se alucina
e chacina as alíneas do tempo.

Toda história é sempre
sua invenção
qualquer memória é sempre
um hiato no vazio.

E os subúrbios da noite
tecem-se no intervalo dos becos
nas relíquias e ruínas do futuro
nos edifícios da desmemória
que produzem sombras
sob as luminárias.

Em *Um apartamento em Urano* (2020), Paul B. Preciado afirma que, no século XIX, quando a homossexualidade foi inventada como crime e doença mental na Europa, o escritor Karl Ulrich foi o primeiro a declarar-se "uranista" e a afirmar os direitos "de quem ama de forma diferente". Depois dele, Preciado recusa o protocolo médico-legal de mudança de sexo e empreende um projeto de transformação do seu corpo e da sua subjetividade através da auto-administração de testosterona. Ele relata essa travessia, esse tornar-se "homem trans", por meio de cerca de setenta crônicas escritas para um jornal entre 2013, em Paris – um dos três grandes amores geográficos de Preciado –, e 2018, em Arles, iniciada como Beatriz e continuada quando se tornou Paul.

"Uma bala dentro de mim" – filosófico, político, orgânico, poético – é título inspirado em uma das crônicas deste livro, intitulada *A bala*. Nesta crônica, Preciado (2020) diz: "tinha três anos quando senti pela primeira vez o peso da bala. Senti que a carregava quando



ouvi meu pai chamar duas meninas estrangeiras que caminhavam de mãos dadas pela rua de sapatonas nojentas. Na mesma hora senti o peito queimar" (p. 107). A bala que queima em seu peito é a mesma que queima no meu, quando percebo que, no quadro geral das nossas sociedades tecnopatriarcais e heterocêntricas, ainda "ecoa a violência produzida pela epistemologia binária do Ocidente" (Paul B. Preciado, 2020, p. 25), onde a masculinidade é definida pelo direito dos homens de dar a morte e a feminilidade pela obrigação das mulheres de dar a vida.

Na *Heterolândia Park* (Itziar Ziga, 2021), a categoria sexo é uma categoria política que funda a sociedade heterossexual e permite que homens se apropriem da reprodução e da produção das mulheres, baseada em um contrato tácito, o casamento, que define os papéis de gênero, atribuindo-lhes uma posição específica, na qual a heterossexualidade constitui-se simultaneamente como uma política do desejo e um regime político que impõe um sistema de violência e dominação, onde homens têm que se casar com as mulheres, seu alter ego, seu *outro*.

Como a categoria de sexo se aplica às mulheres, já que elas não podem ser concebidas fora dela, passam a ser submetidas a uma economia heterossexual que as vincula à perpetuação dessa estrutura social, impondo-lhes a obrigação inquestionável da reprodução e do trabalho tradicionalmente associado à maternidade, como a educação dos filhos e as tarefas domésticas. Além disso, essa dinâmica lhes dita outras formas de submissão, como o trabalho não remunerado, a transferência da própria descendência em nome do marido (com os filhos assumindo o sobrenome paterno), a coabitação compulsória – diurna e noturna – e a prisão domiciliar, aspecto evidenciado, inclusive, pela noção jurídica de abandono do lar conjugal.

É, portanto, a relação com o homem que, neste contexto, permite caracterizar a mulher "como propriedade emocional e sexual dos homens" (Adrienne Rich, 2019, p. 28). A heterossexualidade



compulsória (Rich, 2019), ao aparecer como uma norma, estabelece as regras de convivência e, nesse sentido, enfatiza Monique Wittig (2022), é um contrato social, um regime político.

O pensamento heterossexual, então, se configura como um sistema conceitual e material de dominação, ou, como argumenta Adrienne Rich (2019, p. 27), "uma instituição política que retira o direito das mulheres" e naturaliza a diferenciação entre os sexos dentro de um horizonte fixo e imutável, quando, na realidade, trata-se de uma construção ideológica que encobre a estrutura de classe subjacente à oposição entre homens e mulheres, "são, de fato, relações de poder, sistemas de signos, mapas cognitivos e regimes políticos de produção de vida e morte" (Preciado, 2020, p. 79).

No pensamento hétero, a ideia de "invenção da natureza" (Rita Segatto, 2018) substitui as causas econômicas, políticas e ideológicas da dominação de uma classe sexual (homens) pela outra (mulheres). Essa naturalização permite que a heterossexualidade seja pouco questionada, o que é característico do pensamento dominante: as categorias de sexo resultantes são totalizantes, elas moldam a mente e o corpo para nos impedir de pensar fora delas. Para Preciado, esse raciocínio embrutece a direita francesa, que nega "a chamada 'teoria de gênero' em nome da natureza – fanfarronice só comparável à direita americana quando se opõe à 'teoria da evolução'" (2020, p. 75).

Wittig (2022) quer destruir a ideia de que as mulheres formam um grupo natural, mostrando que isso resulta de um processo histórico de naturalização e que atribui indivíduos socialmente reconhecidos como mulheres ao modelo restritivo e destrutivo da "mulher". Ela quer substituir esse modelo por um novo modo de subjetivação (ou definição de individualidade) que seja independente dessas restrições.

Sua posição como lésbica é estratégica porque é o único conceito que está além das categorias de gênero. De acordo com



Wittig (2022), as lésbicas exigem sua remoção das categorias porque algo nelas recusa o sistema tradicional e patriarcal de dominação. Dessa forma, elas são uma falha no regime político da heterossexualidade, não são mais atribuíveis a um padrão, não podem mais ser "classificadas" em categorias sociais estabelecidas.

Na verdade, uma vez que "mulher" é definida por pertencer a um homem (através do "contrato social heterossexual" do casamento), Wittig enfatiza, no final do artigo intitulado *Pensamento hétero* (2022, p. 67), que:

> este é um problema que as lésbicas não têm por causa de uma mudança de perspectiva, e seria incorreto dizer que as lésbicas se associam, fazem amor, vivem com mulheres, pois "mulher" tem significado apenas em sistemas de pensamento heterossexuais e em sistemas econômicos heterossexuais.

Assim, Wittig (2022) junta-se a Simone de Beauvoir para questionar que mulheres não são um grupo social natural, isto é,

> nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um outro (Beauvoir, 1980, p. 8).

É nesse sentido que Wittig (2022) polemiza ao afirmar que lésbicas não são mulheres. A existência de lésbicas revela sua condição de traidora e desertora do gênero ao qual "naturalmente" pertenciam. As lésbicas escapam da condição de dominação, rejeitam o sistema patriarcal e a cultura arbitrariamente falocêntrica que foi projetada para elas como indivíduos designados como mulheres e isso consiste em negar o seu pertencimento a uma construção tanto cultural quanto política chamada "mulher".

A lesbofobia surge, então, da rejeição da possibilidade de uma sociedade fora do contrato social heterossexual. O feminismo e



o lesbianismo político de Wittig são baseados no orgulho de não ser essa "mulher real" essencializada. Trata-se de contrapor os discursos que consideram a relação diferenciada entre homens e mulheres como algo natural, porque ao naturalizar a história, fazemos o mesmo com os fatos sociais, a diferenciação dos sexos que marca a opressão das mulheres e a invisibilização das causas materiais da opressão feminina.

Para Wittig (2022), a própria noção de identidade de gênero oculta a supremacia do masculino sob a aparência de universalidade, uma vez que, na estrutura da linguagem, o feminino é marcado como gênero, enquanto o masculino se estabelece como neutro e normativo. Esse é um exemplo da reprodução da dominação política heterossexual pelo conhecimento, que, no entanto, é visto como neutro.

O pensamento heterossexual, portanto, oprime mulheres, homens gays e outras categorias de homens, mantendo-os todos em posições de dominação. Para sair disso, Wittig propõe uma "semiologia política" de desconstrução da naturalidade desses discursos, cujo objetivo é a abolição das diferenças de gênero entre os indivíduos. Trata-se de mudar o paradigma social para pôr fim às opressões materiais que resultam do pensamento heterossexual. Wittig, portanto, não quer incentivar o orgulho de ser diferente, ela quer abolir essa diferença para construir um modelo social independente das normas de gênero.

Perante este regime, o feminismo, a cultura *queer* e a perspectiva trans é de experimentação de gênero, e, Preciado, em *Um apartamento em Urano*, nos fala sobre o que somos, o que fazemos, o que pensamos que acreditamos, o que tememos, o que nos impede, nos acorrenta, nos retém, o que podemos ousar, tentar. O que hoje nos parece inconcebível, da mesma forma que era inconcebível pensar que a Terra fosse redonda.



Este estudo investiga os efeitos do que Preciado denomina "heterossexismo" nas obras teatrais, abrangendo tanto a dramaturgia quanto a encenação. De forma mais ampla, propõe uma reflexão sobre como, apesar das normas impostas por uma sociedade regida pelo capitalismo tecnocientífico, é possível sensibilizar e emancipar indivíduos das estruturas e dos regimes de poder por meio da experiência estética[43]. A criação de "resíduos de verbo" e a constituição de um repertório político tornam-se, assim, estratégias fundamentais para estabelecer conexões e resistir às táticas de fragmentação e dominação que, historicamente, mantiveram as mulheres separadas e silenciadas (Sthephanie Sauer, 2019). Além disso, busca-se dissipar as marcas do "carrego colonial" (Luiz Antonio Simas; Luiz Rufino, 2019, p. 5), promovendo novas formas de existência e expressão.

Agora, vamos retomar a noção de heterossexismo e defini-lo para explorá-lo posteriormente na análise. Para Louis-Georges Tin, em *Qu'est-ce que l'hétérosexisme? Quelques précisions sur un mot importante* (2012), o heterossexismo, enquanto um novo conceito sobre o qual não há consenso, é, acima de tudo, uma ferramenta de crítica social, cujo alcance e virtudes, se houver, ainda estão por vir. Em todo caso, Tin afirma:

> o heterossexismo pode ser definido como um princípio de visão e divisão do mundo social, que articula a promoção exclusiva da heterossexualidade à exclusão quase promovida da homossexualidade. Baseia-se na ilusão teleológica de que o homem é feito para a mulher e, especialmente, a mulher para o homem, uma convicção íntima que pretende ser o modelo necessário e o horizonte último de toda a sociedade humana.

43 Em artigo ainda inédito, *Drag é escafandro – a terceira onda da cena travesti: a cena drag queen*, Djalma Thürler e Edgar Cerqueira mostram até que ponto a cena travesti da terceira onda, derivada de uma relação histórica complexa entre movimentos feministas e *queer* (políticos e artísticos), permite repensar o essencialismo por meio de uma teoria crítica da performance feminista, operando uma releitura *queer* que questiona e problematiza o sexo em sua capacidade de representar os papeis de gênero de um sujeito.



> Portanto, ao atribuir à heterossexualidade o monopólio da sexualidade legítima, essa notável sociodiceia tem o efeito, senão o objetivo, de propor de antemão uma justificativa ideológica para a estigmatização e a discriminação sofridas pelas pessoas homossexuais[44] (Tin, 2012, tradução nossa).

Embora não seja a intenção deste artigo, é interessante o alerta de Louis-Georges Tin para o uso político de duas expressões, dois conceitos muito diferentes: homofobia e heterossexismo. Para o autor, a noção de heterossexismo provavelmente causará mais problemas do que poderá resolver.

Segundo Tim (2012), a homofobia estaria no registro individual da psicologia, é a rejeição dos homossexuais e da homossexualidade, mas também em relação a todos os indivíduos considerados não conformes à norma sexual.

> A homofobia está presente nos insultos, nas piadas, nas representações caricaturais e na linguagem cotidiana, ela retrata os gays e as lésbicas muitas vezes de uma maneira grotesca, como objetos de zombaria. A injúria constitui a injunção da homofobia afetiva e cognitiva na medida em que, quando se diz "safado viado", não se trata de simples palavras lançadas ao acaso. São agressões verbais que marcam a consciência, são traumas que se inscrevem na memória e no corpo. E uma das consequências do insulto é moldar a relação com os outros e com o mundo. E, portanto, de construir a personalidade, a subjetividade, o próprio ser de um indivíduo, como magistralmente demonstrou Didier Eribon[45]. A violência que representa

44 l'hétérosexisme peut être défini comme un principe de vision et de division du monde social, qui articule la promotion exclusive de l'hétérosexualité à l'exclusion quasi promue de l'homosexualité. Il repose sur l'illusion téléologique selon laquelle l'homme serait fait pour la femme et surtout la femme pour l'homme, intime conviction qui se voudrait le modèle nécessaire et l'horizon ultime de toute société humaine. Dès lors, en attribuant à l'hétérosexualité le monopole de la sexualité légitime, cette sociodicée remarquable a pour effet, sinon pour but, de proposer par avance une justification idéologique des stigmatisations et discriminations que subissent les personnes homosexuelles (Tin, 2012).

45 Aqui o autor faz referência ao livro *Reflexões sobre a questão gay*, publicado no Brasil em 2008 pela editora Companhia de Freud.



> a homofobia psicológica não é nada mais do que a integração paradigmática de uma atitude anti-homossexual, a qual atravessa a história de nossas sociedades[46] (Daniel Borrillo, 2014, p. 2, tradução nossa).

Enquanto a heteronormatividade pode ser definida como um sistema político de opressão que faz a heterossexualidade parecer normal e obrigatória, em um sistema que postula a binariedade de sexos (masculino/feminino), gêneros (homem/mulher), papéis sociais (pai/mãe) e orientações sexuais (heterossexual/homossexual), o heterossexismo decorre de práticas culturais, sociais, legais e institucionais que negam, ignoram ou estigmatizam todas as formas não heterossexuais, identidades ou relacionamentos. Pode ser estendido a discursos e comportamentos que, indo além da simples apreensão em relação aos gays ou às lésbicas, articulam uma forma geral de hostilidade em relação a comportamentos opostos aos papéis sociossexuais pré-estabelecidos, se referindo à "hierarquização das sexualidades, fundamento da homofobia; por conseguinte a evocação constante da superioridade biológica e moral dos comportamentos heterossexuais" (Borrillo, 2010, p. 30), precisamente, da hierarquia entre heterossexualidade e homossexualidade; portanto, mais ao registro coletivo da ideologia.

Nestas condições, continua Tin, quando as pessoas de boa-fé afirmam não serem homofóbicas, mas, em alguma medida, recusam, por exemplo, a igualdade de direitos entre homossexuais e heterossexuais, em questões como o casamento ou a adoção,

46 L'homophobie est présente dans les insultes, les blagues, les représentations caricaturales et le langage courant, elle dépeint les gays et les lesbiennes souvent d'une manière grotesque, objets de dérision. L'injure constitue l'injonction de l'homophobie affective et cognitive dans la mesure où, lorsque l'on dit "sale pédé", il ne s'agit pas de simples mots lancés au passage. Ce sont des agressions verbales qui marquent la conscience. Ce sont des traumatismes qui s'inscrivent dans la mémoire et dans le corps. Et l'une des conséquences de l'injure est de façonner le rapport aux autres et au monde. Et donc de construire la personnalité, la subjectivité, l'être même d'un individu comme l'a magistralement démontré Didier Eribon.La violence que représente l'homophobie psychologique n'est rien d'autre que l'intégration paradigmatique d'une attitude anti-homosexuelle, laquelle traverse l'histoire de nos sociétés (Borrillo, 2014, p. 2).



terão de reconhecer que são, no mínimo, heterossexistas, o que já poderia constituir uma alavanca valiosa para a argumentação política. E conclui:

> essa distinção interessante tem a desvantagem de quebrar precisamente a evidência do elo inevitável entre estigmatização (homofóbica) e discriminação (heterossexista), causa e consequência uma da outra. Pior ainda, ao reduzir o espectro semântico da palavra homofobia, dá a impressão de limitar seu necessário alcance crítico (Tin, 2012).

Voltando a Preciado (2020), as experiências estéticas heterossexistas anunciadas pelo filósofo espanhol falam de uma forma específica de estética em que as experiências heterossexuais ocupam a posição superior, enquanto "todas as outras formas de sexualidade são consideradas, na melhor das hipóteses, incompletas, acidentais e perversas, e, na pior, patológicas, criminosas, imorais e destruidoras da civilização" (Borrillo, 2010, p. 31).

Caberia a nós, portanto, tecer "no intervalo dos becos, nas relíquias e ruínas do futuro, nos edifícios da desmemória que produzem sombras" (Leda Maria Martins, 1998, p. 128); ou seja, desconstruir estereótipos heterossexistas e fabular outras histórias possíveis, verdadeiramente inclusivas, positivas e antiopressivas antes que essa velha história possa se impor com uma bala dentro de nós (Marcio Abreu; Martins, 2023).

Assim, visa-se criar um teatro de cura e guerrilha – que se constitui tanto uma questão social, quanto uma missão da arte –, mas de festa, de "alegria política" – como denominou o dramaturgo, diretor de teatro, pesquisador, e professor da USP, José Fernando Peixoto de Azevedo (André Lepecki; José Fernando Peixoto de Azevedo, 2023) – e de encantamento, de "afirmação dos corpos vibráteis, vivazes, que gingam, que driblam, corpos rebeldes, cotidianamente passando rasteira na centopeia colonial" (Gabriela Gusmão Cabelo, 2023, p. 46).

SUMÁRIO



Próximos ao que pensam Abreu e Martins (2023, p. 28), "desconfio das palavras que vem assim imediatamente"; por isso, quando falamos em "experiências estéticas" nas artes da cena, estamos falando de um teatro político que não subestime o estético (Duda Woyda; Djalma Thürler, 2024), de um teatro que abra outras possibilidades de janelas, de escutas, de percepções, um teatro que se assenta em uma tripla relação: composição (*poiesis*), recepção sensível do espectador (*aisthésis*) e comunicação com o público (*catarse*) e que não permite conclusões imediatas nem fáceis.

Ao concordar com Martins em outra passagem de seu texto, quando diz que fica "perplexa quando não se coloca a arte como essencial, as humanidades como essenciais" (Abreu; Martins, 2023, p. 24), nós convocamos nossa imaginação e nos incluímos em um rol de artistas e pesquisadores que se manifestam através do diálogo interdisciplinar entre o teatro e as Ciências Humanas e Sociais e, nesse diálogo, tudo o que temos feito é tentar reaprender a ler o mundo pela lente dos "saberes de desaprendizagens" (Thürler, 2018), um conjunto de saberes que propõe reflexões críticas sobre os conhecimentos e as práticas estabelecidas, especialmente aquelas enraizadas em perspectivas eurocêntricas e coloniais.

Essa abordagem sugere a necessidade de "desaprender" ou questionar saberes tradicionais que perpetuam desigualdades e exclusões, abrindo espaço para epistemologias alternativas e insurgentes que questionam a ideia da "invenção da natureza" (Segatto, 2018) e, nesse mesmo diapasão, pensar em obras que contribuam para a produção de subjetividades que desfamiliarizem o lugar da mulher na sociedade, denunciem injustiças, violência sexista e sexual, desconstruam a ordem patriarcal para explorar e desafiar os limites da masculinidade e da feminilidade, como é o caso da peça *Uma mulher impossível* (2017), da ATeliê voadOR Companhia de Teatro, que recebeu o Prêmio Braskem de melhor atriz em 2018 e foi indicado para melhor espetáculo e melhor dramaturgia e direção para Djalma Thürler.

Figura 1 - Mariana Moreno em *Uma mulher impossível*



Fonte: João Tatu. Acervo pessoal.

Esta peça, cujo título homenageia e parafraseia várias passagens do livro *Memórias de uma mulher impossível*, da feminista Rose Mari Muraro (1930–2014), estreou em:

> 2017, contando a história de uma mulher como tantas outras que se conhecem – branca, cis, casada, mãe de dois filhos – que começa a receber cartas eróticas anônimas. Em meio à investigação sobre a autoria das cartas e ao turbilhão de desejo e culpa ao recebê-las, a trajetória da personagem também revela questões sobre repressão, machismo e sexualidade (Thürler; Woyda, 2023, p. 131, tradução nossa).

Vale a pena sublinhar que *Uma mulher impossível* é marcada pela inteligência formidavelmente eficaz da atriz Mariana Moreno que, entre o cômico e o dramático, interpõe um distanciamento brechtiano que permite que a plateia veja, compreenda e atualize o arquivo da violência patriarcal que é, em si, uma das engrenagens do "carrego colonial" (Simas; Rufino, 2019, p. 5), feita de abusos de poder e de situações quotidianas interiorizadas e aceitas por terem sido tornadas invisíveis pela força do hábito, ou "naturalizadas", como pensou Segatto (2018).



Uma mulher impossível permite que o público veja e compreenda uma realidade insuportável, "autênticas técnicas biopolíticas de gestão da sexualidade" (Preciado, 2020, p. 26), feita de abuso de poder, de situações cotidianas internalizadas, naturalizadas, porque invisibilizadas pela força do hábito. Sua encenação teve uma dupla missão atribuída: questionar o estatuto, os usos e as transformações políticas dos corpos (socialmente definidos como) femininos e desmascarar, minar a ordem simbólica do pai.

Três fontes foram importantes para a criação desse espetáculo.

Primeiro, recorremos ao pensamento da historiadora da arte e curadora argentina Andrea Giunta (2018, p. 72), que afirma: "a obra que seja resultado de uma artista mulher, não significa que seja uma obra feminista". Ou seja, sob essa perspectiva, compreendemos que a arte feminista não se define exclusivamente pela identidade da pessoa que a produz. O/a artista não é apenas um organismo biológico determinado pela natureza, mas sim a base concreta que inventa uma gramática capaz de permitir ao espectador "imaginar uma outra organização social das formas de vida" (Preciado, 2020, p. 41). Trata-se, portanto, de uma prática que desafia a ordem e os parâmetros patriarcais que estruturam as sociedades, produzindo uma crítica às representações dominantes e subvertendo as fronteiras entre o masculino e o feminino.

Em entrevista a Ane Amondarain, em 2024, Giunta reforça que:

> A arte feminista é muito mais do que a arte feita por mulheres. Hoje, a arte feminista é muito importante porque propõe uma forma alternativa de entender o mundo e as relações de poder. Trata-se de uma arte que questiona os parâmetros patriarcais que estruturaram nossas sociedades — parâmetros que, embora nem sempre tenham sido elaborados por homens, também puderam ser reproduzidos e sustentados por mulheres (Andrea Giunta; Ane Amondarain, 2024, tradução nossa).



Então, é de uma tecnologia da subjetividade, de "linguagem de ficção política" (Preciado, 2020, p. 41) que estamos a falar, de "transformação micropolítica dos 'domínios moleculares da sensibilidade, da inteligência, do desejo' (Guatarri, 1989, p. 14). Trata-se de modificar a produção de signos, a sintaxe, a subjetividade, os modos de produzir e reproduzir a vida" (Preciado, 2020, p. 46).

O pensamento de Andrea Giunta soma-se ao de Nicole Boireau no texto *Le théâtre féministe des années 80 en Angleterre: une dramaturgie transgressive*. Em seu texto, Boireau destaca um caminho particular da escrita dramática inglesa em um período do século XX que viu o surgimento e a consolidação de um movimento de emancipação feminina, seja pela legislação de proteção dos direitos das mulheres, seja pelo aparato crítico dos estudos de gênero, mas afirma que "desconstruir a imagem da mulher não é um privilégio das autoras, longe disso, pois alguns dramaturgos masculinos cumprem essa responsabilidade com maestria" (Nicole Boireau, 2005, p. 31).

Nos tempos modernos, Boireau se refere a Harold Pinter e à sua peça *The Homecoming*, de 1965[47]. Em outro texto de Boireau, *Le monologue dans le théâtre féministe en Angleterre*, agora de 2013, ao analisar os monólogos feministas de Sarah Daniels e Claire Dowie, continua pensando que as reflexões sobre o monólogo no teatro feminista contemporâneo na Inglaterra não pretendem demonstrar que apenas autoras sabem como fazer as mulheres falarem; afinal, muitos exemplos contradiriam essa proposição, entre os mais famosos, Aristófanes e sua *Assembleia de mulheres* e Geoffrey Chaucer e sua impertinente esposa, em *The Wife of Bath*, para citar apenas alguns.

Ou seja, embora haja um consenso de que as representações da sexualidade e do gênero são e têm sido construções masculinas (representações de, mas não por, mulheres), uma obra estética ou

47 No Brasil, foi traduzida pelo Millôr Fernandes, em 1968, com o título *A volta ao lar*. Teve direção de Fernando Torres e contou no elenco com nomes de Cecil Thiré, Delorges Caminha, Fernanda Montenegro, Paulo Padilha, Sergio Britto e Ziembinski.



poética feminista é aquela que vai desmascarar e minar a ordem simbólica do patriarcado, que vai afetar as mulheres na sua percepção de si próprias e dos outros, no seu trabalho, nos seus hábitos, na sua sexualidade, na sua participação na organização, nas suas respostas à autoridade, à religião e ao Estado, e na expressão da sua criatividade na arte e na cultura.

As falas da Giunta e Boireau reforçam a certeza de que, em quase todos os domínios das Artes e das Ciências Humanas e Sociais, a investigação feminista tornou-se um elemento importante do debate científico e, de algum modo, nos inspiraram a pensar em nossa atual pesquisa: um "teatro de autoria *queer*", a partir da evidência de um padrão particular de dramaturgia e encenação que teria berço os anos 2000 do século XXI – com a tradução para o Brasil em 2003 do livro *Problemas de gênero*, de Judith Butler, e, em 2008, com a tradução do texto em que Josette Féral cunhou a expressão "teatro performativo".

Nosso empenho teórico, inspirado na pesquisa *Ensaios sobre autorias queer no cinema brasileiro contemporâneo*, de Dieison Marconi (2021), trata de examinar dissonâncias e pontos de encontro em torno da questão: É possível afirmar que, pela intersecção das perspectivas do movimento *queer* no Brasil e do teatro performativo, existiria um "teatro de autoria *queer*"?

O termo *queer* é uma expressão inglesa que designa aquilo que é estranho e tem sido utilizado no Brasil, normalmente, como substantivo ou adjetivo para definir uma pessoa cuja orientação ou identidade sexual não corresponde aos modelos dominantes. Seu uso teórico se baseia em:

> um conjunto de compromissos intelectuais com as relações de poder, hegemonia, normalidade e, claro, entre sexo, gênero e sexualidade. O termo queer refere-se a uma série de práticas críticas, como Spargo as chama, incluindo leituras da representação do desejo não heterossexual em textos literários, filmes e artes plásticas,



> análise das relações de poder político no discurso das sexualidades etc. Seria, portanto, um movimento intelectual e político que surgiu na comunidade lésbica, branca, burguesa e universitária dos Estados Unidos nos anos 80 (Thürler, 2021, p. 26).

Embora ainda não tenha sido totalmente explorado pela história do teatro no Brasil, o termo *queer* abre um campo de estudo de extrema relevância. Seria, pois, esse teatro de autoria *queer* feito por artistas dissidentes de gênero e sexualidade ou seria um teatro, cuja estética e poéticas, independentes de sua autoria, caminhariam para a produção de uma politização da teatralidade, uma espécie de contradispositivo, de desprogramação da colonialidade, revelando e promovendo "aquilo que a agência colonial desautorizou, interditou enquanto possibilidade" (Rufino; Thiago Florencio, 2023, p. 156), ou ainda, um teatro que busca uma de ética *queer,* que é a:

> promoção de novas mentalidades em relação às dissidências de gênero, um alerta de que é cada vez mais importante para a saúde física e social e bem-estar das pessoas variantes de gênero que existam recursos culturais e pedagógicos para que a sociedade compreenda e se envolva com essas pessoas nos seus próprios termos e de forma não cruel, tornando visíveis as experiências subjetivas dos 'esquecidos,' dos corpos abjetos, que são também os 'dominados' (Thürler, 2022, p.45).

Se os resíduos do verbo encenam os tempos da memória, é importante pensar, que a colonização é contínua (Simas; Rufino, 2019), ou seja, o imperativo colonial não desaparece com a independência do Brasil. Rufino, que tem apostado na expressão "estado colonial" para dizer que a colonialidade continua desempenhando um papel sensível na construção da nossa identidade, da nossa história e da nossa memória, também diz da impossibilidade desse projeto de captura e aprisionamento colonial se concretizar plenamente.

Portanto, não basta apenas combater as desigualdades de gênero, é necessário disputar a produção de subjetividades.



Essa "desaquendação da colonialidade" (Thürler, 2023, p. 76) no nosso campo significa a produção de materialidades: percorre um caminho que vai da elaboração de um pensamento em uma dimensão teórica ao seu modo de enunciação. O teatro, vão dizer Márcio Abreu e Leda Maria Martins, "é um lugar privilegiado para não apenas ver o outro, performar o outro, dramatizar o outro, ou representar o outro, ou interpretar o outro, mas de criação do outro que passa" (2023, p. 27).

Trata-se, então, de um desafio e um compromisso político. O compromisso de produzir arte como uma alavanca histórica para formas de resistência e contestação de normas. E o desafio de celebrar o prazer na relação com o outro, com o mundo do outro. E quando pensamos assim, lembramos da festa como um vetor de resistência, onde a certeza raramente a atravessa, na festa como uma forma de negociar com a morte e reinventar um mundo melhor, assim como Cecília Meireles nos ensinou. Pois, senhoras e senhores, a vida só é possível reinventada, mesmo que a gente tenha que se questionar o que Brecht se perguntou na primeira metade do século passado: afinal, que tempos doidos são esses, em que temos de defender o óbvio?

E se temos que reinventar a vida, que a façamos enquanto um devir revolucionário, em práticas artísticas que reúnam ética e política, porque tudo pode ser diferente, absolutamente tudo, visto que a revolução somos nós, rotina dilatada, cotidiano corajoso; rascunho da história que, passado a limpo, a contrapelo, é vida.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marcio; MARTINS, Leda Maria. *In*: FABIÃO, Eleonora; SCHNEIDER, Adriana. **Janelas abertas**: conversas sobre arte, política e vida. Rio de Janeiro: Cobogó, 2023.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.



BOIREAU, Nicole. Le théâem féministe des années 80 en Angleterre: une dramaturgie transgressive. **Revue québécoise d'études théâtrales**, n. 38, 2005.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Horizonte: Autêntica, 2010.

BORRILLO, Daniel. **L'homophobie: mieux la définir pour mieux la combattre**. 2014.

CABELO; Gabriela Gusmão. *In*: FABIÃO, Eleonora; SCHNEIDER, Adriana. **Janelas abertas**: conversas sobre arte, política e vida. Rio de Janeiro: Cobogó, 2023.

GIUNTA, Andrea**. Feminismo y Arte Latinoamericano**: historias de artistas que emanciparon el cuerpo. Buenos Aires: Siglo XXI, 2018.

GIUNTA, Andrea; AMONDARAIN, Ane. El arte feminista pone en crisis los parámetros patriarcales. **Redacción Efeminista**, 2024. Disponível em https://efeminista.com/andrea-giunta-el-arte-feminista-pone-en-crisis-los-parametros-patriarcales/. Acesso em 27 fev. 2025.

LEPECKI, André; AZEVEDO, José Fernando Peixoto de. *In*: FABIÃO, Eleonora; SCHNEIDER, Adriana. **Janelas abertas**: conversas sobre arte, política e vida. Rio de Janeiro: Cobogó, 2023.

MARCONI, Dieison. **Ensaios sobre autorias queer no cinema brasileiro contemporâneo**. Belo Horizonte: PPGCOM/UFMG, 2021.

MARTINS, Leda Maria. Solstício. **Aletria: Revista de Estudos de Literatura**. v. 6, 1998.

PRECIADO, Paul B. **Um apartamento em Urano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica & outros ensaios**. Rio de Janeiro: A Bolha Editora, 2019.

RUFINO, Luiz; FLORENCIO; Thiago. *In*: FABIÃO, Eleonora; SCHNEIDER, Adriana. **Janelas abertas**: conversas sobre arte, política e vida. Rio de Janeiro: Cobogó, 2023.

SAUER, Sthephanie. Uma política de localização. *In*: RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica & outros ensaios**. Rio de Janeiro: A Bolha Editora, 2019.

SEGATTO, Rita. **Contra-pedagogías de la crueldade**. Buenos Aires; Prometeo Libros, 2018.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. **Flecha no tempo**. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

THÜRLER, Djalma. Sabedoria é desaprender: notas para a construção de uma política cultural das margens *In*: Silva, Gimima; PUGA, Lúcia; RIOS, Otávio. (org.). **Alfabetização política, relações de poder e cidadania**: perspectivas interdisciplinares. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018. p. 14-26.

THÜRLER, Djalma. O indizível desejo erótico em Cabaré Vibrátil. **Iberic@l, Revue d'études ibériques et ibéro-américaines**, n. 19, 2021.

THÜRLER, Djalma. Entrevistado: Djalma Thürler. *In*: SILVA JUNIOR, Alcidesio Oliveira da; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Eles por eles**: pesquisas sobre masculinidades no Brasil. Curitiba: CRV, 2022.

THÜRLER, Djalma. A linguagem queer e a desmistificação do monumental. **PÓS**, v. 13, n. 27, 2023.

THÜRLER, Djalma; WOYDA, Duda. Trilogía en solos menores: prácticas escénicas de ATeliê VoadOR/Brasil. **Kaylla: Revista del Departemento Académico de Artes Escénicas**. Pontificia Universidad Católica del Perú. Núm. 2, 123-139, 2023.

TIN, Louis-Georges. **Qu'est-ce que l'hétérosexisme? Quelques précisions sur un mot important par**. 2012. Disponível em: https://lmsi.net/Qu-est-ce-que-l-heterosexisme. Acesso em: 27 fev. 2025.

ZIGA, Itziar. **Devir cachorra**. São Paulo: Crocodilo; São Paulo: n-1 edições, 2021.

WITTIG, Monique. **O pensamento hétero e outros ensaios**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

WOYDA, Duda; THÜRLER, Djalma. O excesso não deixa a poesia pousar: o teatro anfíbio e a dimensão política da arte. **Urdimento - Revista de Estudos em Artes Cênicas**, Florianópolis, v. 2, n. 5. 2024.

SUMÁRIO





Parte III

Amina Mama[48]

RESPOSTAS FEMINISTAS TRANSNACIONAIS DO SUL AO COLONIALISMO, À GUERRA E AO GENOCÍDIO

RESPUESTAS FEMINISTAS TRANSNACIONALES DEL SUR AL COLONIALISMO, LA GUERRA Y EL GENOCIDIO

TRANSNATIONAL SOUTH FEMINIST RESPONSES TO COLONIALISM, WAR, AND GENOCIDE

SUMÁRIO



RESUMO:

Esta conferência explora a genealogia anticolonial do feminismo no mundo colonizado e ex-colonizado, com foco no continente africano, o lar ancestral de mais de 20,6 milhões de brasileiros e o lar da maior diáspora negra, criada pela Passagem do Meio. Discutirei o surgimento do feminismo primeiro no contexto das guerras do século XX, contra o fascismo e, depois, nos movimentos revolucionários anticoloniais por liberdade. Apesar disso, o século XXI tem se caracterizado pela dominação contínua do Ocidente. Atualmente, estamos testemunhando uma escalada de militarização tecnologicamente aprimorada, liderada pelos Estados Unidos, que ameaça todo o planeta. Afirmo que os feminismos negros e do Terceiro Mundo estão em posição singular para compreender e responder às epistemologias hegemônicas de violência e acumulação que constituem o patriarcado neoliberal contemporâneo, porque elas funcionam por meio de dinâmicas de classe, raça, gênero e sexualidade. Defendo que as epistemologias feministas, as políticas e as práticas de organização adotadas pelas feministas do Sul[49] respondem às condições

48 A conferência "Feminismos africanos: legados e prospectos anticoloniais e pan-africanos" foi realizada por Amina Mama no dia 29 de julho de 2024, na abertura do Seminário Internacional Fazendo Gênero 13. Tradução, revisão e edição realizada por Binah Ire Vieira Marcellino e Adrian Lucas Mastrocola Garcia, em coordenação da comissão de tradução do Seminário Internacional Fazendo Gênero 13.

49 O termo "feminista do Sul", conforme usado pelo Fórum de Futuros Feministas do Sul, refere-se a feministas negras e do Terceiro Mundo, e tem a intenção de se referir aos legados anticoloniais de feministas em áreas do mundo anteriormente colonizadas e às diásporas constituídas primeiramente pelo tráfico escravista e agora pelas contínuas desigualdades globais.

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-480-3.16

SUMÁRIO



cotidianas de violência, extrativismo e injustiça que dominam o mundo anteriormente colonizado e suas diásporas, oferecendo importantes caminhos para a liberdade e a justiça para todos.

ABSTRACT:

This conference explores the anticolonial genealogy of the colonized and ex-colonized world's feminism focusing on the African continent, the ancestor home of more than 20,6 milions of Brazilians and the source of the largest black diaspora, hatched by the Middle Passage. I will discuss first the emergence of feminism, in war contexts against fascism in the 20th century and, later, the anticolonial revolutionary movements for liberty. Despite, the 21st century has been characterized by the continuous Western domination. Currently, we are witnessing a militarization rising technologically support by the United States that threats the entire globe. I affirm that black feminisms and Third World feminisms are in a singular position to comprehend and answer the hegemonic epistemologies of violence and heaping that constitute the contemporary neoliberal patriarchy, because they function through dynamics of class, race, gender and sexuality. I defend that those feminist epistemologies, the policies and practices of organization fostered by the feminist of the South answer to conditions of daily violence, extractivism and injustice that dominate the world previously colonized and its diasporas, offering important paths for liberty and justice for all.

RESUMEN:

Esta conferencia explora la genealogía anticolonial del feminismo en el mundo colonizado y excolonizado, centrándose en el continente africano, hogar ancestral de más de 20,6 millones de brasileños y hogar de la mayor diáspora negra, creada por la Travesía del Medio. Discutiré el surgimiento del feminismo primero, en el contexto de las guerras del siglo XX contra el fascismo y, después, en los movimientos revolucionarios anticoloniales por la libertad. A pesar de ello, el siglo XXI se ha caracterizado por la continua dominación de Occidente. Actualmente, estamos atestiguando una escalada de militarización tecnológicamente mejorada, liderada por Estados Unidos, que amenaza a todo el planeta. Afirmo que los feminismos negros y del Tercer Mundo se encuentran en una posición única para comprender y responder a las epistemologías hegemónicas de violencia y acumulación que constituyen el patriarcado neoliberal contemporáneo, porque funcionan a través de dinámicas de clase, raza, género y sexualidad.



Sostengo que las epistemologías feministas, las políticas y las prácticas de organización adoptadas por las feministas del Sur responden a las condiciones cotidianas de violencia, extractivismo e injusticia que dominan el mundo anteriormente colonizado y sus diásporas, ofreciendo importantes caminos hacia la libertad y la justicia para todos.

INTRODUÇÃO

O genocídio televisionado em Gaza fez de todos nós testemunhas da carnificina que está ocorrendo na Palestina ocupada. Como os movimentos de mulheres em nações anteriormente colonizadas estão respondendo a essa última manifestação do imperialismo ocidental? O que a análise transnacional feminista torna visível? Que formas de solidariedade e ativismo estão surgindo em face da violência estatal maciça e implacável contra uma população encurralada de mulheres, crianças e homens civis? Que legados de luta podem informar essa ação de forma útil? Nessa contribuição, argumentarei que as muitas violências estruturais e diretas perpetradas contra as mulheres têm sido o principal motor da organização feminista no Sul.

Esse continua sendo o caso em relação à indignação das feministas sulistas e anticoloniais com as atrocidades visíveis da campanha militar israelense. Antigas e novas solidariedades feministas anticoloniais estão sendo mobilizadas em vários níveis para se unirem a uma resistência global ao império apoiado pelos EUA e seus representantes no Sul. Essas solidariedades constituem uma importante antítese à proliferação do militarismo global e ao ressurgimento da direita política que está acompanhando o capitalismo neoliberal.

"Somos todos palestinos! A Palestina será livre!". Esse foi o apelo unânime e apaixonado dos cerca de 400 participantes do Fórum Feminista Negro, realizado em Barbados de 4 a 7 de fevereiro deste ano. Os punhos foram erguidos e os olhos se encheram de



lágrimas em empatia com o povo palestino, quando a reunião parou diante de uma tela que exibia os nomes de cada uma das milhares de crianças palestinas com menos de 18 anos que se sabe terem sido mortas (Al Jazeera, 2024). A carnificina continua, tanto que, se tentássemos listar os nomes das crianças mortas hoje, não haveria mais tempo para que eu pudesse falar. De qualquer forma, a maioria dos nomes ainda está para ser recuperada. O número total de mortos está se aproximando de 40.000, dos quais mais de 15.000 eram crianças. Mais de 90.000 pessoas ficaram feridas. Esse número nem sequer conta as dezenas de milhares de desaparecidos ou enterrados sob os escombros de suas casas destruídas.

A intensidade emocional com que as feministas negras reunidas no Fórum de Barbados se identificaram com a causa palestina merece reflexão. Esse foi apenas um dos casos em que sentimentos tão fortes foram evocados nos dias, semanas e meses desde 7 de outubro do ano passado. Embora ainda estejamos testemunhando um dos ataques genocidas mais flagrantes já realizados contra qualquer comunidade em qualquer lugar, também estamos assistindo à mudança da opinião pública global pelas imagens desse último ataque a Gaza. Vemos isso nas inúmeras ocupações estudantis em todo o mundo e nas manifestações em massa até mesmo no Ocidente. Enquanto os governos dos Estados Unidos e da União Europeia continuam a dar apoio militar e político a um Estado genocida, é bom lembrar de Nelson Mandela, que captou o sentimento do mundo anticolonial quando disse: "Sabemos muito bem que nossa liberdade é incompleta sem a liberdade dos palestinos".

Entre a eflorescência internacional mais ampla de indignação com o genocídio estão as muitas ações que seguem sendo tomadas pelos movimentos de mulheres em vários locais do mundo anteriormente colonizado e suas diásporas. Isso contrasta com o silêncio ensurdecedor das feministas brancas do Ocidente sobre Gaza, descrito pela feminista árabe Yousra Samir Imran (2024). A onda de protestos, declarações e campanhas que estamos testemunhando entre



as mulheres negras e as do Terceiro Mundo é prova de uma política visceral de resistência ao horror contínuo que ainda está sendo transmitido ao vivo para todas as nossas vidas seis meses depois. Isso desafia a máquina de propaganda generalizada do Estado israelense e a tentativa de silenciar a verdade por meio do assassinato seletivo de tantos jornalistas – mais de cento e trinta até o momento[50].

Para a maioria de nós, não se trata apenas de um recuo diante do horror do presente. Algo muito mais profundo está sendo ativado. Deixe-me sugerir que essa "coisa" é um sentimento político histórico e incorporado, uma política anticolonial de empatia e identificação. Ele se baseia na memória coletiva de todos os que conhecem uma história coletiva de ocupação imperial e patriarcal, cujos ancestrais são marcados pelo apartheid colonial e pelo racismo, e que têm um patrimônio de luta e resistência contra estes.

Para refletir sobre as respostas das feministas negras e do Terceiro Mundo à carnificina atual, não é preciso ir muito longe. No momento imediato, isso decorre do ataque implacável à infraestrutura civil, da fome deliberadamente orquestrada que faz com que os bebês e idosos, mais vulneráveis, morram primeiro, da obstrução de comboios de ajuda humanitária e do nível de danos infligidos diretamente a mulheres, meninas, meninos e homens. As mídias sociais transmitem as mensagens não filtradas de cidadãos apanhados no holocausto, cidadãos como a menina de 6 anos de idade, Hind Rajab, que permaneceu com seu telefone celular presa em um carro destruído com seus parentes por várias horas até que ela também foi morta, juntamente com a equipe da ambulância que tentou resgatá-la. Nós recuamos, sofremos e depois nossa raiva aumenta. Se não formos traumatizados diariamente pelo que vemos e ouvimos, seremos nós mesmos menos que humanos.

50 Não consta o texto da nota de rodapé no texto-fonte.



Mas o que uma perspectiva feminista anticolonial do Sul traz para esse cenário horrendo? Ela nos permite responder além do trauma da carnificina de hoje, utilizando uma análise anticolonial radical. Por meio dela, invocamos as genealogias da resistência anticolonial das mulheres à guerra e à violência e trazemos esses legados de luta para suportar a indignação e a dor sobre esta atrocidade que estamos testemunhando atualmente e lutando para processar. Dando um passo atrás em relação ao trauma do presente, podemos discernir pelo menos duas trajetórias definidas para nossas respostas atuais. A primeira pode ser encontrada no início da história do feminismo contra a guerra no Ocidente, já a segunda está nos movimentos internacionais anti-imperialistas e nos movimentos intelectuais e políticos negros que buscaram a decolonização no século XX.

O século XX foi um século de guerra e conflito que acompanhou o auge do "capitalismo industrial como o conhecíamos". Na época, pensávamos que o século XX havia sido o mais violento da história da humanidade. Em seu estudo detalhado sobre o genocídio no século XX, Rudolph J. Rummel revelou que as ações dos governos causaram mais de 272 milhões de mortes diretas (R. J. Rummel, 1994). De acordo com essa fonte, outras milhões de "mortes indiretas" foram geradas por guerras e repressão política na Europa e em seus impérios no Sul. Essas "mortes indiretas" são o resultado da violência estrutural – da fome, da pobreza, do frio, de todas as coisas que acontecem com as pessoas deslocadas, pessoas cujos lares foram destruídos, a maioria delas civis, principalmente mulheres e crianças. Gaza nos mostra que a divisão entre violência "direta" e "indireta" agora é completamente redundante, pois as duas estão sendo intencionalmente infligidas juntas no genocídio.

O século XX foi de fato violento. A Europa Imperial travou duas guerras devastadoras, para as quais arrastou súditos coloniais. Centenas de milhares de homens africanos da minha região foram convocados como recrutas coloniais. Se a Primeira Guerra Mundial foi em grande parte convencional em sua execução, com exércitos



de homens se enfrentando nas trincheiras, tentando massacrar uns aos outros para avançar em meio à lama invernal, a Segunda Guerra foi alimentada por avanços tecnológicos que infligiram muito mais danos às cidades e vilas da Europa. Isso culminou no catastrófico bombardeio atômico de Hiroshima e Nagasaki pelos EUA. As baixas civis aumentaram significativamente entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial. Muitas mulheres se uniram ao esforço de guerra ao lado dos homens, trabalhando em fábricas e desempenhando seu papel nos sistemas de logística e comunicação cada vez mais sofisticados da guerra do século XX. Entretanto, sempre houve movimentos de mulheres que resistiram e se opuseram à guerra. O registro histórico sugere que, depois que as mulheres europeias garantiram o voto, elas se voltaram para o ativismo antiguerra porque a guerra representava o maior desafio para suas próprias vidas e bem-estar.

O primeiro Congresso de Mulheres Europeias foi realizado em Haia, em 1915, durante a Primeira Guerra Mundial. O segundo ocorreu em 1945, no final da Segunda Guerra Mundial. As feministas ocidentais fundaram a Liga Internacional das Mulheres pela Paz e Liberdade (Women's International League for Peace and Freedom – WILPF) a partir desses encontros internacionais, em uma época em que o colonialismo europeu ainda estava em vigor na maior parte da Ásia e da África.

Nos Estados Unidos, a Aliança Internacional de Mulheres pelo Sufrágio e Cidadania Legal (International Alliance of Women for Suffrage and Legal Citizenship), fundada em Washington-DC em 1902 pelas principais sufragistas norte-americanas, foi reestruturada e renomeada como Aliança Internacional da Mulher (International Alliance of Women – IAW) em 1946 (Charlotte Weber, 2001). A IAW publicou o *International Women's News* e também realizou congressos regulares. Com relação ao seu internacionalismo, é preciso observar que a IAW, sediada nos EUA, convidou mulheres das colônias, como pudemos observar na Conferência de Copenhague em 1939. No entanto, a recusa contundente das mulheres ocidentais em



discutir a questão da Palestina na conferência fez com que Huda Sharaawi, fundadora da União Feminista Egípcia (Egyptian Feminist Union) e da revista L'Egytpienne, pedisse uma União Feminista Oriental para as mulheres da África e do Oriente Médio.

A Federação Democrática Internacional das Mulheres (Women's International Democratic Federation – WIDF) foi outra importante organização feminista internacional que ganhou destaque durante os anos da Guerra Fria[51]. A WIDF resistiu à política da Guerra Fria para reunir mulheres de ambos os lados da Cortina de Ferro e também se esforçou para incluir mulheres da África, da Ásia e da América Latina. Talvez a mais notável tenha sido a eleição de uma líder entre mulheres, a fundadora da União das Mulheres Nigerianas (Nigerian Women's Union), Sra. Funmilayo Ransome-Kuti, para vice-presidente em 1953[52].

Desde então, o trabalho de recuperação histórica realizado por colegas negros e caribenhos na diáspora americana nos ensinou mais sobre o envolvimento das mulheres nos movimentos anticoloniais e antirracistas do início do século XX, mostrando que elas foram atores políticos importantes nos movimentos nacionalistas negros, assim como o foram nos movimentos anticoloniais internacionais que surgiram no Sul após a Segunda Guerra Mundial. Eles apontam para os exemplos de Amy Ashwood Garvey e Amy Jacques Garvey nos movimentos garveyista e pan-africano.

Por exemplo, a primeira esposa de Marcus Garvey, Amy Ashwood, foi cofundadora da Associação Pan-Africanista para o Aprimoramento Negro Universal (Pan-Africanist Universal Negro Improvement Association) em Kingston, Jamaica, na década de 1930,

51 Veja o livro de Francesca Haan.

52 O arquivo não nos diz muito sobre seu papel na Associação (Yulia Gradskova, 2022), mas pelo lado nigeriano, sabemos que ela foi impedida de viajar para participar das reuniões da WIDF pela administração colonial britânica que, assim como os EUA, condenou a WIDF como uma "frente comunista" durante a Guerra Fria (Nina Emma Mba, 1982).



quando ainda era adolescente. Os garveyistas foram o maior movimento negro da história, galvanizando milhões de afrodescendentes em todo o mundo africano. Embora esse fosse um movimento nacionalista racial e definitivamente não feminista, o fato é que a maioria dos seguidores – cerca de dois terços – eram mulheres. Amy Ashwood foi para Londres depois de se divorciar de Garvey, levando seu ativismo a um novo patamar alguns anos mais tarde, quando coorganizou o histórico Congresso Pan-Africano de 1945, em Manchester, com W.E.B. DuBois, no qual presidiu a sessão de abertura (Keisha N. Blain; Tiffany M. Gill; Michael West, 2019). Essa conferência histórica foi o primeiro dos Congressos Pan-Africanos a condenar totalmente o colonialismo e exigir independência política para todas as nações colonizadas do mundo. Marcus Garvey nunca visitou o continente africano, mas Amy Ashwood conseguiu rastrear suas próprias origens familiares e fez a viagem para visitar seus parentes em Gana.

CLAUDIA JONES – A TRIPLA OPRESSÃO DE RAÇA, CLASSE E GÊNERO & ESLANDA GOODE ROBESON – SOJOURNERS PELA LIBERDADE

Os arquivos da WILPF[53] dos anos 1940–1960 revelam algumas das lutas que ocorreram dentro dessas primeiras organizações feministas ocidentais, quando se tratava de incluir mulheres das colônias do Terceiro Mundo em suas atividades. Apesar do apoio político de muitos princípios da organização para o fim do colonialismo, a maioria das mulheres brancas liberais abraçava o pacifismo. Assim,

53 Veja o trabalho de Ângela Davis nos EUA e de Lélia Gonzalez no Brasil.



elas tinham dificuldade em aceitar que as mulheres das antigas colônias apoiassem as guerras anticoloniais. O fato é que, na África, os regimes de colonização que ocuparam violentamente o Quênia, a Rodésia, a África do Sul e as colônias portuguesas excluíram os africanos do espaço político e baniram todos os seus movimentos políticos. Em tal situação, o "pacifismo" permitiria a continuidade da ordem colonial. Em outras palavras, o pacifismo significava aceitar a pacificação colonial. Na década de 1970, debates intensos dentro das estruturas participativas inclusivas da WILPF levaram, de fato, a uma melhor compreensão das mulheres colonizadas (Confortini, 2012). No entanto, a tensão entre a antiviolência do feminismo liberal branco e a política anticolonial e antirracista dos feminismos negro e sulista tem se mostrado persistente. As mulheres negras e do Terceiro Mundo destacam o fato de que a violência é mais do que uma questão de gênero, pois sabemos muito bem que tanto os homens quanto as mulheres estão sujeitos a muitas violências do império, inclusive a sexual.

MOVIMENTOS REVOLUCIONÁRIOS ANTICOLONIAIS DO SÉCULO XX

A devastação da Europa pelas duas guerras mundiais abriu caminho para que os movimentos anticoloniais da Ásia e da África ganhassem força; além disso, uma série de cúpulas afro-asiáticas começou a se mobilizar contra o imperialismo. Eles uniram forças com os movimentos latino-americanos para apresentar uma frente unida contra o imperialismo ocidental em uma série de reuniões durante as décadas de 1940 e 1950. Entre elas, a Conferência de Bandung de 1955, na qual foi formado o Movimento dos Não Alinhados (NAM). Por meio dele, as nações do Terceiro Mundo tentaram resistir às pressões da Guerra Fria para se alinharem ao Leste comunista ou ao Oeste



capitalista, a fim de buscar seus próprios interesses como novos estados soberanos. Em consonância com o internacionalismo da época, essas reuniões eram formadas por líderes políticos masculinos dos movimentos revolucionários, e as mulheres permaneceram praticamente ausentes das imagens e dos arquivos dessas reuniões históricas.

CONFERÊNCIA DE BANDUNG, 18-NAM, 19-HOMENS NA TRICONTINENTAL

O internacionalismo do Terceiro Mundo atingiu seu auge na década de 1960, quando a Conferência de Bandung, de 1955, e a Conferência do Movimento Não Alinhado, de 1961, foram seguidas pela Conferência Tricontinental em Havana, em 1966. A Conferência Tricontinental foi particularmente desconcertante para os EUA em ascensão, não apenas porque ocorreu nas proximidades do continente americano, mas porque emitiu um apelo unificado por uma nova ordem econômica internacional que teria acabado com o prolongamento da dominação capitalista por meio da economia global, que chamamos de neocolonialismo (Kwame Nkrumah, 1965). Embora esses movimentos possam ter retrocedido, continua sendo um fato que os processos de descolonização que varreram a Ásia e a África acabaram por remodelar o mundo pós-guerra do século XX. A isso devemos o desenvolvimento da Liga das Nações no sistema completo das Nações Unidas, que envolve todos os países do mundo e marcou o surgimento da governança global como a conhecemos.

A família das Nações Unidas inclui as instituições financeiras de Bretton Woods e o Conselho de Segurança da ONU, bem como os vários órgãos da ONU e a Assembleia Geral. Em seu início, esperava-se que a governança global evitasse a repetição das grandes conflagrações que dominaram o século XX, mas ela culminou na perigosa corrida armamentista e em uma política de *détente* que se baseia na capacidade mútua de destruição.



Após a onda de independência da década de 1960 que varreu o continente africano, o internacionalismo revolucionário diminuiu. A Guerra Fria entre a União Soviética no Leste e o Ocidente capitalista se aprofundou, mas, para nós, nas colônias e ex-colônias, não havia nada de "frio" sobre a guerra. As potências do Leste e do Oeste realizaram prolongadas guerras por procuração nas colônias africanas remanescentes, enquanto o Ocidente capitalista apoiava os regimes coloniais de apartheid. Nas colônias africanas, as mulheres desempenharam papéis importantes nas guerras de libertação que buscavam a revolução africana. Tivemos o Partido Africano para a Independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC) na Guiné-Bissau, a Organização Popular do Sudoeste Africano (SWAPO) na Namíbia, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) em Moçambique, o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) em Angola e o M'konto we Sizwe, o exército de libertação do Congresso Nacional Africano da África do Sul.

Seguindo os exemplos dos movimentos socialistas revolucionários na China, no Vietnã e em Cuba, a inclusão de mulheres como combatentes tornou-se a norma nos movimentos de libertação africanos a partir da década de 1970. Há algumas evidências de que o envolvimento das mulheres na luta armada foi, por si só, um produto do internacionalismo socialista. No caso da guerra de libertação nacional do Zimbábue, que pôs fim ao apartheid rodesiano, por exemplo, o líder do ZANLA, Josiah Tongogara, está registrado como tendo solicitado o envolvimento militar das mulheres logo após ter retornado de uma viagem à China na década de 1970. Aparentemente, ele ficou muito impressionado com o papel das mulheres na revolução chinesa[54]. Depois disso, tornou-se normal argumentar, como fizeram outros líderes homens, que a libertação nacional não seria alcançada sem a emancipação total das mulheres africanas. De fato, esse era o discurso de Samora Machel, Oliver Tambo, Amilcar Cabral e outros líderes revolucionários dos movimentos de libertação africanos.

54 O livro de memórias de Fay Chung detalha esse fato.



Esses movimentos também se apoiaram mutuamente além das fronteiras e mobilizaram o internacionalismo progressista para derrotar o regime colonialista e, em última instância, acabar com o apartheid na própria África do Sul.

Depois que a independência da bandeira foi garantida, as mulheres africanas continuaram a formar movimentos e, assim como nossas irmãs caribenhas, asiáticas e latino-americanas, também criamos organizações nacionais e locais para defender os interesses das mulheres em face dos legados duplos das formas indígenas e coloniais de patriarcado, agora evidentes nas profundas desigualdades sociais com as quais convivemos sob o capitalismo. Encontros-chave ilustram o transnacionalismo das feministas africanas e asiáticas no Sul, como a Conferência Afro-Asiática de Mulheres, Cairo, em 1961, e a Conferência das Mulheres da África e da Diáspora Africana, Accra, em 1962.

O enraizamento do neocolonialismo em grande parte do continente foi acompanhado pelo surgimento de elites políticas e empresariais corruptas que exibem níveis obscenos de riqueza em economias endividadas e extrativistas que não são adequadas para fins nacionais ou regionais. Nas nações emergentes, as mulheres que desejam contribuir para o desenvolvimento nacional e participar e se beneficiar do progresso se deparam com legados indígenas e coloniais de exclusão política, econômica e educacional, enquanto a pobreza e o endividamento se tornam cada vez mais feminizados sob uma sucessão de regimes autoritários e militares.

SUMÁRIO



AWA THIAM LA PAROLE AUX NEGRESSES – VÁRIAS AMEAÇAS ENFRENTADAS PELAS MULHERES NEGRAS NO SENEGAL

As circunstâncias da vida das mulheres foram rearranjadas e agravadas pela imposição de programas de ajuste estrutural desde a década de 1980. Esses regimes econômicos severos marcaram a consolidação global do capitalismo neoliberal no final do século XX sob a supremacia dos EUA. A imposição dos SAPs, como ficaram conhecidos, foi frequentemente acompanhada por surtos de violência e assédio. A violência do Estado geralmente tinha como alvo as mulheres do mercado e os vendedores de rua do setor informal, como foram os casos de Gana e Nigéria, onde as mulheres do mercado são conhecidas por serem uma força política altamente organizada.

A década da mulher da ONU (1975–1985) deu nova visibilidade às organizações não governamentais em nível global e incentivou as mulheres de todo o mundo a formarem milhares de outros grupos e organizações que articulavam a defesa de seus interesses. Assim, o que Amrita Basu (2011) caracterizou como "feminismos locais" proliferou junto com os processos de globalização em andamento.

Voltando ao Ocidente, na década de 1980, o Reino Unido viu minorias formarem movimentos de mulheres descendentes de negros e asiáticos que se uniram na criação da Organização para Mulheres de Ascendência Asiática e Africana (Organization for Women of Asian and African Descent – OWAAD) no final da década de 1970.

A OWAAD retomou as campanhas em andamento de seus grupos fundadores, como o Grupo de Mulheres Negras de Brixton (Brixton Black Women's Group – BWG). A organização fez campanha contra a esterilização forçada e contraceptivos injetáveis, verificações de virgindade nos portos de imigração, discriminação na educação



e cortes nos serviços sociais. As revoltas no centro das cidades que ocorreram em resposta ao policiamento repressivo nas comunidades negras da Grã-Bretanha, no início da década de 1980, viram o BWG desempenhar um papel de liderança nas respostas da comunidade à violência policial, principalmente na Campanha de Defesa de Brixton (Brixton Defence Campaign) e na Campanha Nacional Contra a Lei de Provas Policiais e Criminais – Fale! (National Campaign Against the Police and Criminal Evidence Bill – Speak Out). Na Alemanha, uma visita da feminista lésbica negra norte-americana Audre Lorde precedeu a publicação do primeiro livro de mulheres afro-alemãs.

As experiências de racismo, sexismo e opressão de classe fizeram com que as mulheres negras da América do Norte formassem coletivos como o Combahee River Collective, que reintegrou os feminismos negro e antirracista nos EUA. Esses movimentos geraram uma onda de publicações que refletem a disseminação da consciência da imbricação mútua do racismo com a classe capitalista, as relações de gênero e a colonialidade, e foi nos EUA que o termo "interseccionalidade" foi cunhado pela acadêmica feminista jurídica Kimberlé Crenshaw em 1989[55].

A Conferência Common Differences (Diferenças Comuns), realizada na Universidade de Illinois em Urbana-Champaign, em 1983, refletiu o número crescente de feministas negras e imigrantes do Terceiro Mundo que estavam entrando na academia ocidental, tanto na Europa quanto nos EUA (University of Illinois, 2015). Esse evento marcante gerou a epistemologia feminista crítica transnacional e decolonial, que pode ser encontrada nas publicações influentes de mulheres negras e do Terceiro Mundo que desenvolveram a teoria feminista transnacional dentro da academia ocidental (Chandra Mohanty; Ana Russo; Lourdes M. Torres, 1991; Jacqui Alexander; Mohanty, 1998).

55 Em seu artigo de 1989, *Desmarginalizando a interseção de raça e sexo: uma crítica feminista negra à doutrina antidiscriminação, à teoria feminista e à política antirracista.*



A abordagem cartográfica do livro *Mulheres do terceiro mundo e as políticas do feminismo* mostrou o poder de mapear a riqueza das lutas anticoloniais das mulheres. Também recuperou os termos "Terceiro Mundo" e "feminismo", combinando-os com a análise epistemológica anticolonial do feminismo antirracista e do Terceiro Mundo. A genealogia feminista desenvolve uma metodologia de rastreamento e localização das histórias do feminismo na diáspora ocidental, bem como nas nações anteriormente colonizadas do Sul. A feminista afro-americana mais conhecida é, sem dúvida, Angela Yvonne Davis, cuja influência global é evidente em todos os movimentos feministas negros e, até certo ponto, além deles. As feministas radicais africanas também leem e citam seu exemplo, em contextos nos quais as tendências liberais de outra forma prevaleceriam.

No Brasil, o surgimento do feminismo negro pode ser associado ao trabalho de Lélia Gonzalez, antropóloga e filósofa, uma das principais intelectuais e ativistas do Movimento Negro brasileiro. Suas conceituações de ladinidade e amefricanidade, com fundamentos únicos, indicam uma profundidade de pensamento que reconhece a interconexão de classe, raça, gênero, sexualidade e outras divisões que são fundamentais para o funcionamento das sociedades capitalistas tardias em todos os lugares[56].

MOVIMENTOS FEMINISTAS NO CONTINENTE AFRICANO

Mas permita-me levá-la de volta ao meu continente, onde minha pesquisa (não publicada) sobre as emergências feministas que ocorreram em toda a África, durante o período entre a década

56 Prefiro "imbricação" em vez de "interseccionalidade", seguindo Pires e Gill em "Amefricanas", 2023. *N.T. UIUC – Universidade de Illinois em Urbana-Champaign.



de 1980 e o presente, mostra a centralidade irrevogável da violência estrutural e direta contra as mulheres na genealogia das mobilizações de mulheres no pós-independência.

WIN

Enquanto o surgimento do feminismo negro na década de 1980 ocorria no Ocidente, nós estávamos engajadas em novas nações patriarcais, como Nigéria, Senegal, Egito ou Gana, ou se fôssemos do sul da África, ainda estávamos lutando em movimentos de libertação anticoloniais. Em meu próprio país de origem, a organização socialista-feminista Mulheres da Nigéria (Women in Nigeria – WIN) estava construindo um movimento nacional que fazia campanha contra as múltiplas opressões sofridas pelas mulheres nigerianas durante os sucessivos regimes militares. A WIN também fez campanha contra a violência contra mulheres e meninas, inclusive casamentos forçados, mutilação genital, ritos de viuvez e muitas outras injustiças de gênero[57]. Foi 1983 o ano em que o governo do recém-libertado Zimbábue (libertação em 1980), com 3 anos de idade, montou sua primeira campanha misógina. Durante a "Operação Limpeza" (Operation Clean-Up), milhares de mulheres solteiras foram presas e detidas nas ruas de Harare, como se fossem todas profissionais do sexo, antes de uma cúpula da Organização da Unidade Africana (OUA). Assim, o Grupo de Ação das Mulheres (Women's Action Group – WAG) foi formado para desafiar a perseguição do Estado às mulheres solteiras (Watson, 1998).

O WAG foi seguido pela criação de uma infinidade de novas organizações lideradas por negros que se propuseram a defender os direitos das mulheres no Zimbábue. Entre elas, destacam-se o Centro e Rede de Recursos para Mulheres do Zimbábue (Zimbabwe

57 Cf. IMAM, Ayesha; MAMA, Amina; SOW, Fatou. **Engendering African Social Sciences**. Dacar: CODESRIA, 1997.



Women's Resource Centre and Network), em Harare, e o Projeto Musasa (Musasa Project), que respondeu diretamente aos altos índices de violência doméstica e abuso de mulheres no Zimbábue pós-guerra. Em Uganda, o fim da guerra civil que levou o Movimento de Resistência Nacional ao poder, em 1986, levou à criação da Ação para o Desenvolvimento (Action for Development – ACFODE), que obteve êxito em pressionar o governo para garantir a nomeação de mulheres para cargos de tomada de decisão. Foi no contexto da guerra em curso no norte do país que a Intercâmbio Intercultural Internacional de Mulheres (Women's International Cross-Cultural Exchange – ISIS-WICCE), com sede em Genebra, transferiu seus escritórios para Kampala.

Seguindo a Conferência de Nairóbi, em 1985, e a Declaração de Estratégias Prospectivas, muitos Estados africanos desenvolveram os mecanismos nacionais recomendados para as mulheres (Amina Mama, 2000; Dzodzi Tsikata, 2000), buscando o que conceituamos criticamente como um "feminismo de Estado" que, na verdade, era frequentemente antagônico ao feminismo dos movimentos de mulheres. O verdadeiro feminismo era preservado pelas organizações independentes de mulheres que buscavam os seus direitos, e não pelos regimes heteropatriarcais repressivos que alegavam promover as mulheres, mesmo quando suas políticas aumentavam a violência estrutural e tornavam a vida das mulheres muito mais difícil. As organizações nacionais e locais viram as mulheres africanas se mobilizando continuamente para desafiar a herança dupla dos patriarcados indígena e colonial que se manifestam em sociedades que exibem alta tolerância à violência contra a mulher. Os movimentos das décadas de 1980 e 1990 alcançaram muitas reformas legais e políticas. A Mulheres e Direito em Rede de Desenvolvimento (Women in Law and Development Network – WiLDAF) e as redes Mulheres e Direito na África do Sul (Women and Law in Southern Africa – WLSA) refletiram a preocupação com reformas legais e políticas e o surgimento de redes feministas regionais e sub-regionais



que encontraram força e poder trabalhando dentro e fora das fronteiras para promover mudanças. Como resultado desse trabalho, a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (Southern African Development Community – SADC) tem hoje alguns dos regimes jurídicos mais avançados com relação à cidadania das mulheres e aos direitos LGBTQI+. Por exemplo, as mães em Botsuana podem transmitir sua cidadania a seus filhos, enquanto a Nigéria só permite que a cidadania seja transmitida por homens.

A realidade perpétua da guerra civil e dos conflitos violentos na região galvanizou as mulheres para o ativismo de paz local e transfronteiriço para combater as consequências da violência militar. Um exemplo é a Rede Mano River Paz para as Mulheres (Mano River Women's Peace Network – MARWOPNET), por meio da qual as mulheres se mobilizaram além das fronteiras para realizar missões de paz perigosas entre os senhores da guerra durante as guerras civis brutais que afetaram Serra Leoa, Libéria e Guiné no início dos anos 2000, e o movimento de paz das mulheres desempenhou um papel fundamental para pôr fim ao conflito na Libéria (Mama; Okazawa-Rey, 2008).

Os movimentos de mulheres também foram galvanizados pela violência em tempos de paz, como se pode ver nas histórias do feminismo em Gana, Uganda, Zimbábue, África do Sul e outros países. Nesses exemplos, a contínua violência estrutural e de gênero sofrida durante décadas de regimes neoliberais autoritários está no centro da consciência feminista que se enraizou e se desenvolveu rapidamente durante os anos 1990 e 2000.

A década de 2000 foi marcada por novos desenvolvimentos que se baseiam em grupos de mulheres e ONGs discretos e, às vezes, atomizados, à medida que os vemos se unindo em campanhas de frente ampla e construindo coalizões para definir e conduzir agendas nacionais de gênero. Houve também um aumento na formação de redes continentais entre os movimentos, e um aumento notável nos



estudos feministas deu origem à formação de redes acadêmicas de feministas africanas, principalmente a formação da rede Estudos de Gênero e Mulheres na África (Gender and Women's Studies in Africa – GWSA), alimentada digitalmente, que possibilitou o lançamento da primeira revista continental revisada por pares de estudos africanos sobre gênero e mulheres, a Feminist Africa, em 2002.

Em outro momento marcante, o Fórum Feminista Africano (African Feminist Forum) foi estabelecido em Acra em 2006, publicando e divulgando a Carta de Princípios para Feministas Africanas (Charter of Principles for African Feminists), e a Carta Feminista Africana (African Feminist charter), disponível on-line e traduzida para idiomas africanos e europeus.

Assim como os Encuentros Feministas Latino-Americanos, isso reuniu mulheres e movimentos com o objetivo político de articular uma agenda para a região por meio de um processo de formação de novas conexões além das fronteiras, mas também dentro das nações. Nos anos seguintes, essa ideia se espalhou por meio de fóruns feministas nacionais que trabalham para desenvolver e adaptar a Carta Feminista Africana. Esses fóruns foram realizados em diversos países, como Zimbábue, Senegal, Gana, Libéria, Nigéria, Uganda, Zimbábue e na região de língua francesa, como uma estratégia fundamental de construção de movimento. Assim, os fóruns feministas continentais foram realizados em Gana (2006), Uganda (2008), Senegal (2010), Zimbábue (2016) e um quinto está sendo discutido atualmente. A Carta Feminista Africana está agora disponível em francês, árabe, português, wolof e suaíli, bem como em inglês (OurStory, c2016).



THE SOUTH FEMINIST FORUM

Uma perspectiva transnacional sobre o genocídio em Gaza nos lembra que, na década de 1990, os dois principais locais de ocupação imperial eram a África do Sul do apartheid (que era apoiada pelo Estado de Israel) e a Palestina ocupada. Hoje, a África do Sul é livre, enquanto a Palestina está enfrentando a brutalidade do colonialismo de povoamento em grande escala, com o apoio total do poderio militar dos EUA.

Considerando a história anticolonial do continente, não é por acaso que foi a África do Sul pós-apartheid que, tão brilhantemente, processou o Estado israelense por genocídio na Corte Internacional de Justiça. A liderança das mulheres sul-africanas é mais do que evidente nesses procedimentos (depoimento de Adila Hassim), bem como nas declarações incisivas da ministra das Relações Exteriores, Naledi Pandor. O caso da África do Sul foi apoiado por uma série de outras nações e formações, notadamente Malásia, Turquia, Joran, Bolívia, Maldivas, Namíbia, Colômbia, Brasil e Paquistão, bem como pelos 57 membros da Organização dos Estados Islâmicos e da Liga Árabe. Isso reflete o alinhamento contínuo de muitas nações não ocidentais com a causa palestina.

À luz dessa história[58], portanto, não deve ser surpresa encontrar feministas de todo o Sul Global proclamando sua solidariedade às lutas anticoloniais. Feministas negras e do Terceiro Mundo estão expressando sua solidariedade com os palestinos e procurando feministas palestinas para obter orientação.

Em resumo, dos anos 1990 até hoje, o trabalho de construção de movimentos das organizações existentes resultou em muitas outras redes e organizações feministas independentes na Ásia,

58 N.T.: De um ponto de vista feminista, do inglês *herstory*.



na África e na América Latina, que continuam a se mobilizar em torno dos interesses das mulheres em relação à paz, ao desenvolvimento e à segurança nas regiões e entre elas. Os Encontros Feministas do Caribe e da América Latina foram iniciados em 1981 por 200 feministas representando 50 ONGs da Argentina, do Brasil, do Chile, da Colômbia, do Curaçao, da República Dominicana, do Equador, do Panamá, do Peru, de Porto Rico e da Venezuela. É aqui que o feminismo latino-americano é articulado e revitalizado em intervalos regulares (J. Weidner, c2023).

A visibilidade dos movimentos feministas africanos também aumentou, pois o cenário mudou de uma dispersão de ONGs feministas para redes sub-regionais e continentais que pensam e trabalham além das fronteiras. Dentro das nações, formaram-se coalizões nacionais para enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres, buscando mudanças legais e políticas, enquanto outras desenvolveram manifestos nacionais que, entre outras coisas, exigem maior inclusão política como um caminho para a mudança.

O MILITARISMO DOS EUA E O ATAQUE À PALESTINA

O militarismo global é a antítese do feminismo sulista anticolonial. Em nenhum lugar isso é mais verdadeiro do que nas zonas de conflito da Palestina, do Sudão e da República Democrática do Congo (RDC), para citar apenas três dos exemplos mais prolongados e brutais. No século XXI, as guerras são muito diferentes daquelas travadas no século XX. Elas diferem em escala, em suas metodologias e em sua vasta e tecnologicamente aprimorada capacidade de genocídio. As guerras do século XXI geralmente incluem taxas de baixas civis muito mais altas do que no século passado, quando



homens lutavam contra homens nas linhas de frente. As guerras do século XX foram conduzidas principalmente em um teatro de guerra europeu, dedicado a combater o fascismo. O envolvimento dos EUA provocou uma mudança no eixo global de poder, com as perdas dos impérios europeus como resultado da descolonização sendo acompanhadas pela ascensão à supremacia dos EUA e de seu vasto aparato militar. De fato:

> A relação entre militarismo, guerra e capitalismo tem uma nova relevância no início do século XXI. Essa "guerra sem limites", o novo programa político adotado pelo governo Bush, marca uma mudança significativa no militarismo do capitalismo norte-americano e, mais do que nunca, a globalização do capital e o militarismo aparecem como dois aspectos da dominação imperialista (Claude Serfati, 2003).

Embora os EUA nunca tenham sido invadidos por nenhuma potência externa, são o único país que lançou armas nucleares que ameaçam a sobrevivência da humanidade e lideram atualmente a corrida armamentista global. Sua supremacia militar é inequívoca, como confirmam os dados a seguir. No século XXI do império global dos EUA, não é exagero dizer que a guerra se tornou um produto de exportação, já que seus principais teatros migraram para o sul, para países distantes do Terceiro Mundo que não produzem armas, mas continuam a ser militarizados e propensos a conflitos. Somente os EUA mantêm um império de mais de 900 bases militares em todo o mundo e lideram os gastos globais com armas e, juntamente com a Rússia e a China, representam mais de 56% dos gastos globais.

Os gastos militares globais são liderados pelos EUA e continuam a aumentar, à medida que os conflitos se intensificam em muitas partes do Terceiro Mundo e com a guerra da Ucrânia, elevando os gastos de todos os parceiros da aliança da OTAN.

SUMÁRIO



GASTOS MILITARES GLOBAIS

O gasto militar global total aumentou 3,7% em termos reais em 2022, atingindo um novo recorde de US$2.240 bilhões. Os Estados Unidos continuam sendo, de longe, o maior gastador militar do mundo. Os gastos militares dos EUA atingiram US$877 bilhões em 2022, o que representou 39% do total dos gastos militares globais e três vezes mais do que o valor gasto pela China, o segundo maior gastador do mundo. Os gastos militares na Europa registraram seu maior aumento anual em pelo menos 30 anos. Os três maiores gastadores em 2022 – Estados Unidos, China e Rússia – responderam por 56% do total mundial, de acordo com novos dados sobre gastos militares globais publicados pelo Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo (Stockholm International Peace Research Institute - SIPRI).

Atualmente, os EUA estão conduzindo o que chamam de operações de "combate ao terrorismo" em mais de 78 outros países que compõem o teatro de guerra dos EUA.

Mesmo antes do atual fornecimento maciço de armas a Israel, os EUA estavam gastando grandes quantias em guerras no exterior. O preço federal dos EUA para as guerras pós-11 de setembro é de mais de US$8 trilhões (CostOfWar, c2025).

O número de pessoas mortas diretamente na violência das guerras no Afeganistão, no Paquistão, no Iraque, na Síria, no Iêmen e em outros lugares é aproximado; entretanto, um número várias vezes maior de civis morreu devido aos efeitos reverberantes dessas guerras (CostOfWar, c2025). O número de pessoas mortas indiretamente nas zonas de guerra pós-11 de setembro, inclusive nos países anteriormente citados, é estimado em 3,6 a 3,8 milhões, embora o número exato permaneça desconhecido. Isso eleva o total estimado de mortes diretas e indiretas para algo entre 4,5 e 4,7 milhões.



Em suma, os EUA são líderes globais e impulsionadores da escalada do militarismo, sustentando a supremacia global e obtendo enormes lucros com a venda de armas que são usadas principalmente em guerras travadas em outras partes do mundo.

Dentro desse cenário militar global, Israel é um ator importante, sendo o décimo maior exportador de armas do mundo. De acordo com o BDS[59], Israel

> não informa regularmente o registro de armas convencionais da ONU e não ratificou o Tratado de Comércio de Armas – o tratado internacional que regulamenta o comércio internacional de armas. O sistema jurídico interno israelense não exige transparência em questões sobre o comércio de armas e, atualmente, não há restrições de direitos humanos legisladas sobre a exportação de armas israelenses além da obediência aos embargos de armas do conselho de segurança da ONU (BDS, 2021, tradução nossa).

Israel também tem uma pegada global, embora em grande parte não relatada e oculta. No entanto, ela inclui os seguintes exemplos ilustrativos que são conhecidos:

- Vigilância da fronteira entre México e Estados Unidos e aterrorização de migrantes;
- Guatemala, golpe de 1982, apoio a um regime genocida;
- Argentina, golpe de 1976, 30.000 mortos sob a ditadura resultante;
- Nicarágua e El Salvador, participação na "Guerra Suja" liderada pelos EUA;
- A guerra civil do Sri Lanka, que durou uma década, foi abastecida com armas por Israel;
- Apoio à vigilância, à detenção e à tortura na África do Sul do apartheid.

59 Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS) é um movimento de liberdade, justiça e igualdade liderado por palestinos.



Hoje, Israel está envolvido na guerra das Forças de Suporte Rápidas (RSF[60]) contra o governo do Sudão e na história sangrenta da RDC. Além disso, está profundamente conectado ao "comércio sujo" de diamantes africanos, sendo o quinto maior exportador mundial de diamantes lapidados, nenhum dos quais vem do solo israelense.

Antes de voltar a uma atualização sobre o atual genocídio em Gaza, vale a pena observar que esse não é o único conflito terrível que está acontecendo agora. Além da altamente divulgada guerra europeia na Ucrânia, há conflitos muito mais extensos em andamento no Sudão, no Congo e na região do Sahel, na África Ocidental, nos quais são usadas armas israelenses.

O ATAQUE A GAZA – ATUALIZAÇÕES (6 DE JULHO DE 2024) NÚMERO DE VÍTIMAS

Desde que começou, em 7 de outubro de 2023, a atualização dos números de vítimas mostra que o número conhecido de mortos se aproxima de 40.000, incluindo dezenas de milhares de mulheres e mais de 15.000 crianças. Assim, 80% de todas as escolas e universidades foram destruídas, e hospitais inteiros foram reduzidos a escombros. Mais de 130 jornalistas foram mortos por tentarem relatar a carnificina, trabalhadores da ONU e de outras agências de ajuda humanitária foram alvos de ataques, e as principais agências internacionais foram expulsas em uma tentativa de mascarar as atrocidades que continuam acontecendo diariamente, enquanto o primeiro-ministro se recusa a considerar qualquer cessação das hostilidades e mobiliza tropas e colonos para tomar e ocupar cada vez mais terras no assentamento palestino da Cisjordânia.

É importante considerar também que 69% das armas que estão sendo usadas para massacrar os palestinos e destruir todos os

60 Do inglês, *Rapid Support Forces*.



sinais de sua orgulhosa história e herança são fornecidas pelos EUA, seguidos pela Alemanha.

A RESISTÊNCIA ATÉ O MOMENTO

Apoio à campanha global do BDS para um embargo militar – alguns sucessos. Para as feministas do Sul, nossa resistência anticolonial e antirracista deve centralizar a perspectiva apresentada pelas feministas palestinas. Cito Sarah Imhoud, do Coletivo Feminista Palestino:

> O feminismo palestino afirma que, sem uma lente feminista, estamos reforçando sistemas de conhecimento, histórias e formas de pensar patriarcais excludentes sobre como a colonização e a resistência operam, quem podem ser os agentes da resistência, onde a resistência ocorre e nossas visões e estratégias para a descolonização. Acima de tudo, ele oferece uma visão abrangente para a sobrevivência, a cura e a libertação dos palestinos fundamentadas em uma práxis de amor descolonial, em face da violência genocida contínua praticada contra nossas comunidades (...) [Sarah Imhoud, 2022].

Ela descreve um feminismo palestino decolonial:

> Uma análise e uma práxis enraizadas nas histórias de resistência das mulheres desde a virada do século XIX, quando as palestinas resistiram pela primeira vez aos colonos sionistas, até as mudanças nos movimentos de resistência das mulheres palestinas durante a primeira e a segunda intifadas, a luta contra a Autoridade Palestina e o neoliberalismo, pela libertação queer e em relação a movimentos paralelos e interconectados na diáspora [Imhoud, 2022][61].

61 Não consta no texto-fonte a origem dessa citação direta, de acordo com a busca feita pela equipe de tradução, incluímos "[Imhoud, 2022]" como uma provável fonte.

SUMÁRIO



Feministas de todo o mundo anteriormente colonizado e da diáspora negra reagiram rapidamente às notícias do ataque a Gaza. Realizamos a primeira Assembleia Feminista do Sul sobre a Palestina (South Feminist Assembly on Palestine) em 27 de janeiro deste ano, uma das primeiras reuniões de massa. Com a presença de várias centenas de pessoas, foi emitida a Declaração Feminista do Sul sobre a Palestina (South Feminist Statement on Palestine). Em outras palavras, a simples existência de uma South Feminist Futures (SFF) criou a capacidade de as mulheres de todo o Sul se reunirem on-line para compartilhar e criar estratégias.

ASSEMBLEIA FEMINISTA DO SUL E FÓRUM FEMINISTA PAN-AFRICANO SOBRE A PALESTINA

Criamos o grupo de WhatsApp Fórum Feminista Pan-Africano sobre a Palestina (Pan-African Feminist Forum on Palestine – PAPSN), em 4 de janeiro, como resultado da angústia sentida na reunião anual do Fórum Feminista do Zimbábue, em Harare, que resolveu mobilizar os movimentos de mulheres africanas para pressionar nossos governos e a União.

Africana a cortar os laços com Israel, juntamente com a Rede Pan-Africana de Solidariedade com a Palestina (Pan African Palestine Solidarity Network – PAPSN). Desde então, a União Africana retirou o status de observador que havia sido indevidamente estendido ao Estado de Israel em 2021, removendo o representante israelense da cerimônia de abertura da Cúpula anual de Chefes de Estado, em 22 de fevereiro de 2024. No entanto, cerca de 40 nações africanas ainda mantêm laços militares e diplomáticos com Israel no momento em que escrevo este artigo.

Nesse meio tempo, feministas africanas continuaram individualmente a trocar informações e compartilhar detalhes sobre as



ações em andamento no cenário global de condenação e resistência ao genocídio. Zukisa Warner, escritora e ganhadora da Medalha Goethe, devolveu publicamente sua medalha à Alemanha por seu contínuo apoio militar e político a Israel, levando outras pessoas a seguirem seu exemplo.

Esses exemplos de solidariedade ao povo palestino ocorreram no contexto de grandes manifestações em andamento, protestos estudantis e outras formas de dissidência em massa em todo o mundo. Isso mostra que, apesar da cumplicidade de muitos governos, os povos do mundo estão exigindo o fim da carnificina.

OBSERVAÇÕES FINAIS – O QUE PODEMOS CONCLUIR DE TUDO ISSO?

O Fórum Feminista Africano (African Feminist Forum), o recente Fórum Feminista Negro (Black Feminist Forum), em Barbados, o Fórum Feminista do Sul (The South Feminist Forum), os Fóruns Feministas Africanos e até mesmo este encontro atual do Fazendo Gênero, juntos, marcam um aumento significativo na organização feminista transcontinental entre as feministas do Sul. Está claro que o trabalho de educação política e as práticas de criação de movimentos das feministas negras e do Terceiro Mundo estão promovendo discursos globais sobre o significado de liberdade e justiça. Agora, mais do que nunca, precisamos do poder das mobilizações transnacionais e transcontinentais que defendem a causa do povo.

No momento atual, as mulheres da Palestina devem estar no centro de nosso discurso. Isso significa que declaramos que nós também somos palestinas! A Palestina deve ser livre! A Palestina será livre!

SUMÁRIO



REFERÊNCIAS

AL JAZEERA. **Palestinian children killed in Israeli attacks in Gaza**., 2024. Disponível em: https://www.aljazeera.com/video/newsfeed/2024/2/2/palestinian-children-killed-in-israeli-attacks-in-gaza. Acesso em: 4 jul. 2025.

BASU, Amrita. **Women's Movements in the Global Era**: The Power of Local Feminisms. Boulder: Westview Press, 2011.

BDS (Boicote, Desinvestimento e Sanções). **The Database of Military and Israeli security export.** BDS, 2021. Disponível em: https://bdsmovement.net/resources/DIMSE

BLAIN, Keisha N.; GILL, Tiffany M.; WEST, Michael O. **To turn the whole world over**: Black women and internationalism. Urbana: University of Illinois Press, 2019.

COSTOFWAR. Página inicial. c2025. Disponível em: https://costofwar.com. Acesso em: 15 jul. 2025.

GRADSKOVA, Yulia. **The Women's International Democratic Federation, the Global South and the Cold War**. [*S. l.*]: Routledge, 2020.

IMHOUD, Sarah. **Palestinian feminism**: Analytics, praxes and decolonial futures. Feminist Anthropology, v. 3, n. 2, p. 284–298, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1002/fea2.12109. Acesso em: 16 jul. 2025.

IMRAN, Yousra Samir. Where are the voices?: A deafening silence from the West's white feminists on Gaza. **The New Arab**, 2024. Disponível em: https://www.newarab.com/features/deafening-silence-wests-white-feminists-gaza. Acesso em 16 jul. 2025.

MAMA, Amina. **Feminism and the State in Nigeria**. Ghana: Third World Network-Africa, 2000.

MAMA, Amina; OKAZAWA-REY, Marco. **Feminist Africa 10**. África do Sul: African Gender Institute, 2008.

MOHANTY, Chandra; RUSSO, Ana; e TORRES, Lourdes M. **Mulheres do Terceiro Mundo e a Política do Feminismo**. Bloomington: Indiana University Press, 1991.

MOHANTY, Chandra; ALEXANDER, Jacqui. **Genealogias feministas, legados coloniais, futuros democráticos**. New York: Routledge Press, 1997.

MBA, Nina Emma. **Nigerian Women Mobilized**: Women's Political Activity in Southern Nigeria, 1900-1965. Berkeley: Institute of International Studies, 1982.

NKRUMAH, Kwame. **Neo-Colonialism**: The Last Stage of Imperialism. Londres: Thomas Nelson & Sons, 1965.

OURSTORY. **African Feminist Forum**, c2016. Disponível em: //www.africanfeministforum.com/our-story. Acesso em: 15 jul. 2025.

RUMMEL, R. J. **Death by Government**: Genocide and Mass Murder Since 1900. New Brunswick: Transaction Publishers, 1994.

SERFATI, Claude. **Militarism and imperialism in the 21st century**. Londres: International Viewpoint, 2003. Disponível em: https://internationalviewpoint.org/spip.php?article243. Acesso em: jul. 2024.

TSIKATA, Dzodzi. **Lip service and peanuts:** The state and national machinery for women in Africa. Acra: Third World Network, 2000.

UNIVERSITY OF ILLINOIS. **1983 Common Differences Conference – Center for the Study of Global Gender Equity**. Illinois, 2015. Disponível em: https://csgge.illinois.edu/news-events/conference-transnational-feminist-resistances-against-contemporary-violences/1983. Acesso em: 16 jul. 2025.

WEBER, Charlotte. Unveiling Scheherazade: Feminist Orientalism in the International Alliance of Women, 1911-1950. **Feminist Studies**, v. 27, n. 1, p. 125-157, 2001. Disponível em: https://doi.org/10.2307/3178453. Acesso em: jul. 2024.

WEIDNER, J. **Feminist Encuentros in the 21st Century**. Montreal: Pressbooks, c2023. Disponível em: https://pressbooks.claremont.edu/las180genderanddevelopmentinlatinamerica/chapter/jack-weidner/. Acesso em: 15 jul. 2025.

WELCOME to Feminist Africa. **Feminist Africa**, c2025. Disponível em: https://feministafrica.net/. Acesso em: 11 set. 2025.

SUMÁRIO



Mariana Prandini Assis

REINVENTANDO A GOVERNANÇA REPRODUTIVA: FEMINISMOS, ABORTO E ACOMPANHAMENTO NA AMÉRICA LATINA[62]

REINVENTING REPRODUCTIVE GOVERNANCE: FEMINISMS, ABORTION, AND ACCOMPANIMENT IN LATIN AMERICA

REINVENTANDO LA GOBERNANZA REPRODUCTIVA: FEMINISMOS, ABORTO Y ACOMPAÑAMIENTO EN AMÉRICA LATINA

RESUMO:

O artigo analisa o ativismo feminista transnacional pelo aborto autônomo na América Latina e no Caribe, com foco nas práticas de acompanhamento e nas redes que sustentam essa ação. Argumenta que tais práticas não apenas resistem ao paradigma médico-legal dominante, mas constituem formas alternativas de governança reprodutiva. A partir de uma abordagem qualitativa, o texto demonstra como as práticas ativistas constroem dispositivos políticos baseados em quatro princípios: adaptabilidade, horizontalidade, solidariedade e afeto. Esses princípios confrontam os pilares do controle médico-legal – técnico, decisório, paternalista e normalizador – e instauram um novo horizonte normativo para a regulação do aborto. O artigo propõe, assim, compreender o acompanhamento feminista não apenas como cuidado ou resistência, mas como produção ativa de governança, com efeitos regulatórios próprios e transformadores.

Palavras-chave: Governança reprodutiva. Aborto. Disputas regulatórias. Acompanhamento feminista.

62 Este capítulo é uma versão revista, ampliada e traduzida de texto previamente publicado em espanhol em *Biopolítica, violencias de género y resistencias en América Latina*, organizado por Alexia Ugalde Quesada, Carmen Chinas e Christine Hatzky (Buenos Aires: CLACSO; Guadalajara: CALAS, 2025).

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-480-3.17

SUMÁRIO





ABSTRACT:

The article analyzes transnational feminist activism for autonomous abortion in Latin America and the Caribbean, focusing on accompaniment practices and the networks that sustain them. It argues that these practices not only resist the dominant medico-legal paradigm but also constitute alternative forms of reproductive governance. Based on a qualitative approach, the text demonstrates how activist practices build political dispositifs grounded in four principles: adaptability, horizontality, solidarity, and care. These principles challenge the pillars of medico-legal control — technical, decisional, paternalistic, and normalizing — and establish a new normative horizon for abortion regulation. The article thus proposes to understand feminist accompaniment not merely as care or resistance, but as an active production of governance, with its own transformative regulatory effects.

Keywords: *Reproductive Governance. Abortion. Regulatory Disputes. Feminist Accompaniment.*

RESUMEN:

El artículo analiza el activismo feminista transnacional por el aborto autónomo en América Latina y el Caribe, con énfasis en las prácticas de acompañamiento y las redes que las sostienen. Argumenta que estas prácticas no solo resisten al paradigma médico-legal dominante, sino que también constituyen formas alternativas de gobernanza reproductiva. A partir de un enfoque cualitativo, el texto muestra cómo las prácticas activistas construyen dispositivos políticos basados en cuatro principios: adaptabilidad, horizontalidad, solidaridad y afecto. Estos principios desafían los pilares del control médico-legal — técnico, decisorio, paternalista y normalizador — y establecen un nuevo horizonte normativo para la regulación del aborto. El artículo propone, por tanto, comprender el acompañamiento feminista no solo como cuidado o resistencia, sino como una producción activa de gobernanza, con efectos regulatorios propios y transformadores.

***Palabras clave*:** *Gobernanza reproductiva. Aborto. Disputas regulatórias. Acompañamiento feminista.*

SUMÁRIO



INTRODUÇÃO

"Um dispositivo de ação coletiva" (Burton; Peralta, 2016, p. 1), um "dispositivo de acompanhamento de abortos" (Burton, 2023, p. 66), "um dispositivo que chamamos de Socorro Rosa" (Ruth Zurbriggen, entrevista 2023) – é assim que pesquisadoras e ativistas feministas descrevem a prática de acompanhamento de mulheres e outras pessoas que decidem abortar com medicamentos, iniciada pela *Colectiva Feminista La Revuelta*, na Patagônia argentina, em 2010. Como relata a pesquisadora-ativista Ruth Zurbriggen (entrevista, 2023), o ímpeto para a criação desse "dispositivo" surgiu após o acompanhamento de um jovem casal mapuche em um aborto realizado por um médico que prestava o serviço de forma clandestina, a um alto custo e em um contexto de múltiplas violências. Munidas do conhecimento sobre como realizar abortos com medicamentos, as ativistas de *La Revuelta* deixaram de ser apenas "passadoras de informação" para se tornarem acompanhantes de pessoas que decidem abortar (Ruth Zurbriggen, entrevista, 2023). Dois anos mais tarde, o dispositivo se difundiu nacionalmente com a criação da rede *Socorristas en Red: Feministas e Transfeministas que Abortamos*.

Semelhante é a história de *Las Libres*, grupo de ativistas que atuam no estado mexicano de Guanajuato. Em meados dos anos 2000, elas desenvolveram um modelo holístico de acompanhamento feminista de aborto como parte de seu trabalho com sobreviventes de violência sexual (Naomi Braine, 2023; Elyse Ona Singer, 2019). No início, *Las Libres* conectavam as pessoas com ginecologistas e as acompanhavam durante o procedimento médico. Com o tempo, passaram a conhecer e manipular os protocolos de aborto medicamentoso, e a gerenciá-lo elas mesmas (Braine, 2023). Para as integrantes de *Las Libres*, o acompanhamento feminista, que inclui apoio emocional e logístico, além de informação acessível e baseada em evidências, é uma ação política que devolve às mulheres e a outras pessoas que gestam o poder de decidir sobre sua vida reprodutiva: um poder fundamental para sua liberdade e dignidade (Singer, 2019).



Las Libres e *Socorristas en Red* são apenas dois exemplos de uma ampla rede ativista transnacional que impulsiona o aborto autônomo feminista na América Latina, no Caribe e em outras partes do mundo. Elas se organizam por meio de estratégias de ação direta que incluem a popularização de informações médicas e jurídicas sobre aborto com medicamentos, a oferta de apoio logístico, material e emocional a pessoas que abortam, a produção e sistematização de dados epidemiológicos sobre aborto fora do sistema formal de saúde, e a transformação dos sentidos morais, políticos e jurídicos do aborto. Neste artigo, apoiando-me em pesquisa etnográfica-ativista, análise documental e revisão da literatura sobre aborto autônomo na região, argumento que esse ativismo participa da governança da reprodução, introduzindo um horizonte normativo que contesta e transforma as regras que regulam o aborto sob o paradigma médico-legal (Mariana Prandini Assis; Joanna N. Erdman, 2022; Erica Millar, 2024).

Para tanto, estabeleço um diálogo com o conceito de governança reprodutiva desenvolvido por Lynn M. Morgan e Elizabeth Roberts (2012) e, mais especificamente, com o conceito de governança do aborto (Maya Unnithan; Silvia Zordo, 2018), situando o ativismo pelo aborto autônomo como um ator central na disputa pelos valores e pelas normas que estruturam essa governança. Mostro como, desde a primeira onda mundial de criminalização do aborto no século XIX, o paradigma médico-legal se consolidou como matriz dominante da regulação desse evento comum da vida reprodutiva, colocando especialistas dos sistemas médico e jurídico no centro dos processos de tomada de decisão, como detentores do saber-poder necessário à sua gestão e em detrimento das pessoas que abortam.

O ativismo feminista pelo aborto autônomo contesta esse monopólio e os pressupostos que ele materializa. Longe de ser um mero objeto da regulação, ele participa ativamente de sua desconstrução e reconfiguração. A partir de suas intervenções políticas, tanto discursivas quanto práticas e materiais, as ativistas pelo aborto



autônomo produzem um horizonte normativo e regulatório baseado em quatro princípios fundamentais: adaptabilidade em vez de controle técnico; horizontalidade em vez de controle decisório; solidariedade em vez de controle paternalista; e afeto em vez de controle normalizador. Esses princípios não apenas se opõem à lógica do paradigma médico-legal, mas também instauram um novo modo de organizar e materializar a governança do aborto.

Este artigo se insere na crescente literatura que "documenta e analisa resistências e inovações feministas 'positivas' no campo do aborto", especialmente "os efeitos produtivos do ativismo pelo aborto, seu alcance além das estruturas, tecnologias e relações existentes" (Barbara Baird; Erica Millar, 2020, p. 6) e sua capacidade de transformar os modos pelos quais o aborto é compreendido, valorado, praticado e regulado. Proponho, portanto, ir além da literatura que examina o acompanhamento feminista como uma prática solidária de cuidado ou mera forma de resistência ao poder biomédico, para compreendê-lo como um verdadeiro dispositivo político-regulatório, capaz de disputar, reinventar e prefigurar formas alternativas de governança reprodutiva.

Na primeira parte, apresento o conceito de governança e suas aplicações nos estudos sobre a reprodução, dando especial atenção às formas contemporâneas de regulação e prática do aborto. Em seguida, discuto a emergência do paradigma médico-legal no século XIX e o modo como ele se consolidou como matriz dominante na governança do aborto em escala global, mesmo em contextos de leis liberais. Ainda nessa seção, examino como as ativistas feministas pelo aborto autônomo contestam esse paradigma, a partir de práticas políticas e formas de cuidado que se contrapõem aos fundamentos técnico-jurídicos do modelo hegemônico. Mais especificamente, contrasto quatro princípios centrais do horizonte normativo feminista com os pilares que sustentam o paradigma médico-legal, argumentando que tais práticas anunciam a emergência de um novo marco regulatório do aborto. Concluo sugerindo as implicações analíticas, teóricas e políticas dessa virada feminista na governança reprodutiva.



GOVERNANDO A REPRODUÇÃO E GOVERNANDO O ABORTO

A ideia de que o Estado-nação é a única fonte de autoridade regulatória no mundo contemporâneo tem sido questionada há muito tempo. A soberania baseada no Estado foi reconfigurada em novas assemblagens de territórios, autoridades e direitos, uma transformação impulsionada por processos que são explicitamente globais ou transnacionais (Saskia Sassen, 2006). Por exemplo, a formação de instituições como a Organização Mundial do Comércio e os tribunais internacionais de crimes de guerra apontam para essa mudança. Esse fenômeno pode ser também observado em processos que ocorrem dentro dos territórios nacionais, mas são orientados por agendas e sistemas globais, como políticas de saúde baseadas em diretrizes da Organização Mundial de Saúde; legislações anticorrupção moldadas por organismos multilaterais; programas ambientais alinhados a metas climáticas globais como o Acordo de Paris; e regulações farmacêuticas e digitais harmonizadas com padrões internacionais. Esses processos, como ensina Saskia Sassen (2006, p. 3), consistem em "redes e formações multissituadas e transfronteiriças que podem incluir ordens normativas".

Para entender esse cenário jurídico pluralista transnacional, formado por "atores, normas e processos concorrentes e sobrepostos" (Matthew C. Canfield, 2018, p. 999), um conjunto de conceitos inovadores tem sido empregado, entre eles o de governança. A governança é mobilizada para descrever uma nova maneira de regular a vida social que não emerge de uma única fonte de autoridade centralizada e hierárquica. Em vez disso, a governança é operacionalizada a partir de várias fontes de autoridade que operam em uma arena em que a distinção entre o Estado e a sociedade civil regulamentada é tênue e porosa. Como tal, o conceito de governança enfatiza a interdependência entre organizações que vão além do governo



e incluem diversos tipos de agentes não estatais, públicos e privados. Além disso, destaca as interações contínuas entre os atores envolvidos na produção da regulação e, talvez mais importante, a ausência de uma posição soberana única do Estado (Rod A. W. Rhodes, 1996).

Na era da governança, a autoridade reguladora é derivada da deferência de outros atores, obtida por meio de conhecimento técnico, legitimidade moral, recursos econômicos e poder político (Nico Krisch, 2017). Entre as características mais importantes dessa forma de autoridade reguladora estão a informalidade, a multiplicidade de fontes e atores, a falta de estruturas reguladoras oficiais unificadas e o dinamismo regulatório (Krisch, 2017). Essa nova configuração marca uma ruptura em relação à autoridade centrada no Estado, deslocando o foco para redes, coalizões e dispositivos que operam por meio de diferentes escalas e domínios, e da ação concomitante de múltiplos atores.

O conceito de governança vem sendo utilizado para examinar a regulação da reprodução humana há mais de uma década. Aplicado pela primeira vez no contexto latino-americano, a governança reprodutiva refere-se "aos mecanismos pelos quais diferentes configurações históricas de atores – incluindo instituições estatais, igrejas, agências financiadoras e ONGs – utilizam controles legislativos, incentivos econômicos, mandatos morais, coerção direta e incitações éticas para produzir, supervisionar e controlar comportamentos e práticas reprodutivas" (Lynn M. Morgan; Elizabeth F. S. Roberts, 2012, p. 243). Como lente analítica, a governança reprodutiva torna visíveis as interconexões entre eventos, estratégias e atores aparentemente desconexos, lançando luz sobre "como a reprodução é mobilizada e ativada em momentos históricos particulares" (Morgan, 2019, p. 113).

Durante algum tempo, o conceito foi aplicado ao estudo de contextos nacionais específicos, sendo usado para analisar atores como ONGs, políticos, igrejas e grupos de direitos das mulheres, além de leis desenhadas para aumentar a vigilância e a regulação



da reprodução (Morgan; Roberts, 2012). É verdade que a interseção entre fenômenos locais e políticas internacionais, como as relacionadas à população, migração e saúde, também foi objeto de estudos de governança reprodutiva (Morgan; Roberts, 2012). Entretanto, o nacional era visto principalmente como o espaço onde essas políticas internacionais eram implementadas, vivenciadas e analisadas (Morgan; Roberts, 2012). O gerenciamento de populações nacionais, as batalhas jurídicas travadas em tribunais ou arenas legislativas, ou a formação de identidades locais que refletem o imaginário político do Estado por meio de leis nacionais e regulamentações profissionais (Siri Suh, 2017) estão entre os focos predominantes da literatura. Apesar de reconhecerem a importância de fatores internacionais e de ampliarem o seu escopo de análise para além da lei formal, os estudos sobre governança reprodutiva têm mantido, em grande medida, o Estado-nação como principal lócus analítico. O transnacional aparece, na maioria das vezes, como contexto ou condição de fundo, e não como campo de ação normativa autônoma.

Neste artigo, proponho deslocar esse eixo: considero o transnacional como uma esfera própria de produção normativa, na qual novas formas de governança, inclusive do aborto, não apenas circulam, mas são ativamente produzidas, disputadas e institucionalizadas. É verdade que grande parte das leis sobre aborto ainda são promulgadas dentro dos limites do Estado-nação e que muitas lutas discursivas em torno de seus significados ocorrem dentro desse espaço geográfico e político. Também é verdade que o direito internacional dos direitos humanos pouco fez para afetar diretamente as leis e restrições nacionais sobre o aborto, mantendo uma estrutura que protege e promove principalmente a mãe-gestante (Suh, 2017). No entanto, é importante reconhecer que a governança do aborto hoje se estende além das fronteiras dos Estados-nação e envolve uma multiplicidade de atores, incluindo ONGs internacionais e grupos de reflexão, empresas farmacêuticas, a Organização Mundial da Saúde, grupos religiosos transnacionais, associações profissionais internacionais e redes de ativistas transnacionais.



Há uma literatura jovem, mas crescente, sobre a governança do aborto. Com foco no contexto europeu, essa literatura examina como a governança do aborto "é moldada em diferentes contextos geográfico-culturais por instituições nacionais e internacionais, bem como por meio de configurações históricas e sociais de diferentes atores, incluindo controles legislativos nacionais e transnacionais, argumentos biomédicos ou religiosos, normas éticas ou mandatos morais destinados a produzir, monitorar e controlar normas, regras e práticas reprodutivas" (Unnithan; Zordo, 2018, p. 658). Ao fazer isso, esse conjunto de estudos reposiciona a análise do aborto em um contexto global em permanente mudança, "no qual convergem novos modos de consumo, fluxos rápidos de conhecimento e informação, um recurso cada vez mais rotinizado às tecnologias reprodutivas e formas relacionadas de biossocialidade e solidariedade entre receptores e praticantes" (Unnithan; Zordo, 2018, p. 657-658).

No entanto, grande parte das análises da governança do aborto ainda se concentra no que foi chamado de governança "de cima para baixo"; ou seja, a governança produzida "na forma de leis e políticas, éditos religiosos e programas estatais" e traduzida em "atendimento clínico, discurso público e mensagens da mídia" (Mounia Kotni; Singer, 2019, p. 119). Como Lynn M. Morgan destacou, "a governança reprodutiva direciona nossa atenção para os poderes de criação de discursos e sujeitos exercidos pelos Estados e outros atores poderosos: corporações, tribunais, organizações não governamentais e autoridades religiosas" (2017, p. 272).

Neste artigo, no entanto, dirijo minha atenção para o que foi definido como resistência ou reformulação dos processos de governança reprodutiva "de baixo para cima" (Kotni; Singer, 2019), focalizando redes de ativistas transnacionais que muitas vezes não têm visibilidade ou recursos econômicos. Em outras palavras, proponho que as ativistas não sejam compreendidas apenas como receptoras do que esses atores considerados poderosos – Estado, indústria farmacêutica, autoridades religiosas, atores legislativos etc. – produzem.



Elas próprias exercem poder e participam ativamente da produção da governança do aborto. Como destaca Tania Murray Li (2007), os modos pelos quais o poder circula em regimes de governança muitas vezes se articulam por meio de "fricções" – encontros desiguais entre projetos globais e práticas locais que produzem efeitos inesperados, inclusive resistências e reconfigurações. Essas fricções revelam que o poder não é apenas imposto de cima para baixo, mas também continuamente negociado, apropriado, moldado e contestado nos níveis mais capilares da interação social e política.

Os Estados governam por meio de leis que, em última instância, dependem da ameaça ou do uso da força: a autoridade do Estado para governar baseia-se em uma reivindicação de monopólio do poder coercitivo legítimo. Em contraste, o poder cívico não pode ser imposto por meio do uso legítimo da violência: ele é produzido por meio da persuasão e de práticas cotidianas que levam a sociedade a mudar suas perspectivas e pontos de vista (Robert M. Cover, 1983). No caso das redes ativistas pelo aborto autônomo, meu objetivo é traçar como elas participam da produção de um paradigma regulatório alternativo para o aborto a partir de suas práticas, paradigma esse baseado na adaptabilidade, na horizontalidade, na solidariedade e no afeto.

Ao propor essa mudança de enfoque, também desafio a própria distinção entre governança "de cima para baixo" e "de baixo para cima" (Kotni; Singer, 2019), pois deslocar o olhar da lei para a governança implica precisamente reconhecer a ausência de uma estrutura hierárquica única de onde emanam leis, regulações e normatividades. Como argumenta Annelise Riles (2000), redes transnacionais não apenas implementam normas, mas produzem conhecimento técnico-jurídico que estrutura os próprios termos da governança. No campo da saúde, da regulação farmacêutica ou dos direitos sexuais e reprodutivos, essas redes constroem "mundos normativos" sem um centro soberano, mas com efeitos regulatórios potentes, como argumento nas seções seguintes.



Isso não significa, entretanto, propor que a governança seja um campo livre de assimetrias e disputas de poder (Canfield, 2018). Ao contrário, e no caso da regulação do aborto, o poder persistente do paradigma médico-legal – dominante nos sistemas jurídicos nacionais e internacionais, nos discursos hegemônicos globais e locais sobre saúde pública, e até mesmo nas campanhas de direitos humanos e das mulheres – continua a moldar as fronteiras do possível e imaginável (Assis; Erdman, 2022; Millar, 2024). Na próxima seção, apresento uma breve descrição do paradigma médico-legal e, em seguida, analiso como as redes transnacionais de ativismo em prol do aborto autônomo o contestam e subvertem por meio de um horizonte normativo alternativo – feminista, situado e radicalmente político – capaz de engendrar uma nova dinâmica regulatória no campo da reprodução.

O PARADIGMA MÉDICO-LEGAL E A EMERGENTE GOVERNANÇA FEMINISTA DO ABORTO

O paradigma médico-legal tem orientado a governança do aborto desde que ele se tornou uma questão de regulamentação jurídica formal, mais precisamente de criminalização, no século XIX. Como Michael Thomson (2013) detalha para o caso da Inglaterra, Carole Joffe (2009) e Reva Siegel (1992) dos Estados Unidos, Cassia Roth (2020) para o Brasil e Joanna Erdman (2017) para o Canadá, médicos lançaram campanhas para a criminalização do aborto como parte de seu processo de profissionalização. As leis que proibiam o aborto e limitavam sua prática a profissionais regulares licenciados não apenas diferenciavam os médicos de parteiras, herbalistas e curandeiras, mas também afirmavam sua superioridade ética e científica (Thomson, 2013), servindo assim como instrumento para



consolidar o monopólio médico sobre a reprodução, marginalizando outros saberes e práticas reprodutivas. Os médicos "criaram o aborto como uma questão ética e, posteriormente, se colocaram no centro da resposta social" a essa questão (Thomson, 2013, p. 192), demandando a aprovação de leis criminais que estabelecessem sua jurisdição sobre os corpos e processos reprodutivos. Nesse processo, eles procuraram demonizar o aborto e as abortistas (Roth 2020) e afirmar seu próprio conhecimento científico sobre a vida embrionária (Thomson, 2013). Uma vez aprovadas, essas leis penais tiveram o efeito de institucionalizar o controle médico sobre a reprodução, um conceito que seria reforçado posteriormente por leis e decisões judiciais liberais que mantiveram o profissional médico como agente central no acesso ao aborto.

De fato, quando, a partir de meados do século XX, uma onda de liberalização do aborto varreu diferentes partes do mundo, o paradigma médico-legal foi reinscrito tanto na legislação recém-adotada – como as regulações alemãs de 1976 e 1992 (Ruth Esser, 1993) e a lei de New South Wales de 2016, na Austrália (Millar 2024) – quanto em decisões judiciais que reconheceram o direito ao aborto, como *Roe v. Wade* (1973, EUA).[63] Nesse novo paradigma, o aborto só é legal quando realizado por profissional médico, em local, período e circunstâncias autorizadas por lei. Como explica Erica Millar (2024), o controle médico se manifesta em quem está "legalmente autorizado a realizar abortos e a decidir quando fazê-lo", onde os abortos podem "ocorrer (dentro das instituições médicas)" e na transformação de "fetos e pessoas grávidas em pacientes médicos" (Millar, 2024, p. 3).

63 *Roe v. Wade* foi um caso histórico da Suprema Corte dos Estados Unidos, decidido em 1973, que estabeleceu o direito constitucional ao aborto com base no direito à privacidade. A decisão invalidou muitas leis estaduais que restringiam o aborto, reconhecendo que o direito de decidir sobre o próprio corpo é fundamental. Essa decisão histórica foi revertida em 2022, quando, no caso *Dobbs v. Jackson Women's Health Organization*, a Suprema Corte decidiu que a Constituição dos Estados Unidos não garante o direito ao aborto, devolvendo sua regulamentação aos parlamentos estaduais.

SUMÁRIO



No paradigma médico-legal, o direito estatal e a profissão médica se articulam na teia da governança do aborto. Ao identificar o aborto como uma questão médica, resultado do desenvolvimento sócio-histórico que Adele E. Clarke e suas coautoras (2010) chamaram de "era da biomedicalização", a lei não apenas remove o aborto de seu contexto político e social, mas também produz subjetividades, identidades e formas normativas de vida. Esse viés analítico é fundamental para compreender como o paradigma médico-legal regula o aborto: não apenas como um evento biológico, mas como conduta social, prática regulada e espaço de disputa sobre possibilidades de experiência. Quatro formas de controle médico emergem nesse processo, como discute Sally Sheldon (1997): (i) um controle técnico sobre como realizar o procedimento e em quais situações; (ii) um controle decisório sobre quem tem acesso ao procedimento; (iii) um controle paternalista, no qual a autoridade médica é racionalizada como agindo no melhor interesse da pessoa grávida; e (iv) um controle normalizador, em que essa mesma autoridade usa sua experiência para inspecionar e enquadrar a intimidade da pessoa grávida na normatividade biomédica.

Foi contra esse paradigma que emergiram, nas últimas décadas, formas feministas que anunciam uma nova governança do aborto. Elas não apenas desafiam os controles médico-legais, mas constroem, por meio de práticas autônomas e tecnologias acessíveis, novos modos de regular o aborto com base em valores radicalmente distintos. Em meados dos anos 2000, em diferentes lugares da América Latina e do Caribe, ativistas feministas começaram a se organizar em torno do que hoje é conhecido como aborto com pílulas (Braine, 2023) – uma história recente de vasta experimentação social.

Em 1973, a farmacêutica estadunidense Searle desenvolveu o misoprostol, uma prostaglandina sintética indicada para o tratamento de úlceras gástricas (Peter W. Collins, 1990), que chegou à América Latina na década de 1980. Registrado no Brasil em 1986 como Cytotec®, o misoprostol estava amplamente disponível nas



farmácias sem receita médica. Na década de 1990, pesquisadoras brasileiras foram as primeiras a documentar seu uso pelas mulheres para interromper uma gravidez indesejada (Regina Maria Barbosa; Margareth Arilha, 1993). Pouco se sabe sobre como as mulheres brasileiras fizeram essa descoberta ou os meios pelos quais esse conhecimento se disseminou, mas logo se tornou popular o uso *off--label* do Cytotec® em toda a região (Yap-Seng Chong; Lin-Lin Su; Sabaratnam Arulkumaran, 2004; Sarah Hawker Costa, 1998; Zordo, 2016). Durante o mesmo período, na França, a mifepristona, um esteroide sintético que bloqueia a progesterona, foi desenvolvida pelo bioquímico Étienne-Émile Baulieu (Elias James Corey; Barbara Czakó; László Kürti, 2007). Registrada em seu país de origem em 1987, a mifepristona deve ser usada em conjunto com o misoprostol para a realização de um aborto medicamentoso, enquanto o misoprostol é um abortivo eficaz mesmo quando usado sozinho.

Desde o desenvolvimento desses fármacos e o uso informal do misoprostol, os estudos sobre a eficácia e a segurança do aborto com pílulas se tornaram mais frequentes. Já em 2003, a Organização Mundial da Saúde recomendou, em sua primeira diretriz sobre aborto seguro, um protocolo combinado de mifepristona e misoprostol como o método preferido para o aborto no primeiro trimestre (World Health Organization, 2003). E, em 2005, a Federação Latino-Americana de Sociedades de Obstetrícia e Ginecologia publicou a primeira edição do manual *Uso do Misoprostol en obstetricia y ginecologia*, que também continha protocolos sobre o uso do medicamento abortivo (Federación Latinoamericana de Sociedades de Obstetricia y Ginecología, 2013).

Adaptando essas orientações a contextos locais (Raquel Irene Drovetta, 2015; Ana Cuenya *et al*., 2013) e aproveitando a facilidade de acesso ao misoprostol na região, ativistas feministas vêm construindo, desde então, estratégias de ação direta em que usam essa nova tecnologia reprodutiva – as pílulas –, de forma a disseminar e produzir conhecimento sobre e com elas (Madeleine Belfrage, 2023).



Coletivos, organizações e redes oferecem informações sobre uso seguro, identificação de complicações, confirmação do aborto, riscos de criminalização, apoio emocional e encaminhamentos. Essas iniciativas configuram modelos de cuidado que rompem com o clínico tradicional e são guiadas por valores feministas (Sara Larrea; Laya Palència; Carme Borrell, 2024).

Uma das primeiras inovações foram as linhas diretas de aborto (*hotlines*). A primeira foi instalada no Equador em 2008 (Drovetta, 2015) e hoje elas são numerosas nas Américas, na África e na Ásia (Roopan K. Gill; Amanda Cleeve; Antonela F. Lavelanet, 2021). As linhas geralmente operam publicamente e fornecem informações sobre como usar o medicamento, acompanhando e apoiando a pessoa, de forma remota, durante todo o processo. Algumas linhas também encaminham as pessoas a fornecedores confiáveis de medicamentos. Outras realizam atividades de defesa de direitos, como passeatas, conferências de imprensa e fóruns de discussão, produzem vídeos e manuais sobre aborto, mantêm sites e organizam reuniões de ativistas (Aisling Walsh, 2020). Outras ainda coletam dados e realizam pesquisas epidemiológicas para demonstrar a qualidade, a eficácia e o impacto social do cuidado que oferecem (Caitlin Gerdts; Inna Hudaya, 2016; Gerdts *et al*., 2020). As atividades das linhas diretas variam muito, dependendo do volume de recursos de que dispõem e do ambiente legal em que estão inseridas.

As ativistas feministas da América Latina e do Caribe também foram pioneiras no desenvolvimento de outra estratégia de ação direta: o acompanhamento (Braine, 2023). Os grupos de acompanhamento consistem em coletivos, organizações ou redes nacionais e regionais que fornecem informações baseadas em evidências e apoio físico e emocional, individualmente ou em grupos, à pessoa que aborta durante todo o processo, de acordo com suas necessidades e preferências. O modelo de acompanhamento proliferou na região e, assim como as linhas diretas, assume diferentes formas e tamanhos, dependendo do contexto local. Alguns dos coletivos



e redes de acompanhamento são muito públicos e visíveis, como *Socorristas en Red na Argentina*, *Con las amigas y en la casa* no Chile, *Las Parceras* na Colômbia, *Las Comadres* no Equador, *Las Fuertes* no México e *Red Compañera*, em toda a região. Elas mantêm sites, contas de mídia social, organizam seminários, publicam artigos, livros e folhetos informativos, e produzem vídeos e músicas. Outros, diante do risco de criminalização, como os países da América Central e o Brasil, permanecem anônimos, trabalhando por meio de redes de ajuda mútua. Independentemente da visibilidade, a prática do acompanhamento é uma ação que, por si só, atua como modelo transformador, mobilizando o mundo para provocar mudanças do ponto de vista tanto político quanto normativo.

Atualmente, estudos de saúde pública cada vez mais frequentes documentam a qualidade, a segurança e a eficácia do aborto acompanhado por feministas (Ijeoma Egwuatu *et al*., 2022; Gerdts *et al*., 2020; Heidi Moseson *et al*., 2020; Alexandra Wollum *et al*., 2022, dentre muitos outros). Pesquisas etnográficas e qualitativas, por outro lado, examinam em detalhes as práticas, estratégias, políticas e experiências ativistas (Belfrage, 2023, 2024; Kimport *et al.,* 2023; Florencia Maffeo *et al*., 2015; Julia McReynolds-Pérez *et al*., 2023; Singer, 2019; Amy Krauss, 2018, para citar apenas algumas). A seguir, apresento os quatro princípios fundamentais que orientam a governança feminista emergindo desse ativismo: adaptabilidade em vez de controle técnico; horizontalidade em vez de controle decisório; solidariedade em vez de controle paternalista; e afeto em vez de controle normalizador. Esses princípios não apenas se opõem ao paradigma médico-legal, mas propõem um novo modo de governar o aborto.



ADAPTABILIDADE EM VEZ DE CONTROLE TÉCNICO

Como argumentei na seção anterior, a primeira forma de controle instalada pelo paradigma médico-legal é o controle técnico. Ao definir o aborto como um procedimento médico, esse paradigma o submete a um regime de conhecimento especializado que determina como, quando e com quais recursos ele pode ser realizado. Isso significa que profissionais médicos seguem protocolos padronizados aplicados de forma generalizada a diferentes casos e que exigem infraestruturas médicas universais – é a tecnicidade do aborto, que reafirma o monopólio médico sobre o conhecimento e a prática reprodutiva.

Em contraste com esse controle técnico rígido, as ativistas pelo aborto autônomo constroem práticas fundadas na adaptabilidade, o que significa que seus modelos de cuidados são moldados por realidades territoriais diversas, bem como pelas necessidades, pelos desejos e pelas capacidades de cada pessoa e de cada situação acompanhada. Esse modelo de cuidado situado rompe com a lógica padronizada de atenção à saúde, característica dos sistemas formais (Chiara Bercu *et al.*, 2022), e propõe, em oposição, que essas sejam continuamente ajustadas aos contextos de ação. Depois de seu extenso trabalho de campo com ativistas mexicanas, a antropóloga feminista Madeleine Belfrage afirma ter passado "a entender que o aborto autônomo significa facilitar uma maior liberdade reprodutiva em condições imperfeitas" (2024, p. 552).

Essa adaptabilidade se expressa, por exemplo, na flexibilidade quanto ao uso dos medicamentos, com as acompanhantes ajustando dosagens e horários com base em consultas prévias e em sua experiência acumulada, e não em protocolos fixos (Bercu *et al.*, 2022). Manifesta-se também na preparação personalizada para o aborto, que inclui a montagem de kits com itens variados, inclusive não farmacêuticos, para alívio da dor (bolsas de água quente, óleos essenciais, chás de



ervas), para distração (livros, jogos), para o cuidado corporal (shampu, sabonetes, absorventes) e para o monitoramento de sintomas e sinais clínicos (termômetro, bloco de anotações) (Bercu *et al*., 2022).

Essa mesma adaptabilidade informa o uso exclusivo do misoprostol – amplamente disponível na região e eficaz – nos acompanhamentos em que a mifepristona não é acessível, rejeitando a imposição normativa do chamado "padrão ouro" do aborto na saúde global (misoprostol + mifepristona) como única prática aceitável (Belfrage, 2023). Ela também orienta o modo como as ativistas fornecem informações às pessoas que abortam, levando em conta seu idioma, suas referências culturais e suas necessidades individuais, de modo a permitir que conduzam o processo em seus próprios termos, optando por conversar, ver TV, ouvir música, ler um livro ou apenas estar sozinhas (Larrea; Palència; Borrell, 2024; Bercu *et al*., 2022).

Por fim, a adaptabilidade se revela também no cuidado com a segurança jurídica e o acesso aos medicamentos. Em contextos em que o aborto é parcial ou totalmente criminalizado, e as pílulas frequentemente adquiridas em mercados paralelos, as ativistas ajustam suas estratégias de acompanhamento para minimizar os diferentes riscos a que estão expostas tanto elas quanto as pessoas que acompanham (Larrea; Palència; Borrell, 2024). Como resumem Susana Veldhuis, Georgina Sánchez-Ramírez e Blair G. Darney (2022), "ser flexível" é uma das características principais do modelo feminista de acompanhamento de abortos: trata-se de um cuidado que não se pretende neutro, universal ou impessoal, mas radicalmente situado e responsivo.

HORIZONTALIDADE EM VEZ DE CONTROLE DECISÓRIO

A segunda forma de poder médico consolidada pelo paradigma médico-legal é o controle decisório: a autoridade de determinar quem pode e, consequentemente, quem não pode acessar o aborto.



Nesse paradigma, o profissional de saúde se torna, na prática, guardião da legalidade e da legitimidade reprodutiva, investido da prerrogativa de avaliar, autorizar e legitimar o aborto dos outros. A prática clínica se confunde com o poder soberano, e o médico ocupa, simultaneamente, os papéis de executor e juiz.

Em oposição a essa lógica hierárquica e controlista, o acompanhamento feminista opera por meio de relações horizontais e de igualdade, deslegitimando o monopólio médico sobre as decisões reprodutivas. As ativistas se posicionam como pares solidários, que compartilham saberes e afetos, não como especialistas que prestam serviços em uma relação unilateral de assistência (Bercu *et al*., 2022; Susana Veldhuis; Georgina Sánchez-Ramírez; Blair G. Darney, 2022). Como afirma Barbara Sutton e Nayla Vacarezza (2023, p. 379), trata-se de um modelo de cuidado "que as instituições de saúde existentes muitas vezes não conseguem oferecer", justamente por estarem organizadas a partir de lógicas assimétricas de poder e saber.

Essa ética relacional se manifesta já no próprio vocabulário do ativismo: o verbo "acompanhar" sublinha uma relação de reciprocidade e empatia, sustentada pelo aprendizado mútuo e pelo compartilhamento horizontal de experiências (Deirdre Niamh Duffy; Cordelia Freeman; Sandra Rodríguez Castañeda, 2023). Como afirmam Suzana Veldhuis, Georgina Sánchez-Ramírez e Blair G. Darney (2022, p. 41), o acompanhamento feminista "é um modelo horizontal que envolve confiar nas mulheres e no que elas dizem, e não perguntar as razões de seu aborto" – uma recusa explícita da lógica de triagem, controle, vigilância e autorização, que devolve o poder de decisão à pessoa que aborta, protagonista de seu próprio aborto (Bercu *et al*., 2022).

Essa horizontalidade se traduz também em uma política ativa de ampla divulgação de informações acessíveis sobre aborto seguro medicamentoso. O conhecimento é compreendido como um bem comum, não como um recurso a ser controlado por instituições

SUMÁRIO



ou especialistas; dessa forma, as pessoas podem "ir à farmácia por conta própria para obter misoprostol ou entrar em contato com as acompanhantes se quiserem ou precisarem de ajuda" (Belfrage, 2023, p. 20). As ativistas não se veem como substitutas do profissional médico, mas como facilitadoras da circulação de saberes sobre aborto seguro – um conhecimento pragmático e situado que coloca a pessoa que aborta no centro de uma vasta rede de relações horizontais de cuidado (Assis *et al*., 2022; McReynolds-Pérez, 2017).

Finalmente, esse modelo de aborto acompanhado desestabiliza a suposição de que um aborto só é seguro quando realizado sob supervisão e controle clínico. Ele demonstra que o cuidado pode ser descentralizado e autogestionado, desde que fundado em informação confiável, apoio afetivo e redes de solidariedade. Como destacam Naomi Braine e Marissa Valverde (2022), o ativismo feminista se orienta pelos valores da dignidade e da autonomia, construindo as infraestruturas necessárias para que as pessoas possam fazer abortos com segurança em suas próprias comunidades.

SOLIDARIEDADE EM VEZ DE CONTROLE PATERNALISTA

A terceira forma de poder instituída pelo paradigma médico-legal é o controle paternalista – uma forma de autoridade na qual o saber médico é racionalizado como instrumento de cuidado e proteção, legitimado pela ideia de que o profissional de saúde atua no melhor interesse da pessoa gestante. Nessa relação, estruturalmente hierárquica e desigual, o médico é quem detém o conhecimento legítimo sobre o corpo da pessoa gestante, e é com base nesse saber técnico que decide o que é mais apropriado, inclusive se ela deve ou não abortar. A pessoa gestante, embora seja quem vivencia corporalmente a experiência gravidez, é deslocada da posição de sujeito autônomo para a de objeto de intervenção médica.



Na contramão dessa lógica, o ativismo feminista pelo aborto autônomo funda-se na solidariedade como princípio político e ético. A solidariedade não é apenas uma resposta afetiva à dor ou ao sofrimento, mas uma forma de ação coletiva que recusa a medicalização autoritária e cria vínculos de apoio mútuo entre as ativistas e as pessoas que acompanham. Como destaca Madeleine Belfrage (2024, p. 552), essas práticas vão além de suprir "uma necessidade utilitarista de acesso ao aborto seguro em um contexto em que a opressão estrutural pesa sobre as escolhas das mulheres": elas estabelecem uma rede potente de cuidado recíproco (Assis *et al*., 2022) diante do patriarcado e das desigualdades estruturais de raça, classe e território (Bercu *et al*., 2022). Ainda que efêmeros, os vínculos formados (Krauss, 2018) são carregados de sentido político e existencial.

As ativistas se identificam explicitamente como tais, assumindo que seu trabalho não é meramente humanitário ou assistencial, mas uma ação feminista orientada para a transformação das estruturas normativas que regulam os corpos e a reprodução (Bercu *et al*., 2022). Como sintetizam Nayla Vacarezza e Julia Burton (2023, p. 8), "os acompanhamentos transformam a experiência solitária e muitas vezes secreta do aborto em uma experiência coletiva". Eles constituem, nas palavras de Katrina Kimport *et al*. (2023, p. 7), uma pedagogia política feminista: "ajudar umas às outras a fazer algo que ninguém mais quer nos ajudar a fazer".

Nesse modelo, a ideia de autocuidado é profundamente ressignificada. Longe de significar cuidado solitário, o aborto autônomo acompanhado se baseia em uma ética da interdependência: a pessoa que aborta é incentivada a protagonizar sua experiência – decidindo sobre os medicamentos, os ritmos, o ambiente e os apoios que deseja – mas nunca está sozinha. A presença das acompanhantes é fundamental para lidar com os aspectos físicos e emocionais do processo, não por substituí-la em suas decisões, mas por estar ao seu lado, oferecendo escuta, segurança e acolhimento (Bercu *et al*., 2023).



As próprias práticas das ativistas são alimentadas por uma sabedoria coletiva, produzida nos espaços dos coletivos feministas, nos quais se compartilham experiências, erros, dúvidas e afetos (Assis *et al*., 2022). Assim como as pessoas acompanhadas não estão sozinhas em seus abortos, as ativistas também não praticam sozinhas o cuidado: elas o fazem em rede. O acompanhamento, nesse sentido, rejeita o paternalismo médico e propõe, em seu lugar, uma política do cuidado centrada na confiança e na partilha, muito distinta do modelo impessoal e hierarquizado dos sistemas formais de saúde.

AFETO EM VEZ DE CONTROLE NORMALIZADOR

Por fim, o paradigma médico-legal também é uma quarta forma de poder: o controle normalizador. Nele, a autoridade médica emprega seu conhecimento para analisar, julgar e corrigir o problema apresentado pela pessoa gestante, cuja vida íntima passa a ser inspecionada segundo parâmetros da normatividade médica. Nessa dimensão do poder médico, a patologização é central: o corpo gestante é concebido como desviante, sendo necessário recolocá-lo em um suposto estado "normal" de saúde por meio de práticas clínicas que operam simultaneamente como cura e disciplinamento.

Rompendo com essa lógica patologizante e disciplinadora, as práticas feministas de acompanhamento recusam os critérios biomédicos de desvio, doença, cura e normalidade, e colocam no centro da experiência do aborto o cuidado afetivo. Trata-se de um cuidado que não é encontrado em outros espaços, como a família, as instituições de saúde ou em outros relacionamentos (McReynolds-Pérez *et al*., 2023). Mais do que simplesmente responder à ausência de cuidado emocional nos sistemas médicos tradicionais, as ativistas constroem relações ético-afetivas que produzem ambientes marcados pelo acolhimento, pelo carinho, pela confiança e por um "clima de harmonia e conforto", muito diferente dos ambientes clínicos (Bercu *et al*., 2022). Como apontam Ruth Zurbriggen, Brianna Keefe-Oates



e Caitlin Gerdts (2018), esse cuidado cria um espaço sem julgamentos nem maus-tratos – realidade comum nas instituições formais de saúde – com ênfase explícita na dimensão emocional e subjetiva da experiência de abortar.

Esse cuidado se concretiza, por exemplo, na atenção à gestão da dor – que vai além do desconforto físico e abrange o acolhimento da ansiedade, o alívio do medo e o fortalecimento da conexão da pessoa com seu próprio corpo. As acompanhantes assumem o papel de "líderes de torcida do aborto" (*abortion cheerleaders*), encorajando, animando e sustentando emocionalmente quem aborta (Bercu *et al*., 2022). Essa forma de cuidado feminista é integral e contínua: inclui, também, suporte no pós-aborto, com atenção a aspectos como descanso, alimentação e acompanhamento seguro para casa. Ou seja, o aborto é tratado como um evento vivencial e relacional, não como uma mera intervenção biológica pontual.

Além disso, em contextos marcados pela criminalização, clandestinidade e estigma, o medo de punição, a vergonha e a solidão emocional frequentemente constituem os aspectos mais traumáticos do aborto (Duffy; Freeman; Castañeda, 2023). As práticas feministas de acompanhamento enfrentam esses efeitos não apenas com informação, mas com a criação de espaços coletivos, seguros e não traumáticos. Frequentemente, as ativistas compartilham suas próprias experiências de aborto, em um gesto de empatia e normalização, que ajuda a ressignificar o aborto como parte legítima e possível da vida reprodutiva (Duffy; Freeman; Castañeda, 2023).

Essa abordagem transforma o aborto de uma experiência isolada, estigmatizada, individualizada e clínica em um processo apoiado, coletivo, e, em muitos casos, politicamente transformador (Duffy; Freeman; Castañeda, 2023). A conexão emocional estabelecida entre acompanhante e acompanhada é, por vezes, profunda e duradoura: há casos em que a pessoa acompanhada mantém contato com sua acompanhante por meses ou anos após o aborto,



como expressão de gratidão, vínculo e memória de uma experiência marcada por afeto, e não por violência ou abandono (Bercu *et al.*, 2022). Se há algo que o acompanhamento feminista contribui para normalizar, é a ideia de que o aborto – assim como o parto e o nascimento – é um evento comum da vida reprodutiva, que pode e deve ser vivenciado com dignidade, cuidado e apoio.

CONCLUSÃO

A literatura sobre governança reprodutiva e governança do aborto tem se concentrado predominantemente nos agentes tradicionalmente considerados poderosos – legisladores, autoridades religiosas, empresas, tribunais – e em como eles operam para moldar imaginários, discursos e subjetividades de controle. Neste artigo, ao ampliar o escopo analítico da governança, procurei centrar atenção nos discursos e nas práticas das ativistas feministas pelo aborto autônomo na América Latina e no Caribe, compreendendo-as como agentes produtoras de um novo paradigma regulatório.

Ao contrário do paradigma médico-legal, essas ativistas promovem uma agenda política que mobiliza a adaptabilidade frente ao controle técnico, a horizontalidade frente ao controle decisório, a solidariedade frente ao controle paternalista e o afeto frente ao controle normalizador. Essas quatro dimensões da governança feminista do aborto configuram um horizonte normativo alternativo, que não apenas desafia o controle médico-legal, mas propõe formas radicalmente distintas de organizar o cuidado reprodutivo. Ao transformar as relações de poder, os processos de tomada de decisão e as práticas de cuidado, essa governança emergente estabelece as bases para uma compreensão mais ampla, inclusiva e interrelacional de autonomia reprodutiva. Ao fazer isso, o ativismo feminista não apenas resiste ao paradigma médico-legal, mas nos ensina que o aborto pode ser governado de outra forma, uma maneira emancipatória.

SUMÁRIO



REFERÊNCIAS

ASSIS, Mariana Prandini; ERDMAN, Joanna N. Abortion rights beyond the medico-legal paradigm. **Global Public Health**, Londres, v. 17, n. 10, p. 2235–2250, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1080/17441692.2021.1971278. Acesso em: 11 set. 2025.

ASSIS, Mariana Prandini *et al*. Abortion Care in Times of Crisis: An Autonomous Feminist Model in Latin America and the Caribbean. *In*: O'DWYER, Emma; SOUZA, Letícia Gomes de (ed.). **Psychosocial Perspectives on Community Responses to Covid-19**. New York: Routledge, 2022. p. 107–118. Disponível em: https://doi.org/10.4324/9781003301905-11. Acesso em: 11 set. 2025.

BAIRD, Barbara; MILLAR, Erica. Abortion at the edges: Politics, practices, performances. **Women's Studies International Forum**, Amsterdã, v. 80, p. 102372, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.wsif.2020.102372. Acesso em: 11 set. 2025.

BARBOSA, Regina Maria; ARILHA, Margareth. A experiência brasileira com o Cytotec. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, p. 408–417, 1993. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16073/14608. Acesso em: 7 jul. 2025.

BELFRAGE, Madeleine. Reclaiming Autonomy: The Changing Landscape of Mexican Abortion Activism. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, Chicago, v. 49, n. 3, p. 535–556, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1086/727986. Acesso em: 11 set. 2025.

BELFRAGE, Madeleine. Revolutionary pills? Feminist abortion, pharmaceuticalization, and reproductive governance. **International Feminist Journal of Politics**, Londres, v. 25, n. 1, p. 6–29, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1080/14616742.2022.2154688. Acesso em: 11 set. 2025.

BERCU, Chiara *et al*. In-person later abortion accompaniment: a feminist collective-facilitated self-care practice in Latin America. **Sexual and Reproductive Health Matters**, Londres, v. 29, n. 3, p. 121-143, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1080/26410397.2021.2009103. Acesso em: 11 set. 2025.

BRAINE, Naomi. **Abortion beyond the law:** building a global feminist movement for self-managed abortion. Londres, Nova York: Verso, 2023.

BRAINE, Naomi; VELARDE, Marissa. Self-Managed Abortion: Strategies for Support by a Global Feminist Movement. **Women's Reproductive Health**, Londres, v. 9, n. 3, p. 183–202, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1080/23293691.2022.2016142. Acesso em: 11 set. 2025.



BURTON, Julia. ¿Necesitás abortar? Estés donde estés te acompañamos: pandemia y acompañamiento de abortos en la ciudad de Neuquén, Argentina, durante 2020. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, Brasília, v. 12, n. 4, p. 64–84, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.17566/CIADS.V12I4.1200. Acesso em: 11 set. 2025.

BURTON, Julia; PERALTA, Guillermina. Redes en torno al aborto clandestino: vínculos de socorristas y sistema de salud en Neuquén, Argentina. **Clivajes. Revista de Ciencias Sociales**, Neuquén, n. 6, p. 158–181, 2016.

CANFIELD, Matthew C. Disputing the Global Land Grab: Claiming Rights and Making Markets Through Collaborative Governance. **Law & Society Review**, Hoboken, v. 52, n. 4, p. 994–1026, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1111/lasr.12367. Acesso em: 11 set. 2025.

CHONG, Yap-Seng; SU, Lin-Lin; ARULKUMARAN, Sabaratnam. Misoprostol: a quarter century of use, abuse, and creative misuse. **Obstetrical & Gynecological Survey**, Baltimore, v. 59, n. 2, p. 128–140, 2004. Disponível em: https://doi.org/10.1097/01.OGX.0000109168.83489.66. Acesso em: 11 set. 2025.

CLARKE, Adele E. *et al*. Biomedicalization: A theoretical and substantive introduction. *In*: CLARKE, Adele E. *et al*. (ed.). **Biomedicalization**: Technoscience, Health, and Illness in the U.S. Durham: Duke University Press, 2010. p. 1–44.

COLLINS, Peter W. Misoprostol: Discovery, development, and clinical applications. **Medicinal Research Reviews**, Nova Jersey, v. 10, n. 2, p. 149–172, 1990. Disponível em: https://doi.org/10.1002/med.2610100202. Acesso em: 11 set. 2025.

COREY, Elias James; CZAKÓ, Barbara; KÜRTI, László. **Molecules and medicine**. Hoboken: Wiley, 2007. Disponível em: https://www.wiley.com/en-us/Molecules+and+Medicine-p-9780470227497. Acesso em: 11 set. 2025.

COSTA, Sarah Hawker. Commercial availability of misoprostol and induced abortion in Brazil. **International Journal of Gynecology and Obstetrics**, Amsterdã, v. 63, supl. 1, p. S131–S136, 1998. Disponível em: https://doi.org/10.1016/S0020-7292(98)00195-7. Acesso em: 11 set. 2025.

COVER, Robert M. Foreword: Nomos and Narrative, The Supreme Court 1982 Term. **Harvard Law Review**, Cambridge, v. 97, p. 4–68, 1983.

ZORDO, Silvia. The biomedicalisation of illegal abortion: the double life of misoprostol in Brazil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 19–35, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-59702016000100003. Acesso em: 11 set. 2025.

SUMÁRIO



DROVETTA, Raquel Irene. Safe abortion information hotlines: An effective strategy for increasing women's access to safe abortions in Latin America. **Reproductive Health Matters**, Londres, v. 23, n. 45, p. 47–57, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.rhm.2015.06.004. Acesso em: 11 set. 2025.

DUFFY, Deirdre Niamh; FREEMAN, Cordelia; CASTAÑEDA, Sandra Rodríguez. Beyond the State: Abortion Care Activism in Peru. **Signs**, Chicago, v. 48, n. 3, p. 609–634, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1086/723296. Acesso em: 11 set. 2025.

EGWUATU, Ijeoma *et al*. Effectiveness of self-managed abortion during the COVID-19 pandemic: Results from a pooled analysis of two prospective, observational cohort studies in Nigeria. **PLOS Global Public Health**, São Francisco, v. 2, n. 10, e0001139, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1371/JOURNAL.PGPH.0001139. Acesso em: 11 set. 2025.

KOTNI, Mounia; SINGER, Elyse Ona. Human Rights and Reproductive Governance in Transnational Perspective. **Medical Anthropology**, Londres, v. 38, n. 2, p. 118–122, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1080/01459740.2018.1557164. Acesso em: 11 set. 2025.

ERDMAN, Joanna. Constitutionalizing Abortion Rights in Canada. **Ottawa Law Review**, Ottawa, v. 49, n. 1, p. 221–261, 2017.

ESSER, Ruth. Zur Fremdbestimmung des Arztberufes am Beispiel der Abtreibungsproblematik. **Geburtshilfe und Frauenheilkunde**, Stuttgart, v. 53, n. 7, p. 443–447, 1993.

FEDERACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIEDADES DE OBSTETRICIA Y GINECOLOGÍA. **Uso del Misoprostol en obstetricia y ginecología**. Cidade do Panamá: Tecnoquímicas, 2013.

GERDTS, Caitlin; HUDAYA, Inna. Quality of care in a safe-Abortion hotline in Indonesia: Beyond harm reduction. **American Journal of Public Health**, Washington, v. 106, p. 2071–2075, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.2105/AJPH.2016.303446. Acesso em: 11 set. 2025.

GERDTS, Caitlin *et al*. Effect of a smartphone intervention on self-managed medication abortion experiences among safe-abortion hotline clients in Indonesia: A randomized controlled trial. **International Journal of Gynecology and Obstetrics**, Amsterdã, v. 149, p. 48–55, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1002/ijgo.13086. Acesso em: 11 set. 2025.

GILL, Roopan K.; CLEEVE, Amanda; LAVELANET, Antonela F. Abortion hotlines around the world: a mixed-methods systematic and descriptive review. **Sexual and Reproductive Health Matters**, Londres, v. 29, n. 1, p. 1907027, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1080/26410397.2021.1907027. Acesso em: 11 set. 2025.

SUMÁRIO



JOFFE, Carole. Abortion and medicine: A sociopolitical history. *In*: PAUL, Maureen *et al*. (ed.). **Management of Unintended and Abnormal Pregnancy**. Oxford: Blackwell Publishing, 2009. p. 1–9.

KIMPORT, Katrina *et al*. The pleasure, joy and positive emotional experiences of abortion accompaniment after 17 weeks' gestation. **Culture, Health & Sexuality**, Londres, p. 1–16, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1080/13691058.2023.2287720. Acesso em: 11 set. 2025.

KRAUSS, Amy. The ephemeral politics of feminist accompaniment networks in Mexico City. **Feminist Theory**, Londres, v. 20, n. 1, p. 37–54, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1177/1464700118755660. Acesso em: 11 set. 2025.

KRISCH, Nico. Liquid authority in global governance. **International Theory**, Cambridge, v. 9, n. 2, p. 237–260, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1017/S1752971916000269. Acesso em: 11 set. 2025.

LARREA, Sara; PALÉNCIA, Laya; BORRELL, Carme. Medical abortion provision and quality of care: What can be learned from feminist activists?. **Health Care for Women International**, Filadélfia, v. 45, n. 1, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1080/07399332.2021.1969573. Acesso em: 11 set. 2025.

LI, Tania Murray. **The Will to Improve**: Governmentality, Development, and the Practice of Politics. Durham: Duke University Press, 2007.

MAFFEO, Florencia *et al*. Parteras de nuevos feminismos. Socorristas en red - feministas que abortamos: una forma de activismo corporizado y sororo. **Revista Venezolana de Estudios de la Mujer**, Caracas, v. 20, n. 44, p. 217–227, 2015. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5855566. Acesso em: 11 set. 2025.

MCREYNOLDS-PÉREZ, Julia. No Doctors Required: Lay Activist Expertise and Pharmaceutical Abortion in Argentina. **Signs**, Chicago, v. 42, n. 2, p. 349–375, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1086/688183. Acesso em: 11 set. 2025.

MCREYNOLDS-PÉREZ, Julia *et al*. Ethics of Care Born in Intersectional Praxis: A Feminist Abortion Accompaniment Model. **Signs**, Chicago, v. 49, n. 1, p. 63–87, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1086/725843. Acesso em: 11 set. 2025.

MILLAR, Erica. Abortion, decriminalisation and the medico-legal paradigm. **Social Science & Medicine**, Amsterdã, v. 355, 117098, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1016/J.SOCSCIMED.2024.117098. Acesso em: 11 set. 2025.

SUMÁRIO



CUENYA, Ana *et al*. El aborto lesbiano que se hace con la mano: continuidades y rupturas en la militancia por el derecho al aborto en Argentina (2009-2012). **Bagoas – Estudos Gays: Gêneros e Sexualidades**, Natal, v. 7, n. 9, p. 133–160, 2013. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/4659. Acesso em: 11 set. 2025.

MORGAN, Lynn M. Reproductive Governance meets European Abortion Politics: The Challenge of Getting the Gaze Right. *In*: ZORDO, Silvia; MISHTAL, Joanna; ANTON, Lorena (org.). **A Fragmented Landscape**: Abortion Governance and Protest Logics in Europe. Nova York, Oxford: Berghahn Books, 2017. p. 266–282.

MORGAN, Lynn M. Reproductive Governance, Redux. **Medical Anthropology**, Londres, v. 38, p. 113–117, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1080/01459740.2018.1555829. Acesso em: 11 set. 2025.

MORGAN, Lynn M.; ROBERTS, Elizabeth F. S. Reproductive governance in Latin America. **Anthropology & Medicine**, Londres, v. 19, n. 2, p. 241–254, 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1080/13648470.2012.675046. Acesso em: 11 set. 2025.

MOSESON, Heidi *et al*. Effectiveness of self-managed medication abortion between 13 and 24 weeks gestation: A retrospective review of case records from accompaniment groups in Argentina, Chile, and Ecuador. **Contraception**, Amsterdã, v. 102, n. 2, p. 91–98, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1016/J.CONTRACEPTION.2020.04.015. Acessi en: 11 set. 2025.

RILES, Annelise. **The Network Inside Out**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2000.

ROTH, Cassia. **A Miscarriage of Justice**: Women's Reproductive Lives and the Law in Early Twentieth Century Brazil. Stanford: Stanford University Press, 2020.

RHODES, Rod A. W. The New Governance: Governing without Government. **Political Studies**, Londres, v. 44, n. 4, p. 652–667, 1996. Disponível em: https://doi.org/10.1111/j.1467-9248.1996.tb01747.x. Acesso em: 11 set. 2025.

SASSEN, Saskia. **Territory, Authority, Rights**. Princeton: Princeton University Press, 2006.

SHELDON, Sally. **Beyond Control:** Medical Power and Abortion Law. London, Chicago: Pluto Press, 1997.

SIEGEL, Reva. Reasoning from the Body: A Historical Perspective on Abortion Regulation and Questions of Equal Protection. **Stanford Law Review**, Stanford, v. 44, p. 261–381, 1992.

SINGER, Elyse Ona. Realizing Abortion Rights at the Margins of Legality in Mexico. **Medical Anthropology**, Londres, v. 38, n. 2, p. 167–181, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1080/01459740.2018.1474213. Acesso em: 11 set. 2025.

SUH, Siri. Accounting for abortion: Accomplishing transnational reproductive governance through post-abortion care in Senegal. **Global Public Health**, Londres, v. 13, n. 6, p. 662–679, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1080/17441692.2017.1301513. Acesso em: 11 set. 2025.

SUTTON, Barbara; VACAREZZA, Nayla Luz. Introduction: Abortion Rights Strategies in Argentina, Colombia, and Mexico. **South Atlantic Quarterly**, Durham, v. 122, n. 2, p. 378–385, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1215/00382876-10405133. Acesso em: 11 set. 2025.

THOMSON, Michael. Abortion Law and Professional Boundaries. **Social & Legal Studies**, Londres, v. 22, n. 2, p. 191–210, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1177/0964663912474740. Acesso em: 11 set. 2025.

UNNITHAN, Maya; ZORDO, Silvia. Re-situating abortion: Bio-politics, global health and rights in neoliberal times. **Global Public Health**, Londres, v. 13, n. 6, p. 657–661, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1080/17441692.2018.1445271. Acesso em: 11 set. 2025.

VACAREZZA, Nayla Luz; BURTON, Julia. Transformar los sentidos y el sentir. El activismo cultural de las redes de acompañantes de abortos en América Latina. **Debate Feminista**, Cidade do México, v. 33, n. 66, p. 1–30, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.22201/cieg.2594066xe.2023.66.2409. Acesso em: 11 set. 2025.

VELDHUIS, Susana; SÁNCHEZ-RAMÍREZ, Georgina; DARNEY, Blair G. Becoming the woman she wishes you to be: A qualitative study exploring the experiences of medication abortion acompañantes in three regions in Mexico. **Contraception**, Amsterdã, v. 106, p. 39–44, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1016/J.CONTRACEPTION.2021.10.005. Acesso em: 11 set. 2025.

WALSH, Aisling. Feminist Networks Facilitating Access to Misoprostol in Mesoamerica. **Feminist Review**, Londres, v. 124, n. 1, p. 175–182, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1177/0141778919888070. Acesso em: 11 set. 2025.

WOLLUM, Alexandra *et al*. The influence of feminist abortion accompaniment on emotions related to abortion: A longitudinal observational study in Mexico. **SSM – Population Health**, Amsterdã, v. 19, 101259, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1016/J.SSMPH.2022.101259. Acesso em: 11 set. 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Safe Abortion**: Technical and Policy Guidance for Health Systems. Geneva: World Health Organization, 2003.

ZURBRIGGEN, Ruth; KEEFE-OATES, Brianna; GERDTS, Caitlin. Accompaniment of second-trimester abortions: the model of the feminist Socorrista network of Argentina. **Contraception**, Amsterdã, v. 97, n. 2, p. 108–115, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.contraception.2017.07.170. Acesso em: 11 set. 2025.



Terezinha Silva
Thais Araujo
Adriane Canan

A QUALIFICAÇÃO DA COBERTURA JORNALÍSTICA DE FEMINICÍDIOS E O DOCUMENTÁRIO COMO FERRAMENTA EDUCATIVA

SUMÁRIO



CALIFICAR LA COBERTURA PERIODÍSTICA DE LOS FEMINICIDIOS: EL DOCUMENTAL COMO HERRAMIENTA EDUCATIVA

QUALIFYING JOURNALISTIC COVERAGE OF FEMINICIDES AND THE DOCUMENTARY AS AN EDUCATIONAL TOOL

RESUMO:

O presente trabalho objetiva apresentar a pesquisa *Os feminicídios em Santa Catarina e a cobertura jornalística: mapeamento de um problema público* e discutir a importância de ampliar o acesso e o debate sobre os resultados encontrados, por meio da produção e divulgação do documentário *História mal contada: os feminicídios na cobertura jornalística.* A produção traz análises e perspectivas de diversas mulheres sobre o tema. Refletimos sobre a relevância desse formato audiovisual enquanto meio para divulgação de resultados de pesquisa, diálogo com a sociedade sobre um problema público – a violência de gênero – e sensibilização de diferentes públicos para a necessidade de enfrentamento coletivo do problema.

Palavras-chave: Jornalismo. Feminicídios. Violência de gênero. Audiovisual.

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-480-3.18

ABSTRACT:

The objective of this paper is to present the research Feminicides in Santa Catarina and journalistic coverage: mapping a public problem and to discuss the importance of widening access and debate about the results found, through the production and dissemination of the documentary A poorly told story: feminicides in journalistic coverage. The production brings analysis and perspectives from various women on the subject. We reflect on the relevance of this audiovisual format as a means of disseminating research results, dialoguing with society about a public problem - gender violence - and raising awareness among different audiences of the need to tackle the problem collectively.

Keywords: *Journalism. Feminicides. Gender violence. Audiovisual.*

RESUMEN:

El objetivo de este trabajo es presentar la investigación Feminicidios en Santa Catarina y cobertura periodística: mapeo de un problema público y discutir la importancia de ampliar el acceso y el debate sobre los resultados encontrados, a través de la producción y difusión del documental História mal contada: feminicidios na cobertura jornalística. La produccion reúne análisis y perspectivas de diferentes mujeres sobre el tema. Reflexionamos sobre la relevancia de este formato audiovisual como medio para difundir los resultados de la investigación, dialogar con la sociedad sobre un problema público - la violencia de género - y sensibilizar a los diferentes públicos sobre la necesidad de afrontar el problema de forma colectiva.

Palabras clave: *Periodismo. Feminicidios. Violencia de género. Audiovisual.*

SUMÁRIO



INTRODUÇÃO

"Na sociedade que a gente quer, basta de violência contra a mulher!". Com esse brado-manifesto, lançado em 2022, integrantes do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) expressam o repúdio, a dor e a luta constante contra a violência de gênero,



que só em 2023 provocou a morte de 1.467 mulheres no Brasil, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Fórum Nacional de Segurança Pública, 2024). Imagens de uma das marchas promovidas pelo MMC, em que as militantes entoam o manifesto, integram o documentário *História mal contada: os feminicídios na cobertura jornalística*, lançado em maio de 2023. Foi produzido pela Lilás Filmes em parceria com as pesquisadoras e os pesquisadores do Grupo Transverso – Estudos em Jornalismo, Interesse Público e Crítica, do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina.

O filme, que traz o olhar de várias mulheres, lideranças de movimentos sociais e pesquisadoras sobre a cobertura de feminicídios na imprensa, é um dos materiais educativos elaborados como resultado da pesquisa *Os feminicídios em Santa Catarina e a cobertura jornalística: mapeamento de um problema público*, iniciada pelo Transverso em 2021 e concluída em 2023. Diante da perspectiva de que as mídias ocupam ou podem ocupar um lugar relevante na prevenção primária da violência, o documentário traz também resultados daquela investigação, que durante dois anos mapeou e analisou notícias sobre feminicídio divulgadas em mídias jornalísticas de Santa Catarina, no período entre 2015, ano da promulgação da Lei do Feminicídio no Brasil, e 2021.

Neste trabalho, o objetivo é apresentar a pesquisa da qual o documentário faz parte e, em seguida, discutir a importância de pensar caminhos para ampliar o acesso e o debate sobre os resultados da investigação, por meio da produção e divulgação do documentário *História mal contada: os feminicídios na cobertura jornalística*, que traz análises e perspectivas de diversas mulheres sobre o tema. Buscamos refletir sobre a relevância desse formato audiovisual como ferramenta para a divulgação de resultados de pesquisa, diálogo com a sociedade sobre um problema público – a violência de gênero – e sensibilização de diferentes públicos para a necessidade de enfrentamento coletivo do problema.

SUMÁRIO



Uma das oportunidades que tivemos de pôr em prática a busca por ampliar a discussão suscitada no documentário para outros públicos, de diferentes áreas e lugares, foi em 2024, durante o Seminário Internacional Fazendo Gênero 13. O *História mal contada: os feminicídios na cobertura jornalística* foi selecionado para ser exibido na 9ª Mostra Audiovisual, que integrou a programação do seminário. Trata-se do maior evento de gênero realizado no Brasil, que reuniu cerca de seis mil pessoas entre 29 de julho e 2 de agosto, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis. O trabalho foi exibido na Mostra e, em seguida, participamos da roda de conversa com o público presente.

Para expor o trabalho realizado, o presente artigo está estruturado em três partes: na primeira, abordamos o problema público ligado aos crimes de feminicídio e como a imprensa trata a temática. Em seguida, refletimos sobre o documentário como ferramenta educativa e acessível para ampliar o debate público sobre uma questão que é estrutural. Por fim, apresentamos nossas considerações finais.

MAPEANDO UM PROBLEMA PÚBLICO E SEU TRATAMENTO PELA IMPRENSA

Os feminicídios e as violências de gênero que os motivam não são um problema recente, seja no contexto brasileiro ou internacional. No Brasil, eles ganham maior visibilidade social e midiática, principalmente a partir da Lei nº 13.104, promulgada em 9 de março de 2015, que incluiu o feminicídio como circunstância qualificadora do homicídio no Código Penal brasileiro e no rol dos crimes hediondos. A partir da lei, feminicídio passa a ser entendido como todo homicídio contra a mulher "por razões da condição de sexo feminino", o que envolve "violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação à condição de mulher". Ou, para expressar de forma que consideramos mais adequada, são assassinatos por razões de gênero.



Assim como a Lei Maria da Penha (nº 11.340, de 7 de agosto de 2006), a Lei do Feminicídio é fruto de uma longa trajetória de lutas de pessoas engajadas, instituições e movimentos sociais, principalmente feministas, que desde os anos 1970 cobravam ações e políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres e para garantir a elas o direito fundamental a uma vida sem violência. Significou um importante avanço normativo no enfrentamento do problema, principalmente em relação à forma como era antes tratado pelo sistema de justiça criminal no Brasil (Isabela Sobral; Amanda Pimentel; Amanda Lagreca, 2020). Trouxe maior rigor na responsabilização dos agressores e permitiu a construção de dados e estatísticas sobre os crimes contra mulheres por motivação de gênero. Com isso, também deu maior visibilidade ao problema e ampliou a compreensão sobre o ciclo de violências que atualmente mata uma mulher a cada seis horas no Brasil, conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado pelo Fórum Nacional de Segurança Pública (Terezinha Silva; Thais Araujo; Eduarda Pereira; Diana M. Koch, 2024; Terezinha Silva; Daiane Bertasso, 2024).

Evidenciar, denunciar e romper com este ciclo é imprescindível para estancar a violência de gênero que está na base do feminicídio, definido por Jane Caputi e Diana Russell (1992, p. 15), como "o extremo de um continuum de terror antifeminino", que "inclui uma ampla variedade de abusos verbais e físicos". Assim, a categoria feminicídio, distinta de outros tipos de homicídio, conforme destacado por Rita Segato (2006), foi fundamental para evidenciar a dimensão política dos assassinatos de mulheres resultantes do controle de seu corpo e da capacidade de puni-las, em contextos onde se atribui menor valor às suas vidas e há maior propensão a justificar os crimes contra elas. Mostra que esses crimes "resultam de um sistema no qual poder e masculinidade são sinônimos e impregnam o ambiente social de misoginia: ódio e desprezo pelo corpo feminino e pelos atributos associados à feminidade" (Rita Laura Segato, 2006, p. 4, tradução nossa). Tal ódio à mulher foi explicado pela teoria do feminicídio



como "consequência da infração feminina às leis do patriarcado: a norma do controle ou posse sobre o corpo feminino e a norma da superioridade masculina" (Segato, 2006, p. 4, tradução nossa).

Somente os avanços normativos, certamente, não têm sido suficientes para enfrentar a violência e os assassinatos de mulheres, em diferentes contextos. "Apesar de todo o aparato jurídico que se conhece, desde a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos de 1993, com a expressão 'direitos das mulheres', podemos, sem dúvida, falar da barbárie crescente de gênero moderno, ou do que já é chamado 'genocídio de gênero'" (Segato, 2012, p. 108). No Brasil, somente em 2023 foram notificados oficialmente 1.467 feminicídios, conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024) – um número que não tem reduzido desde a sanção da Lei do Feminicídio, em 2015.

Por isso, o enfrentamento a um problema estrutural e complexo quanto a violência de gênero que pode resultar em feminicídio vai além da penalização dos agressores, como têm argumentado historicamente as pessoas e organizações sociais, feministas, pesquisadoras e agentes de instituições públicas envolvidas com o tema. Exige ação coletiva e um conjunto de políticas de prevenção, educação e implantação de rede de apoio às vítimas, como as já previstas na Lei Maria da Penha. Ações e políticas que implicam também os meios de comunicação e as práticas jornalísticas (Terezinha Silva, 2020; Silva, Araujo, Pereira, Koch, 2024; Silva; Bertasso, 2024).

Como um espaço de centralidade na sociedade contemporânea, as mídias e a cobertura que realizam de acontecimentos como os feminicídios são um *locus* importante para investigar e para impulsionar uma discussão social sobre o problema público da violência contra mulheres. E como as mídias estão inseridas na sociedade, elas têm profundo vínculo com a cultura e com a sociedade sobre a qual falam, conflituam ou compartilham perspectivas, sentidos e valores sociais (Terezinha Silva; Vera França, 2017; Silva, 2020).



Por isso, consideramos relevante incluir as mídias nas ações e nas políticas de prevenção e enfrentamento à violência de gênero. No âmbito do governo federal do Brasil, alguns passos foram dados neste sentido, embora ainda faltem medidas mais concretas que mobilizem e busquem o efetivo comprometimento dos meios de comunicação com uma cobertura sensível, cuidadosa e comprometida com a prevenção e o combate ao problema. Em 2023, o Decreto nº 11.640, que institui o Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, destaca como um dos eixos de ação a prevenção primária, entendida assim:

> ações planejadas para evitar que a violência aconteça e que visem à mudança de atitudes, crenças e comportamentos para eliminar os estereótipos de gênero, promover a cultura de respeito e não tolerância à discriminação, à misoginia e à violência com base no gênero e em suas interseccionalidades, e para construir relações de igualdade de gênero, envolvidas as ações de educação, formal e informal, com a participação de setores da educação, da cultura, do esporte, da comunicação, da saúde, da justiça, da segurança pública, da assistência social, do trabalho e do emprego, dentre outros (Brasil, 2023).

Entendemos que pesquisar coberturas de feminicídios, acompanhá-las criticamente, colaborar com sugestões e ações de formação que ajudem a qualificá-las é atuar e sensibilizar para que os meios de comunicação e jornalistas atentem para este importante papel de prevenção primária. Isso significa, entre outros aspectos, não reforçar "códigos de gênero" presentes na cultura e nas formas de interpretar a realidade, que acabam retroalimentando o cenário de violência de gênero.

A partir desta perspectiva de que as mídias ocupam ou podem ocupar um lugar relevante na prevenção primária da violência, iniciamos em 2021 a pesquisa *Os feminicídios em Santa Catarina e a cobertura jornalística: mapeamento de um problema público*, concluída formalmente em 2023, mas que tem sido desdobrada em um novo projeto de pesquisa, desde 2024, com abrangência nacional.

SUMÁRIO



Os resultados da investigação nos estimularam na produção de materiais educativos, como o documentário *História mal contada: os feminicídios na cobertura jornalística*, cuja concepção e produção detalharemos mais adiante.

A pesquisa tinha como principal objetivo fazer um levantamento de feminicídios ocorridos em Santa Catarina e noticiados pela imprensa a partir de março de 2015, data da sanção da Lei do Feminicídio, buscando observar se a implementação da nova lei impactava de forma positiva a cobertura da imprensa, com um tratamento mais cuidadoso no relato dos crimes e discussão mais ampliada sobre a motivação de gênero que os atravessa. Santa Catarina tem figurado, nas últimas edições do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, entre os estados brasileiros com maior taxa de feminicídio: 1,4 a cada 100 mil mulheres. Ao longo de 2023, foram registrados oficialmente 56 assassinatos, conforme o documento. Entre os objetivos específicos da pesquisa, estava a produção de dados e materiais educativos para auxiliar no debate do problema e na formulação de políticas públicas de combate à violência contra as mulheres e na promoção da igualdade de gênero, preconizada como um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Na análise da cobertura da imprensa, uma das questões que interessava ao grupo era observar se, e em que medida, a visibilidade que vinha sendo dada aos crimes era acompanhada por um maior aprofundamento na discussão do problema da violência de gênero que está na base desses crimes. Isso porque, desde os anos de 2010, pelo menos, as pesquisas sobre a temática, seja no contexto nacional ou internacional, têm mostrado alguns avanços em certos contextos, mas especialmente a persistência de muitas limitações no padrão de tratamento midiático da violência e dos crimes contra as mulheres. Entres elas, aponta-se uma cobertura focada na descrição da cena do crime e na perspectiva dada pela polícia; o tratamento do crime como algo isolado, episódico e inesperado; o predomínio de fontes de informação da segurança pública, como policiais e delegados,



e/ou do judiciário (Veet Vivarta, 2011; Tara Richard; Lane Gillespie; Dwane Smith, 2013; Asunción Bernardez-Rodal, 2015; Silva; Araujo, 2023; Terezinha Silva; Thais Araujo; Lynara Ojeda, 2024); o reforço de estereótipos sobre papéis de gênero e comportamentos socialmente esperados das mulheres, que invertem a responsabilidade pelo crime e as culpabilizam pela violência sofrida; a pouca menção ao histórico de violências; a falta de informações sobre a rede de apoio às mulheres, as políticas públicas e as instituições que podem lhes dar assistência; a ausência de questionamentos aos governantes sobre soluções para evitar novos crimes (Débora Prado; Marisa Sanematsu, 2017; Sanematsu, 2019; Niara Oliveira; Vanessa Rodrigues, 2021; Silva, 2023; Silva; Araujo; Pereira; Koch, 2024); e a negligência em relação à dimensão estrutural do problema e aos aspectos contextuais que permitam compreender a violência de gênero no quadro mais amplo de valores sociais ligados ao machismo, ao patriarcado e ao sexismo (Bruno Leal; Carlos A. Carvalho; Elton Antunes, 2020; Oliveira; Rodrigues, 2021; Fernanda Nascimento; Jessica Gustafson; Isabel Colucci, 2022; Silva; Araujo; Pereira; Koch, 2024).

Tendo as pesquisas sobre o tema como referência, a investigação do Grupo Transverso mapeou e analisou notícias abordando o feminicídio (o crime e a temática), publicadas entre 2015 e 2021. O portal da rede NSC de Comunicação foi escolhido como objeto empírico por reunir diferentes veículos com abrangência em distintas regiões de Santa Catarina, entre os quais Diário Catarinense, A Notícia, Santa, Hora de Santa Catarina e CBN, cujos conteúdos são agregados e disponibilizados no portal da NSC. A rede é o maior grupo de mídia comercial de Santa Catarina. A partir do levantamento da cobertura jornalística, distintas questões-problema foram e têm sido investigadas, com variadas abordagens teórico-metodológicas. Um total de 776 matérias jornalísticas – sendo 587 relativas a crimes específicos e 189 matérias gerais abordando a temática – foram analisadas a partir de um protocolo de análise de cobertura jornalística de feminicídios contendo sete eixos prioritários:



1) Mídia, materialidade e localização; 2) Crime; 3) Caracterização da vítima; 4) Caracterização do agressor; 5) Fontes de informação; 6) Estratificação sexual; e 7) Matérias gerais que não tratam de crimes específicos, mas abordam a temática (Silva; Bertasso, 2024).

Entre os resultados da pesquisa, destaca-se, da análise empírica: o significativo aumento de matérias jornalísticas sobre feminicídios no transcurso de 2015 a 2021, sobretudo a partir de 2019, ano em que também se torna mais generalizado o uso do termo feminicídio para definir esses crimes; o pouco aprofundamento sobre o problema público e estrutural da violência de gênero que resulta nos feminicídios; o predomínio absoluto de fontes de informação policiais e a baixa presença de outras fontes, a exemplo de especialistas em violência de gênero, movimentos sociais e feministas, o que condiciona e restringe as interpretações e a discussão social sobre as causas da violência machista e possibilidades de enfrentamento do problema, como apontado em outros artigos do grupo (Silva; Araujo; Pereira; Koch, 2024; Nascimento; Gustafson; Colucci, 2022; Silva; Araujo, 2023).

Conforme salientam Silva; Araujo; Pereira; Koch (2024), as mídias e os(as) profissionais do jornalismo têm papel importante para dar visibilidade a um problema público exposto em acontecimentos que relatam cotidianamente, como é o caso das violências de gênero que podem culminar em feminicídios. Podem, ao disseminar informações e propor interpretações de diferentes atores, ampliar e qualificar o debate público, além de colaborar para que a sociedade compreenda que se trata de uma questão coletiva e as possíveis formas de prevenção e combate a tal problema. A maior visibilidade midiática que observamos nos anos mais recentes, no entanto, não significa um maior aprofundamento da cobertura jornalística sobre essa temática, seja a partir da continuidade da cobertura do crime, da abertura de novas pautas discutindo as causas da violência, da utilização de fontes variadas ou ainda da discussão de aspectos relacionados ao ciclo de violências que antecedem os feminicídios.

SUMÁRIO



Notamos que houve um avanço e aprendizado social sobre o termo feminicídio a partir de 2019, mas ainda persiste reprodução eventual pela cobertura jornalística da interpretação feita por agentes públicos acerca dos feminicídios como "crime passional", sem qualquer problematização ou menção a críticas suscitadas há décadas a essa forma de enquadramento, o que desconsidera e apaga a sua motivação de gênero. Observamos, também, que a cobertura jornalística reproduz alegações de ciúmes e não aceitação do término como "justificativa" para os crimes, pouco discutindo as causas estruturais do problema. Outro ponto que a pesquisa evidenciou, como também apontou o estudo de Silva; Araujo; Pereira; Koch (2024), foi a falta de discussão ou de visibilidade para questões interseccionais – ligadas às categorias de raça, classe, gênero, capacidade, entre outras, que são "inter-relacionadas e moldam-se mutuamente" (Patricia Hill Collins; Sirma Bilge, 2021, p. 15-16) – em uma sociedade tão diversa quanto a brasileira. Ressaltamos que, no caso da violência de gênero, voltar a atenção à questão racial é fundamental, uma vez que, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024, mais da metade (63,6%) das vítimas de feminicídio no país em 2023 eram mulheres negras (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024). Sem esse olhar, a cobertura jornalística corre o risco de falar de uma generalidade que, como alerta Lélia Gonzalez (2020), "esconde, enfatiza, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito alto por não serem brancas" (p. 142).

Desse modo, quase dez anos após a lei que tipifica o feminicídio, os relatos jornalísticos colaboram para manter o tema na agenda pública. No entanto, em geral, abordam de forma superficial e episódica crimes motivados por gênero, sem complexificar a cobertura, discutindo as causas estruturais do problema e visibilizando marcadores que aparecem sobrepostos à violência (Kimberlé Crenshaw, 2004). Com isso, deixa de contribuir para o aprofundamento do debate público acerca dessa questão social, de sua complexidade e das causas estruturais, que fazem do crime de feminicídio produto de um contexto social de violência de gênero.



Para divulgar e discutir os resultados da pesquisa, foram produzidos materiais educativos, conforme mencionado antes. O documentário *História mal contada: os feminicídios na cobertura jornalística* e o podcast de mesmo nome são materiais que discutem a violência de gênero, os feminicídios e o tratamento dado pela cobertura jornalística a partir da perspectiva de várias mulheres, lideranças de movimentos sociais e pesquisadoras do tema. O documentário, que é o objeto sobre o qual nos debruçamos na sequência, faz parte do esforço de produção de materiais que permitam dialogar com diferentes públicos (jornalistas, estudantes de jornalismo, sociedade em geral) sobre a violência de gênero, os feminicídios e o modo como eles são tratados pela imprensa.

O DOCUMENTÁRIO COMO FERRAMENTA EDUCATIVA PARA AMPLIAR O DEBATE PÚBLICO

Ampliar o acesso aos resultados da pesquisa *Os feminicídios em Santa Catarina e a cobertura jornalística: mapeamento de um problema público* e proporcionar mais reflexão em diversos setores, principalmente dentro dos cursos de jornalismo e espaços de formação, foi, desde o início do trabalho, uma preocupação relevante. Portanto, ao optar pela produção do documentário *História mal contada: os feminicídios na cobertura jornalística*, realizado pela Lilás Filmes em parceria com as pesquisadoras e os pesquisadores do Grupo Transverso, entendeu-se que, por meio de um material audiovisual documental, disponibilizado em canais de acesso amplo, como o YouTube[64], seria possível colaborar de forma potente com o debate sobre este problema que deve ser, acima de tudo, público. E enfrentado como tal.

64 O documentário está disponível com legendas em português, espanhol e inglês.



Em Jean-Claude Bernardet (1985), encontramos elementos que nos apontam a potência do gênero documentário para o que buscamos; ou seja, a análise do fenômeno estrutural que é a violência de gênero em sua complexidade.

> Para que passemos do conjunto das histórias individuais à classe e ao fenômeno, é preciso que os casos particulares apresentados contenham os elementos necessários para a generalização, e apenas eles. [...] Essa limpeza do real condicionada pela fala da ciência permite que o real expresse o particular, que o particular sustente o geral, que o geral saia de sua abstração e se encarne, ou melhor, seja ilustrado por uma vivência (Jean-Claude Bernardet, 1985, p. 15).

O documentário produzido levantou dados quantitativos e qualitativos, analisou as matérias que foram objeto da pesquisa à luz de conceitos forjados no jornalismo pautado na construção da cidadania e entrevistou mulheres de diferentes representações. Objetivou-se, com isso, traçar caminhos para apontar mais elementos de formação crítica e sensível para que estudantes de jornalismo e profissionais já atuantes em redações ou como autônomos tenham subsídios para qualificar a cobertura desses casos, ainda tão cotidianos e numerosos. Buscou-se também colaborar com a reflexão na sociedade em geral, já que o filme está disponível na internet e teve ampla divulgação em canais de informação.

O Grupo Transverso apresentou, enquanto "encomenda" do documentário para a Lilás Filmes e equipe de produção, roteiro e direção, uma tarefa: não se tratava apenas de relatar dados ou resultados da pesquisa, mas de construir pontes entre o que foi levantado, as análises produzidas e a realidade da diversidade de mulheres, todas atravessadas pela violência estrutural do patriarcado e do machismo, mas nem sempre tratadas da mesma forma pela cobertura da imprensa. É importante salientar que não se objetiva julgar aqui o caso A ou B como mais grave ou menos grave, pois todos os feminicídios são feminicídios, e devem ser tratados como tal.



Buscou-se, sim, dentro da diversidade de mulheres entrevistadas, trazer os recortes de raça e classe, assim como de identidade de gênero. A finalidade, com isso, era construir, em consonância com a pesquisa, um olhar mais complexo e estrutural sobre as coberturas realizadas pela imprensa, as mudanças oportunizadas pela Lei do Feminicídio e, a partir da ajuda valorosa das entrevistadas, propor aos profissionais da comunicação outros olhares sobre os contextos diferentes de cada realidade vivida pelas mulheres. Derrubar estigmas que trabalham com a ideia de moralidade da vítima, ou seja, que revitimizam a mulher assassinada ao sugerir que sua forma de ser, a partir de uma leitura moral da sociedade, levou ao feminicídio. Interpretações e valores morais que incidem diretamente nas coberturas jornalísticas. E, nesta caminhada por desconstruir tais interpretações, colaborar com a reflexão da opinião pública, quiçá, com a diminuição e, um dia, com o fim do martírio das mulheres.

Com 27 minutos de duração, o documentário, que trabalha na fórmula entrevistas e imagens de cobertura, mescla as falas de pesquisadoras e pesquisadores, que relatam os dados encontrados e os analisam a partir de cada eixo proposto na pesquisa *Os feminicídios em Santa Catarina e a cobertura jornalística: mapeamento de um problema público*, com os depoimentos de uma multiplicidade de mulheres. Trabalhou-se também com o resgate de algumas matérias sobre assassinatos de mulheres por seus então cônjuges.

A primeira imagem, como exemplo, é um recorte de jornal de 2020, com matéria que relata a morte, aos 86 anos, de Doca Street, o feminicida que assassinou Ângela Diniz em 1976. O caso teve grande repercussão midiática à época e posteriormente, gerando reflexos importantes no debate sobre o tema, tanto nas questões legais quanto na imprensa. Um caso bastante emblemático na construção pública do olhar "moralista" sobre a vítima. No recorte da matéria de 2020, lê-se: "No julgamento, em 1980, o advogado Evandro Lins e Silva alegou que 'o fato foi provocado pela vítima', uma 'mulher fatal' que 'encanta, seduz, domina', uma 'Vênus lasciva', enquanto Doca era um homem dominado pelo ciúme, 'apaixonado perdidamente'".



Considerando exemplos como o citado, buscou-se, no documentário, abrir um leque de reflexão com críticas ao jornalismo, mas também considerando avanços já conquistados e, ainda, sugerindo novos repertórios para o campo da apuração e construção de matérias.

No caminho de ouvir representantes das diversidades de mulheres, a produção do documentário buscou acionar e convidar pessoas como Kerexu Yxapyry, liderança indígena Mbyá-Guarani da Terra Indígena Morro dos Cavalos, de Palhoça, Santa Catarina. Abrindo os depoimentos, em frente à casa de reza de seu povo, Kerexu remonta o período de colonização:

> Vou abrir essa questão falando da questão da violência contra nós, mulheres indígenas. É histórico isso, e, para nós, assim, vem desde o momento em que fala que minha bisavó foi pega a laço, a minha bisavó foi pega a cachorro. Para nós isso já retrata que muitas de nossas bisavós acabaram sendo pegas nos laços, pegas com cachorros, foram estupradas e mortas nesse processo. Então isso é muito forte, esse histórico para nós. Mas hoje continua acontecendo, tanto fora quanto dentro de nossas aldeias (História [...], 2023).

Assim como Kerexu, as demais entrevistadas do documentário trazem seus contextos e criam um mosaico complexo de leitura a partir de seus territórios e realidades, traçando perspectivas de raça, etnia e classe social em suas análises sobre a forma como a imprensa cobre os crimes de feminicídio.

São entrevistadas também a advogada feminista Daniela Felix; as camponesas e militantes do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Marilete Molinari e Carmem Munarini; Luciana de Freitas Silveira, dirigente do Movimento Negro Unificado (MNU); Lirous K'yo Fonseca Ávila, mulher trans, assistente social e DJ; Verônica Bem dos Santos, doutoranda em Psicologia (PPGP-UFSC), psicóloga da Polícia Civil de SC; e Marisa Sanematsu, jornalista, mestre em Ciências da Comunicação e diretora de Comunicação do Instituto Patrícia Galvão.

SUMÁRIO



Em cada entrevista, encontramos luzes sobre o tema. As camponesas, falando a partir de seu território, apontam o desconhecimento quase total da imprensa sobre suas realidades (distância dos locais de busca de acolhimento e de denúncia, solidão, processos longos de violência que culminam em feminicídio, mas que não são considerados nas coberturas). Marilete Molinari questiona que muitas vezes as matérias se concentram no crime e em tentar culpabilizar as vítimas, levando a questionamentos como "mas o que ela fez pra merecer isso?". Mesmo considerando e tendo em conta que a realidade das redações traz limites aos jornalistas e às jornalistas, inclusive de chegar até a roça e conhecer mais os territórios, ela sugere que haja mais esforço para contextualizar e entender cada caso, principalmente por estarem situados em uma estrutura muito diferente da urbana.

Com Luciana de Freitas Silveira, do Movimento Negro Unificado, entramos em um debate sobre como os feminicídios cometidos contra mulheres brancas acabam tendo mais espaço na imprensa que os casos que envolvem vítimas negras e demais mulheres racializadas, repetindo a estrutura social racista. Lirous K'yo Fonseca Ávila, mulher trans, assistente social e DJ, acrescenta o conceito de "transfeminicídio", questionando o fato de que, quando contabilizados como "feminicídios", os assassinatos de mulheres trans não ganham o devido espaço para a construção de políticas públicas para esta parcela da população, por exemplo. Ao buscar refletir sobre como o jornalismo trata as responsabilidades do estado e da sociedade nas coberturas de casos de feminicídio, Marisa Sanematsu, jornalista, mestre em Ciências da Comunicação e diretora de Comunicação do Instituto Patrícia Galvão, faz referência a alguns limites ainda existentes e aponta desafios:

> Continua não procurando entender e denunciar as responsabilidades do estado, das políticas públicas para proteger as mulheres, responsabilizar os criminosos, e também a responsabilidade da sociedade para prevenir, para



> evitar esse tipo de crime. Então eu penso que um grande desafio que nós temos hoje, para melhorar a cobertura da imprensa e, além de sair da abordagem policial, sair da simples reprodução do boletim de ocorrência para uma cobertura mais investigativa, mais crítica, que analise o contexto do crime e que aponte também as falhas do estado. E um desafio ainda maior para a imprensa é: como denunciar as falhas do estado sem fazer cair no descrédito os serviços de atendimento às mulheres vítimas que estão disponíveis hoje (História [...], 2023).

O documentário traz também referência a mídias que já estão construindo um jornalismo com mais amplitude de análise da estrutura social (capitalista, racista, patriarcal, machista e LGBTfóbica) que envolve e sustenta a violência de gênero. O Portal Catarinas, citado pela advogada feminista Daniela Felix, é um dos exemplos.

Todas essas discussões, presentes no material produzido, oferecem a possibilidade de ampliar e complexificar o entendimento sobre a dimensão estrutural associada aos feminicídios e sobre as coberturas jornalísticas desses casos, foram exibidas para o público que compareceu ao lançamento do documentário. O evento foi organizado pelas e pelos integrantes do Grupo Transverso e realizado no auditório do Centro de Comunicação e Expressão da UFSC, no dia 10 de março de 2023, como parte da agenda de mobilizações pelo Dia Internacional de Luta das Mulheres em Santa Catarina – o 8M-SC.

Após exibir o documentário, que em um ano teve 1,2 mil visualizações pelo YouTube, promovemos uma roda de conversa com pesquisadoras, jornalistas e lideranças de movimentos sociais, que discutiram o tema da violência contra mulheres e feminicídios. O debate, acompanhado por aproximadamente 80 participantes, trouxe importantes elementos para pensar possibilidades e desafios relacionados à relação da imprensa com o enfrentamento das violências que resultam em feminicídios.



Entre os esforços para fazer o material circular e ampliar o alcance das discussões suscitadas pelas mulheres ouvidas pela equipe de produção, fizemos contato, para divulgar o documentário, com representantes de diversos movimentos sociais em Santa Catarina e veículos de imprensa de abrangência estadual e nacional. O filme também foi enviado aos cursos de Comunicação e/ou Jornalismo de universidades de todos os estados brasileiros. Com todos esses públicos, tivemos boa receptividade ao material, que gerou atividades e reflexões. Alguns dos exemplos são: publicação de entrevista em formato "pergunta-resposta" no site da Agência Brasil, replicada para portais de notícias de vários estados brasileiros e do portal Marco Zero (Pernambuco); Agência Patrícia Galvão; exibição e debate no IFSC Alvorada – Rio Grande do Sul.

Por fim, em 2024, o *História mal contada: os feminicídios na cobertura jornalística* foi selecionado para ser exibido na 9ª Mostra Audiovisual, que integrou a programação do Seminário Internacional Fazendo Gênero 13. Trata-se do maior evento de gênero realizado no Brasil, que reuniu cerca de 6 mil pessoas entre 29 de julho e 2 de agosto, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis. Mais uma vez, tivemos boa repercussão e acolhida do material, sendo possível dialogar sobre formas de qualificar a cobertura jornalística desse tema tão sensível e contribuir para uma abordagem mais humanizada, responsável e respeitosa de um problema que não é apenas das mulheres vitimizadas e de suas famílias, mas da sociedade como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da constatação de que, quase dez anos após a lei que tipifica o feminicídio, os relatos jornalísticos, embora colaborem para manter a temática na agenda pública, ainda o abordam de forma superficial e episódica, sem aprofundar o tratamento ao tema,



evidenciando que são crimes motivados por gênero, discutindo as causas estruturais do problema ou visibilizando marcadores que aparecem sobrepostos à violência, consideramos que a discussão trazida pelo documentário *História mal contada: os feminicídios na cobertura jornalística* contribui para que as histórias das mulheres sejam narradas de formas mais respeitosas e responsáveis pela imprensa.

Uma vez posto em circulação de forma gratuita, com fácil acesso pelo YouTube e contando com ampla divulgação por parte do próprio Grupo Transverso, de veículos da imprensa, de movimentos sociais e de instâncias acadêmicas, esse formato audiovisual demonstrou ter potencial para divulgar os resultados de pesquisa na qual se baseia, evidenciar perspectivas de uma diversidade de mulheres presentes no documentário e estimular o diálogo com a sociedade, sensibilizando diferentes públicos para a necessidade de enfrentamento coletivo do problema. Além disso, demonstrou ser capaz de proporcionar mais reflexão sobre essa responsabilidade em espaços de formação, como em cursos de Jornalismo.

Nossa expectativa é que, uma vez que os produtos jornalísticos circulam pela sociedade, produzindo conhecimento e sentido, essas outras possibilidades de narrar feminicídios colaborem para a necessária e urgente mudança cultural baseada no combate às desigualdades e na eliminação da violência.

REFERÊNCIAS

BERNARDET, Jean-Claude. **Cineastas e imagens do povo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BERNARDEZ-RODAL, Asunción. **Mujeres en medio(s)**: propuestas para analizar la comunicación masiva con perspectiva de género. Madrid: Ed. Fundamentos, 2015.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 16 set. 2025.



BRASIL. **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015**. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. Acesso em: 16 set. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 11.640, de 16 de agosto de 2023**. Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios. Brasília, DF: Presidência da República, 2023.Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11640.htm. Acesso em: 16 ago. 2024.

CAPUTI, Jane; RUSSELL, Diana E. H. Femicide: sexist terrorism against woman. *In*: RADFORD, Jill; RUSSELL, Diana E. H. **Femicide**: The Politics of Woman Killing. Nova York: Twayne Publishers, 1992. p. 13-21.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. A intersecionalidade na discriminação de raça e gênero. *In*: VV.AA. (org.). **Cruzamento**: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004. p. 7-16.

FEMINICÍDIOS no jornalismo: um panorama de 2015 a 2021. [*S. l.*]: História mal contada: os feminicídios na cobertura jornalística, 2023. **Podcast**. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/69tcu0PvPbnD7mpzb80sKT?si=suBPJ_5nS5SLv8nHARobPQ&nd=1&dlsi=8ad49c4dc2c0480e. Acesso em: 16 set. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/f62c4196-561d-452d-a2a8-9d33d1163af0. Acesso em: 21 abr. 2025.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. *In*: GONZALEZ, Lélia; RIOS, Flavia; LIMA Márcia. (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 139-150.

HISTÓRIA mal contada: os feminicídios na cobertura jornalística – videodocumentário [*S. l.: s. n.*], 2023. 1 vídeo (27 min.). Publicado pelo canal Grupo Transverso. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=puwlnRp1HWE&t=4s. Acesso em: 28 fev. 2025.

LANÇAMENTO de documentário sobre feminicídios e cobertura jornalística. **Agência Patrícia Galvão**, 2023. Disponível em: https://agenciapatriciagalvao.org.br/agenda/lancamento-de-documentario-sobre-feminicidios-em-santa-catarina-e-a-cobertura-jornalistica/. Acesso em: 16 set. 2025.

LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto de; ANTUNES, Elton. Cobertura jornalística da violência de gênero: aproximações a uma realidade complexa. *In*: LEAL, B.S; CARVALHO, C.A.; ANTUNES, E. (org.). **Um problema cotidiano***:* jornalismo e violência contra a mulher no Brasil. Belo Horizonte: Selo PPGCOM/UFMG, 2020. p. 45-64.



LISBOA, Vinícius. Falta profundidade na cobertura sobre feminicídios, diz pesquisadora. **Agência Brasil**, 2023. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-05/falta-profundidade-na-cobertura-sobre-feminicidios-diz-pesquisadora. Acesso em: 16 set. 2025.

OLIVEIRA, Niara; RODRIGUES, Vanessa. **Histórias de morte matada contadas feito morte morrida**. São Paulo: Editora Drops, 2021.

PRADO, Débora; SANEMATSU, Marisa (org.). **Feminicídio**: #InvisibilidadeMata. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017. Disponível em: https://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2017/03/LivroFeminicidio_InvisibilidadeMata.pdf. Acesso em: 1 mar. 2021.

RICHARD, Tara N.; GILLESPIE, Lane K.; SMITH, M. Dwane. Exploring News Coverage of Femicide: Does Reportingthe News Add Insult to Injury? **Feminist Criminology**, v. 9, n. 1, p. 24-44, 2013.

SANEMATSU, Marisa (coord.). **Imprensa e direitos das mulheres**: papel social e desafios da cobertura sobre feminicídio e da violência sexual. [*S. l.*]: Instituto Patrícia Galvão, 2019. Disponível: https://assets-institucionalipg.sfo2.cdn.digitaloceanspaces.com/2019/12/monitoramento_final.pdf. Acesso em: 4 ago. 2022.

SEGATO, Rita Laura. **Que és un feminicídio**: notas para un debate emergente. Brasília, DF: UnB, 2006. Disponível em: http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie401empdf.pdf. Acesso em: 27 set. 2020.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **e-cadernos CES**, v. 18, p. 6-131, 2012. Disponível em: https://doi.org/10.4000/eces.1533. Acesso em: 16 set. 2025.

SOBRAL, Isabela; PIMENTEL, Amanda; LAGRECA, Amanda. Retrato dos feminicídios no Brasil em 2019*:* análise dos registros policiais. *In*: BUENO, Samira; LIMA, Renato Sérgio de. (coord.). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020. p. 118-131. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/. Acesso em: 21 abr. 2021.

VIVARTA, Veet (coord.). **Imprensa e agenda de direitos das mulheres, uma análise das tendências da cobertura jornalística**. Brasília, DF: ANDI; Instituto Patrícia Galvão, 2011. Disponível em: https://andi.org.br/publicacoes/imprensa-e-agenda-de-direitos-das-mulheres-uma-analise-das-tendencias-da-cobertura-jornalistica/. Acesso em: 1 mar. 2021.



Juily Manghirmalani

MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS E DILEMAS DE ACOLHIMENTO DE MULHERES MUÇULMANAS

CONTEMPORARY MIGRATIONS AND WELCOMING DILEMMAS FOR MUSLIM WOMEN

MIGRACIONES CONTEMPORÁNEAS Y DILEMAS ACOGEDORES PARA LAS MUJERES MUSULMANAS

RESUMO:

As migrações contemporâneas decorrem de crises globais, como guerras e desigualdades econômicas. Mulheres islâmicas refugiadas em São Paulo enfrentam desafios de recepção e acolhimento, agravados pelo orientalismo que perpetua estereótipos e discriminações. Elas lidam com crescente islamofobia, dificuldades de integração cultural e preconceitos no mercado de trabalho. A ascensão da extrema-direita mundial aumenta esse quadro, reforçando narrativas xenofóbicas que comprometem os direitos humanos.

Palavras-chave: Migração. Orientalismo. Mulheres Refugiadas. Islamofobia. Acolhimento.

ABSTRACT:

Contemporary migrations arise from global crises such as wars and economic inequalities. Islamic refugee women in São Paulo face reception and reception challenges, made worse by orientalism that perpetuates stereotypes and discrimination. They deal with growing Islamophobia, difficulties in cultural integration and prejudice in the job market. The rise of the global far right increases this situation, reinforcing xenophobic narratives that compromise human rights.

Keywords: *Migration. Orientalism. Refugees. Islamophobia. Reception.*

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-480-3.19

RESUMEN:

Las migraciones contemporáneas surgen de crisis globales como guerras y desigualdades económicas. Las mujeres refugiadas islámicas en São Paulo enfrentan desafíos de recepción y acogida, agravados por el orientalismo que perpetúa los estereotipos y la discriminación. Se enfrentan a la creciente islamofobia, dificultades de integración cultural y prejuicios en el mercado laboral. El ascenso de la extrema derecha global agrava esta situación, reforzando narrativas xenófobas que comprometen los derechos humanos.

Palabras clave: *Migración. Orientalismo. Refugiadas. Islamofobia. Recepción.*



INTRODUÇÃO

Para falar de migrações contemporâneas, será necessário revisitar pontos determinantes da história moderna ocidental em relação aos sistemas políticos e econômicos vigentes. As Grandes Guerras e a massiva industrialização do capitalismo acarretaram uma nova divisão internacional do trabalho, com reorganização de mãos de obra, valores e meios de produção. O mundo nunca foi tão interligado quanto é hoje, de forma que a globalização provocou uma reestruturação dos meios econômicos, políticos, culturais e simbólicos das representações.

Ao final da Guerra Fria, em 1991, muitas nações enfrentaram grave pobreza e falta de infraestrutura para ascensão imediata perante o mercado transnacional e, com isso, precisaram se reorganizar e se adaptar ao capitalismo industrial. Há, nesse processo, a terceirização de produção de massa em países considerados periféricos e/ou previamente colonizados, alterando direitos trabalhistas e intensificando precarizações.



Em busca de reestruturação econômica, as migrações internas e internacionais se tornaram uma estratégia de sobrevivência em vários países, especialmente ao considerarmos os movimentos entre o Sul e o Norte Global, entre as nações previamente colonizadoras e as pós-coloniais. Muitas pessoas viram na migração a possibilidade de prospecção sobre uma qualidade de vida e melhores subsídios para suas famílias que não tinham a juventude ou as ferramentas necessárias para ser mão de obra em outro país.

Segundo o historiador e jornalista Vijay Prashad (2024a), o ataque neoliberal às despesas públicas nos países mais pobres e em desenvolvimento desempenhou um papel decisivo na intensificação da migração internacional. Desde a década de 1990, constatou-se que os migrantes passaram a ser uma força essencial para a entrada de moeda estrangeira em seus países de origem, sobretudo por meio do crescimento das remessas enviadas às suas famílias. Até mais recentemente, em 2022, os países Índia, México, China, Filipinas e Egito lideraram como os principais receptores de remessas. Esses valores superaram a soma dos auxílios governamentais e das iniciativas do setor privado destinadas à empregabilidade desses grupos. Em nações como México e Filipinas, o dinheiro enviado por trabalhadores emigrantes desempenhou um papel vital para evitar a falência do Estado.

O último relatório de migração da Organização Internacional para as Migrações (OIM) revela que existem cerca de 281 milhões de pessoas em todo o mundo que vivem fora de seus países originários. Isso representa 3,6% da população mundial e, se somado, esse número chegaria à quarta maior população mundial. É o triplo do número de pessoas que se deslocavam em 1970 e só tende a aumentar. Com base em estudos detalhados, a OIM considera que o aumento da migração pode ser atribuído a três principais fatores: as guerras, a precariedade econômica e as alterações climáticas.

SUMÁRIO



A política de fronteiras é um dos debates mais calorosos da contemporaneidade e outra categorização que emergiu com grande visibilidade no século XX foi o refúgio. Segundo o relatório de 2024 da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), mais de 120 milhões de pessoas estão refugiadas atualmente devido a deslocamentos forçados provocados por perseguições, conflitos armados, violações de direitos humanos e desastres ambientais relacionados às mudanças climáticas. No entanto, a maioria dos migrantes hoje não se encaixa nas categorias do Estatuto do Refugiado definidas pela Convenção de 1951, que limita sua definição a indivíduos que fogem de perseguições por motivos de "raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um grupo social específico ou opinião política", em um contexto geopolítico marcado pela Guerra Fria e pela visão ocidental predominante na ONU. Nesse modelo, não há espaço nem direitos de proteção internacional para aqueles que migram devido a dificuldades econômicas graves, muitas vezes originadas pela estrutura neocolonial da economia global (Prashad, 2024b).

Esses deslocamentos em massa, seja por refúgio ou por migração econômica, têm gerado impactos significativos nas políticas migratórias globais, especialmente no Norte Global. O que tem resultado no endurecimento de legislações; aumento da militarização; crescimento da narrativa nacionalista e xenofóbica; aumento do medo; fechamento de fronteiras; além do uso crescente de mecanismos de controle e contenção de refugiados, refletindo uma tendência de restrição à mobilidade em resposta às crises humanitárias e climáticas.

GUERRAS COMO MANUTENÇÃO DE *STATUS QUO*

Alguns pesquisadores que compartilham análises sobre instituições totalitárias ou imperialistas, ou seja, dividem a preocupação comum com temas relacionados a dinâmicas de poder e os



efeitos estruturais de sistemas socioeconômicos no mundo moderno e contemporâneo, como Hannah Arendt (1951), Edward Said (1993), David Harvey (2003; 2005), Giovanni Arrighi (1994), Michael Hardt e Antonio Negri (2000; 2004), comentam como os diversos vieses das guerras reconstroem políticas interdependentes que fazem manutenção do *status quo* neocolonial e capitalista entre hegemonias e países previamente colonizados e/ou da oposição.

O mundo não deixou de produzir guerras desde o início da Era Moderna, elas apenas se tornaram mais locais e menos globais, entre alguns grupos específicos e, a depender dos interesses do mercado, pouco reportadas pelas mídias internacionais. Porém, o ponto em comum é que os Estados Unidos seguem atuando como um dos principais agentes de reforço financeiro e bélico, contribuindo para a sua própria consolidação de poder universal.

Estas guerras desempenham um papel central no funcionamento, na manutenção e na expansão do capitalismo de forma global, tanto historicamente quanto no contexto contemporâneo. De forma múltipla, esses embates impulsionam a indústria e a tecnologia, duas das áreas mais rentáveis, com empresas privadas obtendo lucros massivos por meio de contratos governamentais. As tecnologias desenvolvidas para fins militares, como a internet e o GPS, são desenvolvidas e/ou compradas por big techs e eventualmente migram para o setor civil, promovendo novas formas de acumulação de capital (David Harvey, 2003).

Os conflitos são transformados em guerra devido também à imensa escala do comércio de armas e às pressões dos mercadores da morte para que se recorra a armamentos cada vez mais sofisticados para resolver disputas (Prashad, 2024a).

As economias e sociedades devastadas necessitam de um plano (muitas vezes longo) de reconstrução, no qual instituições internacionais se colocam prontamente no exercício de "ajuda",



seja de forma humanitária ou por meio de setores de construção civil, infraestrutura, energia e serviços financeiros que se tornam altamente lucrativos para os países e que aumentam o mercado transnacional. Como o Plano Marshall (1947), cujo foi objetivo auxiliar na reconstrução das economias europeias devastadas pela Segunda Guerra Mundial, prevenindo o colapso econômico e político que poderia favorecer a expansão do comunismo na região. Esse plano, bem-articulado pelo aliado de guerra, ajudou a consolidar a hegemonia econômica dos Estados Unidos no mundo atual (Harvey, 2003).

Conflitos armados também estão frequentemente ligados ao controle de recursos naturais, como petróleo, minerais e terras, como a Guerra do Golfo, a Guerra na Síria e no Iraque, o conflito entre Israel e Palestina, entre outros. As guerras possibilitam a reconfiguração geopolítica, abrindo mercados e assegurando o acesso a matérias-primas essenciais para a continuidade da produção capitalista na obtenção de recursos finitos. O colonialismo e as guerras imperialistas, por exemplo, foram motores fundamentais para a expansão do sistema de forma mundial (Harvey, 2003; 2005, Giovanni Arrighi, 1994).

O aparato militar também serve como instrumento de repressão e controle, tanto dentro quanto fora dos Estados. O financiamento massivo de forças armadas e a militarização de territórios asseguram a proteção de interesses capitalistas contra levantes populares, greves e movimentos sociais (Hannah Arendt, 1951; Michael Hardt; Antonio Negri, 2004; Edward Said, 1993). A narrativa de conflito é usada como justificativa para a expansão de Estados de exceção e vigilância, criando novas indústrias baseadas na segurança e no medo, pautas utilizadas historicamente como parte dos grandes embates bélicos, que crescem cada vez mais com a ascensão de uma nova extrema-direita mundial.

Em relação à imigração, conflitos armados geram deslocamentos massivos de populações, criando contingentes de refugiados e trabalhadores (muitas vezes desesperados) em situação de



vulnerabilidade. Essa dinâmica permite ao capitalismo global acessar uma força de trabalho barata e sem direitos plenos, favorecendo o aumento da exploração laboral e da informalidade, especialmente em setores industriais e agrícolas. A despesa militar global atinge quase 3 bilhões de dólares, três quartos dos quais são gastos pelos países do Norte Global. Enquanto isso, as empresas de armamento obtiveram lucros exorbitantes de 600 bilhões de dólares somente em 2022. Milhões de pessoas são permanentemente deslocadas devido a este lucro dos mercadores da morte e das guerras instauradas (Prashad, 2024a).

Dito isso, a guerra é muito útil ao capitalismo que necessita de mão de obra barata e politicamente vulnerável. O migrante proletariado e desamparado socialmente, de um modo geral, possui meios de trabalho que chegam a ser três vezes maiores em produção do que uma pessoa nacional (INTERNATIONAL LABOUR OFFICE, 2021). Além da necessidade de sobrevivência em um país novo, há as possíveis dificuldades de compreensão do idioma, moradia assegurada, conhecimento sobre os próprios direitos, acesso à saúde plena, gastos com lazer, além da perda de vínculos familiares e da rede comunitária, características inerentes à desestabilização social e financeira.

E, por fim, as guerras são usadas para manutenção e consolidação de hegemonias econômicas e políticas. Potências capitalistas, como os Estados Unidos, principalmente, utilizam conflitos como forma de destituir concorrentes, redistribuir sua própria influência ou de seus aliados, e assegurar a preferência de seus sistemas financeiros e industriais. No crescente neoliberalismo decorrente do sistema capitalista, as guerras não são apenas eventos disfuncionais ou acidentais, mas sim mecanismos estruturais que permitem a renovação do sistema e a ampliação do lucro. Elas criam crises que o próprio sistema se propõe a resolver, gerando novos ciclos de acumulação e reconfigurando as relações de poder entre Estados, corporações e classes sociais.

SUMÁRIO



A DEMANDA CRESCENTE DE TRABALHO PSICOSSOCIAL COM IMIGRANTES E REFUGIADOS

A experiência migratória frequentemente envolve situações de exclusão e/ou violência, especialmente quando os valores simbólicos das heranças culturais e linguísticas dos imigrantes são atenuados ou desfeitos para facilitar sua adaptação à sociedade receptora. O encontro com uma nova cultura gera um sentimento de desconcerto, pois desafia as verdades previamente incorporadas, que são frutos de intensos processos de identificação e determinam formas de sentir, pensar e agir.

De acordo com a psicóloga Sylvia Dantas (2012), os processos migratórios incluem estressores que podem impactar a saúde física e mental, levando a quadros de depressão, ansiedade, alterações de peso, luto pela perda de vínculos e redes de apoio, choque cultural, sentimentos de marginalização e alienação, entre outros sintomas psíquicos relacionados à necessidade de assimilação cultural. Segundo Dantas (2012), vários fatores medeiam a relação entre aculturação e estresse, entre eles, o idioma e o modo de aculturação. A natureza da sociedade majoritária (se é, por exemplo, assimilacionista, preconceituosa e discriminatória ou se é integracionista), políticas públicas com relação aos grupos minoritários na sociedade (acesso à saúde, à moradia, à educação, aos direitos políticos), apoio de redes sociais, o quão diferentes são as culturas, características do indivíduo, idade e status social, aspectos cognitivos como avaliação e formas de enfrentamento e o sentimento de controle cognitivo sobre o processo de aculturação.

A intervenção psicossocial com imigrantes vai além da atenção terapêutica individual, que muitas vezes prioriza a adaptação. A psicologia e os trabalhos em interculturalidade defendem que a



sociedade também assuma a responsabilidade de proporcionar uma melhor acolhida a esses indivíduos. Isso inclui investimentos significativos nos vínculos comunitários e no tecido social, além de fomentar a inclusão profissional e educacional e atuar na mediação de conflitos decorrentes da inserção em uma nova comunidade.

Processos traumáticos como a perda de habitação, cidadania, vínculos e representações simbólicas culturais demandam uma abordagem psicossocial que contemple o impacto dessas perdas no sofrimento dos imigrantes e suas famílias. A psicologia, ao abordar essas questões, pode auxiliar na construção de um novo "território". Esse território não se limita a um espaço físico; é um espaço que resguarda memória, identidade, cultura e formas de comunicação do grupo, promovendo a construção de consciência coletiva por meio do reconhecimento e da legitimidade dessas dimensões (Sylvia Duarte Dantas, 2012).

Gostaria de apresentar a importância do trabalho de acolhimento com mulheres muçulmanas que se refugiam em São Paulo, o maior estado receptor de refugiados da religião islâmica do Brasil. Segundo o Primeiro Relatório de Islamofobia Brasileiro (2022), mulheres muçulmanas que utilizam o hijab ou outros códigos de vestimenta de suas religiões frequentemente relatam impactos negativos na qualidade da assistência que recebem em serviços de saúde. Queixas comuns incluem serem ignoradas, excluídas ou desrespeitadas por profissionais. Embora a religião seja um importante determinante social de saúde, ela é frequentemente invisibilizada. Pesquisas sobre muçulmanos muitas vezes reforçam estereótipos e patologizam tanto os comportamentos individuais quanto as crenças islâmicas. Diante disso, é fundamental que pesquisadores e profissionais de saúde adotem uma postura crítica para evitar reproduzir discursos islamofóbicos em suas práticas.

Participei de um trabalho universitário de atendimento psicológico grupal desenvolvido com mulheres muçulmanas. Neste,



foi priorizada a manutenção identitária, o entendimento dos processos de aculturação e o fortalecimento de redes de apoio. Esses fatores são determinantes para o desenvolvimento intercultural, pois a qualidade das relações sociais é essencial para o bem-estar, a adaptação ao novo ambiente e o aumento do senso de pertencimento. As redes de apoio, compostas por relações sociais significativas ao longo do tempo, desempenham um papel crucial ao oferecer afeto, suporte social, oportunidades de aprendizado e crescimento pessoal. A primeira rede de apoio costuma ser a família, e, em muitas comunidades, ela continua sendo a principal fonte de suporte mesmo na vida adulta. Em situação de diáspora e apartação cultural, torna-se necessário um esforço consciente para a formação de grupos de pares, parceiros comunitários e colegas de profissão. No caso de mulheres muçulmanas recém-chegadas, a confiança e os vínculos podem ser fortalecidos por elementos comuns, como crenças religiosas ou aspectos culturais.

A ONG onde atuei ao longo de 2023 opta por atender apenas mulheres na maior parte de seus recursos institucionais. Essa escolha se justifica pelas dinâmicas em grupos mistos frequentemente gerarem conflitos socioculturais. Durante minha atuação, estive em contato com mulheres sírias, afegãs, iranianas e marroquinas. A maioria era de jovens, com poucas tendo mais de 40 anos. As diferenças geracionais impactavam seus interesses na integração social. Mulheres mais velhas, especialmente aquelas com filhos maiores ou já na terceira idade, demonstraram maior preocupação com suas filhas do que consigo mesmas. Essas também tinham menor engajamento em aprender o idioma local e interagir com outras mulheres. Embora a instituição ofereça aulas e alimentação diárias, ela não intervém diretamente na resolução de problemas específicos, na organização de trabalhos coletivos baseados na interdependência ou autonomia social.

Ao iniciar as atividades, foi possível perceber o potencial de construção comunitária entre as mulheres atendidas na instituição;



assim, essas iniciativas poderiam ser úteis para superar alguns estressores associados à migração forçada, como o enfrentamento do isolamento social e a criação de novas redes de amizade, trocas e união.

O gênero é um marcador importante nos debates migratórios e acrescido quando relacionado à xenofobia no caso das mulheres muçulmanas que usam niqab, hijab ou xador em que há a retratação tendenciosa e contraditória, uma vez que são alvo de ataques racistas e orientalistas, mas também são colocadas como objetos a serem salvos de "homens e culturas patriarcais de uma fé retrógrada" (Tariq Amin-Khan, 2012).

Ao chegarem em um território novo como o Brasil, em que a cultura e a religião hegemônica são cristãs, atualmente polarizadas em políticas e alianças identitárias, passar por estratégias de sobrevivência na qual recaem sobre elas o olhar orientalista é algo que estas mulheres estão experienciando pela primeira vez. Durante o período de trabalho, ouvimos relatos de terem sido enganadas por brasileiros, de lhes roubarem dinheiro e/ou as difamarem, dentro de uma lógica que pode atravessar questões econômicas, mas também das representações e seus preconceitos, como as do "imigrante-ignorante", do "muçulmano-violento" ou do "árabe-rico", entre outros que surgiram em seus comentários. A discriminação regada pelo olhar orientalista dentro de uma islamofobia importada é algo que precisa de maior desenvolvimento no mundo atual, mas especificamente no Brasil, em que este debate está defasado e pouco contextualizado.

ORIENTALISMO E NEO-ORIENTALISMOS

Para falar de representações orientalistas e controle de narrativa, um ponto fundamental é entender como sociedades ocidentais interpretam e reproduzem estereótipos e/ou estigmas de sociedades pertencentes ao "Oriente". Edward Said, professor e crítico literário



palestino, em sua obra *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente* (2003), aponta que o conceito de "Oriente" não é uma entidade geográfica ou cultural fixa, mas uma construção ideológica criada pelo Ocidente para justificar e consolidar suas práticas coloniais e imperialistas no século XIX.

A colonização, como aponta Said, não se limitou à violência física ou militar, mas se aprofundou nas esferas intelectuais e culturais, especialmente por meio da literatura, sociologia e antropologia, que moldaram a percepção do "Outro". O Ocidente, ao se posicionar como superior e civilizado, construiu o referencial de "Oriente" como misterioso, primitivo, perigoso e caótico, contrastando com sua própria civilidade. Esse estereótipo foi fundamental para justificar a dominação colonial, sustentada pela ideia de que o Oriente precisava ser "civilizado" por meio de um projeto de modernidade ocidental centrado no progresso, na racionalidade e no desenvolvimento científico.

Desde o século XIX, o discurso orientalista associou o Ocidente à razão e ao desenvolvimento, enquanto o Oriente foi retratado como atrasado e irracional. Essa narrativa, consolidada na literatura, no entretenimento de massa e nos currículos escolares, não apenas reforçou estereótipos criados no período colonial, mas também perpetuou relações de poder desiguais, moldando a visão do Oriente até os dias atuais.

Em contextos institucionalmente ocidentalizados, culturas diversas e internamente heterogêneas são frequentemente diminuídas a categorias simplistas, como "africanos", "árabes", "latinos" ou "asiáticos". Essas nomenclaturas ignoram suas inerentes pluralidades, como também suas especificidades culturais, riquezas científicas, linguísticas, históricas e sociais, ao mesmo tempo em que negam a eles os mesmos níveis de autorrepresentação em esferas globais. Esse reducionismo cultural serviu a uma necessidade estratégica de justificar a expansão capitalista e o controle imperialista, muitas vezes exercido por meios "brandos", como o controle do conhecimento e da narrativa.



Ao impor representações fixas e unidimensionais, esse projeto colonialista serve como uma justificativa ideológica de característica civilizatória para a exploração de territórios, recursos e pessoas, enquanto marginaliza vozes que contestam essas narrativas. A perpetuação desses estereótipos reforça a dominação ocidental, mesmo em um mundo teoricamente pós-colonial, e ajuda a impedir que demais culturas ocupem espaços de protagonismo no cenário global.

O orientalismo é um conceito que se adapta ao contexto histórico e temporal, abrangendo diversas formas de crítica. Após a Segunda Guerra Mundial, com o declínio das potências coloniais europeias, os Estados Unidos emergiram como a nova superpotência, assumindo um papel dominante na geopolítica mundial, especialmente no Oriente Médio, onde consolidaram sua influência por meio do controle do petróleo e da criação de Israel em 1948. No século XXI, a centralização do poder e da narrativa nos Estados Unidos transformou-se no que se conhece como neo-orientalismo, com a formulação de um novo discurso contemporâneo, geralmente alinhado com Israel e a causa sionista, amplificado após os ataques de 11 de setembro de 2001 (Salim Kerboua, 2016).

O neo-orientalismo que o pesquisador Salim Kerboua (2016) menciona é caracterizado por uma rede de intelectuais, especialistas e figuras públicas ocidentais que difundem uma visão essencialista do Islã e das sociedades muçulmanas, com um enfoque maniqueísta que intensifica a polarização entre o Ocidente e o Oriente. As análises sobre o Oriente Médio, muitas vezes distorcidas e reducionistas, ignoram a diversidade de debates dentro do mundo muçulmano e criam cortinas de fumaça em questões cruciais como o conflito palestino e as origens do crescente fanatismo religioso. Essa visão simplificada impede um entendimento mais profundo das complexas realidades islâmicas e exclui qualquer possibilidade de diálogo intercultural. O neo-orientalismo, impulsionado pela ideia do "choque de civilizações" de Huntington e pela Guerra ao Terror, contribui para a construção de um cenário de confronto entre civilizações, em vez de promover uma análise crítica e objetiva das sociedades muçulmanas e suas dinâmicas internas.

SUMÁRIO



ISLAMOFOBIA NO BRASIL

A islamofobia refere-se ao preconceito, à discriminação e à hostilidade direcionados aos muçulmanos e à religião islâmica. Esse fenômeno tem crescido globalmente por meio do jornalismo tendencioso e sensacionalista, influenciado por fatores locais e internacionais, como o aumento do discurso anti-islâmico e a intensificação das narrativas xenofóbicas advindas de países ocidentais. No Brasil, apesar de ser um país tradicionalmente acolhedor, a integração de refugiados muçulmanos enfrenta desafios específicos, como referenciais negativos, estereótipos, desinformação e influência de eventos internacionais, como ataques cometidos por extremistas islâmicos que contribuem para a perpetuação desse preconceito, afetando especialmente mulheres muçulmanas.

A islamofobia no Brasil manifesta-se de diversas formas, como discriminação no mercado de trabalho, violência verbal e física, e dificuldades nas interações sociais. A pesquisadora Francirosy Campos Barbosa (2022) aponta que a islamofobia pode ser vista sob três prismas: racismo, xenofobia e intolerância religiosa, com ênfase nas questões de classe social e gênero. Enquanto homens muçulmanos enfrentam menos visibilidade em relação à islamofobia, as mulheres são as mais vulneráveis, frequentemente sofrendo agressões físicas, sexualização e perda de oportunidades, principalmente se forem mulheres trabalhadoras e que utilizam transportes públicos.

Para a pesquisadora, a islamofobia global é impulsionada por quatro fatores principais: a supremacia branca/protestante; a xenofobia; os orientalismos europeu e americano; e o imperialismo dos Estados Unidos em países islâmicos. O pós-11 de setembro exacerbou essa visão do muçulmano como inimigo do Ocidente, alimentando a ideia de uma "ameaça verde" associada ao Islã.



Com isso, os refugiados muçulmanos que chegam ao Brasil enfrentam dificuldades significativas, como a falta de compreensão cultural e a escassez de apoio institucional sensível às suas necessidades específicas. A discriminação pode agravar traumas preexistentes, intensificando o ciclo de exclusão. Para melhorar sua integração, é crucial investir em educação e conscientização, promovendo a compreensão cultural e a diversidade religiosa. Além disso, o diálogo inter-religioso e a colaboração entre ONGs, governo e comunidades locais são fundamentais para criar um ambiente mais inclusivo e acolhedor.

A INTEGRAÇÃO SOCIAL DA DIFERENÇA EM TEMPOS DE ASCENSÃO DA EXTREMA-DIREITA

No discurso contra a imigração, a xenofobia e o racismo ocupam um lugar central na ideologia da extrema-direita contemporânea, sendo usados como ferramentas para explorar medos culturais, econômicos e sociais, ao mesmo tempo em que incentivam a polarização e o nacionalismo. Esse fenômeno emerge como uma reação às complexidades e incertezas econômicas do mundo atual, representando uma tentativa de resistência às mudanças globais e às instituições estabelecidas. O impacto desse discurso é profundo, afeta e influencia políticas em diversas partes do mundo e impacta a vida de milhões de imigrantes e cidadãos.

A pauta de imigração, somada ao discurso orientalista, tem uma influência no pensamento e na retórica da extrema-direita ao reforçar estereótipos negativos sobre imigrantes com base em raça, religião ou nacionalidade, pois a ideologia deste grupo legitima políticas discriminatórias e cria um ambiente de intolerância.



O orientalismo, nesse contexto, é frequentemente usado para reforçar ideologias de exclusão e nacionalismo, associando essas populações a uma ameaça à identidade e aos valores ocidentais. Esse discurso é fortalecido por um processo de "securitização racial", que se consolidou nas sociedades ocidentais dentro do projeto de modernidade, criando um clima de "segurança" que expande o poder militar e industrial, racializando certas comunidades com a justificativa de um aumento da vigilância sobre determinados grupos. Ou seja, manufaturando novas camadas de hierarquias étnico-raciais, polarizando o Outro em uma diferença simbólica de aversão e perigo, retomando justificativas de controle de ameaças e contaminação. O medo do Islã militante, promovido por parte da extrema-direita, é uma das formas mais comuns de propagação do medo e da xenofobia, com a ideia de um "perigo islâmico" que coloca em risco a liberdade, a democracia e os valores da Europa e do Ocidente. Essa visão distorcida e alarmista ignora as complexidades culturais e sociais históricas, propagando estereótipos e preconceitos que reforçam uma política de exclusão e discriminação (Amin-Khan, 2012).

Esse fenômeno pode ser analisado a partir de várias perspectivas. Primeiramente, a extrema-direita, com frequência, usa a imigração como uma ferramenta para reforçar identidades nacionais, em contrapartida ao multiculturalismo e, ao mesmo tempo, se opor às políticas multilaterais e de cooperação internacional. A retórica anti-imigração alega que as políticas de acolhimento e fronteiras abertas ameaçam a soberania nacional e a segurança interna, criando uma narrativa de que as elites manipulam essas políticas para seus próprios interesses. Isso se conecta ao nacionalismo fundamentalista, que visa retornar a uma identidade purificada com um discurso higienizador e que desconsidera a atual interconexão econômica global.

Ao tentar criminalizar a migração, governos com características totalitárias utilizam estratégias em benefício próprio, usando como bode expiatório grupos minoritários e/ou marginalizados. Como, apesar de diversos estudos e evidências que desmentem esta alegação,



governos de extrema-direita vêm responsabilizando imigrantes pelo aumento da criminalidade para justificar políticas mais rígidas de controle de fronteiras e deportação. Outro ponto importante é a exploração dos desafios econômicos que a imigração pode trazer. Esse modelo extremista argumenta que imigrantes competem por empregos, sobrecarregam os sistemas de bem-estar social e pressionam os recursos públicos. No entanto, esse argumento ignora que a migração muitas vezes sustenta setores da economia que dependem desta mão de obra, um fator essencial para as elites e as hegemonias globais.

A retórica anti-imigração também se insere no contexto de um populismo em ascensão. A extrema-direita se apresenta como a voz do "povo", afirmando que defende os interesses das classes populares contra as elites corruptas. Ao fomentar a polarização social, criam um forte contraste do discurso populista entre "nós" versus "eles" que mobiliza eleitores em torno de uma agenda comum contra um inimigo externo e mítico. Essa polarização não apenas fortalece a base eleitoral, mas também desvia a atenção de questões internas, como desigualdades econômicas e crises sociais, muitas vezes decorrentes de projetos neoliberais, que poderiam ser mais difíceis de lidar com um discurso mais inclusivo e pragmático.

No cenário global, movimentos e partidos da extrema-direita europeus têm adotado essa retórica anti-imigração como uma estratégia central, como o partido Alternativa para a Alemanha (AfD), a Liga na Itália e do National Rally na França. Esses partidos utilizam discursos para fortalecer suas bases políticas e influenciar as políticas públicas, o que tem gerado resultados concretos, como leis mais restritivas, práticas de controle de fronteiras mais severas e um clima social cada vez mais hostil. Um exemplo mais explícito sobre o peso das narrativas foi o ataque sofrido por Donald Trump, em 2024, enquanto discutia políticas migratórias, coincidentemente, já que este líder mundial propaga a ideia de insegurança proveniente de migrantes. Esta retórica, ao fomentar o medo e a exclusão, tem consequências reais, não apenas no debate político, mas também nas leis e práticas que afetam a vida cotidiana de imigrantes e cidadãos ao redor do mundo.



Para finalizar, como explicado ao longo do texto, um discurso bem-fabricado coloniza não somente via imposição, mas também via construção do imaginário coletivo e coercitivo. Somos todos testemunhas do fortalecimento da extrema-direita em nossos territórios; portanto, o que vamos fazer sobre isso?

REFERÊNCIAS

AMIN-KHAN, Tariq. New Orientalism, Securitisation and the Western Media's Incendiary Racism. **Third World Quarterly**, v. 33, n. 9, p. 1595–1610, 2012.

ARENDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1951.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 1994.

BARBOSA, Francirosy Campos (Coord.). **Relatório de Islamofobia no Brasil**. São Bernardo do Campo, SP: Ambigrama, 2022. Disponível em: https://worldmigrationreport.iom.int/msite/wmr-2024-interactive/. Acesso em: 17 jan. 2025.

DANTAS, Sylvia Duarte (org.). **Diálogos interculturais**: reflexões interdisciplinares e intervenções psicossociais. São Paulo, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2012.

KERBOUA, Salim. From Orientalism to neo-Orientalism: Early and contemporary constructions of Islam and the Muslim world. Intellectual Discourse. **Kuala Lumpur**, v. 24, n. 1, p. 7–34, 2016. Disponível em: https://www.iium.edu.my/intdiscourse. Acesso em: 14 jan. 2025.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. São Paulo: Editora Record, 2000.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão**: guerra e democracia na era do império. São Paulo: Editora Record, 2004.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e consequências. São Paulo: Editora Annablume, 2003.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre a origem da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE – ILO. **Global Estimates on International Migrant Workers – Results and Methodology**. 3 ed. Geneva: ILO, 2021.

PRASHAD, Vijay. As riquezas ignoradas do trabalho dos imigrantes. **Outras Vidas**, 2024a. Disponível em: https://outraspalavras.net/outrasmidias/as-riquezas-ignoradas-do-trabalho-dos-imigrantes/. Acesso em: 12 jan. 2025.

PRASHAD, Vijay. Os trabalhadores migrantes geram riqueza para o mundo. **Revista Opera**, 2024b. Disponível em: https://revistaopera.operamundi.uol.com.br/2024/06/09/vijay-prashad-os-trabalhadores-migrantes-geram-riqueza-para-o-mundo/. Acesso em: 12 jan. 2025.

PRASHAD, Vijay. Três novos tipos de refugiados em um mundo de migrantes. **Brasil de Fato**, 2024. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2024/09/09/tres-novos-tipos-de-refugiados-em-um-mundo-de-migrantes. Acesso em: 11 jan. 2025.

SAID, Edward. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SAID, Edward. **Orientalismo**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SUMÁRIO



Luciana V Almada

"NOS SACARON TODO, NOS SACARON HASTA LA CALLE...".

DISCUSIONES SOBRE TRABAJO SEXUAL Y SU RECONOCIMIENTO EN ARGENTINA

RESUMEN:

El trabajo sexual existe y, aunque no es reconocido por el Estado, sí lo es por el mercado y por las fuerzas de seguridad. Abordaremos una polémica que no pierde novedad para los feminismos y los derechos humanos. Proponemos un recorrido situado a partir de la experiencia de la Red por el Reconocimiento del Trabajo Sexual - Argentina (RRTS-Argentina), compartiendo dos debates interconectados: el (no) reconocimiento del trabajo sexual y el hostigamiento policial recibido por les compañeres en Mar del Plata a partir del 2022.

Palabras clave: *trabajo sexual; RRTS-Argentina; políticas sexuales; reconocimiento; nuevas derechas.*

RESUMO:

O trabalho sexual existe e, embora não seja reconhecido pelo Estado, é reconhecido pelo mercado e pelas forças de segurança. Abordaremos uma controvérsia que permanece relevante para o feminismo e os direitos humanos. Propomos um percorrido a partir da experiência da *Red por el Reconocimiento del Trabajo Sexual* - Argentina (RRTS-Argentina), compartilhando dois debates interligados: o (não) reconhecimento do trabalho sexual e o assédio policial sofrido por nossas colegas em Mar del Plata a partir de 2022.

Palavras-chave: trabalho sexual; RRTS-Argentina; política sexual; reconhecimento; novos direitos.

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-480-3.20

ABSTRACT:

Sex work exists, and although it is not recognized by the state, the market and security forces recognize it. We will address a controversy that remains relevant to feminism and human rights. We propose a tour based on the experience of the Red por el Reconocimiento del Trabajo Sexual - Argentina (RRTS-Argentina), sharing two interconnected debates: the (non) recognition of sex work and the police harassment experienced by our colleagues in Mar del Plata since 2022.

Keywords: *Sex work; RRTS-Argentina; Sexual politics; Recognition; New rights.*



> Para mí, lo importante no es ofrecer una esperanza específica de progreso sino, al presentar una realidad alternativa imaginada pero convincente, sacudir mi mente, y también la mente del lector, a fin de que ambos abandonemos la costumbre perezosa y timorata de pensar que la manera en que vivimos ahora es la única manera en que se puede vivir. Esta inercia es lo que permite que no se cuestionen las instituciones injustas.
>
> *La historia sin fin*
>
> Úrsula K. Le Guin (2021, párr. 45)

Tal como suele suceder con el paso del tiempo y con la contaminación provocada por (y en) los intercambios, el resultado de este texto es deudor no solo de la propuesta original que se presentó para el Grupo de trabajo (GT) titulado "¿Qué futuro(s) y para qué territorios? Debates y desafíos de los activismos feministas dentro de las ciudades en la región sur latinoamericana" del *Seminário Internacional Fazendo Gênero 13 contra o fim do mundo: anti-colonialismo, anti-fascismo e justiça climática*, sino que fue reformulado a partir de conversaciones de (y con) los activismos que interfieren en el relato, así como por los propios debates que tuvimos esos días del 2024 en la Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), cruzando las lenguas, las preguntas, las imágenes y las experiencias



de nuestros sures. Además, lo que iba a ser un artículo viró en un ensayo, ya que no habrá conclusiones o respuestas cerradas, sino una suerte de puntas de ovillo a des-enredar.

Como toda investigación que intenta co-construir conocimiento con y dentro de las comunidades (sexuales marginalizadas, en este caso específico), en ese cruce siempre complejo que pretende romper con los binarismos/binomios y las separaciones producto del orden social en el que hemos crecido, en ese 'entre' que se dibuja cuando hablamos de activismo y academia, el GT nos invitaba a repensar algunas de las estrategias que nos damos para vivir (juntes en) este tiempo, y nos encontró conversando respecto de los sentidos comunes, algunos inclusive de las propias categorías teóricas y analíticas que sustentan nuestras lecturas: desde repensar los sentidos que circulan al hablar del espacio público hasta recuperar el afecto y la ternura como motores para la transformación política del mundo que habitamos. Recuperar las voces de les protagonistas, cartografiar las narrativas vivas que le dan cuerpo a las investigaciones e intervenciones en nuestros territorios, hacer de las memorias y la experiencia un campo de saber válido, objetivo e indispensable, fueron algunas de las múltiples formas que los textos exploraron. Por eso mismo, el resultado es un ensayo en progreso, un devenir de pensamientos y, esperamos, un inicio de intercambios futuros entre quienes nos (re)conocimos en las jornadas compartidas.

Partimos de un postulado: el trabajo sexual existe. Sin embargo, es un trabajo no reconocido por el Estado, pero sí por el mercado y por las fuerzas de seguridad. Abordaremos algunas imágenes de un debate que no pierde novedad para los feminismos contemporáneos y para los derechos humanos, en un marco de nuevas (y antiguas) formas en las que las derechas, los fascismos y conservadurismos como conceptos quedan obsoletos ante la velocidad actual. Esta discusión es urgente si queremos, tal como nos sugiere Úrsula K. Le Guin (2021), imaginar que podemos alcanzar la justicia y la libertad o, al menos, presentar una realidad alternativa, imaginada pero convincente.



¿Es posible el desafío de imaginarnos un futuro menos injusto?; ¿cómo nos pensamos tramando algo conjunto en un escenario tan hostil, inclusive hacia dentro de los feminismos?; ¿qué articulaciones teórico-prácticas creamos para la re-existencia juntes?; ¿cómo encontrar modos antipunitivistas, anticolonialistas, antirracistas y antifascistas que tengan en cuenta las múltiples intersecciones/interseccionalidades que habitamos? Proponemos un recorrido local, situado, desde los márgenes y los sures, a partir de la experiencia colectiva y compartida de quienes hacemos complicidad hacia dentro (y fuera) de la Red por el Reconocimiento del Trabajo Sexual (RRTS) de Argentina. Para ello, compartimos dos debates que se conectan en un hecho concreto del 2022: el (no) reconocimiento del trabajo sexual y el hostigamiento policial recibido por les compañeres en Mar del Plata.

> No nos podemos rendir a la narrativa del fin del mundo que nos tiene asombrades, porque ella sirve para hacernos desistir de nuestros sueños, y dentro de nuestros sueños está la memoria de la Tierra y de nuestros ancestros.
>
> *Futuro Ancestral*
>
> Ailton Krenak (2022, p. 37)

El texto que sigue tiene que ver con preguntas 'novedosas' en torno a la dupla, ya harto analizada, entre trabajo y sexo-sexualidad: la pregunta por el espacio público en nuestras ciudades, por quiénes pueden/mos habitarlo, trabajarlo y/o caminarlo libremente, ¿de quién/es es la ciudad? Y cuando hablamos de novedad en plural es porque quienes hacemos parte de la RRTS hemos abordado desde diversas aristas 'la problemática', pero de un tiempo a esta parte, la espacialidad, la geografía y el urbanismo (feminista) se nos han planteado como un eje clave a indagar. De allí que nos encontremos conversando con expertes en esta otra área para aprender estrategias y compartir algunas intuiciones.



Durante el año 2022, el Municipio de Mar del Plata, una ciudad turística de la Argentina, famosa por sus playas y teatros, decidió restringir la zona de circulación y trabajo de les trabajadores sexuales callejeres que desarrollaban su actividad en espacios céntricos de la ciudad. Al tiempo que, de hecho, reconoció la existencia del trabajo sexual mediante la Ordenanza Municipal 25590/2022 promulgada por el Concejo Deliberante, la cual determinó que este oficio solo podía ser ejercido/ofrecido en una zona alejada del centro de la ciudad, a unos 10 kilómetros, próxima a dos cementerios y a un basural. Es decir, al tiempo que el Estado decide negar y marginar la actividad, la reconoce como una rama productiva del mercado y la regula; crea normativas y legislaciones para una profesión que, sin embargo, no puede ser registrada formalmente (no existen leyes ni normativas que reconozcan el trabajo sexual como trabajo en todo el territorio nacional). Este hecho nos obligó a tomar una mirada que se preguntara por el derecho a la ciudad y la imposibilidad de habitar la calle para algunas personas. Afinar la palabra y redoblar la apuesta: no solo preguntarnos por el derecho sobre nuestros propios cuerpos y deseos, sino también respecto de dónde pueden estar y transitar determinados cuerpos, qué territorios nos pertenecen y cuáles nos son negados.

Oponiéndose a esta decisión del gobierno local, algunes de les trabajadores sexuales nucleades en la RRTS organizaron una amplia campaña que incluyó actividades, notas periodísticas, confección de pancartas, afiches, posters, *flyers*, placas para redes sociales, por citar solo algunas manifestaciones, además de la presencia física afuera del Concejo. En el marco de la campaña mencionada, hubo tres consignas principales: "Somos putas, queremos trabajar", "Caminar no es delito" y "No me saques de mi esquina para que limpie tu cocina". En otros textos, hemos explorado los sentidos que encierran las consignas políticas que contienen dichas frases vueltas cartelería, vinculando esta disputa con reclamos y procesos históricos por el reconocimiento del trabajo sexual, que se actualizan



bastante seguido en nuestro país (Luciana Almada, Liliana Pereyra y Juan Manuel Burgos, 2024). Sin embargo, en esta ocasión, queremos cuestionarnos respecto del espacio público como espacio a ganar y/o habitar y las nociones de espacialidad que se ponen en juego a la hora de 'zonificar' el trabajo sexual callejero.

La cita que encabeza el título pertenece a La Gigi, Victoria Banks, une de les compañeres con quienes hacemos la RRTS, quien durante el 2022 y 2023 estaba viviendo en Mar del Plata, lugar donde se sucedieron los hechos. Es importante aclarar que la RRTS es un espacio que, como su nombre lo indica, funciona como una plataforma de acción política de alcance nacional que nuclea a trabajadores sexuales de diversas edades y modalidades de ejercicio, como así también a una amplia gama de profesionales, investigadores y trabajadores autónomes y de la economía popular. Somos cómplices, como elegimos llamarnos, que luchamos por el reconocimiento del trabajo sexual como trabajo, entre los objetivos principales, y llevamos adelante diversas acciones conforme a las demandas del contexto. No somos una asociación ni organización formal ni estamos financiades por ningún órgano estatal o extragubernamental. Aunque hemos tenido acceso a financiamientos internacionales en algunos períodos, actualmente nos encontramos, como gran parte de los espacios colectivos y comunitarios, atravesando una fuerte crisis social, económica y afectiva, podríamos decir, que nos empuja a estar más en la reacción, que en la posibilidad de imaginar más allá de la resistencia diaria al avasallamiento de nuestros derechos. Como RRTS, hemos tenido incidencia en diversas provincias de Argentina, donde les referentes cuentan con redes de sostenibilidad de compañeres trabajadores sexuales y aliades para la realización de actividades y para hacer frente al estigma social, uno de los puntos más complejos para abordar y dar 'solución'. Tales acciones se desarrollan en base a la experiencia y la posibilidad de cada lugar, ya que hablamos de un territorio que no solo es amplio geográficamente, sino que también presenta una inmensa diversidad. Por ejemplo,



no es lo mismo la participación en la organización de la Marcha del Orgullo que la organización de un taller de formación interna entre y para trabajadores sexuales con el objetivo de conversar sobre afectos y violencias dentro del colectivo o en el ejercicio de la profesión. Obviamente esta variación también se intensifica conforme a las regiones de las que estemos hablando, a las edades de les compañeres que estemos invitando, a las personas de la sociedad civil que se hayan convidado a participar, entre otras cuestiones a valorar caso por caso.

Dos son los ejes y/o problemas que compartimos en las jornadas del Simposio: el (no) reconocimiento del trabajo sexual y el hostigamiento policial recibido por les compañeres en Mar del Plata. Las actividades que realizamos para hacerles frente, en sus potencialidades y logros, pero también en los fracasos y las fallas, hacen parte de las estrategias conjuntas de pensar y actuar que queremos tramar con otres. Como dijimos líneas arriba, son temáticas que se actualizan, que son históricas, pero que se van modificando a medida que se sostienen en el tiempo. Tal como decía otra compañera, "conseguimos tan poco al lado de lo que nos sacaron"; y también se repetía en las conversaciones: "no hay nada asegurado". En este sentido, nos interpelaban algunos interrogantes que se desprendían de estos intercambios: ¿cómo se construye un rechazo colectivo a políticas conservadoras y de derecha si tenemos que pedirles que por favor no nos maten, si tenemos que hablar en 'su lengua' para ser escuchades?; ¿cómo nos pensamos tramando en conjunto algo en un escenario tan hostil, con vecines que nos desconocen como ciudadanes y con feminismos/tas que eligen hablar en nuestro nombre?; ¿qué sentidos de democracia podemos defender en nuestra región?; ¿qué garantiza el Estado?; ¿qué lugar ocupa el mercado?; ¿qué articulaciones teórico-prácticas creamos para la re-existencia?; ¿cómo encontrar modos por fuera del lenguaje penal y punitivo para dirimir las disputas por el derecho a la ciudad, al tránsito, al trabajo y al disfrute del espacio público?; ¿qué cuerpes pueden/deben/



desean-mos seguir luchando día a día contra las fuerzas represivas del Estado? Al mismo tiempo, y casi como un llamamiento a la acción directa, la misma Gigi arremetía: "Si ya nos sacaron todo, entonces ya no hay nada para temer, porque no tienen nada para sacarnos. Solo nos queda seguir luchando". En contextos tan crueles como los actuales, parece difícil imaginar otro mundo posible, pero podemos seguir el consejo de Úrsula K. Le Guin (2021) y apostar por no sentirnos cómodes con estas formas que parecen ser las únicas.

> Las políticas de control de la sexualidad esconden la intención de aleccionar a las *desviadas* y de controlar que esa *desviación* no llegue al resto. Por eso la prohibición, el control punitivo, la limpieza del espacio público, la gentrificación de las grandes ciudades refleja la criminalización de la pobreza, porque lo que jode aún más, en el terreno del trabajo sexual, son los cuerpos de pieles oscuras, de los sectores populares, no hegemónicos, que no solo no entran en los estándares de la belleza sino que cargan con el estigma de ser sujetos de la peligrosidad.
>
> *Puta feminista. Historias de una trabajadora sexual*
>
> Georgina Orellano
>
> (2022, p. 163-164)

Respecto del reconocimiento del trabajo sexual como trabajo, es necesario decir que escapa a este ensayo la discusión moral en torno a qué puede considerarse un trabajo 'digno', por un lado, y el debate respecto de la libertad sexual y/o romantización del sexo. Nos interesa hacer foco en los derechos laborales que son negados a un colectivo de les trabajadores de la economía popular, que ve restringida su capacidad de ejercicio y que no encuentra respuestas del Estado, pese a los años de lucha y organización sindical en nuestro país. Desde el año 2020, cuando se lanzó una campaña que llevaba por consigna "Trabajo sexual es trabajo, negarlo es violencia", que fue replicada en diversos lugares de la región latinoamericana, los pañuelos rojos se volvieron una de las insignias y de las estrategias de visibilización más extendidas.



Ese mismo año, un hecho clave tuvo lugar en Argentina que sirve de muestra de lo que venimos planteando: una mañana de un domingo de junio, en plena pandemia por el COVID-19, el Ministerio de Desarrollo Social dispuso la incorporación del trabajo sexual dentro de las ocupaciones alcanzadas por el Registro Nacional de Trabajadores de la Economía Popular (ReNaTEP), inclusión que hacía posible percibir el Ingreso Familiar de Emergencia (IFE), un instrumento destinado a paliar los efectos de la pandemia en las economías domésticas. El punto decisivo en este proceso fue que, unas pocas horas después de la incorporación del trabajo sexual en el ReNaTEP, este mismo fue dado de baja: "Nuestra categoría se quitó del registro. Y como lo que no se nombra, no existe, las putas seguimos siendo inexistentes", dice Georgina Orellano en un texto titulado "Puteo, luego existo" (2022, p. 202), donde relata brevemente cómo, en un par de horas, una vez más, se dejó afuera de la discusión al grupo involucrado, un sector afectado de manera diferencial por la pandemia que nuevamente no fue escuchado, consultado ni llamado a compartir su experticia. ¿Qué voces son tenidas en cuenta para las políticas públicas? ¿Acaso no es una deuda, además de los gobiernos de turno, de los feminismos? Algo de esto reflexionaba Marta Dillon (2020) en "Las 12", el suplemento de *Página 12*:

> Es picante el debate, sobre todo porque no se trata cruzar argumentos, se trata de cuerpos concretos, de experiencias concretas que no pueden superponerse unas sobre otras. Escándalo es negar existencia a quien no quiere, no se reconoce en el lugar de la pura víctima. Escándalo es que ese registro de la economía informal siga cerrado mientras se elucubran modos de exclusión de algunas en nombre de un pacto moral-sexual que sigue diseccionando nuestros cuerpos, escribiendo instrucciones sobre ellos, exigiéndonos al mismo tiempo sacrificios y sonrisas, obturando nuestros deseos, nuestras decisiones, nuestra resistencia y nuestra autonomía. (párr. 15)



La protección colectiva es una de las principales razones que impulsaron la sindicalización de les trabajadores sexuales en Argentina hace casi treinta años. La violencia ejercida por la policía resultaba moneda corriente, y la forma elegida para denunciarla y desarticularla fue la organización. A ese primigenio objetivo, le fueron sucediendo otros que hoy se resumen en el lema citado líneas arriba: "Trabajo sexual es trabajo, negarlo es violencia". El reclamo hoy es por la despenalización y por el reconocimiento de los/nuestres derechos laborales, pero para conseguirlo necesitamos un reconocimiento previo: el de les trabajadores sexuales como actores políticos, como articuladores de sus propias demandas y como voces legitimadas, como ciudadanes con derechos, vecines como 'cualquier otre'. El hostigamiento policial a les trabajadores sexuales en el territorio nacional, como segundo eje de este ensayo, puede verse de forma más que gráfica con la situación que traemos de Mar del Plata, aunque no exclusivamente. En diversos territorios del país, las fuerzas policiales no están dejando trabajar a les compañeres en la calle, ya que les vecines realizan denuncias por supuesta venta de droga o disturbios en la vía pública o escándalo, cualquier excusa es válida para 'correr' a les chiques de las esquinas. La realidad es que les detienen por ser migrantes, por su color de piel, por la sospecha, por estar en donde no se supone que debe estar una mujer o una persona trans durante la noche. Les molestan en su turno o les dicen que es 'estadística', les sacan una foto, alertan a la seguridad ciudadana o les agreden verbalmente.

La policía marplatense, en alianza con vecines y el municipio mediante la ordenanza nombrada, ha desplazado a les compañeres hacia las afueras de la ciudad, en una zona peligrosa. Esta imagen evidencia a las claras la diferencia entre quienes son/somos ciudadanes, y quienes no tienen/tenemos derechos en esta sociedad. "Seccionan a la población entre vecines y otres, que solo podemos ser putes, trabajadores sexuales, pero, ¿acaso no son/somos vecines también?"; "Porque nosotres tenemos que, cuando ver [sic] a la policía y agentes municipales, tenemos que salir corriendo abajo



de un árbol, debajo de un coche, ¿a dónde hemos llegado? Hemos retrocedido 20 años atrás". Así lo relataban les compañeres en las entrevistas televisivas que fueron realizadas a lo largo de la disputa por la relocalización de la zona roja. Una reubicación que, por otro lado, no funciona, porque los lugares de trabajo 'originales' se mantienen, pero de forma encubierta, de modo que les trabajadores se ven expuestes a mayor peligro y daño. A este tipo de violencia específica, que ya estaba sucediendo pero que se vio recrudecida con el aumento de patrulleros y el cuerpo a cuerpo de la batalla entre putes y policías, se le suma el ensañamiento que se ejerce producto de la clandestinización y precarización de la actividad por fuera de cualquier respaldo estatal y/o legal. El aumento de la agresividad en general y la falta de recursos del sector se convierten en una combinación letal, ya que, a cambio de un extra de dinero, les compañeres acceden a prácticas peligrosas o se ven expuestes a mayores amenazas en la vida cotidiana. Si a ello le sumamos el estigma social que pesa sobre la profesión, nos damos cuenta de que es indispensable buscar herramientas que nos ayuden a mejorar la calidad de vida, pero ello parece ser una tarea imposible, cuando la única lucha inmediata es la supervivencia diaria: poder 'estar parades' y no ser detenides por la policía.

> Y si es que NADIE NACE PARA PUTA, pues entonces, NOS HACEMOS PUTAS EN EL CAMINO, y eso no nos tiene que avergonzar, ya que no nos paramos desde la victimización, desde donde siempre el opresor se ve más grande. Nosotras nos paramos desde la organización, desde la dignidad de las personas y lo hermoso de luchar por ella.
>
> "Las trabajadoras sexuales también somos mujeres trabajadoras - AMMAR Córdoba"
>
> Eugenia Aravena; Patricia Figueroa; Blanca Mendoza; Rosario Suárez; María Giménez (2016, p. 42)



Durante el intercambio en las Jornadas del *Fazendo Gênero 13*, mostramos los carteles con las tres consignas antes mencionadas ("Caminar no es delito"; "Somos putas, queremos trabajar" y "No me saques de mi esquina para que limpie tu cocina"), para volver sobre los ejes que proponíamos en el GT para las presentaciones. Como revelamos al inicio del ensayo, no vamos a presentar conclusiones y/o soluciones, por eso en este apartado dejaremos algunas observaciones e intuiciones.

Pensar el territorio de la ciudad de una forma que sea más dinámica es una de las sugerencias que recibimos de una de las colegas del Centro de Intercambio y Servicios para el Cono Sur - Argentina (CISCSA), organización de larga trayectoria en el urbanismo feminista. Volver a mirar el espacio como el resultado de una disputa de poder, que es mutable y que no dura para siempre, nos permite imaginar formas de habitar el espacio público, en la noche, por ejemplo, en una suerte de mapas o planos superpuestos, que no son los mismos cuando estamos bajo la luz del sol, cuando hay comercios abiertos ni que hablar cuando variamos entre espacios urbanos, periurbanos y/o rurales. La segregación espacial como categoría es, quizá, la más apropiada para pensar estos desplazamientos forzados de les trabajadores sexuales callejeres. En la disputa por el territorio, la sexualidad es un elemento que debe ser borrado, negado, ocultado de les ciudadanes 'de bien'. Además, se la asocia directamente con los negocios que deben estar ocultos por el intercambio de dinero, y con todo aquello que tiene carga valorativa negativa: lo peligroso, la droga, la noche, la basura, lo feo, la delincuencia (podríamos sumar la muerte, si agregamos el elemento del cementerio cercano en la contienda de Mar del Plata), todo puesto ahí en un combo, casi como si fueran lo mismo. La idea de que el territorio es algo no dado de antemano evidencia a las claras que no solo plasma las desigualdades, sino que las reproduce continuamente. Por si esto no fuera suficiente, en el trabajo sexual callejero se desdibujan las distancias entre el espacio de lo reproductivo y lo productivo, entre los bordes/paredes de lo público y lo privado. Situación que, además, es compartida por la gente que trabaja en la calle: naranjitas/cuidadores de autos, carreres, vendedores ambulantes, cartoneres, entre otres.



En este sentido, y respecto del urbanismo, vemos cómo las ciudades solo están pensadas para el tránsito/circulación entre la casa y el trabajo o para la recreación de algunes poques.

No logramos, en este ensayo, profundizar en otra línea de debate respecto de las diferencias entre hablar de 'espacio', más vinculado a la materialidad física y al uso, y de 'lugar', territorios cargados de significación, ya sea por las trayectorias vitales o por los hitos colectivos que hacen sentido en el propio espacio de la calle como territorio de disputa. Sin embargo, como se desprende de estas reflexiones, el derecho a la ciudad como batalla o consigna queda muy lejos de la imaginación de les trabajadores sexuales callejeres. La dicotomía entre lo público y lo privado queda vacía cuando las personas no tienen una casa propia o segura a donde volver o resguardarse (problemática que se vio agudizada en la pandemia por COVID-19, pero no exclusivamente), cuando el espacio público es el lugar de trabajo, cuando el peligro no puede ser asociado continuamente a los sitios donde se desarrolla mayoritariamente la profesión, cuando la noche es el tiempo del compartir con otres la sociabilidad o donde las barreras de lo productivo y lo reproductivo se ven, también, solapadas. Pensar si es segregación espacial, si es gentrificación o relocalización, deja de ser relevante en términos categóricos: tiene que ver con la distribución de y en las ciudades, con la 'limpieza' de sus calles, con una noción de 'moral y buenas costumbres' que divide entre castas la sociedad. ¿Cómo pensar lo público desterritorializado, cuando el espacio de la calle es su/nuestro espacio de sociabilidad, de vida, de encuentro, de afecto y de trabajo; pero también de violencia y desprotección? ¿Se soluciona sacando a les putes de la esquina para meterles/nos en la cocina? ¿Quiénes quieren une pute en su cocina?

Lo repetimos cada vez que podemos y/o compartimos con otres nuestra experiencia. Estas medidas que restringen la circulación de les cuerpes y parecen ofrecer soluciones mágicas en la 'simple reubicación' no apuntan solamente a les trabajadores sexuales: son formas de control social, políticas sexuales poblacionales totales, que pretenden marcar los límites de lo permitido y de lo que debe ser sancionado, repudiado y castigado, por la fuerza de la ley,

por la fuerza del estigma, por la fuerza policial, por las feministas 'del bien' que aún no logran escuchar la voz de les protagonistes. Es una problemática que nos debe interpelar como tejido social frente a la pregunta de cómo vivir todes juntes. La propuesta es pensar conjuntamente, no por separado, cómo es que nuestras vidas se encuentran en el espacio, en el lugar, en este tiempo (compartido): ya sea público, privado, de adentro o de afuera. Cómo volvemos más convincentes nuestros discursos, nuestras conversaciones y modos de argumentar con y contra quienes quieren silenciarnos o llevarnos a las afueras, como forasteres de nuestras propias ciudades.



REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMADA, Luciana; PEREYRA, Liliana; BURGOS, Juan Manuel. "En-tre(s)-vistas. Tres consignas para tres reflexiones sobre trabajo sexual". **Revista Uni(+di)versidad** (Publicación del Programa Universitario de Diversidad Sexual. Centro de Estudios Interdisciplinarios (CEI-UNR)), Rosario, n. 5, 2024. Disponible en https://puds.unr.edu.ar/?p=1164.

ARAVENA, Eugenia *et al*. "Las trabajadoras sexuales también somos mujeres trabajadoras - AMMAR Córdoba". En ARAVENA, Eugenia; PEREYRA, Liliana V.; SÁNCHEZ, Laura; VAGGIONE, Juan Marco (Comps.). **Parate en mi esquina.** *Aportes para el reconocimiento del trabajo sexual.* Córdoba: Editorial de la Facultad de Filosofía y Humanidades (UNC), 2016. 29-43.

DILLON, Marta. "El debate sobre el trabajo sexual. Se puso picante". **Página 12,** Ciudad de Buenos Aires, jun. 2020. Disponible en: https://www.pagina12.com.ar/271701-se-puso-picante. Acceso el 09/06/2025.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LE GUIN, Úrsula. "Una guerra sin fin. Algunos pensamientos, apuntados en distintos momentos, sobre la opresión, la revolución y la imaginación". **Revista Adynata,** Buenos Aires, 2021. Disponible en: https://www.revistaadynata.com/post/una-guerra-sin-fin-%C3%BArsula-k-le-guin. Acceso el 09/06/2025.

ORELLANO, Georgina. **Puta Feminista.** Historias de una trabajadora sexual. Buenos Aires: Sudamericana, 2022.



Lina Magalhães
Gláucia de Oliveira Assis

"ELAS SÃO MAIS DE CASA":
EXPERIÊNCIA LABORAL DAS MULHERES PARAGUAIAS (TRANS) FRONTEIRIÇAS-NACIONAIS

"THEY ARE MORE HOME-ORIENTED": WORK EXPERIENCE OF PARAGUAYAN (TRANS)BORDER-NATIONAL WOMEN

"ELLAS SON MÁS DE CASA": EXPERIENCIA LABORAL DE LAS MUJERES PARAGUAYAS (TRANS)FRONTERIZAS-NACIONALES

RESUMO:

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa doutoral que analisa como os sistemas de desigualdade de gênero vigentes em Foz do Iguaçu (Brasil) e Ciudad del Este (Paraguai) – e, logo, também nas cidades espanholas de Madrid e Barcelona – se incorporam e condicionam as trajetórias e experiências de habitar das mulheres paraguaias no trânsito nestas fronteiras, incidindo particularmente em quatro dimensões sociais da vida das mulheres e suas famílias: divisão genérica do trabalho nas famílias de origem, acesso das mulheres à educação, experiências laborais e relações afetivas. Aqui, nos debruçaremos sobre os impactos da imbricação dos sistemas de desigualdade de gênero transfronteiriços e transnacionais na experiência feminina do trabalho entre as fronteiras nacionais. Trata-se de pesquisa etnográfica, feminista e multisituada, que acompanhou as mulheres em seus trânsitos.

Palavras-chave: Desigualdade de gênero. Mercado de trabalho. Fronteira.

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-480-3.21

SUMÁRIO



ABSTRACT:

This study is the result of a doctoral research project that analyzes how existing gender inequality systems in Foz do Iguaçu (Brazil) and Ciudad del Este (Paraguay)—and consequently, in the Spanish cities of Madrid and Barcelona—are embodied and shape the trajectories and living experiences of Paraguayan women in transit across these borders. The analysis focuses particularly on four social dimensions of women's lives and their families: the gendered division of labor in their families of origin, women's access to education, labor experiences, and affective relationships. This study examines the impacts of the intersection between cross-border and transnational gender inequality systems on women's work experiences across national borders. It is a feminist, multisited ethnographic research project that closely followed women's movements and trajectories.

Keywords: *Gender inequality. Labor market. Border.*

RESUMEN:

El presente trabajo es resultado de una investigación doctoral que analiza cómo los sistemas de desigualdad de género vigentes en Foz do Iguaçu (Brasil) y Ciudad del Este (Paraguay) –y, por lo tanto, también en las ciudades españolas de Madrid y Barcelona– se incorporan y condicionan las trayectorias y experiencias de habitar de las mujeres paraguayas en tránsito por estas fronteras. El análisis incide particularmente en cuatro dimensiones sociales de la vida de las mujeres y sus familias: la división genérica del trabajo en sus familias de origen, el acceso de las mujeres a la educación, las experiencias laborales y las relaciones afectivas. En este estudio, nos enfocamos en los impactos de la imbricación de los sistemas de desigualdad de género transfronterizos y transnacionales en la experiencia femenina del trabajo entre las fronteras nacionales. Se trata de una investigación etnográfica, feminista y multisituada, que acompañó a las mujeres en sus tránsitos.

Palabras clave: *Desigualdad de género. Mercado laboral. Frontera.*

SUMÁRIO



INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa como os sistemas de desigualdade de gênero vigentes em Foz do Iguaçu (Brasil) e Ciudad del Este (Paraguai) – e, logo, também nas cidades espanholas de Madrid e Barcelona – se incorporam e condicionam as trajetórias e experiências de habitar das mulheres paraguaias nestas fronteiras, incidindo particularmente em quatro dimensões sociais da vida das mulheres e suas famílias: divisão genérica do trabalho nas famílias de origem, acesso das mulheres à educação, experiências laborais e relações afetivas. Aqui, nos debruçaremos sobre os impactos da imbricação dos sistemas de desigualdade de gênero transfronteiriços e transnacionais na experiência feminina do trabalho entre as fronteiras nacionais.

As presentes reflexões são parte da pesquisa de doutorado realizada entre 2019 e 2024, cujo trabalho de campo se desenvolveu, em primeiro momento, nas cidades fronteiriças de Ciudad del Este e Foz do Iguaçu, entre junho e agosto de 2022 e, em uma segunda etapa, nas cidades espanholas de Madrid e Barcelona, entre setembro de 2022 e março de 2023. Para esta pesquisa, foi realizada uma etnografia feminista e multisituada que acompanhou as histórias de vida e as experiências transfronteiriças e migratórias de treze mulheres paraguaias nas quatro cidades acima mencionadas.

Ao entrevistar as mulheres paraguaias transfronteiriças, observamos que elas carregam em seus corpos, como parte de sua história geográfica, marcas das desigualdades de habitar a fronteira, tendo a desigualdade de gênero como órbita para as demais desigualdades. A princípio, a nossa proposta era separar a análise das desigualdades e violências de gênero entre o contexto da partida e o contexto do trânsito das mulheres. Percebemos, então, que esta divisão apresentava um problema fundamental associado à própria estrutura dos sistemas de desigualdades de gênero e à organização da vida social transfronteiriça.



Carmen Gregorio-Gil (1998, p. 80) definiu o sistema de desigualdade de gênero como "um sistema de organização social que produz desigualdades entre homens e mulheres ou cujas desigualdades se sustentam na construção cultural do gênero". No entanto, segundo a antropóloga espanhola, os sistemas de gênero de um determinado lugar não operam de maneira isolada, menos ainda em territórios fronteiriços em que é constante o fluxo e o encontro de pessoas, ideias e padrões culturais, entre eles, os de gênero.

Nos unimos ao grupo de autoras que consideram que os territórios fronteiriços condensam as desigualdades e violências de gênero (Rita Segato, 2016; María Amelia Viteri; Ireri Ceja; Cristina Yépez, 2017; Menara Guizardi, 2019). Na fronteira, a imbricação dos diferentes sistemas nacionais de desigualdade de gênero se articula com mais intensidade a outros sistemas de desigualdade, como os de classe, discriminação racial e nacionalidade. Autoras como Segato (2016; 2003), Viteri, Ceja e Yépez, (2017) e Guizardi (2019, 2023) consideram que as fronteiras funcionam como espaços condensadores e amplificadores das desigualdades e violências de gênero como resultado das violências coloniais históricas.

Por outro lado, esses estudos ressaltam também o caráter ambivalente (Annabelle Wilkins, 2017) e dialético (Guizardi, 2023) das fronteiras como possibilidades de confrontar e romper com as relações de desigualdade e violência.[65] Isso porque a fronteira pode apresentar-se como recurso econômico para as mulheres e suas famílias (Alejandro Benedetti; Esteban Salizzi, 2011; Rogério Haesbaert, 2017; Marcela Tapia, 2017); como possibilidade de

65 Para Menara Guizardi (2023, p. 306): "[...] o espaço transfronteiriço constitui uma articulação de diferentes configurações da violência de gênero. Se bem a mobilidade feminina aprofunda esta violência em suas manifestações estruturais e relacionais, também permite, dialeticamente, que as mulheres construam mecanismos de resistência e se empoderem com a negociação dos seus papéis e dos significados de sua presença no âmbito público e privado. Com isso, estamos em condições de afirmar que a liminaridade das relações fronteiriças engendra, para as mulheres paraguaias entrevistadas, uma lógica de entrada e saída de diferentes relações de violência".



construir agência e autonomia (Gláucia de Oliveira Assis, 2004; Guizardi, 2023); de negociar e subverter as identidades e os papéis de gênero impostos (Viteri; Ceja; Yépez, 2017; Wilkins, 2017); e de construir uma subjetividade voltada à participação e ação política (Fernando Bosco; Stuart Aitken; Thomas Herman, 2011). Na fronteira, "as mulheres negociam constantemente as suas posições sociais" (Viteri; Ceja; Yépez, 2017, p. 31).

Na maioria das histórias das mulheres transfronteiriças, nem sempre as desigualdades de gênero começam e terminam em contextos históricos e geográficos específicos. Pelo contrário, elas atravessam as histórias, os ciclos vitais das mulheres, seus espaços sociais e também os limites geográficos, em uma constante relação de continuidade, negociação e ruptura. A sua própria condição de mobilidade/transfronteiricidade dificulta a separação analítica entre origem e destino, já que tensionam constantemente estas fronteiras.

Na pesquisa, dividimos a análise entre as seguintes dimensões sociais da vida das mulheres e suas famílias: divisão genérica do trabalho nas famílias de origem, acesso das mulheres à educação, experiências laborais e relações afetivas. Em todas elas, percebemos a centralidade do mandato feminino de cuidado. A divisão genérica do trabalho, como afirmou Gregorio-Gil (1998, p. 81-82), é um dos componentes principais dos sistemas de desigualdade de gênero e será a nossa bússola para organizar os relatos femininos e compreender as experiências das mulheres na fronteira.

Segundo Marta Lamas (2018, p. 15), a distribuição desigual dos papéis de gênero "além de impossibilitar a conciliação entre o âmbito familiar e laboral, também condiciona o sistema econômico e sustenta um modelo social que produz conflitos de diversas índoles". Analisaremos esses conflitos, vinculados principalmente à experiência laboral das mulheres transfronteiriças e transnacionais.



Foi a partir dessas reflexões que indagamos sobre como os sistemas nacionais de desigualdade de gênero – do Brasil, do Paraguai e da Espanha – se articulam e impactam a vida das mulheres paraguaias transfronteiriças e transnacionais e condicionam suas experiências laborais.

No Paraguai, país de origem de nossas interlocutoras, parte significativa do mercado de trabalho ocorre na informalidade.[66] Essa realidade, no entanto, atinge mais as mulheres que os homens. Em 2021, a taxa de informalidade feminina superava a masculina tanto em áreas rurais como urbanas. Segundo Claudina Zavattiero e Verónica Serafini (2019), o tempo que as mulheres destinam às atividades não remuneradas – entre elas, as atividades de cuidado – limitam suas oportunidades no mercado laboral remunerado.

Esse sistema laboral, marcado pelas desigualdades de gênero, se encontra com outras questões durante os fluxos (trans)fronteiriços-nacionais, ganha novos contornos e se potencializa. Os mandatos de gênero que empurram as mulheres para o trabalho doméstico e de cuidados em suas casas e sociedades de origem se reproduzem nos países de destino da migração ou dos movimentos fronteiriços, reforçados pela condição de migrante e pelos marcadores raciais que também acompanham as mulheres em seus trânsitos (Carmen Gregorio-Gil, 1998; Sónia Parella, 2003; Assis, 2004, 2011, 2014).

Sendo assim, o trabalho doméstico e de cuidado remunerado, na maioria das vezes desempenhado em regime de trabalho informal, sempre se apresenta como uma oportunidade laboral para as mulheres que atravessam as fronteiras nacionais, tendo elas ou não formação e/ou experiência na área. Esses dados coincidem com

66 O termo "setor informal" foi cunhado em 1972 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em um relatório sobre a situação do emprego no Quênia. Nesse estudo, a organização observou o crescimento de um setor que absorvia a força de trabalho marginalizada do setor produtivo e moderno. Esse setor era caracterizado por uma diversidade de atividades, na maioria dos casos, não reconhecidas, não registradas, não protegidas, não reguladas e pouco remuneradas (ILO, 1972).



as experiências das nossas interlocutoras, já que grande parte delas se insere no setor informal da economia, principalmente no trabalho doméstico, de cuidado e no comércio de rua.

A hipótese que respaldou este estudo sugere que o mandato feminino do cuidado assume um papel central nos sistemas transfronteiriços de desigualdade de gênero, funcionando como elemento impulsor das mobilidades transfronteiriças e transnacionais femininas, como articulador das relações sociais e territórios entre as fronteiras e, por fim, como condicionante de suas formas de habitar.

A responsabilidade quase exclusiva das atividades de cuidado do lar e da família, a situação documental como trabalhadoras estrangeiras e os estereótipos étnico/nacionais de inferioridade empurrariam estas mulheres a mercados laborais precarizados e informais na fronteira. Ademais, a sobreposição dos trabalhos produtivos e reprodutivos entre fronteiras gera uma sobrecarga laboral para as mulheres paraguaias transfronteiriças.

Por outro lado, a mobilidade transnacional e transfronteiriça surge também como uma alternativa para estas mulheres provedoras e chefes de família que, diante das dificuldades laborais em seus lugares de origem, atravessam as fronteiras em busca de melhores oportunidades. Em muitos casos, a fronteira se apresenta como recurso econômico e como possibilidade de construção de autonomia e interrupção de situações de violência. Assim, a mobilidade transfronteiriça representa uma constante reprodução e ruptura dos sistemas de desigualdade de gênero.

A partir das histórias de vida das mulheres paraguaias (trans) nacionais-fronteiriças, analisaremos a seguir os impactos da articulação dos sistemas de desigualdade de gênero vigentes entre Foz do Iguaçu, Ciudad del Este, Madrid e Barcelona na experiência laboral destas mulheres. Antes disso, descreveremos brevemente a metodologia aplicada neste estudo.



METODOLOGIA DA PESQUISA

O TRABALHO DE CAMPO E A TRANSFORMAÇÃO DO TERRITÓRIO TRANSFRONTEIRIÇO EM TRANSNACIONAL

A estratégia metodológica utilizada na pesquisa foi qualitativa, centrada na etnografia multisituada e feminista, e apoiada na reconstrução das histórias de vida de onze mulheres paraguaias que trabalham e habitam entre Ciudad del Este e Foz do Iguaçu. Esta estratégia foi complementada pela realização de onze entrevistas semiestruturadas a atores locais-chave e pela observação participante *in situ* no território fronteiriço, entre os meses de junho, julho e agosto de 2022. As observações em campo originaram diversas anotações manuais organizadas em dezesseis diários de campo.

A partir do relato de vida das mulheres transfronteiriças, percebemos a presença concreta e/ou imaginada de outra fronteira: com a Espanha. Suas práticas e percepções de habitar integravam este outro território em que elas mesmas chegaram a habitar em algum momento de suas vidas; ou onde habitavam simbolicamente junto a seus familiares próximos como mães, irmãs e filhas; ou até mesmo por o terem como um horizonte de expectativa de moradia futura e provável.

Ao comentar que realizaria uma estância doutoral no país europeu, as minhas interlocutoras, que estavam na fronteira Brasil-Paraguai, mencionaram que a Espanha fazia parte de suas trajetórias e compartilharam os contatos de seus familiares e, inclusive, me contataram elas próprias quando especulavam migrar e quando decidiram empreender esse projeto migratório. Todas essas situações levaram à ampliação das fronteiras do trabalho de campo e o desenho de uma nova conformação de território (trans)nacional-fronteiriço a partir da triangulação Brasil-Paraguai-Espanha.



Sendo assim, foram realizadas entrevistas de histórias de vida a duas mulheres paraguaias residentes na Espanha, entre os meses de setembro de 2022 e março de 2023. Ambas as mulheres já tinham vivido na Tríplice Fronteira do Paraná e possuíam familiares neste território. Uma delas, inclusive, era filha de Margarita, uma trabalhadora paraguaia que entrevistei anteriormente em Foz. Ademais, reencontrei Nayara na Espanha, ela acabava de chegar em Madrid para recomeçar a vida junto à sua irmã; e estive em contato por WhatsApp com a irmã mais nova de Margarita, que também acabava de chegar na capital espanhola.

Foi então, a partir do trabalho de campo na fronteira, que percebi que o habitar transfronteiriço é ou pode ser também transnacional: em diversos momentos de seu ciclo vital, as mulheres sorteiam entre habitar a fronteira próxima ou atravessar outras fronteiras mais distantes. As mulheres habitam essas fronteiras estendidas – material ou imaginariamente – por meio de seus próprios atravessamentos ou dos realizados por algum familiar próximo, geralmente por suas mães, irmãs e filhas.

A etnografia multisituada foi o método de pesquisa escolhido e que permitiu acompanhar as mulheres em seus fluxos (George Marcus, 2001). Para o caso específico deste estudo, utilizei prioritariamente a técnica de rastreio das histórias de vida das mulheres paraguaias trabalhadoras em Foz do Iguaçu e, posteriormente, em Madrid e Barcelona, a fim de acompanhar suas experiências transfronteiriças a partir de seus relatos. Inicialmente, a pesquisa se propôs a seguir os relatos destas mulheres, porém a expansão das fronteiras do campo para a Espanha acabou permitindo seguir algumas de minhas interlocutoras e articular as técnicas de seguimento de histórias com o próprio trânsito transnacional dessas pessoas.



PERFIL DAS INTERLOCUTORAS

A seleção das interlocutoras transfronteiriças se ateve a três critérios iniciais: que tivessem nacionalidade paraguaia, residência física em algum município da região metropolitana de Ciudad del Este – nas cidades de Hernandarias, Presidente Franco, Minga Guazú e Ciudad del Este – e que fossem maiores de 18 anos. Assim, seu exercício profissional como trabalhadoras em Foz do Iguaçu implicava lógicas de deslocamento cotidiano e pendular entre um lado e outro da fronteira.

Entretanto, a diversidade de experiências transfronteiriças encontradas em campo me fez flexibilizar estes critérios. Por exemplo, acabei incluindo as trajetórias de mulheres paraguaias que, mesmo vivendo em Foz do Iguaçu, viajavam frequentemente a Ciudad del Este para visitar e estar com suas famílias. Com o giro transnacional da pesquisa, também foram consideradas duas interlocutoras que residiam na Espanha.

As mulheres paraguaias (trans)fronteiriças-nacionais se desempenham nas seguintes atividades laborais: seis delas no trabalho doméstico e de cuidado (Mónica, María, Carla, Estela, Nayara e Vivi); quatro na venda de produtos de vestuário, ervas, frutas e verduras nas ruas de Foz (Fátima, Margarita, Gloria e Daniela); uma professora primária (Mercedez); e uma cozinheira (Cristina). Vivi é trabalhadora doméstica e de cuidado em Barcelona.[67] Nayara que, quando entrevistada em Foz, vendia roupa usada em um mercado próximo à Ponte da Amizade, ao migrar para Madrid, passa a trabalhar como trabalhadora doméstica em casa particular. A maioria delas, com exceção de Mercedez (professora primária) e Cristina (cozinheira), trabalha sem contrato empregatício, em condição de informalidade. Podemos ver essas informações com mais detalhes no Quadro 1.

67 Todos os nomes utilizados são fictícios para preservar a identidade de nossas colaboradoras.

SUMÁRIO



Quadro 1 - Perfil das mulheres paraguaias

Nº	Pseudônimo	Idade	Ocupação	Estado civil	Número de filhos/as	Idade primeira gravidez	Local entrevista	Local residência	Cidade residência
1	Mónica	45 anos	Trabalhadora doméstica	Separada	4	20 anos	Condomínio Residencial Vila B, Foz do Iguaçu	Residência particular	Minga Guazú
2	Margarita	58 anos	Vendedora de cremes e ervas	Separada	2	23 anos	Av. Brasil, Foz do Iguaçu	Residência particular em processo de regularização	Presidente Franco
3	Gloria	55 anos	Vendedora de artigos de vestuário	Casada	11	18 anos	Vila Portes, Foz de Iguaçu,	Residência particular	Ciudad del Este
4	Daniela	30 anos	Vendedora de produtos eletrônicos, alhos e meias	"Juntada"	2	16 anos	Casa do migrante	Residência de familiares	Foz do Iguaçu
5	María	s/i	Trabalhadora doméstica e de cuidado	Solteira	5	s/i	Casa do migrante	Residência do empregador	Foz do Iguaçu
6	Mercedez	43 anos	Professora	Casada	2	23 anos	Casa do migrante	Residência de familiares	Foz do Iguaçu/ Ciudad del Este
7	Fátima	60 anos	Vendedora de frutas e verduras	Separada	7	16 anos	Av. Brasil, Foz do Iguaçu	Residência particular	Ciudad del Este
8	Estela	47 anos	Trabalhadora doméstica	Separada	6	s/i	Casa do migrante	Residência particular	Foz do Iguaçu

Nº	Pseudônimo	Idade	Ocupação	Estado civil	Número de filhos/as	Idade primeira gravidez	Local entrevista	Local residência	Cidade residência
9	Cristina	21 anos	Cozinheira	Solteira	0	s/i	Vila Portes, Foz do Iguaçu	Residência particular	Ciudad del Este
10	Nayara	45 anos	Vendedora de roupa usada no mercado/ Trabalhadora doméstica	Casada	1	20 anos	Vila Portes, Foz do Iguaçu/ Restaurante em Madrid	Residência particular/ do empregador	Foz do Iguaçu/ Madrid
11	Carla	32 anos	Trabalhadora doméstica	Solteira	1	25 anos	Condomínio Country Iguaçu, Foz do Iguaçu	Residência particular/ do empregador	Itakyry, Ciudad del Este/Foz do Iguaçu
12	Vivi	29 anos	Trabalhadora doméstica e de cuidado	Casada	1	25 anos	Bar La Copa, Corbera de llobregat, Barcelona	Residência particular compartilhada com outra família	Corbera de Llobregat, Barcelona

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

No momento das entrevistas, as mulheres transfronteiriças tinham entre 21 e 60 anos de idade, apresentando uma média de 42 anos. Situavam-se, portanto, majoritariamente na faixa etária adulta (de 20 a 59 anos), sendo uma delas considerada idosa, conforme a norma brasileira (Brasil, 2003). A maioria das mulheres entrevistadas – exceto a mais nova delas, de 21 anos – era mãe. A média de filhos/as entre elas era de 3,5 (mais de três filhos por mulher), muito superior às taxas de natalidade nacional e do departamento do Alto Paraná, no qual Ciudad del Este é capital, ambas de 2,4 filhos/as por mulher em 2022 (Atlas [...], c2025).

A maioria das mulheres transfronteiriças foi mãe precocemente; duas delas, ainda menores de idade, com 16 anos. A média de idade das mulheres quando engravidaram do primeiro filho era de



20 anos. Esses números não surpreendem, já que o Paraguai é o país com a maior taxa de gravidez adolescente do Cone Sul, sub-região onde essa taxa já é considerada elevada em comparação com outros países e regiões (United Nations Population Fund, 2019). Quanto ao estado civil das mulheres, no momento das entrevistas elas se encontravam: casadas (4); morando junto (1); separadas (4); e solteiras (3).

Veremos mais adiante como o perfil e as experiências das mulheres paraguaias transfronteiriças influenciam e são influenciadas pelos sistemas de desigualdade de gênero (trans)fronteiriços-nacionais.

EXPERIÊNCIA DAS MULHERES TRANSFRONTEIRIÇAS NO MERCADO DE TRABALHO

Recorremos novamente a Marta Lamas para desvelar os vínculos entre trabalho e estrutura familiar. Segundo a antropóloga mexicana, "o regime laboral atual – com a sua divisão sexual do trabalho – conserva uma série de presunções culturais codificadas como normas com relação à estrutura familiar" (Marta Lamas, 2018, p. 23). Embora a associação entre o mundo do trabalho e os códigos culturais da família patriarcal naturalize os trabalhos próprios de cada classe sexual, as mulheres conseguem interpelar, questionar e negociar esses papéis também no universo laboral (Lamas, 2018).

Sendo assim, por um lado, as mulheres reproduzem os papéis de gênero performados por suas mães e avós nas famílias de origem e são elas, em seus próprios lares, as que se responsabilizam com quase exclusividade pelos cuidados do lar. Essa responsabilidade condiciona não só os imaginários, mas também as opções reais das mulheres no mercado de trabalho – isso porque, anteriormente,



já impactou em seu acesso à educação –, assim como leva a uma trajetória laboral marcada por diversas interrupções, sobrecargas, precariedades e violências. Por outro lado, as mulheres constantemente desafiam esses papéis e encontram, na fronteira, uma opção de construir autonomia, independência econômica e redes sociais femininas que as permite, inclusive, romper com relações afetivas violentas.

No Paraguai, parte significativa do mercado de trabalho ocorre na informalidade. Dados do Instituto Nacional de Estatística indicam que, para o ano de 2024, 62,5% dos trabalhadores e trabalhadoras (população ocupada) não agropecuários se encontravam em condição laboral de informalidade. Essa realidade, no entanto, atinge mais as mulheres do que os homens no país sul-americano. Para o mesmo período, a taxa de informalidade feminina superava a masculina tanto em áreas rurais como urbanas: 64,8% contra 60,6%. A informalidade laboral atinge diversos setores da economia paraguaia, com destaque para alguns deles, como o trabalho doméstico. Quase a totalidade dos trabalhadores e trabalhadoras domésticas – 94,8% – estão na informalidade (INE, 2024).

De acordo com a Pesquisa de Usos do Tempo aplicada em 2017 no Paraguai (DGEEC, 2017), predomina entre as mulheres o trabalho não remunerado (correspondente a 61,3% do seu tempo de trabalho produtivo)[68], enquanto para os homens prevalece o trabalho remunerado (74,7% do seu tempo de trabalho produtivo). Segundo Zavattiero e Serafini (2019, p. 22):

> O desequilíbrio nas horas de trabalho limita a oportunidade das mulheres em participar no mercado laboral remunerado, de incrementar as suas horas de emprego, de acessar a benefícios e ter independência econômica, proteção social, assim como incorporar-se na vida política.

68 Segundo essa pesquisa, considera-se trabalho não remunerado o trabalho doméstico, o trabalho de cuidado, as atividades de produção de bens de autoconsumo agropecuário e as atividades para outros lares e para a comunidade (Zavattiero; Serafini, 2019).



Para o caso específico das nossas interlocutoras, a missioneira scalabriniana responsável pela Casa do Migrante de Foz do Iguaçu disse que os homens encontram emprego no setor formal da economia fronteiriça com maior facilidade que as mulheres, principalmente na construção civil, nos frigoríficos ou nos abatedores de aves:

> As mulheres não se adaptam a trabalhar na construção civil, elas não se adaptam a trabalhar nesses abatedouros de aves, **porque elas são mais de casa**, essas coisas, mais para o trabalho doméstico, ou então as mais jovens trabalham nessas lojas mais próximas à fronteira (Entrevista realizada em 8 de agosto de 2022, em Foz do Iguaçu, grifo nosso).

O que a missioneira destaca como falta de adaptabilidade das mulheres para certos setores formais da economia fronteiriça, aqui entendemos como imposição cultural dos mandatos de gênero que as tornam "mais aptas" para certas atividades e não para outras. Para facilitar a análise da influência dos sistemas de gênero na experiência laboral das mulheres transfronteiriças, dividiremos essa seção em três subtópicos: acesso das mulheres transfronteiriças ao mercado de trabalho, interrupções na trajetória laboral e exploração do trabalho doméstico.

ACESSO DAS MULHERES (TRANS)FRONTEIRIÇA-NACIONAIS AO MERCADO LABORAL

A primeira experiência laboral das mulheres paraguaias (trans)fronteiriças-nacionais se dá, maioritariamente, no trabalho doméstico e de cuidado. Primeiro, de forma não remunerada, em suas famílias de origem, mas também como primeiro trabalho assalariado em casa de terceiros. Esses terceiros, muitas vezes, são membros da própria família, como tias e tios, ou mesmo vizinhas e vizinhos, isto é, pessoas do entorno próximo das mulheres.



Essa aproximação com os e as empregadoras facilita a consolidação de relações informais de trabalho. Esse foi o caso de Carla e Estela, por exemplo. Assim que terminou o colégio, Carla foi trabalhar na casa de uma tia paterna em Hernandarias. Estela, por sua vez, começou trabalhando na casa de uma vizinha. Aos 16 anos de idade, Mónica saiu de casa para trabalhar sem retiro[69] na casa de uma família árabe em um *country club*[70] em Ciudad del Este, e Nayara trabalhou como babá na Argentina quando tinha 17 anos.

Assim como as histórias de suas mães, o comércio e, especialmente, o comércio de rua fronteiriço, é outro importante setor para o ingresso das mulheres no mercado laboral, como vimos no caso de Fátima, Gloria, Margarita e Daniela. Vivi também começou trabalhando no comércio fronteiriço após terminar o colégio, porém com contrato formal de trabalho em uma loja de roupas em Ciudad del Este. As exceções são Cristina, que aos 19 anos teve o seu primeiro emprego em uma empresa em Ciudad del Este, e María, que trabalhou como agricultora até os 31 anos de idade.

Percebemos então que o trabalho doméstico e de cuidado, assim como o comércio de rua fronteiriço, são os principais setores econômicos em que as mulheres desempenham seus primeiros trabalhos remunerados. E são também as áreas em que a maioria delas continua trabalhando até os dias de hoje. Atualmente, Mónica, María, Carla, Estela, Nayara e Vivi trabalham no serviço doméstico e de cuidados: as quatro primeiras em Foz do Iguaçu e as duas últimas na Espanha. Já Fátima, Margarita, Gloria e Daniela trabalham no comércio de rua na cidade fronteiriça brasileira. Mercedez é docente primária em Ciudad del Este e Cristina trabalha em uma padaria em Vila Portes, Foz do Iguaçu.

69 Termo utilizado para referir-se às trabalhadoras domésticas que trabalham e dormem na casa dos empregadores.

70 Assim são chamados os condomínios de luxo e de classe alta no Paraguai.



Esses dados coincidem com a estatística paraguaia, onde 75,9% das mulheres ocupam o setor terciário e 60,1% o serviço doméstico, o trabalho familiar não remunerado e o trabalho por conta própria (Claudina Zavattiero; Verónica Serafini, 2019). Isto quer dizer que essas são atividades "propriamente" femininas (Lamas, 2018) no Paraguai e também no território transfronteiriço que compartilha com o Brasil.

Mónica, Estela e Carla sempre trabalharam no serviço doméstico: Mónica, primeiro em Ciudad del Este, logo em Foz do Iguaçu, mais tarde em Madrid e uma vez mais em Foz; Estela "trabalhava sempre em casas" entre Ciudad del Este e Foz do Iguaçu. Carla, por sua vez, trabalhou primeiro na casa da tia em Hernandarias, logo, no setor de serviços gerais em um banco em Salto de Guairá, mais tarde voltou ao serviço doméstico em Foz do Iguaçu, depois em Comodoro Rivadavia (Argentina), e, de novo, em Foz, onde está atualmente.

Da mesma forma, Fátima, Margarita, Gloria e Daniela sempre se desempenharam no comércio de rua fronteiriço. Margarita se dedica à venda de ervas e cremes na Av. Brasil, em Foz do Iguaçu, desde os seus 7 anos de idade; também no mesmo local, há 45 anos, Fátima se dedica à venda de frutas e verduras; e há 12 anos, Gloria vende meias e artigos de vestuário nas ruas de Vila Portes, próximo à Ponte da Amizade.

Enquanto as três primeiras se localizam em pontos específicos na cidade de Foz do Iguaçu e mostram seus produtos em uma mesa – como as *mesiteras* de Ciudad del Este, identificadas por Fernando Rabossi (2004)[71] –; Daniela é vendedora de meias, artigos eletrônicos e alho (e outros produtos dependendo da demanda) nos semáforos

71 Rabossi (2004, p. 57), em sua pesquisa doutoral, fez uma descrição dos *mesiteros*: "Também na rua, mas ocupando um lugar particular, estão os mesiteros. Com suas mercadorias colocadas sobre suas mesitas (diminutivo de mesa, estruturas desmontáveis de madeira) ou sobre caixas e outras estruturas permanentes que instalaram na vereda, os mesiteros são os responsáveis pela densa ocupação das ruas do microcentro [de Ciudad del Este]".



das cidades de Foz e de Marechal Rondon, seguindo os passos dos pais, que também foram vendedores ambulantes transfronteiriços.

Porém, é comum que, durante a trajetória de vida das mulheres, elas alternem entre ambos os setores econômicos. Nayara, por exemplo, que começou como babá na Argentina, trabalhou como comerciante em Foz do Iguaçu e, hoje, é doméstica em uma casa em Madrid. Vivi, que sempre trabalhou no comércio em Ciudad del Este, atualmente atua nos serviços domésticos e de cuidados em Barcelona.

> Eu sempre trabalhei no comércio. Depois vim para cá [Barcelona] e comecei a trabalhar com limpeza. Nunca tinha trabalhado com limpeza. Antes eu pensava que ia ser difícil, que eu não ia conseguir, mas consegui sim. Meu primeiro trabalho aqui foi cuidar de uma pessoa idosa e também faço alguns trabalhos de limpeza por hora. (Entrevista realizada em 24 de fevereiro de 2023, em Barcelona).

María, apesar de sempre ter trabalhado como agricultora no Paraguai, também encontrou no setor de cuidados uma oportunidade para ingressar no mercado laboral em Foz do Iguaçu.

Percebemos que o trabalho doméstico e de cuidado remunerado sempre se apresenta como uma oportunidade para as mulheres que atravessam as fronteiras nacionais, tendo elas ou não formação e/ou experiência na área. Nesses casos, os mandatos de gênero são reforçados pela condição de migrante e pelos marcadores raciais (Gregorio-Gil, 1998; Parella, 2003; Assis, 2004, 2011, 2014).

Como afirmou Gregorio-Gil (1998), os sistemas de desigualdades de gênero se reproduzem na migração e na mobilidade feminina, mas adquirem outros contornos a partir da inclusão de outros marcadores sociais como a etiqueta racial e a nacionalidade, por exemplo. Segundo a antropóloga espanhola, o serviço doméstico sempre se apresenta como uma oferta de trabalho disponível para as mulheres migrantes (Gregorio-Gil, 1998). Sendo assim, a desigualdade de gênero e a desigualdade geopolítica se unem nesses fluxos.



O que ocorre com as mulheres migrantes e transfronteiriças latino-americanas no Brasil e na Espanha, por exemplo, também foi observado por Assis (2014) em seus estudos sobre as migrantes brasileiras nos Estados Unidos. Estas mulheres usualmente se inserem nos serviços domésticos no país de destino, utilizando suas redes sociais migrantes. Desta forma, o trabalho doméstico, para a autora, se torna uma estratégia feminina de migração internacional no qual as mulheres circulam no mundo globalizado em um mercado de trabalho segmentado por raça, gênero e origem nacional. Esse mercado de trabalho é denominado por Arlie Russell Hochschild (2000, p. 131) de cadeia global de cuidados, que é "uma série de vínculos pessoais entre pessoas em todo o mundo, com base no trabalho remunerado ou não remunerado de cuidar de pessoas".

Por outro lado, as mulheres que trabalham no comércio fronteiriço foram socializadas por suas mães ou irmãs mais velhas, que transmitiram as habilidades, os conhecimentos e as estratégias para o seu exercício. Fátima acompanhava sua mãe desde cedo no comércio de rua em Foz do Iguaçu; assim como Margarita, ia junto de sua irmã mais velha desde os 7 anos de idade. Daniela e Gloria também vêm de famílias de comerciantes fronteiriços, e Cristina foi iniciada no trabalho de panificação por sua cunhada e irmãs mais velhas.

> Fátima: Eu sempre trabalhei com venda de frutas e verduras.
>
> Pesquisadora: E por quê?
>
> Fátima: Porque minha mãe trabalhava aqui há 40 anos e eu vinha com ela [...]. Ela foi minha "mentora" e eu ensinei tudo aos meus filhos também. (Entrevista realizada em 9 de agosto de 2022, em Foz do Iguaçu).

Para além da influência dos marcadores de gênero, da nacionalidade, da discriminação racial e da socialização familiar na experiência laboral de nossas interlocutoras, ainda é preciso adicionar o componente territorial de habitar esse território específico. A atividade comercial na fronteira muitas vezes está associada a práticas



incorporadas de contrabando formiga, como vimos nas histórias de Fátima, Daniela e Vivi. Essas mulheres, assim como muitos de seus familiares, se desempenham como *paseros/paseras*, literalmente passando mercadorias de um lado ao outro da fronteira, esquivando-se das taxas aduaneiras e dos controles fronteiriços. Fátima e sua família, inclusive, passavam mercadorias por canoa, pelo rio Paraná:

> Pesquisadora: Vocês tinham canoa?
>
> Fátima: Sim.
>
> Pesquisadora: E que outras coisas faziam no rio? Pescavam? Transportavam mercadorias, talvez?
>
> Fátima: Eu nunca pesquei, mas sempre passei mercadoria. Assim, eu compro e passo. Quando não dá pra passar pela aduana, a gente passa pelo rio. (Entrevista realizada em 9 de agosto de 2022, em Foz do Iguaçu).

Vivi, seu pai e seu marido, por sua vez, realizavam o transporte de mercadorias entre o Brasil e o Paraguai por via terrestre, através da Ponte da Amizade:

> Ah, também cheguei a trabalhar com meu pai como "pasera". Compramos uma van com meu companheiro, ele trabalhava como "pasero", e eu ia junto. Assim, a gente se ajudava. (Entrevista realizada em 24 de fevereiro de 2023, em Barcelona).

Por meio dessas narrativas, entendemos melhor o termo "ilegalismos" cunhado por Brígida Renoldi (2015) ao caracterizar o trânsito e a articulação de práticas transfronteiriças que se situam entre a legalidade e a ilegalidade. Na fronteira, as práticas cotidianas redefinem, renegociam e reinventam a presença de Estados, leis e normas possíveis.

Embora seja evidente nas histórias das mulheres a reprodução das atividades econômicas desempenhadas por seus progenitores, percebemos, porém, que algumas realizaram importantes



rupturas em relação à ocupação laboral de seus pais. Em primeiro lugar, a maioria dos progenitores e cuidadores das mulheres trabalhava como agricultor. A própria decadência da agricultura familiar no Paraguai e a consequente migração para a fronteira realizada pelas mulheres e suas famílias as permitiram ocupar outros lugares no mercado laboral. Esse é o caso de Mónica e María, por exemplo. Em outras experiências, principalmente entre as nossas interlocutoras mais jovens, como Carla, Cristina e Vivi, a ruptura foi ainda maior: elas conseguiram sonhar e iniciar uma carreira profissional, por meio do ingresso em cursos universitários.

Nota-se que essas continuidades e rupturas estão sempre em diálogo e negociação, intercalando-se dependendo do momento de vida de cada mulher e da etapa da mobilidade. Vivi, por exemplo, depois de iniciar um curso universitário, teve que abandoná-lo para dedicar-se à maternidade e hoje trabalha no trabalho doméstico e de cuidados em Barcelona.

Assim, as continuidades e rupturas na trajetória laboral das mulheres (trans)fronteiriças-nacionais se relacionam aos mandatos de gênero, aos marcadores sociais como raça e nacionalidade, à socialização familiar de uma atividade específica, ao acesso das mulheres à educação, às possibilidades/limitações dos territórios fronteiriços e transnacionais e, também, às redes sociais femininas. Para além de mães, irmãs e cunhadas, outras mulheres, como amigas, vizinhas e conhecidas, foram fundamentais para introduzir as mulheres no mercado laboral na fronteira, como vimos no caso de Carla, Mónica, Gloria e Estela.

Enquanto as mulheres trabalham principalmente no serviço doméstico e de cuidados e/ou no comércio de rua fronteiriço, seus (ex)maridos e (ex)companheiros atuam como segurança privado (no caso do marido de Gloria), como pedreiro (ex-marido de Estela), ajudante de pedreiro (marido de Vivi), como motorista e *pasero* de mercadorias (ex-marido de Margarita), ou como os ex-companheiros



de Mónica e Carla que trabalham em uma empresa de frutas em Madrid e em uma empresa em Salto de Guairá, respectivamente.

Observa-se que eles possuem melhores empregos e remunerações que as mulheres, como elas mesmas afirmam: "*Ele trabalha em uma frutaria, em uma empresa, e ganha bem, ganha bem, mas não se importa*", disse Mónica.[72] Quando os pais de Vivi se separaram, seu pai abandonou a casa e a família, era evidente a diferença econômica entre eles: "*Por muito tempo, a gente soube que ele estava muito bem, trabalhando; e a gente não tinha dinheiro, faltava tudo para nós*".[73]

INTERRUPÇÕES DAS TRAJETÓRIAS LABORAIS

As diferenças e as desigualdades entre os trabalhos das mulheres e seus (ex)companheiros estão atravessadas pelas diversas interrupções que elas tiveram que fazer em sua trajetória laboral, associadas, principalmente, ao desempenho dos atributos de gênero designados a elas no casamento e na maternidade. Margarita e Mónica, por exemplo, deixaram de trabalhar quando se casaram porque seus maridos não queriam e não permitiram que elas trabalhassem:

> Margarita: Comecei a trabalhar aos 7 anos. Depois não trabalhei mais, me casei, e ele me sustentava, só ele que trabalhava. Depois de 20 anos de casada, me separei e voltei a trabalhar.
>
> Pesquisadora: No memo ofício?
>
> Margarita: Sim, vendendo. (Entrevista realizada em 10 de agosto de 2022, em Foz do Iguaçu).

72 Entrevista realizada em 29 de junho de 2022, em Foz do Iguaçu.

73 Entrevista realizada em 24 de fevereiro de 2023, em Barcelona.



Vivi, filha de Margarita, conta que a mãe "*Antes ela trabalhava, mas, depois, meu pai não quis mais que ela trabalhasse, então ela ficou como dona de casa.*". A história de Mónica é similar:

> Me casei e tudo isso, então não trabalhei mais, porque ele não me deixava trabalhar. Por essa razão foi que eu não trabalhei mais lá. Só perto da minha casa, eu trabalhava na casa de uma senhora, ajudava ela com a limpeza e, depois, já voltava para casa com meus filhos. Era assim que eu me mantinha. (Entrevista realizada em 29 de junho de 2022, em Foz do Iguaçu).

Ainda que de forma não tão explícita como nas histórias acima, os mandatos associados à maternidade e à responsabilidade feminina do cuidado também condicionaram a participação de Gloria e Estela no mercado laboral formal:

> Pesquisadora: E a senhora trabalhou a vida inteira no trabalho doméstico ou desempenhou outra atividade?
>
> Estela: Trabalhei num frigorifico também, saí porque as crianças... não podia deixá-los sozinhos. Era longe e não tinha como deixar sozinho, saí do serviço pra cuidar deles, das crianças, e aí comecei a trabalhar de doméstica.
>
> Pesquisadora: E aí o trabalho doméstico servia?
>
> Estela: Sim, o trabalho doméstico é mais fácil. É a minha vizinha, né? Eu posso estar em casa (Entrevista realizada em 8 de agosto de 2022, em Foz do Iguaçu).

A história de Estela demostra que, mais que uma questão de adaptação ao trabalho no frigorífico, retomando a fala da missioneira, a dificuldade de permanência neste setor laboral se vincula à impossibilidade de conciliar o trabalho formal com o trabalho reprodutivo em casa.

Gloria, por sua vez, começou a trabalhar em Foz do Iguaçu em 2010, com 43 anos de idade. Como Glória é mãe de 11 filhos, os trabalhos domésticos e de cuidados não a permitiram ingressar antes no mercado laboral. Gloria, que quando criança e adolescente



cuidava dos irmãos menores, praticamente emendou os cuidados dos irmãos com os dos filhos:

> Tenho 11 filhos, sete meninas e quatro meninos, e comecei a trabalhar aqui há mais ou menos 12 anos. Eu só era dona de casa, não trabalhava, não podia sair por causa dos meus filhos. Agora comecei a trabalhar aqui porque precisava, porque meu esposo está doente. Há cinco anos ele teve um infarto, então quem tem que trabalhar sou eu, para levar o sustento para casa. (Entrevista realizada em 5 de agosto de 2022, em Foz do Iguaçu).

No caso de Gloria, a necessidade e/ou oportunidade de trabalhar fora do lar deu-se por duas razões: em primeiro lugar, porque se tornou a principal provedora após o seu segundo marido sofrer um infarto e, por essa razão, ficar impossibilitado de trabalhar; e, em segundo lugar, devido ao fato de seus filhos já estavam maiores, tanto que a filha mais velha pôde ajudá-la nos cuidados dos irmãos menores. Essas razões não necessariamente estão em ordem de importância. Em ocasiões anteriores, Gloria tentou trabalhar fora de casa, mas a responsabilização completa no cuidado dos filhos interrompia, com frequência, sua trajetória laboral e condicionava a sua permanência, estabilidade e tempo dedicado ao trabalho: "*Eu trabalhava lá [nas ruas de Ciudad del Este], mas não por muito tempo, não consegui mais porque tinha muitas crianças*".

Nota-se, porém, que os papéis tradicionais de gênero que vinculam as mulheres ao trabalho reprodutivo e os homens ao trabalho produtivo não são absolutos. Muitas vezes as mulheres precisam complementar a renda familiar, assim o trabalho doméstico sem carteira assinada, realizado na casa de vizinhas, como manifestado por Mónica e Estela, se apresenta como uma opção para a conciliação dos trabalhos domésticos remunerados e não remunerados.

Para além das relações afetivas e familiares, os mandatos e as desigualdades de gênero estão naturalizados na psique e nas estruturas sociais, que frequentemente se traduzem em discriminação laboral



(Lamas, 2018). Apesar da Lei Trabalhista do Paraguai (Lei n. 213 de 1993, capítulo 2) proibir expressamente qualquer discriminação de gênero, como a demissão por motivo de gravidez, e garantir a proteção à maternidade, na prática, esses direitos não são atendidos. Carla, por exemplo, foi demitida de uma agência bancária em Salto de Guairá, onde trabalhava há mais de seis anos, quando anunciou que estava grávida.

O mandato da feminilidade centralizado no cuidado posterga ou interrompe as trajetórias laborais das mulheres. Essas interrupções dificultam a construção de uma trajetória no mercado formal de trabalho, com a possibilidade de acesso a direitos, a melhores condições laborais, remuneração digna e à proteção social e, ao contrário, empurram as mulheres para as atividades econômicas informais.

Sandra Leiva e Cesar Ross (2016) identificaram uma situação similar no caso da migração circular de mulheres bolivianas na cidade de Iquique, localizada no lado chileno da fronteira entre Chile e Bolívia. Elas denominaram de "hiperfragmentação da trajetória laboral" a alta rotatividade das mulheres bolivianas no mercado laboral chileno, devido principalmente à necessidade do retorno esporádico à Bolívia para o cuidado familiar.

Por outro lado, são nessas situações que a fronteira aparece como recurso para as mulheres transfronteiriças, como vimos ser o caso da maioria de nossas interlocutoras. Vejamos a seguir como a hiperfragmentação da trajetória laboral e as demais consequências da desigualdade de gênero impactam nas condições de trabalho das mulheres na fronteira.

EXPLORAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO

Com relação ao trabalho doméstico, principal nicho laboral de nossas interlocutoras, é comum as trabalhadoras estrangeiras trabalharem em regime interno ou sem retiro. Dependendo do tipo



de acordo com o empregador e das possibilidades das mulheres, o retorno à casa pode ocorrer a cada semana, a cada 15 dias (como Carla), uma vez ao mês ou inclusive em mais tempo, como no caso de María. María, que não possui casa própria e cujos pais moram longe da fronteira paraguaia, reside na casa dos empregadores e regressa ao Paraguai a cada seis meses.

Na migração transnacional, esse retorno é muito menos frequente: Carla retornava ao Paraguai a cada ano quando morava em Comodoro Rivadavia (Argentina); Mónica não retornou durante os 10 anos em que trabalhou em Madrid, e Nayara, que em outubro de 2023 completou um ano trabalhando em Madrid, tampouco regressou.

Na casa em que vive e trabalha em Madrid, Nayara trabalha "*en lo que se necesite*" e sempre que "*le piden*"; isto é, está sempre à disposição para as necessidades dos empregadores. Além de trabalhar no serviço doméstico, ela ainda ajuda a "olhar" a loja dos filhos de seus empregadores, que se situa na frente da casa onde trabalha. Nayara ainda não tem um salário fixo: recebe "aumentos" de acordo com o tempo no serviço (como uma espécie de antiguidade) e com a demonstração de suas aptidões. Carla geralmente retorna a Itakyry (Paraguai) a cada 15 dias, mas durante os finais de semana que passa na casa dos empregadores em Foz, "às vezes trabalha normalmente".

Esse tipo de relação e condição laboral abre espaço para diversas formas de exploração do trabalho doméstico e de vulnerabilização das trabalhadoras. É comum que elas estejam expostas a jornadas laborais mais longas e a baixos salários, não correspondentes com as horas trabalhadas. A maioria delas se encontra em situação documental e migratória irregular; ou seja, **à margem dos direitos laborais.** Na casa anterior em que María trabalhava, apesar de ela morar com os empregadores e não pagar aluguel, o salário não permitia mandar dinheiro para a sua família no Paraguai. Nayara tampouco consegue pagar o aluguel de um quarto na capital espanhola com o que recebe. María relaciona e baixa remuneração à condição



de indocumentação, além de naturalizá-la: "*O que aconteceu foi que eu não fui fazer meus documentos, porque o salário era pouco, eu tenho 5 filhos e minha mãe também é diabética e precisa de cuidados.*."

Atualmente, María consegue enviar dinheiro para a casa da mãe no Paraguai, porém trabalhando sem horário definido. Apesar da mulher brasileira que a acompanhava na Casa do Migrante no dia em que a conheci – não entendi se era uma vizinha, uma amiga ou uma pessoa conhecida da família com quem ela trabalha – dizer que o trabalho de María é "muito tranquilo", depois, a sós, María contou que trabalha até tarde da noite e que está sempre à disposição para quando o senhor a quem cuida precise.

Segundo a missioneira scalabriniana, muitas das mulheres paraguaias as quais atendem na Casa do Migrante são trabalhadoras domésticas que, por medo de perderem seus empregos, não assumem que desempenham tais funções. Esse medo não é infundado, já que elas recebem ameaças e intimidações de seus empregadores caso revelem sua condição laboral ou insistam na regularização.

A missioneira resgata o vínculo entre gênero e indocumentação, destacando a política misógina, classista e racista do ditador paraguaio Alfredo Stroessner (1954–1989) em não garantir cédula de identidade às mulheres paraguaias da classe popular, geralmente provenientes dos setores rurais. A irmã relata atender muitas mulheres, principalmente acima dos 40 anos, que nunca fizeram a carteira de identidade no Paraguai e que, agora, encontram problemas em regularizar a sua situação migratória ou fronteiriça. São essas mulheres em situação de maior precariedade, segundo a irmã, que geralmente se inserem no serviço doméstico no Brasil.

Para além da exploração e da violência laboral em lares de terceiros, onde trabalham, as mulheres sofrem situações de sobrecarga laboral e violência de gênero em seus próprios lares, como vimos durante a pesquisa, porém, por questões de escopo, não abordaremos esta questão neste artigo.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao acompanhar as trajetórias de vida das mulheres nas fronteiras e nos trânsitos transnacionais, observamos como os sistemas de desigualdades de gênero operam na escala familiar e doméstica, influenciando direta ou indiretamente na decisão das mulheres em atravessar as fronteiras. Identificamos que os sistemas de desigualdade de gênero na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, e também na Espanha, se articulam e, juntos, fortalecem a reprodução das desigualdades de gênero nestes territórios.

Nesses sistemas, as mulheres assumem quase exclusivamente as tarefas do trabalho doméstico e de cuidado remunerado e não remunerado. O trabalho doméstico migrante remunerado, por exemplo, constitui forte evidência da imbricação dos sistemas de desigualdades de gênero (Cepal, 2019) e da reprodução da divisão genérica do trabalho em origem, trânsito e destino (Gregorio-Gil, 1998).

Assim como a maioria dos seus progenitores – em especial suas mães –, as mulheres ingressaram principalmente no trabalho doméstico e no comércio de rua transfronteiriço, atividades consideradas próprias das mulheres (Lamas, 2018) e que, em regra, exigem menor qualificação e garantem às mulheres maiores flexibilidades para cuidar. Destacam-se também as atividades de contrabando formiga – os *paseros* ou *paseras* – que, muitas vezes, se articulam com o próprio comércio de rua ou são realizadas em períodos de alternância entre uma atividade laboral ou outra (como em situações de desemprego) ou como práticas para complementar a renda. Na maioria dos casos, as nossas interlocutoras foram iniciadas no trabalho transfronteiriço por meio de outras mulheres: mães, irmãs mais velhas, amigas e vizinhas.

Uma caraterística compartilhada entre as nossas interlocutoras é a constante interrupção do trabalho remunerado devido à obrigação feminina de cuidar que, por certo, condiciona as próprias



possibilidades e escolhas por trabalhos informais – e logo precarizados – que permitem a conjugação com o cuidado não remunerado. Essas interrupções dificultam a construção de uma trajetória no mercado formal de trabalho, com a possibilidade de acesso a direitos, a melhores condições laborais, remuneração digna e à proteção social e, ao contrário, empurram as mulheres para as atividades econômicas informais. Diante da radicalização da precariedade econômica e da responsabilidade feminina com o sustento familiar, as mulheres buscaram na fronteira uma saída.

Se, por um lado, na fronteira as mulheres reproduzem os mandatos, os papéis e as violências de gênero da linhagem feminina familiar – com impactos concretos no acesso das mulheres à educação e ao mercado laboral e na construção de relações afetivas – por outro lado, elas constantemente ativam as fronteiras como recurso para a ruptura e negociação destas relações de gênero desiguais.

Graças ao trabalho transfronteiriço de nossas interlocutoras e das materialidades positivas da fronteira (como o maior número de escolas, colégios e centros universitários, assim como hospitais, sistemas de transporte e outras infraestruturas urbanas), elas conseguiram conquistar a autonomia e a segurança necessárias para deixarem os seus parceiros, interromperem as situações de violência intrafamiliar e tornarem-se protagonistas de suas vidas.

A compra do terreno e da casa própria em seu nome, o acesso à formação universitária, a inserção laboral e a autonomia econômica são alguns exemplos desses tensionamentos e rupturas que se estendem também aos seus filhos por meio, principalmente, da garantia do acesso à educação formal e da transmissão de valores associados à igualdade de gênero. Apesar de os sistemas de desigualdade de gênero empurrarem as mulheres para o trabalho (trans)fronteiriço-nacional informal, elas encontraram melhores condições laborais no Brasil e na Espanha, e se beneficiaram da valorização da moeda brasileira e europeia em comparação com o guarani paraguaio.

SUMÁRIO



A negociação e a imbricação constante entre os sistemas de desigualdades de gênero através das fronteiras nacionais nos leva a pensar na existência de um sistema transfronteiriço-transnacional de desigualdade de gênero centrado no mandato feminino de cuidado, que, por outro lado, é tensionado e contornado pela agência feminina e as estratégias que as mulheres adotam ao habitar essa fronteira.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Gláucia de Oliveira. **De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares e de gênero nas vivências dos novos migrantes brasileiros**. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2004.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. Entre dois lugares: as experiências afetivas de mulheres imigrantes brasileiras nos Estados Unidos. *In:* PISCITELLI, Adriana; ASSIS, Gláucia de Oliveira; OLIVAR, José Miguel (org.). **Gênero, sexo, afetos e dinheiro**: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil. Campinas: Unicamp/PAGU, 2011. p. 321-362.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. Gender and migration from invisibility to agency: The routes of Brazilian women from transnational towns to the United States. **Women's Studies International Forum**, p. 33-44, 2014.

ATLAS de gênero. **Instituto Nacional de Estadística Paraguay**, c2025. Disponível em: https://atlasgenero.ine.gov.py/detalle-indicador.php?id=35&year=2022. Acesso em: 27 set. 2025.

BENEDETTI, Alejandro; SALIZZI, Esteban. Llegar, pasar, regresar a la frontera. Aproximación al sistema de movilidad argentino-boliviano. **Transporte y Territorio**, Buenos Aires, n. 4, p. 148-179, 2011. Disponível em: https://doi.org/10.34096/rtt.i4.261. Acesso em: 16 set. 2025.

BOSCO, Fernando; AITKEN, Stuart; HERMAN, Thomas. Women and children in a neighborhood advocacy group: engaging community and refashioning citizenship at the United States–Mexico border. **Gender, Place & Culture**, v. 18, n. 2, p. 155-178, 2011. Disponível em: https://doi.org/10.1080/0966369X.2010.551652. Acesso em: 16 set. 2025.

SUMÁRIO



BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 16 set. 2025.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (Cepal). **Panorama Social de América Latina, 2018**. Santiago: Cepal, 2019.

DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICA, ENCUESTAS Y CENSOS (DGEEC). **Encuesta sobre Uso del Tiempo**. Asunción, DGEEC: 2017.

GREGORIO-GIL, Carmen. **Migración femenina**: sus impactos en las relaciones de género. Madrid: Narcea, 1998.

GUIZARDI, Menara. Habitar la interseccionalidad. *In:* VERA, Antonieta; AGUILERA, Isabel; FERNÁNDEZ, Rosario (org.). **Nación, otredad, deseo**: producción de la diferencia en Tiempos Multiculturales. Santiago: Ediciones Universidad de Academia Humanismo Cristiano, 2019. p. 141-182.

GUIZARDI, Menara (ed.**). Patriarcado de ultraintensidad**: cuidados y violencia de género en la Triple-frontera del Paraná. Santiago: Ocho Libros, 2023.

HAESBAERT, Rogério. Multiterritorialidade e 'contornamento': do trânsito por múltiplos territórios ao contorno dos limites fronteiriços. *In:* FRAGA, Nilson. (org.). **Territórios e Fronteiras**: (Re) Arranjos e Perspectivas. Florianópolis: Editora Insular, 2017. p. 19 -35.

HOCHSCHILD, Arlie Russell. The nanny chain. **American Prospect**, v. 1, 4, p. 32–36, 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA DEL PARAGUAY (INE). **Encuesta Permanente de Hogares Continua**. Asunción: INE, 2024.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). **Employment, Incomes and Equality:** A Strategy for Increasing Productive Employment in Kenya. Geneva: ILO, 1972.

LAMAS, Marta. División del trabajo, igualdad de género y calidad de vida. *In:* FERREYRA, Marta (coord.). **El Trabajo de Cuidados**: una Cuestión de Derechos Humanos y Políticas Públicas. Ciudad de México: ONU-Mujeres, 2018. p. 12-23.

LEIVA, Sandra; ROSS, Cesar. Migración circular y trabajo de cuidado: Fragmentación de trayectorias laborales de migrantes bolivianas en Tarapacá. **Psicoperspectivas**, Valparaíso, v. 15, n. 3, p. 56-66, 2016. Disponível em: https://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas-Vol15-Issue3-fulltext-766. Acesso em: 16 set. 2025.



MARCUS, George. Etnografía en/del sistema mundo: El surgimiento de la etnografía multilocal. **Alteridades**, Ciudad de México, v. 11, n. 22, p. 111-127, 2001.

PARELLA, Sónia. La inserción laboral de la mujer inmigrante en los servicios de proximidad en Cataluña. **Revista Internacional de Sociología**, Córdoba, n. 36, p. 85-113, 2003. Disponível em: https://doi.org/10.3989/ris.2003.i36.315. Acesso em: 16 set. 2025.

RABOSSI, Fernando. **Nas ruas de Ciudad del Este**: Vidas e vendas num mercado de fronteira. 2004. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

RENOLDI, Brígida. Estados posibles: travesías, ilegalismos y controles en la Triple Frontera. **Etnográfica**, Lisboa, v. 19, n. 3, p. 417-440, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.4000/etnografica.4049. Acesso em: 16 set. 2025.

SEGATO, Rita. **Las estructuras elementales de la violencia.** Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

SEGATO, Rita. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

TAPIA, Marcela. Las fronteras, la movilidad y lo transfronterizo: Reflexiones para un debate. **Estudios Fronterizos**, Mexicali, v. 18, n. 37, p. 61-80, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.21670/ref.2017.37.a04. Acesso em: 16 set. 2025.

UNITED NATIONS POPULATION FUND (UNFPA). **Consecuencias socioeconómicas del embarazo adolescente en Paraguay**: aplicación de la metodología MILENA 1.0. Asunción: Unfpa, 2019.

VITERI, María Amelia; CEJA, Ireri; YÉPEZ, Cristina. **Corpografías**: género y fronteras en América Latina. Quito: Flacso, 2017.

WILKINS, Annabelle. Gender, migration and intimate geopolitics: shifting senses of home among women on the Myanmar-Thailand border. **Gender, Place & Culture**, v. 24 n. 11, p. 1-20, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1080/0966369X.2017.1380608. Acesso em: 16 set. 2025.

ZAVATTIERO, Claudina; SERAFINI; Verónica. Desigualdades entrelazadas en el trabajo no remunerado. *In:* DOBRÉE, Patricio (ed.). *Usos* **del Tiempo y desigualdades em Paraguay**. Asunción: CDE/ONU-Mujeres, 2019. p. 19-42.



Assis Felipe Menin

O MOVIMENTO ANTIGÊNERO E AS VIOLÊNCIAS NAS ESCOLAS DE SANTA CATARINA

THE ANTI-GENDER MOVEMENT AND VIOLENCE IN SANTA CATARINA SCHOOLS

EL MOVIMIENTO ANTIGÉNERO Y LA VIOLENCIA EN LAS ESCUELAS DE SANTA CATARINA

RESUMO:

Este artigo procura compreender a ascensão e a influência de um movimento neoconservador, com características neoliberais, diante dos impactos nas discussões de gênero e diferença sexual nas escolas de Santa Catarina. Apresento aqui atas de câmaras municipais, jornais on-line, discursos religiosos e entrevistas com docentes perseguidos/as e censurados/as ao discutir essas temáticas nas escolas públicas catarinenses. O debate se deu a partir da emergência de "velhos" ou "novos" sentidos tradicionais de família, gênero e sexualidades do movimento antigênero nas escolas catarinenses. As reflexões aqui apresentadas são fruto de parte da pesquisa de doutorado do autor defendida em 2023.

Palavras-chave: Antigênero. Escolas. Interior. Santa Catarina. Docentes.

ABSTRACT:

This article seeks to understand the rise and influence of a neoconservative movement, with neoliberal characteristics, in light of its impacts on discussions of gender and sexual difference in schools in Santa Catarina. Here I present minutes from city councils, online newspapers, religious speeches, and interviews with teachers who were persecuted and censored when discussing these topics in public schools in Santa Catarina. The discussion arose from the emergence of "old" or "new" traditional

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-480-3.22

SUMÁRIO



meanings of family, gender, and sexualities from the anti-gender movement in schools in Santa Catarina. The reflections presented here are the result of part of the author's doctoral research defended in 2023.

Keywords: *Antigender. Schools. Countryside. Santa Catarina. Teachers.*

RESUMEN:

Este artículo busca comprender el surgimiento y la influencia de un movimiento neoconservador, con características neoliberales, dados los impactos en las discusiones sobre género y diferencia sexual en las escuelas de Santa Catarina. Aquí presento actas de ayuntamientos, periódicos online, discursos religiosos y entrevistas con profesores que fueron perseguidos y censurados cuando discutían estos temas en las escuelas públicas de Santa Catarina. La discusión se desarrolló a partir del surgimiento de "viejos" o "nuevos" significados tradicionales de familia, género y sexualidades del movimiento antigénero en las escuelas de Santa Catarina. Las reflexiones aquí presentadas son resultado de parte de la investigación doctoral del autor defendida en 2023.

***Palabras Clave*:** *Antigénero. Escuelas. Interior. Santa Catarina. Maestros.*

INTRODUÇÃO

A discussão tecida neste texto nos possibilita compreender algumas pistas de como, em Santa Catarina, o movimento antigênero se tornou um laboratório para entendermos o movimento antigênero a nível global, como já abordado em outras ocasiões (Assis Felipe Menin, 2023a; Menin, 2023b; Menin e Joana Maria Pedro, 2024, 2022).

Por meio das entrevistas/colaborações dos(as) docentes perseguido(as) e guiando-nos na história oral, de atas de câmaras municipais, jornais on-line e discursos religiosos, pôde-se compreender como as influências do movimento neoconservador atual operam no entendimento tradicional de família e de sociedade em

SUMÁRIO



diferentes locais e mais especificamente nas escolas de educação básica do estado catarinense. Por meio da multissitualidade da pesquisa, proposta por George Marcus (1995), foi possível identificar onze docentes de diferentes municípios do interior catarinense perseguidos, censurados e ameaçados ao discutir categorias como gênero e orientação sexual em suas aulas. Aqui apresentam-se apenas algumas entrevistas. A pesquisa indica que o estado catarinense se sustenta em elementos do imaginário coletivo, especialmente da tríade fé, família e trabalho. Esses pilares estruturam e perpetuam ideias conservadoras, influenciando dinâmicas políticas e intervenções escolares que têm se manifestado como novos elementos do cotidiano atual.

CONTRA O GÊNERO:
A EMERGÊNCIA DO TRADICIONALISMO FAMILISTA A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA CATARINENSE

A família tradicional, como princípio religioso, a "escolhida por Deus", é, na verdade, uma família imaginada que se anseia para si e consequentemente para os outros. De fato, as discussões sobre violências de gênero, abusos sexuais, discriminações relacionadas à sexualidade e todas as formas de violências que ocorrem no espaço privado não se restringem mais, e nem devem permanecer, ao doméstico.

Essa visão é entendida como uma consequência do iluminismo e da modernidade que pouco a pouco adentra na esfera do privado, remodelando comportamentos e tradições, o que, para grupos conservadores, sobretudo neoconservadores, é tido como antinatural, ferindo um princípio elementar, que é o da autoridade patriarcal para além do doméstico. Fere o sentido familista.



Teresa de Lauretis (1994), que, nos anos de 1970, já apontava a família como um *dispositivo* tecnológico em que todos os meios de produção, a escola, as igrejas e a própria família, precisam ser defendidos. O tradicionalismo familista recusa outras configurações de gênero e orientação sexual, como também rechaça o feminismo. Portanto, como apontou Michel Foucault (1988), o dispositivo familista é a principal regulação da moralidade que apontamos como conservadora em Santa Catarina. Autoras como Carmen Hein de Campos e Márcia Nina Bernardes (2019) também vão nessa direção, argumentando que a ideologia de gênero familista atua na normalização de violências e na moralização de condutas consideradas imorais dentro de seu prisma. Flavia Biroli, Maria das Dores Campos Machado e Juan Marco Vaggione (2020) convergem para o mesmo resultado, mas vão além da posição familista conservadora, e a pensam como uma ideologia de estado.

Dentre os movimentos que mais afetam essa estrutura familiar, para setores do neoconservadorismo, estão o feminismo e o (neo)liberalismo. Em segmentos mais radicais do conservadorismo tradicionalista, a ciência se sobrepõe às questões da fé, daí a concepção de que abordar gênero e diferenças sexuais na escola é uma destruição não apenas da família, mas do próprio cristianismo. O já instrumentalizado comunismo entra como bode expiatório e é parte desse sistema que destrói ou pelo menos corrói os valores familiares e a ideia de família e dos "papéis" tradicionais de trabalho. Para tradicionalistas e/ou neotradicionalistas, o neoliberalismo expõe indivíduos a situações que os tornam vulneráveis aos excessos individualistas e materialistas do capitalismo, o qual, segundo eles, tem sido destrutivo para os costumes e para as bases da tradição cristã e ocidental. E as feministas, onde estariam nesse imaginário tradicionalista conservador? Estariam confabulando com o neoliberalismo!

Bronislaw Baczko (1985) nos alerta que os imaginários sociais são movidos por paixões; nesse sentido, considerando a importância da religião na formação da família, os imaginários da



"ideologia de gênero" ameaçam essa instituição, que é milenar e representa a continuidade da vida. Assim, determinado grupo, nesse caso catarinense, rememora sua história imaginada separando o que entra e o que não entra no "baú" da tradição familiar, o "autêntico" e o "inautêntico", ou, ainda, o que Eric Hobsbawm e Terence Ranger (2015) denominam de tradições inventadas. Ao mesmo tempo que imagina e estabelece o que é ideal, não apenas para si, mas para os outros. A família tradicional que neoconservadores têm defendido na contemporaneidade, não existe, ao menos no sentido real!

O florescimento do sentido dessa família tradicional contemporânea conservadora prospera em contraposição a outros sentidos de famílias diversas que passam a ter garantias constitucionais e a ocupar diferentes espaços da sociedade, incluindo escolas e mídias – sejam elas digitais ou da imprensa hegemônica. Esse tipo de família contemporânea rompe com o costume (Eric Hobsbawm; Terence Ranger, 2015) tradicional de uma família ao sul do Brasil, que está ancorado na ideia do tripé: fé, família e trabalho. Essa família tradicional ao sul do mundo também não é nova, mas tem sido reforçada e institucionalizada com o aporte do imaginário de família, produzido pelo aumento de movimentos antigênero no mundo cibernético, seja da esfera pública, seja das propostas de lei contra gênero nas escolas.

A escola, que na sociedade brasileira é vista como uma extensão da família, em Santa Catarina tem um elemento de herança do processo de colonização de grupos, como alemães, italianos, poloneses, açorianos: o sentido de tradição na base capitalista e religiosa da família. A herança tradicional de um ideal de família se consolidou e se miscigenou com casamentos interétnicos entre descendentes dos de "origem" com os 'caboclos brasileiros', açorianos e afro-brasileiros. Essa união de grupos diversos não arrefeceu o sentido de tradição familiar, pelo contrário, intensificou-o. Como se educam meninos e meninas e ali produzem binaridades de gênero bem demarcadas, a escola deveria dar continuidade a esse processo.



Arlene Renk (2004) assinala que o "idioma" religioso no oeste catarinense alterou-se após a colonização. Muitos desses abandonados pelo estado se converteram às religiões evangélicas pentecostais e neopentecostais. Essa mudança provocou transformações sociais no comportamento dos caboclos do oeste, sobretudo no quesito da moralidade das mudanças de comportamento em relação aos "vícios" – como jogos, drogas e bebidas – ou aos "papéis" de gênero representados na bíblia para homens e mulheres, muito embora o catolicismo popular ainda esteja presente em parcela desse grupo, com suas visões místicas que os acompanham desde o monge São João Maria.

Esse conjunto de elementos, que se coadunam entre cultura local, conservadorismo e particularidades do internacional e nacional, vai ao encontro do pensamento do homem médio catarinense. O *dispositivo* da "ideologia de gênero" perde espaço em Santa Catarina para uma extensão mais abrangente, a da família. Nela, se incluem todos os valores construídos pelos catarinenses, suas heranças tradicionais e coloniais. Que inclui, sim, uma visão conservadora de família e de educação.

Das 71 atas analisadas[74] na tese de doutorado do autor (Menin, 2023a), em que o discurso antigênero proferido por vereadores[75] aparece, o termo "família" é o mais utilizado. Em alguns desses discursos, o termo "família" vem colado a expressões como: família cristã, família preservada, família brasileira, família tradicional, famílias respeitadas, família de bem, família e moralidade, família e espécie, família e bons costumes, entre outros de menor utilização.

74 Importante salientar que nem todos os municípios catarinenses disponibilizam as atas das sessões, os pronunciamentos, as notas de repúdio e os pedidos de informação em suas páginas, por isso esse número pode ser maior do que o apresentado.

75 A terminologia "vereadores" é empregada nesta análise dada a preponderância de proposições de cunho antigênero originadas por indivíduos do sexo masculino.



Ao mesmo tempo, os discursos antidemocráticos que veem a democracia atual como uma dominação da esquerda, essa democracia, portanto, "esquerdista" estaria corrompida não apenas financeira, mas moralmente, uma democracia ressentida, no dizer de Wendy Brown (2019), que se volta ao passado imaginado para restabelecê-la no presente ignorando a realidade e as novas dinâmicas configuracionais de família. Essas *concepções* do que se entende por família e divisão sexual do trabalho se articulam em um discurso antigênero e antidemocrático nas escolas, o qual vem à tona quando forças conservadoras se mobilizam contrariamente à discussão (Richard Miskolci; Maximiliano Campana, 2017).

É o caso de um vereador de Porto União, que, em 2017, chama a secretária da educação para prestar explicações sobre o material escolar distribuído nas escolas da cidade e afirma que:

> Com a palavra [...] o vereador mencionou que nasceu no interior, tem nove irmãos, sendo quatro mulheres e seis homens, explicando que as meninas faziam o trabalho de casa e os meninos o trabalho da roça, foi assim que foi criado, mencionando que é um absurdo que tenha uma emenda para implantar isso nos colégios, colocando que não tem como aceitaram [sic]. Abordou que sua nora está grávida, esperando um menino, o qual será criado como um menino e se futuramente quiser optar por outro gênero será a opção dele, mas jamais podem deixar que isso aconteça nas escolas[76].

Ideais de passado, expectativas de futuro. O tripé família, fé e trabalho constitui elemento primordial para considerável parcela da população catarinense, onde as expectativas dos "papéis" de gênero continuam presentes no ideário de determinados indivíduos. Cristina Scheibe Wolff e Karen Christina Réchia (2004) apontam que as culturas de imigrantes alemães, italianos e poloneses que aqui chegaram no século XIX e, posteriormente, na migração tardia em

76 Ata da Câmara de Vereadores de Porto União, de 31 de outubro de 2017.



meados do século XX para regiões do Meio-Oeste, Oeste e Serra, influenciaram de alguma forma na cultura, no modo de vida e no trabalho. Concepções essas que se consolidavam no triplo trabalho da mulher camponesa e também urbana, pois suas funções não se restringiam à lida doméstica.

A ideia de fé, família e trabalho pode ser entendida aqui, nesse discurso do vereador sobre Santa Catarina, como uma analogia à Santíssima Trindade: "Pai, Filho e Espírito Santo". O pai, patriarca provedor, o filho, aquele que constitui a herança e a natureza hereditária dessa família e, por fim, o Espírito Santo, que se liga à fé, mas também ao *ethos* do catarinense, conectando-se aos dois primeiros. Embora cada parte tenha a sua função, elas acabam se tornando um elemento único que se traduz em um tradicionalismo cada vez mais enraizado no imaginário e no agir do homem médio catarinense.

A igualdade e o reconhecimento da diferença (de gênero e sexual) são vistos como ameaçadores, porque cada elemento dessa tríade se torna "alvo" de indivíduos que "querem destruir" a família tradicional.

Em Timbó, um vereador propôs o fim da "igualdade (ideologia) de gênero" nos materiais escolares em 2017:

> Que o Poder Executivo encaminhe a esta Casa Legislativa Projeto de Lei visando impedir a distribuição, exposição e divulgação de material didático contendo manifestação da ideologia e **igualdade de gênero** nos estabelecimentos de ensino da rede pública municipal de Timbó. [...] Parágrafo único: O material a que se refere o caput deste artigo é todo aquele que inclua em seu conteúdo informações sobre a prática da orientação ou opção sexual, **da igualdade e desigualdade de gênero**, de direitos sexuais e reprodutivos, da sexualidade polimórfica, da desconstrução da família e do casamento tradicionais, ou qualquer manifestação da **igualdade (ideologia) de gênero** (Grifos nossos).[77]

77 Indicação de projeto de lei n. 0171/2017, de 7 de novembro de 2017, da cidade de Timbó.



Eis a verdadeira *ideologia de gênero* exposta nesse projeto. O autor do projeto, sabendo que a proibição pode afetar inclusive a discussão sobre igualdade de trabalho e salarial entre homens e mulheres, expõe essa visão com um objetivo de manter a família tradicional. O vereador demonstra um aparente desconhecimento da Constituição de 1988, sobretudo em seu artigo 5º, inciso I, que garante a igualdade, sem discriminação, entre homens e mulheres. Nesse contexto, o termo "gênero" ou a sua complementação, "igualdade", e que muitos que a pronunciam nem conhecem o seu real significado, não precisa ser esclarecida, o que precisa ser compreendido é o seu real significado na produção de sentido engendrada por narrativas conspiracionistas do fim da família.

> Nos [sic] vivemos numa sociedade e a nossa cultura é crista [sic] [...] porque o **Pai sempre foi o Pai e a Mãe sempre foi a Mãe**; Na qualidade de vereador eu não tenho nada contra quem tem um [sic] opção sexual diferente, agora desde que essas pessoas respeitem as outras pessoas, **porém eles estão tendo direitos de mais e o cidadão que trabalho [sic] e tem uma vida normal ele está sendo coagido e tem medo de falar porque pode sofrer a sanção da lei** [...] (Grifos nossos).[78]

O discurso acima foi proferido em 2015, quando do debate sobre o termo "gênero" no Plano Municipal de Educação de Timbó, mas continua a ser reinterpretado até o momento, em 2025, quando direitos são questionados imersos em disputas do neoliberalismo e do neoconservadorismo.

Ao eliminar a possibilidade da discussão das diferenças de gêneros e sexuais em sala de aula e fora dela, automaticamente se está eliminando o jogo democrático, conquistado a duras penas no Brasil. Aliado a esse movimento antidemocrático, o neoliberalismo vê direitos e garantias como favorecimento de determinados grupos. Embora ataquem essas diferenças, esses grupos não se veem

78 Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores de Guaramirim, ata n. 028/2015, de 23 de junho de 2015.



como antidemocráticos, pois defendem um sentido de democracia muito particular e restrito, assim como o sentido de família. Em Santa Catarina, esse ataque antidemocrático nas escolas está se normalizando. A vontade antidemocrática é que as discussões de gênero e de sexualidades dissidentes sejam privatizadas no espaço do lar, do "armário".

A atividade proposta de um projeto multidisciplinar das disciplinas de Ciências Humanas sobre Desigualdade de Gênero e Violências, na cidade de Timbó, por docentes, retrata a atuação do neoliberalismo e do neoconservadorismo institucional. As docentes foram interpeladas para falar sobre casos de estupro e de violências às mulheres, sobretudo após um caso de abuso sexual e estupro que resultou no assassinato de uma menina de 11 anos na cidade:

> Nós estamos sendo pressionadas e sendo assediadas pela direção da escola, para que a atividade não seja realizada. Pediram que não abordássemos a questão da transexualidade e da homossexualidade, como questões de gênero e violências – Homolesbotransfobia – a direção da escola chegou a dizer que **não abriria o portão da escola, caso o tema fosse este**[79] (Grifos nossos).

No discurso acima, do vereador de Timbó, e na fala da docente impedida de abordar gênero e direitos sexuais, aparecem três questões bastante presentes no discurso antigênero e que, em Santa Catarina, possuem um elemento do homem médio catarinense: a fé, a família e o trabalho. O medo de que não se possa mais transmitir valores caros aos(às) seus(suas) filhos(as) encontra o inimigo não apenas nas escolas e nos(nas) docentes, mas no estado como um todo. É com esse discurso que deputados(as) foram eleitos em Santa Catarina em 2022, alguns como sendo os mais votados, tanto a nível federal quanto estadual.

79 Entrevista realizada em setembro de 2022. Embora tenha tido resistência para que a atividade não fosse realizada, posteriormente as docentes concluíram o projeto proposto da semana, sem a temática de gênero e sexualidades dissidentes.



Embora os discursos pareçam ser bastante semelhantes entre o nacional e o local, como vimos anteriormente, ele evidencia o pensamento do catarinense conservador. É o que expõe em discurso um vereador de Criciúma em 2017:

> Infelizmente, por desconhecimento, má-fé ou despreparo, não apenas professores, **mas diversos serviços e servidores públicos** que atendem crianças e adolescentes desrespeitam os direitos **fundamentais infantojuvenis e o direito da família na formação moral dos filhos**, e expõem crianças e adolescentes a conteúdo pornográfico, obsceno ou impróprio, bem como as induzem à **erotização precoce**[80] (grifos nossos).

Embora os discursos nacionais antigênero nas escolas utilizem da narrativa que a erotização precoce aumentaria a gravidez na adolescência, em Santa Catarina, esse discurso não se repete na realidade dos dados, pois segundo o levantamento feito pelo IBGE, a Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (PeNSE), 2009–2019, Santa Catarina é o estado onde mais se falou, na escola pública, sobre educação sexual, e o segundo estado onde a gravidez na adolescência, de 13 a 17 anos, é o menor do Brasil[81], sendo que a região sul é a que mais utiliza meios contraceptivos – camisinha – como prevenção entre esses adolescentes. Esses mesmos dados demonstram que há aumento na gravidez na adolescência no estado e o não uso de camisinha. O norte do estado é onde há maior gravidez na adolescência e onde os discursos antigênero e educação sexual são maiores.

É perceptível que a maioria dos vereadores que são contrários à discussão de gênero tem ligação com igrejas. A questão, no entanto, não é simplista, tendo em vista que pelo menos a metade dos discursos analisados nos documentos e as propostas de projeto antigênero nas escolas são encabeçadas por vereadores ligados às

80 Ata de sessão da Câmara de Vereadores de Criciúma, de 17 de maio de 2017.

81 Em nível populacional, Santa Catarina é o 10º estado mais populoso do Brasil.



igrejas evangélicas. É um discurso evangélico, mais recente, que se alinha com uma visão mais conservadora sobre o sentido de trabalho em Santa Catarina, sobretudo, da "Teologia da Prosperidade", que tem sua ligação com o neoliberalismo. Há um encontro entre percepções diferentes de moralidade e tradição religiosa, mas que se integra e coaduna com valores históricos em Santa Catarina; *família, fé e trabalho*.

A ideologia de gênero familista é um cristal (Foucault, 1988) que precisa ser ancorado no cristianismo, mas mais do que nesse, na forma da lei, no vigiar e no punir. Eis aí o paradoxo foucaultiano, que ao proibir a discussão de gênero e de sexualidades nas escolas, mais se inflama à vontade em saber ou se cria *dispositivos* para falar sobre sexualidade e gênero.

O sentido de tradição da família, que começa a ser explorado por parlamentares ligados às igrejas, ainda nos anos de 2010, e capturado com mais ênfase no governo de Jair Bolsonaro (2019–2022) e de seus seguidores, já estava consolidado no sentimento e no imaginário do catarinense. *Deus, Pátria e Família*[82] pode ser substituído por *Trabalho, Fé e Família*.

AÇÃO ANTIGÊNERO NAS ESCOLAS E ATAQUES A DOCENTES

O *dispositivo* do anormal, do não familiar, como aponta Foucault, é uma tentativa de impor normas para delimitar o que entra ou não no espaço escolar (Guacira Lopes Louro, 2014). O docente

82 E aqui precisamos dizer o óbvio e não generalizarmos: certamente, o lema tem inspiração integralista, mas isso não significa que essas pessoas sejam "nazistas", "fascistas" ou que coadunem com essas ideias, nem que saibam a história por trás das palavras que pronunciam, cabendo, talvez, uma reflexão a respeito do papel da escola sobre o assunto e o letramento histórico.



Pedro Silva[83], homossexual, da disciplina de Arte de uma escola de Rio Negrinho, norte do estado, propôs, em 2021, uma atividade que estava sendo trabalhada em sala de aula: a arte contemporânea. Como pano de fundo dessa atividade, os(as) estudantes escolheram como temática da proposta de intervenção artística na escola o tema "Somos humanos". Por iniciativa dos(as) estudantes, e não do docente, foi escolhida como intervenção na escola a diversidade humana e o respeito às diferenças, sobretudo, às sexualidades dissidentes. Essa intervenção foi realizada nas escadarias que dão acesso à escola com cartazes e faixas nas cores da bandeira LGBTQIA+, com os escritos "gay", "lésbica", "transexual" e "assexual".

Conforme relatado pelo docente Pedro, não precisou de muito tempo para que a confusão se instaurasse, "através dos vídeos gravados pelos líderes religiosos, e os comentários de populares, além dos comentários que acompanharam publicações de reportagens feitas do caso", uma deputada conservadora fez declarações na tribuna "denunciando" a "ideologia de gênero" promovida pelo docente; logo, outros jornais locais, inclusive religiosos, replicaram a notícia dando suporte à deputada, caso do portal de segmento evangélico Gospel Prime (Michael Caceres, 2021).

Aqui, o *dispositivo* do anormal (Foucault, 1988, 2001; Louro, 2014) é mobilizado quando a sexualidade do(a) docente é vista como um estímulo aos(às) estudantes. Nos comentários de líderes religiosos, o docente estaria encorajando os(as) estudantes e sua "prática pessoal estava sendo imposta". O docente aponta que sofreu vários ataques homofóbicos em suas redes, mobilizado por líderes religiosos locais, que certamente não o viam como "confiável" (Louro, 2014). Mais do que "doutrinar" os(as) estudantes, a sua performatividade corporal (Judith Butler, 2018) já é uma ameaça àquilo que se

83 Pseudônimo escolhido pelo docente para proteger sua identidade. Foi a única colaboração que não quis fazer a entrevista on-line devido ao trauma e ao choque que passou. Nossa conversa se deu por meio do aplicativo WhatsApp e de e-mails trocados.



entende por homem ou "papéis" masculinos, o ataque é motivado também por medo. Nos comentários nas redes sociais desses pastores, Pedro observou que:

> O professor **havia imposto sua sexualidade** e estaria pregando uma suposta "ideologia de gênero" aos estudantes e essa temática seria, na visão dos críticos, inadequada e proibida. [Alguns dos comentários apoiando os pastores eram]: "**Se um professor abordar o assunto LGBTI para minha filha, vai levar tanta pancada que até os neto deles vão nascer torto. Não tenho preconceito, respeito mais [sic] cada um no seu quadrado**". "**fogo neles, parabéns pastor, falando por todos nos** [sic]" (Pedro Silva, docente de Arte, grifos nossos).

O docente Sam, educador de História e homossexual assumido, compartilha da mesma percepção. Desde 2011, ele atua como docente da Educação Básica em Santa Catarina, mais precisamente nos municípios de Águas Mornas e de Palhoça, na região da Grande Florianópolis. Como defensor dos Direitos Humanos, ele está ciente de que os livros de História abordam de forma limitada as questões de gênero e de sexualidades dissidentes. E uma forma de trazer esses assuntos é propor oficinas e dinâmicas sobre o tema com os(as) estudantes. No dia 17 de maio de 2018, Dia Internacional de Combate à LGBTfobia, ele desenvolveu uma noite de palestras e debates sobre o assunto e o evento correu normalmente. Em 2019, Sam propôs novamente a atividade.

> E um pai, sabendo dessa noite, foi até a escola, ele participou, ele quis participar da ação. Quem é esse pai? Um pastor evangélico. [Ele havia participado em 2018]. No dia do evento, ele chegou no início, ele não me deixou entrar em sala de aula, mesmo os alunos me esperando para começar a aula. E ele queria uma fala comigo, ele queria saber o porquê de eu estar ensinando sobre masculinidade tóxica, para a gente repensar as masculinidades e dentro dos eventos do dia da mulher, e daí ele já sabendo, "**ah, é professor Sam**". Aí ataque vai vir pelas duas esferas, pelo tema e por aquilo que eu **sou**. E eu lembro que



> foi uma noite de violência, ele me tirou da sala de aula, esse pai me conduziu na sala da direção e um diretor ali ouvindo tudo que o pai tinha pra falar contra mim, não só dos temas, mas de acusações e tipo ele foi **extremamente homofóbico**, **extremamente homofóbico comigo**. E eu fiquei com muito medo ali naquela fala dele. Mas não era uma acusação aos temas, era uma acusação **ao professor**, não a um professor figura docente, **mas ao professor Sam a nível pessoal e profissional**. Atingiu duas camadas, o professor que defende a legislação, defendia uma educação democrática, cidadã, laica, com o aparato de gênero e sexualidade e o **Sam gay**, o Sam que pensa sua existência, o Sam que traz sentimentos, suas emoções, afetos diferenciados e dissidentes. Então ele acusava **as duas partes** (Sam, docente de História, grifos nossos).

O caso do docente Sam[84] é uma das exceções de pais que foram até a escola falar com docentes ou com a direção escolar sobre o conteúdo de suas aulas. Dos(as) onze entrevistados(as)/colaboradores(as), apenas dois tiveram a presença de um familiar na escola. Sam é um deles, que foi questionado por um pai, pastor evangélico e, segundo Sam, conhecedor do movimento "Escola Sem Partido". Como aponta Sam, a desconfiança aparece em duas esferas, na temática e por quem a propõe. Esse mesmo pai vai até a escola e pede uma reunião com a direção:

> Mas esse pai não sabia [da sua sexualidade] em nenhum momento, e ele me acusava, ele me acusava. **"Tu é gay"**, e apontava o dedo para mim, "Tu é gay, tu é homossexual, **tu é filho do demônio**, tu é isso, tu é aquilo**, essas práticas elas não são permitidas**", tal, blábláblá, uma homofobia horrenda (Sam, docente de História, grifos nossos).

Na esteira de Fernando Seffner (2022, p. 2), "Não se vai à escola para lá escutar o que já se escutou de mães e pais, ou o que já se escutou de padres e pastores". Estendemos essa trincheira

84 O pseudônimo escolhido é uma homenagem a um estudante trans seu.



antigênero para docentes sexuais dissidentes, que estão sendo discriminados não apenas pelo conteúdo, mas por ser quem se é.

A crítica à discussão do gênero e de sexualidades dissidentes na escola não se dá apenas de fora para dentro, mas também a partir da própria escola, da direção e dos pares dos(as) docentes. Essa crítica pode ser definida a partir de três *dispositivos* ou do que chamo de três Ds: a deslegitimação do conteúdo, a demonização de quem discute e o duplo padrão de crítica, esse último quando são apontadas como justificativas contrárias à discussão nas escolas a sexualidade do(a) docente, suas posições políticas e a visão desnecessária de abordar o assunto. Isso fica evidente na ata e nos discursos proferidos pelos pais ao docente – discursos de ódio divulgados nas redes sociais – como podemos observar em apenas alguns trechos da longa ata escolar abaixo:

> Aos vinte oito dias do mês de março de 2023, nas dependências da escola [Nome da escola] a gestora [Nome da gestora] chamou o professor João [Nome completo do docente] para conversar sobre algumas situações apresentadas por pais e alunos acerca de suas aulas, que o professor **foge muito do assunto**, fala muito de **suas experiências pessoais**, os pais dizem que o professor **perde muitas aulas**, falando de assuntos **fora do tema**, o professor trabalha o componente Projeto de Vida e os pais acham que o professor deveria falar mais sobre o **mercado de trabalho** [...] [nome da gestora] colocou para o professor que as aulas estavam **sendo gravadas** e que esses áudios circulavam nos grupos de WhatsApp e nas redes sociais. [Nome da gestora] colocou que o professor é "**esquerdista**" [reclamação dos pais] e tenta manipular seus filhos, que os pais acreditam e cobrem que isto **não é assunto do componente geografia** [...] [Nome da gestora] destacou que os pais **cobraram que a escola tomasse uma providência** e que ela, como gestora, se comprometeu a conversar com o professor, de buscar o contexto pelo qual o assunto **ideologia de gênero** surgiu. [nome da gestora] pediu ao professor João que ele **procure não se desviar** do assunto de seu



> componente, que ele **entre em sala para dar sua aula**, que ele trabalhe **estritamente** o conteúdo de cada **série/ idade** (Ata da escola onde João trabalha, grifos nossos).

Na cópia da ata, vemos os três *dispositivos* camuflados da "ideologia de gênero" atuando: a demonização do docente João, ele é "esquerdista"; a deslegitimação de suas aulas e de seu conteúdo, "fora do tema, foge do assunto"; e, por fim, o duplo padrão de crítica, quem ensina e o que ensina. O "erro" do docente João foi combater a homofobia em sala de aula, mas mais do que isso, seu "erro" é não trabalhar "estritamente" o conteúdo de Geografia, quando, à sua volta, o "currículo oculto" grita, o "erro" do docente é ser quem é e expressar uma visão política destoante da comunidade local. Após vários pais se deslocarem à escola para reclamar das aulas do docente, o real incômodo é perceptível na fala dos pais, e aqui destacamos alguns trechos, pois a ata possui mais de 12 páginas:

> [...] [fala dos pais] que o professor não dá aula, fala o tempo todo de **ideologia de gênero e política** e que a sua reclamação não está ligada a vida pessoal do professor, a sua **opção sexual** [...] outra mãe se manifestou que não aceita a postura do professor, que acredita que esse assunto deve ser tratado pelas **famílias** e que o professor deveria **"apanhar uma sova"**[85], e que nos grupos de *WhatsApp* e redes sociais estão publicando fotos da placa de sua moto [...] outro pai não aceita a **ideologia de gênero ser discutida por esse professor,** outro pai fala que utilizará de **toda a sua influência** para pedir a **exoneração** do professor.[...] outro pai diz **que não gosta do professor**. [...] (Ata da escola onde João trabalha no Vale do Itajaí. Grifos nossos).

Maria, docente de filosofia, bissexual e feminista, da também pequena cidade de Timbó, no Vale do Itajaí, foi impedida de promover um sarau sobre gênero na escola. A atividade interdisciplinar

85 Em algumas regiões do interior de Santa Catarina, a expressão "dar uma sova", ou, ainda nessa expressão utilizada, "apanhar uma sova" significa agressão, provocar violência física.



envolvia outras docentes. O impedimento não veio de fora, mas de dentro da instituição, mais precisamente da direção. Maria e as colegas docentes fizeram um projeto todo pautado na BNCC e nos cadernos de Santa Catarina para tratar das questões de gênero. O diretor negou o projeto:

> [...] Ele [o diretor] falou que estava errado aquele projeto, que quando ele leu a primeira vez [a palavra gênero] passou batido, mas que aquele projeto não **podia ir para frente**. E aí a gente pediu, com ele sentado na reunião: "Por favor, tu mostra pra nós onde é que tá os erros desse projeto que a gente fez, tudo pautado na BNCC e nos documentos dos cadernos aqui de Santa Catarina, mostra pra gente onde está errado, para a gente poder mudar?". E aí ele se sentou, e aí, obviamente não tinha [erros], ele foi lendo e **toda vez que tinha a palavra gênero, ele grifava a palavra, ele sublinhou, assim com uma caneta a palavra gênero,** toda vez que aparecia a palavra gênero, aí ele falou: "ó, tudo isso aqui que eu grifei", que era só a palavra gênero nas suas repetidas vezes, "tem que mudar, não pode estar aqui". Daí a gente: "como assim, [nome do diretor] que outra palavra usar, porque quer que a gente mude, como assim não podemos usar a palavra?". Ele disse: "Olha, tudo o que vocês estão colocando aqui no projeto são questões muito importantes". Ele não diminuiu essas questões. "São questões muito importantes que a gente tem que estar trabalhando, mas a gente tem que cuidar em como a gente faz isso por conta da **imagem da escola**. Então, se chega num pai que está sendo trabalhado, **gênero aqui dentro, eu não acho isso certo**. **Porque a gente não está aqui para educar a sexualidade dos nossos alunos**". Isso são coisas que ele falou, daí a gente disse: "Tá, mas o que que tem a ver gênero com sexualidade?". A gente precisa usar essa palavra gênero, porque a gente está tratando de violência de gênero, a mulher está ali sofrendo única exclusivamente por uma questão de gênero, nesse momento, o garoto, ele sofrendo também por uma questão de gênero, de alguém que tem que colocar o seu gênero, acima do outro, são questões de gênero, é uma palavra. Aí ele falou



> "ah, mas os nossos pais?". Eu peguei o celular, fui no dicionário ver o significado da palavra gênero. Eu falei: "olha, [diretor], está vendo isso aqui, não é sexualidade". Aí ele disse: "Você está querendo me diminuir" e ele não olhava na minha cara, eu te juro, ele não olhava nos nossos olhos e era uma coisa que eu e as minhas colegas, a gente se sentia muito inferior. Ele olhava para a gente de uma forma que era, tipo: "vocês estão aqui me incomodando com essa coisa que eu não consigo não fazer, porque eu sei que nos documentos está certo". E daí ele olhou assim: "eu **sei o que significa gênero**, eu sei, mas o que eu estou falando é **que os nossos pais**, eles vão ver a palavra gênero e **eles vão pensar que a gente está falando de sexualidade, que a gente está falando de deixar o filho dele gay, e vocês sabem que é assim que eles pensam**" (Maria, Vale do Itajaí, grifos nossos).

Após insistência das docentes, a atividade foi realizada, mas com uma condição: "então vocês podem fazer todas as atividades, a gente só não vai fazer a parte da caminhada e a parte de ser aberto ao público"[86] (Maria). Além dessa condição – a de que a questão LGBTQIA+ não fosse abordada –, o temor do diretor não era tanto o evento em si, mas a imagem da escola e o que os pais pensariam ao ver essa temática sendo discutida.

CONCLUSÕES

Em Santa Catarina, com a plataformização da informação, o acesso à internet e a conteúdos desinformativos aliados ao empreendedorismo moral e sexual provocaram uma interiorização do pânico moral que recai, sobretudo, na escola. A categoria acusatória,

86 O evento aconteceu e ganhou notícia na mídia local de forma positiva, o que tem sido raro no interior catarinense. Notícia disponível em: https://www.jornaldomediovale.com.br/on-line/cotidiano/escola_ruy_barbosa_de_timbo_realiza_1o_sarau_genero_e_contemporaneidade.103677. Acesso em: 5 fev. 2025.



"ideologia de gênero" foi e continua sendo prolífica na criação dessa cruzada moral, que, pelo seu enraizamento na sociedade, acaba sendo um processo de normalização, atingindo até mesmo setores vistos como moderados ou de partidos de esquerda.

Esse pânico moral e sexual não é um elemento "novo", mas um *dispositivo* criado para alicerçar velhos "papéis" de gênero, ancorados em um tradicionalismo que vem ganhando adeptos, não apenas em pessoas religiosas, mas em grupos de diferentes faixas etárias, inclusive entre jovens.

Essa cruzada moral no estado catarinense aponta que a perseguição às sexualidades dissidentes e ao gênero é um *dispositivo* que atua na estigmatização, na demonização e na deslegitimação da sexualidade não cisheterossexual. Consequentemente, o(a) docente homossexual é mais perseguido(a) pela sua "infiltração" nos valores familiares tradicionalistas. A hipótese da pesquisa (Menin, 2023a) de que as sexualidades dissidentes eram as mais perseguidas por esse movimento antigênero se concretiza, sobretudo, para aqueles(as) que não performatizam masculinidades e feminilidades hegemônicas.

O que se denominou chamar de "ideologia de gênero" possui vitalidade: ela se (re)constrói, performatiza e teatraliza, no sentido de Butler (2018), a cada conquista e ações de grupos "minoritários". Essa reação vem com outro elemento que está na ordem do dia, ou na "moda": o tradicionalismo. Este, não necessariamente "novo", é uma reação à modernidade, embora pensado na modernidade. Como apontamos, há um elemento forte do (neo)conservadorismo em Santa Catarina que possui em seus longos *estratos do tempo* a herança de nossa colonização, arregimentada na tríade *fé, família e trabalho*. A ideia de que no passado nós temos a resposta para os problemas contemporâneos é visão do tradicionalismo diante da diferença, do "novo". É uma reação. Esse radicalismo diante do gênero na escola também é uma oposição entre o local, ou seja, as características de uma região, e o nacional ou internacional, como



aquelas características históricas e culturais, imaginadas ou não, que não podem ser renunciadas, provocando as tensões binárias entre o novo e o antigo, o sujo e o limpo, o bom e o mal.

O(a) leitor(a) deve estar se perguntando o que ganha o político de direita e de extrema-direita em retirar direito das minorias, propor leis antigênero ou, ainda, atacar docentes, mais especificamente em Santa Catarina. A resposta é: capital político e simbólico. Além disso, esse (neo)conservadorismo global atua na projeção de lideranças locais, no número crescente de jovens antiprogressistas e na pauta dos costumes como meio de se fazer política. Santa Catarina é destaque nacional desse movimento antigênero no Brasil. A estratégia de um grupo (neo)conservador da Igreja Católica e, mais recentemente, da Igreja Evangélica, em incluir personagens de fora da Igreja contra o gênero surtiu efeito, além de políticos(as), outras religiões, neopentecostais, juristas, cientistas, acadêmicos, docentes etc., têm disputado essa atenção afetiva de suas respectivas audiências. Essa audiência pode ser on-line, no caso das plataformas digitais, ou presencial, como nos políticos e discursos políticos. Os discursos de ódio movidos por esses grupos políticos e religiosos têm gerado lucro nas empresas que administram redes, são mercadores da economia do pânico moral e sexual.

A primazia dos pais educar seus(as) filhos(as) conforme suas convicções está presente nesses discursos contra o gênero, reatualizados do Vaticano. Essa estratégia tem mobilizado outro *dispositivo* moral da judicialização religiosa que ataca docentes que discutem gênero e outros temas considerados "perigosos". "Deus" e o uso de seu nome em contexto político têm tornado o Estado. É uma tentativa de recolonizar o gênero e as sexualidades dissidentes a partir dos próprios colonizados. Essa colonização tem na escola um de seus principais objetivos, tendo em vista que a escola, e especificamente a comunidade escolar, persiste em silenciar a agência e a diversidade das vozes dos(as) estudantes.



De tempos em tempos, a pauta dos costumes se torna o bode expiatório dos valores tradicionais. Isso tem história no Brasil e no mundo. Essa onda conservadora atual tem rompido barreiras geográficas, políticas, de classe e de gênero no ataque às pautas progressistas e de direitos humanos. Essa lupa que utilizamos para entender Santa Catarina nos ajudou a compreender o global, em que uma direita radical e fundamentalista encontra um microlaboratório de uma agenda glocal propícia para atuar.

Essa reação atual, que, como demonstramos, possui elementos novos, é uma tentativa de inserir esse "problema" novamente no armário e mantê-lo no privado da família tradicional catarinense.

REFERÊNCIAS

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. *In*: LEACH, Edmund (org). **Anthropos-Homem**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BIROLI, Flávia, MACHADO, Maria das Dores Campos, VAGGIONE, Juan Marco. **Gênero, Neoconservadorismo e Democracia**: Disputas e Retrocessos nas América Latina. São Paulo: Boitempo, 2020.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CACERES, Michael. Escola em SC promove ideologia de gênero e é alvo de críticas. **Good Prime**, 2021. Disponível em: https://www.gospelprime.com.br/escola-em-sc-promove-ideologia-de-genero-e-e-alvo-de-criticas. Acesso em: 16 set. 2025.

CAMPOS, Carmen Hein de; BERNARDES, Márcia Nina. Violência contra as mulheres, reação violenta ao gênero e ideologia de gênero familista. **Civilistica.com**, v. 8, n. 1, p. 1-19, 2019.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade. Vol. 1**: A vontade de saber. Rio de janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**: curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SUMÁRIO



HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar. **IBGE**, c2025. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9134-pesquisa-nacional-de-saude-do-escolar.html?=&t=resultados. Acesso em: 16 set. 2025.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2014.

MARCUS, George. Ethnography in/of the world system: the emergence of multisited ethnography. **Annual Review of Anthropology**, n. 24, p. 95-117, 1995.

MENIN, Assis Felipe. **Do global ao local, a onda conservadora sai do "armário"? O debate sobre gênero e diferença sexual nas escolas do interior de Santa Catarina**. 2023. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, 2023a.

MENIN, Assis Felipe. Ataques e censuras a docentes que discutem gênero na educação básica no interior do Estado de Santa Catarina. **Revista del CESLA. International Latin American Studies Review**, n. 32, p. 5-22, 2023b.

MENIN, Assis Felipe; PEDRO, Joana Maria. CONMIHIJOSNOTEMETAS: O Movimento Antigênero na Educação da América Latina. **Revista Geoaraguaia**, Barra do Garças, v. 14, n. especial, p. 41-70, 2024.

MENIN, Assis. Felipe; PEDRO, Joana Maria. A escola, o gênero e os embates com o neoconservadorismo 'restaurador.' **Políticas Culturais em Revista**, v. 15, n. 1, p. 291–314, 2022.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. "Ideologia de gênero": notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, v. 32, p. 725-748, 2017.

RÉCHIA, Karen Christine; WOLFF, Cristina Scheibe. Mulheres de Santa Catarina: vidas de trabalho. *In*: BRANCHER, Ana (org.). **História de Santa Catarina**: estudos contemporâneos. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

RENK, Arlene. **Narrativas da diferença**. Chapecó: Argos, 2004.

SEFFNER, Fernando. Em tempo de guerra todo buraco é uma trincheira. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 30, n. 2, 2022.



Parte IV

Adriana Guzmán Arroyo[87]

¿DE QUÉ FEMINISMOS ESTAMOS HABLANDO? GÉNERO, PATRIARCADO Y DESPOLITIZACIÓN

DE QUE FEMINISMOS ESTAMOS FALANDO? GÊNERO, PATRIARCADO E DESPOLITIZAÇÃO

WHAT FEMINISMS ARE WE TALKING ABOUT? GENDER, PATRIARCHY, AND DEPOLITICIZATION

Aski arumakipan mama pacha, mapu, mama cocha, baleias, kullakanakas, jilatanakas, jaqenakas. Jallalla tinkupacha, jallalla tinku yatichiripacha.

Quiero agradecer mucho a este territorio que nos contiene, este "maritorio", este territorio de la mar que nos recibe y que nos permite hoy encontrarnos en este "haciendo género", "Fazendo Gênero". Agradecer a la pacha, la mapu, a todas las formas y nombres que le hemos dado a la tierra y al territorio, a las abuelas que ahí habitan. Quiero agradecer a las ballenas, que a pesar de que haya sido este un territorio de muerte, siguen viniendo aquí a dar la vida como me han contado. Y es nos da la certeza de que la vida sigue ganándole a la muerte. Esto me hace pensar en el nombre del seminario "Contra el fin del mundo", pues el mundo no se está acabando, sino que hay que enfrentar a la muerte con las distintas formas de vida que tenemos. Quiero agradecer entonces a las ballenas por seguirnos enseñando eso todos los días, aunque no estén aquí en el Seminario.

Quiero también decir hoy, que puedo estar aquí, en este espacio y estaba pensando si era mejor quedarme en el sillón, pero creo que parte de la descolonización y de la responsabilidad política con las

87 Transcrição, revisão e edição por Matilde Quiroga Castellano.

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-480-3.23

SUMÁRIO



abuelas es ocupar este lugar, en el podio, que siempre ha sido negado a nosotras, y que en vez de tener miedo y vergüenza, hay que plantear que el miedo y la vergüenza cambien de lado y que sea el sistema académico el que tenga miedo y vergüenza por no haber abierto este espacio a los cuerpos que lo han sostenido, que son los cuerpos de los pueblos, indígenas, originarios, trabajadores, empobrecidos.

Así que por eso estoy aquí, en este "parlatorio" creo que se llama, en este lugar donde habla la gente importante, porque creo que son importantes las luchas y poder hablar de esas luchas. Estoy aquí para decir que el zapatismo vive, que la lucha sigue. Que, como acordamos en el encuentro de mujeres que luchan, acordamos vivir y aquí estamos y estamos vivas y vamos a seguir luchando.

Quiero decir, que en Perú la dictadura sigue y que no podemos mantenernos calladas hasta que la dictadora, hasta que Dina asesina, no esté en la cárcel y haya justicia para las hermanas, los hermanos, las wawas, las niñas y los niños masacrados en Puno, en Ayacucho, en Andahuaylas. Queremos justicia y Fujimori nunca más.

Quiero decir que también estoy aquí con todo el dolor que significa para mí saber que hermanas y compañeros del pueblo garífuna[88], de OFRANEH[89], siguen en Honduras siendo perseguidos y detenidos por defender la tierra. A pesar de que los gobiernos han cambiado en el pueblo de Honduras, sigue habiendo persecución, así que exigimos libertad para todas las defensoras de los territorios que hoy están siendo perseguidas y que están detenidas en ese territorio.

88 Los garífunas son un grupo étnico mixto afroindígena que habita principalmente las costas del caribe de Honduras, Belice y Guatemala.

89 Tal como explicado en su página web "la Organización Fraternal Negra Hondureña, OFRANEH, Surgió en el año de 1978, como Federación del pueblo garífuna de Honduras, compenetrándose en la defensa de sus derechos culturales y territoriales, con el propósito de lograr la sobreviviencia como cultura diferenciada".



Quiero decir que estoy aquí también porque creemos realmente que la lucha es desde Abya Yala[90] hasta Kurdistán, que el pueblo kurdo sigue enfrentando y resistiendo todo el genocidio de Erdogan y todo el genocidio de Turquía. A pesar de eso las mujeres siguen luchando, siguen haciendo genealogy, siguen creyendo y siguen acercándose más hasta Abya Yala, porque las luchas no pueden ser con las fronteras patriarcales, porque las luchas son rompiendo las fronteras patriarcales, las fronteras políticas y las fronteras epistemológicas que nos impone el colonialismo.

Quiero decir también que, en Guatemala, a pesar de que hay otro gobierno, las lógicas de poder, de saqueo extractivista se mantienen junto con los sicariatos, la persecución a los pueblos, así que toda la denuncia y la solidaridad con el Consejo de Pueblos K'iche que siguen siendo perseguidos. Hace poco ha sido asesinado el compañero Jesús López del Consejo de Pueblos K'iche por defender el territorio, por enfrentarse a las madereras, por enfrentarse a las transnacionales, porque a pesar de que los gobiernos cambian, las lógicas de poder y las oligarquías no cambian.

Finalmente, pensando que esto no es solamente una vitrina y que un día expone alguien y mañana expone alguien más, sino que se trata de tejer, de hilar los discursos, los dolores y las rabias que tenemos, quiero traer la frase con la que ha cerrado anoche la profesora Amina Mama para decir que Palestina debe ser libre y Palestina será libre.

Esa es una responsabilidad que nos llevamos: pensar desde los feminismos y pensar desde las epistemologías, las luchas, las pesquisas y todo lo que he estado escuchando en estos días ¿Cómo hacemos que este genocidio no se mantenga, que este genocidio no

90 Abya Yala es el nombre que proponen los pueblos indígenas para denominar al continente americano. Se trata de un concepto ancestral, espiritual y político, alternativo a nominaciones coloniales, que expresa su relación con el territorio, la vida, la naturaleza y la identidad colectiva de los pueblos.



tenga la impunidad que tiene en todos los territorios con el silencio de los gobiernos? Y a veces con el silencio de las propias organizaciones, con las discusiones dentro de los feminismos sobre qué muertas valen más o qué muertes valen menos. Creo que el genocidio tiene que ver con esta reinvención que está haciendo el sistema, que está imponiendo la muerte como una única forma de relacionamiento y que hay una responsabilidad ahí para pensar realmente. Si hay una pesquisa que hay que hacer, es ver cómo enfrentamos a este sistema que nos está imponiendo la impunidad del genocidio hacia Palestina, la impunidad del Estado de Israel, la complicidad de las Naciones Unidas y de todos los organismos internacionales de los derechos humanos, que solamente le sirven al sistema para defender los intereses de Israel hoy, de Estados Unidos y de mantener las guerras y los conflictos en distintos territorios. Así que empiezo dejando tarea como dicen, empiezo convocándonos a pensar eso desde los feminismos.

Quiero agradecer la convocatoria a este "Fazendo Gênero" y también decir que habíamos hablado mucho sobre de qué trataría esta conferencia o sobre qué podíamos plantear y entonces la hemos llamado "¿De qué feminismos estamos hablando? Género, patriarcado y despolitización". Más que pensar de qué feminismos estamos hablando, me gustaría plantear, que reflexionemos, sobre qué feminismo es posible hacer desde la academia.

Nosotras, como feministas comunitarias, hemos planteado siempre, desde nuestra experiencia, que el feminismo no se estudia, se hace. El feminismo se hace desde el cuerpo. Y entonces, ¿qué feminismo es posible hacer desde la academia, desde el espacio de estudio, desde la pesquisa, desde la investigación? Quiero hablar un poco de eso, de qué feminismos estamos hablando, de qué feminismo es posible hacer en este espacio de conocimiento y también qué relación tiene eso con los sistemas políticos como el Estado, en estos tiempos de fascismo, en estos tiempos de tanta desesperanza.



Primero, creo que los feminismos se hacen no se estudian, pero también hay que pensar estas críticas que hemos hecho a los feminismos coloniales, racistas, a los feminismos liberales, individualistas, feminismos que son capaces hoy de aceptar que no hay un binarismo sexual, pero siguen manteniendo un binarismo político. Es o dictadura o democracia, o eres colonial o eres decolonial cuando hay bastante pensamiento decolonial que es colonialista, que es racista, que lucra con los pueblos y que se vende desde los Estados Unidos. Toda una contradicción de lo decolonial. Entonces esta es una convocatoria también a construir feminismos que tengan un pensamiento o una epistemología diríamos, política, no binaria. Hay muchas posibilidades de hacer la lucha, hay muchas posibilidades, muchos proyectos políticos. El Estado no es el único proyecto político y la academia no es el único lugar para luchar.

¿Qué feminismo podemos construir en la academia o cómo podemos estar segures, seguras de que estamos haciendo feminismo?

Nuestro cuestionamiento a la academia ha sido siempre de interpelar para que haya un feminismo útil para la lucha de los pueblos. Un feminismo que sirva para la lucha contra la violencia. No que hable y teorice sobre la violencia, sino que sirva para acabar con la violencia. No queremos administrar la violencia, ni un mejor protocolo, ni un formulario más completo. Necesitamos erradicarla, acabar con la violencia y para eso hay que enfrentar al sistema patriarcal.

¿Cuáles son las limitaciones que nosotras vemos en la academia y en el feminismo que produce o del que se habla dentro de la academia? Nosotras hemos cuestionado ya el feminismo eurocéntrico. Hemos planteado que el feminismo se hace desde los cuerpos, desde los territorios, desde los ríos donde hemos nacido, desde las montañas que son fundamentales para nosotras para vivir, pero creo que eso no es suficiente cuando estamos hablando de la academia. Creo que hay que profundizar esta discusión. Para nosotras por lo menos, una responsabilidad es recuperar la palabra universidad y



dejar de llamarnos academia. Porque la academia es un privilegio que creo que está en Nueva York y tal vez en algún lugar de Europa, donde escribe la gente que se lee, la gente que leen también aquí. Y la universidad te vende la idea de que alguien te va a leer y por ahí no se leen ni entre ustedes. Porque esta no es la academia, porque la academia es una cuestión de poder, de privilegio. Y yo no sé, no conozco mucho Brasil, pero no creo que esté aquí. Quienes se siguen leyendo, los clásicos siguen siendo quienes producen en Nueva York y quienes producen en Europa. Sigue siendo Butler, Foucault y no estamos entre ellos. Y no debería ser nuestra aspiración, ¿por qué la academia tiene que vendernos esa aspiración a escribir, a ser leída, a ser famosa? y no nos vende la aspiración de aportar, de contribuir a un barrio, a una comunidad, a mi barrio, a mi comunidad, a mi forma de entender el mundo. Entonces la estructura de la universidad es la que se ha transformado y por eso creemos que es importante recuperar, discutir y reivindicar la Universidad militante. Esa que hemos cuestionado nosotras mismas en los ´70, porque igual era colonial, pero era una universidad militante. Ahí servía leer el manifiesto comunista, no leías el manifiesto comunista para escribir otro manifiesto, leías para salir a luchar y para tomar las armas si era necesario. Leías para poner el cuerpo, no para poner un paper y eso es fundamental.

Entonces creemos que es parte de la descolonización recuperar la palabra universidad, nosotras no somos la academia, no queremos la academia, lo que queremos es hacer conocimiento, planteamientos, herramientas útiles para la lucha de los pueblos. La producción de ese conocimiento no puede generar una crisis existencial de salud o suicidios incluso por hacer una tesis. ¿Cómo es posible que la academia, la universidad no se pregunte eso? ¿qué está pasando con su metodología? además del ejercicio del poder, de la violencia, la humillación y la negación. Porque hay que citar siempre a los clásicos, a la fuente, a los primeros que hablaron de eso, pero no puedo citar a mi abuela que me ha enseñado que el patriarcado, que la violación y el colonialismo nos ha puesto en ese



lugar y que levantamos la cabeza, que tenemos dignidad y que por eso enfrentamos las lógicas coloniales. No porque hemos leído un libro ni porque nos lo han enseñado en la universidad, sino por responsabilidad con nuestras abuelas, abuelos que han luchado desde los pueblos para vivir con dignidad, para recuperar su territorio. Por eso hablamos de colonialismo, por eso denunciamos las relaciones de poder. ¿Cómo no la voy a poder citar, cómo no va a ser posible nombrar, no incluir en esas formas bibliográficas, tecnológicas la voz de nuestras abuelas, la voz de los pueblos, la voz de las comunidades que han resistido en estos territorios? Porque no ha resistido la academia, han resistido los pueblos. A los territorios los han cuidado los pueblos y los que hoy van a enfrentar esto que puede ser el fin del mundo, el desastre, el extractivismo, las lógicas de saqueo de los territorios van a seguir siendo los pueblos.

Entonces más que pensar qué feminismo es posible hacer en la academia, es recuperar, transformar esa estructura que ha sido cooptada por el sistema, para realmente hacer feminismos que puedan enfrentar el patriarcado. No es casual que la academia se haya cerrado, que la universidad no sea la universidad militante de los ´70 que estaban con las organizaciones obreras, con los trabajadores, con los campesinos. No es extraño que no sea esa universidad, esa universidad no le sirve al sistema, al sistema le sirve esta universidad cerrada. No lo digo solo por Brasil, en todas partes la academia está así, en una burbuja, en un monólogo cada vez más imposible de entender, cada vez más impenetrable, cada vez de menos utilidad para los movimientos sociales. Es necesario cambiar esas estructuras que el sistema ha profundizado para hacer academias como espacios de consumo de conocimiento, de producción de mercancía, como máquinas de desclasamiento y de racismo. Eso lo ha hecho el sistema y es necesario pensar y transformar esa estructura que nos ha convertido hoy en una academia que ha dejado de ser la universidad militante.



Nosotras tenemos incluso un montón de cuestionamientos para que nuestras hijas e hijos entren a la universidad, porque es una máquina de desclasamiento, porque les perdemos. Porque en vez de que vayan y aporten a la comunidad, van y después quieren hacer un doctorado no sé dónde, no sé qué investigación no sé dónde y nunca vuelven. Y esa es la estrategia que hoy está utilizando el sistema con la universidad pública. No es un hecho aislado, es parte de esta reinvención del sistema el uso del conocimiento como herramienta de desclasamiento, como herramienta de colonización. Y entonces las expectativas, por supuesto, ya no son trabajar la tierra. Las expectativas son escribir un libro. Pero si trabajas la tierra, puedes comer y si escribes un libro no lo sé.

Entonces es necesario para hablar de qué feminismos hacemos desde la universidad, recuperar la palabra universidad, recuperar el trabajo militante de la universidad, la de los ´70, de los ´80, de las universidades que han enfrentado las dictaduras. Por eso las dictaduras entraban a las universidades, detenían, mataban y desaparecían estudiantes, porque tenían una posición política. Hoy no lo harían porque no hay ninguna amenaza en la universidad. Hoy no intervienen las universidades porque no producimos ningún conocimiento que atente contra el sistema, esa ya es una señal de que algo está mal dentro de las universidades o de las llamadas academias.

Entonces el planteamiento un poco es si la academia, la universidad, es un sistema político que todavía es vigente, útil para las luchas. En este momento creemos que está cooptado por el sistema, que está siendo funcional al sistema, que está desclasando, que en nombre del pensamiento decolonial está produciendo más colonialismo. Está convirtiendo lo decolonial y todo ese pensamiento en una mercancía, en un montón de cursos que haces, que pagas, que no terminas de hacer y que finalmente terminan hablando y viviendo de los pueblos, de los pueblos originarios, los pueblos indígenas, los pueblos negros. Vendiendo la sabiduría, la espiritualidad, la ancestralidad, convirtiendo todo en una mercancía para finalmente



reproducir esas lógicas coloniales asistencialistas que van a seguir mirando a los pueblos solamente como los custodios de la naturaleza. Los custodios de ese territorio que necesitan otros países para seguir viviendo. Entonces, eso es parte de las resistencias, pensar en construir un pensamiento decolonial, anticolonial, de descolonización que parta de sus propios cuerpos, que parta de sus propios territorios. No se va a leer, a investigar a la vecina, porque hay una relación de poder. No se va a investigar a una comunidad, por más que haya buena intención, hay una relación de poder. La forma en la que vamos a poder encontrarnos es cuando cada cual pueda comprender cómo funciona el sistema en su cuerpo y en su territorio. Nos vamos a encontrar, ya no para compartir investigaciones. Nos vamos a encontrar en la lucha, nos vamos a encontrar en las calles denunciando al fascismo, denunciando al racismo, porque realmente vamos a comprender cómo se estrella el sistema sobre nuestros cuerpos. Entonces, se trata de un feminismo que sea capaz de interpelar la universidad, que sea capaz de transformarla para que no siga siendo una herramienta patriarcal. Se trata de feminismos que sean útiles, que dialoguen con los pueblos, que hagan más revisión de lo que pasa en los cuerpos, nos resistamos a que borren la primera lectura que tenemos que hacer que es la de nuestro cuerpo. Como siempre decimos, no puede ser que tengamos que entender la clase leyendo Marx y no viendo a nuestras mamás, nuestras abuelas y nuestros abuelos trabajadores de la clase obrera, indígenas, campesinos que han vivido la explotación, que han vivido en sus cuerpos lo que es la acumulación de riqueza, que su sangre, su vida, su energía, está en eso que se llama hoy oligarquía.

Es fundamental que no dejemos que nos impongan estas lecturas por sobre la lectura de nuestro cuerpo, de nuestra memoria, de nuestras ancestras, de nuestro territorio. Es fundamental que hablemos de una universidad que te permita mirarte al espejo, y no solamente para decir que tienes raíces indígenas, porque el árbol no tiene raíces, el árbol es la raíz y la raíz es el árbol; aunque sea más fácil decir que una tiene raíces porque es una forma de decir que no



es indígena. Es necesario una universidad que te permita interpelarte y reconocerte negra, reconocerte guaraní, kaingang, reconocerte aymara, reconocerte indígena y en ese reconocimiento romper el pacto colonial, patriarcal que se reproduce a través del conocimiento para negar a nuestras abuelas, para negar a nuestros ancestros y para aspirar a ser eso que no somos, eso que se ha llamado academia.

Esas son para nosotras, como feminismo comunitario antipatriarcal, las tareas que hoy hay que enfrentar desde la universidad, desde esta herramienta que ha sido una herramienta de lucha para los pueblos. Hay que recuperarla hoy porque está tomada por el sistema, por la lógica capitalista, por la producción de mercancía, por el consumo, por generar consumo. Por haberse construido desde las lógicas del propio sistema de productividad donde tienen que escribir miles de artículos que nadie va a leer, que causa una crisis no solo existencial, sino social, porque la gente está pensando cuando lo que necesitamos hacer es estar luchando en las calles, estar resistiendo en los barrios, estar peleando en las comunidades.

Una segunda cosa sobre la que a mí me parece urgente poder hablar pensando en "¿De qué feminismos estamos hablando? Género, patriarcado y despolitización", tiene que ver con la instrumentalización de los feminismos. Todo el mundo es feminista ahora, incluso las candidatas a diputadas fascistas son feministas. La política, los partidos, los Estados han hecho una instrumentalización del feminismo. Cuando a mí me dicen: algunas mujeres indígenas no quieren ser feministas, yo digo yo tampoco. Yo soy feminista por necesidad, porque la palabra nos ha servido, porque estar dentro del movimiento feminista nos ha servido para luchar. Pero entiendo que muchas no quieran ser feministas, porque el feminismo está despolitizado, es una moda, es una fecha, es solo salir en una marcha, es un discurso que venden los gobiernos o es una política pública que nunca llega a tu casa, que no transforma. Entonces estamos en un tiempo en el que hay que decidir si disputamos la palabra feminismo ¿Nos disputamos el sentido político de esa palabra o nos vamos a inventar otra?



Nosotras creemos en la lucha en el territorio de las palabras y queremos disputar la palabra feminismo. Porque no creemos que sea propiedad privada de nadie, porque no creemos que haya nacido en Francia con la revolución francesa, porque creemos que ha nacido en la lucha de nuestras abuelas, de nuestras ancestras y que se mantiene hoy en la lucha frente a ese patriarcado capitalista, extractivista, colonial, racista y neoliberal. Creemos que hay que disputar la palabra feminismo y entonces hay que pensar cómo hacemos que estos feminismos realmente sean antipatriarcales, que piensen en destruir la estructura económica y política que sostiene al patriarcado. No basta con feminismos que nos hablen de derechos, de verdad que ya no se puede. No se puede más con feminismos que nos hablen de empoderamiento. ¿Empoderamiento de quién? Quienes han terminado empoderados en los últimos 25 años de procesos progresistas en la región son las transnacionales, los empresarios, los oligarcas. Tenemos más de 25, 30 años de cooperación internacional de ONG que viven haciendo capacitación y empoderamiento de las mujeres. Más de 25, 30 años y hoy esa cooperación, que es un brazo del sistema colonial, quiere hacer formación feminista decolonial. Entonces la cooperación, las ONG, también agarran lo que necesitan, consumen, lo despolitizan y eso está pasando con los feminismos, con los feminismos comunitarios, territoriales, decoloniales. La cooperación se quiere descolonizar y eso es imposible, es una contradicción. A las revoluciones nunca las han hecho las ONG, como a las revoluciones nunca las han hecho los Estados. Solo las organizaciones hacen revoluciones, solo los pueblos hacen transformaciones. Es necesario construir un feminismo que venga desde los pueblos, que sea útil, como decía, para la lucha de los pueblos. Es necesario entonces pensar en feminismos que no sean interlocutores solamente del Estado.

En los últimos años, por esta instrumentalización del feminismo, pero también por una lógica colonial de la política, nos imponen al Estado como el único interlocutor para hablar de salud, para hablar de educación, para hablar de autonomía. Porque así, imponiéndonos al Estado, nos quitan la mirada sobre nuestra autoorganización,



sobre la comunidad, sobre la capacidad de hacer nuestra propia salud, sobre la capacidad de generar nuestra propia justicia, sobre la capacidad de resolver nuestros propios problemas. Y eso no es una utopía, eso es una realidad, porque las comunidades viven al margen del Estado, resuelven sus problemas, construyen su salud, producen su comida y no tienen que vivir solamente pensando en el Estado. Entonces este pensamiento colonial que nos ha impuesto al Estado como único interlocutor ha sido también recuperado por los feminismos que han empezado a dialogar solamente con los Estados.

El Estado es para nosotras un proyecto fallido, ya ha demostrado que es incapaz de responder a los pueblos, que cuando como organizaciones como dice la izquierda, que también es necesario descolonizar, como dice la izquierda, hay que tomar el poder cuando se toma el Estado, el Estado te toma, se toma las organizaciones. El Estado se come a las compañeras, a los compañeres, el Estado se come los sueños, la fuerza política, la rabia, la indignación y terminamos teniendo compañeras funcionarias públicas que se alejan de la organización y que no pueden resolver lo que pensábamos que podían hacer. No se puede hacer un real ministerio de las mujeres muchas veces, o un real ministerio (en el caso de Bolivia) de la descolonización y la despatriarcalización, porque el Estado administra ese sistema patriarcal, colonial, capitalista, racista, porque el Estado no lo va a destruir. Entonces la pregunta es como feminismos ¿vamos a seguir apostando a un Estado distinto, un Estado socialista, plurinacional en el caso de Bolivia, un Estado descolonizador, amigo, un Estado de izquierda? O realmente vamos a pensar en construir otros proyectos políticos, donde está, por ejemplo, la memoria ancestral de los pueblos. La memoria es real porque hoy los pueblos están organizados en comunidades, en confederaciones ¿vamos a pensar en alimentar esta autoorganización?

El feminismo se hace desde el cuerpo, se hace desde el territorio y no se hace para el Estado. El feminismo se hace para construir la vida digna para cada una, para cada uno de nosotros, para la Pacha, para la naturaleza y eso no es posible con el Estado.



Dialogar con el Estado es siempre ceder. Y para nosotras entonces, es necesario construir estos feminismos de la comunidad, de la autoorganización feminismos, de la confederación. Eso no quiere decir que el Estado no existe, quiere decir que no pongamos todas nuestras fuerzas y todos nuestros sueños en el Estado. Quiere decir que podremos organizarnos quienes creen el Estado, quienes hacen partido político. Tenemos más de 25 años de gobiernos progresistas y los resultados han sido en Brasil, Bolsonaro; en Argentina, Milei; en Bolivia un golpe de Estado. ¿Es una arremetida contra los pueblos? Sí, pero también es una prueba de la incapacidad de administrar una máquina patriarcal.

La universidad, la academia, los partidos políticos, los movimientos sociales seguimos en algún sentido alimentando esta idea del Estado, esperando ver qué pasa en las elecciones y esperando que la derecha no gane, conformándonos siempre con lo mínimo, con el proyecto mínimo, con el "menos peor". Son siglos de esto, en el caso de Bolivia 200 años. Y habiendo pasado por el Estado Plurinacional, creemos que la convocatoria es ésta, la convocatoria es a construir comunidad, la convocatoria es a cada vez reducir más el poder del Estado, el poder territorial, el poder político, el poder simbólico. Como el Estado se ha metido en la cabeza es necesario, parte de la descolonización, es dejar de pensar en el Estado y para dejar de pensar en el Estado hay que pensar más en la comunidad, más en la autoorganización, más en la organización territorial, en nuestra capacidad de autoorganización. Es entonces una convocatoria a romper con las lógicas individualistas que alimenta el Estado, con las lógicas caudillistas que alimenta el Estado, con las lógicas democráticas que no nos han servido a los pueblos. Dentro de esas lógicas democráticas que son intocables, son candidatos los fascistas, son candidatos los racistas y pueden volver a ser elegidos. Porque mientras no esté en la cárcel siempre va a estar presente en la política, ¿no? Y ese ha sido el error en toda la región. Ninguno está en la cárcel, Bolsonaro no está en la cárcel y Jeanine Áñes no está en la cárcel.



Esos son los errores que hace la democracia, las izquierdas, la necesidad de gobernabilidad ¿gobernabilidad para quién? ¿para los pueblos en crisis, para los pueblos en los que se profundiza el extractivismo? Es necesario hoy pensar en otro proyecto político que no sea el Estado.

Finalmente, para nosotras como mujeres aymaras, es necesario decir que la justicia climática y todas las teorías y conceptos que se han construido sobre los pueblos reproducen también una lógica colonial. Porque entonces los feminismos y las academias se preocupan por los bosques, por las aguas, por el mar y no por las niñas que son violadas en esos bosques, por los pueblos que desaparecen, por todo el consumo que se hace dentro del mar. No están separados los pueblos de la naturaleza, no se puede elegir lo que parezca más fácil o más bonito. La lucha contra un sistema patriarcal extractivista, que sigue saqueando los territorios, sigue siendo la lucha contra el saqueo de los pueblos, contra el saqueo de los cuerpos y territorios. Y decía ayer la profesora Amina Mama, que ya en los años ´70 en el feminismo en África se hablaba de interseccionalidad. Imagínense, 50 años después se está hablando aquí de decolonial e interseccional, y yo digo, 500 años después estamos hablando de descolonización. La Universidad siempre llega un poco tarde. Hay que intentar apurar nuestro paso para realmente acabar con el patriarcado. Gracias.

Miléia Santos Almeida
Marta Aparecida dos Santos Mamédio

"NÓS SOMOS TERRA": IMAGENS DA RE-EXISTÊNCIA DE MULHERES INDÍGENAS NO OESTE DA BAHIA

"WE ARE LAND": IMAGES OF THE RE-EXISTENCE OF INDIGENOUS WOMEN IN WESTERN BAHIA

"SOMOS TIERRA": IMÁGENES DE LA REEXISTENCIA DE LAS MUJERES INDÍGENAS EN EL OESTE DE BAHÍA

RESUMO:

Este ensaio se propõe a narrar alguns fragmentos da vida e da luta de mulheres indígenas que semeiam suas histórias nas terras da região Oeste da Bahia, a partir de imagens registradas entre os anos de 2021 e 2024 e que compuseram parte da mostra fotográfica *Mulheres Território* durante o Seminário Internacional Fazendo Gênero 13. A ancestral (re)existência das indígenas mulheres se traduz em sua atuação decisiva no chão das aldeias, na luta por seus territórios, na valorização da biodiversidade, na produção do bem-viver e na defesa de seus direitos. Na Bahia, terra pioneira não só da violência colonial, mas de uma voraz resistência, as mulheres indígenas ressignificam seus papéis de liderança e de cuidado, ao tempo em que conservam as tradições de suas antepassadas. Elas são importantes agentes da autossustentabilidade das aldeias por meio dos artesanatos de miçangas, cerâmicas e plantio de alimentos. Protagonistas das suas histórias, as indígenas do oeste baiano *autodemarcam* seus territórios e sua importância na luta e na defesa dos direitos. Com cinco cacicados regidos por mulheres e diversas lideranças femininas em todas as aldeias, enraizadas em uma região que é considerada o polo do agronegócio da Bahia, essas mulheres-território seguem descolonizando corações e mentes.

Palavras-chave: Mulheres indígenas. Fotografias. Oeste da Bahia.

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-480-3.24

SUMÁRIO



SUMÁRIO



ABSTRACT:

This essay aims to narrate some fragments of the life and struggle of indigenous women who sow their stories in the lands of the Western region of Bahia, based on images recorded between the years 2021 and 2024 and which made up part of the photographic exhibition "Territory Women" during the "International Seminar Making Gender 13". The ancestral (re) existence of indigenous women translates into their decisive action on the village floor, in the fight for their territories, in the valorization of biodiversity, in the production of good living and in the defense of their rights. In Bahia, a pioneering land not only of colonial violence, but of voracious resistance, indigenous women re-signify their roles of leadership and care, while preserving the traditions of their ancestors. They are important agents of the villages' self-sustainability through beadwork, ceramics and food planting. Protagonists of their stories, the indigenous women of western Bahia self-demarcate their territories and their importance in the struggle and defense of rights. With five chiefdoms governed by women and several female leaders in all villages, rooted in a region that is considered the agribusiness hub of Bahia, these women-territories continue to decolonize hearts and minds.

Keywords: *Indigenous women. Photographic. Western Bahia.*

RESUMEN:

Este ensayo tiene como objetivo narrar algunos fragmentos de la vida y lucha de las mujeres indígenas que siembran sus historias en las tierras de la región Occidental de Bahía, a partir de imágenes registradas entre los años 2021 y 2024 y que formaron parte de la exposición fotográfica. "Territorio de Mujeres" durante el "Seminario Internacional Haciendo Género 13". La (re)existencia ancestral de las mujeres indígenas se traduce en su acción decisiva a nivel de pueblo, en la lucha por sus territorios, en la valorización de la biodiversidad, en la producción del buen vivir y en la defensa de sus derechos. En Bahía, tierra pionera no sólo de violencia colonial, sino de resistencia voraz, las mujeres indígenas resignifican sus roles de liderazgo y cuidado, al tiempo que preservan las tradiciones de sus antepasados. Son agentes importantes de la autosostenibilidad de las aldeas mediante el trabajo con abalorios, la cerámica y la plantación de alimentos.

Protagonistas de sus historias, las mujeres indígenas del oeste de Bahía autodemarcan sus territorios y su importancia en la lucha y defensa de los derechos. Con cinco jefaturas gobernadas por mujeres y varias líderes femeninas en todas las aldeas, arraigadas en una región considerada el centro de agronegocios de Bahía, estos territorios de mujeres continúan descolonizando corazones y mentes.

Palabras clave: *Mujeres Indígenas. Fotografías. Oeste de Bahia.*

SUMÁRIO



INTRODUÇÃO

"Elas seguem sendo Terras, Raízes e Sementes."

Eva Potiguara

Durante a abertura do Encontro das Mulheres Indígenas do Cerrado em 2024, realizado na aldeia do povo Kiriri de Barreiras[91], na Bahia, a vice-cacica Daniele Potiguara[92] empunhou o microfone para ecoar a frase "nós somos terra". Denunciou a morosidade contemporânea no processo de demarcação das terras indígenas que continua a ameaçar a existência de populações que sobreviveram inúmeras vezes aos anúncios de "fim do mundo" impostos pela exploração colonial e moderna do capitalismo ocidental. Sua voz carregava séculos de resistência originária de suas ancestrais, do litoral aos sertões desse vasto continente Pindorama, de mulheres que, mesmo arrancadas de seus territórios, geraram flores de resistência que nasceram e renascem valentemente em meio à luta indígena.

91 Atualmente é o principal centro urbano do Oeste da Bahia, com população estimada em 170.667 pessoas. Acredita-se que a região era ocupada por indígenas do tronco linguístico Macro-Jê no início do período colonial, povos que foram alvo de violentos processos de extermínio e assimilação, mas também protagonizaram processos de resistência e deslocamentos. Atualmente, o povo Kiriri é o mais expressivo no município e, originário da região Norte do estado, se estabeleceu a partir de 2010 em Barreiras, encampando a luta pela demarcação de suas terras.

92 Da aldeia de Muquém de São Francisco-BA.

SUMÁRIO

Flores como a que se destaca na primeira fotografia que integrou a nossa Mostra Fotográfica intitulada *Mulheres-Território: a re-existência indígena no Oeste da Bahia* e que recebeu menção honrosa durante o Seminário Internacional Fazendo Gênero 13. A flor é uma rosa-vermelha amarrada ao cocar de Pabline Kiriri, fotografada enquanto sustenta no ar o seu maracá durante a II Marcha Nacional das Mulheres Indígenas, em Brasília, no ano de 2021.

Figura 1 - Marcha das Mulheres Indígenas



Fonte: Marta Mamédio, 2021.

#PraTodoMundoVer: a fotografia apresenta uma jovem indígena, de costas, em uma marcha, com um cocar de penas amarelas abaixadas e cordões brancos que caem sobre seus cabelos longos, onde há uma rosa-vermelha fincada. Ela segura um maracá com a mão direita.



No percurso da marcha, as rosas foram distribuídas para serem levadas até o monumento que guarda a memória do assassinato de Galdino Pataxó, liderança indígena que teve o corpo incendiado por cinco homens enquanto dormia em um ponto de ônibus de um bairro nobre da capital federal, no ano de 1997[93]. Ao incorporar a rosa à sua indumentária, Pabline Kiriri não apenas saudava a memória e o espírito de seu parente encantado, como comungava de sua busca por justiça para todos os povos que resistem ao fogo que a tudo consome. Seu maracá, além de marcar o ritmo da caminhada, adquiria o potencial de um instrumento de guerra que, junto aos outros elementos, como o cocar e a rosa, nos apresenta visualmente uma imagem da força, espiritualidade e sabedoria das indígenas mulheres[94]. Não uma "índia mártir" idealizada pela pintura e literatura indianista e desumanizada pelo processo de formação

93 Em abril de 1997, Galdino Jesus dos Santos, líder indígena da etnia Pataxó-hãhãhãe, na Bahia, estava em Brasília para participar de manifestações e reuniões referentes à demarcação das terras de sua comunidade. À noite, não podendo entrar no hotel onde estava hospedado, ele se abrigou em um ponto de ônibus e foi queimado vivo por cinco homens, entre eles um menor de idade, na época. Os filhos da classe alta de Brasília, capital federal, não consideravam que aquela pessoa vulnerável dormindo em um ponto de ônibus tivesse direito à vida. A morte violenta de Galdino suscita muitas questões políticas, sociais e culturais da sociedade brasileira, que precisam ser cada vez mais destacadas. Trabalhos acadêmicos, projetos socioculturais e manifestações sociais e políticas são formas importantes de dar visibilidade e apoio às causas indígenas. O crime ganhou as páginas dos jornais e gerou diversos protestos, mas menos de um quarto da pena de 14 anos foi cumprida. A impunidade quanto ao gesto de queimar viva uma pessoa tem significados profundos e terríveis sobre o tratamento que o Estado brasileiro deu e ainda dá aos povos indígenas, individual ou coletivamente (Caroline Brito; Fabrício Santos, 2022).

94 Optamos pela adoção alternada dos termos "mulheres indígenas" em alusão às organizações sociais assim denominadas e "indígenas mulheres" em referência a um debate sobre a primazia da etnicidade/povo diante do gênero. A indígena antropóloga, Ana Manuela Karipuna, pontua: "Utilizo o termo "indígena mulher" ao invés de "mulher indígena", pois, em diálogos e convivências com parentas que também são discentes na Universidade Federal do Pará (UFPA), percebi em seus discursos o consenso de que a palavra indígena deveria vir antes da palavra mulher. Isso porque, antes de sermos mulheres, somos indígenas, somos Karipuna, Guajajara, Baré, Tembé. Uma vez presenciei uma parenta relatar: "nós nascemos indígenas, já ser mulher é algo que é construído posteriormente". Ou seja, nascemos com a identidade de um povo e mais tarde constituímos o nosso ser mulher dentro dele". (Ana Manoela Karipuna, 2021, p. 2).



da nação brasileira, tal qual a romântica Iracema[95], mas uma filha da resistência, uma herdeira da Jurema, como nomeia a autora Eva Potiguara (2023) em seu romance de estreia.

Neste ensaio, propomos uma revisitação a cinco das dez imagens que compuseram nossa mostra fotográfica e que capturaram alguns momentos da vida e da luta de mulheres indígenas na região Oeste da Bahia. Sabemos que o registro imagético é apenas um fragmento estático de um cenário mais amplo e dinâmico, além de possibilitar mais de uma perspectiva e interpretação. Contudo, nos detivemos em oferecer um panorama de contextualização das fotografias e sua relação com o protagonismo feminino existente nos processos de luta pelos direitos dos povos indígenas e na defesa de territórios e modos de vida ancestrais.

AO SOM DO MARACÁ:
OS POVOS INDÍGENAS FLORESCEM NAS TERRAS DO OESTE DA BAHIA

A protagonista de nossa primeira fotografia, Pabline Kiriri, viveu algum tempo na aldeia de Muquém de São Francisco, antes de migrar para outra região, como fizeram muitas e muitos integrantes do seu povo. Essa itinerância se tornou uma característica contemporânea do povo kiriri, cuja aldeia-mãe se localiza na região Norte da Bahia, no município de Banzaê, território constantemente atingido por conflitos internos e externos. Assim como outros povos que hoje ocupam a região Oeste da Bahia, os kiriris foram expulsos das suas terras originais por conflitos causados pelo agronegócio e pelas construções de barragens.

95 Referência à personagem do romance indianista de José de Alencar, que representa uma indígena criada a partir de uma idealização do autor acerca das mulheres originárias que mantiveram contato com os primeiros colonizadores. O próprio nome Iracema não é um termo de uma língua indígena e sim o anagrama do nome do continente América, o que reforça a ideia de um mito fundador que pacifica a origem do brasileiro enquanto um mestiço de europeus e indígenas.

SUMÁRIO



Atualmente, os povos indígenas no Oeste da Bahia se encontram principalmente nos municípios de Ibotirama, Muquém do São Francisco, Barreiras, Angical, Santa Rita de Cássia, Serra do Ramalho, Cocos e pela região da Chapada Diamantina que, na concepção do movimento indígena, é considerada região Centro-Oeste. Correspondem assim aos povos Kiriri, Tuxá, Tapuia, Potiguara, Atikum, Pataxó hãhãhãe, Fulni-ô, Pankaru, Kapinawá e Xakriabá, distribuídos em treze comunidades.

RESISTIR PARA EXISTIR:
CACICAS E LIDERANÇAS FEMININAS

> "Independente da luta que precisa fazer, a luta precisa ser feita."
>
> Cacica Rosivânia Kiriri

Uma característica organizacional que se destaca dentre os povos da região Oeste são os cacicados das mulheres; isto é, a liderança política e de chefia das aldeias residindo em mãos femininas. O Oeste da Bahia é uma das regiões do Brasil onde mais se concentram caciques mulheres, ou melhor, cacicas – flexão de gênero que marca a presença feminina nesse papel –, ao agregar cinco cacicas, sendo que duas delas estão no posto há mais de trinta anos. Além dos cacicados, nessa região, as mulheres estão inseridas em diversos tipos de lideranças, como vice-cacicados, presidências das associações, pajelanças, conselhos de saúde e educação, coordenações do movimento indígena, entre outras. Como enfatiza a psicóloga indígena do povo Gavião, Mihagerê Gavião Pinto, essas mulheres se tornam "vozes ativas nos movimentos de defesa das causas de suas comunidades, identidades, tendo autonomia e trazendo à tona debates de suas próprias vivências" (2023).

As indígenas mulheres atuam assim, em coletivo, para além da personificação da liderança, que nunca é individual, mas construída por muitas mãos enquanto garantia de sua existência ou re-existência. É nesse contexto, em que o indivíduo se torna povo, que a segunda imagem que compôs a nossa mostra fotográfica se realiza; afinal, a fotografia traz, em primeiro plano, a palavra de ordem[96] "resistir para existir" impressa nas costas da camiseta de uma mulher tupinambá. Como afirma Trudruá Dorrico, escritora do povo macuxi, "o processo colonial brasileiro veio acompanhado do desejo de extinção dos povos indígenas" (2023, p. 8) e uma estratégia fundante foi a perpetuação do discurso de desaparecimento da identidade e da cultura desses povos. É assim que a existência se torna uma condição atrelada indissociavelmente à resistência quando se trata de mulheres e homens indígenas que lutam há séculos para sobreviver ao que a cosmovisão yanomami intitulou de "a queda do céu"[97].

Figura 2 - Encontro das Mulheres Indígenas do Regional Leste



Fonte: Mamédio, 2023.

#PraTodoMundoVer: na foto, uma mulher de cabelo escuro e liso amarrado em rabo de cavalo está de costas e sua camiseta branca apresenta a frase "RESISTIR PARA EXISTIR". De frente para ela, estão reunidas em círculo mulheres indígenas com adereços e cocares, algumas abaixadas e outras em pé atrás das primeiras. Há também algumas crianças. O cenário apresenta muitas árvores e grama verde.

96 Frase curta e sintética usada em manifestações, marchas, protestos e outros espaços de militância para expressar uma reivindicação ou marcar uma posição coletiva.

97 Referência às palavras do xamã yanomami (Davi Kopenawa; Bruce Albert, 2019).



Esse registro foi realizado durante o Encontro das Mulheres Indígenas do Regional Leste (Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo) em 2023, que proporcionou um intercâmbio entre as mulheres do Oeste da Bahia e dos outros estados e territórios. As mulheres indígenas se achavam em círculo, no momento do início do ritual, como podem ser visualizadas em segundo plano. A resistência é, assim, um ato cotidiano para a garantia da continuidade da existência dos povos indígenas brasileiros que sobrevivem há séculos, enfrentando todos os projetos de genocídio que se perpetuam. Não apenas permanecem vivos, mas garantem a existência de biomas e ecossistemas, de conhecimentos ancestrais preservados em sua "ciência", de sua cultura que está estampada não apenas em artesanatos e cerâmicas, mas na própria autossuficiência das aldeias, na celebração da toré, na proteção espiritual de caboclos e encantados.

CORPOS-TERRITÓRIO:
A CICLICIDADE DA VIDA NAS MÃOS DAS MULHERES INDÍGENAS

> "A mãe do Brasil é indígena, ainda que o país tenha mais orgulho de seu pai europeu que o trata como um filho bastardo. Sua raiz vem daqui, do povo ancestral que veste uma história, que escreve na pele sua cultura, suas preces e suas lutas."
>
> Myrian Krexu[98]

A relação das indígenas mulheres com o seu território não ocorre de forma isolada, nem possui um limite ou uma fronteira definida, onde terminaria um e começaria o outro. Ela acontece como

98 O poema da primeira médica cirurgiã cardiovascular indígena do Brasil pode ser conferido na íntegra em https://repam.org.br/a-mae-do-brasil-e-indigena/. As palavras da jovem do povo Guarani Mbyá ficaram famosas na voz de Maria Betânia em vídeo com milhares de visualizações publicado em 2020.



uma coisa só, integrada: o corpo-território. As mulheres também são o território e, por sua vez, o território são as mulheres. A doutora em antropologia e deputada federal Célia Xackriabá, destaca as conexões espirituais dessa relação com o mundo, em que a natureza não é contemplada como uma mera mercadoria, mas como elemento de um mesmo organismo vivo.

> Nesta nossa relação com o mundo, que é com o ambiente inteiro e não apenas uma parte, não dá para criar uma relação impessoal ou sem espiritualidade, não dá para enxergar a natureza apenas como um bem a ser explorado, ou mesmo como um lugar que produz alimento. A sociedade carece de recuperar valores da relação com o espaço corpo-território. Precisa considerar o território como um importante elemento que nos alimenta e constitui o nosso ser pessoa no mundo, não sendo possível nos ver apartados do território, pois somos também parte indissociável dele, nosso próprio corpo (Célia Xackriabá, 2018, p. 78).

Assim, ao perceberem-se como parte intrínseca ao território, as mulheres indígenas desenvolvem uma conexão umbilical e transcendental com a terra, que é também mãe de seus filhos e filhas. O ato de enterrar o umbigo das crianças, tradição herdada e enraizada na cultura interiorana brasileira, atesta a ciclicidade e profundidade dessa relação, na qual a terra produz a vida e a própria vida semeia a terra. A partir dessa concepção integral do todo "corpo-território", as indígenas desenvolveram ancestralmente habilidades de cuidado com os povos e com o território em que vivem.

Nossa terceira fotografia ressalta assim a relação de maternidade indissociável também da luta pela terra. Ela foi registrada durante o Levante pela Terra, que aconteceu em Brasília no ano de 2021, no contexto da pandemia de covid-19, como é possível observar pela máscara utilizada por Janildes Kiriri. Essa manifestação ocorreu no interior das mobilizações contra o Projeto de Lei do Marco Temporal[99].

99 A Lei 14.701/2023 traz a previsão da teoria do Marco Temporal, no artigo 4º, ao estabelecer que os povos indígenas tinham que estar habitando determinados locais em 5 de outubro de 1988 para que seja possível realizar a demarcação de terra indígena de ocupação tradicional. Essa tese desconsidera décadas de lutas indígenas por direitos, além da expulsão colonial dos povos indígenas de seus territórios tradicionais originários, não reavidos em 1988 e muitos ainda em processo de retomada.

Mesmo no auge da pandemia e diante do aumento colossal do número de óbitos no Brasil e no mundo, os povos indígenas constataram que o drama de seu próprio genocídio era ainda maior. Afinal, as políticas anti-indígenas, que avançavam ainda mais durante o governo Bolsonaro, sancionadas pelo Congresso Nacional, eram responsáveis por um número infinitamente maior de mortes de indígenas do que o impacto do coronavírus. Desse etnocídio, não havia como se isolar em suas terras constantemente violadas e ameaçadas e assim, nas mobilizações indígenas, as crianças também se faziam presentes. A partir da compreensão de que as crianças aprendem mais na prática cotidiana, ao observar o exemplo dos adultos, as mães carregam junto a si seus filhos e filhas, inseridos no processo de luta desde muito cedo, como a pequena Kyara que aparece na fotografia abaixo[100].

Figura 3 - Levante pela Terra



Fonte: Mamedio, 2021.

#PraTodoMundoVer: a imagem apresenta uma mulher indígena jovem, com uma máscara de estampa do time Flamengo em seu rosto. Em seu colo está uma menina indígena, que aparenta entre um e dois anos de idade, que olha para as próprias mãos. Ambas possuem pinturas e adereços de seu povo.

100 Ressaltamos que houve autorização para uso da imagem para fins acadêmicos e pedagógicos, concedida pela mãe Janildes Kiriri.



Vale ressaltar que, se contrapondo aos moldes da maternidade ocidental, que produziu um mito de cuidado e afeto incondicional e individualizado, que sobrecarrega as mulheres mães, a maternidade indígena se apresenta a partir de outros referenciais. As crianças indígenas são "filhas de toda a comunidade" e, portanto, a sua criação é responsabilidade da aldeia como um todo. Por sua vez, a relação com a mãe nas primeiras fases da vida é muito forte, um elo que pode ser mais intenso a depender dos aspectos culturais de cada povo indígena, como enfatiza Azelene Kaingang:

> A formação da pessoa e da personalidade indígena, enfim, é responsabilidade da mãe. Quando a mãe não cumpre com esse papel, é como se ela não tivesse dado conta de ser mãe. Já o pai e toda a coletividade passam à criança as noções sobre os ritos, a organização política e social do seu povo e o que pode e o que não pode na vida coletiva (Azelene Kaingang, 2012, p. 412).

Nesse sentido, a maternidade é percebida como um poderoso elo entre o presente e o futuro, uma responsabilidade e um compromisso assumido pela mulher indígena, tal qual a noção de "matripotência" delineada pela nigeriana Oyeronké Oyèwmì (2016) ao analisar o papel materno nas sociedades iorubás africanas que, ao contrário das sociedades ocidentais e colonizadas, não é mobilizado para subalternizar as mulheres, mas para definir o papel e o poder de uma ***Ìyá***.

A QUEDA DO CÉU:
A EDUCAÇÃO INDÍGENA CONTRA A VIOLÊNCIA E A REPRESSÃO DO ESTADO

> "Os brancos se dizem inteligentes. Não o somos menos. Nossos pensamentos se expandem em todas as direções e nossas palavras são antigas e muitas. Elas vêm de nossos antepassados."
>
> Davi Kopenawa; Bruce Albert, 2019, p. 75.



A luta pelo direito à educação indígena em suas comunidades, que eclodiu no início de 2025 no estado do Pará, contra a Lei n. 10.820/2024 – que limitava o ensino presencial em aldeias e resultou em uma importante vitória após dias de ocupação da Secretaria de Educação (Seduc) em Belém, certamente ganhou uma repercussão importante no país ao renovar as esperanças na força que a luta coletiva ainda carrega. Entretanto, ela não é a primeira mobilização do tipo em nosso país, pois a fotografia que trouxemos abaixo, datada de 2022, registra um ato dos povos indígenas da Bahia em frente a Governadoria do Estado, que exigia melhores condições para a educação indígena no estado. Clamavam, sobretudo, pela valorização salarial para professoras/es indígenas cujos salários eram duas vezes menores que os das/os docentes não indígenas e não possuíam acesso a um plano de carreira que garantisse dignidade.

A imagem reproduz uma cena lamentavelmente comum de norte a sul do Brasil, que atravessa décadas de nossa história[101]. Trata-se do uso das forças de segurança do estado, em sua versão militarizada, como uma violenta barreira que separa indígenas de seus direitos. O ato de 2022 foi marcado pela mesma violência policial que ceifa diariamente as vidas de homens, mulheres, jovens e crianças indígenas. Porém, assim como seus parentes e ancestrais, os indígenas que se manifestavam em Salvador permaneceram na luta, não cederam enquanto não houve a abertura do diálogo com o governo do estado, bem como a negociação de suas demandas.

101 Não se deve esquecer, por exemplo, que a ditadura militar no Brasil foi responsável por um grande genocídio indígena, ainda pouco documentado e divulgado.

Figura 4 - Ato na Governadoria da Bahia



Fonte: Mamédio, 2022.

#PraTodoMundoVer: a fotografia apresenta uma fileira de policiais, em que aparecem somente suas pernas, com calças marrons e botas pretas, e os cassetetes apoiados no chão. Em frente a eles, uma fileira de pessoas indígenas, em que aparecem seus corpos dos ombros até os pés. Eles usam saiotes de palha, colares, pulseiras e chinelos. Alguns estão descalços. Em suas mãos estão tambores e maracás.

A semiótica da foto é contrastante, pois ela opõe policiais e indígenas a partir dos seus pés, que pisam o mesmo local, porém em territórios distintos. E a oposição contrasta não só as botinas que isolam os pés do ambiente à sua volta diante dos pés descalços e dos chinelos que permitem sentir as imperfeiçoes do solo onde se está pisando, como contrasta as armas portadas pelos dois grupos que combatem frente a frente. De um lado, os cassetetes. Do outro, maracás e tambores. De um lado, a farda militar que uniformiza os soldados. Do outro, as vestimentas e os colares que constroem e diversificam as identidades indígenas.



PASSOS QUE VÊM DE LONGE:
GERAÇÕES DE MULHERES NA LUTA POR SEUS TERRITÓRIOS

Enquanto no mundo ocidental contemporâneo, o etarismo[102] se manifesta de forma violenta sobre as mulheres, descartando aquelas consideradas "velhas demais" para determinado papel e relegando-as à solidão, a velhice adquire a potência da sabedoria e experiência para os diversos povos indígenas. São as anciãs ou "as antigas", como nomeia a antropóloga indígena Ana Manoela Karipuna (2021), que conservam e transmitem, por meio da oralidade, os ensinamentos repassados por gerações para as mais novas da aldeia. Foi por isso que essa filha do povo Karipuna do Amapá se colocou o desafio de transformar em texto esses conhecimentos ancestrais que sobrevivem graças ao uso da memória como resistência secular contra os mecanismos de dominação colonial e, segundo a autora,

> Escrever com os conhecimentos das antigas e antigos, enquanto elas ainda vivem é importante para nós devido ao receio que temos de perder uma mais velha ou um mais velho. Isso porque compreendemos que perder as/os antigas/os significa que muitos conhecimentos nossos morrem junto com a pessoa. As parentas e parentes nas aldeias me diziam que nem todos os saberes Karipuna conseguem ser repassados oralmente ou através das convivências para as novas gerações, pois são muitos os ensinamentos que uma antiga e um antigo possuem e que nem tudo pode ser ensinado e preservado. Sobre isso, também, sempre ouvia as parentas e os parentes dizer "nossos mais velhos e mais velhas são nossas bibliotecas vivas" (Ana Manoela Karipuna, 2021, p. 5).

102 Termo que se refere à discriminação e ao preconceito baseados na idade.

No que se refere às lutas indígenas, ouvir as mais velhas, cujas vozes nunca foram completamente silenciadas e cujos pés já trilharam muitos caminhos certos e tortuosos, é um compromisso com a própria história e com a ciclicidade da existência humana. Afinal, cada etapa da vida comporta sua própria sabedoria e apresenta sua contribuição para a construção daquilo que as novas gerações nomeiam como bem-viver.

Figura 5 - Encontro das Mulheres Indígenas do Regional Leste



Fonte: Mamédio, 2023.

#PraTodoMundoVer: a fotografia apresenta três mulheres indígenas sentadas em cadeiras brancas de plástico. A da esquerda usa um cocar menor e roupas verdes, com colares e pulseiras, e segura um maracá. Ela olha para baixo e está de costas para a porta, em uma parte mais escura da imagem. A mulher no meio possui cabelos brancos e óculos, usa uma camiseta amarela, colar grande branco e vermelho e um cocar alto, de penas pretas, azuis e vermelhas. A da direita coloca a mão no rosto, com pose observadora. Ela veste uma blusa cinza e não possui adereços. As últimas estão de costas para uma parede branca e olham para a frente. Acima delas, um cartaz laranja apresenta a mensagem: "A participação e empoderamento das mulheres frente à luta pela terra".

Na fotografia realizada no Encontro das Mulheres Indígenas do Regional Leste (Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo), que promoveu um intercâmbio entre as mulheres do Oeste da Bahia e dos outros estados e territórios, estão três gerações de mulheres.



Uma é mais jovem, outra de meia-idade e uma delas é mais idosa e carrega em sua cabeça um cocar maior que é mais que um adereço, é a representação da sua identidade e a conexão viva com a natureza e os ancestrais. Logo acima, na imagem, um cartaz com os dizeres "a participação e empoderamento das mulheres frente à luta pela terra" direciona nosso olhar para o fato de que a maior parte dessas mulheres-território passaram a reivindicar direitos negados ao seu gênero a partir da organização coletiva em torno do direito originário à terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> "A luta pelo território, é além de ter roça, um igarapé limpo para tomar chibé com meus filhos, é poder compartilhar minhas plantações com as minhas primas, tias e sogras, a luta pelo território, é uma forma de equilibrar o cuidado com corpo e saúde, na medida que perdemos espaços territoriais, perdemos o poder de transmissão de conhecimento milenar de mulheres, que envolve desde nascimento até a morte"
>
> Braulina Baniwa, 2018, p. 166-167.

A reflexão da antropóloga e liderança indígena Braulina Baniwa (ou Hipamaali) nos recorda mais uma vez a intrínseca relação entre a luta das mulheres indígenas e a luta pela terra por todo o imenso território que atravessa florestas equatoriais e litorâneas, ou exclusivamente brasileiras, como a "floresta branca" (significado de caatinga na língua tupi-guarani), além de campos, pantanais e biomas de savanas como o Cerrado, onde habitam os povos da região Oeste da Bahia. São esses povos responsáveis pela proteção da nossa biodiversidade ameaçada pelos projetos neoliberais e neodesenvolvimentistas de um sistema capitalista selvagem e implacável. Alvo do etnocídio e da tentativa constante de silenciamento, mulheres e homens indígenas são a última fronteira para a barbárie que se intitula como "civilização".



Nesse sentido, as mulheres que viveram muitos anos e as que nascem agora já chegam ao mundo com a missão de proteger os conhecimentos milenares, as tradições e a memória de suas culturas. Registrar em imagens a sua atuação dentro e fora de suas aldeias ao acompanhar suas estratégias de organização coletiva, ainda que seja um desafio, é uma pequena maneira de contribuir com a ruptura de silêncios que pairam sobre as violências sofridas e, principalmente, sobre as suas conquistas, arrancadas à unha da colonialidade vigente.

Afinal, não há pensamento ou feminismo decolonial[103] sem a contribuição das mulheres originárias do continente americano, sem as referências às suas lutas anticoloniais e aos seus conhecimentos ancestrais que são permanentemente contracoloniais. É por isso que buscamos inserir nas análises das imagens algumas reflexões e debates de intelectuais indígenas brasileiras (e seus parentes) que têm amplificado as vozes de seus povos após séculos de apagamento do "Brasil do Cocar" das páginas de nossa história.

As fotografias captam apenas alguns lampejos das lutas travadas pelas mulheres indígenas do Oeste da Bahia dentro e fora de seus territórios, mas são representativas dos significados coletivos de suas resistências entrelaçadas à Mãe-Terra. Ainda que as Kiriris protagonizem uma grande parte dos registros imagéticos, elas são também Tuxá, Potiguara, Atikum, Pataxó, hãhãhãe, Fulni-ô, Pankaru, Kapinawá e Xakriabá. São as Tapuias que habitam e habitaram esses territórios antes da chegada dos brancos com suas armas, cercas, doenças e tratores que abriam clarões no Cerrado. São a retomada daquilo que lhes foi roubado há mais de quinhentos anos; portanto, não existe e jamais existirá um marco temporal que limite essa ancestral re-existência.

103 O termo decolonial se refere a uma escola de pensamento que busca questionar e romper com o padrão de poder colonial eurocêntrico.

SUMÁRIO



REFERÊNCIAS

BANIWA, Braulina. Mulheres e território: reflexão sobre o que afeta a vida das mulheres indígenas quando os direitos territoriais são ameaçados. **Vukápanavo**: Revista Terena, v. 1, n. 1, p. 165-170, 2018.

BRITO, Caroline Santana; SANTOS, Fabricio Lyrio. A história indígena na Bahia: formação e consolidação de um campo histórico na pós-graduação (2008-2018). **Revista de História da UFBA**, v. 10, n. 1, 2022.

DEFESA do território e do Cerrado é tema de discussão em encontro de mulheres indígenas. **Conselho Indigenista Missionário**, 2024. Disponível em: https://cimi.org.br/2024/04/defesa-do-territorio-e-do-cerrado-e-tema-de-discussao-em-encontro-de-mulheres-indigenas/. Acesso em: 17 set. 2027.

DORRICO, Trudruá (org.). **Originárias**: uma antologia feminina de literatura indígena. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2023.

KAINGANG, Azelene. Depoimento de uma militante. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 410-422.

KARIPUNA, Ana Manoela Primo dos Santos Soares. As perguntas das antropólogas: percepções sobre a demarcação do território da escrita e o costurar dos conhecimentos. **Novos Debates**, v. 7, n. 1, 2021.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Editora Companhia das letras, 2019.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónke. **Matripotency**: Ìyá in philosophical concepts and sociopolitical institutions. What Gender is Motherhood? Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2016. p. 57-92.

PINTO, Mihagerê Gavião. **O protagonismo de mulheres indígenas e suas repercussões emocionais**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) — Instituto de Estudos em Saúde e Biológicas, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2023.

POTIGUARA, Eva. **Os herdeiros da Jurema**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2023.

XACKRIABÁ, Célia Nunes Correa. **O Barro, o Genipapo e o Giz no fazer epistemológico de Autoria Xakriabá**: reativação da memória por uma educação territorializada. 2018. Dissertação (Mestrado Sustentabilidade) — Universidade de Brasília, Brasília, 2018.



María Belén Riveiro

FEMINARIA:
TEORIZANDO O FEMINISMO E POLITIZANDO O CONHECIMENTO

FEMINARIA: THEORIZING FEMINISM AND POLITICIZING KNOWLEDGE

FEMINARIA: TEORIZAR EL FEMINISMO Y POLITIZAR EL CONOCIMIENTO

RESUMO:

Este artigo reflete sobre o periódico *Feminaria* (Argentina, 1988-2009) e as formas como produziu teorias sobre literatura, linguagem e escrita. O objetivo é contribuir para os estudos de gênero, a pesquisa sobre periódicos e a Sociologia da Literatura. O estudo de *Feminaria* nos permite investigar as tensões entre políticas de tradução e conhecimento local, teoria e prática política, e os significados do feminismo.

Palavras-chave: Feminismo; Periódicos; Literatura; Academia; Teoria.

ABSTRACT:

This article reflects upon the periodical Feminaria (Argentina, 1988-2009) and the ways it has produced theory on literature, language, and writing. The aim is to contribute to gender studies, research on periodicals, and the Sociology of Literature. The study of Feminaria fosters the reflection on the tensions between policies of translation and local knowledge, theory and political praxis, and the meanings of feminism.

Keywords: *Feminism; Periodicals; Literature; Academia; Theory.*

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-480-3.25

RESUMEN:

Este artículo reflexiona sobre la revista Feminaria (Argentina, 1988-2009) y sobre el modo en que produjo teoría sobre lo literario, la lengua y la escritura. El objetivo es contribuir a los estudios de género, de las publicaciones periódicas, y del área de la Sociología de la literatura. El caso de Feminaria permite indagar las tensiones entre políticas de traducción y saber local, teoría y práctica política, y los sentidos del feminismo.

Palabras clave: *feminismo; publicación periódica; literatura; academia; teoría.*



TEJEPALABRAS

Feminaria fue una publicación periódica que salió entre 1988 y 2009 en Buenos Aires, Argentina. Se enmarcó en el movimiento feminista en busca de ampliar esa categoría. El texto de la página de créditos con el que se presentó la revista y que acompañó a sus diferentes números, con leves modificaciones a lo largo de los años, mencionó que *Feminaria* "no se limita a un único concepto del feminismo" en tanto "el sexismo afecta absolutamente todo lo que se piensa y se hace" (Feminaria, 1988, p. 1). De todos modos, es posible identificar dos focos de atención principales de este abordaje generalista. Por un lado, el de la teoría: "provistas de un conocimiento no sólo práctico sino también teórico, las personas pueden descubrir maneras para mejorar la situación de la mujer, y también del hombre [...] *Feminaria* quiere compartir teoría feminista de alto nivel producida fuera y dentro del país" (Feminaria, 1988, p. 1). El segundo eje de *Feminaria* involucró a lo literario: "Se considerará toda escritura que no sea sexista, racista, homofóbica, ni que exprese ningún otro tipo de discriminación" (Feminaria, 1988, p. 1).[104] Todas las tapas llevaron centrada abajo una palabra en griego junto con su traducción al castellano de Safo que significa tejepalabras.

104 De hecho, en ese mismo texto, el equipo editorial detallaba un requisito de los artículos por ser publicados en *Feminaria*: "La revista se reserva el derecho de emancipar el lenguaje de cualquier elemento sexista —por ejemplo: el hombre como sinónimo de humanidad— en los artículos entregados. Consideramos que la relación entre poder y saber también se expresa a través del ejercicio del idioma" (Feminaria, 1988, p. 1).



El primer número de *Feminaria* salió en 1988. Vale aclarar que en Argentina se vivían años de transformación dado que recién asumía un gobierno que implementaría políticas neoliberales (Francisco J. Cantamutto; Andrés Wainer, 2013), el segundo mandato del período democrático inaugurado en 1983 tras la dictadura militar de 1976. Lea Fletcher, la directora de *Feminaria*, es una investigadora y docente universitaria de Estados Unidos que se dedicó al estudio del mundo latinoamericano.[105] Fletcher relató cómo la idea de *Feminaria* nació porque había cerrado un suplemento semanal llamado "La Mujer". Por su contacto con la academia estadounidense e internacional, reconoció que tenía los medios para convocar a colaboradoras para ocupar ese espacio. Claro que había otras publicaciones similares, pero sobre todo la particularidad de *Feminaria* fue el foco en textos de teoría feminista y de los estudios de género, en discusiones que circulaban en el extranjero y en otros idiomas.

El equipo editorial cuando se fundó la revista estaba conformado por mujeres que algunos estudios caracterizaron como clase letrada. La revista no tuvo una periodicidad regular; enfrentó dificultades de financiamiento. Se sostenía por las ventas, se autofinanciaba, pero, sobre todo, por el aporte de las propias autoras. La revista deja de salir en 2009 después de que Fletcher volviera a Estados Unidos para radicarse allí.

El foco de este artículo reside en explorar los modos en que *Feminaria* produjo e hizo circular teoría sobre lo literario. Un objetivo más general de este artículo es enmarcar la investigación sobre *Feminaria* en un conjunto de interrogantes que trascienden los estudios de género y aquellos abocados al movimiento feminista para dar cuenta de su relevancia para las formas de producir conocimiento y la construcción del valor literario. El interés específico en *Feminaria*

105 Para una entrevista reciente a Fletcher que repasó su trayectoria, véase MARADEI, María Guadalupe. "Lea Fletcher y *Feminaria*". *Boletín de la Asociación Argentina para la Investigación en Historia de las Mujeres y Estudios de Género*, v. 5, n. 1, p. 8-10, mar. 2021.



se vincula con una investigación más amplia que se enmarca en los estudios de la Sociología de la literatura, una disciplina que aborda problemas vinculados con las relaciones sociales de poder, más allá de su referente empírico específico como la producción literaria y las prácticas editoriales.[106] La investigación específica mencionada aborda la producción editorial y literaria de la Argentina de los años ochenta, más específicamente de la transición democrática de 1983. La investigación se propone cruzar tres dimensiones: el proceso de democratización, las prácticas editoriales, y la cuestión de género.

El estudio de la producción literaria y editorial no se circunscribe solamente al análisis de los libros, su materialidad, el catálogo o la trayectoria de la editora y la historia de la editorial. El sentido y el valor de la producción editorial no se reduce a los libros mismos, es decir no hay una esencia que les sea intrínseca que el investigador ha de descifrar; sino que también ha de incorporarse al análisis la recepción de los libros, es decir, los comentarios que podemos recuperar sobre esos títulos y que se hicieron de manera contemporánea a su publicación. Estas reseñas y reflexiones son parte de la construcción de sentido y del marco de legibilidad de los textos por lo que es central incorporarlas a la investigación del mundo editorial.

Tras revisar numerosas revistas dedicadas a la literatura y suplementos literarios de periódicos, urgió ampliar el abordaje para incorporar revistas que sólo se solían estudiar desde el área de estudios de género por ser espacios de circulación de autoras y de conocimientos vinculados con el movimiento feminista. Sin embargo, varias de estas publicaciones vinculadas con el feminismo abrieron su espacio a reflexiones sobre la literatura. Un interrogante que se deriva de este cruce de preocupaciones es sobre la posibilidad de repensar los términos en que se lee y se escribe de literatura.

106 Para un panorama de las discusiones sobre el área de estudios de la Sociología de la literatura en Argentina, véase el número especial "¿Qué fue de la Sociología de la literatura?" de la revista *Políticas de la memoria* (Buenos Aires, n. 20, p. 259-290, dic. 2020. Disponible en https://ojs.politicasdelamemoria.cedinci.org/index.php/PM/issue/view/16. Recuperado el 10/01/2025).



SOBRE PUBLICACIONES PERIÓDICAS

Las publicaciones periódicas se convirtieron de manera reciente, al menos de manera reciente en Argentina, en objetos privilegiados de investigación. Es decir, no solo como fuentes donde recuperar datos, como fuentes escritas para la reconstrucción de la historia, sino también como objetos de estudio en sí mismos. Un hecho que pudo haber incentivado este ámbito de estudios, o quizás un efecto de ese crecimiento, fue la consolidación de dos sitios donde se vienen digitalizando numerosas publicaciones de diversas temáticas y donde se comparten, además, estudios sobre esas publicaciones. Uno es AHIRA, el Archivo Histórico de Revistas Argentinas, realizado por un grupo de docentes e investigadores de la Universidad de Buenos Aires. El otro es América Lee. El portal de las publicaciones latinoamericanas del siglo XX del Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas. *Feminaria* también está digitalizada en el sitio de la Asociación Tierra Violeta que además de organizar actividades como talleres tiene un fondo bibliográfico de los más ricos en términos de estudios de género y movimiento feminista.

Vale mencionar que esta centralidad de las publicaciones periódicas, y en particular su relevancia para el movimiento feminista, cristalizó de manera paradigmática en una muestra organizada en 2018 en Buenos Aires. En ese evento se conjugaron varias de las dimensiones anteriores. Se trató de una muestra centrada en la prensa feminista de los primeros años de la democracia argentina. Estuvo a cargo de la escritora María Moreno que fue parte y fundó diferentes publicaciones feministas, como la antes mencionada "La mujer". Esto no solo es un síntoma de la centralidad de las publicaciones para el movimiento feminista en la actualidad, sino que también muestra cómo el pasado se construye a partir de lecturas del presente. En la presentación de la muestra se mencionó que la



intención no era reconstruir la genealogía del Ni Una Menos, que es un colectivo organizado en 2015 en Argentina como protesta sobre todo contra la violencia de género y los femicidios. La muestra consideraba que fue Ni Una Menos lo que estimuló a volver a ese pasado.

Los estudiosos y las estudiosas de las publicaciones periódicas (y con esto me refiero a revistas impresas, periódicos, diarios, fanzines, blogs, revistas digitales) las fueron conceptualizando de distintas maneras de acuerdo con los objetivos de cada investigación. En algunos casos se definieron como unidades de comunicación o medios de información; como espacios desde donde se construyen redes de actores y de ideas; como espacios de disputas y polémicas y de la constitución de grupos intelectuales; como instancias de la praxis política; y como archivo de conservación de la memoria y de producción de la historia (Jacques Julliard, 1987; Beatriz Sarlo, 1992; Lucía De Leone, 2011; Gustav Frank; Madleen Podewski, 2022). Si bien no son formas excluyentes ni las únicas, alumbran dimensiones relevantes para la presente indagación.

EL FEMINISMO ACADÉMICO

La apertura democrática fue un "marco de creciente legitimación de la participación política" del movimiento político feminista (Natalia Martínez Prado, 2022, p. 151) que se expresó de manera heterogénea. Una de estas expresiones se puede encontrar en el espacio de la cultura impresa y en la zona universitaria. Entre las diversas publicaciones enfocadas en la mujer y la cuestión de género enmarcadas en el movimiento feminista que proliferaron en los años ochenta del siglo XX en Argentina, *Feminaria* fue identificada con el "feminismo académico". La categoría aprehendió a los grupos académicos institucionalizados, sobre todo a aquellos que, tras la recuperación democrática, se insertaron en distintas universidades nacionales de Argentina (María Luisa Femenías, 2005).



Tras el repliegue en grupos privados en los años setenta por la intervención militar a las universidades, con la transición democrática retornaron estas discusiones a la arena pública que recién lograron su institucionalización en los años noventa.[107] Al respecto, vale

107 Existe un enriquecido corpus de investigaciones que construyó la historia de los modos en que los estudios de la mujer y del género, además de otras formas en que se denominaron estas áreas, se vincularon con el movimiento feminista; para el caso de Argentina y América Latina véase, el dossier del número 6 de *Zona Franca*, en particular MARCALAIN, María Gabriela; NARI, Marcela. "Los Estudios de la Mujer y de Género en la Universidad de Buenos Aires". *Zona Franca*, Rosario, v. V, n. 6, p. 70-80, oct. 1997. DOI: 10.35305/zf.vi6.258. Recuperado el 10/01/2025; RICO, María Nieves. "Panorama de los Estudios de Género en América Latina". *Zona Franca*, Rosario, v. V, n. 6, p. 14-18, oct. 1997. DOI: 10.35305/zf.vi6.258. Recuperado el 10/01/2025; PITA, Valeria Silvina. "Estudios de Género e Historia: situación y perspectivas", *Mora*, Buenos Aires, n. 4, p. 72-82, 1998. Disponible en http://repositorio.filo.uba.ar/handle/filodigital/5917. Recuperado el 10/01/2025; BARRANCOS, Dora Beatriz. "Estudios de género y renovación de las Ciencias Sociales en Argentina". *Revistas Horizontes Sociológicos*, Buenos Aires, n. 1, p. 224-237, 2013; CIRIZA, Alejandra. "Militancia y academia: una genealogía fronteriza. Estudios feministas, de género y mujeres en Mendoza". *Descentrada*, La Plata, v. 1, n. 1, p. 1-21, 2017. Disponible en http://www.descentrada.fahce.unlp.edu.ar/article/view/DESe004. Recuperado el 10/01/2025; BLANCO, Rafael. "Del fulgor al desencanto: Desafíos para el feminismo académico en la fugaz experiencia de la Carrera de Estudios de la Mujer (Universidad de Buenos Aires)". *Estudios de Género*, Ciudad de México, n. 4; p. 1-31, 2018; LOZANO RUBELLO, Gabriela. "Los estudios de género en la UBA y la UNAM: una conquista del feminismo académico". *Universidades*, n. 81, p. 45-54, 2019. Disponible en https://www.redalyc.org/journal/373/37361142006/html/. Recuperado el 10/01/2025; SPATARO, Carolina; BLANCO, Rafael (Coords.). *Del margen a la institucionalización feminismos, estudios sobre sexualidades y políticas de género en la Facultad de Ciencias Sociales, UBA (1988-2022)*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones Gino Germani y CLACSO, 2023. p. 224-237. También se puede consultar la siguiente recopilación de otros trabajos temáticamente vinculados: MÉNDEZ GARCÍA, María. *Bibliografía selecta: Historia del feminismo y estudios de género Ibero-Bibliographien 12*. Berlín: Ibero-Amerikanisches Institut en Hispanoamérica, 2022. Disponible en https://d-nb.info/1256107263/34 Recuperado el 10/01/2025. Además, vale mencionar los trabajos específicamente enfocados en la historia de los estudios literarios en Argentina, como las investigaciones de Analía Gerbaudo y su equipo de investigación, véase GERBAUDO, Analía. "Más allá de las morales: controversia, lucha, grietas: El subcampo de los estudios literarios y la universidad argentina (1958-2015)". *Atenea*, Concepción, n. 5, p. 189-206, 2020; y GERBAUDO, Analía. *Tanto con tan poco. Los estudios literarios en Argentina 1958-2015*. Santa Fe: Ediciones UNL, 2024; y aquellos que trazaron su vínculo con el feminismo, véase MALLOL, Anahí Diana; CHIANI, Miriam. "Los Feminismos en la literatura y en la crítica literaria". *Estudios de Teoría Literaria. Revista digital: artes, letras y humanidades*, Mar de Plata, v. 11, n. 26, p. 46-61, nov. 2022. Se suman a ellos los seis tomos de la *Historia feminista de la literatura argentina* dirigidos por Laura A. Arnés, Nora Domínguez y María José Punte publicados por la Editorial de la Universidad de Villa María (Córdoba) con una apuesta de rescate de obras invisibilizadas así como de renovación de los protocolos de lectura. A ese respecto, Guadalupe Maradei dedicó un capítulo de su libro sobre las transformaciones en los modos de escribir la historia de la literatura en Argentina. Maradei rastreó y periodizó el momento en que las historias de la literatura no solo repensaron el lugar de las escritoras sino también la mirada de la crítica misma y sus marcas de género; véase MARADEI, Guadalupe. "Disparar contra el canon: el lugar de la literatura escrita por mujeres". En *Contiendas en torno al canon. Las historias de la literatura argentina posdictadura*. Buenos Aires: Corregidor, 2020. p. 117-144.



mencionar los casos de la creación de la Carrera de Especialización en Estudios de la Mujer en la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires (UBA, en adelante) fundada en 1987, el Área Interdisciplinaria de Estudios de la Mujer de la Facultad de Filosofía y Letras (UBA) de 1992, y el Área de Investigación en Estudios de Género del Instituto de Investigaciones Gino Germani de la Facultad de Ciencias Sociales (UBA) creado en 1993 (María Gabriela Marcalain; Marcela Nari, 1997).

Las publicaciones periódicas fueron espacios privilegiados para la difusión y producción de ideas, tanto en los años ochenta como en los años noventa.[108] Desde inicios de los noventa, comenzaron a surgir revistas científicas en universidades como *Zona Franca* del Centro de la Mujer de la Universidad Nacional de Rosario (1992), *La Aljaba* de la Universidad Nacional de Luján, la Universidad de La Pampa y la Universidad del Comahue (1996), y *Mora* de la Facultad de Filosofía y Letras de la UBA (1995). En un balance realizado a fines de los años noventa en torno al estado de los estudios de género, todavía lo primero que se identificaba era la fragilidad de la institucionalización:

108 Para estudios sobre las publicaciones periódicas donde se rastrearon los cruces entre el feminismo y los estudios de género, específicamente centrados en el recorte temporal y geográfico del presente artículo véase, DE LEONE, Lucía. "Dossier Mujeres en red: giros en la prensa feminista latinoamericana del siglo XX". *Mora*, Buenos Aires, n. 17, p. 80-81, 2011; LAGUNAS, Cecilia; CARRARIO, Marta; MORALES, Mónica. "Una Apuesta Colectiva De colaboración Interinstitucional: *La Aljaba. Segunda época: Revista De Estudios De La Mujer*". *Storia Delle Donne*, v. 15, n. 15, p. 111-139, 2020. DOI: 10.13128/sd-9043. Recuperado el 10/01/2025; MERCADER, Sofía. "El 'nuevo feminismo' en México y Argentina a fines de siglo xx: un análisis comparativo de las revistas *fem* y *Feminaria* (1976-2007)". *Caderno De Letras*, Pelotas, n. 39, p. 121-137, 2021. DOI: 10.15210/cdl.v0i39.19675. Recuperado el 10/01/2025; MALLOL, Anahi Diana. "Cuestiones de género en tres revistas argentinas de los años 80 y 90". *Caderno De Letras*, Pelotas, n. 40, p. 399-414, 2021. DOI: 10.15210/cdl.v0i40.19830. Recuperado el 10/01/2025; DOMÍNGUEZ, Bárbara Yanina. "Los primeros años de la revista *Hiparquia*. Una exploración de las estrategias para la inclusión de género en la filosofía". *Revista Izquierdas*, Chile, n. 53, p. 1-27, 2024. Disponible en https://www.izquierdas.cl/images/pdf/2024/53/art_monografico5.pdf. Recuperado el 10/01/2025; SANTILLI, Lucía. "Feminismos en la 'transición': democracia y politización de la diferencia en *alfonsina* y *Alternativa Feminista*". *Revista Izquierdas*, Chile, n. 53, p. 1-25, 2024. Disponible en https://www.izquierdas.cl/images/pdf/2024/53/art_monografico4.pdf. Recuperado el 10/01/2025. Incluso *Feminaria* abocó uno de sus artículos a aportar a esta historia, véase NARI, Marcela. "En busca de un pasado: revistas, feminismo y memoria. Una historia de las revistas feministas 1982-1997". *Feminaria*, Buenos Aires, v. 5, n. 20, p. 32-40, oct. 1997.



"Empecinados como siempre. huérfanos de apoyo institucional desde la institución (valga la redundancia) que nos cobija (...) empeñados en legitimar un objeto de conocimiento que, por visible se hace oscuro, seguimos en la empresa" (Zona Franca, 1997, p. 1).

En estos espacios circularon las ideas que solo se habían hecho su camino por fuera de las instituciones o en los márgenes institucionales hasta los años noventa. Si bien ese proceso no estuvo exento de tensiones, una marca de la década previa fue que la construcción y difusión de saberes dentro del feminismo buscaron "desafiar los mecanismos autorizadores del saber universitario" (Florencia Bentancor, Ana Laura De Giorgi, 2024, p. 1). No era solo el mundo universitario; también la industria editorial aparecía como "poco interesada en la producción y circulación de obras feministas", lugar que suplieron los proyectos de "revistas como *Alfonsina*, *Hiparquía*, *Feminaria* o los *Cuadernos de Existencia Lesbiana*" (Rafael Blanco, 2018a, p. 7).[109]

El interrogante del presente artículo es por la particularidad de *Feminaria* en este clima. ¿Cómo se inserta en estos cruces entre los reclamos del movimiento feminista, las dinámicas del espacio académico y el sector de la producción literaria? Porque este tercer elemento es central. A mediados de los años ochenta, se abrió una línea de reflexión que entrecruzaba "mujer, cultura y política", uno de cuyos hitos fue la publicación de *El imperio de los sentimientos: narraciones de circulación periódica en la Argentina, 1917-1927* (Buenos Aires: Catálogos Editora, 1985) de una de las por entonces intelectuales públicas centrales con injerencia en la política como Beatriz Sarlo (Cecilia Lagunas, 1997). Lo literario tuvo un lugar jerarquizado en *Feminaria*, al punto que se creó la sección "Feminaria literaria" que, para los últimos números de la revista, llegó a ocupar más de la mitad de su extensión. El objetivo aquí es interrogarse por cómo se teorizó, qué tipo de conocimiento se produjo en *Feminaria* en torno a este tema específico que no fue el único en el que se detuvo la revista.

109 *Hiparquía* (1988-1999); *Alfonsina. Primer periódico para mujeres* (1983-1984); *Cuadernos de Existencia Lesbiana* (1987-1996).



EL SEXISMO LINGÜÍSTICO

Feminaria tuvo dos amplios gestos de aporte a la conformación de un área de estudios que cruzara el interés político por el feminismo, la cuestión de género y la producción literaria. El primero fue la sección "Bibliografía de/sobre la mujer argentina a partir de 1980". El nombre de la sección fue modificándose a lo largo de los números, pero su intención no mutó: "Comenzamos esta sección como un aporte inicial destinado a la persona interesada en el tema de la mujer en la Argentina. Es un relevamiento del material producido a partir de 1980" (Lea Fletcher; Jutta Marx, 1988, p. 27). La primera vez que se incluyó, la sección se abocó a trabajos dentro de las "Ciencias y Humanidades" que atravesaron temáticas variadas desde el mundo laboral como el libro publicado por una editorial universitaria *Participación de la fuerza de trabajo femenino en estos últimos años. El caso de Salta* (Salta: Universidad de Salta, 1985) de María Ángela Aguilar y Sonia Álvarez; la salud (*Líneas de investigación en ciencias sociales para la salud* de Gloria Bonder editado por la Secretaría de Ciencia y Técnica del por entonces llamado Ministerio de Educación y Justicia en 1986); la economía (con textos aparecidos en revistas especializadas como "Las mujeres en la actividad económica argentina" de Zulma Recchini de Lattes que salió en la *Revista Paraguaya de Sociología* de 1980); las prácticas vestimentarias (como los papeles de trabajo inéditos de Susana Sommer "Acerca de la vestimenta" del Centro de Estudios de la Mujer); hasta textos sobre literatura publicados en una revista de divulgación como *Todo es Historia* que en su número 214 de 1985 incluyó el trabajo de María Teresa Corbatta "Camila O'Gorman, símbolo del rosismo en el arte y las letras". En los siguientes números la sección se fue centrando en distintos géneros como la narrativa, la poesía y el ensayo. El eje transversal y que se mantuvo constante, más allá de la diversidad de temáticas, fue la mujer.



El segundo gesto que contribuyó a la conformación de un área de estudios puso el acento en la dimensión procesual de la producción de conocimiento. Se puede entender como un complemento de la anterior apuesta de visibilización de los artículos y libros, ambos productos de esa labor. Fue la sección "Memoria y balance" que "intenta reflejar todas las actividades culturales y eventos que se aboquen a la cuestión de género, especialmente, en Capital Federal y en Buenos Aires" y que, con la ambición de poder trascender estas limitaciones geográficas, "abre este incipiente espacio para que aquellos organismos gubernamentales y no gubernamentales que desarrollan acciones para el debate y la reflexión sobre la temática mujer se comuniquen con la revista" (Mabel Belluci, 1991, p. 30).[110] Dispuestas por mes, las actividades incluyeron eventos para un público general como el V Encuentro Nacional de Mujeres realizado en Santiago del Estero y otros para un público más restringido como el seminario del posgrado en Estudios de la Mujer de la Facultad de Psicología titulado "El rol de la mujer en las políticas públicas: la experiencia italiana en las áreas de trabajo y salud".

A estas secciones se suman los artículos de *Feminaria*, uno de cuyos tópicos centrales y recurrentes fue la reflexión teórica sobre la literatura, la escritura y la lengua. Si bien este artículo no desarrolla el lugar de lo literario en sí,[111] vale mencionar que lo literario tuvo una presencia central en *Feminaria* como objeto privilegiado de reflexión

110 En estos fragmentos se rastrean las tensiones conceptuales para designar el área de estudios que va de la categoría género a la de mujer. Esa ambigüedad no se observó en los comienzos de la sección bibliográfica en tanto se trataba del segundo número y esta sección arrancó en el número 7 del año 1991. Para estas reformulaciones y debates conceptuales, véase de BELLUCI, Mabel. "De los estudios de la mujer a los estudios de género: han recorrido un largo camino..." En FERNÁNDEZ, Ana María; BELLUCCI, Mabel (Comp.). *Las mujeres en la imaginación colectiva*. Barcelona: Paidós, 1992. p. 27.51.

111 Realicé un acercamiento más detallado a esta dimensión entendida como una mirada literaria particular de *Feminaria* en "Un primer acercamiento a la sección literaria de *Feminaria* (Argentina, 1988-2009)", ponencia presentada en el *COLOQUIO SOBRE REVISTAS CULTURALES Y LITERARIAS LATINOAMERICANAS. ESTUDIOS REVISTERILES EN RED* organizado por la Universidad de Antioquia (13, 14 y 15 de agosto de 2024, Medellín, Colombia).



y de producción de teoría. Un ejemplo claro es un artículo de Fletcher en el primer número de la revista que se tituló "El sexismo lingüístico y su uso acerca de la mujer". Claro que se mantuvo una mirada crítica en torno a este foco y en su quinto número la revista publicó el artículo "Posmodernismo y relaciones de género en la teoría feminista" de Jane Flax que problematizó el énfasis en el lenguaje de la teoría feminista. Esta preocupación tuvo sus raíces en la incidencia social y política de la producción intelectual, tema que se desarrollará más adelante: "Un enfoque de esa naturaleza oscurece la proyección de su propia actividad sobre el mundo y niega la existencia de la variedad de prácticas sociales concretas que forman parte de y son reflejadas en la constitución del lenguaje mismo" (Jane Flax, 1990, p. 6). En lo que sigue se explorarán dos modos en que aparece esta teoría en la revista y que involucran dicha problemática, por un lado, su política de traducción y, por el otro, su escritura académica.

APUNTES DE TRADUCTORAS Y ESTILO ACADÉMICO

La intraducción, en este caso la traducción de textos en lenguas extranjeras al castellano, es una apuesta que estuvo desde los inicios de *Feminaria*. En 1985, tras varios años de residencia en Argentina, Lea Fletcher empezó a investigar sobre la escritura de mujeres desde una perspectiva feminista e identificó una vacancia, para decirlo en términos de política del conocimiento, Fletcher lo denominó un "vació": la poca circulación de textos teóricos propios de la teoría feminista en publicaciones dedicadas a la temática de la mujer. Por haber sido formada en la academia estadounidense, Fletcher ocupaba un lugar privilegiado para tender puentes entre la producción intelectual argentina y la extranjera: "por el conocimiento de idiomas tenía acceso al material de crítica literaria feminista que



se estaba produciendo en el exterior. Me di cuenta de que aquí faltaba teoría y de que yo podía acceder —y de hecho lo hacía— a esos materiales por mis amistades y familiares en los Estados Unidos" (Fletcher en María del Mar López Cabrales, 2003, p. 45).

En el cuerpo principal de la revista, es decir sin incluir los trabajos de "Feminaria literaria" que se creó en el séptimo número, se pueden identificar seis traducciones y vale aclarar que son solo aquellas abocadas exclusivamente a cuestiones de la lengua, la escritura y la literatura desde una mirada explícitamente teórica. Se trata de "La página en blanco y las formas de creatividad femenina" (v. I, n. 1, p. 6-16, jun. 1988) de Susan Gubar traducido por Paula Brudny; "Posmodernismo y relaciones de género en la teoría feminista" (v. III, n. 5, p. 1-14, abr. 1990) de Jane Flax traducido por Beatriz Olivier; "Deconstruir igualdad-versus-diferencia: usos de la teoría posestructuralista para el feminismo" (v. VIII, n. 13, p. 1-9, nov. 1994) de Joan W. Scott traducido por Márgara Averbach; "Estilística feminista" (v. XIII, n. 24/25, p. 1-15, nov. 2000) de Sara Mills traducido por Márgara Averbach; "La función metafórica y la cuestión de la objetividad" (v. XIII, n. 24/25, p. 16-23, nov. 2000) de Gemma Corradi Fiumara traducido por Diana Helena Maffía y con revisión de María Aluminé Moreno; "Sobre la vulnerabilidad lingüística" (v. XVI, n. 30/31, p. 1-20, abr. 2007) de Judith Butler traducido por Márgara Averbach; y "Pero '¿es bueno?': la institucionalización del valor literario" (v. XVII, n. 12, p. 2-8, may. 1994) de Jane Tompkins traducido por Márgara Averbach. Esta última traducción es la única que apareció en "Feminaria literaria".

Si bien *Feminaria* tenía una circulación más similar a revistas destinadas a un público general, en tanto se vendía en kioskos y librerías, además de fundarse por fuera de instituciones académicas, los textos fuente de las traducciones aparecieron en publicaciones académicas centrales. En la mayoría de los casos se trató de editoriales universitarias, como Routledge, y de revistas científicas: "La página en blanco" de Gubar es un fragmento de un libro editado por The University of Chicago Press que antes había aparecido en



la revista científica *Critical Inquiry*; "Posmodernismo y relaciones de género en la teoría feminista" de Flax salió por *Signs: Journal of Women in Culture and Society* también de The University of Chicago Press (la nota al pie, que se mantuvo en la traducción, reconstruyó el origen del texto que trazó un circuito académico convencional que incluyó a un congreso científico, el encuentro anual de la German Association for American Studies, donde se agradeció a sus comentaristas y lectores, investigadores como Gisela Bock, Sandra Harding, Mervat Hatem, Phyllìs Palmer y Barrio Thorne); "Deconstruir igualdad-versus-diferencia: usos de la teoría posestructuralista para el feminismo" de Scott fue un capítulo dentro de la compilación *Conflicts in Feminism*, a cargo de las investigadoras Marianne Hirsch y Evelyn Fox Keller que publicó una editorial académica central como Routledge; "Estilística feminista" de Mills es la introducción de un libro que salió también por Routledge titulado *Feminist Stylistics*; "La función metafórica y la cuestión de la objetividad" de Gemma Corradi Fiumara es un capítulo del libro editado por Kathleen Lennon y Margaret Whitford, *Knowing the Difference. Feminist Perspectives in Epistemology*, publicado por Routledge; "Sobre la vulnerabilidad lingüística" de Judith Butler es la introducción de *Excitable Speech. A Politics of the Performance* publicado por Routledge; y "Pero '¿es bueno?': la institucionalización del valor literario" de Jane Tompkins es el capítulo que cerró *Sensational Designs. The Cultural Work of American Fiction, 1790-1860* de Oxford University Press.

Las autoras de los textos tienen inscripciones en instituciones académicas y universitarias: Gubar, profesora de inglés en la Universidad de Indiana; Flax, profesora de Ciencias Políticas en Howard University; Scott, profesora en Ciencias Sociales en The Institute for Advanced Study; Mills, Research Professor en English de Sheffield Hallam University; Gemma Corradi Fiumara, Bachelor de Barnard College de la Universidad de Columbia, becaria Fulbright y doctora por la Universidad de Roma; Butler, Chancellor's Professor en el departamento de Retórica y Literatura Comparada en la University of California, Tompkins, profesora de Letras en Duke University.



Un detalle por destacar del modo de presentación de las traducciones es que todas ellos indican, antes de las notas al pie, el nombre y apellido de las traductoras. Si bien desde el título el lector podía identificar que se trataba de una traducción, dado que una nota al pie especificaba el título en su idioma original, se detalló también quién se había encargado de la labor. Ello no es frecuente ni lo sigue siendo en los modos en que circula el conocimiento en tanto las revistas científicas no siempre detallan ni vuelven un requisito explicitar quién fue el o la encargada de la traducción de un texto. Esto es así tanto para los artículos publicados como para los protocolos de cita.

La traducción es una práctica invisibilizada y mayoritariamente feminizada por lo que el gesto de explicitar la autoría de la traducción puede entenderse como una apuesta feminista. Ello supone no solo visibilizar la labor de mujeres sino también destacar el carácter colectivo de la producción intelectual. Se trata de uno de los modos en que las mujeres suelen ocupar lugares dominados en ese espacio, es decir, la circulación internacional de las ideas supone una división sexual del trabajo (Isabelle Kalinowski, 2022). En esa apuesta el caso de la intervención de la traductora en "La página en blanco" de Susan Gubar es llamativo. Al finalizar el texto se agregó un "Apunte de la traductora" que detalló que "no alcanzaba con verterlo al castellano", por lo que comentó: "tuve la necesidad de trasladar sus reflexiones a la obra de escritoras de nuestra lengua" (Paula Brudny en Susan Gubar, 1988, p. 14). A ello le siguió un breve párrafo que citaba fragmentos de obras de escritoras argentinas como modo de ejemplificar las hipótesis desplegadas en el artículo principal.

Más en consonancia con las lógicas dominantes del espacio de producción de conocimiento la mayoría de los textos se tradujeron del inglés, una lengua dominante en el circuito internacional (Fernanda Beigel; Breno Bringel, 2022). Esto podría explicar el porqué la mayor parte estuvieran a cargo de Averbach, encargada de esa área. Tanto Averbach como Maffía eran parte del equipo editorial



de *Feminaria* y, además de traductoras, son intelectuales. Averbach es Doctora en Letras y Maffía es Profesora de Filosofía, docente e investigadora. Moreno es Licenciada en Ciencia Política y Magíster en Gender and Social Policy. Brudny y Olivier además de dedicarse a la traducción son poetas.

El último punto reside en comentar brevemente el formato de los textos, tanto de las traducciones como de aquellos artículos teóricos abocados a lo literario escritos originalmente en castellano. Estos últimos son: "El sexismo lingüístico y su uso acerca de la mujer" de Lea Fletcher (v. I, n. 1, p. 29-28, jun. 1988); "La mujer y el lenguaje: no a la violencia, sí al poder" también de Fletcher (v. V, n. 8, p. 23-25, abr. 1992); "Para un monitoreo feminista de la cultura" de M.-Pierrette Malcuzynski (v. VI, n. 10, p. 16-20, abr. 1993); "Feminismo como Semioclastia" de July Cháneton (v. VII, n. 12, p. 12-14, may. 1994); y "Abyección y escritura: del yo a la no–identidad del ciborg" de Giulia Colaizzi (v. VIIII, n. 16, p. 1-7, may. 1996).

Del mismo modo que en el caso de las traducciones, todas estas autoras tienen inscripciones en instituciones académicas: Fletcher es doctora en Letras Hispánicas e investigadora; Malcuzynski es doctora en literatura comparada y Catedrática de letras hispánicas y teoría literaria; Cháneton es licenciada en Letras, docente e investigadora; Giulia Colaizzi es profesora universitaria. Los textos, aunque se publicaron en su lengua original, tienen orígenes similares a las traducciones. Por ejemplo, el de Malcuzynski fue una versión aumentada de una ponencia leída en el III Congreso sobre Creación Femenina en el Mundo Hispánico realizado en la Universidad de Puerto Rico. De manera similar, el de Colaizzi fue expuesto en el V Coloquio Interdisciplinario de Estudios de Género realizado en Buenos Aires.

El estilo de escritura de los textos, tanto de las traducciones como de los artículos escritos originalmente en castellano, es cercano al de las convenciones de las revistas científicas de la actualidad que se identifican como los "estándares pretendidamente globales"



(Fernanda Beigel; Breno Bringel, 2022). Se trata de estructuras con una introducción que adelanta de manera clara y explícita los objetivos del trabajo, del desarrollo de una hipótesis junto con notas al pie aclaratorias y que dan cuenta de un repaso por la bibliografía internacional sobre el tema en cuestión.[112] Los artículos de "Feminaria literaria" que si bien, en su mayoría, no se abocaron exclusivamente a la teoría sino que son analíticos –toman casos concretos, como un grupo literario o una obra específica, para estudiarla– conservaron este mismo estilo.

Claro que este no fue el estilo exclusivo de los textos de *Feminaria*. Se publicaron textos que dan cuenta de la forma procesual de la producción de conocimiento como ponencias o trabajos leídos en mesas redondas, por ejemplo los de Fletcher, Diana Bellesi, Tununa Mercado y Nicole Brossard, leídos durante una mesa redonda del encuentro Mitominas II.[113] Otros de ellos, de estas mismas temáticas, adoptaron una forma más accesible a un público lector más amplio. Como el texto de Diana Maffía "El sexismo lingüístico. Mujeres desalojadas del edén de lo humano (A propósito de un ¿lapsus? de Gregorio Klimovsky)" (v. X, n. 22/23, p. 85-86, jul. 1999) que partió de una anécdota, unos dichos del prestigioso epistemólogo, para analizar de manera crítica las implicancias de los modos de referirse a las mujeres con un lenguaje científico supuestamente objetivo y libre de prejuicios. A este artículo le siguió otro bien didáctico que sumaba ejemplos similares, como "Dicho por una diputada de la U.C.R. con respecto a la violencia policial: 'Si me da miedo a mí, que soy un diputado de la nación, ¿qué sentirá la pobre ama de casa?'" (Fletcher, 1999, p. 87). La búsqueda de ampliar la difusión es explícita en este último texto que abre de esta manera:

112 A modo de referencia, "El objetivo de este trabajo es aplicar o por lo menos comprobar algunas consideraciones teóricas generales sobre el concepto del monitoreo de la cultura, en particular las que he tratado de desarrollar en torno a una posibilidad de articulación que replantee las modalidades de la sociocrítica desde una perspectiva específicamente feminista" (M.-Pierrette Malcuzynski, 1993, p. 16).

113 Véase, "Escritura y feminismo". *Feminaria*, Buenos Aires, v. II, n. 3, p. 17-24, abr. 1989.



> Hace rato comencé a preguntarme cómo podríamos hacer más impacto, quizá, con el tema del sexismo lingüístico y, puesto que la miel atrae más que la hiel, que el humor abre puertas, se me ocurrió coleccionar los errores que, en su mayoría fueron cometidos por gente que tenía conciencia de género o, por lo menos, una noción de la corrección ideológica (Fletcher, 1999, p. 87).

¿Qué hace feminista a una publicación?

Feminaria se presentó explícitamente desde su primer número como parte del movimiento feminista. El cierre de este artículo se propone retomar lo desarrollado antes para volver de manera crítica a este adjetivo. La presente reflexión desarrolló lo expuesto en la Mesa redonda "Publicaciones feministas" coordinada por Mara Lago (REF) donde participaron Cecília Fernandes de Castro (CEFET/MG), Juliana Machado y Loreley Garcia (cnpq), en el marco del Seminario Internacional Fazendo Gênero, realizado en agosto de 2024. Esa instancia condujo a reflexionar sobre el título de la Mesa Redonda, aunque parezca evidente pensar a *Feminaria* como una publicación feminista. No solo por su forma de presentación, sino también que ello es claro cuando se contraponen las categorías de la prensa "femenina", entendida como las publicaciones de mujeres y para mujeres que, en términos generales, reproducen los sentidos comunes opresores en la división dicotómica entre varones y mujeres; y la prensa feminista como una publicación que cuestiona las opresiones de las mujeres. Sin embargo, volver a esa adjetivación que aparenta ser obvia también propone contribuir a un conjunto de debates sobre las publicaciones feministas.[114]

En Argentina, los años ochenta, cuando salió la revista, fue un período marcado por la efervescencia social cuando se reformularon y propusieron las maneras de concebir la práctica política tradicional.

114 Véase, el dossier "Publicações Feministas" de *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 17, 2004. Disponible en https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/issue/view/341. Recuperado el 10/01/2025.



La politicidad, por ejemplo, disputó los límites partidarios para tomar criterios identitarios, como el género. *Feminaria* entró en estos debates y propuso su propia perspectiva sobre temas de la agenda pública como el aborto y la maternidad. Lo que interesa en particular en esta instancia es su especificidad en medio de estas producciones y posiciones. Al respecto, destacó su apuesta por la producción teórica. Se suele calificar a *Feminaria* como un feminismo teórico por la fuerte presencia de la producción académica entre sus páginas. En algunos casos la clasificación de feminismo teórico se utilizó para oponerlo a la militancia feminista, para obturarle su potencial de praxis política que el equipo editorial de la revista reivindicaba.

La discusión sobre la tensión entre teoría y política, que tiene una profusa historia,[115] se dio en las páginas de la revista. Marcela Nari, en el número 12, delineó un recorrido de los estudios de la mujer en la universidad con la preocupación formulada desde una primera persona plural en absoluto impersonal de alcanzar una "elaboración teórica que tenga como sujeto a mujeres de nuestro campo de fuerzas sociales" (Nari, 1994, p. 15). En el número 21, Diana Maffía (1998) pasó lista de los desafíos de la incorporación de los estudios de género en la academia y retomó algunos mencionados por Nari, como la autonomía, y sumó otros como la búsqueda de legitimación, así como las tensiones que supone la integración. Eran múltiples los obstáculos. Abarcaban cuestiones específicas de lo disciplinar, como la cristalización de conceptos y categorías teóricas, su vínculo con la práctica política y también los modos de practicar el oficio, de producir conocimiento:

> el feminismo la cuestión de la horizontalidad se planteó muchas veces como un desiderátum [...] Las autoridades universitarias pocas veces tienen paciencia con las

115 Se estudió este mismo eje para el caso de la temprana Carrera de Especialización Interdisciplinaria en Estudios de la Mujer de la Facultad de Psicología de la Universidad de Buenos Aires (1987 y 1995), véase BLANCO, Rafael. "Del fulgor al desencanto: Desafíos para el feminismo académico en la fugaz experiencia de la Carrera de Estudios de la Mujer (Universidad de Buenos Aires)". *Estudios de Género*, Ciudad de México, n. 4; p. 1-31, 2018.



> deliberaciones asambleísticas permanentes y se muestran altamente susceptibles ante la falta de representaciones nominales claras (Maffía, 1998, p. 45).

El anteúltimo número de la revista reflexionó sobre "un fragmento de la historia del feminismo argentino durante la última década del siglo XX" (Valeria Silvina Pita, 2007, p. 68). Aparecieron los puntos anteriores para llegar a la penosa conclusión de que la integración de numerosas investigadoras y docentes en la universidad supuso un sometimiento a las reglas del juego por lo que se diagnosticó una doble cerrazón:

> Por un lado, en las universidades nacionales, las estudiosas de género fueron incapaces de establecer un programa que las vinculara al interior de la institución con los/as profesionales de la academia y con el público universitario, y al exterior con el movimiento de mujeres y con la sociedad en general (Pita, 2007, p. 70).

El presente análisis buscó problematizar estas tensiones y los modos en que se hicieron presentes en la propuesta de *Feminaria*. En principio, la revista tomó a lo literario, específicamente la literatura escrita por mujeres, como objeto privilegiado de reflexión sobre las cuestiones de género. Ello podría haberse tratado de un gesto que suele ocurrir con objetos poco prestigiados del mundo literario, como la escritura de mujeres, de relegarlos a estudios por fuera de las Letras. Es decir, reducir esos objetos, que producidos por otros sujetos son tema para el conocimiento especializado, a las características de los sujetos que los produjeron y que los corresponden con ciertas minorías o grupos sociales dominados. Sin embargo, *Feminaria* propuso el ejercicio de apropiarse de herramientas de la teoría literaria y de la lingüística para repensarlas en vistas de problemáticas relevantes para el movimiento feminista y para pensar objetos no literarios como el habla cotidiana y el discurso científico.

En segundo lugar, la revista desplegó una potente política de traducción de teoría. Se puede explicar por temas contextuales,



el exilio que tuvieron que vivir muchos intelectuales durante la dictadura militar, cuestiones propias de la vida intelectual, estadías y formación en el extranjero (Blanco, 2018b; Carolina Spataro; Rafael Blanco, 2018), y por un gesto académico de recopilar el estado de la cuestión de un tema a fin de posicionarse y producir conocimiento original. Lo central es la forma en que ello se realizó. Esta labor que puede entenderse como un modo de subsumirse a debates extranjeros puede involucrar una mirada crítica y local, como el caso de los modos de importación de la obra de Judith Butler, de la que *Feminaria* fue protagonista (Nayla Luz Vacarezza, 2017).

Una de las características salientes de la política de traducción de *Feminaria* fue la visibilidad que se le dio a las traductoras, con frecuencia soslayadas. Estos textos con formato académico y escritos por autoras con trayectoria en ese espacio dialogaron y respondían a la problemática que buscaron conceptualizar textos teóricos escritos originalmente en castellano por autoras también con inscripciones institucionales en la academia. Vale sumar que esta política se complementó con la práctica de escritura revisionista de la historia argentina sobre todo, pero también latinoamericana, para rescatar y visibilizar los aportes de mujeres, así como para releer de manera crítica sesgos que se reprodujeron por no considerar las jerarquías imperantes vinculadas con el género.

Por último, la escritura académica es una constante en estos artículos y remite a toda una historia dentro de las Ciencias Sociales y Humanidades de tensiones entre las formas ensayísticas e institucionales de producción del saber y sus vínculos con la política (Alejandro Blanco; Luiz Carlos Jackson, 2013; Lucas Rubinich, 2017). Las reglas de la producción de conocimiento se pusieron en discusión en los últimos años en que salió la revista, y estos debates se pueden rastrear condensados en la opinión de docentes de la Facultad de Ciencias Sociales reunidos en el número 22 de la *Revista Sociedad* (2003) que también incluyó escritos sobre los vínculos entre la ciencia y la mujer. Dada la formación de este conjunto de



autoras, el lugar privilegiado que tiene la ciencia y la universidad para moldear y legitimar saberes y problemáticas, la preservación en ciertas zonas de retazos de una tradición humanista que habilita a las autoras a formular preguntas y propuestas y encontrar allí una posibilidad de cuestionar lo dado, se vuelve comprensible la centralidad y potencia política de la reflexión teórica en *Feminaria*.

La respuesta de la fundadora de *Feminaria* al dilema de utilizar el discurso occidental para analizar la escritura de mujeres latinoamericanas es reveladora de la línea de la revista. Porque podríamos traducir la pregunta así: ¿es importante producir teoría para hacer política feminista? La respuesta no tuvo matices y consistió en apostar por la mezcla: "Pero por supuesto. Utilizás todas las herramientas habidas y por haber disponibles" (Fletcher en López Cabrales, 2003, p. 48). Desnaturalizar saberes, apropiarse de herramientas construidas para otros contextos y mezclarlos con lo local marcó una dimensión de la línea editorial de *Feminaria*.

Cuando Fletcher mencionó al equipo editorial negó la existencia de un "grupo" y propuso que lo que realizaron las colaboradoras de la revista fueron búsquedas individuales "de socializar la información" (Fletcher, 2010, p. 284). Vale resaltar esta idea de "socializar" la información porque los años noventa fueron el momento cuando en el mundo académico y universitario se consolidó la forma anglosajona de producción y circulación de conocimiento científico que hoy es el modo naturalizado que tenemos de publicar nuestra producción. Me refiero a la revista científica con un comité académico con cada vez menos injerencia en el contenido y el perfil de la revista. La producción en los casos más exagerados parece dejar de responder a interrogantes y preocupaciones propias del saber científico o incluso a preocupaciones políticas para responder a criterios de métricas e indexaciones. *Feminaria* produjo e importó teoría extranjera, sobre todo anglosajona, pero resistió al formato anglosajón y esa forma, además de su apuesta por repensar la teoría sobre lo literario, tiene una potencia política dentro de la academia que podemos retomar hoy.



BIBLIOGRAFÍA

BEIGEL, Fernanda; BRINGEL, Breno. "Circulação situada e idiomas de publicação das elites acadêmicas do Cone Sul". **Tempo Social**, San Pablo, v. 34, n. 3, p. 153-207, dic. 2022. Disponible em https://revistas.usp.br/ts/article/view/194375 DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2022.194375. Recuperado el 10/01/2025.

BELLUCI, Mabel. "Memoria y balance". **Feminaria**, Buenos Aires, v. IV, n. 7, p. 30-31, ago. 1991.

BENTANCOR, Florencia; DE GIORGI, Ana Laura. "Desobediencia intelectual. Las revistas feministas del Cono Sur en los ochenta. **Brujas**, **Mulherio** y **La Cacerola**". **Revista Izquierdas**, Santiago de Chile, n. 53, p. 1-28, 2024. Disponible en https://www.izquierdas.cl/images/pdf/2024/53/art_monografico3.pdf. Recuperado el 10/01/2025.

BLANCO, Alejandro; JACKSON, Luiz Carlos. "Sociólogos versus ensayistas en Brasil y Argentina". **Estudios Sociológicos**, Ciudad de México, v. XXXI, n. 92, p. 397-436, may-ago. 2013. Disponible en https://estudiossociologicos.colmex.mx/index.php/es/article/view/66. DOI: 10.24201/es.2013v31n92.66. Recuperado el 10/01/2025.

BLANCO, Rafael. "Del fulgor al desencanto: Desafíos para el feminismo académico en la fugaz experiencia de la Carrera de Estudios de la Mujer (Universidad de Buenos Aires)". **Estudios de Género**, Ciudad de México, n. 4, p. 1-31, feb. 2018a. Disponible en https://www.redalyc.org/revista.oa?id=5695&numero=60620&tipo=coleccion. DOI: 10.24201/eg.v4i0.159. Recuperado el 10/01/2025.

BLANCO, Rafael. "Viaje, biografía, conocimiento. Formación en el exterior de académicas argentinas y diversificación de los estudios de género". **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, e185310, 2018b. Disponible en https://www.scielo.br/j/cpa/a/mVqNy45ggrhKyQSSJYLL6Jz/?lang=pt. DOI: 10.1590/18094449201800530010. Recuperado el 10/01/2025.

CANTAMUTTO, Francisco J.; WAINER, Andrés. **Economía política de la convertibilidad. Disputa de intereses y cambio de régimen**. Buenos Aires: Capital intelectual, 2013.

DE LEONE, Lucía. "Dossier Mujeres en red: giros en la prensa feminista latinoamericana del siglo XX". **Mora**, Buenos Aires, n. 17, p. 80-81, dic. 2011.

FEMENÍAS, María Luisa. "El feminismo académico en Argentina". **labrys, estudos feministas / études féministes**, ene./jul. 2005. Disponible en https://www.labrys.net.br/labrys7/fem/mluisa.htm. Recuperado el 10/01/2025.

FRANK, Gustav; PODEWSKI, Madleen. "The Object of Periodical Studies". **En:** ERNST, Jutta; SCHEIDING, Oliver; VON HOFF, Dagmar (Eds.). **Periodical Studies Today**. Leiden: Brill, 2022. p. 29-53 DOI: 10.1163/9789004468313. Recuperado el 10/01/2025.



JULLIARD, Jacques. "Le monde de revues au debut du siecle. Introduction". **Mil neuf cent. Revue d'histoire intellectuelle (Cahiers Georges Sorel),** Antony, n. 5, p. 3-9, 1987. Disponible en https://www.persee.fr/doc/mcm_0755-8287_1987_num_5_1_940. Recuperado el 10/01/2025.

KALINOWSKI, Isabelle. "La vocación por el trabajo de traducción". **Lenguas Vivas**, Buenos Aires, n. 8, p. 58-68, ago. 2022. Disponible en https://ieslvf-caba.infd.edu.ar/sitio/wp-content/uploads/2022/10/Revista-LV-Suplemento-8_10.pdf. Recuperado el 10/01/2025.

LAGUNAS, Cecilia. "Las mujeres miran a las mujeres: aportes para un estudio de los antecedentes de la Historia de las Mujeres en Argentina". **Zona Franca**, Rosario, v. V, n. 6, p. 54-63 oct. 1997. DOI: 10.35305/zf.vi6.258. Recuperado el 10/01/2025.

MARCALAIN, María Gabriela; NARI, Marcela. "Los Estudios de la Mujer y de Género en la Universidad de Buenos Aires". **Zona Franca**, Rosario, v. V, n. 6, p. 70-80, oct. 1997. DOI: 10.35305/zf.vi6.258. Recuperado el 10/01/2025.

MARTÍNEZ PRADO, Natalia. "Feminismos en democracia: una aproximación desde los nudos de la política feminista argentina". **Coordenadas, Revista de Historia Local y Regional**, Río Cuarto, v. 10, n. 2, p. 131-156, oct. 2022. Disponible en http://www2.hum.unrc.edu.ar/ojs/index.php/erasmus/article/view/1640. Recuperado el 10/01/2025.

RUBINICH, Lucas. "Los sociólogos intelectuales: cuatro notas sobre la sociología en los años 1960". **e-l@tina. Revista electrónica de estudios latinoamericanos**, Buenos Aires, v. 15, n. 60, p. 47-66, jul./sep. 2017. Disponible en https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=496454145006. Recuperado el 10/01/2025.

SARLO, Beatriz. "Intelectuales y Revistas: razones de una práctica". **América: Cahiers du CRICCAL**, París, n. 9/10, p. 9-16, 1992. Disponible en https://www.persee.fr/doc/ameri_0982-9237_1992_num_9_1_1047 Recuperado el 10/01/25.

SPATARO, Carolina; BLANCO, Rafael (Coords.). **Del margen a la institucionalización feminismos, estudios sobre sexualidades y políticas de género en la Facultad de Ciencias Sociales, UBA (1988-2022)**. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones Gino Germani, CLACSO, 2023.

VACAREZZA, Nayla Luz. "Judith Butler en Argentina. Recepción y polémicas en torno a la teoría de la performatividad del género". **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 1257-1276, sep./dic. 2017. Disponible em https://www.scielo.br/j/ref/a/3PK3H58LQZZDyLHShNSQvNM/. DOI: 10.1590/1806-9584.2017v25n3p1257. Recuperado el 10/01/2025.

ZONA FRANCA. "Estudios de Género en Argentina y Latinoamérica. Maestría de Género en Rosario". **Zona Franca**, Rosario, v. V, n. 6, p. 1, oct. 1997. DOI: 10.35305/zf.vi6.258. Recuperado el 10/01/2025.



FUENTES

FEMINARIA. "Feminaria". **Feminaria**, Buenos Aires, v. I, n. 1, p. 1, jun. 1988.

FLAX, Jane. "Posmodernismo y relaciones de género en la teoría feminista". **Feminaria**, Buenos Aires, v. III, n. 5, p. 1-14, abr. 1990.

FLETCHER, Lea. "**Feminaria** viene a llenar un vacío. Comentarios de Lea Fletcher en la mesa Retrospectiva". En ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys. **Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano**. Buenos Aires: En la Frontera, 2010. p. 283-286.

FLETCHER, Lea. "Recogidas al azar: algunas equivocaciones llamativas". **Feminaria**, Buenos Aires, v. X, n. 22/23, p. 87, jul. 1999.

FLETCHER, Lea; MARX, Jutta. "Bibliografía de/sobre la mujer argentina a partir de 1980". **Feminaria**, Buenos Aires, v. I, n. 2, p. 27-34, nov. 1988.

GUBAR, Susan. "'La página en blanco' y las formas de creatividad femenina". **Feminaria**, Buenos Aires, v. I, n. 1, p. 6-16, jun. 1988.

LÓPEZ CABRALES, María del Mar. "Entrevista con Lea Fletcher, Editora de **Feminaria**". En GUTIÉRREZ DE VELASCO, Luzelena (Coord.). **Género y cultura en América Latina: Volumen II: Arte, historia y estudios de género**. México: El Colegio de México, 2003. p. 44-48. DOI: 10.2307/j.ctv47w9dv.4. Disponible el 10/01/2025.

MAFFÍA, Diana Helena. "Aventuras y desventuras del encuentro entre género y academia". **Feminaria**, Buenos Aires, v. XI, n. 21, p. 45-46, jun. 1998.

MALCUZYNSKI, M.-Pierrette. "Para un monitoreo feminista de la cultura". **Feminaria**, Buenos Aires, v. VI, n. 10, p. 16-20, abr. 1993.

NARI, Marcela. "Relaciones peligrosas: Universidad y Estudios de la Mujer". **Feminaria**, Buenos Aires, v. VII, n. 12, p. 15-16, may. 1994.

PITA, Valeria Silvina. "Volviendo del silencio...". **Feminaria**, Buenos Aires, v. XVI, n. 30/31, p. 68-76, abr. 2007.

Criselli Maria Montipó
Cíntia Silva da Conceição
Myrian Del Vecchio-Lima

JUSTIÇA CLIMÁTICA E GÊNERO:
EXPERIÊNCIAS, ARTICULAÇÕES E POSSIBILIDADES

CLIMATE JUSTICE AND GENDER: EXPERIENCES, ARTICULATIONS AND POSSIBILITIES

JUSTICIA CLIMÁTICA Y GÉNERO: EXPERIENCIAS, ARTICULACIONES Y POSIBILIDADES

SUMÁRIO



RESUMO:

A presente reflexão baseia-se no relato de experiência sobre a oficina "Justiça climática e gênero: possíveis articulações". O intuito foi discutir sobre justiça climática na perspectiva de gênero. Mobilizamos pesquisa bibliográfica, documental e análise de depoimentos para compreender potencialidades e desafios de se articular gênero e justiça climática, invisibilizada em algumas propostas ao final da oficina, por ser uma lacuna nas ações sociais e desafiar polos de poder. Ao final, refletimos sobre como diferentes formas de injustiça climática se configuram em ameaças aos direitos humanos.

Palavras-chave: Justiça climática. Gênero. Poder. Desigualdades. Direitos Humanos.

ABSTRACT:

This reflection is based on the experience report of the workshop Climate Justice and Gender: possible articulations. The aim was to discuss climate justice from a gender perspective. We mobilized bibliographic and documentary research and analysis of testimonies to understand the potential and challenges of connecting gender and climate justice, which was made invisible in some proposals at the end of the workshop, because it represents a gap in social actions and challenges poles of power. Finally, we reflected on how different forms of climate injustice constitute threats to human rights.

Keywords: *Climate justice. Gender. Power. Inequalities. Human rights.*

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-480-3.26

RESUMEN:

Esta reflexión se basa en el relato de experiencia del taller Justicia climática y género: posibles articulaciones. El objetivo era discutir la justicia climática desde una perspectiva de género. Movilizamos la investigación bibliográfica, documental y el análisis de testimonios para comprender las potencialidades y desafíos de articular la justicia de género y climática, lo que quedó invisibilizado en algunas propuestas al final del taller, por ser una brecha en las acciones sociales y cuestionar polos de poder. Finalmente, reflexionamos sobre cómo las diferentes formas de injusticia climática constituyen amenazas a los derechos humanos.

Palabras clave: *Justicia climática. Género. Fuerza. Desigualdades. Derechos humanos.*



DE ONDE PARTIMOS:
CONTEXTOS E MOTIVAÇÕES

A experiência cotidiana nas cidades, nos sertões, nos campos ou nas florestas torna concreta esta dura realidade: vivemos uma emergência climática. Os efeitos do aumento da temperatura terrestre são sentidos na pele e provocam alterações em distintos ecossistemas. Ano após ano, a comunidade científica apresenta dados, infelizmente preocupantes, sobre as mudanças no clima da Terra e as consequências, cada vez mais nítidas, desse desequilíbrio. Todos os dias temos notícias de que eventos climáticos corriqueiros têm se transformado em extremos, com frequências e intensidades cada vez maiores, especialmente para chuvas torrenciais, ciclones, inundações ou estiagens severas.

Dados do observatório Copernicus[116], evidenciam que 2024 se tornou o primeiro ano em que a temperatura média excedeu 1,5 °C

116 O Serviço de Monitoramento das Alterações Climáticas do Copernicus (C3S) é um dos seis serviços de informação temáticos prestados pelo programa de Observação da Terra do Copernicus da União Europeia. Cf. em: https://www.copernicus.eu/pt-pt/acerca-do-copernicus.



acima do nível pré-industrial, limite definido pelo Acordo de Paris, em 2015, para reduzir os riscos das mudanças climáticas (Copernicus, 2025). Tais efeitos são perceptíveis também em deslizamentos, furacões, ondas de frio ou calor extremos, tornados, entre outros (IPCC, 2023). Diante desse contexto, o Dicionário Oxford escolheu a expressão "emergência climática" como "palavra do ano", em 2019. Naquele momento, mais de 11 mil cientistas publicaram na revista BioScience uma declaração de emergência sobre o estado do clima e o apelo à preservação da vida no planeta, como lembra Enrique Leff (2024). Mais do que chamar a atenção, o emprego da palavra requer ações imediatas. No entanto, ainda que a crise atinja a todas as pessoas no globo, alguns grupos em situação de maior vulnerabilidade, como crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, mulheres negras e indígenas, estão mais suscetíveis aos seus desdobramentos.

Segundo o relatório Women in Finance Climate Action Group, de 2021, mulheres e pessoas do sexo feminino representam 80% das pessoas deslocadas pelas mudanças climáticas. Há, portanto, uma conexão evidente entre gênero e clima; afinal, estruturas de política climática não têm incorporado questões de gênero, étnico-raciais, de classe e geracionais para tomada de decisão em setores relevantes. Inúmeros países, incluindo o Brasil, ainda não transcenderam a narrativa de vulnerabilidade desses grupos marginalizados para novos contextos de liderança e poder (Renata Koch, 2022). Portanto, a emergência é ainda mais aguda para algumas pessoas. A perspectiva da justiça climática, nesta toada, escancara a interface entre direitos humanos e mudanças do clima, especialmente para grupos em desigualdade. Compreendemos que a luta por justiça climática parte do reconhecimento das desigualdades sociais vividas em razão da dívida climática, em especial dos países do Norte Global com os países do Sul Global (Paula Cristina Mira Bohórquez, 2023).

À medida que compreendemos a emergência climática agravada diante das vulnerabilidades, precisamos atentar ainda mais às condições materiais e históricas de determinados grupos sociais,



já que influenciam o grau de resiliência e de adaptação destes à crise (Gênero e Clima, 2021). Para que as políticas do clima assimilem uma visão transversal de gênero, de acordo com Koch (2022), é urgente expandir o acesso à capacitação para que lideranças femininas ocupem cargos elevados em instituições científicas, organizações da sociedade civil, empresas e governo.

A par desta necessidade, a oficina "Justiça climática e gênero: possíveis articulações" teve o objetivo de promover a reflexão e a sensibilização sobre justiça climática na perspectiva de gênero, a fim de construir articulações a partir da realidade brasileira. Ao longo da atividade, buscamos problematizar o contexto atual e estimular a construção coletiva de possibilidades para enfrentar a crise em curso. Nossa pretensão também foi colaborar na formação de multiplicadores da temática, visto que o público interessado tem atuação social em diversas áreas, como educação, política, economia, justiça, ciência, entre outras.

Afinal, as ações para o enfrentamento da emergência climática devem ser multissetoriais, com participação e debate popular, a fim de englobar as questões estruturais do desenvolvimento na perspectiva conjugada da garantia dos direitos humanos e da natureza (Katya Regina Isaguirre-Torres; Tchenna Fernandes Maso, 2023). A colonialidade[117] e as formas de racismo institucional e ambiental limitam o acesso ao financiamento, à informação midiática e a outros recursos, além de inviabilizar os esforços e a participação desses grupos no movimento climático (Olumide Abimbola *et al*., 2021). Nos dedicamos, portanto, a discutir tais relações entre crise climática e gênero e, ao final da oficina, construímos um painel com possíveis articulações ao alcance das pessoas participantes da atividade, levando em conta seus lugares sociais, interesses e necessidades.

117 Conforme Aníbal Quijano (2000), colonialismo e colonialidade são opressões relacionadas, mas distintas. O colonialismo é um padrão de dominação e exploração que se manifesta principalmente no controle da autoridade política e dos recursos de produção, fato demarcado na história do Brasil. A colonialidade, forjada dentro do colonialismo, provou ser mais profunda, duradoura e enraizada nos últimos 500 anos, especialmente na América Latina e em países do Sul Global.



Neste relato de experiência, propomos uma reflexão crítica sobre como a justiça climática foi abordada nas propostas finais. O texto está dividido em outras cinco seções. Iniciamos com a discussão sobre gênero e clima; apresentamos as lentes de análise aqui adotadas; detalhamos o desenvolvimento da oficina e as propostas encaminhadas; analisamos as lacunas e as potencialidades; e tecemos as considerações finais.

GÊNERO E CRISE CLIMÁTICA

A construção de um campo de estudos de gênero é recente na história social – visto que foi elaborado dentro do contexto feminista da década de 1970, para rejeitar explicações biológicas para as diversas formas de subordinação feminina. De acordo com Joan Scott, trata-se de "uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. 'Gênero' é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado" (2017, p. 75). Uma mirada para o cenário dos estudos de gênero na atualidade nos revela a "potencialização política e estratégica das vozes dos diversos segmentos feministas interseccionais e das múltiplas configurações identitárias e da demanda por seus lugares de fala" (Heloisa Buarque de Hollanda[118], 2020, p. 12). Isso se reflete em uma crítica ao feminismo branco, eurocentrado e neoliberal. Em uma perspectiva decolonial, os estudos se tornam porosos para teorias e práticas ancestrais, mais ligadas à territorialidade.

A intersecção corpo/território emerge reconhecendo o corpo como território e o território como corpo social. Esse entendimento tem uma conexão forte com a justiça climática, visto que as mulheres "foram e continuam sendo as que colocam em evidência a arte

118 Em 2023 a autora adotou o nome Heloísa Teixeira para valorizar o sobrenome de origem materna.



de organizar a esperança" e, apesar disso, seus corpos são os mais afetados, invisibilizados e silenciados nos momentos de crise (Delmy Tania Cruz Hernández; Manuel Jiménez, 2023, p. 24).

Conforme já evidenciamos, quando se trata de crise climática, é preciso levar em conta a transversalidade da questão de gênero com outros fatores estruturais como étnico-raciais, classe social, idade, condições físicas, localização geográfica, entre outros, especialmente porque as desigualdades são estruturais, ainda mais no Brasil. "Por isso, políticas que dizem respeito à ação climática precisam considerar as prioridades das mulheres, principalmente das mulheres negras, indígenas, periféricas, LGBTQIA+, entre outros grupos em condição de vulnerabilidade" (Koch, 2022, p. 137). Afinal, as opressões estão interseccionadas.

Dedicado ao tema, o grupo de trabalho de Gênero e Justiça Climática, do Observatório do Clima[119], forneceu recursos didáticos e dados que inspiraram e subsidiaram as discussões da oficina. Um dos materiais de base foi a pesquisa intitulada *Quem precisa de Justiça climática no Brasil?* (Andréia Coutinho Louback; Letícia Lima, 2022), que apresenta informações sobre justiça climática na perspectiva interseccional. A publicação também reúne entrevistas e depoimentos que ilustram a múltipla dimensão da justiça climática, sob enfoque de gênero, raça e lugar social.

De acordo com o Brookings Institution[120], citado na pesquisa do GT Gênero e Justiça Climática, para cada ano adicional de educação que uma menina recebe, a resiliência do seu país para desastres climáticos pode aumentar em 3,2 pontos. Além disso, graças ao sistema patriarcal, em momentos de agravamento da crise climática, mulheres e crianças são as que mais sofrem as consequências,

119 Observatório do Clima é uma coalizão de organizações ambientalistas da sociedade civil brasileira para discutir a crise climática e promover ações de descarbonização.

120 Instituição norte-americana de pesquisa, com foco em educação e ciências sociais.



além das violências em seus corpos e subjetividades. Conforme Catherine Walsh (2008), a colonialidade de gênero viola direitos na intersecção entre raça, classe, gênero e sexualidade, assim como a colonialidade da natureza compreende o ambiente como espaço subalterno a ser explorado.

Portanto, outra mudança de abordagem necessária, ao se considerar a justiça climática sob enfoque de gênero, é o reconhecimento de que o próprio sistema capitalista, especialmente na sua versão neoliberal, é baseado em injustiças, desigualdades e precariedades (Bohórquez, 2023). Refletir coletivamente sobre essas realidades abre brechas para ações mais efetivas, que possam – ainda que gradativamente – transformar tais cenários. Graças às forças desiguais implicadas nessa luta, o enfrentamento tem ocorrido na base da resiliência e do empoderamento, assim como as histórias de Txai Suruí, Jouse Barata, Luana Costa, Érika Pires Ramos, entre tantas outras mulheres citadas na pesquisa *Quem precisa de Justiça climática no Brasil?* demonstram.

Na obra *Banzeiro* òkòtó*: uma viagem à Amazônia Centro do Mundo*, a escritora, jornalista e documentarista Eliane Brum articula a emergência climática às desigualdades sociais e de gênero. A reverência às mulheres indígenas, quilombolas e beiradeiras – que atuam na linha de frente contra o ecocídio – é um dos recortes de gênero trazidos na obra. Brum (2021) enfatiza como a destruição da Amazônia afeta desproporcionalmente mulheres indígenas e comunidades ribeirinhas, cujas experiências são moldadas por múltiplas formas de opressão (Magali Moser; Cândida de Oliveira; Criselli Maria Montipó, 2024). Conforme Brum (2021), as estratégias de aniquilamento dos povos-floresta amazônicos serviram de aporte para o sistema que provocou a crise climática. "Os dogmas morais que constituem os pilares da supremacia branca, do patriarcado e do binarismo de gênero sustentam também o modelo capitalista que consumiu a natureza e levou o planeta à emergência climática" (Brum, 2021, p. 37). A autora une sua voz à de outros defensores ambientais na cobrança por uma mudança radical de sistema para barrar esse perverso processo.



Esta crise socioambiental sem precedentes limita a vida na Terra, obrigando sua biodiversidade e suas comunidades a mudarem seus modos de vida e de sobrevivência. Trata-se de um momento limítrofe, que demanda articulações concretas. Encarar essa realidade exige olhar atento. A seguir, apresentamos as lentes analíticas que embasam nossas reflexões.

LENTES DE ANÁLISE:
INTERSECCIONALIDADES E INJUSTIÇAS

A proposta de nossa oficina foi desenhada a partir da perspectiva teórico-metodológica da interseccionalidade (Patricia Hill Collins; Sirma Bilge, 2021), assim como sugere a pesquisa *Quem precisa de Justiça climática no Brasil?* (Louback; Lima, 2022). A partir destas lentes, analisamos os eixos sociais de desigualdades com foco nas sobreposições, hierarquias, violências e discriminações às quais diversas pessoas e populações estão submetidas. Como matriz teórica-metodológica, a perspectiva interseccional pode ser compreendida também como instrumento político para enfrentar os problemas sociais derivados do colonialismo, do racismo e do sexismo interconectados (Carla Akotirene, 2019), como é o caso das clivagens de gênero, classe, raça e tantas outras.

Nascida a partir das experiências de mulheres negras, latinas, indígenas e asiáticas, que ao longo de séculos tiveram suas vozes silenciadas, a interseccionalidade favorece a análise dos eixos de opressão da sociedade contemporânea, racista, capitalista e cis-heteronormativa-patriarcal sem, no entanto, delimitar ou classificar as opressões. Segundo Akotirene (2019), a base analítica interseccional faz jus às contribuições da antropóloga brasileira Lélia Gonzalez (2020)[121], que durante sua militância e trajetória científica, se dedicou a pensar o Brasil sob o prisma de raça, gênero, classe, entre outros

121 Lélia Gonzalez é uma das principais intelectuais brasileiras do feminismo negro. Mineira, Lélia Gonzalez nasceu em 1935. Foi filósofa, socióloga, antropóloga, professora e militante do movimento negro. Faleceu em 1994 no Rio de Janeiro.



eixos. A matriz interseccional foi, portanto, aprimorada e consolidada a partir do pensamento feminista negro estadunidense, já que o uso do termo "interseccionalidade" é atribuído à intelectual feminista afro-americana Kimberlé Crenshaw, que o adotou nos anos 1990[122]. A perspectiva procura entender as clivagens sociais em sua complexidade:

> Não existe hierarquia de opressão, já aprendemos. Identidades sobressaltam aos olhos ocidentais, mas a interseccionalidade se refere ao que faremos politicamente com a matriz de opressão responsável por produzir diferenças, depois de enxergá-las como identidades (Akotirene, 2019, p. 46).

Tais encruzilhadas sociais interseccionadas mencionadas por Akotirene podem configurar, no caso brasileiro, sinuosos abismos que separam pessoas diante do desigual acesso aos direitos em nosso país, ainda marcado por privilégios e explorações oriundas da colonialidade e do atual sistema produtivo hegemônico. Afinal, diante da desigualdade moldada pela fratura colonial (Malcom Ferdinand, 2022), o enfrentamento à crise climática requer uma visão global que enfoque tais realidades.

Esse olhar contextual nos obriga a pensar coletivamente, por isso a oficina buscou dar concretude às necessidades sociais. Nos propusemos a ouvir as pessoas participantes de modo articulado sobre crise climática e gênero, com foco em ações que fizessem sentido em suas comunidades. Portanto, além do desenvolvimento da oficina – que será detalhado na próxima seção – convidamos as pessoas participantes a responder a uma avaliação. O formulário digital foi coletado entre janeiro e fevereiro de 2025. As questões abertas, desenhadas de forma estruturada (Jorge Duarte, 2006),

122 No artigo *Mapping the Margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color*, publicado na Stanford Law Review, em 1991 (Collins; Bilge, 2021). Essa fase do feminismo negro norte-americano é marcada pela publicação da obra *Mulheres, raça e classe*, escrita pela filósofa norte-americana Angela Davis, em 1981. Do mesmo ano, a obra *E eu não sou uma mulher?*, o primeiro livro da também filósofa estadunidense bell hooks, ajusta a metodologia interseccional à experiência das mulheres negras.

SUMÁRIO



trataram de: a) promoção de justiça climática com perspectiva de gênero; b) construção de articulações a partir da realidade brasileira; c) invisibilidade da justiça climática articulada a de gênero; d) lacunas sociais que desafiam a concretização da justiça climática com perspectiva de gênero; e) polos de poder que influenciam ações por justiça climática; f) esforços coletivos para promover justiça climática com perspectiva de gênero.

A reflexão apresentada neste relato de experiência parte da descrição da atividade analisada à luz de referencial bibliográfico e documental sobre o tema, além da apresentação das respostas obtidas a partir da consulta às pessoas participantes. Recorremos também à análise de conteúdo como instrumento analítico dos depoimentos, que nos permite detectar ênfases e agrupamentos em um conjunto de temas (Martin W. Bauer, 2015), visto que a questão socioambiental é transversal e atravessa diversas faces dos direitos humanos.

ESTRATÉGIAS DE PERCURSO:
DESENVOLVIMENTO

Para promover reflexão e sensibilização sobre justiça climática na perspectiva de gênero, a oficina "Justiça climática e gênero: possíveis articulações" procurou construir propostas a partir da realidade brasileira, dadas as especificidades sociais já mencionadas. Ao longo da atividade, buscamos apresentar dados, contextos e definições para problematizar a situação atual. De modo a introduzir o tema, iniciamos com a exibição de um *teaser* (Gênero [...], c2021). O material audiovisual, de 30 segundos, foi elaborado pelo grupo de trabalho de Gênero e Justiça Climática, do OC.

SUMÁRIO

Figura 1 - *Teaser* para imersão no tema



Fonte: Gênero e Clima/Reprodução, 2024.

O vídeo destaca a busca pela preservação da vida e da natureza não como uma inclinação biológica, mas como questão existencial e política. Essa imersão inicial deu abertura para as apresentações do grupo que, além dos nomes dos participantes, procurou mapear seus interesses e atuações, informações importantes para a interação e o desenvolvimento das propostas.

A introdução conceitual tratou da emergência climática, considerada a maior crise de sobrevivência enfrentada pelos seres humanos, com aumento significativo da temperatura e de modo acentuado na última década (IPCC, 2023). Ao tratarmos da elevação da temperatura média mundial acima dos níveis pré-industriais e do aumento da frequência e da intensidade dos eventos climáticos extremos, logo apresentamos o fato de que alguns grupos vivem em situação de vulnerabilidade. É então que se delineia a relação entre direitos humanos e crise climática. A violação aos direitos humanos expõe de modo desigual diferentes grupos sociais, o que demanda uma abordagem sob a perspectiva da justiça climática. Mas o que as pessoas participantes entendem por justiça climática?

Para fomentar essa discussão, adotamos uma ferramenta gratuita (Mentimeter) usada para a construção coletiva de uma nuvem de palavras sobre o assunto.

Figura 2 - Interação com participantes



Fonte: elaborado pelas autoras, 2024.

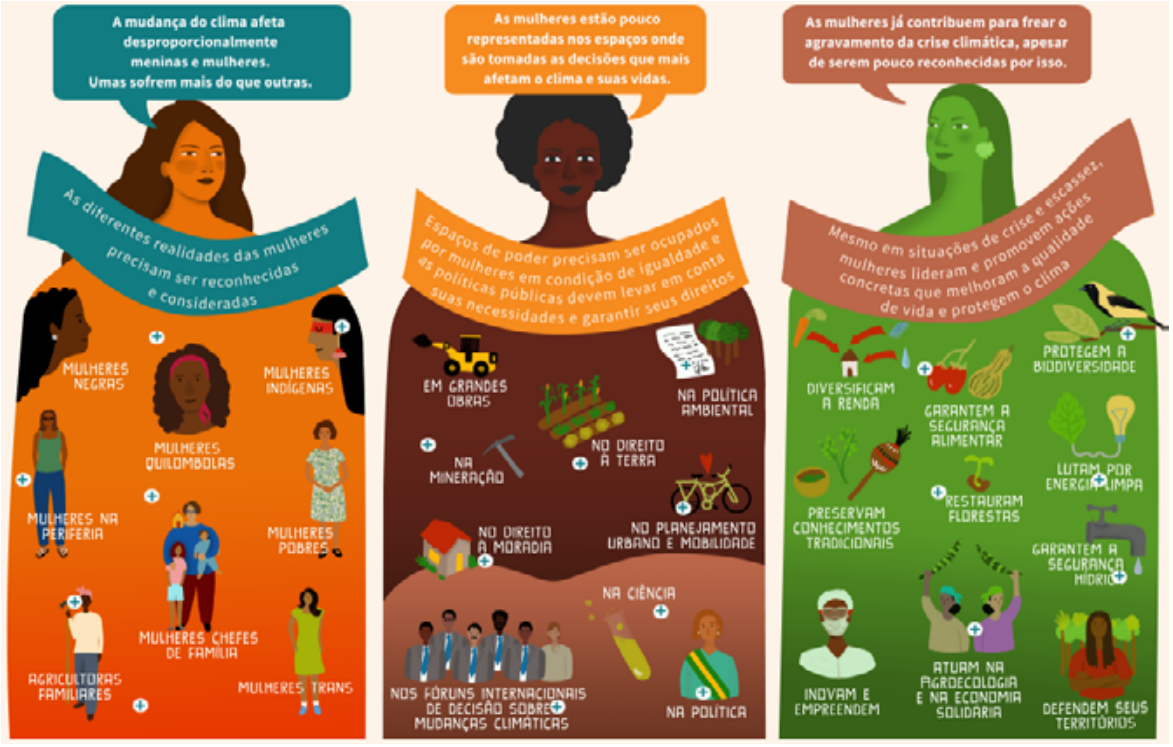
É importante frisar que a justiça climática é um conceito articulado à ação, já que pode ser compreendido como movimento global para que investimentos ao enfrentamento à emergência climática sejam compatíveis com as responsabilidades e condições de respostas à crise (Júlia Neiva; Anna Maria Cárcamo; Gabriel Mantelli, 2023). Pelas respostas enviadas durante a oficina e manifestadas no momento de discussão, percebemos que os participantes tinham percepções aguçadas sobre o tema, especialmente pela presença de palavras como "justiça social", "equidade" e "território" em destaque. Outras menções importantes são "direitos humanos", "interseccionalidade" e "dignidade".

Destacamos que as pessoas participantes da oficina atuam em instituições públicas e privadas, terceiro setor, universidades e movimentos sociais e estavam inscritas em um evento acadêmico chamado Fazendo Gênero 13 – Contra o Fim do Mundo: Anticolonialismo, Antifascismo e Justiça Climática. Portanto, o próprio evento contou

com discussões prévias sobre o tema, em suas diversas mesas e sessões de debates, antes da realização da oficina, oferecida no último dia do seminário.

De modo processual, ao longo da oficina, avançamos no debate. Para ilustrar a discussão sobre gênero e questões climáticas, apresentamos o infográfico *Por que gênero e clima?*, do grupo Gênero e Clima (2021).

Figura 3 - Infográfico *Por que gênero e clima?*



Fonte: Gênero e Clima, 2021.

SUMÁRIO



O infográfico está dividido em três partes: a) as causas estruturais da desigualdade de gênero na crise climática: "A mudança do clima afeta desproporcionalmente meninas e mulheres. Umas sofrem mais do que outras. As diferentes realidades das mulheres precisam ser reconhecidas e consideradas"; b) os espaços de representação: "As mulheres estão pouco representadas nos espaços onde são tomadas as decisões que mais afetam o clima e suas vidas"; e c) as contribuições: "Mesmo em situações de crise e escassez mulheres lideram e promovem ações concretas que melhoram a qualidade de vida e protegem o clima" (Gênero e Clima, 2021).

Após a apresentação geral sobre os infográficos, cópias da versão impressa das três partes foram entregues para discussão em grupos, junto da questão: quem precisa de justiça climática no Brasil? Logo incrementada com a pergunta: quais possíveis articulações para enfrentar a crise climática?

Os três grupos discutiram sugestões com a mediação das facilitadoras e foram estimulados a pensar na seguinte estratégia metodológica: 1) Identificação de situações de interesse; 2) Grupo social, situação-problema e possíveis articulações da ação a ser planejada; 3) Soluções e tecnologias sociais acessíveis. As pessoas participantes foram encorajadas a alinhar resultados esperados, detalhar ações, parcerias e prazos. As experiências foram compartilhadas como uma síntese ao grupo e serão discutidas na próxima seção.

ONDE PRETENDEMOS CHEGAR:
POSSÍVEIS ARTICULAÇÕES

Durante a construção das propostas de ação, as facilitadoras dialogaram com os três grupos formados. Cada grupo foi provocado a pensar em públicos prioritários e ações possíveis de articulação social.



Um ponto importante foi que as ações de enfrentamento cobrem agentes responsáveis por soluções concretas. Também enfatizamos que é preciso debater o tema e dar a devida nomenclatura para casos de racismo ambiental, injustiça climática, falta de equidade de gênero e outras desigualdades, como sugerem os estudos e materiais do GT Gênero e Justiça Climática do OC. A ação local é extremamente relevante para alcançar a população e envolvê-la na busca de soluções para os problemas.

Também abordamos a urgência em cobrar ofertas de proteção social, defender os direitos humanos e os serviços públicos, priorizar saúde e segurança no trabalho, facilitar apoio para que pequenos empreendimentos atuem nos novos setores da economia de baixo carbono, desenvolver habilidades e competências profissionais, entre outros.

Os grupos propuseram o desenvolvimento de redes de articulação e campanhas (on-line e off-line) para o fortalecimento de mulheres e grupos LGBTQIA+ em vulnerabilidade econômica ou social (vítimas de violência); mulheres indígenas e da floresta; bem como crianças e jovens. As ações de articulação com entidades públicas e privadas, destacadas nas propostas, visam o fortalecimento das pautas, com foco no envolvimento social. Tais ações são importantes e estão alinhadas às preocupações de Bohórquez (2023), que chama a atenção para o fato de que mulheres, crianças e jovens, como seres especialmente vulneráveis nas atuais dinâmicas de dominação, violência, abuso e injustiça climática, devem ser protagonistas em dois sentidos: como sujeitos especiais e como lideranças capacitadas para a proteção da vida. Nos debates, discutimos o caso do Rio Grande do Sul, onde, durante o desastre climático ocorrido em cerca de 90% do território do estado entre abril e maio de 2024[123], houve abusos sexuais em abrigos, o que escancara violência de gênero também em situações extremas.

123 Foram 478 municípios atingidos (das 497 cidades do RS) ao longo de semanas, com mais de 47,6 mil pessoas em abrigos, 581,6 mil desalojadas, quase 2,4 milhões de pessoas afetadas, além de mais de 800 feridas, conforme a Defesa Civil (2024).



Afinal, conforme já discutimos, as condições do patriarcado e do sistema neoliberal, em diversas culturas, fortalecem a injustiça climática e tornam invisíveis as redes de luta e cuidado. Talvez por isso, a ideia de justiça climática apareceu de modo ainda tímido nas propostas. No formulário enviado posteriormente para avaliação voluntária, recebemos o retorno de quatro, das cerca de 20 pessoas que passaram pela oficina. As contribuições das pessoas participantes ajudam a iluminar o cenário, que exige cobrança de muitos agentes. As respostas não serão identificadas. Para garantir confidencialidade e anonimato, chamaremos de Participante 1 (ou P1), P2 e assim sucessivamente, apenas demarcando o gênero feminino, já que havia poucos homens inscritos.

Questionamos as participantes sobre a que atribuem o fato de a justiça climática aparecer de modo secundário ou não ser citada em algumas propostas finais da oficina, apesar de a questão de gênero estar bem-delimitada nas ações propostas. P4 é enfática: "Falta de uma compreensão mais ampla do que se refere à justiça climática" (2025). Opinião semelhante tem P2: "Acredito que, pela rara difusão da temática, ainda seja um assunto que suscita dúvidas, falta de conhecimento e compreensão" (2025). Vale lembrar que as ações por justiça climática mobilizam um intrincado sistema e buscam incidir sobre poderes que têm capital econômico e simbólico, para garantir os direitos das populações mais vulneráveis.

Trata-se de uma pauta que exige grandes transformações da sociedade, conectada às históricas lutas sociais por dignidade e equidade. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP) aborda a tessitura delicada e complexa do ideal de justiça climática em seu *The Climate Dictionary – Speak climate fluently* (*O dicionário do clima – fale sobre o clima fluentemente*, em tradução livre), lançado em 2023. O verbete dedicado ao tema traz a seguinte definição:



> Justiça climática significa colocar a equidade e os direitos humanos no centro da tomada de decisões e da ação sobre as alterações climáticas.
>
> Um aspecto da justiça climática relaciona-se com a responsabilidade histórica desigual que os países têm em relação à crise climática. O conceito sugere que os países, indústrias e empresas que enriqueceram graças às atividades que emitiram o maior número de emissões de gases com efeito de estufa têm a responsabilidade de ajudar a mitigar os impactos das alterações climáticas às pessoas afetadas, especialmente nos países e comunidades mais vulneráveis, que muitas vezes são os que menos contribuíram para a crise.
>
> Até dentro de um mesmo país, devido às desigualdades estruturais baseadas na raça, etnia, gênero e estatuto socioeconômico, as responsabilidades na abordagem às alterações climáticas precisam ser divididas de forma justa, cabendo a maior responsabilidade àqueles que mais contribuíram e beneficiaram da causa da crise [...] (UNDP, 2023, p. 25, tradução nossa).[124]

P2 evidencia a necessidade de uma análise interseccional para que as propostas de articulação social mobilizem gênero e justiça climática. "As pessoas não reconhecem a diferença de gênero, classe e raça. Um evento extremo atinge todos, mas de forma diferente. É preciso pensar nos idosos, jovens e menos favorecidos. Inclusive os povos originários" (2025). O *dicionário do clima* também aborda os aspectos interseccionais da justiça climática, chamando a

124 "Climate justice means putting equity and human rights at the core of decision-making and action on climate change. One aspect of climate justice relates to the unequal historical responsibility that countries bear in relation to the climate crisis. The concept suggests that the countries, industries, and businesses that have become wealthy from activities that emitted the most green house gas emissions have a responsibility to help mitigate the impacts of climate change on those affected, particularly the most vulnerable countries and communities, who often are the ones that have contributed the least to the crisis. Even within the same country, because of structural inequalities based on race, ethnicity, gender, and socioeconomic status, the responsibilities in addressing climate change need to be divided fairly, with the biggest responsibility resting on those who have contributed to, and benefitted from, causing the crisis the most" (UNDP, 2023, p. 25).



atenção para a questão intergeracional. O documento destaca que crianças e jovens da atualidade não contribuíram de forma significativa para a crise climática, mas suportarão os efeitos do problema à medida que crescem e as alterações climáticas avançam ao longo de suas vidas. Como seus direitos humanos estão ameaçados pelas decisões das gerações anteriores, esses grupos sociais precisam ser levados em conta, de modo centralizado, em todas as tomadas de decisão e ações climáticas. Isso inclui meninas e jovens mulheres, além de crianças e adolescentes da população LGBTQIA+.

As participantes da oficina também foram convidadas a avaliar quais lacunas sociais dificultam a concretização da justiça climática com perspectiva de gênero. Grande parte das respondentes atribuiu tal ausência às visões preconceituosas sobre gênero, além de questões estruturais.

> Acredito que o preconceito, a marginalização e a invisibilização oferecidos, em vários âmbitos, aos públicos minoritários, como mulheres, negros, indígenas, quilombolas, ciganos, pobres etc., são os responsáveis pela falta de políticas e investimentos sociais promotores do desenvolvimento sustentável (P2, 2025).

P1 também destaca que as pessoas pensam as questões de gênero como algo secundário. "Mulheres são cuidadas, tratadas como incapazes. Sendo que são à frente da constituição de famílias. O preconceito de gênero dificulta" (P1, 2025). P4 cita a aversão política ao tema, além de "compreensão equivocada, academicismos sem a necessária correlação com os reais impactos etc." (P4, 2025). A contribuição de P3 é bastante ilustrativa, pois considera:

> A falta de acesso a iniciativas e experiências relacionadas a este modo de apreender e atuar no mundo, a desinformação arquitetada, a perpetuação dos mesmos corpos em espaços de poder de modo que perspectivas dissidentes e voltadas para outras cosmologias não sejam consideradas (P3, 2025).

SUMÁRIO



Tais lacunas já tinham sido apontadas no debate final, presencial, após a apresentação das propostas elaboradas. As questões estruturais e a desinformação foram bastante discutidas durante a oficina. Por isso questionamos, na avaliação posterior, quais instâncias de poder (governos, empresas, instituições, entre outras) influenciam nas ações por justiça climática e como desafiá-las, já que nelas transitam importantes tomadores de decisão. Tanto na discussão quanto no formulário, as respondentes consideraram que tais instituições têm tensões entre si. "Acredito que, para desafiá-las, é necessário cobrança social, o que pode se dar de diversas maneiras. É importante que o posicionamento também seja estratégico" (P3, 2025). A responsabilização civil, por meio da cobrança de multas em caso de danos ambientais, também foi mencionada.

P4 destacou que a pressão social é um termômetro para o mercado, principalmente quando cobranças populares podem implicar em perda de capital social e econômico das empresas. Isso vale também para os agentes políticos, "que necessitam manter-se nos cargos e se movimentam conforme seus interesses. Criar pequenas redes ou comunidades que possam unir-se para buscar resolutividade nestas questões seria uma possibilidade viável" (P4, 2025). Além de governos e empresas, uma das participantes citou a necessidade de envolver a Defesa Civil, assim como bombeiros e policiais, mobilizados em ações de prevenção e no atendimento em casos de desastres.

Ainda neste mesmo tema, questionamos como o esforço coletivo pode promover justiça climática com perspectiva de gênero. A organização e a ação comunitárias foram citadas. Ainda que construídas lenta e cotidianamente, elas podem abranger diferentes grupos. Também foi mencionada a necessidade de transformar a consciência coletiva e social sobre gênero e violência de gênero, temas ainda restritos às pesquisas acadêmicas e incompreendidos por camadas conservadoras da população, inclusive por representantes políticos de alguns espectros partidários, conforme foi discutido durante a oficina.



> O feminismo é uma ferramenta crítica e histórica que pode fornecer linhas de fuga em relação a esta conjuntura. A escuta, a ação, a implicação do corpo no mundo acontecem sempre em relação. Considero que oficinas e espaços de exercício crítico diversos podem ser fundamentais para a construção de ações transformadoras (P3, 2025).

O principal interesse da oficina, conforme destacamos, foi construir articulações entre justiça climática e gênero a partir da realidade brasileira. As pessoas participantes foram unânimes em apontar a educação como potente possibilidade de transformação social. Formação em escolas, universidades, centros de pesquisa, entidades de terceiro setor, governos e comunidades. Outros pontos levantados foram o acesso a informações de qualidade, a realização de eventos e fóruns de discussão, além da formação de redes de atuação.

Portanto, a partir de nossa análise, fica nítida a percepção das participantes sobre a falta de comprometimento dos governos na elaboração de políticas públicas efetivas no enfrentamento da emergência climática, além de resistência ou lentidão das empresas na transformação de práticas socioambientais. Outro ponto levantado foi quanto ao desconhecimento da situação, em diversas camadas sociais, o que implica um tímido envolvimento da população sobre o tema. Tal constatação é também apresentada por integrantes de movimentos sociais e pesquisadores que se debruçam sobre questões de gênero e clima.

> De uma perspectiva ética, a justiça climática só pode ser promovida através de pequenos, mas importantes atos de rebelião, face à intenção das elites políticas de perpetuar o sistema capitalista. Estes atos de rebelião devem também gerar mudanças morais, porque, mesmo que consigamos mudar o rumo do aquecimento nos próximos anos, por meio do enfraquecimento do sistema atual, sem uma revolução moral, o desprezo pelos mais vulneráveis pode assumir outras formas, como aconteceu no passado (Bohórquez, 2023, p. 143-144, tradução nossa).[125]

125 "Desde la perspectiva ética, la justicia climática solo puede ser impulsada por pequeños pero importantes actos de rebeldía, ante la intención de las élites políticas de perpetuar el sistema capitalista. Estos actos de rebeldía han de generar también cambios morales, pues, aun si lográramos cambiar el curso del calentamiento en los próximos años, a través de un debilitamiento del sistema actual, sin una revolución moral, el desprecio por los más vulnerables puede tomar otras formas, como ha sucedido en el passado" (Bohórquez, 2023, p. 143-144).



A ênfase dada por autores consultados e pelas contribuições trazidas pelos participantes da oficina chegam ao mesmo ponto: a justiça climática não poderá ser consolidada se não for atravessada por uma crítica abrangente às atuais condições de vida. Trata-se de uma postura coletiva, resultante da conscientização e da soma de forças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a perspectiva de estimular ações populares por justiça climática, implicadas em garantir os direitos das populações em vulnerabilidade, os prejuízos e os benefícios da crise climática precisam ser reconhecidos e tratados de modo equitativo e concreto. A injustiça climática é uma ameaça aos direitos humanos. Conforme discutido nesse relato de experiência, a naturalização de um sistema que invisibiliza os grupos sociais mais afetados pela crise climática impossibilita a reflexão crítica sobre os princípios básicos de promoção de vida digna às populações. A ainda frágil associação entre gênero e justiça climática nas propostas finais da oficina está relacionada a fatores estruturais, bem como às necessárias ênfases e discussões contínuas de um tema complexo. Outro atenuante é a dificuldade de aprofundar a compreensão das imbricações entre injustiça climática e gênero no cotidiano, ou seja, humanizar o conceito.

O ideal de justiça climática propõe que as mudanças no clima sejam combatidas com a responsabilização daqueles que efetivamente causaram o desequilíbrio e que têm mais condições de enfrentá-las. Trata-se de uma luta árdua, que precisa mobilizar inúmeros agentes. Talvez por isso, dar concretude à justiça climática ainda seja um desafio para a realização de ações climáticas. Por outro lado, a educação e a formação contínua são formas potenciais de proporcionar acesso aos conhecimentos necessários sobre os temas.



Esse ideal permanece como lacuna nas articulações sociais, desafia polos de poder e exige esforço coletivo. Somente uma sociedade consciente e articulada será capaz de incidir e romper com as estruturas exploratórias que restringem a efetividade da justiça climática.

REFERÊNCIAS

ABIMBOLA, Olumide *et al*. **Racism and Climate**. Justice: How Racism and Colonialism shape the Climate Crisis and Climate Action. Washington: Heinrich Böll Stiftung, 2021.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Coleção Feminismos Plurais – Selo Sueli Carneiro. São Paulo: Pólen, 2019.

BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. *In*: BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 189-218.

BOHÓRQUEZ, Paula Cristina Mira. Justicia climática: reflexiones críticas para una nueva comprensión del problema. *In*: BOHÓRQUEZ, Paula Cristina Mira *et al*. **Estudios interdisciplinarios sobre el cambio climático**. Colômbia: Universidad de Antioquia, 2023.

BROOKINGS. Página inicial, 2024. Disponível em: https://www.brookings.edu. Acesso em: 17 set. 2025.

BRUM, Eliane. **Banzeiro** òkòtó: Uma viagem à Amazônia Centro do Mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

COPERNICUS. **The 2024 Annual Climate Summary**: Global Climate Highlights 2024. 2025. Disponível em: https://climate.copernicus.eu/global-climate-highlights-2024. Acesso: 15 fev. 2025.

DEFESA Civil atualiza balanço das enchentes no RS – 20/8. **Governo do Estado do Rio Grande do Sul**, 2024. Disponível em: https://www.estado.rs.gov.br/defesa-civil-atualiza-balanco-das-enchentes-no-rs-20-8. Acesso em: 17 set. 2025.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. *In*: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. (org.) **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2006.



FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial**: pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

GÊNERO E CLIMA. **Por que gênero clima**? (**Infográfico)**. Observatório do Clima, 2021. Disponível em: https://generoeclima.oc.eco.br/infografico-porque-genero-e-clima Acesso em: 2 fev. 2025.

GÊNERO e justiça climática. Página inicial, c2021. Disponível em: https://generoeclima.oc.eco.br/. Acesso em: 17 set. 2025.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Schwarcz, 2020.

HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz; JIMÉNEZ, Manuel Bayón. Introdução. *In:* HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz; JIMÉNEZ, Manuel (Orgs). **Corpos, territórios e feminismos**: uma compilação latino-americana de teorias, metodologias e práticas políticas. São Paulo: Elefante, 2023.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Agora somos todas decoloniais? *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

ISAGUIRRE-TORRES, Katya Regina; MASO, Tchenna Fernandes. As lutas por justiça socioambiental diante da emergência climática. **Revista Direito e Práxis**, v. 14, p. 458-485, 2023.

IPCC – PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS. **Relatório Síntese sobre Mudança Climática,** 2023. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2023-04/IPCC_AR6_SYR_LongerReport.pdf. Acesso em: 2 fev. 2025.

KOCH, Renata. Justiça climática à luz do gênero. *In*: LOUBACK, Andréia Coutinho; LIMA, Letícia. (org.). **Quem precisa de Justiça climática no Brasil**? Brasília: Gênero e Clima, 2022.

LEFF, Enrique. A responsabilidade de comunicar a crise ambiental. *In*: LOOSE, Eloisa Beling. **Jornalismos e crise climática**: um estudo desde o Sul Global sobre os vínculos do jornalismo com a colonialidade. Florianópolis: Editora Insular, 2024.

LOUBACK, Andréia Coutinho; LIMA, Letícia. (org.). **Quem precisa de Justiça climática no Brasil**? Brasília: Gênero e Clima, 2022.

MENTIMETER. Página inicial, 2025. Disponível em: https://www.mentimeter.com/pt-BR. Acesso em: 17 set. 2025.



MOSER, Magali; OLIVEIRA, Cândida de; MONTIPÓ, Criselli Maria. A centralidade da Amazônia: deslocamentos e interseccionalidades na narrativa de *Banzeiro* òkòtó, de Eliane Brum. *In*: COSTA; Alda *et al*. (org.). **Narrativas Midiáticas Contemporâneas**: Amazônia(s). São Luís: Vert, 2024. v. 1. p. 214-242.

NEIVA, Júlia; CÁRCAMO, Anna Maria; MANTELLI, Gabriel. **Impulsionando a ação climática a partir dos direitos humanos**. [*S. l.*]: Instituto Clima e Sociedade, Conectas Direitos Humanos, 2023.

OBSERVATÓRIO do clima. Página inicial, c2025. Disponível em: https://www.oc.eco.br/. Acesso em: 17 set. 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y America Latina. *In*: LANDER, Edgardo. (org.). **La colonialidad del saber**: eurocentrismo y ciências sociales perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2000. p. 201-245.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, 2017.

UNDP – UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **The Climate Dictionary - Speak climate fluently**. New York: UNDP Climate, 2023.

WALSH, Catherine. Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias político-epistémicas de refundar el Estado. **Tabula Rasa**, n. 9, p. 131-152, 2008.

WOMEN IN FINANCE CLIMATE ACTION GROUP. Women in Finance Climate Action Group Report. **Aviva**, 2021. Disponível em: https://static.aviva.io/content/dam/aviva-corporate/documents/socialpurpose/pdfs/Women-In-Finance-Climate-Action-Group-Report.pdf. Acesso em: 2 fev. 2025.

Liane Schneider
Loreley Garcia
Luciana Calado Deplagne

RESISTÊNCIA NO CAMPO DE PUBLICAÇÕES FEMINISTAS:
CELEBRANDO OS VINTE ANOS DA REVISTA ÁRTEMIS

RESISTANCE IN FEMINIST PUBLISHING FIELD: CELEBRATING TWENTY YEARS OF ARTEMIS JOURNAL

RESISTENCIA EN EL CAMPO DE LAS PUBLICACIONES FEMINISTAS: CELEBRANDO VEINTE AÑOS DE LA REVISTA ARTEMIS

RESUMO:

Ao longo do presente texto buscamos relatar como surgiu a ideia do periódico que organizamos e publicamos há vinte anos, a Revista Ártemis, buscando também construir um olhar retrospectivo sobre as formas que a editoria encontrou, ao longo dessas duas décadas, a fim de que o periódico atingisse os mais altos níveis de avaliação junto a CAPES, tornando-se, para além de avaliação dos órgãos de fomento, um reconhecido local de debate e promoção de discussões do feminismo contemporâneo.

Palavras-chave: Revista Ártemis. Publicação feminista. Estudos de gênero. Resistência. Interdisciplinaridade.

ABSTRACT:

Along this text we present a report on the creation and the development of our academic journal, which has been active for over twenty years now (2004-2025); at the same time, we present a retrospective gaze on the working systems used by our editors along these decades so to bring Revista Ártemis to higher levels of evaluation according to CAPES parameters, establishing itself as a fundamental space for feminist production, discussion and debate in contemporary times.

Keywords: *Revista Ártemis. Feminist publishing. Gender studies. Resistance. Interdisciplinarity.*

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-480-3.27

SUMÁRIO



RESUMEN:

A lo largo de este texto, relatamos cómo surgió la idea de la Revista Ártemis, periódico que organizamos y publicamos hace veinte años. También pretendemos echar una mirada retrospectiva sobre las maneras por las cuales el equipo editorial, durante estas dos décadas, hizo que la revista llegara a los niveles más altos de evaluación de CAPES. Al margen de la clasificación de los organismos de fomento, discutimos cómo la revista se ha consolidado como un espacio reconocido de debate y discusión de ideas del feminismo contemporaneo.

Palabras clave: *Revista Artemis. Publicación feminista. Estudios de género. Resistencia. Interdisciplinariedade.*

SUMÁRIO



No ano de 2012, participamos, com imensa alegria, da comemoração dos 20 anos da Revista Estudos Feministas (REF). Agora, temos a oportunidade de celebrar os 20 anos da Revista Ártemis no Dossiê da REF, ou seja, mais de uma década se passou e ambos os periódicos continuam ininterruptamente publicando no campo dos estudos feministas e de gênero. A Ártemis já marcou presença em outros congressos e discussões sobre editoria feminista de cunho internacional, entre eles o Mundo de Mulheres, em 2022, em Maputo, e, recentemente, na Mesa Publicações Feministas no FG13, Florianópolis-SC.

De fato, exatamente neste dezembro de 2024, a Revista Ártemis completa 20 anos de existência e publicações ininterruptas. Aqui, pensamos expor as etapas pelas quais nosso periódico acadêmico passou ao longo dessas duas décadas, apresentando arrazoado sobre seu surgimento, a fase heroica por alguns anos, quando o processo era completamente artesanal, a evolução nos processos de edição, com mais profissionalismo por parte das editoras, e, além das boas notícias, o impacto em 2022, quando por mudanças de avaliação Qualis fomos quase arremessadas a um estágio terminal, pois a queda era injustificada e não argumentada; em seguida, relatamos a retomada e a reinvenção após recursos respondidos e manutenção do nosso status editorial.



Detalhando um pouco mais, nossa trajetória foi assombrada, nos anos de 2022 a 2024, pelo fantasma do encerramento das atividades devido a uma queda brusca e inexplicável no conceito Qualis A2 para C (divulgada em setembro de 2022). Durante quase dois anos, apresentando inúmeros recursos, em várias instâncias, buscando compreender o motivo desse colapso súbito, que nos soava como parte de um processo obscuro ao qual não tínhamos acesso e nem qualquer justificativa nos era apresentada. A incompreensão, a impotência e a ausência de transparência nos levaram a considerar a descontinuidade da revista a partir do ano de 2025, o que viria a ocorrer logo após a celebração dos vinte anos de existência da Revista Ártemis.

Contudo, a revista não foi extinta, sobreviveu. Houve uma reavaliação da Capes em julho de 2024 e retomamos o conceito A2; na verdade, nossa solicitação de manutenção do conceito foi deferida, o que representou um alívio e um novo fôlego de trabalho. Assim, passamos a refletir sobre mudanças e preparar novas etapas de trabalho para o ano de 2025.

Retomando a narrativa, inclusive recuando no tempo, gostaríamos de informar que a Revista Ártemis teve sua primeira edição publicada em dezembro de 2004. Naquela ocasião, a revista estava associada ao NIPAM/UFPB, um núcleo de estudos de gênero e educação da Universidade Federal da Paraíba. A revista nasceu de uma parceria entre esse núcleo e a ONG Cunhã, Coletivo Feminista, que nos procurou para que realizássemos a avaliação do Programa de Atendimento a Mulheres Vítimas de Violência Sexual no estado da Paraíba (PAMVVS) – um serviço prestado às vítimas da violência sexual e àquelas que buscavam o aborto legal no estado. Na ocasião, esse serviço de saúde estava concentrado em um único hospital, na capital do estado, João Pessoa. O núcleo estava representado na pessoa da coordenadora à época, que montou uma equipe de alunas para executar a pesquisa junto às profissionais do PAMVVS, às pacientes e ex-pacientes.



Ao término do levantamento, recebemos o pagamento combinado, no qual estava embutido o valor da contratação dos serviços de um web designer, para confeccionar uma revista online. Seria um periódico sobre feminismo, estudos de gênero e sexualidades, considerando que não existia nenhuma publicação desta natureza na Universidade Federal da Paraíba, no estado como um todo e tampouco na Região Nordeste. Hoje, este cenário mudou. Inicialmente, a revista seria vinculada ao núcleo, mas isso não aconteceu e ela deslocou-se para o PPGS (Pós em Sociologia); posteriormente, surgiu uma nova parceria com o PPGL (Pós em Letras), onde a revista permanece abrigada até os dias de hoje.

Vale salientar que apenas a verba para o pagamento do serviço de web designer não foi suficiente para criar a revista. O pequeno grupo que originou a Revista Ártemis começou a trabalhar de forma artesanal, aprendendo na prática. No início, selecionamos publicações de colegas próximos ao núcleo e à universidade; a pouca experiência era compensada pelo entusiasmo e pela boa vontade das parceiras, tudo acompanhado de uma dose de amadorismo. Fomos aprendendo sobre editoração com a mão na massa, fazendo gênero sob a forma de revista.

Da passagem pelo núcleo restou apenas a ex-coordenadora; o corpo editorial da revista era composto por colegas pesquisadoras de várias áreas, com atuação nos estudos de gênero, e com a participação de suas orientandas: Loreley Garcia (Sociologia), Liane Schneider (Letras), Rosa Godoy (História), à época Pró-reitora da PRPG/UFPB, Sandra Azevedo (Comunicações) e Nadilza Moreira (Letras). Mas, na maior parte do tempo, contamos com o nosso próprio esforço para todas as tarefas; exceto pela boa vontade das pareceristas, o resto se concentrava nas mãos das fundadoras da revista. Rosa Godoy nos recebia em sua casa aos sábados para reunião de pauta ou nos encontrávamos nos bares de João Pessoa para definir futuros caminhos; assim foi durante anos. Esse cenário permaneceu até a chegada da Luciana Calado Deplagne (Letras), em 2019.



Os rumos da vida, longos deslocamentos, pandemia, mudanças pós-aposentadoria, tornaram os encontros online e sem cerveja. Nesse momento, já trabalhávamos apenas três professoras na editoria: Liane Schneider, Loreley Garcia e Luciana Calado Deplagne. Com relação aos custos de cada edição, despesas com a diagramação e revisão das línguas, esses seguiam sendo pagos pelos programas de pós-graduação PPGS (2005 a 2016) e PPGL (até o presente momento), uso de verba de pesquisa, e, quando tudo falhava, o necessário saía do bolso das editoras. De 2022 aos dias atuais, tivemos a boa notícia da parte do PPGL, que incluiu em seu plano orçamentário, aprovado em colegiado, as despesas com revisão e diagramação das duas revistas vinculadas ao programa: a Graphos e a Ártemis. Esperamos poder ficar contando semestralmente com esse apoio da instituição no futuro.

No ano de 2012, a revista concorreu e foi selecionada pelo edital IPEA/PROESP n. 001/2011 – apoio à publicação de periódicos brasileiros em ciências humanas. Destacamos que revistas muito mais bem-conceituadas não foram agraciadas por esse edital, o que renovou nossos ânimos. Então, logramos um tento. Com o novo aporte financeiro, editamos a versão impressa da revista. Aliás, essas edições foram apresentadas no evento dos 20 anos da REF, em Florianópolis. Mas, como a verba era limitada, apenas os números 13, 14 e 15 tiveram a versão física. Avaliamos que a edição online era mais exequível, uma vez que, a partir de 2014, a revista recebeu o conceito B1, atingindo novo patamar de classificação. Com isso, houve um aumento significativo de artigos recebidos e publicados, a revista tornou-se volumosa e a versão impressa mais onerosa. Também havia dificuldades de circulação dos dispendiosos números impressos. Experimentamos manter uma versão EPUB, a pedido do Portal Periódicos da UFPB, mas isso foi mantido por cerca de dois anos, sendo que depois foi descontinuada e passamos a publicar digitalmente apenas.



A essa altura, o caráter amador e endógeno inicial foi substituído por outro perfil, passamos a publicar artigos nacionais e internacionais, recebemos ofertas para publicar dossiês com temas variados e de diferentes instituições acadêmicas. A revista foi indexada em várias bases, entre elas, a mais importante é o *Emerging Sources Citation Index* (ESCI) e a *Web of Science Core Collection.*

Atualmente, publicamos artigos nacionais e internacionais também em espanhol, inglês e francês. Estamos em conexão, assim como a REF, com a *Feminist Publishing Futures/Federation* visando o livre acesso às publicações feministas, entre outras demandas.

Produzimos uma edição a cada semestre com dossiês originais, alguns em colaboração internacional; publicamos artigos e resultados de pesquisas de autoras de inúmeras universidades, incluindo algumas pouco conectadas ao Brasil, que nos procuram a partir da Índia, de universidades do Irã e Paquistão, pesquisadoras que quiçá não teriam onde escoar resultados de pesquisas sobre gênero e condição da mulher.

Ainda sobre contribuições de instituições internacionais, recebemos maior volume de contribuições da Espanha, seguida por Argentina, EUA, França, Moçambique, Portugal, Chile, Nigéria, Porto Rico, Alemanha, Inglaterra, Escócia, África do Sul, Canadá, Gabão, Colômbia, entre outros.

Ao longo dos vinte anos de existência da Ártemis, os temas e problemas dos feminismos, das sexualidades e dos estudos de gênero têm sido abordados de forma interdisciplinar, na perspectiva das ciências sociais, do ecofeminismo, do direito, da história, da política, das políticas públicas, da educação, das ciências da religião, da comunicação, da literatura, da linguística, da psicologia, das artes visuais, da bioética e da saúde. Porém, nos últimos anos, verificamos uma tendência de mudança no perfil dos textos, já que temos recebido e estamos publicando mais artigos da área de Literatura, Letras, geralmente em abordagens transdisciplinares.

SUMÁRIO



Talvez porque a revista se desligou do PPGS, em 2016, devido à falta de suporte daquele setor, e passou a ser financiada pelo PPGL, além do fato de os últimos dossiês contemplarem temas mais afinados com a área de Letras.

Sobre as medidas que pretendemos adotar daqui para frente estão ações que sabemos ser fundamentais, mas que uma comissão editorial diminuta, na qual todas têm a agenda atolada, ainda não nos permitiu, de fato, arregaçar as mangas; postergamos ações que percebemos serem inadiáveis. Entre elas estão: recompor o DOI completo, o que, com ou sem o suporte do Portal Periódicos UFPB, em grande medida já foi executado; solicitar a inclusão da revista nas bases Scielo e Redalyc a fim de buscar garantir maior visibilidade e estabilidade à revista.

A Ártemis deve passar por reformulação, ainda não definimos todas as frentes de adequação aos novos tempos, também em consequência da aposentadoria de algumas editoras e a eventual entrada de novos membros da área de Literatura ou outras das Humanidades, o que certamente irá impactar e criar uma versão renovada da revista no seu 21º ano de existência, em 2025. Consideramos importante manter a revista com um caráter interdisciplinar que sempre foi sua tônica, lembrando que somos também avaliadas por essa área do conhecimento. A própria forma pela qual a Revista Ártemis foi criada fez com que não houvesse um distanciamento ou uma tensão entre a prática política feminista, as formas de luta contra o sexismo e a produção de conhecimento teórico, muitas vezes circunscrita à academia. Muito ao contrário, nas páginas da Ártemis estão descritas experiências políticas cotidianas que contemplam essa resistência, por meio de inúmeros instrumentos como a arte, a poesia, a filosofia, o ativismo das Riot Girls, até resultados de pesquisa que transformam o feminismo em um método de análise, além de ensaios que produzem um novo tipo de conhecimento que nos permite enxergar certa materialização de uma epistemologia feminista.



Desde sua criação, a revista jamais fez restrições tendo por base qualquer componente ideológico que censurasse artigos ou autorias. Interessa-nos, sobremaneira, divulgar os novos conhecimentos, além de estudos críticos, artísticos, libertários e até iconoclastas. Garantimos espaço para possíveis críticas a qualquer abordagem ou enfoque, desde que não haja nenhum viés antifeminista nos textos, que devem ter a esperada qualidade acadêmica que a revista demanda.

Assim como no início de nosso texto afirmamos ser necessário um certo retorno ao passado, revendo a história da criação de nossa revista, percebemos que esse também é o momento de se visualizar o futuro, traçando metas e propósitos a serem perseguidos. Dentre eles estão o aprimoramento editorial e a ampliação de nossa base de divulgação, dando maior visibilidade ao periódico, buscando principalmente a sua internacionalização crescente, uma demanda para além do Programa de Pós-graduação em que essa está inserida.

Pretendemos, além de planejar e organizar dossiês, incentivar membros da comunidade acadêmica a organizarem dossiês específicos de suas áreas de conhecimento em diálogo com os estudos feministas. Com esses propósitos em mente, acreditamos que a Revista Ártemis pode continuar atuando em um campo fértil para discussões tão necessárias em nosso país e, mais especificamente, na região em que nos inserimos. Dessa forma, seguimos os propósitos da criação da revista: divulgar as múltiplas facetas do "feminismo tropical", marcando suas diferenças e seus diálogos com teorizações e publicações da área dos estudos de gênero produzidos em outros locais.

O século XXI trouxe um novo redimensionamento das prioridades do feminismo, reforçando as marcas interseccionais que compõem o movimento em sua pluralidade e diversidade. Atualmente, buscamos não só uma nova sociabilidade, como também outras relações entre os seres e desses para com a natureza. Um símbolo

SUMÁRIO



adequado para esse momento da história humana seria a deusa Ártemis, ligada à natureza selvagem, ao nascimento e à proteção das mulheres e crianças, por sua mais completa recusa ou resistência (negando a reprodução ou imitação) ao mundo dominado pela masculinidade e seus reflexos nocivos nos conflitos territoriais, nos massacres, nas guerras e nas violências. Agora, importa, mais do que nunca, a reconexão com a natureza, via outro projeto de mundo que priorize todos os seres, humanos e não humanos, por uma questão de sobrevivência neste planeta.

Vale mencionar que o nome "Ártemis" foi escolhido para o título do periódico porque simboliza a marca indelével daquilo que a revista pretende disseminar: a invenção do mundo feminista. E é com a escolha e a manutenção desse nome, nos nomeando e definindo nossas identificações com a força que exala de uma divindade-mulher, que nos propomos a impulsionar mais e mais nossa revista, como a própria flecha de Ártemis, sempre apontada para o infinito.

Bianca Rubim Antunes

O NEOLIBERALISMO COMO POLÍTICA DO DESMENTIDO E DO TERROR:
UMA EXPLICAÇÃO AOS ASSASSINATOS EM MASSA NAS ESCOLAS

NEOLIBERALISM AS A POLICY OF DENIATION AND TERROR: AN EXPLANATION FOR MASS MURDERS IN SCHOOLS

SUMÁRIO



RESUMO

Este artigo realiza uma reflexão sobre o papel do neoliberalismo nas subjetividades. O neoliberalismo como uma causal para a construção de uma sociedade cada vez mais violenta, autoritária, narcísica e cindida. A princípio terá uma definição do que se trata o objeto – crime de atentado em massa – e o seu caráter social e devastador. Logo a discussão recairá sobre as consequências do neoliberalismo e a subjetividade do sujeito neoliberal. Para depois entrar nos conceitos psicanalíticos e como eles são essenciais para se ter uma mínima noção da função que a educação – escola possuem na construção da subjetividade.

Palavras-chave: Educação. Neoliberalismo. Atentado em escolas.

SUMMARY

This article reflects on the role of neoliberalism in subjectivities. Neoliberalism as a cause for the construction of an increasingly violent, authoritarian, narcissistic and split society. Initially, you will have a definition of what the object is – the crime of mass attack – and its social and devastating nature. Soon the discussion will turn to the consequences of neoliberalism and the subjectivity of the neoliberal subject. To then go into psychoanalytic concepts and how they are essential to have a minimal notion of the role that education – school has in the construction of subjectivity.

Keywords: *Education. Neoliberalism. Attack on schools.*

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-480-3.28



INTRODUÇÃO

Os atentados cometidos por adolescentes e jovens em escolas é um assunto que envolve a deterioração da representatividade do professorado e da escola e ainda um processo longo e contínuo de formação de subjetividades neoliberal. O Brasil, durante 22 anos, registrou 36 ataques, segundo o relatório da pesquisadora Telma Vinha da Unicamp (*apud* Laura Mattos, 2023). O período que se inicia os atentados corresponde com a entrada de fato do neoliberalismo no Brasil. Todos esses ataques são cometidos por estudantes ou ex-estudantes que tem como alvo a escola.

Muito pode se confundir as relações causais dos assassinatos em massa em escolas, quando se toma os efeitos como agentes ou causas remotas e secundárias como causas primárias e principais, como por exemplo, o advento de jogos eletrônicos violentos, a internet, o avanço da extrema direita no mundo, a liberalização de armas etc. como explicações causais para os atentados em massa em escolas. Pensar dessa maneira pode levar a um fetiche da máquina, da internet como se elas por elas mesmas pudessem cometer algum tipo de ação.

Existe um modo de se viver no neoliberalismo que atravessa todos os institutos da vida, desde a vida econômica aos aspectos psíquicos. Pesquisa global realizada pelas universidades de Queensland, da Austrália, e de Harvard, nos Estados Unidos, publicado pelo The Lancet Psychiatry (John J. McGrath *et al*., 2023, p. 8-24) constatou que 50% da população desenvolverá um distúrbio de saúde mental ao longo da vida. As doenças principais são: ansiedade e depressão. Nada foge ao modelo econômico implantado severamente após a derrocada do muro de Berlim, sem antagonismos não há razão do capitalismo pensar em bem-estar social.



JUSTIFICATIVA

E este artigo tem o propósito de explicar a relação da criança com a escola e com o professorado, o quanto a pedagogia, seja no ambiente familiar, como no escolar impacta em formatar sujeitos altamente disfuncionais e antissociais, até repercutir no caso mais grave que são os criminosos em massa. Não há como fugir da responsabilidade para com as crianças e com os jovens, o preço pode ser muito alto a se pagar, não somente a nível privado, mas público. E um caso inédito, e que pode vir a mudar a forma judicial de se lidar com esse fenômeno foi quando a mãe de um adolescente, que cometeu atentado em massa numa escola, foi condenada em 2024, nos Estados Unidos, como corresponsável pelo atentado (Madeline Halpert, 2024), posteriormente o pai do garoto também foi condenado pelo crime, ambos se encontram presos.

O neoliberalismo não é só um modelo econômico, ele exerce influência real na vida das pessoas, nos costumes, nas crenças e molda, de certa forma, subjetividades e a escola, por sua vez, reflete a própria sociedade. Como afirma Hilgers (2011, p. 351-363 *apud* Daniel Pereira Andrade, 2019, p. 217)

> É apenas quando o neoliberalismo é implementado e suas práticas e linguagem associadas afetam nossa compreensão dos seres humanos, modificando relações sociais, instituições e seus funcionamentos, que ele se torna um objeto apropriado para a antropologia. Uma vez que ele se torne envolvido na estruturação concreta do mundo da interação social e da experiência e exerça uma influência real sobre a maneira pela qual os agentes pensam e problematizam suas vidas, pesquisas podem ser levadas a cabo no campo e teorias emergem buscando analisá-lo e estabelecer seus efeitos, ao mesmo tempo evitando a sua reificação.



Este ensaio pretende demonstrar como o neoliberalismo cria um novo sujeito, as subjetividades maquínicas e os impactos desse novo modelo capitalista-neoliberal na vida em sociedade. Já as contribuições da psicanálise vêm com o intuito de se refletir que a escola é muito mais um ambiente onde se deposita crianças e adolescentes para serem preenchidas com conteúdo. Logo depois será discutido o papel da figura do professorado e das escolas.

O QUE É ASSASSINATO EM MASSA

O assassino em massa é um sujeito que para ele pouco importa ser preso ou morrer. É um surto de violência cruel e assustadora, quanto maior o número de mortes melhor para esse criminoso. Costuma ser definido como "bomba-relógio-humana". É exatamente esse perfil que se faz presente no relatório de Telma Vinha *et al*. (2023, p. 17-18) de homens que já não tem mais nada a perder e possuem um ódio avassalador.

Nesse tipo de crime existe uma total desconexão com a sociedade. São pessoas cujas vidas chegaram ao fim, quase sempre são totalmente fracassadas. Diz Harold Schechter (2013, p. 22) que dois motivos são a base para o ato final do ódio do assassino em massa: "vingança contra o mundo e um desejo de se mostrar – apesar de todas as provas em contrário – que ele é alguém que merece consideração".

CONSEGUÊNCIAS DO NEOLIBERALISMO

Ao se notar o quanto o aspecto material das vidas das pessoas repercute em todos os níveis, seja sobre a constituição das subjetividades, seja no campo econômico. Assim, a Dama de Ferro Margaret



Thatcher (Andrade, 2019; 20 Minutos [...], 2019), chamada assim por sua política de austeridade e combate massivo dos direitos sociais, propagou o lema de que o novo modelo deveria abarcar corações.

Compreender o quanto o capitalismo e mais precisamente o neoliberalismo impacta na sociedade e nas subjetividades é fundamental para entender a escalada de violência. O neoliberalismo, como cita Dardot e Laval (2009, p. 5 *apud* Andrade, 2019, p. 219) "aparece não apenas como ideologia ou como política econômica, mas como a forma da nossa existência, isto é, a forma pela qual somos pressionados a nos comportar e de nos reportar aos outros e a nós mesmos".

Já dizia Marshall Berman (2007) na obra "Tudo que é sólido desmancha no ar" que primeiramente, para se compreender a importância do neoliberalismo na formação e nas experienciações, que os sujeitos têm de sim mesmo e do mundo é fundamental entender que o sujeito é todo capital: se ele odeia, se ele ama, se tem afeto, tudo que o sujeito faz, as suas ambições, tudo é definido pelo capital. O capitalismo não é um simples acidente da civilização ou simplesmente um modo econômico. Para Berman (2007), quando Karl Marx e Friedrich Engels (2015, p. 62-8) em "*O manifesto comunista*" diz que todas as mudanças promovidas pela burguesia, o que ele quis afirmar é que definitivamente a burguesia veio para mudar o mundo, e nada, nenhum aspecto da vida estaria imune a isso.

O neoliberalismo precisa viver e sobreviver de fazer desaparecer o conflito, Vladimir Safatle *et al*. (2022, p. 25) cita que é necessário que suma a noção de conflito do "horizonte de constituição da estrutura psíquica". Para o autor, o neoliberalismo precisa intervir em dois aspectos: nível social e nível psíquico. Safatle *et al*. (2022, p. 17) afirma que a psicologia serve ao neoliberalismo para afirmar toda sua política como sendo natural, como também para desqualificar e impedir qualquer pensamento contrário.



O crescimento de grupos de extrema direita vem como um acolhimento a pessoas ressentidas, desacreditas, traídas, ignoradas e privadas, que viram, nos últimos anos, os seus direitos perdidos, sua vida financeira e profissional esfacelada, jovens iniciando sua vida profissional totalmente sem esperanças (Robert Reich, 1994; Jeremy Rifkin, 2004; Richard Susskind, Daniel Susskind, 2019).

A escola nada mais é que um ambiente microssocial, que reverbera toda as tensões inerentes da sociedade em que se situa. A escola não conseguiu fugir da formatação do neoliberalismo no seu cerne.

SUBJETIVIDADE DO SUJEITO NEOLIBERAL

Existe um intenso debate sobre os efeitos que as máquinas tecnológicas, smartphones, algorítmicos, inteligências artificiais podem ocasionar nas subjetividades humanas (Michel Desmurget, 2021). Atualmente, as pesquisas (Paulo Ghiraldelli, 2023) sobre esse assunto indicam que há uma relação homem x máquina que gera uma fusão entre humano e a internet, o que repercute consideravelmente na subjetividade da pessoa humana.

Essa atual sociedade é assim chamada de "patologias da liberdade" na linguagem hegeliana (apud Safatle; Nelson da Silva Junior; Christian Dunker, 2022, p. 273-274), ou "patologias do social" de Axel Honneth (2003), ou "sociedade do narcisismo" de Christopher Lasch (1983), como também "sociedade do culto à performance em nossa cultura e a depressão como sua consequência" de Alain Ehrenberg (1998) faz todo o sentido para se compreender que sujeito é esse da modernidade, contemporaneidade ou pós-modernidade e o que a escola tem a ver com isso.



A noção de subjetividade maquínica, um dos nomes para a formatação de um novo sujeito, iniciou-se com Felix Guattari[126] e Gilles Deleuze (1966 *apud* David Britto de Souza, 2008, p. 14), na época do capitalismo pós-industrial, antes da existência da Internet. Tal expressão explicava a ideia de subjetividade de nossos tempos com a influência das máquinas. Tanto para Guattari e Deleuze (1966), a subjetividade também "é produzida pelo meio ambiente, pelas interações com máquinas, tanto físicas quanto abstratas, pela mídia etc".

O filósofo Franco Berardi (*apud* Ruan de Sousa Gabriel, 2019) alerta que as novas gerações têm aprendido mais com as máquinas que com as mães, o que ele denominou de "homem-máquina". Para ele "a dinâmica do capitalismo se tornou destrutiva. Estamos vivendo dentro do cadáver do capitalismo, e viver em uma carcaça não é saudável para nossos corpos e mentes".

Ainda nesse raciocínio – o quanto a cultura/ambiente impacta os aspectos intrapsíquicos - para Safatle *et al*. (2022, p. 33) existe uma profunda ligação entre economia x psicologia "como fundamento para os regimes de gestão social implicou a reconfiguração completa que poderíamos chamar de gramática do sofrimento psíquico". O neoliberalismo não conseguiria dominar o mundo se não tivesse sido introjetado nas subjetividades um modelo próprio de psicologia, seria impossível se houvesse apenas ideais normativos. Trata-se de uma gestão de comportamentos e de subjetividades. Não é por acaso que a reforma mais contundente da psiquiatria surge exatamente no início da implantação do neoliberalismo pelo mundo,

126 A subjetividade no pensamento de Guattari e Deleuze (1966 *apud* Souza, 2008, p.14-5) é baseado tantos nos aspectos psicológicos, sociais como também atravessada pelo meio e pelas máquinas. Foi pioneiro nos estudos do impacto das máquinas na subjetividade humana, período do pós-capitalismo industrial. Fatores como "suas características e suas influências sobre o comportamento e sobre o homem de uma forma geral. As mudanças do modo de produção de mercadoria para a produção de desejos, as revoluções tecnológicas, o forte avanço da comunicação e seu poder de controle exercem grande impacto nas subjetividades".



década de 70 com o DSM III (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais)[127].

Refletir o quanto o social atinge os indivíduos intrapsiquicamente foi uma das frases pixadas em 2019, ocasião da revolta no Chile: "No era depresión, era capitalismo" (Safatle *et al.*, 2022, p. 17). Parece que o povo, mesmo sendo sistematicamente desmentido socialmente, conhece ou sente a gravidade de como o neoliberalismo afeta a sua vida em todas as particularidades porque há uma materialização dos sofrimentos.

É o reconhecimento de que o desmentido social mesmo que negado ainda sim continua a existir e segue na busca de ser validado de alguma forma. É impossível retirar dos problemas psíquicos o social. Já dizia Margareth Thatcher (Safatle; Silva Junior, Dunker, 2022, p. 24): "economia é método. O objetivo é mudar o coração e a alma". Para fazer isso foi e é necessário mudar a cultura, mudar a sociedade e trazer outros valores a tal ponto que cada pessoa se sinta "empreendedor de si". Safatle *et al.,* (2022, p. 17) referenda que para Gunther, o neoliberalismo constrói uma sociedade em que é "um paraíso habitado por assassinos sem maldade e vítimas sem ódio".

127 Segundo Dunker e Fuad Kyrillos Neto (2011, p. 611-626) para eles a reforma rompeu com a "gramática social do sofrimento", essa que consistia em reconhecer o sofrimento que derivava do processo de socialização provenientes de uma sociedade capitalista (Safatle, Junior, Dunker, 2022, p. 34). É muito difícil explicar como numa ciência, como a psiquiatria, do DSM I com 128 categorias de doenças passou para o DSM V indo para sua 5ª edição com mais de 548 categorias. O que leva a um aumento de pouco mais de 77%. A história dos DSMs é a seguinte: DSM I: Ano 1840 / 128 categorias. Leva em conta idiotice e psicose. Grande influencia diagnóstico de Meyer com oposição entre neurose e psicose. DSM II: Ano 1952 - 193 categorias. Ainda fortemente marcada pela descrição de Meyer entre psicose e neurose. Lança 3 categorias: 1º oposição entre neurose e psicose; 2º oposição entre ansiedade e depressão e alucinações e delírios. 3º oposição entre quadros em contato com a realidade e quadros de perda da realidade. DSM III: Ano 1973/ 1974. Publicado a Revisão em 1980. 228 categorias. Depois com III Revisão foi para 253 categorias. Cientificismo ideológico. Entrou a patologização de contradições sociais, a segregação de minorias e neutralizações de resistências. DSM IV: 1994 / 2000. Publicado em 1994 com 297 desordens. E em 2000 a Revisão levou a 383 categorias. Comitê de 27 pessoas. Rompeu-se o casamento com a psicanálise. Buscou uma positivação, cientificidade mais ou menos positivista. Nasceu uma versão biológica ou organicista. DSM V: 2013. 541 categorias. Já sofreu várias revisões. Sistema classificatório sobre dados diretamente observáveis. Não tem marcador biológico algum. Descrição minuciosa, fina e precisa.



CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE

Segundo a pesquisa ainda em elaboração pela Telma Vinha (*apud* Mattos, 2023), o primeiro atentado em escolas no Brasil foi em 2001, na Bahia. Já nos Estados Unidos, na Columbine High School, em Columbine, no ano de 1999 (Schechter, 2013; Bruna Sepúlveda, 2023).

No tocante a psicanálise, quando se vive momentos de crise social nada cola tão bem como o afeto do ódio. Sigmund Freud (2022) exemplificou em sua obra atemporal, "Psicologia das Massas e análise do eu", como manter uma massa coesa, quais mecanismos inconscientes que permitem pessoas até então intelectuais e de certo modo cultas a serem tragadas pela obediência de um líder? Como elenca Freud (2022, p. 130):

> Desaparecimento da personalidade individual consciente, a orientação dos pensamentos e dos sentimentos nas mesmas direções, o predomínio da afetividade e do psiquismo inconsciente, a tendência à execução imediata dos propósitos que surgem – correspondente a um estado de regressão a uma atividade psíquica primitiva.

Por trás do ódio sempre há um motivo. É temerário pensar que existe uma cultura da propagação do ódio como causal para os atentados as escolas e nas creches. Como se os afetos fossem por eles só implantados na pessoa como se fossem um vírus. Se é comum os sujeitos abrirem mão de seus '*eus*' para serem inseridos num grupo, para os mais jovens é salutar a necessidade desse agrupamento. Os adolescentes que necessitam encontrar uma aliança para se sentir pertencido são as figuras mais frágeis a serem cooptados. Grupos extremistas conseguem demonstrar um certo acolhimento, principalmente entre os jovens.

Para uma melhor compreensão da fundamental importância da educação, do ambiente escolar como construto do desenvolvimento psíquico da pessoa humana. O psicanalista húngaro Sándor



Ferenczi (2011, p. 39) em 1908 em "Psicanálise e Pedagogia", no Congresso dos Psicanalistas em Salburgo disse: "a pedagogia atual é verdadeiro caldo de neuroses e doenças nervosas". Ferenczi (2011, p.39-44) afirma que a pedagogia é o encontro infantil com o mundo adulto o que leva a um potencial patológico. A educação no pensamento de Ferenczi (1908 *apud* Dean-Gomes, 2021) é o palco para o "desmentido e hipocrisia".

No texto de 1929 (Ferenczi, 2011, p. 55-60) "A criança mal acolhida e sua pulsão de morte" ou "Criança não bem-vinda" concebe a pulsão de morte proposta por Freud como muito mais forte na primeira infância. Em toda a obra de Ferenczi (1918 *apud* Viana, 2021), nota-se a preocupação do psicanalista com a educação e a pedagogia infantil. A entrevista concedida no ano de 1918, "Consulta Médica – Uma entrevista com Ferenczi" não deixou de ressaltar o paradigma de que o homem é uma construção e que não vem ao mundo pronto e acabado, mas como assevera Viana (ibidem) o "homem tem que ser feito". Se para Ferenczi (ibidem) é possível resolver o problema da guerra e também da violência, essas só são possíveis numa única parte: "nos quartos das crianças".

O desmentido social reverbera na escola, posto que a escola é um espaço micro social, que não acolheu o indivíduo, que não permitiu através dos ensinamentos transmitidos uma qualidade digna de vida. Estudar para que, se isso não é certeza de sucesso profissional para uma vida melhor? Para que fazer uma faculdade sem nem ao menos se tem certeza de que irá trabalhar no que se formou? É exatamente o que relata o filme "Em Você Não Estava Aqui" (2022).

Se o ambiente estudantil não permite mais aos conflitos, a interação corporal do *eu* com o *outro* acaba por distanciar ainda mais as pessoas. Como já dizia Ferenczi (*apud* Júlio César Verztman; Fernanda Pacheco Ferreira, 2008, p. 59): "*é preciso se misturar com o outro para amá-lo! É preciso torná-lo parte do eu! Assim procedendo eu incluo o mundo dentro de mim, mas também passo a ser incluído no mundo*".



A psicanálise de Donald Winnicott (2012 *apud* Alexandre Almeida, 2020. p. 75-98) trouxe a importância do ambiente para a formação das origens patológicas. Ao refletir sobre o legado de Winnicott (2019) para a educação, tanto o ambiente escolar como o ambiente familiar são "condições sine qua non para impulsionar a integração do self" (Almeida, 2021).

O ambiente para Winnicott (2012 *apud* Almeida, 2020, p. 76) é representado quando ele diz que o "meio seria o grande responsável pela manifestação e predominância da intensa agressividade do indivíduo, assim como, também, produziria a estruturação de uma personalidade antissocial". Winnicott ([1968] *apud* Almeida, 2021) também traz enormes subsídios para a complexidade da fase de adolescência. Para ele, o adolescente necessita fazer parte de um grupo, porque passa por um processo identificatório. Daí a seriedade que eles dão para fazerem parte de alianças. A sociedade neoliberal impõe o sucesso individual (que depende de cada um), rompe-se com a ideia de pertencimento e coesão social. Quando Thatcher (*apud* Safatle, 2013) disse: "não existe esse negócio de sociedade. Existem apenas homens e mulheres individuais, e há famílias", ela, em poucas palavras, resumiu de forma direta e objetiva qual seria a sociedade que surgiria com o neoliberalismo. E ela surgiu.

O PAPEL DA FIGURA DO PROFESSORADO E DA ESCOLA

A docência torna-se cada vez mais uma profissão precarizada, sub humanizada, dentro da ótica do neoliberalismo. Quanto mais uma profissão é depreciada, mais ela se torna propícia a ser o objeto de ataques, de desprezo, de preconceito e de discriminação.



O rancor e o ódio voltado a esse local e aos professores e professoras é nítido. A escola é um ambiente tão importante quanto a própria família. A melhor compreensão do que seria isso que se chama escola é na fala do pediatra Daniel Becker (2023):

> A escola é lugar sagrado para nossa sociedade, principalmente para as crianças. A escola é muito mais que ensino de matérias formais. A escola é lugar de aprendizado profundo. A escola é lugar de convivência, de brincadeiras, de formação pessoal, de aquisição de habilidades fundamentais. Não acredite em conversa de homeschooling, não acreditem em ensino domiciliar, não acreditem em ensino a distância, nem em ensino por meio de telas ou tablet. Isso é monstruoso. As crianças precisam de contato humano, de interação com o outro e com a diversidade. A gente precisa fortalecer a escola porque ela é justamente o antidoto contra tudo isso. A escola é onde a gente vai aprender e a exercitar o diálogo e a não violência e aquilo que é trazido para a escola de violência pode ser processado dentro da escola. E a gente aprende com isso diferente de outros locais onde a violência explode e não tem cura. A ESCOLA CURA. A escola deve ser fortalecida e não destituída. Isso inclui os professores, os educadores e todos aqueles envolvidos na educação com: melhores salários, melhores condições de trabalho, capacitação, valorização da carreira. Principalmente a valorização dos professores pela sociedade.

Há muito tempo que a educação não é mais vista como um caminho para a emancipação, muito menos o saber pelo saber é algo valorizado. Hoje o que vale é o saber ligado a uma utilidade, a servir ao neoliberalismo. Diversas universidades privadas que não têm a educação como lema e sim o mercado financeiro a servir (Educação [...], 2020) se aproveitam disso. A docência tem sido uma profissão das mais precarizadas senão uberizadas nos últimos tempos (Cursos [...], 2022). O ataque as escolas vêm por todos os lados. Seja pelo Estado com as reformas constantes que só depreciam e precarizam o ensino e seja pelos próprios pais e mães (Brasil [...], 2022). Com tudo isso, a educação deixou de ser uma saída para a emancipação, para a melhoria de vida ou a ascensão de classe. A educação passou a ser apenas uma mercantilização.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se viu, os atentados em escolas no Brasil não diferem muito, visto que se iniciam não só no Brasil, mas sobretudo nos Estados Unidos junto com o neoliberalismo. Marcar os jovens que promoveram os atentados em escolas como sujeitos doentes, pervertidos ou psicóticos não ajuda em nada. É claro que nada justifica tamanha barbaridade na conduta desses jovens, que merecem a mais alta punição possível, porém é preciso não parar aí de só culpar o indivíduo. Exatamente porque esse pensamento não passa de uma estratégia neoliberal, porque coloca a culpa apenas no indivíduo ou na própria família, ou até mesmo na sorte ou na genética. Se como diz Ferenczi (1918 *apud* Viana, 2021): é nos quartos das crianças que é possível resolver o problema da guerra... E em Maria Montessori (2021, p. 22) "a criança é a construtora do homem, e não há homem que não tenha sido formado pela criança que era antes". Em sua grande maioria ninguém nasce com instinto de matar criancinhas. E quando isso ocorre não é só a família que falhou com esse ser, mas toda uma sociedade falhou.

Tal raciocínio individualista, próprio de modelo neoliberal serve apenas para colocar fumaça nos verdadeiros problemas que são macrossociais, frutos de uma sociedade que em seu cerne ideológico possui uma fragilidade institucional, que impede um escoamento mais adequado para as pulsões destrutivas próprias da pessoa humana, cultura essa que prolifera o aumento do narcisismo e da destrutividade da inveja e ao mesmo tempo que dissipa a esperança e vida digna.

E para se pensar em narcisismo e a falta de empatia próprias do modo de vida neoliberal exemplifica o filósofo Ghiraldelli (2023) sobre os atentados:



> O neoliberalismo ele é narcísico porque ele isolou e retirou o combate, tirou a luta de classes, exterminou com a luta de classes, acabou com a dialética hegeliana do senhor e do escravo, e deixou as pessoas se tornarem indivíduos sem o outro. Só que sem o outro não se torna indivíduo, o que se torna é um pseudo-narcísico. Adolescentes não têm mais comunidades, não têm mais escolas e nem colegas para entrar em confronto e crescer, ele não é fruto do confronto e da polarização, ele é fruto do não confronto e da não polarização. Ele é fruto do isolamento porque ele percebeu que a escola é uma falsa comunidade e as pessoas fingiam que estavam em comunidade e ele atacou a escola, na figura simbólica da professora.

O neoliberalismo trouxe a perda da importância da educação, não só a educação escolar, mas sobretudo a educação dos pais para os filhos. Pesquisa provou que a autorresponsabilidade dos cuidadores para com a educação dos filhos é muito pequena. Conforme indica o Instituto Todos pela Educação (Mariana Tokarnia, 2014), apenas 12% dos pais e das mães são comprometidos realmente com a educação dos filhos e filhas. Se antes as crianças eram jogadas para as babás para que as mulheres de classe média pudessem competir no mercado de trabalho junto com o homem, hoje com o neoliberalismo não existe mais opção de trabalhar ou não trabalhar fora, a situação chegou ao cúmulo de as crianças serem jogadas para as telas, sem contato com mundo real (José Martins Filho, 2012; Desmurget, 2021).

Nada mais comum que esses jovens procurarem a companhia da internet e se afastarem cada vez mais do mundo real, tendo uma socialização capenga, tal como um 'fruto podre' ou 'bichado', pois na fuga para o mundo virtual, o que se encontra é uma relação maquínica, relação descorporificada, ausente de linguagem com significados e emoções. É somente no corpo a corpo que a linguagem humana pode de fato ser transmitida e sentida.



A escola é isto ou pelo menos deveria ser: um ambiente preparado e facilitador, ambiente empático, que seja um guia para a criança e para o adolescente não para o mercado de trabalho, mas para se tornar uma pessoa humana e com pessoas altamente qualificadas e respeitadas na função. A carreira de magistério deveria ser tal como uma carreira de diplomata.

O que essa geração atual deixará de legado para as próximas? Uma boa pergunta a se refletir a partir de uma práxis própria de um marxismo. Como bem salientou bell hooks (2018, p.123): será que estamos criando uma sociedade de crianças sem pai e sem mãe? Essa é uma questão própria do neoliberalismo.

REFERÊNCIAS

20 MINUTOS história: como nasceu o neoliberalismo? [*S. l.: s. n.*], 2019. 1 vídeo (28 min.). Publicado pelo canal ópera Mundi. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=iNEjq-iCEzg. Acesso em: 14 abr. 2023.

ADOLESCÊNCIA para Winnicott. Locução de Alexandre Patrício de Almeida. [*S. l.*]: Psicanálise de Boteco, 2021. **Podcast**. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/3aECbry0XylXVJyj1fFvAr?si=voL9HxFeQOeQ-Nau0otYRA%0A&nd=1. Acesso em: 27 ab. 2023.

ALMEIDA. Alexandre Patrício de. **Intervenção psicanalítica na escola**. São Paulo. Zagadoni, 2020.

ANDRADE, Daniel Pereira. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Revista Sociedade e Estado**, v. 34, n. 1, 2019.

BECKER, Daniel. Um dia de dor. Instagram: PediatraIntegralbr. **Instagram**. 5 abr. 2023. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Cqq2xUUpz-i/. Acesso em: 6 abr. 2023.

BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido se desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BRASIL pode enfrentar "apagão de professores" em 2040, diz pesquisa. **G1**, 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/09/29/brasil-pode-enfrentar-apagao-de-professores-em-2040-diz-pesquisa.ghtml. Acesso em: 8 out. 2022.



CONSULTA média – Uma entrevista com Ferenczi. Locutora Diane Viana. [*S. l.*]: Escutando Ferenczi, 2021. **Podcast**. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/2p8fD9F47XpwJGYeZkEZnJ?si=Ru2ohm7YQYCi5IJa8uU2Eg&nd=1. Acesso em: 27 abr. 2023.

CURSOS a distância respondem por 6 a cada 10 professores formados em 2020 no Brasil. **Todos pela educação**, 2022. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/noticias/nota-formacao-professores-ensino-a-distancia/#:~:text=Os%20dados%20s%C3%A3o%20de%20um,EAD%20(61%2C1%2. Acesso em: 21 out. 2022.

DESMURGET, Michel. **A fábrica de cretinos digitais**: os perigos das telas para nossas crianças. [*S. l.*]: Vestígio, 2021.

DUNKER, Christian Ingo Lenz; NETO, Fuad Kyrillos. A crítica psicanalítica do DSM-IV – breve história do casamento psicopatológico entre psicanálise e psiquiatria. **Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 611-626, 2011.

EDUCAÇÃO brasileira na bolsa de valores: as oito empresas privadas de capital aberto que atuam no setor educacional. **Instituto Tricontinental de Investigación Social**, 2020. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5805800/mod_resource/content/1/20201014_Financeirizac%CC%A7a%CC%83o-da-Educac%CC%A7a%CC%83o_web.pdf. Acesso em: 1 maio 2024.

EHRENBERG, A. **La fatigue d'être soi**: dépression et société. Paris: Odile Jacob, 1998.

EM VOCÊ não estava aqui. Direção de Ken Loach. Inglaterra, 2019. 1 Filme. (102 min.). son., color./p&b.

FERENCZI, Sándor. **Psicanálise vol. IV**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do eu**. Porto Alegre: L&PM, 2022.

GABRIEL, Ruan de Sousa. "As novas gerações aprenderam mais com as máquinas do que com as mães", alerta Franco Berardi. **Globo**, 2019. Disponível em: https://oglobo.globo.com/cultura/as-novas-geracoes-aprenderam-mais-com-as-maquinas-do-que-com-as-maes-alerta-franco-berardi-23524870. Acesso em: 24 abr. 2023.

GHIRALDELLI, Paulo. **Subjetividade maquínica**. Osasco: Editora CEFA, 2023.

GUATTARI, Félix; DELEUZE, Gilles. **O anti-édipo**: capitalismo e esquizofrenia. 43. ed. Lisboa: Assírio & Alvim, 1966.



HALPERT, Madeline. Pela 1ª vez, Justiça dos EUA condena mãe por assassinato em massa cometido por filho. **BBC News**, 2024. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/clk8lgmemv9o#:~:text=sistema%20jur%C3%ADdico%20americano.-,Jennifer%20Crumbley%2C%20de%2045%20anos%2C%20se%20tornou%20a%20primeira%20m%C3%A3e,de%20alerta%20de%20seu%20comportamento. Acesso em: 28 abr. 2024.

HONNETH, A. Patologias da liberdade individual: o diagnóstico hegeliano de época e o presente. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 66, p. 77-90, 2003.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. 2. ed. Rio de Janeiro. Rosa dos Ventos, 2018.

LASCH, Christopher. **A cultura do narcisismo**. Rio de Janeiro: Ed. Imago, 1983.

MARTINS FILHO, José. **A criança terceirizada**: Os descaminhos das relações familiares no mundo contemporâneo. Campinas: Papirus, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 3. ed. São Paulo: Edipro, 2015.

MATTOS, Laura. Brasil teve 36 ataques a escolas em 22 anos; pós-pandemia concentra quase 60%. **Folha de São Paulo**. 2023. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2023/10/brasil-teve-36-ataques-a-escolas-em-22-anos-pos-pandemia-concentra-quase-60.shtml#:~:text=Desde%20fevereiro%20de%202022%2C%20quando,Em%202023%20j%C3%A1%20aconteceram%2011. Acesso em: 14 abr. 2024.

MCGRATH, John J. *et al*. Age-of-onset and cumulative risk of mental disorders: cross-national analysis of population surveys from 29 countries. **The Lancet Psychiatry**, v. 10, n. 9, p. 668-621, 2023. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S2215036623001931?dgcid=author. Acesso em: 30 abr. 2024.

MONTESSORI, Maria. **A mente da criança**: mente absorvente. [*S. l.*]: CEDET, 2021.

O LUDISMO retorna! Fetiche da tecnologia. [*S. l.*: *s. n.*], 2023. 1 vídeo (17 min.). Publicado pelo canal Filósofo Paulo Ghiraldelli. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xs7zB2WznP8. Acesso em: 14 abr. 2023.

PSICANÁLISE e pedagogia. [*S. l.*]: Escutando Ferenczi, 2021. **Podcast**. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/1ryN7OER461lF1aPewlnHU?si=91af4a8a61b142af. Acesso em: 27 abr. 2023.



REICH, Robert. **O futuro do sucesso**. São Paulo: Manole, 1994.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos**. [*S. l.*]: M.books, 2004.

SAFATLE, Vladimir. Canonizando Margareth Thatcher. **Folha de São Paulo**, 2013. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafatle/1259409-canonizando-margaret.shtml. Acesso em: 15 abr. 2023.

SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian. (org.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

SCHECHTER, Harold. **Serial Killers**: anatomia do mal – histórias reais, assassinos reais. Rio de Janeiro: DarkSide Books, 2013.

SEPÚLVEDA, Bruna. Columbine: primeiro massacre em escola que chocou o mundo completa 24 anos. **Canal Ciências Criminais**, 2023. Disponível em: https://canalcienciascriminais.com.br/columbine-primeiro-massacre/. Acesso em: 4 nov. 2023.

SOUZA, David Britto de. **A subjetividade maquínica em Guattari**. 2008. 125 f. **Dissertação** (Mestrado em Psicologia) – Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

SUSSKIND, Richard; SUSSKIND, Daniel. **O futuro das profissões**: como a tecnologia transformará o trabalho de especialistas humanos. [*S. l.*]: Gradiva, 2019.

TOKARNIA, Mariana. Pesquisa mostra que 12% dos pais são comprometidos com a educação dos filhos. **Agência Brasil**, 2014. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2014-11/pesquisa-mostra-que-12-dos-pais-sao-comprometidos-com-educacao-dos-filhos. Acesso em: 1 maio 2024.

VERZTMAN, Júlio César; FERREIRA, Fernanda Pacheco. O uso do afeto na obra de Sándor Ferenczi. **Cad. Psicanál., CPRJ**, Rio de Janeiro, ano 30, n. 21, p. 45-78, 2008.

VINHA, Telma *et al*. **Ataques de violência extrema em escolas no Brasil**: causas e caminhos. São Paulo: D3e, 2023. Disponível em: https://d3e.com.br/relatorios/ataques-de-violencia-extrema-em-escolas-no-brasil/. Acesso em: 10 mar. 2024.

WINNICOTT, Donald. W. **O brincar e a realidade**. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

Camila de Almeida Lara
Letícia de Assis
Nathalia Müller Camozzato

NARRANDO O HIV NO FAZENDO GÊNERO:
RODA DE CONVERSA "MULHERES, HIV E INTERSECCIONALIDADES"

NARRATING HIV AT FAZENDO GÊNERO: CHATTING CIRCLE "WOMEN, HIV AND INTERSECTIONALITIES"

NARRAR EL VIH EN FAZENDO GÊNERO: RONDA DE DEBATES "MUJERES, VIH E INTERSECCIONALIDADES"

RESUMO:

Temos aqui um relato de experiências, escrito a três mãos, do acontecimento interacional, discursivo, afetivo e intersubjetivo de uma roda de conversa que teve por pedra de toque o debate sobre o hiv4 desde enquadramentos que pautam as especificidades gendradas e, aí, interseccionais. A proposição da roda na programação do Fazendo Gênero foi feita por Letícia de Assis, que ventilou o convite para a participação de outras organizações e projetos, como a Rede da Pessoa Idosa Vivendo com HIV/Aids e o É só mais uma crônica. Neste texto, optamos por iniciar com uma breve discussão de cunho teórico sobre a questão mulheres e hiv para, em seguida, narrarmos as motivações da proposição da roda e quais acontecimentos e trocas aí ocorreram.

Palavras-chave: Gênero. Interseccionalidade. HIV. Aids.

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-480-3.29

SUMÁRIO



ABSTRACT:

Here we have an experience report, three-handedly written, of the interactional, discursive, affective and intersubjective event of a discussion circle whose cornerstone was the debate on hiv from frameworks based on gendered and intersectional specificities. The proposal for the round table in the Fazendo Gênero programme was made by Letícia de Assis, who invited other organizations and projects to take part, such as the Rede da Pessoa Idosa Vivendo com HIV/Aids (Network of Older People Living with HIV/Aids) and É só mais uma crônica (It's just another chronic). In this text, we have chosen to begin with a brief theoretical discussion of the issue of women and hiv in sequence to recount the reasons for proposing the circle and the events and exchanges that took place there.

Keywords: *Gender. Intersectionality. HIV. Aids.*

RESUMEN:

Este es un relato de experiencias, escrito a tres manos, del acontecimiento interaccional, discursivo, afectivo e intersubjetivo de una mesa redonda cuya piedra angular fue el debate sobre el vih a partir de marcos que orientan las especificidades de género e interseccionales. La propuesta de la mesa redonda en el programa Fazendo Gênero fue de Letícia de Assis, que invitó a participar a otras organizaciones y proyectos, como la Redes de Personas Mayores Viviendo con VIH/Sida y É só mais uma crônica. En este texto, hemos optado por comenzar con una breve discusión teórica sobre la cuestión de las mujeres y el vih, para después relatar las razones que llevaron a proponer la mesa redonda y los eventos e intercambios que tuvieron lugar.

Palabras clave: *Género. Interseccionalidad. VIH. Sida.*

PRIMEIRAS PALAVRAS

Este relato da roda de conversa "Mulheres, hiv e interseccionalidades", que ocorreu no dia 2 de agosto de 2024, na "Tenda mundo de mulheres", praça central do Fazendo Gênero, é escrito a três mãos: Letícia de Assis, doutoranda no Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC e ativista no canal @taboabunita,



quem fez a proposição da roda junto ao evento, Camila de Almeida Lara e Nathalia Müller Camozzato, pesquisadoras de pós-doutorado no programa de Pós-Graduação em Linguística e atuantes no projeto É só mais uma crônica[128] (@esomaisumacronica). Optamos por fazer das três vozes e impressões do acontecimento da roda de conversa um único fluxo do dizer, contando-a, aqui, de modo a articular práticas acadêmicas e práticas ativistas e comunitárias.

Antes de passarmos propriamente ao relato, pensamos ser importante dizer algumas palavras sobre a especificidade da vida emaranhada ao hiv entre mulheres, na pluralidade da categoria. Na tenda, procuramos atentar justamente para os processos de constituição de si em uma história que normalmente é narrada por homens e sobre homens, uma vez que os discursos sobre a aids e o hiv instituíram a doença e o vírus como generificados – era masculino e sexuado o corpo normativo afetado pela síndrome – constituindo persistentemente mulheres como exceções na epidemia (Cindy Patton, 1994).

Nesse ponto, é ainda necessário voltarmos um pouco na cronologia das narrativas que instituíram a aids e o hiv na história da medicina e assumir que a soropositividade relacionada a corpos femininos forjava também outras categorias: tal emergência ocorria quando discursos afirmavam que as mulheres atingidas pela epidemia eram as negras, as hispânicas, as parceiras de usuários de drogas, as prostitutas ou as usuárias de drogas, separando-as das mulheres brancas de classe média. Haveria aquelas que eram a causa da epidemia e aquelas que precisariam ser protegidas (Cindy Patton, 2002).

128 É pertinente narrarmos aqui os fazeres do projeto. Coordenado por Atílio Butturi Junior, pesquisador do dispositivo crônico intra-ativo da aids, e financiado pela FAPESC, É só mais uma crônica é um projeto que visa ao desenvolvimento de um produto digital voltado à vida emaranha ao hiv na topologia específica da cidade de Florianópolis. Nesse sentido, o projeto realiza ações onlife, com parcerias com instituições locais, como o GAPA, a RNP e o Acontece LGBTI+, e, em seu portal (https://esomaisumacronica.ufsc.br/) pratica a narração de outras estórias para o hiv como doença crônica, além de divulgação científica e promoção de cidadania.

SUMÁRIO



A literatura norte-americana ainda sugere que as mulheres não foram apenas excluídas dos ensaios clínicos de medicamentos iniciais, mas dados de vigilância sobre mulheres nunca foram incluídos na definição da aids do Center for Disease Control and Prevention (CDC), o que significa que muitas mulheres poderiam viver com hiv ou até ter desenvolvido aids, mas seus médicos não consideravam essa possibilidade e, como resultado, elas não estavam simplesmente morrendo de aids, mas fazendo isso sem diagnóstico, seis vezes mais rápido do que os homens e sem acesso aos tratamentos ou aos benefícios adequados (Avram Finkelstein, 2018).

No cenário nacional, Regina Helena Simões Barbosa (1997) mostra que, embora os casos femininos fossem registrados desde o surgimento da epidemia, até os anos 1990 os setores vinculados ao governo e aqueles que controlavam as informações sobre a epidemia reconheceram timidamente que as mulheres, e não apenas aquelas pertencentes aos chamados grupos de risco, estavam cada vez mais expostas ao perigo da infecção pelo hiv. O fator decisivo para esse reconhecimento se deu com o aumento dos casos de transmissão vertical.

É interessante observar que, embora dados confiáveis sobre a soroprevalência para o hiv fossem extremamente limitados até o início da segunda década da epidemia no Brasil, os discursos estatísticos e epidemiológicos acabavam por reverberar a ideia de que a aids era a doença do "outro". Baseados em categorias como homossexualidade, bissexualidade e heterossexualidade, problemáticas no contexto da cultura sexual brasileira, esses discursos apontavam que, de uma doença homossexual, a aids passava a afligir uma população mais

heterogênea: "[...] a proporção de 124 casos masculinos registrados para cada caso feminino em 1984 caiu para quatro casos masculinos para cada caso feminino em 1993" (Parker, 1994, p. 29).

SUMÁRIO



Jane Galvão (1997) também reitera que, no Brasil, a clássica separação entre as profissionais do sexo e as "mulheres em geral" determinou que, entre as primeiras, se realizassem esforços preventivos – já que elas eram transmissoras de um vírus mortal – enquanto às segundas se reservou o silêncio. Como se percebe, as práticas discursivas consideradas como discursos de verdade, naquilo que de ubuesco esse modo de governo da vida apresenta, eram consideradas necessárias e, a priori, contingenciaram assim determinadas formas de sujeito à emergência.

Se, como afirma Márcio Seligmann-Silva (2013), nas sociedades as mulheres não são reconhecidas como testemunhas, era necessário que nessa tenda houvesse espaço para aquelas experiências que têm sido pouco teorizadas, mas nem por isso são menos intensas e produtivas, por isso as narrativas de mulheres que viviam com hiv e que foram narradas na tenda tiveram grande importância no evento.

A partir de tais considerações sobre o que se chamou de "feminização do hiv", passamos, nas próximas seções, a narrar como se deu a proposição da roda de conversa, como ela transcorreu e quais afetos, discursos e vivências tomaram forma no seu acontecer, e, finalmente, uma avaliação de seu curso.

PROPOSIÇÃO DA RODA DE CONVERSA

A ideia de reunir pessoas que vivenciam o hiv de alguma forma na roda de conversa "Mulheres, hiv e interseccionalidades" foi proposta para o 13º Fazendo Gênero considerando o caráter agregador do evento, que discute questões importantes relacionadas ao gênero em seus atravessamentos, como raça, sexualidade, capacidades, classe, entre outros.



Especificamente sobre as rodas de conversa, o intuito da organização foi reunir os movimentos sociais que, junto à academia, contribuem para a construção de conhecimento e também para as mudanças necessárias na sociedade, pilares para as políticas públicas progressistas.

Como Letícia Assis disse na abertura oficial do evento, os movimentos sociais têm papel fundamental e plural, em pé de igualdade com os saberes acadêmicos. São eles que trazem para a universidade as questões cotidianas, as dores e as necessidades de inúmeros recortes da sociedade, sobretudo os mais invisibilizados.

A invisibilidade das mulheres no acesso ao diagnóstico, nas campanhas de prevenção e no tratamento ainda é um ponto fundamental a ser discutido sobre o hiv/aids no mundo. Apesar das crescentes informações sobre o assunto, o estigma, o machismo e o racismo são marcadores fundamentais que condenam milhares de mulheres à morte todos os anos em razão da infecção pelo hiv e da evolução para a aids.

Nesse sentido, ouvir as mulheres que vivem com hiv foi a primeira razão para a criação da roda; ouvir quem estuda as mulheres que vivem com hiv foi a segunda; reunir quem estuda, quem vive e quem tem implicação nas práticas de cuidado foi o mote do encontro. É possível afirmar que a investigação, a escuta empática e as lutas coletivas constroem novos saberes e novas epistemologias que contribuem para a mitigação dos danos e, principalmente, do estigma que envolve o hiv/aids, mesmo mais de 40 anos após a sua descoberta.

Foram convidados para a roda de conversa todas as organizações da sociedade civil de Santa Catarina, o Gapa SC, a Rede de Pessoas Idosas Vivendo com hiv/aids (SC), além de e ativistas independentes, pesquisadores do tema e mulheres interessadas em debater o assunto. Participaram da roda Dr. Atílio Butturi Junior., Dra. Nathália Camozzato, Dra. Camila de Almeida Lara, representando o projeto É só mais uma crônica; doutoranda Letícia Borges de Assis,



Marcelo Pacheco e Laurinha Brelatz, representando as entidades ativistas da sociedade civil organizadas e independentes; Dr. Arthur Vinicius Nunes, pesquisador; além de profissionais interessados no debate e algumas poucas pessoas vivendo com hiv que compartilham em alguns espaços sua sorologia.

RELATO DA RODA

Ainda que este escrito não tenha por pretensão descrever exaustivamente os acontecimentos da roda de conversa, os afetos, os dizeres e as escutas que aí circularam, gostaríamos de perfazer sua descrição sucinta, narrando aquilo que, por ora, chamamos de seus principais acontecimentos.

Os participantes da mesa se apresentaram ao público e como Letícia Assis e pesquisadores do É só mais uma crônica têm protagonizado uma abordagem politizada e ativista que chamamos de onlife – ou seja, híbrida entre os mundos on-line e off-line –, o primeiro tema debatido na roda disse respeito às particularidades da presença do hiv no mundo digital: como as pessoas se engajam ou não se engajam com conteúdos que tematizam questões das PVHIV, no caso do "É só mais uma crônica", e como se dá diferencialmente a resposta às interações on-line no que concerne à gordofobia e à exposição pública da sorologia, caso do "Tá boa, bunita?".

Em comum entre as duas ações on-line, falou-se em uma dificuldade em furar as bolhas algorítmicas e acessar públicos mais amplos, o que tem seu contraponto no fato de que os enunciados digitais produzidos por ambos os projetos têm sido recebidos, ainda que por públicos específicos, com entusiasmo e carinho.

Em seguida, Marcelo Pacheco e Laurinha Brelaz, que, neste momento, compõem a unidade de Florianópolis da Rede Nacional da



Pessoa Idosa Vivendo com HIV, fizeram seus relatos sobre os diferentes momentos da epidemia que estão inscritos em suas vivências, desde a emergência da infecção pelo vírus até a fase atual da eficácia indiscutível da Terapia Antirretroviral, do estatuto crônico da infecção e da disseminação do indetectável = intransmissível. Laurinha contou à roda sobre o que significava ser uma mulher heterossexual vivendo publicamente com hiv na década de 1990, enquanto Marcelo compartilhou com o público um vídeo informativo acerca dos processos biológicos envolvidos na interação hiv humano.

Arthur Vinícius Nunes, em sua intervenção na roda, compartilhou a importância de, não obstante o estatuto crônico do hiv a partir da terapia antirretroviral, isso não ser um impeditivo para as articulações e mobilizações em torno da cura. As conversas que se davam àquela altura motivaram as pessoas presentes a se manifestarem, com perguntas e colocações.

Para além das intervenções feitas por pessoas convidadas, também gostaríamos de relatar as interações feitas com outras pessoas participantes da roda. Foram marcantes as asserções feitas por um médico da família, cujo local de trabalho, localizado em uma região empobrecida da cidade de Florianópolis, além de ver perpetuados o estigma e a falta de esclarecimento quanto às possibilidades de tratamento e de saúde para vida com hiv, tampouco vê ressoarem as discussões feitas nos movimentos sociais e na academia. Terminou sua fala com um convite para refletirmos sobre como poderíamos nos aproximar de outros espaços, marcados pela vulnerabilidade, além das estratégias dos movimentos sociais, da academia e dos ativismos digitais.

Outras pessoas participantes que, inclusive, trabalharam em projetos voltados à prevenção e ao cuidado do hiv, como o "A Hora é Agora", compartilharam suas inquietações que diziam respeito, sobretudo, ao problema da difusão de informações confiáveis e que façam frente ao estigma. Foi um momento muito emocionante quando uma das frequentadoras do grupo do Gapa tomou a palavra,

SUMÁRIO



coisa que poucas vezes fez tão publicamente, e se pôs a questionar sobre o impacto de igrejas de pensamento retrógrado na promoção de culpa pela infecção por hiv e de abandono do tratamento, oferecendo algo como uma "cura divina".

A IMPORTÂNCIA DE UM DEBATE VERTICAL E TRANSVERSAL SOBRE HIV NO FAZENDO GÊNERO

Um evento das proporções do Fazendo Gênero é capaz de unir muitas epistemes e experiências diversas sobre um tema. Sabemos que as pesquisas sobre o hiv/aids, sejam de qual campo do saber estejamos falando, avançaram muito. Porém, ainda é um desafio tratar de aproximar os resultados dessas pesquisas, da ordem do fazer científico e acadêmico, da prática e da vivência diária das pessoas que, de alguma forma, estão envolvidas com o tema. São mais pesquisadoras, saberes interdisciplinares envolvidos, mas que ainda esbarram na estigmatização do próprio tema – que frequentemente só recebe atenção quando há algum nível de envolvimento emocional, ou ainda, sob a forma biopolítica de gestão pública que nem sempre dialoga com especificidades sociais, subjetivas e locais.

Por isso, fabular a luta contra a invisibilidade do debate foi uma proposição que consideramos bem-sucedida para o evento, que, além disso, levantou a urgência de uma discussão mais direcionada aos afetos e às afetações, de modo que as pessoas sejam apreciadas em seus universos e subjetividades, suas estórias e narrativas, suas localizações topológicas, tudo desde uma órbita comum. Certamente a roda de conversa complementou os simpósios propriamente acadêmicos voltados aos temas, mas, mais do que isso, abriu uma discussão acerca da valorização das vidas envolvidas



neste dispositivo crônico, sobretudo sobre a saúde das mulheres, sempre e ainda tão afetadas pelo machismo, pela misoginia e tendo suas vidas mais precarizadas por outros dispositivos, como o racial.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Regina Helena Simões. AIDS e gênero: representações de risco entre mulheres de uma comunidade favelada no Rio de Janeiro, Brasil. **Cad. Saúde Coletiva**, v. 1, n. 5, p. 33-52, 1997.

FINKELSTEIN, Avram**. After Silence**. California: University of California Press, 2018.

GALVÃO, Jane. As respostas das organizações não-governamentais brasileiras frente à epidemia de HIV/AIDS. *In*: PARKER, R. **Políticas, instituições e Aids**: enfrentando a epidemia no Brasil. Rio de Janeiro: ABIA; Jorge Zahar Editor, 1997.

PATTON, Cindy. **Last served?**: gendering the HIV pandemic. Londres: Taylor & Francis, 1994.

PATTON, Cindy. **Globalizing AIDS**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002.

PARKER, Richard. **A AIDS no Brasil (1982-1992)**. Rio de Janeiro: Relume-Dumara: ABIA, 1994.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Viver no feminino: uma mais sete histórias de vida. *In*: RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se***:* feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013.

Willian Luiz da Conceição

BRANQUITUDE, GÊNERO E COLONIALIDADE:
CORPOS RACIALIZADOS COMO MAQUINARIA DO CAPITALISMO

WHITENESS, GENDER, AND COLONIALITY: RACIALIZED BODIES AS MACHINERY OF CAPITALISM

BLANQUITUD, GÉNERO Y COLONIALIDAD: CUERPOS RACIALIZADOS COMO MAQUINARIA DEL CAPITALISMO

RESUMO:

Este ensaio discute a centralidade da branquitude como um mecanismo de racialização no capitalismo colonial/moderno, a partir de uma perspectiva histórica e interseccional. A dominação colonial se consolidou tanto pela exploração de corpos transformados em capital quanto pela classificação racial. Enquanto norma, a branquitude se naturalizou como critério de humanidade e progresso, legitimando violências como a escravização e o étnogenocídio de africanos e indígenas. Corpos femininos racializados foram erotizados, reduzidos a territórios de dominação e instrumentalizados na lógica da acumulação capitalista. O ensaio investiga como a branquitude se estabeleceu como tecnologia de dominação e exploração, estruturando desigualdades que persistem até hoje. Trata-se, portanto, de uma reflexão crítica e histórica sobre a branquitude e a colonialidade do poder.

Palavras-chave: Branquitude. Colonialidade. Racialidade. Erotização. Capitalismo.

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-480-3.30

SUMÁRIO



ABSTRACT:

This essay discusses the centrality of whiteness as a mechanism of racialization in colonial/modern capitalism from a historical and intersectional perspective. Colonial domination was consolidated both through the exploitation of bodies transformed into capital and through racial classification. As a norm, whiteness became naturalized as a criterion of humanity and progress, legitimizing violences such as the enslavement and "ethnogenocide" of Africans and Indigenous peoples. Racialized female bodies were eroticized, reduced to territories of domination, and instrumentalized within the logic of capitalist accumulation. The essay examines how whiteness was established as a technology of domination and exploitation, structuring inequalities that persist to this day. It is, therefore, a critical and historical reflection on whiteness and the coloniality of power.

Keywords: *Whiteness. Coloniality. Racialization. Erotization. Capitalism.*

RESUMEN:

Este ensayo analiza la centralidad de la blanquitud como un mecanismo de racialización en el capitalismo colonial/moderno desde una perspectiva histórica e interseccional. La dominación colonial se consolidó tanto a través de la explotación de cuerpos transformados en capital como mediante la clasificación racial. Como norma, la blanquitud se naturalizó como criterio de humanidad y progreso, legitimando violencias como la esclavización y el "etnogenocidio" de africanos e indígenas. Los cuerpos femeninos racializados fueron erotizados, reducidos a territorios de dominación e instrumentalizados dentro de la lógica de la acumulación capitalista. El ensayo examina cómo la blanquitud se estableció como una tecnología de dominación y explotación, estructurando desigualdades que aún persisten. Se trata, por lo tanto, de una reflexión crítica e histórica sobre la blanquitud y la colonialidad del poder.

Palabras clave: *Blanquitud. Colonialidad. Racialización. Erotización. Capitalismo.*



INTRODUÇÃO

Este ensaio integra minha contribuição na mesa-redonda intitulada "Branquitudes em questão: reflexões anticoloniais e antifascistas", realizada durante a 13ª edição do Seminário Internacional Fazendo Gênero. A mesa ocorreu no dia 31 de julho, das 9h às 12h, no Auditório do Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Bloco B da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Ao meu lado, participaram desse debate as importantes pensadoras que tanto me ensinaram e me ensinam: Lia Vainer Schucman, Megg Rayara, Renata P. Aguiar e Leslie Sedrez Chaves.

Para iniciar este ensaio, é fundamental buscar uma definição de branquitude. Assim, como um aspecto particular da noção de raça, ela se manifesta como um "fato social total" (Marcel Mauss, 2013) – um fenômeno que atravessa e influência todas as esferas da sociedade. Suas implicações e atividades têm consequências em todas as instâncias da sociedade, abrangendo simultaneamente aspectos históricos, econômicos, políticos, psicológicos, entre outros. Como bem observou o filósofo camaronês Achille Mbembe (2018a):

> [...] vista em profundidade, a raça é ademais um complexo perverso, gerador de temores e tormentos, de perturbações do pensamento e de terror, mas sobretudo de infinitos sofrimentos e, eventualmente, de catástrofes. Em sua dimensão fantasmagórica, é uma figura da neurose fóbica, obsessiva e, por vezes, histérica. De resto, consiste naquilo que se consola odiando, manejando o terror, praticando o alterocídio, isto é, constituindo o outro não como semelhante a si mesmo, mas como objeto propriamente ameaçador, do qual é preciso se proteger, desfazer, ou ao qual caberia simplesmente destruir, na impossibilidade de assegurar seu controle total (p. 26).

Definir a branquitude de maneira única e definitiva não é uma tarefa simples. No entanto, podemos compreendê-la como um conceito da teoria crítica da raça que se refere às estruturas sociais



historicamente construídas e sustentadas pela expansão colonial europeia e pelo capitalismo – forças que, ao mesmo tempo, se entrelaçam e se confundem na imposição de um modelo hegemônico de civilização ao mundo. Alguns autores também a concebem como uma identidade racial (Willian Luiz da Conceição; Schucman, 2023), forjada ao longo de processos históricos e relações estruturais de dominação e exploração. Esse movimento não apenas construiu e consolidou a figura do branco, mas também a ficcionalizou e naturalizou como ideal universal de humanidade (Ilka Boaventura Leite *apud* Conceição, 2020). Mais do que uma identidade, a branquitude opera como uma posição de poder, uma ideologia e um "dispositivo da racialidade", parafraseando Sueli Carneiro (2023). Além disso, a jurista estadunidense Cheryl Harris (1993) a definiu como um ativo jurídico, uma forma de "propriedade" que confere proteção e privilégios àqueles historicamente identificados e construídos como brancos, em detrimento de outros grupos racializados. Assim, a branquitude se estabelece como um mecanismo de naturalização das desigualdades raciais e de perpetuação das hierarquias sociais em sociedades estruturadas pelo racismo.

Ao fim, reconhecendo o amplo arsenal teórico que tem sido produzido no campo dos estudos críticos da branquitude, este artigo adota a definição de que "a branquitude é um conceito elaborado a partir de um discurso ético, criado para desvelar certos processos e relações estruturais de dominação", assim como, "para desmascarar a face oculta do colonialismo, como um operador sub-reptício de naturalização do branco e para transformá-lo em ideal e em universal" (Leite, 2020, p. 13-14 *apud* Conceição, 2020). Nesse sentido, seguimos a proposta indicada por bell hooks (1989), que lança um desafio essencial para os estudos das relações raciais: promover "[...] uma mudança de direção que seria verdadeiramente descolada, seria a produção de um discurso sobre raça que interrogasse a brancura" (p. 162). Essa perspectiva ressoa com a reflexão de Alberto Guerreiro Ramos, para quem, "no Brasil, o branco tem desfrutado do privilégio de ver o negro, sem por este último ser visto. Nossa sociologia



do negro [*e também dos povos indígenas*] até agora tem sido uma ilustração desse privilégio" (Ramos, 1995, p. 202, grifos nossos), sustentado por um pacto narcísico tácito e violento (Cida Bento, 2022).

A GUERRA PERMANENTE:
ETNOGENOCÍDIO E A VIOLÊNCIA COLONIAL

> "Nós estamos em guerra. (...) Estamos em guerra. O seu mundo e o meu mundo estão em guerra. A falsificação ideológica que sugere que temos paz é para a gente continuar mantendo a coisa funcionando. Não há paz em lugar nenhum. É guerra em todos os lugares o tempo todo."
>
> Ailton Krenak

A fala do intelectual Ailton Krenak, no documentário *Guerras do Brasil* (2019), reflete uma crítica profunda à violência estrutural, histórica e sistemática imposta aos povos indígenas e demais minorias pela sociedade capitalista dominante. Krenak sugere que a ideia de "paz" propagada na sociedade ocidental é uma falácia, uma "falsificação ideológica". Essa paz, que se pretende existente, não passa de um instrumento para a manutenção do *status quo* – um modelo de desenvolvimento e progresso que mata, oprime e marginaliza povos e culturas, buscando reduzi-los à morte ou à sua própria imagem e semelhança narcísica. Para ele, essa concepção de paz mascara as agressões contínuas contra os povos indígenas, que seguem lutando por seus territórios, direitos e identidades. A guerra permanente se manifesta na violência incessante da invasão e atravessa todas as esferas das relações sociais, políticas, econômicas e simbólicas. No capitalismo racial (Cedric J. Robinson, 2023), a guerra não é uma exceção, mas a regra – um instrumento político permanente contra determinados grupos. Trata-se, portanto, de um estado totalitário de morte (Achille Mbembe, 2018b).



A guerra mencionada por Krenak não se limita ao confronto físico; trata-se também de uma guerra de imposição de um modelo de vida, valores e visão de mundo que negam as formas de existência e sabedoria indígenas, tornando a luta pela sobrevivência uma batalha constante. O "seu mundo" e o "meu mundo", expressões usadas por Krenak, evidenciam a cisão entre dois modos de vida distintos: o indígena, que valoriza a natureza, a coletividade e a espiritualidade, e o "mundo ocidental", que privilegia o lucro, o progresso material e a individualidade. Essa guerra se desenrola no plano físico, ideológico e cultural, tornando o processo de descolonização e resistência dos povos indígenas fundamental para a sobrevivência do planeta.

Além disso, a expressão "guerra em todos os lugares o tempo todo" revela que a violência permeia todos os aspectos da sociedade capitalista contemporânea – desde a exploração ambiental até a crescente concentração de riqueza nas mãos de magnatas e bilionários, passando pelas desigualdades estruturais que perpetuam a fome e a miséria, pelas políticas antimigratórias excludentes e pela escravidão contemporânea, muitas vezes disfarçada sob o discurso paternalista do "somos como uma família" (Iraci Falavina; Paula Guimarães, 2025). Para Krenak, essa guerra permanece invisível para a maioria das pessoas, pois as estruturas dominantes sustentam uma fachada de harmonia enquanto injustiças e destruição se perpetuam incessantemente. Sua fala, portanto, é uma poderosa denúncia da falsa ideia de "paz", que nada mais é do que a manutenção de um sistema de opressão e exploração disfarçado de normalidade.

Enquanto profiro estas palavras, há "guerra em todos os lugares o tempo todo". Assistimos, estáticos e silenciados, às bombas sendo lançadas contra os territórios de retomada Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul (Indígena [...], 2024; Nota [...], 2024). Ao mesmo tempo, ruralistas e seus aliados avançam no parlamento com o marco temporal –um projeto de morte contra os povos originários. Esse ataque é indissociável da categoria "etnogenocídio", cunhada pela intelectual indígena Geni Núñez (2022), que afirma:



> [...] não há como um genocídio indígena não ser também etnocídio, assim como não há como o etnocídio não fazer parte do genocídio, justamente porque nossa cultura, línguas, costumes e modos de vida não são apenas nossa cultura apartada de quem somos, mas é nossa própria identidade, é nossa vida. Como dizia o cacique guarani kaiowa Marcos Veron "esto que ves aquí es mi vida, mi alma, si me separas de esta tierra, me quitas la vida" (2022, p. 56).

Geni Núñez, ao cunhar o termo "etnogenocídio", enfatiza a indissociabilidade entre genocídio e etnocídio quando se trata dos povos indígenas. Seu argumento ressalta que a destruição física dessas populações não pode ser separada do apagamento de suas culturas, línguas e modos de vida, pois são elementos constitutivos da identidade indígena. Ao citar o cacique guarani kaiowá Marcos Veron, que afirma que sua vida está diretamente ligada à terra, Núñez reforça que a expropriação territorial não é apenas um ato de violência material, mas um ataque existencial. Dessa forma, a categoria de "etnogenocídio" evidencia que a opressão contra os povos originários articula a eliminação física, mas também a tentativa de erradicar sua cosmovisão e suas formas de existência, tornando inseparáveis a destruição do corpo, a destruição da cultura e do ecossistema que nos permeia.

A pergunta que coloco a todos nós, neste evento e além dele, é: se estamos em guerra, como tem alertado Krenak (2019) – e estamos –, se há mundos em conflito, de que lado escolhemos estar? E lamento dizer, essa guerra não é uma metáfora. Escutem. Escutem os helicópteros da "polícia militarizada do tempo", que, neste exato momento, alveja crianças em algum lugar do mundo. Diante dessa constatação, surge a questão central: qual é o nosso posicionamento nessa guerra? Para respondê-la, precisamos entender as engrenagens históricas que sustentam a violência colonial, racial e de gênero – forças que não apenas moldaram o passado, mas seguem operando no presente. O capitalismo se estrutura sobre essas violências,



adaptando-se ao longo do tempo para preservar as hierarquias de poder. Somente ao reconhecer essa continuidade é possível romper com a ilusão de normalidade e enfrentar, com a devida urgência, a luta contra todas as formas de colonização e os múltiplos aspectos totalitários do fascismo. É disso que tenho chamado aqui, nesta mesa, de branquitude.

BRANQUITUDE COMO TECNOLOGIA DO PODER COLONIAL

Núñez observa que, como elemento da modernidade, "a branquitude, em sua ilusão de superioridade [...] também formula sua noção de tempo autocentrada, colocando a si como critério de evolução, desenvolvimento e progresso, ao passo em que projeta em nós seu contraste" (Schucman, 2012 *apud* Núñes, 2023, p. 9). Nesse contexto, o Marco Temporal, que segue em tramitação no Congresso Nacional e vem sendo denunciado pelos povos indígenas, não é uma invenção recente. Ele não tem relação com o dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Brasileira; é, antes, uma tentativa de captura do tempo, um sequestro da história, uma ofensiva contra a existência de outras temporalidades. A modernidade impôs uma concepção de tempo encapsulada pela ideia de progresso e evolução linear, onde a força produtiva se torna o critério central de desenvolvimento – e, simultaneamente, de destruição. Como bem nos ensinou o sábio Nêgo Bispo (2022), o desenvolvimento é, na verdade, o oposto do "envolvimento" com o mundo que nos rodeia. Não estamos em uma marcha ininterrupta de evolução histórica. Não há progresso econômico, técnico ou científico que possa desviar o caminho do que o xamã Yanomami já anunciou no livro *A queda do céu* (Davi Kopenawa; Bruce Albert, 2015).



A raça, como afirmou Aníbal Quijano (2005), deve ser compreendida como um dos pilares centrais da modernidade. Neste texto, ela é tanto nosso foco quanto nosso inimigo. Forjada nos alicerces do "capitalismo colonial/moderno e eurocentrado" (Aníbal Quijano, 2005), a raça foi – e continua sendo – uma engrenagem, uma máquina de guerra, um dispositivo fundamental para a manutenção de um novo padrão de dominação e exploração em escala global. Trata-se da base estruturante de um novo sistema-mundo, como refletiu Immanuel Wallerstein (1979; 1988). Um dos alicerces indispensáveis desse sistema macabro e totalitário reside no poder de classificação da população mundial por meio da noção de raça – uma invenção que criou e cristalizou categorias como "índios", "negros" e "pardos", servindo como ferramenta de hierarquização e subjugação (Conceição, 2020).

O capitalismo não apenas criou, mas aperfeiçoou uma maquinaria de produção de identidades raciais, consolidando divisões e transformando diferenças em desigualdades. Ergueu hierarquias fundamentadas no status, na riqueza e no poder do capital. A raça, nesse contexto, não é um mero conceito social, mas um elemento estrutural e estruturante da dominação e exploração colonial capitalista. Não nos enganemos: a raça, tal como a conhecemos e vemos operar na modernidade, é inseparável do capitalismo. E não há experiência histórica do capitalismo que não esteja profundamente enraizada na raça, na colonização de vastas regiões do mundo, na escravização de povos indígenas e africanos – um sistema de violência que encontrou na classificação racial sua justificativa ideológica e seu mecanismo de perpetuação.

Não nos esqueçamos: entre todos os ciclos econômicos do Brasil, não foi o do pau-brasil, da cana-de-açúcar, do ouro ou do café o que mais perdurou. O ciclo mais longo e brutal foi aquele que tentou transformar pessoas em mercadoria – pessoas-coisa, pessoas-máquina, pessoas-metal, pessoas-moeda (Mbembe, 2018a). A escravidão não foi apenas um regime de trabalho, mas a principal



instituição desse sistema econômico, perdurando por aproximadamente quatro séculos, com um comércio e um tráfico que se infiltraram profundamente na sociedade e em suas instituições. Basta revisitar a história do Banco do Brasil, fundado em 1808, cuja origem e expansão estiveram profundamente entrelaçadas com a escravidão e o tráfico ilegal de africanos escravizados (Banco [...], 2023). Ao tentar reduzir seres humanos a mercadorias sem alma, a simples máquinas produtivas, o projeto colonial-imperial-capitalista buscou transformar nossos ancestrais em *commodities*. Como afirma Achille Mbembe, "[...] na ordem da modernidade, o único de todos os humanos cuja carne foi transformada em coisa e o espírito em mercadoria – a cripta viva do capital" (2018a, p. 19-20). A escravização de corpos negros e indígenas não apenas alimentou esse sistema, mas se tornou sua força motriz, a engrenagem que viabilizou a primeira grande globalização do capital, do mercado e de sua circulação. O navio negreiro foi a primeira fábrica moderna, o primeiro espaço de circulação de capital humano – riqueza essa que não só construiu impérios, mas também impulsionou o desenvolvimento da Europa, até então considerada "periferia do mundo", como bem afirmou Walter Rodney (2022).

Nesse contexto, ao inventar a América como uma *id-entidade* de sua subjugação e exploração, a Europa, nesse vínculo assimétrico e perverso, se constituiu amplamente como *id-entidade* da dominação (Quijano, 2005). Nesse processo, o capitalismo colonial ou racial emergiu como o sistema capaz de articular novas e antigas estruturas de controle sobre o trabalho e a vida, com o objetivo de produzir mercadorias e, assim, forjar um mercado mundial interconectado e desigual (Immanuel Wallerstein, 1979; Quijano, 2005; Robinson, 2023).



COLONIALISMO, CORPO E TERRITÓRIO:
A VIOLÊNCIA DA CONSTRUÇÃO DE RAÇA, GÊNERO E CAPITAL NO IMAGINÁRIO IMPERIAL

Como em um ciclo vicioso, a norma e a raça fabricam, de maneiras distintas, a outreidade – corpos transformados em abjeção, marcados pela anormalidade, pela ideia de imoralidade e pelo perigo. Essa lógica se evidencia na história da deficiência, da sexualidade (como no caso da homossexualidade, tratada como desvio ou patologia), na construção da loucura, da infância, do feminino e do próprio conceito de gênero. Todos esses sujeitos, em alguma medida, foram atravessados pela concepção de raça, vistos como desviantes da norma. Esses corpos, no século XIX, foram rotulados como as "classes perigosas", categorias sociais criminalizadas e patologizadas para garantir a ordem racial e moral do sistema.

Percebamos que essa máquina de guerra capitalista colonial e imperial, resguardadas suas especificidades temporais, articula classe, raça e gênero como engrenagens centrais de sua engenharia perversa. Façamos um exercício: talvez vocês concordem comigo que, historicamente, os territórios foram imaginados como alegorias do feminino. Se observarmos as representações utilizadas por viajantes, exploradores e administradores coloniais, veremos como a África, a Ásia e as Américas foram descritas sob uma ótica erotizada da dominação (Mary Del Priori, 1992; Anne Mcclintock, 2010). Esses territórios eram fantasiados como corpos femininos, prontos para serem penetrados, explorados e "civilizados". É fundamental compreender que a noção de civilização – ou melhor, o ato de "civilizar" – foi um estratagema de guerra, um discurso que legitimou a expansão, a exploração e a dominação. E essa guerra se deu pela cruz, pela espada e pela pólvora.

É amplamente sabido que territórios colonizados foram historicamente representados no feminino – um imaginário que persiste até hoje, como evidência a recorrente personificação das nações sob o título de "mãe-pátria". Sempre que artistas e escritores buscaram retratar os mitos fundadores dessas nações, recorreram à figura feminina para simbolizá-las. Um exemplo emblemático é o de Iracema, a "virgem dos lábios de mel", de José de Alencar, publicada em 1865. Essa personagem, além de existir na literatura, foi imortalizada na pintura, como nas obras de José Maria de Medeiros (1884) e Antônio Diogo da Silva Parreiras (1909). Nesses retratos, o corpo de Iracema se funde à paisagem, tornando-se extensão da natureza ao seu redor. Sua trajetória, no entanto, revela a lógica violenta desse imaginário colonial: Iracema morre para que seu filho, fruto da miscigenação com o colonizador, possa nascer – um símbolo do Brasil que se pretendia construir.

Figura 1 - *Iracema*, José Maria de Medeiros, óleo sobre tela, 1884



Fonte: Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro.

Figura 2 - *Iracema*, Antônio Parreiras, óleo sobre tela, 1909



Fonte: Museu de Arte de São Paulo.

Podemos afirmar que existe uma narrativa hegemônica e masculina que associa as mulheres aos territórios, reforçando uma lógica de dominação e exploração. Como demonstrou Anne McClintock em *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*, "a dinâmica do gênero foi, desde o início, fundamental para assegurar e manter o empreendimento imperial" (2010, p. 23). É essencial atentarmos para o alerta da autora, que denuncia não apenas a invisibilização do gênero, mas também da branquitude nas análises históricas sobre o imperialismo e o colonialismo. Essa ausência não é acidental; pelo contrário, faz parte da estrutura de poder que sustenta as narrativas dominantes, apagando as contribuições, resistências e violências sofridas por aqueles que foram historicamente subjugados. De acordo com a autora,

> Ainda que fossem homens brancos os que comandavam os navios e portavam os rifles dos exércitos coloniais, e que eram donos e supervisores das minas e plantações com escravos, e que comandavam os fluxos globais de capitais e carimbavam as leis das burocracias imperiais;



> ainda que fossem homens brancos europeus os que, ao final do século XIX, eram donos e gerentes de 85% da superfície da Terra, a relação crucial, mas oculta, entre gênero e imperialismo foi, até muito recentemente, desconhecida e desprezada como um fait accompli da natureza (McClintock, 2010, 20-21).

Ao analisar a pintura de Jan van der Straet, que retrata o chamado "descobrimento da América", obra produzida em 1575, Anne McClintock argumenta que a obra configura um encontro de caráter erótico entre um homem e uma mulher. Segundo a autora, essa representação visual reforça a metáfora colonial que associa a conquista territorial à dominação sexual, inscrevendo o ato de "descobrir" como um gesto de posse tanto do corpo feminino quanto da terra a ser explorada.

> Vespúcio em armadura completa está ereto e senhorial diante de uma mulher nua e eroticamente convidativa, que se inclina para ele de uma rede. À primeira vista, as lições imperiais do desenho parecem claras. Despertadas de sua languidez sensual pelo épico recém-chegado, a indígena estende uma mão convidativa, que insinua sexo e submissão. Sua nudez e seu gesto sugerem e um eco visual da Criação, de Michelangelo. Vespúcio, o recém-chegado semelhante a Deus, está destinado a inseminá-la com as sementes masculinas da civilização, a frutificar a selva e a subjugar as cenas revoltantes do canibalismo vistas ao fundo. Como diz Peter Hulme num belo ensaio: "A terra é nomeada como fêmea, contraparte passiva do ímpeto maciço da tecnologia masculina" (McClintock, 2010, p. 50).

Figura 3 - *Allegory of America* (1575 - 1580) - Jan van der Straet



Fonte: Metropolitan Museum of Art.

Nesse sentido, esses territórios femininos foram traduzidos em mapas e adquiriram a expressão de "terras virgens" em que esses homens deveriam penetrar – por outro lado, os territórios carregavam o emblema de que estas "terras estavam vazias" e, portanto, abertas à potência de fecundação do Ocidente. Como alertou Édouard Glissant, o "ocidente não está no ocidente. É um projeto, não um lugar" (1981, p. 12). Em outros casos, é comum que, durante o século XVI até o século XIX, tenhamos um arsenal ficcional que retratava os territórios como "povoados de bestas monstruosas", "canibais", "seres encantados", "demoníacas", "selvagens" ou nomeados como "primitivos" que deveriam ser capturados e domesticados, tornando-os aptos à exploração de sua força de trabalho. No caso feminino, se somava a exploração sexual com a ânsia reprodutiva, no sentido de ter mais braços e pernas para o trabalho, que permitiria mais produção e reprodução de riquezas. Essa tecnologia sexual do capital articulou a exploração dos territórios com a exploração dos corpos, objeto central da economia da raça.



As mulheres colonizadas aparecem como uma categoria da natureza, e, nesse imaginário, o poder imperial e colonial opera nas geografias desses territórios, como no corpo feminino, buscando penetrá-los, desterritorializá-los, possuindo-os e fecundando-os com o objetivo de criar força de trabalho necessária à exploração e à acumulação de capital. Esses territórios quase sempre foram eroti-zados, por meio de longa tradição que McClintock (2010) chamou de "pornotrópico" – em que as mulheres colonizadas "figuram como a epítome da aberração e dos excessos sexuais" (2010, p. 45), relação que converge para a intersecção entre raça, gênero e exploração de capital (de classe).

As mulheres aparecem como as fronteiras, as margens, os limites incertos e perigosos desta empreitada aventurosa. Elas [as mulheres] "serviam como figuras mediadoras e liminares por meio das quais os homens se orientavam no espaço, como agentes do poder e do conhecimento" (Mcclintock, 2010, p. 48). E é a partir da violência que o colonialismo e o imperialismo agirão. É sobre os corpos das mulhe-res destes territórios. Pela humilhação e pelo assassinato. Pelo menos contra qualquer um que tente reagir à possessão colonial. Possessão de todos os territórios – "fêmeas", "ameríndias", "africanas", "mestiças", todas se converteram em territórios e, desta forma, se transformaram também em meios de produção (Del Priori, 1992). Despossessão e possessão. A violência opera pela exploração e pelo estupro, e, ao engravidá-las, o invasor, o traficante e o senhor, adentram o solo, ger-minam a terra, produzem mais braços e pernas para o duro trabalho na monocultura – cana-de-açúcar, especiarias, fumo, aguardente, metais preciosos – no fim, capital. Das possibilidades encontradas por essas mulheres contra as práticas de predação da branquitude estão matar, suicidar-se, abortar, fugir para as florestas – não permitir que o fruto do seu ventre obtenha um destino igual ao seu.

No Brasil e nas Américas, a mestiçagem foi um fenômeno e um fato emblemático. Ela é o resultado do ato generalizado da violência, do defloramento forçado das mulheres escravizadas e de

práticas amplamente recorrentes de iniciação dos filhos brancos da casa grande com as mulheres escravizadas, fato já analisado pela historiografia (Júlio José Chiavenato, 1987; Del Priori, 1992; Manoel Bomfim, 1993; Jacob Gorender, 1991, 1992; Clóvis Moura, 1989, 1990; Gilberto Freyre, 2009). Essa prática repetida em todo o período colonial evidencia a materialidade real e social da violência instaurada e introjetada pelo sistema patriarcal e escravocrata na sociedade brasileira. É o corpo, principalmente da escravizada, da mulher indígena e negra, que passa a ser objeto do desejo erótico de um longo "processo de sucção sexual e social" (Affonso Sant'anna, 1985, p. 25) em que predomina a "mais-valia do sexo e do dinheiro" (Sant'anna, 1985, p. 33) e o "feitor e o senhor de engenho rondam as escravas como sanguessugas e vampiros, exercitando, econômica e eroticamente, sua oralidade perversa" (Sant'anna, 1985, p. 25-26). É a partir desse ato de caráter econômico, sexual e racial que a mestiçagem foi o principal elemento da teorização das raças no Brasil, portanto, é fundamental que leiamos Lélia Gonzalez (2020) ao explicar sobre a neurose da cultura brasileira.

Para Edward Said (2007, p. 30), intelectual palestino, nem "o imperialismo, nem o colonialismo é [são] um simples ato de acumulação e aquisição", pois "ambos são sustentados e talvez impelidos por potentes formações ideológicas que incluem a noção de que certos territórios e povos precisam e imploram pela dominação".

O antropólogo haitiano Michel-Rolph Trouillot (2011) explicitou muito bem como o sistema capitalismo colonial moderno articulou em suas entranhas dois dispositivos inseparáveis, duas geografias – a primeira, a da administração, referente à estrutura de gestão e administração dos sistemas coloniais e dos imperialismos. E a segunda geográfica, o que o autor denominou da geografia da imaginação – engajadas e ideologicamente orientadas, via de regra, em produzirem uma série de artefatos simbólicos que justificassem a inferiorização e, por conseguinte, pavimentassem o terreno para fixação dos poderes exercidos pelas administrações. O corpo dos



africanos e indígenas escravizados foi, sem dúvida, laboratório dos testes dos limites absolutos da exaustão, da dor e da força – que uma certa tecnologia agora ciente dessas fronteiras deveria aplicar com reservas a serviço da formação da classe trabalhadora assalariada europeia.

Neste projeto, atribuíram-se aos europeus brancos qualidades superiores, estabelecendo-os no ponto mais alto de uma longa escala em que foram posicionados os mais diferentes grupos. As compreensões de superioridade e inferioridade estabelecidas pela ideia de raça passaram também a engendrar o desenvolvimento dos Estados-nações como comunidades políticas emergentes nesse período. Essas unidades políticas tiveram na concepção de *povo, população e território* uma problemática a gerir e administrar. A população representava uma fisionomia, uma cultura, uma língua, uma religião, em que o fenômeno da raça e a ideia de pureza deveriam ser fortemente impostos e gestados – o que vemos na formação dos Estados modernos é, sem dúvida, a operação de um "colonialismo interno" (Conceição, 2020).

Entretanto, essa estrutura, que teve sua origem na emergência do capitalismo colonial, provou, como afirmou Quijano, "ser mais duradouro e estável que o colonialismo em cuja matriz foi estabelecido" (2005, p. 117) e continua a girar seu tambor destrutivo até hoje; assim, a raça e o patriarcado não são simples formas arcaicas e desajustadas do sistema, mas perfazem, estruturam e são estruturantes do capitalismo. Não são um mero detalhe, um erro do sistema, tanto que a raça persiste no coração e no modo de operar do colonialismo, do imperialismo, dos fascismos e mesmo dos estados liberais.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio buscou refletir sobre a branquitude como um fenômeno social, político e histórico que se configura como uma construção de dominação e naturalização das desigualdades raciais. Ao longo da discussão, enfatizei a importância de compreender a branquitude não apenas como uma identidade racial, mas como uma estrutura de poder que perpetua o colonialismo e o capitalismo, moldando as relações sociais e raciais em uma perspectiva de privilégio e exclusão. A análise se aprofunda nas contribuições de pensadores como Mbembe (2018a), Carneiro (2023) e bell hooks (1989), que propõem um movimento de desvelamento das facetas ocultas da branquitude e um questionamento crítico das relações raciais, desafiando o *status quo* e incentivando uma mudança radical na forma como a raça e as desigualdades raciais são abordadas nas sociedades contemporâneas. A partir dessa reflexão, a branquitude se revela como um dispositivo que sustenta um sistema de hierarquias raciais, desafiando-nos a transformar as práticas e os discursos que historicamente têm sustentado essas desigualdades.

As palavras de Ailton Krenak (2019), que denunciam a guerra permanente travada contra os povos indígenas e as minorias, nos convidam a refletir sobre as estruturas de violência que sustentam o sistema capitalista e colonial. Krenak nos alerta sobre a falácia da "paz" propagada pela sociedade ocidental, que, na verdade, serve para perpetuar a exploração e a opressão. Sua análise denuncia uma guerra que se estende para além do campo físico, alcançando o plano ideológico, cultural e existencial, afetando diretamente as identidades e os modos de vida dos povos indígenas. Nesse contexto, a reflexão de Geni Núñez (2022) sobre o etnogenocídio revela a interconexão entre genocídio e o apagamento das culturas e saberes indígenas, ressaltando a violência sistêmica que ataca tanto os corpos quanto as formas de existência desses povos. A questão que nos é colocada é clara: diante dessa guerra, de que lado escolhemos estar?



Para enfrentá-la, é essencial que compreendamos a continuidade das violências históricas e suas adaptações no presente, reconhecendo que a luta contra o racismo, o colonialismo e os neofascismos é urgente e necessária. Somente ao romper com a ilusão de normalidade será possível desmantelar as hierarquias de poder que ainda dominam nossas sociedades, permitindo a construção de um mundo verdadeiramente justo e livre para todos.

As reflexões apresentadas revelam a complexa interconexão entre branquitude, capitalismo, colonialismo e racismo estrutural, que se manifestam não apenas em um conjunto de relações de dominação, mas também em uma disputa sobre o tempo, a história e os modos de existência. A crítica de Geni Núñez (2022) sobre o Marco Temporal e sua tentativa de sequestrar a história dos povos indígenas expõe uma ofensiva contra as diferentes temporalidades que não se alinham com o projeto de progresso linear e eurocentrado da modernidade. Esse processo de imposição não é apenas uma tentativa de capturar o tempo, mas uma extensão da máquina de guerra racial, central para a manutenção do sistema capitalista moderno. A construção de identidades raciais, com a criação de categorias como "índios" e "negros", serviu para justificar e perpetuar um sistema de exploração que não pode ser dissociado da história do capitalismo, do colonialismo e da escravidão – apesar de essas categorias terem sido ressignificadas, de forma contra-hegemônica, pelos sujeitos históricos.

O capitalismo não só aprofundou essas divisões, mas as institucionalizou como mecanismos de dominação e exploração, ao ponto de transformar seres humanos em mercadorias, como na violência da escravidão. Esse processo sustentou as economias coloniais, mas também impulsionou a primeira grande globalização do capital, com consequências profundas para as relações de poder e a desigualdade que ainda permeiam nossas sociedades. Ao reconhecermos a intrínseca relação entre racismo e capitalismo, é possível compreender a necessidade de descolonizar nossas visões de tempo, história e (des)envolvimento (Bispo, 2022) – para isso, é



preciso que reflorestemos nosso imaginário, como tem alertado Geni Núñez (2023). A luta contra essas estruturas de poder é uma questão de justiça social, mas também uma urgência para a sobrevivência e a preservação das diversas formas de vida, culturas e saberes que foram subjugados e marginalizados por séculos.

O entrelaçamento entre raça, gênero e capitalismo revela uma máquina de dominação que não apenas molda as relações sociais, mas também estrutura a violência e a exploração de corpos e territórios. A construção da "outreidade", seja por meio da fabricação de corpos anormais, da patologização da sexualidade ou da classificação racial, é um mecanismo fundamental que garante a perpetuação de um sistema hierárquico, no qual os corpos femininos, indígenas e negros são constantemente subordinados e explorados. O uso da mulher como alegoria do território colonizado reflete a profunda ligação entre a dominação sexual e a dominação territorial, onde a exploração de corpos e a apropriação da terra se entrelaçam, criando uma narrativa de posse, violência e reprodução do capital.

Essa dinâmica é ainda mais visível no processo de mestiçagem, que surge como um produto direto da violência sexual e social imposta às mulheres indígenas e negras, sendo incorporada à teorização das raças no Brasil. O racismo, portanto, como ideologia, funciona como ferramenta crucial para a manutenção do capitalismo, cujas estruturas, como apontado por Quijano (2005), continuam a se perpetuar no tecido da sociedade contemporânea.

Essa violência histórica e estrutural não se limita ao passado, mas persiste nas formas contemporâneas de racismo, sexismo e superexploração do trabalho, que ainda marcam as relações socioeconômicas. Assim, a luta por justiça social e igualdade deve reconhecer essas conexões e enfrentar as raízes coloniais do capitalismo, buscando desmantelar as estruturas de poder que ainda o sustentam. O projeto colonial, como enfatizado por autores como McClintock (2010) e Trouillot (2011), é um sistema em que a dominação, a



violência e a subordinação de corpos continuam a ser instrumentos essenciais para a organização do mundo, e, por isso, é imperativo que as resistências contra essas opressões se aprofundem e se articulem de maneira mais radical e transformadora.

REFERÊNCIAS

BANCO do Brasil é alvo de inquérito inédito sobre papel na escravidão e MPF pede reparação. **G1**, 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/09/27/banco-do-brasil-e-alvo-de-inquerito-inedito-sobre-papel-na-escravidao-e-mpf-pede-reparacao.ghtml. Acesso em: 17 set. 2025.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BISPO, Antônio. **Colonização, quilombos**: modos e significados. Brasília: INCT de Inclusão, 2022. Disponível em: https://repi.ufsc.br/node/167. Acesso em: 12 mar. 2025.

BOMFIM, Manoel. **A América Latina**: males de origem. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CHIAVENATO, Júlio José. **O negro no Brasil**: da senzala à guerra do Paraguai. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CONCEIÇÃO, Willian Luiz da. **Branquitude**: dilema racial brasileiro. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2020.

CONCEIÇÃO, Willian; SCHUCMAN, Lia. Branquitude. *In*: RIOS, Flávia; SANTOS, Marcio André dos; RATTS, Alex (org.). **Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2023.

DEL PRIORI, Mary. Imagens da terra fêmea: a América e suas mulheres. *In*: VAINFAS, Ronaldo (org.). **América em tempo de conquista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992.

FALAVIRA, Iraci; GUIMARÃES, Paula. Escravidão moderna: marcha em Florianópolis exige liberdade para Sonia Maria de Jesus. **Catarinas**, 2025. Disponível em: https://catarinas.info/escravidao-moderna-marcha-em-florianopolis-exige-liberdade-para-sonia-maria-de-jesus/. Acesso em: 18 set. 2025.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global, 2009.



GLISSANT, Édouard. **Le discours antillais**. Paris: Seuil, 1981.

GONZALEZ, Lélia; RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1992.

HARRIS, Cheryl L. Whiteness as Property. **Harvard Law Review**, v. 106, n. 8, p. 1707, 1993.

HOOKS, bell. Travelling Theories Travelling Theorists. **Inscriptions**, n. 5, p. 162, 1989.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. Estamos em guerra. *In*: BOLGONESI, Luiz (Dir.). Guerras do Brasil. **Brasil**: [*s. n.*], 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=hM0ID91hBn0. Acesso em: 6 mar. 2025.

LEITE, Ilka Boaventura. **Prefácio**. Branquitude: a mais nítida face do racismo no Brasil e no mundo. *In*: CONCEIÇÃO, Willian Luiz da. Branquitude: dilema racial brasileiro. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2020.

INDÍGENA guarani kaiowá é baleado durante conflito por terra em MS, dizem entidades. **G1**, 2024. Disponível em: https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2024/07/15/indigena-guarani-kaiowa-e-baleado-durante-conflito-por-terra-em-ms-dizem-entidades.ghtml. Acesso em: 17 set. 2025.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. São Paulo: CosacNaify, 2013.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: N-1 edições, 2018a.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: N-1 edições, 2018b.

MCCLINTOCK, Anne. **Couro imperial**: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1989.

MOURA, Clóvis. **Injustiças de Clio**: o negro na historiografia brasileira. Belo Horizonte: Oficina Livros, 1990.

NOTA sobre ataque a indígenas Guarani Kaiowá em Mato Grosso do Sul. **Governo Federal**, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/noticias/2024/08/nota-sobre-ataque-a-indigenas-guarani-kaiowa-em-mato-grosso-do-sul. Acesso em: 17 set. 2025.



NÚÑEZ, Geni. **Nhande ayvu é da cor da terra**: perspectivas indígenas guarani sobre etnogenocídio, raça, etnia e branquitude. 2022. Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

NÚÑEZ, Geni. Perspectivas indígenas antirracistas sobre o etnogenocídio: contribuições para o reflorestamento do imaginário. **Psicologia & Sociedade**, v. 35, 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 10 set. 2024.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.

ROBINSON, Cedric J. **Marxismo negro**: a formação da tradição radical Negra. São Paulo: Perspectiva, 2023.

RODNEY, Walter. **Como a Europa subdesenvolveu a África**. São Paulo: Boitempo, 2022.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANT'ANNA, Affonso. **Canibalismo amoroso.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Transformaciones globales**: la antropología y el mundo moderno. Popayán-Bogotá: Universidad del Cauca y CESO-Universidad de los Andes, 2011.

WALLERSTEIN, Immanuel. **El moderno sistema mundial**. 2. ed. Madri: Siglo XXI de España, 1979. Disponível em: https://www.abertzalekomunista.net/images/Liburu_PDF/Internacionales/Wallerstein_Immanuel/El_moderno_sistema_mundial-K.pdf. Acesso em: 8 mar. 2025.

WALLERSTEIN, Immanuel. Feudalism, capitalism, and the world-system in the perspective of Latin America and the Caribbean: comments on Stern's critical tests. **The American Historical Review**, v. 93, n. 4, p. 873-885, 1988. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/1863527. Acesso em: 8 mar. 2025.

Pamela Marmentini Corrêa
Sinara München

MATERNIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR:
AÇÕES E PESQUISAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

SUMÁRIO



MOTHERHOOD IN HIGHER EDUCATION: INITIATIVES AND STUDIES AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF THE SOUTHERN BORDER

LA MATERNIDAD EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR: ACCIONES E INVESTIGACIONES EN LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE LA FRONTERA SUR

RESUMO:

O presente texto assinala as possibilidades de permanência de mães estudantes no Ensino Superior. Parte-se do contexto da Universidade Federal da Fronteira Sul – campus Erechim, a qual tem mobilizado ações para contemplar estudantes mães e criado caminhos para o acolhimento, com implementações de assistência e suporte. Apresenta-se um panorama da legislação sobre maternidade no Ensino Superior e da atuação da universidade. Ainda, expõem-se quatro trabalhos sobre a temática, verificando-se uma baixa frequência do tema e seus impactos nos estudos e construção da carreira de mulheres-mães. Portanto, há uma demanda de pesquisas e ações afirmativas relacionadas à maternidade no Ensino Superior.

Palavras-chave: Maternidade. Universidade. Ensino Superior.

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-480-3.31

SUMÁRIO



ABSTRACT:

This text highlights the possibilities for student mothers to remain in College Education. It starts from the context of Universidade Federal da Fronteira Sul-Erechim campus, which has mobilized actions to contemplate the student mothers and created pathways for inclusion, with implementation of assistance and support. An overview of the legislation about motherhood in College Education and of the actions of the university is presented. Furthermore, four works that cover the theme are exhibited, verifying a low frequency of the subject and its impacts on the studies and career development of mother-women. Therefore, there is a demand for research and affirmative actions related to the motherhood in College Education.

Keywords: *Motherhood. University. College Education.*

RESUMEN:

El presente texto señala las posibilidades de permanencia de madres estudiantes en la Enseñanza Superior. Se empieza del contexto de la Universidade Federal da Fronteira Sul -campus Erechim, la cual ha movilizado acciones para contemplar a las estudiantes madres y ha creado caminos para la acogida, con implementaciones de asistencia y soporte. Se presenta un panorama de la legislación sobre maternidad en la Enseñanza Superior y de la actuación de la universidad. Además, se expone cuatro trabajos sobre la temática, verificando una baja frecuencia de la temática y sus impactos en los estudios y construcción de la carrera de las mujeres-madres. Por lo tanto, hay una demanda de investigación y de acciones afirmativas relacionadas a la maternidad en la Enseñanza Superior.

Palabras clave: *Maternidad. Universidad. Enseñanza Superior.*

SUMÁRIO



INTRODUÇÃO

As pesquisas sobre os impactos da maternidade na educação e no desempenho acadêmico se sobressaem nos últimos anos, trazendo destaques e avanços para esse âmbito. Conquanto, as mulheres continuam lutando pelos espaços ocupados majoritariamente por homens e com impactos ainda maiores quando o aspecto da maternidade também é incluído. O presente texto aborda algumas das ações afirmativas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – campus Erechim – para minimizar esses impactos na graduação e os trabalhos de pesquisa já desenvolvidos na Universidade sobre o tema.

A pesquisa de Pamela Marmentini Corrêa (2021), egressa do curso de Pedagogia da UFFS, campus Erechim, apresenta os índices e fatores que contribuem para as dificuldades enfrentadas por mulheres que necessitam de assistência estudantil e de uma estrutura acadêmica adequada para acolher a mãe-estudante e seu bebê, incluindo um relato de experiência pessoal no texto.

Ressaltando também os impactos da maternidade durante a graduação, Urpia e Sampaio (2011, p. 146) apontam que:

> No percurso da formação superior, tornam-se mães, sendo confrontadas com a desafiadora tarefa de conciliar maternidade e vida acadêmica e ainda sim permanecem lutando pela inclusão dentro do contexto desafiador e conclusão de seus cursos.

Por isso, destacamos a urgência de que a maternidade seja considerada um dos impactos que limitam as mulheres a continuar no Ensino Superior, no caminho da pesquisa e na pós-graduação. As possibilidades de expansão, acesso e permanência ao Ensino Superior pelas mulheres que são mães podem ocorrer se as instituições acolherem as mães-estudantes, evitando o aumento de índices de desistência dos estudos.



Segundo a pesquisa PNAD Educação 2019, feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais que não completaram o ensino médio (PNAD [...], 2020) apresenta a gravidez como um dos destaques para a desistência e o abandono da escola pelas mulheres. A pesquisa mostra que muitas vezes elas não chegam ao Ensino Superior, e que uma em cada quatro mulheres jovens, com idade de 14 a 19 anos, não segue os estudos. Os motivos são, em primeiro lugar, a necessidade de trabalhar e, em segundo, a gestação.

Uma mulher, mãe e estudante necessita de amparo e políticas de permanência, pois a gestação traz para a universitária alterações hormonais, emocionais, psicológicas e físicas. Dentre as dificuldades apresentadas, as mulheres mães persistem estudando, no ensino básico, médio ou na graduação, visando uma melhora na qualidade de vida por meio dos estudos.

Assim, o objetivo deste trabalho é apresentar as possibilidades que a Universidade Federal da Fronteira Sul – campus Erechim – tem desenvolvido para a permanência das mães e pais estudantes que necessitam de algum suporte para seguirem nos cursos. Além disso, também se busca compreender quais estudos já foram desenvolvidos no âmbito da universidade com essa temática.

Por isso, como metodologia, realizou-se a revisão bibliográfica a partir de artigos encontrados no repositório digital da UFFS, que armazena toda a produção científica da universidade em formato digital. Além disso, fez-se o relato das experiências existentes na UFFS, campus Erechim.



O CENÁRIO DA MATERNIDADE NO ENSINO SUPERIOR

A maternidade influencia diretamente o desempenho acadêmico, a continuidade dos estudos e a produção acadêmica das mulheres. Em nossa sociedade, sobressai uma lógica de educação para poucos; e a Educação Superior é considerada construtora de conhecimento, em uma lógica capitalista da qual o ensino é impossível de se desvincular (Mészaros, 2005).

Para que as estudantes, gestantes ou mães, como o trabalho acima abordado, deem continuidade nos estudos, é preciso garantir direitos democráticos, assegurando apoio e condições de ensino igualitário aos demais acadêmicos.

Na Universidade, as políticas públicas surgem intencionando a defesa dos direitos que favorecem e consolidam a permanência dos estudantes. Na concepção de políticas públicas, enfatiza-se que é por meio do Estado que os governos democráticos traduzem suas intenções e plataformas eleitorais em projetos e ações que produzirão resultados ou transformações na sociedade (Souza, 2022, p. 22). Por isso, destaca-se que a lei que garante os direitos da estudante grávida no Brasil é a de n. 6.202, sancionada em 17 de abril de 1975, que confere "à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares, instituído pelo Decreto-lei n. 1.044, de 1969, e dá outras providências" (Brasil, 1975) e também que:

> Art. 1º A partir do oitavo mês de gestação e durante três meses a estudante em estado de gravidez ficará assistida pelo regime de exercícios domiciliares, instituído pelo Decreto-lei número 1.044, 21 de outubro de 1969
>
> Parágrafo único. O início e o fim do período em que é permitido o afastamento serão determinados por atestado médico a ser apresentado à direção da escola.



> Art. 2º Em casos excepcionais devidamente comprovados mediante atestado médico, poderá ser aumentado o período de repouso, antes e depois do parto.
>
> Parágrafo único. Em qualquer caso, é assegurado aos estudantes em estado de gravidez o direito à prestação dos exames finais.
>
> Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Na UFFS, a política pública vigente assegura às discentes gestantes o direito à licença acadêmica por um período de 90 dias, conforme previsto no artigo 87 da Resolução n. 4/CONSUNI-CGRAD/UFFS/2014 (UFFS, 2014, p. 38), dispositivo reiterado na Resolução n. 40/CGAE/CONSUNI/2022 (UFFS, 2022, p. 60). No entanto, esse período tem se mostrado insuficiente para atender às demandas do puerpério e da adaptação à maternidade, especialmente considerando que, conforme as diretrizes do Ministério da Saúde e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/1990), a amamentação exclusiva é recomendada até os seis meses de vida da criança. O artigo 7º do ECA estabelece como direito da criança o atendimento prioritário às suas necessidades, incluindo a nutrição adequada, implicando o reconhecimento do cuidado materno como essencial nesse período inicial da vida.

Conforme o art. 9º do Estatuto da Criança e do Adolescente: "O poder público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas ao aleitamento materno, inclusive aos filhos de mães submetidas a medida privativa de liberdade" (Brasil, 1990). A Organização Mundial da Saúde (OMS) traz orientações para uma amamentação bem-sucedida, além disso, indicações do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) orientam que "Todas as mães têm o direito de amamentar seus filhos. No trabalho, em casa e até quando estão privadas de liberdade, elas têm direito a alimentar o seu filho no peito. O aleitamento materno é também um direito da criança" (Brasil, 2020); assim, esse direito deve ser respeitado e cumprido de forma exclusiva até os seis meses. Portanto, quando a licença se estabelece, há uma facilidade maior nos exercícios domiciliares.



Na UFFS também há a possibilidade de isenção no Restaurante Universitário (RU) para crianças de até 5 anos, auxílio-creche direcionado ao estudante responsável legal de crianças com idade inferior a 6 anos, dentre outros auxílios oferecidos àqueles que se encaixam em determinada vulnerabilidade socioeconômica, como o auxílio-transporte e alimentação. Estes têm como objetivo fortalecer as condições de frequência e permanência na graduação.

Para além dessa organização da instituição, o campus Erechim disponibiliza uma sala de acolhimento materno-infantil desde 2019, que dispõe de um espaço com brinquedos, computador, micro-ondas, TV, cadeira de amamentação, dentre outros equipamentos para o bem-estar e conforto das mães ou responsáveis por crianças quando estes tiverem a necessidade de estarem com seus filhos no campus. A viabilização da sala, que se originou de projetos, hoje passa por adequações, como a inserção de monitores e acompanhamento da gestão da universidade.

Tendo em vista as dificuldades que as mães enfrentam na graduação por conta da maternidade e a grande demanda de mães nos cursos de graduação, é possível identificar como o suporte da universidade é indispensável para o futuro destas mulheres. Quando estas se sentem acolhidas de alguma forma, a caminhada acadêmica se torna mais viável, ainda que de forma sutil; durante este processo, podemos perceber como pequenos atos podem influenciar toda a jornada.

Sendo assim, na Universidade Federal da Fronteira Sul, no campus de Erechim, é possível perceber como a luta das mães estudantes pode, com pensamentos e ações, mudar as percepções da mulher-mãe no ambiente acadêmico, bem como trazer um olhar mais humano e acolhedor, principalmente com a implementação de políticas que beneficiam as mães, como uma sala destinada para as mães e as crianças, cadeirinhas de alimentação no restaurante universitário, monitores/as para a sala de acolhimento, entre outros.



Esses pequenos atos transpassam e reafirmam que as mães e suas crianças também são pertencentes ao espaço acadêmico.

OS TRABALHOS DE PESQUISA DA UFFS E A MATERNIDADE

Para esta seção, optamos pela busca sobre a temática "maternidade" no repositório digital da UFFS, que armazena toda a produção científica da universidade em formato digital. A procura a partir do assunto "maternidade" resultou em 32 trabalhos, a partir dos quais selecionaram-se quatro de autoria de Paula Salete Casado Zago (2021), Bruna Weirich (2019), Deborah Gonçalves de Souza Pinto (2022) e Corrêa (2021), os quais apresentaram aspectos sobre a maternidade e os impactos na vida das estudantes.

O trabalho intitulado *Gravidez na graduação: um estudo crítico e necessário com estudantes do curso de licenciatura em pedagogia da UFFS - Campus Erechim* foi apresentado como trabalho final da graduação do curso de Pedagogia de Paula Salete Casado Zago (2021). A autora aborda um relato de experiência sobre a maternidade na perspectiva do curso de graduação em Pedagogia da UFFS Erechim, em que inúmeras mulheres passaram pelo processo da maternidade durante a graduação. Também apresenta reflexões sobre a permanência dessas mães na graduação e as políticas para tal situação.

Zago (2021) aborda que os desafios e as dificuldades são inúmeras, e que muitas ações ainda são almejadas pelas mães participantes da pesquisa, como creche (espaço de conforto e acolhimento para essas crianças que necessitam ir com suas mães ao espaço universitário), espaços para amamentação e acolhimento, assistência psicológica e financeira, fraldários, espaços recreativos, entre outros.



O trabalho intitulado *Para além da romantização da maternidade: repercussões do ser mãe para o ser mulher,* apresentado como trabalho final da graduação do curso de Enfermagem de Bruna Weirich (2019), relata sobre as modificações corporais na gestação e no puerpério, destacando que as mudanças no corpo da mulher são um processo extremamente complexo, portanto, esta necessita de uma atenção multidisciplinar. Ao buscar reforçar a atenção às mulheres, a pesquisa se deu na Unidade Básica de Saúde (UBS) Norte, sinalizada pela Secretaria Municipal de Saúde de Chapecó (SESAU). A dinâmica ocorreu com entrevistas a 10 mulheres, para representar as três fases da gestação. O resultado do estudo apresentou reflexões sobre a pressão que essas mulheres enfrentam ao se posicionarem contra estereótipos da sociedade ao serem mães.

O trabalho intitulado *Maternidade e carreira: da gestação à volta ao trabalho*, apresentado como trabalho final da graduação do curso de Administração de Deborah Gonçalves de Souza Pinto (2022), traz a importância do retorno das mães ao trabalho perante os desafios que esse regresso impõe. A autora revelou, por meio de entrevista com mulheres que retornaram ao trabalho após a maternidade, que a forma de acolhimento que as empresas apresentam às mães é uma grande demanda, de forma que se fazem necessárias políticas públicas que acolham as mulheres mães.

O trabalho intitulado *As escolas de Educação Infantil nas Universidades Federais da Região Sul do Brasil: desafios e possibilidades*, apresentado como trabalho final de graduação do curso de Pedagogia de Pamela Marmentini Corrêa (2021), não abrange diretamente a temática da maternidade, porém em sua motivação da pesquisa ela aborda a maternidade durante a graduação, os desafios e sua experiência. Além disso, os avanços na UFFS foram considerados para que ela terminasse sua graduação e tivesse melhor desempenho na pesquisa. O trabalho detalha muito da sua construção acadêmica diante das políticas de acolhimento que a universidade proporcionou.



Apesar das garantias legais de permanência estudantil para mães em situação de maternidade, muitas discentes ainda enfrentam obstáculos institucionais para o pleno exercício desses direitos. Em diversos momentos, são obrigadas a apresentar repetidamente suas demandas e realizar solicitações formais para que seus direitos, assegurados por lei, sejam reconhecidos e efetivados, incluindo o de permanecer nos espaços acadêmicos acompanhadas de seus filhos.

Assim, todos os trabalhos acima destacados são relevantes e têm importância ao apresentar a realidade das mães vinculadas ao ensino superior no âmbito da UFFS e seu retorno às atividades após a gestação. Entretanto, apesar do avanço significativo, ainda há muitas demandas, principalmente na pesquisa e no levantamento de dados e informações sobre o ingresso e a permanência das mães no Ensino Superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões apresentadas ao longo do presente texto, buscamos descrever o que as mulheres mães da UFFS abordam acerca da temática da maternidade. Apontamos ainda a carência de trabalhos desenvolvidos na UFFS, uma vez que, dos 32 trabalhos identificados com a temática "maternidade", somente um abrange uma experiência significativa acerca da maternidade durante a graduação; outros dois abordam a maternidade e suas dificuldades; e um traz em sua motivação de pesquisa a maternidade como um dos impulsionamentos de buscar mecanismos de suporte às mães universitárias.

Além de avançar em publicações e trabalhos sobre a temática, percebe-se uma demanda de avanço em políticas públicas, legislações e regulamentações que garantam os direitos e a permanência das mães estudantes, com ações concretas para que elas fiquem na universidade, no Ensino Superior e também na pós-graduação.



Afirmamos então a necessidade de, sim, avançarmos em estudos e ações afirmativas, pois debater sobre gênero, emancipação da mulher e avanço nos direitos, superando desigualdades, é trazer também os dados e as experiências nas nossas pesquisas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art09. Acesso em: 16 jan. 2024.

BRASIL. **Aleitamento materno**. Brasília, DF: UNICEF, 2020. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/aleitamento-materno. Acesso em: 16 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975**. Atribui ao estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1975. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6202.htm. Acesso em: 16 jan. 2024.

CORRÊA, Pamela Marmentini. **As escolas de Educação Infantil nas Universidades Federais Da Região Sul Do Brasil**: desafios e possibilidades. 2021. 98 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) — Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2021. Disponível em: https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/4328. Acesso em: 16 jan. 2024.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

PINTO, Deborah Gonçalves de Souza. **Maternidade e carreira**: da gestação à volta ao trabalho 2022. 89 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) — Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2022. Disponível em: https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/5878. Acesso em: 16 jan. 2024.

PNAD Educação 2019: mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. **Agência IBGE**, 2020. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio. Acesso em: 16 jan. 2024.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, v. 16, n. 39, 2006. Disponível em: https://doi.org/10.9771/ccrh.v16i39.18743. Acesso em: 16 jan. 2024.

UFFS. **Resolução nº 4/2014 – CONSUNI/CGRAD**. Chapecó, 2014. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgrad/2014-0004. Acesso em: 16 jan. 2024.

UFFS. **Resolução nº 40 CONSUNI/CGRAD/UFFS/2022**. Chapecó, 2022. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgae/2022-040. Acesso em: 16 jan. 2024.

URPIA, Maria Ana; SAMPAIO, Sônia Maria. Mães e universitárias: transitando para a vida adulta. *In*: SAMPAIO, Sônia Maria Rocha. (org.). **Observatório da vida estudantil**: primeiros estudos. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 145-168. Disponível em: https://books.scielo.org/id/n656x/pdf/sampaio-9788523212117-09.pdf. Acesso em: 16 jan. 2024.

WEIRICH, Bruna. **Para além da romantização da maternidade**: repercussões do ser mãe para o ser mulher. 2019. 89 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem) — Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2019. Disponível em: https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/4810. Acesso em: 16 jan. 2024.

ZAGO, Paula Salete Casado. **Gravidez na graduação**: um estudo crítico e necessário com estudantes do curso de licenciatura em pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim. 2021. 121 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) — Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2021. Disponível em: https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/4419. Acesso em: 16 jan. 2024.





Parte V

Silvana Barbosa Macêdo
Juliana Crispe

ENCONTROS COM 9 ÁRVORES AMAZÔNICAS:
ANTICOLONIALISMO, ARTE CONTEMPORÂNEA E SABERES TRADICIONAIS AMAZÔNICOS

ENCOUNTERS WITH 9 AMAZONIAN TREES: ANTICOLONIALISM, CONTEMPORARY ART AND TRADITIONAL AMAZONIAN KNOWLEDGE

ENCUENTROS CON 9 ÁRBOLES AMAZÓNICOS: ANTICOLONIALISMO, ARTE CONTEMPORÁNEO Y SABERES TRADICIONALES AMAZÓNICOS

SUMÁRIO



RESUMO:

Este ensaio visual tem como objetivo refletir sobre a crise ambiental atual e sua relação com a mentalidade racionalista da sociedade moderna patriarcal capitalista por meio do projeto artístico *9 Encontros* da artista Silvana Macêdo. Para a fundamentação conceitual e teórica das obras, a metodologia utilizada baseia-se em abordagens epistemológicas feministas e ecologia decoloniais que potencializam a interpretação reflexiva dos trabalhos apresentados.

Palavras-chave: Arte contemporânea. Anticolonialismo. Saberes tradicionais. Floresta Amazônica.

ABSTRACT:

This visual essay aims to reflect on the current environmental crisis and its relationship with the rationalist mentality of modern patriarchal capitalist society through the artistic project 9 Encounters by artist Silvana Macêdo. For the conceptual and theoretical foundation of the works, the methodology used is based on decolonial ecology and feminist epistemological approaches that enhance the reflective interpretation of the works presented.

Keywords: *Contemporary art. Anti-colonialism. Traditional knowledge. Amazon rainforest.*

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-480-3.32

RESUMEN:

Este ensayo visual tiene como objetivo reflexionar sobre la actual crisis ambiental y su relación con la mentalidad racionalista de la sociedad capitalista patriarcal moderna a través del proyecto artístico 9 Encontros de la artista Silvana Macêdo. Para la fundamentación conceptual y teórica de los trabajos, la metodología utilizada se sustenta en enfoques epistemológicos feministas y ecologia descoloniales que potencian la interpretación reflexiva de los trabajos presentados.

Palabras clave: *Arte contemporâneo. Anticolonialismo. Conocimientos tradicionales. Selva amazónica.*

SUMÁRIO



9 ENCONTROS

> "Fomos, durante muito tempo, embalados com a história de que somos a humanidade. Enquanto isso – enquanto seu lobo não vem –, fomos nos alienando desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza."
>
> Ailton Krenak

A exposição *9 encontros*[129], de Silvana Macêdo, com curadoria de Juliana Crispe, propõe pensar a ecologia decolonial, alinhada à perspectiva anunciada por Ailton Krenak (2020), que concebe a humanidade como parte indissociável do cosmos e não como seres repartidos ou distantes da natureza. Ao mergulhar na Floresta Amazônica para realizar a pesquisa de pós-doutorado (2023–2024) intitulada *Reflorestar a Si*, a artista desenvolve uma série de trabalhos

129 Realizada na Fundação Cultural BADESC de maio a junho de 2024; e no Centro de Artes Visuais Galeria do Largo, Manaus-AM, de agosto a dezembro de 2024.



artísticos a partir de encontros com nove *árvores amazônicas*: breuzinho (*Protium heptaphyllum*), samaúma (*Ceiba pentandra*), apuí (*Ficus insipida*), castanheira (*Bertholletia excelsa*), pau d'arco (*Handroanthus impetiginosus*), imburana-de-cheiro (*Amburana cearensis*), mulateiro (*Calycophyllum spruceanum*), massaranduba (*Manilkara bidentata*) e carapanaúba (*Aspidosperma nitidum*).

Em sua jornada até encontrar cada uma destas espécies, Silvana buscou como fonte de pesquisa o conhecimento das comunidades ribeirinhas e seus saberes ancestrais a respeito das plantas. Iniciou um movimento de aprender a medicina da floresta com uma miríade de pessoas que cruzaram seu caminho, desde a equipe de botânicos do PDBFF-INPA[130], quanto mateiros, curandeiros e indígenas conhecedores de tradições originárias. Assim, a artista busca dar forma e sentido à sua experiência, que, nesta exposição, se desdobra em pinturas, fotografias, instalação e audiovisuais. Entre as obras realizadas, estão a instalação fotográfica *Encontro com Breu* e a performance *Defumação,* que fizeram parte da IV Exposição Internacional de Arte e Gênero, uma das ações do Seminário Internacional Fazendo Gênero 13 – Contra o Fim do Mundo.

Não há como pensar em futuros emancipatórios sem reconhecer a importância para nossa sobrevivência de uma das maiores bênçãos do planeta, a Floresta Amazônica. Não há como pensar em futuros sem considerar conexões e interdependências entre diferentes seres e sistemas, humanos e não humanos, sem reconhecer a importância, a diversidade e a magnitude desse corpo-território-floresta. Honrar a ancestralidade é também compreender, acolher e mover ações que colocam a experiência da vida como parte de um todo – plantas, humanos, animais, terra, oceanos. Por isso, urge nos posicionar em relação ao capitalismo e à supremacia patriarcal branca, colocada historicamente como o centro do mundo, e que

130 Projeto Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais (PDBFF), do Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas.



aqui se instalou desde a colonização europeia. Os colonialismos continuam sendo um lugar de opressão racial, de gênero, de diversidade e de ataques ao meio ambiente. Malcom Ferdinand argumenta que:

> A ecologia decolonial é uma crítica renovada das colonizações históricas e contemporâneas, bem como de seus legados, crítica que leva a sério as questões ecológicas do mundo. Em primeiríssimo lugar, trata-se de reconhecer que a relação colonial não se reduz a uma relação entre grupos de humanos. Ela compreende também relações específicas como não humanos, paisagens e terras por meio do *habitar colonial da Terra*. Isso significa que a emancipação da dominação colonial não pode ser pensada unicamente como uma mudança da relação de humanos com humanos, ela implica também uma transformação da relação colonial com as paisagens e com os não humanos, inclusive em suas formas escravagistas. A ecologia decolonial é, portanto, um prolongamento ecológico das críticas existentes da fratura colonial (Malcom Ferdinand, 2022, p. 198).

Um habitar ecológico decolonial propõe indagar os sistemas, compor o mundo com o outro, indo além da ideia de aprender a viver junto, mas ser em conjunto. Apontar as violências dos desmatamentos ao mesmo tempo em que se reconhece como parte da floresta, em sua exuberância, beleza e esplendor, inclui também fazer ecoar muitos dos gritos promovidos por artivismos em que a arte se torna lugar de contemplação e luta. Isso é o que Silvana Macêdo nos instiga a pensar em *9 encontros*.

SUMÁRIO

9 ENCONTROS

Figura 1 - *Encontro com Breu*, 2023–2024, Silvana Macêdo, 113 x 170 cm, fotografia digital



Fonte: Acervo da artista.

#PraTodoMundoVer: a artista, vestindo um manto de cor bege, toca a casca da árvore breu, em meio a uma paisagem florestal, na Reserva Florestal Adolpho Ducke, Amazonas, 2023.

Figura 2 - *Encontro com Apuí*, 2023–2024, Silvana Macêdo, 113 x 170 cm, fotografia digital



Fonte: Acervo da artista.

#PraTodoMundoVer: a artista, vestindo um manto de cor bege, toca a casca da árvore apuí, em meio a uma paisagem florestal, em São João da Baliza, Roraima, 2023.

Figura 3 - *Encontro com Samaúma*, 2023–2024, Silvana Macêdo, 113 x 170 cm, fotografia digital



Fonte: Acervo da artista.

#PraTodoMundoVer: a artista, vestindo um manto de cor bege, se ajoelha diante da árvore samaúma, em meio a uma paisagem florestal, em São João da Baliza, Roraima, 2023.

Figura 4 - *Encontro com Castanheira*, 2023–2024, Silvana Macêdo, 113 x 170 cm, fotografia digital



Fonte: Acervo da artista.

#PraTodoMundoVer: a artista, vestindo um manto de cor bege, toca a casca da árvore castanheira, em meio a uma paisagem florestal, em São João da Baliza, Roraima, 2023.

Figura 5 - *Encontro com Mulateiro*, 2023–2024, Silvana Macêdo, 113 x 170 cm, fotografia digital



Fonte: Acervo da artista.

#PraTodoMundoVer: a artista, vestindo um manto de cor bege, toca a casca da árvore mulateiro, em meio a uma paisagem florestal, em São João da Baliza, Roraima, 2023.

Figura 6 - *Encontro com Pau D´Arco*, 2023–2024, Silvana Macêdo, 113 x 170 cm, fotografia digital



Fonte: Acervo da artista.

#PraTodoMundoVer: a artista, vestindo um manto de cor bege, agachada, toca a casca da árvore pau d'arco, em meio a uma paisagem florestal, em São João da Baliza, Roraima, 2023.

SUMÁRIO

Figura 7 - *Encontro com Carapanaúba*, 2023–2024,
Silvana Macêdo, 113 x 170 cm, fotografia digital



Fonte: Acervo da artista.

#PraTodoMundoVer: a artista, vestindo um manto de cor bege, toca a casca da árvore carapanaúba, em meio a uma paisagem florestal, na Reserva Florestal Adolpho Ducke, Amazonas, 2023.

Figura 8 - *Encontro com Imburana de Cheiro*, 2023–2024,
Silvana Macêdo, 113 x 170 cm, fotografia digital



Fonte: Acervo da artista.

#PraTodoMundoVer: a artista, vestindo um manto de cor bege, toca a casca da árvore imburana-de-cheiro, em meio a uma paisagem florestal, em São João da Baliza, Roraima, 2023.

SUMÁRIO

Figura 9 - *Encontro com Massaranduba*, 2023–2024, Silvana Macêdo, 113 x 170 cm, fotografia digital



Fonte: Acervo da artista.

#PraTodoMundoVer: a artista, vestindo um manto de cor bege, toca a casca da árvore massaranduba, em meio a uma paisagem florestal, na Reserva Florestal Adolpho Ducke, Amazonas, 2023.

DEFUMAÇÃO COM BREU

Figura 10 - Defumação, 2024, Galeria Jandira Lorenz, Silvana Macêdo



Fonte: Acervo da artista.

#PraTodoMundoVer: a artista, vestindo um manto de cor bege, defuma o espaço da Galeria Jandira Lorenz com um incensário contendo a resina do breuzinho, de onde sai uma fumaça branca, na presença do público, iniciando em frente à fotografia da árvore do breu branco na Floresta Amazônica.



Defumação consiste em incensar com breu recintos artísticos, um gesto para decolonizar museus e espaços artísticos, com essa planta medicinal. Para defumar o espaço da galeria, a artista Silvana Macêdo se vestiu com um manto, uma capa de tecido de algodão tingida com corantes naturais vegetais, feita especialmente para ritualizar o encontro com as árvores e também para essa ação de purificação de ambientes institucionais. O manto foi estampado com impressões botânicas das folhas de cada uma das nove árvores coletadas nos trabalhos de campo, além disso, foi bordado à mão. Vestida com o manto, a artista começa a defumar todo o espaço interno com uso da resina da árvore amazônica breuzinho, em um defumador de metal do tipo turíbulo. Esta resina é usada em rituais espirituais por ribeirinhos amazônicos, como aromatizador de ambientes, repelente, para tratamento de problemas respiratórios, estimulante cerebral, entre outras propriedades terapêuticas.

Em *Performance do tempo espiralar – poéticas do corpo-tela*, Leda Maria Martins (2021) propõe pensar outras formas e alternativas de conhecimento que rompam com os sistemas do mundo capitalista.

> O antirracismo, os feminismos, o anticolonialismo, e reconfigurações imprevistas de classes em guerra, momentos da teoria crítica em movimento e outras formas de negação pautam nosso encontro (Azevedo, 2021 *apud* Leda Maria Martins, 2021, p. 254).

Para Leda, o corpo produz pensamento e torna-se um agente possível para reinventar e redefinir instrumentos teóricos na perspectiva anticolonial. Esse corpo-tela, seria, para a autora, um corpo-imagem que elabora pensamentos singulares, retomando saberes e valores do antepassado atualizado nesse tempo espiralar, algo que se percebe na performance *Defumação*.

SUMÁRIO



NOTAS FINAIS

Este projeto foi realizado em meio à grave crise ambiental que enfrentamos e que parece se aprofundar e acelerar a cada ano. Como artistas, mulheres brancas, mães, pesquisadoras e professoras, nos questionamos o que fazer diante desse cenário tão devastador no qual vivemos e do futuro que (alguns de nós) tememos. Sentimos uma urgência em *desaprender* os fundamentos da cultura colonizadora eurocêntrica que está na raiz deste grave problema e, da qual, nós autoras, fazemos parte. O encontro com essas plantas foi uma estratégia, como artista visual e curadora, na direção de uma possível superação da mentalidade racionalista que está na base da nossa formação pessoal, acadêmica e artística.

O trabalho se fundamenta em premissas dos feminismos decoloniais e comunitários, bem como da ecologia decolonial, com foco nas reflexões sobre a relação entre corpo, terra e território. Mesmo consciente da nossa pertença racial como mulheres brancas, nos voltamos para o estudo dos feminismos decoloniais, pois eles abarcam ideias dos feminismos subalternos, contra-hegemônicos, que denunciam o racismo de gênero e a forma como a geopolítica do conhecimento silencia as vozes das pessoas não brancas dos países do Sul global.

Ao colocar as artes visuais em diálogo com os saberes de comunidades tradicionais e com a botânica, procurou-se criar uma rede de manifestações e elaborações envolvendo questões feministas, ecológicas, políticas e estéticas, urgentes no momento atual da Floresta Amazônica, buscando contribuir com debates fundamentais para o campo da ecologia decolonial, dos ecofeminismos e da arte contemporânea.



AGRADECIMENTOS

A exposição *9 Encontros* reuniu trabalhos desenvolvidos durante uma pesquisa de pós-doutorado que recebeu apoio do Prof. Dr. Alberto Vicentini e sua equipe durante o trabalho de campo em reservas florestais do INPA, no âmbito do Projeto Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais (PDBFF), do Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas. Agradeço também à Profa. Dra. Maria Evany Nascimento, aos Prof. Dr. Allison Leão e ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Artes, da Universidade do Estado do Amazonas (PPGLA/UEA) pelo apoio institucional ao desenvolvimento desta pesquisa, bem como à Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). O fundamental trabalho dos mateiros merece um destaque especial, a eles direciono profundos e sinceros agradecimentos, ao Sr. José Raimundo Ferreira Nunes, mais conhecido como Zelão, e ao Sr. João Leite Ramos. Graças a suas presenças, conhecimentos e experiência guiando a artista nas florestas misteriosas, é que os encontros com essas árvores foram possíveis.

REFERÊNCIAS

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial**: pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

KRENAK, Ailton. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MARTINS, Leda Maria. **Performance do tempo espiralar**: poéticas do corpo-tela. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

Karina A Bidaseca

"MANTENDO O CÉU NO FUTURO DO FIM DO MUNDO."

DOR E MEMÓRIA DO TRAUMA COLONIAL NOS ECO-ARTIVISMOS INDÍGENAS E FEMINISTAS

"HOLDING THE SKY IN THE FUTURE OF THE END OF THE WORLD." PAIN, MEMORY OF COLONIAL TRAUMA IN THE FEMINIST AND INDIGENOUS ECO-ARTIVISMS

"SOSTENER EL CIELO EN EL FUTURO DEL FIN DEL MUNDO". DOLOR Y MEMORIA DEL TRAUMA COLONIAL EN LOS ECO-ARTIVISMOS INDÍGENAS FEMINISTAS

RESUMO:

Onde está essa dor e a memória do trauma colonial no território hoje ocupado pela Universidade Federal de Santa Catarina Kaingang, Xokleng e Guaraní? Apresentamos a corpografia necropolítica planetária marcada pela dor do trauma colonial dos povos lançados nas zonas sacrificiais do capital, do projeto curatorial multissensorial "Segurando o céu. O futuro do fim do mundo." Inspirado no conhecimento da visão de mundo dos povos indígenas dos territórios sul-americanos: Yanomami, Krenak, Kaiowá Guaraní (Brasil); Mbyá Guaraní (Argentina) e Pikunmapu/Qullasuyu (Argentina/Chile), esta experiência sonora e visual imersiva evoca a categoria krenakiana de "futuro ancestral" (2022) a partir da sua própria: "futuro do fim do mundo" (Bidaseca, 2023) ou pensamento da selva (gema), transmitido aos xamãs através de sonhos (Limulja, 2022), como outros modos de fazem política na sua luta para proteger e preservar a interconexão de todos os seres no cosmos.

Palavras-chave: Trauma colonial-ecoartivismos indígenas-feminismo descolonial-proyecto curatorial-ecocidio

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-480-3.33

SUMÁRIO





ABSTRACT:

Where is this pain and the memory of colonial trauma in the territory occupied today by the Federal University of Santa Catarina Kaingang, Xokleng and Guaraní? We present the planetary necropolitical corpography marked by the pain of the colonial trauma of the people thrown into the sacrificial zones of capital, of the multisensory curatorial project "Holding the sky. The future of the end of the world." Inspired by the knowledge of the worldview of the indigenous peoples of South American territories: Yanomami, Krenak, Kaiowá Guaraní (Brazil); Mbyá Guaraní (Argentina) and Pikunmapu/Qullasuyu (Argentina/Chile), this immersive sound and visual experience evokes the Krenakian category of "ancestral future" (2022) from its own: "future of the end of the world" (Bidaseca, 2023) or jungle thought (gem), transmitted to shamans through dreams (Limulja, 2022), as other modes of make politics in their fight to protect and preserve the interconnection of all beings in the cosmos.

***Keywords**: Colonial Trauma- indigenous ecoartivism- decolonial feminism- curatorial Project- ecocide*

RESUMEN:

¿Dónde está este dolor y la memoria del trauma colonial en el territorio que ocupa hoy la Universidad Federal de Santa Catarina Kaingang, Xokleng y Guaraní? Presentamos la corpograrafía necropolítica planetaria marcada por el dolor del trauma colonial de los pueblos arrojadas a las zonas de sacrificio del capital, del proyecto curatorial multisensorial "Sostener el cielo. El futuro del fin del mundo". Inspirada en los saberes de la cosmovisión de los pueblos indígenas de territorios sudamericanos: Yanomami, Krenak, Kaiowá Guaraní (Brasil); Mbyá Guaraní (Argentina) y Pikunmapu/Qullasuyu (Argentina/Chile), esta experiencia inmersiva sonora y visual evoca la categoría krenakiana de "futuro ancestral" (2022) desde otras propias: "futuro del fin del mundo" (Bidaseca, 2023) o pensamiento selva(gem), transmitido a los chamanes a través de sueños (Limulja, 2022), como modos-otros de hacer política en su lucha por proteger y preservar la interconexión de todos los seres del cosmos.

***Palabras clave**: Trauma colonial-ecoartivismos indigenas-feminismo descolonial-proyecto curatorial-ecocidio*



"SOSTENER EL CIELO EN EL FUTURO DEL FIN DEL MUNDO". DOLOR Y MEMORIA DEL TRAUMA COLONIAL EN LOS ECO-ARTIVISMOS INDÍGENAS Y FEMINISTAS[131]

"Ninguém escapará a queda do ceú»

[Nadie escapará a la caída del cielo]

Davi Kopenawa y Bruce Albert

I. SOSTENER EL CIELO

Después de la muerte del último chamán, nadie quedará para sostener el cielo y éste caerá de nuevo sobre la tierra. Como ocurrió al principio de los tiempos. Según la cosmología Yanomami, estamos viviendo una tercera edición del mundo. La primera se extinguió porque un tabú interno a su tradición fue quebrado, y en ese mundo primordial, el cielo se cayó y rajó la tierra. La sustentación de los sostenes del cielo es un trabajo al que los chamanes le dedican todo su tiempo, a través de sus *xapiri pë* (espíritus protectores) y rituales (Ailton Krenak, 2022.)

131 Mi conferencia fue presentada en la Mesa Redonda "Anticolonialismo e justiça climática" en el 13º Fazendo Gênero, en la Universidad Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil el 30 de julio de 2024. Participantes: Karina Bidaseca; Kuña Aranduha - Jaqueline Gonçalves; Clerilei Aparecida Bier. Coordenação: Janyne Sattler. Debatedor/a/e: Alessandra Fonseca. Agradezco a las profesoras y organizadoras del encuentro por la invitación. A mis colegas, en especial, a Jaque Aranduhá Kaiowá. Lideranza indígena. Kunangue Aty Guasu- Grande Assembleia Das Mulheres Kaiowá e Guarani (Brasil), por sus palabras que fundan mundos nuevos.



El proyecto curatorial multisensorial "Sostener el cielo. El futuro del fin del mundo" [132] se inspira en los saberes de la cosmovisión de los pueblos indígenas localizados en territorios: Yanomami, Krenak, Kaiowá Guaraní (Brasil); Mbyá Guaraní (Argentin) y territorio *Pikunmapu*[133]*/Qullasuyu*[134] (Argentina/Chile). Se trata de una experiencia inmersiva sonora y visual que involucra al espectador en un lapso de tiempo-espacio determinado, evocando la percepción de la categoría krenakiana de "futuro ancestral" (2022) desde otras propias como la del "futuro del fin del mundo" (Bidaseca, 2023) y justicia multiespecie[135]. Síntesis de una corpograrafía necropolítica planetaria marcada por el dolor del desplazamiento de los pueblos oprimidos del sur, como consecuencia del colonialismo/capitalismo extractivista/racismo ambiental/patriarcado.

Este dolor se hace presente en la memoria de la masacre de Haximu en 1993, voz que da testimonio al cuerpo/territorio de

132 El proyecto curatorial, en colaboración con el doctorando en antropología (UNSAM) y becario CAPES (UFRJ), el músico y compositor Matías I. Lustman, quien conecta la espiritualidad de paisajes sonoros de los pueblos indígenas Mbya Guaraní con las nuevas tecnologías, y la becaria doctoral Rocío Sosa (CONICET), es parte de la Plataforma *Poéticas del Mar/Voces del Sur & Diálogos Transatlánticos. Plataforma Mundial para Descolonizar las Artes & Cosmopolíticas/Sea Poetics/Southern Voices & Transatlantic Dialogues. World Platform for Descolonializing Arts & Cosmopolitics* (SudArt). Agradezco profundamente a Ailton Krenak por su conversa en nuestro libro "El tiempo de la naturaleza cura. Coraçao. Palavras de um xama Krenak" (El Mismo Mar, 2024). Esta investigación fue realizada en el marco del proyecto PIP CONICET "Tramas del artivismo: cartografías de resistencias frente al ecocidio" (02936) que dirijo en el Núcleo NuSur (EIDAES-UNSAM), y de las discusiones mantenidas en el Círculo de Lecturas "Davi Kopenawa y Ailton Krenak, el futuro del fin del mundo" en el Núcleo NuSur (Núcleo sur-sur de estudios poscoloniales, identidades afrodiaspóricas y feminismos en EIDAES/Universidad Nacional de San Martín) entre 2023 y 2024. Extiendo mi agradecimiento a mis estudiantes pasantes de Universidad Federal Rio de Janeiro y la PUC de Sao Paulo, Brasil, por esparcir las ideas-semillas en este tiempo hostil.

133 *Pikunmapu* es la denominación mapuche de las tierras que quedaban al norte de las que habitaban en el Meli Witran Mapu, que es el espacio mapuche como estructura horizontal.

134 El *Collasuyo* fue el mayor y más austral de los suyos del Imperio incaico o Tahuantinsuyo.

135 En una sala a oscuras compatible con diseño sonoro, les espectadores pueden experimentar la obra "La mirada del jaguar. Un abordaje sonoro" del músico Matías I. Lustman (2023). Las paredes tapizadas por textiles evita efectos de reverberación indeseables al tiempo que se proyectan imágenes de Mujeres Kaiowá Guaraní del Archivo de la Cátedra UNESCO Diversidade cultural, Gênero e Fronteiras (UFGD).



los Yanomami cuando los garimpeiros[136] intentaron aniquilarlo. En su valiosa obra *A queda do ceú. Palavras de un xamã Yanomami* (2015) Davi Kopenawa -junto a Bruce Albert, explican que al perforar y excavar la tierra en busca de oro, los garimpeiros producen un humo hirviente que no solo expande epidemias, sino que calienta el cielo: *Hutukara*. [137]

Nos pregunto *ahora y aquí*: ¿Dónde está este dolor y la memoria del trauma colonial en el territorio que ocupa hoy la Universidad Federal de Santa Catarina Kaingang, Xokleng, e Guaraní?

Convocamos, de este modo, al pensamiento selva(gem) para hurgar en las huellas que emergen en los muros de la universidad de la artista visual brasilera Daisy Aserena. Desde mi punto de vista, selva(gem) en diálogo con el antropólogo Eduardo Viveiros de Castro (2008)[138], "es el pensamiento de la selva, y no de los considerados por los europeos como "salvajes" (Bidaseca, 2023). Este pensamiento fue transmitido a los chamanes a través de sueños (Limulja, 2022), como modos-otros de hacer política frente al ecocidio, en su lucha por preservar los tropos naturaleza-selva-monte-glaciares, el equilibrio y la interconexión de todos los seres del cosmos.

Mi tesis parte de definir los "eco-artivismos" como la íntima interconexión de las luchas afroindígenas, feministas descoloniales, y por la Tierra en una "poética erótica de la relación" (2020), concepto inspirado por la obra de la afrofeminista Audre Lorde y del escritor martiniqués Édouard Glissant, de resonancia actual. Al crearlo lo

136 Palabra de origen portugués que alude a un buscador ilegal de piedras preciosas en *garimpos*, o explotaciones manuales o mecanizadas en sitios distantes.

137 "Este humo o fumaça que emerge desde las profundidades de la tierra es lo que esta nación conoce como *Xawara"* (Kopenawa, 2015, pp. 360-367).

138 "O pensamento selvagem não cabe rodo em O pensamento selvagem. Mais exatamente, o pensamento dos selvagens- o dos povos da selva amazônica- apresenta dimensões de domesticação próprias, relativamente àquele pensamento em estado selvagem que é o de todos nós (o nosso inclusive, quando não pensamos estar fazendo 'ciência' (Viveiros de Castro, 2002: 19).



imaginé como un sueño colectivo y una imaginación pública. Como una costura que puede ayudarnos a cerrar y cicatrizar la herida colonial" (Bidaseca, 2020: 5) El mismo actúa como una sinécdoque, entre el pasado y las futuridades, reclamando una historia narrativa y una memoria propia, en relación con la política espacial de las *cuerpas* y su performatividad, para producir una nueva imagen del pasado-presente-futuro contemporáneo. "La transparencia deja de aparecer como el fondo del espejo donde la humanidad occidental refleja el mundo según su imagen: en el fondo del espejo ahora hay opacidad, todo el limo depositado de los pueblos, limo fértil pero a decir verdad, también incierto", nos dice Glissant (2017).

Reconociendo que el pensamiento *selvagem* y archipielar (Bidaseca, 2022) son vitales para un feminismo de coalición anti--especista, anti-racista, anti-colonialista y anti-capitalista, ¿es posible trasladar estas relaciones a nuestro vínculo con las aguas, con la selva/monte, con los glaciares, con otras especies? ¿En qué contextos de ecocidio hoy lxs artistas y artivistas producen ecopoéticas que reexisten las zonas de sacrificio delimitadas por el capital?"[139]

A través del prisma de mi tesis que dicta: las violencias de los fundamentalismos se tatúan en la piel de las *cuerpas,* en esta conferencia tramo esta escritura hilando los conceptos de "herida colonial", "cicatrices coloniales" y "cuerpos-archivos-memoria" con las performances de las artistas y eco-artivistas: Ana Mendieta (Cuba) y Cecilia Vicuña (Chile).

139 Para una discusión más amplia, remito a la lectura de: "La revolución será feminista o no será. La piel del arte feminista descolonial" (2018) y "Antología feminista descolonial" (2022). Luego de publicar, "Descolonizar el tercer espacio entre Oriente y Occidente. Estéticas feministas situadas en el Sur" (Bidaseca, 2023), enfoqué las experiencias vividas, los contextos sociales y las historias corporizadas, acudiendo a las hibridaciones que existen en diversos eventos fronterizos para dar cuenta de las interconexiones que se despliegan en espacios aparentemente dispares, ocupados por la colonización. https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/171374/1/Descolonizar-el-tercer-espacio.pdf



Antes, voy a plantear las mutaciones del sistema-mundo moderno colonial que trae consigo el racismo ambiental, respecto de lo que dí en llamar "apartheidización del mundo" (Bidaseca, 2020) en el "futuro postcapitalista" (Bidaseca, 2024).

II. APARTHEIDIZACIÓN DEL MUNDO Y RACISMO AMBIENTAL: LA NUEVA MUTACIÓN DE LAS NECROFRONTERAS EN LAS ZONAS DE SACRIFICIO DEL CAPITAL

Mi investigación acerca de las *mutaciones de las formas de racismo colonial* y *ambiental* se encuentran en mi libro "La amnesia del imperio" (Bidaseca, 2018). Estas mutaciones comprendidas como formas materiales y simbólicas de lo que llamo la "apartheidización del mundo" (Bidaseca, 2018) son materializadas en los cuerpos-frontera-archivos-memoria separando la humanidad de la considerada infrahumanidad (*nudas vidas* de Agamben) en las zonas de sacrificio definidas por el capital. Finalmente, se confirma la tesis de la socióloga palestina Elise Aghazarian (2016): los encuentros coloniales están vivos ahora e implican armamentos avanzados y la privatización de la guerra. Así, observamos la expansión de formas de "apartheidización del mundo" (Bidaseca, 2018). Pero no es sólo ello.

Asistimos a la mutación de las *fronteras de las cuerpas y las cuerpas como fronteras, las que* se vuelven espacios privilegiados de observación en el mundo post Covid-19. Comprendemos la dimensión que estos procesos producen en las "nudas-vidas" de las poblaciones afectadas por el racismo ambiental en los sures. Una *corpografía necroplanetaria dolorosa de la vida y la muerte,* definida por una línea abisal, permite interpretar una estructura de huellas en tanto "borradura de la revelación" (Spivak, 2010: 303), en los trazos corporales en las artistas cuyo trabajo inspiró estos estudios: la cubana Ana Mendieta; la iraní, Shirin Nihat, las palestinas: Mona Haoutum, Noor Abed, Emily Jacir y la israelí Sigalit Landau, la sudafricana Zanele



Muholi, la colombiana Carolina Caycedo, la guatemalteca Regina José Galindo, las afobrasileñas Aline Motta, Rosana Paulino.[140]

Comprendemos la dimensión que sus *cicatrices coloniales* producen en las nudas-vidas de pueblos indígenas, mujeres y disidencias en los sures, por las violencias interseccionales del capitalismo, colonialismo, racismo, el racismo ambiental, el patriarcado y ecocidio que afecta a los cuerpos/territorios y saberes ancestrales, abriendo hacia otras relaciones de cuidado feminista multiespecies con el mundo vegetal y animal (Haraway en Bidaseca, 2023).

Para llevar adelante dicha corpografía, tomamos el concepto de rizoma de Deleuze y Guattari, complementado con el glissantiano de las "huellas" que abarcan las "Siluetas" de la artista cubana Ana Mendieta, en los trazos corporales de las artivistas cuyos trabajos fungieron como la materialidad del propio proceso investigativo.

PERFORMANCES: PRINCIPIOS DEL RIZOMA

Como investigadora integrante de la Red de feminismos descoloniales del sur, me dediqué a trabajar en una cartografía digital –cuan acto micropolitico- de las epistemes las violencias de mujeres indígenas por procesos ligados a ecocidio/extractivismo en la provincia de Misiones, comunidad Mbyá Guaraní Puente Quemado II; las epsitemes del odio contra colectivas urbanas LGTQIB+ en CABA, abordando los cuerpos-archivos-memorias de las artistas del sur. Dicha *cartografía planetaria bionecropolítica*, dolorosa de la muerte de la vida, es definida por una línea que separa la humanidad y la subhumanidad.

140 En ese repertorio incluí las prácticas narrativas y visuales de las artistas visuales: la chilena Lotty Rosenfeld (El enunciado artístico de Lotty "No +", apostó por una ciudadanía que lograse completar en muros, murales, telas, denuncias contra la violación de los derechos humanos, y es parte del repertorio de acciones callejeras de la sociedad chilena en 2018, y la argentina Graciela Sacco para la resistencia frente a discursos y prácticas autoritarias actuales. Véase "Bocanadas", Unversidad de Costa Rica, junio 2024 en Bidaseca *et al* (2024).



Se trata de experiencias narrativas autobiográficas que cuentan historias de potencialidades para la transformación personal y social de la cartografía íntima.

Tomado de la definición de Diana Taylor (2012), "las performances operan como actos vitales de transferencia, transmitiendo el saber social, la memoria y el sentido de identidad a través de acciones reiteradas (...) La performance pues, es una práctica y una epistemología, una forma de comprender el mundo y una lente metodológica". (p. 22)

La performatividad de género es un archivo político *vivo* donde operan formas culturales e históricas de poder y soberanía. Es en esta ruptura con el sujeto donde lxs poblaciones rizomáticas que *devienen en*... protagonizan acciones disidentes.

El propio archivo, así como la propia *cuerpa*, apuntan al devenir de una historia y un pasado que no es estático, "sino que encuentra en él la huella de un acontecimiento que contiene otras luchas" (Bidaseca, 2019, p. 239), y que también permiten dibujar corpografías de posibles prácticas de emancipación que están latentes, que aún no son visibles. Habitando los pliegues de los espacios rizomáticos.

La cartografía surge como uno de los principios destacados por Deleuze y Guattari (1995) para entender su teoría sobre los rizomas. Para los autores, el rizoma es una metáfora utilizada para describir una estructura no jerárquica, no lineal y sin un centro definido (central en la obra *Mil mesetas* (Deleuze; Guattari, 1995; 1996; 1997)). El rizoma es, por tanto, esa estructura no lineal y descentralizada de organización y percepción de la realidad, producida en relaciones disímiles entre sí y sin jerarquía, pero en "direcciones cambiantes" (Deleuze; Guattari, 1995) conectadas. No tiene principio ni fin, sino siempre un medio por el que crece y se desborda" (Deleuze; Guattari, 1995, p. 32). El rizoma es siempre un acontecimiento.



Desde la propuesta de la cartografía, de Deleuze y Guattari (1995), surge como modelo de acercamiento entre el sujeto y el objeto de investigación en tanto "camino errante", como forma de indagar en los procesos subjetivos y de subjetivación que afectan al autor, al objeto y al contexto, con el paso del tiempo y las interacciones humanas y tecnológicas/no humanas. Deleuze y Guattari (1995) presentan algunas características del rizoma, que son:

> "1º y 2º - Principios de conexión y heterogeneidad: cualquier punto de un rizoma puede estar conectado a cualquier otro y debe estarlo" (p. 14); "
>
> 3º - Principio de conexión y heterogeneidad: cualquier punto de un rizoma puede estar conectado a cualquier otro y debe estarlo" (p. 14); "
>
> 3º - Principio de multiplicidad: sólo cuando lo múltiple es efectivamente tratado como sustantivo, multiplicidad, deja de tener relación con lo uno como sujeto u objeto, como realidad natural o espiritual, como imagen y mundo" (p. 15); "
>
> 4º - Principio de ruptura a-significante: contra los cortes demasiado significativos que separan estructuras, o que atraviesan una estructura. Un rizoma puede romperse, romperse en cualquier lugar, y también puede reanudarse a lo largo de una u otra de sus líneas y a lo largo de otras líneas" (p. 17);
>
> "5º y 6º - Principio de cartografía y decalcomanía: un rizoma no puede justificarse por ningún modelo estructural o generativo. Es ajeno a cualquier idea de eje genético o estructura profunda". (p. 20)

El rizoma conecta lo plural, las cadenas semióticas, las relaciones de poder, campos específicos como las artes, las ciencias, los movimientos sociales, a través de los discursos presentes en las agencias colectivas. Así, la perspectiva rizomática busca "la máquina abstracta que opera la conexión de un lenguaje con los contenidos semánticos y pragmáticos de las enunciaciones, con las agencias



colectivas de enunciación, con toda una micropolítica del campo social". (Deleuze; Guattari, 1995, p.14). Un agenciamiento es precisamente este crecimiento de dimensiones en una multiplicidad que cambia necesariamente de naturaleza a medida que aumenta sus conexiones. En un rizoma no hay puntos ni posiciones como en una estructura, un árbol o una raíz. Sólo hay líneas (Deleuze; Guattari, 1995, p. 15-16). Es un movimiento de desterritorialización y territorialización.

El mapa contribuye a la conexión de los campos, al desbloqueo de los cuerpos sin órganos. Forma parte del rizoma. El mapa es abierto, puede conectarse en todas sus dimensiones, puede desmontarse, invertirse y modificarse constantemente. Se puede romper, invertir, adaptar a montajes de cualquier tipo, preparados por un individuo, un grupo o una formación social. Se puede dibujar en una pared, concebir como una obra de arte, construir como una acción política o como una meditación. Quizá una de las características más importantes del rizoma es que siempre tiene múltiples entradas (...)". (Deleuze; Guattari, 1995, p. 21).

III. CUERPAS-NECRO-GRAFÍAS PLANETARIAS/CUERPAS DE AGUA

"El llanto del hada" de la artista visual, escritora y cineasta vietnamita nacida en Hanoi, Trinh T. Minh-ha, expresa lo siguiente: "Convoqué a una joven poeta vietnamita que dice que la parte central de Vietnam es como un hada que está llorando en silencio, no se puede oír su llanto, pero ella está constantemente llorando. La poeta dice que ella querría tocar el cuerpo de Vietnam, pero que tiene mucho miedo de acariciar ese punto sensible (2017, p. 1).

La escritora vietnamita de nombre Kim Thúy, nacida en Saigón, en su reciente novela *Em* narra la tragedia de este pueblo azotado por el colonialismo, la ocupación de los colonos que explotaron las plantaciones de caucho y deforestaron los densos bosques de bambú para trasplantar aquellos árboles traídos de la Amazonía, con el consecuente envenenamiento de las aguas.



Ailton Krenak celebra a *Watu*, llamado Río Doce[141] por los colonizadores, que fue golpeado por el crimen de la minera Vale en noviembre de 2015, con la ruptura de una represa que causó decenas de muertos y destruyó con un lodo tóxico toda la cuenca de este hermoso río. Es el río de los recuerdos, el "abuelo-río" que canta y protege a los niños.

Las consecuencias nefastas de estas epistemes de las violencias contra cuerpos de mujeres indígenas y *cuerpas* de agua conectan nuestros territorios: en la provincia de Misiones, comunidad Mbyá Guaraní Puente Quemado II y llega a alterar la vida de los glaciares en el sur patagónico.

Dicha *corpografía necroplanetaria satelital* es definida por una línea que separa la humanidad y la infrahumanidad: los círculos concéntricos de pinos plantados por la corporación Arauco, rodean a la comunidad a una porción de territorio menor al borde de un arroyo contaminado por los agrotóxicos. Frente a ello la solo existencia del cuerpo comunitario es la experiencia narrativa biográfica de la supervivencia que se reexiste a ser "nuda vida" [142] (Agamben), al necropoder corporativo que delimita zonas de sacrificio que surgen del sacrificio humano y ambiental que ejercen las grandes empresas y los estados en estos territorios.

141 Las regiones costeras al norte y las áreas al sur de la desembocadura del río Doce en el estado de Minas Gerais, al sureste de Brasil, deben seguir siendo monitoreadas permanentemente para evaluar sus condiciones ambientales y biológicas tras el desastre ambiental ocurrido el 5 de noviembre de 2015 por el colapso de la represa de mineral de Fundão. La ruptura liberó 50 millones de metros cúbicos de relaves de mineral de hierro, desplazando a varias familias y afectando 41 ciudades y ríos, incluido el río Doce. La represa pertenece a la minera Samarco, controlada por las mineras Vale y BHP Billiton. https://www.scidev.net/america-latina/news/brasil-rio-doce-sigue-enviando-metales-al-oceano/ SciDevNet. 27/2/2023. Fecha de consulta: 22/7/2024.

142 Se entiende por *nuda vida*: "La de ser una vida a la que cualquiera puede dar muerte impunemente y, al mismo tiempo, la de no poder ser sacrificada de acuerdo con los rituales establecidos; es decir, la vida *uccidibile* e insacrificabile del homo sacer y de las figuras análogas a él". (Agamben, 1998:243).



Para la época clásica del *ius publicum Europaeum* aquel que no podía reconocerse como «hombre», era el indio americano. Según este autor, entre las fórmulas "hacer morir y dejar vivir" y "hacer vivir y dejar morir", con las que Foucault caracterizaba el paso de la soberanía territorial al biopoder moderno, haya que introducir una tercera que, a su modo de ver, define de manera más específica la biopolítica contemporánea: "hacer sobrevivir". Incluimos en esta noción a las poblaciones indígenas y afrodescendientes, de clases más bajas, afectadas por contaminación ambiental, como a lxs refugiadxs climáticos. Habiendo un vínculo intrínseco entre las plantaciones en las que rigió el sistema de esclavitud, como en Luisiana el desarrollo de "Reserve" conocida como ciudad del cáncer, 50 veces más que la media nacional. Asimismo, son las regiones ecuatoriales las que cuentan con zonas más cálidas, las que producen refugiadxs climáticos en masa: África Subsahariana o la región del Sahel que se enfrenta a la crisis hidrica más grave del mundo. "El Banco Mundial estima que en 2050 puede haber hasta 86 millones más de personas desplazadas debido al estrés climático (...) En sur y este de Asia se calcula en 89 millones. Centroamérica es una de las onas del mundo que se calentará más rapido, experimentará sequías más largas, temporadas de crecimiento decultivos más cortas y tormentas mayores y más destructivas". (Patterson, 2022: 166-167). Este autor prevee la migración de unas 30 millones de personas centroamericanas en dirección a Estados Unidos. La Amazonia, en un 17% deforestada para uso humano, muestra signos de iniciar un proceso de inflexión sin retorno: hacia la sabanización y de incendios que cada vez son más frecuentes.

"Los verdaderos guardianes de las selvas, y del planeta son los pueblos indígenas. Representan aproximadamente el 5% de la población global y ocupan no más del 28% de los territorios del planeta. Sin embargo, son responsables de preservar y conservar el 80% de la diversidad, que, junto con nosotros, vive en la Madre Tierra" (Sônia Guajajara, 2022: 176/177).



Elaboración propia Proyecto PIP CONICET "Tramas del artivismo: cartografías de resistencias frente al ecocidio" (Argentina, 2022-2025).

LOS GLACIARES SIENTEN (Y SANGRAN)

> *Mi trabajo habita en el todavía no, el futuro potencial de lo no formado, donde el sonido, el tejido y el lenguaje interactúan para crear nuevos significados.*
>
> Cecilia Vicuña, 2023.

I. AFECTACIÓN.

Estando en territorio *Pikunmapu/Qullasuyu*, la obra viva de la artista visual chilena Cecilia Vicuña (1948-) me con-*mueve*. Experimento, estando allí, en ese espacio-tiempo único, un flujo sanguíneo que fluye; un cambio perceptivo; una forma particular de conexión que me "afecta"[143] cuando recorro su grandiosa obra *Quipu*

143 Tomo el término de la antropóloga tunecina Jeanne Favret-Saada "Être afecté" (1990), quien al estudiar la red singular de comunicación humana que es la brujería en una zona rural francesa conocida como La Bocage durante su trabajo de campo, entre 1969 y 1972, habló del impacto que ocasiona una experiencia bajo la forma de *quantum* energético de tipo inconsciente, siendo aprehensible a través de su experimentación directa de la etnógrafa. Sin buscar la comprensión de lo que acontece sino, más próximo para mí, a lo que podría interpretarse como "dejarse llevar" por emociones cargadas con intensidad, sólo sucede cuando se corre riesgos..



menstrual. La sangre de los glaciares (2006/2023) de su exposición *Soñar el agua. Una retrospectiva del futuro (1948-),* en el Museo de Bellas Artes de Santiago.

"En mi libro *Read Thread, The Story of the Red Thread* (2016) publiqué una cita de una crónica colonial del siglo XVI que describía un ritual colectivo en el Cuzco con unas gigantescas bolas rojas de lana. Cuando leí esa crónica por primera vez, yo llevaba mucho tiempo trabajando con mis bolas rojas de lana, entonces la pregunta que surge es ¿qué clase de memoria existe en nosotros que no es racional ni lineal?", se pregunta en una entrevista[144].

Sus poemas en el espacio, suspendidos de sus hilos de fibra en rojos intensos exultantes; los *quipus* o nudos que observo, decodifican los sistemas simbólicos por los cuales sacrificamos nuestros cuerpos para la reproducción de la especie humana. Cifrados como coágulos de nuestra menstruación, la que perdemos cada mes, cuando de pronto, dolemos su ausencia. El duelo de *no* sangrar más, nos arroja a una etapa otra de la vida. La que, ahora mismo, me encuentro atravesando.

Ubicado en el centro del hall del museo, el monumental *Quipu menstrual* nos recibe generoso, con su enorme potencia. El rojo sangre que fluye como una fuente de memorias ancestrales, de territorios y cuerpos, me remite a mi primera menarca cuando concluye la edad de la inocencia. Me remite al sangrado de nuestros pueblos del sur.

Por alguna razón, las dimensiones espirituales e invisibles de la menstruación condensaron en ese instante, la transmutación *entre*[145] los glaciares que sangran cuando son afectados por el teñido

144 https://artishockrevista.com/2021/06/26/cecilia-vicuna-entrevista-2021/

145 Para una lectura más detallada del "entre", puedo remitir a mi libro "Descolonizar el tercer espacio entre Oriente y Occidente. Estéticas feministas situadas en el sur". Buenos Aires, CLACSO. 2022. Disponible en: https://www.clacso.org/descolonizar-el-tercer-espacio-entre-oriente-y-occidente/



de las algas. El acceso a la vida microscópica que sucede imperceptiblemenente. Mientras, el planeta se ve arrasado nuestra comunicación involuntaria e inconsciente pasa por dejarnos *afectar*.

Parada de frente, admirando absorta esta pieza escultórica, me autopercibo *envuelta en la sangre de los glaciares*. Pienso en el sentido de los *Quipus* como en las cuentas de la memoria de los **feminicidios; en un "escuchar un silencio antiguo esperando ser escuchado"**. Ausculto, imaginariamente, las voces y sus saberes que resistieron a su intento de borradura, reexistiendo en las *grietas* de nuestra historia chamánica. Esta es la narración constitutiva; la que me sostiene y la que me modifica. En su poema *K'ijllu*, palabra en quechua, escribe Cecilia Vicuña:

"Lleno la grieta con polvo rojo. Los restos de un pueblo enterrado con sus muertos con polvo ocre y rojo fueron descubiertos recientemente. La roca recuerda, la grieta K'ijllu".

II.

Por la sincronicidad de una escala de un vuelo que me detuvo en Santiago, me encuentro *ahora* en el Museo Nacional de Bellas Artes experimentando participar de un ritual al que me invita la artista que celebraba allí su retrospectiva. Mientras intento escribir la experiencia de ser afectada por la sangre glacial, me alcanza una nueva sincronicidad. Un texto llega a mis manos como obsequio de las imperfectas fordistas, de la antropóloga Luisa E. Belaunde me hace detener en el siguiente pasaje[146]:

146 En su narración onírica, la antropóloga se detiene en la narración onírica en que confunde la mancha de sangre de su menstruación, con la chicha de pifuayo (fruto de la palmera conocido en Colombia "chontaduro" y pupunha en Brasil de valor mitológica y espirtual). Véase: "Afectada por un "ritual de subordinación femenina": cuando la ropa también hace trabajo de campo". En *La afectación. Formas de estar entre mundxs.* Favret-Saada/Belaunde/Pazzarelli. Santa Fe, imperfectas fordistas, 2023.



"Es algo sabido en esa zona de la Amazonía que las mujeres menstruantes emanan un olor particularmente atractivo para los espíritus *wati* potencialmente dañinos del bosque, a menudo asociados a algunos aspectos de los muertos. (...) Cuando menstrúan, las mujeres deben permanecer sentadas en hojas de plátano (...) No deben acercarse al río ni al bosque porque el olor de su sangre atrae a los wati. Tampoco deben acercarse a los hombres, sus maridos, porque corren riesgo de enfermarse (...) especialmente a los hombres conocedores del chamanismo. (...) Cuando volvían de tarde, me decían: Estás haciendo sitsio, así la gente vive bien!" (p. 42).

La ciencia nos permitió conocer sobre la presencia de algas en los océanos, pero menos de los microorganismos que viven entre montañas y nieve en las grandes altitudes. Cuando caminamos, al igual que en un océano sobre los glaciares, las observaciones de microalgas que se encuentran en el agua habitan el *entre* espacio de los pequeños cristales de hielo.

La sangre glacial es un fenómeno reconocido por los científicos, aunque muy poco conocen sobre el impacto del el cambio climático en la biología de las algas.

La actividad simbólica de la textura, el color, la forma de abrazarme, me moviliza con una densidad magmática, que es indescriptible. Siento en todo mi cuerpo la fuerza ancestral contenida en la espesura de las fibras de lana cruda roja, cuan deshilachas del tiempo, cuan gritos desesperados del genocidio indígena perpetrado en el sur de *wallmapu,* cuando las machis imploraron a los dioses que el fin del mundo no llegue a consumarse.

"Ahora sé que soy mapuche, que mapuche significa ser humano de la tierra. Ahora sé que el idioma que nació de mi pueblo, allí, en el principio del mundo y desde el principio del mundo es el *mapudungun*, que significa el idioma de la Tierra.", escribe la poeta mapuche Liliana Ancalao Meli en su *Memoria de la Tierra sagrada.* 2019.



"EL TIEMPO DE LA NATURALEZA CURA", AILTON KRENAK. REFLEXIONES FINALES

"A los blancos les interesa la contabilidad del mundo. Y a los pueblos indígenas les interesa cuántos mundos pueden crear", expresa Ailton Krenak (2023) en "Partículas particulares"[147].

En una entrevista que me concedió el líder del pueblo Krenak en setiembre 2022[148], señala que la desorientación científica y tecnológica que Occidente está viviendo, es producto de esa división entre naturaleza y cultura. Que es necesario que ciencia y mito se encuentren de nuevo en este tiempo en que la destrucción no se detiene porque es parte del accionar acelerado del humano.

A lo largo del siglo XX, las ciencias sociales han puesto el foco en el sujeto, recreando una perspectiva antropocéntrica, capitalocénica y necrocapitalista que nos arrojó a esta extrañeza e intemperie con nuestra casa en común, el planeta, en la que la percepción del tiempo varió sustancialmente. Frente a la amenaza de una extinción masiva, el tiempo se agota y el futuro requiere ser reinventado. De igual modo, sucede con las disciplinas modernas occidentales.

Nos interesa destacar la *agencia* colocada ahora en los que, desde una epistemología otra, recreamos como una ontología relacional de los seres sintientes (la naturaleza), ex ante aquellos "objetos" que colocados fuera de sí, nos resultaron ajenos, extraños y pasibles de reificación. Y, en segundo lugar, sobre el tiempo que llamaré (pos)

147 Conversa na Rede" es una serie de Conversaciones Salvajes. Ailton Krenak, junto con Dantes Editora, creó "Selvagem", un ciclo de estudios sobre la vida.https://youtu.be/wp5NlnNE4BI?si=8rPxYJ9nqF6oDigY

148 Publicada en el libro "El tiempo de la naturaleza cura. O tempo da natureza cura. Coraçao. Palavras de um xama Krenak" de mi co-autoría, junto con Ailton Krenak, M. Lustman, Losandro Tedeschi Buenos Aires, Ed. El Mismo Mar, 2024. Colección Pensamiento selvagem.



colonial. Desde esta óptica, *los glaciares piensan*[149], y sangran como titula Cecilia Vicuña su obra.

"Los atacameños dicen que el agua nace del sonido. ¡Imagínate qué pensamiento más maravilloso! Y ese es un pensamiento en lo alto del Atacama, en las cordilleras de Atacama. Tú escuchas, lees eso, que es la vida misma la que tiene ese deseo... ese es el paso que hay que dar. Ese paso lo da el arte y la poesía, mucho antes que la teoría epistemológica, antropológica", escribe la artista https://artishockrevista.com/2021/06/26/cecilia-vicuna-entrevista-2021/

Nuestra posición en lo que sigue es que aún cargamos con las consecuencias de la mirada colonial del tiempo lineal. En la dirección de su libro "Time and the Other. How Anthropology Makes Its Object" (1983), J. Fabian profundizó en la negación de la coetaneidad del "objeto" (el nativo) del antropólogo, concluyendo que la copresencia no es idéntica a contemporaneidad.

Los pueblos indígenas conciben el tiempo de un modo-otro al que Occidente impuso con su violencia colonial en Abya Yala. En ese tiempo, la ciencia y el mito se separaron y hoy estarían, según Viveiros de Castro (2010), confluyendo.

Cuando inicié esta conversa cité este fragmento: "Después de la muerte del último chamán, nadie quedará para sostener el cielo

149 El antropólogo ecuatoriano Eduardo Kohn escribió el libro "Cómo piensan los bosques. Hacia una antropología más allá de lo humano" (Abya-Yala, Universidad Politecnica Salesiana, 2013), para aludir al bosque como un cosmos de interacción donde las relaciones se amplifican de acuerdo a su biodiversidad entre los Ávila Runa de la Amazonía Norte del Ecuador. En este trabajo me propuse colocar el énfasis en el *pensamiento de los glaciares y en sus heridas*, pues la vida geológica se cristaliza en ellos. La formación de un glaciar es un proceso milenario y su tamaño oscilará según la cantidad de hielo que logre retener a lo largo de su vida. Los glaciares presentes en el mundo representan la nieve acumulada por siglos comprimida en ríos de hielo en permanente movimiento y amenazados por los efectos del aumento de la temperatura terrestre. Entre la Antártida y Groenlandia concentran el 80% de los hielos globales. Si contamos los de la cordillera de Himalaya más los casi 17.000 glaciares andinos, estaríamos cerca del total. Las evidentes consecuencias del derretimiento de los glaciares están relacionadas con el abastecimiento de agua dulce a la vida del planeta.



y éste caerá de nuevo sobre la tierra, como ocurrió así, en el principio de los tiempos." Los espíritus de protección según Davi Kopenawa y son los *Xapiri pë*[150] *o ancestros animales;* ellos sólo pueden salvaguardar al planeta azul.

Los Yanomami conciben perfectamente una selva que fluctúa en el espacio. Porque, para ellos, ella es un organismo, ella no viene de la tierra, no es el producto de otro acontecimiento Nos dice Krenak:

> "La selva es un acontecimiento. Y si ella se extingue en el plano que la conoce, va a existir en otro lugar. En cierto modo, para los Yanomami, todo lo que existe en este mundo también existe en otro lugar. Los Guaraníes también piensan así. Para ellos esta tierra es un espejo, un mundo imperfecto. La vida es una jornada en dirección a un lugar llamado Yvy mara e'ỹ, que los jesuitas tradujeron como "tierra sin males". La idea de la "tierra sin males", de la tierra prometida, es una desfiguración cristiana, porque, en la cosmovisión Guaraní, nunca existió una tierra que haya sido prometida a alguien. Yvy mara e'ỹ es un lugar post, un lugar que viene después de otro. Un lugar que ora es la imagen de este, ora es el espejo de un lugar siguiente. Los pajes Guaraníes dicen que este mundo en el que la gente vive es imperfecto y, por eso, nosotros somos una humanidad también imperfecta". (Krenak, 2022: 15).

Como sostiene Hanna Limulja (2022) es por medio de los sueños que los Yanomami hacen política. Esto implica reconocer que todo lo que existe merece consideración e implica no soñar con uno mismo, como en el mundo de los blancos. "Para hacer política, el otro es necesario y por ello se debe tener cuidado en el sentido de cuidar y de pensar en el otro" (Limulja, 2022, p.19). En los sueños los chamanes hacen "danzar" a sus *xapiris* para sostener el cielo pero también para tratar las enfermedades, la sequía, la escasez de

150 "Los *xapiri* son las imágenes de los antepasados animales *yarori* que se transformaron en el primer tiempo. Ese es su verdadero nombre. Vosotros los llamáis "espíritus", pero son diferentes. Surgieron cuando el bosque aún era joven. Nuestros antiguos chamanes siempre los han hecho danzar y, como ellos, nosotros seguimos haciéndolo hoy". (Kopenawa y Albert, 2015:111)



frutos y animales, entre otras problemáticas que se percibe como una desarmonización del bosque.

Ahora bien, como plantea Kopenawa, el avance de la explotación del bosque generará un repliegue de los espíritus y provoca una imposibilidad de acción, de una *cosmopolítica*, por parte de los chamanes.

> "El bosque está vivo y morirá si los blancos insisten en destruirlo. Si lo logran, los ríos desaparecerán bajo tierra, el suelo se desmoronará, los árboles se marchitarán y las rocas se agrietarán con el calor. La tierra reseca estará vacía y en silencio. Los espíritus xapiri, que bajan de las montañas para jugar en el bosque frente a sus espejos, huirán muy lejos. Sus padres, los chamanes, ya no podrán llamarlos y hacerlos bailar para protegernos. No podrán protegerse de los vapores epidémicos que nos devoran. Ya no podrán contener a los seres malignos, que transformarán el bosque en un caos. Entonces moriremos, uno tras otro, tanto los blancos como nosotros. Todos los chamanes acabarán muriendo. Cuando no queden más vivos para sostener el cielo, éste colapsará". (Kopenawa, en Kopenawa & Albert, 2015: 7).

En cuanto el cielo es uno y común a todos los seres vivientes que habitan el planeta, es el "trabajo de los chamanes" (metafísica yanomami) el de sostenerlo. Así, Levi-Strauss observa un sentido de solidaridad de los yanomami con los blancos:

> "El chamán yanomami (...) no separa el destino de su pueblo del resto de la humanidad. No son sólo los indios, pero también los blancos, amenazados por la codicia del oro y las epidemias introducidas por este último. Todos se verán arrastrados por la misma catástrofe, a menos que se comprenda que el respeto a los demás es la condición para la supervivencia de cada uno. Luchando desesperadamente por preservar sus creencias y ritos, el chamán yanomami pretende trabajar por el bien de todos, incluidos sus enemigos más crueles." (Levi-Strauss en Kopenawa & Albert, 2015, p. 6).



Por otro lado, y desprendiéndose de la primera acepción, la selva es pensada como un organismo vivo. Esto es, no como un objeto sino como un sujeto y desde esa condición la selva respira pero también piensa y es un sujeto sonoro. En ese sentido, el *pensamiento selva(gem)* también alude al pensamiento de la selva y a lo que ella nos permite conocer.

"Futuro ancestral" (2022), al oído puede resultar un oxímoron. Krenak dice que esta narrativa, "sirve para hacernos renunciar a nuestros sueños, y dentro de nuestros sueños están los recuerdos de la tierra y de nuestros antepasados" (p. 37).

La vibración que provoca este concepto, me pareció profundamente inspiradora. El chamán cultural nos devuelve desde su pensamiento *selvagem* una alternativa posible a la visión necrocapitalista y occidental del mundo. "Mis antepasados siempre vivieron en una ecología profunda con la naturaleza", sostiene Krenak (2022: 13).

En septiembre de 2022, a propósito de su llegada a Buenos Aires[151], mantuvimos una conversación con el pensador indígena y chamán cultural acerca de qué ideas propone su pueblo para este tiempo aciago. En esa ocasión, él me respondió lo siguiente:

> "Veo que las ideas para posponer el fin del mundo, las ideas para posponer esta tragedia, tienen que surgir de estas resistencias locales, de esta capacidad de pensar en otro mundo y más allá de una prescripción. Son una provocación. Un espíritu, una provocación, de gente que dice: -Mira, es necesario dejar esta desigualdad radical, este prejuicio, y producir otras experiencias de convivencia. Más allá de la agenda política de cada país, es importante pensar cómo estos pueblos plurales en cultura, en diversidad, pueden producir otras visiones del mundo. (2024: 39).

151 Organizada por la Secretaría de Patrimonio Cultural del Ministerio de Cultura junto con la Subsecretaría de Cultura de Santiago del Estero y la Universidad Nacional de Santiago del Estero, bajo el título *Textiles, Vida y Tramas*, se realizó los días 15 y 16 de septiembre de 2022.



Como pensar una nueva pedagogía de la esperanza en un mundo que nos lleva, lastimosamente, a una guerra global y a un colapso masivo de las especies.

> "Es en este contexto donde se insertan las ideas para posponer el fin del mundo. No como una víctima, sino como alguien que tiene propuestas, que articula un pensamiento sobre la realidad que estamos viviendo y cree que esta es la manera de hacerlo. Afrontar cada día. En algunos casos, un día a la vez". (Krenak, 2024: 52)[152]

BIBLIOGRAFÍA

AGAMBEN, Giorgio **Homo Sacer**. **Homo sacer. El poder soberano y la nuda vida.** Pre–Textos, Valencia. 1998.

AGHAZARIAN, Elise. "Reflexiones sobre geografías racializadasentrevista con una socióloga palestina". Entrevista por Karina Bidaseca. En **Revista Papeles de Trabajo** 5(7): 271-281, 2011. Disponible en: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7456892

ANCALAO MELI, Liliana. "La memoria de la tierra sagrada". Diálogo. University of Texas Press,Volume 22, Number 1, Spring 2019. https://muse.jhu.edu/issue/40138

ARANDAHÚ, Jaque; BIDASECA, Karina A.; LUSTMAN, Matías I.; SOSA, Rocío. **El futuro del fin del mundo.** Buenos Aires: El Mismo Mar, 2022.

BIDASECA, Karina. "Agua Ana Mendieta. Trasmutaciones/transtemporalidades". En Bidaseca, K. y Sierra. M. **El amor como una poética de la relación. Discusiones feministas y artivismos descoloniales.** Buenos Aires: CLACSO/El mismo mar. 2022. Disponible en: https://www.clacso.org/wp-content/uploads/2022/07/El-Amor-como-poetica.pdf

BIDASECA, Karina. "Territorializar las memorias, abrazar los mundos. Ana Mendieta, arte feminista situado". Arquivos do CMD (Universidad de Brasilia), 7(2), 46-57. 2019. https://periodicos.unb.br/ index.php/CMD/article/view/31147

152 Fragmento de la entrevista realizada por Karina Bidaseca a Ailton Krenak en septiembre de 2022. Publicada en: Krenak, Ailton. "EL tiempo de la naturaleza cura. Coraçao. Palavras de um xamao Krenak". Buenos Aires: El Mismo Mar, 2024.



BIDASECA, Karina. **Por una poética erótica de la Relación**. Buenos Aires: Ed. El Mismo Mar. 2019. Traducido al portugués: **Por uma poética erôtica da relaçao**. Ed. Mandaçaia (2024), Sao Paulo.

BIDASECA, Karina. **Ana Mendieta. Pájaro del océano**. Buenos Aires: El Mismo Mar. (2021a) Traducido al portugués **Ana Mendieta: passarodoocéano**. Ed. Nau. Rio de Janeiro (2022).

BIDASECA, Karina. "Transmutaciones de un museo a cielo abierto. Ana Mendieta: por una práctica curatorial erótica multiespecie". En Ana Laura Elbirt y Juan Ignacio Muñoz, **Los patrimonios son políticos.** Buenos Aires: Ministerio de Cultura, Argentina / Ed. RGC. 2021 b. Disponible en: https://compartir.cultura.gob.ar/wpcontent/uploads/2021/11/Los_patrimonios_son_politicos_FINAL. pdf

BIDASECA, Karina. **La amnesia del imperio: los muros del racismo, el apartheid y el ancho mar de las estrellas**. Buenos Aires: SB. 2018.

FAVRET-SAADA, Jeanne. "Être Affecté". En: **Gradhiva (première série)**. **Revue d'Histoire et d'Archives de l'Anthropologie,** N°8. Paris: Musée de l'Homme, pp. 3-9. 1990a.

KOPENAWA, Davi y ALBERT, Bruce. **A queda do ceú. Palavras de un xamã Yanomami** (2015). Rio de Janeiro: Companhia das Letras.

DEL RÍO, Petra Barreras. **Ana Mendieta: A retrospective**. [Catálogo]. Nueva York. 1987.

GLISSANT, Édouard. **Poética de la relación**. Buenos Aires: Ed. Universidad Nacional de Quilmes. 2017.

DELEUZE. G. y GUATTARI, F. **Mil mesetas. Capitalismo y esquizofrenia**. Bs As. Pretextos.1997.

FABIAN, J. **Time and the Other: How Anthropology Makes Its Object**. New York: Columbia University Press. 1983.

GONZALEZ, Lélia. "A categoria político-cultural de amefricanidade." Tempo Brasileiro (Rio de Janeiro), 92-93, enero-junio. 1988.

GUAJAJARA, Sônia "En lucha por la selva". En Thunberg, G. **El libro del Clima**. Buenos Aires: Random House. 2022.

KOHN, Eduardo. **Cómo piensan los bosques.** Hacia una antropología más allá de lo humano. Ecuador: Ed. Abya-Yala, Universidad Politecnica Salesiana. 2013.

SUMÁRIO



KRENAK, Aliton. **El tiempo de la naturaleza cura. O tempo da natureza cura. Coraçao. Palavras de um xama Krenak**. Buenos Aires: El Mismo Mar y Cátedra Diversidade, Gênero e Fronteiras (UNESCO-UFGD) Brasil. 2024)

KRENAK, Ailton. (2022). "Nuestra historia está entrelazada con la historia del mundo". Texto publicado por el Festival Democracia e Imaginación Política en América Latina, CCK., Buenos Aires. 2022. Disponible en https://cck.gob.ar/wp-content/uploads/2021/02/Ailton-Krenak.pdf

LIMULJA, Hanna. **O desejo dos outros. Uma etnografía dos sonhos Yanomami.** Sao Paulo: Ubu, 2022.

LORDE, Audre. "Uso de lo erótico: lo erótico como poder." En **Sister Outsider. Essays and Speechs** by Audre Lorde. Berkeley: Crossing Press. 1984.

LUSTMAN, Matías I. "La mirada del jaguar: un abordaje sonoro. Chamanismo transversal y composición". En Revista El Banquete de los Dioses, IIGG, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, 2023. https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/ebdld/article/view/9266

MENDIETA, Ana. "Arte y Política." En: Lumière. 1982. Disponible en: http://elumiere.net/

MINH-HA, Trinh T. "Narrar la guerra a través de la forma" Entrevista por Ana Amado y Mónica Szmurk. Revista Mora. Universidad de Buenos Aires. 2017. http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/mora/article/view/5208/4699

especiales/mendieta/mendietaarteypolitica.php , 1982.

PERREAULT, John "Tierra y fuego. La obra de MENDIETA". En **Ana Mendieta: A retrospective**. Nueva York: The New Museum of Contemporary Art. (1988).

PAULINO, Rosana; BIDASECA Karina y AAVV (2025). **Amefricanas. Artivismos, memoria y descolonización/Artivismos, memórias e descolonizaçao**. Buenos Aires: CLACSO/El Mismo Mar.

PATTERSON, J. "Racismo ambiental". En Thunberg, G. **El libro del Clima**. Buenos Aires: Random House. 2022.

STRAUSS-LEVI, Claude. **Pensamiento salvaje.** FCE, México, 2023.

TAYLOR, Diana. **Performance**. Buenos Aires: Asunto Impreso ediciones. 2012.

THÚY, Kim. **Em.** Buenos Aires: Periférica. 2022.

VICUÑA, Cecilia. **Soñar el agua.** Santiago de Chile. Muestra Museo de Bellas Artes. 2023.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropología.** P. Alegre: UFRGS. 2002.

VIVEIROS DE CASTRO, EDUARDO. **Metafísicas caníbales. Líneas de antropología postestructural**. Buenos Aires: Katz, 2010.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **La Mirada del Jaguar. Introducción al perspectivismo amerindio.** Entrevistas. Ed. Tinta Limón. Buenos Aires. 2013.



INTERNET

"Conversa na Rede - Partículas particulares - Ailton Krenak e Eduardo Viveiros de Castro". Material audiovisual publicado en el año 2023 https://youtu.be/wp5NInNE4BI?si=8rPxYJ9nqF6oDigY

"Inter.existencia y re.existencia. Costelaciones en torno a la obra de Cecilia Vicuña." En *Artishok*. Revista de Arte Contemporánea. Por Claudia Cofré Cubillas, Disponible en: https://artishockrevista.com/2023/07/22/cecilia-vicuna-retrospectiva-mnba/

Juliana Crispe
Lorena Galeri
Letícia Honorio
Thainá Castro

O COLETIVO É POLÍTICO:
4ª EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DE ARTE E GÊNERO

THE COLLECTIVE IS POLITICAL: 4TH INTERNATIONAL EXHIBITION OF ART AND GENDER

EL COLECTIVO ES POLÍTICO: 4ª EXPOSICIÓN INTERNACIONAL DE ARTE Y GÉNERO

RESUMO:

Este artigo, escrito pela equipe curatorial da 4ª Exposição Internacional de Arte e Gênero, intitulada O Coletivo É Político, é um relato do processo de pesquisa e realização da exposição feita em 2024, como parte do Seminário Internacional Fazendo Gênero 13. Foram selecionadas 32 obras de artistas, além de coletivos de diversas regiões do Brasil, refletindo uma pluralidade de temas e estéticas. A exposição propôs um olhar decolonial, ampliando a frase feminista "o pessoal é político" para incluir outras perspectivas, fortalecendo as produções artísticas feministas, *queer*, trans, LGBTQIA+, anticapacitistas e antirracistas, reafirmando a arte enquanto agente de transformação social e política.

Palavras-chave: Artes visuais. Feminismos. Decolonial. Exposição artística.

ABSTRACT:

This article, written by the curatorial team of the 4th International Exhibition of Art and Gender entitled The Collective Is Political, is an account of the research and production process of the exhibition held in 2024, as part of the 13th International Seminar Doing Gender. Thirty two works by artists and collectives from different regions of Brazil were selected, reflecting a

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-480-3.34

SUMÁRIO

plurality of themes and aesthetics. The exhibition proposed a decolonial perspective, expanding the feminist phrase "the personal is political" to include other perspectives, which strengthen feminist, queer, trans, LGBTQIA+, anti-ableist, and anti-racist artistic productions, reaffirming art as an agent of social and political transformation.

Keywords: *Visual arts. Feminisms. Decolonial. Artistic exhibition.*

RESUMEN:

Este artículo, escrito por el equipo curatorial de la 4ª Exposición Internacional de Arte y Género titulada El Colectivo Es Político, es un relato del proceso de investigación y producción de la exposición realizada en 2024, en el marco del Seminario Internacional Haciendo Género 13. Fueron seleccionadas 32 obras de artistas y colectivos de diferentes regiones de Brasil, reflejando una pluralidad de temas y estéticas. La exposición propuso una perspectiva descolonial, ampliando la frase feminista "lo personal es político" para incluir otras perspectivas, fortaleciendo las producciones artísticas feministas, queer, trans, LGBTQIA+, anti-capacitistas y antirracistas, reafirmando el arte como agente de transformación social y política.

Palabras clave: *Artes visuales. Feminismos. Descolonial. Exposición artística.*

Ao longo do mês de agosto de 2024, aconteceu a 4ª Exposição Internacional de Arte e Gênero, intitulada O Coletivo é Político, como parte da programação do Seminário Internacional Fazendo Gênero 13 – Contra o Fim do Mundo. Com base nos eixos norteadores do evento, "antirracismo, anticolonialismo e a justiça climática", buscou-se abrir discussões, a partir da exposição, sobre as práticas dissidentes emergentes na arte contemporânea, lançando perguntas como: "De que forma sobrevivemos e reagimos ao racismo, à misoginia e à tirania heterocolonial e classista?" e "Quais são as estéticas coletivas e artísticas presentes na arte contemporânea que se sobrepõem frente às tentativas de dominação do pensamento binário?".

Por meio de uma chamada aberta e gratuita, recebemos mais de uma centena de inscrições. Enquanto comissão curatorial, procu-

SUMÁRIO



ramos acolher o máximo de obras e pluralidades temáticas, procedimentos, materiais e visualidades. A exposição contou com 32 obras de artistas e coletivos das mais diversas partes do país, na Galeria Jandira Lorenz, localizada dentro do Centro de Artes da UDESC.

A exposição, que ficou disponível entre os dias 30 de julho e 30 de agosto de 2024, teve a organização geral realizada pelo Instituto de Gênero, grupo promotor do Fazendo Gênero, pertencente à Universidade Federal de Santa Catarina. A exposição também contou com a parceria do Departamento de Artes Visuais do Centro de Artes, Design e Moda do CEART/UDESC, do AYA – Laboratório de Estudos Pós-Coloniais e Decoloniais da FAED/UDESC e do Armazém Coletivo Elza.

Figura 1 - Vista geral da exposição



Fonte: Acervo da equipe curatorial.

#PraTodoMundoVer: fotografia do espaço expositivo. Em primeiro plano, a obra de Júlia Steffen, *Pedaços da violência,* um longo tecido vermelho com frases costuradas. Ao fundo, diversas obras dispostas nas paredes brancas.

Para a realização da exposição, tivemos uma equipe curatorial formada por Juliana Crispe, Letícia Honorio, Lorena Galery e Thainá Castro, e uma comissão julgadora composta por Cláudia



Zanatta, Francela Carrera, Léo Eslabão, Luciara Ribeiro e Talita Trizoli. A equipe iniciou a pesquisa meses antes do evento, com um enfoque conceitual e crítico a partir do feminismo decolonial. O objetivo foi criar uma exposição que questionasse os modelos artísticos estabelecidos nos sistemas das artes dominantes, gerando reflexões sobre diversidade, inclusão e educação. Ao desenvolver as camadas conceituais da exposição, buscamos desafiar estigmas e preconceitos, promovendo uma compreensão mais ampla sobre a produção de subjetividades e reconhecendo a diversidade das identidades dissidentes – aquelas que escapam às normas sociais.

As curadoras, juntamente a comissão julgadora, reuniram-se para avaliar e selecionar as obras inscritas pelas artistas, acolhendo, da forma mais diversificada e contundente, a maior quantidade possível de obras dentro dos limites da Galeria Jandira Lorenz e dos recursos disponíveis. Ambas as comissões foram compostas por profissionais com ampla experiência nas Artes Visuais e nos movimentos feministas, os quais, por sua vez, também refletem a perspectiva proposta pela chamada da exposição, que reúne corpos dissidentes em suas diversas variantes.

A segunda onda do movimento da arte feminista no Norte Global foi marcada pela frase: "O pessoal é político." Em um ensaio publicado em 1969, a feminista Carol Hanisch traz essa frase para o título do seu texto, ainda que afirme que ela não é de sua autoria. No ensaio, Hanisch faz o relato de uma ação na qual grupos de mulheres costumavam se reunir a fim de discutir as violências a que estavam submetidas. Essa troca coletiva de experiências, a princípio individuais, revelava que "problemas pessoais são problemas políticos" (Carol Hanisch, 1969, p. 4, tradução nossa). O patriarcado e o sistema colonial fazem crer que as dificuldades, os adoecimentos e as violências enfrentadas pelos seres humanos são individuais e, portanto, apolíticos. Esses grupos feministas, que Hanisch irá definir como "terapia política", ainda hoje relevantes, fazem com que as pessoas percebam que não



estão sozinhas, que as dificuldades se repetem de forma sistemática e, por isso, têm soluções que só podem se dar na luta coletiva.

Quando afirmamos, no título da exposição, que o coletivo é político, não queremos negar a importância histórica da frase original, que consideramos ainda relevante e atual. Mas, sim, propor uma ampliação desse conceito histórico a partir de outros movimentos para além do feminismo norte-americano, que pensam alternativas ao mundo organizado pela necropolítica. O intuito é relocalizar essa frase ao contexto de um feminismo decolonial, contemporâneo, atento às questões específicas no Sul Global.

Assim, as subjetividades presentes na exposição estão na recusa das vestes colonizadas, expressando os desejos coletivos e de multiplicidades como um ato político, o qual diverge das hierarquias postas pela história da arte. A exposição propõe encontros e atravessamentos de grupos vulnerabilizados e minorizados, fortalecendo a potente produção artística feminista, LGBTQIA+, anticapacitista, antietarista e antirracista na arte brasileira.

Os sistemas expositivos e de legitimação da arte foram concebidos como espaços para encenação e construção de identidades coloniais, e também para a exclusão ou exotização de tudo que escape do padrão colonial. Corpos, pensamentos e culturas não ocidentalizados foram marginalizados durante a criação de um espaço artístico supostamente neutro e universal, que ergueu suas histórias como "legítimas" em detrimento de outras formas de expressão. Essa sedimentação, hoje, é desafiada pelas experiências pós-coloniais. Está em andamento uma lenta decomposição de um mundo antes visto como rígido e inabalável – um mundo fundamentado em um pensamento único. Os movimentos artísticos contemporâneos tornam-se, desse modo, agentes comprometidos em questionar, recompor e transformar esses sistemas, além de propor novas possibilidades de mundos, sempre no plural.

SUMÁRIO



Decolonizar os sistemas das artes visuais é desnaturalizar a densa matéria sedimentada ao longo de séculos da história colonial para realizar outras materializações possíveis, que extrapolam as diretrizes normativas. O movimento anticolonial, em diálogo com a arte contemporânea, propõe um agenciamento e entrelaçamento dos corpos e subjetividades dissidentes de forma interseccional, construindo um corpo coletivo político que reinterpreta e questiona a história ocidental, gerando novas formas de ver e estar no mundo.

As produções de conhecimento nos mundos pós-coloniais interrogam as relações de poder e saber, desafiando as hierarquias estabelecidas pelos sistemas soberanos e dialogando com movimentos sociais. Elas promovem, assim, um combate direto às extremas-direitas e às máquinas do Estado, que se eximem de reconhecer a produção e a reafirmação das desigualdades, sem ao menos refletir sobre as implicações políticas da contemporaneidade. As presenças dissidentes – negras, indígenas, mulheres feministas, LGBTQIA+, pessoas com deficiências, idosas, pobres – continuam sendo categorizadas como algo que excede a "normalidade".

A partir da afirmação de Frantz Fanon de que "a colonização é um programa de desordem absoluta" (2018), Françoise Vergès escreve a respeito dos violentos processos coloniais das grandes instituições ocidentais de arte, em *Decolonizar o museu: programa de desordem absoluta.* A autora propõe uma reflexão crítica, uma reprogramação e uma atuação transformadora nos sistemas coloniais dos museus modernos ocidentais. Problematizando esses espaços não só como construções derivadas de sistemas violentos e criminosos, mas eles próprios como uma vitrine do projeto colonial. Vergès sugere que, além de revisitar as gramáticas museais, devemos nos tornar agentes ativos na luta por uma maior diversidade de atores, corpos, raças e classes, promovendo o protagonismo de sujeitos subalternizados. Dessa forma, é possível estabelecer novos regimes de valor que permitam a concepção de um "pós-museu", que leve em consideração as questões patriarcais, capitalistas e neoliberais,



além de incorporar uma abordagem feminista ativa. Enquanto agentes da arte e da cultura em países colonizados, temos a potencialidade de subverter a ordem colonial e criar novas formas de pensar, exibir e viver os espaços e aparelhos culturais.

Em *A virada decolonial na arte brasileira*, Alessandra S. Paiva demonstra como o pensamento decolonial é uma realidade cada vez mais profícua no cenário artístico brasileiro. Com cada vez mais artistas comprometidas "[...] com estéticas e temáticas relacionadas prioritariamente a questões decoloniais na arte e na sociedade", embora, por outro lado, as instituições continuem com uma postura reativa em que "permanecem modos de operação segregadores e racistas" (Alessandra S. Paiva, 2022, p. 25-26).

A mesma autora também afirma que, em grande parte, isso ocorre porque os cargos de decisão e poder dos aparelhos culturais continuam predominantemente nas mãos de homens brancos de alto poder econômico. Esse cenário demonstra a importância e o caráter radical do Seminário Fazendo Gênero, o qual possibilita que as tomadas de decisão, tanto da produção quanto da curadoria do evento, sejam conduzidas por pessoas dissidentes e profundamente comprometidas com as mudanças sociais. O grande número de inscrições na chamada aberta para a exposição demonstra como essa produção feminista e decolonial é borbulhante em todo o país, embora haja dificuldades para serem expostas e legitimadas.

SUMÁRIO

Figura 2 - Detalhe da obra *Lutar não é crime*, de Gabriela Buffon



Fonte: Acervo da equipe curatorial.

#PraTodoMundoVer: fotografia aproximada da obra, onde se vê manifestantes carregando uma grande bandeira escrita "Lutar não é crime".

Afirmamos, junto ao trabalho da artista Gabriela Buffon, que *Lutar não é crime* (Figura 2). A luta decolonial proclama aqueles que se desviam da norma e exige o direito à vida e à expressão. A arte, enquanto dispositivo democrático e cultural, não se limita à manutenção da margem, mas coloca no centro produções que importam e reportam modos plurais de vida, questionando as noções de linearidade e hierarquia e ampliando as possibilidades de pensamento.

Figura 3 - Vista geral da exposição



Fonte: Acervo da equipe curatorial.

#PraTodoMundoVer: fotografia do espaço expositivo. Em primeiro plano, uma pessoa de blusa verde caminha e, ao fundo, diversas obras dispostas na parede branca.

Na Figura 3, temos uma pequena mostra da diversidade de linguagens e temáticas presente na exposição. Na obra já mencionada, *Lutar* não é crime, vemos uma fotografia, o registro de uma manifestação, impressa em tecido semelhante à da bandeira retratada, com a mesma frase do título. Uma fotografia que poderia ser apenas um registro documental ganha um caráter artístico ao se apropriar da palavra de ordem e reivindicar o espaço expositivo enquanto arena de lutas sociais.

Ao canto esquerdo, vemos a obra *Jardim de inverno*, de Rosa Bunchaft, um retrato de família realizado em cianotipia, que coloca em relação aos conceitos de jardim e família enquanto construções burguesas idealizadas. A cianotipia, utilizada historicamente para impressão botânica, cria um estranhamento, belo e potente, quando usado para o retrato de família. A artista articula esses elementos para elaborar o processo vivido em relação à própria família e à complexidade legal da Lei de Alienação Parental (LAP), em que a própria foi processada, assim como tantas outras mães.



Também impresso em tecido, observamos o trabalho de Lu Renata, *Fios*, uma fotoperformance que a artista realiza com sua irmã, entrelaçando os cabelos uma da outra, formando uma espécie de aliança poética entre mulheres.

Ao centro, temos dois trabalhos com temática *sapatão*. Com o título *Eu sorri e disse que ela era fraca e quebrava fácil*, a artista Sofia Guarda apresenta, em uma sequência de imagens, o ato performático de cortar as unhas. Sua mãe, certa vez, questionou o porquê de a filha sempre usar unhas muito curtas. Em resposta, a artista diz: "Elas são fracas e quebram fácil." A obra traz uma poética tomada pelo cuidado, pelo propósito de tensionar o corpo *cuir* (sapatão) como um campo de desejo e pela referência a um rito lésbico.

Ao lado, *Apaixo*(*nada*), de Rafaela Guarienti, um desenho em grafite que parece brincar com a construção do imaginário feminino das histórias infantis. Aqui, sereias não trocam sua voz, seu reino e sua própria vida por um príncipe. Elas se apaixonam entre si.

À direita, temos cinco cartazes coloridos da obra *Escuta-me, tenho algo a dizer*, de Renata Freitas, em que a artista documenta, por meio de gráficos, cartazes e desenhos, as estatísticas de mulheres em cargos de liderança, convocando quem olha a se questionar sobre a representatividade.

Temos ainda mais três obras com linguagens bastante distintas. Primeiro, o trabalho de Kellyn Batistela, *Quarto de dormir*, da série *Atlas doméstico.* Realizado por meio de uma complexa mistura de técnicas, a artista o descreve como "desenho bordado e prática coletora de sabonetes pela ação colaborativa. Desenhos em grafite e marcadores sobre gazar de seda, bordados sobre filó, aplicação de sabonetes e rendas".

Ao lado, *La mátria latina,* de Julie Silva, aborda os movimentos de resistência e luta pelos direitos humanos, evidenciando, por meio da xilogravura e da escrita datilográfica, o contexto histórico da

América Latina e a força das mulheres. E, por último, vemos a obra instalativa de Gustavo Reginato, *Agulha e linha, lágrimas, sangue e suor*, que apresenta uma videoperformance exibida em um monitor e, ao lado, um livro de artista que pode ser manuseado. O livro, visto na instalação, foi escrito e editado pelo artista, e é o mesmo que vemos no vídeo, costurado pelo artista.

Figura 4 - Vista geral da exposição



Fonte: Acervo da equipe curatorial.

#PraTodoMundoVer: fotografia do espaço expositivo, com três obras dispostas na parede, ao lado de uma televisão com trecho de um vídeo. Na ponta esquerda, na mesma parede, *banners* com o texto curatorial e ficha técnica da exposição.

A obra mais à direita da Figura 4 é *Obá* (2024), uma xilogravura de Viviane Rocha, que traz as reflexões de uma mulher preta, lésbica e de terreiro sobre suas narrativas e a busca ancestral, como forma de pensar o futuro a partir das trocas com as raízes do povo iorubá em diáspora. Aproximando-se desse diálogo afro-diaspórico, ao lado, temos a colagem manual de Shay Santana, intitulada *Entre silêncios e discursos, o vento que movimenta*. A obra traz a imagem e a força de Audre Lorde, como dispositivo para pensar a importância de exigirmos escutas para nossa voz e o quanto é necessário nos movimentarmos para que o vento liberte todas as pessoas silenciadas.



Ainda, na Figura 4, temos a pintura de Ricardo Ramos, *Homem viado V*, em óleo sobre tela. Com uma técnica de pintura que faz referência ao surrealismo, o artista cria o retrato de um ser híbrido, entre um humano e um veado, também aludindo à homossexualidade e às relações diretas sobre sua existência.

Diante da multiplicidade de linguagens apresentadas na exposição, também é possível ver alguns trabalhos realizados em vídeos apresentados em uma televisão em forma sequencial. Entre eles, apresenta-se a videoarte *Fusão*, de Geórgia Mendes, um projeto que representa a transformação da rigidez patriarcal em uma sociedade mais flexível e igualitária, buscando dissolver discursos arcaicos para fomentar uma realidade inclusiva que valorize diversidade e igualdade de gênero.

Outra obra, ainda na mesma sequência, é a videoarte Ânsia, da artista Alice Donovan. O vídeo aborda a relação entre a cultura do amor romântico pelo viés patriarcal e a violência contra a mulher. Já a obra de Thiago Prado, *Em fluxo*, apresenta um trabalho performático em que o artista traz um corpo mutante, mutável, que se constitui com o tempo e sobre o tempo, em um devir afetivo e íntimo. A videoarte da *Coletiva Terra Femini*, coletivo de arte feminista constituído por Venise Paschoal de Melo, Verônica Lindquist, Agatha Silva Scaff Gonçalves e Nayara Bonilha de Araujo, *Páginas para estancar o sangue*, parte de conceitos como *escrevivência*, de Conceição Evaristo, para dialogar coletivamente sobre as opressões sofridas pelas mulheres e fortalecer a consciência crítica para a decolonização de seus corpos, ações e pensamentos.

Figura 5 - Vista geral da exposição



Fonte: Acervo da equipe curatorial.

#PraTodoMundoVer: fotografia do espaço expositivo, apresenta diversas obras dispostas em duas paredes brancas.

Na Figura 5, vemos duas seções da exposição. Ao lado direito, três artistas negras versam sobre suas ancestralidades. Começamos pela obra de Thais Oliveira, um autorretrato com intervenção em tinta acrílica preta. (*Des*)*cobrir-me afro-brasileira* propõe uma ação ambivalente entre descobrir e cobrir. O rosto da artista está semicoberto por uma tinta preta que parece escorrer de cima para baixo. A artista retrata o processo de autoidentificação como uma pessoa afrodescendente enquanto uma camada de tinta protege, esconde e, ao mesmo tempo, parece criar identidade.

Ao lado, temos a instalação *Igbá Ketá*, da artista Rita Oyakanmi, que reúne fotografia performática, cabaças, alguidares, chaves, milho-torrado, cauris, moedas e fios de contas. A obra, carregada de signos, é um rito que reverencia, por meio da arte contemporânea, a cultura e a ancestralidade afro-diaspórica.

Kati Ferreira produz um tapete de crochê feito de sacolas plásticas de mercado, que emolduram um pequeno retrato de uma senhora negra ao centro, avó da artista. Em uma artesania complexa, minuciosa e potente, *Obrigada, vó Rita* é um retrato de uma cultura de afeto e cuidado, que celebra a transmissão de conhecimento entre mulheres.

SUMÁRIO

Figura 6 - Detalhe da obra *Obrigada, vó Rita* de Kati Ferreira



Fonte: Acervo da equipe curatorial.

#PraTodoMundoVer: fotografia aproximada da obra, apresenta, ao centro, uma pequena moldura de metal com uma fotografia antiga de uma mulher negra. Ao redor da moldura, podem-se observar os pontos do crochê feito com sacolas plásticas reutilizadas.

Já ao lado esquerdo da Figura 5, temos cinco obras que relacionam o corpo feminino com questões ambientais. *Madura*, de Laura Coelho, uma pintura com uma complexidade de técnicas, constrói um corpo feminino costurado por plantas, cobras e palavras. Enquanto *Em meio à natureza, fora do corpo, pura imagem*, de Sandra Favero, apresenta um autorretrato da artista fundindo-se com a paisagem através de um espelho.

Ao centro, uma fotografia de grande formato, outro autorretrato intitulado *Encontro com breu*, de Silvana Macêdo, apresenta o corpo da artista em reverência ao breu, árvore amazônica de inúmeras propriedades medicinais. Em uma pesquisa intensiva na floresta, Silvana vai ao encontro de plantas cujas propriedades medicinais correspondem às doenças que acometem o corpo da própria artista.

Na abertura da exposição, a artista também apresentou uma performance na qual realiza um ritual de defumação com o breu.

Na mesma parede, temos a fotografia de Ana Sabiá, intitulada *Duas oferendas*. A obra é um autorretrato da artista, o qual compõe a série *As duas sabiás* e homenageia a celebrada cena pictórica de *As duas Fridas* (1939), da artista Frida Kahlo.

A última obra, presente na referida imagem, ao lado esquerdo, é *Matrizeiras*, uma fototransferência sobre algodão cru, da artista Khetllen da Costa. Na fotografia, a artista retrata suas ancestrais afro-indígenas em uma linhagem consanguínea e simbólica, apresentando, junto à imagem de sua mãe e avó materna, fotografias de arquivo de mulheres da região amazônica, a mesma origem da artista, a fim de preencher lacunas dessa memória ancestral, sistematicamente apagada pela violência colonial.

Figura 7 - Vista geral da exposição



Fonte: Acervo da equipe curatorial.

#PraTodoMundoVer: fotografia do espaço expositivo. Diversas obras estão dispostas em parede branca do lado esquerdo da foto. Ao fundo, uma parede toda de vidro.

Na Figura 7, podemos observar um trio de trabalhos que abordam a temática dos corpos e subjetividades transgêneras, cada um de forma muito distinta. Em *Palavra de ordem*, a artista Joanna Leoni hasteia, na galeria, uma bandeira vermelha com a frase: "SEJA TRAVESTI." A obra faz alusão ao célebre trabalho de Hélio Oiticica, *Seja marginal, seja herói*, retratando o corpo travesti enquanto subjetividade a ser celebrada. Ao mesmo tempo, o título *Palavra de ordem* cria um diálogo com manifestações políticas, nas quais a celebração se torna ordem: sejamos todas travestis enquanto estratégia política.

Já a obra *self_made*, de Ciber_org, versa de forma visceral – quase literalmente – sobre a experiência trans masculina. A obra, que acontece em três tempos, apresenta três placas de resina. A primeira contém uma seringa usada, anteriormente preenchida de testosterona. Na segunda, a própria pele do artista, removida durante a cirurgia de mamoplastia, e, por último, a certidão de nascimento retificada. A obra explicita e celebra os processos vividos pelo artista.

Figura 8 - Detalhe da obra *self_made*, de Ciber_org.



Fonte: Acervo da equipe curatorial.

#PraTodoMundoVer: fotografia aproximada da obra apresenta 3 placas transparentes e amareladas. Uma com uma seringa usada, outra com um pedaço de pele humana e uma terceira com uma certidão de nascimento.

A terceira obra, intitulada *Kódigo* (*escrever como estratégia*), é um lambe-lambe do artista Nestor Varela, que propõe a veiculação de um alfabeto tipográfico, concebido por um processo de transmutação visual de letras e caracteres não alfabéticos utilizados pela língua portuguesa falada e escrita no Brasil.

Figura 9 - Vista geral da exposição



Fonte: Acervo da equipe curatorial.

#PraTodoMundoVer: fotografia do espaço expositivo. Do lado direito, temos uma parede branca com diversas obras; do lado esquerdo e ao fundo, paredes de vidro.

À esquerda da Figura 9, vemos a obra de Corina Ishikura, intitulada *Silêncio*, na qual a artista cria uma instalação com madeira de reflorestamento propondo um debate sobre o feminicídio. Além da peça escultórica, a obra contém um texto da própria artista, trazendo dados da AI (Anistia Internacional) a respeito do aumento do feminicídio no Brasil e da desproporção desses crimes cometidos contra mulheres racializadas, que representam 62% dos casos, também simbolizados na obra pela pintura da madeira dividida entre as cores preta e branca.

Ao lado esquerdo da imagem, temos a obra *Não sabia que as flores caminhavam...*, de Catiuscia Dotto, uma instalação composta por uma série de seios de gesso espalhados pelo chão. No vidro da

galeria, a artista transcreveu ofensas machistas que ela já escutou de homens. Para conseguir ler, é necessário pisar sobre os seios que se esfarelam enquanto causam incômodo ao transeunte. O trabalho propõe a reflexão sobre a normativa patriarcal e o assédio sobre as mulheres e seus corpos.

Na Figura 9, o que também podemos observar nas Figuras 1 e 7, a grande instalação realizada por Júlia Steffen, *Pedaços da violência*, é um tecido de 1,5 metros de extensão construído coletivamente por mulheres que participaram de oficinas ministradas pela artista, que foram convidadas a pintar sobre o tema da "violência contra a mulher", expressando frases ou palavras que contemplam suas opiniões e vivências.

Figuras 10 e 11 - Vista aproximada de obras tridimensionais



Fonte: Acervo da equipe curatorial.

#PraTodoMundoVer: na Figura 10, temos a fotografia da obra *Ainda é corpo de mulher*, de Flávia de Mattos, cerâmica de três cores diferentes, em cima de um suporte de madeira. Na Figura 11, vê-se a obra *Organismo feminino*, de Rosana Bortolin, tridimensional em duas peças brancas.

Na Figura 10, temos a escultura de cerâmica *Ainda é corpo de mulher*, de Flávia de Mattos Motta. A obra aborda o tema do envelhecimento feminino por meio de uma imagem fragmentada e erotizada, evocando a reflexão sobre o etarismo e a normativa patriarcal frente ao corpo das mulheres. Já a Figura 11 retrata o trabalho da artista Rosana Bortolin, intitulado *Organismo feminino.* Composto por duas peças de cerâmica, uma delas sugere uma vulva (formato amplamente utilizado pela artista em outras obras) e a outra tem uma



forma orgânica, uma espécie de orifício, que pode ser interpretado como um casulo ou uma boca, prestes a devorar a vulva à sua frente. Aqui, a artista reflete a respeito dos processos de cura e proteção criados para enfrentar as questões problemáticas do ser mulher em uma sociedade patriarcal.

Assim, escolhemos apresentar, neste texto, uma caminhada pela exposição, percorrendo cuidadosamente cada um dos trabalhos expostos com o desejo de celebrar e dar visibilidade às obras de arte das pessoas ali presentes. Longe de ser uma tentativa de esgotamento das linguagens feministas e decoloniais na arte brasileira, ou mesmo de uma leitura reducionista das obras, nosso desejo é apresentar a exposição mediante conceitos que nos atravessam, assim como atravessam questões ideológicas do Fazendo Gênero, apresentando uma pequena memória visual e crítica do que foi construído e apresentado. A exposição coletiva constrói uma interrelação de sentidos entre as diferentes obras, técnicas, visualidades, vozes e narrativas, a fim de constituir um corpo coletivo. Por isso, trabalhos de temáticas vizinhas nas mais diversas técnicas podem dialogar e produzir novos sentidos.

O Fazendo Gênero é historicamente reconhecido como um espaço de luta, que proporciona visibilidade, prestígio e validação àqueles que são marginalizados e negados pelas sistematizações tradicionais da história e, aqui, em nossa seleção, pelos sistemas hegemônicos que reduziram a história da arte com olhares e recortes para "histórias únicas". Nesse sentido, realizar a 4ª Exposição Internacional de Arte e Gênero dentro deste seminário, ao lado de tantas outras ações, é reforçar a importância da cultura e da arte como agentes de transformação social e política que dão visibilidade aos apagamentos históricos, fortalecendo, assim, o contemporâneo como espaço para as diversidades e o resgate do que foi ocultado pelas ordenações.



REFERÊNCIAS

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

HANISCH, Carol. **The Personal is Political**, 1969. Disponível em: webhome.cs.uvic.ca/~mserra/AttachedFiles/PersonalPolitical.pdf. Acesso em: 12 mar. 2025.

IGNÁCIO, Júlia. Necropolítica: explicamos o conceito de Achille Mbembe! **Politize**, 2020. Disponível em: https://www.politize.com.br/necropolitica-o-que-e/. Acesso em: 22 set. 2025.

PAIVA, Alessandra Simões. **A virada decolonial na arte brasileira**. Bauru: Mireveja, 2022.

VERGÈS, Françoise. **Decolonizar o museu**: programa de desordem absoluta. São Paulo: Ubu Editora, 2023.



Pamella de Caprio Villanova

PLÁSTICO, UM MITO CONTEMPORÂNEO:
DRAMATURGIA TEATRAL EM FOTONOVELA

PLASTIC, A CONTEMPORARY MYTH: DRAMATURGY IN COMIC BOOK

PLÁSTICO, UN MITO CONTEMPORÁNEO: DRAMATURGIA EN FOTOHISTORIA

RESUMO:

Como registrar um espetáculo de teatro? Será a dramaturgia com suas letras, espaços e pontuações a única forma possível? Este texto é um experimento sobre a forma do registro cênico, trazendo fotografias realizadas em apresentações públicas junto com trechos do texto do espetáculo, na intenção de compartilhar a trajetória dramatúrgica da palestra-performance *Plástico, um mito contemporâneo*.

Palavras-chave: Dramaturgia. Fotografia cênica. Poluição plástica. Resíduos. Educação ambiental.

ABSTRACT:

How to register a theater show? Is dramaturgy with its letters, spaces and punctuations the only possible form? This text is an experiment in the form of scenic recording, bringing photographs taken in public presentations along with excerpts from the play's text, with the intention of sharing the dramaturgical trajectory of the lecture-performance "Plástico, um mito contemporary".

Keywords: *dramaturgy, scenic photography, plastic pollution, waste, environmental education.*

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-480-3.35

SUMÁRIO



RESUMEN:

¿Cómo registrar un espectáculo de teatro? ¿Es la dramaturgia con sus letras, espacios y puntuaciones la única forma posible? Este texto es un experimento en forma de registro escénico, trayendo fotografías tomadas en presentaciones públicas junto con extractos del texto del espectáculo, con la intención de compartir la trayectoria dramatúrgica de la conferencia-show "Plástico, um mito contemporáneo".

Palabras clave: *dramaturgia, fotografía escénica, contaminación plástica, residuos, educación ambiental.*

Este material é uma versão experimental da dramaturgia teatral de um espetáculo apresentado no Seminário Fazendo Gênero 13. *Plástico, um mito contemporâneo* aborda a problemática da poluição plástica desde a história desse material, convocando a plateia a uma ginástica da imaginação, até culminar em um exercício coletivo de imaginação política. Afinal, se o plástico está ubíquo – quer dizer, onipresente – e carrega potencial tóxico para o corpo humano e para outras formas de vida, conseguimos imaginar o fim desse modelo de produção e consumo ou será essa uma tragédia como as gregas, que apresentam destinos impossíveis de mudar?

O espetáculo que irá começar nas próximas páginas é um dos capítulos de uma tese de doutorado em Artes da Cena na Unicamp que está em processo de escrita e que já foi assistida por cerca de 3 mil pessoas entre 2023 e 2025. A partir da urgência de abordar a problemática do lixo, outros conceitos foram sendo estudados ao longo dos anos, a saber: educação ambiental, divulgação científica e palestra-performance. Esses elementos estruturam a prática teatral que está registrada a seguir. E como registrar um espetáculo de teatro?

A dramaturgia é uma arte entre o teatro e a literatura, na qual prevalecem os textos escritos entre letras, pontuação e espaços. Aqui, faremos também um exercício: iremos juntar trechos dos textos entoados pela atriz e fotografias do espetáculo, em busca de um registro polissêmico da obra que foi apresentada no Seminário.

SUMÁRIO



Entre os elementos fundantes da poética do espetáculo, está a busca por uma cena que exija o mínimo de estrutura técnica; ou seja, um teatro que esteja baseado no encontro com a plateia e na pesquisa da atriz, em contraposição à necessidade de grandes estruturas de cenografia, figurino, iluminação e sonorização. Além de tais estruturas encarecerem os processos de produção e apresentação, também podem significar geração de lixo e maior impacto ecológico para cada apresentação. Assim, entre a educação ambiental e a divulgação científica, criamos palestras-performance que são simples sem serem simplórias, de forma que alcançam profundidade poética com poucos elementos cênicos. Por isso, os objetos ganham muitos significados ao longo da peça. A ressignificação destes é, também, parte da metodologia criada a partir do encontro da atriz com os resíduos e as muitas formas de transformar aquilo que parecia lixo em obra de arte.

Agora, você que me lê, estará na posição de plateia e as imagens aqui na tela serão como o lugar de trabalho da atriz, como um palco. Ela vai experimentar uma máscara social que a gente conhece e às vezes tem até aversão, porque carrega muitos estereótipos. Quem falou para a atriz sobre máscaras sociais foi o teatrólogo brasileiro Augusto Boal (1991).

(*Neste momento, inicia-se a fotonovela. Os textos transcritos abaixo fazem parte de uma composição entre imagem e texto. A fotonovela conta com um design específico, este documento pretende compartilhar os textos em formato .docx. As imagens do PDF estão com a descrição inserida de forma oculta, de modo que possam ser lidas por programas de acessibilidade. Há uma pasta com todos os documentos e formatação originais, você pode acessar aqui).*

Figuras 1 e 2 - Personagem dona de casa



Fonte: Zé Neto Fotografia.

#PraTodoMundoVer: Foto 1 com fundo preto de um trecho de uma peça de teatro. Em cena, uma mulher de pele branca e cabelos curtos com franja, que usa óculos. Ela segura um copo de plástico na direção dos olhos, como quem diz "ser ou não ser". Foto 2 é escura, em cena está a mesma personagem, parece estar falando no telefone.

Era uma vez uma dona de casa, vestindo sua máscara social de dona de casa. Ela usa um poncho muito colorido que parece bem artesanal, como se fosse feito de algodão, mas quando ela olha na etiqueta, vê que é feito de plástico. Certo dia, enquanto lavava louça – aquela cena clássica das donas de casa – ela começa a devanear sobre um copinho de plástico. Ela lembra que esse copinho está em sua casa há muitos anos, fica feliz por perceber que vem reutilizando aquele copo, que poderia ter sido descartado. Ela conhece a problemática do plástico e sabe que é importante reutilizar. Isso a deixa feliz – e a dona de casa sobrevive dessas pequenas alegrias cotidianas.

SUMÁRIO

Figura 3 - Fotografia da personagem em dupla exposição



Fonte: Zé Neto Fotografia.

#PraTodoMundoVer: fotografia em dupla exposição, em que dois momentos da cena teatral se sobrepõem. A atriz está sentada atrás de uma mesa, vestindo um roupão. Ela escreve no ar com um lápis e faz caras e bocas, como quem está refletindo sobre coisas profundas.

A partir desse devaneio, ela fica obcecada pelo plástico e começa a estudar. Estuda de várias formas: lê, discute, cria um jeito de explicar, mostra para alguém, discute, refaz sua explicação, escreve... vai, aos poucos, experimentando a máscara social de pesquisadora.

Figura 4 - Atriz sem o poncho



Fonte: Chun Fotografia.

#PraTodoMundoVer: A atriz aparece sem o poncho, usando uma gravata amarela feita de plástico. Ela olha para a plateia com os olhos marejados, apontando para seu rosto.

Ela lê Roland Barthes (2009) falando sobre o plástico como uma matéria mágica, em um texto de um livro chamado *Mitologias*. Ela fica intrigada e vai perseguindo a história dessa matéria, olha para os dados do passado e as projeções de futuro e fica realmente assombrada. Ela pensa que parece uma tragédia, daquelas que têm um destino inevitável, um fado. Ela fica muito perturbada. Lê Donna Haraway (2016) e decide ficar com esse problema.

SUMÁRIO

Figura 5 - Atriz com cabelos bagunçados



Fonte: Chun Fotografia.

#PraTodoMundoVer: imagem parecida com a anterior, a atriz com o cabelo bagunçado e os olhos cheios de água. Ela está dizendo algo, mas, agora, sua feição demonstra um pouco mais de revolta.

Ela olha para quem está assistindo e diz que está com vontade de tirar a máscara social de dona de casa. Ela tira o poncho de plástico e, aos poucos, sua voz começa a mudar, seu jeito de se mover começa a ficar diferente. Ela promete ter um demaquilante que tira máscaras sociais. Assim, uma nova figura invade a cena.

SUMÁRIO

Figuras 6 e 7 - A personagem se transforma



Fonte: Chun Fotografia.

#PraTodoMundoVer: na primeira foto, a atriz está passando uma tinta preta no rosto, fazendo um risco vertical em um dos olhos. Na segunda, ela aparece com riscos verticais nos olhos e a boca pintada de vermelho. A gravata amarela de plástico, feita de sacolinhas de supermercado, está mais evidente. Ela usa roupa preta e tem uma feição um pouco assustadora.

– Eu sou o Palhaço que come lixo!

Figura 8 - Palhaço



Fonte: Chun Fotografia.

#PraTodoMundoVer: a atriz tem riscos pretos nos olhos na vertical, boca e nariz pintados de vermelho, usa a gravatinha amarela de plástico e uma calça listrada branca e vermelha, que está presa a um suspensório também feito de sacolinhas plásticas.

– Vocês lembram de mim? Não? Vamos fazer um exercício de imaginação: você está em um parque de diversões, sente fome e compra um pacote de pipoca, você come e, eventualmente, você termina com um pacote vazio em sua mão. Você se pergunta o que fará com esse pacote... sabemos que você não vai jogar no chão, né? Até que, de repente, você olha em volta e... você me vê!

Figura 9 - O palhaço



Fonte: Dudu Ferraz.

#PraTodoMundoVer: o palhaço, com sua maquiagem e gravata amarela, agora aparece com uma camiseta listrada branca e amarela. Ele segura o copo de plástico com o braço esticado. Sua feição está cheia de tensões musculares e contradições, ele parece dizer algo com ênfase.

– Lembraram de mim? Eu sou uma lixeira de 80 litros de capacidade, de muita qualidade, feita com um material chamado Fiberglass. É um tipo de plástico reforçado com fibra de vidro. Exatamente, eu estou feito de plástico, essa matéria modelável, uma cadeira de polímeros, que, quando se esquenta, se pode modelar no formato que você quiser. Com o plástico, você poderá criar qualquer objeto que desejar. Sua imaginação vai pirar! Sua sociedade vai pirar!

Figura 10 - Palhaço de suspensório



Fonte: Dudu Ferraz.

#PraTodoMundoVer: o palhaço agora aparece com a mesma maquiagem e gravatinha, mas novamente com os suspensórios de plástico. Ele também usa luvas listradas de branco e preto. Ele tem um chapéu feito de garrafa PET e fala algo em um microfone.

O palhaço que come lixo sente vontade de contar a história de sua família e pede licença para apresentar parte de sua árvore genealógica. E quem poderia ser o avô do PALHAÇO feito de plástico?

Figura 11 - Atriz no escuro



Fonte: Chun Fotografia.

#PraTodoMundoVer: no centro da fotografia, se vê a atriz usando um chapéu preto que cobre parte de seu rosto, ela segura uma vela acesa que ilumina trechos da pintura dos olhos.

O petróleo, se ele tivesse a oportunidade de falar nossa língua humana, o que diria? Resposta: não me tirem do fundo da terra.

E quem poderia ser a bisavó do PALHAÇO feito de plástico? Uma dica: ela é sua parente também.

Figura 12 - Poncho colorido



Fonte: Zé Neto Fotografia.

#PraTodoMundoVer: o poncho colorido cobre toda a foto, com suas linhas horizontais. Ao centro, o rosto da atriz aparece no buraco do poncho, onde normalmente colocamos a cabeça para vesti-lo.

A Mãe Terra, também conhecida como Madre Tierra ou Pachamama. Ela diz:

– Vocês já têm objetos demais e agora querem criar objetos que não se degradam?[153]

Mais uma personagem invade a cena. Desta vez, de forma brusca, ninguém o convidou, ninguém o anuncia. É ele. O próprio. O plástico faz um apelo:

– Superem essa obsessão que vocês têm por mim e me valorizem de verdade. Eu não sou descartável!

153 Adaptado de David Kopenawa; Bruce Albert, 2015, p. 359.

Figura 13 - Atriz visualmente alterada



Fonte: Chun Fotografia.

#PraTodoMundoVer: a atriz, usando a maquiagem do palhaço, segura o copo de plástico na altura da boca, como que falando dentro do objeto. Ela está visivelmente alterada.

Figura 14 - atriz vestida de palhaço



Fonte: Julia Prudêncio.

#PraTodoMundoVer: a atriz está vestida com a maquiagem do palhaço, a gravata de plástico, camiseta listrada amarela e branca e calças pretas logo abaixo do joelho.

Não entendo essa humanidade que tira o petróleo do fundo da terra para usar aqui na superfície da crosta terrestre, criando objetos e mais objetos, na ilusão de que podem ser descartados – afinal, quando jogo alguma coisa fora, eu jogo fora de onde?

O plástico já está em todos os cantos: na água, no ar, no solo, na comida, no corpo humano. O plástico já faz parte da sua natureza – será que essa é uma boa notícia?

O gráfico abaixo mostra a quantidade de produção e descarte de plástico desde 1950 até projeções para 2030.

Gráfico 1 - Demonstração da produção e do descarte de plástico desde 1950 até projeções para 2030



Fonte: Yuri Vasconcelos, 2019.

O que podemos fazer hoje para evitar que as projeções de aumento de produção e descarte de plástico realmente aconteçam?



Neste momento, a plateia presente é convidada a um fórum teatral. Como se estivéssemos em uma reunião internacional, um encontro de grandes lideranças políticas, econômicas, sociais; mas também membros de comunidades que não são dependentes do plástico; e até personagens não humanos – como algumas que apareceram até agora. A plateia pode pedir a palavra, apresentar sua personagem e colocar suas ideias para o fim da poluição plástica.

Figura 15 - Imagem da plateia



Fonte: Dudu Ferraz.

#PraTodoMundoVer: imagem da plateia de um teatro vista de costas. Ao fundo, no palco, a atriz está sentada na borda. A plateia está cheia de pessoas, a luz da plateia está acesa.

Enquanto isso, reuniões nacionais e internacionais realmente acontecem para tratar da poluição plástica. No Brasil, temos o projeto de lei conhecido como PL do Plástico, que pretende regulamentar a produção, a comercialização e o descarte do material no país.

Em escala internacional, o Comitê Intergovernamental de Negociação para desenvolver um instrumento internacional para conter a poluição plástica chegou à sua quinta sessão (INC-5), porém ainda não foi possível formalizar o tratado. Esperamos que esse texto seja pactuado em 2025. E que seja cumprido (Negociações [...], 2024).

Figura 16 - Público em um auditório



Fonte: Mutangana Emmanuel, 2024.

#PraTodoMundoVer: imagem parecida com a anterior, porém não é um teatro, é um auditório bem grande. Muitas pessoas no palco, em uma larga mesa branca. Na plateia também se encontra muita gente, olhando para o palco. Estão em uma discussão bastante séria e realmente internacional.

FICHA TÉCNICA

Pesquisa e criação: Pamella Villanova

Assistência de direção e de dramaturgia: Dudu Ferraz

Orientação: Gina Monge Aguilar (Costa Rica), Veronica Fabrini (Brasil) e Victoria Perez Royo (Espanha)

Consultoria em acessibilidade e descrição integrada: Maíra Schiavinato Massei e Lucas Carvalho Ré

Fotos: Zé Neto Fotografia, Dudu Ferraz, Chun Fotografia e Julia Prudêncio



REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. **Mitologias**. 4. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

BOAL, Augusto. **Teatro do oprimido e outras poéticas políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

EMMANUEL, Mutangana. Rwanda Champions Global Treaty to End Plastic Pollution at INC-5. **Top Africa News**, 2024. Disponível em: .https://www.topafricanews.com/2024/11/25/rwanda-champions-global-treaty-to-end-plastic-pollution-at-inc-5/. Acesso em 12 de dezembro de 2024.

HARAWAY, Donna. **Staying with the Trouble**: Making Kin in the Chthulucene. Londres: Duke University Press, 2016.

KOPENAWA, David; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

NEGOCIAÇÕES sobre poluição plástica são adiadas. **Nações Unidas Brasil**, 2024. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/285012-negocia%C3%A7%C3%B5es-sobre-polui%C3%A7%C3%A3o-pl%C3%A1stica-s%C3%A3o-adiadas. Acesso em: 12 dez. 2024.

VASCONCELOS, Yuri. Planeta plástico: criado há cerca de um século, o material polimérico que trouxe inúmeras facilidades à vida moderna tornou-se fonte de um enorme problema ambiental. **Revista FAPESP**, São Paulo, ed. 281, 2019. Disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/planeta-plastico/. Acesso em: 16 mar. 2020.

Júlia da Silva Oliveira
Patricia Fogelman
Victoria Polti

ATIVISMOS ARTÍSTICOS E ARTIVISMOS FEMINISTAS:
TRAJETÓRIAS NA ARGENTINA E NO BRASIL

ARTISTIC ACTIVISMS AND FEMINIST ARTIVISMS: TRAJECTORIES IN ARGENTINA AND BRAZIL

ACTIVISMOS ARTÍSTICOS Y ARTIVISMOS FEMINISTAS: TRAYECTORIAS EN ARGENTINA Y BRASIL

SUMÁRIO



RESUMO:

Este artigo apresenta um panorama de coletivos de ativismo artístico feminista na Argentina e no Brasil durante as últimas décadas, com foco em dois grupos: ARDA e Loucas de Pedra Lilás, dedicados ao combate às violências contra as mulheres e as feminilidades, à descriminalização do aborto e à conquista da autonomia sobre o próprio corpo. Essa luta se realiza por meio de formas colaborativas, redes de cuidado e afetividades, configurando uma política feminista, recorrendo ao corpo, à performance e aos dispositivos artísticos.

Palavras-chave: Ativismos artísticos feministas. Performances. Arte e política.

ABSTRACT:

This article presents an overview of feminist artistic activism collectives in Argentina and Brazil over the past decades, focusing on two groups: ARDA and Loucas de Pedra Lilás. These groups are dedicated to combating violence against women and femininities, advocating for the decriminalization of abortion, and striving for bodily autonomy. Their struggle is carried out through collaborative practices, networks of care and affection, shaping a feminist politics that draws on the body, performance, and artistic devices.

Keywords: *Feminist Art Activisms. Performance. Art and Politics.*

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-480-3.36

RESUMEN:

Este artículo presenta un panorama de los colectivos de activismo artístico feminista en Argentina y Brasil durante las últimas décadas, con foco en dos grupos: ARDA y Loucas de Pedra Lilás, dedicados a combatir las violencias contra las mujeres y las feminidades, a la despenalización del aborto y a la conquista de la autonomía sobre el propio cuerpo. Esta lucha se lleva a cabo mediante formas colaborativas, redes de cuidado y afectividades, configurando una política feminista que recurre al cuerpo, a la performance y a los dispositivos artísticos.

Palabras clave: *Activismos artísticos feministas. Performances. Arte y política.*



INTRODUÇÃO

No âmbito do 13º Seminário Internacional Fazendo Gênero, foi realizada a mesa-redonda 10 "Artivismos". Pesquisadoras de diferentes regiões do Brasil e da Argentina se reuniram para refletir sobre uma das formas em que o vínculo entre arte e política se expressa nos cenários urbanos contemporâneos do Sul Global e, em particular, na arena política feminista e transfeminista. As novas formas pelas quais as mulheres e as dissidências sexo-gênero manifestam, não apenas desconforto e denúncias de violência e desigualdades, mas de forma propositiva, expressões de agência e prazer por meio de ações, uso de diversos objetos, dispositivos e *performances*, nos permitem pensar, por um lado, sobre a profundidade e a complexidade dos novos feminismos e, por outro, sobre os limiares de novas (e certas) formas de fazer política[154].

154 As autoras do artigo desejam esclarecer que, dada a impossibilidade de utilizar a letra "x" como forma de usar um gênero neutro e romper com a masculinização do discurso, optam por referir ao conjunto de colegas em feminino (autoras, pesquisadoras) mesmo quando o grupo inclui homens entre seus membros.



O termo *artivismo* nos permite dar conta de certas práticas estético-políticas, relativamente novas, baseadas em dois conceitos fundidos: *arte* e *ativismo*. Aqui chamamos certas intervenções de "artivistas" quando é assim que os membros desses coletivos se definem e definem suas ações. Entretanto, reconhecemos que as tensões entre arte e política nos levaram a definir essas práticas de maneiras diferentes. Nelly Richard (2011) destacou a diferença entre "arte e política" e "o político na arte", apontando que, no primeiro caso, há uma situação de exterioridade em que a "arte" (esfera cultural) entra em diálogo, comunicação ou conflito com a "política" (esfera histórico-social). Essa é uma relação expressiva e referencial, pois busca uma correspondência entre "forma artística" e "conteúdo social". No segundo caso – "o político na arte" – refere-se a uma articulação interna da obra que reflete criticamente sobre seu ambiente a partir de suas próprias organizações de sentido, rejeitando essa correspondência entre forma e conteúdo para questionar as operações dos signos e as técnicas de representação que fazem a mediação entre o artístico e o social (Nelly Richard, 2011 *apud* Victoria Polti, 2022). A partir desse vínculo, várias autoras se debruçaram sobre a articulação entre "arte" e "ativismo", considerando tanto seus aspectos estéticos e/ou artísticos quanto sua intencionalidade política: arte-ativismo (Boris Groys, 2018), arte ativista ou artivismo (Nina Felshin, 1995; Carol Becker, 1996; Manuel Delgado, 2013; Paulo Raposo, 2015) e ativismo artístico (Marcelo Expósito; Ana Vidal; Jaime Vindel, 2012; Alberto López Cuenca, 2018).

Levando em conta essas particularidades, podemos destacar como um campo específico, um espaço onde convergem a arte, o ativismo político, a organização comunitária e certos usos tecnológicos, a partir do qual são projetadas ações públicas – geralmente em espaços urbanos – que buscam atrair a atenção dos transeuntes por meio de diferentes formas de intervenção, como *performances*, *happenings*, *flashmobs* ou instalações, entre outras. De acordo com Becker (1996), a arte ativista surgiu em meados da década de 1970



a partir da união do ativismo político com as tendências estéticas democratizantes originadas na arte conceitual do final da década de 1960 e com propostas independentes dos circuitos artísticos convencionais. Nos anos 1980, a crítica às representações dominantes da mídia de massa tornou-se evidente, buscando chamar a atenção do espectador para outros sistemas de representação. No final dos anos 1980 e durante os anos 1990, sob o desenvolvimento de perspectivas como o feminismo e a abordagem decolonial, surgiu uma multiplicidade de ações, projetos e coletivos que impulsionariam exponencialmente as ações em diversos enclaves urbanos (Polti, 2022).

Várias autoras nos últimos anos destacaram um vínculo particular entre o ativismo e as artes visuais, sonoras e performáticas, especialmente na e sobre a América Latina (Diana Taylor, 2001, 2015, Taylor e Marcela Fuentes, 2011; Ileana Diéguez, 2007; Antonio Prieto Stambaugh, 2009; Ana Longoni, 2010; María Laura Rosa, 2014; Coco Fusco, 2015; María Laura Gutiérrez e Nicolás Cuello, 2016; Maximiliano De la Puente, 2017; Silvia Citro, 2018; Guillermina Bevacqua, 2019; Laura Gutiérrez, 2021; Andrea Giunta, 2024). Essas e outras autoras têm analisado coletivos que se dedicam especificamente a realizar intervenções estéticas e que costumam ser enquadrados no chamado artivismo (Longoni, 2010; Taylor, 2012; Expósito; Vidal; Vindel, 2012; Delgado, 2013; Raposo, 2015; Júlia G. Silva Oliveira, 2015; Lola Proaño Gómez, 2017; Cuenca, 2018; Maria Alice Costa; Naiara Coelho, 2018; Lorena Verzero, 2020, 2021; Longoni; Diéguez, 2021; Polti, 2021, 2022, 2023; Patricia Fogelman, 2023a, 2023b; Mayra Lucio; Rocío Zaldumbide, 2023). Nesse sentido, para autoras como Diana Taylor, o artivismo (por meio da performance) borra as fronteiras entre arte e política: "Artivistas (artistas/ativistas) nas Américas usam a performance nos contextos, lutas ou debates políticos em que vivem. A performance é a continuação da política por outros meios" (Taylor, 2012, p. 115).

SUMÁRIO



Com esses caminhos conceituais em mente, este artigo resumirá a proposta inicial de articulação que deu origem à mesa redonda sobre "Artivismos" e, espera-se, um longo e frutífero intercâmbio colaborativo regional, feminista e antifascista.

Na primeira parte do artigo, as autoras examinam algumas das ações artísticas que, desde o final da década de 1960, na Argentina, vêm moldando uma cena local que alimentará o que mais tarde, especialmente desde o movimento *#NiUnaMenos*, se tornará expressões ativistas; em seguida, concentram a análise em três performances do coletivo artivista transfeminista ARDA, que apresentam algumas das trajetórias mais marcantes dos ativismos artísticos que alimentaram e incentivaram novas expressões na região. Depois, apresentam as principais linhas abordadas no caso do coletivo feminista brasileiro Loucas de Pedra Lilás (1989). Nas reflexões finais, as autoras pensam sobre alguns contrapontos entre arte e política, analisando, em particular, certas trajetórias que os feminismos assumiram a partir do ativismo artístico, da arte ativista ou do artivismo e que, com base não apenas em performances, mas também em certos deslocamentos territoriais e temporais derivados dessas práticas, permitiram uma certa eficácia política.

ATIVISMO ARTÍSTICO FEMINISTA NA ARGENTINA

É possível pensar na presença de ações ou ativações artísticas feministas na Argentina ao longo de um processo marcado por várias etapas relacionadas a crises nacionais: a primeira passa pelas ditaduras argentinas, começando no final da década de 1960 e continuando até o início da década de 1980; a segunda vai do retorno da democracia até o final da década de 1990, ou melhor, até 2001, quando uma nova crise desencadeou importantes ações coletivas que incluíram algumas expressões de ativismo artístico feminista. Foi com o surgimento do coletivo e movimento *#NiUnaMenos* (2015) que ocorreu uma nova onda de ativismo feminista contra os femicídios



(fenômeno que passa a ser nomeado a partir dessa data) e a favor da descriminalização do aborto, com intervenções artísticas e artivistas.

Vamos compartilhar um panorama do ativismo artístico feminista argentino composto por ações significativas, algumas vezes coletadas da bibliografia de autoras como Giunta (2024), Gutiérrez (2021), Rosa (2014), Gutiérrez e Cuello (2016), Guadalupe Maradei (2016), Cuello (2013), entre outras. Seguidamente, vamos nos referir a um caso de artivismo de Buenos Aires: ARDA, coletiva artivista feminista, por meio de três performances (Fogelman, 2023a; 2023b).

A partir da década de 1960 e ainda mais nos anos 1970 (Andrea Andújar *et al.*, 2009), desenvolveu-se no país um movimento de mulheres que buscava avançar na conquista de liberdades com relação à sua sexualidade. O uso de pílulas anticoncepcionais surgiu como um marco importante na tomada de decisões sobre os corpos (Karina Felitti, 2012), mudanças foram observadas na moda (popularização da calça comprida), maior presença feminina no mercado profissional, no mundo das artes e nas universidades; além disso, novas concepções do papel da mulher no âmbito familiar surgiram (Isabella Cosse, 2010). Esse é um repertório de gestos e movimentos emancipatórios do corpo feminino em um contexto marcado por duas ditaduras: a de Onganía e Lanusse, primeiro entre 1966 e 1973, e o subsequente Processo de Reorganização Nacional, como os líderes do golpe militar – juntamente com seus aliados civis e eclesiásticos – chamaram a ditadura que durou de 1976 a 1983, que teve um breve *interregno* peronista após as eleições de 1973.

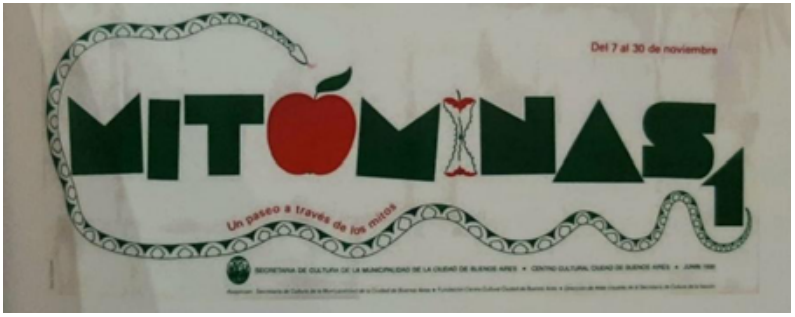
Em 1969, foi criada a União Feminista Argentina (UFA) e, em 1983, o Lugar de Mujer, um espaço dedicado à militância, ao aconselhamento e ao apoio às mulheres: nessa época, elas já eram a favor da legalização do aborto e denunciavam com veemência a violência contra as mulheres. No Lugar de Mujer havia uma oficina e um grupo de reflexão para lésbicas, com a participação de Ilse Fusková, uma figura proeminente no feminismo lésbico e na fotógrafa, autora da série *El zapallo*

no final da ditadura. Entre 1986 e 1988, junto com Adriana Carrasco e Josefina Quesada, saíram às ruas com cartazes e folhetos para distribuir, as três formaram o pioneiro Grupo Feminista de Denuncia.

No período pós-ditadura – "primavera democrática" –, houve duas exposições importantes: *Mitominas* 1 e 2, realizadas em 1986 e 1987, respectivamente, com curadoria de Monique Altschul e montadas no atual Centro Cultural Recoleta: uma vitrine para a cultura nacional.

Mitominas 1, *un paseo a través de los mitos* (Figura 1), reflete o impacto dos imaginários religiosos interpretados como estruturas do patriarcado sobre as mulheres. A imagem do programa mostra a reação feminista contra a culpabilização das mulheres e as apropriações anticlericais de certos elementos impostos pela religião judaico-cristã. Assim, falar de "mitos" sobre as mulheres é incorporar a serpente tentadora e a maçã mordida, que introduz o tema do desejo feminino como um desafio irônico à ordem imposta.

Figura 1 - Cartaz da exposição *Mitominas* 1. Buenos Aires, 1986



Fonte: Arquivo pessoal de Monique Altschul

#PraTodoMundoVer: na imagen, vê-se o título da exposição MITOMINAS em fundo branco com letras verdes, rodeado de uma serpente verde e com uma maçã vermelha em lugar da letra "O", acrescido com a data e mais letras ilegíveis.

A exposição *Mitominas 2* provocou reações de parte da Igreja, pois uma obra de Liliana Maresca apresentava uma imagem



de Cristo junto com um tubo de sangue. O tema geral da proposta de *Mitominas* 2 era os mitos do sangue, de modo que a interação entre elementos como a imagem cristã, o sangue sacrificial, o sangue menstrual, o sangue e o HIV foi, na época, uma fonte de grande desconforto. Até sua morte por causa da AIDS, Liliana Maresca fez denúncias artísticas contra as formas de sujeição patriarcal dos corpos das mulheres (Gutiérrez, 2021) e contra os abusos da dominação colonial (Giunta, 2024). Na década de 1990, as mulheres artistas ganharam mais visibilidade por meio de algumas exposições marcantes, como *Violaciones domésticas* [Estupros domésticos] (1994), *Juego de Damas* [Jogo de damas] (1995–1996) e *Tajos bajos* [Fendas baixas] (1997).

Em 2001, a Argentina foi mais uma vez abalada por uma crise social e institucional devido à turbulência de uma economia em declínio, à perda de legitimidade da representação política e à violência institucional do Estado, que reprimiu duramente uma grande manifestação de protesto. A crise deu um dinamismo ao movimento de protesto social, que adotou o *slogan* "*que se vayan todos!*".

O ativismo feminista estava em sintonia com ações e protestos de caráter mais amplo e federal, em uma fase de grande criatividade artística e artivista (Jonathan Feldman, 2019) baseada em laços intensos entre diversos coletivos que cooperavam entre si, onde a Universidad de las Madres y Abuelas de Plaza de Mayo serviu como refúgio inicial para o encontro de intelectuais, artistas, políticos, do peronismo à esquerda e grupos feministas e dissidentes de sexo-gênero: foram criadas quatro comissões de trabalho em 2002; assim, da Comissão de Arte surgiu o grupo ativista Arde Arte!, dinâmico entre 2002 e 2006 (Feldman, 2019).

Em 2003, foi criado o grupo de ativismo visual Mujeres Públicas, que foi estudado, entre outras, por Gutiérrez e Cuello (2016) e Gutiérrez (2021). Seu ativismo gráfico e anônimo provocou o senso crítico de suas espectadoras com ironia e opacidade a partir de ações gráficas como *Escarpines y abortos: todo con la misma aguja*



(botinhas e abortos: tudo com a mesma agulha) em 2003 (Figura 2) e intervenções como a *Estampita* (Santinho): uma virgem imaculada com uma oração pelo direito ao aborto, em 2004 (Oliveira, 2015).

Embora os Encuentros Nacionales de Mujeres, realizados anualmente desde 1986, já estivessem enfatizando a necessidade de prevenir e interromper gestações indesejadas, evitando mortes na clandestinididade, foi em 2003 que o debate se tornou central no encontro realizado em Rosário, dando origem à Campaña Nacional por el Derecho al Aborto Legal, Seguro y Gratuito. A Campaña foi fundada em 2005 e virou uma grande onda verde (cor de seu lenço emblemático), onde feministas (ativistas e artistas) se reuniram para fazer apresentações durante as marchas (os "*pañuelazos*"), até que a legalização do aborto fosse alcançada em dezembro de 2020. Junto com essa luta, cresceu a denúncia da violência contra a mulher.

Em 2015, surgiu o coletivo *#NiUnaMenos* (NUM), entrelaçado com a Campaña e com as Madres de Plaza de Mayo. O NUM é um movimento com a intenção política de transformar coletivamente a vida das mulheres, com raízes antipunitivistas e interseccionais. Em 3 de junho de 2015, organizou uma marcha contra o feminicídio na Argentina que mudou o cenário político nacional e internacional, denunciando a violência patriarcal com enorme visibilidade, atraindo muitas mulheres, feminismos e dissidentes para as ruas. Desde aquele ano, todo dia 3 de junho é realizada uma marcha contra os feminicídios. Nesse contexto de denúncias, marchas e protestos, os ativismos e os artivismos ganharam ainda mais força.

Figura 2 e 3 - *Todo com a mesma agulha*. Intervenção gráfica (2003) e *Demasiado + No en nuestro nombre*. Intervenção de *Mujeres Públicas* no Fórum Feminista contra o G20 (2018)



Fonte: Arquivo de Mujeres Públicas.

#PraTodoMundoVer: a Figura 2 mostra um pôster branco com letras pretas que diz "Botinhas e abortos. Tudo com a mesma agulha", e uma agulha de tricô passa por um novelo de lã. Na Figura 3, um grupo de feministas aparece em frente ao Congresso Nacional da Argentina com um longo cartaz vermelho dizendo "Demais". Elas usam lenços verdes e carregam um cartaz branco dizendo "Não em nosso nome" contra a reunião do G20.

Em relação às crises econômicas e sociais, as Mujeres Públicas fizeram o cartaz grande "*Demasiado*" (é demais) que fez parte da intervenção durante o Fórum Feminista contra el G20 em 2018 (Figura 3) e saíram para colar outros cartazes: *"endividadas demais", "precárias demais", "flexibilizadas demais"* etc.

Os coletivos que se reconhecem claramente como dissidentes da heteronorma, *travesti*, *queer* ou transfeminista estão transformando o perfil (não sem tensões, é claro) do amplo espectro do feminismo argentino. Essas tensões foram expressas, por exemplo, na organização dos antigos Encuentros Nacionales de Mujeres, dos quais – após fortes divergências – surgiu o Encuentro Plurinacional de Mujeres, Lesbianas, Trans, Travestis, Bisexuales, Intersexuales y No-Binaries. A presença *queer/cuir* também se expressa em coletivos artísticos e, entre eles, destaca-se um, dedicado ao ativismo visual, Serigrafistas Queer, fundado em 2007 pela artista e professora Mariela Scafati no emblemático espaço cultural Belleza y Felicidad, em Buenos Aires (Cuello, 2013). Serigrafistas Queer tentam fugir do



binarismo e das definições rígidas de identidade; assim, seu nome "torto" nos apresenta a sobreposição de ativismo, arte contemporânea e teoria *queer* (Guadalupe Maradei, 2016). Entre outras atividades, Serigrafistas fazem *shablones* e imprimem serigrafias em faixas e camisetas durante as marchas. Por exemplo, em 2016, para a Marcha do Orgulho LGTB+, seu *slogan* era "*Cuerpos desobedientes, producción parada*" (Corpos desobedientes, produção parada"); suas ações enfatizam o poder do desejo e a força da comunidade afetiva, aspectos em comum com ideias do coletivo Cromoactivismo, fundado em 2016 por Guillermina Mongan (professora, curadora, artista e pesquisadora), que baseia sua ação na ideia de que há um princípio cooperativo no uso da cor que serve como instrumento de transformação social, política e afetiva. Essas duas equipes energizam o cruzamento entre artes visuais e performativas, bem como o encontro entre poética e política, articulando feminilidades, masculinidades trans, lésbicas e não binários, levando suas obras, performances e oficinas para fora da Argentina, como na presença repetida de Serigrafistas Queer no MASP, durante a Bienal de Arte.

Essa enumeração incompleta pretende mostrar uma parte da gama de ações que incorporam a intervenção visual, combinada com ações performáticas e até poéticas, com motivações políticas e onde comunidades militantes criam e reforçam laços afetivos. Dentro desses ativismos políticos feministas há quem se reconheça como ativistas artísticas, como artistas e ativistas ou como artivistas, mas queremos destacar o uso da performance, ou a presença de gestos performáticos, que perpassa muitas das ações feministas latino-americanas em contextos de lutas ou debates.

Entre os ativismos feministas, destaca-se um coletivo artivista em Buenos Aires: ARDA com fogo, lama e maçãs.

O feminismo argentino emprega uma luta tenaz contra o patriarcado e a opressão eclesiástica, ainda mais fortemente nos últimos anos (Fogelman, 2023a). Nas ações da ARDA – Colectiva

SUMÁRIO



Artivista Feminista (2018, 2019 e 2022), podemos ver o gesto desafiador das Evas mordendo maçãs; dessa forma, o que nas décadas anteriores se manifestava na arte gráfica, agora é incorporado em performances artivistas.

ARDA não é um acrônimo: é uma invocação para incendiar o patriarcado opressor. Essa palavra, gritada em letras maiúsculas, expressa com força uma denúncia contra a violência às feminilidades e dissidências e representa a Coletiva criada por clodet garcía (ela se escreve com letras minúsculas), durante a crise argentina de 2016. ARDA reúne mulheres cis, trans e lésbicas da cidade e dos subúrbios de Buenos Aires.

A Coletiva cria uma série de gestos e rituais para construir redes afetivas e colaborativas ao se apropriar de elementos do discurso religioso, como o fogo e as maçãs, também avivando as consciências das espectadoras para que se libertem da opressão. Essas ações são entendidas dentro do conceito de artivismo: uma busca de transformação social e política por meio da representação, incorporando o corpo e a performance coletiva. As "*ardas*" (integrantes da coletiva) assumem-se como "artivistas" do campo feminista, até mesmo transfeminista, e, a partir de seus discursos e performances, entendemos que elas são anticolonialistas.

O fogo aparece apenas de forma metafórica ou imaginária na maioria das performances. O fogo da violência inquisitorial contra as mulheres rotuladas como bruxas é simbolicamente arrancado das mãos da igreja para se tornar energia, luz e poder nas invocações das *ardas.* Esse fogo também está ligado às tradições ancestrais ameríndias, em que as mulheres nos lares, as xamãs, as mulheres sábias das comunidades, representam atrizes-chave na construção de uma genealogia. A primeira ação analisada refere-se ao fogo, ao tremor da terra, à lama e à cor marrom das peles ameríndias e à explosão do vulcão. A *Acción Volcán. Detener-Sanar-Vibrar-Arder* (Figura 4) foi apresentada no Obelisco em 8 de março de 2019, no dia da Greve



Internacional das Mulheres, e ficou marcada pelas expressões de afeto coletivo, solidariedade, abraços e gritos de libertação.

A segunda apresentação analisada ocorreu em frente à Catedral de Buenos Aires em 3 de junho de 2018, durante a marcha *#NiUnaMenos*. Ela foi intitulada *Acción Desobediente: Pekar, Okupar, Morder* (Figura 5). Essa é uma data muito especial no calendário feminista argentino e a Catedral é um local emblemático do conservadorismo de Buenos Aires. As *ardas* morderam as maçãs, reivindicando Eva, seu desejo de conhecimento, o desejo de liberdade, desafiando a autoridade religiosa e patriarcal em frente à catedral mais importante do país. Algumas se beijaram, riram como bruxas e foram embora, deixando cair as maçãs ao passarem pela calçada e pela rua da catedral.

A terceira foi uma intervenção surpresa realizada em 3 de julho de 2022 dentro da igreja de El Pilar, intitulada *El regreso de Lilith. Juicio popular e feminista a la Iglesia* (Figura 6). Elas entraram silenciosamente em uma das igrejas mais tradicionais de Buenos Aires, recitaram uma série de acusações contra a Igreja pelos crimes e pecados cometidos contra mulheres, crianças e povos americanos colonizados e, em seguida, a condenaram por seus pecados e a declararam culpada. Após a condenação, elas levantaram as mãos esquerdas com maçãs e as morderam em um gesto de desafio e saíram, deixando as maçãs caírem no chão, dessa vez, no adro.

O arquétipo da bruxa/guerreira em performances como a *Acción Volcán* funciona como um modelo e, ao mesmo tempo, é reapropriado como um ancestral orientador de um modo de ser no corpo ("*la cuerpA*") e no espaço, por meio do gesto de *oKupar* ("*squats/okupas*") aquele território que é pessoal, e projetar-se no "aberto", no espaço da rua, a fim de carregar o fogo – a reação transfeminista –, rompendo o confinamento feminino nas cozinhas e nos lares, e abraçando a dissidência de sexo e gênero, especialmente com lésbicas e travestis. Entender-se como *ardas* implica "invocar" o fogo e sentir

a capacidade de "estar em chamas"; ou seja, apropriar-se da arma do inquisidor e, ao mesmo tempo, estar nessa reação que libera uma energia fortalecedora que ilumina. O fogo aparece em toda a sua plasticidade: como símbolo purificador, energizante, fortalecedor, ameaçador, aglutinador e iluminador e, fundamentalmente, como elemento transformador.

Em *Acción Volcán* a sobrevivência do conteúdo religioso (o rito, o ritual, o círculo, o fogo pré-cristão, o caldeirão ou a tigela, a arma inquisitorial, o sagrado e a magia do fogo) é clara na construção de performances e discursos que buscam colocar em xeque a ordem patriarcal e, especialmente, a ordem religiosa institucional que busca subjugar as mulheres (Fogelman, 2023b).

Figura 4, 5 e 6 - *Ação Vulcão* (2019); *Ação Desobediente* (2018); e *O retorno de Lilith* (2022)



Fonte: Arquivo de ARDA colectiva artivista feminista.

#PraTodoMundoVer: as figuras mostram três performances de ARDA. A primeira é um grupo de mulheres reunidas, docemente encostadas umas nas outras, sujas de lama (da *Ação Vulcão*) e com lenços verdes da campanha do aborto; a segunda mostra três jovens vestidas de vermelho com detalhes pretos, usando lenços verdes, elas mordem maçãs vermelhas de forma desafiadora (essa é a *Ação Desobediente*); a terceira imagem mostra as ARDAS, em pé dentro da igreja, vestidas de vermelho e preto, segurando maçãs e falando durante a *Ação O retorno de Lilith, julgamento popular da Igreja,* enquanto isso, algumas pessoas assistem à cena.

As performances artivistas das *ardas* conseguem expressar sentimentos e demandas sociais, tornando seus corpos e suas identidades femininas, dissidentes e rebeldes visíveis em espaços patriarcais, criando solidariedade e apresentando-se como donas de seus próprios desejos e decisões. A teatralidade ritual dessa coletiva artivista é sustentada pelo deslizamento de sacralidades religiosas



antigas (ancestrais, pagãs e cristãs) em um contexto de ideias radicais e posições anticlericais do movimento transfeminista argentino.

ARDA é claramente anticlerical, mas não é antirreligiosa, e participa do reencantamento do mundo por meio da recuperação de elementos de significado mágico, da criação de rituais e símbolos, mas o faz de forma consciente e politicamente distante do poder das hierarquias religiosas patriarcais (Fogelman, 2023a). Faz isso a partir de uma transformação autogerenciada, coletiva, experiencial e intensamente vivida de "comunhão entre *ardas*", na qual a percepção de si mesmas como "feminilidade" ou "dissidência sexual e de gênero em relação a heteronorma" as posiciona em um círculo de "irmandade de sentimentos" (Fogelman, 2023b), expressão artística e ação política radicalmente diferente das estruturas de poder que o patriarcado, o clero e os partidos políticos reproduzem.

O TEATRO FEMINISTA DE RUA COMO EXPRESSÃO ARTIVISTA NO BRASIL

No Brasil, ainda são poucas as pesquisas que buscam analisar experiências individuais ou coletivas dentro da perspectiva do artivismo feminista. Neste sentido, o trabalho de Lúcia Romano, ainda sem recorrer ao termo artivismo, nos mostra como o teatro feminista pode ser compreendido dentro desta associação de arte e política, pois ao dar "[...] voz às personagens reivindicadoras; permite a representação encarnada das tensões e, por fim, viabiliza a reflexão coletiva (dos atuadores e dos espectadores) sobre o problema" (Lúcia Regina Vieira V. Romero, 2017, p. 420). Romano localiza duas destas experiências no Brasil, que surgiram entre o final dos anos 1980 e início dos anos 1990. Trata-se do Grupo de Teatro Experimental Urbano Mal Amadas, Atrevidas e Abusadas, fundado em 1992, em Diadema, São Paulo, e o Loucas de Pedra Lilás, que surgiu em 1989, em Recife, Pernambuco. Ambos emergem como formas de atuação coletivas,



constituído por feministas que não tinham, necessariamente, formação artísticas e por outras militantes de diferentes movimentos sociais, mas que buscavam aproximar a linguagem teatral das ruas, espaços públicos e, no caso das Mal Amadas, espaços que acolhiam mulheres em situação de violência.

Esses grupos surgiram dentro de um contexto histórico brasileiro marcado pela consolidação da redemocratização e da aprovação da Nova Carta Constitucional, em 1988. Portanto, tratava-se de um momento de reconhecimento e luta dos direitos conquistados. O retorno a via democrática e a forte atuação dos movimentos feministas fizeram a "questão da mulher" adentrar os debates da política institucional, influenciando na criação de órgãos estaduais e federais, como o Conselho Estadual da Condição Feminina, em São Paulo, em 1983, e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em 1989. Foi também neste período que foram criados espaços de acolhimento às mulheres em situação de violência, como os SOS Mulher e, posteriormente, a Delegacia de Defesa da Mulher, em 1985. Nesta linha, iremos apresentar, de forma sucinta, a articulação entre política, arte e humor do grupo Loucas de Pedra Lilás.

AS LOUCAS

O grupo teatral Loucas de Pedra Lilás surgiu em 1989, em Recife, cidade que, historicamente, é cenário de efervescência política e cultural. O nome, irônico, é uma junção do termo como as pessoas que têm um comportamento "inadequado" são socialmente chamadas – loucas de pedra – a cor do feminismo – lilás. Em 1996, como muitos movimentos sociais brasileiros, o grupo de teatro passou pelo processo de onguização, momento em que o grupo teve, por um determinado tempo, uma sede própria, bem como uma Kombi, utilizada pelo coletivo para levar espetáculos para diferentes lugares.



Lara Matos e Maria Miranda (2019) afirmaram que o grupo surgiu a partir do desejo de suas integrantes de criarem imagens fortes, simples e bem-humoradas para tratar das demandas do movimento. O coletivo foi formado, inicialmente, por Ana Bosch, Cristina Nascimento, Cristina Maia e Gigi Bandler, sendo a última uma argentina que estava exilada no Brasil.

De acordo com Romero, o Loucas pode ser compreendido como um grupo de teatro e ação política que "[...] busca promover a cidadania por meio do teatro e desmistificar o feminismo, empregando uma liga irreverente entre humor e conscientização social" (2017, p. 425). Ao tomar as ruas como palco central das suas ações, bem como ter o humor primordial para aproximar o debate do público, Loucas insere-se na perspectiva que tomamos aqui de artivismo feminista. Em suas ações, o coletivo, com suas integrantes sempre vestidas de preto e com os rostos pintados de branco, utiliza diferentes formas artísticas, misturando estilos teatrais que vão do teatro de rua à palhaçaria e linguagens variadas como a performance, a música e as instalações visuais. Esse formato, do teatro na rua, também está em diálogo com outras experiências brasileiras que entrecruzam arte e políticas, a exemplo dos grupos de teatro de resistência Teatro do Oprimido, Teatro Popular União e Olho Vivo, atuantes entre os anos de 1960 e 1970 (Rosamaria Giatti Carneiro, 2012; García, 1990).

Diferente de outros coletivos feministas de artivismo latino-americanos, as Loucas de Pedra Lilás não têm uma página web que registre a memória de suas ações. As informações sobre o grupo estão dispersas em alguns sites e, recentemente, no Acervo do Vídeo Popular em Pernambuco, uma iniciativa que tem promovido a digitalização e a divulgação de imagens gravadas em vídeo por diferentes movimentos sociais e grupos populares de Pernambuco, entre as décadas de 1980 e 1990. Em um dos registros (Figura 7), podemos ver o Loucas no centro de Recife, trazendo temas relacionados à questão ambiental, tendo em vista a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO/92), sediada no Rio de Janeiro.

Para além das questões climáticas, vemos que o grupo trouxe para o debate público o direito da mulher de decidir sobre seu próprio corpo. Em meio a uma roda de pessoas que passavam pela rua, uma jovem entra em cena segurando o ventre enquanto se questiona: "Eu FICO? Eu TIRO?". O questionamento é interrompido por outras personagens, que usam sobre a máscara branca um "bigode", correspondendo a figuras masculinas de poder, que tentam interferir em sua decisão. As personagens cercam a jovem e podemos ouvir as frases: "MEU? Eu não tenho nada com isso, TIRA!", "Eu troco por voto", "Se ficar, perde o emprego, TIRA!", "FICA, minha filha, depois liga", "É um dom de Deus, FICA!", "O planeta já tem muita gente, pobre é poluição, TIRA". E, enquanto a figura feminina segura seu ventre, as vozes ecoam entre "TIRA" e "FICA", levando a personagem a se posicionar e afirmar: "O corpo é meu e quem decide sou EU!".

Figura 7 - *Eco-92. Loucas de Pedra Lilás*



Fonte: Acervo do Vídeo Popular de Pernambuco.

#PraTodoMundoVer: a figura mostra uma captura de tela de um vídeo do YouTube com uma jovem morena com pintura facial branca e lábios vermelhos, vestida de preto, curvada, com os dedos cruzados sobre a barriga. Ao fundo, uma multidão e, à frente, à direita, uma pequena imagem de uma mulher traduzindo o vídeo para Libras. Na parte superior, se lê o texto "Eco-92, de Loucas da Pedra Lilás".



Neste ato, é notória a intenção do grupo de dialogar com a população, não oferecendo uma resposta, mas, sim, trazendo situações cotidianas por meio de uma linguagem simples e lúdica, que jogam com o humor para problematizar a situação. Ao escancarar o abandono paterno, a possível perda do emprego, a visão religiosa sobre o corpo e a angústia da jovem, o grupo procura aproximar e sensibilizar a população para o problema enfrentado por muitas mulheres, algumas das quais poderiam estar na plateia.

Ao longo dos anos 2000, o coletivo realizou diversas peças, tais como *Chega de dor* (2001), *Todo mundo tem um pouco!* (2001), *Mamy blue* (2001), *Com a força da goela* (2003–2008), *Eta trabalheira* (de 2007), *Para bom entendedor*... (2005), entre outras, que discutem temas como homofobia, HIV, mortalidade materna e avanço conservador na política. Essas peças foram encenadas em espaços públicos, tanto em Recife quanto na região metropolitana. O grupo também fez intervenções em espaços públicos, como a performance *Estado Laico*, realizada em 2012, na Câmara de Deputados, em Brasília, como parte da campanha *Quanto vale seu voto?.*

Silvia Gil (2011) avalia que os movimentos sociais que emergiram na década de 1990 transformam os modos de sair às ruas, em uma recusa à "monotonia das manifestações tradicionais" (p. 239), adotando formas mais criativas, lúdicas e inclusivas de ocupar as ruas, trazendo centralidade para o uso dos corpos nos espaços públicos. Para a autora, nessa nova configuração política, a comunicação e a criatividade se convertem em elementos centrais, pois se compreende que há uma necessidade de produção de novos significados (símbolos, imagens etc.) vinculados às novas tecnologias (redes, páginas, e-mails). Neste sentido, Laymert Garcia dos Laymert G. Santos (2012) analisa que a "virada cibernética", iniciada nos anos de 1970, fez com que entrássemos em "outro tipo de formação sócio-histórica", possibilitando uma experiência estética diferente, "de natureza tecno-estética". Isto é, a tecnologia da informação tem alterado e transformado, drasticamente, vários setores da vida e da cultura, a exemplo das concepções de arte, linguagem e estética.



Pensando na militância do Loucas, podemos analisar como essas mudanças se fazem presente, nos levando a indagar sobre os novos terrenos em que os movimentos feministas e artivistas passam a percorrer. De acordo com Romero (2017), em 2001, o coletivo recebeu o primeiro prêmio 2001 V-Day e, com o valor da premiação, o grupo comprou uma câmera digital para gravar seus trabalhos. A partir deste período, o coletivo passou a realizar séries, com pequenos esquetes e em formato de clips, divulgadas digitalmente. Essas websséries contaram com o apoio de instituições de financiamento internacionais, o que nos leva para as discussões sobre o impacto do processo de onguização na organização e na militância dos movimentos feministas (Oliveira). Essa nova configuração nos leva a indagar sobre o alcance deste novo formato de ativismo, como ele é recepcionado pelo público e quais as implicações deste trânsito das ruas e dos espaços públicos para o meio virtual.

Entre essas websséries estão o *Loucas por Pérolas*, que discute preconceitos e atitudes frente ao vírus do HIV; *Loucas pela quebra das patentes* (2005), sobre o impacto da Conferência Mundial do Comércio nos interesses populares; e o *Loucas pelo Direito de Decidir*, que trata sobre o direito ao próprio corpo. Essas séries estão divididas entre 8 e 10 subtítulos, com cerca de dois minutos cada, nos quais as ativistas, com as tradicionais roupas pretas e rostos brancos, discutem o tema a partir de uma linguagem popular e bem-humorada.

Entre estas destacamos a *Loucas pelo Direito de Decidir*, pois, para além de retomar um debate caro aos feminismos, a descriminação do aborto, chama a atenção para o avanço conservador, que tem unido setores religiosos a partidos políticos, visando retroceder em direitos das mulheres e impedir o avanço de uma agenda de gênero nas políticas institucionais. A série está dividida em dez esquetes intituladas: *Introdução, Todos os quadros, Aflições, Onde mora?, Clandestinidade, Poder médico, Maltrato, Estado laico, A luta legal* e *Quem decide?*. As enquetes são curtas, com cenários simples e as artivistas procurando falar diretamente com as espectadoras.



Na vídeo *Introdução*, uma personagem feminina afirma que as mulheres, hoje, podem participar das decisões, pois vivemos em uma democracia; no entanto, quando se trata das mulheres decidirem sobre seu próprio corpo e reprodução, o estado exerce um poder ditatorial, proibindo e até as punindo. Na segunda esquete, *Aflições*, com um fundo desenhado que mostra ambientes urbanos e rurais, cinco personagens femininas, de diferentes idades e profissões, relatam circunstâncias como o estupro marital, o desconhecimento do uso da pílula anticoncepcional e a falha no preservativo masculino, expondo as angústias e culpas que perpassam essas mulheres ao terem que se defrontar com uma gravidez não planejada.

Mas é na terceira, e mais longa, esquete, que o vídeo aborda questões como Estado democrático, autoritarismo e avanço conservador (Figura 8). A esquete, intitulada *Onde você mora?*, começa com uma explicação sobre o direito ao aborto ao longo da história. Em seguida, uma personagem feminina entra em cena e questiona: "Eu não quero essa gravidez, aonde eu vou?", ao que uma segunda personagem responde: "Depende, onde você mora?". O vídeo poderia levar para uma discussão de classe, centrada no espaço que essas mulheres ocupam dentro da cidade; mas caminha em outra direção: em pensar o direito ao aborto em diferentes países. Assim, enquanto França é apresentada como um país pioneiro na conquista e garantia deste direito pelo Estado, mostram-se, em contraponto, países como China e Índia onde há controle de natalidade e em que há, inclusive, uma rejeição à gestação de fetos femininos. Dessa forma, o direito a decidir sobre o próprio corpo também seria negado.

Ao falar dos Estados Unidos da América, as ativistas mostram que o cenário, a princípio, seria igual ao da França, mas que, desde as eleições de 2000; isto é, desde que George Bush foi eleito, os direitos das mulheres vinham sendo ameaçados. E, neste sentido, mostra, de forma estereotipada, uma figura masculina loira, com a gravata dos EUA, que fala energicamente sobre cortes de gastos públicos, cortes nos créditos para creches, para auxílio-desemprego



e para programas de planejamento familiar, que afirma: "Vida desde a concepção!". A figura política é cercada e aplaudida por outras três personagens masculinas que fazem menção, por suas vestimentas, a grupos religiosos, trabalhadores e militares, que estariam alinhados a este avanço conservador naquele país. No corte seguinte, os três personagens masculinos estão diante de um *Women's reproductive health*, onde proferem frases como: "assassinas", "pecadoras", "viva o nascituro" ou "as mulheres têm que deixar o emprego para os homens e cuidar dos filhos".

É interessante notar que o coletivo chama a atenção para algo que, naquele momento, tinha como referência os Estados Unidos, mas hoje encontra-se difundido na América Latina. Maria das Dores Campos Machado (2020) afirma que, na América Latina, têm se multiplicado as organizações evangélicas "pró-vida" e "pró-família" como uma reação aos avanços dos movimentos feministas e LGBTQIA+ e tendo como objetivo frear a agenda de gênero em distintas legislações. Segundo a autora, essas elites evangélicas mantêm relações fortes com organizações cristãs dos Estados Unidos e têm se apropriado de certos aspectos do discurso católico, como o combate à ideologia de gênero, em uma tentativa de formar parcerias com esses setores mais conservadores. Deste modo, vemos uma transnacionalização deste discurso conversador que tem ganhado força e espaço no campo político-institucional, bem como no meio cultural e digital.

Figura 8 - *Onde você mora?: Loucas pelo Direito de Decidir*



Fonte: Acervo das Loucas de Pedra Lilás.

#PraTodoMundoVer: a figura mostra uma captura de tela de um vídeo do YouTube com três mulheres com pintura facial branca e lábios vermelhos, uma vestida de homem oriental em preto, outra vestida com uma camisa militar camuflada, a terceira como um homem judeu em um terno preto e chapéu e um xale branco. Ao fundo, pode-se ler "...lth Centre", provavelmente um centro de saúde. O texto, acima, diz: "Loucas pelo Direito a Decidir. 2. Onde você mora? Loucas de Pedra Lilás".

No Brasil, este avanço se faz cada dia mais presente, com tentativas deliberadas de impedir mulheres, crianças e adolescentes de terem acesso ao direito à interrupção da gravidez em casos previstos pela legislação, bem como tentar avançar com projetos de lei que visam ao "estatuto do nascituro". Ou seja, faz-se urgente discutir o avanço neoconservador sobre o Brasil e a América Latina, pois este afeta diretamente as mulheres e, sobretudo, aquelas trabalhadoras e racializadas.

O Loucas de Pedra Lilás continua ativo; no entanto, o acesso às suas ações, como dito, não está organizado em uma única página ou acervo, como de outros coletivos feministas latino-americanos. Esse aspecto nos leva a pensar sobre a preservação da memória dos movimentos feministas, bem como sobre a circulação destes movimentos dentro do Brasil e dos demais países latino-americanos.



Também nos faz questionar, sobretudo em um momento em que o avanço conservador está presente, tanto no Brasil quanto na Argentina, como este grupo tem discutido essa temática, que já era foco de suas atenções.

REFLEXÕES FINAIS

Apesar de uma certa especificidade, cujo correlato é o Sul Global como um posicionamento não apenas territorial, mas também ligado a certas formas materiais e simbólicas de existência, o artivismo feminista e transfeminista tem se expressado de maneiras muito diversas e em contextos muito diferentes. Podemos destacar algumas trajetórias de ativismo artístico inicial ou arte ativista feminista presentes no campo da arte, tanto no Brasil quanto na Argentina, que saíram dos "espaços fechados" (instituições de arte como galerias e museus) para ir às ruas. A partir dos anos 2000, e com maior força nos últimos dez anos, encontramos um artivismo diversificado em termos de suas formas de expressão, posicionamentos e origens.

Se, como diz Diana Taylor, "a performance é a continuação da política por outros meios" (2012, p. 115), podemos encontrar algumas continuidades entre a luta feminista na região e certas manifestações na arte e nas ruas. Tanto o movimento *#NiUnaMenos* (2015, Buenos Aires), que rapidamente se replicou em várias cidades do país e da região, quanto as ações que a Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito realizou a partir desses anos, impulsionaram inúmeras manifestações que lançaram bases para a organização, entre outras ações, da Greve Internacional de Mulheres de 8 de março de 2017. Nesse sentido, muitas das intervenções que pudemos identificar até o momento se concentram em denunciar a violência, os abusos e as desigualdades que os sistemas hetero-cis--patriarcais infligem aos corpos e às existências das mulheres e às



dissidências de gênero. Nesse sentido, podemos destacar um forte vínculo entre a incorporação dessas expressões políticas por meio da arte e a necessidade de construir narrativas, arquivos e redes em que o coletivo e a colaboração aumentem a visibilidade e a audibilidade necessárias e, ao mesmo tempo, permitam que elas influenciem as agendas políticas de organizações e Estados.

Esses ativismos feministas e transfeministas que atualmente usam plataformas, redes e dispositivos portáteis adotam não apenas algumas contribuições teóricas provenientes do feminismo radical, mas também do ativismo artístico que, desde o início, orientou a ação política para a performance. Marcela Fuentes propôs recentemente o conceito de "constelações de performance" para definir as táticas de ação coletiva que articulam performances assíncronas e multilocalizadas, permitindo que as ativistas expandam as ações corporais e expressivas para além do espaço físico, vinculando assim as lutas locais e globais (Fuentes, 2020). Sem dúvida, a alta replicabilidade internacional da performance *Un violador en tu camino* (2019) do coletivo artivista transfeminista chileno Lastesis – para denunciar a violência que o sistema hétero-cis-patriarcal inflige às mulheres e à dissidência de gênero sexual – não teria sido possível sem o uso de redes virtuais e dispositivos portáteis (Polti, 2021), mas essas expressões também não teriam sido possíveis sem a "virada cibernética", iniciada na década de 1970, que já estava orientando mudanças na configuração política, comunicacional e criativa, vinculando novas formas de fazer e de se comunicar com as novas tecnologias. Um exemplo disso é a maneira como as Loucas de Pedra Lilás começaram a fazer videoclipes para circular reflexões sobre diferentes tópicos, como violência, saúde, direito de decidir sobre o próprio corpo, no início dos anos 2000.

Para concluir essas reflexões, parece-nos fundamental destacar, por um lado, a luta histórica pelo aborto como um ponto de encontro e um tópico central das agendas feministas. No presente trabalho, pudemos sobrevoar a brilhante produção realizada no



início da década de 1990 pelo grupo de teatro feminista Loucas de Pedra Lilás com *Loucas pelo direito de decidir*, entre outras peças, e, no início dos anos 2000, em Pernambuco, o adesivo realizado pelo grupo de ativismo visual feminista Mujeres Públicas, "*Abortos y escarpines. Todo con la misma aguja*" (2003), e a distribuição da *Estampita* (2004) como algumas das muitas intervenções que vários coletivos feministas realizaram nos últimos anos.

Por outro lado, queremos destacar a importância do afetivo e do cuidado como novas formas pelas quais os artivismos feministas e transfeministas hoje constroem narrativas e orientam suas práticas artísticas e políticas. O caso de *Acción Volcán* (2019) mostra a centralidade da reunião em círculo, do cuidado, do contato e da implantação de gestos afetivos para curar coletivamente as feridas do patriarcado. Desse modo, o afetivo atravessa o campo do pessoal e do político, ponderando a experiência e o que afeta a experiência sobre as "estruturas" e a "narrativa" como formas tradicionais de construção política.

Por fim, queremos destacar a importância do desejo e do gozo em muitas dessas intervenções, como uma mudança importante da denúncia e da reclamação para um (outro) modo de construir o direito de fazer, de decidir e de existir. Podemos ver isso especialmente no ativismo dissidente. No presente trabalho, vimos como tanto Serigrafistas Queer quanto Cromoactivismo buscam fortalecer o desejo e a força de uma comunidade afetiva, tomando os dispositivos visuais como instrumentos de transformação social, política e afetiva.

Essas manifestações artivistas expressam as ressonâncias de uma luta política, mas fundamentalmente a necessidade de uma nova forma de fazer política. Diante do atual avanço das políticas de extrema-direita ligadas ao fascismo e aos antidireitos, enunciar publicamente o gozo é um gesto performático, político e disruptivo.

SUMÁRIO



REFERÊNCIAS

ANDÚJAR, Andrea *et al*. **De minifaldas, militancias y revoluciones**: exploraciones sobre los ´70 en la Argentina. Buenos Aires: Ediciones Luxembug, 2009.

BECKER, Carol. **Zones of contention**: essays on art, institutions, gender and anxiety. Nova York: Nova York Press, 1996.

BEVACQUA, Guillermina. "Deformances": recorridos para una cartografía teatral de las desobediencias sexo-genéricas en el Centro Cultural Rojas (1984-2014). **Telondefondo. Revista De Teoría y Crítica Teatral**, v. 29, p. 130-155, 2019.

CARNEIRO, Rosamaria Giatti. **Em busca do sol**: o direito, o conflito e o teatro do oprimido. São Paulo: Annablume, 2012.

CITRO, Silvia. Pasajes del NiUnaMenos: reflexiones metodológicas sobre un ensayo colectivo de performance-investigación. **Revista del Centro de Estudios sobre Diversidad Cultural**, v. 17, ano 17, p. 1-28, 2018.

COSSE, Isabella. **Pareja, sexualidad y familia en los años sesenta**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2010.

COSTA, Maria Alice; COELHO, Naiara. A(R)Tivismo feminista: intersecções entre arte, política e feminismo. **Confluências**, v. 20, n. 2, p. 25-49, 2018.

CUELLO, Nicolás. Serigrafistas Queer (2007-2011): comunidades de resistencia y afinidad poético-políticas. *In*: JORNADAS DEL CENTRO INTERDISCIPLINARIO DE INVESTIGACIONES EN GÉNERO, 3, 2013, La Plata. **Anais** [...]. La Plata: FAHCE-UNLP, 2013. Disponível em: http://jornadascinig.fahce.unlp.edu.ar/iii-2013. Acesso em: 23 set. 2025.

CUENCA, Alberto López. ¿Pero esto qué es? del arte activista al activismo artístico en América Latina, 1968-2018. **El Ornitorrinco Tachado**, n. 8, p. 17-28, 2018.

DE LA PUENTE, Maximiliano. Performance, política y activismo digital: las intervenciones del Colectivo Dominio Público. **Telondefondo**, n. 26, p. 80-88, 2017.

DELGADO, Manuel. Artivismo y pospolítica: sobre la estetización de las luchas sociales en contextos urbanos. **QuAderns-e**, v. 18, n. 2, p. 68-80, 2013.

DIÉGUEZ, Ileana. **Escenarios liminales**: teatralidades, performances y política. Buenos Aires: Ed. Atuel, 2007.



EXPÓSITO, Marcelo; VIDAL, Ana; VINDEL, Jaime. "Activismo artístico" en Red Conceptualismos del Sur. **Perder la forma humana**: una imagen sísmica de los años ochenta en América Latina. Madri: Museo Nacional Centro de Arte Reina Sofía, 2012. p. 43-50.

FELDMAN, Jonathan. **Los colectivos artísticos y una mirada acerca de la crisis de 2001**: el caso de Arde! Arte, 2001-2006. **Artilugio**, n. 5, p. 115-132, 2019.

FELSHIN, Nina. **But is it art? The spirit of arts as activism**. Seattle: Bay Press, 1995.

FELITTI, Karina. **La revolución de la píldora**: sexualidad y política en los sesenta. Buenos Aires: Edhasa, 2012.

FOGELMAN, Patricia. El artivismo transfeminista anticlerical en Buenos Aires: ARDA y sus apropiaciones simbólicas del fuego. **MERIDIONAL Revista Chilena de Estudios Latinoamericanos**, Santiago de Chile, v. 20, p. 111-159, 2023a.

FOGELMAN, Patricia. Fuego violeta, fuego verde y el marrón de la 'Acción Volcán'. **Revista Eletrônica da ANPHLA**, v. 35, p. 34-62, 2023b.

FUENTES, Marcela. **Activismos tecnopolíticos**: constelaciones de performance. Buenos Aires: Eterna Cadencia, 2020.

FUSCO, Coco. **Dangerous moves**: politics and performance in Cuba. Londres: Tate Publishing, 2015.

GARCIA, Silvana. **Teatro da militância: a intenção do popular no engajamento político**. São Paulo: Perspectiva, 1990.

GIL, Silvia. **Nuevos feminismos**: sentidos comunes en la dispersión: una historia de trayectorias y rupturas en el Estado español. Madrid: Traficante de Sueños, 2011.

GIUNTA, Andrea. **Diversidad y arte latinoamericano**: historias de artistas que rompieron el techo de cristal. Buenos Aires: Siglo XXI Eds., 2024.

GÓMEZ, Lola Proaño. Artivismo y potencia política: el colectivo Fuerza Artística de Choque Comunicativo: cuerpos, memoria y espacio urbano. **Telondefondo**, v. 13, n. 26, p. 48-62, 2017.

GROYS, Boris. Sobre el activismo en el arte. *In*: GROYS, Boris. **Arte en flujo**. Buenos Aires: Caja Negra, 2014. p. 55-74.

GUTIÉRREZ, Laura. **Imágenes de lo posible**: una genealogía discontinua de intervenciones lésbicas y feministas en Argentina 1986-2013. Córdoba: Asentamiento Fernseh, 2021.



GUTIÉRREZ, María Laura; CUELLO, Nicolás. **Mujeres públicas**: fragmentos de un hacer feminista (2003-2016). Córdoba: Museo de Arte Contemporáneo Emilio Caraffa, 2016. p. 35-41.

LONGONI, Ana. Tres coyunturas de activismo artístico. **Coyunturas**, n. 1, p. 9-93, 2010.

LONGONI, Ana; DIÉGUEZ, Ileana. **Incitaciones transfeministas**. Buenos Aires: DocumentA/Escénica, 2021.

LUCIO, Mayra; ZALDUMBIDE, Rocío. Presencias y ausencias intercorporales en el artivismo feminista: la performance de Las Mariposas A.U.Ge. **Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad**, n. 42, ano 15, p. 36-47, 2023.

MACHADO, Maria Dores Campos. O neoconservadorismo cristão no Brasil e na Colômbia. In: BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**: disputas e retrocessos na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2020.

MARADEI, Guadalupe. Cuerpos parlantes: intervenciones artísticas y archivos de la disidencia sexual en la cultura argentina. **CAIANA**, Buenos Aires, n. 8, p. 48-58, 2016.

MATOS, Lara Tatiane de; MIRANDA, Maria Brígida de. Teatro feminista no Brasil: loucas de pedra lilás. **DAPesquisa**, Florianópolis, v. 3, n. 5, p. 1021-1034, 2019.

OLIVEIRA, Júlia G. Silva. **Militância ou profissionalização de gênero?** Um estudo comparativo da imprensa feminista do Brasil, da Argentina e do Chile (1981-1996). 1. ed. São Paulo: USP-Capes: Intermeios, v. 1. 390p., 2020.

OLIVEIRA, Júlia Glaciela da Silva. Artvismo urbano: as novas figurações políticas dos feminismos latino-americanos. **Domínios da Imagem**, Londrina, v. 9, n. 17, p. 196-217, 2015.

POLTI, Victoria. Archivos colaborativos y escuchas performativas transfeministas: el Banco de sonido #Vivas. **Revista ANPHLAC**, v. 35, p. 63-81, 2023.

POLTI, Victoria. Y el miedo...? Que arda!: performatividad sonora en artivismos transfeministas en Buenos Aires: el caso de ARDA. **TRANS-Revista Transcultural de Música**, n. 26, p. 2-22, 2022.

POLTI, Victoria. Escucha performativa y artivismo (trans)feminista: Lastesis y sus resonancias sono-corpo-políticas. **Revista de Estudios Curatoriales, Escuchar el presente**, n. 13, ano 8, p. 61-72, 2021.



RAPOSO, Paulo. Artivismo: articulando disidencias, criando insurgencias. **Cuadernos de Arte e Antropologia**, v. 4, n. 2, p. 1-12, 2015.

RICHARD, Nelly. Lo político en el arte: arte, política e instituciones. **Hemispheric Institute**, 2011. Disponível em: http://hemi.nyu.edu/hemi/en/e-misferica-62/richard. Acesso em: 10 jan. 2023.

ROMERO, Lúcia Regina Vieira V. **De quem é esse corpo? A performatividade de gênero feminino no teatro contemporáneo**: cruzamentos entre processos criativos das mulheres, cena e gênero. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

ROSA, María Laura. **Legados de libertad**: el arte feminista en la efervescencia democrática. Buenos Aires: Biblos, 2014.

SANTOS, Laymert G. Tecno-estética: repensando as relações entre arte e tecnología. *In*: **SIMPÓSIO INTERNACIONAL EMOÇÃO ART.FICIAL 6.0 ITAÚ CULTURAL**, 2012. Disponível em: https://www.laymert.com.br/tecno-estetica-repensando-as-relacoes-entre-arte-e-tecnologia/. Acesso em: 25 mar. 2025.

STAMBAUGH, Antonio Prieto. ¡Lucha libre! Actuaciones de teatralidad y performance. In: STAMBAUGH, Antonio Prieto. **Actualidad de las artes escénicas**: perspectiva latinoamericana. Cidade do México: Domingo Adame, 2009. p. 116-143.

TAYLOR, Diana. **El archivo y el repertorio**: el cuerpo y la memoria cultural en las Américas. Santiago de Chile: Universidad Alberto Hurtado, 2015.

TAYLOR, Diana. **Performance**. Buenos Aires: Asunto Impreso, 2012.

TAYLOR, Diana. **Hacia una definición de performance**. 2001. Disponível em: http://www.nyu.edu/tisch/performance. Acesso em: 22 set. 2025.

TAYLOR, Diana; FUENTES, Marcela (eds.). **Estudios avanzados en performance**. Cidade do México: FCE, 2011.

VERZERO, Lorena. Memorias escénicas y artivismo: dos genealogías entrelazadas. *In*: Salomone, Alicia (ed.). **Memorias culturales y urgencias del presente**: prácticas estético-políticas en Chile, Argentina, Uruguay y Colombia, 175-200. Buenos Aires: Corregidor, 2021.

VERZERO, Lorena. Cuerpos en red: entretejiendo el artivismo feminista. *In:* VIDAL, **Yanina. Tiemblen! las brujas hemos vuelto**: artivismo, teatralidad y performance en el 8M. Montevideo: Estuario, 2020.

Luísa Escher Furtado
Thoya Lindner Mosena
Nelly Brito
Laura Marosin de Oliveira

BORDAÇÃO E FALATÓRIO:
TECENDO UMA ESCUTA FEMINISTA

EMBROIDERY AND CHATTERING: WEAVING A FEMINIST LISTENING

BORDADO Y CHARLA: TEJIENDO UNA ESCUCHA FEMINISTA

SUMÁRIO



RESUMO:

Este trabalho conta a experiência da oficina de bordado livre realizada no Fazendo Gênero 13, que parte do convite para (a)bordarmos juntes uma escuta feminista, enfrentando silenciamentos, evocando tradições. A oficina não pressupunha o ensino de uma técnica, evocava o gesto que remete a uma tradição feminina onde, por meio de linhas e palavras, os sujeitos se inscrevem em um tecido coletivo. A partir da escuta psicanalítica, analisamos como efeitos da oficina a ativação de um falatório que conecta memória, ancestralidade e corpo na construção de singularidades coletivas.

Palavras-chave: Bordado livre. Falatório. Corpo. Feminismo. Psicanálise.

ABSTRACT:

This paper recounts the experience of the open embroidery workshop held at Fazendo Gênero 13, which began with an invitation to embroider together a feminist listening, breaking through silences and evoking traditions. The workshop did not aim to teach a technique; instead, it invoked a gesture tied to a feminine tradition where, through threads and words, subjects inscribe themselves into a collective fabric. Drawing from psychoanalytic listening, we analyze how the workshop led to a flow of speech that connects memory, ancestry, and the body in the construction of collective singularities.

Keywords: *Open embroidery. Chattering. Body. Feminism. Psychoanalysis.*

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-480-3.37

RESUMEN:

Este trabajo cuenta la experiencia del taller de bordado libre realizado en "Fazendo Gênero 13", que surge de en una invitación a (a)bordar juntes una escucha feminista, confrontando silencios y evocando tradiciones. El taller no presupuso la enseñanza de una técnica, sino que evocó el gesto que remite a una tradición femenina donde, a través de líneas y palabras, las participantes se inscriben en un tejido colectivo. A partir de la escucha psicoanalítica, analizamos los efectos del taller: la activación de una charla que conecta memoria, ancestralidad y cuerpo en la construcción de singularidades colectivas.

Palabras clave: *Bordado libre. Charla. Cuerpo. Feminismo. Psicoanálisis.*

SUMÁRIO



Eu era gases puro, ar, espaço vazio, tempo
E gases puro, assim ó, espaço vazio, ó
Eu não tinha formação
Não tinha formatura
Não tinha de onde fazer cabeça
Fazer braço, fazer corpo
Fazer céu da boca, fazer falatório
É dito: pelo chão você não pode ficar
Porque lugar da cabeça é na cabeça
Pelas camas também não vai poder ficar
Lugar de corpo é no corpo
Pelo espaço vazio você também não vai poder ficar

Stela do Patrocínio – Trechos compilados de *Reino dos bichos e dos animais é o meu nome*

A poetisa Stela do Patrocínio desenha, por meio de palavras, um conjunto de interdições ao corpo, aos lugares que não podemos habitar e aos vazios que nos acompanham ao longo do tempo, no insistente processo de fazer-se, traço por traço, na busca de contornos que sejam possíveis ao pulsar da vida, mesmo diante de nossas faltas de formações e formaturas. O desafio de viver, e podemos dizer que sobretudo o desafio de traçar linhas contranormativas e habitar corpos fora do padrão, implica lutar e costurar coletividades e espaços onde possamos ficar, fazer cabeça, falatório e territorializar ecossistemas vivos.



Como cuidar da vida, contra o fim do mundo, é o desafio que nos propôs o Seminário Internacional Fazendo Gênero, na edição em que comemorou 30 anos de resistência feminista. Ailton Krenak (2019) sugere contar histórias como forma de adiar o fim do mundo. De que modo, então, ampliar as condições narrativas que podem contribuir para esse adiamento? Como produzir dobras, perguntas, furos, novos laços possíveis? Envolvidas nessas interrogações, aspiramos experiências de um fazer em psicanálise comprometido com a tarefa de lutar para que tradições contra-hegemônicas sejam contadas.

Coletivamente, temos nos organizado para trilhar caminhos de abertura por uma escuta que faça tecer histórias, enraizamentos e florescimentos de diversos modos de viver. Desde um encontro entre movimentos sociais e práticas universitárias, viemos construindo frentes de trabalho de escuta junto a populações em situação de vulnerabilidade. O que hoje chamamos de Coletivo Intervenção: Por uma Psicanálise Clínico-Política é coordenado pela professora Maria Cristina Candal Poli e se constitui como um programa de extensão na Universidade Federal do Rio de Janeiro. O Coletivo (IG: @coletivointervencao.ufrj) acolhe um emaranhamento de práticas, estudantes e profissionais com interesse em democratizar a psicanálise, sustentando o trabalho de escuta em dispositivos vivos, junto a populações que trazem em seus corpos e percursos marcas de vidas não normativas que, como no texto de Stela do Patrocínio, são muitas vezes interditadas de ocupar o chão, deitar e gozar nas camas, sendo consideradas espaços vazios.

Nossas abordagens produzem metodologias diversas, que vão do bordado à leitura coletiva de textos literários, e acontecem em diferentes instituições parceiras. Atuamos em intervenções grupais para acolher pessoas LGBTQIAP+, pessoas que vivem com HIV, imigrantes, refugiados e mulheres abrigadas. Nos interpelamos sobre como criar dispositivos nos quais esses sujeitos, que muitas vezes percebem os espaços de atendimento tradicionais pouco acolhedores, possam tomar a palavra e serem escutados. Pensamos esses



dispositivos não como algo padronizado, mas antes como um território propício para abordar o vivo de uma experiência. Cada um deles é delineado de forma a estar ética, estética, clínica e politicamente fundamentado, cuidando para manter suas bordas suficientemente permeáveis ao inesperado que cada encontro produz. São metodologias vivas, construídas à medida que acontecem, na escuta daquilo que vai surgir como conversa, sem um tema previamente delimitado, sem efeitos antecipadamente conhecidos. São in(ter)venções, como costumamos dizer colocando parênteses, que nos fazem ler o caráter inventivo dessas práticas, que miram a construção de saberes localizados na interface da universidade com a cidade.

Pensamos com Donna Haraway (1988) que saberes localizados se diferenciam de propostas universalizantes e também daquelas relativistas. A autora, desde a "barriga do monstro" (os EUA), como ela mesma nomeia seu lugar de fala, chama de "truque de Deus" a pretensão de que a ciência seria capaz de produzir um discurso a salvo da necessidade de ter seu próprio ponto de olhar a cena, com a pretensão de ser capaz de partir de uma visão "total" e "infinita", de adentrar todos os cantos e buracos. Esse truque produz a ilusão de uma ciência passível de um discurso descorporificado, feito de pura razão e universalização, com metodologias "limpinhas" de subjetividade. O lugar de neutralidade e objetividade associado ao conhecimento científico diz respeito à maneira como este é fabricado. Quem classicamente o produz é o sujeito situado nas normas de gênero, de raça, de classe e de sexualidade. Essa concepção de ciência diria então de uma pretensão daqueles sujeitos que não partem de um lugar marcado pela margem e pela dissidência e gozam do privilégio de entender-se enquanto O universal.

Ao pensarmos nossas metodologias de trabalho, nos deparamos com tradições e desafios feministas de construção de saberes situados, que assumem a própria parcialidade. Atravessadas por práticas psicanalíticas em nossas trajetórias profissionais, reconhecemos que a psicanálise, proposta a partir da atuação de um médico

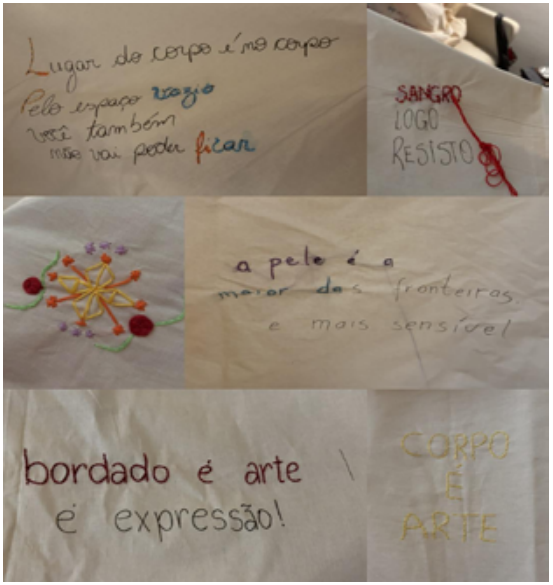


de formação situada na epistemologia da modernidade vienense, corre o risco de repetir posturas de uma concepção de ciência e de escuta universalizantes e excludentes. Por isso, nosso Coletivo se reúne quinzenalmente provocando trocas de referências, construções teóricas e escuta de nossas práticas, em um movimento de nos situarmos enquanto corpos vivos, diversos e localizados em diferentes territórios, assumindo deslocamentos e analisando nossas posturas na delicada trama de identificar e desidentificar os espaços onde se pode ou não ficar e os entraves à possibilidade de o sujeito fazer-se corpo e falatório.

O Coletivo é formado exclusivamente por pessoas adultas que se reúnem na UFRJ, na zona sul do Rio de Janeiro. Em sua composição, há pessoas indígenas, negras e majoritariamente brancas. Há forte presença de pessoas LGBTs, poucos homens e mulheres cisgêneros em grande quantidade. Nossas intervenções acontecem em locais mais periféricos da cidade, o que nos convoca a pensar em como nosso lugar de escuta é atravessado pelo que Andréa Guerra (2022) chama de "sujeito suposto suspeito", tendo em vista que a transferência é marcada por nossa história de colonização, patriarcado e racismo enquanto coletividade e também por processos de produção de privilégios dos sujeitos.

A metodologia do bordado livre coletivo vem se traçando como um convite à produção de falatório, no qual a fala está vinculada ao gesto que remete à ancestralidade, a uma tradição a partir da qual, por meio de linhas, imagens e palavras, os sujeitos se inscrevem em um tecido coletivo. O bordado é livre, não propomos o aprendizado de nenhum ponto específico, nem pressupomos nenhum saber anterior; a proposta é que, sem formação ou formatura, sejamos capazes de inventar e intervir em um chão de possibilidades de formas a uma só vez singulares e coletivas.

Figura 1 - Bordado corpo e arte



Fonte: elaborado pelas autoras, 2023-2024.

#PraTodoMundoVer: montagem de bordados – na primeira imagem, lê-se "Lugar do corpo é no corpo; pelo espaço vazio; você também; não vai poder ficar". Algumas letras foram bordadas em fio azul, outras em laranja e a maior parte está escrita à caneta preta. Na segunda, lê-se "sangro logo, resisto", bordado em linha vermelha e possui um fio que segue solto ao tecido. Na terceira imagem, um bordado feito em amarelo, laranja, verde, vermelho e lilás. Seu formato é circular e as linhas lembram uma mandala. Na quarta, lê-se "a pele é a maior das fronteiras e a mais sensível". O início da frase foi bordado com fio lilás; o meio em azul e o final de caneta preta.

O HEGEMÔNICO NÃO É O MUNDO: OS DIFERENTES TEMPOS DAS EXPERIÊNCIAS

A "Oficina de bordado livre" que aconteceu no Fazendo Gênero de 2024, embora se enquadre nesse modo de fazer que está intrinsecamente costurado ao tempo de sua curta e efêmera duração, começou a



ser alinhavada muito antes, em diferentes tempos-espaços nos quais a experiência se desdobrou, porque os efeitos desse desdobramento se fizeram sentir entre seus participantes. É como se uma tênue teia estivesse sendo tecida entre um e outro tempo. Em um movimento retroativo, a segunda experiência fez novamente viva a primeira, em uma conversa que parece ainda não ter sido encerrada; em uma conversa finita, porque circunscrita àquela duração; mas, ao mesmo tempo, infinita, porque segue encontrando novos destinatários. Inscrevemos uma primeira oficina para pensar sobre a fertilidade de uma escuta feminista no Encontro da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), que aconteceu em Niterói em novembro de 2023, cerca de um ano antes do nosso ateliê de bordado em Florianópolis. Em Niterói, a chamada era para enfrentar a "queda do céu"; em Florianópolis, "o fim do mundo". Encontramos, não à toa, um fio que se alinha na tentativa/esperança de adiar o fim, evitar a queda, fertilizar o vivo.

A QUEDA DO CÉU:
PRIMEIROS TRAÇOS DA "OFICINA DE BORDADO LIVRE POR UMA ESCUTA FEMINISTA"

Como uma proposta ética de trazer nossas experiências às cenas de debate e reflexão, surgiu a ideia de levarmos nossas metodologias de trabalho para cenários de congressos acadêmicos. No Coletivo, fazíamos os bordados apenas no contexto da escuta de imigrantes e refugiados, em um de nossos projetos. Em novembro de 2023, realizamos nossa primeira "Oficina de bordado livre: por uma escuta feminista", no XXII Encontro Nacional da ABRAPSO, cujo tema era: "A 'queda do céu': implicações da Psicologia Social". Propusemos esta oficina não como um relato de experiência ou uma exposição/contação das práticas do Coletivo, mas como um novo tempo de experimentação e intervenção no próprio congresso.

SUMÁRIO



Tínhamos à disposição uma sala de aula onde dispusemos as cadeiras em um grande círculo, abrindo um espaço vazio. Uma toalha de algodão branco de cinco metros foi aberta por muitas mãos e estendida no chão. A oficina, para nosso espanto, teve um número expressivo de participantes, alcançando o máximo de inscrições oferecido pelo evento. O entorno da toalha, pensado para ser bordado em uma única grande roda, viu-se apequenado para acolher tantas mãos. Para possibilitar esse acolhimento, o tecido foi sendo cortado, abrindo espaço para novas pequenas rodas.

As linhas coloridas iam passando pelo buraco da agulha e a artesania do bordado dava contorno às conversas. Chegou gente que nunca havia bordado e também bordadeiras experientes, que fazem dessa arte complemento de seus sustentos. Três rodas se formaram e conversas distintas se teceram; um tema perpassava todas elas: a ancestralidade daquele gesto. O bordado remete à lembrança das mais velhas – havia quem lembrasse da avó, da tia ou da mãe, e as lembranças, por vezes, embalavam lágrimas acolhidas na roda. A conversa fluía e uma espécie de intimidade se construía entre aquelas pouco mais de trinta mulheres, vindas de diferentes cantos do Brasil.

SUMÁRIO

Figura 2 - Bordado e memória



Fonte: elaborado pelas autoras, 2023.

#PraTodoMundoVer: montagem de duas imagens de diferentes bordados. Na imagem superior, lê-se "bordar a memória e a justiça" em fio laranja. Encadeados nos alinhavos da frase estão longos fios coloridos em vermelho, azul, marrom, amarelo e roxo. Na imagem inferior, lê-se "memória", em vermelho, e "vó", em preto. Da segunda palavra, parte uma sequência de alinhavos que se conecta com uma ponta amarela.

Naquele dia, como proponentes da oficina, éramos três mulheres cisgêneras, brancas, vindas de três diferentes regiões do Brasil; assim, cada uma foi se apresentando com seu sotaque. A oficina trazia o convite para bordar uma toalha-manifesto, inscrevendo no tecido aquilo que queríamos evocar [memória] – e invocar [futuro]. Começamos as conversas inspiradas nas palavras de Conceição Evaristo (2007) no texto *Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita*. Nele, a autora conta que



sua mãe, mulher lavadeira, na intenção de que o céu se abrisse para quarar a roupa, desenhava um sol na terra, insistindo em muitas pernas ao redor do grande círculo. A autora recorre a essa imagem para cunhar o termo "escrevivência", abrindo um campo de compreensão da autoinscrição de mulheres negras no mundo, sinalizando que o gesto de escrever com o corpo inteiro pode adquirir um sentido de insubordinação e enfrentamento às tradições patriarcais e racistas.

Em outro artigo de 2020, Evaristo explica o uso do termo "escrevivência", que viu ganhar cada vez mais terreno em espaços acadêmicos. A noção de escrevivência, costurando "escrever" e "vivência", demonstra que uma história de vida nunca é apenas individual, pois atualiza a força de inúmeras vozes ancestrais. "Escrevivência" é um fenômeno particularmente ligado à diáspora africana imposta pelo colonialismo. Não obstante, a autora a propõe como uma possibilidade universal, ressoando em corpos diversos. Nesse contexto, a noção de universalidade é deslocada dos cientistas brancos do Norte Global, como analisava Haraway (1988). Conceição Evaristo situa esse método a partir de um "sentido gerador" corporificado que se localiza na Mãe Preta, "na essência do termo, não como grafia ou como som, mas, como sentido gerador, como uma cadeia de sentidos na qual o termo se fundamenta e inicia a sua dinâmica" (Conceição Evaristo, 2020, p. 29).

A partir do reconhecimento do valor da experiência da Mãe Preta, esse sujeito que resiste à violência de uma história de escravidão e racismo, podemos conhecer e nos conectar à experiência de inscrição no mundo que acontece no gesto de desenhar e evocar o sol, feito por uma mulher que, acocorada, com a saia enrolada entre as pernas e o ventre, colhe um graveto e, em terra lamacenta, confia no seu traço e conclama calor para secar as roupas do varal. O sentido gerador da noção de escrevivência é o de confiar na fertilidade da vivência de escrever invocando desejos. Nos interrogamos: o gesto das mãos e olhos que miram o buraco da agulha e, com a linha,



penetram um tecido, produzindo imagens, palavras, misturando cores e sentidos, pode também se constituir como uma escrevivência?

Consideramos que esses gestos são capazes de expandir o imaginário, vinculados que estão ao desejo vivo, ao movimento que deixa turvo o binarismo passivo-ativo. O bordado livre coletivo se aproxima da experiência de escrevivência, no sentido de que inscreve, por meio do gesto de escrever com o corpo inteiro, a textura, a imagem e o som na tarefa de desenhar, bordar, falar e escutar, como ato manifesto feminista de localização dos saberes e afirmação da ancestralidade.

Antes de chegarmos ao final da oficina, que durou cerca de duas horas, lançamos perguntas sobre como encaminhar nossas toalhas-manifesto: expô-las em algum lugar no próprio congresso? Planejar um ato público? Ocupar algum espaço específico? Construir alguma rede que se estendesse para além daquele encontro? As participantes sugeriram que guardássemos a toalha e que a levássemos para um próximo evento, para que outras pessoas seguissem o traçado coletivo que foi iniciado ali. Em vez de uma toalha-manifesto, como havíamos proposto, a oficina gerou bordados em pedaços de tecido compartilhados, como cartas endereçadas a quem se disponha, alhures, a lê-los, escutá-los, continuá-los.

BORDAR CONTRA O FIM DO MUNDO:
EXPERIÊNCIA DA OFICINA NO FAZENDO GÊNERO 13

Em julho de 2024, outra vez lançamos a "Oficina de bordado livre: por uma escuta feminista" com o convite para abordarmos algumas questões: o que é uma escuta feminista? Que silenciamentos ela enfrenta? Que tradições ela pode pôr em evidência? Esta segunda oficina também não pressupunha o ensino de uma técnica,



mas antes o resgate de alguma ancestralidade do gesto de fazer o movimento da agulha sobre e sob o tecido, deixando os rastros desse percurso marcados na superfície.

A argentina Tamara Kamenszain (2000), desenvolvendo narrativas sobre as memórias de sua mãe, aponta para o caráter feminino e doméstico que o bordar toma. A autora descreve a relevância política dessa técnica que produz registros e escritas no silêncio, mas também é motor de conversações e sussurros entre mulheres, atividade que vai criando uma cadeia inquebrantável de sabedoria por transmissão oral.

Ao bordar, alinhavamos contornos para a experiência, um fazer junto que puxa o fio da rememoração, coloca o corpo em movimento e pode ter um efeito de transmissão: o bordado livre também pode ser uma forma de testemunho, pode produzir, a contrapelo, um vetor não nostálgico para aquilo que nos antecede, geralmente remetendo à toda uma história feminina e doméstica de tecer narrativas. Nesta edição, inserimos ainda outro elemento: trechos literários de autoria feminina (Conceição Evaristo, Camila Sosa Villada, Stela do Patrocínio e Ruth Guimarães), escritos à mão em pequenos pedaços de papel colorido. Alguns foram lidos em voz alta, outros estavam sobre as mesas, então passavam de mão em mão e foram lidos em silêncio. Era uma provocação ao narrar histórias contra o fim do mundo, reinventando nosso caminho, nosso contexto e destino, encorajando trocas afetivas, acadêmicas e artísticas.

Em nossa América, há uma rede de coletivos de bordadeiras que propõem ações politicamente engajadas. Aline Pereira (2023) realizou uma pesquisa relacionando as *arpilleras* produzidas no Chile durante a ditadura (1973–1990) e as produzidas recentemente no Brasil pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), buscando compreender de que maneira a técnica do bordado se constitui como uma prática poética e também de luta. Segundo a autora, "A técnica remonta às mulheres de Isla Negra, no litoral chileno, as



quais utilizavam a arpillera – palavra espanhola para juta, fibra têxtil utilizada no material das sacarias de transporte de alimentos – para bordar" (Aline Pereira, 2023, p. 9).

Existe toda uma teia de bordadeiras brasileiras e uruguaias que vem se encontrando na Rede Hilo-fio, uma rede sem uma inscrição acadêmica formal ou oficial, mas que reúne alguns projetos que podem ser acompanhados pelas redes sociais em @no_coracao_da_agulha, @mostramoslahilacha e @nessaruatemumrio.

Inspiradas na fertilidade do trabalho dessas mulheres, convidamos as participantes do Fazendo Gênero para a oficina. Essa modalidade de intervenção, que a princípio tem duração delimitada em 2 horas, não se esgota em sua execução, mas produz algo – um tecido bordado entre vários –, tendo como tarefa exercitar a escuta a partir do bordar e do conversar. Artesania que se produz na contramão do imediatismo da era digital e implica um fazer com as mãos, em presença, ocupando chão, paredes, cadeiras, no tempo de cada um, em um movimento de desenhar uma pausa e abrir espaços para a criação poética e política.

Marcadas pela experiência da oficina anterior realizada em Niterói, ao invés de uma única toalha, trouxemos toalhas de tecido de algodão cru em branco, além daquelas outras já bordadas. Começamos contando a história das toalhas e de nosso Coletivo. As pessoas foram chegando e se sentando ao redor das cinco mesas que compunham o atelier de arte. Já no convite, definimos que nosso público não precisava saber bordar. A proposta é sempre poder receber os corpos sem formação ou formatura. Propusemos uma oficina aberta a todes, de todas as idades, sem exigir conhecimento a priori. Era um convite a mover o corpo, girar afetos, escutar, romper silenciamentos e a bordar um tecido de possibilidades. Desta vez, a participação foi mais diversa. Apesar de sermos majoritariamente mulheres cis brasileiras, também participaram pessoas trans, homens cis, crianças e pessoas de fora do Brasil. Neste dia, o processo de bordado foi menos dependente de nossa intervenção, as conversas mais fechadas em torno de cada mesa.

Figura 3 - Registros da oficina no Fazendo Gênero 13



Fonte: elaborado pelas autoras, 2024.

#PraTodoMundoVer: montagem de imagens – no centro, há um rosto bordado em linha vermelha. O fio que parte do rosto segue pelo tecido de maneira que parece livre, em certo trecho, traça a forma de um seio. Na segunda imagem, há um sol amarelo sobre linhas azuis. Na terceira, há um bordado de duas pessoas de mãos dadas. As pessoas estão bordadas em linha marrom com calças coloridas. Na quarta imagem, está a mão de uma pessoa bordando uma frase próxima a rolos de linha. Na quinta, vê-se o grupo de pessoas que participou da oficina.

Algumas pessoas nos interrogaram sobre como poderiam replicar a técnica daquela oficina nas instituições onde trabalham, quais os limites, os riscos e as possibilidades do método. Uma professora da educação infantil perguntava sobre como trabalhar com agulhas e crianças. Em uma mesa, casualmente, juntaram-se pesquisadoras do bordado e, desse modo, cada pequeno grupo seguiu um fluxo singular. Uma singularidade que não deve ser confundida por individualidade. Muitas pessoas seguiram bordando imagens ou frases que já estavam na toalha, outras trouxeram para o tecido



palavras que faziam parte dos textos literários que circulavam nas mesas. Assim, pudemos observar que a singularidade é do encontro, retomando e parafraseando Stela do Patrocínio: fazer braço, fazer corpo, fazer céu da boca, fazer falatório depende de que coletivamente sejamos capazes de abrir tempo-espaço.

Como na oficina anterior, propusemos encaminhamentos para os bordados: levá-los para a Marcha Contra o Fim do Mundo, que estava sendo organizada pelo Seminário e aconteceria no dia seguinte. Em recusa, as pessoas participantes nos localizaram sobre o registro da intimidade e o tempo da inscrição e transmissão. Algumas toalhas voltaram para as mesas depois de as termos retirado para a "foto final"; algumas pessoas insistiram em seguir bordando um pouco mais, pensando em um bordado que se destinaria a um próximo evento, uma próxima oficina e, assim, nossas toalhas-manifesto seguem como garrafas ao mar que portam cartas de amor.

EFEITOS QUE RECOLHEMOS DAS EXPERIÊNCIAS

> "Nós somos o começo, o meio e o começo. Existiremos sempre, sorrindo nas tristezas para festejar a vinda das alegrias. Nossas trajetórias nos movem, nossa ancestralidade nos guia."
>
> Mestre Antônio Bispo dos Santos, 2024

Nos parece que a experiência das oficinas se desenha em uma temporalidade como a proposta por Nego Bispo – o começo, o meio, o começo. Um tempo que dá lugar a uma inscrição gravada no gesto, na dança do corpo, na pele, nos ritmos. Um tempo que não diz apenas do que já passou e pode ser evocado, mas também, e, ao mesmo tempo, aponta para o que ainda não aconteceu e precisa ser

SUMÁRIO



invocado. Com Leda Maria Martins (2021), podemos dizer que nesse texto-tecido o que se inscreve é justamente uma "memória do gesto" de bordar em companhia, na partilha de uma mesma superfície de escrita. Nesse tempo de dar testemunho dos efeitos que recortamos a partir das duas oficinas, escolhemos destacar reflexões sobre memória e ancestralidade e sobre singularidades coletivas.

MEMÓRIA E ANCESTRALIDADE

> "A memória é costureira, e costureira caprichosa. A memória faz a sua agulha correr para dentro e para fora, para cima e para baixo, para cá e para lá. Não sabemos o que vem em seguida, o que virá depois. Assim, o ato mais vulgar do mundo, como o de sentar-se a uma mesa e aproximar o tinteiro, pode agitar mil fragmentos díspares, ora iluminados, ora em sombra, pendentes, oscilantes, e revirando-se como a roupa branca de uma família de catorze pessoas, numa corda ao vento."
>
> Virginia Woolf, *Orlando*

Memória-vó, uma associação comumente trazida pelas tantas bordadeiras que nos acompanharam nessa experiência. A costura da memória se dá nesse tempo emaranhado entre o que foi e o que ainda será, a depender sempre do gesto de alinhavá-la. Uma transmissão que acontece de forma talvez espiralada, em camadas que vão sendo sobreimpressas. O tempo da memória e do inconsciente não obedece a uma cronologia que desenharia uma linha, como muito bem foi construindo Freud na escuta do vivo de sua clínica.

Em *Uma nota sobre o bloco mágico*, Freud (2007) compara o inconsciente a um brinquedo no qual se pode escrever ou desenhar, apagando-se em seguida a superfície da lousa. O efeito, aparentemente mágico, é de que nada mais resta do que foi traçado. No entanto, abrindo-se o interior do objeto, podem ser encontradas as impressões que a experiência calcou.



O inconsciente seria uma espécie de extensão da memória que, como dito, não tem pé nem cabeça. É como aquele varal com as roupas de uma família de catorze pessoas penduradas revirando-se ao vento. Retomando as palavras de Stela do Patrocínio (2001), não tem formação, não tem formatura, mas atualiza a experiência ancestral no cotidiano. Afinal, a maior e mais antiga das samaúmas ainda resguarda os infinitos destinos possíveis de sua semente.

Martins (2021, p. 209) resgata e, ao mesmo tempo, coloca no nosso horizonte essa "novidade antiquíssima":

> O corpo bailarina o tempo que se grafa e se grava em seus movimentos. O corpo em performance restaura, expressa e, simultaneamente, produz esse conhecimento, grafado também na memória do gesto. O gesto, *poiesis* do movimento, esculpe e delineia no ar as sonoridades ondulantes. Dá forma visual à música e ao complexo rítmico das sonoridades e vocalidades, criando 'no espaço a forma externa do poema.'

Ou seja, para além ou para aquém do objeto "toalha bordada", podemos pensar que toda a dança que os tantos corpos que participaram das oficinas desenharam, sob o canto das vozes das avós, tias, mães, ancestrais, cria um "ambiente de memória", como propõe Leda Maria Martins (2021). E é por isso que pensamos poder aproximar a toalha bordada não de um texto narrativo, mas da estrutura do sonho, tal como a propôs Freud (2004); isto é, como um rébus, jogo que se avizinha à estrutura da memória: a imagem de elementos díspares dispostos em um varal ao vento, que pedem uma interpretação, não na direção de encontrar um sentido, mas no de abrir novos trilhamentos.

As oficinas de bordação e falatório convidam ao encontro de diferentes corpos e modos de produzir afetos, escutas e silêncios para (a)bordar um céu no tecido de possibilidades que a linguagem comporta, formando um chão de imagens-palavras-riscos. A imensa toalha foi se dividindo e multiplicando no mesmo gesto de corte.



O tecido, que era grande, aumentou suas bordas na medida em que se apequenou. O trabalho se dá nas margens, assim dividir e redistribuir é fundamental para acolher o inesperado.

O convite para (a)bordarmos juntes uma escuta feminista precisa estar atento ao silêncio, ao vazio, à memória, ao corpo e aos afetos. O traçado como arte traz um valor estético, gerador de falatório, uma implicação e construção ética compartilhadas. Uma partilha entre tantas que nem sabemos quantas somos, pois como diz Nego Bispo, nós somos começo, meio e começo. Antes de nós, as bordadeiras atingidas por barragens, inspiradas nas *arpilleras* chilenas, bordaram a resistência, sua r-existência, enviando, junto com seus bordados, uma carta endereçada a outras mulheres, em uma convicção de que "a memória tem força de gravidade, sempre nos atrai" (Arpilleras [...], 2019), memória que não pode ser tecida senão com outras, enquanto memória coletiva. Consideramos relevante ressaltar que não houve propriamente um final em nenhuma das oficinas, pois o que há é um trabalho de endereçamento àquelas que ainda não sabemos quem são.

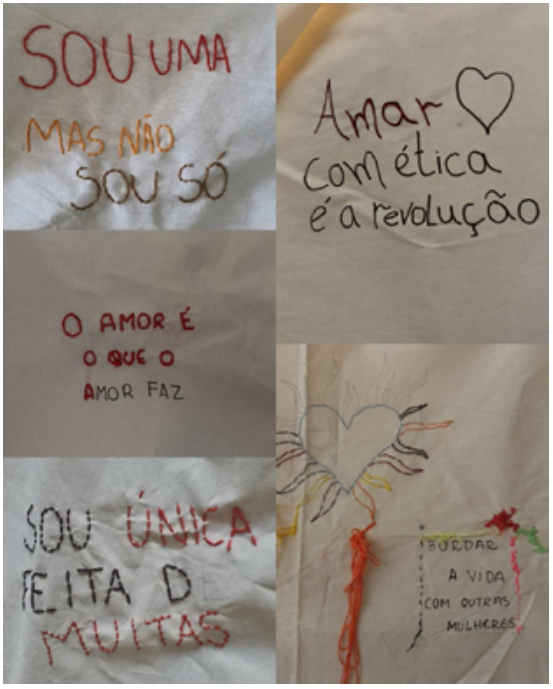
É nas tradições orais e nas práticas de bordado, na intimidade dos laços, que historicamente se fez possível transmitir as narrativas e as palavras que vemos no mundo, como aquelas do "pretuguês", mas que não costumam ser entendidas enquanto legítimas. Gonzalez (2020) cunhou o termo "pretuguês" para designar a língua veementemente brasileira, que inocula, por frestas rítmicas e da ordem dos costumes, sotaques da resistência não branca que parece tecer elo e, ao mesmo tempo, rasgar a hegemonia lusitana imposta pelo colonizador.

Costuramos aqui o argumento de Lélia Gonzalez (2020) a estas narrativas que, mesmo compostas em constelações singulares, se tecem em um ínfimo comum às particularidades de cada história. Na efemeridade do encontro com data marcada, com início e fim em tempo cronológico, encontramos o que parecem efeitos duradouros de uma história que é coletiva. Há, no falatório das participantes, algo que marca o corpo e que escorre, em bordação, para o tecido.

Borda-se, então, como uma escrita com o corpo todo, borda-se a inscrição de um corpo todo no mundo.

SINGULARIDADES COLETIVAS

Figura 4 - Uma, única, outras em revolução



Fonte: elaborado pelas autoras, 2023-2024.

#PraTodoMundoVer: montagem de diferentes bordados – na primeira imagem lê-se "sou uma, mas não sou só" em linhas de cor vermelha, amarela e marrom. Na segunda imagem lê-se "o amor é o que o amor faz". Em uma terceira imagem, lê-se "sou única feita de muitas". "Sou" e "feita de" foram bordadas com linha preta e, "única" e "muitas", com linha vermelha. Em uma quarta imagem, lê-se "amar com ética é a revolução", parte bordada com linha vermelha, parte escrita à caneta preta. Junto há o desenho de um coração. Na quinta, lê-se "bordar a vida com outras mulheres". A frase está escrita à caneta preta e está contornada por uma borda quadrada colorida. Próximo à frase, há emaranhados de fios coloridos e um grande coração azul com raios coloridos.



Bordar o corpo no mundo. Bordar com o corpo todo. De que corpo falamos? As linhas, dentro ou fora das agulhas, podem tanto traçar separações quanto elos. Em nós, o mundo se esboça, enlaçando uns e outros. No corpo do tecido ofertado nas oficinas, alguém tatua em bordação: "Sou única feita de muitas". No outro canto, marcando a pele da toalha, o traço faz letras para expressar: "Sou uma, mas não sou só". Daí o falatório parte e faz seu retorno. Começa em meio ao plural para cirandar em cada corpo singularidades coletivas.

"Por que nosso corpo deveria terminar na pele ou, na melhor das hipóteses, ser encapsulado por pele?", sustenta Judith Butler (2019, p. 15) em eco à Donna Haraway. Tentar responder a essa questão cria aberturas férteis a diversas visões de mundo e possibilidades de nele existir. Se somos mais do que a fronteira imposta pela colonialidade, nosso corpo constitui rizomática, moebianamente, a si e ao mundo, não havendo superioridade do humano ao que estabelecemos como não humano.

"Os corpos nunca estão suficientemente completos", afirma Butler (2019, p. 16). A autora recorre à noção de "matéria", propondo superar a dicotomia natureza x cultura, comumente associada ao binarismo feminino x masculino, em uma lógica machista que entende a cultura, ou a ação do homem, como mais avançada em relação à natureza. Considerada passiva, mais afeita ao primitivo do que ao intelectual, a representação ocidentalizada da natureza encontraria semelhanças ao lugar social designado à mulher pelo discurso patriarcal.

Butler (2019) endossa a lógica feminista sem deixar de interrogar criticamente os feminismos acerca do objeto sobre o qual se debruçam. Ora, o pensar feminista nasce a partir da exclusão política das mulheres em relação aos homens. Outro, o feminino, seria radicalmente excluído da legitimação conferida ao masculino.



Paralelamente, em diálogo com pensamentos de campos diversos e também críticas de pessoas autoras do Sul Global, o feminismo é plural e repleto de contradições. E, conforme Butler (2019), caso não revisite constantemente a si mesmo, corre o risco de fracassar ao desconsiderar o objetivo de democratizar as existências e dar voz aos corpos excluídos na dinâmica cisheterocentrada.

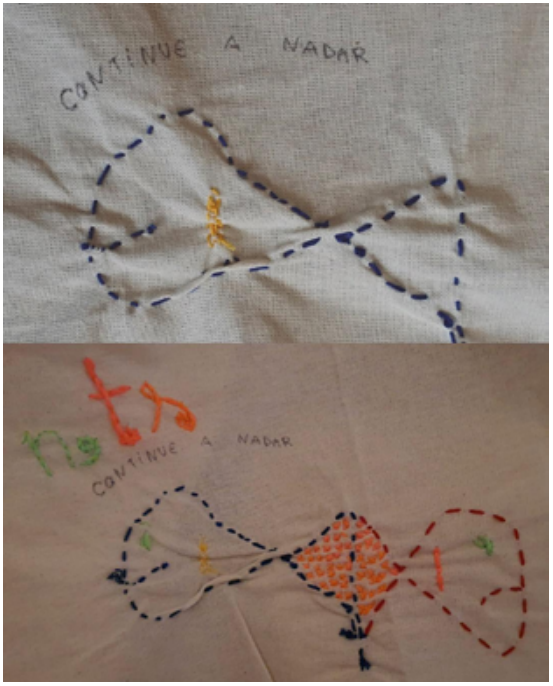
"De fato, algumas feministas têm sustentado que repensar 'a natureza' como um conjunto de inter-relações dinâmicas serve tanto a objetivos feministas como a objetivos ecológicos [...]" (Butler, 2019, p. 20). Eis o feminismo para além da famigerada imagem fême-a-da-espécie-humana, apontando em direção aos desdobramentos de todos os corpos que se constituem "Outro" frente à rigidez da norma hegemônica.

Que lugar fluido é este, afinal? Na tradição coletiva do bordado em nossas oficinas e nos fios de escuta alinhavados sem pé nem cabeça, criamos lugares que passam, que ficam, que fluem no tempo-espaço da invenção em que se pode ser e estar consigo e com o que nos abraça. "Sejamos água, em matéria e espírito, em nossa movência e capacidade de mudar de rumo, ou estaremos perdidos" (Ailton Krenak, 2022, p. 27).

SUMÁRIO

CONTINUE A NADAR

Figura 5 - Continue a nadar



Fonte: elaborado pelas autoras, 2023-2024.

#PraTodoMundoVer: montagem de duas imagens que retratam um mesmo bordado em diferentes tempos. Na imagem superior, lê-se a frase "continue a nadar" acompanhada de um peixe bordado em azul com um detalhe amarelo. Na imagem inferior, o peixe azul está com um novo olho em verde e um novo colorido na cauda. Ele agora está acompanhado de um peixe laranja, ambos estão conectados pelas caudas. Caracterizam-se pelos mesmos detalhes, exceto por uma diferença na posição da boca – o peixe azul parece sorrir, enquanto o peixe laranja parece triste. No segundo tempo do bordado, encontramos uma adição do que parecem ser as letras "n", "t" e "s" bordadas em fios coloridos acima da frase "continue a nadar".

As oficinas de bordado livre por uma escuta feminista nos convocam a pensar sobre a transmissão que se dá a partir, não de uma transferência de conhecimento, mas de um não saber que

SUMÁRIO



convoca à invenção. Consideramos que o relato dessas experiências pode ser importante não só para a formação em psicologia, ou mesmo em outros âmbitos de formação no trabalho com grupos. Mergulhar na experiência dessas rodas de conversa e bordado nos convoca à análise de um dispositivo que só é possível pelo entrelinguagens e o entressaberes que o constituem. Não se trata, portanto, de uma intervenção elaborada na academia e pronta para ser implementada, faz-se necessário gerar uma interface a partir da abertura para aquilo que parece gasoso, tal qual o silêncio, a escuta e a transmissão que podem acontecer no gesto e na repetição de um saber tradicionalmente ligado ao feminino e ao íntimo.

Ao evocarmos a palavra "livre" para o título da oficina, buscamos afirmar que nosso encontro de artesania não pressupõe o ensino de uma técnica, um ponto ou um estilo específico; mas um convite à associação livre, à memória, aos repertórios presentes na experiência e no imaginário e à troca, pois todas as pessoas que compareceram às oficinas sabiam algo sobre o bordar, na mesma medida em que também não sabiam. Assim, o desafio estava no resgate da ancestralidade do gesto de fazer o movimento de mergulhar a agulha no tecido, deixando os rastros desse percurso. O rastro que compõe a memória em suas lembranças e esquecimentos, em seus saberes e principalmente na experiência compartilhada do não saber, matéria-prima da psicanálise.

A caudalosa foz onde deságuam os rios de escrevivências brota de nascentes ancestrais, tão remotas que fogem do que a memória alcança. "É fascinante pensar que o grande rio que dá nome à Bacia Amazônica nasce de um fiozinho de água lá na cordilheira dos Andes" (Krenak, 2022, p. 15). Pode-se chegar ao leito que se fez Mãe Preta e que se refaz em afluentes bordados de escrevivência. Os fios fluidos do tempo que escorrem no agora são as idas e vindas do futuro ancestral. No cerne da escrevivência, portanto, a potência sufocada da voz da mulher preta precisou ser transformada para vicejar – não necessariamente forte, mas criativa, pois afeita



à invenção. "Potência de voz, de criação, de engenhosidade que a casa-grande soube escravizar para o deleite de seus filhos. E se a voz de nossas ancestrais tinha rumos e funções demarcadas pela casa-grande, a nossa escrita não" (Evaristo, 2020, p. 30).

A potência contida na solidez das fronteiras nem assim deixa de fluir, liquefeita em inventividade. É neste sentido que sustentar uma escuta feminista nos atrai. Leva nosso fazer enquanto psicanalistas à perspectiva da fertilidade das formas de inscrever o corpo no mundo, em detrimento da leitura que localiza a lógica fálica como a única (ou a melhor) língua para traduzir o real da vida. Os corpos importam, seja qual for sua matéria e sua forma de ser.

A proposta de bordarmos coletivamente, compartilhando a superfície de registro, enquanto são declamados trechos literários, é um trabalho polifônico de evocação de muitas vozes que podem habitar o tecido e o silêncio, tecendo o falatório como ato político, que não necessariamente precisa transbordar para o espaço público, mas acontece no espaço da intimidade delineada pela roda. Essa intimidade não é circunscrita ao público que ocupa o mesmo tempo-espaço de uma oficina. Como demonstra a Figura 5, aquilo que começou a ser bordado em 2023 por uma pessoa pode ser recuperado em 2024 por outra. O encontro foge à lógica colonial e linear do tempo. O contato das caudas dos peixes faz reviver a mensagem: continue a nadar!

REFERÊNCIAS

ARPILLERAS: atingidas por barragens bordando a resistência. [*S. l.: s. n.*], 2019. 1 vídeo (103 min.). Publicado pelo canal MAB Brasil. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=PEu-AATb3TU. Acesso em: 25 set. 2025.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**. São Paulo: n-1 edições; Crocodilo Edições, 2019.



EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. *In*: ALEXANDRE, Marcos Antônio (org.). **Representações performáticas brasileiras**: teorias, práticas e suas interfaces. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007. p 16-21.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. *In:* DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. (eds.). **Escrevivência**: a escrita de nós – reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26-46.

FREUD, Sigmund. À guisa de introdução ao narcisismo. Rio de Janeiro: Imago, Ed., 2004. v. 1.

FREUD, Sigmund. **Uma nota sobre o "bloco mágico"**. Rio de Janeiro: Imago, Ed., 2007. v. 3.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUERRA, Andrea. **Sujeito suposto suspeito**: a transferência psicanalítica no sul global. São Paulo: n-1 edições, 2022.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1988. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773. Acesso em: 25 set. 2023.

KAMENSZAIN, Tamara. **Bordado y costura del texto**: historias de amor (y otros ensayos sobre poesía). Buenos Aires: Paidós, 2000. p. 207-211.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

MARTINS, Leda Maria. **Performances do tempo espiralar**: poéticas do corpo-tela. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

NEGO Bispo – Trajetórias. [*S. l.: s. n.*], 2024. 1 vídeo (24 min.). Publicado pelo canal Itaú Cultural. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Tqt9BnrolFg. Acesso em: 25 set. 2025.

PATROCÍNIO, Stela. **Reino dos bichos e dos animais é o meu nome**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2001.

PEREIRA, Aline Alessandra Zimmer da Paz. **Arpilleras chilenas e brasileiras**: práticas poéticas, práticas de luta. 2023. 218 f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) — Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

WOOLF, Virginia. **Orlando**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

Luciana Lyra

GOZORIDADE:
AÇÕES CÊNICO-FEMINISTAS COMO PLATAFORMAS DE MILITÂNCIA

GOZORIDADE: FEMINIST SCENIC ACTIONS AS PLATFORMS FOR ACTIVISM

GOZORIDADE: ACCIONES ESCÉNICAS-FEMINISTAS COMO PLATAFORMAS PARA LA MILITÂNCIA

SUMÁRIO



RESUMO

A partir de contribuição científica como convidada para a Mesa redonda 11 (MR11) - *Teatro Feminista,* do *Fazendo Gênero 13*, adenso, em escrita performática, o debate sobre *sororidade* (Suely Gomes Costa, 2009; Souza, 2016) nos movimentos feministas contemporâneos e a sua tensão com o termo *dororidade* (Piedade, 2018), apresentando, ao fim, a ideia autoral da *gozoridade*, com base no sentido do amor e do *Eros* na luta social, defendido por Audre Lord (2019) e bell hooks (2021), e na *militância alegre* (Carla Bergman; Nick Montgomery, 2022), reiterada pela historiadora Silvia Federici (2023), tendo a cena com plataforma política.

Palavras-chave: Sororidade; Dororidade; Gozoridade. Feminismos; Ações cênicas.

ABSTRACT

From a scientific contribution as a guest to a congress round table11 (MR11) – Feminist Theater, from Fazendo Gênero 13, in performance writing, intensify a debate on sorority (Costa, 2009; Souza, 2016) in contemporary feminist movements and its tension with the painful (Piedade, 2018), presenting, in the end, an authorial idea of enjoyment based on the meaning of love and Eros in the social fight, defended by Audre Lord (2019) and bell hooks (2021) and in joyful militancy (Bergman; Montgomery, 2022), reiterated by historian Silvia Federici (2023), using the scene as a political platform.

KEYWORDS: *Sorority; Painful; Enjoyment; Feminisms; Stage actions.*

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-480-3.38

RESUMEN

Desde una contribución científica como invitada a una Mesa Redonda 11 (MR11) - Teatro Feminista, del Fazendo Gênero 13, hasta en la escritura de performance, intensifico un debate sobre la sororidad (Costa, 2009; Souza, 2016) en los movimientos feministas contemporáneos y su tensión con el doloridad (Piedade, 2018), presentando, al final, una idea autoral de disfrute, basada en el significado del amor y Eros en la lucha social, defendido por Audre Lord (2019) y bell hooks (2021) y en militancia alegre (Bergman; Montgomery, 2022), reiterado por la historiadora Silvia Federici (2023), utilizando la escena como plataforma política.

Palabras clave: *Sororidad; Doloridad; Disfrute. Feminismos; Acciones escênicas.*

SUMÁRIO



Teatros feministas sobre a mesa

O que parecia um dia simples de atividades no auditório do Centro de Ciências jurídicas (CCJ), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), transformou-se em *experiência singular* (John Dewey, 2019), com o acontecimento ali do 13 *Fazendo Gênero - contra o fim do mundo: anti-colonialismo, anti-fascismo e justiça climática*, na medida em que eu e meus companheiros professores, Djalma Thürler (UFBA), Izide Fregnani (SINTRAFESC), componentes da mesa 11 (MR11), fomos surpreendidos por uma plateia crescente e ávida por conhecer mais sobre os rumos do *Teatro Feminista* no Brasil, em tempos fascistas que insistem na constante negação da arte como caminho de transformação social.

Coordenada pela professora Maria Brígida de Miranda (Udesc), a MR11 foi alcançando momentos catárticos ao passo em que avançamos nas nossas falas individuais, sempre a pensar qual sentido da arte, e, especificamente, das artes da cena num conjunto tão amplo de reflexões e ações feministas para transformação do tecido social, apresentadas naquele que é o maior evento de caráter internacional no que tange às temáticas de gênero.



Recordo que naquela manhã, inaugurei o debate, ao puxar o fio e tecer acerca do assunto *Teatro Feminista*, chamando à atenção, inicialmente, para a pluralidade do campo, contrariando a grafia singular do título da conferência da mesa. Ao bradar pelos marcadores sociais: raça, classe, território, pautei por uma abordagem diversa, que contemplasse a miríade dos modos de fazer e pensar neste *topos* tão fértil dos teatros feitos pelas diversas *mulheridades.*

Desdobrando-se com o subtítulo *Teatros feministas reinventando Brasis: Panorama de ações de mulheres, seus modos de fazer, refletir e escrever pesquisas nas artes da cena,* nomeei minha contribuição reflexiva, apontando caminhos pedagógicos e poéticos de produtoras, dramaturgas, atrizes, encenadoras/diretoras, técnicas, na cena formal, na cena alternativa, na cena universitária, nos grupos de pesquisa, nos eventos, nas publicações; descortinando um Brasil múltiplo na investigações nas artes cênicas contemporâneas.

Depois desta minha fala de caráter panorâmico acerca das várias experiências cênico-feministas por mim observadas no recente cenário nacional, tanto na seara acadêmica, como no *extramuros* da universidade, passei a ouvir o banquete oferecido por Thürler e Fregnani, que trazendo suas perspectivas no campo dos *estudos de gênero* do primeiro, e nos *artivismos* da segunda, aprofundaram algo que também exaltei em minha apresentação: a importância da *rede* para a criação de ações cênico-feministas.

A ideia de *rede* remonta uma organização que se forma pela reciprocidade em torno de um ideal mesmo, num acordo entre mulheres, que, de diversas formas, experimentam o desmando patriarcal. Em capítulo publicado no livro *O Desmonte 2: corpo, gênero e Interseccionalidades*, afirmo que:

> [...], a formação de redes tem sido uma premissa em todas as suas fases históricas desde 1897, com o advento do *Sufragismo*. Contudo, no movimento feminista atual, fundado em outras e variadas tensões e polarizações, ainda



> com o crescimento significativo dos casos de feminicídio, da violência doméstica, do relevo da tripla jornada de trabalho que sobrecarrega e adoece as mulheres, a ressignificação da mulher sob a perspectiva da rede, como agenciadora coletiva da sociedade, torna-se premente, intensificada pelo mundo digital, com a eclosão da internet, sua comunicação móvel e inevitavelmente célere. (Luciana Lyra, 2022, p. 145)

Lembro que ao evocar a ideia de rede, ainda trouxe à baila, na minha fala, um dos aportes mais populares nos feminismos contemporâneos: a noção de *sororidade*, também sua ampliação com a corruptela *dororidade* (Vilma Piedade, 2019), e vendo-me, como um duplo, pasmem, escalei a mesa daquele auditório, durante o debate, e dali mesmo, de pé sobre um púlpito-palco improvisado, defendi um último termo em minha fala, como quem defende uma personagem, buscando os olhos daqueles que acompanhavam meu raciocínio de cena. Defendi uma ideia autoral, que já me acompanha, desde 2012, eclodida a partir de experiências artísticas, bancas, orientações, estudos de grupo de pesquisa, que intitulei de: *gozoridade.*

É justo sobre estes três termos, *sororidade, dororidade* e *gozoridade*, que recaem os escritos que se seguem neste texto, com gosto de celebração dos *Teatros Feministas* no Brasil. Penso que falar sobre estes conceitos em trama e apontar outros horizontes para os modos de encarar e fazer nossas militâncias, tendo a cena uma grande aliada, é em si, ato de militância.

SOROREM CONTROVERSIAE

Recordo que a primeira vez que ouvi falar da palavra *sororidade* estava em congresso na Bahia, a *XX REDOR – Encontro da Rede Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a mulher e relações de gênero*, ocorrida em Salvador, no ano de 2018. No evento discutia-se



o sentido deste conceito em expansão no universo feminista brasileiro de então. Ali também vi destacando-se o caráter de relatividade da *sororidade* e, sua difícil aplicabilidade na realidade brasileira, caracterizada pelos múltiplos discursos e pelas distâncias de contextos, em virtude dos relevantes marcadores de raça, classe, gênero e território.

De fato, é muito recente a inclusão da palavra sororidade em dicionários de língua portuguesa. Etimologicamente ligada à sua origem latina e religiosa/católica, a palavra *sororidade* ganha, no confronto com os feminismos, o caráter de pacto político de gênero entre mulheres que, em tese, percebem-se umas às outras como interlocutoras, constroem um caminho sem hierarquias, num exercício contínuo da empatia, solidariedade e acolhimento, apoio mútuo entre mulheres no fomento à construção de igualdade nos arranjos sociais entre homens e mulheres (Costa, 2009).

Nesse sentido a prática da *sororidade* parece esteio para se refletir sobre uma possível base mesma de ação ética/estética para as práticas feministas, que em consonância com os feminismos da segunda onda, que tinham como um de seus lemas mais emblemáticos *O pessoal é político* (Carol Hanisch, 1996), montavam como estratégia pedagógica, *grupos de consciência* para descortinar processos íntimos e comuns que nunca tinham sido refletidos em dimensão coletiva, fomentando espaços de afeto, escuta empática, cooperativo e não competitivo entre mulheres, com fins de firmar uma aliança política libertária na contracorrente da opressão de gênero.

No entanto, a despeito de dirimir a rivalidade e construir um espaço igualitário de pavimentação do caminho para que as mulheres alcançassem posições de destaque e poder, respondendo ao machismo estrutural, o que se estava a debater nA'REDOR era a horizontalização da luta fomentada pela ideia da *sororidade* celebrada na primeira década dos anos 2000, no Brasil, quando já se tinha havido uma revisão crítica do termo, na produção intelectual francesa, desde anos 1980, como atesta Françoise Collin:



> ilusão da harmonia e da homogeneidade entre mulheres, assim como a ilusão da identidade absoluta entre privado e político, considerando a evidência de que as mulheres se diferenciam e conflitam entre si [...] e que o inimigo político que é o homem pode ser amado (Collin *apud* Costa, 2009, p. 13).

Ao instalar um *nós* fictício, percebe-se que a estratégia da *sororidade* segue descolada das complexas contradições imanentes dos processos sociais, carregando, em seu cerne, o imaginário romântico da constituição revolucionária, que justo acirra incompatibilidades na ausência de percepção das complexas diferenças e contradições dos processos sociais, em especial, nos países opressivamente colonizados. Nos movimentos de mulheres negras e movimento de mulheres lésbicas, por exemplo, evidenciam-se divisões internas, intensificadas pelo aprofundamento das reflexões sobre raça, sexualidade e colonialismo, do final do século XX.

N'A REDOR, o que se explicitava era a indignação com muitos movimentos feministas no Brasil, que abraçavam a ideia de *sororidade*, mesmo frente ao movimento de crítica observado nos feminismos do norte global, fazendo reacender a possibilidade de destes agenciamentos solidários, dando ao termo, um novo estatuto identitário feminista nacional. Desta forma, na revitalização dos debates feministas dos anos 2000, nacionalmente, o que se via era uma máscara de homogeneidade e utopia a encobrir diversos desníveis sociais, econômicos e políticos entre mulheres de diferentes trajetórias.

Fincado nesta seara de controvérsias, o conceito *sororidade,* de base latina e religiosa, eclode nas *terras brasilis*, em meio às reinvindicações dos feminismos negros, por exemplo, que não se veem representados no espelho uniforme e equânime, dado seus múltiplos pontos de vistas mergulhados no duplo marcador raça-classe, que acaba por construir outra perspectiva de *mulheridades* que se encontra na base de uma pirâmide social, suportando toda sorte de opressão e dimensões de dor.



DORORIDADE... TRAUMA COLONIAL *IN* PERFORMANCES

Pensando amplamente, numa perspectiva de América e tomando o exemplo dos Estados Unidos, a pensadora Angela Davis, no livro *Mulheres, raça e classe* (2016), reflete que na era pós-revolução industrial, a condição social das mulheres começou a se deteriorar e, destacadamente, as mulheres negras "evocavam a metáfora da escravidão quando tentavam expressar suas respectivas opressões" (p. 46), que dê certo, com a marcada segmentação entre elas e as mulheres da raça branca, desferiu um golpe divisório fatal entre a luta de mulheres brancas e negras por direitos e nos possíveis laços de *sororidade*.

No Brasil, não diferente, as divisões de raça e classe também se articularam e ainda se relacionam de forma tensa, e sob o manto de uma amistosa e suposta democracia, restaura continuamente o passado escravocrata e colonial, especialmente no que tange às lutas das mulheres negras, pela condição social, mais vulneráveis às diferentes violações. E é neste contexto de relativização, que emerge a pesquisadora Vilma Piedade, com seu conceito de *dororidade* (2019), reclamando olhares diferenciados para corpos das mulheres negras, ainda mais invisibilizados no Brasil, silenciados, traumatizados, carregando dentro do seu ser, muitas dores, muitas cicatrizes e feridas abertas, sempre à beira do adoecimento.

A *dororidade*, de fácil compreensão etimológica, destampa a ideia de um elo entre mulheres, relevando o sofrimento das mulheres negras, seja de caráter físico, moral, emocional, patrimonial; concebido pelo racismo, o sexismo histórico e estrutural, que acometem negritudes, relegadas ao espaço de subalternidade e hipersexualização. Em defesa deste conceito da *dororidade*, Piedade reivindica que coloquemos em pauta, a discussão sobre a realidade experimentada cotidianamente pelas mulheres negras contra a violência de uma



hegemonia colonial, remontando lutas de suas antepassadas dos idos de 70, militantes negras na guia dos movimentos negros, que iniciaram a formação de núcleos e coletivos femininos com fins políticos.

De mãos dadas à pensadora negra Lélia Gonzalez, militante e coordenadora, em 1983, do coletivo de Mulheres intitulado *Nzinga, movimento negro, autônomo e independente*; Vilma assume o compromisso de propagação de um discurso crítico e analítico sobre a posição subalternizada da mulher negra na sociedade brasileira, procurando, a partir do eixo Gênero-Raça, desvendar as dores e vivências do cotidiano desta categoria de mulher, a falta de afetividade e solidão imposta a ela socialmente.

Ao defender a estratégia da *dororidade,* Piedade aponta o desmanche dos estereótipos de servilismo profissional e sexual, a objetificação dos corpos das mulheres negras tidos como 'eroticamente primitivos', utilizados colonialmente como incubadoras para gerações de pessoas a serem igualmente escravizadas, sob a chibata e o ferrete patriarcal, ainda vigente sob mesmas e outras máscaras no Brasil.

Compreender criticamente que entre as mãos dadas das mulheres em homogênea *sororidade*, subsiste a pele preta da mulher preta, com destinação menor frente ao racismo e machismo estruturais, é fomentar a ação veemente contra estes estatutos, recobrando em horizontes úmidos a participação das mulheres negras no palco da história, constituindo *(her)stórias* (2024, p. 45) que bradam pela sua participação no processo de educação e por conseguinte no alcance da esfera pública, com fins de reparação secular da condição de subserviência a elas submetida.

Atuando como professora associada no Instituto de Artes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) - que vem se destacando como uma das instituições educacionais mais engajadas nacionalmente na política de cotas, abrigando um sem-número de estudantes negras de periferias - venho ampliando meus horizontes de estudos e de militâncias.



Com a fundação do grupo de pesquisa e extensão MOTIM – Mito, rito e cartografias feministas nas artes (CNPq)[155], tomei por meta o acolhimento de agendas feministas, estudando-as exaustivamente, debatendo-as em eventos por nós promovidos[156], e orientando pesquisas[157], muitas delas destampadas por mulheres negras, mas também por mulheres lésbicas, bissexuais, dissidentes de gênero, com intenção de empreender investigações em artes, tendo a cena como plataforma de depoimento pessoal, das cicatrizes coloniais que teimam em doer e permanecer com o *status* de *trauma* (Margareth Rago, 2013; Diana Taylor, 2009), exigindo a abertura de um espaço de expurgo e vazão que as performances ofertam abundantemente, como exemplifico abaixo, na citação de Adriana Rolin, integrante do MOTIM, mestra, doutora em artes pela UERJ, sob minha orientação, com seu depoimento de dor na performance intitulada *Yriadobá:*

> No início eram as mutilações de minha vagina que apareciam na dramaturgia, depois surgiram as mutilações nas vaginas de minha mãe e de minha avó materna, que ganhou certo protagonismo, por ser mulher negra, considerada enlouquecida, que sofrera violências múltiplas e cometera suicídio ateando fogo em si mesma num ato de fuga e coragem, denunciando a pulsão patriarcal e racista na figura de meu avô. Mais do que Arlete, Yriadobá precisou aparecer para refazer o mito e nos dizer no alto das montanhas, esse neologismo que você me presenteou, Luciana. Te convido a ler e ouvir tua voz ecoando Y-r-i-a-d-o-b-á, gosto da última sílaba bem acentuada que precede um silêncio em suspensão, ela é neta do sol e prima da lama, ela carrega no peito o grito de 346 mulheres humilhadas, dilaceradas, mortas. Sinto-a como um resgate de mim e de minhas ancestrais, é sempre um ritual de cura trazê-la em cena e muitas vezes canto as canções que lhe compus quando me sinto em escuridão porque também fui visitada por imagens de suicídio ao longo desse processo, mas era

155 Vide: https://amotinadas.wixsite.com/motim

156 Vide: https://amotinadas.wixsite.com/motim/pesquisadoras1

157 Vide: https://amotinadas.wixsite.com/motim/eventos



> a janela do oitavo andar que me convidava a saltar em voos e céus, era o ar e não o fogo, eram asas e flores que despetalavam até o cair do chão. Arlete me ensinou a reolhar o impacto do racismo na saúde mental da população negra porque também sou negra e habito espaços hegemônicos. "A complexidade histórica-política, econômica, cultural e social do Brasil se reflete no aspecto intra e inter-psíquico da população brasileira e nos seus mecanismos de perpetuação do racismo." (Lyra; Adriana Rolin Lopes Oliveira Ribeiro, 2021, p. 321).

Pondo em cena também suas dores, a pesquisadora Maria Flor, também integrante do MOTIM, relata o poder da performance em sua dissertação de mestrado, por mim orientada:

> [...] fui então me entendendo como mulher negra na sociedade e fui resgatando na caixinha da pele-memória vários episódios vivenciados sobre quem eu sou, sobre a pele que habito e o cabelo crespo que sempre incomodou tanta gente e que por tanto tempo tentei domá-lo. Foi aí então que comecei a refletir sobre ocupar meu lugar de fala. levantado material pessoal para criação da performance intitulada *C.Ú.: Cadastro único*. A criação partia da ideia de que nascemos para sermos números, cadastrados assim que nascemos para então sermos ditos cidadãos e também fazendo analogia ao cadastro único do Governo Federal. Eu e meu companheiro de cena Francisco Júnior, duas pessoas negras e frequentemente vítimas de atitudes racistas, trouxemos reflexões da infância, da adolescência e da vida adulta. A luta constante desde o nascimento para ser parte de um mundo que nos condena pela cor, pelo gênero, pela aparência e no final o corpo preto é sempre o maior em número com relação aos homicídios, as mães solos, os desempregados, os mais pobres os mais esquecidos dentro da sociedade. Nos resta muitas vezes um Cadastro Único que nos permite receber um valor menor do que R$300,00 para custear a vida de "cú" que muitos de nós estamos levando hoje (Glênia Maria da Silva Freitas, 2022, p. 59).

Figuras 1 e 2 - Performances de Maria Flor e Adriana Rolin, integrantes do MOTIM





Fonte das figuras 1 e 2: Acervo do grupo de pesquisa MOTIM.

GOZORIDADE... ODE E DIREITO À FESTA, À BELEZA, AO AMOR E À ALEGRIA

Entretanto, naquela manhã de julho de 2024, na UFSC, interessava-me suplantar a homogeneização do estatuto da *sororidade* e destravar o *continuum* dos *traumas* que nos impelem às dores e à necessidade de extravasá-las. Impulsionava-me apresentar uma pergunta fulcral que não só foi destampada, de forma inaugural, na fala na MR11, do *13 Fazendo Gênero*, mas vinha persistindo a cada orientação ou banca realizada desde 2012, a cada troca com o MOTIM, desde 2015, passando pela tragédia pandêmica, entre 2020 e 2022. Qual seja: *Respeitando as diferentes mulheridades, suas lutas e suas dores, como fazer emergir da cena um estado de regozijo e positividade construtiva, transformadora?*

Foi ao buscar saída para esta pergunta que encontrei e apresentei, de forma oficial, no *Fazendo Gênero 13,* o termo *gozoridade.* Naturalmente, este emergiu num *neologismo*, num jogo com as palavras anteriores: *sororidade, dororidade*, e delas carrega a ideia da *partilha* e da *peleja*, no entanto, acresce a elas, a possibilidade do



estado de *graça* que podemos tocar ao batalharmos pela justiça e pela verdade num mundo de iniquidades. O *gozo* surge justo no verter da celebração, mas o ato de celebrar aqui, não eclode como fim, e sim como processo de festar a força para a luta, e os seus propósitos edificadores e vivificadores.

Segundo o dicionário Michaelis[158], *gozo* significa:

> 1. Ação ou efeito de gozar; alegria, júbilo, prazer;
>
> 2. Emoção agradável, resultante de satisfação nos níveis intelectual, moral ou material;
>
> 3. Posse ou uso de alguma coisa da qual advém satisfação ou vantagem;
>
> 4. Motivo de graça, de diversão, de hilaridade;
>
> 5. Prazer ou deleite sexual;
>
> 6. Orgasmo.

Reunindo os estados da alegria, do prazer, do júbilo, do erotismo, da diversão, da satisfação, *a gozoridade* passa a ser uma estratégia protetiva da sanidade das mulheres em meio às opressões, um caminho de manutenção da saúde em meio às agendas feministas com seus *carregos* e percalços. Sendo as artes da cena em si, uma senda lúdica e metafórica, podem articular densos temas, por meio do jogo ativado pela função imaginativa, relevando-se potente caminho de invenção de mundos renovados entre as dimensões política, curativa e ritualística/celebrativa.

No entanto, ao me lançar ao termo *gozoridade,* não me sustento sozinha, antes transito por teóricas feministas que me são inspiração a cada passo. É Audre Lord, aguerrida poeta e estudiosa dos feminismos negros, por exemplo, que argumenta, por meio de seu texto *Usos do Erótico: O Erótico como Poder* (2019, pp. 67-74), sobre o

158 Disponível em: https://michaelis.uol.com.br/palavra/MjRa/gozo%3CEi%3E1%3C/Ei%3E/ Acesso em: 21 de outubro de 2024.



poder do erótico enquanto fonte de energia criativa, profundamente enraizada no sentimento e na experiência entre mulheres, que pode transformar a vida de cada uma e de suas existências com um todo.

De acordo Audre Lord (2019, p. 67), existem muitos tipos de poder, reconhecidos ou ignorados, utilizados ou não. O erótico é um recurso intrínseco a cada uma de nós, localizado em um plano profundamente feminino e espiritual, e que tem firmes raízes no poder de nossos sentimentos reprimidos e desconsiderados. Lutar e debater criticamente agendas de mulheres, tendo como estratégia a *gozoridade* é articular forças e *Eros*, e mais de sua mãe *Afrodite,* que nos embasam na capacidade de existirmos em nossa plenitude autonomamente, nossa potência e beleza, que não permitem formas de controle sobre nossos corpos e existências.

Na esteira de Lord, a também estadunidense bell hooks, no seu livro *Tudo sobre o amor: novas perspectivas* (2023), destaca o estatuto do *amor* como instância de ação, como afeto político, o amor em seu sentido mais alargado e potencializado, ou seja, um amor com mais consciência – de si, do outro, do coletivo e do nosso mundo interno, instaurando uma ética amorosa, que seria assim um modo de obter algum controle sobre a violência que nos chega e nos atravessa.

Convocando também a força de *Eros*, como personificação do poder criativo e da harmonia, como declaração da força vital das mulheres, hooks desmancha o tratamento objetal destinado às mulheres, especialmente às mulheres negras, convocando o afeto contra o silenciamento e a opressão, em favor do discurso e da libertação, da emergência de sujeitas na sociedade contemporânea. Em outro livro da pesquisadora, intitulado *Erguer a voz,* defende:

> Fazer a transição do silêncio à fala é, para o oprimido, o colonizado, o explorado, e para aqueles que se levantam e lutam lado a lado, um gesto de desafio que cura, que possibilita uma vida nova e um novo crescimento.



> Esse ato de fala, de "erguer a voz", não é um mero gesto de palavras vazias: é uma expressão de nossa transição de objeto para sujeito - a voz liberta (bell hooks, 2019, p. 39).

Penso que a proposta da *gozoridade*, ao se ancorar no *erotismo* e no *amor*, nos impulsos de *Eros,* e mais de *Afrodite* e seu desejo latente pela beleza no mundo, também somos impelidas a refletir sobre o *contentamento* e corroborar com a ideia de *Militância Alegre*, defendida por Carla Bergman e Nick Montgomery, em livro homônimo, com o subtítulo *Tejer resistencias, florecer en tiempos tóxicos (2022),* que busca desmontar o radicalismo rígido e as formas congeladas e tóxicas de relacionamento no interior dos movimentos sociais, dos ativismos feministas, dirimindo sentimentos e atitudes de medo, ansiedade, ansiedade, fraqueza, em troca da potência individuais e coletivas, evocadas pelo filósofo Spinoza em sua *teoria dos efeitos.*

Sobre a proposta a *Militância Alegre*, diz Federici em entrevista:

> É com as outras pessoas que nos nutrimos de energia, através do amor, da afetividade, das relações, no fazer coisas juntos, de não nos sentirmos sozinhos. Assim nos transformamos e vamos para mais um dia de luta. Não significa que você não sofra, porque você paga um preço quando luta contra essa sociedade violenta. Mas a luta também tem de ser alegre. Se a luta é sofrimento, mais dor, mais trabalho, mais fardo, então temos de repensá-la. Não podemos continuar pensando em revolução daqui a 500 anos. Se sua vida está ruim agora, temos de mudar agora. Não podemos continuar adiando as revoluções para um tipo de futuro que nunca sabemos se virá. E a vida das pessoas é miserável demais para acrescentar mais trabalho. A luta não pode ser apenas mais trabalho. É preciso que haja também algo que abra uma janela para um novo mundo. Abrir algo que nos dê um gostinho dessa sociedade que queremos construir, de outra sociedade já existente, a partir do presente[159].

159 Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2023/12/17/silvia-federici-os-movimentos-feministas-mais-poderosos-do-mundo-hoje-estao-na-america-latina Acesso: 19 de outubro de 2024.



Concomitantemente, entendo que em consonância com o *erotismo*, o *amor*, a *alegria*, a *gozoridade,* como estratégia de luta, dialoga também com a *poesia* e suas formas de olhar o mundo com miradas prenhes de imagens, que acabam por se abrir para outras imagens poéticas, no desvelar de mundos mais felizes e simples e vastos, como fazem Hilda Hilst, Clarice Lispector, Cora Coralina, Carolina Maria de Jesus, Neide Archanjo, Cecília Meirelles[160] e tantas outras, que como Conceição Evaristo, recobram a menina que fomos e avistam horizontes férteis de futuro a cada passo mínimo que tece a vida:

> O olho do sol batia sobre as roupas do varal e mamãe sorria feliz. Gotículas de água aspergindo a minha vida-menina balançavam ao vento. Pequenas lágrimas dos lençóis. Pedrinhas azuis, pedaços de anil, fiapos de nuvens solitárias caídas do céu eram encontradas ao redor das bacias e tinas das lavagens de roupa. Tudo me causava uma comoção maior. A poesia me visitava e eu nem sabia (Brito, 2008, epígrafe).

Como artista e pesquisadora/professora em artes da cena que sou, entendo que o teatro, a dança, a performance, justo por ativarem a ludicidade, a capacidade de invenção, podem ser plataformas para além da publicização das dores, pautas comuns das *mulheridades*, mas também encontrarem férteis acessos ao mundo poético, pela via da alegria, do riso, do humor, do corpo vivificado, ou seja, o caminho da *gozoridade* como uma cultura da divergência, ativa e oculta contra os regimes repressivos, potencializando mudanças na dinâmica social.

É em defesa desta *gozoridade*, que emergiu de maneira oficial naquela manhã redundantemente prazerosa de *Fazendo Gênero 13,* que trago aqui alguns exemplos de mulheres artistas-pesquisadoras do MOTIM, ou, de alguma forma, próximas ao grupo ou a mim,

160 Escritoras brasileiras por quem tenho mais funda empatia, porque nas suas prosas e poesias, carregam o mundo inteiro reinventado.

que vem se utilizando do que chamo de *princípios gozosos* para suas criações, ou seja, fazendo do regozijo e da graça instrumentos políticos para fundas transformações no contexto das mulheres neste Brasil de dimensão continental.

Figuras 3 e 4 - Ternurinha e a Palhaça Fronha, pelas artistas Tefa Polidoro e Antônia Vilarinho





Fonte da figura 3: Mariana Rotili | Fonte da figura 4: Debora Amorim

De Florianópolis, onde atuo como professora colaboradora no Programa de Pós-graduação em Artes Cênicas (PPGAC) da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), destaco os marcantes trabalhos das atrizes Tefa Polidoro, Thaís Putti, Antônia Vilarinho e da dramaturga Cléo Araújo, que fazem do riso antídoto para a dor, ferramenta para a luta contra injustiças sociais, que atingem detidamente as mulheres.

Tendo uma formação erudita em dança e universitária no campo do teatro, Stefanie Polidoro[161], atualmente professora em artes da cena na Udesc e conhecida como Tefa Polidoro, alavancou suas pesquisas mais recentes no campo dos feminismos, a partir de uma personagem urdida a partir da relação com a produção de lixos e descartes. Com foco nas discussões sobre 'grotesco', 'teatros feministas' e 'teatros políticos', criou *Ternurinha*, uma moradora de rua,

161 Participei ativamente como professora avaliadora, das qualificações e defesas de mestrado e doutorado desta artista, sob orientação da Profa. Dra. Brígida de Miranda.



por meio da qual a atriz discursa com a fala crua e nenhuma polidez, em prol da segurança dos corpos das mulheres, num Brasil feminicida. Com sua língua solta e bruto desarranjo de corpo, Ternurinha, comovente, acaba por provocar pelo riso, o aprendizado leve e fundo pelas suas *teatropalestras* (Stefanie Liz Polidoro, 2020).

Na chave do riso, destampo também o trabalho de palhaçaria da artista Antônia Vilarinho (2023), integrante do MOTIM, que em seu doutorado recém defendido na Udesc, sob minha orientação e coorientação da Profa. Dra. Joice Aglae (UFBA), elabora o termo *palhaçaria de terreiro,* para pensar o entrecruzamento entre candomblé, capoeira e palhaçaria feminista. Pensando-se como mulher preta, nordestina, em terras do Sul, Vilarinho propõe oficinas, muitas delas destinadas para mulheres, e conduzidas pela sua palhaça *Fronha* no sentido da *presentificação* do corpo, por ela entendido como um *corpo mandinga*, que ginga e materializa a graça, o riso curativo, mesmo que a partir da dor.

Descolado das práticas direta com as bufonarias e as palhaçarias, o trabalho da atriz Thaís Putti, também integrante do MOTIM e mestra em artes cênicas pela Udesc, sob minha orientação, traz à baila a discussão a mulher fora do padrão instituído pelo patriarcado, refletindo sobre o estatuto da *gordofobia.* A sua dramaturgia, que aqui recobro, intitulada *Tem mais de mim aqui dentro* e defendida no seu mestrado (2021), traz um recorte cômico de denúncia contra as estruturas *gordofóbicas* que limitam os corpos gordes no fazer teatral. É uma mistura entre seu eu e o seu fantástico, desafiando os limites entre o que é real e o que é ficcional, facilitando uma coerência que não é estritamente autobiográfica, mas que brinca com uma persona que administra os atritos de ambas, no fomento ao riso crítico e revolucionário.

Figuras 5 e 6 - Em cena a atriz Thaís Putti e o grupo estação de teatro-RN





Fonte da figura 5: Cristiano Prim | Fonte da figura 6: Brunno Martins

A dramaturga Cléo Araújo, como Antônia, nordestina e doutorada em artes cênicas pela Udesc (2023)[162], que também relembro, traz para a cena teatral o espetáculo *Candeia,* com o grupo Estação de Teatro-RN, levantando situações com mulheres fora do padrão. No trabalho, quatro senhoras senescentes cantam e contam estórias desfiando o universo seridoense, em vivazes conversas num quintal, regadas a chá aromático, trocas de receitas culinárias, rezas e benzimentos, fazendo o público recobrar, com delicadeza e graça, a potência das avós, seus ensinamentos e olhares para as dimensões mágicas e simples da vida e da natureza.

162 Participei ativamente como professora avaliadora das bancas de doutorado desta artista, sob orientação da Profa. Dra. Brígida de Miranda.

Figuras 7 e 8 - Raquel Pires e *Entretantas*, em performance.





Fonte da figura 7: Carol Fidalgo | Fonte da figura 8: Ulisses Candal.

Da dança, aponto dois trabalhos que me vem chamando a atenção, exato por pensarem a linguagem artística como cerceadora e ao mesmo tempo libertadora dos corpos de mulheres. Na performance *A001: Desmontagem em dança: práticas e teorias*, apresentada no *O Levante II Edição – Pedagogias Feministas nas artes da cena* (2024), organizado pelo MOTIM, a dançarina e professora da UFMG, Raquel Pires Cavalcanti desvela/denuncia práticas abusivas e imperiosas no ensino da dança, com o desafio de encontrar modos de abordar cenicamente esse material tão revelador e perturbador, sem precisar adotar um tom agressivo e acusatório. Recobrando a personagem da "professora de dança", usualmente vista como autoritária, imprime-se ironia e deboche em prol da crítica à própria figura moldada pelos parâmetros patriarcais de educação.

O grupo *Entretantas,* de Curitiba, por sua vez, ao chamar a atenção para uma *Resistência dançada*, um *humor encarnado*, usa da repetição e da redundância para entender a criação em dança, tendo como tema a realidade brasileira de 2016, no espetáculo *Nosso Lindo Balão Azul.* Formada por professoras do curso de dança da Unespar, o coletivo, tem em sua configuração, a artista Gladys dos Santos[163],

163 Participei ativamente como professora avaliadora da banca de doutorado desta artista, sob orientação do Prof. Dr. Milton de Andrade (Udesc).

que já tem em sua trajetória autoral investidas no fantástico e no lúdico, por meio de sua incrível *Mulher Sambambaia* (Gladys dos Santos, 2023), e, além de outras mais, Ludmila Aguiar, integrante do MOTIM e doutoranda em artes da UERJ (2024), que sob minha orientação, marca seus passos e movimentos, a partir de confusões políticas e violências de gênero, dançados em sátiras.

Figuras 9 e 10 - Helena Vadia, de Pâmella Villanova e Confabulações, da Cia. Buffa-BA





Fonte da figura 9: Acervo FEIA/Unicamp | Fonte da figura 10: Adeloyá Magnoni

Com interesse numa linguagem híbrida entre o teatro e a palestra acadêmica, avanço a indicar a artista Pâmella Villanova[164], que trabalhou entre 2012 e 2014, com Helena, da mítica grega, resultando no seu mestrado em artes na Unicamp, sob a orientação da Profa. Dra. Verônica Fabrini, abordando o mito sob uma perspectiva satírica e procurando atualizar seus mitemas. Com o avanço no seu doutorado em curso, a atriz tem se interessado por aprofundar a linguagem da palestra-performance, agora pensado sobre modos de viver e o meio ambiente, sempre na busca desta tensão entre a crítica, o humor e o alcance da consciência política sobre a beleza, o consumo e o mundo em necessária reconstrução de modelos fixados pelo patriarcado.

164 Participei ativamente como professora avaliadora da banca de mestrado desta artista.



De Salvador, com direção da Profa. Dra. Joice Aglae[165] (UFBA), recordo a *Cia. Buffa de Teatro*, e o seu espetáculo de repertório *ConFabulAções (2018)*, que discute, através da bufonaria e da folia popular, o papel da mulher e as violências por ela sofrida, ao longo dos caminhos da humanidade. A dramaturgia passa pela denúncia de violências cotidianas, por meio da alegoria e da sátira, fazendo-nos pensar no mundo que vivemos.

Como último exemplo, defendo, que neste mesmo ano de 2024, que descortino a *gozoridade* como conceito, como princípio para a militância, lanço meu primeiro texto teatral cômico, intitulado *Josephina – Uma breve comédia feminista*, como parte da *Coleção Dramaturgias Feministas* (2025), que concebi e venho tendo a parceria da *Numa editora-RJ*, para publicação.

Sinto como auspicioso abrir esta coleção com minha primeira comédia, inspirada na vida-obra da dramaturga sufragista dos 1800, Josefina Álvares de Azevedo, que tem também sua comédia *O Voto Feminino* reeditada neste primeiro volume. Repito. Sinto como auspicioso publicar em dose dupla, peças que acastelam o papel da mulher na vida pública, fazendo uso do melodrama, da revista, do musical, da linguagem de tônus popular que faz rir o público e rindo-se, saltam-se todes num longo mergulho para a revolução.

165 A Profa. Dra. Joice Aglae participou do evento MOTIM CONVIDA promovido pelo grupo Motim, em 2021, de modo online. Vide: https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=-0J46SZo_vc

Figuras 11 e 12 - Leituras dramáticas da comédia *Josephina,* de Luciana Lyra, na Casa Odisseia, em São Paulo, e na Casa Rio, no Rio de Janeiro, em agosto de 2024. Em cena, o ator Elias Andreato e a atriz Sandra Coverloni, e na segunda foto, as atrizes Kenya Bárbara, Dani Barros, o ator Milton Filho, além de, ao fundo, as atrizes Fernanda Báfica e Roberta Nascimento.





Fontes das figuras 11 e 12: Acervo Luciana Lyra.

Figura 13 - Capa do primeiro volume da Coleção dramaturgias feministas, com ilustração e diagramação de Vânia Medeiros



Fonte: Vânia Medeiros.

SUMÁRIO



SOBRE FINAIS

As reflexões trazidas ao longo deste texto resultante da MR11 sobre *Teatro Feminista, no Fazendo gênero 2024,* mostram as possibilidades e as fronteiras dos conceitos *sororidade* e *dororidade*, no seio dos movimentos feministas contemporâneos, apresentando o termo autoral intitulado *gozoridade.* como amplificação das estratégias de lutas pelas agendas feministas e exemplificando, com espetáculos e performances, possibilidades de *artivismos*, de ações cênico-feministas calcadas numa proposta de *militância alegre*, justo evocada pelo princípio do *gozo na luta*.

Enfim, não é raso ou redundante ainda enfatizar, que todas as experiências cênicas acima citadas, de integrantes mulheres do MOTIM, ou a ele ligados de alguma forma - apesar de serem relativas num quadro certamente bem mais abundante de produções - buscam fazer circular afetos estrategicamente agenciados para transformar politicamente plateias diversas, provocando *ações coletivas* em prol do *letramento de gênero* e da *criação de oportunidades políticas* efetivas para as diferentes mulheridades.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Mariclécea Bezerra de. **Dramaturgias ritualísticas**: Processos feministas de criação colaborativa dos espetáculos Candeia e Seridó Revolto. Tese (doutorado). Universidade do Estado de Santa Catarina. Centro de Artes, Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas. Florianópolis, 2023.

BERGMAN, Carla. MONTGOMERY, Nick. **Militancia alegre**: Tejer resistencias, florecer en tiempos tóxicos. Espanha, Editora Traficantes de Sueños, 2022.

CARDOSO, Antônia Vilarinho. **Palhaçaria de terreiro**: Um caminho de corporeidades afrocentradas para processos criativos des palhaces. Tese (doutorado). Universidade do Estado de Santa Catarina. Centro de Artes, Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas. Florianópolis, 2023.



COSTA, Suely Gomes. Onda, rizoma e "sororidade" como metáforas: representações de mulheres e dos feminismos (Paris, Rio de Janeiro: anos 70/80 do século XX). **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 1-29, jul./dez. 2009.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo, Boitempo, 2016.

DEWEY, John. **Arte como experiência**. São Paulo, Martins Fontes, 2019.

DOS SANTOS, Gladys. **Maria Samambaia vira fantástica**: Estados performativos do corpo que dança e ensina. Tese (doutorado)- Universidade do Estado de Santa Catarina. Centro de Artes, Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas. Florianópolis, 2023.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

FREITAS, Glênia Maria da Silva. **Três diários à Carolina**: escrevivências de pele-memória de uma artista pesquisadora negra na cena. Natal, 2022.101f.: il. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes. Departamento de Artes, Programa de Pós-graduação em Artes Cênicas.

HANISCH, Carol. **Using history to make history**: learning from our successes. *In*: Carol Hanisch, 1996. [arquivo online]. Disponível em: http://www.carolhanisch.org/Speeches/Gainesville1996/GainesvilleSpeech.html Acesso em: 25 outubro de 2024.

HOOKS, bell. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. São Paulo, Elefante, 2021.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2013.

HOOKS, bell. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: Elefante, 2019.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider**. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2019.

LYRA, Luciana. "Rede Amotinada: Feminismos, cena e resistência na academia em artes". *In*: HABIB; VALETIM; FREIRE; MEDEIROS, **Desmonte 2**: Corpo, Gênero e Interseccionalidades. Salvador-BA, Editora Anda, 2022. Pp. 143-163.

LYRA, Luciana (org). **Coleção dramaturgias feministas – Volume 1 – Josephina & O Voto Feminino**. Rio de Janeiro, Numa Editora, 2024.

PIEDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Nós, 2018.

SUMÁRIO



POLIDORO, Stefanie Liz. **Eu-Ternurinha**: o processo criativo e curativo da atriz-personagem a partir de seus excessos e vivências nas ruas, e o ativismo político efeminista que compõem suas teatropalestras. Tese (doutorado). Universidade do Estado de Santa Catarina. Centro de Artes, Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas. Florianópolis, 2020.

PUTTI, Thaís. **Tem mais de mim aqui dentro**: Narrativas de uma atriz gorda sobre o rio na f(r)icção entre o cotidiano e a cena. Dissertação (mestrado). Universidade do Estado de Santa Catarina. Centro de Artes. Programa de Pós-graduação em Artes Cênicas, 2021.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2013.

RIBEIRO, A; LYRA, L. Mitodologia em Arte: afeto catalisador na criação cênicpedagógica de Yriadobá. **Concinnitas.**v.22, n.41. Rio de Janeiro, Maio de 2021. Disponível em:DOI: 10.12957/concinnitas.2021.60838 pp. 312-328

TAYLOR, Diana. **O arquivo e o repertório**: performance e memória cultural nas Américas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

TAYLOR, Diana. O Trauma como performance de longa duração. Rio de Janeiro, **Revista Percevejo**. Volume 01- Fascículo 01 – janeiro-junho/2009.

VELOSO, Ludmila Aguiar. **Do Céu da boca à pelve**: estratégias feministas de criação-ensino-aprendizagem em dança. Tese (doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Artes, Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas. Rio de Janeiro, 2024 (em processo).

SITES:

https://outraspalavras.net/outrasmidias/federici-a-militancia-e-alegre-porque-a-revolucao-e-agora/

https://michaelis.uol.com.br/



Maria Brígida de Miranda
Suzana Morelo Vergara Martins Costa
Daiane Dordete Steckert Jacobs
Fabrício Theiss
Geane Salasário Albino
Iscarlat Lemes
Jackson Bosa

UM PALCO TODO NOSSO:
PESQUISAS EM ARTES CÊNICAS NA MOSTRA DE ATIVIDADES ARTÍSTICAS E CULTURAIS DO FG 13

A STAGE OF OUR OWN: PERFORMING ARTS RESEARCHES AT THE FG 13 ARTISTIC AND CULTURAL ACTIVITIES EVENT

UN ESCENARIO PROPIO: LA INVESTIGACIÓN EN ARTES ESCÉNICAS EN LA MUESTRA DE ACTIVIDADES ARTÍSTICAS Y CULTURALES DE FG 13

RESUMO:

Neste texto, buscamos rememorar a intensa e variada programação da Mostra de Atividades Artísticas e Culturais (MAAC) do Seminário Internacional Fazendo Gênero 13 – Contra o Fim do Mundo: Antifascismo, Anticolonialismo e Justiça Climática. Somos sete autoras/es que alternadamente relembram e escrevem essa breve "*herstoria*" da MAAC do FG 13. Selecionamos algumas ações e destacamos aspectos que consideramos importantes marcos históricos para o campo das artes da cena em relação aos estudos de gênero e aos feminismos. Diante das adversidades do contexto histórico, apontamos a importância da parceria entre as duas universidades públicas de Florianópolis (UFSC e UDESC) e o engajamento da comunidade de técnicas universitárias, docentes e discentes do Centro de Artes, Moda e Design (CEART) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) para a realização do evento.

Palavras-chave: Teatro. Comissão de produção. Performance. Teatro feminista.

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-480-3.39



ABSTRACT:

In this text, we seek to recall the intense and varied program of the Artistic and Cultural Activities Event (MAAC) of the International Seminar Fazendo Gênero 13: Against the End of the World, antifascism, anticolonialism and climate justice. We are 7 authors who alternately recall and write this brief "herstory" of the MAAC of FG 13. We selected some actions and highlighted aspects that we consider important historical milestones for the field of performing arts in relation to gender studies and feminisms. Given the adversities of the historical context, we point out the importance of the partnership between the two public universities of Florianópolis and the engagement of the community of university technicians, professors and students of the Center for Arts, Fashion and Design (CEART) of the State University of Santa Catarina (UDESC) in holding the event.

Keywords: *Theatre. Production Team. Performance. Feminist Theatre.*

RESUMEN:

En este texto, buscamos recordar el intenso y variado programa de la Exposición de Actividades Artísticas y Culturales (MAAC) del Seminario Internacional Fazendo Gênero 13: Contra el Fin del Mundo, el antifascismo, el anticolonialismo y la justicia climática. Somos siete autoras que, alternadamente, recordamos y escribimos esta breve "herstoria" de la MAAC de FG 13. Seleccionamos algunas acciones y destacamos aspectos que consideramos hitos históricos importantes para el campo de las artes escénicas en relación con los estudios de género y los feminismos. Dadas las adversidades del contexto histórico, destacamos la importancia de la colaboración entre las dos universidades públicas de Florianópolis (UFSC y UDESC) y el compromiso de la comunidad de técnicas universitarias, docentes y estudiantes del Centro de Artes, Moda y Diseño (CEART) de la Universidad del Estado de Santa Catarina (UDESC) en la realización del evento.

Palabras clave: *Teatro. Comité de producción. Performance. Teatro feminista.*



INTRODUÇÃO

Este texto é uma ação da pesquisa "Curarte: práticas cênicas para o bem-viver: estudos de gênero e feminismos nas artes da cena", que tem o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e foi aprovada na chamada CNPq/MCTI n. 10/2023 – Faixa A – grupos emergentes, em vigor de 2024 a 2027. Trata-se de pesquisa realizada na Universidade do Estado de Santa Catarina, com coordenação da Dra. Maria Brígida de Miranda e que congrega as pesquisadoras Dra. Daiane Dordete Steckert Jacobs e Suzana Morelo Vergara Martins Costa, que são coautoras deste artigo. Outros coautores que participam da pesquisa na condição de discentes colaboradores são Jackson Bosa, Geane Salasário Albino e Fabrício Theiss. As autoras deste artigo fazem parte do Grupo de Pesquisa Imagens Políticas (UDESC/CNPq), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas (PPGAC/UDESC). O artigo recebeu também a contribuição de Iscarlat Lemes, iluminadora cênica que foi contratada pelo FG 13 para coordenar as equipes de sonorização e iluminação da Mostra de Atividades Artísticas e Culturais (MAAC).

A proposta deste texto é relatar e considerar algumas características do formato da programação da MAAC do FG13 em 2024. Vamos apontar aspectos da coordenação e da produção da mostra e focar na experiência realizada com a parceria do Centro de Artes, Design e Moda (CEART) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). O objetivo é registrar o evento e apontar como o formato de mostra artística e cultural é um espaço necessário para o compartilhamento, a difusão e a reflexão sobre as pesquisas no campo das artes da cena. Dividimos o texto em oito seções para que cada autora/autor possa, além de colaborar no texto como um todo, ter espaço de relato e reflexão sobre essa experiência coletiva, mas onde cada uma/um ocupou-se de tarefas específicas e tem uma "*herstoria*"[166] para contar.

166 Proponho o conceito "herstoria do teatro" em referência ao conceito "herstory", criado pela feminista estadunidense Robin Morgan.



UMA CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO CAMPO DE ESTUDOS EM ARTES CÊNICAS NO FAZENDO GÊNERO – POR MARIA BRÍGIDA DE MIRANDA

Como campo de estudos em diálogo com os estudos de gênero e feminismos, criamos o primeiro Simpósio Temático focado especificamente nas pesquisas em teatro e performance em 2008, na oitava edição do Seminário Internacional Fazendo Gênero, intitulado "Corpo, violência e poder". Até então, as poucas/os pesquisadoras/os teatrais brasileiras/os que enveredavam pela teoria crítica feminista e pelas teorias de gênero participavam do FG em simpósios em áreas correlatas ao teatro, em mesas, grupos de trabalho (GEs) ou simpósios temáticos (STs) de literatura, de cinema, de publicidade e, de maneira mais ampla, de representação, de recepção e de teorias do corpo. Minha primeira participação no FG foi em 2006, quando apresentei a comunicação *Mulheres em cena: representações teatrais do feminino*, no simpósio temático "Ruídos na representação da mulher: preconceitos e estereótipos na literatura e em outros discursos", coordenado por Regina Dalcastagnè (UnB) e Tânia Regina Oliveira Ramos (UFSC). Das 25 comunicações neste ST, outras duas pesquisas tinham o teatro como tema, o da Dra. Vera Regina Martins Collaço (DAC/UDESC), com a comunicação *Personagens cômicas femininas: construção a partir do olhar masculino*, e a de André Luís Gomes (UnB), *Tarsila, Olga e Pagu: nos palcos e nas telas.*

Em 2008, participei da comissão organizadora em três capacidades: na comissão da Mostra Cultural, na comissão da Mostra Audiovisual e na coordenação do primeiro simpósio temático focado exclusivamente no teatro. O ST "Atos de violência: representações de agressão à mulher no palco"[4] foi proposto e coordenado por mim e



pelas colegas pesquisadoras Lúcia Regina Vieira Romano (UNESP) e Ciane Fernandes (UFBA). Ao reverberar a temática daquela edição do FG, inauguramos um espaço e, com ele, começamos a tecer uma rede de pesquisadoras brasileiras interessadas em investir em reflexões sobre as experiências de práticas e as teorias teatrais pautadas nos estudos de gênero e nos feminismos.

Já a comissão de cultura[167], em 2008, apostou em trazer apresentações teatrais para o evento. Ao ler as programações dos eventos anteriores, podemos constatar que, até 2008, o FG já realizava ações de exposições fotográficas, mostras de filmes, apresentações de performances, grupos musicais e festa, mas havia poucos espetáculos teatrais. Como professora e pesquisadora do teatro feminista, estimulei colegas docentes e discentes do Departamento de Artes Cênicas a apresentarem seus espetáculos – mesmo que não se intitulassem feministas; naquele momento, algumas peças eram escritas por mulheres e tocavam em temas relativos às experiências femininas. Assim, a programação cultural de 2008 reuniu 11 atividades concentradas nos espaços da UFSC, sendo cinco de pesquisas da graduação ou de docentes do Departamento de Artes Cênicas da UDESC.

Produzir essas ações no campo das artes cênicas foi interessante para entender o potencial da relação entre o ST e a Mostra. No ST "Atos de violência: representações de agressão à mulher no palco", recebemos 23 propostas de comunicação, sendo uma delas intitulada *La Mamma: confissão de liberdade, silêncio de prisão*, de autoria de Márcia Chiamulera. Luciana Hartmann (UFSM) e Paulo Márcio da Silva Pereira (UFSM) refletiam sobre o espetáculo *Supermãe porra loca*, baseado na peça *La Mamma Frichettona* de Franca Rame e Dario Fo e interpretada por Marcia Chiamulera. Ouvir a comunicação de Márcia sobre o espetáculo no ST e depois poder assisti-la no teatrinho da UFSC (renomeado Teatro Carmen Fossari), na Mostra Cultural do FG, foi uma combinação estimulante.

167 Composta por Brígida Miranda (UDESC), Carmen Susana Tornquist (UDESC), Simone P. Schmidt (UFSC), Vânia Muller (UDESC) e Zahidé Muzart (IEG).



Essa experiência me fez considerar dois aspectos no campo de estudos teatrais: o primeiro é que a divulgação de pesquisas em artes cênicas requer tanto o formato de comunicação no ambiente formal de um ST como o espaço cênico adequado para que possamos assistir e participar do ritual teatral. O segundo é que estes espaços, no FG8, em 2008, me possibilitaram observar o início das pesquisas teatrais feministas nas universidades brasileiras. Importante dizer que até 2008, mesmo os trabalhos cênicos que eram feitos por mulheres de teatro não necessariamente se alinhavam a discursos e práticas feministas. Havia um desconhecimento sobre os estudos de gênero e sobre os feminismos, mesmo entre a maioria das pesquisadoras e artistas cênicas brasileiras. A proposta de criar um ST e convidar as pessoas de teatro a se apresentarem em mostras artísticas no FG requeria disposição para introduzir os conceitos de gênero e as tendências do feminismo de terceira onda.

Dezesseis anos se passaram entre essa experiência como coordenadora, pesquisadora e espectadora em 2008 e o Seminário Internacional Fazendo Gênero 13 em 2024. Neste espaço temporal, as mostras culturais e artísticas continuaram ocorrendo com diferentes comissões e formatos. Como espectadora, assisti a espetáculos teatrais e performances apresentados na Mostra Cultural em 2017, no evento conjunto 13ª Mundo de Mulheres e Fazendo Gênero 11: Transformações, Conexões, Deslocamentos, tanto nos espaços abertos de praças e bosques como nos espaços cênicos da UFSC, como a Caixa Preta e o Auditório Garapuvu. Das 41 atrações, seis espetáculos teatrais e performances foram resultados de pesquisas desenvolvidas na graduação ou pós-graduação do Departamento de Artes Cênicas da UDESC. Essas pesquisas de graduação, mestrado e doutorado reverberavam o aprofundamento das investigações estéticas e políticas do que apontei como um *Tsunami feminista* de "teatros feministas" (Miranda, 2017).

No campo das artes cênicas, os estudos de gênero e feminismos têm paulatinamente despertado o interesse e o engajamento

SUMÁRIO



de pesquisadoras/es tanto na graduação como na pós. Um marco dessa adesão nacional foi a criação do GT Mulheres da Cena em 2018, na Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-graduação em Artes Cênicas. Daquele período a 2024, testemunhamos mudanças de contextos políticos de governos de centro-esquerda para o avanço violento da extrema-direita nos governos municipais, estaduais e federais, o impacto de políticas e discursos midiáticos de caráter fascista, colonialista, misóginos, anticientíficos e negacionistas e a pandemia de covid-19, que postergou o FG de 2020 para 2021, realizando todas as atividades de forma on-line, inclusive a Mostra Artística e Cultural. Retornar presencialmente ao FG em 2024, ano em que o evento celebrou seu aniversário de 30 anos, foi especialmente tocante. Por isso, gostaria de apontar a MAAC como uma ação que merece ser consolidada em futuras edições, assim como as da Mostra Fotográfica, da Mostra Audiovisual e da Mostra Arte e Gênero foram consolidadas ao longo dos anos. Nossas colegas de FG nos inspiram a seguir adiante!

UMA REDE REPLETA DE ARTISTAS DA CENA! A FORMAÇÃO DA COMISSÃO DA MOSTRA DE ATIVIDADES ARTÍSTICAS E CULTURAIS DE 2024 – POR MARIA BRÍGIDA DE MIRANDA

A comissão de atividades artísticas e culturais reuniu 23 pessoas como coordenadoras. Foram elas: Adriana Patrícia dos Santos (CEART/UDESC), Daiane Dordete Steckert Jacobs (CEART/UDESC), Dayana Roberta da Silva (CEART/UDESC), Débora Zamarioli (CCE/ UFSC), Eliane Debus, Everton Lampe de Araujo (CEART/ UDESC), Karla Quint (PPGJOR/UFSC), Laís Eloá (ProMuSSP/USP),



Helena Brandt Corrêa de Oliveira (PPGJor/UFSC), Iscarlat Elin Lemes (consultora técnica de iluminação e sonorização), Ive Novaes Luna (CEART/UDESC), Juliana Crispe (Armazém Coletivo Elza e CEART/UDESC), Liliana Perez Récio (CEART/UDESC), Maitê Fontalva (NPC/CEART/UDESC), Maria Brígida de Miranda (CEART/UDESC), Paula Batista da Silva (CEART/UDESC), Suzana Morelo Vergara Martins Costa (PPGICH/UFSC), Stefanie Liz Polidoro (CEART/UDESC), Valéria Bittar (CEART/UDESC), Vivian de Camargo Coronato (CEART/UDESC), Vivian Bueno (IFSC), Xanda Alencar (CFH/ UFSC) e Zilá Maria Muniz (CEART/UDESC).

Como pode ser constatado na listagem acima, 15 pessoas tinham, na época, vínculos com o CEART/UDESC nas categorias de docente, discente ou técnica; além desse número, somam-se três egressas do DAC e do PPGAC. Mas, parafraseando, ou melhor, parodiando Simone de Beauvoir, esta comissão não nasceu assim, ela tornou-se grande. A comissão da MAAC foi literalmente ganhando corpo aos poucos, porque, nas primeiras reuniões ocorridas no segundo semestre de 2023 no modo remoto, éramos um grupo pequeno, em torno de seis pessoas, a maioria de jovens pesquisadoras de gênero e residentes em outros estados e países. Lembro-me de ter conversado depois com Suzana Vergara e com Helena Brandt sobre a minha preocupação com a produção de uma mostra artística sem termos equipe de produção contratada, sem verba definida, nem mesmo a disponibilidade dos espaços cênicos na UFSC. As informações eram de que os espaços teatrais da UFSC: o Teatro Carmen Fossari e o Espaço Cultural Gênero e Diversidades estariam em reforma durante o período do FG13. Nos restaria a possibilidade de usar, em alguns horários, o Auditório Garapuvu, a Caixa Preta e a Caixa Verde do Departamento de Artes Cênicas da UFSC. Mas teríamos de fazer todas as negociações de espaço e logística em uma universidade que não era a nossa. Para completar nossos desafios, vivenciamos um período de greve nas universidades federais do Brasil (de março a junho de 2024), que aprofundou ainda mais a



incerteza sobre as possibilidades de espaços, de equipe e de equipamentos para a realização da Mostra. De qualquer forma, sempre recebemos apoio da coordenação geral do evento, ressaltando a importância das atividades artísticas e culturais e o interesse em apoiar o maior número possível de trabalhos. Assim, a coordenação estava disposta a negociar a utilização de espaços e conseguir ao menos o mínimo de equipamentos necessários para recebermos os trabalhos, dadas as possibilidades orçamentárias e infraestruturais. Neste sentido, os espaços de encontro e trocas oferecidos pelos Almoeventos foram significativos para levarmos as demandas da comissão MAAC à coordenação e às demais comissões do evento, além de servir como espaço de acolhida, escuta e resolução de possíveis dúvidas, problemas e conflitos. Assim, conseguimos articular ações culturais e artísticas com a coordenação da "Tenda de Mulheres" e a comissão de crianças.

Como pesquisadora das artes da cena e engajada na criação do campo de estudos sobre teatros feministas desde 2006 no Departamento de Artes Cênicas e a partir de 2008 no Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da UDESC, eu sabia que o nosso departamento e o nosso centro já tinham quase duas décadas de pesquisas entrelaçando práticas artísticas e feminismos e realizando vários eventos locais de cunho feminista; sendo assim, por que não entrarmos como instituição no apoio à realização do FG13? Com essa ideia em mente, ainda em 2023, conversei com a diretora do Centro de Artes, Design e Moda, Daiane Dordete Steckert Jacobs, e ponderamos sobre como o nosso centro e a UDESC poderiam oferecer espaços físicos e apoio à MAAC. Como feminista e mulher da prática teatral, Daiane foi entusiasta da ideia e pediu que eu garantisse o apoio também do meu departamento, o DAC. Pautei, na última reunião de 2023 do colegiado do Departamento de Artes Cênicas (DAC/UDESC), a proposta de engajamento das colegas e o apoio formal para que pudéssemos oferecer às gestoras do FG 13, principalmente espaços cênicos e equipamentos para que parte da



MAAC acontecesse no CEART. Nosso pedido foi aprovado e várias colegas do DAC se manifestaram interessadas em participar da comissão ao longo de 2024.

Em constante consulta e negociação com a coordenadora-geral da MAAC, Xanda Alencar, criamos um grupo de WhatsApp com a comissão que estava em crescimento. Estávamos já com um grupo de docentes-artistas da prática teatral do DAC, discentes da UFSC que já tinham trabalhado nas edições anteriores do FG, e começamos a organizar os processos de análise das inscrições, levantando as demandas técnicas de espaços cênicos, equipamentos e logística de apresentações e público, assim como buscamos dividir tarefas e estabelecer uma comunicação direta com artistas, artivistas, grupos e coletivos. Ao longo do primeiro semestre, foi importante engajar colegas de outros departamentos da UDESC, especialmente do Departamento de Música, como a professora Valéria Fuser, e do Setor de Produção Cultural, com a coordenação da técnica universitária Maitê Fontalva. Assim como foi fundamental que a professora Débora Zamarioli, do Departamento de Artes Cênicas da UFSC, tenha aceitado o convite de integrar a comissão da MAAC, pois as ações culturais no campus da UFSC precisavam de uma coordenadora que tivesse conhecimento e experiência de negociação de espaços cênicos e que reconhece o potencial e as limitações de cada sala e auditório.

O CEART DE BRAÇOS ABERTOS – POR DAIANE DORDETE STECKERT JACOBS

O Centro de Artes, Design e Moda da UDESC possui oito cursos de graduação e 11 cursos de pós-graduação nas áreas de Artes Cênicas, Artes Visuais, Design, Moda e Música (em licenciatura,

SUMÁRIO



bacharelado, mestrado e doutorado), além do Mestrado Profissional em Artes – ProfArtes. Com uma comunidade acadêmica composta por mais de 1.800 pessoas, entre estudantes, docentes, técnicas universitárias e servidoras terceirizadas, o CEART realiza inúmeras atividades não só de ensino de graduação e pós-graduação, mas também de pesquisa, extensão e cultura.

A partir da vasta experiência construída ao longo da UDESC/CEART na realização de eventos artísticos e culturais, fruto das atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas, o centro de ensino foi se estruturando e se qualificando não apenas em termos de conhecimento e experiência para a realização destas atividades, mas também com uma infraestrutura adequada, com equipamentos, espaços, equipes e serviços de apoio que prestam suporte de qualidade às atividades artísticas e culturais do CEART.

Nesse contexto, como diretora-geral da UDESC CEART na gestão 2021–2025, além de pesquisadora e artista feminista, procurei em diversos momentos incentivar e apoiar atividades de formação e difusão artística e cultural feminista no centro. Apoiar e participar da MAAC do FG13 foi uma experiência potente não apenas no âmbito acadêmico, mas também no contexto institucional. Conseguimos envolver a reitoria da universidade, que prestou apoio logístico de transporte para a mostra. O CEART pode oferecer suporte com serviços de alimentação para artistas e equipe envolvida, além de contratação de serviço de assessoria especializada em iluminação cênica e assessoria técnica e de infraestrutura com o Núcleo de Produção Cultural do centro.

Tais ações institucionais, de âmbito administrativo, parecem ser à primeira vista apenas secundárias. Todavia, elas são também ações pedagógicas, pois incluem o letramento de gênero e a difusão de epistemologias feministas a uma série de estudantes e de servidor/es e gestoras/es envolvidas/os nas negociações de parcerias e tramitações de processos administrativos. A arte e as ações culturais



nos fazem avançar nas pautas feministas não apenas na relação de fruição estética que as obras proporcionam e nos processos pedagógicos que conduzimos, mas também nas relações interpessoais e institucionais que estabelecemos nos trâmites burocráticos e administrativos, entre equipe de organização e produção, técnicas/os universitárias/os e gestoras/es institucionais, revelando o caráter pedagógico que eventos como a MAAC do FG13 podem adquirir no contexto administrativo da universidade.

INSCRIÇÕES E LOGÍSTICA DA CMAAC:
ACOLHIMENTO E APOIOS – POR SUZANA VERGARA

No primeiro semestre de 2024, o FG13 recebeu mais de 50 inscrições para a programação da MAAC. A ideia, apresentada pela coordenadora da macrocomissão de atividades culturais, Xanda Alencar, é que deveríamos aceitar e acomodar todas as inscrições e buscar viabilizá-las. Essa proposta foi, a princípio, um problema para a comissão, pois as questões logísticas e de recursos estavam ainda sem definição. Mas, acreditando no trabalho coletivo, no comprometimento das envolvidas, no apoio da coordenação geral do evento e do CEART, decidimos aprovar todos os trabalhos que tivessem relação com a temática do evento e que não ferissem os direitos humanos. Vale ressaltar que a comissão recebeu a inscrição de trabalhos específicos da área das artes visuais e audiovisual, os quais foram encaminhados para as respectivas comissões responsáveis.

Nossa programação final do evento contou com 50 apresentações, sendo: 11 espetáculos teatrais; 2 espetáculos de dança-teatro; 12 performances; 7 apresentações musicais; 3 oficinas; 2 saraus e uma roda de conversa. Para recepção do público no CEART, contamos, a cada dia, com o trabalho de uma atriz que realizava um teatro itinerante e de condução do público aos locais de apresentação:

SUMÁRIO



Tefa Polidoro com a personagem Ternurinha e Bia Alvarez com sua palhaça Everline Flore. Além destas atividades artísticas e culturais, nossa comissão realizou, em parceria com a comissão audiovisual do 13 FG, a Mostra Paralela de Filmes, a qual exibiu 2 documentários, um filme e um vídeo-ensaio. Também buscamos realizar parceria com outras comissões, como a comissão de crianças no FG, a qual recebeu dois espetáculos para o público infantil, realizados no Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI) da UFSC, e a comissão responsável pela "Tenda Mundo de Mulheres", localizada na UFSC, que recebeu atividades artísticas e culturais vinculadas à nossa comissão.

Nossa maior preocupação, para além da garantia da infraestrutura para receber os trabalhos, era oferecer alguma ajuda de custo aos artistas. Diferente de trabalhos apresentados em STs e GTs, vinculados, muitas vezes, às bolsas e aos projetos de pesquisa, os trabalhos artísticos são o "ganha pão" das pessoas envolvidas. Nossa primeira ação foi solicitar junto à coordenação geral do evento a isenção da taxa de inscrição para as artistas participantes do evento. Este pedido foi atendido e estendido para as demais comissões, como audiovisual, exposição Arte e Gênero e movimentos sociais. Ao observar que havia mais da metade de propostas de artistas locais, tínhamos de solicitar ao FG 13 a ajuda de custo para artistas locais e auxílios de passagem e hospedagem para artistas externas. Ressaltamos a dedicação e o trabalho incansável da secretaria, em especial Vera Gasparetto, e da coordenação do evento para garantir a ajuda de custo aos artistas e construir um evento repleto de arte e cultura.

A esta altura, já contávamos com o apoio institucional do Centro de Artes, Design e Moda (CEART/UDESC) para a realização de parte da mostra em seus espaços físicos. Além do espaço físico, tínhamos o apoio do Laboratório de Luz e do Núcleo de Produção Cultural para a montagem e a desmontagem de luz e som das apresentações e o apoio de professoras e monitoras para receber as artistas e o público. O maior empecilho era fazer com que o público conseguisse chegar até o CEART, já que grande parte das atividades,



como GTs e conferências, estavam acontecendo na UFSC. Foi então que conseguimos o apoio de Clerilei Bier, vice-reitora da UDESC, para o translado entre a UFSC e a UDESC. Além dos auxílios listados, a reitoria da UDESC organizou outros apoios diretamente com a gestão do FG13.

O translado UFSC–UDESC e UDESC–UFSC foi realizado por uma empresa de transporte, por meio de duas vans que, acompanhadas por monitoras/es da UFSC, saíam e retornavam em horários específicos para que o público pudesse acompanhar as atividades artísticas e culturais realizadas na UDESC e as programações desenvolvidas na UFSC. Ao chegarem no CEART, o público era recebido pelas artistas Bia Alvarez e Tefa Polidoro, que apresentavam o espaço e conduziam as espectadoras até os espaços de apresentações. Além do apoio com o translado, a direção do CEART, na figura da Profa. Dra. Daiane Dordete, conseguiu o apoio para a alimentação das artistas e monitoras/es envolvidas com a programação da MAAC no CEART. Outro auxílio importante foi a realização de uma vaquinha feita pelas professoras do CEART, para montar um apoio de alimentação e água junto ao camarim das artistas. Essas ações são vistas como uma prática do cuidado feminista das envolvidas na mostra.

A programação da MAAC foi estruturada em vários espaços nos dois campi. Segue a programação do Campus da UFSC: no dia 29 de julho, a MAAC ocorreu somente no campus da UFSC. No Varandão do CCE, de 11h–13h, com *Procura-se mulheres reescritoras: quando de intervenções urbanas em arte/PR* (performance relacional); na Sala Hassis, de 14h–16h, com a "Oficina teatro feminista no contexto escolar: práticas possíveis", ministrado por Franciele Rodrigues Garcia; no Varandão do CCE, de 16h–18h, com "Oficina Ressoar para não silenciar: o domínio da voz como potência de ser – Loucas coletivas"; e no hall em frente ao Auditório Garapuvu, às 20h, com a *Roda de Capoeira de Angola*, desenvolvida pelo grupo nZambi de Capoeira Angola/Mestra Elma.



No dia 30 de julho, nos espaços da UFSC, tivemos a seguinte programação: na Tenda Mundos de Mulheres, às 12h, *Poemas que atravessam meu corpo fêmeo e negro*, de Oluwa Seyi Salles Bento (USP), e às 13h, *Fúria*, por Daniele Neves (Piauí). Na Sala Zahide Muzart – CCE, de 14h–16, a "Oficina de bordado livre: por uma escuta feminista", desenvolvida pelo Coletivo Intervenção: por uma psicanálise clínico-política (UFRJ) e pela Revista Brejeiras (UFRJ). No NDI, às 15h, aconteceu a *Contação de História*, com Vânia Schwenke (UDESC). Na Tenda Mundos de Mulheres, às 17h30, o *Sarau Vozes Negras: 7 anos depois, reencontros por palavras e verso*, feito pelo Coletivo Sarau Vozes Negras (UFBA/UFES/UFSC). No Auditório Garapuvu, às 20h, *Vô me escondê aqui!*, desenvolvido pelo Palhaça Curalina – Drica Santos (UDESC).

O dia 31 de julho teve uma programação reduzida, pois foi dedicado à Marcha do FG13. Assim, foram realizadas as seguintes ações no campus da UFSC: na Sala Hassis, de 13h–15h00, *Mina de HQ: por que não há grandes quadrinistas mulheres?*, desenvolvido pelo Coletivo Mina de HQ/USP/UFMG/UFABC. No dia 1º de agosto, na UFSC, na Tenda Mundos de Mulheres, foram apresentadas as performances: *Mamilla Invertido*, de Maria Julia Ferretti e Mirian Borges da Silva/UEL e *Projeções Afropoéticas*, de Clarice Acordi e Estefany dos Passos. Na Sala 208, Bloco D/CCE, de 14h–16h, ocorreu o *Violência contra a mulher: teatralização do horror, da dor e da resistência por meio do teatro espontâneo*, de Layza Castelo Branco Mendes, Lígia Freitas de Morais Santos e Lara Castelo Branco de Araújo (UECE). No térreo do Centro de Cultura e Eventos, o show musical Baque Mulher Floripa aconteceu às 17h30.

No último dia do evento, 2 de agosto, contamos com as seguintes atrações: na Tenda Mundos de Mulheres, às 12h, *Catadora de Ecos*, de Daniela Maria (UDESC) e, às 12h30, *Aulos*, pelo Núcleo de Flautas Doce da UDESC. No NDI, foi apresentado o espetáculo para crianças às 15h, chamado *A Rosa Formosa*, de Jacque Ramos (UDESC). Na Tenda Mundos de Mulheres, às 17h30,



Blocusapatransviade, pelo Coletivo Blocusapatransviade. Além disso, como atividade de celebração e encerramento do evento, tivemos, no Auditório Garapuvu, às 20h, Apocalypse Cùier – Banda e Produtora Transcentrada. Já a programação da MAAC no campus da UDESC foi concentrada em dois dias no CEART, campus Itacorubi:

No dia 30 de julho, aconteceu a recepção do público pela palhaça Everline Flore, da atriz Bia Alvarez. No deck do CEART, às 12h30, *Fendas: deixa crescer uma flor no topo da cabeça*, pela Companhia Bruta Flor (UDESC). No Espaço 1, às 12h30, *Atravecamentos*, de Hênrica da Silva Ferreira, e no Espaço 2, às 12h30, *Solo*, por Jackson Bosa (UDESC), e às 13h10, *Três Marias*, de Paula Batista (UDESC). No Espaço 1, às 16h30, deu-se *Extraviado*, de Leandro Cidade (UDESC). Já no Espaço 2, às 16h30, *Conversas de Coxia*, por Pesquisa Curarte. No mesmo horário, na Sala de Dança 1, a performance *Se elas pudessem dançar*, de Kauany de Lima e Ana Laura Pozer (UDESC). No Espaço 1, às 20h30, aconteceu a aula espetáculo *Conta Catarina*, de Adriana Rio. Além disso, às 21h, no Espaço 2, o espetáculo de dança-teatro *FARPA*, de Zilá Muniz e Nastaja Brehsan (UDESC). No mesmo horário, na Sala de Dança 1, aconteceu a performance das artistas uruguaias Natalia Bouzas e Carmen Massera (UDELAR), intitulada *Grafos y cuerpos*.

No dia 1º de agosto, o público foi recebido no CEART pela atriz Tefa Polidoro em sua personagem Ternurinha, a nossa mestra sem cerimônia. A programação começou na Tenda do CEART, no estacionamento da UDESC, que teve a presença do Coletivo Elza, com ação coordenada por Juliana Crispe, docente do Departamento de Artes Visuais, e pelo NUDHA, das 12h às 19h, com a Feira Armazém Coletivo Elza. As atividades cênicas da MAAC, nesse dia, começaram às 12h30 no Espaço 1, com a performance *Coração de pedra é coração de carne*, de Meline Coelho da Costa e Marcela Frischeisen Ribeiro (UDESC). No mesmo horário, no Espaço 2, aconteceu a performance *Nós somos a terra*, de Ariane Landa, Scanley Alves e Vanila (UDESC). Às 16h30, no Espaço 1, a peça



Plástico, um mito contemporâneo, de Pamella de Caprio (UNICAMP), no mesmo horário, no Espaço 2, a peça teatral *Mulheres atravessadas na garganta*, da Cia Dramática (RS).

A Tenda do CEART foi o espaço escolhido para apresentação de 3 grupos musicais surgidos no Departamento de Música da UDESC e com temática trans; dessa forma, foram convidados por partilharem temáticas ligadas ao orgulho LGBTQIAPN+. Cada banda tem sua identidade e repertório com temáticas próprias: Nalu, Orquidália e Tran. A coordenação das atividades na tenda foi da técnica universitária e cantora Maitê Fontalva e da docente e flautista Valéria Furse. As atividades continuaram à noite em três espetáculos que encerraram as ações cênicas no CEART: no Espaço 1, às 21h, com a performance da Argentina *@# (0 d1 ç 0 K u 1R*, Francisca Rosso e Ornela Barone Zallocco (ISFDyT); no Espaço 2, no mesmo horário, tivemos o espetáculo de teatro-dança da UFBA: *Já não choram mais por mim!*, de Wendy Moretti; e também às 21h, na sala de Dança 1, a performance *Performo, agora, o manejo*, de Reyan Perovano (HubES+/Espírito Santo).

EQUIPE DE PRODUÇÃO NO CEART/UDESC

O trabalho durante os dois dias de programação no CEART – dias 30 de julho e 1º de agosto de 2024 – foi realizado por uma equipe de coordenadoras com o apoio do grupo cooperativo de 11 monitoras/es como equipe de produção do evento no Centro de Artes, Moda e Design da UDESC. O grupo era constituído por dez discentes do Departamento de Artes Cênicas e/ou Programa de Pós-graduação em Artes Cênicas e um discente da Faculdade de Educação (FAED/UDESC): Pedro Almeida, Fabrício Theiss, Geane Salasário, Jackson Bosa, Lilian Yamaguchi, Lucas Dalbem, Matheus Werner, Ricardo Luiz Brito, Rita Oyakanmi, Samanta Day Dalmolin e Scarletti Silveira. Além das/os monitores, tivemos na equipe Malê Claudino



fazendo fotografias, o grupo do Laboratório de Iluminação Cênica do DAC, coordenado pelo técnico Ivo Godoi, e a equipe do Núcleo de Produção Cultural, coordenada pela técnica Maitê Fontalva. Contamos também com o registro audiovisual feito pelas bolsistas e estagiárias do Núcleo de Comunicação do CEART, coordenado por Carolina Weber Dall'Agnese. Além de fotografias das apresentações culturais, o Núcleo de Comunicação do CEART e a Rádio UDESC realizaram matérias para a divulgação da programação da MAAC do FG13 nos canais, sites e redes sociais oficiais da UDESC.

RELATO DA EXPERIÊNCIA DE MONITORIA E ATUAÇÃO – POR GEANE ALBINO SALASÁRIO

Participei do Fazendo o Gênero 13 – Contra o Fim do Mundo tanto como monitora quanto como propriamente artista, atriz no espetáculo teatral *Conversas de Coxia*, encenação da peça da dramaturga brasileira Lúcia Sander e fruto do projeto de pesquisa intitulado "Curarte: práticas cênicas para o bem-viver, estudos de gênero e feminismos nas artes da cena" (CNPq e UDESC). A sensação que tive durante o processo era como se eu estivesse experienciando um festival de teatro pela primeira vez, assim como ajudando a compor o evento. Foi muito enriquecedor poder ficar nos bastidores de tantos trabalhos, organização de salas, identificar o público, os/as artistas etc. Acredito que seja fundamental que nós, como estudantes de Artes Cênicas, vivenciemos esse tipo de experiência durante a graduação, para termos um "gostinho" de como é o trabalho prático enquanto artistas no Brasil e experienciarmos como funciona a produção dos nossos próprios eventos. Sendo monitora e ajudando na produção, tive mais confirmação do que nós tanto escutamos em aula: teatro é coletivo. É possível fazer uma produção completamente sozinho, mas é muito mais difícil, de forma que não precisa ser.

SUMÁRIO



E um resultado que acredito que valha a pena comentar de minha participação quanto atriz no evento foi o seguinte: alguns meses depois do evento, fui assistir a um espetáculo em um teatro em São José, uma cidade que fica do lado de Florianópolis, onde ocorreu o Fazendo o Gênero. Quando fui parabenizar o elenco, uma das atrizes me reconheceu da apresentação. Normalmente, as pessoas que trabalham no meio artístico acabam se conhecendo por conhecidos em comum, estudaram juntos, trabalharam juntos etc. Mas eu nunca tinha sido reconhecida apenas por minha performance no palco. Essa atriz não sabia meu nome, mas lembrava da apresentação em que participei, ela lembrava da minha atuação. Foi muito, muito gratificante. Guardo toda essa experiência com o maior carinho possível.

Foi muito importante poder conhecer tantas novas artistas e ver o debate de gênero sendo posto em prática dessa forma. Poder enxergar que espaços seguros podem ser alcançados e que pesquisas feitas em universidades de fato podem impactar a vida das pessoas. Especialmente a apresentação de Juçara Gaspar foi algo que me marcou muito, pude enxergar uma atriz sozinha em palco com uma presença incrivelmente forte. Lembro que ela começou sua apresentação no corredor, encaminhando o público para a caixa preta onde ocorreria a peça; ela chamava tanta atenção que era impossível o público não estar vidrado nela. Enquanto ela cantava no palco, eu me arrepiava, chorava, ria, tudo ao mesmo tempo. Foi lindo. Infelizmente, com tamanha desigualdade de gênero, acabamos não tendo tantas referências femininas como as masculinas em palcos. Mas elas existem e são absurdamente capazes. Como mulher, é fundamental ter essas referências, para entender onde posso chegar um dia, quem sabe. Se enxergamos só homens de sucesso, como eu, mulher, poderei acreditar que terei sucesso um dia? Esse é o ponto visceral e fundamental de eventos como o Fazendo o Gênero.

SUMÁRIO



RELATO DE EXPERIÊNCIA DE MONITORIA – POR FABRICIO THEISS

Nos dois dias em que estive na monitoria da MAAC no CEART do Fazendo Gênero 13 – Contra o Fim do Mundo, presenciei muitos acontecimentos nos bastidores que me remetem à vivência de teatro de grupo, no qual um núcleo de artistas movidos pelo mesmo objetivo e ideal realiza um trabalho em continuidade e acaba por formar uma pequena comunidade que se estende à grande comunidade e, por estender sua atuação para o macro também no que diz respeito à concepção estética e ideológica, acaba por criar uma linguagem que o identifica. Esse é o sentimento que guardo comigo com relação à minha atuação e vivência no grupo do Projeto de Pesquisa intitulado "Curarte: práticas cênicas para o bem-viver, estudos de gênero e feminismos nas artes da cena" (CNPq e UDESC). Realizamos ações artísticas dentro da programação do FG 13 que nos colocou na posição de atuadoras e atuadores das artes da cena, não somente na de produtoras e produtores de um evento artístico e acadêmico. O trabalho, durante os encontros no grupo de pesquisa, sobre o texto *Conversas de Coxia*, da dramaturga brasileira Lúcia Sander, e a criação de uma peça para apresentar no FG13, pôde nos trazer a sensação de estar criando um grupo de teatro já com data de estreia marcada. Esse mesmo grupo trabalhou na MAAC do FG13, o que estendeu nossa relação de pequena comunidade à comunidade acadêmica e à comunidade externa que prestigiou tanto a MAAC quanto as demais atividades dentro da programação do FG13. Na minha perspectiva, criamos nossa linguagem identitária ao nos aproximarmos das problemáticas de gênero levantadas por Lúcia Sander em seus textos teatrais e em sua pesquisa, as traduzindo em criações cênicas e metodologias de produção para realização da Mostra Artística do FG13. Tenho impressão de que a realização da MAAC do FG13 criou um espaço parecido com o que um grupo de teatro cria

em uma comunidade, um espaço de relações humanas que sugere outras possibilidades de trocas para além das vigentes no sistema comum de relações, tanto para quem atua no grupo quanto para quem, de alguma forma, participa e/ou se engaja em suas proposições/apresentações artísticas.

ESPAÇO, ILUMINAÇÃO E SONORIZAÇÃO COMO DOMÍNIO DAS MULHERES, UMA MUDANÇA NA PROFISSÃO

O trabalho de coordenação logística de iluminação e sonorização para a MAAC foi desenvolvido pela iluminadora profissional Iscarlat Lemes. Como egressa do DAC/UDESC e ex-bolsista do LUZ Laboratório Cênico durante a graduação em Licenciatura em Artes Cênicas, Iscarlat tem tanto a capacidade artística quanto técnica para coordenar equipes, pois conhece os equipamentos, as salas e o pessoal envolvido no manejo dos espaços cênicos tanto da UDESC como da UFSC. A indicação de Iscarlat foi feita pelo técnico universitário Dr. Ivo Godois[168], iluminador profissional e fundador e coordenador técnico do laboratório. A contratação da iluminadora foi possível com apoio da direção do CEART, para planejar e organizar toda demanda da mostra para os espaços cênicos nos dois *campi*.

168 Ivo Godois é o produtor técnico do LUZ, laboratório junto ao Departamento de Artes Cênicas. Tem experiência prática na área de iluminação cênica e coordenação técnica de eventos artísticos; é membro do programa de extensão LUZ Laboratório Universitário de Tecnologia Cênica e do projeto LABETEC. Além disso, é coordenador/organizador do Evento A Luz em Cena e do Seminário de Pesquisa SE LUZ.

SUMÁRIO



COORDENAÇÃO DA EQUIPE DA TÉCNICA CÊNICA – POR ISCARLAT LEMES

Primeiro, eu queria enfatizar a minha alegria quando recebi o convite para cuidar da parte técnica das atividades culturais do Fazendo Gênero; afinal, sempre é um prazer contribuir com as atividades relacionadas às universidades pelas quais eu tenho um carinho muito grande. É que, depois que eu me formei, tive um afastamento natural das atividades dentro das universidades. Mas sinto que é essencial trazer para essas funções, para as atividades culturais dentro das universidades, alguém que já conheça os espaços, que já tenha contato com as equipes. Por mais que a minha formação tenha sido na UDESC, eu tive várias experiências com a UFSC e suas equipes. Principalmente com a iluminação dos espaços da UFSC.

Como é importante fortalecer esse espaço para pessoas que não são homens dentro das coordenações e das áreas técnicas, que, no meu trabalho profissional, fora da universidade, é o que vivencio mais. A maioria é de homens nas áreas técnicas, são técnicos sem formação artística. Dentro de uma consultoria e coordenação técnica para espetáculos artísticos, eu acho que é essencial ter conhecimento artístico e técnico para poder dialogar com as equipes das apresentações e ter a sensibilidade para buscar o melhor resultado possível dentro das condições disponíveis.

Enfim, dentro do laboratório cênico, com Ivo e vários colegas com quem trabalhei durante diversos anos, lá é onde eu mais aprendi. É por mais que eu tenha trabalhado principalmente na área da iluminação, eu aprendi bastante. Descobri a importância de ter esse olhar amplo para as outras áreas da técnica, do som e do cenário. Por isso, eu acho que é possível ser capacitada para coordenar todas essas áreas de forma mais geral, dialogando e tendo um olhar amplo mesmo.

SUMÁRIO



OS ESPETÁCULOS E SEU DIÁLOGO COM AS PESQUISAS NO CAMPO DAS ARTES CÊNICAS FEMINISTAS – POR SUZANA VERGARA E BRÍGIDA MIRANDA

Segundo Miriam Pillar Grossi e Tânia Welter (2020), a participação em eventos acadêmicos é considerada um ritual essencial na vida acadêmica, reunindo a comunidade científica para o compartilhamento de novas descobertas e inovações metodológicas dentro de um campo específico de conhecimento. Sobre a perspectiva feminista, festivais e mostras de teatro são vistos como proporcionadores da criação de redes e de visibilização de trabalhos de mulheres artistas (Marisa Naspolini, 2013; Mariana Benatti, 2020). Podemos pensar estes eventos como "espaços fundamentais de reivindicações feministas" (María Camila Ortiz; Tereza Spyer, 2022, p. 245, tradução nossa). No caso do 13º Fazendo Gênero, a pesquisa acadêmica e a produção artística se encontram em um mesmo espaço e tempo, alargando as possibilidades de troca de conteúdos e experiências e as formas de produção de conhecimento feminista, contribuindo para a criação de uma cultura que, política e socialmente, está atenta às desigualdades e violências de gênero.

No ano de 2024, o 13º Seminário Internacional Fazendo Gênero teve como temática a luta contra o fim do mundo, o antifascismo, o anticolonialismo e a justiça climática. É a partir de uma perspectiva decolonial e interseccional que o evento construiu sua programação e sua especificidade. Ao compartilharmos alguns exemplos de espetáculos produzidos e apresentados por estudantes e ex-estudantes do Centro de Artes, Design e Moda, na Mostra de Atividades Artísticas e Culturais do 13º FG, buscamos demonstrar a atualidade das produções artísticas desenvolvidas, seu comprometimento com temáticas urgentes da contemporaneidade e seu diálogo com o campo da pesquisa em artes cênicas.



Foram 17 trabalhos do campo das artes cênicas apresentados por pessoas vinculadas ao CEART na MAAC: sete ocorreram na UFSC e dez na UDESC. Vale lembrar que, para além de trabalhos vinculados às artes cênicas, o CEART contribuiu para a programação com shows musicais, a feira do Armazém Coletivo Elza e a Exposição Arte e Gênero. Direcionando nosso olhar para os dez trabalhos apresentados no Centro de Artes, Design e Moda, constatamos que: cinco são trabalhos cênicos vinculados aos processos de disciplinas ofertadas pelo curso de Licenciatura em Artes Cênicas; e cinco são trabalhos cênicos conectados às pesquisas de Pós-Graduação desenvolvidas junto ao Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas do centro (mestrado ou doutorado em Artes Cênicas, projetos de extensão e projetos de pesquisa de docentes feministas).

O PALCO COMO ESPAÇO DE DIVULGAÇÃO DE PESQUISAS DA GRADUAÇÃO EM ARTES CÊNICAS

O espetáculo *EXtraviado* é um solo desenvolvido em 2023 pelo discente Leandro Cidade em duas disciplinas da graduação no curso de Licenciatura em Artes Cênicas da UDESC: Interpretação Teatral IV e Construção de Dramaturgia[169]. A pesquisa de Leandro Cidade trouxe à tona memórias pessoais de um relacionamento tóxico que viveu na juventude. Assessorado pelo grupo de professoras/es e colegas, o ator-criador transformou lembranças e objetos deixados para trás pelo ex-marido em cenas e objetos cênicos. O espetáculo já conta com uma trajetória de participações em festivais e premiações (troféus de Melhor Trilha Sonora e de Melhor Ator no 23º Festival Internacional de Teatro Rosário em Cena, realizado no Rio Grande do Sul). Carregando uma mala cheia de memórias

169 Interpretação Teatral IV, do curso de Licenciatura em Artes Cênicas da UDESC, em 2/2023, foi ministrada pela professora Maria Brígida de Miranda, e Construção de Dramaturgia, ministrada pelo professor Stephan Arnulf Baumgartel.



e histórias, o ator-criador segue levando as temáticas da relação homoafetiva e da violência doméstica para diferentes plateias, um estímulo e um exemplo para que ninguém se cale ou aceite a violência de quem se diz seu amor e companheiro.

Se elas pudessem dançar é um espetáculo de dança-teatro que tem a temática do assédio sexual no ambiente acadêmico como foco. Desenvolvido pelas discentes da graduação em Licenciatura em Artes Cênicas, Kauany Lima e Laura Pozer, o trabalho teve a orientação e apoio da docente e diretora de teatro e dança Zilá Muniz. Para Laura Pozer: "O assédio acontece em todos os lugares, mas a gente nunca espera que venha de pessoas próximas, em um ambiente como a faculdade" (Jaine Araújo; Lynara Ojeda; Yasmin Muraski, 2024).

SOLO é uma performance teatral do ator e estudante de Licenciatura em Artes Cênicas (CEART/UDESC) Jackson Bosa. O trabalho é desenvolvido junto à sua pesquisa de iniciação científica no projeto de pesquisa "Vozes políticas e política das vozes", coordenado pela Profa. Dra. Daiane Dordete S. Jacobs, e às disciplinas de Improvisação Teatral IV, ministrada pela Profa. Dra. Stefanie Liz Polidoro, e Construção de Dramaturgia, ministrada pelo Prof. Dr. Stephan Baumgartel. Embora tenha dado seus primeiros passos em cenas e apresentações fora do ambiente acadêmico de pesquisa em teatro, será junto à prática e à pesquisa em artes cênicas que o trabalho ganhará sua primeira construção no formato de solo. Em busca da (re)descoberta de sua vocalidade *queer*, o ator e performer reconstrói junto ao público os solos que habita. Traz para a cena relatos de sua infância e juventude, em que o racismo, os padrões sociais de gênero, a heteronormatividade e a construção da identidade cis, gay e negra se fazem presentes.

Figura 1 - *SOLO*



Fonte: Acervo Núcleo de Comunicação UDESC.

#PraTodoMundoVer: ator Jackson Bosa deitado sob sua mandala de objetos cênicos. De braços abertos e as pernas elevadas em uma cadeira, o ator veste regata branca e shorts pretos; ele encontra-se ao redor de diferentes objetos, como uma máscara rosa, uma saia de tecido chita, uma caixa com documentos.

Nós somos a Terra é um espetáculo desenvolvido em 2024 por graduandas do curso de Licenciatura em Artes Cênicas DAC/UDESC. As discentes Ariane Landa, Escaley Alves e Vanilla criaram a dramaturgia e dirigiram o espetáculo motivadas por questões do feminismo interseccional e do que chamam de movimento de retomada – mulheres pretas e pardas que clamam por suas origens étnicas como pessoas indígenas ou afrodescendentes. Como a sinopse anuncia "a memória que brota da terra, a terra que é ancestral indígena, afro-indígena", a dramaturgia traz as vivências pessoais das jovens atrizes e entrelaça movimentos corporais, cantos e danças como elementos dramatúrgicos potentes, carregados de significados políticos, onde questões pessoais, sociais e ambientais fazem parte da mesma luta. Interessa observar que as atrizes fazem parte de um fenômeno do DAC/CEART de mobilização e criação de espetáculos com temáticas afro-indígenas. Vale lembrar que as reflexões e os estudos cênicos sobre políticas identitárias negras e indígenas foram

iniciados há mais de dez anos, com o Programa de Extensão NEGA, coordenado pela Dra. Fátima Costa de Lima, que tem o legado de inúmeras teses, dissertações, artigos e deu origem ao Grupo NEGA em atividade até o presente. Mesmo com a aposentadoria recente da professora Fátima e o encerramento das atividades de seu programa de extensão, a luta política na cena teatral e nas produções textuais não só continua reverberando, mas ganhou fôlego no currículo novo do curso de graduação implementado em 1/2024, quando duas disciplinas obrigatórias específicas foram criadas: Arte dos povos negros e indígenas e Artes Cênicas e estudos de gênero. Além disso, o fortalecimento do Núcleo de Diversidades, Direitos Humanos e Ações Afirmativas (NUDHA), no CEART, significa o reconhecimento da instituição de ensino por pautas e direitos, mobilizando apoios estruturais, logísticos e financeiros para realização de eventos e projetos. Em 2025, as atrizes continuam investigando a temática identitária em vários processos criativos que se desdobraram a partir de sua união em *Nós somos a Terra*.

Figura 2 - *Nós somos a Terra*



Fonte: Acervo Núcleo de Comunicação do CEART.

#PraTodoMundoVer: as atrizes Ariane Landa, Escanley Alves e Vanila reunidas e com braços erguidos e postura de luta.



Três Marias é um espetáculo em processo, da atriz e pernalta Paula Batista, que cursa concomitantemente a graduação e o doutorado em Artes Cênicas na UDESC. A dramaturgia e a encenação tiveram uma primeira proposta desenvolvida na disciplina da graduação Interpretação Teatral 4, em 2/2023, cujo objetivo principal é estimular as/os discentes a produzirem seus próprios espetáculos solos. O texto de Paula debruça-se sobre a história das mulheres de sua família; mulheres que, quando meninas, foram vítimas de violências, abusos e abandonos. Abandonadas à própria sorte, relegadas à prostituição, à maternidade involuntária e aos casamentos arranjados. *Três Marias,* o nome das três estrelas do céu e das antepassadas de Paula. Ao falar sobre essas meninas, Marias como tantas outras no Brasil, a atriz e dramaturga faz reflexões olhando para o público, de forma que sua história denuncia a violência sistêmica sofrida pelas meninas pobres e periféricas.

PESQUISAS NA PÓS-GRADUAÇÃO, NA EXTENSÃO E NOS PROJETOS DE PESQUISA DE DOCENTES FEMINISTAS GANHAM FORÇA NO PALCO

O espetáculo solo *Mulheres atravessadas na garganta* é uma produção da Cia Dramática, sediada no Rio Grande do Sul. Mas a dramaturgia e a concepção do espetáculo foram desenvolvidas pela atriz profissional Juçara Gaspar como parte de sua pesquisa de mestrado, realizada no PPGAC/UDESC na linha de pesquisa Imagens Políticas. A peça entrelaça excertos de obras teatrais que se corporificam em seis personagens ao longo da narrativa episódica. Segundo a atriz, são personagens que ela interpretou ao longo de sua carreira e que "ficaram atravessadas em sua garganta". A sinopse da peça informa: "As vozes de Sarah Kane, Frida Kahlo, Violeta Parra, Ana Terra, Tianta da Birmânia e Maria Bethânia entrelaçam-se gerando uma dramaturgia de manifesto e resistência feminina". O espetáculo foi primeiramente desenvolvido por Juçara Gaspar durante a pandemia de



covid-19. Na condição de mulher da prática teatral que se mantinha financeiramente da venda de ingressos e orçamentos de editais, o contexto de fechamento das casas de espetáculo e proibições de reuniões como ensaios e apresentações de espetáculos presenciais colocou a classe artística brasileira em um estado de privação e dependência de apoios governamentais. Na época, a atriz cursava a disciplina da pós-graduação Introdução ao Teatro Feminista no formato remoto e apresentou o solo como parte de um processo que desenvolvia em casa com a colaboração do esposo músico, do filho mais velho e da nora. A experiência de confinamento doméstico, as dificuldades financeiras, as tarefas de estudo, a pesquisa, o trabalho doméstico e os cuidados com o filho pequeno, assim como as novas relações de trabalho desenvolvidas no ambiente familiar, foram documentadas e discutidas pela pesquisadora em sua dissertação de mestrado intitulada *Práticas cênicas feministas: procedimentos de desenvolvimento de temas, ensaio, criação dramatúrgica e encenação durante e pós-pandemia* (2022).

Outro trabalho cênico desenvolvido como parte do mestrado em Artes Cênicas é a performance *Coração de pedra é coração de carne*. Nele, a mestranda em Artes Cênicas Marcela Frischeisen Ribeiro, em colaboração com a artista Meline Coelho da Costa, investiga a ideia da "vulnerabilidade da existência humana, conectada simbolicamente através do coração". As artistas desenvolvem um ambiente de contemplação para criarem imagens de solitude, com movimentos repetidos e sincronizados, silêncios e pausas. Elementos como barro vermelho, agulhas e linhas que atravessam delicadamente a roupa uma da outra, enquanto conversam baixo sobre a dor da perda e do coração. O ponto focal da performance, a investigação sobre "o coração" como órgão e como símbolo, foi inicialmente trabalhado pela Dra. Lilian Vilela na disciplina Seminário Temático 1: Corpos em Ação, Ritmos em Tradução, que ministrou em colaboração com as doutoras Marina Bento e Maria Brígida de Miranda em 2/2023. Na época, Lilian e Marina realizavam seus pós-doutorados no PPGAC/UDESC, e Lilian, que é professora efetiva da

UNESP do campo da dança e técnicas corporais, trouxe exercícios e práticas do método Body-Mind Centering; um deles trabalhava de forma poética e criativa o coração. A experiência foi transformadora para várias pessoas, inclusive para Marcela e Meline, que investiram no processo criativo da performance em uma residência artística realizada posteriormente.

Figura 3 - *Coração de pedra é coração de carne*



Fonte: Acervo Núcleo de Comunicação do CEART.

#PraTodoMundoVer: as atrizes Marcela Frischeisen Ribeiro e Meline Coelho da Costa dançam de mãos entrelaçadas e manchadas de argila vermelha.

O espetáculo *Fendas: deixa crescer uma flor no topo da cabeça* possui sua dramaturgia escrita de maneira coletiva por Mariana Corale, Marina Bento e Paula Manoel. Surge a partir da interlocução com o projeto de extensão Encontro com Dramaturgo (UDESC), coordenado pelo Professor Stephan Baumgartel (PPGAC/UDESC) e que, em 2023, teve também a presença de Thiago Dominoni. O trabalho é realizado pela Cia Bruta Flor e tem como atuação Marina Bento e Paula Manoel, direção Mariana Corale, sonoplastia, música ao vivo e técnica de som feita por Yalis Barrett Drummond, além da dramaturgia de Mariana Corale, Marina Bento e Paula Manoel e a interlocução dramatúrgica de Stephan Baumgärtel e Thiago Dominoni. A mescla de diferentes linguagens, como a linguagem



circense, a música e a contação de história, contribui para a especificidade do trabalho. O cenário da Ilha de Santa Catarina, que, ao virar cidade de Florianópolis, tem sua biodiversidade ameaçada. "Os tucanos estão querendo expulsar todos daqui", diz o personagem anjo, um triste alerta dos danos causados pela especulação imobiliária e pelo capitalismo exploratório que ameaçam o sistema natural da Ilha. O espetáculo convoca as mulheres e todos a abrirem fendas, garantirem os direitos femininos e recuperarem saberes e práticas de cuidado em relação à Terra e à natureza. Lembra que nossos territórios e nossas crianças são sagrados e que ainda é possível sonhar e concretizar um mundo em que a exploração não seja a principal forma de relação. Um mundo onde deixamos brotar e crescer flores.

O espetáculo teatral *Conversas de Coxia* é uma produção do projeto de pesquisa "Curarte: práticas cênicas para o bem-viver: estudos feministas e de gênero nas artes da cena" (CNPq), coordenado pela Dra. Maria Brígida de Miranda (PPGAC/UDESC). A proposta da pesquisa no primeiro semestre de 2024 foi investigar no corpo a dramaturgia feminista criada pela pesquisadora e dramaturga brasileira Lucia Sander, a partir do que ela chama de "recriações paródicas" das personagens femininas da obra de Shakespeare. Dessa forma, ela dá uma vida feminista às:

> heroínas, donzelas, rainhas e damas das peças do dramaturgo inglês. Ofélia, Desdêmona, Cordélia e Julieta são algumas das personagens recriadas por Sander, que lhes dá não apenas uma sobrevida no palco contemporâneo, mas as estimula a falarem, a contarem suas histórias (escondidas e secretas), a refletirem sobre as estruturas patriarcais que permeiam também o teatro ao longo dos séculos (Programação [...], 2024).

SUMÁRIO

Figura 4 - *Conversas de Coxia*



Fonte: Acervo Núcleo de Comunicação UDESC.

#PraTodoMundoVer: atrizes Tefa Polidoro e Brígida Miranda interpretam diferentes personagens shakespearianas "recicladas" pela dramaturga Lucia Sander.

ENTRE O PALCO E OS BASTIDORES:
RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA ARTÍSTICA E COLETIVA NO FAZENDO GÊNERO 13 – POR JACKSON BOSA DOS SANTOS

Participar do Fazendo Gênero 13 – Contra o Fim do Mundo (FG13) foi uma experiência que me permitiu vivenciar o evento em duas dimensões distintas: como artista, apresentando meu solo teatral, e como monitor, contribuindo para a organização e o bom andamento das atividades culturais realizadas no Centro de Artes, Design e Moda (CEART) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Essa dupla atuação ampliou minha percepção sobre o evento, permitindo-me transitar entre os bastidores e o palco, e refletir sobre o papel da arte e da coletividade na construção de espaços de diálogo e transformação social. Como artista, apresentei meu trabalho cênico chamado *SOLO* (2024), que é fruto de uma pesquisa de iniciação científica em andamento sobre vocalidade negra *queer* na cena LGBTQIAPN+, dentro do projeto da professora orientadora



Dra. Daiane Dordete Steckert Jacobs intitulado "Vozes políticas e políticas das vozes". O trabalho surgiu a partir de processos anteriores, como o projeto *SÓS* (2020) e a performance *Teia* (2023), nos quais explorei questões relacionadas à identidade, à solidão e à desconstrução de normas sociais enquanto um homem cis, gay e negro inserido em uma sociedade cisheteronormativa e branca. *SOLO* germinou dessa pesquisa acadêmica, mas foi no FG13, de fato, onde ele nasceu. No palco, cuidei da atuação e da sonoplastia, dando o *play* na trilha sonora a partir de um notebook e solicitando ao técnico de luz, Matheus Werner Laurentino Candido, que acionasse a iluminação específica de cada cena. A preocupação era mostrar a pesquisa em andamento, integrando elementos cênicos como o uso de documentos rasgados, uma máscara feminina, sapatos de salto alto, um pente e crochê, para questionar símbolos de identidade e status social. A cena em que rasgo documentos, por exemplo, dialoga diretamente com o *Manifesto contrassexual* de Paul Preciado, subvertendo normas de gênero e sexualidade. Essa cena também se conecta com outras referências pesquisadas, como *O pacto da branquitude* de Cida Bento, que chama a atenção para a cumplicidade das pessoas brancas em padronizar os seus comportamentos e impô-los às pessoas não brancas. Ao rasgar os documentos, afirmo que desejo romper com esse pacto. É na cena que consigo vencer traumas e pentear meus cabelos crespos, mostrando a todos que tenho fenótipos negros e me libertando do sentimento de vergonha que carreguei por mais de 20 anos, exibindo um *blackpower* como afirmação de minha identidade negra. Foi na cena, perante o público do FG13, que pude testar e validar meu processo investigativo enquanto ator e pesquisador das artes da cena, experimentando conceitos, na prática, e permitindo-me *envocalizar-me*, um conceito discutido por Christine Hamel e Ann Cahill na obra *Sounding bodies*, que se refere ao processo de moldar a voz e o corpo a partir de experiências de injustiça e identidade, os reconfigurando como ferramentas de resistência e expressão.



A apresentação de *SOLO* foi um momento de grande intensidade emocional e artística. Ao compartilhar relatos pessoais sobre racismo, gênero e sexualidade, senti uma conexão profunda com o público, que respondeu com empatia e reconhecimento. Um dos momentos mais marcantes foi quando, ao final da apresentação, a historiadora Janete A. de Miranda comentou que minha dor também era dela, reforçando o poder do teatro como espaço de identificação e resistência. Outros relatos também ecoaram essa sensação, como o de Venan Alencar, que se identificou com as narrativas e expressou interesse em futuras produções, e o de Ariane Landa, colega da graduação, que destacou a importância de relatos sobre racismo. Bel Bittencourt, atriz, elogiou a integração dos elementos cênicos, ressaltando a qualidade do trabalho. Essa troca reforçou minha crença na arte como ferramenta de transformação social, capaz de iluminar questões interseccionais e promover diálogos sobre identidade e justiça. Além disso, a experiência me ajudou a perceber que é possível tentar construir um *espaço queer*, conceito discutido por Freya Jarman-Ivens, que se refere a um lugar onde as normas convencionais são questionadas e reconfiguradas, permitindo que vozes marginalizadas ressoem e se transformem mutuamente.

Paralelamente à minha atuação como artista, atuei como monitor do evento, o que me permitiu vivenciar o FG13 por uma perspectiva coletiva e organizacional. A experiência reforçou a ideia de que eventos como esse são frutos de um esforço conjunto, no qual cada pessoa contribui para a criação de um espaço seguro e acolhedor. Como monitor, também pude acompanhar alguns ensaios de outros trabalhos cênicos apresentados no seminário, principalmente aqueles realizados por colegas acadêmicos da UDESC. Minha participação no FG13 foi, portanto, uma experiência enriquecedora e transformadora. Como artista, pude compartilhar minha pesquisa e refletir sobre o papel da arte na desconstrução de normas sociais. O evento abriu portas para *SOLO* e para mim, pois, a partir da estreia, tive novas oportunidades de apresentar e aprimorar o trabalho em mostras cênicas da cidade de Florianópolis/SC. Como monitor,



vivenciei a importância do trabalho coletivo e da organização para a realização de um evento de grande porte, além de ter trocado experiências valiosas com outros artistas e trabalhos cênicos. Guardo essa experiência com gratidão e a levo como inspiração para continuar explorando, em meu trabalho, as complexidades das identidades negras e *queer*, e suas intersecções com a arte e a sociedade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Jaine; OJEDA, Lynara; MURASKI, Yasmin. Atividades artísticas integram programação do Fazendo Gênero 13. **Fazendo Gênero**, 2024. Disponível em: https://www.fg2024.eventos.dype.com.br/informativo/view?TIPO=1&ID_INFORMATIVO=212. Acesso em: 25 set. 2025.

BENATTI, Mariana. **Festival Delas e ações feministas-artivistas-educativas pelas mulheres na arte**. 2020. Dissertação (Mestrado em Arte Educação) – Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2020.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CAHILL, Ann J.; HAMEL, Christine. **Sounding bodies**: identity, injustice, and the voice. Nova York: Oxford University Press, 2022.

GROSSI, Miriam Pillar; WELTER, Tânia. **Etnografia de um congresso**: a organização do 18º Congresso Mundial de Antropologia no Brasil. Brasília: ABA; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020.

JARMAN-IVENS, Freya. **Queer voices**: technologies, vocalities, and the musical flaw. Nova York: Palgrave Macmillan, 2011.

MIRANDA, Maria Brígida de. Teatros feministas na Ilha das Bruxas: memórias e "herstory" de práticas teatrais feministas em Florianópolis. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11., 2017, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2017.

NASPOLINI, Marisa. Na cena em primeira pessoa: percursos e modos de atuação no Projeto Magdalena. **Urdimento** - Revista de Estudos em Artes Cênicas, Florianópolis, v. 2, n. 21, p. 120–127, 2013. Disponível em: https://www.periodicos.udesc.br/index.php/urdimento/article/view/1414573102212013120. Acesso em: 3 out. 2025.

ORTIZ, María Camila; SPYER, Tereza. Los festivales latinoamericanos de cine de mujeres: el caso del Equis Festival de Cine Feminista de Ecuador. **Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu, v. 6, n. 1, p. 244-253, 2022. Disponível em: https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/3963/3268. Acesso em: 15 mar. 2025.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: n-1, 2014.

PROGRAMAÇÃO de atividades artísticas e culturais. **Fazendo Gênero**, 2024. Disponível em: https://www.fg2024.eventos.dype.com.br/informativo/view?TIPO=1&ID_INFORMATIVO=212. Acesso em: 25 set. 2025.

SANTOS, Juçara Gaspar. **Práticas cênicas feministas**: procedimentos de desenvolvimento de temas, ensaio, criação dramatúrgica e encenação durante e pós-pandemia. 2022. 143 f. Dissertação (Mestrado em Artes Cênicas) — Centro de Artes, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

SUMÁRIO



Juliana Alves Bezerra de Andrade
Priscila Cristina Freitas
Lizyane Francisca Silva dos Santos Locatelli

A EDUCAÇÃO MIDIÁTICA FRENTE À OBJETIFICAÇÃO DOS CORPOS FEMININOS

MEDIA EDUCATION IN THE FACE OF THE OBJECTIFICATION OF FEMALE BODIES

LA EDUCACIÓN MEDIÁTICA FRENTE A LA COJETIFICACIÓN DE LOS CUERPOS FEMENINOS

SUMÁRIO



RESUMO:

Diversos enredos sociais reforçam a objetificação e a padronização dos corpos femininos nas mídias, transformando-os em produtos ajustáveis por filtros para atender inalcançáveis padrões de beleza impostos pelo mercado. Este artigo dialoga sobre gênero, diversidade corporal e mídias, analisando como esses elementos moldam subjetividades femininas desde a infância. Defende-se a educação midiática como ferramenta essencial para combater desigualdades, promover a dignidade humana e o empoderamento das meninas e mulheres no combate à desumanização, à autocobrança e à padronização dos seus corpos.

Palavras-chave: Corpos femininos. Objetificação. Educação. Mídias. Cultura digital.

ABSTRACT:

Various social narratives reinforce the objectification and standardization of female bodies in the media, turning them into filter-adjustable products to meet the market's unattainable beauty standards. This article explores gender, body diversity, and media, analyzing how these elements shape female subjectivities from childhood. Media education is defended as an essential tool to combat inequalities, promote human dignity, and empower

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-480-3.40

girls and women in the fight against dehumanization, self-demand, and the standardization of their bodies.

Keywords: *Female Bodeis; Objectificarion; Education; Media; Digital Culture.*

RESUMEN:

Diversas tramas sociales refuerzan la objetivación y estandarización de los cuerpos femeninos en los medios, transformándolos en productos ajustables mediante filtros para cumplir con los inalcanzables estándares de belleza impuestos por el mercado. Este artículo propone un diálogo sobre género, diversidad corporal y medios, analizando cómo estos elementos moldean las subjetividades femeninas desde la infancia. Se defiende la educación mediática como herramienta esencial para combatir desigualdades, promover la dignidad humana y el empoderamiento de niñas y mujeres frente a la deshumanización, la autoexigencia y la estandarización de sus cuerpos.

Palabras clave: *Cuerpos femininos. Cosificarión. Educación. Medios de comunicación.Cultura digital.*

SUMÁRIO



INTRODUÇÃO

Vive-se um momento histórico onde as mídias exercem grande influência sobre os modos de ser, ter e estar das pessoas no mundo. Elas são espaços importantes de comunicação, aprendizado, socialização, entretenimento, atividade profissional, ao mesmo tempo que medeiam relações e ditam regras de conduta e consumo. É quase impossível abandoná-las, devido ao crescente efeito de plataformização social, no qual nossas principais *commodities* – transporte, alimentação, vida financeira – transpassam os aplicativos (André Lemos, 2020). Com isso, muitas pessoas passam uma enorme quantidade de tempo conectada à internet, em redes sociais, consu-



mindo e produzindo conteúdos. Este espaço, por vezes, é o principal lugar de fala, fonte de informação – e desinformação – bem como um ambiente que alimenta desejos.

Diante do apelo "moral-emotivo" do marketing– nutrido pelos algoritmos que direcionam e impulsionam publicações relevantes aos interesses das *big techs*– produtos tornam-se indispensáveis e produções viralizam, tornando-se a *trend* do momento. A partir do rastreio do consumo – buscas, acessos, postagens, curtidas –, direcionam os usuários para as famosas "bolhas". Entretanto, questões sociais com pautas que deveriam ganhar destaque, a fim de serem devidamente problematizadas e discutidas, são esvaziadas e por vezes naturalizadas, pois circulam apenas em um grupo restrito.

Uma destas questões é a luta contra a objetificação dos corpos femininos e a opressão das mulheres, especialmente aquelas de comunidades marginalizadas. Nesse processo, as mídias têm um importante papel, tanto para libertar de preconceitos e discriminações como para fomentá-los, visto que contribuem para a construção de um imaginário social.

Neste compilado, muitos usuários, motivados por um senso de pertencimento a determinado grupo e/ou classe social, normalizam situações com suas falas, corroboram com *fake news*, pois carecem de um senso crítico em relação ao que é veiculado. A falta de educação midiáticaatinge os usuários que têm dificuldade para compreender a lógica mercadológica e o modelo de negócio das grandes *big techs*. Desconhecem que uma das fontes de lucro destas plataformas é vender espaço para anúncios de empresas, e que estas, por sua vez, compram as informações sobre cada usuário, que, fornecendo seus dados, se tornam o produto.

Além disso, há também a figura dos digitais *influencers*, que inicialmente trabalham de graça para as plataformas produzindo conteúdos, até o momento que alcançam um determinado número de seguidores e são monetizados. Assim, mantém-se um ciclo: as



big techs disponibilizam suas redes e recebem das empresas que compram os dados e anunciam seus produtos. Os usuários, por sua vez, conectados e influenciados, fornecem suas informações e ainda consomem os produtos e produções destas últimas. E esse padrão é tão bem-articulado que quem consome e fornece seus dados para isso, nem sempre consegue distinguir o que é realidade do que é produzido com a intenção de viralizar, captar seguidores e likes, tornando-se algo rentável para quem produz e comercializa.

Outra demanda relacionada às tecnologias digitais é o uso cada vez mais frequente de inteligência artificial para a realização de tarefas que até então apenas os humanos com algumas ferramentas faziam. Isso inclui a manipulação de imagens e a criação de produções nocivas às pessoas, levantando preocupações sobre a ética e a responsabilidade no uso dessas tecnologias digitais.

Diante destas constatações e da falta de legislação que regulamente as mídias no Brasil, responsabilizando as plataformas e os usuários que fazem mau uso destes recursos, torna-se fundamental uma educação para, com e através das mídias desde a infância. Educar para as mídias ajudará as pessoas a analisarem, interpretarem e avaliarem o que consomem, o que produzem e como lidam com a exposição de sua imagem nas redes, o que pode evitar uma série de problemas sociais, financeiros, físicos e principalmente emocionais, devido ao adoecimento causado pela falta de representatividade de si nas proposições imagéticas consumidas por esta geração que luta para encaixar-se em padrões considerados "normais", em uma sociedade enferma, marcada pelas desigualdades de gênero, raça, classe social e intolerância.



FEMINISMO E EDUCAÇÃO MIDIÁTICA

Em um país capitalista marcado pela estratificação social baseada nas diferenças de gênero, raça/cor e classe social, como o Brasil, a cultura patriarcal e o machismo fazem com que mulheres sejam exploradas e oprimidas. Diante de tal realidade, o feminismo e os diferentes papéis das mulheres na sociedade são temas latentes a serem debatidos, inclusive nas mídias.

> O feminismo, além de uma teoria crítica, se ocupa em analisar de forma mais abrangente as estruturas que dão base às desigualdades. É também um movimento sócio-político dividido em vertentes, que se organiza contra a posição de subalternidade das mulheres, construída socialmente e fundamentada no patriarcado, pelas diferenças de gênero, raça/etnia e a divisão da sociedade em classes sociais (Zelia Aparecida Pereira Dutra, 2018, p.21).

bell hooks[170] (2019b) enfatiza a importância de as mulheres levantarem suas vozes e serem ouvidas. Ela argumenta que levantar a voz é uma forma de empoderamento, de afirmar e reafirmar sua presença, suas experiências e sua participação nas discussões sociais e políticas.

> Se eu fosse um menino, eles teriam me encorajado a falar, acreditando que assim, algum dia, eu poderia ser chamado para pregar. As punições que eu recebia por "erguer a voz" pretendiam reprimir qualquer possibilidade de criar minha própria fala. Aquela fala deveria ser reprimida para que "a fala correta da feminilidade" emergisse (bell hooks, 2019b, p. 32).

Para a autora, é fundamental que as mulheres, especialmente aquelas de comunidades marginalizadas, sejam vistas e ouvidas.

170 bell hooks é o pseudônimo adotado pela escritora Gloria Jean Watkins, que usa o nome em minúsculo como forma de enfatizar a substância de seus livros, e não quem ela é.



A visibilidade é uma parte essencial da luta pela igualdade de gênero e contra a opressão, pois permite que as experiências e as perspectivas das mulheres sejam reconhecidas e consideradas.

Assim o movimento feminista batalha pela igualdade de direitos legais, sociais e econômicos; assim, o empoderamento feminino visa dar condições para que mulheres sejam agentes de mudança, ocupem lugares de poder, combatam a violência de gênero e desconstruam estereótipos promovendo uma sociedade mais inclusiva e justa.

Neste contexto, considera-se que as "mídias representam um dos atores sociais fundamentais capazes de impulsionar o desenvolvimento social com seu potencial democrático, contribuindo para uma educação não estereotipada das mulheres" (Artigo 19, 2018, p.9), uma vez que as mídias têm o papel na constituição de um imaginário social plural, o que pode além de manter as mulheres informadas e conscientes de suas condições de existência, libertá-las de preconceitos e discriminações, dando visibilidade às suas causas.

Portanto, refletir sobre a cultura midiática implica considerar que a interseccionalidade e o impacto das categorias de raça, classe, gênero, sexualidade e idade não existem isoladamente, mas elas se sobrepõem e se influenciam mutuamente. Para as autoras norte-americanas Patricia Hill Collins e Sirma Bilge, a interseccionalidade é uma abordagem analítica que busca entender como diferentes formas de opressão e privilégio se interseccionam. Além disso, apesar de geralmente invisíveis, essas relações interseccionais de poder afetam todos os aspectos do convívio social (Patricia Hill Collins; Sirma Bilge, 2020). Elas destacam que interseccionalidade não é apenas sobre identidades múltiplas, mas sobre como essas estão ligadas a estruturas sociais e sistemas de poder. Neste sentido, as categorias sociais estão interligadas e suas interações criam dinâmicas de poder que, embora não reconhecidas, influenciam de maneira significativa todos os aspectos da vida social. Questionar como as



políticas públicas, a educação e os meios de comunicação podem ser ajustados para reconhecer e abordar essas complexas dinâmicas de poder é crucial para promover um diálogo inclusivo que valorize a diversidade e enfrente as desigualdades de forma integral.

Pierre Bourdieu (1999), na obra *A dominação masculina*, enfatiza as relações de poder no qual as estruturas sociais sustentam a desigualdade de gênero nas esferas política, social e cultural, de modo que tanto homens quanto mulheres internalizam normas e valores de gênero desde a infância, perpetuando a dominação masculina. Uma vez que, desde crianças, os homens são incentivados a exercer controle e poder sobre as mulheres, mantém-se um ciclo contínuo de dominação que possibilita o acesso a recursos e posições de poder.

Assim, o feminismo está relacionado à interseccionalidade, especialmente nas abordagens contemporâneas que buscam conceber de maneira mais abrangente as diversas formas de opressão e desigualdade que as pessoas enfrentam. Chimamanda Ngozi Adichie (2012), em sua obra *Sejamos todos feministas*, destaca a universalidade do feminismo, enfatizando sua relevância tanto para homens quanto para mulheres. Adichie argumenta que o feminismo é algo que liberta, pois promove a igualdade de oportunidades para todos, levando em conta a especificidade de gênero.

> Algumas pessoas me perguntam: "Por que usar a palavra 'feminista'? Por que não dizer que você acredita nos direitos humanos, ou algo parecido?". Porque seria desonesto. O feminismo faz, obviamente, parte dos direitos humanos de uma forma geral – mas escolher uma expressão vaga como "direitos humanos" é negar a especificidade e particularidade do problema de gênero. Seria uma maneira de fingir que as mulheres não foram excluídas ao longo dos séculos. Seria negar que a questão de gênero tem como alvo as mulheres. Que o problema não é ser humano, mas especificamente um ser humano do sexo feminino (Chimamanda Ngozi Adichie, 2012, p. 50).



Embora a jornada rumo à igualdade seja longa, progressos significativos têm sido observados. Um exemplo ocorreu recentemente, quando o presidente Lula sancionou a Lei n. 1.085, assegurando a paridade salarial entre mulheres e homens. Um passo importante na luta pela equidade salarial, mas que chegou tarde para mulheres de outras gerações. Essa lacuna temporal destaca a importância de continuar a luta por direitos iguais, garantindo que as futuras gerações possam beneficiar-se plenamente das vitórias alcançadas no presente. Além das disparidades salariais, é fundamental abordar o feminismo negro e as violências enfrentadas por essas mulheres, uma vez que, ao considerar as questões salariais com o recorte racial, constata-se que as mulheres negras recebem os menores salários.

De acordo com uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV) relatada pela repórter da Agência Brasil Ana Cristina Campos em 2023, no primeiro trimestre do ano, a remuneração média das mulheres negras no Brasil era de R$1.948. Esse valor representa apenas 48% da média salarial dos homens brancos, 62% do recebido por mulheres brancas e 80% do salário dos homens negros. A pesquisadora bell hooks descreve que:

> O feminismo sobre o qual mais ouvem falar é ilustrado por mulheres que são primordialmente engajadas em igualdade de gênero – salários iguais para funções iguais e, algumas vezes, mulheres e homens dividindo as responsabilidades do trabalho doméstico e de maternagem e paternagem (hooks, 2019a, p. 17).

Esta observação ressalta uma visão do feminismo que se concentra principalmente na equidade de gênero em todas as esferas da vida, tanto no âmbito público como privado, nos locais de trabalho, estudo, na redistribuição das tarefas domésticas e também nas mídias, refletindo as aspirações centrais de muitos movimentos feministas contemporâneos. Para além da luta sobre igualdade de



gênero, entra também na pauta feminista a garantia dos direitos das mulheres, de modo a eliminar os diversos tipos de violências que todos os dias estas sofrem e estão sujeitas a passar devido ao machismo estrutural enraizado nas práticas culturais em nosso país.

Dentre elas está a objetificação de seus corpos nas mídias, que banaliza a imagem das mulheres em relação à sua aparência física, ditando como devem agir e exigindo um estereótipo de perfeição, com uma padronização estética muitas vezes inalcançável, onde mulheres, desde crianças, são consideradas boas ou ruins, certas ou erradas, de acordo com sua aparência e não pelo todo que são.

Historicamente, os corpos femininos possuem uma longa trajetória de controle e dominação masculina, e no contexto midiático se percebe o mesmo padrão. A mulher ora é vista como mercadoria embalada por um mercado cruel que manipula seu ideal imagético, apresentando corpos de maneira sexualizada, como objeto de prazer, sempre à disposição para servir. Quando não é este o caso, ludibria-se a figura feminina com um falso empoderamento de quem "pode" estar sempre a um clique da "sua melhor versão". Uma espécie de subjugação a grandes marcas, tanto para fins de consumo quanto para transformações milagrosas e resultados significativos no padrão estético.

Mais recentemente há também a manipulação de imagens com inteligência artificial (IA), as quais podem realizar desde edições complexas de maneira rápida e automática, aplicando filtros artísticos que imitam estilos famosos, até a criação de imagens do zero e *deepfakes*, que podem distorcer imagens e/ou vídeos realistas, sendo usadas, muitas vezes, com a finalidade de prejudicar e desinformar as pessoas.

Tal manipulação de imagens traz à tona preocupações éticas e sociais, quando utilizadas para distorcer conteúdos de forma a prejudicar e desinformar as pessoas. Este fenômeno evidencia a instrumentalização dos corpos femininos em estratégias de marketing que



exploram inseguranças e idealizações de beleza. Há diversos exemplos, como em comerciais de cervejas, programas de auditório – que expõe dançarinas seminuas em seus palcos –e esportes - quanto à exigência, por parte de comitês, de uniformes curtos para seleções femininas –, além de na criação de filtros de "embelezamento" das redes sociais, na venda de roupas, produtos de beleza e procedimentos estéticos, dentre tantos outros casos.

No contexto midiático atual, a objetificação dos corpos femininos inicia-se precocemente. As meninas, desde pequenas, estão cada vez mais interessadas em estar nas redes sociais, em plataformas como TikTok, Instagram e YouTube, cujos conteúdo, vinculados à estética e aos padrões de beleza são tão disseminados. Esta exposição antecipada não apenas molda suas percepções de beleza e autoimagem, mas também reforça a noção de que seu valor está intrinsecamente ligado à aparência física, perpetuando ciclos de objetificação desde a infância, bem como discursos de ódio, debates pouco reflexivos e também a cultura do cancelamento (Lemos, 2020).

A objetificação dos corpos femininos atinge mulheres de diversas idades, classes sociais e raça e ganha ainda mais destaque no meio midiático quando envolve pessoas com carreiras públicas. Recentemente, dois casos chamaram a atenção, um deles foi o da cantora brasileira Iza, mulher negra que foi vítima de gordofobia nas redes sociais, ainda que exibindo um corpo escultural para os ditos padrões de beleza de mercado. O outro, foi o da atriz brasileira Bruna Marquezine, apontada como "muito magra" e "com aparência de uma pessoa doente". O que leva as pessoas a tal discurso e ao julgamento dos corpos alheios?

Algoritmos digitais filtram, redirecionam e ditam aquilo que devemos pensar, "nos fazendo achar que somos os senhores da situação, quando na realidade são eles que estão agindo para provocar determinados comportamentos, nos dando a impressão de potência e controle" (Lemos, 2020, p.41). Tais algoritmos são regidos por grandes empresas.



> Essas quatro empresas Google, Apple, Facebook e Amazon – GAFA, como às vezes são denominadas, têm histórias, perfis de mercado e estratégias corporativas diferentes, mas todas tiveram um enorme crescimento durante a última década. Se acrescentarmos à lista algumas empresas mais consolidadas, como a Microsoft e a IBM, e uma ou duas empresas emergentes, como a Netflix e o Twitter, podemos abarcar quase todo o mercado global de tecnologia e serviços digitais. Elas estão entre as empresas mais rentáveis de qualquer tipo no mundo e trabalham duro para continuar assim (David Buckingham, 2022, p.28).

Deste modo, o conjunto das grandes corporações com suas plataformas, bases de dados, dominam a produção, a programação e a circulação de conteúdos e capturam, por meio dos algoritmos, as opiniões e os comportamentos dos indivíduos, utilizando de informações privadas dos usuários, na maioria dos países sem regulação estatal, mantendo vivo o poder do capitalismo digital e a manutenção de suas desigualdades crônicas (Nestor Garcia Canclini, 2021). A situação ainda se agrava, pois tais corporações têm as sedes de suas empresas instaladas nos Estados Unidos, onde a política de regulamentação atual "defende o modelo de negócios das plataformas e uma visão ultraliberal que protege discursos de ódio, misoginia, racismo, negacionismo climático, sanitário, científico e que tem promovido a ascensão da extrema-direita no mundo" (Renata Mielli, 2025),o que faz com que empresas como a Meta[171] e o X simplesmente ignorem as sanções e as regulamentações impostas por governos de países localizados na Europa, na Ásia e na América Latina, incluindo o Brasil, que buscam garantir a soberania e a democracia de suas nações.

Com o argumento de garantir a "liberdade de expressão" e combater a "censura", Mark Zuckerberg, CEO da Meta, fez um anúncio em janeiro de 2025, de cinco medidas que serão alteradas nas

171 A Meta Platforms é dona das seguintes empresas: Facebook, Instagram, WhatsApp, Messenger, Oculus, Threads, Mapillary, Workplace e Portal.



políticas de uso de suas plataformas, entre elas: acabar com a política de checagem de fatos e instaurar as notificações da comunidade, semelhante ao que faz o X; simplificação da política de conteúdos e acabar com as restrições para conteúdos sobre imigração e gênero; nova abordagem para a política de *enforcement* para reduzir os erros cometidos pelos sistemas complexos de moderação, desenvolvidos para atender às demandas de restrição de circulação de conteúdos; e retomar os conteúdos cívicos para as plataformas.

Tais medidas vão na contramão da busca por regulamentação, pois desresponsabilizam as plataformas do uso indevido e da distribuição de desinformação, além de ser um ataque brutal à construção de Estados democráticos de direitos.

Assim, cada vez mais se solidifica a falta de transparência e a ausência de obrigações destas plataformas sobre suas intervenções e escolhas por trás do que se enxerga de suas tecnologias avançadas. Tais plataformas frequentemente operam sob um véu de segredo, tornando difícil para os usuários e os reguladores entenderem como suas decisões são feitas e quais critérios são utilizados. Essa opacidade não apenas compromete a confiança do usuário, mas também pode levar à perpetuação de vieses e injustiças sistêmicas. Ademais, a falta de responsabilização dessas empresas de tecnologia cria um ambiente onde as consequências negativas de suas ações são minimizadas ou ignoradas, como mencionado acima. É essencial que haja uma maior supervisão e regulamentação para garantir que essas tecnologias sejam desenvolvidas e implementadas de forma ética e transparente, como não tem sido a forma com que os algoritmos estão sendo utilizados.

> Os algoritmos induzem e reforçam preconceitos e estereótipos de acordo com o uso dos dados e das formas de processamento. Eles não são, definitivamente, neutros. E essa discriminação algorítmica é muito perigosa pois invisível, tecnocrática, opaca e performativa, com ares de neutralidade técnica. Há múltiplos casos:



> erros em reconhecimento facial por causa da cor da pessoa, condenação por algoritmos jurídicos baseado em características raciais, erros de reconhecimento vocal feminino, preferência de alocação de emprego para homens (Lemos, 2020, p.41).

Este atual regime de plataformização da sociedade, que caracteriza a cultura digital do século XXI, leva a cadeias de desinformação, como a rotina de *skincare* adotada por meninas desde a mais tenra idade e a índices altíssimos de cirurgias plásticas cada vez mais precoces.

A orientação médica sugere cautela, enfatizando que tais intervenções podem ser inapropriadas para a pele ainda em desenvolvimento dessas jovens, ainda assim tais casos popularizam-se nas redes sociais, cujos likes possuem mais peso que as recomendações dos especialistas quanto aos riscos associados à prática citada.

Entretanto, deve-se utilizar as mídias para promoção de uma consciência crítica eativista, de modo a compreender as possibilidades de usos, os consumos, as produções e as mediações. Diversas iniciativas vêm surgindo nesse sentido, como o movimento sem filtros, onde pessoas têm se posicionado e conscientizado sobre a necessidade de mudanças políticas e sociais, tentando romper com a lógica dominante do sistema e incentivando a não mais se calar diante das injustiças. Vozes que em outros momentos históricos foram silenciadas hoje já conseguem ser escutadas através das redes sociais.

EDUCAR AS CRIANÇAS PARA AS MÍDIAS

O mundo digital hoje atravessa a cultura lúdica das crianças, de modo que personagens e enredos oriundos dos meios midiáticos comumente servem de base para suas brincadeiras e modos de consumo. Deste modo, acredita-se em uma educação para,



com e através das mídias e tal compromisso deve iniciar na infância, já que cada vez mais cedo as crianças têm acesso às mídias e estão consumindo produções culturais: "as crianças produzem cultura e são produzidas na cultura que se inserem (em seu espaço) e que lhe é contemporânea (de seu tempo)" (Sônia Kramer, 2007, p. 16).

Tomar consciência de que a educação midiática é necessária desconstrói o precoce pensamento de que o uso de mídias possui serventia apenas como ferramenta, instrumento ou um mero auxílio educacional. Significa desfazer a ideia de que a sua função se baseia apenas em servir à lógica do mercado e que os usuários destes artefatos são passivos e/ou se sujeitam acriticamente aos conteúdos exibidos. As mídias não são neutras; dessa forma, compreender os mecanismos por trás da produção de conteúdos midiáticos é fundamental para que os indivíduos possam reconhecer e resistir às tentativas de manipulação, desde a mais tenra idade. A capacidade de distinguir informações verídicas de falsas e a análise crítica dos conteúdos midiáticos devem iniciar desde a infância, visto que são competências essenciais para a formação de cidadãos ativos e engajados.

Deste modo, a educação midiática deve ser entendida como um processo contínuo e dinâmico, para que nossas crianças se tornem cidadãos digitais conscientes das suas potencialidades e responsabilidades frente à sociedade que habitam e constroem conjuntamente. Educar para/com/através das mídias não consiste apenas em desenvolver habilidades técnicas, mas sim preparar os sujeitos para tecer novas interações entre eles e com o entorno, desenvolvendo o pensamento crítico.

A mídia-educação, nesse contexto, atua como um campo interdisciplinar, ensinando as crianças a diversificarem e questionarem as fontes de informações, de modo a compreender sobre o contexto e as intenções de determinadas mídias, como funcionam, são criadas e como são veiculadas. Por meio do aprendizado crítico



e consciente acerca das mídias, nossas crianças aprendem a usar as ferramentas digitais de formas mais seguras e responsáveis, além de apenas consumir, elas tornam-se capazes de criar conteúdos que agregam suas ideias de forma ética e construtiva, modificando o modo de ser, estar e se relacionar com os outros.

É necessário que continuemos a trilhar esse caminho, incentivando a educação crítica e a participação ativa de todos os indivíduos desde a sua pouca idade, para que tenham a possibilidade de desenvolver entendimento social, político, econômico e cultural mais amplos sobre o mundo em que vivem, contribuindo na construção de uma sociedade melhor e mais consciente.

> Na relação entre infância, mídia e economia, a participação das crianças ocorre tanto pela produção quanto pelo consumo infantil. Os produtos culturais para a infância (livros, cinema/filmes, televisão, jogos) e outros produtos de consumo para crianças (moda, guloseimas, material escolar, serviços recreativos) fazem parte de um dos segmentos de mercado de difusão mundial. E, embora saibamos que as crianças têm direito ao consumo, é importante discutir o tipo de consumo digital ao qual as crianças estão submetidas e as formas de mediação na perspectiva da mídia-educação, entendida como educação para cidadania (Mônica Fantin, 2016, p. 604).

Entretanto, o que se percebe atualmente é que há uma ausência de educação midiática e de conhecimento sobre este universo, o que resulta em uma compreensão menos apurada e profunda dos conteúdos veiculados. Há diversos produtos midiáticos destinados às infâncias com vieses mercadológicos, sem intencionalidade de cuidado e educação, um desfavor à construção de uma formação humanizada. Sem as devidas mediações, tais artefatos realizam um desserviço, corroborando apenas para a formação de sujeitos menos críticos e criativos.



Alguns movimentos foram iniciados na tentativa de proteger as crianças deste universo do consumo, como a proibição, desde 1990, da publicidade infantil no Brasil, por meio do Código de Defesa do Consumidor, que proíbe qualquer comunicação mercadológica para crianças que objetiva divulgar e estimular o consumo de produtos, marcas ou serviços. A Resolução n. 163 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) possui regras ainda mais rígidas, considerando abusivos o uso de linguagem infantil, os efeitos especiais, a utilização de personagens ou apresentadores de programas infantis, dentre outros. Porém, isso só se efetivou na TV aberta com sua programação gratuita, pois nas plataformas internacionais – amplamente consumidas em território nacional – tais normativas não são respeitadas. Os canais fechados de TV, os *streamings, os* sites e os influenciadores digitais não respeitam essas regras e, ainda, induzem em sua programação/conteúdo propagandas que incentivam o consumo infantil. Somado a isso, não há uma regulação maior por parte do Estado e uma ausência de discussões acerca de uma educação para as mídias no âmbito das famílias e das escolas, cuja centralidade esteja na proteção infantil.

> As crianças precisam aprender, por exemplo, que, às vezes, os autores das postagens nas redes sociais nem são indivíduos, nem empresas identificáveis, mas redes de robôs ou perfis falsos, criados para intensificar a proliferação dos discursos, dando a ilusão de consensos que aumentam o extremismo e a polarização. Nesse sentido, realizar junto com as crianças exercícios de leitura atenta de comentários em canais e jornais on-line, por exemplo [...] promovendo um saudável ceticismo diante das informações recebidas, o que é condição favorável a uma postura crítica (Gilka Girardello; Fantin; Rogério Santos Pereira, 2021, p. 38).

Seja no ambiente doméstico ou no institucional, as crianças produzem e reproduzem narrativas oriundas das mídias que reverberam em suas falas, atitudes e brincadeiras. Todas carecem de uma observação ativa e uma escuta atenta por parte dos adultos



que as rodeiam, sejam eles profissionais docentes e/ou suas famílias, a fim de identificar e realizar as mediações necessárias, de modo a combater preconceitos e violências e ajudá-las a desenvolver o pensamento crítico.

Como exemplo, trazemos uma fala dita por uma criança de três anos durante uma vivência com as tecnologias no espaço institucional da educação infantil pública municipal de Florianópolis: "Ela está comendo muito, vai ficar gorda!"[172]. Neste caso, E[173]., uma menina loira, magra e de olhos azuis possui uma "beleza padrão" sempre reforçada pela família, sendo necessário realizar diversas propostas ao longo do semestre naquele grupo de crianças visando romper com estereótipos de beleza eurocêntrica. Observou-se na ocasião que E. tinha muito medo de "comer muito e ficar gorda", palavras dela. Tal situação pode ser vista a seguir em um dos vídeos assistidos de uma lagarta se alimentando de diversas folhas muito rápido. Nesse momento, E. ressaltou: "Ela tá comendo muito, vai ficar gorda!". Orientamos que as comidas servem para nutrir, não para engordar, buscando quebrar esses estigmas (Caderno de registro, novembro de 2021).

A partir deste registro, pode-se perceber que as crianças são produtos e produtores de cultura e se constituem e desenvolvem por meio das interações, relações e práticas cotidianas a elas proporcionadas e por elas estabelecidas, com adultos e outras crianças, nos contextos aos quais estão inseridas. E é a partir dessas interações que estabelecem com as diferentes culturas e das influências dos mundos naturais e simbólicos que elas recriam e dão sentido a tudo que vivenciam e que está à sua volta; portanto, quanto mais rico e diversificados forem seus repertórios, maiores são as chances de intercâmbios culturais e da construção de habilidades essenciais para a vida, além de prepará-las para exercer a cidadania e respeitar as diferenças.

172 Anotação do Caderno de Registro de uma das autoras, novembro de 2021.

173 Chamaremos a criança de E., a fim de preservar sua identidade.



Quando as crianças se inserem no contexto da educação formal, elas não se destituem dos aspectos e dos contextos diferentes e diversos que as constituem, mas, pelo contrário, trazem para dentro do espaço institucional toda a intensidade de suas diferenças e de sua diversidade. Ao analisar as falas de E. como: "Eu não gosto do cabelo dela, porque ele é assim" (fazendo o gesto do cabelo alto), busca-se compreender o contexto familiar de E., onde a mãe, por ser profissional em um salão de beleza, valoriza muito o padrão branco/liso e hegemônico de beleza; dessa forma, E. traz isso consigo para dentro do espaço educativo.

> A contemporaneidade vem sendo marcada pela cultura digital e a forte presença das tecnologias, sobretudo as digitais, que oferecem um novo espaço de interação, aprendizagem e práticas culturais. As formas de participação revelam tanto noções de pertencimento, exclusões, conexões como concepções de crianças e condições de infância vividas em diferentes tempos e cenários (Juliana Costa Muller; Fantin, 2019, p. 1).

As mídias criam formas de comportamento que reverberam nas instituições educativas e vice-versa. Quando discorremos acerca da educação para as mídias, pensamos na educação formal, nas quais nos deparamos com a composição dos grupos de crianças, com diferentes características biológicas e também sociais, que os diferenciam e os assemelham, os tornando singulares e plurais ao mesmo tempo.

Deste modo, os currículos escolares precisam agregar em suas práticas preceitos da mídia-educação, que prevejam uma abordagem "com, para, através" das mídias (Rivoltella, 2012), considerando que o "para" é relativo à apropriação crítica/criativa dos conteúdos, mensagens e produções, o "com" é sobre compreender os seus usos para além de habilidades técnicas, como também no âmbito social, político, econômico e cultural, e o "através" diz respeito à habilidade de produção dos indivíduos, instituições e grandes empresas.



> [...] é preciso compreender essas mídias em diversos níveis. Podemos vê-las segundo a perspectiva de seus usuários, como serviços e produtos usados para a comunicação, entretenimento e aprendizado. Mas, também é preciso vê-las na perspectiva de seus produtores ou proprietários, como serviços que geram lucro comercial. Temos de examinar as práticas – isto é, o que usuários e produtores estão fazendo, como e por que o fazem. Também temos de examinar o conteúdo efetivo que eles criam, compartilham e consomem (Buckingham, 2022, p. 29).

Ao considerar as relações destes pequenos corpos com a cultura digital, é possível pensar no acesso destas crianças a diferentes culturas às quais geograficamente não seria possível o contato – povos, raças, dialetos, costumes, vestimentas, penteados, danças diversas – ampliando seus repertórios. E a partir desses novos saberes tecer outras brincadeiras, interações, vivências e experiências estéticas que são singulares e que os mobilizam de diferentes maneiras, pois sensibilizam os afetos, convidam a sair da estagnação, para contemplar, imaginar, criar, estranhar, pensar, expressar o que sentem, acionar e aguçar os sentidos (visão, audição, tato, olfato, paladar), por meio dos quais as crianças ampliam suas formas de sentir o mundo e sentir-se no mundo.

De encontro a isto, no documento intitulado Manifesto da Criança Digital, a pesquisadora do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), Edith Ackermann, destaca a importância de ouvirmos as vozes das crianças para que não negligenciemos seus corpos: "[...] por favor, não esqueçam que eu tenho um corpo e gosto de usá-lo. Deixem-me liberar minha imaginação, transportem-me, teletransportem-me, mas também me deixem tocar, sentir, movimentar-me, ter um chão sólido debaixo dos pés" (Edith Ackermann, 2013, p. 131). Assim, as escolas também precisam ser espaços de liberdade de movimento, evitando o controle dos corpos e possibilitando que as crianças possam se expressar livremente, desenvolver habilidades motoras, interagir e aprender a regular seus próprios corpos.



Hannah Arendt nos diz que a escola não é lugar de transformação, é sim um lugar de socialização, visto que na escola o sujeito aprende a como comportar-se e viver em sociedade. "A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos responsabilidade por ele" (Hannah Arendt, 2005, p. 247). Entretanto, a importância da escola está na ação política como condição humana. Faz-se necessário defender a escola para a formação de um sujeito crítico.

Portanto, busca-se envolver as crianças em perguntas acerca daquilo que consomem nas plataformas digitais: "O objeto da embalagem é o mesmo que o da foto?", "O barulho que faz no jogo é o mesmo que na vida real?", "O que você sente quando assiste a esse filme?", ensinar as crianças a refletir sobre o seu consumo midiático e as incentivar na produção daquilo que é caro para elas, também utilizando as tecnologias digitais. Infelizmente, não se quer a angústia dos não ditos, mas respostas prontas. Entretanto, a sociedade carece de compreender que os silêncios fazem parte do processo criativo. A educação precisa focar na problematização do pensamento crítico. Tensionar os problemas sociais, como a desinformação, a publicidade, o consumo infantil, assim como os discursos racistas, machistas e preconceituosos. Que o objetivo da educação seja focar na formação para a cidadania, como a chave para uma educação em que as crianças sejam o centro do fazer educativo, não as mídias ou o comércio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos em uma sociedade diversa, repleta de culturas plurais, que tem produzido muitas tecnologias, conhecimentos e informação, mas que, ao mesmo tempo, é movida pela lógica capitalista que induz e influencia os modos de ser e viver dos indivíduos, as políticas, as instituições, a ciência, os tempos e os espaços. Então, qual o desafio para continuarmos vivendo de maneira saudável nesta sociedade da informação? Segundo Lemos, "O que precisamos, portanto, é dar mais um passo. E que passo é esse? A sabedoria" (2020, p.30). Refletir criticamente acerca das informações, ir além e produzir



um conhecimento substantivo, não apenas instrumental, buscando "formas de adaptabilidade da vida às diversidades sem ficar refém de nenhum dado, de nenhuma informação ou conhecimento muito particular" (Lemos, 2020, p.31).

Defende-se que tal pensamento crítico precisa iniciar na infância, com crianças que sejam tanto consumidorasquanto produtoras de mídias. Que compreendam como funcionam as regras do jogo. A regulação midiática também se faz necessária para que iniciativas socialmente positivas, como aquelas acima mencionadas – movimento pelo fim dos filtros nas redes sociais, por exemplo –, possuam mais alcance do que aquelas impulsionadas pelos algoritmos, manipulados pelas grandes corporações. Que boas práticas, como blogs, vídeos, podcasts e outros formatos disseminem conhecimento sobre feminismo, ajudando a educar o público sobre questões de gênero. E se construam mais comunidades on-line onde mulheres possam compartilhar experiências, apoiar umas às outras e discutir questões relevantes, criando um espaço seguro de diálogo. E que essas iniciativas tenham mais visibilidade. E que *fake news*, *deepfakes*, possam ser logo identificadas e barradas desde o seu corrupto nascimento.

Acreditamos que a mídia-educação vem a contribuir, não apenas enquanto campo de estudo em construção, cuja transversalidade e contribuição multidisciplinar dos saberes das ciências, educação, comunicação e artes atuam conjuntamente em uma perspectiva ecológica com a qual a compreendemos – de educar com, sobre e através de todos os meios (Fantin, 2016), mas também enquanto uma prática essencial para a formação de sujeitos e cidadãos críticos e conscientes. Deste modo, habilidades de análise crítica são desenvolvidas, para que usuários avaliem a veracidade das informações recebidas e reconheçam os interesses por trás das mensagens midiáticas. Assim, a mídia-educação prepara indivíduos para uma participação mais ativa e reflexiva em sociedade, pois ao compreender como utilizar e interpretar as diferentes plataformas de mídia, os indivíduos tornam-se mais aptos a navegar pelas complexidades do ambiente digital. Essa compreensão é vital para o desenvolvimento de uma cidadania digital responsável, onde a ética e a responsabilidade venham a ser basilares nas interações on-line e no consumo e partilha de informações.



Sabe-se que há um longo caminho pela frente, mas acreditar que atrás de cada tela e cada clique há um ser humano que almeja uma sociedade democrática, independentemente de raça, gênero ou status social, nos impulsiona a seguir caminhando nas trilhas digitais, rumo a sujeitos de consciência crítica, sem corpos subalternizados e/ou objetificados, sem crianças passivas e apáticas frente às telas, sem mulheres cujas vozes permanecem inaudíveis, mas com cidadãos digitais conscientes das suas potencialidades e responsabilidades frente à sociedade que habitam e constroem em conjunto.

REFERÊNCIAS

ACKERMANN, E. K. Growing up in the digital age: Areas of change. **Tecnologias, Sociedade e Conhecimento**, Campinas, v. 1, n. 1, 2013.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. São Paulo: Cia das Letras, 2014.

ARENDT, Hannah. A crise na educação. *In*: ARENDT, Hanna. **Entre o passado e o futuro**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.p. 221-247.

ARTIGO 19. **Gênero & mídia**: um olhar de gênero para a mídia brasileira. São Paulo: Artigo 19 Brasil, 2018. Disponível em:https://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2018/05/G%C3%AAnero-M%C3%ADdia.pdf. Acesso em: 3 maio 2024.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BUCKINGHAM, David. **Manifesto pela educação midiática**. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2022.

CAMPOS, Ana Cristina. Mulheres negras recebem 48% do que ganham homens brancos. **Agência Brasil**, 2023. Disponível em:https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-07/mulheres-negras-recebem-48-do-que-ganham-homens-brancos#:~:text=Pesquisa%20do%20Instituto%20Brasileiro%20de,que%20os%20homens%20negros%20ganham. Acesso em: 6 maio2024.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Cidadãos substituídos por algoritmos**. São Paulo: Edusp, 2021.



COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.

DUTRA, Zelia Aparecida Pereira. A primavera das mulheres: ciberfeminismo e os movimentos feministas. **Revista Feminismos**, v. 6, n. 2, p. 1-13, 2019.Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30384.Acesso em: 18 jun. 2024.

FANTIN, Mônica. Múltiplas faces da infância na contemporaneidade: consumos, práticas e pertencimentos na cultura digital. **Revista Educação pública**, Cuiabá, v. 25, n. 59, p. 596-617, 2016. Disponível em:http://educa.fcc.org.br/pdf/repub/v25n59s2/2238-2097-repub-25-59-s2-00596.pdf.Acesso em: 1maio 2024.

GIRARDELLO, Gilka; FANTIN, Monica; PEREIRA, Rogério Santos. Crianças e mídias: três polêmicas e desafios contemporâneos. **Cadernos CEDES**, São Paulo, v. 4, n. 113, p. 33-43,2021. Disponível em:https://doi.org/10.1590/CC231532. Acesso em: 16 fev. 2025.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019a.

HOOKS, bell. **Erguer a voz**: pensar como feminista. São Paulo: Elefante, 2019b.

KRAMER, Sônia. A infância e sua singularidade. *In*: BRASIL. **Ensino fundamental de nove anos**. Brasília: MEC, 2007. p. 13-23.

LEMOS, André. **A tecnologia não é um vírus**: pandemia e cultura digital. Porto Alegre: Editora Sulina, 2021.

MIELLI, Renata. Zuckerberg explicita seu alinhamento com Trump e assume ofensiva contra regulação. **Brasil de Fato**, 2025. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2025/01/07/zuckerberg-explicita-seu-alinhamento-com-trump-e-assume-ofensiva-contra-regulacao/. Acesso em: 25 set. 2025.

MULLER, Juliana Costa; FANTIN, Mônica**. Desafios da mediação familiar e escolar no uso das tecnologias digitais pelas crianças**.[*S. l.*]: ANPED, 2019. Disponível em: https://anais.anped.org.br/39reuniao/trabalhos/desafios-da-media%C3%A7%C3%A3o-familiar-e-escolar-no-uso-das-tecnologias-digitais-pelas. Acesso em: 07 out. 2025.

RIVOLTELLA, Pier Cesar. Retrospectivas e tendências da pesquisa em mídia-educação no contexto internacional.*In*: FANTIN, Mônica; RIVOLTELLA, Pier Cesar. (org.). **Cultura digital e escola**: pesquisa e formação de professores. Campinas: Papirus, 2012.



Parte VI

Geórgia Mendes Sousa

FUSÃO

MELTING

FUSIÓN

RESUMO:

Discursos misóginos, ao longo da história, buscaram normalizar o ódio às mulheres, utilizando argumentos pseudocientíficos e filosóficos. No século XIII, por exemplo, as mulheres foram estereotipadas como inconstantes devido a um suposto excesso de fluidos corporais, falsa associação que persiste até os dias atuais. A série de vídeos *Fusão* desafia discursos como este, utilizando a metáfora dos líquidos para subverter a ideia de que a fluidez é sinônimo de fraqueza. Ao contrário, a série celebra a flexibilidade e a adaptabilidade como qualidades essenciais para uma sociedade mais justa e inclusiva.

Palavras- chave: Vídeo arte. Estudos de gênero. Misoginia. Feminismo.

ABSTRACT:

Misogynistic discourses, throughout history, have sought to normalize hatred towards women, using pseudo-scientific and philosophical arguments. In the 13th century, for example, women were stereotyped as inconstant due to the supposed excess of bodily fluids. This false association persists to this day. The Fusion video series challenges such discourses, using the metaphor of liquids to subvert the idea that fluidity is synonymous with weakness. On the contrary, the series celebrates flexibility and adaptability as essential qualities for a more just and inclusive society.

Keywords: *Video art. Gender studies. Misogyny. Feminism.*

SUMÁRIO



DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-480-3.41

RESUMEN:

Discursos misóginos, a lo largo de la historia, han buscado normalizar el odio hacia las mujeres, utilizando argumentos pseudocientíficos y filosóficos. En el siglo XIII, por ejemplo, las mujeres fueron estereotipadas como inconstantes debido al supuesto exceso de fluidos corporales. Esta falsa asociación persiste hasta la actualidad. La serie de videos Fusión desafía discursos como este, utilizando la metáfora de los líquidos para subvertir la idea de que la fluidez es sinónimo de debilidad. Por el contrario, la serie celebra la flexibilidad y la adaptabilidad como cualidades esenciales para una sociedad más justa e inclusiva.

Palabras clave: *Videoarte. Estudios de género. Misoginia. Feminismo.*



FUSÃO

Desde a Grécia Antiga, quando Aristóteles considerava a mulher um homem incompleto, discursos misóginos têm sido disseminados ao longo da história. Esses discursos, que encontram eco na contemporaneidade, em movimentos como o *red pill*[174], visam perpetuar o patriarcado e normalizar a violência contra a mulher. Assim, desconstruir esses argumentos, identificando suas raízes históricas e expondo a fragilidade de suas bases, é um método que utilizo na minha prática artística e proponho como ferramenta na luta feminista.

Aproximo-me desse procedimento por meio do livro *Eunucos pelo reino de Deus* (1996), da teóloga alemã Uta Ranke-Heinemann (1927–2021), onde a autora analisa como a retórica da Igreja Católica evoluiu no decorrer dos séculos, intencionando o poder sobre os corpos e o prazer sexual das mulheres, contribuindo para a construção de

174 *Red pill* é uma pseudofilosofia, inspirada pelo filme *Matrix*, que apresenta uma visão distorcida e misógina da realidade, na qual as mulheres são retratadas como opressoras e os homens como vítimas de uma conspiração feminista. Ao adotar essa perspectiva, os homens buscariam justificar atitudes machistas e discriminatórias.



uma sociedade misógina. Vale ressaltar que Uta Ranke-Heinemann (1996) nos lembra que o cristianismo não é o único responsável pelo repúdio ao prazer sexual e que essa conduta é identificada desde a antiguidade, sendo inclusive respaldada por indicações médicas.

A compreensão de que o ato sexual é perigoso e potencialmente prejudicial à saúde era corroborada por filósofos conhecidos inclusive na atualidade, como Platão, Aristóteles e Hipócrates. No entanto, para a autora, foi com o cristianismo que a condenação do prazer sexual adquiriu um novo significado. A Igreja Católica, ao associar o corpo às tentações do diabo e ao pecado original, contribuiu para a construção de uma moral sexual misógina que reverbera até hoje.

Foi ao seguir por esse percurso histórico que me deparei com as afirmações do filósofo religioso Alberto Magno (1200–1280), que, no século XIII, sustentava em seus escritos que as mulheres continham em seus corpos uma maior quantidade de líquidos, o que, segundo ele, causaria instabilidade emocional (Ranke-Heinemann, 1996). Essa consideração leviana, que desencadeia uma série de julgamentos ilógicos, será discutida em profundidade posteriormente, contudo antecipo que foi ela que motivou a série de vídeos do projeto *Fusão*, que participou da IV Exposição Internacional Arte e Gênero: o Coletivo é Político, que compôs a programação do Seminário Internacional Fazendo Gênero 13 – Contra o Fim do Mundo, em 2024.

De todos os incômodos que esse argumento me causou, o que particularmente me chamou a atenção, em um primeiro momento, foi a afirmação de que uma suposta condição física, disfarçada de fato científico e biológico, pudesse interferir na conduta moral de uma mulher. Buscando, dessa forma, sustentar a superioridade de um gênero sobre o outro, apesar de carecer completamente de qualquer fundamento concreto.



Partindo desse ponto, segui com o levantamento de alguns discursos misóginos que se utilizaram de um suporte pseudocientífico ou filosófico, alguns foram apresentados por Ranke-Heinemann (1996) em sua publicação, enquanto outros surgiram de investigações complementares. Assim, optei por explorar ideias que ilustrassem marcos temporais distintos, representados por Aristóteles (Antiguidade), Alberto Magno (Idade Média) e Cesare Lombroso (Idade Contemporânea). Essas escolhas buscam demonstrar como esses pensamentos se perpetuam no decorrer do tempo, mantendo em comum a intenção de justificar o machismo por meio da ciência.

Posteriormente, farei uma análise mais aprofundada das afirmações feitas pelas figuras citadas anteriormente. No entanto, antes disso, abordarei a chave metodológica que utilizei para materializar essa pesquisa como um trabalho artístico, que se concretizou como a série de vídeos *Fusão.*

SUJEITO-EM-BLOCO E SUJEITO-EM-OBRA

Paralelamente ao levantamento mencionado, tive acesso à palestra: "Do sujeito-em-bloco ao sujeito-em-obra: ideias para adiantar o fim de um mundo", de Suely Rolnik, que ocorreu em 2020, no seminário SublimeAção da Associação Livre Centro de Estudos em Psicanálise (ALCEP). Rolnik é uma filósofa, escritora, psicanalista e crítica de arte, que foi presa durante o regime militar e exilada na França, retornando ao Brasil em 1979, onde hoje atua como professora universitária.

Antes de detalhar como a palestra de Suely Rolnik (Suely [...], 2020) reverberou no projeto *Fusão*, é importante contextualizar que ela foi produzida durante a pandemia de covid-19 e dos protestos do movimento *Black Lives Matter*. Esse contexto justifica o subtítulo



provocativo que faz referência à obra de Ailton Krenak: *Ideias para adiar o fim do mundo*. Para Rolnik, vivemos em um regime colonial-racializante-capitalístico que nos adoece física e emocionalmente, em especial os corpos mais vulnerabilizados. Diante deste cenário, a psicanalista defende tentativas de transformar radicalmente a realidade, antecipando o fim do sistema atual, para ser possível a construção de outros mundos (Rolnik, 2020).

Compartilhando da intenção de olhar como o passado estruturou nosso presente, Rolnik (2018) contextualiza que esse é um sistema que persevera desde o século XV, quando teria se dado seu nascimento, e que chegou à contemporaneidade ligado ao sistema financeiro globalizado, passando por diversas adaptações para consolidar e expandir sua influência. A autora argumenta ainda que esse avanço não foi pacífico e que encontrou resistência de movimentos macro e micropolíticos, mas que, a cada oposição, o regime respondia de forma a fortalecer-se ainda mais. Como exemplo, ela destaca os anos 1970, quando movimentos de oposição, como o feminismo, ganharam força.

Contudo, esse período de intensa resistência foi seguido pelo auge do sistema colonial-racializante-capitalístico e retrocesso em pautas sociais (Rolnik, 2018). Diante dessas estruturas, com a intenção de adiantar ou adiar o fim do mundo, não nos resta outra opção senão buscar caminhos para desestabilizá-las e, para mim, a arte apresenta-se como um campo fértil para que ações micropolíticas criem raízes, cresçam e espalhem sementes.

Um exemplo, apontado por Rolnik (2018), é a obra *Caminhando*, de Lygia Clark, que data de 1963. Nela, a artista oferece ao público uma fita de moebius, uma faixa de papel torcida e colada de forma a criar uma superfície contínua, um ciclo infinito. Lygia Clark disponibiliza uma tesoura e convida o público a cortar a fita, propondo uma escolha: ao completar uma volta na fita é possível fazer um desvio e seguir um novo caminho ou continuar em linha reta, repetindo o corte inicial.



Ao optar por novos caminhos, é possível explorar a fita, descobrir novas possibilidades e prolongar a experiência. Por outro lado, ao repetir o corte inicial, apenas é reproduzida uma cópia do objeto original, sem criar nada de novo.

Essa obra nos convida a refletir sobre a importância de buscar novos caminhos e romper com o *status quo*. Ao nos prendermos a velhos padrões e repetirmos o passado, perpetuamos as mesmas estruturas e limitamos nossas possibilidades, mas se ousarmos escolher e explorar novos caminhos, acrescentamos criatividade, dilatamos a experiência da vida e abrimos portas para um futuro diferente, potencialmente cheio de sentido.

Ao refletir sobre como nós também podemos somar forças a esses movimentos micropolíticos, na medida da nossa individualidade e do alcance das nossas relações, Rolnik (Suely [...], 2020) convida-nos a identificar em nós as práticas que perpetuam esse sistema. Para a autora, auxiliar na morte do mundo colonial-racializante-capitalístico exige, inicialmente, destruir em nós aquilo que contribui para a manutenção desse modo de vida.

> Nesta esfera micropolítica, ajudar esse mundo a morrer implica em ajudá-lo a morrer em cada um de nós. Aquilo que, em nós e nas relações que estabelecemos com o outro (não só o humano), funciona sob esse regime inconsciente colonial-racializante-capitalístico (não só funciona sob esse regime, mas o faz funcionar). Fazê-lo morrer em nós implica fazer morrer em nós os tipos de personagens que constituem esse modo de existência e suas cenas, dos quais esse regime depende para existir, para dar lugar a que se criem em nós outros personagens, para que se criem entre nós outras cenas (Suely [...], 2020).

Rolnik (Suely [...], 2020) destaca dois personagens, o primeiro que ela chama de sujeito-em-bloco, uma subjetividade rígida que se mantém inalterada por séculos, incapaz de adaptação a novas formas de vida, mas que se contrapõe ao segundo, que ela nomeia



sujeito-em-obra, que, de acordo com a autora, não possui um contorno específico como o anterior, pois seu fim é permanecer em constante transformação. Em essência, o sujeito-em-bloco é aquele que está acomodado na realidade como ela é, tornando-se incapaz de imaginar alternativas. Na metáfora da fita de moebius, seria quem repete o mesmo padrão de corte, preso a uma única forma de existência, muitas vezes, por ser privilegiado por ela.

> É evidente o teor alucinatório dessa imagem de uma conservação eterna do *status quo* de si e do mundo, pois se tal conservação de fato ocorresse, isto implicaria no estancamento dos fluxos vitais que animam a existência de ambos, o que no limite significaria sua morte. O que, no entanto, leva a subjetividade à crença nessa miragem é o medo de que a dissolução do mundo estabelecido carregue consigo sua própria dissolução. É que, sendo o sujeito estruturado na cartografia cultural que lhe dá sua forma e nela se espelha como se fosse o único mundo possível, da perspectiva desse tipo de subjetividade reduzida ao sujeito e que com ele se confunde, o desmoronamento de "um mundo" é interpretado como sinal do fim "do mundo", bem como de seu "suposto si mesmo" (Rolnik, 2018, p. 67).

Já o sujeito-em-obra seria aquela ou aquele que, ao se deparar com a fita de moebius, seguiria a sugestão de Lygia Clark e buscaria caminhar por novas trilhas, pois sabe que mesmo exigindo mais tensão, cuidado e tempo, é disso que se trata a prática do exercício da vida. Portanto, mantendo essa postura, seguirá desconstruindo e construindo novos mundos.

> A atualização desse mundo em estado virtual que seu gérmen anuncia se efetuará por meio da invenção de algo – uma ideia, uma imagem, um gesto, uma obra de arte, entre outros; mas também um novo modo de existência, de sexualidade, de alimentação, uma nova maneira de relacionar-se com o outro, com o trabalho, com o Estado ou com qualquer outro elemento do entorno. Seja qual for esse algo, o que conta é que ele carregue consigo a



> pulsação intensiva dos novos modos de ver e de sentir – que se produziram na teia de relações entre os corpos e que habitam cada um deles singularmente –, de modo a torná-los sensíveis. Em outras palavras, o que importa é transduzir[175] o afeto ou emoção vital, com suas respectivas qualidades intensivas, em uma experiência sensível – seja pela via do gesto, da palavra etc. –, e que esta se inscreva na superfície do mundo, gerando desvios em sua arquitetura atual (Rolnik, 2018, p. 61).

A relação estabelecida pela autora entre "bloco" e "obra" e as características de cada um desses sujeitos me remeteram aos conceitos dos estados da matéria: sólido e líquido. Essa comparação se justifica pela oposição e pelas características inerentes a cada estado, que se alinham com as ideias de Rolnik (Suely [...], 2020). Assim, aproveitando a antítese proposta pela autora, comparo o estado sólido ao sujeito-em-bloco, enquanto o sujeito-em-obra associo ao estado líquido. O sujeito-em-bloco, rígido e imutável, contrasta com o sujeito-em-obra, que, por sua vez, representa o ser sem contornos definidos, em constante transformação, flexível, fluido, resiliente e livre.

Seguindo por esse âmbito, cheguei ao termo "fusão", que corresponde ao processo de transformação de uma substância do estado sólido para o líquido. Essa mudança de estado não ocorre naturalmente, ela dá-se quando a matéria é submetida a um aumento de temperatura, em geral, ocasionado por meio da aplicação de calor, que, no contexto científico, também pode ser chamado de pressão. O acréscimo de energia provoca a intensificação do movimento vibratório dos átomos da substância, superando as forças intermoleculares, levando-a a transmutar do estado sólido para o líquido.

175 Suely Rolnik, em nota de rodapé, explica que o termo "transdução" é um empréstimo da Física e se refere à transformação de uma energia em outra. Considerei interessante acrescentar esse comentário da autora, já que, no projeto *Fusão,* também estabeleci conexões semelhantes entre diferentes campos do conhecimento.



Dessa forma, apropriei-me desse conhecimento científico adquirido nas aulas de ciências, para pensar o projeto *Fusão* como um experimento artístico/científico, cuja proposta é aplicar uma pressão metafórica nos discursos misóginos proferidos pelos sujeitos-em-bloco, desde a Antiguidade até hoje. Tudo isso foi pensado visando "derretê-los", para assim dar lugar a uma nova realidade mais fluida, que comporte os valores dos sujeitos-em-obra, respeitando a diversidade e a igualdade de gênero.

Além disso, a ponte entre os personagens propostos por Suely Rolnik (Suely [...], 2020) e as noções científicas fundamentais foram mais uma camada conceitual na construção da série. Essa conexão reforça a percepção prévia de que a misoginia também pode se perpetuar por meio de afirmações que se disfarçam de científicas.

Assim, o projeto *Fusão* busca ocupar, no campo da arte, um espaço entre as ações micropolíticas, como algo que floresce entre as sementes espalhadas por Lygia Clark e Suely Rolnik. Os vídeos visam o derretimento de personagens antigos e seus discursos, criando outras cenas. A arte, nesse sentido, atua como um catalisador de novas experiências, oferecendo um leque de novas representações visuais que podem alimentar diversas reflexões e debates.

> A situação atual nos traz, portanto me traz também, a urgência de afinar o que pode cada um de nós com sua potência singular para decifrar esse regime na perspectiva micropolítica e nele agir de forma mais precisa. Portanto mais contundente, no sentido de ajudá-lo a morrer, e ao mesmo tempo, indissociavelmente, no sentido de criarmos as condições para que nasçam outros mundos, mas não outros mundos quaisquer, mundos guiados por aquilo que a vida nos indica para voltar a respirar. Essa é uma tarefa coletiva, cuja realização depende dos mais distintos aportes e sobretudo da colaboração entre esses distintos aportes, pois é na fecundação de cada aporte pelos demais, que vai se criando entre eles o desenho dos mundos por vir (Rolnik, 2020).

FUSÃO I – A MULHER É UM HOMEM FALHADO (ARISTÓTELES)

O primeiro vídeo da série (Figura 1) faz referência ao pensamento de Aristóteles, que, na Grécia Antiga, declarava a mulher como um ser *manque* ou defeituoso (Pedro Carlos Louzada Fonseca, 2019).

Figura 1 - Fusão I - A mulher é um homem falhado. Geórgia Mendes, 2023



Fonte: Acervo pessoal.

#PraTodoMundoVer: a imagem é composta por 8 quadros. O primeiro quadro mostra uma barra de gelo retangular sobre um fundo branco. Presos no gelo, estão blocos de palavras que formam a frase "A mulher é um homem falhado". Nos quadros seguintes, o gelo derrete gradualmente, fazendo com que as palavras se soltem e caiam no chão. A cada quadro, a frase fica mais incompleta até, no último quadro, tornar-se um amontoado de letras ilegíveis, onde a barra de gelo desapareceu completamente.

O filósofo nasceu por volta de 385 a.C. e era filho de uma família de médicos da Macedônia, tendo contato com a medicina desde cedo. Em 367 a.C., mudou-se para Atenas e estudou com Platão. Após essa experiência, fundou o Liceu e dedicou-se à pesquisa em diversas áreas do conhecimento, como a matemática, a física, a ética, a política, a poesia e a retórica, dividindo-as em ciências teóricas, práticas e poéticas. Aristóteles faleceu em 322 a.C. (Denis Huisman, 2001).



A afirmativa "A mulher é um homem falhado", utilizada no trabalho *Fusão*, decorre dos pressupostos de Aristóteles acerca da biologia feminina, pois, para ele, a mulher era mais fraca e fria do que o homem por natureza, portanto seria uma versão deformada deste (Fonseca, 2019).

> Aristóteles comenta sobre o sêmen masculino, uma espécie de resíduo nutricional de grande potência, que é obtido graças a uma especial preparação calorífera que é mais intensa no corpo do macho. Fala, em contrapartida, do resíduo feminino, menos preparado, expelido do corpo feminino em maior quantidade fluídica, como sangue, de valor potencial mais fraco por causa da menor quantidade de calor que ele diz ser produzido nas fêmeas. E conclui visionariamente misógino que o que na natureza é menos calórico é mais fraco, e a fêmea corresponde a esta descrição (Fonseca, 2018, p. 17).

Aristóteles apresenta uma visão da reprodução humana profundamente marcada pela desigualdade de gênero. Segundo o filósofo, o sêmen masculino, por ser quente e nutritivo, possui a capacidade de fornecer a "forma" e a "anima" do novo ser, enquanto a mulher contribui apenas com a "matéria" ou o "corpo", atuando como um receptáculo passivo. Essa visão hierárquica atribui ao homem o papel ativo de gerador e à mulher o papel passivo de receptora, reforçando a ideia de que o homem é superior à mulher na reprodução. A teoria aristotélica, baseada em uma concepção biológica e filosófica da época, justifica essa desigualdade a partir da diferenciação entre o calor, o movimento do sêmen masculino e a suposta passividade da matéria feminina (Fonseca, 2018).

Em resumo, Aristóteles estabelece uma dicotomia entre o princípio ativo masculino e o princípio passivo feminino na reprodução, perpetuando uma visão sexista sobre os papéis de gênero. Esta ideia ressalta a antiguidade e a persistência do projeto de inferiorização das mulheres, um conceito que se enraizou profundamente na humanidade por meio de sua constante repetição e adaptação.

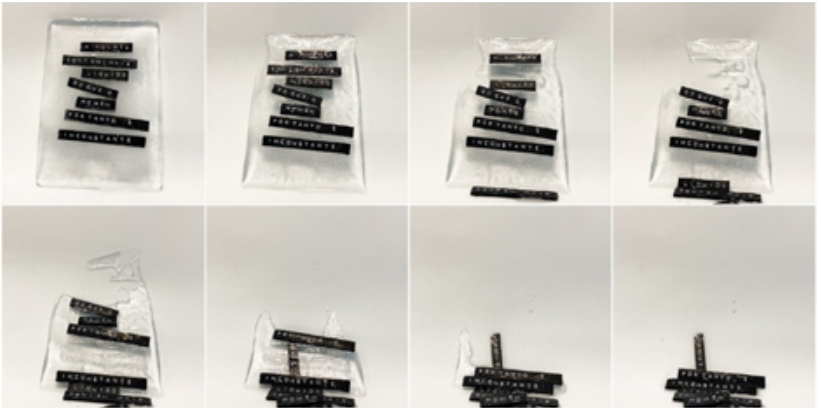
Essa visão, que se perpetuou ao longo dos séculos, ainda encontra ressonância em discursos contemporâneos, como os do ex-presidente Jair Bolsonaro, que em 2017 afirmou: "Eu tenho 5 filhos. Foram 4 homens,

a quinta eu dei uma fraquejada e veio uma mulher" (Bolsonaro [...], 2023). Nessa fala, percebe-se uma clara relação com a antiquada visão aristotélica, desprovida de embasamento científico sólido e que não encontra qualquer respaldo nos conhecimentos atuais sobre reprodução humana.

FUSÃO II – A MULHER CONTÉM MAIS LÍQUIDO DO QUE O HOMEM, PORTANTO É INCONSTANTE (ALBERTO MAGNO)

O segundo vídeo da série *Fusão* (Figura 2) aprofunda essa análise, concentrando-se em como as afirmações do teólogo Alberto Magno contribuíram para a construção da problemática abordada neste projeto.

Figura 2 - Fusão II - A mulher contém mais líquido do que o homem, portanto é inconstante. Geórgia Mendes, 2023



Fonte: Acervo pessoal.

#PraTodoMundoVer: a imagem é composta por 8 quadros. O primeiro quadro mostra uma barra de gelo retangular sobre um fundo branco. Presos no gelo, estão blocos de palavras que formam a frase "A mulher contém mais líquido do que o homem, portanto é inconstante". Nos quadros seguintes, o gelo derrete gradualmente, fazendo com que as palavras se soltem e caiam no chão. A cada quadro, a frase fica mais incompleta até, no último quadro, tornar-se um amontoado de letras ilegíveis, onde a barra de gelo desapareceu completamente.

SUMÁRIO



Alberto Magno nasceu por volta de 1200, na Alemanha, e ingressou na Ordem Dominicana em 1220. Tornou-se mestre em teologia na Universidade de Paris entre 1245 e 1248, sendo posteriormente professor de Tomás de Aquino. O teólogo foi canonizado pelo Papa Pio XI em 1931 e, mais tarde, em 1941, considerado pelo Papa Pio XII como patrono das ciências naturais (Huisman, 2001).

A filosofia aristotélica exerceu uma influência profunda sobre o pensamento de Alberto Magno, que se tornou o principal comentarista da obra do filósofo grego no período medieval (Huisman, 2001). No entanto, enquanto Aristóteles abordava a sexualidade de forma mais neutra, Alberto Magno não buscou naturalizar o ato sexual dentro da Igreja Católica, apegando-se principalmente às ideias misóginas que serviram como base para sua teologia (Ranke-Heinemann, 1996).

Isso porque a compreensão biológica dos sexos proposta por Aristóteles serviu como justificativa para um desprezo ainda maior às mulheres. Além disso, suas afirmações sobre o êxtase sexual foram interpretadas como causa de confusão mental e perda da racionalidade. Consequentemente, a visão aristotélica do ato sexual como algo natural, comum a humanos e animais, foi reinterpretada como uma comparação que aproximaria as pessoas dos animais, caracterizando o ato como animalesco (Ranke-Heinemann, 1996).

Para Ranke-Heinemann (1996), Alberto Magno foi um grande depreciador de mulheres, pois, ao interpretar a ciência de sua época, optou por considerar o ato sexual como repulsivo, afirmando que sua única finalidade deveria ser a reprodução. Dessa forma, privilegiou o celibato religioso, praticado por ele, contribuindo para a construção de uma hierarquia que desvalorizava o prazer sexual e a autonomia do corpo, especialmente o feminino.

A concepção de Alberto Magno de que as mulheres possuem mais líquidos do que os homens e que, por isso, seriam inconstantes, apresentada por Ranke-Heinemann (1996), já foi mencionada no início deste artigo devido à sua relevância na origem do projeto *Fusão*.



Contudo, retomarei aqui esse raciocínio, mesmo considerando sua extensão e o tom agressivo das palavras do autor, não apenas para reforçar as opiniões de Ranke-Heinemann (1996) sobre ele, mas também para destacar a influência de Aristóteles e como Magno incorpora elementos de misoginia ao seu pensamento.

> A mulher é menos qualificada (que o homem) para o comportamento moral, pois a mulher contém mais líquido que o homem, e é uma propriedade dos líquidos fazer com que as coisas subam com facilidade mal se apegando a elas. Os líquidos se movem com facilidade, portanto as mulheres são inconstantes e curiosas. Quando uma mulher tem relações com um homem, gostaria, tanto quanto possível, de se deitar com outro homem ao mesmo tempo. A mulher não sabe o que é fidelidade. Acreditai-me, se lhes derdes a vossa confiança, ficareis desiludidos. Confiai em um professor experiente. Por essa razão os homens prudentes partilham de seus planos e ações com qualquer outra pessoa, menos com as esposas. A mulher é um homem vil e bastardo e tem uma natureza imperfeita e deficiente em comparação com a dele. Portanto é insegura de si. O que não pode conseguir, tenta obter através de mentiras diabólicas. E assim, para abreviar, deve-se estar de guarda ante toda mulher, como se ela fosse uma cobra venenosa e um demônio com chifres. Se eu pudesse dizer o que sei sobre as mulheres, o mundo ficaria espantado... A mulher, estritamente falando, não é mais esperta e sim mais maliciosa do que o homem. A esperteza soa como algo bom, a malícia como algo mau. Assim nos atos malignos e perversos, a mulher é mais esperta, ou seja, mais maliciosa do que o homem. Seus impulsos a impelem em direção a todos os males, assim como a razão impele o homem para todo o bem (Magno, 1972 *apud* Ranke- Heinemann, 1996, p. 192).

No projeto *Fusão*, uma parte desse pensamento foi condensada na frase "A mulher contém mais líquido do que o homem, portanto é inconstante", representando uma noção medieval que ainda reverbera na contemporaneidade, mesmo partindo de uma declaração arbitrária sobre o corpo e o caráter feminino. Aprofundando essa



noção, sinto-me à vontade para especular sobre a possível origem desse julgamento leviano. Uma conexão plausível seria com o líquido menstrual, uma vez que a menstruação foi historicamente considerada pela Igreja Católica como algo impuro nas mulheres, apesar de ser um processo natural, alheio às atitudes ou caráter.

Isso porque havia uma corrente de pensamento que considerava a mulher impura durante o período menstrual, reforçando preconceitos e estigmas associados à sua condição biológica. Essa visão era sustentada por passagens do Velho Testamento da Bíblia, como em Levítico, capítulo 15, onde afirma-se que uma mulher com fluxo menstrual está impura por sete dias (Daniel [...], c2023).

> O Antigo Testamento em si não explica essa penalidade atroz. Aprendemos, contudo, em Levítico 15, 19 – 24, que deus define a mulher menstruada como impura durante sete dias; e quem a tocar ou o que ela tiver tocado ou qualquer coisa tocada por alguém que ela tocou também ficará impuro. Na antiguidade, tanto judeus quanto pagãos eram convencidos de que o sangue menstrual era, na realidade, venenoso (Ranke- Heinemann, 1996, p. 33).

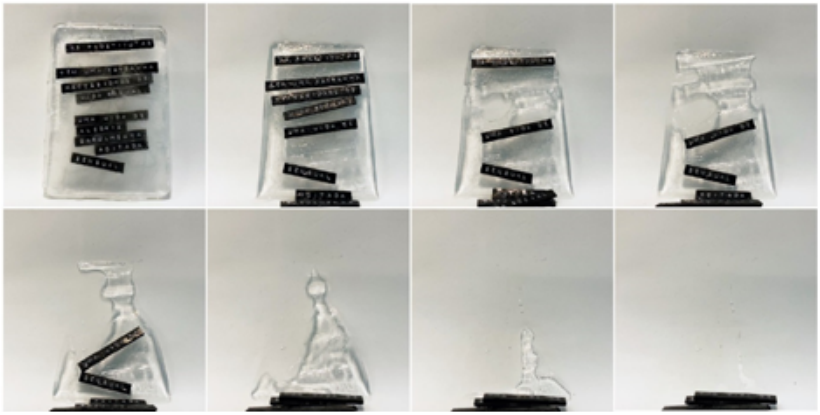
Essa visão, enraizada em concepções medievais sobre a impureza feminina, servia a um duplo propósito: condenar o ato sexual não reprodutivo e justificar a subordinação da mulher. Pensadores como Alberto Magno, por exemplo, associavam a concepção durante a menstruação a malformações congênitas ou até mesmo à possessão demoníaca (Ranke-Heinemann, 1996).

A associação entre a menstruação e a instabilidade feminina, um preconceito arraigado desde a Idade Média e reforçado até mesmo por figuras de autoridade como o patrono da Igreja Católica para ciências naturais, busca minar a credibilidade da racionalidade feminina. Essa visão distorcida e prejudicial persiste, perpetuando desigualdades de gênero.

FUSÃO III:
AS PROSTITUTAS TÊM UMA ESTRANHA NECESSIDADE DE VIDA SOCIAL, UMA VIDA DE ALEGRIA, BARULHENTA, AGITADA, SENSUAL (CESARE LOMBROSO)

No último vídeo da série *Fusão* (Figura 3), abordei o trabalho de Cesare Lombroso (1835–1909), médico italiano e fundador da Antropologia Criminal. Nascido em Verona, Lombroso dedicou sua carreira ao estudo da relação entre características físicas e comportamento criminoso. Após se formar em medicina em 1858, atuou em diversas instituições, como o manicômio de Pesaro e a penitenciária de Turim, além de lecionar na Universidade de Turim. Suas pesquisas, concentradas na criminologia, buscavam identificar traços físicos que, segundo ele, caracterizavam o que ele chamou de "criminoso nato" (Lombroso, 2007).

Figura 3 - Fusão III - As prostitutas têm uma estranha necessidade de vida social, uma vida de alegria, barulhenta, agitada, sensual. Geórgia Mendes, 2023.



Fonte: Acervo pessoal.

#PraTodoMundoVer: a imagem é composta por 8 quadros. O primeiro quadro mostra uma barra de gelo retangular sobre um fundo branco. Presos no gelo, estão blocos de palavras que formam a frase "As prostitutas têm uma estranha necessidade de vida social, uma vida de alegria, barulhenta, agitada, sensual". Nos quadros seguintes, o gelo derrete gradualmente, fazendo com que as palavras se soltem e caiam no chão. A cada quadro, a frase fica mais incompleta até, no último quadro, tornar-se um amontoado de letras ilegíveis, onde a barra de gelo desapareceu completamente.

SUMÁRIO



Para Cesare Lombroso (2007), a pessoa criminosa poderia ser identificada por características físicas como o tamanho da mandíbula, do crânio e da estrutura óssea. Segundo ele, a tendência para o crime seria hereditária e biológica, além de estar associada a outras características comportamentais, como tatuagens, cinismo, vaidade, falta de senso moral e impulsividade. Esses estudos se concentram, principalmente, em sua obra *O homem delinquente* (1876), na qual explorou essa correlação no contexto da criminalidade masculina.

Vale ressaltar que pesquisas contemporâneas não corroboram a ideia de que a criminalidade seja determinada por fatores biológicos e hereditários, como propunha Lombroso (2007). Ainda assim, é perceptível o legado de suas teorias no Brasil. Um exemplo é a alta taxa de letalidade policial contra a população negra que, segundo a Rede de Observatórios da Segurança, chegou a quase 90% em 2023 (Rafael Cardoso *et al*., 2024). Isso demonstra como o estereótipo do "criminoso nato", popularizado pelo criador da antropologia criminal, continua a influenciar práticas e percepções, acentuando desigualdades e violências.

A partir desta introdução, retornarei ao foco principal do artigo, aprofundando a análise dos estudos de Cesare Lombroso sobre as mulheres. Ainda em *O homem delinquente* (1876), já é possível identificar suas primeiras incursões em análises misóginas e desprovidas de embasamento científico sobre o caráter feminino, como veremos a seguir.

> As prostitutas têm um amor que as distingue das mulheres normais. São apaixonadas pela dança, pelas flores e pelo jogo. São dadas ao tribadismo. Entretanto, esses prazeres do jogo, da gula, do sexo etc., e até o da vingança, são intermediários de um máximo, que mais do que todos predomina o da orgia. Esses seres tão avessos à sociedade têm uma estranha necessidade de vida social, uma vida de alegria, barulhenta, agitada, sensual, no meio de seus cúmplices, a verdadeira vida de orgia (Lombroso, 2007, p. 123).

SUMÁRIO



No texto destacado, uma das hipóteses do médico sugeria que a inclinação das mulheres por uma vida social plena poderia indicar uma predisposição à prostituição. Assim, foi formulada a afirmação: "As prostitutas têm uma estranha necessidade de vida social, uma vida de alegria, barulhenta, agitada, sensual", que escolhi para compor o terceiro vídeo do projeto *Fusão* e a inclinação por utilizar esse pensamento se deve principalmente à ironia de que essa descrição de Lombroso (2007) se aplica perfeitamente a mim.

Já em *A mulher delinquente: a prostituta e a mulher normal* (1893), Cesare Lombroso (2017) segue com suas análises sobre as mulheres, dividindo-as em três categorias: a mulher normal, a mulher delinquente e a mulher prostituta. Essa categorização, além de reveladora de um profundo preconceito de gênero, chama a atenção por diferenciar-se da classificação masculina, que se limitava a "homem normal" e "homem delinquente".

Lombroso e Ferrero (2017) justificam a criação de uma categoria específica para as prostitutas, argumentando que elas representam o equivalente feminino do criminoso. Segundo eles, a prostituição seria uma expressão da degeneração moral da mulher, caracterizada pela ausência de sentimentos maternos e por uma série de comportamentos desviantes, como tendência ao roubo, chantagem, violência, alcoolismo, vaidade e ganância insaciável.

> Tanto a identidade psicológica quanto anatômica entre o criminoso e a prostituta nata não poderiam ser mais completas; ambos são idênticos ao louco moral; são, por axioma matemático, iguais uns aos outros. A mesma falta de sentido moral, a mesma dureza do coração, o mesmo gosto precoce pelo mal, a mesma indiferença à infâmia social, são comuns a um criminoso e a uma mulher perdida; a mesma incapacidade de se preparar para o futuro, as mesmas volubilidades e tendência à ociosidade; o mesmo gosto pelos prazeres fáceis, pela orgia, pelas bebidas fortes; a mesma, ou quase mesma, vaidade.



> A prostituição é, portanto, apenas o lado feminino da criminalidade. Pois, é verdade que a prostituição e a criminalidade são dois fenômenos análogos ou, por assim dizer, paralelos, que se confundem nas extremidades; vemos repetidas na prostituição as formas mais suavizadas de delito, como o roubo, a chantagem, a agressão. A prostituta é, portanto, psicologicamente uma criminosa (Lombroso; Ferrero, 2017, p. 227).

Entretanto, apesar de considerar as mulheres, em geral, mais propensas à degeneração, Lombroso e Ferrero (2017) notaram que elas cometiam menos crimes do que os homens. Para explicar essa contradição, propuseram que a maternidade seria um fator atenuante, suavizando o caráter feminino, mesmo entre as prostitutas, que consideravam moralmente desviadas.

> A singularíssima contradição da coexistência, na mulher, da crueldade e da compaixão, é totalmente resolvida, em nossos estudos, quando consideramos a influência da maternidade: que, inserida dentro da crueldade primitiva, muitas vezes promove a doçura; da mesma forma que a ausência de gênios femininos, bem como a inferioridade da mulher em força e variabilidade, explicam por que, sendo congenitamente menos morais, a mulher é menos frequentemente delinquente. Esses fatos, unidos ao atavismo, e ao preponderante ardor masculino, permitem-nos compreender como o equivalente feminino do criminoso nato não está na delinquência, mas na prostituição (Lombroso; Ferrero, 2017, p. 6).

Lombroso e Ferrero (2017) estabeleceram uma relação problemática entre as mulheres prostitutas e os homens criminosos, expondo que, enquanto os homens são julgados por atos criminosos, as mulheres são condenadas por sua sexualidade. Assim, o terceiro vídeo da série *Fusão* recupera as teorias misóginas de Cesare Lombroso (2007; 2017), em particular sobre sua visão distorcida da prostituição, para em seguida derretê-la.



PROCESSO POÉTICO

Após o levantamento histórico de discursos misóginos, que pudessem embasar o projeto, sintetizei as discussões em três afirmativas: "A mulher é um homem falhado" (Aristóteles), "A mulher contém mais líquido do que o homem, portanto é inconstante" (Alberto Magno) e "As prostitutas têm uma estranha necessidade de vida social, uma vida de alegria, barulhenta, agitada, sensual" (Cesare Lombroso). Essas afirmações serviram como fundamento para a criação de três vídeos que exploram a perversidade dessas ideias.

A escolha do vídeo, como linguagem para materializar esse trabalho, deve-se por considerá-lo a forma mais apropriada para captar integralmente o processo de fusão gradual, ou seja, a transição do estado sólido para o estado líquido, desses discursos. Isso é necessário, já que o formato permite enfatizar a dimensão temporal envolvida na construção e na divulgação desses pensamentos misóginos, assim como no processo demorado para seus esgotamentos.

Para a produção dos vídeos, utilizei exclusivamente água e as afirmativas materializadas. A escolha da água deve-se à sua capacidade de alterar facilmente seu estado físico em temperatura ambiente, processo essencial para o conceito do trabalho. Já as frases foram materializadas por meio de uma máquina de etiquetas e, em seguida, moldadas com argila para formar blocos de palavras. Esses blocos foram desenvolvidos para que pudessem cair gradualmente à medida que o gelo derretesse, criando uma interação simbólica entre o derretimento e o desmoronamento das frases.

Para a construção do espaço, em que se daria o processo de derretimento dos blocos de gelo, optei por um cenário predominantemente branco com o fundo infinito. Isso conferiu uma atmosfera quase clínica, semelhante a um ambiente estéril, reforçando a ideia de um experimento científico em andamento. Além disso, decidi



manter a estética em preto e branco, visando minimizar a quantidade de informações que poderiam ser transmitidas por meio das cores e, portanto, manter o foco na mensagem.

Desse modo, montei uma espécie de experimento artístico/científico no qual os discursos foram inicialmente congelados com água, para formarem as frases levantadas na pesquisa. Esses blocos de gelo, que se relacionam com a ideia de sujeito-em-bloco, abordada anteriormente quando tratei do trabalho de Suely Rolnik (2020), foram posicionados diante do fundo infinito, e o processo de derretimento foi gravado até que todo o gelo tivesse se transformado em água e todas as palavras estivessem caídas como escombros.

Aprofundo-me na ideia de "escombros" por um motivo específico: ela surgiu de forma inesperada durante a construção do projeto. Inicialmente, o objetivo era o completo desaparecimento das palavras, refletindo o desejo de erradicar a misoginia. Para isso, experimentei diversos materiais, como tintas e solventes, na tentativa de criar um material que se dissolvesse completamente na água. No entanto, essas tentativas não obtiveram o resultado esperado.

Diante dessa impossibilidade, e considerando os recursos disponíveis, passei a explorar o significado dos escombros. Compreendi que um passado violento não pode, nem deve, ser apagado, sob o risco de se repetir. Consequentemente, acrescentei uma nova camada ao trabalho: a de desconstruir esses pensamentos até os reduzir a meros fragmentos, a escombros sem significado.

Já o processo de descongelamento foi induzido pelo calor ambiente. Nesse momento, considero crucial ressaltar novamente a conexão entre os termos "calor" e "pressão", comumente empregados nas ciências como sinônimos. Desejo evitar a interpretação equivocada de que esse processo ocorre de forma espontânea e sem esforço, impressão que podemos ter, já que é algo natural do nosso cotidiano. A palavra "pressão" oferece uma dimensão mais precisa e



adequada ao trabalho, pois o combate ao patriarcado e os avanços das mulheres nunca foram resultado de processos naturais, mas sim do ativismo. Neste contexto, a "pressão" representa a força que exercemos por séculos sobre o "sujeito-em-bloco", impulsionando sua transformação em "sujeito-em-obra".

Os vídeos foram registrados em plano-sequência, com duração média de uma hora e vinte minutos cada. Esse tempo correspondeu ao necessário para o completo descongelamento do gelo/discurso. A temporalidade é um elemento importante no trabalho, pois os vídeos, capturados sem interrupções, focam exclusivamente no processo de derretimento. Essa escolha intencional pode gerar uma sensação de impaciência e tédio, espelhando a frustração que muitas experimentamos na luta por transformações sociais. Ao nos confrontarmos com séculos de obstáculos que limitam nossa plenitude, percebemos que as mudanças são frequentemente lentas e escassas.

Todavia, os vídeos foram acelerados para se adequarem a uma duração de 15 minutos cada, tornando-os mais apropriados para exposições. Apesar dessa alteração, a sensação de impaciência permanece ao assistir à série completa, sem interrupções. A aparente inércia das imagens, que contrastam com as produções audiovisuais convencionais, mantém a sensação de tédio experimentada na gravação original. Já as imagens presentes neste artigo são frames extraídos desse processo, demonstrando a versatilidade do projeto que permite adaptações a diversos formatos, como exposições fotográficas e ensaios visuais.

"ENXUGANDO GELO"

O projeto *Fusão*, a meu ver, é uma série inacabada devido à abundância de retórica machista ao longo da história e na atualidade. Há, portanto, uma ampla margem para a ampliação desse



trabalho no futuro. Aristóteles, Alberto Magno e Cesare Lombroso, já abordados aqui, possuem muitas outras reflexões escabrosas sobre o corpo, o prazer e o comportamento feminino, que ainda não foram devidamente esgotadas. Ademais, o cenário contemporâneo, marcado pela proliferação das redes sociais, também exige uma atenção especial, visto que a facilidade com que discursos misóginos são disseminados na internet torna urgente também a análise desses novos contextos.

Para ilustrar esse cenário, de acordo com um levantamento do Observatório da Indústria da Desinformação e Violência de Gênero nas Plataformas Digitais, a partir de 2022 houve um crescimento exponencial da disseminação de discursos misóginos no YouTube Brasil. A pesquisa identificou 137 canais, vinculados a movimentos como o *red pill*, dedicados a produzir conteúdo machista, com uma média de 152 mil inscritos cada, totalizando impressionantes 3,9 bilhões de visualizações (R. Marie Santini *et al*., 2024).

Quanto aos assuntos, esses canais disseminam narrativas conspiratórias sobre a dominação feminina, incitam o ódio contra as mulheres e promovem ideias de controle, abuso e submissão, especialmente direcionadas a grupos como feministas, mães solo e mulheres maduras. Esses são temas que o projeto *Fusão* pode se apropriar; além disso, a exploração dessa retórica nos permitiria compreender melhor como a misoginia se manifesta na atualidade (Santini *et al*., 2024).

Diante desses números, podemos ter a sensação de estar "enxugando gelo", para usar uma expressão popular. Infelizmente, há inúmeros discursos do passado que ainda precisamos descongelar, enquanto novos continuam sendo criados. Isso nos dá a impressão de que o processo de descongelamento dos sujeitos-em-bloco é excessivamente lento.



Por outro lado, ao nos munirmos dos mesmos mecanismos de comunicação – como a potência da arte – e contarmos com a força de agitação de nossas moléculas, além da pressão exercida por movimentos como o feminismo, é possível contribuir para a fusão desses pensamentos e caminhar sobre os escombros de discursos retrógrados. Tal ação deve ser realizada com o objetivo de criar uma realidade mais fluida e adaptável, formada por sujeitos-em-obra em constante transformação.

REFERÊNCIAS

BOLSONARO: "Eu tenho 5 filhos. Foram 4 homens, a quinta eu dei uma fraquejada e veio uma mulher". **Fórum**, 2017. Disponível em: https://revistaforum.com.br/politica/2017/4/5/bolsonaro-eu-tenho-filhos-foram-homens-quinta-eu-dei-uma-fraquejada-veio-uma-mulher-19902.html. Acesso em: 16 jun. 2023.

CARDOSO, Rafael. *et al*. Quase 90% dos mortos por policiais em 2023 eram negros, diz estudo. **Agência Brasil**, 2024. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-11/quase-90-dos-mortos-por-policiais-em-2023-eram-negros-diz-estudo. Acesso em: 03, dez. 2024.

DANIEL, 13. **Bíblia Católic**a, c2023. Disponível em: https://www.bibliacatolica.com.br/biblia-ave-maria/daniel/13/. Acesso em: 12 dez. 2023.

FONSECA, Pedro Carlos Louzada. "Matéria" e "forma" de Aristóteles e misoginia: disseminação na literatura medieval. **Revista Nós - Cultura, Estética e Linguagens**, Goiânia, v. 3, n. 3, p. 16-26, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.32411/revistanos-2448-1793-v3n3-8310. Acesso em: 29 nov. 2024.

FONSECA, Pedro Carlos Louzada. A misoginia de Aristóteles na Idade Média: representações em Santo Isidoro de Sevilha, Santo Anselmo e São Tomás de Aquino. **Roda da Fortuna – Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievo**, Goiás, v. 8, n. 2, p. 55-82, 2019. Disponível em: https://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/22213/3/Artigo%20%20Pedro%20Carlos%20Louzada%20Fonseca%20-%202019.pdf. Acesso em: 17 jun. 2023.

FUSÃO I – A mulher é um homem falhado. [*S. l.: s. n.*], 2023. 1 vídeo (15 min.). Publicado pelo canal Georgia mendes. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=z00KNaFWPAU. Acesso em: 16 jun. 2025.



FUSÃO II – A mulher contém mais líquido do que o homem. [*S. l.: s. n.*], 2023. 1 vídeo (15 min.). Publicado pelo canal Georgia mendes. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=d0p00FsYIls. Acesso em: 16 jun. 2025.

FUSÃO III – As prostitutas têm uma estranha necessidade de vida social, uma vida de alegria, barulhenta, agitada, sensual. [*S. l.: s. n.*], 2023. 1 vídeo (15 min.). Publicado pelo canal Georgia mendes. Disponível em: https://youtu.be/2WfIoNmR1Qg. Acesso em: 16 jun. 2025.

HUISMAN, Denis (org.) **Dicionário dos filósofos**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LOMBROSO, Cesare. **O homem delinquente**. São Paulo: Editora Ícone, 2007.

LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. **A mulher delinquente**: a prostituta e a mulher normal. Curitiba: Editora Antônio Fontoura, 2017. Disponível em: https://pdfcoffee.com/qdownload/a-mulher-delinquente-cesare-lombroso-pdf-free.html. Acesso em: 3 dez. 2024.

RANKE-HEINEMANN, Uta. **Eunucos pelo reino de Deus**: mulheres, sexualidade e a Igreja Católica. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1996.

ROLNIK, Suely. **Esferas da insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: n-1 edições, 2018.

SUELY Rolnik com "o sujeito-em-bloco ao sujeito-em-obra. Ideias para adiar o fim do mundo". [*S. l.: s. n.*], 2020. 1 vídeo (40 min.). Publicado pelo canal Gilceley Santos. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9fugzAPsfvM. Acesso em: 16 jun. 2023.

SANTINI, R. Marie *et al*. **"Aprenda a evitar 'esse tipo' de mulher"**: estratégias discursivas e monetização da misoginia no YouTube. Rio de Janeiro: NetLab, 2024.

Joanna Leoni

PALAVRA DE ORDEM



DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-480-3.42

SUMÁRIO



Desmistificar a mulher e o homem

Ser traidora de seu próprio sexo

Ser autônoma de seu próprio corpo

Renegar o “ele”

Descartar os artigos

Ter linguagem como estratégia de deslocamento

Afirmar uma existência libertária

Anti-heteronormativa

Antiassimilacionista

Não ser nada que nomeiam

ser ilegível

inominável

SUMÁRIO



Inventar seu próprio sexo

Recontar as histórias abreviadas da literatura portátil

Criar uma realidade a partir do dizemos

Convencer a cisgeneridade de que sua epistemologia é uma piada

Ser uma bixa, uma mona, uma sapa raivosa, uma trava titânica
recusando qualquer identidade fixa

Tornar-se qualquer coisa ou coisa alguma

Como um exercício de desobediência civil

SUMÁRIO



espero y aguardo que sejamos
exemplos de desobedientes fiéis

de toda norma

que entendemos bem

de toda lógica

ao qual não nos cabe

de todo silêncio

ao qual não confiamos nada

de todo alfabeto

ao qual queimaremos



romperemos:

a moral

a língua

o abcedário

o masculinário

o sagrado

e assim gozar na escuta da fala alheia.

SUMÁRIO



agora sim

seremos tudo e nada a partir de agora

des-nudes

des-viadas

des-veladas

poemas

trocadilhos

textos

imagens

corpas-culturais-autoficcionais

Laura Coelho

COSTURANDO *MADURA* COM PALAVRAS: ENTRE IMPOSSÍVEIS E HÚMUS

SEWING MADURA WITH WORDS – BETWEEN IMPOSSIBLE AND HUMUS

COSER MADURA CON PALABRAS – ENTRE IMPOSIBLE Y HUMUS

SUMÁRIO



RESUMO:

O presente texto tem como objetivo suscitar ecos a partir da obra *madura*, que participou da IV Exposição Internacional Arte e Gênero, entre julho e agosto de 2024, em Florianópolis-SC. No processo de escrita, a transdisciplinaridade surge para costurar as dimensões social e ambiental e também da arte e da academia. O feminismo emerge, nesse sentido, como uma ferramenta relevante para vislumbrar horizontes de relação com a natureza, articulando-se ao chamado de que nos encontremos com uma imaginação política que leve a ecologia em consideração de maneiras impossíveis e prazerosas.

Palavras-chave: Obra de arte. Transdisciplinar. Feminismos. Multiespécie. Imaginação política.

ABSTRACT:

This text aims to evoke echoes through "madura" work, which participated in the IV International Exhibition Art and Gender, between July and August, 2024, in Florianópolis-SC. In the writing process, transdisciplinarity emerges to sew the social and environmental dimensions, as well as art and academia. Feminism emerges, in this sense, as a relevant tool to glimpse horizons of relationship with nature, articulating itself with the call for us to find ourselves with a political imagination that takes ecology into consideration in impossible and pleasurable ways.

Keywords: *Artwork. Transdisciplinary. Feminisms. Multispecies. Political Imagination.*

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-480-3.43

RESUMEN:

Este texto pretende evocar ecos a través de la obra "madura", que participó en la IV Exposición Internacional Arte y Género, entre julio y agosto de 2024, en Florianópolis-SC. En el proceso de escritura emerge la transdisciplinariedad para cocer las dimensiones social y ambiental, así como el arte y la academia. El feminismo surge, en este sentido, como una herramienta relevante para vislumbrar horizontes de relación con la naturaleza, articulándose con el llamado a encontrarnos con una imaginación política que tome en consideración la ecología de maneras imposibles y placenteras.

Palabras clave: *Obra de arte. Transdisciplinario. Feminismos. Multiespecies. Imaginación política.*

SUMÁRIO



madura é parte de um projeto artístico que objetiva criar universos possíveis para criaturas que componham relações humano-não-humano de formas deslocadas da lógica antropocêntrica que resulta em extermínios, e tem como impulso suleador ofertar aberturas para o encontro com jeitos dissidentes de transitar pelo planeta. Foi basicamente essa a proposta enviada para a curadoria da IV Exposição Internacional Arte e Gênero, que integrou a programação do Seminário Fazendo Gênero 13 e da qual *madura* fez parte entre os dias 31 de julho e 22 de agosto de 2024.

Quando decidi escrever a partir da obra, pensei que poderia ser válido situar o contexto geopolítico no qual se inscreve. Leia-se, aquele marcado por uma série de acontecimentos: o genocídio contra o povo palestino, a violência compulsória colonialista sobre sujeitos atravessados de formas específicas por variados marcadores da diferença, a captura dos sentires transformados em dados informacionais, a uberização, a exploração madeireira ilegal, a arma apontada para corpos Yanomami que pode ser literal, mas também pode assumir outra literalidade, a da fome, dos matadouros, do neoliberalismo que se reinventa, da gestão fascista que se espalha pelo mundo, das mudanças climáticas. Essas são algumas situações que vieram até mim enquanto escrevo, mas sabemos que poderiam ser citadas muitas outras. É tendo esses e outros contextos em vista que criar *madura*



e outras artes têm sido parte de um processo pessoal de busca pelo encontro com a Terra, com o cosmos como vida que se espalha e toma forma em cada corpo de gente, planta, bicho. Cosmos como vida insurgente que insiste em continuar e fazer encontros apesar de e com.

Pergunto-me como escrever sobre a arte de modo que o desejo nela investido se potencialize. A Terra Fértil me ajuda a pensar. Húmus é uma matéria orgânica estável que se forma na terra a partir da decomposição de restos de plantas e animais. Percebo a arte como meu processo digestivo, viro invertebrada nas profundezas do solo. Minhas substâncias bioquímicas me inundam, me afogo nelas, sou elas. Nesse devir, me mexo de maneira espiralar. No meu corpo humano úmido, a arte é resultado do processo de assimilação do que encontro pelo caminho, folhas de pitangueira, ventos e brisas, a beleza das raízes que quebram concreto e das pombas insubmissas e obstinadas pelo feixe de sol refletido na avenida, o beijo de criaturas humanas exuberantes com nomes inventados, pés na grama.

(Clarice Lispector escreveu: "Seco-me ao sol e sou um impessoal de caroço seco e germinativo. Meu pessoal é húmus na terra e vive do apodrecimento" (Clarice Lispector, 1998, p. 30); peço a ela licença para costurar suas palavras.)

No processo de escrita a que aqui me proponho, costuro a mim mesma, artista e pesquisadora, nas palavras e no meu corpo. Entendo a importância de estes aspectos poderem estar costurados na galeria, na revista acadêmica, no gesto, na rua. A transdisciplinaridade me parece também uma costura quando chama para dentro dos processos de produção de conhecimento questões, vivências e exigências da vida social e ambiental.

Para dar um encaminhamento a estas páginas, gostaria de indicar que, para fazer política, hoje, é frutífero se ter no horizonte a biodiversidade como algo indispensável à vida. As mudanças climáticas versam sobre disputas de cosmologias em jogo e mostram como modos de pensar e de perceber o mundo podem ter efeitos práticos devastadores.



As mudanças climáticas são fatos que precisam da nossa revolta. Que essas sejam palavras-flechas e palavras-afetos.

Neste escopo, se faz relevante apontar que o feminismo está implicado em diferentes modos práticos e epistemológicos de relação com a natureza, e que possivelmente uma avaliação crítica de tais modos nunca se fez tão importante. A dicotomia natureza e cultura vem produzindo historicamente efeitos devastadores para muitos sujeitos políticos. Para as mulheres, situadas no extremo natureza-doméstico em relação a um homem cultura, o binômio teve como efeitos a invalidação subjetiva e a reclusão ao âmbito privado, que atuou como núcleo a corroborar e preservar um estado patriarcal e capitalista. Para pessoas dissidentes em relação à cisheteronorma, o caráter essencialista do binômio atua no sentido da invisibilização violenta de experiências e modos importantes de perceber o mundo devido à equiparação naturalizada entre gênero e biologia que reitera. A relação moderna dos animais-outros-que-humanos com os animais-humanos é marcada pela sua inserção nos modos de hierarquização colonial. Os bichos ficaram excluídos da pirâmide social, e seu lugar negativamente estigmatizado foi aproximado ao das mulheres e dos corpos não brancos. Disputar a natureza como categoria analítica significa, nesse sentido, uma abertura para outros modos de experiência com o corpo e com os marcadores sociais da diferença. Por outra via, pode implicar também no encontro com ecossistemas diversos sem que neste movimento aconteçam mortes potencialmente preveníveis.

Por meio dos saberes dispostos a romper com paradigmas coloniais, seres da natureza podem gradualmente adquirir o reconhecimento enquanto participantes políticos da sociedade, o que implica a necessidade urgente de investimento e criação de formas de fazer mundos que comportem essa transformação. Donna Haraway (2023) lembra o papel das feministas nessa empreitada, apontando que se deve haver uma ecologia multiespécie capaz de acolher humanos: “já é tempo de que as feministas exerçam a



liderança na imaginação, na teoria e na ação, para desenredar as amarras entre genealogia e parentesco e entre parentes e espécies" (Donna Haraway, 2023, p. 203).

Enquanto movimento histórico-político, o feminismo se mostra uma ferramenta importante para apreender como jeitos de fazer conhecimento podem atuar na missão de mitigar danos e vislumbrar efeitos a médio e longo prazo. A evidência de experiências singulares reivindicadas por diferentes feminismos ao longo das últimas décadas tem sido fundamental não só para o alargamento e a revisão da teoria feminista, mas também para mostrar o aspecto fundamental de experiências múltiplas atuarem em relação com teorias diversas de modo a resistir ao extermínio e ao epistemicídio.

Desde aqui, vejo corpos sintéticos e orgânicos demais para caber nas identidades coloniais, corpos capazes de sentir o mundo de maneiras próprias e desiguais, e a serem celebrados na sua vasta diversidade. Existe uma ecologia delicada e preciosa que demorou milhares de anos para acontecer e que permite a vida na Terra. É frutífero que nos encontremos com uma imaginação política que a leve em consideração de maneiras prazerosas.

Paul Preciado afirma que, a contrapelo de um humanismo, "o feminismo é um animalismo. Ou, em outras palavras, o animalismo é um feminismo expandido e não antropocêntrico" (Preciado, 2020, p. 132). No mesmo texto, o autor assinala que a mudança para começar o tempo animalista versa sobre o impossível, "um tempo do impossível e do inimaginável. Nosso tempo: o único que temos" (Preciado, 2020, p. 134).

Suas palavras podem ser lidas como mensagens sobre encontros multifacetados vinculados visceralmente à atualidade para fazer com que o impossível esteja em jogo. Em um movimento reflexivo, penso que a arte pode ser, de certas formas, uma resposta impossível para o mundo. Desde esse horizonte de perspectiva, é importante ressaltar que nem tudo pode ser disputado; afinal, é preciso viver

com o luto do que foi extinto. Ainda assim, o impossível pode ser um caminho a ser considerado nesses tempos, e lembrar que boas políticas podem ter muitos formatos. Essas palavras estiveram à disposição dessas políticas.

Figura 1 - madura



Fonte: a autora.

#PraTodoMundoVer: pintura de criatura parada em fundo esverdeado onde tem arbustos e está escrito "anti assepsia" e costurado "meu pessoal é húmus na terra". A criatura tem o corpo nu com diferentes cores e texturas, seio e púbis expostos, uma perna de ave e não tem cabeça. Folhas saem do seu pescoço e, na outra perna, sobe uma cobra-coral.

SUMÁRIO

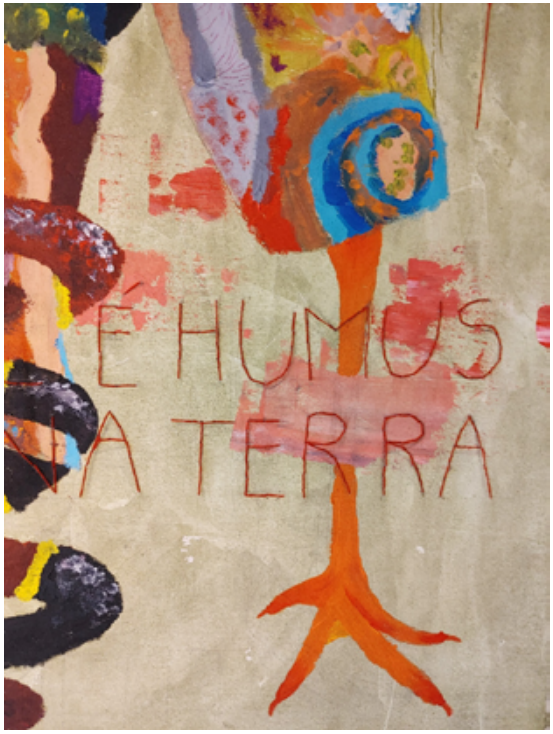
Figura 2 - Detalhes da obra I



Fonte: a autora.

#PraTodoMundoVer: recorte da obra na parte do pescoço da criatura com cores e texturas. Em fundo esverdeado aparecem miçangas e partes de plantas que saem do pescoço.

Figura 3 - Detalhes da obra II



Fonte: a autora.

#PraTodoMundoVer: recorte da imagem na parte da perna de ave da criatura em fundo esverdeado. Aparecem partes do bordado com a frase "meu pessoal é húmus na terra". Na imagem, se pode ver também parte da coxa da criatura e da cobra que sobe pela sua outra perna.

REFERÊNCIAS

HARAWAY, Donna. **Staying with the trouble***:* making kin with the Chthuluceno. Durham: Duke University Press, 2016.

LISPECTOR, Clarisse. **Água viva**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

PRECIADO, Paul. **Um apartamento em Urano**: crônicas da travessia. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.



Ariska Anastásya da Costa Lopes

ESCRAVIZADAANAESTÉ[SI~TI]CA: LIVRE

ESCLAVIZADAS INSTITUCIONALMENTE

INSTITUTIONALLY ENSLAVED

RESUMO:

A presente releitura é um manifesto contra as mordaças. A corpa em tela, mesmo calada e amarrada, versa a respeito do uso da estética como munição dentro de estratégias de transfabular a vinda, as voltas e a vida encantada de uma corpa travesti. Por meio da imagem de Anastácia, nos declaramos livres para berrar, não somente pela boca, mas sim com o corpo todo. Trata-se de um empenho estético ao resgate ancestral; contra a estática imposta pelas anestesias e eutanásias com as quais o CIStema-mundo insiste em forjar suas necropoliticagens.

Palavras-chave: Necropolítica. Travestilidades. Antropologia visual. Transfabulação. Fotoperformance.

RESUMEN:

Esta reinterpretación es un manifiesto contra las mordazas. El cuerpo en pantalla, aunque silencioso y atado, discute el uso de la estética como munición en estrategias para transfabular la llegada, los retornos y la vida encantada de un cuerpo travesti. A través de la imagen de Anastácia, nos declaramos libres de gritar, no solo con la boca, sino con todo el cuerpo. Este es un compromiso estético con el rescate ancestral; contra la estática impuesta por la anestesia y la eutanasia con la que el mundo CIStema insiste en forjar su necropolítica.

Palabras clave: *Necropolítica; Travestilidades; Antropología visual; Transfabulación; Fotoperformance.*

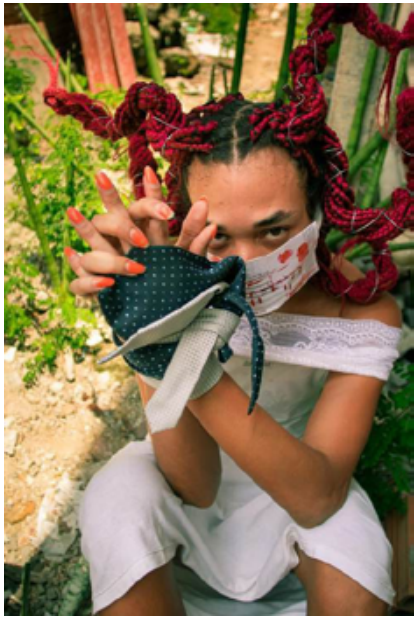
DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-480-3.44

ABSTRATCT:

This reinterpretation is a manifesto against gags. The body on canvas, even silent and tied up, deals with the use of aesthetics as ammunition within strategies to transfabulate the coming, the turns and the enchanted life of a travesty body. Through the image of Anastácia we declare ourselves free to scream, not just through our mouths, but with our whole body. It is an aesthetic commitment to ancestral recovery; against the static imposed by anesthesia and euthanasia with which the CIStema-mundo insists on forging its necropolitics.

Keywords: *Necropolitics; Transvestilities; Visual Anthropology; Transfabulation; Photoperformance.*

Figura 1 - Armário armado amarras



Fonte: Acervo pessoal da autora.

#PraTodoMundoVer: uma travesti negra está sentada em um chão de terra com as mãos amarradas por gravatas, ela veste um vestido branco, possui uma máscara de papel que cobre somentesuabocaeseucabeloédetrançascorvermelhaentrelaçadascomarames,- criandoum efeito de deixar as tranças em pé como se fossem chifres ou cobras.

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Não importa o quão demoníaca sejas, continuarás
amordaçada por um papel?

Celulósicamente apreendida por instituições, uma fantasma
protocolada e seriada.

Nome, número, data, locais, foto,

afiliações de uma des-filhada

pois desalinhada e, consequentemente, desaninhada.

Demoníaca.

Calada por um papel que se diz falar mais alto do que o corpo?

Certamente,

certidão negativa de antecedentes demolidas,
igualmente apagadas.

Anestesiadas memórias, acordem!

Acordem!

Acordem em desacordos mal ancorados por eles!

SUMÁRIO

Figura 2 - Capturas e rupturas



#PraTodoMundoVer: uma travesti negra está sentada sobre um toco de árvore com as mãos amarradas por gravatas, unhas longas na cor rosa, ela veste um vestido branco e possui uma máscara de papel feita de uma cópia da certidão de nascimento com alguns detalhes em vermelho que lembram uma costura que ainda sangra, seu cabelo é de tranças cor vermelha entrelaçadascomarames,criandoumefeitodedeixarastrançasempécomosefossemchifres ou cobras. Ela encara a câmera.

Não há âncora certa pras correntes oceânicas que
correm por dentro de nós.

Não há corrente certa que não derreta com o fogo do paó de um
coração que bombeia seivasanguesalivasativa

pelo corpo selado

M3sm0 e$tática, jamai$ nãø estětica. mesmo estática,
jamais não estética.

SUMÁRIO

Figura3 - Gestaçãode umbote letal



#PraTodoMundoVer: a mesma travesti negra das imagens anteriores agora encara a câmera e tem o corpo meio retorcido, especialmente os braços, como se tentasse se soltar das amarras e atacar o que lhe encara.

Transfabula-te, mona, pois à Senhora é todo poder e toda a glória.

Lili canta e louva, Anastácia é livre pra b'errar,

Maria Clara revoluciona, a benção de Ventura,

e todas tantas todas elas tantas nós todas vozes tantas sós todas fortes tantas mortes todas voltam tantas vezes todas sabem tantas são todas tentação tanta unção todas rotas tantas linhas tortas todas certeiras tantas encruzilhadas todas rasteiras tantas faces todas feiticeiras tantas outras todas elas tantos elos

todas

mistério;

SUMÁRIO

Figura 4 - Sua certidão sangra?

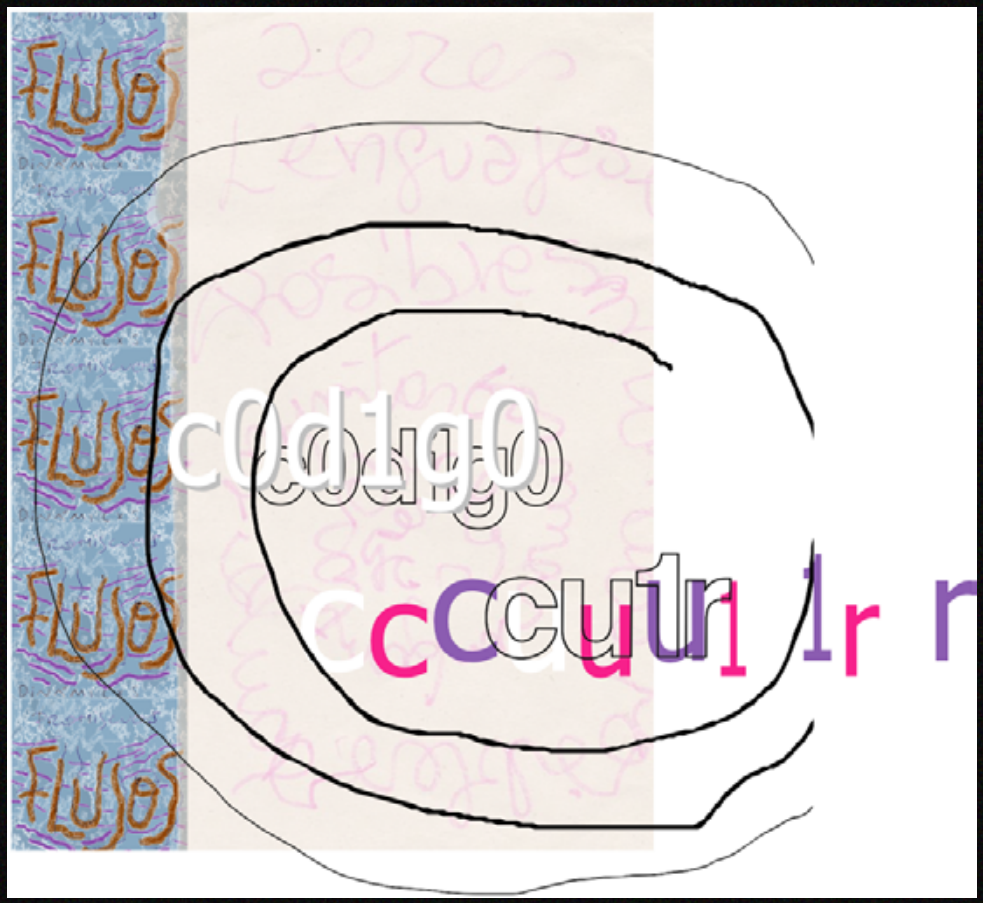


Fonte:Acervopessoaldaautora.

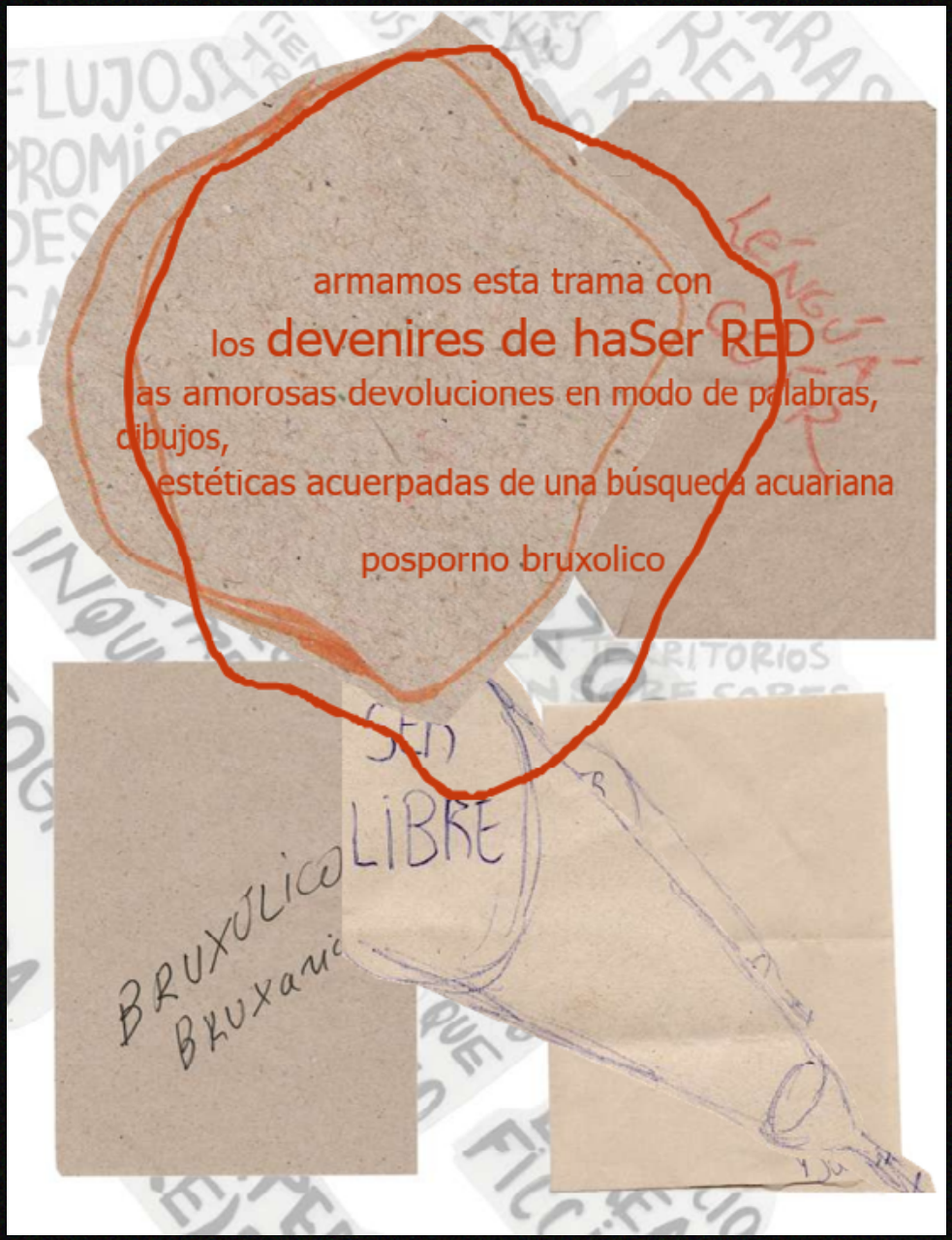
#PraTodoMundoVer: a máscara que estava amordaçando a moça agora está estendida sobre umchãodeconcretocompedrasaparentes,seusdetalhesrevelamsetratardeumacópiade certidão de nascimento com marcas de digitais em vermelho, riscos pretos em formato de X cobrem o nome formando uma espécie de cicatriz com pontos de sutura dos quais saem gotas em vermelho como se sangue escorresse daí.

Ornela Barone Zallocco
Francisca Rosso Felizia

CODIGO CUIR MANIFIESTO



DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-480-3.45

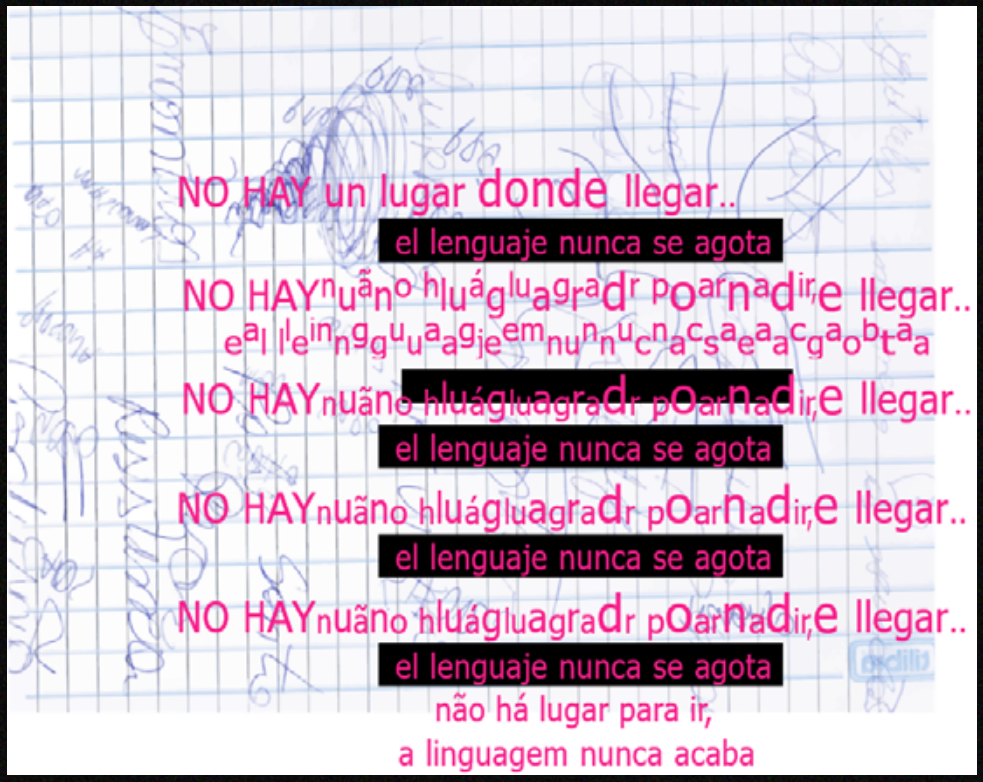

armamos esta trama con
los devenires de haSer RED
las amorosas devoluciones en modo de palabras,
dibujos,
estéticas acuerpadas de una búsqueda acuariana
posporno bruxolico
SER
LIBRE
BRUXOLICO
BRUXAVI

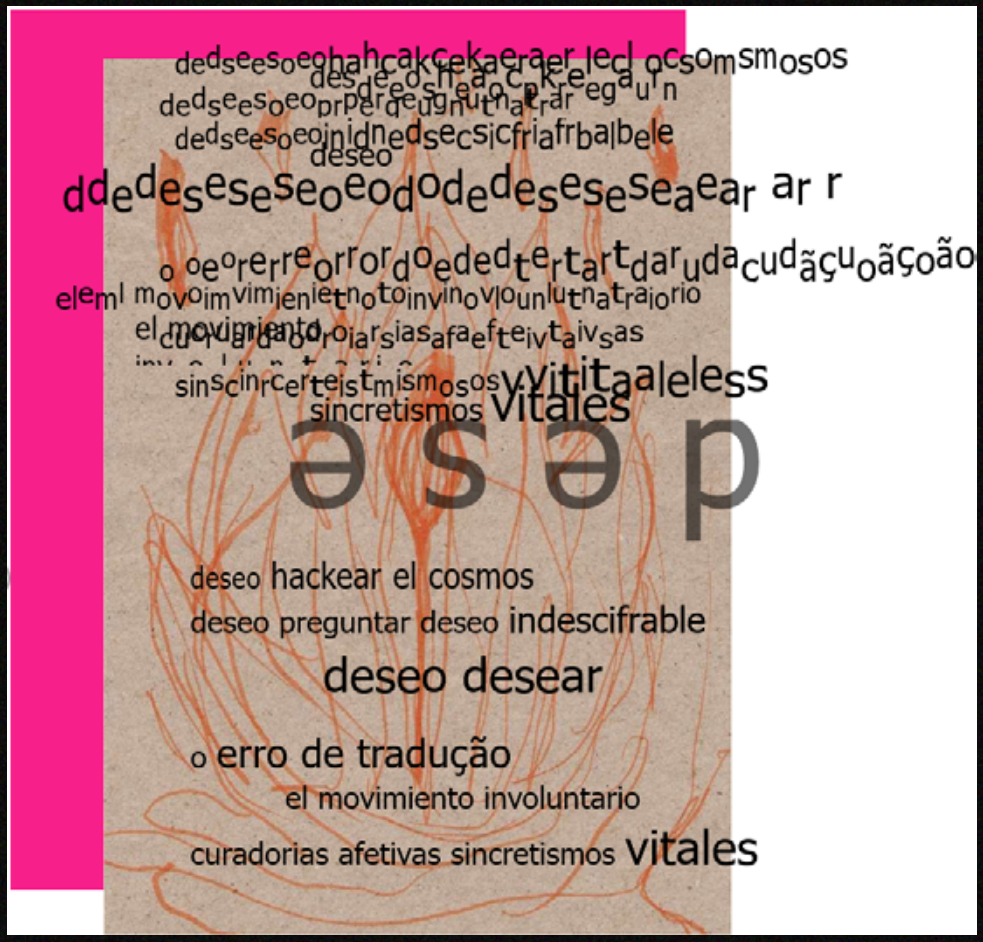
juego/jogo a hackear infinitamente juego errantemente-vagamente a vibrar juego a preguntarme la virtualidade juego promiscuamente a enredar
juego con preguntas cuir / couro

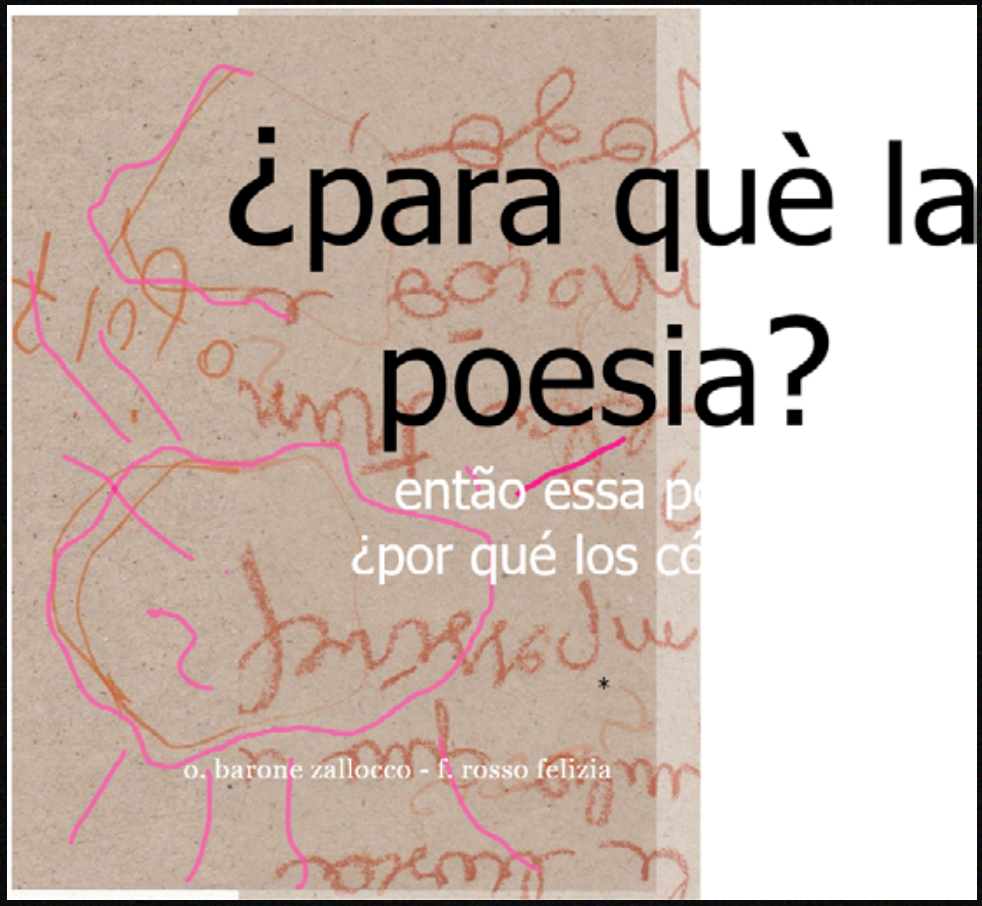
infinitos códigos se descomponen la piel que vibra errante
a pele que vibra vagando transformando
infinitas forzas de
flujos deseantes

magia la virtual pregunta
magia el
infinito eclipse
magia
la cuir transformación
magia
las vibraciones pr as
magia
la indescifrable
RED




NO HAY un lugar donde llegar..
el lenguaje nunca se agota
NO HAY nuãno hluágluagradr poarnadire llegar..
el lenguaje nunca se agota
NO HAY nuãno hluágluagradr poarnadire llegar..
el lenguaje nunca se agota
NO HAY nuãno hluágluagradr poarnadire llegar..
el lenguaje nunca se agota
não há lugar para ir,
a linguagem nunca acaba


deseo
deseo hackear el cosmos
deseo preguntar deseo indescifrable
deseo desear
o erro de tradução
el movimiento involuntario
curadorias afetivas sincretismos vitales


¿para què la
poesia?
então essa p
¿por qué los c
o. barone zallocco - f. rosso felizia

Jair Zandoná
Tânia Regina Oliveira Ramos

CIRCULAÇÃO DE PUBLICAÇÕES FEMINISTAS:
QUANDO PUBLICAR É UMA AVENTURA QUE SE FAZ COLETIVA

CIRCULATION OF FEMINIST PUBLICATIONS: WHEN PUBLISHING IS A COLLECTIVE ADVENTURE

CIRCULACIÓN DE PUBLICACIONES FEMINISTAS: CUANDO PUBLICAR ES UNA AVENTURA COLECTIVA

RESUMO:

O texto propõe uma reflexão crítica sobre os processos que envolvem a edição, a editoração e a publicação de textos feministas em diferentes contextos. Com isso, busca tensionar os modos hegemônicos de produção e circulação do conhecimento, marcados por exclusões e pelo apagamento de subjetividades dissidentes. Tanto a escrita quanto a publicação são compreendidas como gestos éticos e políticos, profundamente implicados em relações de poder – especialmente no que diz respeito às desigualdades de gênero que atravessam os espaços editoriais. Nesse sentido, destaca-se a importância do trabalho editorial coletivo, voltado à subversão de lógicas excludentes e à ampliação dos espaços para a circulação de outras vozes e epistemologias. Assim, o texto convida a repensar não apenas o ato de escrever, mas também o de publicar, apostando em práticas mais plurais e comprometidas com a transformação das estruturas acadêmicas.

Palavras-chave: Editoração. Circulação. Publicações feministas.

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-480-3.46





ABSTRACT:

The text offers a critical reflection on the processes involved in the editing, editorial work, and publication of feminist texts across different contexts. In doing so, it seeks to challenge hegemonic modes of knowledge production and circulation, which are often marked by exclusion and the erasure of dissident subjectivities. Both writing and publishing are understood as ethical and political acts, deeply embedded in power relations – especially with regard to the gender inequalities that permeate editorial spaces. In this sense, the text emphasizes the importance of collective editorial work aimed at subverting exclusionary logics and expanding the spaces through which other voices and epistemologies can circulate. Thus, it invites readers to reconsider not only the act of writing, but also that of publishing, advocating for more plural practices committed to transforming academic structures.

Keywords: *Publishing. Circulation. Feminist publications.*

RESUMEN:

El texto ofrece una reflexión crítica sobre los procesos de edición, trabajo editorial y publicación de textos feministas en diferentes contextos. Con ello, busca desafiar los modos hegemónicos de producción y circulación del conocimiento, a menudo marcados por la exclusión y la supresión de subjetividades disidentes. Tanto la escritura como la publicación se entienden como actos éticos y políticos, profundamente inmersos en relaciones de poder, especialmente en lo que respecta a las desigualdades de género que permean los espacios editoriales. En este sentido, el texto enfatiza la importancia del trabajo editorial colectivo que busca subvertir las lógicas excluyentes y ampliar los espacios para la circulación de otras voces y epistemologías. Así, invita a los lectores a reconsiderar no solo el acto de escribir, sino también el de publicar, abogando por prácticas más plurales comprometidas con la transformación de las estructuras académicas.

Palabras clave: *Editorial. Circulación. Publicaciones feministas.*



Este texto é um desdobramento das discussões realizadas durante a 13ª edição do Seminário Internacional Fazendo Gênero na mesa-redonda "Escrever, publicar, recolher, editar: caminhos feministas" composta por Tânia Regina Oliveira Ramos (coordenação, UFSC), Luciana Borges (UFCAT), Jair Zandoná (UFMS), Ana Elisa Ribeiro (CEFET, MG) e Carmem Vera Ramos (IEG). Entre os percursos possíveis, é necessário retomar, mesmo que brevemente, o trabalho de editar publicações feministas no Brasil para elaborar algumas considerações que perpassam o campo comercial até chegar ao campo acadêmico-universitário. Há pouco mais de 10 anos, em junho de 2014, falecia Rose Marie Muraro e, entre as muitas atividades às quais se dedicou ao longo de sua vida, foi pioneira no trabalho editorial de feministas, a exemplo da atuação na Editora Vozes por 17 anos, além de ter participado da fundação da Editora Forense Universitária (1965) e da Rosa dos Tempos (1990) – considerada a primeira editora feminista do Brasil – e que atualmente é um selo da Editora Record. Em sua trajetória, Rose Marie publicou "mais de 40 livros, inúmeros artigos e poesias, além de editorar aproximadamente 1.600 livros" (Luciana Zucco; Teresa Kleba Lisboa, 2014, p. 563). Levando em conta sua intensa dedicação nesse universo de livros e sua circulação, tomamos o período em que trabalhou na Editora Vozes para destacar sobre seu empenho neste projeto feminista, já que foi responsável por publicar, entre outros títulos, ensaios como os de Heloneida Studart, autora do best-seller *Mulher objeto de cama e mesa* (1974)[176] – e de outros como *A mulher, brinquedo do homem?* (1969) e *Mulher, a quem pertence teu corpo?* (1990) – e que passou a ser leitura obrigatória para a militância do movimento feminista.

176 Na homenagem publicada a Heloneida Studart na Revista Estudos Feministas, em 2008, pouco tempo após o falecimento da escritora, há, sobre o livro, o seguinte: "Em 1974, Heloneida Studart, a convite da Editora Vozes, lançou o pequeno livro *Mulher, objeto de cama e mesa*. Essa publicação de 53 páginas, composta de textos concisos, geralmente frases bem chocantes, em forma de colagens, tornou-se um sucesso editorial ao longo dos anos e, atualmente, já está na 27ª edição com quase 300 mil exemplares vendidos" (Cecília Cunha, 2008, p. 271).



É interessante situar a importância dessa editora na década de 1970, posto que lançou em 1971 a tradução do livro *Mística Feminina*, de Betty Friedan, cujo volume traz como texto de abertura o contundente "A mulher brasileira e a sociedade de consumo", escrito por Muraro. *Mulher objeto de cama e mesa* integra a coleção "Cosmovisão", a qual tinha como propósito oferecer ao/à leitor/a uma nova visão do "nosso" tempo, na medida em que se entende que o "mundo não é nenhuma máquina de precisão, em que cada parte age no todo de maneira determinada, única, perpétua, imutável [...]"; pelo contrário, entende-se que "cada fenômeno se estrutura num conjunto de relações onde tudo interage, tudo influencia e sofre influência, nada é estático nem constituído uma vez por todas" (Heloneida Studart, 1980). Apesar do sucesso editorial de Studart, atualmente o acesso à sua produção é esparso, e não encontramos reedições recentes, até onde sabemos, assim como os trabalhos de Muraro.

Esse cenário, para nós é bastante familiar, haja vista que o movimento obliterante é facilmente encontrado nas narrativas produzidas dedicadas à história da literatura, a qual toma como referência um determinado "universo de autores e [de] obras consagrados como clássicos" pelo cânone (José Luís Jobim, 1992, p. 127). Nesse sentido, é impossível deixar de citar o reconhecido trabalho realizado por Zahidé Lupinaci Muzart, importante referência no resgate de escritoras do século XIX, sendo que o primeiro volume do *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia*, lançado em 1999, completou 25 anos de seu lançamento em 2024; além disso, foi uma das fundadoras da Editora Mulheres (além de Elvira Sponholz e Susana Bornéo Funck), do GT Mulher e Literatura da ANPOLL, coordenadora-geral da primeira edição do Fazendo Gênero, então, Seminário de Estudos sobre a Mulher, realizado em 1994 na UFSC – que resultou na série de eventos sobre o qual retomaremos mais adiante (Zahidé Lupinacci Muzart, 2004; Ana Elisa Ribeiro; Sérgio Karam, 2020). Ana Elisa Ribeiro e Sérgio Karam (2020, p. 4) destacam a preocupação de Zahidé "em recontar a história da literatura brasileira, incluindo



nossas escritoras de séculos passados, apagadas ou anarquivadas por uma narrativa histórica refratária ou cega à diversidade". Por isso, também é necessário destacar a relevância do projeto *editoras mulheres* no qual Ana Elisa Ribeito está envolvida.

Tratar de publicações feministas é também – e sobretudo – recuperar arquivos. Quando, há 20 anos, Zahidé Muzart (2004) escreveu algumas *Histórias da Editora Mulheres*, texto no qual discorreu sobre o trabalho editorial, os desafios e o projeto da Editora, afinal, "Cada livro é uma aventura" (Muzart, 2004, p. 103). Entre os pontos a que se dedica diz respeito à revisão e é sobre isso que, *in memoriam*, entre os últimos e-mails que trocados em meados julho de 2015 enfatiza sua preocupação com a finalização dos originais, inconformada que a palavra *fue*, em espanhol, não é acentuada. Na altura, a questão girava em torno da redação de uma nota de rodapé que estava em espanhol e que, pelos rastros dos e-mails guardados, trabalhava em um livro de Juana Manso. Afinal, o "livro, para a Editora e para Zahidé, era visto como um espaço, um lugar, uma morada" (Tânia Regina Oliveira Ramos, 2016, p. 182).

O espaço do livro, enquanto materialidade, possibilita a circulação de conhecimento, de ideias, o que, não podemos esquecer, está permeado e atravessado pela tradução, bem como pelas especificidades do mercado editorial. Para nós, a circulação das produções intelectuais é crucial e não por acaso, Zahidé comentava em 2004 sobre os desafios de lidar com as distribuidoras. Quem lemos, quando e como temos acesso a certos textos?

Data de 1994 o lançamento do livro *Tendências e impasses – o feminismo como crítica da cultura*, organizado por Heloisa Buarque de Hollanda, coletânea que objetivava ilustrar "os caminhos e as perspectivas da crítica feminista contemporânea", como lemos na orelha. Resultado também do esforço de tradução de diferentes feministas: desde Elaine Showalter, Ria Lemaire até Teresa de Lauretis e Donna Haraway. Esses textos – e esse livro –



tornaram-se importantes referências consistentemente traduzidas para nossa formação e nossas pesquisas.

Tomamos o capítulo "Tecnologias de gênero", de Teresa de Lauretis, como sintomático ao esforço de tradução de debates produzidos em outros lugares. Susana Bornéo Funck foi responsável pela versão em português – a qual também figura no primeiro volume da coleção "Pensamento feminista", com o subtítulo "Conceitos fundamentais", igualmente organizado por Heloisa Buarque de Hollanda pela Bazar do Tempo a partir de 2019. No ano anterior, em 2018, organizou *Explosão feminista* – pela Companhia das Letras – com o intuito de situar o lugar de onde fala para poder se encontrar com "as feministas de hoje" (Heloisa Buarque de Hollanda, 2018, p. 13). Com Lauretis, em linhas muito gerais, acompanhamos seu argumento quanto à necessidade de afastar o significado de gênero do de "diferenças sexuais" e suas limitações. Afinal, a "construção do gênero é tanto o produto quanto o processo e sua representação" (Teresa de Lauretis, 2019, p. 126). São publicações que, de alguma forma, resultam do impacto – e do interesse (também comercial) – do que se convencionou chamar de "primavera das mulheres", de 2015, do ativismo das ruas e nas redes sociais (Hollanda, 2018; Joana Maria Pedro; Luana Borges Lemes, 2019), seja com a tradução e circulação de pensadoras como Angela Davis, bell hooks e Silvia Federici, ou mesmo o fortalecimento de casas editoriais, como a Bazar do Tempo, às pautas feministas.

Na impossibilidade de esgotar o debate, propomos mais um deslocamento: para o cenário brasileiro é necessário levar em conta a importância da Fundação Carlos Chagas, desde a década de 1970, para o desenvolvimento e a formação dos estudos feministas ao promover seminários sobre a mulher e, por meio de financiamento da Fundação Ford, lançou o Programa de Dotações para Pesquisa sobre Mulheres e Relações de Gênero (Hollanda, 2019b). Estabelece-se uma interlocução importante entre as universidades com investigações financiadas por meio desse programa. Sobre esse impacto,



mencionamos o artigo de Lucila Scavone (2013) ao elaborar um "Perfil da REF dos anos 1999-2012" e que impactou a produção acadêmica de gênero e feminista em periódicos como a nossa Revista Estudos Feministas. Não podemos deixar de destacar o importante trabalho da REF – e aqui cabe mais um parêntese em consideração à atuação como editora assistente que Carmem Vera ocupou por tantos anos –, pois foi assim que foi possível ter acesso, via Seção Debate à produção de Gloria Anzaldúa, por exemplo. Não apenas as revistas científicas, mas os eventos realizados nas universidades, em particular, como resultado de suas realizações, passaram a publicar anais, coletâneas, entre outros produtos.

Trataremos, então, um pouco sobre isso, em especial às ações realizadas na – ou a partir da – UFSC: como resultado material do primeiro encontro do Fazendo Gênero – e que em 2024 celebramos 30 anos – realizado entre os dias 30 de novembro e 2 de dezembro de 1994 publicaram-se os anais do evento. A apresentação é significativa e destacamos dois trechos: (1) "Os estudos de gênero estão na ordem do dia e, na Universidade Federal de Santa Catarina, se tem distinguido como linha teórica de diversas disciplinas"; (2) "O Seminário foi pensado de modo, digamos assim, *artesanal*. Não fizemos projeto para instituições de fomento e conseguimos realizá-lo somente com o apoio da própria Universidade Federal de Santa Catarina e de uma instituição estadual, a Fundação Catarinense de Cultura a quem somos muito gratas" (Universidade Federal de Santa Catarina, 1996). Assim, enfatiza-se a força coletiva deste e de outros projetos que passam a ser realizados mais ou menos a partir desse período. A apresentação menciona a participação e a colaboração de várias pessoas, as quais têm realizado pesquisas, ministrado disciplinas, atuado em núcleos e laboratórios, editado revistas, livros e muito mais ao longo das últimas décadas, enfatizando a importância do Instituto de Estudos de Gênero da UFSC, formalmente fundado já no século XXI, mas que ressoa dessas tantas ações. Além disso, um ponto cabe ser destacado: o modo artesanal. É o que temos



feito há muitos anos: pensar, planejar, delinear e executar por meio desse processo que é travessado pela coletividade. São muitas mãos, perspectivas, lugares, subjetividades que são mobilizados ao produzir artesanalmente, pois a produção coletiva pode assim ser entendida neste caso. Como que arqueologicamente vamos descobrindo como e de qual maneira, em um determinado (não raras vezes inusitado) contexto, se torna possível viabilizar uma intenção, um projeto, mesmo quando os recursos e os financiamentos são escassos, mesmo quando as pessoas envolvidas não sejam muitas, mesmo quando estejam ocupadas com um sem-fim de demandas do trabalho já imenso. Para que um livro possa circular – ou qualquer outra publicação – são muitas as etapas, desde a recepção das contribuições, as leituras, os pareceres, as análises, as revisões, os cotejamentos, até chegar a um sumário, a um boneco, à diagramação, leitura das provas, conferência, ficha catalográfica, ISBN, DOI e tantas outras etapas. São muitas trocas de e-mails, prazos, negociações, mediações. Luzinete Simões Minella e Susana Bornéo Funck iniciaram a apresentação do livro *Saberes e fazeres de gênero: entre o local e o global*, volume resultante das contribuições das conferências e mesas-redondas realizadas durante o Fazendo Gênero 6, ocorrido entre os dias 10 e 13 de agosto de 2004, com o seguinte:

> Os eventos científicos, de modo geral, constituem espaços de divulgação e de diálogo sobre novas ideias e novas hipóteses que resultam dos avanços das investigações em determinados campos do conhecimento. Quando esses campos conseguem promover eventos que se tornam regulares, amplia-se a possibilidade de divulgação mediante a organização de publicações que reúnem, a partir de vários critérios de seleção, os textos debatidos (Luzinete Simões Minella; Susana Bornéo Funck, 2006, p. 8).

Então, desde a primeira edição do Fazendo Gênero, há uma vasta produção já publicada – muitas dessas edições pela chancela da Editora Mulheres – resultante das discussões realizadas nas mesas-redondas, nas conferências, nas rodas de conversa, entre outras.



De momentos como os vivenciados durante a realização das mesas-redondas e em demais atividades, resultam contribuições que são incorporadas a coletâneas, sejam digitais, como tem sido feito nos últimos anos – assim como são os anais eletrônicos –, sejam impressos. Na apresentação do livro *Falas, percursos, práticas e modos de (r)ex(s)istir*, resultado do evento on-line ocorrido em 2021, vai ao encontro desse gesto-projeto:

> A diversidade e pluralidade de vozes que circularam – e se fizeram presença – nos dias de evento é materializada nas contribuições que integram o volume, o qual está organizado em três seções: Falas, trajetórias, afetos: percursos..., Direitos, lutas, reivindicações e Outras possibilidades, práticas, modos de (r)ex(s)istir. Essas partes permitem estabelecer articulações imprescindíveis entre vozes acadêmicas, ativistas e de artistas do Brasil e do exterior. Entre pesquisas, práticas e experimentações, reflexões, proposições, tensionamentos e trajetórias são delineadas, materializadas (Janine G. Silva *et al*., 2023, p. 21).

O trecho indica um aspecto que nos é bastante caro: as publicações como a do Fazendo Gênero são espaços de circulação das ideias, dos debates, das pesquisas realizadas em torno dos temas suscitados no evento a partir de diferentes e diversos campos. Contribuem – assim como são as próprias atividades durante a realização do encontro – para conhecermos os interesses e as urgências de debates e pesquisas. De distintos lugares, experiências, vivências. São produções que não seguem a lógica comercial. Esse capital cultural contribui na luta "contra o fim do mundo" já que é e está marcado pelas vozes plurais e coletivas, uma síntese-soma dos intensos dias que vivemos durante a realização do Seminário.

Pela insígnia do trabalho coletivo, no panorama de publicações, gostaríamos de, para finalizar, mencionar ainda ao menos três projetos e suas publicações: a coletânea *Problemas de gênero*, organizado por Carla Rodrigues, Luciana Borges e Tânia Regina Oliveira Ramos, lançado em 2016 com o selo da Coleção Ensaios Brasileiros Contemporâneos da Funarte; a antologia *Traduções da cultura:*



perspectivas críticas feministas (1970-2010), produzida pelo Grupo de Trabalho A Mulher na Literatura da ANPOLL; as produções do LEGH – Laboratório de Estudos de Gênero e História – que integra o IEG, em especial o livro *Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)*, de 2020, um dos produtos resultantes do projeto com o mesmo nome o qual foi contemplado pelo Edital do Programa Memórias Brasileiras – Conflitos Sociais, da CAPES.

São publicações que marcam e são marcadas pelo esforço coletivo ao provocar, tocar, instigar, que resultam de esforços pessoais, como os de Rose Marie Muraro e de tantas outras feministas tão caras para nós, e que ultrapassam esses limites. A dedicatória que acompanha *Traduções da cultura* é exemplar para essa compreensão: "À Zahidé Muzart (*in memoriam*) que nos fez ouvir as vozes das mulheres escritoras brasileiras". Porque os caminhos feministas para escrever, publicar, recolher, editar – os verbos no infinitivo enunciados no título da mesa-redonda – têm sido conjugados por cada uma e por cada um de nós por meio de nossas práticas marcadas pelo coletivo.

DEDICATÓRIA

Dedicamos este texto à Profa. Mara Lago pela sua dedicação às publicações feministas.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Izabel *et al.* (org.). **Traduções da cultura**: perspectivas críticas feministas (1970-2010). Florianópolis: EDUFAL; Editora da UFSC, 2017.

CUNHA, Cecília. Uma escritora feminista: fragmentos de uma vida. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 271-276, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/6VrKJzCLCJxHFGKvKFqTt3S. Acesso em 10 jul. 2024.



HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão feminista**: arte, política, cultura e universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019a.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019b.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 121-155.

JOBIM, José Luís. História de Literatura. *In*: JOBIM, José Luís (org.). **Palavras da crítica**: tendências e conceitos no estudo da Literatura. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p. 127-149.

MINELLA, Luzinete Simões; FUNCK, Susana Bornéo. Apresentação. *In*: MINELLA, Luzinete Simões; FUNCK, Susana Bornéo (org.). **Saberes e fazeres de gênero**: entre o local e o global. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006. p. 7-9.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Histórias da Editora Mulheres. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, p. 103-105, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/z5YsRMMh4gWkMztzC9DPLTR/. Acesso em: 10 jul. 2024.

PEDRO, Joana Maria; LEMES, Luana Borges. A "primavera das mulheres" nos impasses atuais da democracia no Brasil. *In*: PEDRO, Joana Maria; ZANDONÁ, Jair (org.). **Feminismos & Democracia**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019. v. 1. p. 67-86.

RAMOS, Tânia Regina Oliveira. Zahidé Lupinacci Muzart. **Revista Estudos Feministas**, v. 24, n. 1, p. 181-182, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/3KzPrZzwNRHcJScJSHNJdhC/. Acesso em: 10 jul. 2024.

RIBEIRO, Ana Elisa; KARAM, Sérgio. Editora Mulheres, Zahidé Muzart e um caso relevante de edição de livros no Brasil. **Letrônica**, v. 13, n. 1, p. e34581, 2020. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/article/view/34581. Acesso em: 10 jul. 2024.

RODRIGUES, Carla; BORGES, Luciana; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (org.). **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Funarte, 2016.

SCAVONE, Lucina. Perfil da REF dos anos 1999-2012. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n. 2, p. 587-596, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/ymLFZFRzBxWZnDqvkXsGsxc/. Acesso em: 10 jul. 2024.

SILVA, Janine G. *et al*. Lugares de fala: direitos, diversidades, afetos... *In*: SILVA, Janine G. *et al*. (org.). **Falas, percursos, práticas e modos de (r)ex(s)istir**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2023. p. 18-28.

STUDART, Heloneida. **A mulher, brinquedo do homem?** Petrópolis: Vozes, 1969.

STUDART, Heloneida. **Mulher objeto de cama e mesa**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1980.

STUDART, Heloneida. **Mulher, a quem pertence teu corpo?**: uma reflexão sobre a sexualidade feminina. Petrópolis: Vozes, 1990.

ZUCCO, Luciana; LISBOA, Teresa Kleba. Rose Marie Muraro: uma mulher impossível. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 2, p. 563-564, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/RLwGPRVRQtN6ydmBwbtJ8rb. Acesso em 10 jul. 2024.

WOLFF, Cristina S.; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia C. (org.). **Mulheres de luta**: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985). Curitiba: Appris, 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Anais Fazendo Gênero**: Seminário de Estudos sobre a mulher. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1996.

SUMÁRIO



SUMÁRIO



SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS

Débora Figueiredo

Possui graduação em Direito (1990), mestrado (1996) e doutorado (2000) em Estudos Linguísticos. É professora associada na Universidade Federal de Santa Catarina. Seus interesses de pesquisa incluem questões de gênero, poder, identidade e corpo em discursos midiáticos e jurídicos. Coordena o Núcleo de Estudos de Gênero através da Linguagem (NUGAL), que integra o Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC).

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1937-9394

E-mail: deborafigueiredo@terra.com.br

Alinne de Lima Bonetti

Antropóloga, licenciada em Ciências Sociais pela UFRGS (1997), mestra em Antropologia Social pela UFSC (2000) e doutora em Ciências Sociais, área estudos de gênero, pela Unicamp (2007). Atualmente é Professora da Universidade Federal de Santa Catarina, coordenadora do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS), que integra o Instituto de Estudos de Gênero (IEG).

ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0810-5926

E-mail: alinne.bonetti@ufsc.br

Vera Fátima Gasparetto

Pesquisadora de Pós-Doutorado Júnior do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), vinculada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e ao Instituto de Estudos de Gênero (IEG).

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3865-0549

E-mail: gasparettovera@gmail.com

SUMÁRIO



Francine Costa

Doutoranda no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. Mestra em Ensino de História pela UDESC. Graduada em Ciências Sociais e em História. Atua como professora de História na Educação Básica. Pesquisadora filiada à AENSC, ao NUER/UFSC e ao NIGS/UFSC.

ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5295-2212

E-mail: francinne.costa@gmail.com

Tatiane Silva Cerqueira Santos

Doutora e mestra em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduada em Estudos de Gênero e Diversidade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), atua como Analista em Políticas Públicas de Gênero e Diversidade. É pesquisadora do MUSA/UFSC (Núcleo de Estudos Arte, Cultura e Sociedade na América Latina e no Caribe), do INCT Brasil Plural (CNPq), da Rede Arte, Performance e Sociabilidades e do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS/UFSC).

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3690-6686

E-mail: tatianemide@gmail.com

PARTE 1

Charlene Pereira de Jesus

Pedagoga; professora da Rede Municipal de Paripiranga/BA; mestra em Educação; doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS).

ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2273-362X

E-mail: professoracharlene@hotmail.com

SUMÁRIO



Joana D'arc da Silva Cavalcante

Iaquequerê, brasileira nascida em 11 de novembro de 1978 na cidade de Recife, Pernambuco. Conhecida como a primeira e única mestra de uma nação de Maracatu de baque virado da história, Joana é Mestra da Nação do Maracatu Encanto do Pina e fundadora do grupo Maracatu Baque Mulher, na comunidade do Bode, localizada no bairro do Pina na Zona Sul do Recife, Pernambuco. Criada no terreiro de candomblé nagô Ilê Axé Oxum Deim de sua avó ialorixá Maria Cândida da Silva "Vó Quixaba", é filha de Manoel Cândido Cavalcante, "Pai Marcelo". No ano de 2008 assumiu a função de Mestra da nação do Maracatu Encanto do Pina, fundada em 5 de março de 1980 pela ialorixá Maria José da Silva "Dona Maria de Sônia".

Alexandra Alencar

Professora Adjunta A do Departamento de Antropologia e do PPGAS da UFSC, doutora em Antropologia Social, com pós-doutorado em Direitos Humanos e Educação. Pesquisadora e co-coordenadora do NUER/UFSC, atua em estudos sobre populações afro-brasileiras, feminismos negros e patrimônio imaterial. É rainha do Maracatu Arrasta Ilha, fundadora do Baque Mulher e da Aláfia Casa de Cultura. Recebeu o Prêmio Mulheres na Ciência (2022) e a Medalha Antonieta de Barros (2023).

ORCID: https://orcid.org/0000-0003-3305-6046

E-mail: xanda.alencar@gmail.com

Catia Paranhos Martins

Docente da graduação e pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Mato Grosso do Sul. Pesquisadora da Cátedra UNESCO Gênero, Diversidade Cultural e Fronteiras. Participante do Coletivo Batuqueiras de Nós Mesmas.

ORCID: https://orcid.org/0000-0003-4905-5865.

E-mail: catiamartins@ufgd.edu.br

SUMÁRIO



Any Moraes

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 2023). Educadora Popular da Marcha Mundial de Mulheres (MMM. É representante da sociedade civil no Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio Grande do Sul (CONSEA-RS) e coordenadora do projeto "Resposta Emergencial e Reconstrução da Cidade com Justiça de Gênero, Raça e Classe", vinculado ao Instituto Terre Des Hommes Alemanha - Help for Children in Need.

ORCID: https://orcid.org/0009-0007-1202-3153

E-mail: anymoraes@gmail.com

Cíntia Pereira Barenho

Bióloga, Mestra em Educação Ambiental pelo PPGEA da Universidade Federal de Rio Grande (FURG). Educadora Popular da Marcha Mundial de Mulheres (MMM). Uma das idealizadoras do Coletivo Periferia Feminista que tem dedicado às temáticas do feminismo popular, da agroecologia e justiça ambiental. Atualmente cumpre mandato de Presidenta do Conselho Estadual de Soberania Alimentar e Nutricional Sustentável do Rio Grande do Sul (CONSEA-RS), gestão 2024-2025.

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5046-5610

E-mail: cintia.barenho@gmail.com

Thayane Cazallas do Nascimento

Cientista social, bacharel em Ciências Sociais e Gestora pública pela-UNIVALI/ Itajaí-SC. Licenciada em Ciências Sociais, e Mestra em Ciências Sociais em práticas sociais. Doutora em Educação, bolsista de excelência acadêmica CNPq 2014-2018, CAPES 7, Programa de Pós-Graduação em Educação UNISINOS, São Leopoldo/RS. Ativista e Educadora Popular na Marcha Mundial das Mulheres, integrante da Comissão dos Movimentos Sociais do Seminário Internacional do Fazendo Gênero, 2024. Professora substituta de Ciências Humanas/Sociologia IFSC Campus São José/SC.

ORCID: https://orcid.org/0000-0003-4675-5890

E-mail: professorathaycaz@gmail.com

Sandra Caponi

Doutora em Filosofia. Professora titular do Departamento de Sociologia e Ciência Política – UFSC. Pesquisadora de CNPq e do Medical Anthropology Research Center – URV.

ORCID: https://orcid.org/0000-0001-8180-944X

SUMÁRIO



Claudia Regina Nichnig

Professora do Programa de Pós-Graduação em História Pública (PPGHP) e do Colegiado de História, da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Doutora em História (UDESC) e em Ciências Humanas (UFSC). Pós doutora em História, pelo programa de Pós-Graduação em História (UFSC). Seus principais temas de pesquisa são: Ensino de História; Educação para as Relações Étnico-raciais; Violências de gênero, História das Mulheres Indígenas, História das mulheres no Brasil, Feminismos no Brasil, Ensino de História e Gênero, Gênero e Direito, Direitos LGBTQIAPN+, Conjugalidades entre pessoas do mesmo sexo e homoparentalidades no Brasil e França.

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-9689-8112

E-mail: claudianichnig@gmail.com

Vera Fátima Gasparetto

Pesquisadora de Pós-Doutorado Júnior do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PDJ/CNPq) no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), ao Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) e ao Instituto de Estudos de Gênero (IEG). Secretária Geral do FG13.

ORCID: https://orcid.org0000-0002-3865-0549

E-mail: gasparettovera@gmail.com

Ariadne Toledo Nunes Pereira

Graduanda em Letras-Português. Bolsista no Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC) e no FG13.

ORCID: https://orcid.org/0009-0009-1784-8677

E-mail: ariadnetoledopereira@gmail.com

Emily Dalpiaz Celiberti Fernandes

Graduanda em Design. Bolsista no Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC) e no FG13.

ORCID: https://orcid.org/0009-0006-5934-0650

SUMÁRIO



Evelin Luana Lima Neves

Graduando em Ciências Sociais (UFSC). Bolsista na Revista Estudos Feministas e atuante na secretaria do Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC) e do Seminário Internacional FG13.

ORCID: https://orcid.org/0009-0007-8354-4693

Helaine Cristina Heck

Graduanda em Letras-Português (UFSC). Bolsista no Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC) e no FG13.

ORCID: https://orcid.org/0009-0004-1703-1388

E-mail: heck.helaine@gmail.com

Thais Araujo de Freitas

Jornalista e doutoranda no Programa de Pós-graduação em Jornalismo da UFSC (PPGJor/UFSC), com bolsa Fapesc. Integrante do Grupo de Pesquisa Transverso - Estudos em Jornalismo, Interesse público e Crítica (PPGJor/UFSC).

ORCID: https://orcid.org/0000-0003-4993-5897

E-mail: thata.a.freitas@gmail.com

Marlene Tamanini

Professora titular aposentada desde julho de 2022 do Departamento de Sociologia da UFPR. Professora sênior colaborando na Pós-Graduação de Sociologia, vice-coordenadora do Núcleo de Estudos de Gênero da UFPR. Membro da REDLIBRE: https://sites.usp.br/redlibre/

ORCID: https://orcid.org/0000-0001-7711-3693

Lattes: http://lattes.cnpq.br/1338579397385221

E-mail: tamaniniufpr@gmail.com

Binah Ire

Doutoranda (Bolsista CNPq) no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGAS-UFSC). Florianópolis-Brasil.

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3326-2432

E-mail: binahire@gmail.com



Fernando José Martins

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Inglês: Estudos Linguísticos e Literários. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis-Brasil.

ORCID: https://orcid.org/0009-0009-6899-3583

E-mail: feernando785@gmail.com

Matilde Quiroga Castellano

Doutora em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGAS-UFSC).

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1936-6016

E-mail: q_matilde@hotmail.com

PARTE 2

Keo Silva

Doutor pelo Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas – UFSC. Mestre em Educação pelo programa de Pós-graduação em Educação – UFSC. Graduado em Ciências Sociais.

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5626-5951

E-mail: Keo.ech@gmail.com

Zuleide Paiva da Silva

Professora adjunta da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XIV, professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade (PPGED). Ativista da Liga Brasileira de Lésbicas e Mulheres Bissexuais (LBL) e da Rede Lesbi. Este ensaio fez parte dos movimentos de inquietações na mesa-redonda 22 "Feminismos, lesbianidades e interseccionalidades", no Seminário Internacional Fazendo Gênero 13.

ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9395-3561

E-mail: eidepaivasilva@gmail.com



Maria Lizandra Mendes de Sousa (Liz Mendes)

Mestranda no PPGED, da UNEB, Campus XIV. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). Ativista da LBL da Bahia.

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-2812-2101.

E-mail: marializandra1626@gmail.com

Amélia Tereza Santa Rosa Maraux

Professora assistente da UNEB, Campus XIV. Ativista da LBL, onde é articuladora nacional, e da Rede Lesbi. Coordenadora do Centro de Estudos em Gênero, Raça/Etnia e Sexualidade (CEGRES Diadorim/UNEB).

ORCID: https://orcid.org/0000-0003-4065-7616

E-mail: amelia.maraux@hotmail.com

ciber_org (Rudá Guedes Lemos)

Mestrando em Processos Artísticos Contemporâneos no Programa de Pós-Graduação da UDESC.

Lattes: https://lattes.cnpq.br/5321113043567432

ORCID: https://orcid.org/0009-0003-5573-7130

Laira Rocha Tenca

Ela/dela. Cientista política, cineasta e artista multimídia brasileira. Diretora do curta-metragem Amizades Particulares e doutoranda na Universidade de Brasília, onde pesquisa as guerras de gênero, com foco em ataques e resistências aos direitos LGBTQIA+. Por meio de suas obras híbridas que mesclam narrativas poéticas, técnicas analógicas e investigação acadêmica, desafia a invisibilização dos legados *queer* e latinos.

ORCID: https://orcid.org/0000-0001-7994-7931

Camila Marques

Professora adjunta da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) no curso Bacharelado em Cinema e Audiovisual – subárea Direção de Arte. Diretora de arte e figurinista.

ORCID: https://orcid.org/0000-0003-3693-0632

E-mail: camila.marques@unila.edu.br

SUMÁRIO



Isadora Sabbi Dias

Bacharela em Cinema e Audiovisual (UNILA) e participante do Projeto de Extensão LAB&ART: Estudos e Experimentações em Direção de Arte e diretora criativa e de arte da ação extensionista Silver Fever.

ORCID: https://orcid.org/0009-0004-1684-2015

E-mail: isasabbi@gmail.com

Djalma Thürler

Membro do GT Arte y Política da CLACSO e especialista em gestão e políticas culturais pela Universidade de Girona (ESP). É docente permanente dos Programas de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade e Artes Cênicas, ambos da UFBA. Professor titular do IHAC/UFBA. É diretor artístico da ATeliê voadOR Teatro e pesquisador do NuCuS (Núcleo de Pesquisa e Extensão em Cultura e Sexualidade).

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-9161-0300

E-mail: djalmathurler@ufba.br

Duda Woyda

Pós-doutorando júnior (CNPq Nº 32/2023-PDJ 2023). Mestre e doutor em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), com foco e pesquisa nas novas articulações do político nas artes da cena. Ator, produtor e dançarino, formado pela Escola de Dança da Fundação Cultural do Estado da Bahia, é ator pesquisador da ATeliê voadOR Teatro e do NuCuS (Núcleo de Pesquisa e Extensão em Cultura e Sexualidade).

ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0561-2666

E-mail: dudawoyda@gmail.com

SUMÁRIO



PARTE 3

Amina Mama

Amina Mama é acadêmica, ativista e pesquisadora feminista nigeriana/britânica. Mestra em Psicologia Social na Universidade de Economia e Ciências Políticas de Londres, Doutora em Psicologia pela Universidade de Birbeck. Viveu em várias partes do mundo e depois de atuar na Universidade de Cidade do Cabo tornou-se diretora do AGI (Instituto Africano de Gênero) e ajudou a criar a revista Feminist Africa, da qual é editora. Desde 2008 é professora da Universidade Mils da Califórnia - EUA. Também foi presidente do Departamento de Gênero e Estudos da Mulher na Universidade da Califórnia. Integrou a gestão do Fundo Global para Mulheres e o Instituto de Investigação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social. Viveu e trabalhou na Nigéria, África do Sul, Grã-Bretanha, Países Baixos e Estados Unidos. Seus livros incluem Beyond the Masks: Race, Gender and Subjectivity (Routledge 1995), Women's Studies and Studies of Women in Africa (CODESRIA 1996), Engendering African Social Sciences (coeditado, CODESRIA 1997), bem como artigos. Seus interesses de pesquisa incluem cultura e subjetividade, políticas públicas, movimentos de mulheres e militarismo em contextos africanos, papéis de gênero, a mulher afroamericana, a pobreza, a HIV/SIDA.

ORCID: https://orcid.org/0000-0003-4755-8274

Mariana Prandini Assis

doutora (Ph.D.) e mestre (MPhil) em Política pela New School for Social Research e bacharela em Direito pela UFMG, é professora adjunta na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, onde integra o Ser-tão - Núcleo de Ensino, Extensão e Pesquisa em Gênero e Sexualidade e o Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais. Ela também faz parte do grupo de pesquisa transnacional Colectiva Protesta e é cofundadora do Coletivo Margarida Alves de Assessoria Popular no Brasil.

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5566-2613

E-mail: mariana.prandini@ufg.br



Terezinha Silva

Professora do Departamento de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutora em Comunicação pela Université Paris Nanterre e Universidade Federal de Minas Gerais (co-tutela de tese). Líder do Grupo de Pesquisa Transverso - Estudos em Jornalismo, Interesse público e Crítica (PPGJor/UFSC) e coordenadora de projetos sobre cobertura jornalística de feminicídios. Bolsista de Produtividade do CNPq.

ORCID: https://orcid.org/0000-0001-7427-9364

E-mail: terezinhasilva@yahoo.com

Adriane Canan

Graduada em Comunicação Social - Jornalismo e Mestre em Literatura Brasileira pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Possui Especialização em Roteiro Avançado pela Escuela Internacional de Cine y Televisión de San Antonio de Los Baños/ Cuba. Diretora, roteirista e produtora de cinema. Diretora do documentário "História mal contada - os feminicídios na cobertura jornalística", produzido pela Lilás Filmes Ltda.

ORCID: https://orcid.org/0009-0006-9769-3879

E-mail: adricanan@gmail.com

Juily Manghirmalani

Mestre em Imagem e Som pela UFSCAR (2016) e estudante de Psicologia da UNICSUL. Com temas de pesquisa sobre processos migracionais, diásporas, representatividade e gênero, é autora de Vivências asiático-brasileiras: raça, identidade e gênero (2023), pela editora Mandaçaia.

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1267-5756



Luciana V. Almada

Activista lesbiana y feminista. Doctorande en Estudios de Género y Especialiste en Memorias colectivas, derechos humanos y resistencias. Licenciade en Comunicación social. Trabajo en la Universidad Nacional de Córdoba (UNC) y participo en instancias de investigación, reflexión y extensión en las áreas de género, sexualidades y feminismos. Trabajo para organizaciones sociales y soy integrante de la Red por el Reconocimiento del Trabajo Sexual. Dirijo proyectos, formo parte de algunos otros y prefiero la oralidad a la escritura. Mis intereses teóricos, éticos, políticos y eróticos se vinculan con las comunidades sexuales marginalizadas, la búsqueda de la recuperación de la(s) memoria(s) colectiva(s) y la mirada crítica en torno a los archivos. Pertenencias institucionales: Centro de Estudios Avanzados de la Facultad de Ciencias Sociales (CEA-FCS-UNC), Secretaría de Ciencia y Tecnología (SECyT-UNC) y Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES-Brasil).

ORCID: https://orcid.org/0009-0008-5488-6368

E-mail: luciana.almada@unc.edu.ar

Lina Magalhães

Doutora em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade do Estado de Santa Catarina e em Estudos das Mulheres, Discursos e Práticas de Gênero, pela Universidade de Granada (Espanha). Pesquisadora do Laboratório de Gênero e Família da UDESC (Labgef), do Observatório das Migrações de Santa Catarina (Obmigra) e do Grupo de Trabalho da CLACSO "Corpos, Territórios e Feminismos". Possui graduação em Direito pela Universidade Federal Fluminense (2010) e mestrado em Estudos Urbanos pela Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais - Equador (2015). Como pesquisadora, atua em temáticas relacionadas ao Planejamento Urbano, Estudos de Gênero e Migrações. Também é especialista em metodologias qualitativas, participativas e em mapeamento do corpo-território.

ORCID: https://orcid.org/0000-0003-4653-6321

E-mail: linamachadomagalhaes@gmail.com

SUMÁRIO



Gláucia de Oliveira Assis

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Vale do Rio Doce (1987), mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (1995) e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (2004), pós-doutorado no ISCTE- Universidade de Lisboa, 2017 e no Núcleo de Estudo de População - NEPO (UNICAMP), 2017. Desde 2022 é Professora na Universidade Vale do Rio Doce no Programa de Pós-Graduação em Gestão integrada do Território. Professora Titular Aposentada da Universidade do Estado de Santa Catarina. Coordenadora do Observatório das Migrações de Santa Catarina (Obmigra-SC), Vice coordenadora do Laboratório de Relações de Gênero e Família - Labgef. Pesquisadora participante de Núcleo de Estudos de Desenvolvimento Regional - NEDER - Univale

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0307-6313

E-mail: galssis@gmail.com

Assis Felipe Menin

Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Vinculado ao Instituto de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina.

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-7500-866X

E-mail: a.f.menin@gmail.com

PARTE 4

Adriana Guzmán Arroyo

Adriana Guzmán Arroyo é uma mulher indígena aymara, lésbica e educadora popular, reconhecida por promover um feminismo indígena, comunitário e emancipador em Abya Yala. Atuou na elaboração das Autonomias Camponesas Indígenas e de leis contra a violência às mulheres na Bolívia. Contribui para a criação de metodologias de educação intra e intercultural, plurilíngue e despatriarcalizadora. É membra de organizações feministas latino-americanas e autora de livros sobre descolonização e feminismo comunitário. Também apresenta o programa de rádio trilíngue *Warmi Pacha Warmi Jallpa*.

E-mail: adrianaamparo@gmail.com

SUMÁRIO



Miléia Santos Almeida

Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), campus Marabá Industrial. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (PPGHIS-UnB).

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1949-4667

Marta Aparecida dos Santos Mamédio

Psicóloga (CRP-03/21584). Missionária do Conselho Missionário Indigenista (CIMI) na Bahia. Mestranda em Saúde da População Negra e Indígena na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (PPGSNI-UFRB).

ORCID: https://orcid.org/0009-0003-2547-1933

María Belén Riveiro

Socióloga y Doctora en Ciencias Sociales por la Universidad de Buenos Aires (UBA). Trabaja como Investigadora Asistente de Conicet. Se desempaña como docente de la UBA y de la Maestría en Cine Documental de la Universidad del Cine. Es secretaria editorial de 7 ensayos. Revista Latinoamericana de Sociología, Política y Cultura (Instituto de Investigaciones Gino Germani, UBA) e integrante del Grupo de Estudios de Sociología de la Literatura (IIGG, UBA). Instituto de Investigaciones Gino Germani (Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires) – Conicet, Buenos Aires (Bs As), Argentina.

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0499-9320

E-mails: mbriveiro@sociales.uba.ar; mariabelenriveiro@gmail.com

Criselli Maria Montipó

Doutora em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisadora de pós-doutorado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Integra o Novo Arranjo de Pesquisa e Inovação (Napi) Emergência Climática.

ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2697-5685

E-mail: criselli@gmail.com

SUMÁRIO



Cíntia Silva da Conceição

Doutoranda e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4246-2006

E-mail: cintiasilva.jornalismo@gmail.com

Myrian Del Vecchio-Lima

Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação e em Meio Ambiente e Desenvolvimento, ambos da UFPR. Integra o Novo Arranjo de Pesquisa e Inovação (Napi) Emergência Climática.

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1833-2332

E-mail: myriandel@gmail.com

Liane Schneider

Professora da Universidade Federal da Paraíba desde 2002, e do Programa de Pós-Graduação em Letras desde 2004. É membro do Grupo de Pesquisa GEFIS/UERJ/CNPq e do GT da ANPOLL desde 2004.

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5476-2065

E-mail: schliane@gmail.com

Loreley Garcia

Pesquisadora do CNPq e líder do Grupo Pandora- Estudos sobre Feminismo, Gêneros e Sexualidades.

ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2170-4317

E-mail: loreleygg@gmail.com

Luciana Calado Deplagne

Professora da Universidade Federal da Paraíba. Doutora em Teoria da Literatura pela UFPE, com estágio-doutoral na Université de Clermont-Ferrand, na França. Coordenadora do Grupo Feminismos e Decolonialidade (CNPq). Membro do GT Mulher e Literatura da ANPOLL.

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-7682-102X

E-mail: lucianaeleonora@yahoo.com.br

SUMÁRIO



Bianca Rubim Antunes

Mestre em Sociologia pela Iuperj. Pesquisadora do grupo de pesquisa Tecla (Educação, gênero, religião e tecnologias Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba). Psicanalista (membro em aproximação pela Formação Freudiana – FF do RJ-Brasil). Escritora feminista. Licenciatura em Filosofia. Especialista em Direito Penal e Constitucional (UCAM). Bacharel em Direito (UCAM). Graduanda em História (Unirio).

ORCID: https://orcid.org/0000-0001-7189-9824

E-mail: bianca_rubim@hotmail.com

Camila de Almeida Lara

Professora do Instituto Federal do Rio Grande do Sul. Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutora pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisadora no projeto É só mais uma crônica.

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-9035-5328

E-mail: camila.lara@ibiruba.ifrs.edu.br

Letícia de Assis

Jornalista (UCS), mestra em Educação pela UFSC e doutoranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC; integrante do Labomídia e da Revista Motrivivência (CDS/UFSC), e do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). Pesquisa estigma, ativismos, gordofobia e hiv/aids. Membro da ANSDH, da RNP, do GAPA/SC e do Coletivo Desencaixa (antigordofobia).

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-6092- 0189

E-mail: simsoudiva@gmail.com

Nathalia Müller Camozzato

Professora do Instituto Federal de Santa Catarina. Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina e doutora pela mesma instituição. Pesquisadora no projeto É só mais uma crônica. Integra o Grupo de Estudos do Campo Discursivo (UFSC) e o Grupo Humanidades Digitais (Unicamp).

ORCID: https://orcid.org/0000-0001-8179-8920

E-mail: nathaliamcrevisao@gmail.com

SUMÁRIO



Willian Luiz da Conceição

Historiador e antropólogo. Doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional (MN/UFRJ), atualmente realiza pós-doutorado em História Global do Trabalho pelo PPGH/UFSC e atua como bolsista DTI-A do CNPq no projeto Iniquidades Étnico-Raciais em Alimentação, Nutrição e Saúde no Brasil (DESAN/UFRGS). É autor do livro Branquitude: dilema racial brasileiro (Papéis Selvagens, 2020).

ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0100-0080

E-mail: willian.luiz.conceicao88@gmail.com

Pamela Marmentini Corrêa

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação (PPGPE), da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) campus Erechim. Especialista em Paulo Freire: Pedagogia da libertação (CENSUPEG). Especialista em Gestão Escolar: Direção, Coordenação e Supervisão Educacional (UFFS) .Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

ORCID: https://orcid.org/0009-0000-1006-4495

E-mail: pamelamarmentinicorrea@gmail.com

Sinara München

Doutora em Educação em Ciências (UFSM). Professora na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação (PPGPE). Campus Erechim, Rio Grande do Sul, Brasil.

ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6163-9308

E-mail: sinara.munchen@uffs.edu.br

SUMÁRIO



PARTE 5

Silvana Barbosa Macêdo

PhD in Fine Art - pela Northumbria University (UNN), UK; Pós-Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação e Letras da Universidade do Estado do Amazonas – (PPGLA/ UEA, 2023). Atualmente é professora associada do Departamento de Artes Visuais da Universidade do Estado de Santa Catarina, e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da UDESC.

Lattes: https://lattes.cnpq.br/5051256206177575

ORCID: orcid.org/0000-0003-4741-0595

E-mail: silvana_b_macedo@hotmail.com

Juliana Crispe

Atua como professora nos cursos de Artes Visuais do Centro de Artes, Design e Moda da Universidade do Estado de Santa Catarina (CEART/UDESC). É curadora independente, pesquisadora, professora, arte-educadora e artista visual. Membra da Associação Brasileira de Críticos de Artes (ABCA). Coordenadora do Instituto Armazém Coletivo Elza e do Projeto Armazém.

Lattes: http://lattes.cnpq.br/7404101839941609

ORCID: https://orcid.org/0009-0000-8464-1005

E-mail: ju_ceart@yahoo.com.br

Karina A. Bidaseca

Posdoctora (PUC-Sao Pablo). Doctora (Universidad de Buenos Aires). Prof. titular e Investigadora principal CONICET (Núcleo sur sur de estudios poscoloniales, identidades afrodiaspóricas y feminismos), con trabajos de campo en África y A. Latina. Coordina el Programa Sur Sur/Diplomado "Debates contemporáneos sobre la descolonización" (CLACSO). Invitada por centros de arte en Lisboa y La Habana. Realizó la curaduría literaria: Rosana Paulino *et al*, "Amefricanas. Artivismos, memorias y descolonización" (CLACSO/El Mismo Mar).

ORCID: ID 0000-0001-7954-2854

E-mail: karinabidaseca@yahoo.com.ar



Juliana Crispe

Juliana Crispe é mãe de Lia Crispe. Curadora, pesquisadora, professora, arte-educadora, artista visual e ativista pelas questões das Mulheres, Negres, Indígenas e LGBTQIAPN+. Professora do Departamento de Artes Visuais e do Programa de Pós-Graduação do CEART/UDESC. Membra da ABCA – Associação Brasileira de Críticos de Arte. Coordenadora do Instituto Armazém Coletivo Elza e do Projeto Armazém.

ORCID: https://orcid.org/0009-0000-8464-1005

Lorena Galeri

Artista gráfica, pesquisadora e mestre em Artes Visuais pela Universidade do Estado de Santa Catarina.

Lattes: lattes.cnpq.br/2178843306049663

ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9692-4539

Letícia Honorio

Pesquisadora, Artista e Mestre em Artes Visuais, pela Universidade do Estado de Santa Catarina, e Curadora.

Lattes: lattes.cnpq.br/4910580413535390

ORCID orcid.org/0000-0003-2964-6561

Thainá Castro

Professora adjunta da Coordenadoria Especial de Museologia da UFSC.

ORCID: 0000-0002-0106-348X

Lattes: http://lattes.cnpq.br/9668887038730632

Pamella de Caprio Villanova

Doutoranda em Artes da Cena pela Unicamp, pesquisa a problemática do lixo e da poluição plástica, divulgação científica, educação ambiental e produz palestras-performance. É gestora do Ponto de Cultura Quintal Garatuja em Campinas e diretora artística do Coletivo Interdisciplinar Passarinha. PPG Artes da Cena Unicamp, Instituto de Artes.

ORCID: https://orcid.org/0000-0003-3315-4463

E-mail: pamellavillanova@gmail.com

SUMÁRIO



Júlia da Silva Oliveira

Professora adjunta da graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Mundial (UFABC) e coordenadora do Grupo de Pesquisa Gênero e América Latina (GAL/UFABC).

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-9996-2343

E-mail: julia.glaciela@ufabc.edu.br

Patricia Fogelman

Pesquisadore do CONICET. Diretore do Programa Transversal-GRAMa no Centro Materia (UNTREF). Docente do doutorado en Historia y Teoría Comparada de las Artes (UNTREF). Diretore do Instituto de Estudios Brasileños de UNTREF.

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8486-6535

E-mail: pafogelman@gmail.com

Victoria Polti

Bolsista doctoral CONICET. É membro do Equipo de Antropología del Cuerpo y la Performance (UBA), do Programa Transversal-GRAMa (UNTREF) e da Red de Estudios Sonoros Latinoamericanos. Professora da Maestría de Arte y Estudios Sonoros (UNTREF).

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0229-6269

E-mail: victoria.polti@gmail.com

Luísa Escher Furtado

Ativista feminista lésbica, editora da Revista Brejeiras, psicóloga na Clínica da Beira, doutora em Psicologia Clínica pela Universidade de Estrasburgo e membro do Coletivo Intervenção: por uma psicanálise clínico-política (UFRJ – Rio de Janeiro-RJ, Brasil).

ORCID: https://orcid.org/0009-0001-6855-7054

E-mail: luisa_escher@yahoo.com.br.

Thoya Lindner Mosena

psicanalista, pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Psicanálise, Educação e Cultura/eixo 2 (UFRGS), integrante da Rede Hilo_fio e do Coletivo Intervenção: por uma psicanálise clínico-política (UFRJ – Rio de Janeiro-RJ, Brasil).

ORCID: https://orcid.org/0009-0005-0605-2738

E-mail: thoyamosena@gmail.com

SUMÁRIO



Nelly Brito

psicóloga e psicanalista. Doutora em Psicanálise (UERJ). Filiação institucional: Casa Plural – Formação Continuada em Psicologia e Saúde. Integrante do Coletivo Intervenção: por uma psicanálise clínico-política (UFRJ - Rio de Janeiro-RJ, Brasil).

ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9887-0482

E-mail: nellybrito3@gmail.com

Laura Marosin de Oliveira

psicóloga, mestranda bolsista no Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica na UFRJ e integrante do Coletivo Intervenção: por uma psicanálise clínico-política (UFRJ – Rio de Janeiro-RJ, Brasil).

ORCID: https://orcid.org/0009-0004-0111-6686

E-mail: marosinlaura@gmail.com

Luciana Lyra

Atriz, encenadora, diretora, dramaturga e escritora. Pós-doutora em Performance (Visiting Scholar-Tisch School of the arts, da Universidade de Nova York/NYU-Bolsista Faperj/Mobilidade nas Américas-2024), Pós-doutora em artes cênicas (UFRN) e antropologia (USP), doutora e mestra em artes da cena (PPGac/Unicamp), pesquisadora-líder do grupo Motim – Mito, rito e cartografias feministas nas ar tes (CNPq), docente associada da UERJ (DEACP/PPGArtes).

ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5440-5482

E-mail: lucianalyra@gmail.com

Maria Brígida de Miranda

Professora titular da Universidade do Estado de Santa Catarina. Docente do Programa de Pós-graduação em Artes Cênicas. Pesquisa Curarte: práticas cênicas para o bem-viver: estudos de gênero e feminismos nas artes da cena (CNPQ/UDESC). Membra do grupo Imagens Políticas (UDESC/CNPq). Diretora e atriz teatral.

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0828-8585

E-mail: maria.miranda@udesc.br



Suzana Morelo Vergara Martins Costa

Bolsista Capes do doutorado interdisciplinar em Ciências Humanas PPGICH/UFSC, Mestra em Teatro pelo PPGAC/UDESC. Integrante do Projeto de Pesquisa Curarte: Práticas Cênicas para o bem-viver: estudos de gênero e feminismos nas artes da cena (CNPQ/UDESC). Antropóloga, atriz do grupo Teatro em Trâmite e gestora do Centro Cultural Casa Vermelha, Florianópolis.

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1333-5745

E-mail: suzanavergara10@gmail.com

Daiane Dordete Steckert Jacobs

Professora associada do Departamento de Artes Cênicas e do Programa de Pós-graduação em Artes Cênicas da Universidade do Estado de Santa Catarina. Colaboradora da Pesquisa Curarte: práticas cênicas para o bem-viver: estudos de gênero e feminismos nas artes da cena (CNPQ/UDESC). Diretora Geral do CEART/UDESC gestão 2021-2025. Membra do grupo Imagens Políticas (UDESC/CNPq).

ORCID: https://orcid.org/0000-0003-3145-8017

Email: daiane.jacobs@udesc.br

Fabrício Theiss

Doutorando em Artes Cênicas pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas (PPGAC) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) na linha de pesquisa Imagens Políticas, com orientação da professora Doutora Maria Brígida de Miranda, Florianópolis, Brasil. Com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil – CAPES. Membro do grupo Imagens Políticas (UDESC/CNPq).

ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9385-2197

E-mail: theissfabricio@gmail.com

Geane Salasário Albino

Graduanda da Licenciatura em Teatro, Departamento de Artes Cênicas (DAC/UDESC). É bolsista de extensão do projeto Cura: teatro, autodescoberta e cuidado do si (PROCULT/UDESC).

ORCID: https://orcid.org/0009-0008-2746-8072

E-mail: geanesalbino345@gmail.com



Iscarlat Lemes

Graduada em Licenciatura em Teatro, Departamento de Artes Cênicas (DAC/UDESC). Técnica em Sonorização e Iluminação Cênica.

ORCID: https://orcid.org/0009-0003-9595-6581

E-mail: iscarlat.lemes@gmail.com

Jackson Bosa

Ator, professor de teatro e pesquisador. Acadêmico do Curso de Graduação em Licenciatura em Teatro (UDESC) e bolsista de Iniciação Científica (PROBIC-UDESC), integra o grupo Teatro em Trâmite, de Florianópolis/SC. Pesquisa vocalidades negras queer no projeto "Vozes políticas e políticas das vozes" com a orientação da professora Dra. Daiane Dordete. Membro do grupo Imagens Políticas (UDESC/CNPq).

ORCID: https://orcid.org/0009-0006-1106-989X

E-mail: jacksonbosa.arte@gmail.com

Juliana Alves Bezerra de Andrade

Mestra em Educação na Linha de Pesquisa Educação e Comunicação na UFSC/NICA. Especialista em orientação, supervisão, psicopedagogia e educação especial pela Uniasselvi. Graduada em Pedagogia pela UDESC. Professora de educação infantil da Rede Pública Municipal de Florianópolis desde 2019. Foi diretora no NEIM Almirante Lucas em 2020, assessora técnica no Conselho Municipal de Educação e atualmente está de licença aperfeiçoamento.

ORCID: 0009-0005-3285-6182

E-mail: jualvesdeandrade@gmail.com

Priscila Cristina Freitas

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Educação (PPGE-UFSC), Linha Educação e Comunicação. Participa do NICA e Alteritas. Mestra pelo (PPGE-UFSC) e graduada em Pedagogia. Realizou estágio doutoral na Universidad Autónoma de México (UNAM/PUIC) de 2024 a 2025. Membra da diretoria da AENSC. Vice-presidenta do Centro Cultural Anástacia – CCA. Uma das fundadoras do Turismo de Base Comunitária no Monte Serrat – Florianópolis/SC.

ORCID: 0000-0002-1648-5300

E-mail: fpriscila3@gmail.com



Lizyane Francisca Silva dos Santos Locatelli

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Educação (PPGE-UFSC). Mestra pelo (PPGE-UFSC). Especialista em Gestão e Metodologia do Ensino pela Faculdade Dom Bosco (2010); em Educação Infantil pela UFSC (2012); e em Tecnologias da Informação e Comunicação e técnicas de Ensino pela UTFPR (2018), graduada em Pedagogia pela UFSC (2009). Membra do NICA, UFSC/CNPq. Professora efetiva da educação infantil na Prefeitura Municipal de Florianópolis.

ORCID: 0000-0002-2744-9284

E-mail: lizyane@gmail.com

PARTE 6

Geórgia Mendes Sousa

Mestre em Artes Visuais pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais na UDESC (2024) e graduada em Comunicação Social pela UFC (2009).

Lattes: http://lattes.cnpq.br/4360503028092851.

ORCID: https://orcid.org/0009-0001-9221-2435

E-mail: georgiamendes86@gmail.com

Joanna Leoni

Mestranda em Artes Visuais pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Lattes: http://lattes.cnpq.br/8588149704474652

ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1478-9201

Email: joleoni.artista@gmail.com



Laura Coelho

artista, feminista e cientista social formada com ênfase em Antropologia pela UFRGS. Atualmente, cursa doutorado em Psicologia Social e Institucional na UFRGS e integra o Núcleo de Pesquisa em Gênero e Sexualidade (NUPSEX) e o Núcleo de Antropologia Multiespécie (NAM), na mesma universidade. Dentre seus interesses de pesquisa, se encontram os estudos multiespécies e descoloniais. Filiação institucional: UFRGS (PPGPSI).

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-6602-2224

E-mail: coelhoschaeferlaura@gmail.com

Ariska Anastásya da Costa Lopes

Travesti manauara (Manaus-AM), artista visual e artesã de moda slowfashion a partir da reutilização de resíduos sólidos e tecidos. Aluna do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS-UFAM). Ensaio feito em parceria com o fotógrafo e boy trans Alex Costa (@rivotrist no Instagram).

ORCID: https://orcid.org/0009-0006-4085-4483

E-mail: ariskaderii.rp@gmail.com.

Ornela Barone Zallocco

Especialista en docencia universitaria. Profesora en el Departamento de Ciencias de la Educación, Facultad de Humanidades de la Universidad Nacional de Mar del Plata y becaria doctoral del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Tecnológicas (CONICET). En su proyecto investiga las Visualidades y experiencias del Ciclo menstrual.

ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0628-3016

Francisca Rosso Felizia

Licenciada en Composición Coreográfica con mención en Expresión Corporal (U.N.A) Egresada de F.A.C.E (Formación de Artistas Contemporáneos para la escena) Artista, activista, docente, gestora, directora, investigadora en artes escénicas, performáticas y del movimiento.

E-mail: francis.carossofeliz@gmail.com

Jair Zandoná

Doutor e mestre em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É um dos editores da Revista Anuário de Literatura (PPGL/UFSC) e editor de resenhas da Revista Estudos Feministas (REF). Integra o quadro de pesquisadores/as do Instituto de Estudos de Gênero/UFSC. Atualmente, é professor visitante no PPGEL da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Financiamento: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001; Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência, e Tecnologia de Mato Grosso do Sul – FUNDECT/MS – Termo de outorga 176/2023.

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4301-94

E-mail: jzandona@gmail.com

Tânia Regina Oliveira Ramos

Professora titular da Universidade Federal de Santa Catarina, pertence ao nuLIME – Núcleo de Literatura e Memória. É uma das editoras da Revista Estudos Feministas e da Anuário de Literatura. Atua nas áreas de gênero e subjetividades, história e memória literária.

ORCID: http://orcid.org/0000-0002-2477-0419

E-mail: taniareginaoliveiraramos@gmail.com

SUMÁRIO



SUMÁRIO



ÍNDICE REMISSIVO

A

aborto 19, 66, 108, 114, 212, 371, 372, 373, 374, 375, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 396, 399, 562, 595, 743, 744, 748, 751, 756, 762, 763, 767

academia 25, 36, 151, 154, 165, 171, 173, 308, 354, 443, 514, 515, 516, 517, 518, 520, 523, 545, 546, 550, 555, 562, 563, 564, 565, 568, 599, 625, 627, 795, 821, 914, 915

acolhimento 19, 82, 94, 150, 151, 166, 167, 170, 173, 180, 391, 392, 393, 416, 422, 430, 437, 607, 610, 654, 660, 661, 662, 758, 780, 802, 806

acompanhamento 19, 83, 173, 371, 373, 375, 385, 386, 388, 389, 392, 393, 394, 660

afeto 17, 30, 124, 138, 147, 180, 181, 199, 205, 261, 263, 294, 306, 371, 375, 380, 386, 394, 431, 536, 606, 610, 619, 717, 755, 802, 810, 822, 890

Aids 620, 621, 629

América Latina 19, 25, 66, 92, 104, 131, 134, 177, 207, 208, 211, 240, 347, 361, 371, 372, 374, 383, 385, 394, 400, 485, 486, 508, 509, 550, 568, 572, 651, 653, 703, 715, 746, 764, 765, 771, 869, 947, 965

anticolonialismo 22, 25, 77, 147, 149, 178, 181, 667, 676, 706, 824, 845

antifascismo 25, 77, 147, 149, 178, 181, 824, 845

aprendizagem 180, 227, 228, 234, 257, 822, 876

Artes Cênicas 338, 813, 820, 821, 822, 825, 827, 828, 829, 830, 831, 832, 839, 840, 843, 846, 847, 848, 849, 850, 851, 857, 858, 966, 967, 968

artivismos feministas 23, 743, 768

assassinatos em massa 21, 602, 603

Ativismos artísticos 23, 743

audiovisual 79, 296, 299, 300, 301, 306, 308, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 401, 402, 403, 412, 419, 578, 704, 834, 835, 840

B

Baque Mulher 35, 36, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 60, 64, 837, 948

bordação 789, 790, 792

bordado livre 773, 777, 778, 779, 783, 784, 794, 837

branquitude 58, 229, 630, 632, 633, 637, 642, 645, 648, 649, 651, 653, 855, 857

C

canto 49, 50, 63, 67, 70, 713, 789, 792, 806

capitalismo 21, 28, 29, 133, 141, 238, 326, 342, 345, 352, 353, 362, 423, 426, 428, 490, 527, 603, 606, 608, 609, 617, 630, 631, 633, 634, 636, 638, 639, 646, 647, 648, 649, 650, 669, 682, 686, 853, 869

cartografia 49, 53, 58, 130, 889

censura 291, 292, 293, 297, 869

cinema 18, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 313, 315, 316, 318, 334, 337, 826, 873, 956

cinema brasileiro 298, 301, 307, 308, 334, 337

cinema lésbico 295, 297, 300, 308

circulação 87, 158, 165, 239, 298, 301, 390, 419, 597, 639, 765, 869, 870, 934, 936, 938, 939, 942

cisnormatividade 218, 219, 220, 222, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 233, 234

cobertura jornalística 19, 401, 402, 403, 404, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 414, 418, 419, 420, 421, 956

coletivo 26, 46, 58, 59, 61, 63, 65, 66, 67, 70, 82, 85, 89, 121, 127, 129, 132, 134, 181, 193, 195, 198, 200, 210, 244, 245, 246, 247, 253, 264, 284, 299, 303, 308, 312, 314, 328, 393, 401, 403, 419, 439, 489, 532, 587, 590, 709, 710, 716, 723, 726, 747, 751, 753, 755, 758, 759, 761, 762, 764, 767, 773, 777, 783, 805, 810, 816, 834, 840, 857, 934, 942, 943

SUMÁRIO



colonialidade 21, 30, 53, 143, 146, 175, 221, 228, 233, 240, 335, 336, 354, 421, 542, 572, 575, 577, 591, 630, 653, 792

colonialismo 19, 28, 29, 133, 239, 257, 340, 346, 348, 360, 427, 442, 513, 516, 517, 518, 572, 576, 633, 642, 645, 646, 647, 648, 649, 682, 686, 689, 782, 799, 803

contextos 79, 86, 87, 162, 164, 175, 177, 187, 189, 193, 194, 200, 202, 212, 214, 215, 249, 355, 375, 377, 379, 384, 387, 388, 393, 405, 406, 408, 414, 415, 433, 448, 459, 565, 571, 578, 684, 746, 753, 766, 769, 802, 829, 875, 876, 905, 915, 934, 935, 948, 955

corpos femininos 23, 125, 126, 622, 640, 650, 859, 861, 867, 868

corpos racializados 21, 30, 68, 69, 125, 630

corpos-territórios 57, 121, 131, 142

Corpo-território 119

Cozinha Solidária 75, 80, 81, 82, 86, 87

cuidado 27, 31, 34, 43, 44, 67, 71, 82, 89, 92, 104, 135, 157, 158, 162, 163, 167, 173, 174, 180, 184, 185, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 282, 317, 371, 372, 375, 385, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 459, 460, 461, 464, 465, 466, 468, 469, 470, 472, 477, 478, 479, 482, 483, 484, 485, 517, 525, 526, 534, 536, 541, 584, 625, 627, 659, 686, 698, 714, 717, 743, 744, 768, 836, 853, 873, 889, 967

cultura digital 871, 876, 877, 881

D

desigualdades 30, 62, 78, 86, 95, 135, 142, 149, 151, 196, 201, 206, 220, 221, 224, 225, 226, 233, 234, 293, 299, 303, 314, 315, 317, 330, 335, 340, 352, 391, 419, 422, 423, 438, 452, 457, 458, 459, 460, 472, 476, 478, 482, 484, 486, 571, 574, 575, 576, 583, 585, 630, 631, 633, 635, 638, 648, 664, 710, 744, 766, 845, 859, 860, 862, 863, 865, 869, 897, 899, 934, 935

despolitización 20, 511, 514, 520

direção de arte 312, 313, 314, 315, 317, 318

direitos humanos 54, 60, 61, 82, 115, 123, 215, 255, 364, 378, 381, 422, 425, 441, 508, 569, 571, 572, 578, 579, 580, 583, 585, 586, 589, 592, 714, 834, 865

dissidências de gênero 18, 29, 310, 311, 312, 314, 335, 767

documentário 19, 310, 311, 401, 403, 404, 408, 412, 413, 414, 415, 417, 418, 419, 420, 634, 956

dor 56, 116, 200, 243, 246, 251, 252, 255, 264, 320, 345, 387, 391, 393, 402, 616, 647, 679, 761, 803, 806, 811, 813, 814, 837, 851, 856

dororidade 798, 801, 804, 805, 808, 820

dramaturgia 22, 326, 330, 334, 725, 726, 741, 806, 814, 818, 848, 850, 852, 853

E

eco-artivismos 22, 679, 681, 683

editoração 596, 934

educação midiática 23, 859, 872, 873, 880

educação superior 22, 654

erotização 497

escuta feminista 23, 773, 779, 783, 790, 794, 796, 837

esperançar 17, 184, 186, 198

estética feminista 63, 69, 74

evento acadêmico 158, 181, 213, 580

experiência 20, 51, 52, 58, 59, 61, 63, 65, 67, 69, 82, 85, 89, 92, 115, 147, 149, 155, 157, 158, 159, 160, 163, 166, 176, 177, 181, 183, 187, 194, 196, 197, 210, 213, 240, 242, 244, 245, 246, 247, 257, 266, 268, 273, 275, 289, 295, 296, 297, 298, 300, 304, 305, 307, 310, 317, 326, 383, 387, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 429, 441, 455, 457, 459, 460, 461, 469, 472, 473, 539, 569, 570, 573, 577, 578, 589, 596, 604, 638, 656, 661, 662, 663, 669, 678, 679, 708, 720, 761, 768, 773, 776, 779, 782, 783, 784, 785, 787, 788, 789, 795, 799, 810, 821, 825, 828, 832, 833, 840, 841, 843, 851, 852, 854, 856, 857, 888, 890, 892, 917

experiência laboral 20, 455, 459, 461, 469, 473

F

fascismo 17, 28, 98, 99, 340, 341, 362, 442, 514, 519, 637, 768, 799

Fazendo Gênero 21, 25, 26, 28, 31, 34, 51, 64, 69, 75, 77, 78, 79, 86, 97, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 166, 173, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 207, 208, 209, 210, 212, 215, 241, 244, 248, 276, 291, 292, 296, 300, 301, 304, 307, 308, 311, 368, 404, 418, 442, 452, 511, 514, 525, 528, 561, 580, 620, 621, 624, 628, 632, 669, 681, 705, 706,

SUMÁRIO



707, 711, 723, 726, 744, 773, 774, 775, 778, 785, 786, 798, 799, 808, 812, 823, 824, 826, 828, 842, 844, 845, 854, 857, 858, 885, 915, 936, 937, 940, 941, 942, 945, 949, 952

Feminaria 21, 544, 545, 546, 548, 549, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 568

feminicídios 19, 55, 62, 119, 121, 122, 123, 131, 249, 401, 403, 404, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 751, 956

feminismo 21, 40, 41, 53, 72, 74, 78, 81, 87, 95, 109, 114, 130, 138, 139, 140, 144, 145, 146, 157, 163, 168, 171, 182, 194, 204, 216, 236, 263, 300, 307, 324, 325, 340, 341, 345, 349, 355, 356, 357, 358, 361, 366, 420, 441, 490, 508, 509, 514, 515, 517, 519, 520, 521, 522, 524, 542, 544, 545, 547, 549, 550, 551, 552, 553, 556, 557, 560, 562, 563, 566, 568, 573, 576, 577, 588, 591, 593, 594, 596, 599, 600, 618, 652, 679, 680, 684, 708, 709, 746, 748, 752, 753, 758, 759, 767, 769, 793, 797, 828, 848, 863, 865, 866, 879, 881, 887, 906, 914, 915, 917, 918, 938, 943, 944, 945, 949, 958

ferramenta educativa 19, 401, 404

fim do mundo 17, 22, 25, 27, 29, 30, 31, 70, 97, 119, 147, 178, 179, 181, 184, 185, 201, 202, 207, 215, 442, 527, 679, 775, 779, 784, 797, 799, 845, 887, 907, 942

Floresta Amazônica 667, 668, 669, 675, 677

fotografia 312, 313, 315, 528, 530, 532, 534, 535, 537, 538, 540, 671, 672, 673, 674, 675, 707, 712, 713, 715, 717, 718, 719, 720, 721, 722, 729, 736

fotonovela 22, 725, 727

fronteira 54, 202, 282, 364, 457, 458, 459, 461, 462, 463, 464, 468, 469, 473, 474, 475, 479, 480, 482, 483, 484, 486, 533, 541, 792

G

gênero 17, 18, 21, 26, 29, 30, 31, 56, 57, 61, 62, 68, 70, 77, 78, 80, 98, 99, 101, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 119, 122, 125, 127, 137, 142, 145, 149, 150, 151, 155, 158, 160, 167, 168, 170, 171, 172, 175, 176, 177, 178, 182, 189, 191, 193, 194, 204, 207, 210, 211, 220, 221, 222, 223, 225, 226, 229, 230, 231, 233, 234, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 248, 256, 258, 259, 267, 268, 271, 272, 273, 274, 275, 288, 289, 293, 295, 301, 310, 311, 312, 314, 315, 316, 317, 318, 322, 323, 324, 325, 326, 333, 334, 335, 340, 349, 354, 355, 356, 358, 359, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 417, 418, 419, 420, 432, 435, 455, 457, 458, 459, 460, 461, 467, 469, 472, 473, 475, 476, 478, 479, 481, 482, 483, 484, 487, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 529, 531, 541, 544, 569, 571, 572, 573, 574, 575, 576, 577, 578, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, 588, 589, 591, 593, 594, 595, 596, 598, 600, 624, 629, 630, 636, 640, 642, 643, 645, 650, 652, 664, 670, 677, 716, 744, 750, 755, 757, 762, 764, 767, 771, 772, 776, 799, 800, 801, 802, 806, 807, 817, 820, 823, 825, 826, 827, 828, 830, 833, 840, 841, 842, 845, 847, 849, 853, 855, 856, 859, 862, 863, 864, 865, 866, 867, 870, 879, 880, 883, 885, 891, 893, 897, 900, 917, 934, 939, 940, 941, 942, 944, 946, 948, 950, 953, 955, 956, 961, 966, 967, 971

genocídio 19, 119, 191, 340, 342, 343, 345, 360, 361, 365, 368, 406, 533, 535, 537, 636, 648, 915

governança reprodutiva 19, 371, 374, 375, 377, 378, 379, 394

gozoridade 798, 801, 808, 809, 810, 811, 812, 818, 820

guerra 19, 43, 52, 56, 57, 58, 113, 131, 204, 286, 287, 340, 345, 346, 350, 351, 357, 358, 362, 363, 364, 365, 376, 426, 427, 428, 439, 454, 486, 509, 529, 611, 614, 634, 635, 636, 638, 640, 648, 649, 651, 652, 676, 685, 701, 703

H

heterossexualidade 59, 62, 109, 273, 296, 297, 298, 300, 305, 306, 322, 323, 324, 326, 327, 328, 623

HIV 21, 211, 620, 621, 627, 628, 629, 750, 761, 762, 775, 955

homofobia 113, 114, 230, 237, 238, 327, 328, 329, 501, 503, 761

I

identidade 18, 28, 44, 78, 80, 110, 116, 130, 151, 152, 158, 204, 220, 221, 222, 223, 225, 226, 230, 231, 234, 236, 239, 267, 268, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 286, 288, 289, 290, 295, 312, 325, 332, 334, 335, 414, 430, 437, 464, 481, 499, 508, 529, 532, 541, 633, 636, 648, 717, 753, 803, 839, 847, 855, 856, 858, 875, 900, 910, 946, 956

SUMÁRIO



islamofobia 422, 423, 432, 435

J

Jornalismo 155, 172, 401, 403, 418, 419, 951, 956, 959

justiça ambiental 75, 86, 91, 93, 95, 96, 203, 949

justiça climática 25, 77, 147, 156, 167, 168, 173, 174, 178, 181, 212, 442, 569, 571, 572, 573, 574, 575, 578, 579, 580, 582, 584, 585, 586, 587, 588, 589, 590, 591, 681, 706, 799, 845

L

lesbianidade 18, 291, 294, 297, 306

levante nacional contra o lesbocídio 18, 242

livros 10, 27, 43, 47, 79, 117, 175, 182, 209, 287, 288, 386, 388, 500, 863, 873, 936, 940, 944, 955, 958

luta 17, 31, 36, 38, 41, 43, 45, 47, 48, 53, 58, 61, 75, 78, 79, 80, 81, 82, 85, 86, 91, 94, 95, 108, 117, 119, 121, 127, 129, 131, 132, 134, 145, 146, 149, 158, 173, 178, 215, 242, 243, 246, 247, 255, 257, 259, 264, 295, 308, 318, 342, 344, 345, 351, 366, 402, 525, 527, 530, 531, 534, 535, 537, 540, 541, 571, 575, 584, 589, 599, 615, 628, 635, 637, 649, 650, 660, 670, 679, 709, 710, 712, 714, 723, 743, 751, 753, 758, 762, 766, 767, 768, 784, 797, 798, 802, 804, 807, 809, 811, 812, 813, 820, 845, 848, 849, 861, 862, 864, 866, 884, 904, 942, 945

M

Maracatu 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 59, 60, 64, 65, 948

Marcha Mundial das Mulheres 16, 75, 77, 78, 80, 81, 83, 86, 88, 949

maternidade 103, 189, 196, 197, 200, 205, 206, 322, 475, 476, 477, 479, 534, 536, 654, 656, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 665, 850, 901

memória 18, 22, 29, 30, 31, 56, 73, 92, 116, 130, 173, 174, 176, 177, 181, 243, 251, 261, 262, 264, 282, 291, 303, 308, 321, 327, 335, 344, 394, 430, 529, 539, 542, 543, 679, 719, 723, 759, 765, 773, 781, 788, 789, 790, 795, 807, 821, 822, 848, 971

mercado de trabalho 221, 225, 233, 235, 314, 422, 435, 460, 467, 468, 469, 473, 502, 615, 616

migração 141, 289, 378, 424, 425, 432, 437, 438, 460, 472, 473, 475, 479, 480, 493

migrações contemporâneas 422, 423

militância 23, 25, 26, 29, 37, 41, 42, 45, 151, 532, 576, 748, 762, 770, 798, 801, 818, 820, 936

misoginia 30, 56, 63, 114, 142, 169, 173, 405, 407, 629, 706, 869, 891, 896, 903, 905, 906, 907

mito contemporâneo 22, 725, 726, 839

modificação corporal 272, 273

movimento antigênero 20, 487, 488, 506, 507

mulheres 18, 19, 20, 35, 38, 39, 40, 42, 44, 45, 46, 49, 52, 56, 57, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 92, 93, 94, 95, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 145, 146, 150, 155, 156, 169, 176, 177, 183, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 202, 204, 206, 211, 212, 214, 224, 225, 227, 232, 236, 244, 247, 248, 258, 259, 272, 273, 290, 291, 294, 295, 296, 297, 298, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 310, 311, 314, 315, 316, 317, 322, 323, 324, 325, 326, 332, 333, 334, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 365, 366, 367, 368, 373, 377, 381, 384, 389, 391, 401, 403, 405, 406, 408, 409, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 421, 422, 430, 431, 432, 435, 455, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 492, 493, 495, 496, 508, 525, 527, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 536, 537, 539, 540, 541, 542, 543, 571, 573, 574, 575, 576, 577, 582, 583, 586, 601, 612, 615, 620, 621, 622, 623, 624, 625, 629, 642, 645, 646, 650, 651, 654, 656, 657, 658, 660, 661, 662, 663, 677, 708, 710, 714, 715, 716, 717, 719, 721, 722, 743, 744, 748, 749, 750, 751, 754, 755, 756, 758, 761, 762, 763, 764, 765, 766, 767, 772, 775, 777, 780, 781, 782, 784, 785, 790, 791, 792, 800, 801, 802, 803, 804, 805, 806, 809, 810, 812, 813, 814, 815, 816, 820, 821, 827, 828, 836, 837, 845, 848, 850, 853, 857, 859, 861, 863, 864, 865, 866, 867,

SUMÁRIO



868, 879, 880, 881, 883, 884, 885, 893, 895, 896, 897, 899, 900, 901, 904, 905, 907, 917, 938, 939, 943, 944, 950, 955, 958

mulheres indígenas 20, 78, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 415, 525, 529, 530, 532, 533, 534, 540, 541, 542, 543, 575, 583, 650

mulheres indígenas Kaiowá e Guarani 133, 135, 136, 138, 140

mulheres muçulmanas 19, 422, 430, 431, 432, 435

N

necropolítica 67, 125, 679, 680, 682, 709, 922

neoliberalismo 21, 93, 236, 366, 428, 439, 490, 495, 496, 498, 508, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 608, 609, 612, 613, 614, 615, 616, 915

O

objetificação 23, 56, 805, 859, 861, 867, 868

organização 17, 27, 36, 42, 48, 65, 66, 80, 85, 86, 87, 88, 92, 134, 137, 146, 147, 148, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 177, 181, 187, 199, 201, 205, 210, 214, 216, 242, 255, 263, 332, 334, 340, 342, 347, 348, 353, 356, 368, 431, 457, 458, 460, 536, 541, 542, 587, 625, 651, 660, 707, 745, 752, 762, 766, 800, 834, 840, 854, 857, 941

Orientalismo 422, 423, 433, 440, 653

P

patriarcado 20, 29, 55, 56, 62, 68, 72, 109, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 141, 146, 304, 306, 334, 340, 341, 352, 391, 406, 409, 413, 511, 514, 516, 517, 520, 521, 524, 575, 584, 647, 682, 686, 708, 749, 753, 754, 757, 768, 777, 814, 817, 863, 884, 904

pedagogia feminista 242, 257, 264

Periferia Feminista 75, 76, 80, 81, 82, 86, 88, 96, 949

pesquisas 22, 23, 167, 193, 212, 220, 221, 225, 234, 247, 312, 338, 385, 408, 409, 513, 587, 598, 604, 607, 628, 654, 656, 664, 757, 800, 806, 813, 823, 825, 826, 827, 828, 831, 841, 846, 898, 899, 939, 940, 942, 948

plástico 269, 283, 540, 726, 728, 729, 730, 731, 732, 733, 734, 735, 736, 737, 738, 739, 740, 742

poder 30, 34, 38, 47, 75, 76, 79, 82, 91, 94, 99, 104, 107, 110, 111, 112, 117, 124, 125, 131, 134, 135, 136, 138, 149, 176, 185, 188, 192, 204, 219, 221, 226, 227, 228, 233, 240, 241, 257, 280, 284, 293, 295, 302, 304, 305, 309, 314, 316, 317, 319, 320, 323, 326, 331, 332, 334, 335, 338, 355, 357, 358, 362, 368, 373, 374, 375, 377, 380, 381, 388, 389, 390, 392, 394, 405, 425, 426, 428, 433, 434, 437, 439, 451, 452, 504, 512, 513, 516, 517, 519, 520, 522, 523, 536, 541, 542, 545, 547, 554, 559, 569, 570, 571, 578, 586, 587, 590, 592, 597, 608, 630, 631, 633, 637, 638, 642, 645, 648, 649, 650, 653, 659, 687, 688, 690, 701, 703, 710, 711, 753, 754, 757, 760, 763, 774, 778, 785, 789, 802, 807, 810, 826, 827, 840, 841, 844, 856, 864, 865, 869, 884, 926, 934, 935, 939, 946

poluição 726, 740, 741, 742, 760, 964

produção de conhecimento 18, 30, 148, 154, 158, 160, 192, 218, 220, 225, 229, 232, 234, 248, 257, 599, 845, 916

Psicanálise 611, 616, 617, 773, 775, 886, 965, 966

Psicologia Social 779, 955, 970

psiquiatria 17, 98, 99, 100, 102, 104, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 608, 609, 617

publicações feministas 21, 24, 593, 598, 934, 936, 938, 943

Q

queer 19, 30, 229, 238, 239, 295, 299, 300, 302, 303, 306, 307, 319, 320, 325, 326, 334, 335, 337, 338, 366, 705, 706, 752, 753, 847, 854, 856, 857, 953, 968

R

re-existência 20, 128, 142, 525, 528, 532, 542

religião 18, 203, 291, 293, 294, 307, 334, 425, 430, 432, 435, 436, 490, 598, 647, 749, 961

resistência 30, 31, 47, 48, 69, 82, 84, 86, 94, 119, 128, 129, 143, 146, 154, 157, 159, 163, 167, 170, 174, 176, 178, 180, 211, 215, 228, 235, 242, 244, 248, 250, 253, 257, 258, 261, 265, 291, 293, 295, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 336, 342, 344, 345, 366, 368, 371, 375, 379, 436, 458, 496, 525, 527, 530, 532, 533, 539, 588, 599, 601, 635, 714, 759, 775, 790, 796, 821, 837, 850, 855, 856, 887

Revista Ártemis 21, 593, 594, 595, 596, 599, 600

S

saberes tradicionais 330, 667

SUMÁRIO



silenciamento 108, 133, 142, 239, 251, 255, 295, 541, 810

silêncio 30, 114, 181, 185, 192, 201, 243, 246, 248, 252, 294, 295, 296, 306, 343, 624, 784, 790, 795, 796, 806, 810, 827, 911

soberania alimentar 73, 75, 84, 95

sororidade 798, 801, 802, 803, 804, 805, 808, 820, 821

T

teatro 19, 62, 71, 319, 320, 329, 330, 333, 334, 335, 336, 338, 362, 363, 725, 726, 727, 728, 740, 741, 757, 758, 759, 768, 769, 772, 812, 813, 815, 817, 825, 826, 827, 828, 834, 836, 837, 838, 839, 840, 841, 842, 845, 847, 853, 856, 967, 968

Teatro feminista 319, 320, 771, 823, 824

trabajo sexual 20, 441, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 452, 454

tradução 53, 54, 131, 138, 156, 166, 168, 207, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 290, 327, 328, 331, 332, 334, 364, 366, 405, 406, 544, 584, 585, 588, 708, 845, 937, 938, 939

transidentidades 27, 168, 169, 218, 225

trauma 22, 264, 345, 499, 679, 680, 681, 683, 806

trauma colonial 22, 679, 680, 681, 683

V

violência 30, 40, 41, 45, 49, 56, 57, 67, 72, 73, 84, 87, 101, 108, 109, 114, 115, 117, 120, 121, 123, 124, 125, 127, 129, 131, 132, 139, 141, 144, 146, 167, 189, 195, 202, 212, 214, 222, 226, 234, 236, 241, 245, 247, 248, 249, 250, 251, 255, 256, 258, 267, 274, 298, 322, 327, 330, 331, 340, 342, 345, 349, 353, 354, 356, 357, 358, 361, 363, 366, 373, 380, 394, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 415, 416, 417, 419, 420, 421, 429, 433, 435, 458, 461, 481, 483, 501, 503, 504, 525, 537, 583, 587, 595, 605, 606, 611, 613, 619, 634, 635, 636, 638, 645, 646, 648, 649, 650, 651, 707, 716, 719, 722, 744, 748, 750, 751, 754, 758, 766, 767, 782, 801, 804, 810, 826, 827, 847, 850, 864, 884, 900, 915, 958

visibilidade 39, 63, 67, 69, 85, 143, 150, 151, 214, 236, 242, 248, 250, 251, 300, 301, 318, 353, 361, 379, 386, 404, 405, 408, 410, 411, 425, 435, 529, 599, 600, 723, 750, 751, 767, 864, 879

voz 37, 49, 50, 63, 110, 128, 145, 194, 206, 213, 214, 270, 278, 295, 438, 454, 517, 527, 533, 575, 682, 714, 715, 731, 757, 784, 793, 795, 796, 806, 810, 811, 821, 836, 855, 863, 881

www.PIMENTACULTURAL.com

PARA CRIAR UM OUTRO MUNDO POSSÍVEL

30 anos do Seminário Internacional Fazendo Gênero

